











Digitized by the Internet Archive  
in 2014



PROVAS  
DA  
HISTORIA  
GENEALOGICA  
DA  
CASA REAL  
PORTUGUEZA.





PROVAS  
DA  
HISTORIA  
GENEALOGICA  
DA  
CASA REAL  
PORTUGUEZA,

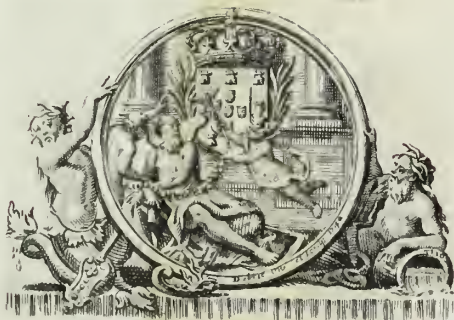
Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre  
do Tombo, da Serenissima Casa de Bragança,  
de diversas Cathedraes, Mosteiros, e ou-  
tros particulares deste Reyno,

POR

D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA,

*Clerigo Regular, Deputado da Junta da Bulla da Cruzada, e  
Censor da Academia Real.*

TOMO V.



LISBOA,

Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.

---

M. DCC. XLVI.

*Com todas as licenças necessarias.*





# INDEX

## D O S

# DOCUMENTOS,

Que contém o Tomo V. da Historia Genealogica da Casa Real.

## L I V R O VII.

*Em que se continuão as Provas, que não couberão no Tomo IV.*

- N**um. 44. *Carta de Ayo del Rey D. Affonso VI. passada ao Conde de Odemira, pag. 1.*  
Dit. Num. 44. *Formulario, que se deu ao dito Ayo no anno de 1657, pag. 2.*  
Num. 45. *Ordens, que se mandaraõ praticar no serviço del Rey D. Affonso VI. pag. 3.*  
Num. 46. *Carta de Escrivão da Puridade del Rey D. Affonso VI. passada ao Conde de Castello Melhor, pag. 6.*  
Num. 47. *Regimento do dito Officio, pag. 8.*  
Num. 48. *Tratado do casamento del Rey D. Affonso VI. com a Rainha D. Maria Francisca de Saboya, pag. 10.*  
Num. 49. *Renuncia, que El Rey D. Affonso VI. fez no Infante D. Pedro seu irmão, pag. 16.*  
Num. 50. *Oração, que fez o Cardeal de Estreé, Protector de Portugal, na presença do Papa, quando mandou celebrar as Exequias del Rey D. Affonso VI. pag. 17.*  
Num. 51. *Decreto para o Conde de Prado exercitar o Officio de Estribeiro mór, quando voltar do Governo das Armas do Minho, pag. 18.*  
Num. 52. *Doação da Villa de Béja, por El Rey D. João o II. ao Senhor D. Manoel, Duque da dita Villa, pag. 18.*  
Num. 53. *Doação del Rey D. João o IV. ao Infante D. Pedro seu filho, da Cidade de Béja, com o título de Duque, como a teve El Rey D. Manoel, &c. pag. 20.*  
Dit. Num. 53. *Carta porque El Rey D. João o III. fez Duque de Béja, ao Infante D. Luiz, pag. 21.*  
Num. 54. *Doação da Quinta de Quéluz, e suas pertenças, ao Infante D. Pedro, &c. pag. 24.*  
Num. 55. *Carta de Assentamento de Duque de Béja, ao Infante D. Pedro, pag. 24.*

Num.

- Num. 56. *Doação ao Infante D. Pedro, da Villa de Serpa, e seu Termo*, pag. 25.
- Num. 57. *Alvará delRey D. João o IV. porque fez merce ao Infante D. Pedro, da dignidade de Commendador môr da Ordem de Christo*, pag. 26.
- Num. 58. *Bulla do Papa Pio V. em que concede os Prestimonios à Casa de Villa Real*, pag. 26.
- Num. 59. *Alvará delRey D. João o IV. porque faz merce ao Infante D. Pedro, para que os Prestimonios, que der, seja com o Habito de Christo*, pag. 30.
- Num. 60. *Alvará delRey D. João o IV. ao Infante D. Pedro, das Lezírias da Golegãa, de Borba, &c.* pag. 30.
- Num. 61. *Alvará porque he concedido ao Infante D. Pedro, que os Ouvidores das suas terras provaão as serventias dos Officios*, pag. 31.
- Num. 62. *Doação das Saboarias do Porto, e das Villas, e Lugares, das Comarcas de Traz os Montes, e Entre Douro, e Minho*, pag. 32.
- Num. 63. *Alvará delRey D. Affonso VI. em que concede, que os Ouvidores de Béja, e Villa Real, passem Cartas de Seguro em suas terras, em caso de morte, &c.* pag. 33.
- Num. 64. *Alvará do dito Rey, em que concede, que os Ouvidores das terras do Infantado dem as serventias dos Officios, excepto Juizes*, pag. 34.
- Num. 65. *Decreto do mesmo Rey, em que faz merce ao Infante D. Pedro, de tirar do Estado do Brasil mil quintaes do pao, chamado Brasil*, pag. 34.
- Num. 66. *Decreto do mesmo Rey, em que lhe concede poder tirar outra tanta quantia, como a referida, do mesmo pao Brasil*, pag. 35.
- Num. 67. *Confirmação delRey D. Affonso VI. ao Infante D. Pedro, da Casa de Villa Real, e outras novas merces*, pag. 35.
- Num. 68. *Escriptura da compra da Villa de Moura, seu Termo, e Celeiros, do Paul de Magos, e Cidade de Lamego*, pag. 39.
- Num. 69. *Decreto, que o Infante D. Pedro mandou aos Tribunaes, quando entrou a governar*, pag. 50.
- Num. 70. *Tratado do Casamento do Principe Regente, com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboya*, pag. 53.
- Num. 71. *Breve da dispensa do Principe D. Pedro Regente, com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboya*, pag. 57.
- Num. 72. *Breve do Papa Clemente IX. de dispensa do matrimonio do dito Principe, com a dita Princeza*, pag. 58.
- Num. 73. *Sentença do divorcio da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, com ElRey D. Affonso VI.* pag. 61.
- Dit. Num. 73. *Tratado da Paz entre Portugal, e Castella, do anno de 1668*, pag. 63.
- Num. 74. *Tratado do casamento delRey D. Pedro II. com a Rainha D. Maria Sofia*, pag. 73.
- Num. 75. *Fôrma das Cartas, que ElRey. D. Pedro mandou escrever quando passou à Beira*, pag. 80.
- Num. 76. *Decreto do dito Rey, em que concede aos Estudantes de Coimbra algum tempo de merce*, pag. 81.
- Num. 77. *Carta delRey de Mequinés, para ElRey D. Pedro II.* pag. 81.
- Num. 78. *Testamento delRey D. Pedro II.* pag. 83.
- Num. 79. *Papel de que o dito Rey faz menção no seu Testamento*, pag. 83.



- Num. 80. *Carta ; que o Principe Regente escreveo aos Cabidos ; quando succedeo o roubo do Santissimo Sacramento , na Igreja de Odivellas , pag. 90.*
- Num. 81. *Papel pio , e devoto , escrito por ElRey D. Pedro , da sua propria mão , pag. 91.*
- Num. 82. *Breve do Papa Innocencio XI. pag. 92.*
- Num. 83. *Ley delRey D. Pedro , sobre as Regencias , e Tutorias dos Reys, o modo , que se deve observar , pag. 93.*
- Num. 84. *Ley do dito Rey , em que declara a fôrma , em que devem succeder no Reyno os filhos , e descendentes do Rey , que legitimamente succeder a seu irmão , que falecesse sem successão , sem ser necessario o consentimento dos Tres Estados do Reyno , derogando-se nesta parte as Cortes de Lamego , pag. 96.*
- Num. 85. *Decreto do mesmo Rey , sobre a mesma materia , e a resolução das Cortes , pag. 98.*
- Num. 86. *Bulla da Ereccão da Igreja de Santo Salvador da Bahia em Metropolitana , pag. 100.*
- Num. 87. *Bulla da Ereccão do Bispado do Rio de Janeiro , pag. 102.*
- Num. 88. *Bulla da Ereccão do Bispado de Pernambuco , pag. 107.*
- Num. 89. *Bulla da Ereccão do Bispado do Maranhão , pag. 111.*
- Num. 90. *Bulla da Ereccão do Bispado de Pekim , pag. 115.*
- Num. 91. *Bulla da separação da Cidade de Namkim , do Bispado de Macao , pag. 119.*
- Num. 92. *Breve , que o Papa Innocencio XII. mandou a ElRey da Persia , pag. 124.*
- Num. 93. *Carta delRey da Persia para o dito Papa , pag. 124.*
- Num. 94. *Carta do Bispo da Persia para ElRey D. Pedro II. pag. 125.*
- Num. 95. *Carta do mesmo Bispo para o Vice-Rey da India , o Conde de Villa-Verde , pag. 127.*
- Num. 96. *Carta , que ElRey da Persia escreveo ao dito Vice-Rey , pag. 128.*
- Num. 97. *Elegia feita pela Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya , em Francez , pag. 129.*
- Num. 98. *Traducção da mesma Elegia feita pela Condeffa da Ericeira , pag. 130.*
- Num. 99. *Testamento da mesma Rainha , pag. 133.*
- Num. 100. *Decreto , porque entraraõ na Ordem Militar de Christo , o Principe do Brasil , e o Infante D. Francisco , pag. 140.*
- Num. 101. *Tratado do casamento delRey D. João V. com a Rainha D. Marianna de Austria , pag. 141.*
- Num. 102. *Carta do Marichal de Stharemborg , para ElRey D. Carlos III. em que lhe dá conta da batalha de Villa-Viçosa , pag. 147.*
- Num. 103. *Carta do Emperador Carlos VI. para ElRey D. João o V. pag. 150.*
- Num. 104. *Carta delRey D. João V. para o Emperador Carlos VI. pag. 151.*
- Num. 105. *Carta da publicação da Paz com França , em Lisboa , pag. 151.*
- Num. 106. *Breve do Papa Clemente XI. para ElRey D. João V. em que lhe pede hum soccorro contra os Turcos , pag. 152.*

- Num. 107. *Carta, que o mesmo Papa escreveu ao dito Rey, pedindolhe novamente o soccorresse contra os Turcos, pag. 153.*
- Dit. Num. 107. *Outra Carta, que o mesmo Papa escreveu ao dito Rey, sobre o mesmo soccorro, pag. 154.*
- Dit. Num. 107. *Breve do mesmo Papa para o dito Rey, sobre a mesma materia, pag. 156.*
- Dit. Num. 107. *Breve do mesmo Papa para a Rainha D. Marianna de Austria, em que lhe pede interceda com ElRey seu esposo, sobre a mesma materia, pag. 157.*
- Num. 108. *Breve do mesmo Papa para ElRey D. João V. em que lhe rende as graças pela Armada, com que o soccorrera, pag. 158.*
- Num. 109. *Breve do mesmo Papa para o Conde do Rio-Grande, General da referida Armada, pag. 159.*
- Num. 110. *Bulla da Capella Real, em Collegiada insigne, pag. 160.*
- Num. 111. *Bulla Aurea da erecção da Santa Igreja Patriarcal, pag. 170.*
- Num. 112. *Decreto delRey D. João V. em que concede ao Patriarca de Lisboa todas as honras, que nos seus Reynos permite aos Cardeaes, pag. 187.*
- Num. 113. *Doação, que o mesmo Rey fez ao Patriarca, de duzentos e vinte marcos de ouro, para elle, e seus successores, pag. 187.*
- Num. 114. *Doação, que o mesmo Rey fez ao Patriarca, e seus successores, da Lizia da Foz de Almonda, pag. 189.*
- Num. 115. *Alvará porque o dito Rey dividio a Cidade de Lisboa em Oriental, e Occidental, pag. 190.*
- Dit. Num. 115. *Decreto remettido aos Tribunaes sobre a mesma materia, pag. 193.*
- Num. 116. *Declaração, que fez o Papa Clemente XI. em Consistorio secreto, da erecção da Igreja Patriarcal de Lisboa, pag. 193.*
- Num. 117. *Alvará das prerogativas concedidas ao Deão, e Conegos da Igreja Patriarcal de Lisboa, pag. 196.*
- Num. 118. *Decreto da precedencia dos Conegos da Igreja Patriarcal a todos os Ministros nos Tribunaes, pag. 197.*
- Num. 119. *Bulla Aurea do Papa Clemente XI. de confirmação, e execução da Santa Igreja Patriarcal, pag. 197.*
- Num. 120. *Outra Bulla do mesmo Papa Clemente XI. de ampliação de graças para o Cabido Patriarcal, pag. 203.*
- Num. 121. *Bulla do Papa Innocencio XIII. em que concede ao Cabido Patriarcal as quartas partes das rendas dos Bispados, pag. 228.*
- Num. 122. *Bulla do Papa Clemente XII. de confirmação das referidas graças, reduzindo as quartas partes a terças, de todos os Arcebispadados, e Bispados do Reyno, pag. 244.*
- Dit. Num. 122. *Bulla do Papa Clemente XII. em que declara, e revalida as de seus predecessores, os Papas Clemente XI. e Innocencio XIII. pag. 267.*
- Num. 123. *Bulla do Papa Eugenio IV. para ElRey D. Affonso V. em que lhe concede a faculdade de mandar praticar na sua Real Capella o Rito Romano, pag. 273.*
- Num. 124. *Bulla do Papa Clemente XII. em que unio ao Real Padroado delRey D. João V. o provimento de todas as Dignidades, Conezias, e Benefícios da Igreja Cathedral de Lisboa Oriental, pag. 274.*



- Num. 125. *Bulla do Papa Benedicto XIV. em que foyeitou a Igreja de Lisboa Oriental à Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, e lhe dá o titulo de Patriarcal Basílica de Santa Maria, e concede o titulo de Principaes às Dignidades, e Conegos da Santa Igreja de Lisboa*, pag. 283.
- Num. 126. *Alvará delRey D. João V. em que abolio o Alvará das duas Cidades Occidental, e Oriental, mandando se chame sómente Lisboa*, pag. 289.
- Dit. Num. 126. *Decreto para a Mesa do Desembargo do Paço, sobre que tinha cessado a distincção em Lisboa, de Occidental, e Oriental*, pag. 290.
- Num. 127. *Bulla do Papa Benedicto XIV. em que supprimio o antigo Cabido da Igreja de Santa Maria*, pag. 291.
- Num. 128. *Bulla do mesmo Papa, em que erigio hum Seminario Patriarcal na Cidade de Lisboa*, pag. 301.
- Num. 129. *Copia das Cartas delRey D. João V. para que se celebre com o mayor culto o Mysterio da Conceição de Nossa Senhora*, pag. 310.
- Num. 130. *Bulla da erecção do Bispado do Grao Pará*, pag. 311.
- Num. 131. *Auto da entrega do Corpo do Principe D. Pedro*, pag. 314.
- Num. 132. *Oração do Nuncio do Papa Clemente XI. quando entregou as faxas para o Principe do Brasil*, pag. 315.
- Num. 133. *Tratado do casamento do Principe do Brasil, com a Princeza D. Marianna Victoria*, pag. 316.
- Num. 134. *Tratado do casamento do Principe das Asturias D. Fernando, com a Princeza D. Maria Barbara*, pag. 325.
- Num. 135. *Dispensa, e derogação de hum artigo das Cortes de Lamego, a favor da Infante D. Isabel, como successora do Reyno, para poder casar fóra delle*, pag. 334.
- Num. 136. *Poder do Duque de Saboya ao seu Embaixador, para celebrar os esponsaes com a Princeza D. Isabel*, pag. 341.
- Num. 137. *Poder da Infante D. Isabel, para o Duque de Cadaval celebrar em seu nome os esponsaes*, pag. 341.
- Num. 138. *Doação, que ElRey D. Pedro fez à Princeza D. Isabel, do Estado da Casa de Bragança*, pag. 342.
- Num. 139. *Procuração da dita Infante ao Duque de Cadaval para se receber com o Duque de Saboya*, pag. 343.
- Num. 140. *Testamento da dita Infante D. Isabel*, pag. 344.
- Dit. Num. 140. *Termo da entrega do corpo da dita Infante*, pag. 352.
- Num. 141. *Alvará porque ElRey D. Pedro II. faz merce ao Infante D. Francisco, da Commenda mayor da Ega, Dornes, e Castello-Branco*, pag. 354.
- Num. 142. *Carta do dito Rey, porque faz merce ao dito Infante de trinta mil cruzados, vinte na Alfandega de Lisboa, e dez na do Porto*, pag. 354.
- Num. 143. *Doação do dito Rey ao mesmo Infante, das Villas de Vimioso, Aguiar da Beira, da Casa de Bobadella, e as que forão da Casa de Linhares, com suas Villas, Padroados, &c.* pag. 355.
- Num. 144. *Doação do dito Rey ao mesmo Infante, das Lizirias de Montalvão, Morraceira, e das Quintas das Villas da Povia, e Castanheira, e Senhorios das ditas Villas, da de Cheleiros, com seus Padroados, e Mouchoão do Esplendão*, pag. 357.

- Num. 145. *Doação delRey D. João o V. ao dito Infante, do Palacio da Bemposta, com suas Quintas, pag. 358.*  
 Dit. Num. 145. *Padraão de hum juro para pagamento dos Capellaens da Capella da Bemposta, pag. 359.*  
 Num. 146. *Doação delRey ao dito Infante, das Quintas da Murteira, do Alfeite, e terras das Marnotas, e outras, pag. 366.*  
 Num. 147. *Doação da Casa da Feira ao dito Infante, pag. 368.*  
 Dit. Num. 147. *Doação de huma tença ao dito Infante, pag. 369.*  
 Dit. Num. 147. *Outra doação ao mesmo Infante, pag. 370.*  
 Dit. Num. 147. *Alvará porque ElRey D. Pedro fez merce à Casa do Infantado de certa tença, pag. 372.*  
 Dit. Num. 147. *Carta da compra do Reguengo da Vallada para a Casa do Infantado, pag. 376.*  
 Num. 148. *Alvará porque ElRey supprio ao Infante a falta de idade, pag. 379.*  
 Num. 149. *Decreto porque se mandaraõ lançar na Torre do Tombo diversos papeis tocantes à Senhora D. Luíza, filha delRey D. Pedro II. pag. 380.*  
 Num. 150. *Decreto porque o dito Rey fez merce a sua filha, a Senhora D. Luíza, de certas Commendas, pag. 382.*

## L I V R O V I I I.

- N**um. 1. *Doação delRey D. Filippe II. ao Senhor D. Duarte, das Villas de Frechilha, e Villa Daniel, com o titulo de Marquez, tudo de juro, pag. 383.*  
 Num. 2. *Escriptura dotal da Senhora D. Brites, Condessa de Oropéza, com o Senhor D. Duarte, pag. 392.*  
 Num. 3. *Breve do Papa Urbano VIII. para o Senhor D. Duarte, pag. 427.*  
 Num. 4. *Testamento do Senhor D. Duarte, pag. 428.*  
 Num. 5. *Contrato de casamento do Senhor D. Diniz, filho do Duque de Bragança D. Fernando II. com D. Brites de Castro, herdeira do Condados de Lemos, pag. 433.*  
 Num. 6. *Testamento do Senhor D. Diniz, pag. 438.*  
 Num. 7. *Carta delRey D. Affonso V. confirmada por ElRey D. Filippe II. da Alcaidaria, e rendas da Villa de Estremoz, e das terras da Villa de Vouga, Deixo, Oes, Paos, e Vilarinho, pag. 450.*  
 Num. 8. *Contrato de casamento de D. Maria de Noronha, herdeira do Conde de Odemira, com o Senhor D. Affonso, filho do Duque de Bragança, pag. 453.*  
 Num. 9. *Carta porque o dito Senhor D. Affonso foy feito Conde de Faro, pag. 456.*  
 Num. 10. *Carta de assentamento do dito Conde, pag. 458.*  
 Num. 11. *Bulla do Papa Paulo II. porque relaxou o juramento a ElRey D. Affonso V. para haver de dar Faro ao Senhor D. Affonso, pag. 459.*  
 Num. 12. *Alvará para o Conde de Faro poder apresentar o Officio de Coudel da Villa de Estremoz, pag. 460.*



- Num. 12. *Carta de confirmação delRey D. Affonso V. a D. Affonso Conde de Faro, da Doação feita por João Gallego, pag. 461.*
- Num. 14. *Carta porque ElRey ao Conde de Faro, e Odemira, revogou quaesquer Cartas, que tivesse passado em prejuizo dos seus privilegios, Pag. 462.*
- Num. 15. *Carta dos moradores do Algarve à Camera de Lisboa, para que se não dê o Senhorio de Faro a pessoa alguma, pag. 463.*
- Num. 16. *Alvará de Foro de Fidalgo Cavalleiro, a D. Francisco de Faro, pag. 465.*

## L I V R O IX.

- Num. 1. *Doação, que fez o Duque de Bragança D. Fernando I. e a Duquesa D. Joanna de Castro, ao Senhor D. Alvaro, seu filho, dos direitos Reaes de Béja, e outras rendas, pag. 467.*
- Num. 2. *Carta do Officio de Chanceller mór do Reyno, ao Senhor D. Alvaro, pag. 475.*
- Num. 3. *Doação do Duque de Bragança, que fez a seu irmão, o Senhor D. Alvaro, das Villas de Cadaval, Peral, &c. pag. 476.*
- Num. 4. *Contrato de casamento do Senhor D. Alvaro, com D. Filippa de Mello, herdeira do Condado de Olivença, pag. 480.*
- Num. 5. *Carta do Senhor D. Alvaro, que escreveo a ElRey D. João o II. no tempo, que esteve em Castella, pag. 492.*
- Num. 6. *Alvará de licença para D. Filippa de Mello, mulher do Senhor D. Alvaro, poder ir para seu marido, pag. 499.*
- Num. 7. *Certidão do livro da Visita dos Conegos da Congregação de S. João Evangelista, da obrigação do seu Mosteiro de Evora, do Padroado do Duque de Cadaval, tem de o nomearem na Collecta, pag. 500.*
- Num. 8. *Contrato de casamento de D. Maria de Menezes, com o segundo Conde de Portalegre, D. João da Sylva, pag. 501.*
- Num. 9. *Carta de assentamento do Conde de Tentugal D. Rodrigo de Mello, pag. 507.*
- Num. 10. *Carta porque ElRey concedeo ao dito Conde de Tentugal para obrigar certos bens para segurança do dote da filha de D. Pedro Porto Carrero, pag. 508.*
- Num. 11. *Contrato do casamento do dito Conde de Tentugal, com D. Leonor de Almeida, pag. 509.*
- Num. 12. *Bulla do Papa Paulo III. porque concede ao primeiro Marquez de Ferreira, D. Rodrigo de Mello, os Prestimonios, ou Beneficios simples, de certas Igrejas, o Padroado delles à sua Casa, pag. 513.*
- Num. 13. *Bulla do Papa Gregorio XV. em que confirmou a dita Bulla dos Prestimonios concedidos à Casa de Ferreira, pag. 519.*
- Num. 14. *Breve de muitas graças concedidas ao primeiro Marquez de Ferreira, e seus successores, pag. 523.*
- Num. 15. *Contrato, e transacção entre o Marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, e seu sobrinho D. Alvaro de Mello, pag. 531.*
- Dit. Num. 15. *Contrato de casamento do segundo Marquez de Ferreira, com a Senhora D. Eugenia, filha do Duque de Bragança, pag. 546.*

- Num. 16. *Alvará da Duqueza D. Joanna , sobre o dote de sua filha; com o Marquez de Ferreira , pag. 549.*  
 Dit. Num. 16. *Carta de Marquez de Ferreira a D. Francisco de Mello , pag. 549.*  
 Num. 17. *Carta de Conde de Tentugal de juro, e herdade , pag. 550.*  
 Num. 18. *Carta de Conde de Tentugal para o filho primogenito do Marquez de Ferreira , pag. 551.*  
 Num. 19. *Carta porque ElRey fez merce ao Marquez de Ferreira , de todas as Villas , e mais cousas , que tinha da Coroa , de juro , fóra da Ley Mental , pag. 552.*  
 Num. 20. *Alvará do titulo de Marquez de Ferreira , ao Marquez D. Francisco de Mello , para seu filho , e neto , pag. 553.*  
 Num. 21. *Carta da Rainha D. Luiza para o Duque de Cadaval , em que lhe dá conta da morte delRey D. João o IV. pag. 553.*  
 Num. 22. *Carta para o Marquez das Minas estar à ordem do dito Duque , pag. 554.*  
 Num. 23. *Carta para o Conde de Gallovay estar à ordem do mesmo Duque , pag. 555.*  
 Num. 24. *Alvará para o Duque de Cadaval fazer morgado de certos bens , &c. pag. 555.*  
 Num. 25. *Decreto para o Duque ir à Junta dos Tres Estados , pag. 556.*  
 Num. 26. *Contrato do casamento do Duque D. Jayme , com a Princeza Henriqueta Julia , pag. 557.*

## L I V R O X.

- N**Um. 1. *Carta delRey D. Duarte , em que faz merce ao Conde de Ourem , de lhe confirmar a doação do Condestavel , dos Reguengos de Sacavem , &c. pag. 567.*  
 Num. 2. *Carta delRey D. Duarte , em que faz merce ao dito Conde da Agua de Alviela , de juro , e herdade , pag. 570.*  
 Num. 3. *Carta do dito Rey , de certas jurisdições , &c. pag. 571.*  
 Num. 4. *Carta delRey D. Affonso V. em que lhe faz merce de certos Privilegios , pag. 572.*  
 Num. 5. *Carta delRey D. Duarte , para que se guarde ao Conde de Ourem o artigo das Cortes de Santarem , pag. 573.*  
 Num. 6. *Diario da jornada , que o Conde de Ourem fez ao Concilio de Basileia , pag. 573.*  
 Num. 7. *Carta de legitimação de D. Francisco de Portugal , primeiro Conde de Vimioso , pag. 630.*  
 Num. 8. *Outra Carta de legitimação ao dito Conde , pag. 631.*  
 Num. 9. *Alvará para que o Corregedor não entre nas terras de D. Francisco de Portugal , pag. 632.*  
 Num. 10. *Carta delRey D. Manoel , porque fez Conde de Vimioso a D. Francisco de Portugal . pag. 632.*  
 Num. 11 *Carta da Rainha Catholica D. Isabel , de certa quantia a D. Joanna de Vilbena , pag. 633.*

Num.



- Num. 12. *Carta de convenção entre os Condes de Vimioso, e Villa-Nova, com approvação delRey, sobre o Offício de Vêdor da Fazenda, pag. 634.*
- Num. 13. *Carta da Comenda, e Alcaidaria môr de Thomar, e das Pias, a D. Affonso, Conde de Vimioso, pag. 635.*
- Num. 14. *Carta de privilegio para arrecadação das suas rendas, concedido ao Conde de Vimioso, pag. 637.*
- Num. 15. *Carta em que ElRey deroga os privilegios da Villa de Aguiar da Beira, pag. 639.*
- Num. 16. *Carta porque ElRey mandou meter de posse ao Conde de Vimioso da dita Villa, pag. 641.*
- Num. 17. *Sentença da precedencia do Conde de Vimioso, contra o Conde de Penella, pag. 642.*
- Num. 18. *Alvará delRey D. João o III. da precedencia do Conde de Vimioso, ao Conde de Penella, pag. 644.*
- Num. 19. *Carta de Camereiro môr do Principe D. João, ao Conde de Vimioso, pag. 647.*
- Num. 20. *Alvará para o dito Conde não pagar direitos, pag. 648.*
- Num. 21. *Doação da Villa do Vimioso ao dito Conde, pag. 649.*
- Num. 22. *Carta da Alcaidaria môr de Vimioso, pag. 650.*
- Num. 23. *Carta de doação da Villa de Aguiar da Beira, ao Conde de Vimioso, pag. 652.*
- Num. 24. *Carta do Conselho delRey ao Conde de Vimioso D. Affonso de Portugal, pag. 654.*
- Num. 25. *Carta da Rainha de França de prometimento de dote a D. Luíza de Gusmão, depois Condeessa de Vimioso, pag. 654.*
- Num. 26. *Instrumento da venda da Capitania de Machico, por D. Antonio da Sylveira, a Francisco de Gusmão, Mordomo môr da Infante D. Maria, pag. 655.*
- Num. 27. *Doação da Capitania de Machico, que teve em dote o Conde de Vimioso D. Affonso de Portugal, pag. 659.*
- Num. 28. *Alvará de segurança de arrhas, da Condeessa de Vimioso D. Luíza de Gusmão, pag. 666.*
- Num. 29. *Memorial do Conde de Vimioso, à Rainha D. Catharina, sobre o que se passara, quando o mandou a Castella com a Infante D. Maria, pag. 667.*
- Num. 30. *Alvará para que os Ouvidores do Conde de Vimioso D. Affonso, das Villas de Aguiar, e Vimioso, possam estar fóra das ditas Villas, não passando de seis legoas, pag. 670.*
- Num. 31. *Privilegio para o dito Conde poder caçar na Coutada de Evora, pag. 671.*
- Num. 32. *Alvará para darem aposentadoria em toda a parte ao dito Conde, pag. 671.*
- Num. 33. *Alvará para o Conde, e Condeessa de Vimioso, poderem andar em andas, quando forem por caminho, pag. 672.*
- Num. 34. *Carta de recomendação da pessoa do Conde de Vimioso, a D. Francisco da Costa, Embaixador em Marrocos, pag. 672.*
- Num. 35. *Apontamentos do testamento do Conde de Vimioso D. Affonso de Portugal, pag. 673.*
- Num. 36. *Cortidão de D. Luiz de Noronha, sobre o despacho do dito Conde de Vimioso, pag. 676.*

- Num. 37. *Alvará de successão da Casa ao Conde de Vimioso D. Affonso, para seu filho*, pag. 677.
- Num. 38. *Alvará de D. Luiz de Portugal, Moço Fidalgo, accrescentado a Fidalgo Escudeiro, e a Fidalgo Cavalleiro*, pag. 678.
- Num. 39. *Quitação do Conde de Vimioso D. Luiz, do dote da Condeessa sua mulher*, pag. 679.
- Num. 40. *Carta do titulo de Conde de Vimioso a D. Luiz de Portugal*, pag. 682.
- Num. 41. *Alvará do titulo de Conde a D. Affonso de Portugal*, pag. 683.
- Num. 42. *Memorial do Conde de Vimioso, dos aggravos, que a sua Casa havia recebido*, pag. 684.
- Num. 43. *Contrato do casamento do Conde D. Affonso de Portugal, com D. Maria de Mendoça*, pag. 686.
- Num. 44. *Consulta, que se fez a ElRey D. Philippe IV. sobre as pertenças do Conde de Vimioso*, pag. 697.
- Num. 45. *Portaria de certas merces ao Conde de Vimioso*, pag. 699.
- Num. 46. *Carta de Marquez de Aguiar a D. Affonso de Portugal*, pag. 700.
- Num. 47. *Carta de Marquez ao Conde de Vimioso, de que consta a transacção, que fez com a Coroa, sobre a Capitania de Pernambuco*, pag. 701.
- Num. 48. *Bulla do Papa Clemente VII. em que dá poderes de Legado, e faz Nuncio a D. Martinho de Portugal, Arcebispo do Funchal*, pag. 702.
- Num. 49. *Ereção da Igreja do Funchal em Metropolitana, e Primacial, &c.* pag. 708.







1

P R O V A S  
D O L I V R O V I I .  
D A  
H I S T O R I A  
G E N E A L O G I C A  
D A  
C A S A R E A L  
P O R T U G U E Z A .

*Continuaõ as Provas do dito Livro promettidas, que naõ  
couberaõ no Tomo IV.*

*Carta passada a D. Francisco de Faro, Conde de Odemira, de Ayo  
delRey D. Affonso VI.*

**D**Om Affonso por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem, Mar em Africa Senhor de Guine e da Conquista navegaçaõ, e comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito a ElRey meu Senhor e Pay que Deos tem ordenar em seu Testamento me servisse com Ayo a necessidade que delle tenho pela idade em que me acho, e ao muito que convem que na pessoa que ouver de ser se achem juntas tantas, e taõ grandes qualidades, partes e mercimentos como se requerem para fazer hum Principe perfeito e capaz de governar hum Monarchia: por todas estas e outras muitas e boas partes que concorrerem na pessoa de D. Francisco de Faro Conde de Odemira meu muito amado sobrinho do meu Conselho de Estado, e Presidente do Conselho Ultramarino, dezejando por todas estas rezoens pela calificaçaõ, e antiguidade da sua Casa por seu sangue, e devido que comigo tem concervar nelle a memoria de seus passados taõ benemeritos, e taõ estimados dos Senhores Reys meus predecessores, tendo por certo que o Conde me sabera merecer (e servir) toda a

Num. 44.  
An. 1659.

A

Tom. V. hon-

honra e merce que lhe fizer muito como pedem suas obrigaçoens e com aquelle amor que merece a grande confiança que delle faço, e a boa vontade que lhe tenho, me praz e hey por bem de o escolher para me servir de Ayo em quanto eu asim o ouver por bem, e com aquelle poder e superioridade jurdição, mando, authoridade, precedencias, preeminencias, e prerogativas que por hum meu Regimento lhe mandey declarar, e que tiveraõ os que foraõ Ayos dos Senhores Reis destes Reynos, e havera de ordenado em quanto me servir nesta occupação cento e tres mil setecentos trinta e nove reis que se lhe sentaraõ na parte de minha fazenda em que haja melhor pagamento, os quaes começara a vencer do mes de Agosto do anno de 1657 que começou a servir em diante, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim asinada passada por minha Chancellaria, e sellada com o sello pendente de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos 15 dias do mes de Mayo Luis Teixeira de Carvalho a fes anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1659. Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

A RAYNHA.

*Carta do Secretario Pedro Vieira da Sylva, para o Conde de Odemira.*

**Dit. n. 44.** **An. 1657.** **S**enhor Conde de Odemira. No dia de Domingo que se celebra a festa do Corpo de Deos da Capella, lhe toca a Vossa Senhoria ir esperar a Sua Magestade que Deos guarde na galaria, e sair com elle detraz no melhor lugar por o Officio de Vossa Senhoria preceder a todos os outros da Caza Real. Ha de Vossa Senhoria de vir acompanhando athe o sitial e passando a diante tomar lugar junto a cadeira de Sua Magestade na parte que olha para o Evangelho junto a parede, e a ponta do sitial: Quando Sua Magestade se houver de sentar toca ao Reposteiro Mor chegarlhe a cadeira, ou o Vedor em seu deffeito, e tambem a Sua Alteza e sentado elle toca ao Camareiro Mor lançarlhe o manto e tornar o seu lugar costumado, quando faz esta função, que sempre sera inferior a de Vossa Senhoria, e acabado Sua Magestade de tomar o manto, o haõ de lançar a Sua Alteza que quando se erguer para o tomar ha de fazer mezura a Sua Magestade e Sua Magestade lhe ha de responder com outra, e ainda Sua Alteza ha de estar em pe, em quanto Sua Magestade tomar o manto, nam he necessario que Sua Magestade lhe faça mesura, porque tambem naõ he necessario fazerlha o Infante, o dar a vella a Sua Magestade, quando for tempo disso, e tambem a Sua Alteza toca ao Mordomo Mor. Ha de Vossa Senhoria advertir a Sua Magestade das pessoas que ha de nomear para levarem as varas do palio: hum ha sempre de ser de ElRey que he a primeira, e da outra parte em correspondencia a maõ esquerda de Sua Magestade o Serenissimo Infante D. Pedro, e a ambos ha de entregar as varas o Mordomo



mo Mor, e as ha de tornar a tomar, quando largarem o palio: a outra vara detras de Sua Magestade se dara ao Duque de Cadaval, se for presente, e não sendo a mayor pessoa, que ali estiver, e a outra detras de Sua Alteza sera rezaõ dar ao Marques de Niza as mais a titulos, e alguns fidalgos razos, atlie dous ao mais de muita authoridade se se acharem presentes, e a Vossa Senhoria lhe toca hir junto a Sua Magestade em melhor lugar que o Camareiro Mor, que tambem ha de hir aly, porque ainda que Sua Magestade leva a fralda recolhida, sempre vai neste lugar para lha compor, se cahir, e quem leva a fralda de Sua Alteza ha de tomar lugar junto a elle na correspondencia do Camareiro Mor, e se for necessario ajudar a levar a vara do palio a Sua Magestade toca fazello o Mordomo Mor, que lha deo por não ser justo darlha para a largar a outrem: Sua Magestade e Sua Alteza estam advertidos da cortezia que ham de fazer aos titulos, e das que ham de fazer a Rainha Nossa Senhora e a Serenissima Infanta D. Catharina, que são as mesmas que Sua Magestade que Deos tem lhes fazia, e alguma couza mais se puder fer. Ao bejar do missal, e portapax sabe Sua Magestade tambem o que ha de fazer, que he levantar-se da cadeira, sem se mover do lugar, e acabada a cerimonia virar-se para o altar e fazer mesura para elle, e sentar-se depois. O Infante fara de outra maneira, como se dira no papel da pessoa, que o ha de ter a sua conta, porque Sua Alteza se ha de levantar a bejar cada hua destas couzas, e a ida, e a volta ha de fazer mesura a Sua Magestade, e se ha de levantar Sua Magestade e fazerlhe outras medidas, advertindo que feita a primeira, se ha de tornar assentar, ainda que o Infante va em pe bejar, e quando Sua Alteza se levantar, e lhe tornar a fazer mesura, se tornara Sua Magestade a levantar e fazerlhe outra, e não conthem mais o dito Registo Lisboa 22 de Outubro de 712. Antonio de Oliveira de Carvalho Official mayor da Secretaria de Estado.

*Ordens, que se mandaraõ praticar no serviço delRey D. Affonso VI. quando se lhe poz Casa. Original se conserva na Livraria do Principal de Almeida Mascarenhas.*

I **Q**uarta feira que vem, que se contaõ sete do corrente se muda ElRey nosso Senhor que Deos guarde para o quarto do forte, e se ha de servir com os officiaes e creados de sua caza na mesma forma, e com os mesmos regimentos com que o fazia ElRey que Deos tem e o fizeraõ sempre os Senhores Reys destes Reynos seus Avoz. Mas porque Sua Magestade pela idade em que se acha não escuza ser assistido de dia e de noite de duas pessoas em quem concorraõ, a qualidade, authoridade, e partes que convem; resolveo que em quanto não tinha idade para escuzar tão continua assistencia, cinco officiaes de sua casa, que são Mordomo mor, Camareiro mor, Estribeiro mor, Reposteiro mor, Porteiro mor

Num. 45.

An. 1660.

mor tomasse cada hum delles por turno sua semana , para o vir acompanhar , e que o official que tiver semana , durma , e assista no Paço dando pela menhã a camisa , e vestindo a Sua Magestade e desvestindo à noute , e assistindolhe sem o perder de vista , menos nas horas de lição , que Sua Magestade quer tomar mais secretamente e lhe ha de assistir à meza e a tudo o mais em quanto Sua Magestade estiver com a porta fechada , porque dando alguma audiencia , ou fazendo alguma outra função publica , para que se deva abrir a porta , irão todos seus officiaes a fazer seus officios , sem differença do que tem semana ao que a não tem.

2 Em quanto a porta estiver fechada estará o governo da caza à sua ordem , e fará nella todos os officios no que se não escusar da porta para dentro , como se fora proprietario de todos: mandara abrir a porta: tomara os recados , dará as repostas , mandara preparar a caza , e assinará o dia e hora às pessoas a que Sua Magestade houver de falar , reconhecerá à noute as portas e genellas de todo o quarto na forma em que o deve fazer a pessoa que assiste de noute à Sua Magestade , e as tornará a reconhecer pela menhã , e mandará fazer a cama junto a porta da caza , em que Sua Magestade houver de dormir , para acudir todas as vezes que elle chamar. Ha de comer no Paço na caza , que se lhe ha de signalar , e lhe haõ de servir os pratos na forma , quantidade e qualidade em que se fazia aos Gentishomens que assistiaõ ao Principe nosso Senhor que Deos tem.

3 E porque será conveniente que com o official da caza assista a Sua Magestade outra pessoa mais em quem concorraõ as qualidades que ficão apontadas , e que tome semana assim como o ha de fazer o official da caza , assistindo sempre menos ao dormir em que o official ha de vir para o Paço as sete da manha e jantara nelle em companhia do official da caza , e se recolherá à noute depois que Sua Magestade se deitar advirtindo que sempre o governo da caza ha de ficar com o official a que toca por seu officio , e o companheiro fara só assistencia à Real pessoa de Sua Magestade todas as horas do dia té que se recolha.

4 Para o serviço interior da caza se haõ de assignar quatro moços da Camara da Guardaroupa , em que entra o das chaves , os moços da Camera do serviço que parecerem necessarios hum Thesoureiro e quatro Reposteiros , e parecendo necessario mais creados para o serviço se tomaraõ mandandolhes recado o official da caza que tiver semana.

5 Estes officiaes que haõ de ter semana , e os Fidalgos seus companheiros haõ de ter cada hum sua chave negra que servirá só para ficharem e abrirem a porta quando entrarem e sahirem e as não haõ de trazer em publico senão de secreto na algebeira.

6 Depois de Sua Magestade se vestir que será as sete horas almoçará e feito isso irá à missa e logo ao despacho que procurará sair a horas que possa dar lição , depois jantará , e desde que acabar te as duas horas , ou pouco mais , se entreterá com as pessoas que lhe forem apontadas pelos dous fidalgos que lhe assistirem procurando



curando sejaõ as gratas a ElRey (naõ havendo inconveniente) e sendo na qualidade, e nos costumes as que convem desviando a Sua Magestade tudo o que lhe pode dar ruim exemplo assim de obra como de palavra e este entretenimento fará Sua Magestade sempre à vii-ta dos Fidalgos que lhe assistirem.

7 Das duas por diante entrará Sua Magestade a dar lição ou para se apreheçoar no ler, e escrever se ainda lhe he necessario, ou de Latin: dada a lição, merendará e sobre a merenda tomara lição de cavallo, ou de esgrima, ou irá fora (que sempre será conveniente o faça quando menos humas ves na semana) repartindo os dias como parecer. CEARÁ sedo para lhe ficar tempo de se entreter na forma que fica apontado sobre o jantar; e assim este entretenimento como o de sobre jantar ha de ser o que ja pede a idade de Sua Magestade, mais quieto, e de menos estrondo que os outros que te agora pedia a idade.

8 O estarem os homens sempre occupados he o melhor meyo para evitar inconvenientes procurar-se-ha que Sua Magestade tenha sempre em que se occupar sem exercicio molesto.

9 As leys, e preceitos mais poderozos para os Reys que naõ conhecem superior mais que a Deos são os exemplos de outros Principes e o dezejo de os imitar na piedade para a Religião, na Prudencia para o Governo no vallor quando o pedem as occasiões e nas mais virtudes; e por esta razão nas horas de comer, e em todas as mais que se offerecerem accomodadas procuraraõ aquelles Fidalgos referir-lhe historias das Coronicas dos Reys principalmente dos destes Reynos, persuadindo-o, a que imite os que forem para isso como ElRey Dom Affonso Henriques, Dom João o Primeiro, Dom Manoel e que fuja dos que se perderaõ por naõ procederem como aquelles, como foraõ Dom Sancho Capello a que o Reyno privou por seus desmanchos, Dom Fernando que arriscou tanto o Reyno por seus descuidos e passatempos, Dom Sebastião que se perdeu por pouco considerado, e por naõ seguir os conselhos de seus Ministros. Apontase isto por exemplo, posto que nem este he necessario, a prudencia, e noticias de quem lhe houver de assistir.

10 Haõno de informar das Fronteiras do Reyno do que he cada Provincia que Praças tem de importancia, quem no serve nellas dar-lhe noticia por mayor das Conquistas da forma do governo e ministros, que o servem na paz, e dos titulos e Fidalgos do Reyno para que conhecendo a cada hum os honre conforme ao merecimento que tiverem.

11 Naõ haõ de ter a Sua Magestade taõ fechado que naõ falle a todas as pessoas de consideração que lhe quizerem fallar, nem taõ publico que lhe levem as audiências tempo em prejuizo de suas occupações.

12 As horas de fallar poderaõ ser antes ou depois de merendar: e o affinar esta hora naõ tira, que segundo for a qualidade da pessoa lhe possa fallar Sua Magestade em qualquer occasião que lhe parcer accomodada.

13 Não he necessario advertir que todos es dias pela manhã e à noute ha Sua Magestade de hir beijar a mão à Rainha nossa Senhora, ou as horas, que ella para isso lhe assinar, fazendolhe continuas lembranças, das obrigações que lhe tem, e do grande amor, respeito e obediencia que lhe deve não só por Mãe mas pelas razões que não he necessario, nem facil referir por menor inteirando muyto a Sua Magestade de que não ha de fazer acção nenhuma de que lhe não de conta e de que ella não tenha muyto gosto,

14 Ha Sua Magestade tambem de hir vizitar as mais vezes que puder a Serenissima Infanta Donna Catharina e assistirse muyto do Serenissimo Infante Dom Pedro seus Irmaos tratandolos com o amor que lhe merecem.

15 Advirtisse que o officio de Ayo ha de durar e ha de ter exercicio delle o Conde de Odemira, na forma que se lhe deu por regimento em quanto Sua Magestade não dispozer outra couza.

16 Advirtisse mais que esta forma de serviço não causará prejuizo a nenhum dos officiaes da caza porque ha Sua Magestade por bem se lhes guardem os regimentos de seus officios e tudo o que lhes toca para o exercitarem inteiramente logo que Sua Magestade tomar o governo de seus Reynos e estes meismos da porta para fora ou aberta ella no quarto de Sua Magestade haõ de exercitar na forma que toca a cada hum porque aquelle serviço he só para em quanto o quarto de Sua Magestade estiver com a porta fechada.

17 O tempo e as occasiões e melhor que tudo a prudencia das pessoas que haõ de assistir a Sua Magestade ensinarão o que por hora falta neste papel que se fez por mayor, e para o mais commum, e continuo do serviço Lisboa a 6 de Abril de 1660.

*Carta de Escrivão da Puridade delRey D. Affonso VI. passada ao Conde de Castellomellhor. Está no livro 19 de sua Chancellaria, pag. 162 vers. donde a copy.*

Num. 46. **D**Om Affonso, &c. faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito a grande confiança que fasso da pessoa de Luis de Vasconcellos e Sousa Conde de Castellomellhor, a sua calidade e servilhos e mercimentos, aos daquelles de que descende e muito em particular a memoria do Conde seu pay, que servio toda a vida, athe a perder em meu servilho, esperando de quem o Conde he, me fabera servir, e merecera toda a honra e merce que lhe fizer, e tendo outro si respeito a que os Senhores Reys meus predecessores tiveraõ sempre hum Ministro a que chamavaõ Escrivão da Puridade, por cujas mãos e direcção corriaõ os mayores negocios do Reyno, fiandolos de seu segredo, amor, e juizo, querer agora fucitar este posio em pessoa tal, que dignamente o ocupe por me confiar concorrem na pessoa do Conde todas aquellas partes e outras muitas que o fazem muito merecedor de minha graça e merce.

Ey



Ey por bem de o nomear meu Escrivão da Puridade , e lhe dou aquelle Officio para o ter e lograr , assim e da maneira que o tiverão as pessoas que o occuparão , e melhor se melhor puder fer com toda a jurisdicção , prerogativas , graças , e liberdades , e franquias que ao dito posto competem , e competirão nos tempos passados , e com o ordenado prois , percalços que directamente lhe pertencerem , e competirão sempre : noteficoo assim a todos os Ministros dos Tribunaes , de justiça , guerra , e de minha fazenda e a todos os Officiaes de minha Caza , e lhes mando hajaõ ao dito Conde por meu Escrivão da Puridade , e lhe deixem servir o dito Officio e delie uzar , em tudo per tudo como dito he , sem duvida nem embargo algum , elle jurara na minha Chancellaria , que bem e verdadeiramente me servira , guardando a my , meu servillo , e partes seu direito e justiça , e por firmeza delle mandei dar esta Carta por my assinada , e sellada do meu Sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa aos 21 de Julho. Luis Teixeira de Carvalho a fez anno do Senhor de 1662. Pedro Vieira da Silva a fez escrever.

REY.

*Regimento do Officio de Escrivão da Puridade.*

**D**Om Afonso por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves , daquem e dalem , mar em Africa , Senhor de Guine , e da Conquista Navegação , e Comercio de Ethiopia , Arabia , Persia , e da India , &c. Fazemos saber a todos os tribunaes , conselhos , e ministros de nossos Reinos , que por quanto o officio dos Reys he occupado de tantos e tão graves cuidados , e negocios que não he possível poderem dar elles sós a expedição e despacho , que se requiere , para andar a Republica bem governada ; e desta verdade temos grande testemunho , e approvação no instituto , e costume de todos os Reys , que por seu entendimento , e saber merecerão a immortalidade na memoria dos homens , particularmente os Senhores Reys deste Reino meus Antecessores , cuja prudencia na paz foi tão celebrada , como a fortaleza na guerra assi , que sempre se servirão e ajudarão de ministros de tanta capacidade , e talento , que com seu conselho , e trabalho pudessem dar satisfação ao soberano officio , e Dignidade , em que Deos os pos. Entre estes he de major confiança o cargo de Escrivão da Puridade , e que mais proximo anda ao nosso lado , convem , que quem o exercitar tenha as qualidades , que para elle se requerem ; que seja fidalgo de limpo sangue , e de iam consciencia , prudente , e de muita authoridade , o qual tempere com mansidão , e afabilidade ; e como vem a ser o que mais representa nossa pessoa , deve procurar , que de sua presença , não vá ninguém desconsolado , tenha noticia das historias deste Reino , e dos vezinhos , e dos mais , que cõosco tem comercio , e amizade ; sendo sobre tudo verdadeiro , e secreto. E porque a função e exercicio de  
seu

Num. 47.  
An. 1663.

seu officio pertence a actos publicos, e particulares, trataremos primeiro daquelles, como de mayor importancia, em que se requiere mayor attençaõ.

Primeiramente nas Cortes e Juntas geraes dos tres estados do Reino, fará seu officio assi, e da maneira que o fizeraõ sempre as pessoas que o tiveraõ em tempo dos Senhores Reys meus antecessores. Tomará os juramentos de obediencia, e fidelidade as pessoas, que nellas são obrigadas a jurar; e por sua via se daraõ todas as ordens, que para este acto forem necessarias. Nos actos, e juramentos, em que os Estados do Reino nos jurarem por Rey, ou ao Principe nosso filho por sucessor destes Reinos, assistirá fazendo seu officio.

Terá obrigaçaõ de assistir aos actos publicos de mayor solemnidade e nos recebimentos dos Reys, enterros, e exequias das pessoas Reaes, e outres semelhantes, em que nós assistirmos, tera lugar immediato a nós da parte, em que assistem os officiaes da caza, e sendo titulo o mandarei cobrir.

Toda a correspondencia, que eu tiver com outros Principes, e Estados em materia de paz, tregas, ou guerra, contratos, cazamentos, alianças, instruções avizos publicos, ou secretos, que se derem a quaisquer Embaixadores, Commissarios, Rezidentes, Agentes, e quaisquer outros, que se despacharem dentro, ou fora do Reino, a negocios que toquem ao Estado. Todos os Regimentos, ordens, e Cartas que se ouverem de dar, e escrever aos Vizo-Reys, e governadores das provincias e Praças Ultramarinas, para o bom governo dellas na paz, ou na guerra, assi no que tocar aos meus vassallos, como aos Estrangeiros, mandar exercitos, ou Armadas assi para os mares do Reino, como de fora: e finalmente tudo o que pertencer ao Estado desta Coroa, se expedirá por sua ordem e officio.

Correráõ por sua mão todos os provimentos de Vizo-Reys, e Governadores, assi das Provincias, e Praças do Reino, como do Ultramar, Generaes das Armadas, Almirantes, e todos os officiaes grandes de paz, e guerra, pelos quaes com superioridade se administra o governo publico, como são os Presidentes de Tribunaes, Conselheiros, Secretarios, e Escrivaes delles, Dezembargadores, Ministros da Camara desta Cidade, e quaisquer outros de igual poder, e jurisdicção, creações de titulos, nomeações de Bispos, e Periaziás, officiaes da caza Real, lugares do Santo Officio, Reitor, Cadeiras, e despachos semelhantes da Universidade de Coimbra, e qualquer dependencia das cousas sobreditas; e tomará os preitos, e omenagens, que se me fizerem de qualquer Governo, fortaleza, ou Capitania, assi do Reino como Ultramarinos: e terá em seu poder os Sellos Reaes, e livros das omenagens.

No recebimento dos Embaixadores, ou Enviados dos Principes, ou Republicas, que a este Reino forem mandados, assistirá tambem como pessoa, por cuja mão haõ de correr as preposas, e respostas das Embaixadas.

As consultas de todos os Tribunaes, e Conselhos, viraõ a sua  
mão,



maõ, e vistas por elle, mas communicará, para com isso as despachar com a precedencia que os negocios pedirem.

Todas as petições, que se me derem em audiencia publica, ou particular, lhe serão entregues, para as remeter aos Tribunaes, a que tocaõ; e as que ouverem de despachar em minha presença, as dará aos Secretarios, segundo por sua materia lhe pertencerem.

Afflirtira comigo a affinatura de todos os papeis, e postos os despachos nas consultas e petições, lhas entregaraõ os Secretarios para eu affinar; e despois de affinadas as enviaraõ aos Secretarios, para que as remetaõ logo aos Tribunaes, a que tocaõ, e dem as partes o despacho de suas petições. E encarregolhe muito, que em tudo isto se haja com grande cuidado, sem dilação alguã, principalmente nas que forem dos Soldados, e pessoas que servem na guerra actualmente, cuja remuneração não queremos dilatar, antes mandar premiar seus serviços, quanto compadecer o estado das couzas, e apertos da fazenda Real.

Em todas as cartas, que se fizerem em meu nome pelas Secretarias de Estado, e Expediente, ou sejaõ para o Reino, ou para fora, porã sua vista; e assi mesmo nas Instruções, e Regimentos que se derem aos Embaixadores, e Enviados.

Os votos que derem por escrito os Conselheiros de Estado, para os postos, e lugares do Reino, e suas Conquistas, ou para qualquer outra merce, que eu haja de fazer, se haõ de remeter a sua maõ, para os trazer a despacho a minha presença; e do que eu resolver fará avizo por sua via aos Secretarios para o fazerem a saber às pessoas, que forem providas nos taes postos, lugares e merces.

As ordens, que remeter em meu nome debaixo do seu final, se dará inteiro comprimento, nas Secretarias e Tribunaes, a que forem remetidas, por ser o Escrivaõ da Puridade huma vos nossa, e se haver de guardar por isso como ordem minha.

E pela grande confiança, que fazemos de sua pessoa, e necessidade que pode haver em alguns cazos de me dar conta delles, para se lhe acudir promptamente, mando, e ordeno, que sem embargo de qualquer Regimento em contrario, tenha entrada para chegar a nossa presença em qualquer casa, e lugar em que estivermos, posto que seja em nossa Camara.

Tera com este officio o ordenado e propinas, que levaõ os meus Vedores da fazenda, o que se entenderá tanibem nos mais Tribunaes, e Conselhos, em quanto as propinas, em razão do trabalho, que tem no despacho, e expedição de seus negocios, e papeis; e as propinas seraõ na forma, que levaõ os Presidentes, tendo outro si respeito a se haver praticado isto mesmo com os Escrivaes da Puridade passados. E este Regimento passará pela Chancellaria, e se lançará na Torre do Tombo. E mando a todos meus Tribunaes, Conselhos, e Ministros, que o guardem em tudo; como nelle se contem, e como ley passada por mym de *plenitudine potestatis*, e poder Real, sem embargo de qualquer ordenação, ley o privilegio



de qualquer outro officio , ou regimento , que neste se derrogue em todo ou em parte. Dado nesta Cidade de Lisboa aos doze dias do mez de Março Luis Teixeira de Carvalho o fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e seiscentos sessenta e tres. Antonio de Souza de Macedo o fis escrever.

ELREY.

*Tratado do Casamento delRey D. Affonso VI. com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, tirado do Original, que está na Secretaria de Estado.*

Num. 48. **C**ontract des articles, et conditions de la dot, et du mariage, qui doit estre celebré, entre le Serenissime, très haut, très puissant Dom Alphonse Sixiésme, par la grace de Dieu Roy de Portugal, des Algarves, de l' une et de l' autre mer en Afrique, Seigneur de Guinée et de la conquête, navigation, et commerce d' Ethiopie, Arabie, Perse, et Indes: Et la Serenissime, et très Excellente Princesse Madame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye Duchesse de Nemours, et d' Aumalle, traité, et conclu, par l' Excellent Seigneur Monsieur François de Mello de Torres, Marquis de Sande, Comte da Ponte, Conseiller d' Etat, et de Guerre du dit Seigneur Roy, comme procureur, et Ambassadeur extraordinaire du Serenissime très haut, et très puissant Seigneur le Roy de Portugal; Et les Excellens Seigneurs Monsieur le Duc d' Estrées, Pair, et premier Marechal de France, Et Cesar d' Estrées Evêque, et Duc de Laon, Pair de France, comme procureurs de la Serenissime, et très Excellente Princesse Madame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye, Et pareillement chargé de procuration à cet effet de haut, et puissant Prince Monsieur le Duc de Vendosme, Et haute, et puissante Princesse Madame la Duchesse de Vendosme, Oncle, grande Mere, et tuteurs de la Serenissime Princesse Madame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye.

I.

Les dits Excellens Seigneurs François de Mello de Torres, Marquis de Sande, Comte da Ponte, du Conseil d' Etat, et de Guerre de Sa Majesté, Et le Duc de Estrées, Pair, et premier Marechal de France, et Evêque, et Duc de Laon, Pair de France, toutes choses bien considerées, et examinées, sont reciproquement convenus, et ont conclu, arrêté, et déterminé, d' achever le mariage du très haut, et très puissant Seigneur Dom Alphonse Sixiésme Roy de Portugal, avec la très Excellente, et Serenissime Princesse Madame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye, Duchesse de Nemours, et d' Aumalle, avec toute la diligence qu' une affaire si importante, et que le bien de toute la Chrestienté le desire; Pour cet effet a été résolu, et accordé, que l' Excellent Seigneur François de

de Mello de Torres, Marquis de Sande, Comte da Ponte, en vertu du pouvoir, et de la procuration speciale, qu' il a pour cet effet du dit Serenissime Roy de Portugal, recevra en son nom à la Cour du Roy de la Grande Bretagne pour Epouse du dit Serenissime Roy de Portugal, la Serenissime Princesse Madame Marie Françoisse Elifabeth de Savoye, et passera cet acte de mariage avec la personne à qui la Serenissime Princesse aura donné un semblable pouvoir, et procuration speciale, pour recevoir, et prendre pour son Epoux le dit Serenissime Roy, selon la forme, et les solemnités de l' Eglise Catholique, Apostolique, et Romaine, prescrits par les Sacrés Canons, et par le Concile de Trente, et selon les actes accoutumés dans les mariages de Roys, dont le dit Seigneur Evêque, et Duc de Laon, ou la personne qui celebrera le mariage, donnera les certificats, ou instruments autentiques au dit Excellent Seigneur Marquis de Sande, et à la ditte Serenissime Princesse, qui y mettront leurs noms, comme aussi les témoins necessaires.

## II.

Aussitôt que cet acte sera celebré, et le certificat donné à l' une, ou à l' autre des parties, le dit Seigneur Marquis de Sande, reconnoîtra la ditte Serenissime Princesse Madame Marie Françoisse Elifabeth de Savoye, pour Reine de Portugal.

## III.

Il a été arrêté, et accordé entre les Excellens Seigneurs Marquis de Sande, Duc d' Estrées, et Evêque Duc de Laon, que la dot de la ditte Serenissime Princesse Madame Marie Françoisse Elifabeth de Savoye, sera de sixcens mille Efcus, monnoie de france, bonne et aiant cours, qui font un million huitcens mille livres tournois; à sçavoir quatercens mille Ecus, qui seront portés en espèces à Lisbonne, et les autres en effets, et de la manière qu' ils seront déclarés dans l' article suivant.

## IV.

Il a été convenu, et accordé entre le dit Seigneur Marquis de Sande, Duc d' Estrées, Evêque et Duc de Laon, que pour faire connoître à toute l' Europe la grande consideration, et la difference que font les maisons de Nemours, et de Vendôme du mariage du Serenissime Roy de Portugal à tout autre, la dot de la Serenissime Princesse seroit plus grande, que celles qui ont été données jusques a present aux Princesses de cette maison en les mariant; Et pour cet effet ils sont convenus, que la ditte dot sera de sixcens mille Ecus, à sçavoir cent mille Ecus monnoie de france, que l' Excellent Seigneur Marquis de Sande porta l' année passée à Lisbonne, et de laquelle somme l' Excellent Seigneur Comte de Castelmellor a donné déjà son reçu à Monsieur Gravier, et déclaré par icelui, qu' il la recevoit pour compte, et faisant partie de la ditte dot; Et pour les autres cinqcens mille Ecus restans pour parfaire la somme de sixcens mille Ecus, les dits Excellens Seigneurs Duc d' Estrées, et Evêque et Duc de Laon, s' obligent comme procureurs de tenir prêt et fournir quatercens mille Ecus, monnoie de france, qui font un million



deuxceens mille livres tournois , argent bon , et aiant cours au port ou la ditte Serenissime Princeſſe s' embarquera pour aller en Portugal , a fin que l' argent puiſſe être emporté avec elle ; Et le dit Excellent Seigneur Marquis de Sande au nom du Serenissime Roy de Portugal ſon maître , ſera obligé de garentir la Serenissime Princeſſe , de tous les riſques que ſa dot pourroit courrir ſur la mer , depuis le jour qu' il verra embarquer la ſomme de la ditte dot dans les Vaiſſeaux ou la ditte Serenissime Princeſſe s' embarquera pour paſſer en Portugal , juſques au jour de ſon arrivée à Liſbonne , ou à quelque havre de Portugal , ou débarquera la ditte Serenissime Princeſſe ; Et en ce lieu les dits Seigneurs Duc d' Eſtrées , et Evêque et Duc de Laon , s' obligent de faire remettre la ditte ſomme de quatreceens mille Ecus monnoie de france , en même nature et eſpèces que dit eſt , entre les mains des Miniſtres du Serenissime Roy de Portugal , qui ſeront députés pour cela par Sa Majeſté , lesquels en donneront toute quittance , et décharge neceſſaire à ceux qui ſeront commis pour cet eſſet par la ditte Serenissime Princeſſe , et par les dits Excellens Seigneurs Duc d' Eſtrées , et Evêque et Duc de Laon ; Et pour les autres cent mille Ecus , reſtans pour l' accompliſſement et parfait païement de la ditte dot , les dits Seigneurs Duc d' Eſtrées , et Evêque et Duc de Laon , s' obligent de les faire paier à Liſbonne dans le tems de quatre années , ou plutôt ſi la diſcuſſion des biens peut être faite , aux Miniſtres du dit Serenissime Roy ſelon la forme ſuſditte , ſur laquelle ſomme d' un million deuxceens mille livres tournois ſera priſe la ſomme de quatre vingt dix mille livres , et miſes ès mains de la Serenissime Princeſſe pour ſournir à la dépenſe de ſon voiage , et autres qu' il lui conviendra faire en partant , ſans aucune diminution des douze ceens mille livres à l' égard de la reſtitution de la dot.

## V.

Sa Majeſté le Serenissime Roy de Portugal deſirant paſſionément de faire voir à tout le monde , l' eſtime qu' il fait des très hautes qualités , et vertus de la Serenissime , et très Excellente Princeſſe Madame Marie Françoisſe Eliſabeth de Savoye , veut qu' avenant le décès de la Serenissime Reine de Portugal ſa Dame et mere , la ditte Serenissime Princeſſe Dame Marie Françoisſe Eliſabeth de Savoye , ait après Elle la Cité de Faro , Alenquer , Cintra , et autres Villes , gouvernemens , Chateaux , juridiſtions , nominations , et diſpoſitions d' Abbayes , et autres benefices , et generalement toutes les terres , dont la ditte Serenissime Reine mere jouit apresent , pour être poſſedés par la ditte Serenissime Princeſſe Dame Marie Françoisſe Eliſabeth de Savoye durant ſa vie , ainſi que la Serenissime Reine mere , et toutes les autres Reines de Portugal en ont touſjours joui , lesquels Etats valent quatre-vingt à cent mille cruſados par an , et quelques fois plus.

## VI.

Le Serenissime Roy de Portugal établira la maiſon de la Serenissime Reine ſa femme un mois après qu' elle ſera arrivée a Liſbonne avec la même grandeur , et magnificence que celles des autres Reines qui l' ont précédées , et qu' il eſt convenable à ſon rang , et à ſa dignité.

Auſſitôt



## VII.

Aussitôt que la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye sera arrivée à Lisbonne, Elle jouira de tous les droits, privileges, et facultés dont les Reines de Portugal ont joui jusques a present dans les douïannes, maisons des coûtumes, maisons des conquêtes, et par tout ailleurs où il appartiendra.

## VIII.

Jusques a ce que la Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye soit en possession des Etats mentionnés au cinquième article, le Serenissime Roy de Portugal lui assignera un revenu de trente mille crusades par an pour ses dépenses.

## IX.

Et en cas que la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye survive le Serenissime Roy de Portugal, soit qu' elle ait des Enfans, ou qu' elle n' en ait pas, Elle aura pendant sa vie les dits Etats des Reines de Portugal pour les posséder, et en jouir, ainsi que les autres Reines en ont joui, et comme la Serenissime Reine mere les possède a present.

## X.

En cas que la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye survivant au Serenissime Roy son époux, la Serenissime Reine mere possède encore les Etats mentionnés au cinquième article, et que par ce moïen la ditte Serenissime Princesse ne les puisse encore posséder, le Serenissime Roy de Portugal promet, et s' oblige selon sa magnificence, et generosité accoûtumée, outre les trente mille crusades ci devant mentionnés de lui assigner d' autres établissemens, et revenus jusques à ce qu' elle jouisse des dits Etats, et en la place d' iceux qui soient convenables, et proportionnés à son rang, et à sa dignité Roïale, et pareils aux traitemens faits aux autres Reines qui l' ont precedée, et à ceux dont jouit presentement la ditte Serenissime Reine mere; En sorte nean moins que les trente mille crusades mentionnés au present article feront partie, et entreront en compte des dits établissemens, Etats, et revenus qui doivent être assignés à la ditte Serenissime Princesse en vertu, et suivant le present article.

## XI.

En cas que la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoise Elisabeth de Savoye survive le Serenissime Roy de Portugal, et qu' elle n' ait point d' Enfans, et veuille sortir du Roïaume de Portugal, on lui rendra sa dot entière; et outre et par dessus sa dot, on lui donnera la somme de cinq cens mille livres tournois, faisant le tiers d' icelle dot, qu' elle pourra emporter librement et sûrement en quelque lieu quelle se retire; comme aussi ses bagues, joyaux, argenterie, et meubles, tant ceux qu' elle auroit porté avec elle, que ceux qu' elle auroit pû avoir, ou acquérir depuis; à la reserve toutes fois de ceux, ou de celles qui se trouveront être de la Couronne de Portugal; Et pareillement Elle pourra disposer, et tester selon sa volonté et intention de tout ce qui lui sera advenu, et

échû

échû par succession , donation , ou autrement en quelque manière que ce puisse être , et jusques à l' ainel payement , et remboursement des dittes sommes ; Elle jouira pleinement et librement , soit en Portugal , ou en quelqu' autre lieu qu' elle se retire , des droits , privileges , prerogatives , Etats , et revenus affectés aux Reines de Portugal , et mentionnés dans les articles precedens , lesquels seront payables , et renboursables en trois payemens égaux , et en trois années consécutives ; et à proportion que les dits payemens seront faits , elle se demettra des dits droits , privileges , prerogatives , Etats , et revenus , absolument et entièrement après l' aclus , et parfait remboursement des dittes sommes.

## XII.

Comme aussi aiant la ditte Serenissime Princesse des Enfans de son mariage , et survivant au Serenissime Roy de Portugal en cas qu' elle voulut sortir du Roïaume , on lui rendra seulement le tiers de sa dot , et le tiers des cinq cens mille livres tournois donnés par dessus la ditte dot , dont elle pourra disposer , ainsi que des bagues , joyaux , argenterie , et meubles qu' elle auroit pû avoir depuis , autres toutes fois que ceux qui se trouveront être de la Couronne ; Pareillement Elle pourra disposer , et tester de tout ce qui lui aura pû échoir par succession , donation , ou autrement en quelque manière que se puisse être , et l' emporter avec elle en quelque lieu qu' elle se retire ; les deux autres tiers de la dot , et du tiers d' icelle montant à la somme de cinq cens mille livres tournois accordés par forme d' augment de dot , demeureront affectés à ses Enfans , dont elle aura seulement la jouissance et perception des revenus sa vie durant , qui lui seront portés sûrement , et librement , en quelque part qu' elle puisse être.

## XIII.

Arrivant le prédécés de la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye , un tiers de sa dot montant à la somme de cinq cens mille livres tournois , demeurera par forme de gain nuptial au Serenissime Roy de Portugal ; et les deux autres tiers , avec ses bagues , et joyaux , et meubles , tant ceux qu' elle aura portés , que ceux par elle depuis acquis , autres toutesfois que ceux de la Couronne de Portugal , comme aussi tout ce qui lui aura pû échoir pendant son mariage par succession , donation , ou autrement de quelque manière que ce puisse être , appartiendront en propre à ses Enfans , ou au défaut d' iceux passeront à ses heritiers de son côté , et ligne , sans toutes fois qu' en consequence de ces articles le pouvoir et faculté de tester , et de disposer librement selon son intention et volonté de tous les biens qu' elle aura , lui soient ôtés.

## XIV.

Le dit Serenissime Seigneur Roy de Portugal donnera en faveur de mariage à la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye , la valler de quarante mille Ecus de bagues , et joyaux , qui seront estimés lors de la délivrance qui en sera faite



faite à la ditte Serenissime Princesse, lesquels elle pourra emporter arrivant le prédécès du dit Serenissime Seigneur Roy de Portugal, avec sa dot, et autres choses à elle accordées par les presens articles.

## XV.

La ditte Serenissime Princesse se charge de la dépense des personnes qui la suivront, depuis son départ de Paris jusques à son arrivée à Lisbonne, ou au premier havre du Roïaume de Portugal, ou elle pourra débarquer.

## XVI.

A été aussi convenu, et accordé, que dans la somme d'un million cinq cens mille livres tournois promise en dot, laquelle somme doivent compter, et recevoir les Ministres du Serenissime Roy de Portugal, comme il est déclaré ci devant, il n'y entrera point la valeur des bagues et joyaux de la ditte Serenissime Princesse Dame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye, ni les autres meubles qu'elle pourra faire apporter avec soy de quelque nature qu'ils soient, lesquels néanmoins seront tels que les dits Excellens Seigneurs Duc d'Estrées, et Evêque et Duc de Laon croiront être propres, et convenables à la grandeur d'une telle Princesse.

## XVII.

Et comme il avoit été resolu, et accordé, que l'Excellent Seigneur Evêque et Duc de Laon passeroit en Angleterre, pour conclure, et ratifier en ce lieu, ce que l'Excellent Seigneur Marquis de Sande avoit déjà concerté en France par l'entremise de Monsieur le Marquis de Ruigni avec l'agrément, et la participation de leurs Majestés Britanniques; et parce qu'il avoit été convenu par le premier article de ce contract, que le mariage du Serenissime, très haut, et très puissant Seigneur Dom Alphonse Sixième Roy de Portugal avec la Serenissime et très Excellente Princesse Madame Marie Françoisse Elisabeth de Savoye, seroit célébré dans la Cour d'Angleterre, et en présence de leurs Majestés Britanniques, ce qui ne se peut exécuter presentement; d'autant que Dieu, ayant voulu affliger ce Roïaume d'une contagion si grande, et si cruelle, que le Serenissime Roy de Portugal, ne peut souffrir, qu'une personne aussi sacrée, et aussi précieuse pour lui, que celle de la Serenissime Princesse, soit exposée au peril qu'elle pourroit courre en passant en Angleterre, à cause de la susdite maladie contagieuse; Pour cet effet il veut, et ordonne, que le mariage soit célébré en la manière qu'il est porté dans le premier article, pour ce qui regarde les formes et les solemnités accoustumées, où à la Rochelle, où en quelque autre lieu ou il faudra qu'elle s'embarque: Ce qui se fera pour lors avec la grandeur, et la dignité convenables à leurs Majestés.

## XVIII.

Et d'autant que suivant le quatrième article de ce Contract, les dits Excellens Seigneurs Duc d'Estrées, et Evêque et Duc de Laon, se sont obligés de faire fournir la somme de quaterzens mille Ecus, qui font un million deuxcens mille livres tournois en argent



gent bon , et aiant cours ; Et qu' il peut être du service du Serenissime Roy de Portugal , qu' on emploie dès ici en une fois ou plusieurs , partie de la ditte somme , il a été convenu , et accordé , que celles qui seront demandées pour ce sujet par M. Pierre d' Almeida d' Amaral , con.<sup>er</sup> de Porte , Secretaire de cette Ambassade , comme Tresorier de la dot de la Serenissime Princeffe , en vertu du pouvoir à lui donné par le Serenissime Roy de Portugal , lui seront fournies ; Et de tout ce qui sera reçu par le dit Seigneur Pierre d' Almeida d' Amaral , et dont il aura donné ses quittances , le Serenissime Roy de Portugal en fera tenir compte sur le prix de la ditte dot , comme si le dit Serenissime Roy de Portugal l' avoit fait recevoir lui même.

## XIX.

( L. S. ) Et enfin les dits Seigneurs Duc d' Estrées , et Evêque et Duc de Laon s' obligent , et promettent au nom de Monsieur le Duc de Vendôme , que lui , et tous ceux de sa maison , s' emploieront en france , et par tout ailleurs pour tout ce qui regardera les interets du Serenissime Roy de Portugal , comme ils feroient pour les leurs propres , et dans toutes les occasions qui s' en presenteront ; Et à cet effet le dit Serenissime Seigneur Roy pourra tenir en france , et près de Monsieur le Duc de Vendôme la personne qu' il jugera necessaire ; Comme pareillement Monsieur de Vendôme pourra tenir près du Serenissime Roy de Portugal telle personne qu' il jugera convenable. Je Louis Matharel Conf.<sup>er</sup> du Roy en ses Con.<sup>es</sup> , et Secret.<sup>re</sup> gñal de la Marine , commis , et choisi à cet effet par les dits Excellens Seig.<sup>rs</sup> les Duc , et Marechal d' Estrées , et Duc et Evêque de Laon , ai fais écrire les presens articles en la maison de l' Excellent Seigneur Marquis de Sande , Ambassadeur Ext.<sup>re</sup> du Serenissime Roy de Portugal vers le Roy de la Grande Bretagne à Paris le vingt quatrième jour de Fevrier Mil sixcens soixante six.

Fr.<sup>co</sup> de Mello de Thorres.  
Marquez de Sande.

Le Duc d' Estrées.

Cesar d' Estrées Evêque Duc de Laon , pair de france.

*Renuncia , que fez ElRey D. Affonso VI. em o Infante D. Pedro seu irmão. Está no livro 2 num. 2 de papeis varios da Livraria m. j. do Duque de Cadaval , pag. 43.*

Num. 49. **E**LRey nosso Senhor tendo respeito ao estado em que o Reyno se acha e ao que em ordem a isso se lhe representou o Conselho de Estado , e a outras muitas considerações que a isso o obrigaram de seu moto proprio poder Real e absoluto. Ha por bem fazer desistencia destes seus Reynos asi da maneira que os possue , de hoje em diante para todo sempre em a pessoa do Senhor Infante D. Pedro

An. 1667.

Pedro seu Irmaõ, e em seus filhos legitimos descendentes, com declaração que do melhor parado dos rendimentos delles rezerva cem mil cruzados de renda em cada hũ anno dos quais podera testar por sua morte pelo tempo de dez annos, e outro si rezerva a Caza de Bragança com todas as suas pertencas, e em se e verdade de S. Magestade assi o ordenar e mandar cumprir e guardar, me ordenou fizesse este que S. Magestade firmou Antonio Cavide o fez em Lisboa a 22 de Novembro de 1667.

REY.

*Oração, que fez o Cardeal de Estree, Protector de Portugal, quando Sua Santidade mandou celebrar as Exequias em Roma do Serenissimo Rey D. Affonso. Está no tom. 6 dos Copia-dores do Duque de Cadaval D. Nuno, pag. 84.*

**E** Stilo he antigo e bem justificado fazer a See Apostolica solem- Num. 50.  
 nes exequias aos Reys Chatolicos, quando morrem principalmen-  
 te aos que não so por direito hereditario imperaõ; mas tambem se  
 illustraõ com o esplendor dos meritos de que a Republica Christam  
 he devedora a seus predeccssores; porem havendo vos Beatissimo Pa-  
 dre, detriminado que neste Sagrado Collegio se celebracem as do Se-  
 renissimo Affonso Rey de Portugal, he proprio e particular benefi-  
 cio de V. Sanctidade, o haver na morte de ElRey D. Affonso re-  
 duzido a sua observancia este estilo, a quem a sem rezaõ dos ho-  
 mens, e injuria dos tempos haviaõ interrompido depois do faleci-  
 mento de ElRey Henrique seu Thio, e não ha duvida, que era jus-  
 to que V. Santidade restituisse esta honra ao Rey defunto, pois que  
 desde o principio de seu Pontificado abraçou com singular afeição a  
 Augustissima Caza de Portugal, que a quazi seiscentos annos, que rei-  
 na na Luzitania, que com suas armas recuperou da mão dos infeis,  
 e restituiu a Igreja, e com a ascendencia dos Reys de França, de  
 quem tras sua origem ha mais de novecentos annos, se faz mais in-  
 clita, e veneravel que todas as mais pellos Imperios, e triumphos  
 que conseguiu. Na verdade Beatissimo Padre que me persuadiria eu  
 que faltava totalmente a minha obrigação, se com toda a veneração  
 não rendera a V. Sanctidade as graças possiveis, as quaes depois  
 mais digna e comodamente lhe dara o Serenissimo Rey de Portugal  
 Pedro. Esta he a rezaõ porque não me alargo mais neste discurso:  
 permitame só testificar que este penhor da vossa benevolencia, e esti-  
 mação com que fazeis repetidos beneficios a Sua Magestade, e a to-  
 da aquella nação, o ha de receber aquelle Serenissimo Rey, não so  
 com animo grato, mas tambem muito prompto para cumprir os pre-  
 ceitos de seu amantissimo Pay. Ao que V. Sanctidade e este Sacro  
 Colegio se persuadirá facilmente, pois lhe he bem presente que  
 nenhuã outra nação he mais obediente a See Apostolica do que a dos  
 Portuguezes; nem mais observante da sua antiga piedade, e divida  
 Tom. V. C fogeição.



fogeição. Entre os quaes quanto mais se sublima o Serenissimo Rey pella prerogativa da Coroa, e do Imperio, tanto mais eminente he no merito da Religião, e he certo que nehũ dos mais Principes aplaudio com mais contentamento os vossos Sanctissimos triumphos com que amparaestes a Fe, e o Imperio do Christianismo; e nehũ louvou mais os vossos indefessos cuidados, perpetua vigilancia, e zelo com que vos applicastes a defender a Casa de Israel da invazão dos Barbaros. E se a interposição de tantas terras o permitisse não haveria quem com mais vontade acezo com os gloriozos exemplos de seus antecessores, e seguindo as mesmas pizadas com igual valor, que piedade se alistasse entre os Generaes, que com os vossos auspicios desbaratarão as armas Othomanas; ou quem com mayor desejo desse nome para esta guerra, que verdadeiramente he toda vossa. Entre tanto auguro, e confio tera este Principe pellas sanctas rogativas, e acertadissimos conselhos de V. Sanctidade hũ diuturno e feliz reinado, acompanhado de generosa descendencia que por innumeraveis annos se perpetue.

*Decreto para o Conde de Prado, quando voltar do Governo das Armas da Provincia de Entre Douro e Minho, exercite o cargo de Escribeiro môr, como o fazia.*

**Num. 51.** **S**ua Magestade que Deos guarde houve por bem rezolver, que **An. 1660.** vindo o Conde de Prado para a Corte, depois de acabado o seu Governo da Provincia de Entre Douro e Minho (onde agora vai) tornara a exercitar o Officio de Escribeiro Mor, e tera na Camara de S. Magestade a mesma assistencia que hoje tem, uzando de huma e outra couza assim e da maneira que hoje o faz, de que S. Magestade mandou fazer esta lembrança neste livro, para conservação do direito do Conde, e para a seu tempo se executar esta resolução. E o que toca ao exercicio da Camara se entende, havendo então o modo de servisso que hoje ha. Lisboa a 25 de Julho de 1660.

*Doação da Villa de Béja, hoje Cidade, com todos seus Termos, por ElRey D. João II. ao Senhor D. Manoel, Duque de Béja.*  
*Está no livro 2 dos Mysticos, pag. 101, na Torre do Tombo.*

**Num. 52.** **D**om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves **An. 1489.** daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que esguardando nós aos grandes merecimentos de D. Manoel meu muito prezado, e amado Primo Duque de Beja, e Vizeu, e Senhor de Covilhã, e de Villa Viçosa, Condestabré de nossos Reynos, Governador da Ordem, e Cavallaria do Mestrado de Christo, e assi ao grande, e con-

junto



junto devido que tem connosco, e o amor, e singullar afeição que lhe temos por as grandes virtudes, e bondades que delle conhecemos, e que por estes respeitos, e a grande rezaõ de o acrecentarmos, e lhe fazermos bem, e merce segundo requiere a grandeza de seu Estado querendo em alguã parte a esto satisfazer como a todo virtuozo Rey, e Princepe convem de fazer primeiramente aquelles que taõ grande, e leal, e verdadeiramente, e com tanto amor, e grande acattamento tem servido, e serve, e ao diante esperamos servirã, e assim por lhe fazermos graça, e merce nõs de nosso motto proprio, e livre vontade, certa sciencia, poder absoluto, sem nullo elle requerer, nem outrem por elle, e de prazer, e consentimento do Princepe meo sobre todos muito prezado, e amado filho, lhe fazemos pura, e irrevogavel doação de juro, e herdade entre vivos valledoura deste dia para todo sempre para elle e todos seus herdeiros filhos, nettos, e descendentes por linha direita segundo forma da Ley mental da nossa Villa de Beja com seu Castello, e Fortaleza, e com todos seus Termos entradas, e sahidas, recios, pacigos, montes rotos, e por romper, e com toda sua jurisdição alta, e baixa mero misto Imperio rendas, e direitos, e tributos, foros que nos, e os Reis de Portugal em ella de direito havemos, e devemos dar ver assy, e taõ compridamente como a nõs pertence rezervando para nõs correição, e alçada, e lhe damos poder que os Juizes, e Taballiaes se chamem por elle, e que elle dê por suas Cartas os taballiaes quando vagarem, e se ao presente algũs direitos, rendas, tributos, ou outras cousas são fora da nossa mão por termos a outrem feita merce doação dello, queremos, e nos praz que quando das taes meras doaçõens espirarem, e as cousas assim dadas ouvessem de tornar a nõs que o dito Duque meo Primo as haja, e cobre para si, e as logre, e possua com os outros direitos, e rendas que por esta doação lhe outorgamos, e damos, a qual merce, e doação da dita Villa de Beja com seu Castello, e Fortaleza, e cousas em esta Doação acima escritas lhe assim fazemos sem embargo de quaesquer leys, e ordenaçõens, grozas, oppinioens de Doutores, e façanhas, e Capitulos de Cortes geraes, nem especiaes, estillos, uzos, costume, que contra esta Doação, ou parte della sejaõ, ou contradigaõ porque tudo cassamos, e annullamos, e havemos realmente por nenhum, e de nenhum vallor em este cazo quanto a esta doação, ou parte della toca; e porem mandamos aos nossos Vedores da nossa fazenda, e Centador, e Corregedor da Comarca, que o metaõ logo em posse da dita Villa, jurisdição, rendas, e direitos, e a todollos fidalgos, Cavalleiros, Escudeiros, vassallos, moradores, e povo da dita Villa, e seu termo que lhe obedeçaõ, por quanto nõs lhe fazemos dellas merce como dito he. Dada em a dita Villa de Beja a vinte e cinco dias do mes de Mayo Pantalliaõ Dias o ses anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil coatrocentos oitenta e nove annos.

*Doação delRey D. João IV. ao Infante D. Pedro seu filho, da Cidade de Béja, com o titulo de Duque, na fôrma, que ElRey D. João o II. a deu ao Senhor D. Manoel; e de toda a Casa de Villa-Real, e de Caminha, confiscada para a Coroa, e de baixo da dita doação, com as mesmas jurisdicções, que a Casa de Bragança, e que o primogenito do possuidor da Casa, assim que nascer, se chame Duque de Villa-Real. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do anno 1654, pag. 99, do livro 6.*

Num. 53.

An. 1654.

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito a que sou obrigado como Pay dar sustentação, e Caza aos filhos que por sua misericordia me confedeo, e a que o sou tambem como Rey a acressentar meos descendentes para conservação, e defenfa da Coroa, procurando que vivaõ no Reyno, e tenhaõ nelle Cazas, e muitos successores em que se perpetue, e dillate o mais que puder ser o sangue, e familia Real em que tanto consiste o esplendor do Reyno, e a uniaõ com os estranhos lembrandome que succedi nesta Coroa por descendente do Senhor Rey D. Manoel meo trefavou dezejando conservar como devo sua memoria não so a de Rey que se perpetua em mim, e meos successores primogenitos, mas a de Duque de Beja que foi antes de succeder na Coroa no Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho, e seos descendentes multiplicando em meos filhos as memorias de taõ grande Principe tendo por certo do Infante que o faberá imitar muito como deve, e que me faberá servir a mim, e ao Principe meo sobre todos muito amado, e prezado filho, e meos successores na Coroa destes Reynos toda honra, e merce que lhe fizer. Hey por bem de o declarar Duque de Beja, e de lhe dar aquella Cidade com toda sua jurisdicção crime, e civil, dattas, Padroados, rendas, foros, e tributos assim e da maneira, e no modo, e forma em que o teve, e houve o dito Senhor Rey D. Manoel pela Carta de Doação que della lhe fes ElRey D. João o Segundo, e melhor se dentro dos limites da dita Carta de Doação melhor poder ser, e isto de juro, e herdade para o Infante, e seos descendentes baroẽs legitimos precedendo o Netto, filho de filho mais velho defunto antes de succeder ao filho segundo do possuidor, e porque os rendimentos daquela Cidade lemittada pello Termo que hoje tem não basta para o Infante sustentar os encargos de sua Caza principalmente depois de tomar Estado. Hey por bem fazerlhe mais merce de todas as Villas, Lugares, Castelllos, Padroados, dattas, terras, foros, direitos, tributtos, e tudo o mais que se confiscou para minha Coroa pela condemnacão



demnação do Marques de Villa-Real, e Duque de Caminha seu filho que elles, e os Donattarios daquella Caza possuhiaõ, ou fosse da Coroa, ou Patrimonial, e isto sem prejuizo de terceiro tudo no modo, e forma como nas mesmas Jurisdições, prehemincias, e prerrogativas com que lhe faço merce da Cidade de Beja, e com que se fes ao dito Senhor Rey Dom Manoel quando se lhe concedeo, em tal maneira que a dita Cidade, Villas, Lugares, e Castellos, e o mais que fica referido se reputará tudo por huã mesma couza, e se governará, terá, e possuirá porhuã mesma Doaçam advertindo, que por a do Senhor Rey D. Manoel não conceder a seus Ouvidores correição, e ser nesta parte menor que as das Cazas grandes que hoje ha no Reyno, hey por bem conceder aos Ouvidores do Infante, e seus descendentes a dita Correição, e toda a mais jurisdição que hoje tem, e de que uzaõ os Ouvidores da Caza de Bragança que aqui hey por expressa, e declarada; e porque tomando o Infante, e seus descendentes estado, e tendo filhos he rezaõ que seus primogenitos hajaõ logo que nascerem tittulo, e Caza conforme a grandeza de seus Pays ascendencia de que procedem, e a Caza em que haõ de succeder, quero, e mando que o primogenito do dito Infante, e os mais que o forẽ de seus descendentes se chamem logo que nascerem Duques de Villa-Real, e tenhaõ, e hajaõ a jurisdição, rendas, e dattas daquella Villa uzem, e gozem das prehemincias, graças, e prerrogativas, que por aquelle Tittullo lhe competem assim, e da maneira, que seus Pays haõ de uzar, e pelo theor, e forma de suas mesmas Doações, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada passada por minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa aos onze dias do mes de Agosto Pantaliaõ Figueira a fes anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos sincoenta e coatro Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

ELREY.

*Ao Senhor Infante D. Luiz. Carta porque ElRey o fez Duque de Bêja, e lhe deu as Villas da Covilhãa, Cea, Almada, &c. livro 30 do Senhor Rey D. João III. pag. 120.*

**D**Om João, &c. A quantos esta minha Carta virem Faço saber que esguardando eu os grandes merecimentos da pessoa do Infante Dom Luis meu muito amado e prezado Irmaõ e ao muy grande amor que lhe tenho e por esperar delle que toda a merce honra e acrecentamento que lhe fizer me conheceria e servira como quem elle he e com muito amor que sey que me tem e segundo a obrigaçam com que o deve fazer e tanto a meu prazer e contentamento que o muito amor e boa vontade que lhe tenho seja por isso cada vez mais acrecentada por estas rezoẽs e por conseguir e trazer a effeito a vontade

Dit. n. 53.

An. 1527.



tade que ElRey meu Senhor e Padre que santa gloria haja tinha de lhe dar estado e fazer merce como hera contheudo em huma sua Carta que tinha mandado fazer que ahinda nom era por elle affinada ao tempo de seu fallecimento na qual me fallou estando em passamento e me encomendou que affinasse por elle ao tal tempo o nam poder ja fazer por sua indispoziçam o que eu assy fiz por todos os sobre-ditos respeitos e por muito folgar de lhe fazer merce Tenho por bem e lhe faço merce do titullo de Duque da minha Cidade de Beja com todas as Insignias honras preheminencias precedencias prerogativas graças izenções liberdades privilegios e franquezas que ham e tem e de que uzam e sempre uzaram e devem uzar e gouvir os Duques destes meus Regnos e assy como de direito e costume antigo lhe pertencer das quaes em todo e por todo quero e mando que elle inteiramente uze e possa uzar e de todo govuir e lhe sejam guardadas em todos os autos e tempos em que com dereito e por uzo e costume dellas deva uzar e gouvir sem mingoamento algum. Outro sy por esta presente Carta lhe faço pura e inrevogavel merce e doaçam para em todos os dias de sua vida das minhas Villas de Covilhã e de Cea e de Almada e de Moura e de Serpa e de Marvam e da terra e Concelho de Lafoes e da terra e Concelho de Beiteiros com todos seus termos e limites e com todas suas rendas portagens direitos foros tributos pertenças montados rios passiges montes fontes entradas e sahidas matos rotos e por romper e todas e quaesquer rendas e couzas que nas ditas Villas e seus termos e limites e terras e Concelhos tenho e de dereito me pertençam e assy como todo para mim se arrecada e deve arrecadar e eu o hey e de dereito deva haver e melhor se elle com dereito melhor o puder haver pessuir e arrecadar resalvando somente para mim as rendas das minhas fizas que nam ham de entrar nem se entender nesta doaçam e ficaram para se arrecadar para mim assy como agora se arrecadam e ao deante arrecadarem e com todos os Castellos e Alcaydarias mores das ditas Villas e Lugares e terras e rendas e direitos delles e com todas suas jurdições de Cível e Crime mero mixto Imperio resalvando para mim somente a Correçam e alçada e com a dada de todos os officios das ditas Villas e Lugares terras e Concelhos que forem de minha dada e provimento tirando os da arrecadação das fizas e com todos os Padroados das Igrejas das ditas Villas Lugares terras e Concelhos que forem de meu Padroado e apresentação tirando e resalvando aquellas que a feitura desta minha Doaçam sam tomadas e incorporadas em Comendas da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jezu Christo porque nestas não havera lugar e porem das Vigairarias e Reytorias das ditas Igrejas me praz que elle possa prover e proveja a quem lhe aprouver por fallecimento daquelles que as tiverem e em qualquer outra maneira em que vagarem e os que dellas prover se confirmaraõ nellas a sua apresentação pellos Perlados das Diocesis em que forem segundo de dereito se deve fazer e quero e me praz que se possa chamar e chame Senhor das ditas Villas e terras e quero assy mesmo e lhe outorgo que os Juizes e Taballiaes das ditas Villas

Villas Lugares terras e Concelhos se chamem por elle e que os ditos Taballiaẽs possa dar e dê por suas Cartas por elle assinadas e aselladas do seu Sello sem serem obrigados aquelles a que delles prover a tirar minha confirmaçam sem embargo de minha ordenaçam no livro segundo titulo prinçeiro que comessã como as Raynhas e Iffantes e somente tomaraõ de minha Chancellaria seus Regimentos e que possa confirmar e confirme por suas Cartas os Juizes que sahirem feitos por elleiçoẽs segundo forma de minhas ordenaçõs e assy mesmo lhe outorgo que seus Ouvidores possam conhecer e conheçam dos agravos assy como delles haviam de conhecer os meus Corregedores das Comarcas se a elles fõsem e os despachem como lhe parecer direito e justiça. Outro sy lhe faço assy doaçam e merce para e n todos os dias de sua vida da Alcaydaria mor e Castello e rendas delle da minha Cidade de Tavilla todo assy e na maneira que agora se arrecada e a mim pertence e melhor se elle com direito o melhor puder haver arrecadar e pessão e põem por quanto algumas das rendas e direitos das ditas Villas e terras e Alcaydarias mores e rendas dellas sam agora occupadas com as pessoas a que sam dadas. Declaro que nam haverã esta merce e doaçam lugar naquellas couzas que a feitura della sãm dadas e confirmadas por mim as pessoas que as tem e somente haverã effeito quando por falecimento dellas ou em qualquer outra maneira vagarem e entam as haverã e viram a elle. Porem mando a todos meus Corregedores Juizes Justiças officiaes e pessoas a que esta minha Carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que metam o dito Iffante meu Irmaõ e aquellas pessoas que elle em seu nome e com seu poder enviar em possẽ da jurdiçam das ditas Villas e Lugares terras e Concelhos assy como por esta doaçam lho outorgo e o leixem della uzar por sy e por seus Ouvidores como nella se conthem e como por minhas ordenaçõs o devem e podem fazer e assy mesmo lhe mando aos Juizes e officiaes das ditas Villas e Lugares que vagando as Alcaydarias mores dellas lhe dem a possẽ com suas rendas e direitos assy como lhe pertencerem e aquellas pessoas que elle dellas prover e aos meus Contadores Almoxarifes e officiaes de minha fazenda que das rendas e direitos das ditas Villas e Lugares terras e Concelhos lhe dem a possẽ vagando por aquelles que as agora tem para as haver e arrecadar assim como por esta doaçam lhas outorgo e assy das Igrejas que forem de meu Padroado e apresentaçam que vagarem por aquelles que as tem no modo que dito he e a todos em geral e a cada hum em especial no que por bem de seus officios lhe tocar mando que em todo e por todo lhe cumpraõ e guardem e façam muy inteiramente cumprir e guardar esta minha doaçam como nella he contheudo sem duvida nem embargo algum que lhe a ello seja posto porque assy he minha merce e os ditos meus Contadores façam registrar nos livros dos meus proprios esta doaçam para se saber como assy tenho dado todo o que dito he ao dito Iffante meu Irmaõ em sua vida e o dito Iffante meu Irmaõ me fez preito e menagem pellas Fortallezas e Castellos das ditas Villas segundo foro uzo e costume destes meus Reynos a qual fica assentada no livro das menagens



## 24 Provas do Liv. VII. da Historia Genealogica

nagens Dada em a Cidade de Coimbra a cinco dias de Agosto o Secretario a fez Anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quinhentos e vinte e sete.

*Doação da Quinta de Queluz, e suas pertencas, ao Infante D. Pedro, em quanto durar a ausencia do Marquez de Castello Rodrigo. Está no Archivo da Torre do Tombo, Chancellaria delRey D. João IV. do anno 1654, pag. 22.*

Num. 54. **F**U ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que por fazer merce ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho; An. 1654. Rey por bem darlhe para sy, e successores de sua Caza a Quinta de Queluz, e suas pertencas que foi do Marques de Castello Rodrigo, e a possuo hoje por minha fazenda; com declaração que constando que he de Morgado lha concedo em quanto durar a auzencia dos successores, e cessando ella largará o Infante livremente o que for de morgado sem duvida, ou embargo algum, ou se comporá com o successor do morgado se o quizer fazer que será sempre intervindo evidente utilidade do morgado, e nesta conformidade lhe faço tambem merce das cazas que chamaõ Corte-Real, e foraõ do mesmo Marques, e este Alvarâ se comprirá como nelle se contem, e vallerá posto que feo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação do livro segundo titullo quarenta em contrario. Manoel do Couto a fes em Lisboa a dezassete de Agosto de seiscentos sincoenta e coatro. Jacinto Fagundes Bezerra a fes escrever.

REY.

*Carta do assentamento de Duque de Bêja, ao Infante D. Pedro. Está na dita Chancellaria, no livro do anno 1652, até 1656, pag. 140.*

Num. 55. **D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que havendo respeito o ter declarado ao Infante Dom Pedro meo muito amado, e prezado filho Duque de Beja hey por bem, e me praz, que tenha, e haja de minha fazenda com o dito Tittullo de Duque settecentos e sincoenta mil reis cada anno que he outro tanto como tem os mais Duques deste Reino de Portugal os quaes comessará a vencer de onze de Agosto do anno passado de seiscentos sincoenta e coatro em diante em que lhe foi passada a Carta do dito Tittullo de Duque, pello que mando aos Vedores de minha fazenda lhe fação assentar os ditos settecentos e sincoenta mil reis nos livros della, e despachar



pachar do dito tempo em diante cada anno em parte donde haja delles bom pagamento, e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e sellada com o meo Sello pendente. João da Silva o fes em Lisboa a sette de Mayo de mil e seiscentos sincoenta e sinco annos. Fernão Gomes da Gama o fes escrever.

ELREY.

*Doação ao Infante D. Pedro, da Villa de Serpa, e seu Termo, e parte dos Celleiros. Está na dita Chancellaria, no dito livro, pag. 152.*

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta patente virem que tendo respeito a vezinhança que a Villa de Serpa tem com a Cidade de Beja, Cabeça do Estado do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho, e não ter outro lugar junto aquella Cidade, em cujo termo se lemita muito estreitamente a jurisdição do Infante, e a conveniencia de que lhe será aquella Villa, e a parte dos Selleiros que lhe toca nos que communmente se chamaõ de Serpa, e Moura, e a comprehender por esta rezaõ hum, e outro lugar a Doação do Senhor Rey D. Manoel que os possuhio antes de succeder na Coroa destes Reynos ao amor que tenho ao Infante, e a obrigação que me corre de acrescentar, e por em toda a boa ordem as couzas de sua Caza tenho por certo de quem elle he me saberã merecer, e servir toda a merce que lhe fizer hey por bem de lha fazer daquella Villa, e seo termo com todas suas honras, foros, tributos, officios, dattas, Castelllos, e Padroados assim, e da maneira que eu hoje a pessuo, e melhor se melhor puder ser, e lhe faço mais merce da parte dos ditos Selleiros que tocaõ aquella Villa fomentando ficando de fora desta Doação a parte que toca a Villa de Moura tudo de juro herdade na forma da Ley mental, e com a mesma jurisdição, e no mesmo modo, e forma em que lhe tenho feito merce da Cidade de Beja, e mais lugares de que sou Donnatario, e esta merce e Doação lhe faço de meo motto proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto no melhor modo, e forma que de direito posso, e devo, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, passada por minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos dezasseis dias do mes de Setembro. Luis Teixeira de Carvalho a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos sincoenta e sinco. Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

Num. 56.

An. 1655.

ELREY.

*Alvará delRey D. Joaõ IV. porque faz merce da dignidade de Commendador mór da Ordem de Christo, ao Infante D. Pedro. Está na Chancellaria da dita Ordem, no livro, que principia no anno 1654, pag. 298.*

Num. 57. **M**Anoel de Souza da Costa que hora sirvo de Escrivão da Chancellaria da Ordem de Christo certifico, que a folhas duzentas e noventa e oito do livro da Chancellaria da dita Ordem que servio o anno de mil e seiscentos sincoenta e coatro athe mil e seiscentos sincoenta e sinco estaa registado hum Alvarâ passado ao Senhor Infante Dom Pedro cujo theor he o seguinte.

An. 1654.

Eu ElRey como Governador, e perpetuo Administrador que fou do Mestrado, Cavallaria, e Ordem de Christo faço saber aos que este meo Alvarâ virem, que tendo respeito a vagar por fallecimento do Infante meo muito amado, e prezado Irmaõ que Deos perdoe a dignidade de Comendador mor da Ordem de Christo de que o tinha provido por Decreto de trinta de Mayo do anno de seiscentos e quarenta e oito, e a concorrerem na pessoa do Infante Dom Pedro meo muito amado, e prezado filho as mesmas razoes, e motivos que tive para nomear ao Infante D. Duarte o nomeyo Comendador mor da mesma Ordem, assignandolhe os mesmos doze mil cruzados que lhe limitei, e sempre farão pela Comenda mayor, e pelas que o Infante possuhia da Caça de Bragança de que se passara ao Infante Portaria por onde lhe toca e o que faltar a comprimento dos ditos doze mil cruzados, terei lembrança de lhe satisfazer brevemente nas Comendas que vagarem advertindo que as da Caça de Bragança ham de tornar a mesma Caça despois dos dias do Infante inteirandosse então a dignidade de outra tanta quantia como estas importarem pelas Comendas da Provisão da Coroa, e mando â Meza da Consciencia, e Ordens passe logo despacho ao Infante de Comendador mayor com as declaraçoens referidas de que mandei passar o presente Alvara que vallerá como Carta posto que feo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo de qualquer Provisão, ou requerimento em contrario e se cumprirá sendo passada pela Chancellaria da Ordem de Christo. Joaõ Carvalho de Souza a fes em Lisboa aos vinte e dous de Dezembro de mil e seiscentos sincoenta e coatro annos.

REY.

*Bulla do Papa Pio V. em que concede à Casa de Villa-Real os prestimonios.*

Num. 58. **P**ius Episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis Ulixbonensis, & Leiriensis Ecclesiarum Decanis, & officiali Portalegrensis salutem, & apostolicam benedictionem. Ex parte dilecti filij nobilis viri Michaelis

An. 1566.



Michaelis de Meneses Marchionis Marchionatus de Villa Real Bracharenfis Diceceſis, vel alterius nobis nuper exhibita petitio continebat quòd aliàs poſtquam ipſe Marchio qui ut aſſerit ex proſapia Regum Portugalliae, & Caſtellae ab utroque latere, & ab his qui Sedis Apoſtolicæ devotiſſimi fore deſcendit, ac claræ memoriæ Joannis Portugalliae Regis Illuſtris tunc in humanis agentis conſobrinus exiſtebat, & cujus antecellōres qui Marchionis, & Domini Status de Villa Real pro tempore fuerunt in expugnatione Civitatis Ceptæ in Aphrica, & littore freti Gaditani conſiſtentes, quæ tunc à Saracenis occupata detinebatur, & primo per Chriſtianos in littore Aphricano per tunc Reges Portugalliae vi, & bello capta fuit eidem Regi proprijs pecunijs militibus, vaſſallis, familiaribus, & perſonis non parcendo ſequē & etiam perſonas ſuas infinitis periculis etiam uſque ad ſanguinis effuſionem exponendo præcipuo adjumento, & exinde ipſius Civitatis pro ipſo Rege perpetui Gobernatores, & Capitanei conſtituti, & deputati fuerunt, ipſamque Civitatem jam centum, & quadraginta annis tunc præteritis diligenter, & fideliter rexerant, & gubernaverant, & non ſolum ab eiſdem Saracenis cum repetentibus defenderant, verum etiam plures victorias contra ipſos Saracenos reportaverant, & tunc ejus Proavus Marchio de Villa Real Reges in Aphricam Maumetanam hæreſi ſectantes ad obedientiam Regibus Portugalliae præſtandam primus vi, & prælio coegerat, & tam dictus Proavus quàm ejus in Marchionatu de Villa Real ſucceſſores navibus Chriſtianorum dictum fretum quod & ſuo ordinario æſtu, & Pyratharum illud infeſtantium copia erat admodum periculofum navigantibus, rectum iter navibus ſuis navigare, & in navigatione ſubſidio eſſe, & ſi quandoque contingebat aliquas naves Chriſtianorum hujusmodi, vel à Saracenis, vel à Pyratis illarum partium capi illas recuperare conſueverant, & inter alias ſex naves florentinorum tunc ab eiſdem Pyratis captas recuperaverant prout etiam mercibus oneratas ad ſuos remiſerant, & tempore feliciſ recordationis Leonis Papæ X. Prædeceſſoris noſtri Petrus etiam de Meneses dicti Michaelis Genitor Marchionatus prædicti dum viveret Marchio quendam Sedis Apoſtolicæ Capitaneum illud mare duabus Triremibus navigantem, & ab infidelibus captum eum ab eiſdem infidelibus pugnando redimerat, & liberaverat, ac cum eiſdem Triremibus, & bonis ſuis præfato Leone prædeceſſore liberum remiſerat, itaut tam ipſe Michael quàm ſui Antecellōres accerrimi Catholicæ Fidei, & Apoſtolicæ Sedis deſenſores dici poterant ipſeque Michael per veſtigia Prædeceſſorum ſuorum gradiens dictum Mare tranſire, & ad eandem Civitatem accedere intenderet, prout poſtea pro deſenſione Fidei acceſſit, & licet ex principalibus Regni Portugalliae ipſum Michaelẽ exiſtentem, & magnum in eodem Regno ſtatum habere aſſeruiſſet, tamen ob ingentes per ſuos Prædeceſſores pro deſenſione Fidei, & depugnatione ſectæ Maumetanæ in dicta Civitate factas impenſas plurimum exhaustus remanſerat, nec poterat conſanguineis familiaribus, & militibus qui ipſum in præmiſſis alias infeſcuti fuerant, & de cetero infequi intendebant, juxta eorum merita, & obſequia per eos in præmiſſis alijs præſti-

tæ, & quæ in posterum præstari sperabatur commode satisfacere nisi sibi de alicujus subventionis auxilio per Sedem prædictam providetur posse non sperant ipseque Jus patronatus, & præsentandi personas idoneas ad nonnulla beneficia ecclesiastica forsan secularia, & regularia curata, seu sine cura in diversis locis consistentia illorum vacatione occurrente habere asseruerat, eorundem beneficiorum seu aliquorum ipsorum fructus, redditus, & proventus divinæ gratiæ auxilio adeò excreverant quod pro illorum Rectorum subventionem, & onerum illis incumbentium supportationem suppeterent ipseque Michael nonnulla præstimoniam, seu præstimoniales portiones in aliquibus ex iisdem Benefitijs de fructibus super excrecentibus hujusmodi illorum jurepatronatus sibi, & successoribus suis reservato erigere, ac quibusdam privilegijs, gratijs, & indultis tunc expressis frui, & gaudere desideraret, olim Apostolica Sede per felicitis recordationis Julij Papæ Tertij etiam Prædecessoris nostri obitum vacante præmissa etiam forsan nonnulla tunc expressa privilegia dictæ Sedis majori Pœnitentiario exposuerat, seu exponi curaverat, idemque Major Pœnitentiarius ex præmissis, & alijs sibi pro parte dicti Michaelis tunc porrectis expositionibus inclinatus præmissorum, & aliorum meritorum suorum intuitu fructus, redditus, & proventus, jura, obventiones, & emolumenta singullarum ecclesiarum prædictarum, seu beneficiorum hujusmodi cum primum per cessum, vel decessum, aut quamvis aliam dimissionem, vel amissionem tum Rectorum beneficiorum eorundem etiam apud Sedem Apostolicam, vel alias quovis modo simul, vel successive vacarent reservatis cuilibet ecclesiarum prædictarum Rectorum pro tempore existentium sustentatione, ex eisdem fructibus portione certæ quantitatis pecuniarum, necnon *pée do altar* nuncupatis, & anniversarijs, & alijs extraordinarijs emolumentis ex tunc, & in futurum. Dummodo tunc Rectorum eorundem beneficiorum expressus accederet assensus ab eisdem ecclesijs dismembraverat, segregaverat, & separaverat, necnon certa præstimoniam, seu præstimoniales portiones, aut simplicia beneficia pro totidem clericis simpliciter tonsuratis, seu in minoribus ordinibus constitutis ex eisdem fructibus, seu redditibus dismembratis, & separatis erexerat, instituerat, & fundaverat, ac Jus patronatus ad illa eidem Michaeli, & successoribus suis certis modo, & forma tunc expressis reservaverat, sibi, & Marchionibus de Villa Real pro tempore existentibus ut Clerici etiam in minoribus constituti præfati per se, & Marchiones prædictos ad præstimoniam, seu præstimoniales portiones aut beneficia hujusmodi pro tempore præsentati, & in illis instituti post præsentationem, & institutionem ipsi omnibus, & singulis privilegijs, exemptionibus, immunitatibus, favoribus, facultatibus, honoribus, concessionibus, indultis, ac prærogativis, & gratijs quibus milites Sancti Jacobi de Spata, seu cujusvis alterius Militiæ Regni Portugalliæ de Jure, usu, & consuetudine, aut privilegio, vel alias quomodolibet utuntur, potiuntur, & gaudent exemptione ab Ordinario duntaxat excepta, ac sine jurium Regalium præjudicio uti frui, & gaudere libere, & licite valerent in omnibus, & per omnia perinde, ac si veri Milites ejusdem



ejusdem Militiæ ad illa cum habitus exhibitione per Magnum Magistrum admissi essent, cum derogationibus, decretis, mandatis, & alijs Clericis tunc expressis concesserat, & indulserat prout in literis ab eodem Majori Pœnitentiaro obtentis ejusque sigillo Prioribus videlicet sub Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Domini M.D.LV. undecimo Kal. Junij Apostolica Sede per obitum piæ memoriæ Marcelli Papæ ij. vacante, & posterioribus xiiii. Kal. Julij tempore recolendæ memoriæ Pauli Papæ iiij. Pontificatus sui Anno primo Prædecessorum nostrorum munitis dicebatur plenius contineri. Idem Michael ob singularem quem erga nos, & Sedem Apostolicam gerebat, & gerit devotionis affectum, de ejusdem Sedis providentia plurimum confusus cupiens tunc præmissa omnia, & singula confirmationis, approbationis, & communionis munimine roborari præmissa omnia, & singula in prædictis literis ab eodem majori Pœnitentiaro diversis temporibus, & sub diversis datis obtentis contenta à nobis, & Sede prædicta per alias nostras inde sub plumbo expeditas literas pro illorum subsistentia firmiori confirmari, & approbari, & communiri obtinuit, prout etiam in eisdem nostris literis desuper confectis plenius continetur. Cum autem sicut nobis nuper pro parte dilecti Michaelis exhibita petitio continebat nulli Judices in nostris literis præfatis qui eidem Michaeli, & alijs personis præsentantis, & præsentandis in literis ipsis comprehensi assistant, ac ipsos adversus præmissa defendant deputati fuerint frustratoriumque videretur literas ab eadem Sede impetrasse nisi literæ ipsæ, & in eis contenta per illos ad quos spectat observarentur, & ob Sedis Apostolicæ reverentiam executioni demandarentur pro parte dicti Michaelis nobis fuit humiliter supplicatum quatenus aliquot Judices in dignitate ecclesiastica constitutos, qui præmissis assistant, & illa observare faciant deputare aliasque super his opportune providere de benignitate Apostolica dignaremur. Quo circa Discretioni vestræ per Apostolica scripta mandamus quatenus vos, vel duo, aut unus vestrum præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes non permittatis Michaellem, & personas in dictis literis comprehensas, & comprehendi debendas contra dictarum literarum, & in eis contentorum tenorem quomodolibet molestari, inquietari, aut perturbari quoslibet, & rebelles per censuras ecclesiasticas, & pecuniarias pœnas vestrorum, & cujuslibet vestrum arbitrio imponendas, & moderandas aliaque juris remedia opportuna appellatione remota compescendo invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachij secularis non obstantibus eisdem contradictoribus, rebellibus, & Perturbatoribus Clericis, secularibus, vel Regularibus, ac à laicis, & quibuscvis alijs ab Apostolica sit Sede indultum quod interdicti, suspendi, vel excommunicari, aut ipsi, & ordinum loca in quibus aliqui ex eis degunt ad juditium trahi non possint per literas Apostolicas non facientes plenam, & expressam, ac de verbo ad verbum de Indulto hujusmodi mentionem, & qualibet alia dictæ Sedis indulgentia generali, vel speciali cujuscunque tenoris existat per quam præsentibus non expressam, vel totaliter non insertum vestræ jurisdictionis explicatio valeat in hac parte impediri quomodolibet, vel differri,

ferri, quia quoad hoc volumus eis aliquatenus suffragari. Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ M.D.LXVI. Cal. Julij Pontificatus nostri Anno primo.

*Alvará del Rey D. João IV. porque faz merce ao Infante D. Pedro, e possuidores da Casa de Villa-Real, que os prestimonios, que derem, seja com o habito de Christo. Está na Chancellaria da Ordem de Christo, no liv. do anno 1654, pag. 294.*

Num. 59. **E**U El Rey como Governador, e perpetuo Administrador que sou do Mestrado da Cavallaria da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Faço saber aos que este meo Alvará virem que pella obrigação que me corre de acrescentar quanto me for possível a mesma Cavallaria, e Ordem. Hey por bem que os Prestimonios que foraõ da Caza de Villa-Real de cuja Provizam assim como de todos os mais bens daquella Caza tenho feito merce ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho os proveja elle, e seos successores daqui em diante como com os habitos da mesma Ordem de que faço merce às pessoas em que elle nomear para por este modo ficarem Comendas, e se proverem assim, e da maneira que se prove em as que pertenciaõ a Caza de Bragança, e para as Igrejas em que estaõ situadas ficarem tambem da mesma Ordem segundo a natureza das outras que dellas saõ se supplicará a Sua Sanctidade, como tambem se fará parecendo que para se confederem com os habitos não basta merce, e faculdade minha, e para com effeito do que fica referido se passaraõ aos Procuradores do Infante os despachos que pedirem de que mandey passar o presente Alvará que vallerá como Carta posto que seõ effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo de qualquer Provizaõ, ou Regimento em contrario, e se comprirá sendo passado pella Chancellaria da Ordem. João Carvalho de Souza a fes em Lisboa aos vinte e dous de Dezembro de seiscentos e sincoenta e coatro annos.

REY.

*Alvará del Rey D. João o IV. em que faz merce ao Infante D. Pedro, das Lisrias da Golegã, de Borba, Mouchoens, e Sylveira, sitas por baixo de S. Liborio, no Termo de Santarem, pertencentes à Casa de Villa-Real. Está na Chancellaria do anno 1655, pag. 58. vers.*

Num. 60. **E**U El Rey faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito ao que por sua petição me enviava dizer o Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho sobre poder dispor das Leziras



ziras da Gollegã de Borba, Mouchoens, e Sylveira citas por baixo de São Liborio no termo de Sanctarem pertencentes a Caza de Villa-Real da qual lhe fis doação as quaes se haviaõ vendido por trinta e cinco mil cruzados que se entregaraõ a D. Maria de Noronha viuva de D. Pedro de Alcaçova a qual quantia se pagara do dinheiro, e rendas do dito Infante, e visto o que allega hey por bem, e me praz que as ditas Leziras fiquem obrigadas ao dito Infante meo filho nos ditos trinta e cinco mil cruzados para poder dispor delles como de bens proprios, e livres por serem remidos com seo dinheiro na forma que pede, e este Alvarâ se cumprirá como nelle se contem; e valerá posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação livro segundo tittulo quarenta em contrario. Manoel do Coutto a fes em Lisboa a tres de Novembro de mil e seiscentos sincoenta e cinco. Jacinto Fagundes Bezerra a fes escrever.

REY.

*Alvará delRey D. João IV. em que faz merce ao Infante D. Pedro, para que os Ouvidores de Villa-Real possaõ prover as serventias dos officios das justiças, assim como o fazem os Corregedores da Comarca. Está na Chancellaria do dito Rey, que principia em 1654, pag. 147.*

**E**U ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que por quanto na Carta de Doação que foi passada da merce que fui servido fazer ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho da Caza de Villa-Real se não declarou por palavras expresas que os Ouvidores das terras da dita Caza proveessem as serventias dos officios de justiças dellas assim como as podem prover os Corregedores das Comarcas conforme a ordenação, e ley do Reyno, e samente se refferio a dita Doação, e merce ao provimento que os Ouvidores das terras da Caza de Bragança faziaõ das ditas serventias conforme ao Alvarâ que foi passado aos Duques daquelle Estado em os dous de Outubro de seiscentos e dezafete annos, e Carta de confirmação passada em trinta e hum de Mayo de seiscentos e trinta e oito pela qual se mostra ser concedida a dita merce aos Duques samente, e não aos scos Ouvidores, e para que nesta materia não possa haver duvida, nem interpetração em contrario me praz, e hey por bem declarar por este Alvarâ que não sã os Ouvidores das terras do Estado de Bragança, mas tambem os da de Villa-Real de que tenho feito merce ao Infante D. Pedro meo filho possaõ prover, e provejaõ as serventias dos officios das justiças della assim, e da maneira que o fazem os Corregedores das Comarcas na forma da dita ordenação, e mando a todos os Desembargadores, e mais Ministros, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer cumprã, e guardẽ este Alvara inteiramente como nelle se contem o qual se registará com

Num. 61.  
An. 1656.

## 32 *Provas do Liv. VII. da Historia Genealogica*

com a Doação acima referida que trata das serventias nos livros das Camaras das terras do Estado de Bragança, e Caza de Villa-Real, e nas de mais terras de que o Infante he Donnatario para nellas haver noticia do que por elle houve por bem de declarar, e me praz que valha, tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meo nome por mim assinada sem embargo da ordenação em contrario. Antonio Marques a fes em Lisboa a vinte e tres de Julho de seiscientos fincoenta e seis. Antonio Rodrigues de Figueiredo a fes escrever.

REY.

*Doação delRey D. João IV. ao Infante D. Pedro, das Saboarias do Sabaõ branco, e preto, da Cidade do Porto, Villas, e Lugares, das Comarcas de Traz os Montes, e Entre Douro, e Minho. Está na Chancellaria do dito Rey, pag. 197, do liv. que principia no anno 1654.*

Num. 62. **D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dallem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de Doação virem que eu hey por bem fazer merce ao Infante Dom Pedro meo muito amado, e prezado filho das Saboarias do Sabam branco, e preto das Cidades do Porto, Villas, e Lugares das Comarcas de tras os montes, e entre douro, e minho assim como vagaraõ por D. Maria Portugal ultima Donataria que dellas foi, e em qualquer parte do Reyno onde estivesse, e isto de juro, e herdade para o Infante, e seus descendentes baroens legitimos precedendo o netto filho de filho mais velho deffunto antes de succeder ao filho segundo do possuidor que he na forma das outras Doações que lhe fis, e o Infante uzara dellas, e haverã seu rendimento assim, e da maneira que me pertenciaõ, e as teve a dita D. Maria Portugal, e mais pessoas pello que mando a todos os Corregedores, Juizes, justiças, officiaes, e pessoas das ditas Comarcas, e a quaesquer outros a que o comprimento desta pertencer, e for mostrada que metaõ a seu Procurador de posse das ditas Saboarias brancas, e pretas, e lhas deixem ter, e haver, e lograr, e possuir, e haver as rendas dellas assim como a mim de direito pertence, nem consentir de que outrem haja de vender, nem fazer ahj o dito Sabaõ, salvo quem tiver seu poder, e as ditas pessoas Rendeiros que seus poderes tiverem para por elle venderem seraõ obrigados a vender pelos preços costumados, e como se contem em huã sentença que D. Nuno Manoel teve contra a Cidade do Porto em que está declarado o preço porque se ha de vender nella o dito Sabaõ, e mais não, o que assim se comprirá, e guardará inteiramente sem duvida, nem embargo algum, e por firmeza de tudo mandej dar esta Carta por mim assinada, e sellada do meo



meo Sello de chumbo pendente. João da Silva a fes em Lisboa a doze de Outubro de mil e seiscentos fincoenta e seis annos. Fernão Gomes da Gama o fes escrever.

ELREY.

*Alvará delRey D. Affonso VI. em que concede, que os Ouvidores do Ducado de Bêja, e Villa-Real, passem Cartas de seguro em suas terras, em caso de morte, e outros maleficios. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do dito Rey, pag. 55, do liv. do anno de 1657.*

**E**U ElRey faço saber aos que este Alvara virem que havendo recebido a que por sua petição me enviou dizer o Procurador do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmão pedindome lhe mandasse declarar que os seus Ouvidores do Ducado de Beja, e Caza de Villa Real podessem em suas terras passar cartas de seguro no cazo de morte, e outros maleficios na forma que as passão os da Caza de Bragança sem embargo da ordenação do livro segundo tittullo quarenta e cinco parrafo quarenta e cinco que dispõem o contrario, e visto o que allega, e a copia authentica da Doação que se offereceo, e reposta que sobre tudo deo o Procurador de minha Coroa dandosselhe vista. Hey por bem, e me praz que os Ouvidores do Infante D. Pedro do Duquado de Beja, e Caza de Villa Real passem em suas terras Cartas de seguros em cazos de morte, e de outros malleficios assim como as passão os Ouvidores da Caza do Serenissimo Estado de Bragança sem embargo da ordenação acima refferida, e de qualquer outra que em contrario haja suposto que della se não faça expressa menção, e mando a todas as justiças, officiaes, e pessoas de meos Reynos, e Senhorios a que este Alvará for mostrado, ou o treslado delle em publica forma, e o conhecimento pertencer que assim o cumprão, e guardem como se nelle conthem o qual se registrarã nos livros das Camaras de todos os Lugares do Ducado, e Caza de Villa Real, e mais partes onde tocar, e for necessario para constar a todo o tempo como assim ouve por bem, e valerã posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do livro segundo tittullo quarenta em contrario. Manoel do Couto a fes em Lisboa a doze de Fevereiro de mil seiscentos fincoenta e oito. Jacintho Fagundes Bezerra o fes escrever.

Num. 63.  
An. 1658.

RAINHA.

*Alvará do dito Rey, em que concede, que os Ouvidores das terras do Infantado dem as serventias dos officios de Escrivaens dos Orfãos, e mais officiaes, excepto Juizes. Está a pag. 55, do livro, que principia em o anno 1657.*

Num. 64. **F**EU ElRey faço saber aos que este Alvara virem que havendo ref-  
 An. 1653. peito ao que me representou por sua petição o Procurador do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmão para effeito de lhe conceder que os Ouvidores das suas terras provellem as serventias dos officiaes dos orphaons assim como provião os mais officios pelas doações que para isso tem, e visto o que allega, e resposta que sobre este particular deo o Procurador de minha Coroa, e as rezoens que ha para fazer ao Infante esta merce. Hey por bem, e me praz de lha fazer que os Ouvidores das suas terras provejaõ nellas as serventias dos officios de escrivaẽs, e mais officiaes dos orphaons excetto os Juizes cujas serventias provê a ley nos Juizes ordinarios, e nos partidores por ter mandado se vão extinguindo assim como forem vagando isto sem embargo da ordenação do livro primeiro titullo noventa e seis, e de pertencer conforme a ella as ditas serventias aos Provedores das Comarcas pello que mando a todos os Desembargadores, e mais Ministros, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer cumpraõ, e guardem este Alvará inteiramente como se nelle contem o qual se registará no livro das Camaras das ditas terras, e mais partes adonde for necessario para se ver a todo o tempo o que por elle ouve por bem, e valle-rá como se fora Carta passada em meo nome, e que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do livro segundo tittullo quarenta em contrario. Antonio Marques o fes em Lisboa a catorze de Novembro de seiscentos sincoenta e outo. Antonio Rodrigues de Figueiredo o fes escrever.

RAINHA.

*Decreto delRey D. Affonso VI. em que faz merce ao Infante D. Pedro, seu irmão, de poder tirar do Estado do Brasil, mil quintaes de pao Brasil. Está no livro dos Decretos da Fazenda da Casa de Bragança, pag. 172.*

Num. 65. **P**ello grande amor que tenho ao Infante D. Pedro meo muito  
 An. 1662. amado, e prezado Irmão, e pelo muito que dezejo fazerlhe em tudo merce conforme as razoens que para isso ha, e como entendo que elle mo merece. Hey por bem que elle possa mandar tirar cada anno do Estado do Brazil mil quintaes de Pau Brazil, sem pagar direitos



direitos delles sem embargo do Estanque que nelle ha o qual para este effeito, e nesta parte hey por levantado, e porque de presente estaa o dito Estanque concedido sô â Companhia geral do Comercio pellos annos das suas Cappitullaçoens hey outro sim por bem em quanto senão acabem haja elle de minha fazenda o que eu havia de haver da dita Companhia pellos ditos mil quintaes de Pau, e depois da dita Cappitullação os poderá mandar tirar, e navegar assim como minha fazenda o podera fazer; pelas partes a que toca se lhe passem as ordens necessarias. Lisboa a vinte de Agosto de mil e seiscentos sessenta e dous. A rubrica de ElRey nosso Senhor.

*Decreto do dito Rey sobre a mesma merce, em que lhe concede poder tirar mais outros mil quintaes de pao Brasil, todos os annos.*

**C**onsiderando o que he necessario ao Infante meo muito amado, **Num. 66.**  
e prezado Irmao para sustento de sua Caza com a decencia, e modo que convem, e por dezejarlhe fazerlhe merce por quem elle he, e pello amor que lhe tenho o que espero elle corresponderá conforme as suas obrigaçoens. Hey por bem que a Companhia do Comercio geral lhe faça contrebuir com mil quintaes de pao brazil cada anno na forma em que elle tem já outros mil, e isto lhe haver outra parte em que da Coroa se lhe possaõ consinar quinze mil cruzados de renda cada anno porque consignado ou parte se deminuirá proporcionadamente nestes ditos mil quintaes de pao por ser minha tenção conservar os direitos, e privilegios da Companhia em tudo o que for possivel. A Junta o tenha entendido, e o faça executar assim passandosse os despachos necessarios em Lisboa a dous de Janeiro de seiscentos sessenta e cinco. Com a rubrica de Sua Magestade. **An. 1665.**

*Carta de confirmação delRey D. Affonso VI. ao Infante D. Pedro, da Casa de Villa-Real, e nova merce dos direitos da marjaria aos dizimos, dos alfinetes, a que chamaõ olho de boy, e da ametade dos direitos dos pentes da Alfandega do Porto, e Villa de Conde. Está na Torre do Tombo, no livro de Padroens, e Doações, que principia no anno 1661, pag. 228, vers.*

**D**Om Affonso por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine; e da Conquista navegação Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de Padrao, e Doação virem que por parte do Procurador da fazenda do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmao me foi apresentada huma Carta de Doação da Caza de Villa Real que vagou pela confiscassão **Num. 67.**  
**An. 1663.**

do Marquês, e Duque de Caminha que meo Pay, e Senhor ElRey D. João o quarto que estaa em gloria havia feito merce ao dito Infante cujo treslado he o seguinte.

D. João por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que tendo respeito ao que sou obrigado como Rei, e Pai a dar sustentação, e Caza aos filhos que Deos por sua divina misericordia me confedeo, e a que sou tambem a acrecentar meos descendentes para conservação, e defensão da Coroa procurando vivação em o Reino, e tenhação successões em que se perpetue, e dillate o mais que puder ser o sangue, e familia Real em que tanto consiste o esplendor do Reino, e a uniação com os estranhos lembrandome que succedi nesta Coroa por descendente do Senhor Rey D. Manoel meo Tresvovou dezejando conservar como devo sua memoria não so de Rey que se perpetua em mim, e meos successores primogenitos, mas a de Duque de Beja que foi antes de succeder na Coroa no Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho, e seus descendentes multiplicando em meos filhos as memorias de tão grande Principe tendo por certo do Infante que o saberá imitar muito como deve, e que me saberá servir a mim, e ao Principe meo sobre todos muito amado, e prezado filho, e meos soccessores na Coroa destes Reinos toda a honra, e merce que lhe fizer. Hey por bem de o declarar Duque de Beja, e de lhe dar aquella Cidade com toda sua jurisdicção crime, e civil, datas, Padroados, rendas, foros, e tributos assim, e da maneira, e do modo, e forma em que o teve, e ouve o dito Senhor Rey D. Manoel pella Carta de Doação que della lhe fes ElRei D. João o Segundo, e melhor se dentro dos limites da dita Carta de doação melhor puder ser, e esta de juro, e herdade para o Infante, e seus descendentes Baroens legitimos precedendo o netto filho do filho mais velho defunto antes de succeder ao filho segundo possuidor, e porque os rendimentos daquella Cidade lemitada pelo termo que hoje tem não bastão para o Infante sustentar os encargos de sua Caza principalmente despois de tomar estado. Hey por bem de fazerlhe mais merce de todas as Villas, Lugares, Castellos, Padroados, dattas, terras, foros, direitos, tributos, e todo o mais que se confiscou para minha Coroa pela condemnação do Marquês de Villa Real, e Duque de Caminha seu filho, que elles, e os donatarios daquella Caza possuirão, ou fosse da Coroa, ou patrimonial, e isto sem prejuizo de terceiro tudo no modo, e forma, e com a mesma jurisdicção, preheminiencias, prerrogativas, com que lhe faço merce da Cidade de Beja, e com que se fes ao Senhor Rey D. Manoel quando se lhe concedeo em tal maneira que a dita Cidade, Villas, Lugares, e Castellos, e o mais que fica refferido se reputara tudo por huã mesma cousa, e se governará, terá, e possuirá por huã mesma Doação advertindo que fora do Senhor Rey D. Manoel não conceder o servir ouvidores Correição, e ser nesta parte menor que a das Cazas grandes que hoje hã no Reino. Hey por bem de conceder aos Ouvidores do Infante,



fante, e feos descendentes a dita Correição, e toda a mais jurisdição que hoje tem, e de que uzaõ os Ouvidores da Caça de Bragança que aqui hey por expreßas, e declaradas, e porque tomando o Infante, e feos descendentes estado, e tendo filhos he rezaõ que feos Primogenitos hajaõ logo que nascerem tittullo, e Caça conforme a grandeza de feos Pais, e ascendencias de que procedem, e a Caça em que haõ de succeder quero, e mando que o Primogenito do dito Infante, e os mais que o forem de feus descendentes se chamem logo que nascerem Duques de Villa Real, e tenhaõ, e hajaõ a jurisdição, rendas, e dattas daquella Villa, uzem, e gozem das preheminencias, e graças, e prerrogativas que por aquelle tittullo lhe competem assim, e da maneira que feos Pays as ham de uzar, e pello ver, e forma de suas meßinas doaçõens, e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e assellada com o Sello pendente de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos onze dias do mes de Agosto. Pantalliaõ Figueira a fes anno de mil e seiscentos e cincoenta e coatro. Pedro Vieira da Silva o fes escrever.

## ELREY.

E assim me apresentou mais o dito Procurador da fazenda do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ huã Provizaõ em que os Senhores Reis antepassados confederaõ ao Marques de Villa Real a dizima da mercaria das couzas das molheres que vem pela Alfandega do Porto, e huã Certidaõ dos officiaes della de que de tudo o treslado he o seguinte.

Nos ElRey mandamos a vòs Joaõ Rodrigues de Saa do nosso Conselho, Vedor da nossa fazenda em a Cidade do Porto, aos Juizes, e Almoxarifes, officiaes das Alfandegas da dita Cidade do Porto, e Villa do Conde, que vòs leyxeis estar de posse o Marques de Villa Real meo muito amado, e prezado Primo da dizima da mercaria das couzas das molheres que vem ter as ditas Alfandegas assim, e pela guisa que a tinha o Marques seo Pay que Deos haja a qual assim leixareis ter como dantes havia athe verdes outro nosso Alvarã em contrario a este, e o que lhe da dita dizima embargado tendes, e assim torne. Feito em a arrifana a coatro dias de Dezembro. Lopo Fernandes o fes era de mil e quinhentos e dous.

Os officiaes de ElRej nosso Senhor desta sua Alfandega do Porto fazemos saber como pellos livros que nesta dita Alfandega ser-vem da receita della de muitos annos a esta parte consta carregarem-se no tittullo da Marqueza os direitos da dizima de alfinetes, bocetas, espelinhos, de olho de Boj, e de ametade dos ditos direitos dos pentes que entraõ nesta dita Alfandega, e somente estas duas cousas se carregãõ no dito Tittullo da Marqueza, e as mais cousas como sãõ cadeados, brochas, espelhos grandes, e outras cousas desta quallidade se carregãõ no tittullo da dizima corrente dos ditos livros pela fazenda de S. Magestade como tudo consta dos ditos

tes livros a que nos reportamos em todo, e por todo. Certificamolo assim por esta por nos aslinada, e sellada com o Sello que serve nesta Alfandega. Porto sinco de Mayo de seiscentos quarenta e outo. Francisco Carneiro de Castro, Raphael Carneiro, Placido Carneiro. Pedindome o dito Procurador da Fazenda do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmao, que por quanto o Senhor Rey D. Joao meo Pay, e Senhor Ihe fizera a Doação assima tresladada da Caza de Villa Real que vagara pela confiscação do Marques, e Duque de Caminha seo filho para o dito Infante meo Irmao a ter com todas as Villas, Lugares, Castelllos, Padroados, dattas, terras, foros, direitos, e tributes com tudo o mais assim, e da maneira que os Marquezes de Villa Real a tinhao quando se confiscação para minha Coroa, e porque as couzas tecantes a dita Caza era o direito da dizima dos alfinetes, bocetas, espelhinhos pequenos a que chamao olho de boj, e ametade dos direitos dos pentes, que vinhao pela Alfandega do Porto a que chamao direito da merceria das coufas das molheres as quaes sempre se carregavao debaixo do tittullo da Marqueza athe a dita Caza ser doada ao dito Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmao do qual tempo athe o presente vaõ carregados em o seo nome como se via da Certidaõ acima, outro sim encorporada dos officiaes da dita Alfandega, e que por despacho de minha fazenda se mandara que o Infante fosse conservado na sua posse de cobrar com tanto que elle dito Procurador da fazenda dentro em hum anno fizesse corrente a doação deste direito na forma necessaria o qual pelo modo referido pertencia a fazenda do dito Infante como Donatario da dita Caza da qual a este direito pertença sendo couza de taõ pouca consideração que muitos annos naõ passava de outo mil reis athe dês pouco mais, ou menos pelo que me pedia Ihe mandasse passar Carta de confirmação, ou Doação dos ditos direitos, e vislo por mim seo requerimento, Doação, Alvarâ, e Certidaõ acima tresladada, e dezejar eu pela vontade, e amor que tenho ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmao de Ihe fazer merce hey por bem, e me praz de Iha fazer dos ditos direjtos de merceria dos dizimos dos alfinetes, bocetas, e espelhinhos pequenos a que chamao olho de boj, e da ametade dos direitos dos pentes que vem pela Alfandega do Porto a que chamao direito da merceria das coufas das molheres se carregavao debaixo do tittullo da Marqueza de Villa Real a qual merce faço ao dito Infante D. Pedro de juro, e herdade para sempre para que o tenha elle, e seos successores assim, e da maneira que os tinha, e havia o dito Marquez de Villa Real pela Provizaõ acima tresladada sem a isso se por duvida, nem embargo algum porque assim hey por bem pello que mando aos Vedores de minha fazenda passem as ordens necessarias, e as façaõ passar para que pessoa alguã se intrometa no direito da dizima dos alfinetes, bocetas, espelhinhos pequenos a que chamao olho de Boj, e a ametade do direito dos pentes que vem pela Alfandega do Porto a que chamao direito da merceria das coufas das molheres que se carregavao sempre debaixo do tittullo da Marqueza



queza de Villa Real, e os deixem cobrar os ditos direitos a ordem do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmão por seu Procurador porque assim lhe faço merce de lhe confirmar os ditos direitos, e delles lhe mandei passar este Padrao de juro, e herdade para sempre para elle as ter com a dita Caza a que andaõ annexos, e os mais successores a que despois vier, e outro sim mando aos meos Ministros de justiça, ou fazenda a que este for appresentado para o comprimento delle, o cumpraõ, e guardem taõ inteiramente como se nelle contem que por firmeza de tudo lho mandei por num assinado, e sellado com o meo Sello pendente do qual naõ pagou direitos novos por ser do Infante. Luis da Silva o fes em Lisboa a quinze de Setembro de seiscentos sessenta e tres annos. Francisco Pereira de Bitancor o fes escrever.

ELREY.

*Escritura da compra da Villa de Moura, seu Termo, e Celleiros, Paul de Magos, e Cidade de Lamego, e de todas as prerogativas, que tem as doações da Casa de Bragança. Está na Chancellaria, no livro dos Padroens, e Doações, pag. 153.*

EM nome de Deos amem Saibaõ quantos este Instrumento de venda para sempre, ou como em direito melhor haja lugar vi-rem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e sessenta e hum em dezanove dias do mes de Dezembro na Cidade de Lisboa, e Caza do Estado de Bragança estando ahj presente de huã parte o Lecenciado Bento Cardozo Ozorio Procurador geral do mesmo Estado, e do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro, e da outra o Lecenciado Francisco Lopes Henriques Procurador tambem do mesmo Estado de Bragança, e Caza da Supplicação como Procurador que dice ser da Serenissima Senhora Infanta D. Catherinna em virtude da Procuração que mostrou assina- da pela dita Senhora que no fim desta escritura hirã tresladada como tambem a que a Rainha nossa Senhora deu especial ao dito Lecenciado Bento Cardozo Ozorio como Administradora da pessoa, e bens do dito Senhor Infante para effeito desta escritura, e pelo dito Lecenciado Francisco Lopes Henriques foi dito a mim Taballiaõ perante as testemunhas ao diante nomeadas que o Senhor Rey D. Joaõ o Quarto que santa gloria haja Pai da dita Senhora Infante por sua Carta patente do primeiro do mes de Novembro de mil e seiscentos e sincoenta e seis que tambem no fim desta escritura hirã tresladada. Tendo respeito a idade em que se achava a Serenissima Senhora Infante sua filha, e a obrigação que lhe corria de lhe dar dotte, e sustentação, e a naõ lhe ter feito merce alguã, e ao muito que lhe hera necessario para sustentar seu Estado conforme sua quallidade, e

Num. 68.

An. 1661.

ao

ao que a rezaõ, e conveniencia do Reino pedia, e em particullar por feos merecimentos pelloacs, e grande amor que lhe tinha ouve por bem fazerlhe merce entre outras da Cidade de Lamego, e seu Termo, e da Villa de Moura, e seu Termo com suas rendas, direitos, foros, tributtos, officios, dattas, Castelllos, e Padroados, excepto as Alfandegas, fizas, e Bispado da dita Cidade que sempre ficaraõ a Provimento da Coroa assim, e da maneira que o dito Senhor entaõ possuia a dita Cidade, e Villa, e melhor se melhor podesse fer com toda a jurisdicção crime, e civil mero misto Imperio, e com todas as mais prerrogativas que tinhaõ as doaçõens da Caza de Bragança que na dita Doaçãõ houve por expresas, e declaradas, e lhe fes mais merce dos Selleiros da dita Villa de Moura na parte que tocavã a dita Villa assim como tinha feito merce ao dito Serenissimo Senhor Infante D. Pedro da parte dos mesmos Selleiros que tocava a Villa de Serpa de que o dito Senhor Infante he donatario, e assim mais lhe fes merce do Paul de Magos que havia pouco tinha mandado romper e todo o sobredito de juro, e herdade na forma da ley mental para a dita Serenissima Senhora Infante, e feos successores salvando o direito dos donatarios que tivessem nas ditas cousas que ficaria em seu vigor em quanto durassem os termos de suas doaçõens, e que acabados elles da maneira que os ditos bens, e jurisdicções, e mais direitos que os mais donatarios possuissem ouvessem de vir a Coroa naõ vagaria para elle, senaõ para a dita Senhora Infante, e feos successores para os terem, e possuirem na forma da dita Doaçãõ a qual lhe fazia com tal declaraçãõ que se tomasse Estado fora do Reino, e por esta rezaõ, ou outra igualmente poderosa lhe quizesse a Coroa satisfazer o justo vallor das doaçõens contheudas na dita Carta patente seria a dita Senhora obrigada a desistir dellas concluindo que a dita doaçãõ assim nesta parte, e cousas acima declaradas como em todo o contheudo na dita Carta se daria a execuçãõ inteiramente no melhor modo, e forma que conviesse, e que quando ouvesse contra ella, ou contra alguã parte por piquena que fosse tal impedimento que naõ podesse ter seo comprido effeito em parte, ou em todo havia por bem que a parte em que o naõ podesse ter se suprisse com outra-equivalente de tal modo, e forma que sempre teria effeito o vallor das merces que pela dita Carta havia feito a dita Senhora Infanta declarando que todo fazia de seu moto proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto no melhor modo, e forma que de direito a devia, e podia fazer como melhor, e mais cumpridamente constava da dita Carta patente, e despois da dita Doaçãõ por Alvarã da datta do mesmo anno, e dia que tambem hirã tresladado no fim desta escritura ouve o dito Senhor Rey por bem declarar que por quanto fizera a dita merce a dita Senhora Infante com tal declaraçãõ que se ella tomasse estado fora do Reyno, ou por outra rezaõ igualmente poderosa lhe satisfaria a Coroa o vallor das ditas Doaçõens, e seria a dita Senhora Infante obrigada a dizistir dellas, e por evitar duvidas que ao diante poderiaõ haver na estimaçãõ, e vallor das doaçõens contheudas na dita Carta succedendo aquelle cazo o mandara ver



ver com particullar confideração o que renderiaõ as ditas dattas , e prerrogativas , e precedendo esta dilligencia ouve por bem declarar , e estimar o vallor das ditas Doações em quinhentos mil cruzados que a Coroa daria a dita Senhora Infanta succedendo o cazo referido advertindo por hora que como o Paul de Magos se rompera por conta do dito Senhor havia elle sempre no dito cazo de ficar a sua despozição despois da deixação da dita Senhora Infanta como mais largamente se contem no dito Alvarâ , e que por quanto agora estava tratado , e effectuado o cazamento da dita Senhora Infanta com o Senhor Rey da Graõ Bretanha viera o cazo prevenido nas ditas Doações de tomar estado fora do Reyno , e estar o Patrimonio Real exhausto com os grandes despendios que padeceo no tempo da dita administração dos Reys de Castella , e com as grandes despesas que tem feito na guerra por discurso de tantos annos , e em suas Conquistas , e se não achar a Coroa em estado para remir , e satisfazer o vallor e estimação de doação que o dito Senhor fes a dita Senhora Infanta da dita Cidade de Lamego , Villa de Moura , Selleiro de Serpa , e Paul de Magos como acima vai declarado , e ser precisamente necessario valer-se a dita Senhora da dita estimação para se compor parte de seu dotte , e despesas precisas , e necessarias para o apresto de sua viagem ao Reyno de Inglaterra ( que felice seja ) e que em rezaõ disto hera necessario buscar-se meyo conveniente para a dita Senhora Infanta se poder valler do vallor estimação da dita Cidade de Lamego , Villa de Moura , e feos Selleiros , e Paul de Magos , e não havia outro mais proporcionado que vender , e trespassar a dita Senhora Infanta os tais bens , assim , e da maneira que lhe pertenciaõ por vertude das ditas doações , e alvarâ ao dito Senhor Infante D. Pedro , o que sendo presente a S. Magestade , que Deos guarde ouve por bem dar licença aos ditos Senhores Infante , e Infanta para que por feos Procuradores , ou pelas pessoas que feos poderes tivessem pudessem comprar , e vender os ditos bens , terras , direitos , e jurisdicoens como mais largamente consta do Alvara de trinta de Agosto deste presente anno que tambem ao diante hirâ tresladado , e que para a dita compra , e venda se fazer com mais segurança de huma , e outra parte de presente , e ao futuro o dito Senhor ouvera por bem de suprir a menoridade dos ditos Senhores Infantes e todas as mais solemnidades , requesitos por direito , e ordenação do Reyno para se poderem comprar , e vender os bens dos menores como se todos actualmente entreviessem na dita compra , e venda declarada no dito Alvara derogando todas as leis que fizessem em contrario havendo-as por expressas , e declaradas para o mesmo effeito sem embargo da ordenação , livro segundo tittullo quarenta e coatro em contrario como melhor se vê da postilla posta nas costas do dito Alvara da datta de vinte e dous de Setembro proximo passado. E por quanto des o tempo em que se destinou a dita venda precedendo as informaçoes necessarias se conferio por muitas vezes por homens peritos , e de experiencia , e ministros que tinhaõ rezaõ de fazer do vallor , e estimação da dita Cidade de Lamego , Villa de

Moura, Selleiros, e Paul de Magos com todas suas rendas, e direitos, jurisdicoens, Padroados, prerrogativas assim, e da maneira que se referem na dita Carta patente se achou, e concluiu, e achou ser a estimacao, e comum preço a quantia de cento e sincoenta mil cruzados pouco mais, ou menos, e neste preço, e quantia estavam elles ditos Procuradores de parte, a parte ajustados em virtude dos poderes de suas procuraçoens, e por assim ser elle Lecenciado Francisco Lopes Henriques da procuração que tinha da dita Senhora Infanta disse que em nome da dita Senhora vendia como em effeito vendeo, e trespassou deste dia para todo sempre em o Lecenciado Bento Cardozo Ozorio como Procurador do dito Senhor Infante D. Pedro, e feos herdeiros, e successores a dita Cidade de Lamego, Villa de Moura, Selleiros, e Paul de Magos com todas suas pertencas, padroados, jurisdicoens, mero, e misto imperio, dattas, direitos, forros, tributos, e prerrogativas, e assim, e da maneira que todo vai declarado na dita Carta patente, e pertenciação, e podia pertencer a dita Senhora Infanta, e feos herdeiros, e successores com todas as qualidades, e circumstancias tudo na forma das ditas doaçõens pelo dito preço dos ditos cento e sincoentamil cruzados, e pelo dito Lecenciado Bento Cardozo Ozorio foi dito que elle como Procurador do dito Senhor Infante aceitava o dito trespasso das ditas doaçõens de juro, e herdade para sempre para o dito Senhor Infante, e feos successores em virtude do dito contrato de venda, e preço dos ditos cento e sincoenta mil cruzados os quaes entregou com effeito a João Froes de Aguiar Thesoureiro do dotte da dita Senhora Infante de que passou seu conhecimento em forma que o dito ao diante hirãtambem tresladado pela qual rezação o dito Lecenciado Francisco Lopes Henriques disse que visto estar entregues os ditos cento e sincoentamil cruzados preço desta venda ao dito Thesoureiro elle como Procurador da dita Senhora Infante dava quitação por esta publica escriptura da dita quantia havendo ao dito Senhor Infante, e a todos feos herdeiros, e successores por desobrigados della para sempre, e para poderem lograr os ditos bens doados com todos feos effeitos na forma sobreditta, e em virtude deste contrato, e pelo dito Lecenciado Bento Cardozo Ozorio Procurador do dito Senhor Infante que por quanto no Alvarã sobredito do primeiro de Novembro de mil seiscientos sincoenta e seis S. Magestade que Deos haja declarara que fazendo a dita Senhora Infanta deixação do dito Paul de Magos ficaria elle sempre a sua disposição por se aver rompido por sua Carta elle outorgante para cessarem duvidas ao futuro fizera petição a S. Magestade que Deos guarde para declarar que aquella reserva não tinha lugar mais que no cazo que o dito Paul fosse comprado a dita Senhora Infanta com os bens da Coroa na forma declarada no dito Alvara e não sendo como foi remido, e comprado com o dinheiro do dito Senhor Infante porque neste caso não havia de ficar a disposição do dito Senhor senão ao dito Senhor Infante, e que S. Magestade por Decreto de dezasette de Outubro deste presente anno que tambem abaixo hirã tresladado deferindo a dita petição assim o declarara havendo



por bem que o dito Paul ficasse ao dito Senhor Infante, e a seus successores como pertencia, e havia pertencer a dita Senhora Infante sem embargo da clauzulla do dito Alvara a qual cessava visto o dito Paul ser comprado, e remido com o dinheiro do dito Senhor Infante a cuja disposição, e de seus successores havia de ficar, e queria que ficasse requerendome o dito Procurador do Senhor Infante que assim o estendesse nesta escritura, e nelle fosse tambem inserto este decreto para a todo o tempo constar desta declaração, e todo o sobre-dito os ditos Procuradores outogaraõ, e assistiraõ de parte a parte prometendo em nome dos ditos Senhores Infantes que este contracto serã para sempre firme, e valiozo, e que a dita Senhora Infante o faria sempre bom, e irrevogavel na forma que os ditos bens lhe foraõ concedidos por sua Carta patente renunciando de parte a parte todos os privilegios, liberdades, prerrogativas, e preheminencias das pessoas dos ditos Senhores Infantes seus constituintes para nunca virem contra este contracto obrigandosse em caso que sobre elle se movesse alguã duvida a responder aonde, e perante quem ElRey nosso Senhor successor os ordenasse, e renunciavaõ privilegios de sua menoridade, e o beneficio de restituição, e todos os mais concedidos, e incorporados em direito, e fora delle, e para mais firmeza deste contrato requerendome que o estendesse nestas minhas nottas, e delles se passassem todos os instrumentos necessarios que aceitaraõ nos nomes que representaõ, e eu Tabelliaõ todo aceito como pessoa publica estipullante, e aceitante, e o treslado dos Alvaras, e da Carta de que atras se fas menção he o seguinte.

D. Catherina Infanta de Portugal, &c. Pella presente nomeyo por meo Procurador o Lecenciado Francisco Lopes Henriques advogado da Caza da Supplicação, e lhe concedo especial poder, e faculdade para que por mim, e em meu nome com livre e geral administração possa vender ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmaõ a Cidade de Lamego, Villa de Moura, e Paul de Magos de que de tudo sou Donnataria por merce, e Doação que me fes ElRey meo Senhor, e Pay que sancta gloria haja por Carta patente do primeiro de Novembro de mil e seiscientos sincoenta e seis, assim, e da maneira que na dita Carta he coutheudo, e declarado, e para effeito da dita venda, e compra pelo preço em que se ajustarem se faraõ com as solemnidades, e seguranças costumadas as escrituras que forem necessarias, e tudo pelo dito Francisco Lopes Henriques vendido, feito, e requerido haverey por bem, firme, e valliozo. Domingos Alvares de Andrade a fes em Lisboa a nove de Mayo de mil e seiscientos e sessenta e hum. Antonio de Souza Tavares o fes escrever.

#### A INFANTA.

Ha V. Alteza por bem dar poder ao Lecenciado Francisco Lopes Henriques advogado da Caza da Supplicação para que em seu nome possa vender ao Senhor Infante D. Pedro a Cidade de Lamego,

go, Villa de Moura, e Paul de Magos de que V. Alteza he Donnataria da maneira acima declarada.

Eu a Rainha como Tutora, e Administradora da pessoa, e Estado, e bens do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho faço saber aos que este Alvara virem que por elle dou poder especial ao Lecenciado Bento Cardozo Ozorio Procurador de todas as cauzas do Estado de Bragança, e do mesmo Infante para em seu nome comprar a Infanta D. Catherina minha muito amada, e prezada filha a Cidade de Lamego, Paul de Magos, e Villa de Moura de que he donnataria pelo preço em que se ajustarem, e para fazerem a escriptura de compra, e venda com as solemnidades, e seguranças necessarias, e todo o por elle feito haverei por firme, e valhozo, &c. Domingos Alvres de Andrade a fes em Lisboa a outo de Mayo de mil e seiscentos sessenta e hum. Antonio de Souza Tavares o fis escrever.

#### RAINHA.

Ha V. Magestade por bem como Tutora, e Administradora da pessoa, e Estado, e bens do Senhor Infante D. Pedro dar poder ao Lecenciado Bento Cardozo Ozorio para poder comprar a Senhora Infanta D. Catherinna a Cidade de Lamego, Villa de Moura, e Paul de Magos de que he donnataria.

D. João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta patente virem que tendo respeito a idade em que se acha a Infanta D. Catherina minha muito amada, e prezada filha, e a obrigação que me corre de lhe dar sustentação, e dotte, e lhe não ter feito merce alguma, e ao muito que lhe he necessario para sustentar seu Estado conforme o que he, e ao que a rezaõ, e a conveniencia do Reyno pede que ella tenha ao diante, e tendo outro fim respeito ao aperto em que se acha o patrimonio da Coroa com a decipação que padeceo do tempo da introdução dos Reys de Castella, e ao que tem despendido com a guerra de tantos annos nos Reynos, e nas Conquistas acomodando assim a necessidade da Infanta como as do Reyno no melhor modo que pode ser tendo por certo da Infanta que mo faberá merecer toda a merce que lhe fizer, e que seus successores farão o mesmo ao Principe meo sobre todos muito amado, e prezado filho, e aos Reys que lhe ouverem de succeder na Coroa destes Reynos, e por folgar por todos estes respetos, e em particullar pellos merecimentos pessoas da Infanta que acrescentaõ muito a estimação que della faço, e grande amor que lhe tenho hey por bem fazerlhe merce da Ilha da Madeira com todos seus lugares, da Cidade de Lamego, e seu termo, da Villa de Moura, e seu termo tudo com suas rendas, direitos, foros, tributtos, officios, dattas, Castellos, e Padroados excepto Alfandegas, fizas, e os Bisposados de Lamego, e Funchal que sempre ficaraõ de Provizão da Coroa assim, e da maneira que eu hoje



je possuo aquella Ilha, Cidade velha, e melhor se melhor pode ser com toda sua jurisdicção crime, e civil, mero, e misto Imperio com todas as mais prerrogativas que tem as doações da Caza de Bragança, que aqui hey por expressas, e declaradas entendendo nas que a Caza tem incorporadas para seus successores, e não nas pessoas que por doação de favor confederei a Infante quaes convem á sua pessoa, e confidiaõ meos Antecessores aos seus segundo as pessoas de cada hum, e as ocaziões, e occorrencias dos tempos. E porque a renda da dita Ilha, Cidade de Lamego, e Villa de Moura tirado as fizes, e Alfandegas he lemitada. Hey por bem que das rendas das Alfandegas da Ilha se pague ordenado ao Governador que nella ou ver de haver que serã nomeado pela Infante, e seus successores com aprovação minha, e dos meos, e se pagará mais do mesmo rendimento das Alfandegas a despesa do Prezidio, ou Prezidios da dita Ilha não passando do que hoje são, e lhe faço mais merce dos Selleiros de Moura na parte que toca a esta Villa assim como concedi ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado filho a parte dos mesmos Selleiros que toca a Villa de Serpa de que he Donatario, e lhe faço outro sim merce do Paul de Magos que há pouco tempo rompi; tudo o sobredito de juro, e herdade na forma da ley mental para ella, e seus successores baroens lidimos precedendo o netto filho do filho mais velho defunto antes de succeder ao filho segundo, e mais filhos do ultimo possuidor disto salvando os direitos dos Donatarios que ou ver na dita Ilha, e mais lugares declarados nesta Doação que ficarã em seu vigor em quanto durarem os termos de suas Doações, e acabadas ellas de maneira que hajaõ de tornar os bens, jurisdicções, e o mais que possuirem a Coroa de meus Reynos não vagaráõ para ella, senão para a Infanta, e seus successores para as terem, e possuirem na forma desta Doação, e faço a Infante a Doação desta Ilha, e mais contheudas nesta Carta com tal declaração que se tomar Estado fora do Reyno, e por esta rezaõ, ou outra igualmente poderosa lhe quizer a Coroa satisfazer o justo vailor destas Doações serã obrigada a desistir dellas, e posto que os beneficios da dita Ilha se provejaõ como da Ordem de Christo pella Meza da Consciencia os concedo a Infante, e seus successores para os prover como Donatarios daquelles Padroados, ou do uzo delles assim, e da maneira que a Caza de Bragança prove alguãs Comendas da mesma Ordem, e sendo necessario fazer tambem esta Doação dos beneficios, e da Ilha como Mestre, e Governador, e perpetuo Administrador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo o faço como tal ou de juro, e herdade, ou quando nisto haja impedimento em vida de tres pessoas no melhor modo, e forma que puder ser para que tenha seu comprido effeito para o que sendo outro sim necessario se supplicara a S. Sanctidade executando a doação assim nesta parte, como em todas as mais muito pontual, e inteiramente no melhor modo, e forma que convier, e quando haja contra ella, ou contra alguã parte por pequena que seja tal impedimento, ou em todo, ou em parte não possa esta doação ter comprido effeito. Hey por bem que a par-

te

te em que o não puder ter se supra em outra equivalentemente em tal modo, e forma que sempre tenha effeito, e valor de merce que faço a Infante por esta Carta a qual merce, e doação lhe faço de meo motto proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto no melhor modo, e forma que de direito posso, e devo, e por firmeza de todo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim affinada, e passada pela minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa o primeiro do mes de Novembro. Luis Teixeira de Carvalho a fes anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos fincoenta e seis. Pedro Vieira da Silva a fis escrever.

## ELREY.

Carta patente porque V. Magestade fas merce a Serenissima Infante D. Catherina da Ilha da Madeira, Cidade de Lamego, Villa de Moura, e seus Selleiros, e do Paul de Magos com suas rendas, Padroados, excepto fizes, Alfandegas, e Bispados na forma da ley mental, na maneira acima declarado, para V. Magestade ver. Francisco de Carvalho. = Não deve direitos novos por ser Infante, e os não dever por estar assim em estillo nas pessoas Reaes. Lisboa tres de Novembro de mil e seiscentos fincoenta e seis. Henrique Correa da Silva. = Pagou nada por ser da Senhora Infante, e conforme o Regimento não dever direitos a fazenda de S. Magestade. Lisboa tres de Novembro de mil seiscentos fincoenta e seis, e aos officiaes por estimação conforme a determinação do Chanceller mór sessenta e coatro mil e cem reis comcorda. Gaspar Maldonado. = Registada na Chancellaria no livro dos Padroens, e Doações a follias cento e fincoenta e tres. João de Payva de Albuquerque.

Eu ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que eu fis merce a Infante D. Catherinna minha muito amada, e prezada filha da Ilha da Madeira com todos seus Lugares, Cidade de Lamego, Villa de Moura com seus Selleiros, e Paul de Magos com tal declaração que se a Infante tomar estado fora do Reyno, ou por outra rezaõ igualmente poderosa lhe quizer a Coroa satisfazer o valor daquellas Doações será a Infante obrigada a dezistir dellas como tudo se vê da Carta da mesma Doação que foi feita no dia da data deste Alvarâ e porque dezejo evitar duvidas ao diante, e as pode haver succedendo aquelle cazo na estimação, e valor das Doações mandando-as ver particulamente ao que rendem os direitos, e ventajens, e prerrogativas dellas hey por bem declarar o valor das ditas Doações em quinhentos mil cruzados que a Coroa deve satisfazer a Infante succedendo o cazo referido, e que nem a Coroa poderá darlhe menos, nem a Infante deixar de dezistir, e largar as Doações entregandolhe aquella somma, advertindo porem que como o Paul de Magos se rompo por minha conta ha sempre neste cazo de ficar a minha despozição despois da deizaçam da Infante, e para a todo o tempo constar desta rezolução minha mandei passar este Alvarâ como  
parte



parte daquella doação a qual quero que valha como Carta, e que não passe pela Chancellaria sem embargo das Ordenações do livro segundo, tittullo trinta e nove e quarenta, que o contrario dispoem. Luis Teixeira Carvalho o fes em Lisboa ao primeiro do mes de Novembro de mil e seiscentos fincoenta e seis. Pedro Vieira da Silva a fes escrever.

## REY.

Eu ElRey faço saber aos que este Alvarâ virem que tendo respeito a que ElRey meo Senhor, e Pay, que santa gloria haja com justa, e devida consideração ouve por bem fazer merce a Infanta D. Catherinna minha muito amada, e prezada Irmaã da Doação da Cidade de Lamego, e Villa de Moura, e feos Selleiros, e do Paul de Magos com suas rendas, e Padroados excepto as fizas, Alfandegas, e Bispados tudo na forma contheuda, e declarada em a Carta patente da doação feita ao primeiro do mes de Novembro do anno de mil e seiscentos fincoenta e seis para com o mais que na dita doação se conthem servir em parte por dotte, e sustentação da mesma Infante sendo tudo inferior ao necessario para seo Estado, e por Alvarâ do primeiro dia do mes de Novembro do dito anno ser servido ElRey meo Senhor, e Pay fazer declaração se a Infante tomasse estado fora do Reyno, ou por outra razão igualmente poderosa se compuzesse o vallor da dita doação tendo consideração aos rendimentos destas, e ventagens, prerrogativas della, e hora não haver lugar de se poder compor no cazo que de presente se offerece de cazar a Infante fora do Reyno conforme ao que no dito Alvarâ se premidiitou, e ser necessario uzar de outro meyo para acommodar a Infante em a falta de seo dotte em o que se não acha outro mais conveniente que dando licença ao Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmao para comprar a Infante as ditas terras, direitos, e jurisdições dellas assim como lhe pertenciao, e podiao pertencer na forma da dita Doação. Hey por bem, e me praz conceder licença ao Infante, e Infanta para por seos Procuradores, ou pelas pessoas que seos poderes tiverem possaõ comprar, e vender as ditas terras que são seos direitos, e jurisdições intervendo em seu pacto, e contractos aquellas diligencias, e solemnidades que para a substancia, forma, e vallidade dellas forem necessarias, e este Alvarâ se compri-rá como nelle se declara sem embargo da reposta, que sobre isto deo o Procurador de minha Coroa, e valera posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação do livro segundo tittullo quarenta em contrario. Manoel do Coutto o fes em Lisboa a trinta de Agosto de mil e seiscentos sessenta e hum. Jacinto Fagundes Bezerra o fes escrever.

## RAINHA.

Ruy de Moura Presidente.

Ha

Ha V. Magestade por bem que os Senhores Infante, e Infanta por seus Procuradores possam comprar, e vender as terras acima nomeadas, e os seus direitos, e jurisdicoes tudo na maneira, e com as declaraçoens neste referidas. Para V. Magestade ver.

Por Decreto de S. Magestade que Deos guarde de dezouto de Julho de mil e seiscentos sessenta e hum, e despacho do Desembargo do Paço de trinta de Agosto do dito anno. Hey por bem que o Alvará atras se cumpra como se nelle declara para o que hei por suprida a Idade dos Infantes nelle declarado meos muitos amados, e prezados Irmaos, e todas as mais solemnidades, e requizitos de direito, e ordenaçoens do Reyno como se todos actualmente citar ouvesse na compra, e venda de que o dito Alvará trata, e outro sim hei por bem derogar todas as leis, e ordenaçoens que fizerem em contrario as quaes hey por expressas, e declaradas para o mesmo effeito como pedirem os Procuradores dos Infantes, e esta apostilla, e o dito Alvará valler posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo outro sim da Ordenação do livro segundo, tittullo quarenta em contrario. Manoel do Coutto a fes em Lisboa a vinte e dois de Setembro de mil e seiscentos e sessenta e hum. Jacinto Fagundes Bezerra o fis escrever.

#### RAINHA.

Na apostilla Ruim de Moura Presidente. = Na apostilla pagou nada por ser do serviço de S. Magestade. Lisboa vinte e oito de Setembro de seiscentos sessenta e hum, a mim nada por o quittar. = D. Gaspar Maldonado despellea. = Fernando de Mattos de Carvalho. = Nam deve novos direitos por ser do serviço de S. Magestade. Lisboa vinte e oito de Setembro de mil e seiscentos e sessenta e hum. Henrique Correa da Silva.

Diz o Procurador do Senhor Infante D. Pedro que depois de S. Magestade que Deos haja fazer Doação a Serenissima Senhora Infanta D. Catherinna da Ilha da Madeira, Cidade de Lamego, Villa de Moura com seus direitos, Selleiros, e Paul de Magos de juro, e herdade declarou que se a dita Senhora Infante tomasse estado fora do Reyno se lhe satisfaria pela Coroa o valor das ditas Doaçoes que estimou em quinhentos mil cruzados com cuja satisfação seera a dita Senhora obrigada a desistir dellas, e com declaração que succedendo este cazo sempre o Paul de Magos ficara a disposição do dito Senhor depois da dita Senhora haver feito deização dellas por o haver rompido à sua custa, e por a dita Senhora tomar estado fora do Reyno, e os bens da Coroa estarem attinuados, e se não podem remir as ditas terras com seu dinheiro foi V. Magestade servido a dar licença ao Senhor Infante D. Pedro para comprar a dita Senhora a Cidade de Lamego, Villa de Moura, e Paul de Magos por preço de cento e sincoenta mil cruzados termos em que não pode ficar o dito Paul a despozição Real na forma da dita declaração depois da deização da dita Senhora por se não remir com o dinheiro



ro da Coroa a que fô o cazo em que ella podia ter lugar, mas não sendo remido com o dinheiro do dito Senhor Infante que o comprou por mayor conveniencia do Reyno. Pede a V. Magestade, que para se evitarem duvidas ao futuro lhe faça merce declarar que visto o dito Paul ser remido com o dinheiro do dito Senhor Infante precedendo, licença, e faculdade de V. Magestade não tem lugar a dita declaração, e que sem embargo della fique sempre o dito Paul á disposição do dito Senhor Infante, e seus successores de juro, e herdade na conformidade que a dita Senhora Infante a tinha, e possuya por suas doações, e recebera merce. Bento Cardozo Ozorio.

Deferindo a petição do Procurador do Infante D. Pedro meo muito amado, e prezado Irmão. Hey por bem, e me praz declarar que de mais da licença que tenho concedido na forma do Alvará que para isso mandei passar para se poderem celebrar os pactos da compra, e venda de que se fas menção o Paul de Magos fique ao Infante, e seus successores assim como pertencia, e havia de pertencer a Infante D. Catherinna minha muito prezada, e amada Irmã sem embargo da clauzulla escrita em sua Doação de que tomando estado a Infante fora do Reyno tornaria o dito Paul ficar a minha disposição por quanto a dita clauzulla fica cessando, e como se posta não fosse por ser o dito Paul ora remido pela fazenda do mesmo Infante, e a cuja despozição, e de seus successores deve ficar, e quero fique. Lisboa dezaesette de Novembro de seiscentos e sessenta e hum, com huã rubrica da Rainha nossa Senhora.

A folhas coatrocentas e vinte e cinco do livro da Receita de João Froes de Aguiar Thezoureiro do dinheiro para o negocio de Inglaterra ficou carregados sessenta contos de reis que lhe entregou o Doutor Bento Cardozo Ozorio Procurador do Estado do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro preço da venda porque o dito Senhor Infante comprou a Serenissima Senhora D. Catherinna Rainha da Gram Bretanha a Cidade de Lamego, Villa de Moura, Selleiros de Serpa, e Paul de Magos, e da dita Receita se passou este conhecimento em forma feito por mim, e assinado por ambos. Em Lisboa dezaesais de Dezembro de seiscentos sessenta e hum. João Francisco Froes. E tresladados os concertey com os proprios a que me reporto testemunhas que foraõ presentes Balthezar Gomes, e Rodrigo de Almeida, e Luis da Sylva officiaes do Estado de Bragança, e eu Taballiaõ dou fee serem estes outrogantes os proprios aqui contheudos que na notta assinaraõ com as testemunhas, e declararaõ elles Procuradores dos ditos Senhores Infantes que o contrato de venda que se trata nesta escritura eslava ja ajustado em toda sua perfeição no mes de Março deste presente anno muito tempo antes que se celebrasse o casamento da dita Senhora Infante com o Senhor Rey da Gram Bretanha, e se suspendeo athe o presente o reduzirse a esta escritura athe se fazer entrega dos ditos cento e cincoenta mil cruzados preço desta venda, e com esta declaração outorgaõ esta escritura como se fora feita no dito tempo. Testemunhas os ditos e eu Theodoro da Costa de Souza Tabaliaõ o escrevi. = O Lecenciado

Francisco Lopes Henriques. = Bento Cardozo Ozorio. = Rodrigo de Almeida. = Luis da Silva. = Balthezar Gomes. = Eu Antonio da Silva Canto Taballiaõ de nottas por ElRey nosso Senhor nesta Cidade de Lisboa que este Instrumento de notta de Theodoro da Costa de Souza que neste officio servio a que me reporto a fis tresladar, concertey, sobescrevi, conferi, e assinei em razo. Lisboa Occidental de Março trinta e hum de mil e settecentos e vinte e hum. Concertado por mim Taballiaõ. Antonio da Silva Canto.

*Decreto, que o Infante D. Pedro mandou aos Tribunaes, quando entrou a governar. Está na Livraria m. j. do Duque de Cadaval, livro num. 2, de papeis varios, pag. 41.*

**Num. 69.** **O** Brigado das necessidades, e perigos em que se vem estes Reynos e das instancias que sobre seu remedio, me tem feito muitos vassallos d'elle, dos mayores na idade, e na qualidade mais zelozos, e mais empenhados, em sua conservação, dezejo a muitos dias de achar meyoas suaves para atalhar os damnos, que ja de tão perto os ameaçavaõ; mas não me foi possível porque desde o dia, em que algumas pessoas levarão a ElRey meu Senhor a Alcantara, e tumultuariamente lhe fizeraõ tomar naquella quinta o governo de seus Reynos persuadindolhe, que a Rainha minha Mãe e Senhora que Deos tem, e os Ministros de que ElRey meu Senhor e Pay, e ella faziaõ muita confiança lhe dilatavaõ a entrega do governo, com intento de lhe tirarem a Coroa, se não fiou S. Magestade de mais pessoas, que daquellas, e de outras escolhidas por elles, para lhe impedirem os meios de conhecer tão prejudicial engano, atrevendo-se para que não ouvesse quem lhe mostrasse e perturbasse sua valia a levar sem outro fim a huã prizaõ afrontosa, e a matar cruelmente nella a Rainha minha Mãe e Senhora, cauza bastante para padecermos mayores castigos, e a desterrar desta Corte tão grandes pessoas, por tanto tempo, e para tão ruins lugares, em que receberão os damnos que são notorios, sendo mayor, impedirem por este modo, o remedio com que a Rainha queria atalhar, e atalhara com effeito, os malles em que nos vemos, amoeitando a ElRey, com os meios que havia de mister o seu natural, e tirandolhe e dandolhe os criados que haviaõ mister seus annos, mas fese o contrario, deixando cercar ElRey, e ajudando-o a isso, de homens de ma vida, buscados e escolhidos em todo o Reyno, dandolhe grossos cellarios, e premiando com grandes merces seus delictos, com gravissimo damno da consciencia, authoridade e reputação delRey, perturbação desta Coroa, e escandallo do mundo, creceraõ tanto os desmanchos, e com elles a valia daquelles homens, que privando a Sua Magestade de toda acção propria se fizeraõ senhores de sua vontade, e de tudo, the dos caixilhos, com que se firmaõ os despachos, que tinhaõ em seu poder, procurando, e conseguindo de S. Magestade, que se alguma pessoa lhe



lhe disse qualquer couza, em menos abono seu, a tratase com tal dezabrimento que se lhes não atrevesse ninguem, não exceptuando desta regra, nem a mim, nem (o que mais he) a Rainha minha Senhora, imprimindo tão vivamente no animo de S. Magestade o costume de tratar mal os vassallos, que sem respeito a serem os maiores, e a não darem cauza uzava com elles, o que com tanta vergonha nossa vimos todos tantas vezes, entendose da Rainha minha Senhora, e de mim que dezejavamos emendar estes damnos, e bastou isto para nos tratarem de maneira, que queixandome eu de me quere-rem tirar a vida com peçonha nem foi crida, nem despachada a minha queixa, como ouvera de ser, se fora de qualquer particular, e se tratou a Real pessoa da Rainha minha Senhora, com tão pouco respeito, que foi necessario que a nobreza, e povo desta Corte, acodisse por ella, com o empenho que se vio, e nem isto bastou para se dar satisfação a Rainha, antes a ella, e aos mais nos fizeram as afrontas que com tanta obediencia sofremos naquelle dia, e para se tirar da vista da Rainha o instrumento do seu disgosto, foy necessario afastalo do Paço com industria; o Ministro de que me queixei, se retirou desta Corte, muito contra vontade de S. Magestade, e prometendo o deixaria com liberdade o fez tanto pelo contrario, que lhe deixou hum papel, com instrução do que havia de fazer, e das pessoas de que se avia de assistir, dos despachos e merces, que havia de publicar, dispondo por avizos e cartas, o governo de tudo, continuando auzente nos damnos que sendo presente fazia, sem haver meyo para Sua Magestade o reconhecer e evitar, acodindo com remedio a seus Reynos, que se achão sem justiça, sem fazenda, exhaustos de tudo o necessario para sua defenſa, empenhados, afligidos, e em muita parte desconfiados de seu remedio, não se achando nenhum, para Sua Magestade perder o costume de sofrer mal o advirtão, do que convem, descompondo aos que o intentaõ fazer, sem perdoar ao amor da Espôsa, ao respeito do Irmaõ, a estimagaõ dos Grandes de seus Reynos, a necessidade e agradecimento dos criados, quiz o Reyno pellos Ministros do Senado da Camara desta Cidade, e pelos Procuradores das mais principaes do Reyno valerſe do remedio de Cortes, ajudando-o com muitas apertadas instancias, o Conselho de Estado, e deenganados de o conseguirem na deſeſperagaõ de protestarem haviaõ por levantadas as contribuiçoens, com que se sustenta a guerra, pode esta violencia o que não pode a rezaõ, e afinando Sua Magestade o primeiro dia de Janeiro para se celebrarem, logo o mudou, e o tornou a mudar, e sendo ja o tempo tão pouco, não tem partido às Camaras carta alguma, nem ainda tem hido a do Senado da Camara desta Cidade, e por não haver prezistencia em nada, se tem por duvidozo o fructo, que se procura tirar deste remedio. Resolveo-se S. Magestade a deixar esta Corte, (que nunca podia ser a bons fins) e ainda estã com este preposito, procurei por todos os meynos ajudalo no governo, unindome com elle de maneira, que com o trato, e com o tempo, pudesse melhorar algumas couzas, mas não deu lugar a isso a sua

desconfiança, e tem mostrado a experiencia, não poderia ser duravel, a nossa união, antes que o querer prefeſtir nella, ſeria ocazião de mayores damnos, ſobre tantos ſentimentos nos ſobreveyo o mayor da auzencia da Rainha minha Senhora ſocceſſo tal e tão grande, que não ha palavras com que dignamente ſe poſſa falar nelle, ultimamente acodindo o Senado da Camara deſta Cidade, e o milhor do povo della ajudado de quazi toda a nobreza, ao que em mim parecia deſcuido, me veyo buscar, e obrigar quaſi com demonſtração de violencia, a tomar o governo deſtes Reynos por eſtas rezoens e por outras cauzas, que ſão notorias (alem das que o não ſão) que o reſpeito não deixa referir, perdida totalmente a eſperança de achar remedio, com que acudir a eſte Reyno, receando com juſta cauza, brevemente mayores damnos, me foy forçado uzar do ultimo, obrigado da conciencia, da honra, e do amor, que tenho a Real peſſoa delRey meu Senhor, e a eſtes ſeus Reynos, e me rezolvi encomendando-o, e fazendo-o encomendar, primeiro muito particularmente a Deos a recolher (com o decoro que he dividido) a Real peſſoa de S. Mageſtade, the eſtes Reynos juntos em Cortes, para o que hiraõ logo avizos, detriminareem com toda a juridição que tem, o remedio que julgarem por conviniente a ſua neceſſidade, e porque em falta da Rainha me toca o governo delles, em quanto não rezolverem outra couza, o farei ſem perdoar a nenhum trabalho, com todo o dezejo de acertar, e para que ſeja aſim encomendo muito particularmente aos Miniſtros do Dezebargo do Paço, me ajudem como eu eſpero e mereço a todos, advertindome do que devo fazer, para contentar a Deos, e ſervir bem a ElRey meu Senhor, e ſe ha de advertir, que os deſpachos, e tudo o que ſe fizer ha de ſer em nome de S. Mageſtade, aſim e da maneira, que ſe fazia no tempo da Regencia da Rainha minha mãy e Senhora, conſervando hoje como entãõ ſe conſervava toda a authoridade, na Real peſſoa de S. Mageſtade e no ſerviſſo de ſua Caza, aſſi dentro como fora delle de que ſahira logo, que as Cortes tomem aſento, no governo deſtes Reynos com os quaes eſpero ſe conformara Sua Mageſtade fiando do acerto de tantos, a eſcolha do ſojeito, ou ſojeitos, que os houverem de governar de que Sua Mageſtade deve fiarſe, aſim como fiava tudo dos que eſcolheo, e ainda que ajaõ de governar com toda a juridição ſempre haõ de ter muito reſpeito, ao que entenderem he juſtamente goſto de S. Mageſtade para o ſeguirem, e não he rezaõ ſejaõ eſtes Reynos tão dezemparados, que lhes falte o remedio que as leys delles daõ, aos homens que dicipaõ não ſo a reputação mas a fazenda propria, não tendo os Reys no patrimonio da Coroa, mais que a boa adminiſtração, e proteſto huma e muitas vezes, que eſtou e eſtarei ſempre, em quanto a vida me durar, aos Reaes pés de S. Mageſtade com a lealdade que lhe devo, como a meu Rey e Senhor, e com o muito grande amor que lhe tenho, como a Irmaõ, e a Pav que neſta conta o tenho, e tive ſempre deſpois que me faltou ElRey meu Senhor que Deos tem e com rezolução muito firme, de defender em ſua Real peſſoa, e nas de ſeus deſcendentes as

regalias



regalias que lhes pertencem, jurando diante da Magestade de Deos a vassalagem e omenajem que lhe devo, assim e da maneira que lha juraõ os que mais perfeitamente a juraõ em suas Reaes mãos. Encomendo muito ao Dezbargo do Paço tenha entendido tudo o referido neste Decreto, e que na conformidade delle, continue o despacho dos negocios que lhe tocaõ. Em Lisboa a 24 de Novembro de 1667.

*Tratado do contrato do casamento do Principe Regente D. Pedro, com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Suboya. Anda no tomo 7, Corps Universel Diplomatique, impresso em Amsterdaõ, anno 1731, pag. 81, 2. 32, e diz assim:*

*Capitulation et contract de Mariage, entre le Serenissime Dom Pedro Prince de Portugal, et la Serenissime Princessse Marie Françoisse Elisabeth de Savoie, Duchesse de Nemours et d' Aumale; conclu par le Marquis de Niza, Comte de Vidigueira, Amiral des Indes, Conseiller d' Etat, et Directeur des Finances, et Dom Rodrigue de Menezes Gentilhomme de la Chambre de Son Altesse, e son Grand Ecuier: et par le Duc de Cadaval, Marquis de Ferreira, Comte de Tentugal, Conseiller d' Etat, et le Marquis de Marialva, Comte de Cantagnede, aussi Conseiller d' Etat et Directeur des Finances, comme Procureurs de la dite Serenissime Princessse. Sans date, mais les Pouvoirs sont du 27. Mars, 1668.*

**P**Remierement. En consideration de l' utilité qu' on espere que **Num. 70.**  
 en reviendra à la Chrétienté e du repos e bien commun de ce **An. 1668.**  
 Royaume, on a trouvé à propos des deux côtés de marier le Serenissime Prince de Portugal Dom Pedro, avec la Serenissime Princessse Marie Françoisse Elisabeth de Savoie: Et pour effectuer e celebrer ce Mariage, par paroles de present dans la forme prescrite par l' Eglise Romaine e' par le S. Concile de Trente, les Procureurs nommés ci dessus ont arresté respectivement, que chacun des dits Princes nommera son Procureur special, au quel il donnera tous les Pouvoirs necessaires pour stipuler en son nom, jusques à la conclusion du present contract.

II. Et le Serenissime Prince Dom Pedro se constituë en Dot avec la prochaine esperance (si Dieu lui donne la vie) de la succession legitime de ce Royaume de Portugal, e avec tous les Etats e Revenus que son Pere tres Haut e tres puissant Prince le Roy Dom Jean IV. de glorieuse memoire, lui a laissés par son deces, les quels se tiennent pour dûment declarés e énoncés dans cet Article.

III. Que la dite Serenissime Princessse se constituë en Dot un million de croizades ou Ducats, Monnoie courante de ce Royaume,  
 a fin

a fin que le Serenissime Prince Dom Pedro , après la consummation du Mariage , ait e gagne la dite Dot , e en dispose à sa volonté.

IV. Et parceque , quand la Serenissime Princesse vint de France , elle apporta avec soi une somme qui se montoit à la valeur d' un million , la quelle a esté effectivement remise entre les mains des Ministres de ce Royaume , et que par conséquent ce Royaume lui doit , on est convenu que le dit Serenissime Prince , parmi les autres biens du dit Royaume , qui est obligé à la restitution de la dite somme , se contente de la même Dot , comme s' il l' avoit reçûe lui même et tient la Serenissime Princesse pour bien et dûement déchargé de la paier une autre fois , de même que si elle la lui paioit réellement et actuellement à cette heure.

V. Et le Serenissime Prince Dom Pedro , pour montrer en quelque maniere la grande estime qu' il fait de la personne e du merite de la Serenissime Princesse sa future Epouse , lui donne en Dot tous les Etats , Villes , Revenus , Jurisdicions , Patronages , et tous les autres Biens , que possédoit en son vivant la Serenissime Reine Dona Luisa sa Mere , et que les Reines de Portugal ont toujours eûs pour appanage ; a fin qu' elle en ait la jouissance et l' administration , avec toutes les franchises , Privileges , Prérogatives et Emolumens , que les dites Reines ont accoustumé d' avoir.

VI. Pour les mêmes raisons le Serenissime Prince Dom Pedro , considerant que les vingt mille Croisades qu' on avoit assignées par an à la dite Serenissime Princesse pour l' entretien de sa Maison , et qu' on lui assigne de nouveau par ce present contract , sçavoir quinze mille croisades sur les Revenus du Bois de Bresil , et cinq mille sur les Rentes de la Maison de Bragance , ne sont pas suffisans , les dits Marquiz de Niza et Dom Rodrigue de Menezes promettent , au nom du même (Tom. VII. part. I.) Prince leur committant , vingt mille croisades par an , qui seront prises sur les Douanes , a fin que la dite Serenissime Princesse jouisse de ces quarante mille croisades durant sa vie , ainsi que de tous les revenus affectés aux Reines de Portugal , qui lui appartiennent deja en vertu de ce contract.

VII. On a declaré qu' au cas que la dite Serenissime Princesse survive le Serenissime Prince , ou que pour quelque autre cause le Mariage vienne à estre dissous , après avoir esté consommé qu' il y ait , ou qu' il ny ait point d' Enfans , il sera au choix de la dite Serenissime Princesse de demeurer dans le Roiaume , ou d' en sortir ; et que tant qu' elle y voudra demeurer elle conservera tous les Etats e Revenus qui lui ont esté accordés par les Articles precedens , sans aucune diminution , et tels qu' elle les aura tenus , et qu' elle avoit droit de les tenir pendant la vie du dit Serenissime Prince.

VIII. Mais au cas qu' elle veuille se retirer en France , ou en quelque autre lieu hors de ce Roiaume , on lui donnera par tout où elle sera sa residence , cinquante mille croisades par an , tant qu' elle vivra , dans la quelle somme seront comprises les quarante mille croisades qui lui sont assignées par ce contract , et dix mille autres qu' on lui assignera sur les droits de la Douanne : Et au cas qu' elle n' ait



ait point d' Enfans , on lui restituera sa Dot , avec la quelle il luy sera permis d' emporter tous les Joiaux , Bijoux , or , argent , et tous autres meubles , qui se trouveront alors entre ses mains , excepté ceux qui appartiennent à cette couronne. Et deplus les Procureurs du dit Serenissime Prince lui promettent , au nom de Son Altesse soixante mille croisades une fois païées , pour tenir lieu d' Arres. Et si elle se retire de ce Roiaume , elle n' aura rien ni sur les Etats e revenus des Reines , ni sur les quarante mille croisades dont Son Altesse la dote , parce qu' en échange on convient de lui donner les dites cinquante mille croisades tous les ans , e les soixante mille autres païables une seule fois , sans qu' on puisse dire de part ni d' autre , que cette recompense est plus ou moins que le tiers de la Dot , à quoi se doivent monter les Arres ; attendu que de part e d' autre on renonce à cette allegation , e que l' on se contente de l' observation e de l' accomplissement du contenu de ce contract.

IX. Mais s' il arrive qu' il y ait des Enfans de ce Mariage , e que la Serenissime Princesse veuille sortir de ce Roiaume ; en ce cas elle ne pourra emporter que le tiers de sa Dot , parce que les deux autres parts appartiennent de droit e doivent venir à ses Enfans.

X. Et en cas que la dite Serenissime Princesse vienne a mourir avant Son Altesse , sans laisser d' Enfans , sa Dot retournera à ses Heritiers , e deplus elle pourra disposer par testament , non seulement de tous ses Joyaux , Bijoux , e Meubles qu' elle aura pour lors , de même qu' elle auroit pû les emporter en se retirant de Portugal ; mais encore de tous les autres Biens qu' elle aura acquis , soit par Donation , par succession , ou par tout autre titre que ce puisse être , parce que n' ayant point d' Enfans , tous ses Biens pourront aller à ses Heritiers , à moins qu' elle n' en ordonne autrement : au lieu que si elle laisse des Enfans , ces Biens leur appartiendront , e à leurs successeurs , excepté le tiers , dont elle pourra disposer ou tester. Et par ce moien les dits Serenissimes Princes , e au nom de chacun d' eux , leurs Procureurs demeurent d' accord e contens touchant ce qui peut appartenir par la mort de l' un ou de l' autre au survivant , sans qu' on puisse demander ni pretendre autre chose de part ni d' autre.

*Les Pouvoirs , en vertu des quels le present contract s' est fait ,  
sont de la teneur suivante.*

Dom Pedro Prince de Portugal , &c. je fais e constitué mes Procureurs Dom Vasco Luis de Gama , Marquis de Niza , Comte de Vidigueyra , Amiral des Indes , Conseiller d' Etat et Directeur des Finances , et Dom Rodrigue de Menezes Gentilhomme de ma Chambre e mon Grand Ecuier : pour en mon nom e pour moi traiter , conclure , e signer le Traité ou contract de Mariage , Dot e Arres , en la meilleure forme que faire se pourra , entre moi e la Serenissime Princesse Maria François Elizabeth de Savoie Duchesse de Nemours e d' Aumale , en la maniere , forme , conditions , obligations et clauses

ses qu' ils trouveront à propos. Et pour cet effet je leur donne tout Pouvoir general et special, en la meilleure forme e maniere que je puis: et je m' oblige d' agieér pcur bon ferme, e valable tout ce qu' ils feront a cet egard, sous l' obligation de mes biens, comme si le tout eût esté fait e signé par moi même: En foi de quoi j' ai passé la presente Procuration, signée par moi e scellée du sceau de mes armes. Donné a Lisbonne le 27. Mars 1668. Ecrite par moi Pero Vieyra da Silva.

La Princeesse Marie Françoisse Elisabeth de Savoie Duchesse de Nemours e d' Aumale, &c. je fais e constitué mes Procureurs Dom Nuno Alvares Pereira Duc de Cadaval, Marquiz de Ferreira, Comte de Tentugal, et Dom Antoine Louiz de Menezes Marquis de Marialva, Comte de Cantagnede: pour en mon nom conclure e signer le traité, ou contract de Mariage Dot e Arres, en la meilleure forme qu' il se pourra, entre moi, e le Serenissime Prince Dom Pedro, Prince de Portugal, en la maniere, forme, e aux conditions, obligations, e clauses qu' ils trouveront à propos. Et pour cet effet je leurs donne pouvoir general e special, e m' oblige a tenir pour bon, ferme, e valable tout ce qui sera fait par eux à cet egard, sous l' obligation de tous mes Biens, e comme s' il etoit fait e conclu par moi même: En foi de quoy je leur ai ordonné de passer la presente Procuration, signée de ma main, e scellée du sceau de mes armes. A Lisbonne le 27. Mars 1668. Ecrite par moi Pero Vieyra da Silva, par l' ordre expres de la Serenissime Princeesse Marie. Donné en la Ville de Lisbonne le 27. jour du mois de Mars. Louis Texera de Carvalho l' a dressée l' année de la Nativité de N. S. J. C. 1668. Et moi Pero Vieira da Silva je l' ai fait écrire e sousscrire, par l' ordre e consentement des dits Serenissimes Princes.

Le Marquiz de Niza.

Le Marquis Duc.

Dom Rodrigue de Menezes.

Le Marquiz de Marialva.

Du Mandement de leurs Alteffes Serenissimes.

Dom Pedro Prince de Portugal, &c. je jure sur les Saints Evangiles de recevoir pour ma legitime femme la Serenissime Princeesse Marie Françoisse Elisabeth de Savoye, Duchesse de Nemours e d' Aumale, en la forme prescrite par la Sainte Eglise Romaine e de ne recevoir ja mais d' autre Femme, tant qu' elle vivra. A Lisbonne le 27. Mars 1668. Pero Vieira da Silva a dressé cet écrit.

#### LE PRINCE.

Dado na Cidade de Lisboa aos 27 dias do mes de Março Manoel de Sequeira Leytao a fes anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1668. E eu Pedro Vieira da Silva de concentimento, e mandado dos Serenissimos Principes a fis escrever, e sobrescrevi. = Marques Almirante. = D. Rodrigo de Menezes. = Duque. = O Marques de Marialva.



*Breve da dispensa do Principe D. Pedro, com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboya, passado por o Cardeal de Vendosme, Legado a Latere do Papa Clemente IX. em França.*

**L**Udovicus Sanctæ Mariæ in Porticu Diaconus Cardinalis, de Vendosme nuncupatus, ad Serenissimum Dominum D. Ludovicum Franciæ, & Navarræ Regem Christianissimum, & universum illius Regnum illiusque Provincias, dominia, Civitates, oppida, terras, & loca eidem Regi subiecta, dictoque Regno adjacentia, cæteraque alia loca, ad quæ nos declinare contigerit, Sanctissimi Domini nostri Clementis divina providentia PP. noni, & Sedis Apostolicæ de latere Legatus, dilectis in Christo Officiali, seu Vicarijs generalibus Ecclesiæ Ulissiponenfis ab illius Capitulo, (Sede Archiepiscopali vacante) deputatis, & vestrum cuilibet in solidum, salutem in Domino sempiternam. Oblata pro parte Serenissimi Principis Domini Petri Infantis Portugalliæ, & Regni Regentis laici; & Serenissimæ Principissæ Mariæ Franciscæ Elisabethæ à Sabaudia petitionis series continebat, quod cum pro bono generali Regni Portugalliæ & summo opere desiderantibus universis illius populis necessarium sit, ut dicti Serenissimi Princeps & Principissa invicem matrimonialiter copulentur, dubitant matrimonium huiusmodi contrahere posse absque dispensatione Apostolica, eo quod dicta Principissa cum Serenissimo, & potentissimo Domino Alphonso Rege Portugalliæ fratre germano dicti Serenissimi Principis Petri, aliàs matrimonium contraxit, & in facie Ecclesiæ solemnizavit, non tamen propter illius impotentiam consummavit, itaut nullum & invalidum via juris declaratum fuerit; ex quo matrimonio & sponsalibus præcedentibus forsan supervenit impedimentum publicæ honestatis iustitiæ: quare iidem nobis humiliter supplicare fecerunt, quatenus eis in præmissis opportunè providere benigne dignaremur. Nos igitur sufficienti ad infra-scripta per litteras dictæ Sedis (ad quarum insertionem non tenemur) facultate muniti, quique ex commisso Apostolicæ Legationis Officio omnibus ad nos undecumque confluentibus, ubicumque domicilium habeant, & undequeque originem trahant, opportunè consulere possumus, volentes erga illos præsertim Regiæ stirpis nobilitate illustres, gratiosum & benignum exhibere, ipsos, & eorum quemlibet, à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris & pœnis à jure, vel ab homine quavis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodati existunt, ad effectum præsentium duntaxat consequendum, harum serie absolventes & absolutos fore censentes, ac certam de præmissis notitiam non habentes, huiusmodi supplicationibus inclinati discretioni tuæ, de qua in his specialem in Domino fiduciam obtinemus, Apostolica autoritate qua fungimur in hac parte, per præsentem committimus & mandamus, quatenus deposita per te omni spe, cujuscumque muneris aut præ-

Num. 71.  
An. 1668.

mij, etiam sponte oblati, à quo te omnino abstinere debere moneamus, te de præmissis diligenter informes, & si per informationem eandem repereris quod preces veritate nitantur, super quo conscientiam tuam oneramus cum eisdem, dummodo illa propter hoc raptam non fuerit, quod impedimento publicæ honestatis justitiæ hujusmodi; & Apostolicis etiam Provincialibus, & Synodalibus Concilijs, editis specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, cæterisque contrarijs nequaquam obstantibus, matrimonium inter se publice, servata forma Concilij Tridentini, contrahere illudque, in facie Ecclesiæ solemnizare, ac in eo postmodum remanere liberè, & licitè valeant, dicta authoritate dispenses, prolem suscipiendam exinde legitimam nunciando. Volumus autem quod si tu, spreta monitione hujusmodi, aliquid præmij, vel muneris, occasione præmissorum, exigere, aut oblatum recipere temerè præsumpseris, excommunicationis latæ sententiæ pœnam incurras, à qua non nisi à Summo Pontifice, vel à nobis, aut alio à Sede prædicta specialiter facultatem habente, absolutionis beneficium valeas obtinere. Datum Parisijs anno Incarnationis Dominicæ MDCLXVIII. xvij Kalendas Aprilis Pontificatus ejusdem Sanctissimi Domini nostri PP. anno primo.

Ludovicus Cardinalis de Vendosme Legatus.

G. De Lione Protonotarius Apostolicus Dattarius.

*Breve do Papa de dispensa do matrimonio do Principe D. Pedro, Regente do Reyno, com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboya. Está na Torre do Tombo, gaveta 20, maço 8.*

## CLEMENS PAPA IX.

**Num. 72.** **D**ilecti filij salutem, & apostolicam benedictionem injuncti nobis divinitus Pastoralis officij ratio exigit, ut omnium Christi fidelium, & præsertim sublimium personarum statui, & quieti, quantum nobis ex alto conceditur, secundum æquitatis, atque prudentiæ leges consulere studeamus: oblata siquidem nobis nuper pro parte dilectissimi filij nobilis Viri Petri Principis Portugalliæ, & dilectissimæ in Christo filiæ nobilis mulieris Mariæ Elisabethæ à Sabaudia Principissæ de Nemours, petitionis series continebat, quod dicta Maria Elisabetha Principissa, aliàs postquam matrimonium per verba de præsentem cum Charissimo in Christo filio nostro Alphonso Portugalliæ, & Algarbiorum Rege illustri contraxerat, & cum illo sexdecim, vel circiter mensium spatio in figura matrimonij vixerat, cum illius ad matrimonium hujusmodi carnali copula consummandum, impotentiam experta esset, eamque perpetuam existimaret, coacta fuit,



ex conscientiae impulsu super ejusmodi matrimonij invaliditate judicialiter agere coram dilectis filiis Vicario Capitulari Ecclesiae Ulixbonensis (illius Sede Archiepiscopali vacante) legitime deputato, ac Capitulo, & Canonicis ejusdem Ecclesiae Ulixbonensis ordinaria jurisdictione propter vacationem Sedis hujusmodi, fungentibus, deputatisque per eisdem Capitulum, & Canonicos una cum dicto Vicario Capitulari, nonnullis alijs Judicibus ad meliorem negotij cognitionem, & maturiorem causae determinationem, emanavit ab illis sententia declaratoria nullitatis dicti matrimonij, ex capite impotentiae hujusmodi, quae cum lecta & insinuata fuisset, dicto Alphonso Regi ipse voce, scriptoque illi acquievit, & subinde ipsa Maria Elisabetha Principissa, & dictus Petrus Princeps memorati Alphonsi Regis frater germanus, postulantibus Regni comitijs, seu ordinibus tunc in Civitate Ulixbonensis congregatis pro conservanda quiete, & tranquillitate ejusdem Regni, consentientes & volentes matrimonium inter se contrahere, cum dubitassent de primo dicto matrimonio aliquod impedimentum publicae honestatis justitiae inter eos exortum fuisse, recursum habuerunt ad dilectum filium nostrum Ludovicum S. R. E. Cardinalem de Vendosme nuncupatum, tunc temporis nostrum, & Sedis Apostolicae ad charissimum in Christo filium nostrum Ludovicum Francorum Regem Christianissimum de latere Legatum, qui cum litteras petita dispensationis super impedimento publicae honestatis justitiae hujusmodi concessisset, directas praedicto Vicario Capitulari, ac officiali Ulixbonensi, & eorum cuilibet in solidum, aliter eorum super eodem impedimento publicae honestatis justitiae dispensavit cum ipsis, Petro Principe, & Maria Elisabetha Principissa, qui postea in facie Ecclesiae matrimonium inter se, juxta formam Concilij Tridentini bona fide contraxerunt, & carnali copula consummarunt, cum spe de proximo proles edendae. Cum autem, sicut eadem expositio subjungebat praedicti Petrus Princeps, ac Maria Elisabetha Principissa, uti obsequentissimi, & religiosissimi nostri, & dictae Sedis filij, eorum conscientiae securitati, simulque praedicti Regni tranquillitati opportune in praemissis à nobis provideri, & ut infra indulgeri, summopere desiderent: Nos autem super his cum nonnullis Venerabilibus fratribus nostris ejusdem S. R. E. Cardinalibus, alijsque Viris gravissimis eximia Sacrorum Canonum & Theologiae peritia, ac sapientia, prudentia, & rerum usu conspicuis consultatione adhibita, eisdem Petrum Principem, & Mariam Elisabetham Principissam Apostolici favoris benignitate, quantum cum Domino possumus, prosequi volentes, & eorum singulares personas à quibusvis excommunicationis, &c. censentes, supplicationibus eorum nomine nobis super hoc humiliter porrectis inclinati ac de vestra erga nos, & Sedem eandem fide, doctrina, prudentia, & integritate plurimum in Domino censi, certam tamen de praenarratis notitiam non habentes, discretionis vestrae per praesentes committimus, & mandamus, ut vos, aut si aliquis vestrum legitime impeditus interesse nequiverit, saltem tres ex vobis conjunctim semper procedentes, de praemissis diligentem inquisitionem faciatis, & exactam informationem capiat; &

& si per hujusmodi inquisitionem & informationem de eorumdem prænarratorum veritate, & præsertim quod matrimonium primo dictum inter prædictum Alphonsum Regem, & dictam Mariam Elisabetham Principissam, ut præfertur, contractum, nunquam fuerit carnali copula consummatum, vobis legitimè constiterit, super quibus omnibus, & singulis, vestram, & cujuslibet vestrum conscientiam graviter oneramus, matrimonium primo dictum ab eadem Maria Elisabetha Principissa cum dicto Alphonso Rege, sicut præfertur, contractum, & nullum postea declaratum, nec carnali copula consummatum, si forsan ab initio constiterit, & de præsentis constet, aut constituisse, & constare, validumque fuisse & esse unquam apparere possit, illiusque vinculum, etiam dissentiente memorato Alphonso Rege, autoritate nostra apostolica, quatenus opus sit, dissolvatis, perimatis, cassetis, & aboleatis; ac cum eisdem Petro Principe, & Maria Elisabetha Principissa super impedimento publicæ honestatis justitiæ hujusmodi. Itaut illo cæterisque præmissis ac inde quomodolibet & qualitercumque forsan resultantibus, & confurgentibus impedimentis, seu quæ inde resultare, & apparere unquam possint, necnon apostolicis, ac in universalibus, Provincialibusque, & Synodalibus Concilijs, editis generalibus, vel specialibus Constitutionibus, & Ordinationibus, cæterisque contrarijs quibuscumque nequaquam obstantibus in secundo dicto matrimonio inter eos, ut præfertur, contracto remanere libere, & licite possint, & valeant; eadem autoritate dispensetis, necnon præmissa à vobis, vigore præsentium facienda & concedenda ex die contracti matrimonij secundo dicti valere, ipsisque Petro Principi, & Mariæ Elisabethæ Principissæ in omnibus, & per omnia prodesse & suffragari dicta autoritate statuatis, perinde ac si præsentis eadem litteræ ante contractum matrimonium secundo dictum concessæ & à vobis, juxta illarum continentiam & tenorem executioni mandatæ fuissent, prolem ex eodem matrimonio secundo dicto bona fide & in facie Ecclesiæ, ut præfertur, contracto, jam conceptam & forsan susceptam, & de hinc concipiendam, & suscipiendam legitimam decernendo, nunciando, & declarando: nos enim quamcumque necessariam & opportunam ad præmissa omnia, & singula facultatem vobis, harum serie de Apostolicæ potestatis plenitudine tribuimus & impartimur; decernentes easdem præsentis litteras & in eis contenta quæcumque, etiam ex eo quod prædictus Alphonfus Rex, & alij quilibet, etiam specifica & individua mentione & expressione digni, in præmissis forsan interesse habentes, seu habere quomodolibet prætendentes, illis non consenserint, nec ad ea vocati, citati, & auditi; neque causæ, propter quas ipsæ præsentis emanarint, sufficienter adductæ, verificatæ & justificatæ fuerint, aut ex alia quacumque, quantumvis legitima, juridica & privilegiata causa, colore, prætextu, & capite etiam in Corpore juris clauso, nullo unquam tempore de subreptionis vel obreptionis aut nullitatis vitio, seu intentionis nostræ, aut interesse habentium consensus, aliove quolibet, quantumvis magno, & substantiali, & individuum expressionem requirente defectu notari, impugnari, infringi, retractari,

aut



aut ad terminos juris reduci, seu adversus illas quodcumque juris, facti, vel gratiæ remedium intentari, vel impetrari seu impetrato, aut etiam motu proprio, & de pari apostolicæ potestatis plenitudine concessio, vel emanato quempiam in judicio, vel extra illud uti, seu se juvare posse; sed ipsas præsentis litteras semper firmas validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus fortiri & obtinere, ac Petro Principi & Mariæ Elisabethæ Principissæ præfatis & alijs ad quos forsan spectat, & pro tempore quodcumque spectabit in omnibus & per omnia plenissime suffragari; sicque & non aliter in præmissis per quoscumque Judices Ordinarios, & Delegatos, etiam auditores S. R. E. præfatæ Cardinales etiam de latere Legatos, dictæque Sedis Nuntios, & alios quoslibet quacumque præminencia & potestate fungentes, & functuros, sublata eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi & interpretandi facultate, & authoritate, judicari & definiri debere, ac irritum attentari, non obstantibus præmissis, ac nostra, & Cancellariæ Apostolicæ Regula de jure quæsito non tollendo necnon fel. rec. Bonifacij PP. VIII. prædecessoris nostri de una, & Concilij Generalis de duabus dictis alijsque Apostolicis, ac in universalibus Provincialibusque & Synodalibus Concilijs, editis Generalibus vel specialibus Constitutionibus & Ordinationibus, cæterisque contrarijs quibuscumque. Datum Romæ apud S. Mariam Mayorem die X. Decembris M.DC.LXVIII. Pontificatus nostri anno secundo. Signatum 1. G. Husius, & à tergo brevis.

Dilectis filijs Didaco de Sufa primo Inquisitori in Officio Inquisitionis adversus hæreticam pravitatem in Portugallia, & Algarbiorum Regnis, authoritate Apostolica instituto, ac Antonio de Mendoça Commissario Generali Bullæ Cruciatæ, & in eodem Officio Inquisitionis deputato; necnon Martino Alphonso de Mello, Decano Metropolitanæ Ecclesiæ Elborensis itidem in Officio Inquisitionis hujusmodi deputato, ac Ludovico de Sufa Decano Ecclesiæ Portugalensis, & Emmanueli de Magalhaens de Menezes, Archidiacono dictæ Ecclesiæ Elborensis.

*Sentença, que se proferio no divorcio da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, com ElRey D. Affonso VI. Está na Torre do Tombo, armario 20, maço 12.*

## CHRISTI NOMINE INVOCATO.

V Istos estes autos, Breve de Sua Santidade, pello qual nos commette a dispensação do impedimento *publicæ honestatis*, de que nelle se faz menção, artigos justificativos, e prova a elles dada, documentos juntos, e maes certidoens juntas: Mostra-se, que sendo cazado o Serenissimo Senhor Rey D. Affonso VI. de Portugal, e dos Algarves com a Serenissima Senhora Princeza de Nemours Maria Francisca

Num. 73.  
An. 1669.

Francisca Izabel de Saboya, a dita Senhora obrigada de sua consciencia propoz em juizo a nullidade do ditto matrimonio, que de facto havia contrahido com o ditto Serenissimo Senhor Rey Dom Affonso por cauza da impotencia perpetua, que nelle havia, para poder consummar o dito matrimonio, como em effeito não havia consummado em discurso de dezasseis mezes, que viverão, como marido, e mulher; a qual cauza correu diante do Vigario Geral deste Arcebispado de Lisboa, e dos maes Juizes nomeados pello Cabido Sede Vacante, a quem pertencia o conhecimento della conforme a Direito. Mostra-se, que na ditto cauza se procedeu athé final Sentença, na qual se julgou, e declarou por nullo o ditto matrimonio contrahido entre os dittos Senhores, por cauza da ditto impotencia perpetua do ditto Senhor Rey D. Affonso, para poder consummar o ditto matrimonio com a ditto Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya. Mostra-se, que esta Sentença foi publicada, e notificada judicialmente ao ditto Senhor Rey D. Affonso, o qual declarou por termo feito pello Escrivão dos autos, e assignado pello mesmo Senhor, que queria, que se cumprisse, nem queria appellar da ditto Sentença. Mostra-se, que os tres Estados do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que estavaõ no ditto tempo juntos em Cortes, pediaõ, e requereraõ ao Serenissimo Senhor D. Pedro, Principe de Portugal, e Regente do Reyno, quizesse cazar com a Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya para quietação do Reyno, e segurança de sua Real successão; e o mesmo requerimento, e petição fizeraõ à ditto Serenissima Princeza. Mostra-se, que em rezaõ do impedimento *publicæ honestatis*, que havia para o ditto Serenissimo Senhor Principe D. Pedro contrahir este matrimonio com a ditto Senhora Princeza, se recorreu ao Eminentissimo Senhor Cardeal Vandoma, Legado à Latera de Sua Santidade, e da Santa Sé Apostolica ao muito Christianissimo Senhor Rey de França Luis XIV. para que dispensasse neste impedimento *publicæ honestatis*. Mostra-se, que vindo o Breve da dispensação do ditto Senhor Eminentissimo Cardeal commettido ao Vigario, ou Official do Arcebispado de Lisboa, se apresentou ao Bispo de Targa, que no ditto tempo servia de Provizor do ditto Arcebispado, o qual conforme aos poderes, que lhe eraõ commettidos, e fazendo as dilligencias costumadas, dispensou no ditto impedimento *publicæ honestatis*, com os dittos Senhores Principes. Mostra-se, que em virtude desta dispensação, e com boa fé della, se recebeu o Serenissimo Senhor Principe D. Pedro na forma do Sagrado Concilio Tridentino com a ditto Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya, e consummaraõ o matrimonio. Mostra-se, que estando os dittos Senhores Principes em boa fé cazados, e recebidos em face de Igreja, fazendo vida marital, para mayor segurança de suas consciencias, e se livrarem de escrúpulos, e quietação do Reyno, recorreraõ a Sua Santidade, para que approvasse, confirmasse, e ratificasse o ditto matrimonio, tirandolhes todos os escrúpulos, que delle poderião rezultar, o que Sua Santidade lhe fez graça conceder pello Breve junto, commettendo esta

cauza



cauza aos Juizes nelle nomeados , e para que achando , que foy verdadeira a supplica dos dittos Senhores Principes impetrantes , e fazendo as dilligencias , e informaçoens necessarias para se informarem da verdade della , pudessem dispensar no ditto impedimento *publicæ honestatis* com os ditos Senhores Principes , e outros quaesquer impedimentos , que rezultassem , extinguindo , e declarando por nullo o viaculo do primeiro matrimonio contrahido entre o Serenissimo Senhor Rey D. Affonso , e a Serenissima Senhora Princeza Maria Francisca Izabel de Saboya. O que tudo visto , e considerado , e o maes que dos autos , e do appenso a elles junto consta , *authoritate Apostolica* a nós commettida , havemos a narrativa da supplica dos dittos Serenissimos Senhores Principes impetrantes por verdadeira , e as premissas por justificadas ; e na forma do ditto Breve dispensamos com os dittos Serenissimos Senhores Principes , para que possaõ ratificar , continuar , permanecer no matrimonio , que tem contrahido valida , e licitamente , sem embargo do ditto impedimento *publicæ honestatis* , que rezultou do primeiro matrimonio nullo ; e declaramos por legitima , e nascida de legitimo matrimonio a Senhora Infante D. Izabel , que Deos Nosso Senhor foi servido , que nascesse deste segundo matrimonio , e por legitimos , e de legitimo matrimonio nascidos todos os maes filhos , que delles nascerem daqui por diante , sem embargo de quaesquer Ordenaçoens , e Constituicoens Apostolicas em contrario. Lisboa , dezoito de Fevereyro de mil e seiscentos sessenta e nove. Diogo de Souza. Antonio de Mendoça. Luis de Souza. Martim Affonso de Mello. Manoel de Magalhaens de Menezes.

*Tratado de Pazés , entre os Serenissimos , e poderosissimos Principes D. Carlos II. Rey Catholico , e D. Affonso VI. Rey de Portugal , feito , e concluso no Convento de Santo Eloy da Cidade de Lisboa , aos 13 de Fevereço de 1668 , sendo Mediator o Serenissimo , e poderosissimo Principe Carlos II. Rey da Graõ Bretanha.*

**D**Om Affonso por graça de Deos Rey de Portugal , e dos Algarves , daquem , dalem Mar em Africa , Senhor de Guinê , e da Conquista Navegação , commercio de Ethiopia , Arabia , Persia , e da India , &c. Faço saber a todos os que esta minha carta patente de approvaço , ratificaço , e confirmaço virem , que nesta Cidade de Lisboa no Convento de Santo Eloy , em os treze dias do mez de Fevereço deste anno presente de mil seiscentos sessenta e oito , se ajustou , concluiu , e assinou hum tratado de paz entre mim , e meus successores , e meus Reynos , e o Muito Alto , e Serenissimo Principe D. CARLOS II. Rey Catolico das Espanhas , seus successores , e seus Reynos , com D. Gaspar de Haro , Gusmaõ e Aragaõ , Marquez del Carpio , Commisario deputado para este effeito , em virtude do poder , e procuraço da muito Alta , e Serenissima Rainha D.

Dit. n. 73.  
An. 1668.

D. MARIA ANNA DE AUSTRIA, como tutora da Real Pessoa de ElRey Catolico seu filho, e Governadora de todos seus Reynos, e Senhorios, de huma parte, e da outra os Commissarios deputados por mim, abaixo declarados, intervindo tambem como mediator, e fiador do dito Tratado, em nome do muito Alto, e Serenissimo Principe CARLOS II. Rey da Gram Bretanha meu bom Irmao, o Conde de Sanduick seu Embaixador Extraordinario, com poder que para o dito effeito apresentou, do qual dito Tratado reduzido a treze artigos, e poderes o teor he o que se segue.

*Artigos de paz entre o muito Alto, e Serenissimo Principe Dom Carlos II. Rey Catolico, seus successores, e seus Reynos, e o muito Alto, e Serenissimo Principe Dom Affonso Sexto Rey de Portugal, seus successores, e seus Reynos, á Mediação do muito Alto, & Serenissimo Principe Carlos II. Rey da Gram Bretanha, Irmao de hum, e Aliado muito antigo de ambos, ajustados por Dom Gaspar de Haro, Gusmao, e Aragoa, Marquez del Carpio, como Plenipotenciario de Sua Magestade Catolica, e Dom Nuno Alvares Pereira Duque de Cadaval, Dom Vasco Luis da Gama Marquez de Niza, Dom Joao da Silva Marquez de Gouvea, Dom Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Henrique de Sousa Tavares da Silva Conde de Miranda, e Pedro Vieira da Silva, como Plenipotenciarios de Sua Magestade de Portugal, e Duarte Conde de Sandwich, Plenipotenciario de Sua Magestade da Gram Bretanha, Mediator, e fiador da dita Paz, em virtude dos poderes seguintes.*

DON CARLOS SEGUNDO, por la gracia de Dios Rey de las Españas, de las dõs Sicilias, de Hierusalem, de las Indias, &c. Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Milan, Conde de Asburg, y de Tirol, &c. Y la Reyna D. MARIA ANNA DE AUSTRIA su madre, tutora, y curadora de su Real Persona, y Governadora de todos sus Reynos, y señorios. Por quanto el Serenissimo Principe CARLOS II. Rey de la Gran Bretaña, movido del zelo del bien, y reposo comũ de la Christiandad, y deseo de que se terminen *las diferencias entre esta Corona, y la de Portugal* ha interpuesto en diferentes tiempos repetidas instancias, ofreciendo su mediacion, y amigables officios, al fin referidos, y ultimamente embiado a esta Corte a Eduardo Conde de Sanduich, y Visconde de Hinchinbrooch, Baron Montegu de San Neote, Vice Almirante de Inglaterra, Maestro de la gran Guardaropa, de los consejos secretos, y Cavallero de la Orden de la Iarreta, por su Embaxador Extraordinario para tratar algun ajustamiento de reciproca satisfacion entre ambas Coronas, con los poderes necesarios para ello; y aviendome insinuado el dicho Conde de Sanduich, que podria ser el mejor medio para conseguir este intento, el de una buena paz con el hermano de su Rey DON ALFONSO SEXTO Rey de Portugal, se han superado las dificultades que han ocurrido, y finalmente



te por lo mucho que deseo complazer al dicho Serenissimo Rey de la Gran Bretaña, se han ajustado los treze capitulos de paz, que van puestos en un proyecto a parte, para cuya más prompta execucion se ha ofrecido el dicho Conde de Sanduich a ir en persona a Lisboa, a participar al dicho DON ALFONSO SEXTO Rey de Portugal todo lo dispuesto, y tratado por su mediacion, y a procurar en nombre de su Rey, que se llegue a la conclusion, y porque para que esto se configa con la brevedad que se requiere, es necesario que aya en aquella Ciudad persona de autoridad, calidad, prudencia, y zelo, que tenga poder mio, para ajustar en forma devida los dichos articulos de paz; por tanto concurriendo (como concurren las dichas, y otras buenas partes, y calidades en vòs Don Gaspar de Haro Gusman, y Aragon Marquez del Carpio, Duque de Montoro, Conde Duque de Olivares, Conde de Moronte, Marquez de Heliche, señor del Estado de Sorbas, y de la Villa de Lueches, Alcaide perpetuo de los Alcaçares de la Ciudad de Cordoba, y Cavalleriço Mayor de sus reales Cavalleriças, Alguazil Mayor perpetuo de la misma Ciudad, y de la Santa Inquisicion della, Alcaide perpetuo de los reales Alcaçares, y Atarazanas de Sevilla, Gran Chanciller de las Indias, Comendador Mayor de la Orden de Alcantara, Gentilhombre de la Camera, Montero Mayor, y Alcaide de los reales sitios del Pardo, Balfain, y Zarzuela) os doy, y concedo en virtud de la presente tan cumplido, y vastante poder, comission, y facultad como es necesario, y se requiere, para que por el Serenissimo Rey mi muy caro, y muy amado hijo, y en su Real nombre, y en el mio, podais tratar, ajustar, capitular, y concluir con el Deputado, y Comissario, ò los Deputados, ò Comissarios del sobredicho DON ALFONSO SEXTO Rey de Portugal en virtud del poder que presentaren del dicho Rey Lusitano, una paz perpetua, conforme al tenor de dichos capitulos, ò en la forma que más bien pareciere, y obligar a El Rey mi hijo, y a mi al cumplimiento de lo que así ajustareis, y firmareis, y declaro, y doi mi palabra Real que todo lo que fuere hecho, tratado, y concertado por vòs el dicho Marquez del Carpio, desde aora para entonces lo consiento, y apruebo, y lo tendré siempre por firme, y valedero, y paslaré por ello, como por cosa hecha en nombre del Rey mi hijo, y mio, y por mi voluntad, y autoridad, y así mismo ratificaré, y aprobaré en especial, y conveniente forma, con todas las fuerças, y de más requisitos necesarios, que en semejantes casos se acostumbra, todo lo que en razon desto concluireis, assentareis, y firmareis, para que todo ello sea firme, válido, y estable, con precisa condicion, que se aya de fenecer, y firmar dicho tratado de paz dentro de quarenta dias, desde el dia de la fecha deste poder, de manera que si este plaço se passare sin quedar concluido, y firmado dicho Tratado, doi desde aora para entonces por nulo este poder, y todas las clausulas que en el se contienen, y quanto en su virtud se hubiera propuesto, ò començado a tratar, en cuya declaracion he mandado despachar la presente, firmada de mi mano, sellada con el sello secreto,

## 66 Provas do Liv. VII. da Historia Genealogica

y refrendada de mi Infra escrito Secretario de Estado. Dada en Madrid a 5. de Henero de 1668.

YO LA REYNA.

*Don Pedro Fernandes del Campo, y Angulo.*

DOM AFFONSO por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista Navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Pella presente dou todo o poder, e faculdade necessaria a Dom Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal Senhor das Villas de Povia de Santa Christina, Villanova danfos, Rabafal, Arega, Alvayazere, Buarcos, Anobra, Carapito, Mortagoa, Penacova, Villalva, Villaruiua, Albergaria, Agoa de Peixes, o Peral, a Vermelha, Cercal, Comendador da Grandola da Ordem de Santiago, do meu Conselho de Estado, e meu mui amado, e prezado sobrinho; a Dom Vasco Luis da Gama Marquez de Niza, Conde da Vidigueira, Almirante da India, Senhor das Villas de Frades, e Trovoës, Commendador da Comenda de Santiago de Beja, da Ordem de Christo, do meu Conselho de Estado, e Vêdor de minha Fazenda; a Dom João da Sylva Marquez de Gouvea, Conde de Portalegre, Senhor das Villas de Selorico, S. Romaão, Muimenta, Valesim, Villanova, Nespereira, Naboinhos, Rio torto, Villacova a Coelheira, e das Ilhas de São Nicolao, e São Vicente, Commendador da Comenda de Santa Maria de Almada da Ordem de Santiago, do meu Conselho de Estado, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, meu Mordomo Mór, e meu muito prezado sobrinho; a Dom Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, Senhor das Villas de Melres, Mondin, Cerva, Atem, Hermelho, Bilho, Villar de Ferreiras, Avelhans do Caminho, Lecomil, Penella, Povia, e Vallongo, Senhor do morgado de Medello, e São Silvestre, Commendador da Comenda de Santa Maria de Almonda da Ordem de Christo, do meu Conselho de Estado, Vêdor de minha Fazenda, Governador das Armas de Lisboa, da Praça de Cascaes, e da Provincia da Estremadura, e Capitão Geral do Exercito, e Provincia do Alemtejo; a Henrique de Sousa Tavares da Silva Conde de Miranda, Senhor das Villas de Podentes, Vouga, Folgozinhos, Oliveira do Bairro, Germelho, Soza, Arancada, Alcaide Mór de Arronches, e Alpalhaão, Commendador das Comendas de Alvalade, Villanova de Alvito, Proença, Alpalhaão, das Ilhas Terceira, S. Miguel, e Madeira, do meu Conselho de Estado, Governador da Relação, e Casa do Porto, e das armas da mesma Cidade, e seu districto, e a Pedro Vieira da Silva do meu Conselho, e meu Secretario de Estado, para por mim, e em meu nome tratarem, conferirem, e ajustarem hum paz perpetua entre mi, meus successores, e meus Reynos, e a muito Alta, e Serenissima Rainha DONA MARIA ANNA DE AUSTRIA,



AUSTRIA, como tutora da Real Pessoa do muito Alto, e Serenissimo Principe D. CARLOS II. seu filho, Rey Catholico das Espanhas, das duas Sicilias, de Hierusalem, e das Indias Occidentaes, Archiduque de Borgonha, e de Milaõ, Conde de Aspurg, e de Tirol, e Governadora de seus Reynos, e Senhorios, e entre seus successores, e Reynos, por meio de Dom Gaspar de Haro, Gusmaõ e Aragaõ, Marquez del Carpio, Duque de Montoro, Conde Duque de Olivares, Conde de Morente, Marquez de Heliche, Senhor do Estado de Sorbas, da Villa de Lueches, Alcaide perpetuo de los Alcassares da Cidade de Cordova, Cavalleriço de suas Reaes Cavalleriças, Alguazil Mayor perpetuo da mesma Cidade, e da Santa Inquisição della, Alcaide perpetuo dos Reaes Alcaceres, e Atarazanas de Sevilha, Gram Chanciller das Indias, Commendador Maior da Ordem de Alcantara, Gentilhomem da Camera, Monteiro Mór, e Alcaide dos Reaes sitios do Pardo, Balsaim, e Zarzuela, como Plenipotenciario deputado para este caso, pello dito Serenissimo Principe D. CARLOS, e com intervenção, mediação, e segurança de Duarte Conde de Sanduick, Visconde de Hinchingsbrooch, Baraõ de Montegu de S. Neote, Vice Admiral de Inglaterra, dos Conselhos mais secretos do muito Alto, e Serenissimo Principe CARLOS II. Rey da Gram Bretanha, meu bom Irmaõ, em seu nome, e como seu Embaixador Extraordinario, destinado para este mesmo negocio, tudo na forma, e com as condições, declarações, e clausulas, que lhes parecerem convenientes ao sossego, bem commum, amizade, e união entre ambas as Coroas, e vassallos dellas, e o por elles feito, e ajustado nesta parte me obrigo em meu nome, e no de meus successores, e meus Reynos ao cumprir, manter, e guardar debaixo da fê, e palavra de Principe, e o haverei por bom, firme, e valioso, como se por mim fora feito, e acordado, e isto sem embargo de quaesquer leys, direitos, capitulos de Cortes, e costumes que haja em contrario, porque todos hei por derogados para este caso, como se delles fizera aqui particular, e expressa menção, tudo de meu motu proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto no melhor modo, e forma que de direito posso, e devo. E por firmeza de tudo que dito he, mandei passar esta Carta por mim assinada, e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada nesta Cidade de Lisboa aos quatro dias do mez de Fevereiro. Luis Texeira de Carvalho a fez, Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU CHRISTO de mil e seiscentos e sessenta e oito. Pedro Vieira da Silva a fiz escrever.

#### O PRINCIPE.

CAROLUS SECUNDUS Dei gratiâ Magnæ Britanniae, Franciae, & Hiberniae Rex, Fidei defensor, &c. Omnibus, & singulis haec litteras inspecturis salutem. Cum nihil magis Regium, aut Christianum sit, quam componere dissidia, inimicitias confopire, & inveteratas odiorum radices ita penitus evellere, ut armis depositis, & pace reintegratâ Populis tranquillitas, commercio securitas, le-

gibus authoritas restituatur, Principibus denique subditorum suorum plausus, & appreciationes undique benedicant. Nos quidem, qui Regna Hispaniæ, ac Portugalliæ eodem sinu, e affectu complectimur; bellum illud inter contiguas nationes, tot annis gestum, tot funeribus maculatum, non sine ineffabili dolore intueri potuimus, optantes identidem; ut sic illustria fortitudinis exempla in alijs Regionibus adversus alios hostes ederentur: tandem cum propitium numen, ita votis, & gemitibus nostris responderit, ut Principes utriusque partis ad parata consilia, quasi sponte suâ flecti videantur, inceptum tam pium, & optabile nobis omni studio fovendum, & animorum utrinque non modò reconciliationem, sed conjunctionem etiam mediatione nostrâ stabiliendam esse censuimus. Quod opus, ut felicius incatur, & expeditius ad finem perducatur, Legatum nostrum Extraordinarium ad Principes utriusque partis misimus, Virum, è nobilitate nostra Primarium, utrique Coronæ æquè addictum, eoque auspiciatius apud utrunque Legatione hac pacificâ defuncturum, Prædilectum, & perquam fidelem, Consanguineum nostrum Eduardum Comitem de Sandwich, Vice-Comitem de Hinchingsbrooch, Baronem Montacutium de Sancto Neote, Angliæ Vice Admirallum, Magnæ Garderobæ nostræ Magistrum, nobis à Secretioribus Consilijs, Antiquissimi, nobilissimique Ordinis Periscelidis equitem. Sciatis igitur, quod nos fide, industriâ, iudicio, ac prudentiâ dicti Comitis de Sandwich Legati nostri Extraordinarii plurimum confisi, ipsum verum, & indubitatum Commissarium, ac Procuratorem nostrum fecimus, ordinavimus, & deputavimus, ac per præsentem facimus, ordinamus, & deputamus: dantes eidem, & committentes plenam, & omnimodam potestatem, atque authoritatem pariter, & mandatum generale, & speciale nomine nostro cum Præfatis Principibus utriusque partis, vel ipsorum Ministris congregandi, ac sermones habendi, & cum ipsorum Commissarijs, deputatis, & Procuratoribus ad hoc sufficientem potestatem habentibus, conjunctim, vel separatim, in confinjs Regnorum, vel alibi ubi commodius visum fuerit de & super pace perpetuâ inter Coronas, & Regna Hispaniæ, & Portugalliæ, vel de, & super multorum annorum inducijs inter easdem eademque utilissimis, & maximè convenientibus Articulis, & conditionibus stabiliendâ, vel stabiliendis; necnon de & super triplici fœdere, ac consociatione inter nos dictosque Principes, utriusque partis, pro communi, ac mutuâ Regnorum nostrorum defensione communicandi, tractandi, conveniendi, & concludendi, cæteraque omnia faciendi, quæ ad prædictos fines, vel quoslibet eorum faciant, & conducant, atque super ijs Articulos, litteras, & instrumenta necessaria conficiendi, & ab alteris partibus conjunctim, vel separatim petendi, & recipiendi. Denique omnia ea, quæ ad præmissa, vel circa eadem quovis modo erunt necessaria, & opportuna expediendi. Promittentes bonâ fide, & in verbo Regio nos omnia, & singula quæ inter Principes utriusque partis, eorumve Procuratores, Deputatos, aut Commissarios, atque Prænominatum Legatum nostrum Extraordinarium conjunctim, vel separatim in præmissis, seu Præmissorum aliquo erunt facta, pacta,



& conclusa, rata, grata, & firma habituros, nec unquam contra ipforum aliquid, aut aliqua contraventuros, quin potius quidquid nomine nostro promissum, aut in quovis Præmissorum conclusum fuerit, non solum, ex parte nostrâ sanctè, & inviolabiliter observaturos, sed fide iussuros, & sponsores futuros, idem ab alteris quoque partibus, & earum alterutrâ sanctè, & inviolabiliter observatum iri. In cuius rei testimonium hæc litteras fieri, manuque nostrâ signatas magno Angliæ sigillo communiri fecimus. Quæ dabantur apud Palatium nostrum Welmonasterij, sexto decimo die Mensis Februarij, Anno Domini millesimo sexcentesimo sexagesimo quinto, Regni nostri decimo octavo.

CAROLUS REX.

*Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, tres Pessoas, e hum só Deos Verdadeiro.*

#### A R T I G O I.

**P**Rimeiramente declaraõ os Senhores Reys Catholico, e de Portugal, que pello presente Tratado fazem, e estabelecem em seus nomes, de suas Coroas, e de seus Vassallos, huma Paz perpetua, boa, firme, e inviolavel, que começará do dia da publicação deste Tratado, que se fará em termo de quinze dias, cessando desde logo todos os actos de hostilidade, de qualquer maneira que sejaõ, entre suas Coroas, por terra, e por mar, em todos seus Reynos, Senhorios, e Vassallos, de qualquer qualidade, e condiçaõ que sejaõ, sem exceiçaõ de lugares, nem de pessoas; e se declara que haõ de ser quinze dias para ratificar o Tratado, e quinze para se publicar.

#### A R T I G O II.

E porque a boa fé, com que se faz este Tratado de Paz perpetua, não permite cuidar-se em guerra para o futuro, nem em querer cada huma das partes achar-se para este caso com melhor partido, se acordou em se restituirem a Portugal as Praças, que durando a guerra lhe tomáráõ as armas de ElRey Catholico, e a ElRey Catholico as que durando a guerra, lhe tomáráõ as armas de Portugal, com todos seus termos, assi, e da maneira, e pellos limites, e confrontações, que tinhaõ antes da guerra, e todas as fazendas de raiz se restituirão a seus antigos possuidores, ou a seus herdeiros, pagando elles as bemfeitorias uteis, e necessarias, e nem por isso se poderão pedir as danificações, que se attribuem á guerra, e ficará nas Praças a artilharia que tinhaõ, quando se occupáraõ, e os moradores, que não quizerem ficar, poderão levar todo o movel, e vencerão os fructos do que tiverem semeado, ao tempo da publicação da paz; e esta restituiçaõ das Praças se fará em termo de dous mezes, que começaráõ do dia da publicação da Paz. Declaraõ porẽm, que nesta restituiçaõ

restituição das Praças não entra a Cidade de Ceuta, que ha de ficar em poder de ElRey Catholico, pellas razoes que para isso se considerãõ. E se declara, que as fazendas que se possuirem com outro titulo, que não seja o da guerra, poderãõ dispor dellas seus donos livremente.

### A R T I G O III.

Os Vassallos, e moradores das terras possuidas de hum e de outro Rey, terãõ toda a boa correspondencia, e amizade, sem mostrar sentimento das offensas, e damnos passados, e poderãõ communicar, entrar, e frequentar os limites de hum, e de outro, e usar, e exercitar commercio com toda a segurança, por terra, e por mar, alli, e da maneira que se usava em tempo delRey Dom Sebastião.

### A R T I G O IV.

Os ditos Vassallos, e moradores de huma, e outra parte terãõ reciprocamente a mesma segurança, liberdades, e privilegios que estãõ acordados com os subditos do Serenissimo Rey da Gram Bretanha, pello Tratado de 23. de Mayo do anno de 667. e do outro do anno de 630. no em que este tratado està ainda em pè, alli, e da maneira, como se todos aquelles artigos, em razão do commercio, e immunidades tocantes a elle, foraõ aqui expressamente declarados, sem exceção de Artigo algum, mudando sómente o nome, em favor de Portugal; e destes mesmos privilegios usará a nação Portugueza, nos Reynos de Sua Magestade Catholica, alli, e da maneira, que o usavaõ em tempo do dito Rey Dom Sebastião.

### A R T I G O V.

E porque he necessario hum largo tempo para se poder publicar este Tratado nas partes mais distantes dos Senhorios de hum, e outro Rey, para cessarem entre elles todos os actos de hostilidade; se acordou, que esta Paz começará nas ditas partes, da publicação que della se fizer em Espanha, a hum anno seguinte; mas se o aviso da Paz puder chegar antes aquelles lugares, cessarãõ desde entãõ todos os actos de hostilidade: e se passado o dito anno se cometer por qualquer das partes algum acto de hostilidade, se satisfará todo o damno que delle nacer.

### A R T I G O VI.

Todos os prisioneiros de guerra, ou em odio della, de qualquer nação que sejaõ, sem dilação, ou embargo algum seraõ postos em sua liberdade, alli da huma, como da outra parte, sem exceção de pessoa alguma, e de razão, ou pretexto, que se queira tomar em contrario; e esta liberdade começará do dia da publicação em diante.



## ARTIGO VII.

E para que esta paz seja melhor guardada, prometem respectivamente os ditos Reys Catholico, e de Portugal de dar livre, e segura passagem por mar, ou rios navegaveis contra a invasão de quaesquer piratas, ou outros inimigos, que procurarão tomar, e castigar com rigor, dando toda a liberdade ao commercio.

## ARTIGO VIII.

Todas as privações de heranças, e disposições feitas com odio da guerra, são declaradas por nenhñas, e como não acontecidas, e os dous Reys perdoão a culpa a huns, e a outros vassallos em virtude deste Tratado, havendo-se de restituir as fazendas que estiverem no fisco, e Coroa às pessoas, às quaes sem intervenção desta guerra haviaão de tocar, ou pertencer para poderem livremente gozar dellas; mas os frutos, e rendimentos dos ditos bens, até o dia da publicação da paz, ficarão aos que os tem possuido durante a guerra; e porque se podem offerecer sobre isto algumas demandas, que convem abreviar para o sossego da Republica, será obrigado cada hum dos pertendentes a intentar as demandas dentro de hum anno, e se determinarão breve, e summariamente dentro de outro.

## ARTIGO IX.

E se, contra o disposto neste Tratado, alguns moradores, sem ordem, e mandado dos Reys respectivamente fizerem algum damno, se reparará, e castigará o damno que fizerem, sendo tomados os delinquentes: mas não será licito por esta causa tomar as armas, e romper a paz. E em caso de se não fazer justiça, se poderão dar cartas de Marca, ou represalias contra os delinquentes, na forma que se costuma.

## ARTIGO X.

A Coroa de Portugal pellos interesses, que reciproca, e inseparavelmente tem com a de Inglaterra, poderá entrar à parte de qualquer Liga, ou Ligas offensiva, e defensiva, que as ditas Coroas de Inglaterra, e Catholica fizerem entre si, juntamente com quaesquer confederados seus, e as condições, e obrigações reciprocas, que em tal caso se ajustarem, ou se acrescentarem ao diante, se terão, e guardarão inviolavelmente em virtude deste Tratado, assi, e da maneira, como se estiverão particularmente expressadas nelle, e estiverão já nomeados os Colligados.

## ARTIGO XI.

Prometem os sobreditos Senhores Reys Catholico, e de Portugal

tugal de não fazer nada contra, e em prejuizo desta paz, nem consentir se faça directa, ou indirectamente: e se a caso se fizer, de o reparar sem nenhuma dilação. E para observancia de tudo o acima conteudo, se obrigaõ com o Serenissimo Rey da Gram Bretanha, como mediator, e fiador desta paz. E para firmeza de tudo, renunciaõ todas as leys, costumes, ou couza que faça em contrario.

## A R T I G O XII.

Esta Paz será publicada por todas as partes donde convier, o mais brevemente que ser possa, depois da ratificação destes Artigos, pelos Senhores Reys Catholico, e de Portugal, e entregues reciprocamente na forma costumada.

## A R T I G O XIII.

Finalmente seraõ os presentes Artigos, e Paz nelles conteuda ratificados tambem, e reconhecidos pello Serenissimo Rey da Gram Bretanha, como mediator, e fiador della por cada humas das partes, dentro de quatro mezes, depois de sua ratificação.

Todas as quais cousas nestes Artigos referidas foraõ acordadas, estabelecidas, e concluidas, por nós—Dõ Gaspar de Haro, Gusmaõ, e Aragaõ, Marquez del Carpio, Duarte Conde de Sanduick, Dom Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval, Dom Vasco Luis da Gamma Marquez de Niza, Dom João da Silva Marquez de Gouvea, Dom Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Henrique de Sousa Tavares da Silva Conde de Miranda, e Pedro Vieira da Silva, Comissarios Deputados para este effeito, em virtude das plenipotencias, que ficaõ declaradas em nome de Suas Magestades CATHOLICA, da Graõ BRETANHA, e de PORTUGAL, em cuja fé, firmeza, e testemunho de verdade fizemos este presente Tratado, firmado de nossas mãos, e sellado com o sello de nossas armas. Em Lisboa no Convento de Santo Eloy aos 13 de Fevereiro de 1668.

*Dom Gaspar de Haro, Gusmaõ, e Aragaõ. O Conde de Sanduick. O Duque Marquez de Ferreira. Marquez de Niza Almirante da India. Marquez de Gouvea Mordomo-Mor. Marquez de Marialva. Conde de Miranda. Pedro Vieira da Silva.*

E havendo Eu visto o dito Tratado de paz perpetua, depois de considerado, e examinado com toda a attenção, hey por bem aceitalo, aprovalo, ratificalo, e confirmalo, como em effeito por esta minha carta patente o aceito, aprovo, ratifico, e confirmo prometendo em meu nome, no dos meus successores, e meus Reynos de observar, guardar, cumprir, e de fazer observar, guardar, e cumprir inviolavelmente todas as cousas nelle conteudas, sem admitir, que por modo, ou acontecimento algum, que haja, ou possa haver,



haver, directa, ou indirectamente se contradiga, ou vâ contra elle, e se se ouver feito, ou se fizer em alguma maneira coufa em contrario, de o mandar reparar sem difficuldade, ou dilação alguma castigar, e mandar castigar os que forem nisso cúmplices com todo o rigor; e tudo o referido prometo, e me obrigo guardar debaixo da fé, e palavra de Rey em meu nome, no de meus successores, e Reynos, e da hypotheca, e obrigação de todos os bens, e rendas geraes, e speciaes, presentes, e futuras delles. E em fé, e firmeza de tudo, mandei passar a presente carta por mi assinada, e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada na Cidade de Lisboa aos tres dias do mes de Março. Luis Teixeira de Carvalho a fez, Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil seiscentos e sessenta e oito. Pedro Vieira da Silva o fiz escrever.

## O PRINCIPE.

*Tratado do casamento delRey D. Pedro II. com a Rainha D. Maria Sofia, tirado do Original, que está na Secretaria de Estado.*

N Os Dei gratia, Phillippus Wilhelmus, Comes Palatinus Rheni, Sacri Romani Imperij Archi-Thesaurarius, & Elector, Bavariae, Juliae, Cliviae, & Montium Dux, Comes Veldentiae, Sponheimij, Marcae, Ravensbergi, & Moersae, Dominus Ravensteinij. Notum, ac testatum facimus universis, & singulis, qui inspecturi sunt has nostras patentes literas approbationis, confirmationis, & ratificationis, quod Manhemij vigesima secunda die Maij, praesentis anni millesimi sexcentissimi octuagesimi septimi conventus, & signatus fuerit Tractatus Matrimonialis, inter Serenissimum, & Potentissimum Principem, Dominum Petrum Dei gratia, Regem Portugaliae, & Algarbiorum, citra & ultra mare in Africa, Dominum Guineae, Conquisitionis, Navigationis, Commercij Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiaeque; & Nos pro Dilectissima nostra filia, Principe Electorali Maria Sophia Elisabetha per Regiae Maestatis suae Legatum Extraordinarium, Dominum Emanuelem Tellesium Silvium, Comitem Villarmajorum, Regiae suae Maestati à Sanctioribus Status Consilijs, totius Regni Portoriorum Praefectum, & intima admiissionis Cubicularium, vigore amplae, & specialis Procurationis, quam Regia sua Maestas ipsi ad hunc finem dedit, & nostros deputatos Ministros Wolfgangum Theodoricum Sacri Romani Imperij Comitem, & Dominum Castellae, Nobis à Secretioribus Status Consilijs Summum Aulae Electoralis Praefectum, & Burggravium in Alzeij, necnon Joannem Ferdinandum ab Yrsch, haereditarium Dominum Castri Matzen, nobis itidem à Consilijs Status Secretioribus, Supremum Cancellarium, Neoburgicae Camerae Aulicae Praesidem, Feudalis Curiae in Ducatu Neoburgico Praepositum, & Dynastiae Reichertzhovens Praefectum, vigore ejusmodi quoque Potestatis, quam ipsis concessimus,

Num. 74.  
An. 1687.

cessimus, cujus Tractatus duo Originalia, linguâ Latinâ concepta, & in sequentem modum disposita sunt.

Tractatus Matrimonialis inter Serenissimum, ac Potentissimum Principem Dominum Petrum Secundum Regem Portugaliæ, & Algarbiorum, citrà & ultrà Mare in Africâ, Dominum Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; Et Serenissimi Principis, Domini Philippi Wilhelmi Comitis Palatini ad Rhenum, Archithesaurarij, & Electoris Sacri Romani Imperij, Ducis Baviariæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium, Comititis in Veldentz, Sponhemij, Marchiæ, Ravensbergi, & Moersæ, Domini in Ravenstein Serenissimam Principem, filiam Electoralem Palatinam, Dominam Mariam Sophiam Elisabetham; per Excellentissimum, & Illustrissimum Dominum Emanuele Tellesium Silvium, Comitem Villarmajorum, Sacræ Regiæ Majestati Lusitaniæ, à Sanctioribus Status Consilij, totius Regni Portoriorum Præfectum, intimæ admissionis Cubicularium, & Legatum Extraordinarium; Et per Illustrissimum Dominum Wolfgangum Theodoricum, Sacri Romani Imperij Comitem, ac Dominum Castellæ, Suæ Serenitati Electorali Palatinæ à Secretioribus Status Consilij, Summum Aulæ Electoralis Præfectum, & Burggravium in Alzeij; Necnon Reverendissimum, & Perillustrem Dominum Joannem Ferdinandum ab Yrsch, Hæreditarium Dominum Castri Mazen, altæ memoratæ Electorali Serenitati Palatinæ à Consilij Status Secretioribus, Supremum Cancellarium, Cameræ Neoburgicæ Præsidem, feudalis Curiae, in Ducatu Neoburgico Præpositum, ac Dynastiæ Reichertzhovensis Præfectum; ambos Deputatos Ministros Electorales, conventus & signatus Manhemij, die vigesima secunda mensis Maij, anno Domini millesimo sexcentesimo, octuagesimo septimo.

In Nomine Sanctissimæ Trinitatis, & Beatissimæ Mariæ Virginis, ad majorem Dei gloriam, Christianitatis commodum, Potentissimi Regni Lusitaniæ, & Serenissimæ Domus Palatinæ Electoralis incrementum. Notum sit omnibus, quod cum Serenissimus, ac Potentissimus Dominus Petrus Secundus, Dei gratiâ, Rex Portugaliæ, & Algarbiorum, citrà & ultrà mare in Africâ, Dominus Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; Regnorum suorum conservationi, ac subditorum precibus consulens, secundas nuptias contrahere decrevisset; Serenissimi Principis Domini Philippi Wilhelmi, Comitis Palatini ad Rhenum, Sacri Romani Imperij Archithesaurarij, & Electoris, Ducis Baviariæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium, Comititis in Veldentz, Sponhemij, Marchiæ, Ravensbergæ, & Moersæ, Domini in Ravenstein; Serenissimam Principem, Dominam Mariam Sophiam Elisabetham legitimam filiam Electoralem, dignissimam judicaverit, quam sibi in conjugium ambiret, propter ejus eximias Dotes, virtutes, cæterasque singulares prerogativas, misit ad præfatum Serenissimum Dominum Electorem Palatinum, fratrem suum charissimum, supradictum Excellentissimum Dominum Legatum Extraordinarium, qui ejus desideria, celsitudini suæ Electorali significasset, qui cum libenter assensisset, Sacræ Majestatis



tatis votis, plurimique tanti Regis nuptias (ut par est) fecisset, cœptum est agi de Pactis Dotalibus, inter mêmoratum Excellentissimum Dominum Legatum Extraordinarium, & præfatos Dominos Deputatos Electorales Ministros vigore specialium Procurationum, quæ ad hunc Tractatum conficiendum, ejusque subscriptionem mutuò commutatæ sunt, & in sequentes Articulos conventum est.

## I.

Sacræ Regiæ Majestati, promittit Serenissimus Dominus Elector Palatinus, pro Serenissima filia Electorali, Domina Maria Sophia Elisabetha, in Dotem centum millia florenorum Rhenensium, quorum unusquisque florenus explet quindecim baceos, vel sexaginta crucigeros, quæ eadem summa in Serenissimæ, ac Potentissimæ Imperatricis Pactis dotalibus promissa est, & in eadem supradicta mone-ta exsolvetur, & intra annum, & diem solutio fiet Ulyssiponæ, cum usuris quinque millium florenorum, & donec hoc fiet, Serenissimi Electoris bona Electoralia sint hypothecata.

## II.

Serenissimus autem, ac Potentissimus Rex promittit Serenissimæ Principi Electorali, Domine Sponsæ suæ charissimæ, eam post Matrimonium consummatum eisdem status, redditus, oppida, Jurisdictiones, Privilegia, Prærogativas, & Aulicum apparatus, quibus priores Regiæ Lusitaniæ fruebantur, semper, & nunquam minus habituram, necnon pro assecuratione Dotis (centum nempe millium florenorum Rhenensium) realiter illata, omnia Coronæ Lusitaniæ bona hypothecata erunt.

## III.

Quod si Potentissimus Rex antè Regiam Conjugem sine liberis vitâ decesserit, & Regina in Lusitaniâ residere voluerit, Illi integra Dos, gemmæ, suppellex, & reliqua omnia, quæ juxtâ authenticam designationem, secum in Lusitaniam attulerit, & non consumpta fuerint, salva manebunt, atque ea bona durante Matrimonio acquisita, quæ Regi, & Regiæ communia sunt, & in paratâ pecuniâ, auro, argento, & alijs bonis mobilibus quibuscunque consistunt, & non ad Coronam pertinent, post obitum Regis dividuntur, & eorum medietas Regiæ tradetur, simulque eisdem Statibus, redditibus, oppidis, Jurisdictionibus, Privilegijs, prærogativis, & aulico apparatu, secuti Rege vivente, Regia Vidua fruetur, licet eo tempore alia Regina, Principi regnanti nupta sit.

## IV.

Cum verò Vidua Regina, non in Regno Lusitaniæ habitare, sed in Germaniam redire voluerit, restituetur Illi integra Dos, cum tertiâ ipsius Dotis parte, & supradictâ medietate bonorum, quæ non pertinent ad Coronam, unâ cum omnibus ijs bonis, quæ in Regnum Lusitaniæ attulerit, & consumpta non fuerint, secum in Germaniam feret; Et quamdiù prædicta Dos, cum tertiâ parte Dotis non persolvitur, tamdiù omnibus supradictis Statibus, redditibus, oppidis, Jurisdictionibus, Privilegijs, prærogativis, & aulico apparatu fruetur.

## V.

Si autem Potentissimus Rex, antè Regiam Conjugem relictis liberis decesserit, & Vidua Regina, in Regno residere recusaverit, tunc illi tertia pars Dotis, & tertia pars arrhæ, atque tertia pars ex medietate bonorum, quæ fuere acquisita, constante Matrimonio, & non pertinent ad Coronam, ad liberum usum, & propriam dispositionem extradentur, necnon ei tertia Pars eorum bonorum mobilium, quæ præter Dotem in Lusitaniam attulerit, vel à Serenissimis Parentibus, fratribus, sororibus, & Agnatis, aut alijs, per testamentarias, seu quaslibet inter vivos factas dispositiones, aut Donationes, acceperit, & non consumpta fuerint, restituentur, itaut etiam hanc tertiam partem omnium bonorum, in Lusitaniam allatorum, & successu temporis, prædicto modo acquisite secum feret; Reliquæ verò duæ tertiæ partes omnium supradictorum bonorum manebunt in Lusitaniâ, pro securitate liberorum, sed tamen Regina Vidua, eorum omnium, integrum usumfructum, usque ad mortem habebit.

## VI.

Sin autem Regina Vidua, in Regno Lusitaniæ residere maluerit, tunc illa eisdem Statibus, redditibus, oppidis, Jurisdictionibus, Privilegijs, prærogativis, & aulico apparatu, uti cæteræ Reginæ, usque ad mortem fruatur; Illique integra Dos, & tertia pars arrhæ, unâ cum omnibus, & singulis supradictis bonis, manebunt.

## VII.

Si verò Rege superstite, ipsa Regina, sine liberis vitâ defuncta fuerit, & de suis facultatibus non aliter disposuerit (quod in ipsius liberâ voluntate consistit) integra Dos, cum reliquis in Lusitaniam allatis & ex superius dicta bonorum divisione acquisitis, ad ejus Hæredes, abintestato, redibit.

## VIII.

Contrà, si Serenissima Regina, antè Serenissimum Regem, relictis liberis decesserit, tunc in totam illius hæreditatem (nisi ipsa, de tertiâ parte, dictæ hæreditatis, juxtà tamen leges Juris communis disposuerit) prædicti Regis liberi succedent; qui si postmodum ante Regem Patrem obierint, hæreditas illa integra, ad Regem eorum Patrem superexistentem pertinebit.

## IX.

Cæterum, cum in toto Romano Imperio, jam à multis sæculis, apud Sacram Cæsaream Majestatem, Electores, Duces, aliosque Principes, in favorem filiorum, ac per eos in conservationem stirpium, ac familiarum, non tantum communiter introductum, consuetum, inveteratum, & per Pacta gentilitia firmum, & statutum sit, sed etiam quotidie in praxi sanctè observetur, ut Principes filia, in Matrimonium, intra vel extra Imperium elocandæ, certam, & juratam Renuntiationem in scripto, & quidem antè Actum copulationis præstent. Excellentissimus Dominus Regius Legatus Extraordinarius, & D. D. Electoris Ministri Deputati, de ejusmodi quoque Renuntiatione egerunt, & secundum morem, & consuetudinem totius Electoralis, & Ducalis Domus Palatinæ, inter se convenere, ut in  
separato



separato Instrumento , extensiori formâ comprehendetur , fietque ad tenorem Renuntiationum , quas fecerunt Serenissima , ac Potentissima Imperatrix , & Serenissima Dux Aurelianensis , ejusque Instrumenti Apographum authenticum , Domino Regio Legato Extraordinario tradetur.

## X.

Cum autem conjugale sacrum maturè celebrari debeat , quo possit Serenissima Domina Princeps , filia Electoralis Palatina , hac ætate in Lusitaniam transportari ; Serenissimus Dominus Elector dabit operam , ut quam primum fieri poterit , Heidelbergæ peragatur , & quidem eâ magnificentia , quæ tantos Principes decet , ibique Dominus Regius Legatus Extraordinarius pro Rege , ejusque verbis , perinde ac si Rex ipse præsens esset , vigore specialis Mandati , ipsam Dominam Serenissimam Principem Electoralem Mariam Sophiam Elisabetham accipiet in legitimam Uxorem prædicti Domini Regis Portugalie Petri Secundi Domini sui , de more , & Ritu Sanctæ Ecclesiæ Romanæ , & secundum Decreta Sacri Concilij Tridentini , atque hujus celebrationis fiet Instrumentum testificatorium , quod tradetur , Excellentissimo Domino Regio Legato Extraordinario.

## XI.

Præterea , cum ad instantiam Serenissimi Domini Electoris , Serenissimus , ac Potentissimus Rex Angliæ , sex Naves bellicas , ad transvectionem Serenissimæ Reginæ præbeat , conventum est , ut Serenissimus Dominus Elector , Serenissimam filiam per Rhenum , cum decenti comitatu deducendam curet , usque ad Roterodamum , & inde in prædictis Navibus Anglicis Ulyssiponem usque , & semper proprijs expensis , sed tantum ad Serenissimæ Reginæ , ac ejusdem proprij Comitatus subsistentiam necessarijs.

## XII.

Atque de his omnibus , quæ in suprâ positis Articulis continentur , unanimiter convenire , atque inter se assensi sunt Excellentissimus Dominus Legatus Extraordinarius , Potentissimi Regis Portugalie Petri Secundi Domini sui ; Et Serenissimi Principis Electoris Palatini Philippi Wilhelmi Domini Deputati Ministri Electorales , seque mutuo obligant , & promittunt Sacram Regiam Majestatem , & Electoralem Serenitatem probaturas , & ratihabituras præsentem Tractatum in singulis , & universis , idque in solitâ , & consuetâ formâ faciendum.

Et cum propter nimiam distantiam locorum , & itinerationem per Mare , ad commutationem , seu reciprocam Ratificationum extraditionem , certus mensis , vel dies determinari non poterat , conventum est , ut Dominus Electoralis Minister , Serenissimam Reginam Lisabonam deducturus , Serenissimi Domini Electoris Palatini ratihabitionis litteras secum ferat , & Serenissimo , ac Potentissimo Regi Lusitanie debite exhibeat , simulque Regiæ Ratificationis exemplar recipiat.

Cum etiam nonnulla sint , quæ necessario effectum suum habere debeant , antequam ipsa à Potentissimo Rege ratihaberi possint ,  
convenere

convenère Excellētissimus Dominus Regius Legatus Extraordinarius, & D. D. Deputati Ministri Electorales, ut ea omnia, quæque hujusmodi fuerint, qualitercunque ad hunc Tractatum pertinentia quorum executio propter angustiam temporis, Ratificationem præcedere deberet, nihilominus valeant, plenumque, & integrum, ac illibatum vigorem, atque effectum suo tempore fortiantur, quasi jam solemniter ratificata essent, non obstante quavis conditione, & statuto quovis modo, & viâ in contrarium faventibus; In quorum omnium fidem, Excellētissimus Dominus Regius Legatus Extraordinarius, & Domini Electorales Deputati Ministri hunc Tractatum Matrimoniale, in duobus originalibus, ut unum in Scrinio Serenissimi ac Potētissimi Regis, alterum etiam in Scrinio Serenissimi Electoris servetur, subscripserunt, & Sigillis Insignium suorum corroborarunt; Factum Manhemij die vigesima secunda Maij, anno Domini millesimo sexcentesimo octuagesimo septimo.

Laus Deo, Virginique Matri, ac Beato Josepho.

Emm.<sup>l</sup> Tellesius Sylvius; W. T. Comes, ac D. in Castell; J. F. ab Yrsch.

L. S.

L. S.

L. S.

Qui quidem Tractatus Matrimonialis, duodecim Articulos, & duos Paragraphos circa finem continens cum à Nobis maturè fuerit consideratus, & examinatus, cum tam in Partes, quàm in totum volumus accipere, approbare, confirmare, & ratificare, atque per hoc Instrumentum re ipsa accipimus, approbamus, confirmamus, & ratificamus, pollicemurque nostro, ac Hæredum, & Successorum Nostrorum omnium nomine, illum observaturos, facturosque, ut exactissimè, & sanctè observentur omnia, quæcunque in eo comprehenduntur, neque unquam permitturos, ut ullo modo, aut viâ eorum vigori, & effectui vel in minimo derogetur; Et igitur promittimus, Nostræque Electorali fide confirmamus omnia, hoc Tractu Matrimoniali ab initio, usque ad finem, in cunctis, & singulis Articulis, & Paragraphis comprehensâ, integrè, illibatèque executuros; In quorum fidem, ac testimonium fieri Jussimus præsentis literas, manu Nostrâ subscriptas, & magno Sigillo Insignium Nostrorum munitas. Datum in Electorali Residentiâ Nostrâ, Heidebergæ die trigesimâ mensis Junij, anno Domini millesimo sexcentesimo octuagesimo septimo.

PHILIPPUS WILHELMUS ELECTOR.

Petrus Dei gratia Rex Portugaliæ, & Algarbiorum citra & ultra mare, in Africa Dominus Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij, Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque; Notum ac testatum facimus omnibus, qui has literas nostras potestatis generalis, & specialis visuri sunt, quod cum expediat pacisci, & transigi, Deo annuente, nuptias, de quibus agitur, inter nos, & Serenissimam Principem Mariam Sophiam, legitimam filiam Serenissimi Principis Domini Philippi Wilhelmi Comitis Palatini Rheni, Ducis Bavariæ,



variæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium, Comitis in Valdensi, & Spanheim, Sac. Rom. Imp. Archithesaurarij, & Electoris, Fratris, & consanguinei nostri carissimi, nosque maximam fiduciam habeamus fidei, & prudentiæ Emmanuelis Tellestij Silvij, Comitis Villarmajorij, qui est nobis à sanctioribus Statûs Consilijs, intimæ admissionis Cubicularius, totius Regni portorijs Præpositus, nosterque ad prædictum Serenissimum Principem, fratrem & consanguineum nostrum carissimum Legatus Extraordinarius, per hæc mandata ipsi damus, & concedimus nostrum Jus, plenamque potestatem, liberam ac sufficientem, prout illam firmissimè, ac plenissimè ei dare & concedere possumus, ac debemus, ad idque negotium de facto, & jure requiritur. Atque cum constituimus & facimus nostrum generalem, & specialem Procuratorem, ut pro nobis, nostrisque verbis perinde ac si nos præsentem essemus, possit tractare, agere, pacisci, convenire, & subscribere rebus omnibus cujuscunque generis, conditionis, & momenti ad prædictas nuptias spectantibus, cum quibuscvis alijs Procuratoribus, Commissarijs, aut Deputatis prædicti Serenissimi Principis Comitis Palatini Rheni Electoris, qui illius mandato sive Procuracione ad id sufficienter instructi fuerint, omniaque, quæ per Illum pacta conventa fuerint, unâ cum conditionibus & obligationibus, ac sub ijs cautionibus, in quas ipse convenerit, & consenserit, integrè servabimus ac custodiemus. Siquidem ad hæc omnia ipsi Extraordinario Legato nostro damus, & concedimus omnem plenam potestatem nostram, Mandatum generale, & speciale, cum liberâ, & generali administratione. Quin etiam per has literas promittimus, spondemus, Regiâque fide nostrâ confirmamus, servaturos, rati habituros, rèque ipsâ facturos, quæcunque per dictum Legatum nostrum tractata, gesta, pacta, conventa, & subscripta fuerint, cujuscunque sint generis, conditionis, & momenti, omniaque, & singula quovis tempore rata, firmaque habituros secundum obligationem harum literarum potestatis. In quorum omnium fidem, & cautionem has literas, Mandatumque generale, & speciale fieri jussimus manûs nostræ subscriptione, nostrorumque insignium majori Sigillo munitas. Datum Ulyssipone pridie nonas Decembris, anno Domini millesimo sexcentesimo octuagesimo sexto. Episcopus Fr. Ema.<sup>cl</sup> Pereira præsentem scribere feci.

PETRUS REX.

L. S.

Nos Dei gratia Philippus Wilhelmus Comes Palatinus Rheni, Sacri Romani Imperij Archithesaurarius, & Elector, Bavariæ, Juliæ, Cliviæ, & Montium Dux, Comes Veldentia, Sponhemij, Marcæ, Ravenspergi, & Moersæ, Dominus Ravenstenij; notum ac testatum facimus omnibus, qui has literas nostras potestatis generalis, & specialis visuri sunt, quòd, cum expediat pacisci, & transigi Deo annuente, Nuptias, de quibus agitur, inter Serenissimum, & Potentissimum Principem Petrum Secundum Dei gratiâ Regem  
Portu-

Portugalix, & Algarbiorum, citrà, & ultrà mare in Africa, Dominum Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, Commercij, Æthiopix, Arabix, Persix, Indiæque; & nostram dilectissimam Filiam Electoralem Mariam Sophiam Elisabetham; Nosque maximam fiduciam habeamus fidei & prudentiæ, Wolfgangi Theodorici, Sacri Romani Imperij Comitis in Castel; & Joannis Ferdinandi ab Yrsch; qui nobis sunt à Secretioribus Statûs Consilijs, respectivè summi Aulæ nostræ Electoralis Præfecti, Supremi Cancellarij, Bruggavij in Alzei, Camera Neoburgicæ Præsidis, feudalis Curix in Ducatu Neoburgico Præpositi, & Dygnastiæ Reicherzhovens Præfecti, Dilectis his nostris, & fidelibus Ministris, per hæc mandata damus, & concedimus nostrum Jus, plenamque potestatem liberam ac sufficientem, prout illam firmissimè, ac plenissimè eis dare, & concedere possumus, ac debemus, ad idque Negotium de facto & Jure requiritur. Atque eos constituimus & facimus nostros generales & speciales Procuratores, ut pro nobis, nostrisque verbis perinde, ac si nos præsentes essemus, possint tractare, agere, pacisci, convenire, & subscribere, rebus omnibus cujuscunque generis, conditionis, & Momenti, ad prædictas Nuptias spectantibus, quæ cum Serenissimi, ac Potentissimi Regis Lusitaniæ excellentissimo Domino Legato Extraordinario, ad hoc negotium sufficienter instructo, pacta & conventa fuerint, una cum conditionibus & obligationibus, ac sub ijs cautionibus, in quas ipsi convenerint, & consenserint, integrè servabimus, ac custodiemus; siquidem ad hæc omnia nostris Electoralibus Ministris Deputatis damus, & concedimus omnem plenam potestatem nostram, mandatum generale, & speciale, cum libera, & generali administratione; Quin etiam per has literas promittimus, spondemus, & Electorali fide nostrâ confirmamus, servaturos, ratihabituos, rèque ipsâ facturos, quæcunque per dictos nostros Deputatos Ministros Electorales tractata, gesta, pacta, conventa, & subscripta fuerint, cujuscunque sint generis, conditionis, & momenti, omnia & singula quovis tempore rata, firmaque habituros, secundum obligationem harum literarum potestatis. In quorum omnium fidem, & cautionem has literas, mandatumque generale, & speciale fieri ac manus nostræ subscriptione, Nostrorumque insignium majori Sigillo muniri jussimus. Datum Heidelbergæ in nostra Electorali Residentia, decimâ nonâ mensis Martij, anno millesimo sexcentesimo octuagesimo septimo.

PHILIPPUS WILHELMUS ELECTOR.

L. S.

*Fôrma das Cartas, que ElRey D. Pedro II. mandou escrever, quando passou à Provincia da Beira.*

Num. 75.

An. 1704.

**D**Om Antonio da Costa Armador môr. Eu ElRey vos envio muito faudar, por convir muito a meu serviço, que na ocazião presente, em que passo à Provincia da Beira com ElRey Catholico, meu muito amado, e prezado bom Irmaõ, e Sobrinho, me vaõ acompanhar,



panhar, e servir, aquellas pessoas, de cujas obrigaçoens me possa prometer seguramente, me assistirão com grande valor, e fidelidade, com que sempre o fizeraõ aquelles de quem descendem, aos Senhores Reys deste Reyno, meus predecessores. E por concorrerem todas estas razoes na vossa pessoa, me pareceo encarregarvos me acompanhais nesta jornada, e na Campanha, e tenho por certo me servireis de forte, que cresça em mim muito a boa vontade, que vos tenho, e se multipliquem os motivos de vos fazer honra, e merce. Escrita em Lisboa a 7 de Mayo de 1704.

REY.

Para D. Antonio da Costa, Armador môr.

*Decreto delRey D. Pedro II. porque concedeo aos Estudantes da Universidade de Coimbra, algum tempo de merce.*

**T**Endo consideração às demonstrações de gosto, com que esta Universidade festejou, e applaudo, o vir a ella minha Pessoa, e as disposições com que espera a de ElRey Catholico, meu bom Irmaõ, e Sobrinho, para felicitar a sua chegada, e ser justo, que por estes reípeitos, e pela especialidade da occasião, experimentem os meus Vassallos os effeitos da minha gratificação: hey por bem de fazer merce aos Estudantes, que nesta Universidade estiverem matriculados, de oito mezes, sendo naturaes dos lugares Ultramarinos, e aos do Reyno, em quem não concorre igual razão, de seis mezes sómente, para que huns, e outros se possaõ valer deste tempo, para os Actos, que são obrigados a fazer pelos Estatutos da Universidade; e ordeno a D. Nuno Alvares Pereira de Mello, meu Sumilher da Cortina, e Reytor da Universidade, que assim o cumpra, e faça executar. Coimbra 17 de Agosto de 1704. Com Rubrica de Sua Magestade.

Num. 76.

An. 1704.

*Carta delRey de Maquinés para ElRey D. Pedro II. que chegou depois da sua morte, a qual traduzida da sua linguagem dizia:*

**H**Um só Deos todo poderoso em todo o Mundo, elle seja louvado para todo sempre, como aquelle a quem se deve tudo, que elle ha de ajudar a quem tiver justiça, e razão, porque he bemdito entre as nações do Mundo.

Num. 77.

An. 1706.

Muley Ixmael filho do Xarife, e de Rey.

Muito alto, e poderoso Rey D. Pedro II. de Portugal, aquelle a quem publica a fama, em huma mão a espada, e na outra a justiça.

A ti Rey verdadeiro de todos os Estados de Portugal, com as noticias, que tenho do bem, que fazes aos meus por meu respeito, te confidero digno da minha amizade, e que eu seja agradecido. Pela pratica, que o meu Capitaõ môr do mar Benacha me fez, que sendo cativo dos Inglezes, arribou ao porto dessa Corte; e chegando à tua presença Real, logrou a mayor fortuna, tendo-a por este respeito, desmentindo a má, que lhe tinha succedido do seu cativeiro, dandolhe o resplendor de tua Real Pessoa huma grande alegria, pela affabilidade, e carinho, que hum escravo Mouro achou em hum Monarca tão superior, dandolhe huma esmola de trinta meticaes de ouro, offerecendolhe tudo o mais.

Estas finezas meu Rey, me puzeraõ em grande agradecimento, parecendome, que trazes nas tuas veas aquelle illustre sangue do teu antecessor ElRey D. Sebastiaõ, que valendo-se d'elle o Xarife Muley Amete, meu parente, por chegar à sua presença, empenhou Pessoa, Reyno, e fazenda, em o favorecer, e assim o executou; Historia, que temos nos nossos livros pelas mayores finezas, que Reys fizeraõ no Mundo, por gente de differente Ley. Pois ElRey de Castella, o que chamou o Mundo Philippe II. o não quiz fazer, e se escusou de darlhe ajuda, e elle sómente tomou a seu cargo huma obrigação de tanto pezo, pelo não deixar ir disgozoso; e torno a dizer, que esta historia de fineza está por lembrança para em quanto o Mundo for Mundo. E como te confidero deste mesmo animo, conheço a descendencia, e sangue, que te assiste deste Rey. E te affirmo pela Ley, que figo, que te hey de servir com tudo quanto no meu Reyno tenho, com grande vontade, e não se desacredite este meu offerecimento, pelo respeito de me mandares os tempos passados hum Portuguez do teu Reyno, a comprar cavallos, o que puz em Conselho nos pareceres dos meus Xarifes, e Tables, que todos uniformemente disseraõ era contra a minha Ley, que nos prohibe o não possamos fazer, e quando alguns Reys meus antecessores o fizeraõ, fora em caso de necessidade, a pique de perder vida, ou Reyno, e sómente nestes termos o podemos fazer; e como esta necessidade me não obriga fora pôr o meu governo em má opiniaõ dos meus, e fenaõ fora este preceito, não te havia de faltar pelo amor, que te tenho. E se quizeres os cativos Portuguezes resgatados todos, os darey com vontade, e por este respeito busquey a Joseph Hespanhol, meu cativo, por ser homem de verdade, e rezaõ, de quem faço muito caso, e está casado com huma Portugueza, deixando dous filhos, e huma filha nessa Corte; e como conheço o seu procedimento, o mando a esse Reyno, para aviso de que desejo dar resgate aos cativos Portuguezes; e se para este effeito me quizeres mandar pessoa de authoridade, o estimarey, ou com aviso mandarey eu o meu Capitaõ do mar Benacha, e tudo o que se tratar com elles será de minha vontade.

Tenho festejado muito, que o teu poder entrasse na Corte de Madrid, cousa, que até agora em tempo de nenhuns Reys antecessores succedeo; estas novas foraõ de tanto prazer, que as festejey



como proprias. Deos entre mim, e ti; escrita na minha Alcafabá de Mequínés a 13 do mez de Rachebet, que he Outubro do anno da nossa Ley 1118, corresponde ao de 1706, em 13 de Outubro.

*Testamento delRey D. Pedro II. Original está na Casa da Coroa da Torre do Tombo, na gaveta 16, dos Testamentos dos Reys, donde o copiey.*

**D**Om Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, dos Algarves, Num. 78.  
daquem, e dalém mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Con- An. 1704.  
quista navegação, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, da India, &c. Pertencendo a todos cuidar na morte, e dispor prudentemente em vida sobre as cousas, que depois della podem succeder, principalmente aos Catholicos, a quem toca mayor obrigação de ordenar, o que póde dirigir à salvação de suas almas; e esta obrigação he mayor nos Principes Soberanos, que por disposição Divina tem negocios de mais importancia, a que devem dar providencia, assim pelo que toca à conservação, e augmento da Religião Catholica, como ao bem commum de seus Póvos, e Vassallos; por estas, e por outras justas razoes, ordeney fazer este Testamento para se guardar, e cumprir, tudo o que nelle dispoz, depois de minha morte, o qual quero, que valha, e se cumpra inteiramente, para o que se for necessário, como Rey, e Principe Soberano, dispenso, e derrogo todas, e quaesquer Leys, que contra a sua validade, em todo, ou em parte se possa oppor, ou seja na substancia das disposições delle, ou na falta de algumas solemnidades, porque todas para este effeito hey por derogadas; e esta disposição quero, que valha, não só como Testamento, mas como Ley. Declaro sou Catholico, e creyo firmemente tudo o que crê, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma, de quem sou, e sempre fuy filho obediente, e encomendo muito, e mando ao Principe D. João, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, que mais, que tudo procure conservar nestes Reynos, e seus Dominios, a pureza inviolavel desta Religião, tendo entendido, que antes lhe convirá perder este, e outros mayores Reynos do Mundo, do que faltar nesta materia em alguma, ainda que minima parte, tomando exemplo de todos os Senhores Reys, e Principes seus antecessores. os quaes nestes Reynos, e seus Dominios, nunca admittirão, antes severamente castigarão os delictos contra a Religião, expondo muitas vezes suas vidas, e de seus Vassallos, ao fim santissimo da extenção, e propagação da Fé Catholica, e da obediencia da Santa Igreja de Roma, e por esta causa da mão de Deos receberão tantas merces, e tanta grandeza, quanta ficará ao dito Principe, meu filho, e a conservará com a minha benção, em quanto conservar esta pureza. Peço à Santissima Trindade pelo Sangue, e merecimento de meu Senhor, e Redemptor Jesu Christo, e por sua infinita piedade, e misericordia, me perdoe minhas culpas,

e para este fim invoco o auxilio, e favor da Purissima Virgem Maria, Mãe de Deos, minha especialissima Protectora, debaixo dos titulos de sua Immaculada Conceição, com o qual he Padroeira deste Reyno, e da Senhora da Graça, da Piedade, das Necessidades, da Assumpção, Madre de Deos, e Senhora da Barroquinha. Tomo tambem por meus intercessores os Anjos, e Santos do Ceo, especialmente o Anjo de minha guarda, o Custodio do Reyno, S. Joseph, S. Joachim, Santa Anna, S. Pedro, de quem tenho o nome, S. Francisco de Assiz, Xavier, de Paula, de Borja, de Sales, Santo Antonio, S. Boaventura, S. Benedicto, Santo Amaro, S. Braz, S. João Bautista, e Euangelista, Rainha Santa Isabel, Santa Theresa, Santa Luzia, Santa Apollonia, Santa Barbara, para que roguem a Deos, que na hora de minha morte me conceda graça, e auxilios, para ter verdadeira contrição, e arrependimento de meus peccados, e perdaõ de todos elles. Ao Principe D. João meu sobre todos muito amado, e prezado filho, pertence a successão de todos os meus Reynos, e Senhorios, por ser meu filho primogenito, e por estar jurado nas solemnes Cortes, que nesta Cidade se celebraraõ, os quaes lhe encomendo, que governe com justiça, porque sem ella não poderá esperar merces de Deos, nem perpetuidade em sua descendencia, conhecendo tambem o amor, que deve a taõ bons Vassallos, e por esta razão sómente, quando não houvera outras, he o Principe mais feliz de todos os do Mundo, e os deve governar não só como Principe, mas como pay, porque elles lho merecem como filhos.

Por se achar já o Principe em idade, em que, conforme a Ley do Reyno, tanto por mim feita, póde, e deve governar o Reyno, tanto que eu faltar, assim o declaro, e mando aos Infantes meus filhos, e mais Vassallos, lhe obedeçaõ como saõ obrigados, por força de sua naturalidade, e de seu juramento. E ao mesmo Principe encomendo, que se aproveite muito dos conselhos da Serenissima Senhora Rainha da Graõ Bretanha, minha muito amada, e prezada irmã, pois na sua grande Christandade, prudencia, e mais virtudes, e no amor, que tem a todos meus filhos, se seguraõ os acertos, e a Sua Magestade Britanica peço, e rogo com todo o encarecimento, que ajude, e encaminhe ao Principe seu sobrinho, para acertar em servir a Deos, e em fazer justiça a seus Vassallos. O Infante D. Francisco he meu filho segundo, e aquelle a quem na falta, que Deos não permita do Principe seu irmão, e de seus descendentes legitimos, pertence a successão deste Reyno, pela qual razão, e para que se possa conservar sua Casa, e descendencia com aquelle estado, e grandeza, que pertence à sua pessoa, quero, e mando, que se lhe dê toda a Casa do Infantado, com todas as terras, dominios, jurisdicções, privilegios, rendas, e Padroados de Igrejas, com que foy instituida, e como de presente se acha estabelecida, e augmentada, e eu a peßuo; e sendo necessario para mayor firmeza, novamente a instituo debaixo das mesmas condições, e clausulas, com que foy estabelecida pelo Senhor Rey D. João, meu Senhor, e pay, que está em gloria,



gloria, e à mesma Casa hey por vinculadas todas as quintas, herdades, reguengos, e mais bens, que comprey, e tem administração particular, e também hey por vinculadas à mesma Casa todas as merces, que tenho feito, e ao diante fizer ao dito Infante meu filho, e todos os bens da Coroa, que de presente se achão vagos, e de tudo se lhe passaráo Cartas, e despachos necessários, e em quanto se lhe não passarem, valerá esta verba de meu Testamento, como Carta de doação solemne, com todos quantos requisitos sejaõ necessários para sua firmeza, e validade, supprindo tudo, o que de direito se deve supprir. E porque ainda assim creyo, que não fica o Infante com aquellas rendas, que possaõ bastar para a sustentação do esplendor, e grandeza de seu estado, e pessoa, e de seus descendentes, encomendo muito ao Principe, que dos bens da Coroa, que estiverem vagos, ou forem vagando, lhe faça doação para elle, e seus descendentes, até que cheguem as suas rendas ao estado competente de sustentarem com grandeza a sua Casa, pois ha de ser a que segure a successão do Reyno, na falta, que Deos não permitta, da do Principe, e sua descendencia. E porque esta providencia se faz mais necessaria, por respeitar a utilidade publica destes Reynos, para que em nenhum tempo experimentem as infelicidades, que a outros muitos tem acontecido pela falta da successão Real, ordeno, e encomendo muito ao Principe D. João, que procure casar seu irmão, o Infante D. Francisco, logo, que a sua idade o permittir, para que tendo ambos, com a benção de Deos, descendentes, se segurem as conveniencias publicas do Reyno, e se conserve dentro d'elle a successão Real. Ao Infante D. Francisco meu filho, encomendo quanto posso, que seja muito obediente ao Principe seu irmão, com aquelle amor, obsequio, e respeito, que lhe he devido como a seu Rey, que ha de ser, e lhe ha de ficar em lugar de pay, conservando com elle aquella uniaõ, amizade, e intima confiança, com que sempre procurey creallos, e só deste modo merecerá a benção de Deos, e a minha; e ao mesmo Principe encarrego, que attendendo a este respeito, e obediencia do Infante, reciprocamente o ame, e estime, não só como a irmão, mas como a filho, e que com igual cuidado se haja com os mais irmãos, filhos meus, o Infante D. Antonio, o Infante D. Manoel, a Infanta D. Francisca, procurando o accommodamento, e estabelecimento do estado de cada hum delles, e espero, e confio da sua capacidade, que o faça do mesmo modo, que eu o havia de fazer, e melhor ainda, e espero, que os mesmos Infantes lho mereçam pelo respeito, que lhe haõ de ter, e pelo amor, que ha de haver entre todos os irmãos, e particularmente, pelo que todos, como filhos de minha benção, haõ de ter aos Póvos, e Vassallos, que com tão cordeal affecto os veneraõ.

Posto, que a razão natural obriga aos pays a deixarem legitimas a seus filhos, e o Direito Positivo manda, que sejaõ instituidos nas duas partes de seus patrimonios, toda via esta Ley Positiva não obriga aos Principes Soberanos, assim em quanto à quota dos bens, como ao titulo da instituição, com tudo, pelo amor, que tenho a  
todos

todos meus filhos , os instituo igualmente em suas legitimas ; mas não he a minha tenção , que o que neste Testamento tenho especialmente deixado ao Infante D. Francisco meu filho , se lhe impute em sua legitima , por ser huma doação , que lhe faço , não só como pay , mas mais ainda como Principe , e Rey Soberano , a quem toca fazer merces às pessoas de tão alto estado , como he o dito Infante meu filho , por ser tambem a dita doação , por obrigação da Coroa , e Reyno , a quem pertence dar estado aos filhos dos Reys , e mais quando he em utilidade do mesmo Reyno , para nelle haver Principes de sangue Real , e para isto derrogo todas as Leys , e disposições , que haja em contrario , pelo mais pleno modo , que posso. Os ditos Infantes meus filhos , todos ao presente são menores de quatorze annos , e até terem idade competente para administrarem suas pessoas , e bens , quero , que estejam debaixo da administração do Principe D. João seu irmão , porque ainda , que não tenha mais , que quinze annos , com tudo , porque no caso de eu faltar , lhe differe a Ley a administração , e governo do Reyno , com muita mais razão deve ter a de seus irmãos , principalmente quando delle tenho por experiencia , que por infinita bondade de Deos , se acha com entendimento , e capacidade , que excede muito a dos seus annos ; e me ajuda muito a ter esta confiança , ficar neste Reyno a Serenissima Senhora Rainha da Graõ Bretanha , minha irmã , cujas altas virtudes espero de Sua Magestade se empreguem em ajudar ao Principe meu filho , nesta administração dos Infantes seus sobrinhos , os quaes lhe deixo muito encarregados , confiando , que na educação delles me pague aquelle amor , e obsequio , que sempre me deveo , e tambem o que deve a este Reyno , em que nasceo , e se creou. Ao Principe encomendo os meus Criados , que me tem servido , e muito em especial lhe lembro o Duque , e Camaristas , que com tanto amor , fidelidade , e acerto , me tem assistido , assim à minha Pessoa , como na administração do governo , para que os remunere , como por suas qualidades , e bons serviços tem merecido. Mando , que tanto , que eu falecer se me digão seis mil Missas por minha alma , e no dia de meu falecimento , se digão quinhentas Missas cada anno , se puder ser , em Altar privilegiado. Mando , que se digão cinco Missas quotidianas por minha alma , e para ellas se depute a renda necessaria. Ponhão-se a juro cincoenta mil cruzados , e do rendimento delles se daraõ cada anno cento e cincoenta mil reis a cinco cativos , trinta a cada hum , para seu resgate , e para casamento de tres orfãos cincoenta mil reis a cada huma , e o restante se repartirá por Criados pobres , começando pelos , que serviraõ a minha mesma Pessoa , em quanto viverem , e depois se terá tambem respeito a seus filhos. Encomendo muito o cumprimento deste meu Testamento ao Principe D. João meu filho , e à Senhora Rainha da Graõ Bretanha minha irmã , aos quaes nomeyo por meus Testamenteiros , e ao Duque , e Marquez de Alegrete encarrego a execução , do que o dito Principe , e a Senhora Rainha nesta materia dispuzerem. O meu corpo será sepultado na Igreja de S. Vicente de Fóra , junto do Tumulo da minha



nha sobre todas muito amada, e prezada mulher D. Maria Sofia Isabel, que está em gloria. E porque tenho, que fazer algumas disposições particulares, que por justas razões se não puderaõ escrever por hora neste Testamento, as mandey escrever em hum papel de fóra, escrito pela letra do Padre Sebastião de Magalhaens, meu Confessor, e por mim asinado, o qual quero, que se cumpra, e valha, como parte deste Testamento. Fóra do matrimonio houve hum filha chamada D. Luiza, que hoje está casada com o Duque D. Jayme, meu muito amado, e prezado sobrinho, e do meu Conselho de Estado, mando ao Principe, e Infantes meus filhos, que a honrem, e accrescentem em merces como pedem as obrigações do sangue, e as virtudes de D. Luiza; e posto que para o dito casamento foy dotada, com o que lhe dey quando a primeira vez casou com o Duque D. Luiz, quero, e hey por bem, que por minha morte lhe dê o Principe hum ja joya digna da pessoa, que a dá, e de quem a recebe. Prometti fazer hum Capella a S. Benedicto, na Igreja de S. Francisco de Xabregas, mando, que se faça logo, no caso, que eu em vida o não mande fazer. Por evitar duvidas, que podem offerecerse sobre a fórma, com que se deve succeder na Casa, que instituo para o Infante D. Francisco, declaro, que acontecendo, o que Deos não permita, que o Principe D. João faleça sem filhos, ou se extingua a linha de sua descendencia, e que por esta causa deva succeder na Coroa o Infante D. Francisco, ou algum seu descendente, neste caso, ordeno, e mando, como Rey, que assim os bens da Casa do Infantado, como todos os mais, que a ella estiverem vinculados, conforme esta minha instituição, se não possão unir, nem incorporar na Coroa, e quero, que se conservem sempre separados, e que passem logo ao filho varão segundo genito do dito Infante D. Francisco meu filho, e esta mesma ordem de succeder, se observará, e hey por repetida em todos seus descendentes, que succederem na Coroa destes meus Reynos. E succedendo tambem, o que Deos não permita, que o Infante D. Francisco meu filho faleça sem descendentes, ou se extingua a sua linha, neste caso, ordeno, e mando, que a successão da sua Casa faça transito, e se devolva logo ao Infante D. Antonio meu filho, e em falta delle a seus descendentes; e quando delle os não haja, terá intransia nesta successão o Infante D. Manoel meu filho, e em falta delle seus descendentes; e em todos os successores, que o forem desta Casa, hey por repetidas as condições, e disposições declaradas nesta minha instituição, para que na fórma dellas se deva sempre regular a de succeder. E porque os bens, de que instituo este vinculo são da Coroa, para que em nenhum caso obste a fórma de succeder, que tenho dado, às disposições da Ley Mental, hey por bem dispensallas, e derogallas nos casos desta disposição para sempre, usando para este fim do meu poder Real, e absoluto. Encomendo muito aos Reys meus successores, que tendo filhas procurem, quanto for possivel, casallas com os successores desta Casa, para que assim se conserve, e augmentamente o esplendor della. Ordeno, e mando, aos que servirem a

pessoa

peessoa do Infante D. Francisco meu filho, seja remunerados os seus serviços, como feitos à Coroa; e aos mais Criados, que a diante servirem os successores desta Casa encomendo aos Reys meus successores attendaõ aos seus serviços, para os favorecerem, e ampararem. E porque nas vocações, que tenho feito para a successão do vinculo, que instituo, faço menção de descendentes, declaro, que he a minha vontade, que estas vocações se haõ de entender dos descendentes, que forem legitimos, nascidos de legitimo matrimonio; porém no caso, que se extinguaõ todas as linhas legitimas de todos os meus filhos, succederão, e terão intransia neste vinculo os descendentes illegitimos, e bastardos, que de mim procedem. E nesta fórma hey por acabado este meu Testamento, que de meu mando escreveo o Padre Sebastião de Magalhaens, meu Confessor, e mo fez presente, e o asliney. Guarda 19 de Setembro de 1704.

REY.

*Approvaçãõ.*

Saibaõ quantos este publico Estromento de approvaçãõ de Testamento virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, de mil e setecentos e quatro, aos dezanove do mez de Setembro do dito anno, nesta Corte, e Cidade da Guarda, no Palacio onde estava aposentado o muito alto, e muito poderoso Rey, e Senhor nosso, D. Pedro Segundo, onde eu Diogo de Mendoça Corte-Real, Secretario de Estado do mesmo Senhor, presente estava, com faculdade, e ordem do dito Senhor concedida pelo Decreto junto para fazer este acto de approvaçãõ em publica fórma, e logo na sua Real Camera me foy entregue pelo dito Senhor da sua Real mão à minha, o Testamento a traz escrito em seis meyas folhas de papel, em que entrava esta, e me disse o mesmo Senhor, que aquelle era o seu Testamento, que queria se cumprisse, e guardasse como nelle se continha, o qual de seu mandado escrevera o Padre Sebastião de Magalhaens, seu Confessor, e que por estar conforme a sua Real vontade, o aslinara, e mandou lho approvasse quanto de direito era necessario, e que faltandolhe alguma solemnidade a havia por supprida como Rey, e Senhor, de seu poder Real, e absoluto. O qual Testamento eu Diogo de Mendoça vi, e naõ achey nelle, que tivesse borraõ, entrelinha, ou vicio algum, que duvida fizesse, e só na segunda meya folha achey por cima a palavra *esta*, e na quinta a palavra, e *valha*, e satisfazendo eu Secretario às solemnidades, e perguntas necessarias na fórma da Ley, como pessoa publica para este acto especialmente nomeado no dito Decreto, approvey o dito Testamento tanto quanto posso, e devo, e houve por approvado na fórma, que o Direito requiere, sendo a tudo presentes, como testemunhas; o Duque de Cadaval, o Marquez de Alegrete, o Marquez de Marialva, o Conde de Villa-Verde, o Conde de Vianna, todos do seu Conselho de Estado, e outro sim o Conde de Villar-Mayor, o Con-



o Conde de Assumar, D. Rodrigo de Mello, Francisco de Mello, Monteiro môr, D. Lourenço de Almada, que todos comigo assina-  
raõ: e eu Diogo de Mendoça Corte-Real, que o approvey, e escre-  
vi de meu publico final em raço. = Diogo de Mendoça Corte-  
Real. = Marquez de Alegrete. = D. Lourenço de Alrada. = O  
Marquez de Marialva. = O Conde de Villa-Verde. = O Conde de  
Assumar. = Francisco de Mello. = D. Rodrigo de Mello. = Du-  
que. = O Conde Fernando Telles da Silva. = O Conde Estribeiro  
Môr. =

*Abertura.*

Aos nove dias do mez de Dezembro de mil e setecentos e seis,  
no Paço de Alcantara, em Conselho de Estado, me foy entregue  
pelo Padre Sebastião de Magalhaens, o Testamento cerrado delRey  
D. Pedro II. nosso Senhor, que Deos tem, e estando em Conselho  
de Estado, os Duques, Marquez de Cascaes, Marquez de Marialva,  
Conde da Castanheira, Conde de S. Vicente, Conde de Alvor,  
Conde Estribeiro môr, D. Francisco de Sousa, por especial ordem,  
que tenho de Sua Magestade, que Deos guarde, abri o Testamento  
referido, o qual estava cozido com retrós verde, com cinco pontos,  
tendo hum pingo de lacre vermelho em cima de cada hum delles,  
e he escrito em seis meyas folhas de papel, em que entra esta, to-  
das escritas, excepto esta pagina, sem borraõ, ou risca alguma, e  
só por cima da meya folha segunda se vê a palavra em cima *esta*, e  
na quinta a palavra *valha*, e toda a letra he clara, e intelligivel, e  
todo o referido póрто por fé, por especial ordem, que tenho de  
Sua Magestade, que Deos guarde, para fazer este termo. D. Tho-  
más de Almeida, Secretario de Estado, o escrevi de minha letra, e  
o affino. D. Thomás de Almeida.

*Decreto.*

Tenho com o favor de Deos disposto da minha ultima vontade,  
e ordeno o meu Testamento, que mandey escrever pelo Padre  
Sebastião de Magalhaens, meu Confessor, e para fazer o acto da sua  
approvação, hey por bem de nomear a Diogo de Mendoça Corte-  
Real, que nesta jornada serve de meu Secretario de Estado, e para  
este effeito lhe concedo os poderes, e authoridade, que de direito se  
requere, para que legal, e validamente se possa fazer o dito acto de  
approvação, sem embargo de qualquer Ley, que em contrario haja,  
porque todas hey por derogadas para este effeito, como se de cada  
humas dellas fizesse expressa, e especial menção. Guarda 19 de Se-  
tembro de 1704. Rubrica de Sua Magestade.

*Papel del Rey D. Pedro II. de que faz menção no seu Testamento, tirado dos manuscritos do Duque de Cadaval.*

Num. 79. **D**Eclaro, que fóra do matrimonio tive dous filhos de mulheres defobrigadas, e limpas de toda a nação infecta, hum se chama An. 1704. D. Miguel, e outro D. Joseph, ambos se crião em casa de Bartholomeu de Soufa Mexia, encomendo ao Principe lhes dê aquelle estado, que for mais conveniente, e decente a suas pessoas, como a irmãos seus, em que vivaõ com aquella abundancia, que não se vejaõ obrigados a necessitar de outra protecção mais, que da sua; e porque o dito Bartholomeu de Soufa Mexia me tem servido com fidelidade, e zelo, em todas as occupaões, que lhe encarreguey, particularmente na boa educação dos ditos meus filhos, encomendo muito especialmente ao Principe, que attenda aos seus merecimentos, e serviços, para o honrar, e lhe fazer merce. Ao Principe encomendo favoreça, e ampare todos os meus Criados, e que não os conservando no seu serviço lhes dê os mesmos ordenados, e mezadas, que eu lhes dava, de qualquer calidade, ou cor, que sejaõ, para que possaõ sustentar-se limpamente, conforme a graduação de suas pessoas, e que na repartição das esmolas, que mando fazer do rendimento dos cincoenta mil cruzados, que se haõ de pôr a juro, pela verba do meu Testamento, tenhaõ preferencia aquelles, que o mesmo Principe sabe, que eu me dava por mais bem servido delles, e que no numero dos Criados entrem tambem os Escravos, os quaes declaro por livres depois do meu falecimento. Ao Padre Sebastião de Magalhaens mandey fazer estas declarações, que assiney. Guarda 19 de Setembro de 1704.

REY.

*Carta, que o Principe Regente escreveu aos Cabidos, quando succedeo o roubo do Santissimo Sacramento, na Igreja de Odivellas.*

Num. 80. **D**Eaõ, Conegos, Dignidades, e Cabido da Sé do Porto. Eu o An. 1671. Principe vos envio muito saudar. Na noite de dez para onze deste mez, se escalou a Igreja da Freguesia de Odivellas, e profanando os Altares, e Imagens, abrião sacrilegamente o Sacratio, roubando o Santissimo, que nelle estava depositado. Em demonstração de sentimento de tão execrando caso, mandey, que toda a Corte tomasse luto até se restituir à mesma Igreja o Sacramento, que della foy roubado, ordenando, que em todas as Igrejas desta Cidade se expuzesse, pedindolhe com demonstrações de arrependimento das culpas, e peccados de todos, queira, por meyo destas rogativas, aplacar o rigor do castigo, que nossas culpas merecem; e porque assim he razão, que se faça em todo o meu Reyno, vos encomendo façais o mesmo, pedindo a Deos se lembre de todos aquelles, que

o ve-



o veneramos Sacramentado ; e quando por vossa via se possa descobrir algum indício de tão horrendo crime , mo façais a saber para mandar continuar as grandes diligencias , que mando fazer sobre a averiguação delle. Em Lisboa 11 de Mayo de 1671.

O PRINCIPE.

*Papel muy pio , e devoto , que ElRey D. Pedro escreveo da sua propria mão , de que vi humã copia na Livraria manuscrita do Duque de Cadaval. Está no livro 19, de papeis varios, pag. 574, donde o copiey, e principia nesta fôrma:*

*Propósitos , que com a graça de Deos proponho guardar.*

- 1 **D**E não murmurar de meus proximos , antes procurar evitar toda a murmuração. Num. 81.
- 2 De me não desculpar , ainda que me culpem.
- 3 De ser mais soffrido , não dizendo palavra , que seja de menos paciencia , e interiormente procurarey trazer à memoria motivos , que me ensinam a soffrer , e ter paciencia nas occasiões.
- 4 De ser mortificado no comer , não me queixando quando não estiver bom , só procurarey acodir à necessidade , conforme os meus achaques , e conformarme quando for de meu gosto , sem queixa , antes às vezes direy , que me fação algumas cousas de differente modo , do que gosto.
- 5 Ter cuidado de me mortificar em tudo o que for licito , e pudér , com a graça Divina.
- 6 De mortificar nas repugnancias , fazendo o mesmo , em que a tiver , e não dizendo palavra , que seja nascida della , e pôr para isto algumas considerações , que me refreem.
- 7 Não me queixarey de aggravo , que me fação , senão for com justa causa , que me obrigue a isso , ou ao Confessor para pedir conselho , e tambem me procurarey mortificar em me não queixar , do que padeço , senão for necessario , ou for mal , que me aperte , ou perguntado , excepto ao Confessor , a quem direy tudo.
- 8 De obedecer ao Confessor , no que me mandar , ou disser , especialmente nos escrúpulos , e para isto considerarey , que mo manda Deos por boca de seu Ministro ; seguilloey em tudo como quem tem as vezes de Deos na terra ; darlheey credito ao que me diz com fé viva , crendo , que Deos me falla por elle , e assim em tudo considerarey nelle a Christo , sem mais segurança , que neste Senhor , e no Confessor , por ser seu Ministro , e posto pela Igreja para o seguir.
- 9 De mortificar em tudo quanto advertir , e for licito a vontade , juizo proprio , parecer a segurança , amor proprio , e temor , e tudo o em que a minha vontade se empenhar com vehemencia , cortalla em tudo o que for justo.

io Não obrar nada com vehemencia, ainda que seja virtude, mas com suavidade; e quando fizer petições a Deos, será com menos palavras, e não com a vehemencia, que costume, querendo até nisto satisfazer-me, e será propoñdolhe minha necessidade, e pondo-me nas suas mãos com confiança, esperando d'elle só o remedio, e que me acodirá com misericordia, e quando propuzer alguma cousa, será vendo, que não posso sem ajuda de Deos, e que só poderey fazer alguma cousa dandome elle graça, e lha pedirey para obrar o que me parecer melhor exercitar.

Estes tres pontos, conforme a doutrina de meu Confessor, humildade, mortificação, e oração; a humildade, fazendo della actos continuos, pois tantos motivos tenho na miseria, e faltas, e não dizendo palavra de gavo, ou satisfação, nem de soberba, senão quando for necessario acodir por meu respeito em causa justa; a mortificação, em todas as cousas, assim nas exteriores, como em todos os impetos, sentimentos, e razoes interiores, que desdizerem da virtude, pondo diante outros motivos; a oração, procurando não faltar ao tempo, que tenho deputado para ella, e trazendo sempre a Deos presente, e procurando, que todos os sentidos, e potencias estejam ajustadas ao serviço, e agrado deste Senhor, e com as mais considerações, e motivos, que tirarey, do que vir, e me succeder, e outras considerações de Deos, ou nascidas do tromento interior, que padeço, deixando escrúpulos, e embaraços da minha imaginação, como o Padre me manda, e tomando estoutro caminho com grande cuidado nestes tres pontos, pedindo a Deos me ajude pois tão difficuloso me he, pelo que interiormente padeço.

*Breve do Papa Innocencio XI. ao Principe Regente D. Pedro, em que lhe agradece o soccorro para a guerra contra os Turcos. Está na Secretaria de Estado, donde o copiey.*

## INNOCENSIVS PAPA XI.

Num. 82. **D**ilectissime in Christo Filli noster salutem, & Appostolicam An. 1683. Benedictionem. Cùm Nòs in primis afficiat, liberale, perspetaque animi tui magnitudine dignum subsidium, quod ad publicam causam ab immanissimi hostis connatibus tuendam suppeditasti, nostrarum esse partium duximus eximias tibi, de tam pio, ac praelaro facto, laudes hiscæ tribuere, testatumque lucullentèr facere nullam à nobis dimissam iri occasionem, re ipsa declarandi propensam, gratamque nostram, hoc insigni nomine, erga te voluntatem; omnium etiàm authorem bonorum Deum ennixè rogare non omittimus, ut ingens meritum, quod apud Christiannam Rempublicam comparasti, magno cùm fœnore inexhaustæ beneficentiæ suæ largitate retributum vellit: Tibique Dilectissime in Christo Filli noster, Appostolicam Benedictionem ex interno paterni Cordis affectu impertimur. Datum



tum Romæ apud Sanctam Mariam Majorem sub Annulo Piscatoris die prima Augusti MDCLXXXIII. Pontificatus nostri Anno septimo.

Marius Spinula.

*Ley del Rey D. Pedro, sobre as Regencias, e Tutorias dos Reys, o modo, que se deve observar. Foy impressa no anno 1674.*

*Está na Torre do Tombo, no livro quinto das Leys, pag.*

*131, onde a vi.*

**D**Om Pedro por graça de Deos, Principe de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalém, Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber, que eu passey ora hum Ley por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, da qual o treslado he o seguinte.

Num. 83.

An. 1674.

Eu o Principe como Regente, e Governador destes Reynos, e Senhorios. Faço saber, aos que esta minha Ley, estabelecida em Cortes, virem, que havendo respeito às repetidas instancias, com que a Nobreza, Povo, e Clero deste Reyno, nas Cortes, que se celebraraõ nesta Cidade de Lisboa este presente anno, me pediraõ quizesse por hum Ley fundamental dar certa fórma às regencias, e tutorias. na menoridade, ou incapacidade dos Reys successores, pela perturbação, que causava ao estado politico, a incerteza da pessoa a quem tocava, e competencia dos pretendentes, pervalecendo, as mais das vezes, o que menos conviinha ao bem do Reyno, com divizaõ nos Grandes, e seus parciaes, e consecutivamente com faltas de respeito, e obediencia, com que a Monarchia se expunha ao perigo de hum total ruina, e com mais justo receyo na presente occasiaõ, em que o Reyno se achava com a privaçaõ do Senhor Rey D. Affonso Sexto, meu irmão, pela sua perpetua insanavel incapacidade, e na menoridade da Infante minha sobre todas muito amada, e prezada filha; podendo acontecer o caso de mayor embaraço, e perturbação, pela novidade delle, offerecendo juntamente os pontos, que com toda attençaõ tinhaõ examinados, e julgavaõ por necessarios, bastantes, e convenientes, para tirar toda a occasiaõ de duvida, ajustando-se ao exemplo das Leys dos Reys visinhos, e dos mais de Europa. Houve por bem descutida a materia, e importancia della, com os do meu Conselho, considerando naõ sómente a utilidade da Ley para o socego, e tranquillidade publica, mas ainda a anticipada aceitaçaõ dos Póvos, conformarme com o seu parecer na maneira seguinte.

Que faltando o Rey Regente por morte natural, deixando filho, ou filha primogenito, successor, ou successora, menos de quatorze annos, nomeando por testamento, ou escriptura Tutor, ou Tutores, que por seu filho, ou filha governem a elle, ou a elles Tu-

tores,

tores, sejaõ obrigados a obedecer todos os Vassallos destes Reynos, e Senhorios, assim, e na fórma, que deviaõ obedecer ao mesmo Rey.

Que faltando por morte natural, privação de entendimento, ou outro impedimento legitimo, o Rey Regente, e não nomeando Tutor, ou Tutores, na fórma referida, ficando Rainha viuva, mãy dos ditos menores successõres do Reyno, em taes casos ficará a Rainha sendo Tutora dos sobreditos menores, e Governadora destes Reynos, e Senhorios, porque naturalmente he a que mais os deve amar, tratar do seu augmento, e conservação, e como a tal seraõ obrigados a obedecer todos os Vassallos destes Reynos, e Senhorios, durante a dita tutella, e em quanto se não casar.

Que succedendo o não dispor o Rey defunto, nem ficar Rainha viuva, mãy do successor, ou successora, ou ficando faleceo, ou casar durante a tutella, e Regencia, em cada hum destes casos entrarão na tutella, e Regencia, os cinco Conselheiros de Estado, mais antigos no exercicio, entrando neste numero o Prelado, que entãõ se achar no Conselho de Estado, ainda que seja mais moderno, a respeito dos mais Conselheiros, com tanto, que havendo mais, que hum, preceda o mais antigo; e succedendo não se achar Prelado algum Conselheiro de Estado actual, entrará no dito numero dos cinco, com calidade de Conselheiro de Estado, o Inquisidor Geral, sendo Sagrado, e não o sendo, o Arcebispo de Lisboa, e na falta de ambos o Arcebispo de Braga, ou Evora, preferindo o mais antigo na dignidade; e havendo no Conselho de Estado Ecclesiastico, sem ser Bispo, ou Arcebispo, se regulará para a Regencia, e tutoria por sua antiguidade com os seculares, e não poderão concorrer dous irmãos, ainda que ambos sejaõ do Conselho de Estado, e mais antigos, e sómente entrará o que delles for anterior no exercicio de Conselheiro de Estado.

Havendo Infante unico, irmão do Rey, ou Principe defunto, elle, ou dos que houver, o mais velho, governará, e terá a tutella com os Conselheiros apontados, na fórma referida, que terãõ votos consultivos, sendo a decisaõ do Infante, e exceptuando porém deliberação de casamento de successor, ou successora do Reyno, paz, tregoa, liga, e alheação, de parte do Estado, porque nestes casos se seguirá o que se vencer por mais votos, e empatando, a parte a que se acostar o Infante pela calidade.

E porque presentemente se acha deposto pelos mesmos Estados, do exercicio do governo destes Reynos, e Senhorios, o Senhor Rey D. Affonso Sexto meu irmão, pela sua incapacidade, e eu Regente delles, com huma unica filha, menor de quatorze annos, jurada successora destes Reynos, e Senhorios, na falta do Senhor Rey D. Affonso, e minha, na fórma, em que eu fuy jurado; querendo prover neste caso, e nos semelhantes, que ao diante succederm, attendendo ao socego, e tranquillidade publica, concordia entre os Vassallos, e conservação do Reyno. Ordeno, que todos os casos arriba providos, em ordem à tutella, e Regencia, se entendaõ,

e pra-



e pratiquem na mesma fôrma, no caso, em que o Principe, jurado immediato successor, governando venha a falecer, nomeando Tutor, ou Tutores, por testamento, ou escritura, na menoridade do seu successor, ou successora no Reyno, por quanto este Tutor, ou Tutores, governarão com o mesmo poder, e authoridade, que os nomeados pelos Reys, e serão na mesma conformidade obedecidos por todos os Vassallos destes Reynos, e Senhorios.

Faltando nomeação nos tres casos acima referidos, morte natural, privação de entendimento, ou outro impedimento legitimo, ficando Princeza viuva, mãy dos menores successores do Reyno, em cada hum delles ficará sendo sua Tutora, e Regente destes Reynos, e Senhorios, a Princeza, mulher do dito defunto Principe, na mesma conformidade, e com as condições, com que fica disposto nas Rainhas viúvas.

Faltando o Principe sem nomear, e não ficando juntamente Princeza viuva, mãy dos ditos menores, ou falecendo, ou casando, durante a dita menoridade, governarão, e terão a tutella os cinco Conselheiros de Estado mais antigos, com a fôrma, e declarações estabelecidas no caso da morte dos Reys, sem nomeação, e sem ficar a Rainha viuva.

Havendo Infante unico, irmão do Principe defunto, este, ou dos que houver o mais velho, governará, e terá a tutella com os Conselheiros apontados, na fôrma referida, no caso da morte del-Rey, tendo votos consultivos, sendo a decisão do Infante, exceptuando porém a deliberação do casamento do successor, ou successora do Reyno, paz, tregoa, liga, ou alheação de parte do Estado, porque nestes casos se fará o que se vencer por mais votos, e empatando, a parte a que se acostar o voto do Infante, pela calidade delle.

E por evitar o inconveniente, que neste, e nos mais Reynos visinhos, a experiencia tem mostrado na duração das tutellas, e curadorias dos Reys, e Principes, seguindo o exemplo do mesmo Reyno, e dos visinhos. Mando, e estabeleço, que chegando os successores destes Reynos, e Senhorios, à idade de quatorze annos completos, ou casando a filha successora, antes delles, tomem logo o governo, cassando desde agora para então a Regencia do Tutor, ou Tutores.

E os que contravierem em todo, ou em parte, a observancia, e inteira obediencia desta Ley, serão havidos por Reos, no crime da Magestade offendida em primeira cabeça, e incorrerão em todas as penas em Direito estabelecidas, e applicadas ao dito crime. E mando ao Presidente do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Casa do Porto, e aos Desembargadores das ditas Casas, e a todos os Corregedores, Provedores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas destes meus Reynos, e Senhorios, que cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nella se contém; e ao meu Chanceller mór, que envie logo Cartas com o treslado della, sob o meu Sello, e seu final, a todos  
os

es Corregedores, Ouvidores das Comarcas destes Reynos, e aos Ouvidores das terras dos Donatarios, em que os Corregedores não entraõ por correição, para que a todos seja notorio, a qual se registará nos livros da Mesa do Desembargo do Paço, e nos das Casas da Supplicação, e Relação do Porto, onde semelhantes Leys se costumão registrar, e esta propria se lançará na Torre do Tombo. Manoel da Sylva Collaço a fez em Lisboa a vinte e tres de Novembro de seiscentos setenta e quatro. Francisco Galvão a fez escrever.

## PRINCIPE.

O Marquez Mordomo môr P.

Joaõ Velho Barreto.

Foy publicada na Chancellaria môr esta Ley de Sua Alteza, por mim D. Sebastião Maldonado, Veedor da dita Chancellaria, perante os Officiaes della, e outra muita gente, que vinhaõ a seus despachos. Lisboa 27 de Novembro de 1674.

D. Sebastião Maldonado.

*Ley, porque ElRey D. Pedro declara a fôrma, em que devem succeder no Reyno, os filhos, e descendentes do Rey, que legitimamente succeder a seu irmão, que falecesse sem successão, para que succedaõ por sua ordem, sem ser necessario approvação, ou consentimento dos Tres Estados do Reyno, derregando, sendo necessario, nesta parte as Cortes de Lamego. Foy publicada, e impressa em 1698. Está no Archivo Real da Torre do Tombo, onde a vi.*

Num. 84. **D**Om Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalém, Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a vós, que eu passley ora huma Ley por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, da qual o treslado he o seguinte.

Eu ElRey faço saber aos que esta Ley virem, que por se achar disposto na das Cortes de Lamego, que se celebraraõ no tempo do Senhor Rey D. Affonso Henriques, em que se deu fôrma à successão destes Reynos, que falecendo o Rey sem filhos, em caso, que tivesse irmão, possuhiria o Reyno em sua vida, mas que morrendo, não seria Rey seu filho, sem primeiro o fazerem os Bispos, os Procuradores, e Nobres da Corte delRey; porque se o fizessẽm Rey, o feria, e se o não elegessẽm, não reynaria. De cujas palavras,



vas, ou menos boa intelligencia dellas se póde inferir, que verificado o caso de succeder ao Rey, seu irmão, não poderá succederlhe seu filho, sem approvação, e consentimento dos Tres Estados do Reyno. É como toda a duvida, e interpretação em materia tão importante, será de muy prejudiciaes consequencias ao socego, e quietação publica, em cuja utilidade foy estabelecida a mesma Ley; a qual se encontrasse aquella boa ordem de successão, que se guarda nas mais bem governadas Monarchias, poderia ser perturbação, e ruina da mesma Coroa, de que quiz ser presidio, e segurança: Fuy servido convocar os Tres Estados do Reyno às Cortes, que actualmente estão celebrando nesta Cidade, sendo este hum dos principaes motivos, que me moveo a convocallas, por ser proprio da obrigação em que Deos me poz, e do grande amor, que tenho a meus Reynos, evitarlhes com providencia, e cuidado todo o perigo, que como contingente, nos tempos futuros póde ser possivel; e assim depois do Acto do juramento do Principe D. João, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, mandey passar Decretos aos Tres Estados do Reyno, para darem os seus consentimentos necessarios à declaração, ou derogação da Ley das Cortes de Lamego, em quanto à disposição referida. E porque os Tres Estados com aquelle grande zelo, e conformidade, que eu delles me podia prometer, não sómente consentirão, mas tambem me pedirão, que ou fosse por via de declaração, interpretação, ou sendo necessario, de derogação, se estabelecesse, que nos casos de succederem os irmãos aos Reys, que não tiverem filhos, os seus filhos, e descendentes lhes succedão por sua ordem no Reyno, como succederião sendo filhos, e descendentes de qualquer outro Rey, que não houvesse succedido a seu irmão, mas a seu pay, sem que seja necessaria approvação, ou consentimento algum dos Tres Estados do Reyno, ainda que nos ditos casos se possa considerar, que pelas palavras, ou intelligencia da Ley das Cortes de Lamego seja outra a sua disposição; porque sem embargo de que assim se considere, os Tres Estados, como aquelles em que reside o mesmo poder dos que então as estabelecerão, fazião desde logo para todo o tempo futuro firme, e solemne desistência de qualquer direito, que por ellas lhes compita, para o que deixariam seus assentos feitos com toda a legalidade na melhor fórma, que fazer se possa, conformandome com os Tres Estados do Reyno: Hey por bem, que na fórma referida, differindo à petição dos Tres Estados, e por consentimento delles, se haja nesta parte a dita Ley das Cortes de Lamego por declarada, e sendo necessario por derogada, de maneira, que daqui por diante, e para todos os tempos futuros, os filhos, e descendentes do Rey, que legitimamente succeder a seu irmão, que falecesse sem elles, devem succeder por sua ordem, sem ser necessario approvação, ou consentimento dos Tres Estados do Reyno, não obstante as ditas Cortes, as quaes em tudo o mais ficam em seu vigor. E nesta fórma, por ser estabelecida para socego do Reyno, mando, e ordeno ao Principe meu sobre todos muito amado, e prezado filho, e bem assim a todos os outros successores, que

forem desta Coroa, que assim o fação observar, não admittindo outra alguma interpretação, por ser esta a que por conveniencia, e quietação da Monarchia se ajustou com os Tres Estados do Reyno. E mando outro fim ao Regedor da Casa da Supplicação, Presidente, e Desembargadores da Mesa do Desembargo do Paço, Governador da Relação, e Casa do Porto, Desembargadores das ditas Casas, Corregedores, e Julgadores, e a todos meus Vassallos, que agora são, e ao diante forem deste Reyno, que assim o tenham entendido, e nos casos occurrentes o fação executar. E tudo o que em contrario se obrar fique desde agora para então, como se feito não fora; porque esta Ley, e disposição quero, que seja firme em quanto o Mundo durar. E para, que venha à noticia de todos, mando ao meu Chanceller mór do Reyno, a faça publicar em minha Chancellaria, e enviar a copia della a todos os Julgadores das Comarcas, sob meu Sello, e seu final, para que assim o fação executar, como nella se declara, e se registará nos livros do Desembargo do Paço, Casa da Supplicação, e Relação do Porto, onde semelhantes Leys se costumão registar; e esta propria se lançará nos livros da Torre do Tombo. Dada na Cidade de Lisboa aos doze de Abril. Thomás da Sylva a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos noventa e oito. Francisco Galvão a fez escrever.

REY.

Ley porque Vossa Magestade ha por bem declarar, e sendo necessario derogar a das Cortes de Lamego, em que se deu fórma à successão destes Reynos, de maneira, que daqui em diante, e para todos os tempos futuros, os filhos, e descendentes do Rey, que legitimamente succeder a seu irmão, que falecesse sem elles, succedão por sua ordem, sem ser necessaria approvação, ou consentimento dos Tres Estados do Reyno, pela maneira, que nesta Ley se declara.

Para Vossa Magestade ver.

*Decreto tirado do assento das Cortes, que se celebraraõ, por ordem delRey D. Pedro II. e principiarão em o primeiro de Mayo de 1698, para o Juramento de seu filho primogenito, o Principe D. João.*

Num. 85. **S**endo hum dos primeiros motivos, porque fuy servido chamar o Reyno às presentes Cortes, o haverse de declarar, ou derogar a Ley das Cortes de Lamego, sobre a successão do Reyno, nos filhos do Rey, que succede a seu irmão, porque pela sua disposição, ou má intelligencia, podiaõ resultar, pelo tempo futuro, inconvenientes, que fossem de grande prejuizo, e perturbação do Reyno. Encomendo ao Estado dos Póvos, seja esta a materia, de que logo comêse

An. 1697.



comêsse a tratar, porque assim o pede a sua gravidade, e importancia, e que assentando-se a fôrma, em que de direito se deve fazer a dita declaração, ou derogação, se possa, com consentimento dos Tres Estados do Reyno, estabelecer, e publicar Ley, na fôrma do estylo. Lisboa 3 de Dezembro de 1697. Rubrica.

*Resolução das Cortes.*

Vendo-se neste Congresso dos Póvos o Decreto de Vossa Magestade de 3 de Dezembro, em que Vossa Magestade foy servido ordenar, que lhe seria conveniente derogarse, ou declarar-se a Ley das Cortes de Lamego, sobre a successão do Reyno, nos filhos do Rey, que succedeo a seu irmão, evitando-se as prejudiciaes consequencias, que poderiaõ pelo tempo resultar, ou de sua intelligencia, ou de sua observancia.

Pareceo uniformemente, que a dita Ley no capitulo terceiro das ditas Cortes, se devia derogar, ficando para o futuro descido, que no caso determinado no dito capitulo, succedesse o filho primogenito, e seus descendentes, sem dependencia alguma da nova eleição dos Póvos, na mesma fôrma, e modo, que está disposto nas ditas Cortes, a respeito dos filhos, e descendentes do Senhor Rey D. Afonso Henriques, e de todos os mais Reys, que succedem a seus pays, porque em ambedes estes casos era em tudo igual a razaõ, e direito da successão, e primogenitura, sendo para o socego das Monarchias mais desejada a vassallagem, que a fogueição jura, do que a obediencia, que a liberdade escolhe; e na gloriosa descendencia de Vossa Magestade he mais infallivel dictame, pois seguramente confiaõ todos os seus Vassallos, que nesta generosa posteridade seraõ todos os Reaes successores taõ cheyos de virtudes, que pareça naõ só os escolheo a nossa fortuna, senaõ tambem a nossa obediencia, e que Vossa Magestade deve ser servido nomear tres Ministros de letras de mayor capacidade, que reduzindo a methodo conveniente a formalidade da Ley, deixem nella com toda a clareza estabelecida esta revogação, à qual dará este Congresso todo o consentimento necessario para a sua validade, e firmeza, e reconheceráõ em todas as idades estes Reynos, que naõ só devem à generosa attenção de Vossa Magestade a fortuna de lhe deixar gloriosamente restituída a Real successão, que se via quasi atinuada, senaõ tambem a ordem da mesma successão seguramente estabelecida. Lisboa 8 de Janeiro de 1698. = Marquez de Alegrete. = Paulo Carneiro de Araujo. = Francisco Galvão. = Esta Consulta affinaraõ os mais Procuradores, que se acharaõ presentes.

*Resolução de Sua Magestade.*

Como pareceo ao Estado dos Póvos, e me pedio mandasse fazer assento por Ministros de letras de toda a supposição, o qual mandey remetter ao Estado da Nobreza, para o affinar, e mandar ao dos Póvos, pelo qual affinado se passará ao Ecclesiastico, que o

remetterá à Secretaria de Estado , e na fórma delle se passará a Ley.  
Lisboa 17 de Março de 1698.

*Bulla da Ereccão da Igreja de S. Salvador da Bahia , em Metro-  
politana , tirada da Secretaria de Estado.*

Num. 86.  
An. 1676.

**I**nnocentius Episcopus servus servorum Dei : Ad perpetuam rem  
memoriam. Inter Pastoralis Officij curas quo per ineffabilem Di-  
vinæ Majestatis Providentiam Universalis Ecclesiæ regimini præpositi  
sumus illam peculiari affectu , & sollicitudine libentè amplectimur  
qua Fides Orthodoxa in animis hominum , vel gignitur , vel jam ge-  
nita nutritur , defenditur , & roboratur , ac Christi Oves , & Domi-  
nicus grex quem Coelestis Pater suo Sanguine redemit , & in unius  
Sanctæ Ecclesiæ Catholicæ unitatem adunavit ab incurfibus debachan-  
tium adversariorum immunes redduntur quorum quo major est à Ca-  
pite distantia eo vigilantior debet esse super eos nostra Apostolica  
sollicitudo propterea eorum Civitates , & loca , quæ post longas igno-  
rantia tenebras Spiritus Sancti cooperante gratia verum Christi lu-  
men , & cognitionem receperunt specialibus prerogativis , gratijs , &  
facultatibus prosequi , eorumque Ecclesias jam fundatas dignioribus  
titulis exornare decrevimus maximè id sublimium Principum expof-  
centibus Votis prout in Domino salubritè expedire conspiciamus , sa-  
nè Ecclesia Sancti Salvatoris Brasiliensis , quæ de Jure patronatus pro  
tempore existentium Portugalliæ , & Algarbiorum Regum Illustrium  
ex Privilegio Apostolico cui non est hætenus in aliquo derogatum  
esse dignoscitur , & cui bonæ memoriæ Stephanus Episcopus Brasili-  
ensis dum viveret præsidebat per obitum dicti Stephani Episcopi qui  
extra Romanam Curiam debitum naturæ persolvit Pastoris solatio  
destituta Nos vacatione hujusmodi fidedignis relationibus , intellecta  
providi , vigilisque Pastoris more considerantes quod ex omnibus Re-  
gionis Brasiliæ locis , quæ Portugalliæ , & Algarbiorum Reges à bar-  
baris , & gentilibus , alijsque feris nationibus habitata post varios su-  
dores , & impensas , propter eà factas dictioni suæ subegerant Civitas  
Sancti Salvatoris in Bahia Omnium Sanctorum ob illius amplitudinem  
cultiores Civium mores , agri fertilitatem , aeris benignitatem , ac  
populi frequentiam , & commercium prima erat , & postquam Reges  
ipsi vastissimas Provincias , ac Oppida , Portus , & loca in illis parti-  
bus suis viribus , ac diuturnis , & frequentibus bellis , periculisque fe-  
licissimè acquisiverant , & ab hereticorum Hollandorum manibus recu-  
peraverant , eorumque populos Divini , humanique juris eatenus ex-  
pertes opera , & ministerio variorum Religiosorum , & aliorum vitæ  
probata virorum abjectis indè Sathanæ tenebris , & Idolatriæ , ac Gen-  
tilitatis , heresumque erroribus ad Fidem Catholicam extrà quam nul-  
la est salus , & cognitionem veri luminis , quod est Christus , & San-  
ctum Baptismatis lavacrum , Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium alli-  
ci curaverant dictam Civitatem tanquam Regiam suam , & Proregum  
suorum Sedem , illiusque Dioecesim sumptuosis Dei Templis , Monas-  
terijs ,



terijs, Xenodochijs, & sacris locis, necnon Ministris Ecclesiasticis locupletaverant, & ornaverant, & dilectus filius nobilis Vir Petrus Regnorum Portugalliae, & Algarbiorum Princeps, & Gubernator praedictorum Regum vestigia, & exempla secutus ad illas Regiones plurimos verbi Dei Praedicatores, & alios doctrina, vitaeque integritate insignes Viros pro spirituali salute animarum praecipua quadam sollicitudine, & industria assidue laborantes notabili impensa saepius miserat quorum concionibus, exemplis, & monitis conversos in eadem Fide instrui, & confirmari studuerat, & à Fide abhorrentes dum expellere, vel salutaribus armis confuderat, vel procul arcuerat, eisque rationibus Religio Christiana Divina favente Clementia eis in locis sic longe, lateque propagabatur, ut ad eos adhuc debiles in Fide confirmandos, retinendosque, & in doctrina indigentes erudicendos, & ad bonum Pastorem qui pro eis animam suam posuit reducendos, majoraque Ecclesiastica seminaria plantanda novorum Praesulum institutio omnino expediens videatur postquam in illis partibus quantumvis longissime, & latissime protendantur nulla Metropolitana Ecclesia existit ad quam illarum Incolae super eorum quarellis, & appellationibus iustitiae complementum obtenturi recurrere possint, sed illi ad Venerabilem fratrem nostrum Archiepiscopum Ulixbonensem in Regno Portugalliae existentem Metropolitanum inde remotissimum confugere, vel jura sua indefensa coguntur relinquere quo sit, ut saepe numero quamplurimi ad illicita procliviores sint, excessusque, & crimina impunita remaneant. Attendentes igitur quod tam difficile sit per tam latam, tamque diffusam dioecesim ad unum tantum pro iustitia consequenda à personis Ecclesiasticis, & secularibus recursum habere matura super hoc cum Venerabilibus fratribus nostris Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalibus deliberatione praehabita, necnon praedicto Petro Principe, & Gubernatore supplicante, ac Venerabilis etiam fratris nostri moderni Archiepiscopi Ulixbonensis ad hoc expresso accedente consensu dictam Civitatem Sancti Salvatoris Archiepiscopali, & Metropolitana praelatione, & titulo dignam judicantes de consilio, & assensu, & potestate similibus ad Omnipotentis Dei laudem, & honorem, & Orthodoxae Fidei exaltationem, necnon totius Militantis Ecclesiae gloriam Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiae eatenus suffraganeam Ecclesiae Ulixbonensi Civitatem, & Dioecesim praedictas, & dilectos filios, earum Clerum, & populum à Provincia Ulixbonensi, cui etiam Metropolitico jure subesse dignoscuntur Apostolica auctoritate perpetuo seppregamus, dividimus, & separamus, illaque omnia à pro tempore existente Archiepiscopi, & dilectorum etiam filiorum Capituli, & praedictae Ecclesiae Ulixbonensi superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione, prorsus eximimus, & liberamus, necnon Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiae nuncupando cum Pallij, & Crucis delatione, ac omnibus, & singulis alijs insignijs, honoribus, juribus, privilegijs, & prerogativis, Ecclesiae, & Sedis Metropolitanae nomine, titulo, & honore decoramus, necnon praedictis Ecclesiae, & Civitati Sancti Salvatoris de Bahía, Sancti Sebastiani, & de Olinda nuper  
Oppi-

Oppida, & per Nos etiam hodie in Civitates, illorumque Ecclesias in Cathedrales erecta pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Sancti Salvatoris de Bahia suffraganeis, qui tanquam membra Capiti eidem Archiepiscopo jure metropolitico sub sint, & Provinciæ Sancti Salvatoris da Bahia Provincialibus, quorum singulorum causæ ad dictum Archiepiscopum Sancti Salvatoris de Bahia juxta Sacrorum Canonum Statuta referantur, de simili consilio etiam perpetuò concedimus, & assignamus, & quoad Archiepiscopalia Metropolitana jura sub jicimus, decernentes ex tunc irritum, & inane si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ seggregationis, divisionis, separationis, exemptionis, liberationis, erectionis, institutionis, decorationis, concessionis, assignationis, subjectionis, & decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire, si quis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum, Anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo septuagesimo sexto, sexto decimo Kalendas Decembris, Pontificatus nostri anno primo. Lo-co ✠ Plumbi. D. Ciampinus.

*Bulla da Erecção do Bispado do Rio de Janeiro, tirada da Secretaria de Estado.*

Num. 87. **I**nno centius Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei An. 1678. memoriam. Romani Pontificis Pastoralis sollicitudo in supremo Apostolicæ potestatis Solio ex Omnipotentis Dei Providentia constituta ad ea potissimum dirigitur, per quæ Salvatoris nostri Jesu Christi æterni Patris unigeniti fides, & gloria indies magis augetur, & multiplicatur, qui ubi messem multam esse conspexit operationum penuriam attendens Ministrorum suorum curas varijs diei horis ad opera mittere, non destitit cum & ipse, ut homines salutaris vitæ cœlestis Patriæ cultores efficeret de summis cœlorum ad hujus mundi infima, & in Sacrosanctæ Crucis ara pro nostra salute in præteritum immolari dignatus sit, cujus cum licet vices geramus in terris inter multiplices curas, quæ ex Apostolico munere nobis incumbere dignoscimus illa præsertim cordi nostro est, ut multiplicata messe agri, & dominici cultores multiplicentur quorum assiduis operibus, & fructuosis ministerijs fructus spiritualis ad centesimum usque augeatur, & populus Christianus eisdem Rectoribus gubernetur quos Pastor æternus sui operis Vicarios esse disposuit, propterea piissimi Patris familias partes favorabiliter implere exoptamus, sanè cum in Regno Brasiliæ in ea parte quæ Rivus Januarij appellatur inter cætera unum Oppidum Civitas nuncupatum Sancti Sebastiani Brasiliensis Diocesis quater mille circiter focularibus constans Regum Portugalliæ dominio subiectum, & in eo una Parochialis Ecclesia sub ejusdem Sancti Sebastiani invocatione, in qua Missa, & alia Divina Officia, & Ecclesiastica



ca Sacramenta administrantur aeris salubritate, ac populi fræquentia, & commercio pluribus Virorum Monasterijs, Incolisque generis nobilitate, litterarumque, & annorum gradibus decoratis insigne reperitur quod à Civitate Sancti Salvatoris Bahiæ, usque ad ea remotum sit, ut Christianorum multitudo divino cooperante Spiritu Sancto ita coalluerat, ut Episcopus Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existens ad illud, ejusque fines, citrà periculum transmeare ac aliorum singulorum vultus, ut Episcopum decet inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum gregem Dominicum curæ suæ commissum exercere nequeat, & postquàm Reges ipsi vastissimas Provincias, Oppida, portus, & loca in illis partibus summis viribus, & diuturnis, ac frequentibus bellis periculisque felicissimè acquisiverant, & ab hereticorum Hollandorum manibus recuperaverant, eorumque populus divini, humanique juris eatenus expertes opera, & ministerio variorum Religiosorum, & aliorum vitæ probatæ virorum, abjectis indè Sathanæ tenebris, ac idolatriæ, & gentilitatis, hæresumque erroribus ad Fidem Catholicam extrà quam nulla est salus, & cognitionem veri luminis quod est Christus, & Sanctum Baptismatis lavacrum, Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium allici curaverant dictam Civitatem tanquam Regiam suam, Proregum suorum Sedem, illiusque Diocesim sumptuosis Dei Templis, Monasterijs, Xenodochijs, & sacris locis, necnon Ministris Ecclesiasticis locupletaverant, & ornaverant, & dilectus filius nobilis Vir Petrus Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum Princeps, & Gubernator prædictorum Regum vestigia, & exempla sequutus ad illas Regiones plurimos verbi Dei Prædicatores, & alios doctrina, vitæque integritate insignes Viros pro spirituali salute animarum, præcipua quadam sollicitudine, & industria assiduè laborantes notabili impensa sæpiùs miserat, quorum concionibus, exemplis, & monitis conversos in eadem Fide instrui, & confirmari studuerat, & à Fide abhorrentes dùm expediebat, vel salutaribus armis confuderat, vel procul arcuerat, eisque rationibus Religio Christiana Divina favente clemencia eis in locis sic longè latèque propagabatur, ut ad eos adhuc debiles in Fide confirmandos, retinendosque, & doctrina indigentes erudiendos, & ad bonum Pastorem qui pro eis animam suam posuit redducendos, majoraque Ecclesiastica seminaria plantanda novorum Præfulum institutio omninò expediens; præterea difficile sit tam latam, tamque diffusam Diocesim ad unum tantum pro justitia consequenda à personis Ecclesiasticis, & secularibus recursum habere. Nos qui hodiè ex certis tunc expressis causis matura super hoc cùm Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus deliberatione præhabita, necnon prædicto Principe, & Governatore, per ejus litteras Nobis ad hoc humiliter supplicante, Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ eatenus suffraganeam Ecclesiæ Ulixbonensi, & dictas Civitatem, & Diocesim, necnon dilectos filios earum Clerum, & populum à Provincia Ulixbonensi cui tunc Metropolitico jure suberant, ac Oppidum de Olanda cùm certis terminis inferiùs specificandis, & certis limitibus distinguendi ab eadem Diocesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod post

hac

hac inibi tres Dioeceses essent perpetuò seggregavimus, divisimus, & separavimus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Dioecesanam Oppidum prædictum de Olinda cùm suâ Dioecesi, ac etiam Clero, & populo ab Archiepiscopi, etiam pro tempore existentis, ac Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione moderni Venerabilis etiam fratris nostri Archiepiscopi Ulixbonensis ad hoc accedente consensu prorsùs eximimus, & liberavimus, necnon Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ, certo tunc expresso modo Pastoris solatio destituta in Metropolitanam, ac Sedem Episcopalem in Archiepiscopalem, Archiepiscopalisque, & Metropolitanæ Ecclesiæ Sedem, & Provinciæ caput pro uno Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ nuncupando, necnon Oppidum de Olinda prædictum in Civitatem, ac Ecclesiam sub invocatione Sancti Salvatoris ejusdem Oppidi de Olinda in Cathedralam pro uno Episcopo de Olinda nuncupando, qui Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existenti Metropolitico jure creximus, & instituimus, necnon Sancti Salvatoris de Olinda Ecclesiæ sic in Cathedralam Ecclesiam erectæ Oppidum de Olinda prædictum sic in Civitatem creditum pro Civitate, & alia Oppida Castra, Villas, territoria, & districtus dictæ Provinciæ de Pernambuco ab Arce Searâ inclusivè per oram maritimam, & terram intùs, usque ad flumen Sancti Francisci quod interviêt pro termino inter Dioecesim de Olinda, & Dioecesim Sancti Salvatoris de Bahiâ pro sua Dioecesi, & illius Clerum, Incolas, habitatores, & populum pro suis Clero, & populo concessimus, & assignavimus prout in diversis etiam confectis litteris plenius continetur dictum Oppidum Sancti Sebastiani Episcopali, & Civitatis denominatione, & titulo dignum judicantes de eorundem fratrum nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu similibus, ac de Apostolicæ potestatis plenitudine, ac prædicto Petro Principe, & Governatore humiliter supplicante Oppidum Sancti Salvatoris prædictum cùm certis terminis inferiùs specificandis, & certis limitibus distinguendis ab eadem Dioecesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod post hac tres inibi Dioeceses existant auctoritate Apostolica perpetuò segregamus, dividimus, & separamus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Dioecesanam Sancti Sebastiani Oppidum prædictum cùm infra-scripta sua Dioecesi, ac etiam Clero, & populo, ab Archiepiscopi, etiam pro tempore existentis, ac Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione attento, consensu dicti moderni Archiepiscopi Ulixbonensis prorsùs eximimus, & liberamus, necnon Oppidum prædictum Sancti Sebastiani in Civitatem, & Parochialem Ecclesiam Sancti Salvatoris ejusdem Sancti Sebastiani prædicti Oppidi in Cathedralam pro uno Episcopo Sancti Sebastiani nuncupando, qui illi præsideat, & illius fructuras, & ædificia ampliari, & ad formam Cathedralium Ecclesiarum redigi faciat,



ciat, & in dicta Ecclesia Sancti Sebastiani, & Civitate, ejusque Dioecesis tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cum cura, & sine cura quot in eis pro Divino cultu, & dictæ Ecclesiæ Sancti Sebastiani servitio, & Ecclesiastici Cleri decore ipsi Episcopo Sancti Sebastiani videbuntur convenire de prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Regum prædictorum consilio, & assensu, & pravia cujuslibet congrua dotatione ab ipsis Petro Principe, & Regibus Portugalliæ facienda quàm primùm fieri poterit, erigat, & instituat, necnon Episcopalem jurisdictionem, & potestatem exercere omnia, & singula quæ ordinis quæque jurisdictionis, aut cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & quæ alijs in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & Dominijs constituti Episcopi in suis Ecclesijs, Civitatibus, & Dioecesibus facere possunt, & debent, facere liberè, & licitè possit, & debeat, ac in eadem Sancti Sebastiani sic erecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cum Sede, præminentijs, honoribus, privilegijs, & facultatibus quibus aliæ Cathedralis Ecclesiæ hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut alias utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere possunt, & poterunt quomodolibet in futurum, necnon Episcopali, & Capitulari Mensis, alijsque Cathedralibus insignijs ad Omnipotentis Dei laudem, & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ, totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam, & Fidei Catholicæ exaltationem consilio, & auctoritate similibus perpetuò erigimus, & instituimus, & Sancti Sebastiani Oppidum hujusmodi Civitatis, illiusque Incolas civium nomine, titulo, & honore decoramus, necnon eidem Sancti Sebastiani Ecclesiæ Oppidum Sancti Sebastiani prædictum sic in Civitatem Sancti Sebastiani erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, ac districtus dictæ Provinciæ Rivi Januarij à Capitaniam Spiritus Sancti inclusivè, usque ad flumen de Plata per oram maritimam, & terram intus pro sua Dioecesi, & illius Clerum, Incolas habitatores, & populum pro suis Clero, & populo concedimus, & assignamus, non obstante alia separatione, seu dismembratione ejusdem Provinciæ Rivi Januarij olim facta cum erecta fuerit in administrationem spirituales à sanctæ memoriæ Gregorio XIII. Prædecessore nostro per litteras datas xix. Julij, millesimo quingentesimo septuagesimo sexto, necnon Ecclesiæ prædictæ Sancti Sebastiani, ejusque Mensæ Episcopali prædictæ pro ejus Dote redditibus annuos duorum millium & quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ per ipsum Petrum Principem assignatos quam quidem summam idem Petrus Princeps de suis proprijs, ac pro tempore existentium Regum Portugalliæ redditibus, & specialiter de illis, qui ex ipsa Regione Brasiliæ percipiuntur gratiosè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtulit, & solvere quotannis promisit, seu premitit similiter perpetuò applicamus, & appropriamus, & insuper Petro Principi, & Governatori, ac pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis Jus patronatus, & præsentandi infra annum personas idoneas ad dictam Ecclesiam Sancti Sebastiani, videlicet Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici

tam pro hac primâ vice, quàm quoties illam deinceps quovis modo etiam apud Sedem Apostolicam vacare contingerit per Nos, & pro tempore existentem Romanum Pontificem hujusmodi in ejusdem Sancti Sebastiani Ecclesiæ Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias præficiendum ad majorem verò post Pontificalem, & Principales, ac alias Dignitates, Canonicatus, & præbendas, necnon beneficia erigenda etiam per Petrum Principem, & pro tempore existentes Reges hujusmodi ex bonis eorum merè laicalibus congrue dotanda tam ab eorum primæva erectione postquam erecta, & dotata fuerint, quàm ex tunc deinceps quoties illa quibuscumque modis, etiam ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem eandem vacare contingerit pro tempore existenti Episcopo Sancti Sebastiani prædicto, similiterque cum ad præsentationem prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum facta intra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & præbendis, ac beneficijs instituendis eadem auctoritate perpetuò reservamus, & concedimus. Decernentes Jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro Principi, & Governatori, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis ex meris foundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem, etiam Consistorialiter quacumque ratione derogari non posse, neque derogatum censeri, nisi ipsius Petri Principis, & Governoris, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovis modo derogetur, derogationes hujusmodi cum indè secutis nullius roboris, efficacæ, vel momenti fore, sicque per quoscumque Judices, & Commissarios quavis auctoritate fungentes, etiam ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Viceque Legatos, Sedisque Apostolicæ Nuncios, & causarum Palatii Apostolici Auditores sublata eis, & quibuscumque alijs quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, auctoritate judicari, & definiri debere, necnon irritum, & inanè si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contingerit attentari; Non obstantibus præmissis præsertim, quod Ecclesia Sancti Salvatoris Brasiliensis prædicta vacaret, & Pastore suo destituta reperiretur Lateranensis Concilij novissimè celebrati Uniones perpetuas, & ab Ecclesiasticis membra distingui, ac dividi prohibentes nostra, & Cancellariæ Apostolicæ Regulis de non tolendo jure quæsito, alijsque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, necnon Ulixbonensis, & Sancti Salvatoris de Bahia Ecclesiarum prædictarum juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis institutis, & consuetudinibus contrarijs quibuscumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ seggregationis, divisionis, separationis, exemptionis, liberationis, erectionis, institutionis, decorationis, concessionis, assignationis, applicationis, appropriationis, reservationis, & decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumperit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ  
apud



apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo septuagesimo sexto, sexto decimo Kalendas Decembris, Pontificatus nostri anno primo. Loco ✕ Plumbi. D. Ciampinus.

*Bulla da Erecção do Bispado de Pernambuco, tirada da Secretaria de Estado, donde a copy.*

**I**nnocentius Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Ad Sacram Beati Petri Sedem in plenitudine potestatis meritis licet imparibus assumptis mentis nostræ aciem ad ea potissimum dirigimus per quæ grata, & accepta sinceræ Fidei, & perpetuæ devotionis obsequia Christo Domino Regi, & Redemptori nostro exhibita promoventur, & præcipuè cum ab ijs qui valdè distitas ab hac alma Urbe Regiones incollunt impenduntur quorum pietatem indies magis, ac magis augeri in Domino latamur, eorumque augmenta Apostolica benignitate, & vigilantia juvare summopere optamus quapropter cum ad hoc maxime conducat, ut Christi fidelium greges aptis Pastorum ministerijs regantur, ut quo magis eorum numerus crescit, horum etiam curas multiplicetur, sanè cum in Regno Brasiliæ, in Provincia Pernambuci ultra alia notabilia loca unum locum Civitas nuncupatum de Olinda Brasiliensis Diocesis, à sex millibus Christianorum inhabitatum Regum Portugalliæ dominio subiectum, & in eo una major Ecclesia sub Sancti Salvatoris invocatione, in qua Missæ, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur aëris salubritate, ac populi frequentia, & commercio, pluribusque Virorum Monasterijs, Incolisque generis nobilitate litterarum, & armorum gradibus decoratis insigne reperiatur, quod à Civitate Sancti Salvatoris Bahiæ usque adeò remotum sit, & Christianorum multitudo Divino cooperante Spiritu Sancto ita convaluerat, ac Episcopus Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existens ad illud, ejusque fines citrà periculum transmeare, ac alias singulorum vultus, ut Episcopum decet inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum gregem Dominicum curæ suæ commissum exercere nequeat, & postquam Reges ipsi vastissimas Provincias, Oppida, Portus, & loca in illis partibus summis viribus, & diuturnis, & frequentibus bellis, periculisque felicissimè acquisiverant, & ab hereticorum Hollandorum manibus recuperaverant, eorumque populus Divini, humanique juris eatenus expertes opera, & ministerio variorum Religiosorum, & aliorum vitæ probatæ virorum abjectis inde Sathanæ tenebris, ac idolatriæ, & gentilitatis, hæresumque erroribus ad Fidem Catholicam extrà quam nulla est salus, & cognitionem veri luminis quod est Christus ad Sanctum Baptismatis lavacrum, Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium allici curaverant dictam Civitatem tanquam Regiam suam Proregum suorum Sedem, illiusque Dioecesim sumptuosis Dei Templis Monasterijs, Xenodochijs, & sacris locis, necnon Ministris Ecclesiasticis locupletaverant, & ornave-  
rant, & dilectus filius nobilis Vir Petrus Regnorum Portugalliæ,

Num. 88.

An. 1678.

& Algarbiorum Princeps, & Gubernator prædictorum Regum vestigia, & exempla sequutus ad illas Regiones plurimos verbi Dei Prædicatores, & alios doctrina, vitæ integritate insignes Viros pro spiritali salute animarum præcipua quadam sollicitudine, & industria assidue laborantes notabili impensa sæpius, miserat quorum concionibus, exemplis, & monitis conversos in eadem Fide instrui, & confirmari studuerat, & à Fide abhorrentes dum expediebat, vel salutaribus armis confuderat, vel procul arcuerat, eisque rationibus Religio Christiana Divina favente clementia eis in locis sic longè, latèque propagabatur, ut ad eos adhuc debiles in Fide confirmandos, retinendosque, & doctrina indigentes ad unum tantum pro justitia consequenda à personis Ecclesiasticis, & secularibus recursum habere, Nos qui hodie ex certis tunc expressis causis matura super hoc cum Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus deliberatione præhabita, necnon prædicto Petro Principe, & Gubernatore per ejus litteras Nobis ad hoc humiliter supplicante Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ eatenus suffraganeam Ecclesiæ Ulixbonensi, & dictas Civitatem, & Dioecesim, necnon dilectos filios earum Clerum, & populum à Provincia Ulixbonensi cui tunc Metropolitico jure suberant, ac Oppidum Sancti Salvatoris cum certis terminis inferius specificandis, & certis limitibus distinguendis ab eadem Dioecesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod posthac inibi tres Dioceses essent perpetuò seggregavimus, divisimus, & separavimus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Dioecesanam Oppidum prædictum Sancti Sebastiani cum sua Diocesi, ac Clero, & populo ab Archiepiscopi etiam pro tempore existentis, ac Capituli, & prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione moderni Venerabilis etiam fratris nostri Archiepiscopi Ulixbonensis ad hoc accedente consensu prorsus exemimus, & liberavimus, necnon Ecclesiam Sancti Salvatoris Bahiæ certo tunc expresso modo Pastoris solatio destitutam in Metropolitanam, ac Sedem Episcopalem Archiepiscopalisque, & Metropolitanæ Ecclesiæ Sedem, & Provinciæ caput pro uno Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ nuncupando, necnon Oppidum Sancti Sebastiani prædictum in Civitatem, ac Parochialem Ecclesiam sub invocatione ejusdem Sancti Sebastiani prædicti Oppidi ejusdem Sancti Sebastiani in Cathedralem pro uno Episcopo Sancti Sebastiani nuncupando, qui Archiepiscopo Sancti Salvatoris Bahiæ pro tempore existenti Metropolitico jure subessent ereximus, & instituímus, necnon Sancti Sebastiani sub invocatione ejusdem Sancti Sebastiani Ecclesiæ, sic in Cathedralem Ecclesiam erectæ Oppidum Sancti Sebastiani prædictum sic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, ac districtus, dictæ Provinciæ Rivj Januarij à Capitania Spiritus Sancti inclusivè, usque ad flumen de Plata per oram maritimam, & terram intus pro sua Diocesi, & illius Clerum, Incolas, habitantes, & populum pro suis Clero, & populo concessimus, & assignavimus prout in diversis etiam

confectis



confectis litteris plenius continetur dictum Oppidum de Olinda Episcopali, & Civitatis denominatione, & titulo dignum judicantes de eorundem fratrum nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu, ac de Apostolica potestatis plenitudine similibus, ac prædicto Petro Principe, & Governatore humiliter supplicante Oppidum de Olinda prædictum cum cæteris terminis inferius specificandis, & certis limitibus distinguendis ab eadem Diœcesi Sancti Salvatoris Bahiæ, ita quod posthac tres inibi Diœceses existant auctoritate Apostolica perpetuò seegregamus, dividimus, & separamus, illaque omnia à pro tempore existentis Archiepiscopi, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis, necnon quoad legem Diœcesanam de Olinda Oppidum prædictum cum infra-scripta sua Diœcesi, ac etiam Clero, & populo ab Archiepiscopi etiam pro tempore existentis, & Capituli, ac prædictæ Ecclesiæ Sancti Salvatoris Bahiæ superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione attento consensu dicti moderni Archiepiscopi Ulixbonensis prorsus eximimus, & liberamus, necnon Oppidum prædictum de Olinda in Civitatem, & dictam Ecclesiam sub invocatione Sancti Salvatoris prædicti Oppidi in Cathedralam pro uno Episcopo de Olinda nuncupando qui illi possideat, & illius structuras, & ædificia ampliari, & ad formam Cathedralium Ecclesiarum reddigi faciat, & in dictis Ecclesia Sancti Salvatoris, & Civitate de Olinda, ejusque Diœcesi tot Dignitates, Canonicatus, & præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cum cura, & sine cura quot in eis pro Divino Cultu, & dictæ Ecclesiæ de Olinda servitio, & Ecclesiastici Cleri decore ipsi Episcopo de Olinda videbuntur convenire de prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Regum prædictorum consilio, & assensu prævia cujuslibet congrua dotatione ab ipsis Petro Principe, & Regibus Portugalliæ facienda quàm primum fieri poterit erigat, & instituat, necnon Episcopalem jurisdictionem, & potestatem exercere, omniaque, & singula, quæ ordinis quæque jurisdictionis, aut cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & qui alij in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & dominijs constituti Episcopi in suis Ecclesijs, Civitatibus, & Diœcesibus facere possunt, & debent facere liberè, & licitè possit, & debeat, ac in eadem de Olinda sic erecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cum Sede præeminentijs, honoribus, privilegijs, & facultatibus quibus aliæ Cathedralles Ecclesiæ hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut alias utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti potiri, & gaudere possunt, & poterunt quomodolibet in futurum, necnon Episcopali, & Capitulari Mensis, alijsque Cathedralibus insignijs ad Omnipotentis Dei laudem, & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ, totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam, & Fidei Catholicæ exaltationem consilio, & auctoritate similibus perpetuò erigimus, & instituimus, & Sancti Salvatoris de Olinda Ecclesiam Cathedralis, & de Olinda Oppidum hujusmodi Civitatis, illiusque Incolas Civium nomine titulo, & honore decoramus, necnon eidem Ecclesiæ Sancti Salvatoris de Olinda Oppidum de Olinda prædictum sic in Civitatem de Olinda erectum  
pro

pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, & districtus dictæ Provinciæ de Pernambuco ab Arce Searâ inclusivè per oram maritimam, & terram intus, usque ad flumen Sancti Francisci, quod inserviet pro termino inter Dioecesim de Olinda, & Dioecesim Sancti Salvatoris de Bahia pro sua Dioecesi, & illius Clerum, Incolas, habitatores, & populum pro suis Clero, & populo concedimus, & assignamus, non obstante alia separatione, seu dismembratione ejusdem Provinciæ de Pernambuco olim facta cum erecta fuerit in administrationem spiritualem à sanctæ memoriæ Paulo V. Prædecessore nostro per litteras datas V. Julij millesimo sexcentesimo quattodecimo, necnon Ecclesiæ prædictæ Sancti Salvatoris de Olinda, ejusque Mensæ Episcopali prædictæ pro ejus dote redditus annuos duorum millium, & quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ per ipsum Petrum Principem assignatos, quam quidem summam idem Petrus Princeps de suis proprijs, & pro tempore existentium Regum Portugalliæ redditibus, & specialiter de illis qui ex ipsa Regione Brasiliensi percipiuntur gratiosè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtulit, & solvere quotannis promisit, seu promittit, similiter perpetuò applicamus, & apropiamus, & insuper Petro Principi, & Governatori, ac pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis jus Patronatus, & præsentandi personas idoneas infra annum ad dictam Ecclesiam de Olinda, videlicet Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici tam pro hac primâ vice, quàm quoties illam deinceps quovis modo etiam apud Sedem Apostolicam vacantem contigerit per Nos, & pro tempore existentem Romanum Pontificem hujusmodi, in ejusdem de Olinda Ecclesiæ Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias præficiendum ad majorem verò post Pontificalem, & principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & præbendas, necnon beneficia erigenda, & per Petrum Principem, & pro tempore existentes Reges hujusmodi ex bonis eorum mere laicalibus congruæ dotanda, tam ab eorum primava erectione, postquam erecta, & dotata fuerint, quàm ex tunc deinceps quoties illa ex quibuscvis modis, etiam ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem eandem vacare contigerit pro tempore existenti Episcopo de Olinda prædicto similiterque cum ad præsentationem prædicti Petri Principis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum facta infra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficijs instituendis eadem auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus, decernentes jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi prædicto Petro Principi, & Governatori, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis ex maris foundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem etiam consistorialiter quacunque ratione derogari non posse, neque derogatum censerì, nisi ipsius Petri Principis, & Governatoris, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovis modo derogetur, derogationes hujusmodi cum indè secutis nullius roboris, efficaciam, vel momenti



momenti forè , sicque per quoscumque Judices , & Commissarios quavis auctoritate fungentes , & ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales , etiam de Latere Legatos , Vice-Legatos , Sedisque prædictæ Nuncios , & causarum Palatij Apostolici Auditores sublata eis , & à quibulvis alijs quavis aliter judicandi , & interpretandi facultate , & auctoritate judicandi , & definiendi delere , necnon irritum , & inane si secùs super his à quoquam quavis auctoritate scienter , vel ignoranter contigerit attentari non obstantibus præmissis præsertim quod Ecclesia Sancti Salvatoris Brasiliensis prædicta vacet , & Pastore suo destituta reperiatur , ac Lateranensis Consilij novissimè celebrati uniones perpetuas , & ab Ecclesijs membra distingui , ac dividi prohibentis , & nostra , ac Cancellariæ Apostolicæ clausula de non tolendo jure quæsito , alijsque Constitutionibus , & Ordinationibus Apostolicis , necnon Ulixbonensis , & Sancti Salvatoris de Bahia Ecclesiarum prædictarum juramento , confirmatione Apostolica , vel quavis firmitate alia roboratis institutis , & consuetudinibus contrarijs quibuscumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ seggregationis , divisionis , separationis , exemptionis , liberationis , erectionis , institutionis , decorationis , concessionis , assignationis , applicationis , appropriationis , reservationis , concessionis , & decreti infringere , vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei , ac Beatorum Petri , & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo septuagesimo sexto , sexto decimo Kalendas Decembris , Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi. D. Ciampinus.

*Bulla do Papa Innocencio XI. da Ereccão do Bispado do Maranhão , Estado do Brasil. Está no Archivo da Mesa da Consciencia , e Ordens , no livro dos ff. pag. 239 vers. donde a tirey*

**I**Nnocentius Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei Num. 89.  
memoriam super universas orbis , Ecclesias , Deo disponente , qui An. 1677.  
cunctis imperat , & cui omnia obediunt , quanquam finè meritis constituti levamus in circuitu agri dominici oculos nostræ mentis more pervigilis Pastoris inspecturi quid Provinciarum , & locorum quorumlibet statui , & decori , quidvè illorum Incolarum animarum saluti congruat disponi debeat , Divinoque fulti præsidio dignum , quin potius debitum arbitramur in irriguo militantis Ecclesiæ agro novas Episcopales Sedes plantare , ut per hujusmodi novas plantationes populares augeatur devotio , Divinus floreat cultus , Ecclesiastica admittrentur Sacramenta , ac animarum ipsarum salus subsequatur , locaque ipsa dignioribus titulis illustrentur , & Populi eorum Præsulum assistentia , regimine , & doctrina suffulti cum Apostolicæ auctoritatis amplitudine , & Orthodoxæ Fidei augmento proficiant semper in Domino ,

mino, & quod in temporalibus sunt adepti, non careant in spiritualibus, præsertim cum id piorum, ac nobilium Principum devotio exposcit. Cùm itaque dilectus filius nobilis Vir Petrus Portugalliæ, & Algarbiorum Princeps, & Gubernator pio præponderans affectu, quod Populi illius partis Brasiliæ, quæ nuncupatur Provincia de Maragñano, attenta longissima distantia à Civitate Bahiæ Omnium Sanctorum residentia Episcopi Brasiliensis, cujus est Dioecesis, & ad illam difficilimo accessu multa incommoda præcipuè circa confectionem olei sancti administrationem Sacramenti Confirmationis, & exercitium officii Pastoralis passi jam sunt, ut indies patiuntur, & opera, ac ministerio variorum Religiosorum, & aliorum doctrina insignium, & vitæ approbatorum Virorum, quos idem Petrus Princeps Progenitorum suorum vestigia secutus nullis parcens laboribus, & expensis ad Verbum Dei inibi, illarumque partium Incolas, & habitatores ad Fidem Catholicam, extra quam nulla est salus perducendos, studiosissimè transmitti curaverat, Divina cooperante gratia infinitæ propemodum gentes Divini, humanique juris eatenus expertes, discussis indè Satanæ tenebris ad cognitionem veri luminis, & Sanctum Baptismatis lavacrum, Sanctæque Matris Ecclesiæ gremium accesserunt, & indies magis accedunt, eisque rationibus Religio Christiana in illis partibus sic longè, lateque propagata sit, ut Episcopus Brasiliensis pro tempore existens ad illam, ejusque fines citrà grave periculum transmeare, ac singulorum vultus, ut Episcopus decet inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum exercere nequeat, attendens, quod in dicta Provincia Maragñani ultrà alia notabilia loco reperiatur unum Oppidum Civitas nuncupatum Sancti Ludovici à bis mille Christi Fidelibus inhabitatum, & Regum Portugalliæ dominio subiectum aeris salubritate, ac Populi frequentia, & commercio, pluribusque Virorum monasteriis insigne cujus Incolæ generis nobilitate, litterarumque, & armorum gradibus decorantur, & in dicto Oppido Sancti Ludovici una Ecclesia Matrix, & principalis, alteris inibi existentibus Ecclesiis maior, sub invocatione nostræ Dominae Victoriæ, in qua per Vicarium, & nonnullos Presbyteros propriis redditibus ex arario Regio viventes Missa, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur jam pridem erecta, & fundata existit, proptereaque dictum Oppidum Sancti Ludovici à Dioecesi Brasiliensi dismembrari, & in Civitatem, dictaque Ecclesia in Cathedralē erigi, & in ea Catholicum Antistitem, & Pastorem proprium institui, qui illos adhuc debiles in ipsa Fide confirmare, & maiora Ecclesiastica seminaria plantare, Dominicique Ovilis septa ædificare, cæteraque Pontificalia omnia in illis partibus exercere possit, & debeat, omninò expediret, cùm præsertim in compluribus Oppidis, & locis ejusdem Provinciæ de Maragñano multæ, & diversæ Ecclesiæ, ac Virorum monasteria, aliaque sacra loca fundata, & erecta reperiuntur, devotionis suæ zelo ductus, populisque in illis partibus degentibus consulere plurimum exoptasset. Nos matura super his cùm Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus, habita deliberatione dicto Petro Principe, & Gubernatore



tore per ejus litteras nobis ad hoc humiliter supplicante , Oppidum prædictum Sancti Ludovici Episcopali , & civili titulo dignum judicantes , piisque dicti Petri Principis votis libenter annuentes de eorundem fratrum nostrorum consilio , & assensu , deque Apostolicæ potestatis plenitudine Oppidum Sancti Ludovici prædictum cum dicta Provincia Maragñani , ac omnibus suis Castris , Oppidis , Villis , territoriis , & districtibus Ecclesiis , & personis , tam secularibus , quam Ecclesiasticis ab ordinaria jurisdictione Episcopi Brasiliensis perpetuò segregamus , dividimus , & separamus , illaque omnia , quæ ad Legem Dioecesanam ab Episcopi Brasiliensis superioritate , jurisdictione , potestate , subjectione , visitatione , & correctione prorsus eximimus , & liberamus , ac Oppidum Sancti Ludovici prædictum Civitatis , illiusque Incolas , Civium nomine , titulo , & honore decoramus , illudque in Civitatem , quæ Sancti Ludovici denominatur , & in eodictam Ecclesiam nostræ Dominæ Victoriæ dicatam in Cathedralē Ecclesiam sub invocatione ejusdem nostræ Dominæ Victoriæ pro uno Episcopo Sancti Ludovici nuncupando , qui illi præsit , ac Ecclesiam ipsam , seu illius structuras perficiat , & ad formam Cathedralis Ecclesiæ redigi faciat , necnon in ea , & dicta Civitate , ac ejusdem Ecclesiæ Dioecesi tot Dignitates , Canonicatus , & Præbendas , aliaque Beneficia Ecclesiastica cum cura , & sine cura , quot inibi Divino Cultui , & dictæ Ecclesiæ servitio , ac Ecclesiastici Cleri decore sibi videbuntur convenire , de prædicti Petri Principis , & pro tempore existentis Portugalliæ , & Algarbiorum Regis consilio , & assensu , & prævia eorum congrua dotatione ab ipsis Petro Principe , & Regibus Portugalliæ pro tempore existentibus facienda , quam primum fieri poterit , erigat , & instituat , necnon Episcopalem jurisdictionem , auctoritatem , & potestatem exercere , omniaque , & singula , quæ ordinis quæquæ jurisdictionis , & cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt , & quæ alii in Portugalliæ , & Algarbiorum Regnis , & dominiis constituti Episcopi in suis Ecclesiis Civitatibus , & Dioecesebus facere possunt , & debent facere liberè , & licitè possint , & debeant , ac in eadem sic erecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cum Sede , præminentiss , honoribus , privilegiis , & facultatibus , quibus aliæ Cathedrales Ecclesiæ hujusmodi de jure , vel consuetudine , aut alias utuntur , potiuntur , & gaudent , ac uti , frui , potiri , & gaudere possunt , & poterant quomodolibet in futurum , necnon Episcopali , & Capitulari Mensis , aliisque Cathedralibus insigniis ad Omnipotentis Dei laudem , & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ , totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam , & Fidei Catholicæ exaltationem de similibus consilio , & Apostolicæ potestatis plenitudine Apostolica auctoritate tenore præsentium perpetuò erigimus , & instituimus , ac eidem sic erectæ Ecclesiæ Oppidum Sancti Ludovici prædictum sic in Civitatem erectum pro Civitate , & alia Oppida , Castra , Villas , territoria , & districtus dictæ Provinciæ de Maragñano à capite Nortis per oram maritimam , & terram intus usque ad Arcem de Searâ exclusivè pro Dioecesi , necnon Ecclesias pro Clero , & seculares personas in Civitate , & Dioecesi hujusmodi pro tempore

re degentes pro populo de consilio, potestate, & auctoritate similibus, etiam perpetuò concedimus, & assignamus, Civitatemque, Dioecesim, Clerum, & populum Episcopo Sancti Ludovici quoad Episcopalem ordinariam, quo verò ad Metropolitanam jurisdictionem, ac superioritatem eo quod à prædicta Ecclesia Sancti Ludovici longè facilius, atque expeditius iter sit Ulixbonensis, quam Bahiam Omnium Sanctorum, habita ratione præcipuè commodioris commercii. Undè sequitur mira opportunitas regimini animarum Archiepiscopo Ulixbonensi de dictorum fratrum consilio, & potestatis plenitudine, paribus etiam perpetuò subijcimus, necnon Mensæ Episcopali Sancti Ludovici hujusmodi pro ejus dote redditus annuos duorum millium & quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ per ipsum Petrum Principem assignandorum, quam quidem summam idem Petrus Princeps de suis propriis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum redditibus, & specialiter de iis, quæ ex ipsa Regione Brasiliensi percipiuntur, gratiosè, & irrevocabiler donavit, & obtulit, ac solvere quotannis promisit, seu promittit, similiter perpetuò applicamus, & appropriamus: Et insuper Petro Principi, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regi prædictis jus Patronatus, & præsentandi infra annum personam idoneam ad dictam Ecclesiam Sancti Ludovici, videlicet nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici, hujusmodi in ejusdem Ecclesiæ Sancti Ludovici Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias præficiendum. Ad maiorem verò post Pontificalem, & principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda, & per Petrum Principem, & pro tempore existentes Reges hujusmodi congrua dotanda tam ab eorum primæva erectione, postquam erecta, & dotata fuerint, quam ex tunc deinceps quoties illa quibuscumque modis, & ex quorumcunque etiam apud Sedem eandem vacare contigerit Episcopo Sancti Ludovici pro tempore existenti prædicti similiter per eum ad præsentationem prædicti Principis Petri, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum factam intra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis instituendis eadem auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus, ac jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro Principi, & pro tempore existenti Regi prædicto ex meris foundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem etiam consistorialiter quacunque ratione derogari non posse, nec derogatum censi, nisi ipsius Petri Principis, & pro tempore existentis Regis prædicti ad id expressus accedat assensus; & si aliter quovismodo derogetur, derogationes hujusmodi cum inde sequutis nullius roboris, efficacitæ, & momenti fore, sicque per quoscunque Judices, & Commissarios quavis auctoritate fungentes etiam ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Sedisque prædictæ Nuncios, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, sublata eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate judicari debere. Et si secus super his à quoquam quavis auctoritate

scienter,



scienter, vel ignoranter contigerit attemptari, irritum, & inane decernimus. Non obstantibus Lateranensis Concilii novissimè celebrati ab Ecclesiis membra distingui, ac dividi prohibentis, ac nostræ, & Cancellariæ Apostolicæ Regula de non tollendo jure quæsito, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis. Quibus omnibus, & singulis illis aliàs in suo robore permansuris hac vice dumtaxat harum serie specialiter, & expresse derogamus contrariis quibuscunque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ segregationis, divisionis, separationis, exemptionis, liberationis, decoris, erectionis, institutionis, concessionis, assignationis, subjectionis, applicationis, appropriationis, reservationis, concessionis, decreti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem Anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo septuagesimo septimo, tertio Kalendas Septembris Pontificatus nostri anno primo. D. Ciampinus. Loco ✠ Plumbi.

O qual treslado de Bulla de Erecção do Bispado do Maranhão, eu João de Almeida Presbytero, publico, *auctoritate Apostolica*, Notario dos approvados pelo Ordinario desta Corte, a tresladey bem, e fielmente da propria original, que me foy apresentada pelo Secretario da Mesa da Consciencia Antonio de Sousa de Carvalho, a quem a torney, e com ella em todo concorda, em fé do que o corroborey de meus sinaes, publico, e raso costumados. Em Lisboa a trinta de Outubro de seiscentos e setenta e nove annos. = Lugar do final publico, em testemunho de verdade. = João de Almeida.

*Bulla da Erecção do Bispado de Pekim. Está na Torre do Tombo, na Casa da Coroa, armario 20, maço 16, donde a copiey.*

**A**lexander Episcopus servus servorum Dei, ad perpetuam rei Num. 90.  
 memoriam. Romani Pontificis Pastoralis sollicitudo in Supremo An. 1690.  
 Apostolicæ potestatis Solio, ex Omnipotentis Dei providentia constituta ad ea potissimum dirigitur per quæ Salvatoris nostri JESU Christi, Eterni Patris Unigeniti Fides, & gloria indies magis, magisque augetur, & multiplicatur, qui ubi messem multam esse comperi, operariorum penuriam attendens, & ministrorum suorum curas, varijs diei horis ad opera mittere non destitit, cum & ipse, ut homines salutaris vitæ, & coelestis Patriæ Cultores efficeret, de summis Cælorum ad hujus mundi infima, & in Sacrosantæ Crucis Ara pro nostra salute in præteritum immolari dignatus sit, cujus cum licet immeriti vices geramus in terris inter multiplices curas, quæ ex Apostolico munere Nobis incumbere dignoscimus, illa præsertim cordi nostro est, ut multiplicata messe, etiam Agri Dominici Cultores multiplicentur, quorum assiduis operibus, & fructuosis ministerijs fructus spiritualis ad centesimum, usque augeatur, & populus Christianus

tianus eisdem Rectoribus gubernetur quos Pastor Eternus qui operis Ministros esse disposuit, propterea pijsimi Patris familias partes favorabiliter implere curamus: Sanè cum Charissimus in Christo Filius noster Petrus Portugalliae, & Algarbiorum Rex Illustris pio præponderans affectu, quod in toto vastissimo Imperio Sinnarum, in quo infinitæ propemodum gentes ad cognitionem Veri luminis, & Sanctæ Matris Ecclesiæ gremium accesserunt, unica tantum Ecclesia Cathedralis Machaonensis, quæ de jure Patronatus dicti Regis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hætenus in aliquo derogatum fore dignoscitur, reperiretur, cujus Episcopus ob locorum distantiam singulorum vultus inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum exercere nequiret, attendens quod in eodem Imperio, etiam reperiretur inter cætera unum Oppidum de Pekim nuncupatum Incollarum multitudine prædictis Christi Fidelium, ac militum, & magistratuum numero copiosè refertum, & ad quod ex omni parte Regni Sinnarum pars maxima, & ferè totius Imperij divitiæ confluunt, & merces undequaque advehuntur, & in dicto Oppido una Ecclesia Beatæ Virginis dicata, alijsque inibi existentibus major, & principalis cuj Missionarij ejusdem Lusitani Regis inseruiunt, & in qua Missæ, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur jam pridem erecta, & fundata existeret, cum Sacratio ad Divinum Cultum sufficienter instructo; proptereaque dictum Oppidum de Pekim à Dioecesi Machaonensi dismembrari, & in Civitatem dictam Ecclesiam Beatæ Virginis in Cathedralē erigi, & in ea Catholicum Antistitem, & Pastorem proprium institui, qui illos adhuc debiles in ipsa Fide confirmare, & majora seminaria planctare, Dominicique Ovillis Septa edificare, cæteraque Pontificalia omnia in illis partibus exercere possit, & debeat omninò expedire devotionis suæ Zelo ductus populis in illis partibus degentibus consuleret, plurimum exoptasset, ac Nobis super hoc per ejus litteras humiliter supplicasset; idcirco nos matura super his, cum nonnullis Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus Congregationis particularis de Propaganda Fide super rebus Indiarum Orientalium specialiter deputatæ, cui negotium dismembrationis, & erectionis hujusmodi discutiendum à nobis remissum fuerat habita deliberatione Oppidum prædictum de Pekim Episcopali, & Civili titulo dignum judicantes, pijsque dicti Petri Regis votis libenter annuentes de Venerabilium fratrum nostrorum ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu, deque Apostolicæ potestatis plenitudine Oppidum de Pekim prædictum ab ordinaria jurisdictione Episcopi Machaonensis Apostolica auctoritate tenore præsentium perpetuò seegregamus, dividimus, separamus, ac dismembramus, illudque, ac ejus Clerum, & populum quoad legem Dioecesanam ab Episcopi Machaonensis superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione prorsus eximimus, & liberamus, ac Oppidum de Pekim prædictum Civitatis, illiusque Incolas Civium nomine, titulo, ac honore decoramus, illudque in Civitatem quæ de Pekim denominatione, & in eo dictam Ecclesiam

Beatæ



Beatæ Virginis dicatam in Cathedralẽ Ecclesiã sub invocatione ejusdem Beatæ Virginis pro uno Episcopo de Pekim nuncupando qui illi præsit, ac Ecclesiã ipsã ad formã Cathedralis Ecclesiæ reddigi faciat, necnon in ea, & dictæ Civitatis, ac ejusdem Ecclesiæ Diocesi tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendæ, aliaque Beneficia Ecclesiastica cùm cura, & sine cura, quot inibi Divini Cultui, & dictæ Ecclesiæ servitio, ac Ecclesiastici Cleri decore sibi videbuntur convenire de prædicti Petri, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis consilio, & assensu, ac prævia eorum congrua dotatione quam primùm fieri poterit, erigat, & instituat, necnon Episcopalem Jurisdictionem auctoritate, & potestate exercere, omniaque, & singula, quæ Ordinis quæque Jurisdictionis, & cujuslibet altiùs muneris Episcopalis sunt, & quæ alij tam in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & Dominijs, quàm allibi cùmque constituti Episcopi in suis Ecclesijs, Civitatibus, & Diocesisibus de jure, & consuetudine, vel aliàs quomodolibet ex privilegijs, gratijs, indultis, & dispensationibus Apostolicis, quæcumque fuerint, etiam per litteras Apostolicas eis desuper nominatas, & in specie concessas auctoritate, & potestate suffulti facere, & quibus uti solent, & possunt pariformitèr æque principaliter, & absque ulla prorsus differentia, proindè, ac si sibi quoque nominatur, & in specie concessa, & expressa fuissent etiam si tallia sint, quæ specialem notam, & mentionem requirant, & sub generali concessione non veniant in sua Diocesi de Pekim facere, gerere, & exercere liberè, & licitè possit, & debeat, & pro tempore existenti Archiepiscopo Goanensi Jure Metropolitico prout antè separationem, & dismembrationem hujusmodi existerat subsit cùm Sede, & Mensa, alijsque insignijs Episcopalibus, necnon præminentijs, & honoribus, privilegijs, immunitatibus, & gratijs spiritualibus, & temporalibus, personalibus, realibus, & mixtis, quibus cæteræ Cathedrales Ecclesiæ Regnorum, & Dominiorum prædictorum similiter de jure, vel consuetudine, aut speciali privilegio, seu Indulto Apostolico, vel aliàs quomodolibet utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum de similibus consilio, & potestatis plenitudine Apostolica auctoritate prædicta, earundem tenore præsentium perpetuò erigimus, & instituimus, ac eidem sic erectæ Ecclesiæ Oppidum de Pekim sic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, & districtus dictæ Diocesis Machaonensis juxta divisiones per eundem Regem, vel per Machaonensem, ac de Pekim, & de Nanquim similiter in Civitatem erigendos Episcopos de ejusdem Regis commissione inter se faciendos pro Diocesi, necnon Ecclesiasticas pro Clero, & seculares personas in Civitatem, & Diocesim hujusmodi pro tempore, degentes pro populo de consilio, potestate, & auctoritate similibus etiam perpetuò concedimus, & assignamus, Civitatemque Clerum, & populum hujusmodi Episcopo de Pekim quoad Episcopalem, & Archiepiscopo Goanensi pro tempore existenti, quoad Metropolitica ordinariam jurisdictionem, & superioritatem de dictorum fratrum consilio, & potestatis

potestatis plenitudine paribus etiam perpetuò subjecimus, necnon Mensæ Episcopali de Pekim hujusmodi pro ejus dote redditus annuos quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ, quadrigentos ducatos auri de Camera constituentium per ipsum Petrum Regem assignandos, quam quidem summam idem Petrus Rex de suis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum hujusmodi bonis, gratiosè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtulit, & solvere quotannis promisit, seu promittit ex tunc prout ex ea die, & ex nunc postquam assignati fuerint, ut permittitur, similiter perpetuò applicamus, & appropriamus, etiam insuper Petro Regi, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus prædictis jus Patronatus, & præsentandi ad dictam Ecclesiam de Pekim videlicet Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici infra annum ob locorum distantiam tam hac prima vice, quam quoties illa deinceps quovismodo, etiam apud Sedem Apostolicam vacare contigerit per Nos, & pro tempore existentem Romanum Pontificem hujusmodi in ejusdem Ecclesiæ de Pekim Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non aliàs præficiendum. Ad majorem verò post Pontificalem ac principales, & alias Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda cum de Petri Regis, & pro tempore existentium Regum hujusmodi pariter donnis dotata fuerint tam ab eorum primæva erectione, quam ex tunc deinceps quoties illa quibuscumque modis, & ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem eandem vacare contigerit Episcopo de Pekim pro tempore existenti prædicto infra terminum à jure præfixum similiter per eum ad præsentationem Petri Regis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficijs instituendis eadem auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus. Decernentes, jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro, & pro tempore existentibus Regibus prædictis ex meris foundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem, etiam consistorialiter, quacumque ratione derogari non posse, nec derogatum censerì, nisi ipsius Petri, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovismodo derogetur, derogationes hujusmodi cum indè sequutis nullius roboris, efficaciam, & momenti fore, sicque per quoscumque Judices, etiam Commissarios quavis auctoritate fungentes, etiam Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Later Legatos, Vice-Legatos, Sedisque prædictæ Nuncios, etiam causarum Palatij Apostolici Auditores sublata eis, & eorum cuilibet aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate judicari, & definiri debere, irritum quoque, & innane quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus Lateranensis Concilij novissimè celebrati ab Ecclesiasticis membra distingui, & dividi prohibentis, ac Regula nostra de non tolendo jure quæsito, & unionibus committendis, ac valore exprimendo quantum opus sit, alijsque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, quibus omnibus, & singulis, etiam si de il-



lis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret illis aliàs in suo robore permanens hac vice dumtaxat specialiter, & expressè harum serie derogamus, contrarijs quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ seggregationis, divisionis, separationis, dismembrationis, exemptionis, liberationis, decorationis, erectionis, institutionis, concessionis, assignationis, subjectionis, applicationis, appropriationis, reservationis, decreti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentari præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Majorem, Anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo nonagesimo, quarto Idus Aprilis, Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi J. a. Sernicoli.

*Nas costas desta Bulla está o assento seguinte.*

El Rey nosso Senhor, usando da faculdade, que lhe he concedida pela Bulla, cujo transumpto está escrito na outra pagina, depois de tomadas informações das Christandades da China, e situação das Provincias daquelle Imperio, assinou para Diocese do Bispo de Pekim, as sete Provincias, que se nominaõ de Pekim, Honam, Xantum, Xansi, Xensi, Chuquiem, Leaotum, como tambem as Ilhas, que ha nas Costas das duas Provincias maritimas de Peki, e Xantum, e mais Reyno de Córea, por outro nome Chaufen, e toda a Tartaria, e esta divisaõ, como tambem da que juntamente se fez para o Bispado de Macao, por Carta de 18 de Março do anno de 1695, e para constar da dita divisaõ se fez assento nas costas do mesmo transumpto. Lisboa 2 de Janeiro de 1696.

Mendo de Foyos Pereira.

*Bulla do Papa Alexandre VIII. de separação da Cidade de Nankim, do Ordinario do Bispo de Macao. Está no Archivo da Mesa da Consciencia, e Ordens, no livro dos ff. pag. 262, donde a tirey.*

IN nomine Domini Amen. Universis, & singulis hoc præsens publicum transumpti instrumentum visuris, lecturis, & auditoris pateat evidenter, & sit notum, quod anno à nativitate Domini nostri Jesu Christi millesimo sexcentesimo nonagesimo primo, Indictione decima quarta, die verò decima octava mensis Januarii Pontificatus autem Sanctissimi in Christo Patris, & Domini nostri Domini Alexandri Divina Providentia Papæ VIII. anno ejus secundo ego Notarius

Num. 91.  
An. 1690.

infra-

infra-scriptus vidi, legi, & diligenter inspexi quasdam litteras Apostolicas sub plumbo, ut moris est, expeditas, sanas quidem, & integras, non vitiatas, non cancellatas, nec in aliqua sui parte suspectas, sed omni prorsus vitio, & suspicione carentes, quarum tenor sequitur, & est talis videlicet. Alexander Episcopus servus servorum Dei. Ad perpetuam rei memoriam. Romanus Pontifex Beati Petri Cœlestis Regni clavigeri Successor, Christiſque Vicarius cuncta mundi climata, omniumque nationum in illis degentium qualitates considerat, ac ratione discutit, & examinat diligenter propterea ex officii sui debito, salutem omnium quærens, & appetens, ea suadentibus rationibus, & causis perpetua deliberatione disponit, & ordinat, quæ Divinæ Majestati grata fore considerat, & per quæ oves suæ curæ creditæ ad Dominicum ovile conducantur, eisdem scilicet æternæ salutis pollicito præmio, nil igitur certius, & acceptius Divinæ Majestati esse censetur, quàm Catholicæ Fidei veritas ad laudem, & gloriam Divini nominis in omnibus terræ partibus suscipiat incrementa. Sanè cum charissimus in Christo filius noster Petrus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex illustris accepisset in parte Australi Regno Sinarum operâ, & ministerio variorum Religiosorum, & aliorum doctrinâ insignium, & vitæ approbatorum virorum præcipuè sollicitudine, & industria laborantium, infinitas propemodum gentes abjectis indè Sathanæ tenebris, ac idolatriæ, & gentilitatis, hæresumque erroribus ad Catholicam Christi Fidem, & Sanctæ Matris Ecclesiæ gremium amabilissimum conversas reperiri, eisque rationibus Religio Christiana in illis partibus, & Diocesi Ecclesiæ Machaonensis, quæ de jure Patronatus Regum Portugalliæ ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hætenus in aliquo derogatum, fore dignoscitur, sic longè, latèque propagata sit, ut Episcopus Machaonensis pro tempore existens ad illam, ejusque fines ob locorum distantiam transmeare, & singulorum vultus, ut Episcopum decet, inspicere, aliasque partes boni Pastoris in universum exercere nequeat, Ecclesiæ illius incolæ, & habitatores proprio noscebantur Pastore indigere, qui præsentia sua, ac Divino coeoperante Spiritu, Pontificalia omnia, in illis partibus exercere posset, & deberet. Cumque in ea parte adsit inter cætera unum Oppidum de Nankim nuncupatum amplitudine, fertilitate, & comerciorum frequentia celebre, & in dicto Oppido de Nankim una Ecclesia Beatæ Virginis dicata, altera inibi existente maior, & principalis, cui ejusdem Regis Lusitani Missionarii inserviunt, & in qua Missæ, & alia Divina Officia celebrantur, & Ecclesiastica Sacramenta administrantur jam pridem erecta, & fundata existat cùm Sacrario ad Divinum Cultum sufficienter instructo. Proptereaque dictum Oppidum de Nankim à Diocesi Machaonensi dismembrari, & in Civitatem, dictamque Ecclesiam Beatæ Virginis in Cathedralem erigi, & in ea Catholicum Antistitem, & Pastorem proprium institui, qui illos adhuc debiles in ipsa Fide confirmare, & maiora seminaria plantare, Dominice ovilis septa ædificare, cæteraque Pontificalia omnia in illis partibus exercere possit, & debeat, omninò expediret, devotionis suæ zelo ductus



ductus populis in illis partibus degentibus consulere plurimum exoptasset, ac nobis super hoc per ejus litteras humiliter supplicasset. Idcirco nos matura super his cum nonnullis Venerabilibus fratribus nostris Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus, Congregationis particularis de Propaganda Fide super rebus Indiarum Orientalium specialiter deputatæ, cui negotium dismembrationis, & erectionis hujusmodi discutiendum à nobis remissum fuerat, habita deliberatione, Oppidum præfatum de Nankim Episcopali, & civili titulo dignum judicantes, piisque dicti Petri Regis votis libenter annuentes, de Venerabilium fratrum nostrorum ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio, & assensu, deque Apostolicæ potestatis plenitudine Oppidum de Nankim prædictum ab ordinaria jurisdictione Episcopi Machaonensis Apostolica auctoritate tenore præsentium perpetuò segregamus, dividimus, separamus, & dismembramus, illudque, ac ejus Clerum, & populum quoad legem Diocesanam ab Episcopi Machaonensis superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione prorsus eximimus, & liberamus, ac Oppidum de Nankim prædictum Civitatis, illiusque Incolas, Civium nomine, titulo, & honore decoramus, illudque in Civitatem, quæ de Nankim denominetur, & in eo dictam Ecclesiam Beatæ Virgini dicatam in Cathedralis Ecclesiam sub invocatione ejusdem Beatæ Virginis pro uno Episcopo de Nankim nuncupando, qui illi præsit, ac Ecclesiam ipsam ad formam Cathedralis Ecclesiæ redigi faciat, necnon in ea, & dictæ Civitatis, ac ejusdem Ecclesiæ Diocesis tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cum cura, & sine cura, quot inibi Divino Cultui, & dictæ Ecclesiæ servitio, ac Ecclesiastici Cleri decori sibi videbuntur convenire de prædicti Petri, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis consilio, & assensu, ac prævia eorum congrua dotatione, quam primum fieri poterit, erigat, & constituat, necnon Episcopalem jurisdictionem, auctoritatem, & potestatem exercere, omniaque, & singula, quæ ordinis quæque jurisdictionis, & cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & quæ alii tam in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & dominiis, quàm alibicunque constituti Episcopi in suis Ecclesiis, Civitatibus, & Diocesibus de jure, & consuetudine, vel aliàs quomodolibet ex privilegiis, gratiis, & indultis, ac dispensationibus Apostolicis, quæcunque fuerint, etiam per litteras Apostolicas eis desuper nominatim, & in specie concessas, auctoritate, & facultate suffulti facere, & quibus uti solent, & possunt pariformiter æque principaliter, & absque ulla prorsus differentia, perinde, ac si sibi quoque nominatim, & in specie concessa, & expressa fuissent, etiam si talia sint, quæ specialem notam, & mentionem requirant, & sub generali concessione non veniant, in sua Diocesi de Nankim facere, gerere, & exercere liberè, & licitè possit, & debeat, ac pro tempore existenti Archiepiscopo Goanensi jure Metropolitico, prout ante separationem, & dismembrationem hujusmodi existerat, subsit, cum Sede, & Mensa, aliisque insigniis Episcopalibus, necnon præeminentiis, & honoribus, privilegiis, immunitati-

bus, & gratiis spiritualibus, & temporalibus, personalibus, realibus, & mixtis, quibus Ecclesiæ Cathedrales Regnorum, & dominiorum prædictorum similiter de jure, vel consuetudine, aut speciali privilegio, seu indulto Apostolico, vel aliàs quomodolibet utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum de similibus consilio, & potestatis plenitudine Apostolica auctoritate, prædicta earundem tenore præsentium etiam perpetuò erigimus, & instituimus. Ac eidem sic erectæ Ecclesiæ Oppidum de Nankim sic in Civitatem erectum pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, territoria, & districtus dictæ Dioecesis Machaonensis juxtà divisionem per eundem Regem, vel per Machaonensis, ac de Nankim, & de Pekim similiter in Civitatem erigendum Episcopos de ejusdem Regis commissione inter se faciendam pro Dioecesi, necnon Ecclesiasticas pro Clero, & seculares personas in Civitatem, & Dioecesim hujusmodi pro tempore degentes pro populo de consilio, potestate, & auctoritate similibus etiam perpetuò concedimus, & assignamus, Civitatemque, Clerum, & populum hujusmodi Episcopo de Nankim, quoad Episcopalem, & Archiepiscopo Goanensi pro tempore existenti quoad Metropolitancam ordinariam jurisdictionem, & superioritatem de dictorum fratrum consilio, & potestatis plenitudine paribus etiam perpetuò subicimus, necnon Mensæ Episcopali de Nankim hujusmodi pro ejus dote redditus annuos quingentorum cruciatorum monetæ Portugalliæ quadringentos ducatos auri de Camera constituentium per ipsum Petrum Regem assignandos, quam quidem summam idem Petrus Rex de suis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum hujusmodi bonis gratosè, & irrevocabiliter ad hunc effectum donavit, & obtulit, ac solvere quotannis promisit, seu promittit ex tunc prout ex ea die, & ex nunc postquam assignati fuerint, ut præfertur, similiter, perpetuò applicamus, & appropriamus, & insuper Petro Regi, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus præfatis jus Patronatus, & præsentandi ad dictam Ecclesiam de Nankim, videlicet nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici infra annum ob locorum distantiam, tam hac prima vice, quam quoties illa deinceps quovis modo etiam apud Sedem Apostolicam vacare contigerit per nos, & pro tempore existentem Romanum Pontificem hujusmodi in ejusdem Ecclesiæ de Nankim Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non alias perficiendo. Ad maiorem verò post Pontificalem, ac principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda, cum de Petri Regis, & pro tempore existentium Regum hujusmodi pariter bonis dotata fuerint, tam ab eorum primæva erectione, quam ex tunc deinceps, quoties illa quibuscvis modis, & ex quorumcunque personis etiam apud Sedem eandem vacare contigerit Episcopo de Nankim pro tempore existenti præfato infra terminum à jure præfixum similiter per eum ad præsentationem prædicti Petri Regis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis instituendis eadem auctoritate



auctoritate pariter perpetuò reservamus, & concedimus. Decernentes jus Patronatus, & præsentandi hujusmodi Petro, & pro tempore existentibus Regibus prædictis ex meritis foundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem etiam consistorialiter, quacunque ratione derogari non posse, nec derogatum censi, nisi ipsius Petri, & pro tempore existentium Regum prædictorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovis modo derogetur, derogationes hujusmodi cum inde sequentis, nullius roboris, efficaciam, & momenti fore. Sicque per quoscunque Judices etiam Commissarios quavis auctoritate fungentes etiam Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, Sedisque prædictæ Nuntios, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, sublata eis, & eorum cuilibet aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate judicari, & definiri debere, irritum quoque, & inane, quidquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attemptari. Non obstantibus Lateranensis Concilii novissimè celebrati, ab Ecclesiis membra distingui, & dividi prohibentis, ac Regula nostra de non tollendo jure quæsito, & unionibus committendis, ac valore exprimendo, quatenus opus sit, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, quibus omnibus; & singulis etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, illis aliàs, in suo robore permansuris hac vice dumtaxat harum serie specialiter, & expressè derogamus, contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ segregationis, divisionis, separationis, dismembrationis, exemptionis, liberationis, decorationis, erectionis, institutionis, concessionis, assignationis, subjectionis, applicationis, appropriationis, reservationis, decreti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumperit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo sexcentesimo nonagesimo, quarto idus Aprilis Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi. J. a. Sernicoli. Quas quidem litteras Apostolicas ego Notarius infra scriptus reverenter, ut decuit, ad me recipiens, ipsis visis, & perlectis, præsens publicum transumpti instrumentum in hanc publicam formam redigere curavi, signoque, & subscriptione meis solitis, & consuetis signavi, & roboravi, ut præsentì publico transumpti instrumento stetur, firmiterque credatur, ac plenaria fides adhibeatur, & adhiberi possit in judicio, & extra, perinde ac si litteræ Originales ostensæ forent. Super quibus omnibus, & singulis petatum fuit à me Notario infra scripto præsens fieri instrumentum. Actum Romæ sub anno, Indictione, die, mense, & Pontificatu, quibus supra, præsentibus ibidem dominis Joanne de Sernicolis, & Laurentio Pacioto testibus ad præmissa vocatis specialiter, atque rogatis. Præinsertæ litteræ Apostolicæ cum

fuos Originali revisæ concordant. Joseph Paolucius Officialis deputatus. B. Cardinalis Pro-Datarius. Loco ✠ Sigilli. Ita est. Seraphinus Crucianus Cancellariæ Apostolicæ Notarius Deputatus. Loco ✠ signi publici.

O qual transumpto eu Antonio de Faria Barreiros, publico Notario Apostolico approvado, bem, e fielmente aqui tresladey do proprio, que me foy offerecido, e em testemunho de verdade corroborey este de meus sinaes publico, e raso. Lisboa 27 de Janeiro de 1696. Lugar do final publico. Antonio de Faria Barreiros Notario Apostolico.

*Breve, que o Summo Pontifice Innocencio XII. escreveo a ElRey da Persia, a favor do Bispo D. Fr. Elias de Santo Alberto, e dos seus Religiosos Carmelitas Descalços, que assistiaõ na Cidade de Zulfa, tirado das Memorias da Embaixada da Persia de Gregorio Pereira Fidalgo da Sylveira.*

*Illustri ac Potentissimo Regi Persarum.*

*Illustris ac Potentissime Rex salutem, & lumen Divinæ gratiæ.*

**Num. 92.**  
An. 1696.

**I**nter eximios magnosque Rege dignos dotes, quibus insignitur celsitudo tua, præcipue sibi vindicare locum clementiam, qua Catholicæ Fidei Cultores respicis satis superque notum, & exploratumque habemus, quia vero ejusdem Fidei propagatio nostrorum summa votorum est, ab ipsamet clementia tua enixe petimus, ut Patribus Carmelitis Discalceatis, ac presertim Venerabili Fr. Eliæ Aspani celeberrimæ Regiæ tuæ Episcopo, quem summopere tibi commendamus liberam facultatem tribuas redeundi ad Urbem, ut vocatur Giulfam, à qua instante Archiepiscopo Armeno scismatico discedere coactus fuisset, intelleximus, indicta illis gravi pœna, si revertentur, firmam autem spem habentes assensurum te petitioni nostræ celsitudinæ tuæ cum ad profectam vere Fidei agnitionem, & ad omnem rerum secundarum faustitatem Dominum Dominantium, qui in altis habitat, & à quo bona cuncta procedunt propitium faventemque impense precamur.

*Carta para o Summo Pontifice, que lhe mandou ElRey da Persia, em resposta da que recebeo sua em 23 de Dezembro de 1696.*

**Num. 93.**

**P**enna de pintar grandemente subtil, penna, que destilla a melhor tinta, e com subtileza sobre o papel, amigo antigo, o maior na grandeza, Senhor de grandes, e dilatadas terras, que tem bandeira muito alta, e levantada, Senhor de recto, e justo mando, semelhante à luz, e alegria da Lua, a cuja vista se alegra tudo o que à sua presença chega, entendimento de Plataõ, coração de Aristoteles,



toteles, Emperador de grande fombra, e de grandioso exercito, justo, recto, e de grande virtude, e o mais noticioso, no que toca à Ley, que com sua sciencia alegre, satisfaz todo o entendimento, tocha, que alumea a todos os Reys Christãos, cofre de hum aljofar o mais agradavel à vista, medalha da mais resplandecente pedra preciosa, que em todas as suas occasioens satisfaz, e exemplo de rectidão, e justiça, livro de toda a politica, em o qual os mais aprendem, adorno de todos os Reys da Christandade, e mayor de todos os Reys, que veneraõ, e seguem a Deos verdadeiro, Rey firme de exercito constante, Pontifice grandioso, e justiceiro, e a mim favoravel, que sempre tenha graça, e fortuna Innocencio Papa XII. Chegou à minha mão a merce, e favor da Carta, de que Vossa Santidade me fez graça, e foy recebida de mim como vinda do Ceo, no melhor tempo, em que o meu coração a desejava; a graça que Vossa Santidade nella me pedia no tocante à firmeza das monções fogeitas à sua grandeza nestes meus Reynos, assim dos Padres, como daquelles, que lhe estão fogeitos, concedi licença, para que reedificassem a Casa, que em Julfa tinhaõ, e por respeito da amisade, e boa correspondencia, que Vossa Santidade comigo tem, sempre os favoreci, e este favor irá sempre em augmento; e na presente occasião tudo aquillo, que pertenderaõ lhe concedi por mandado meu, o qual não será revogado, e por respeito de Vossa Santidade o confirmey, e mandey aos meus grandes Reynos estabelecessem o favor, que sempre fizeraõ aos subditos de Vossa Santidade, e por amor de Vossa Santidade assim o faraõ, e sempre haja esta graça, que Vossa Santidade agora me fez de corespondencia, e amisade, que a minha he sempre firme, e antiga, e com o fundamento de quatro cantos, e tudo aquillo, que Vossa Santidade quizer póde escreverme, que não faltarey; a grandeza, Reyno, fortuna, e entendimento de Vossa Santidade, tenha firmeza em quanto o Mundo durar. Rajelo anno 1108.

*Carta do mesmo Bispo para ElRey D. Pedro II. de Portugal.*

**S**uper magnifica, & à Deo bene prosperata legatione ad Regem Num. 94.  
 Perfarum Excellentissimi Domini Gregorii Pereira Fidalgo à Sil- An. 1697.  
 veira, qua non minus Ecclesiasticæ, quam politicæ rei in his parti-  
 bus provisum est; mihi utpote maioribus hinc obligationibus adstru-  
 cto, præ omnibus incumbit, cumgratulatoriis apprecationibus amplio-  
 ris semper in omni vera prosperitate progressus condignas magestati  
 vestræ gratias referre, cum enim post reductas ad comunionem S. M.  
 Ecclesiæ præcipuas quasdam Armenorum familias in eandem unionem  
 propendente, potiori totius nationis parte, Summo Pontifici D. N.  
 Innocentio XII. complacuisse, me licet indignum ad ejusdem regi-  
 mem, Episcopum Aspahanensem constituere: ex hoc magis irritata  
 contra me factio schismaticorum in tantum efferbuit, ut post varias  
 tumultationes, mecum fratribus meis Carmelitis Descalceatis Jul-  
 pha, quæ potissima est Armeniarum Aspano Suburbana Colonia, exu-  
 lare.

lare compulerint; æquatam solo quam illic ædificare cæperamus Ecclesiam; unde consternatus per totam Persidem, Catholicos presequi non desistentes etiam funditus evertere moliabantur; qua propter, ego ad incensam Ecclesiæ petram confugere, & Sedis Apostolicæ subsidium nobis adsciscere ejusdemque interventu etiam Principum Christianorum aliquam cum hac Regia correspondentiam habentium patrocinium inclamare coactus fui, cumque huc interea appellens præfatus Serenissimæ Majestatis vestræ Legatus, inter cætera suæ legationis munia, hoc quoque Religionis Catholicæ negotium communicasset, sibi ab Excellentissimo Domino Comite de Villaverde, Indiarum Orientalium Prorege specialiter comendatum fuisse, ad efficacioris communis intenti prosecutionem, & cum Excellentissimi Domini Proregis epistola, rem omnem ad optatum exitum sic perduxit, ut currentis anni 29 Februarii, mecum cæteris Religiosis nostris Carmelitis Descalcatis, ad Residentiam nostram Julphaensem ingenti triumpho, & Catholicorum omnium jubillo reduxerit: atque ita Sedem hanc Episcopalem, & cum ea Catholicitatem per totam Persidem aliàs valde titubantem, suæ libertati, firmatque asseruerit nullis ad hoc laboribus expensive pepercit, in conciliandis magnatum favoribus, & compescendis adversantium contestationibus, tanta usus prudentia, & generositate, tam in hac, quam in aliis suis muneris expeditionibus: ut veraciter protestari valeam à viginti annis quibus in hac Regia Civitate versatus sum, solum alium quem viderim Legatum hic maiori cum splendore, & æstimatione sui Principis auctoritatem, & magnificentiam suavius, & fortius per se tullisse. Quod si Mascatenfis expeditio pro nunc ex votis non cesserit, non valentibus hoc anno Persis per laborantes annonæ penuria Regiones copias suas traducere; spes datur in proximo sælicius successurum: Si tamen pactis promissis hac tandem vice stetur, confido autem pro comperta Regum Lusitanorum pietate, & avito zelo propugnandæ, propagandæque Fidei Catholicæ desit vindicato ab infestationibus hæreticorum Ecclesiæ Christi Regno non minorem offerre pientissimo Serenissimæ Majestatis vestræ animo lætitiā, quam si debelatis hostibus temporalibus nova, & amplissima Dominia Monarchiæ suæ vindicasset. Pro quo, & Divinam majestatem exorare non cessabimus, ut abundantissima Cœlestium benedictionum effusione tam insignia sui cultus compensans obsequia, post indefectibilem Regni præsentis felicitatem, gloriosioribus meritorum cumullis auctam inmarcessibiles retribuat beatitudinis æternæ coronas. Hispaen 10 Decembri 1697.

Fr. Elias à Sancto Alberto,

Episcopus Haspanensis.



*Carta, que escreveo o Bispo de Aspaõ ao Vice-Rey da India,  
o Conde de Villa-Verde D. Pedro Antonio de Noronha.*

J. M. J.

Pax Christi.

*Excellentissime Domine, ac Patrone mi Colendissime.*

**S**uper expulsiõne mea cum fratribus meis Carmelitis Discalceatis, **Num. 95.**  
ex Aspahani suburbana Julphaensi Armeniorum Colonia, & de- **An. 1697.**  
molitione Ecclesiæ, quam ibidem ædificare cæperamus; tum literis,  
tum verbalibus informationibus Reverendorum Patrum Augustiano-  
rum, R. P. Fr. Francisci, & R. P. Fr. Constantini, jam à duobus  
circiter annis cum dimidio excellentiam vestram certiore reddideram  
protectionis quam contra persecutionem hanc, non solum hic, sed  
per totam Persidem ex hinc grassantem laboranti Ecclesiæ Catholicæ  
adferre valeret: videbis non posse efficacius aliunde malo huic adhi-  
beri remedium, quam à consiniori ditionibus his potestate, & avi-  
ta pietate Regum Poregumque Lusitanorum, quibus nihil magis esse  
cordi, quam Regni Christi propugnationem, ac propagationem, ni-  
hilque antiquius, quam ut omni ex parte integri, incolumesque fer-  
ventur, qui à Demonum Castris ad Christiana transierint, nemo est  
rerum expertus, qui pro comperto non habeat; nec vero me spes  
adeo bene fundata nullatenus fefellit; Legatus enim ad hanc Regiam,  
non minus animi, quam generis nobilitate conspicuus Excellentissi-  
mus Dominus Gregorius Pereira Fidalgo à Silveira, cum inter cate-  
ra suæ legationis munia, etiam hoc Religionis Catholicæ negotium  
singulariter ab excellentia vestra comendatum haberet, præter adhi-  
bitam in sollicitandis Rei politicæ expeditionibus, omnem operam; in-  
super Ecclesiasticæ huic incumbentiæ tam diligenter, ac tam sælici-  
ter allaboravit, ut superatis tandem, tam adversariorum oppositioni-  
bus, quam Ministrorum quorundam Regiorum præoccupationibus;  
me coexulesque fratres meos cum eximio triumpho, & ingenti Mis-  
sionariorum Apostolicorum, & Catholicorum omnium jubilo residen-  
tiæ nostræ restituerit, obtento super hoc Diplomate Regio, qui no-  
bis Ecclesiam fundandi, & quascumque Domus, aut possessiones ad  
hoc necessarias coemendi, quo pacto non parum nutantem stabilivit  
Sedem hanc Episcopalem, & speramus ex hoc etiam in toto Persa-  
rum Imperio restituendam Catholicæ Religionis libertatem, quod si  
Maschatensis expeditio in presentiarum pro voto non adeo suscesse-  
rit, non valentibus hoc anno Persis per laborantes annonæ penuria  
Regiones, copias suas traducere, spes datur in proximo sælicius suc-  
cessurum, modo tamen pactis promissis, hac tandem vice steturi; nul-  
lum ad hoc non movit lapidem Excellentissimus Dominus Legatus  
Gregorius Pereira Fidalgo à Silveira, nullis pepercit expensis, in  
omnibus

omnibus tanta prudentia , & animi vigore sui Regis præ se ferens auctoritatem , & magnificentiam , ut veraciter testificari valeam , me à viginti circiter annis quibus in hac Regia Civitate versatus sum nullum , cujuscunque nationis Legatum unquam vidisse , qui in tanta ab omnibus æstimatione , & reverentia fuerit habitus , quique Aulam hanc juris gentium circa legatorum honorificentiam , alius jam satis in observantem ad similes honoris , & condecendentia conditiones aduxerit.

*Copia da Carta del Rey da Persia , para o Conde de Villa-Verde , Vice-Rey do Estado da India , em resposta da que levou o Embaixador Gregorio Pereira Fidalgo da Sylveira , traduzida pelo Padre Fr. Antonio de Jesus , da Ordem de Santo Agostinho , e Prior do Convento , que na Corte do dito Rey tem a sua Religião , assistindo à dita traducção o Lingua , que acompanhava o Embaixador , por nome Mirza Raya.*

Deos Grande.

O que he Senhor de todo o Mundo.

Oh Mamede , oh Ali

Eu grande Rey , e poderoso escrevo.

Lugar do Sello.

Num. 96. **A**S novas , que me chegaraõ as recebi bem , e com grande affecto foraõ aceitas de mim , por serem daquelle , que tem poder sobre outros , que tem mando em o grande Reyno de Portugal , e que he Vice-Rey de Goa , Dio , Damaõ , Baçaim , e de toda a India. Dom Pedro Antonio de Noronha , Conde de Villa-Verde. Pela graça , e agrado , que em mim achou , Deos Nosso Senhor o fez grande , e poderoso , sempre tenha saude , e esteja na mesma grandeza.

An. 1697.

Saiba Vossa Excellencia , que as Cartas , que me mandou pelo Embaixador Gregorio Pereira Fidalgo da Sylveira , por respeito da amizade , graça , e limpeza do coração , de parabens de meu reynado , e successão dos grandes Reys meus antecessores , e tambem de algumas pertencções , que me representava nellas , tudo chegou à grande porta de minha Casa , à vista de meus olhos , que tem comparação com a luz do Sol ; e vendo-as eu , aquella graça , que em mim tinha , ficou sendo da grandeza de hum mar.

No particular daquelle espinho do Arabio , que não tem Ley , nem Proféta , e que sem proposito veyo entender no Porto do Congo com os meus Vassallos , e com os Ministros da sua grandeza , tambem me chegou a petição , e nesta materia , tambem o Embaixador de



de boca me praticou, e me pedio; e porque este anno não houve agua, trigo, cevada, palha, manteiga, legumes, e mais mantimentos, não pode fazerse a guerra, e também por falta de cumprimento á particula dos concertos, em que queria viessem vinte barcos, os quaes não vieraõ, e na certeza de que vinhaõ, nomeey General, abaley o meu Exercito, o qual se hia conduzindo com tanta furia, como corre o mar, e elles hiaõ andando, e enchendo a terra como a cobrem os bandos dos gafanhotes; porém pela falta, e impedimentos acima referidos, lhe foy mandado se detivessem; e aos Soldados, e barcos, que na presente monção vieraõ, mandey se retirassem, e ordeney, que para os gastos se lhe desse alguma quantia de dinheiro; e áquillo a que Deos Nosso Senhor der caminho para destruímos o inimigo Arabio, o ordenarey, e quando estiver tudo aparelhado avisarey para vir a Armada; e tudo aquillo, que Vossa Excellencia pertender, e pedir, também o farey; e ao Embaixador toda a boa cortezia, e favor lhe fiz; e a merce, que me pedio para voltar, também lha concedi; e aquella amisade, e correspondencia, que sempre houve entre nós, se augmente, e tudo o que quizer Vossa Excellencia peça, que eu não faltarey em o conceder. Rayebet Mon Raiebe (quer dizer) 20 de . . . . anno (da sua conta) 1108, que era o de 1697.

*Elegia feita pela Rainha de Portugal D. Maria Francisca Isabel de Saboya Nemours, e se conserva da sua propria mão na Livraria do Conde da Ericeira.*

**O**H Mortel enchanté des vanités du monde,  
Et charmé des plaisirs don tu crois qu' il abonde,  
Arreste icy tes pas, et considere un coeur  
Qui comme toy, dans luy fondá tout son bonheur.

Voyant ce qu' il a fait, juge si sa manie  
Doit paroître a tes yeux, ou sagesse, ou folie,  
Il suivit les plaisirs, il cherchá les grandeurs,  
Et crut ne les pouvoir jamais trouver ailleurs.

Mais au comble des Biens dont l' Univers abonde,  
Et de tous les honneurs que peut donner le monde  
Rien n' a pu le fixer dans ses desirs flotans,  
Et rien n' a jamais pu rendre ses vœux contens.

Il luy manquoit toujours quelque chose en luy même  
Pour pouvoir parvenir a ce bonheur suprême,  
Dont la flateuse idée occupoit ses desirs,  
Sous l' appas seducteur des terrestres plaisirs.

Après donc avoir fait ces diligences vaines,  
Et pour y reussir essuyé mille peines  
Il reconnut enfin que qui veut estre heureux  
N' en doit faire jamais les objets de ses vœux.

Tom. V.

R

Auslító

Num. 97.

Aussitôt il sentit un rayon de la Grace,  
 Qui de ses mouvemens fessant changer la face,  
 Chassoit la vanité qui l' avoit prévenu  
 Et déjà luy donnoit l' amour de la vertu.

Pour cet objet divin il faut tout entreprendre  
 Luy dit elle d' abord, si tu veux te deffendre,  
 De tous ces biens trompeurs qui n' ont pu te remplir  
 Et dont le faux eclat n' a fait que t' eblouir.

Cherche dans la vertu la veritable gloire  
 Ta peine aura pour prix l' honneur de la victoire,  
 Et ta correspondence égalant mes faveurs  
 Te fera surmonter les plus cuisans malheurs.

Le parti luy parut aussi grand qu' admirable,  
 Avec joye il reçoit cet offre favorable,  
 Et depuis cet instant les plaisirs d' icy bas,  
 N' ont plus pour le charmer d' agrements, ny d' appas.

La vertu luy plait seule, elle seule l' enchante,  
 Et Dieu dans ses bontés, surpassant son attente,  
 De sa puissante main, en tous temps, en tous lieux,  
 Le soutient, le protege, et previent tous ses vœux.

Regarde donc Mortel dans ce recit fidele  
 Si ta felicité ressemble a l' eternelle.

*Traducção parafrasiada da referida Elegia, feita pela Condeessa  
 da Ericeira D. Joanna de Menezes.*

## O I T A V A S.

Num. 98.

I.  
 C Egos mortaes, que a vaidade engana,  
 E do Mundo o encanto desvanece,  
 Paray, e reparay, que he gloria insana  
 A que só na lisõja permanece:  
 Os eccos de huma voz, que desengana,  
 Ouvi a hum coração, que já merece  
 Livre do engano, que julgou ditoso  
 Cantar desenganado, e venturoso.

II.  
 Consideray os passos, que a jactancia  
 Deu por lisongear o seu partido,  
 E vede se he sciencia, ou ignorancia,  
 O solido deixar pelo luzido:  
 No gosto, e na grandeza quer constancia  
 Quem enganado, quem desvanecido  
 Busca nos passatempos, e no Mundo,  
 Pompa infelice, emprego vagabundo.



III.

Fluctuante o desejo , e inquieto  
Neste do Mundo pelago inconstante ,  
Donde he onda vivente cada objecto ,  
Que sem acôrdo he no disvelo errante :  
Sendo cuidado de ignorante affecto  
Buscar satisfação , que vacillante  
Nas apparencias da fingida gloria  
Segue a vontade , e foge da memoria.

IV.

Depois que porfiando inutilmente  
Por conseguir hum bem , que o Mundo adora ,  
Que nunca no desejo he permanente  
Mágoa do Ceo em lagrimas de Aurora.  
E depois , que o cuidado impaciente  
Penas venceo , que o defengano chora ,  
De huma inutil porfia o cego intento  
Deu luz aos olhos , fé ao pensamento.

V.

Logo da graça lhe apparece hum rayo ,  
Que ao coração nova mudança intima ,  
E da verdade no suave ensayo  
Desterra os erros , e ao acerto aníma :  
Este caminho segue sem desmayo ,  
( A luz lhe dita ) a confiança estima ,  
Se de illusoens procuras a defenſa ,  
Que ao amor são estrago , ao peito offensa.

VI.

Dos luzimentos , cuja vam cegueira  
Relampagos a vista perturbavao ,  
( Dissimulando na attenção grosseira  
Os rayos , que encubertos recatavao )  
Te livravas , buscando a verdadeira  
Satisfação , que indignas te roubavao  
As ficçoens ; e seguindo a justa gloria  
Será da penna o premio , alta vitoria.

VII.

Se aceitando os favores , que não nego ,  
Reciproca em ti for a recompensa ,  
Acharás a ventura do socego ,  
Que o mayor infortunio prostre , e vença.  
O coração dedico , o peito entrego  
Sem repugnancia já , e sem defenſa ,  
Ao partido , que incluye altivo , e grave  
Assumpto illustre em attenção suave.

Des-

## VIII.

Desde este instante, quanto no universo  
 O gosto admitte, adora a vaidade,  
 He da satisfação successo adverso,  
 De que o juizo triunfa na vontade:  
 A delicia, que encanta, he mal perverso,  
 A presumpção, que alegre, he falsidade;  
 E quanto mais se anima a esta mudança  
 Se satisfaz a fé, pela esperança.

## IX.

Da mão Divina esse poder eterno,  
 Que os Ceos alegra, o Mundo remedeia,  
 De quem treme o sulfureo horrendo Averno,  
 Por quem o Sol a esfera azul passa,  
 Sustenta, e favorece no governo  
 A alma, que se lhe entrega, e não se afeia  
 Com a culpa, que infesta, abominada  
 Offusca os votos da verdade amada.

## X.

Vê pois mortal (sem que no error te cegues  
 Da advertencia os reparos venturosos)  
 Estes avisos, e à razão entregues  
 Os dictames do acerto mysteriosos,  
 Considerando, que enganado segues  
 Do Mundo os appetites mentirosos,  
 E a imitação desta advertencia minha  
 A fortuna a huma eterna te encaminha.

*A mesma Condeessa traduzio huma Canção da Rainha  
 nestes versos.*

**A** Hum Deos, que não tem mudança,  
 Que dita he viver fogueita!  
 E por quem doces sospiros  
 Repetem sem differença,  
 Senhor, na amante queixa  
 Vós só fazeis a minha dita eterna.  
**O** Amor de hum Deos tão amante  
 He isento de tibiezas,  
 E nos affectos mortaes  
 Não ha gosto sem tristeza.  
**Se** hum com defeitos, e males  
 Conduz a funebres penas,  
 E outro com eternas ditas  
 Satisfaz altas idéas,  
 Quem duvidas tivera  
 A qual se deva amante preferencia.



*Testamento da Serenissima Senhora Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya. Original está no Archivo Real da Torre do Tombo, na Casa da Coroa, na gaveta dos Testamentos dos Reys, gaveta 16, donde o copiey.*

**Num. 99.**  
An. 1683.

**E**M nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, tres Pelloas, e hum só Deos verdadeiro, em quem fielmente creyo, e em cuja Fé espero salvarme.

Eu D. Maria Francisca Isabel de Saboya, por graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhora de Guiné, da Conquista, e navegação, commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, mulher do muito alto, e do muito poderoso Senhor Rey D. Pedro, meu Senhor, e marido, estando doente neste Lugar de Palhavãa, mas em meu perfeito juizo, e entendimento, ordeney fazer meu Testamento, para dispor minhas cousas, quanto mais convenha ao serviço de Deos, e salvação de minha alma.

Primeiramente encomendo minha alma a Deos todo poderoso, que a creou, e remio com seu preciosissimo Sangue, em cujos infinitos merecimentos espero, e confio, me perdoe minhas culpas, e peccados, para poder gozar da Bemaventurança; e para este effeito tomo por minha advogada, e intercessora a gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e o Mysterio de sua Purissima, e Immaculada Conceição, para que como Padroeira deste Reyno, o seja tambem da minha alma, diante de sua Divina Magestade, juntamente com o Anjo da minha guarda, e com todos os Santos da minha devoção.

Declaro, que sou verdadeira, e fiel Catholica Romana, nascida, e creada no gremio da Santa Madre Igreja, em quem creyo bem, e verdadeiramente tudo o que ella tem, crê, e ensina, e nesta unica, e verdadeira Fé, na qual sómente ha salvação, em que sempre vivi, e espero salvarme.

Tanto, que Deos for servido levarme para si, quero, e ordeno, que meu corpo seia composto no Habito de S. Francisco, de que sou Terceira professa, e que nesta fórma, com a mais, que se dispuzer, me sepultem.

Declaro, que fiz neste Reyno huma Fundação de Religiosas Capuchinhas, da primeira Regra de S. Francisco, cujo Convento, e Igreja, desejei muito acabar, e fiz por isso o que me foy possivel, ordeno, que o dito Convento, e Igreja, na fórma da sua architectura, se acabem, e nella se faça huma sepultura, na parte, que for mais decente, onde quero descance meu corpo até o final juizo; e em quanto a obra se não acaba, será depositado meu corpo na Igreja do Noviciado da Companhia de Jesu, aonde por minha devoção eu, e ElRey meu Senhor mandámos fazer huma Capella da Conceição de Nossa Senhora.

Ordeno, e mando, por ultima vontade, que na dita Igreja da Companhia

Companhia se me faça o dito deposito, na parte, que se julgar mais decente : esperando , que os Noviços , que naquella Casa se criaõ com tanto exemplo , e virtude , teraõ cuidado de me encomendar a Deos.

Primeiramente quero , e mando , que por minha alma se me digão , com toda a brevidade , vinte mil Missas , e dellas todas as que se podérem dizer em Altares privilegiados , a que se dará de esmola o que for costume.

Ordeno mais , que por minha alma se me digão duas Missas cotidianas , na parte onde meu corpo estiver sepultado ; para as quaes se applicará a renda costumada.

Deixo à Casa do Noviciado da Companhia de Jesu desta Cidade , cinco mil cruzados por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que na parte aonde meu corpo estiver sepultado ; se me diga todos os annos hum Officio rezado de nove lições , no dia de meu falecimento.

Ordeno , e mando , que se casem vinte orfãs , as mais desamparadas , recolhidas , e honestas ; e que a cada huma se dê duzentos mil reis de dote : precedendo as filhas de Criados de minha Casa , e isto por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que com toda a brevidade possivel se resgatem de terra de Mouros tres meninos , e cinco mulheres , daquellas pessoas , que tiverem muito perigo na sua salvação , e padecessem mais rigoroso cativeiro , por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que pelas cadeas desta Cidade , aos prezos dellas , que se achem mais necessitados , se lhes repartaõ mil cruzados de esmola por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que ao Hospital de Todos os Santos desta Cidade , se dem dous mil cruzados de esmola por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que ao Provedor da Misericordia desta Cidade , que ao presente he , e ao diante for , se dem dous mil cruzados para se repartirem à sua ordem , e dos Irmãos da Mesa , por pessoas pobres , honradas , e recolhidas , por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que à Mesa dos Engeitados desta Cidade se dem de esmola dous mil cruzados por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que ao Hospital dos Terceiros de S. Francisco , da Provincia de Portugal desta Cidade , se dem dous mil cruzados de esmola por huma vez sómente.

Ordeno , e mando , que aos Padres da Congregação do Oratorio de S. Filippe Neri desta Cidade , se dem dous mil cruzados , por huma vez sómente , para a despeza das Missões.

Ordeno , e mando , que na Igreja do Espirito Santo , da Congregação do dito Oratorio de S. Filippe Neri desta Cidade , se faça huma Capella , em que se colloque a Imagem de S. Francisco de Sales , dedicada ao mesmo Santo ; e seja com aquella decencia , que parecer a meus Testamenteiros.

E porque na dita Igreja do Espirito Santo mandava dizer todos os dias duas Missas pelas almas de meus pays , he minha ultima vontade ,



tade, que se continuem; accrescentando mais huma Missa cotidiana pela minha alma, e se dirão todas tres na mesma Capella, que se fizer a S. Francisco de Sales, para as quaes se dará a renda necessaria; e em quanto se não acabar a dita Capella, se dirão as ditas Missas nos mais Altares da Igreja.

Ordeno, e mando, que à ordem do Padre Bartholomeu do Quental, se entreguem dous mil cruzados, para que elle os reparta por pessoas pobres, recolhidas, e virtuosas, e isto por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, se dem dous mil cruzados de esmola para as Missoens da China, e Japão, e isto por huma vez sómente.

D. Luiza de Dornhim veyo comigo de França, sempre experimentey nella bom serviço; em gratificação do qual, quando casou, lhe dey huma tença: peço muito a ElRey meu Senhor lha mande continuar; e porque desejo, que sua filha D. Maria Francisca tome estado à sua satisfação; quando tomar o de Religiosa, ou o de casada, se lhe daraõ tres mil cruzados por huma vez sómente.

Daocurt me servio, e porque casou por minha ordem com seu marido Manoel Daocurt: e peço a ElRey meu Senhor lhe continue a mesma tença, que eu lhe dou; e porque sua filha D. Angelica assistio a meu serviço: ordeno, e mando, se dote para tomar estado de Religiosa no Convento, que ella quizer.

Derimber me serve ha muitos annos, em satisfação dos quaes, ordeno, e mando, se lhe dem tres mil cruzados, além do despacho, que Sua Magestade for servido darlhe, e os ditos tres mil cruzados por huma vez sómente.

Votier me servio nesta doença com grande trabalho, e assistencia; e além do despacho, que Sua Magestade for servido darlhe, ordeno, e mando, se lhe dem dous mil cruzados por huma vez sómente.

De Mom me serve ha pouco tempo; além do despacho, que ElRey meu Senhor for servido darlhe; ordeno, e mando, se lhe dem mil cruzados por huma vez sómente.

Domingos de Aguiar meu Porteiro da Camera, me servio com muita assistencia, e satisfação; por cujas razoes o recomendo muito a Sua Magestade, e ordeno, e mando, se lhe dem mil cruzados por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que a João Barreto meu Reposteiro, se dem duzentos mil reis por huma vez sómente.

Ordeno, e mando, que a cada huma das moças de labor, e retrete, se dem cem mil reis por huma vez sómente.

Declaro, que todas as minhas escravas deixo forras, cujos nomes hey aqui por declarados; e encomendo a minha filha, que como forras se sirva dellas, em caso, que queiraõ.

Sempre desejey, quanto coube na humana fragilidade, servir, e agradar a ElRey meu Senhor, e marido; e porque Sua Magestade he fiel, e verdadeira testemunha do muito, que sempre o amey, não tenho nesta parte, que encarecer, só pedirlhe, que pelo reciproco

proco amor, que entre nós houve, se sirva (por me fazer merce) de querer ser meu Testamenteiro, e por tal o nomeyo (suppondo o seu beneplacito) na melhor fórma, e maneira, que em direito pôssão; e outro si nomeyo em segundo lugar a minha filha, e quero, que elles mandem cumprir, e guardar o meu Testamento, tão inteira, e pontualmente, como do seu zelo espero, e eu lhe mereço.

Instituo por minha universal herdeira de todos meus bens a Princeza D. Isabel minha unica filha, e do dito Senhor Rey D. Pedro, e a ella fica pertencendo o meu dote, que conflou de hum milhaõ de cruzados, como parece das Capitulações dotaes, com que cazei: do qual milhaõ de cruzados se deu por pago, e entregue El-Rey meu Senhor, como na verdade o estava já este Reyno, em cujas necessidades, e obrigações se dispendeo, como he notorio; e assim Sua Magestade, que Deos guarde, me he obrigado à restitução delle.

E porque a dita Princeza minha filha ha de tomar estado de casada, e ser dotada competentemente como foraõ sempre as Infantes de Portugal. He minha tenção, que casando com Príncipe, que haja de vir morar ao Reyno, logrará ella sempre o dito milhaõ, e o administrará, como seu patrimonio proprio, sem que por essa razão se lhe diminua cousa alguma do mais dote, e Casa, que El-Rey meu Senhor lhe tem dado, ou ao diante lhe quizer accrescentar.

E acontecendo, que haja de casar fóra do Reyno, he outro si minha tenção, que tenha o dito meu dote, sem que por esta razão fique desobrigado o Reyno, em todo, ou em parte, de a dotar, como se dotaõ as Infantes: as quaes clausulas ponho pela obrigação de mãy, em que estou à dita minha filha, e pelas altas virtudes, que pela bondade de Deos, concorrem em sua pessoa, sem que pareça são condições, ou encargos pôstos na sua legitima; antes pelo contrario são para mayor augmento do seu patrimonio, como de direito posso fazer.

Declaro, que eu quero, e mando, se paguem todas as minhas dividas, as quaes constarão pelos papeis de minha fazenda, que estão na Junta do meu Conselho; em esta materia ordeno ao Duque meu muito amado, e prezado sobrinho, e meu Mordomo môr, que como Vêdor de minha Fazenda, mande logo com toda a brevidade examinar as ditas dividas, não se esquecendo, de que se acabem de resolver, e ventilar as duvidas, que se moverão no Paul de Trava, situado na Villa da Chamusca: cujo negocio está no estado, que dirá o dito Duque, e a tudo o que elle differ ordeno se dê inteiro credito.

Mandey fazer huma alampada de prata, por conta da fazenda da Princeza minha filha, para a Igreja da Rainha Santa, do Mosteiro de Religiosas de Santa Clara de Coimbra; e porque a dita alampada está acabada, e em poder de Manoel de Carvalho, Escrivão da Fazenda da Casa de Bragança, peço a El-Rey meu Senhor se sirva de querer mandar, que a dita alampada seja logo levada à Igreja referida.

E por



E por quanto tenho mais algumas declarações, que fazer, e disposições, que não convem escrever neste Testamento. Declaro, e mando, que se esteja em tudo por huma memoria, que mandey escrever de fóra, que será assinada pelo Duque meu Mordomo mór, a que mando se dê inteira fé, e se cumpra tudo o que nella se achar, por quanto foy feita por ordem minha, e hey por bem, que valha, como parte deste meu Testamento.

Todos os Criados, e Ministros, que assistirão a meu serviço, o fizeram com zelo, despeza, e trabalho: dos quaes sempre me dey por bem servida. São tão grandes as pessoas, por suas calidades, e merecimentos, que me não he necessario expressallas. Peço muito a ElRey meu Senhor, e marido, queira lembrarse delles com expressa memoria, do bom serviço, que me fizeram; e porque confio da Real grandeza de Sua Magestade, que a todos fará as honras, e merces, que merecem; não tenho que lhe encarecer mais a grande consolação, que nisto me dará.

ElRey meu Senhor sabe muito bem o grande cuidado, e disvelo, com que assim nesta doença, como antes della, me tem servido, e assistido as minhas Criadas, e assim fio de Sua Magestade, que a todas tenha muito na lembrança, para as amparar, e lhes fazer merce; porém para este effeito, e para que tambem lha faça, e se sirva dellas, com a confiança, que merecem, faço especial recommendação de todas à Princeza minha filha, pois ella he melhor testemunha, do que merecem, por as ver servir, e por haverem servido tambem a ella; para que por este modo não experimentem minha falta, mas antes tenham razão de encomendarem muito minha alma a Deos.

A Marqueza de Soure me tem servido, e a minha filha com muita assistencia; e porque desejo gratificarlha, espero da grandeza de Sua Magestade o faça, além do seu merecimento, por lho eu pedir, differindolhe ao seu requerimento, que tem com Sua Magestade.

D. Leonor me servio muitos annos, e sempre com toda a satisfação, imitando a seus passados no amor, com que o fizeram aos Senhores Reys deste Reyno: peço muito a Sua Magestade, que lembrando-se de todas estas razoes, lhe diffira com brevidade a huma petição, que tem nas suas Reaes mãos.

D. Luiza Ignez tem servido a Princeza minha filha com muito amor, e disvelo, encomendo muito a Sua Magestade lhe mande sentar a merce, que lhe fez, em parte aonde a vença sem difficuldade, e de toda outra qualquer merce, que Sua Magestade e a dita minha filha fizerem à dita D. Luiza, terey grande contentamento.

Manoel Lopes da Lavre servio muito tempo de meu Thesoureiro, com boa satisfação, adiantando por muitas vezes grandes sommas de dinheiro para meu serviço, sem por isso levar lucros. Ordeno, e mando, que a sua conta se lhe ajuste, e peço a ElRey meu Senhor faça a Manoel Lopes a merce, que de sua grandeza deve esperar do bom serviço, que me fez.

Declaro, que tenho joyas, prata, e mais móveis, de que minha filha he herdeira, como tenho dito, encomendo muito ao Du-

que ponha tudo o sobredito em arrecadação, e para este effeito tomará as noticias, que lhe faltarem; e fio do zelo, que ten do meu serviço, que não carece esta materia de me deter mais nella.

Ordeno, e mando, que a todos os Conventos Capuchos, e pobres desta Cidade, que não tem rendas, por huma vez sómente se lhes dê cem mil reis a cada hum, entrando tambem as Religiosas do Sacramento, o das Irlandezas, o Oratorio de S. Philippe Neri, e aos Capuchinhos Francezes se lhe daraõ duzentos mil reis por esta vez sómente.

Na occasião, que fuy tomar os banhos das Caldas da Rainha me compadeci muito dos pobres, que se vão curar àquelle Hospital; porque como não tem rendas bastantes, se lhes não póde dar sustento necessario no tempo do seu regimento; e por esta razão sahem com os mesmos achaques, e ainda lhes sobrevem outros mayores; e assim quero, e mando, que por tempo de dous annos, depois de minha morte, se dispenda de minha fazenda todo o necessario para o sustento dos ditos pobres em quanto durar o tempo do seu regimento no Hospital. É rogo muito a ElRey meu Senhor, que impetre Breve de Sua Santidade para se applicar a esta obra pia o rendimento de huma Igreja de minha apresentação, a que for mais rendosa na minha Villa de Obidos.

A' Serenissima Senhora Duqueza de Saboya minha irmãa tive sempre tanto amor, como pedia o estreito parentesco; e de mais a tratey em todo o discurso da minha vida, com a veneração, e respeito de mãy. Peço muito à dita Senhora, e confiadamente espero della, tenha particular memoria, e lembrança minha, para me encomendar a Deos, como eu fizera por S. A. R. e em reconhecimento do seu amor lhe deixo huma joya, que já tenho apontado ao Duque meu Mordomo môr.

Não deixando eu outra coufa neste Mundo, de que possa ter lembrança, que as pessoas delRey meu Senhor, e marido, e da Princeza nossa sobre todas muito amada, e prezada filha. Acho, que não tenho necessidade de lembrar a ElRey meu Senhor o affecto paternal, que ella merece, e saberá merecer, em quanto tiver vida; porque estou certa, que Sua Magestade a ama, e estima como deve, e lhe deseja todos os augmentos. Debaixo da minha benção encomendo muito à Princeza minha filha o amor, e respeito, e obediencia, e veneração, com que deve estar sempre sogeita aos mandados, e direcções delRey seu Senhor, e pay, e o quanto deve tratar de sua vida, consolação, e alivio: tendo sempre na memoria ser esta doutrina, com que a crecy, e ser tambem esta confiança, que sempre tive de sua boa indole, e inclinação, que espero se augmente com os annos, para gosto delRey meu Senhor, e mayor bem destes Reynos.

Declaro, que sou Padroeira das duas Provincias da Piedade, e Soledade: ordeno, que logo, que Deos me levar se mandem correys a toda a diligencia aos dous Conventos Capitulares, para que se fação pela minha alma os suffragios costumados.



O Padre Pedro Pemorô, meu Confessor, me tem assistido com grande satisfação; e além disso as suas virtudes o inculcão tanto, que se faz muito digno da lembrança delRey meu Senhor, e da Princeza minha filha, e com tudo lhes recomendo muito sua pessoa; e ordeno se lhe continue com a mesma esmola, que eu lhe dava cada anno para os seus livros.

Em caso, que ElRey meu Senhor haja de escolher Ministro, ou pessoa, de que se sirva, e ajude na direcção, e execução deste meu Testamento, terey grande consolação, que seja a pessoa do Duque meu Mordomo mór, pela noticia, que tem de todas as cousas, e negocios, que me tocão; e por confiar de que quem em vida me servio com tanto zelo, o fará tambem depois da minha morte, em tudo o que pertencer a ir minha alma com mais brevidade gozar da presença de Deos.

Mando, que as Damas, que actualmente assistem a meu serviço, e ao de minha filha, tomando estado se lhes dem as joyas costumadas, por minha conta, na forma, que he uso, e costume.

E por este modo hey por acabado este meu Testamento, o qual quero, e mando se cumpra, e guarde inteiramente como nelle se contém, pelo melhor modo, e fórma, que em direito puder fer. O qual Testamento por meu mandado escreveu o Doutor Sebastião de Mattos de Sousa. E eu o dito Sebastião de Mattos de Sousa o escrevi, por mandado de Sua Magestade, e o asliney depois de o afinar a dita Senhora. Palhavãa aos vinte de Novembro de mil e seiscientos e oitenta e tres.

Declaro, que ElRey meu Senhor me disse, que me faria mercede de todas as rendas, que eu tinha em minha vida, por mais hum anno, que se começará a vencer do primeiro de Janeiro, que está para entrar; e para que as disposições deste meu Testamento tenhaõ mais prompta, e breve execução, e possa minha alma gozar das misericordias de Deos, por meyo dos suffragios, que nelle mando se me fação: peço a ElRey meu Senhor, que das rendas, que sobejão da consignação do Tabaco, me mande logo dar a importancia das minhas por emprestimo, para se pagar nellas pelo discurso do dito anno. E eu sobre dito Sebastião de Mattos de Sousa o fiz no dia acima afinado.

RAINHA.

O Doutor Sebastião de Mattos de Sousa.

Em 21 de Novembro de 1683, no Lugar de Palhavãa, em a quinta em que assiste a Rainha nossa Senhora, Termo da Cidade de Lisboa, eu o Bispo Fr. Manoel Pereira, Secretario de Estado, por ordem, e mandado especial, que ElRey nosso Senhor me deu para fazer instrumento de approvação do Testamento da Rainha nossa Senhora, fuy à camera donde Sua Magestade estava deitada em cama, e logo por as suas Reaes mãos me foy dado este Testamento cerrado, ordenandome, que lho approvasse; e perguntandolhe eu se era

este o seu Testamento, e quem lho escrevera, e se queria, que se cumprisse, me foy respondido por Sua Magestade, que este Testamento era seu proprio, e que por seu mandado o escrevera o Doutor Sebastião de Mattos de Sousa, e que depois de escrito lho lera, e Sua Magestade o affinara por estar em fôrma com tudo aquillo, que tinha ordenado, e por tal o approvava, e que só o dito Testamento queria, que valesse; e assim o rogava a ElRey nosso Senhor, e requeria a todas as Justiças, e a este acto foraõ presentes, e foraõ a elle chamados, vendo, e ouvindo tudo o que Sua Magestade respondeo, o Duque do Cadaval, Mordomo môr da Rainha nossa Senhora, o Marquez de Arronches, o Arcebispo, Inquisidor Geral, o Arcebispo de Lisboa, Capellaõ môr, o Bisconde D. Diogo de Lima, todos do Conselho de Estado de Sua Magestade, D. Francisco Mascarenhas, Estribeiro môr da mesina Senhora, o Conde Baraõ, o Conde da Castanheira, o Conde de S. Lourenço, seus Veadores, os quaes depois de Sua Magestade affinar, affinaraõ tambem este auto, e instrumento, que outro si escrevi.

## RAINHA.

O Duque. = O Conde de Miranda, Governador. = O Arcebispo, Inquisidor Geral. = O Arcebispo de Lisboa, Capellaõ môr. = Bisconde. = O Conde da Castanheira. = O Baraõ Conde. = O Conde de S. Lourenço. = D. Francisco Mascarenhas. = O Bispo Fr. Manoel Pereira, Secretario de Estado. =

A vinte e sete de Dezembro de 683, duas horas depois do falecimento da Rainha nossa Senhora D. Maria Francisca Isabel de Saboya, na quinta de Palhavãa, entregou o seu Confessor, o Padre Pedro Pemorõ, a mim Pedro Sanches Farinha, Secretario das Mercês, e Expediente, delRey nosso Senhor, o seu Testamento, o qual por mandado de Sua Magestade se abriu, em presença dos Conselheiros de Estado, havendo-se primeiro examinado, sellado, e lacrado, na fôrma das Leys do Reyno, de que fiz este termo na dita quinta de Palhavãa, em o dito dia, mez, e anno, sendo testemunhas os Conselheiros de Estado abaixo affinados. Pedro Sanches Farinha. = Duque. = Manoel Telles da Sylva. = O Arcebispo, Inquisidor Geral. = O Conde Governador. = O Conde de Val de Reis. = O Conde D. Fernando de Menezes. =

*Decreto, porque entraraõ na Ordem Militar de Christo, o Principe do Brasil, e o Infante D. Francisco. Está no livro dos Registros dos Decretos da Mesa da Consciencia, e Ordens.*

Num. 100  
An. 1696.

EM sete deste presente mez armey Cavalleiros na Capella Real, ao Principe D. João, e ao Infante D. Francisco, meus sobre todos muito amados, e prezados filhos, e em quatorze lhes mandey deitar



deitar o Habito da Ordem, e Cavallaria de Nosso Senhor Jesu Christo, no Oratorio dos Paços da Corte Real, pelo D. Prior Geral da Ordem de Christo, Fr. Feliciano de Abreu, dispensando para este effeito a falta das idades. A Mesa da Consciencia, e Ordens, o tenha assim entendido. Lisboa 27 de Abril de 1696. Com a rubrica de Sua Magestade.

*Tratado do Casamento delRey D. Joaõ o V. com a Rainha D. Maria Anna de Austria. Original, que está na Secretaria de Estado.*

**J**Oannes Dei gratia Rex Portugalliae, & Algarbiorum citra, & ultra mare in Africa Dominus Guineae, Conquisitionis, Navigationis, & Commericii Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiaeque, &c. Notum ac testatum facio universis, & singulis qui inspecturi sunt has meas litteras patentes litteras approbationis, confirmationis, & ratificationis, quod Viennae Austriae die vigesima quarta Junii anno reparatae salutis supra millesimum septingentesimum octavum per Ferdinandum Tellesium Silvium Comitem Villarmajoris Cubicularium meum intimum vigore amplae, & specialis procurationis quam ipsi concessimus; & per deputatos ministros Serenissimi, & potentissimi Principis Domini Josephi Divina favente clementia electi Romanorum Imperatoris semper Augusti ac Germaniae, Hungariae, Bohemiae, Dalmatiae, Croatiae, Sclavoniae Regis, Archiducis Austriae, Ducis Burgundiae, Stiriae, Carinthiae, Carnioliae, Wirtembergae, &c. Comitis Tirolis, & Goritiae, &c. Leopoldum Donatum Trautsohn, Comitem in Falckenstein, Liberum Baronem in Sprechen, & Schrofenstein, Dominum Dominiurum Kaja-laa ad Sanctum Hippolytum Martiniz, Kralowrz Tischechtiz, Crysaudolo, Neuschlos, Bohemo Rudolez, Goldegg, Pillahaag, & Danubialis Oppidi Aggsbach, haereditarium Provinciae Austriae Praefectum, & Comitatus Tyrolensis Mareschallum, Aurei Velleris equitem Sacrae Caesareae Majestatis intimum Consiliarium, ac Supremum Camerarium: Item Carolum Ernestum Comitem de Valdestein, Dominum in Schwigan, Munchingraz Leutschinet Augesmaiore Sacrae Caesareae Majestatis Consiliarium intimum, Camerarium, & Supremum Aulae Mareschallum Aurei Velleris equitem, necnon Joannem Fridericum Liberum Baronem de Seilern Sacrae Caesareae Majestatis intimum Consiliarium, ac Aulae Cancellarium. Demum Philippum Ludovicum Sacri Romani Imperii haereditarium thesaurarium, Comitem a Sinzendorff, & Thanhausen Liberum Baronem in Ernstbrun, Dominum in Seelowrz, & Gsell, Burgravium in Rheinegg, Supremum haereditarium Scutiferum ac Praeficorem Archiducatus Austriae infra, & supra Anasum haereditarium Pincernam in Austria ad Anasum Sacrae Caesareae Majestatis intimum Consiliarium, & Camerarium, ejusdemque Aulae Cancellarium vigore ejusmodi quoque potestatis ipsis concessae conventus, & signatus tuit tractatus matrimonialis inter me, & alte memoratum Serenissi-

Num. 101

An. 1708.

mum

num Principem Imperatorem pro Serenissima Principe Domina Maria Anna Josepha Antonia Regina nata Regia Hungariæ, Bohemiæque Principe, Archiduce Austriæ ejusdem carissima sorore, tandemque ab utraque parte in sequentes articulos convenêre.

*In nomine Sanctissimæ Trinitatis, ac Beatissimæ Deiparæ Virginis.*

Nos Ferdinandus Tellefius Silvius Comes Villarmajoris, Sacræ Regiæ Majestatis Portugalliæ à Consiliis, intimusque Cubicularius, & ad aulam Cæsaream Legatus Extraordinarius, tanquam dictæ Regiæ Majestatis Serenissimi, ac Potentissimi Principis, ac Domini Domini Joannis Quinti, Regis Portugalliæ, & Algarbiorum, citra, & ultra mare in Africa, Domini Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, & Commercii Æthiopiæ, Arabiæ, Persiæ, Indiæque, &c. Domini nostri Clementissimi in rem præsentem, & ad infra-scripta pacta dotalia destinatus Procurator, & Mandatarius, notum testatumque facimus tenore præsentium quorum interest universis, quod cum nobis prædicta Majestas Regia amplum, & solemne mandatum manu Regiæ subscriptum, ejusdemque majori Sigillo munitum, die undevigesima mensis Maij proxime elapsi anni Ulyssipone confectum dedisset, ut de matrimonio, & pactis dotalibus inter Suam Regiam Majestatem, & Serenissimam Principem, & Dominam Mariam Annam Josepham Antoniam, Reginam Regiam Hungariæ, & Bohemiæ Principem, Archiducem Austriæ, Ducem Burgundiæ, Comitem Tyrolis, cum ejusdemmet fratre Serenissimo, & Inviçtissimo Principe, & Domino Domino Josepho, Divina favente clementia, electo Romanorum Imperatore, semper Augusto, ac Germaniæ, Hungariæ, Bohemiæ, Dalmatiæ, Croatia, Sclavonicæ, &c. Rege, Archiduce Austriæ, Duce Burgundiæ, Brabantiæ, Stiriæ, Charintiæ, Carniolæ, Luxemburgi, ac superioris, & inferioris Silesiæ, Virtembergæ, & Teckæ, Principe Sueviæ, Marchione Sacri Romani Imperii, Burgoviæ, Moscoviæ, ac superioris, & inferioris Lusatiæ, Comite Habsburgi, Tyrolis, Ferretis, Kiburgi, Goritiæ, Landgravio Alsatæ, Domino Marchiæ, Slavoniæ, Portus Naonis, & Salinarum, &c. ejusque ad hoc Dominis Commissariis ageremus, tractarem, conveniremus, & concluderemus. Quo quidem fine ex parte dictæ Majestatis Cæsareæ Illustrissimi, & Excellentissimi Domini Joannes Leopoldus Donatus Trautshon, Comes in Falckenstein, Liber Baro in Sprechen, & Schrofenstein, Dominus Dominiorum Kaja-laa ad Sanctum Hippolytum, Martiniz, Kraloviz Tschlechtiz, Crysaudolo, Neuschlofs, Bohemo-Rudolez, Goldegg, Pilahaag, & Danubialis, Oppidi Aggspach, &c. Supremus Camerarius Cæsareæ Majestatis, hæreditarius Provinciæ Austriæ, infra Anasum Præfectus, pariterque Comitatus Tyrolensis Mareschallus, Aurei Velleris eques, &c. item Carolus Ernestus, Comes de Waldstein, Dominus in Schuvingan, Munchengraz Leutschin, & Augez maiore, Camerarius Cæsareæ Majestatis, & Supremus Aulæ Mareschallus, Aurei Velleris eques, &c. necnon Joannes Fridericus, Liber Baro de Seilern, Aulæ Cæsareæ Cancellarius,



rius, & demum Philippus Ludovicus, Sacri Romani Imperii hæreditarius thesaurarius Comes à Sinzendorf, & Thanausen, Liber Baro in Ernstbrun, Dominus in Seeloviz, & Gfoell, Burgravius in Rheinegg itidem Aulæ Cæsareæ Cancellarius, & Camerarius Supremus Austriæ infra, & supra Anasum hæreditarius Scutifer, & Stuctor, Inferiorisque Austriæ Pincerna omnes Consiliarii intimi Sacræ Cæsareæ Majestatis vi mandati Cæsarei, die vigesima quarta nuper præteriti mensis Martii constituti sunt; tandem quod felix, faustumque sit ad laudem, & gloriam Omnipotentis Dei, & pro conservatione, & incremento Fidei, ac Religionis Catholicæ, necnon pro stabilienda inter utriusque Domum, Regna, Ditiones, Provincias, Posteror, & subditos tranquillitate, ac pace perpetua, atque etiam pro corroboratione, confirmatione, & augmento consanguinitatis, amicitiae, amoris, & fraternitatis, quæ inter dictas Majestates floret, necnon pro arctiore ejusdem conjunctione, & vinculo inter dictam Regiam Majestatem per nos Procuratorem, & mandatarium ejus ex una parte, & prædictam Dominam Mariam Annam Archiducem Austriæ, Serenissimi, & Inviçissimi Leopoldi Imperatoris, gloriosissimæ memoriæ filiam, & Serenissimi, atque Inviçissimi Domini Domini Josephi Imperatoris, in præsentia imperantis sororem charissimam, per dictos Commissarios, ac Mandatarios Cæsareos intervenientes, ex altera accedente etiam dispensatione Sanctissimi Patris Domini Clementis Undecimi, Romanæ, atque universalis Ecclesiæ Pontificis, quæ data est Romæ, apud Sanctum Petrum, die vigesima septima, mensis Aprilis, præsentis anni tractatum, & conclusum est matrimonium verum, & legitimum, sub articulis, & conditionibus subsequenter videlicet.

Quod Majestas Cæsarea constituit, & promittit dicto Serenissimo Regi pro dote, & matrimonio cum præfata Serenissima Principe sorore sua charissima centum millia scutorum, seu coronatorum auri, ad rationem quadraginta placarum Flandriæ monetæ, quolibet scuto computando, Amstelodami, vel Genuæ, pro electione Sux Magestatis Regiæ intra terminum duorum annorum exsolvenda; nempe quinquaginta millia scutorum intra unius anni spatium à die consummati matrimonii, residua vero quinquaginta millia scutorum post alterum annum proxime sequentem, ita videlicet, ut integra summa centum millium scutorum, seu coronatorum, intra biennium plene persolvatur.

Pro qua dote Sua Regia Majestas, & dictus Excellentissimus Comes Villarmajoris, ejusdem nomine, & vigore commissi, sibi mandati pro arrhis, & donatione propter nuptias promittit, & constituit dictæ Serenissimæ Principi futuræ Portugalliæ Regiæ centum millia scutorum auri, quæ eandem summam conficiant, quam ipse in dotem accipit, quæ quidem arrharum summa eadem est, quæ à Rege Catholico Philippo Quarto, pactis dotalibus promissa est Serenissimæ Archiduci Mariæ Annæ, Imperatoris Ferdinandi III. filiæ, sibi in matrimonium daretur, cum pari dote, eaque arrhæ modo, & tempore inferius dicendis exsolventur.

Serenissimus, ac Potentissimus Rex, promittit Serenissimæ Principi

cipi Dominæ sponſæ ſuæ chariſſimæ eam poſt matrimonium conſummatum eoſdem Status, redditus, Oppida, juridiſſiones, privilegia, prærogativas, & aulicum apparatus quibus priores Reginæ Luſitaniæ fruebantur ſemper, & nunquam minus habituram.

Pro aſſecuratione autem dotis, & arrharum modo, & tempore inferius dicendis exſolvendarum omnia Coronæ Luſitaniæ bona hypothecata erunt.

Quod ſi Potentiſſimus Rex ante Regiam conjugem ſine liberis vita deceſſerit, & Regina in Luſitania reſidere voluerit, illi integra dos, gemmæ, ſupellex, & reliqua omnia, quæ juxta authenticam designationem in Luſitaniam attulerit, & non conſumpta fuerint ſalva manebunt; atque ea bona durante matrimonio acquiſita, quæ Regi, & Reginæ communia ſunt, & in parata pecunia, auro, argento, & aliis bonis mobilibus, quibuſcunque conſiſtunt, & non ad Coronam pertinent poſt obitum Regis dividuntur, & eorum medietas Reginæ tradetur, ſimulque eiſdem Statibus, redditibus, Oppidis, juridiſſionibus, privilegiis, prærogativis, & aulico apparatu, ſicuti Rege vivente Regia vidua fruetur, licet eo tempore alia Regina Principi Regnanti nupta ſit.

Cum vero vidua Regina non in Regno Luſitaniæ habitare, ſed in Germaniam redire voluerit, reſtituetur illi integra dos cum tertia arrharum parte, & ſupradicta medietate bonorum conſtante matrimonio acquiſitorum, quæ non pertinent ad Coronam, unâ cum omnibus iis bonis, quæ in Regnum Luſitaniæ attulerit, & conſumpta non fuerint, quæ omnia ſecum in Germaniam feret, & quandiu prædicta dos, & tertia pars arrharum non perſolvetur tandiu omnibus ſupradictis Statibus, redditibus, Oppidis, juridiſſionibus, privilegiis, prærogativis, & aulico apparatu Regia vidua fruetur.

Si autem Potentiſſimus Rex ante Regiam conjugem relictis liberis deceſſerit, & vidua Regina in Regnis Luſitaniæ reſidere reſuſaverit, tunc illi tertia pars dotis, & tertia pars arrharum necnon tertia pars ex medietate bonorum, quæ fuere acquiſita conſtante matrimonio, & non pertinent ad Coronam ad liberum uſum, & propriam diſpoſitionem Sereniſſimæ Reginæ viduæ tradentur, & præterea ei tertia pars eorum bonorum mobilium, quæ præter dotem in Luſitaniam attulerit, vel à Sereniſſimis, ac Potentiſſimis fratribus, ſororibus, & agnatis, & aliis per teſtamentarias, ſeu quaſlibet inter vivos factas donationes, aut diſpoſitiones acceperit, & non conſumpta fuerint reſtituentur; itaut etiam hanc tertiam partem omnium eorum bonorum in Luſitaniam allatorum, & ſucceſſu temporis prædicto modo acquiſitorum ſecum ferat; reliquæ vero duo tertiæ partes omnium ſupradictorum bonorum in Luſitaniam allatorum, & ſucceſſu temporis prædictis modis acquiſitorum manebunt in Luſitania pro ſecuritate liberorum, ſed ipſa Regina vidua eorum omnium integrum uſumfruſum, uſque ad mortem habebit.

Sin autem Regina vidua in Regno Luſitaniæ reſidere maluerit, tunc illa eiſdem Statibus, redditibus, Oppidis, juridiſſionibus, privilegiis, prærogativis, & aulico apparatu uti ceteræ Reginæ, uſque  
ad



ad mortem fruetur, illique integra dos, arrhæ, sive donatio propter nuptias, unâ cum omnibus, & singulis supradictis bonis salva manebunt.

Si vero Rege superstite ipsa Regina sine liberis vita defuncta fuerit, & de suis facultatibus non aliter disposuerit (quod in ipsius libera voluntate consilii) integra dos cum reliquis in Lusitaniam allatis, & ex superius bonorum divisione acquisitis ad ejus hæredes ab intestato redibit.

Contra si Serenissima Regina ante Serenissimum Regem relictis liberis decesserit, tunc in totam illius hæreditatem, nisi ipsa de tertia parte dictæ hæreditatis, juxta tamen leges juris communis disposuerit, prædicti Regii liberi succedent; qui si postmodum ante Regem eorum patrem superstitem pertinebit.

Conventum etiam est, & stabilitum, ut dicta Serenissima Princeps futura Regina renunciaret in forma ad satisfactionem, & voluntatem Cæsareæ Majestatis, & ejus deputatorum hæreditati, juri, & succedendique in bona, & jura paterna, materna, & fraterna, quæ quomodocunque, & qualitercunque ei competere, aut ad eam pertinere possint, itaut dote, ejusque summa, aliisque ab ejus Serenissimis fratribus sibi donatis contenta omnibus aliis juribus successionis, & hæreditatis cedat, & renunciaret. Cujus quidem renunciationis instrumentum plenissimum fiet ea forma, modo, & tempore, à Cæsarea Majestate, & ejus Deputatis præscribendis, & ad eorum integram satisfactionem.

Conventum insuper est, & conclusum, quod dicta Serenissima Princeps cum ornatu, gemmis, comitatu, autoritate, & decencia sibi competente conducenda sit Imperatoris fratris sui expensis, & sumptibus, usque ad oram maritimam, ubi classem Britannicam conscendere possit.

Nec minus conventum est, ut hæc omnia, quæ à Deputatis, utrinque Dominis Commissariis, Procuratoribus, & Mandatariis nomine suorum Principalium vi Plenipotentiarum suarum, & in verbis Imperiali, & Regia conclusa, stabilita, & promissa sunt ab ambabus Cæsarea, & Regia Majestatibus adimpleantur, & observentur integre, ac plenarie, absque omni defectu, vel diminutione directe, vel indirecte, & quod per dictas ambas Majestates illa omnia, & singula ratihabeantur, approbentur, & corroborentur solemniter per litteras propriis manibus subscriptas, & Sigillis suis munitas, quæ demum, utrinque invicem tradendæ, & commutandæ sunt.

Hujus vero contractus matrimonialis, & pactorum dotialium dabitur nobis ex parte suæ Cæsareæ Majestatis, & supra nominatis Illustrissimis, & Excellentissimis Dominis Commissariis, & Mandatariis, simile ac reciprocum exemplar. In quorum omnium fidem, ac testimonium præsentibus litteras manu nostra subscripsimus, & Sigillo nostro communivimus. Datæ Viennæ Austriæ die vigesima quarta Junii anno reparatæ salutis supra millesimum septingentesimum octavum.

(L. S.) Ferdinandus Tellefius Silvius, Comes Villarmajorius.

Joannes Dei gratia Rex Portugalliæ, & Algarbiorum citra, & ultra mare in Africa, Dominus Guineæ, Conquisitionis, Navigationis, & Commericii Æthiopix, Arabiæ, Persiæ, Indiæque, &c. Notum ac testatum facio omnibus, & singulis, qui has litteras potestatis generalis, & specialis visuri sunt, quod cum expediat pacisci, & transigi Deo annuente de matrimonio inter me, & Serenissimam Principem Dominam Mariannam Austriæ Archiducem Serenissimi, ac Potentissimi Principis Domini Josephi, Romanorum itidem Imperatoris, in præsentia regnantis fratris, & consanguinei mei charissimi sororem, ipseque maximam fiduciam habeam fidei, & prudentiæ Ferdinandi Tellezii Silvii, Comitiss Villarmajoris, meique ad prædictum Serenissimum, ac Potentissimum Romanorum Imperatorem, Legati Extraordinarii, per hæc mandata ipsi do, & concedo meum jus, plenamque potestatem liberam, ac sufficientem, prout illam firmissime ei dare, & concedere possum, ac debeo, ad idque negotium de facto, & jure requiritur, atque eum constituo, & facio meum generalem, & specialem Procuratorem, ut pro me, meisque verbis perinde, ac si ego præsens essem possit tractare, agere, pacisci, & convenire de rebus omnibus, cujuscunque generis, conditionis, & momenti ad prædictas nuptias spectantibus cum quibuscunque Procuratoribus, Commissariis, aut Deputatis prædicti Serenissimi, ac Potentissimi Imperatoris, qui illius mandato sive procuratione ad id sufficienter instructi fuerint; omniaque, quæ per illum pacta, & conventa fuerint, unâ cum conditionibus, & obligationibus, ac sub iis cautionibus, in quas ipse convenerit, & consenserit integre servabo, & custodiam, siquidem ad hæc omnia ipsi Extraordinario Legato, do, & concedo omnem plenam potestatem meam, mandatum generale, & speciale, cum libera, & generali administratione: Quin etiam per has litteras promitto, spondeo, Regiæque fide mea confirmo servaturum, ratihabiturum, reque ipsa facturum, quæcunque per dictum Legatum meum Extraordinarium tractata, gesta, pacta, & conventa fuerint, cujuscunque sint generis, conditionis, & momenti, omniaque, & singula quovis tempore rata, firmaque habiturum secundum obligationem harum litterarum potestatis. In quorum omnium fidem, & cautionem has litteras, mandatumque generale, & speciale fieri jussi, quod est manus meæ subscriptione, meorumque insignium majori Sigillo munitum. Datum Ulyssipone undevigesima die Maii anno Domini millesimo septingentesimo septimo. Didacus à Mendoça Corte-Real subscripsi.

JOANNES REX.

Qui quidem tractatus matrimonialis quatuordecim articulos, & unum paragraphum circa finem continens, cum à nobis mature fuerit consideratus, & examinatus, cum tam in partes, quam in totum volumus accipere, approbare, confirmare, & ratificare, atque per hoc instrumentum re ipsa accipimus, approbamus, confirmamus, & ratificamus; pollicemurque nostro, ac hæredum, & successorum nostrorum omnium nomine illum observaturos, facturosque, ut exactissime, &



& sancte observentur omnia , quæcunque in eo comprehenduntur , neque unquam permissuros , ut ullo modo , aut via eorum vigori , & effectui , vel in minimo derogetur ; & igitur promittimus , nosiraque Regia fide confirmamus omnia hoc tractatu matrimoniali ab initio , usque ad finem in cunctis , & singulis articulis , & paragrapho comprehensa integrè , illibateque executuros. In quorum omnium fidem , & cautionem fieri iussimus præsentis litteras confirmationis , & ratificationis Regia manu nostra subscripsimus , & magno Sigillo insignium nostrorum munitas. Datæ Ulyssipone die duodecima mensis Martii , anno Domini millesimo septingentesimo nono. Didacus à Mendoça Corte-Real subscripsi.

JOANNES REX.

*Carta do Marechal Staremberg para ElRey D. Carlos III. dando-lhe conta da Batalha de Villa-Viçosa, dada a 10 de Dezembro de 1710 , traduzida fielmente da lingua Franceza, do livro intitulado: Memoires pour servir a l' Histoire du XVIII. Siecle, Tom. VI. pag. 170 , par Monsieur de Lamberty.*

S E N H O R.

**J**A' Vossa Magestade estará informado pelo Capitão das Guardas **Num. 102**  
Catalães , de tudo quanto tem passado no Exercito , depois que **An. 1710.**  
Vossa Magestade se retirou d'elle , e tambem saberá , que a falta de viveres nos obrigou a ir buscar os Armazens de Aragoão , e para este effeito pareceo conveniente , que fizessemos a nossa retirada cubertos dos dous Rios , Tejo , e Taguna , o que executámos felizmente até as visinhanças de Cifuentes , a pezar das muitas tentativas , que o inimigo fez nesta marcha para atacar a nossa Retaguarda , favorecendo-os os Paizanos de Castella , que tomavaõ as armas para se lançarem sobre as nossas Tropas , e para pilharem a nossa Bagagem , mas tudo lhe embaraçámos com aquella precaução , que era possível.

A estação já adiantada , e a mesma necessidade de viveres , e de forragem para as Tropas , nos obrigou a marchar em columnas por diferentes caminhos. As Tropas Inglezas suppondo achar mais algumas provisões em Biruhega para poder sustentar , tomaraõ aquelle caminho , e fizeraõ alto o dia oito , neste mesmo dia os surpredeo , e atacou o inimigo com todo o seu Exercito , e os fez recolher no Lugar , postou as suas baterias , e começou a bater as muralhas.

Antes , que eu tivesse noticia deste accidente , tinha mandado ordem a todos os outros Córpos , que marchavaõ separados , para que se viessem juntar comigo , prevendo o grande risco , que se podia seguir na marcha por columnas ; e tanto , que soube do estado , e do perigo a que os Inglezes estavaõ expostos , marcheý com todo

o Exercito toda a noite de oito, e o dia seguinte, para ver se os podia livrar delle.

Chegámos a dez a huma legoa de Biruhega, quasi de noite; e para dar final aos Inglezes, de que eu os hia soccorrer, fiz atirar toda a noite varios tiros de canhão, e aos inimigos os achámos formados em Batalha.

As Tropas, que estavaõ ftiadas em Biruhega, constavaõ de oito Batalhoens, e oito Esquadroens; pareceome que não devia abandonar hum Corpo tão consideravel, e que esta era huma forçosa razão de me arriscar a hum combate, ainda que o Exercito inimigo fosse superior ao meu, e me excedesse muito em Cavallaria, e que o terreno por ser plano, e descoberto, nos não fosse ventajoso; mas naquelle aperto não era já tempo de me poder retirar, e assim tratey de formar o Exercito, postando o lado esquerdo junto a hum barranco de difficil accesso; e como o direito me ficava exposto com a larga planicie, procurey cubrillo com alguns Batalhoens. Postey a Cavallaria na Retaguarda da primeira, e da segunda linha, formando quatro linhas por esta parte, e a preça era tanta, que não sey como houve tempo para acabar esta disposiçaõ. Entre tanto jogava a artilharia de huma, e outra parte incessantemente, fazendo em ambas bastante estrago.

Começou o inimigo o seu ataque com boa ordem, e com vigor, ganhando em algumas partes o flanco do nosso lado direito; mas refazendo-se as nossas Tropas, sustentaraõ por aquella parte o grande impeto dos inimigos, ao mesmo tempo puzeraõ estes em derrota o nosso lado esquerdo, e ganharaõ a nossa Retaguarda, o que vendo o Sargento mór de Batalha Monsieur de Contrecour, acodio com preça com tres Esquadroens Portuguezes, e tres Batalhoens da segunda linha, que se lhe juntaraõ, a saber: hum de Grisoens, hum Portuguez de Bulhoens, e o Regimento de Report, e avançou tão a proposito, e com tal impeto aos inimigos, que deu lugar a que o nosso lado esquerdo se refizesse, e por ambos os lados se pozesse o inimigo em derrota; e assim pela sua direita, como pela esquerda os fomos seguindo, e derrotando mais de meya legoa, tomandolhe todo o trem da sua artilharia, muitas Bandeiras, e Estandartes. A mortandade foy grande, e mais de seis mil inimigos ficaraõ mortos no campo da Batalha.

As nossas Tropas não se detiveraõ em fazer prizioneiros, mas mataraõ tudo o que encontravaõ, nem se deu a vida mais, que ao General, o Marquez de Thouy, a alguns Brigadeiros, e Subalternos, e a hum pequeno numero de Soldados.

O Exercito dos inimigos se compunha de trinta e dous Batalhoens, e oitenta Esquadroens, a saber: vinte Batalhoens formados das reliquias, que ficaraõ da Batalha de Çaragoça, e doze, que tinhaõ chegado da Estremadura, e quarenta e quatro Esquadroens formados tambem das reliquias dos setenta, que tinhaõ na mesma Batalha, e de trinta e seis, que vieraõ da Estremadura.

O nosso Exercito compunha-se de vinte e nove Esquadroens,  
e vin-



e vinte e sete Batalhoens, a saber: quatro Esquadroens Imperiaes, dous Hespanhoes, hum Aragonez, dez Portuguezes, seis Hollandezes, e seis Palatinos. A Infantaria consistia em quatorze Batalhoens Imperiaes, cinco Hespanhoes, dous Portuguezes, dous Inglezes, dous Hollandezes, e dous Palatinos. Todos estes Córpos estavaõ tão enfraquecidos, como se póde suppor no fim de hum Campanha tão trabalhosa, e no mez de Dezembro. Além disto a nossa Cavallaria do lado esquerdo, e sete Batalhoens, desappareceraõ de forte, que eu me vi reduzido a combater sómente com vinte Batalhoens, e dezaseis Esquadroens, que vinha a ser hum contra tres. Deos foy servido inspirar tal valor, e tal conduta aos Officiaes, e Soldados, que a pezar do grande numero, e da superioridade dos inimigos, os derrotaraõ, os pozeraõ em fogida, e fizeraõ acções, que pareceraõ sobrenaturaes. Todos se distinguiraõ, mas mais particularmente os Mestres de Campo Generaes Baraõ de Wezel, o Conde de Atalaya, D. Antonio de Villaruel; os Sargentos môres de Batalha o Conde de Eck, o Conde de Hamiltou, e D. Pedro de Almeida. Todos estes Generaes obraraõ com summo valor, e deraõ mostras da sua grande prudencia, e capacidade, e foraõ os unicos, que obraraõ em toda a acção; porque logo no primeiro ataque perdemos aos Generaes Bellastel, Frankenberg, Copi, e S.<sup>t</sup> Amant.

O combate foy tão sanguinolento, que por differentes vezes combateraõ os Batalhoens, e Esquadroens separados, e por si só fazendo os seus Comandantes as funções de Generaes, atacando, e derrotando aos inimigos por todas as partes por onde os acometiaõ.

Eu pareceme, que não exaggerey dizendo, que no Campo ficaraõ mortos seis mil inimigos, vendo-se, que esta acção durou desde as tres horas da tarde até ser já noite fechada, e bem escura, e que obrigámos aos inimigos a hum precipitada fuga.

Quando ganhámos a sua artilharia a voltámos contra elles, e ficámos o outro dia no mesmo lugar até onde os tinhamos seguido.

Depois da acção soube pelos prizioneiros, e desertores, que os Inglezes, que estavaõ em Biruhega tinhaõ capitulado hum hora antes da nossa chegada, ficando prizioneiros de guerra; e como hum parte das Tropas do nosso lado esquerdo fogisse sem saber para onde, porque até agora não tive mais noticia, sennaõ que sem parar tomaraõ o caminho de Aragaõ; e o resto das Tropas em tempo tão rigoroso se achassẽ tão fatigadas, sem paõ, e sem nenhum genero de viveres, por todos estes motivos me vi obrigado a retirar no mesmo dia de onze, para chegar mais depressa aos Armazens de Aragaõ.

Alguns Esquadroens dos inimigos quando pozeraõ em desordem o nosso lado esquerdo se lançaraõ sobre a nossa bagage, e a pilharaõ, ao que os ajudaraõ bastantemente os Paizanos.

Além de todas as circumstancias, que concorreraõ nesta occasiaõ, succedeo tambem, que toda a gente, que servia a artilharia tinha desapparecido com o trem, e por este respeito não podẽmos conduzir

zir, nem a nossa, nem a artilharia dos inimigos, e não tive mais remédio, que mandar queimar os reparos, e as rodas.

Esta he, Senhor, a exacta relação, que a brevidade do tempo me permite fazer a Vossa Magestade, &c.

*Carta do Emperador Carlos VI. para ElRey D. João o V. escrita da propria mão.*

### SERENISSIMO SEÑOR.

Num. 103  
An. 1711.

**L**A dificultad, y tardança de nuestra correspondencia me tiene con gran sazon, por lo mucho, que deseo saber de la salud de V. Magestad, cuyas noticias me faltan mucho tiempo ha, aora sollicita mi cariño, esperando del que devo a V. Magestad, no me las retardará; pues save quanto me interesso en que V. Magestad le gose muy perfecta, y cumpliendo lo que por nuestros estrechos vinculos, y amistad es tan devido, mas sabiendo quanta parte toma V. Magestad en todo lo que puede tocar a mi Persona, y Casa, participo a V. Magestad como el dia 22 del corriente se executò en esta Ciudad la funcion de my Coronacion Imperial, desde donde me encaminaré brevemente a Vienna, para dar providencia a los negocios, que tanto piden mi personal assistencia, y acalorar las disposiciones de la futura Campaña, a cuyo fin hê hecho tambien, que passe el Principe Eugenio de Saboya al Haya, y segun las conjecturas en Inglaterra, pues (como V. Magestad tendrá entendido por sus Ministros) nuestros inimigos desconfiados de lograr nada en la guerra, applican todas sus artes para entablar muy perniciosos tratados de pazes, muy contrarios al verdadero interez de la causa commun, y especialmente a los de V. Magestad, y mios. Espero en nuestro Señor nõ permittirá se logren tan depravados intentos, y que una gloriosa guerra nos ha de segurar una ventajosa paz, para cuyo mayor logro nõ dudo contribuirá V. Magestad de su parte, con los mas vigorosos esfueros, en conocimiento, de que nõ hay otro camino para cortar el hilo de las depravadas maxims de la Francia, como lo tendrá presente a la gran prudencia de V. Magestad, a quien de nuevo hago memoria de my fineza, cariño, y immudable amistad. Guarde Dios la Real Persona de V. Magestad como lo deseo. Francfort 26 de Diciembre de 1711.

Buen Hermano, y Primo de V. Magestad

CARLOS.



*Carta delRey D. Joaõ o V. para o Emperador Carlos VI. em resposta da acima, tambem da propria mão.*

## S E N H O R.

**A**S difficuldades , que causa o estado das cousas de Europa me retardarão o grande contentamento, que agora recebo na feliz noticia, que Vossa Magestade me participa da sua exaltação ao Throno, e Coroa Imperial: assim o desejava o grande amor, que professo à Real Pessoa de Vossa Magestade, não perdendo tempo nem occasião em ordenar aos Ministros deste Reyno, empregassem todo o seu cuidado no serviço, e interesse de Vossa Magestade, correspondendo muy igualmente à obrigação, que reconheço nos vinculos de parentesco, amizade, e alliança, que hoje reciprocamente se acha entre a Coroa de Vossa Magestade, e a minha. E espero da bondade de Deos contará Vossa Magestade, e a sua Imperial Coroa, tantas fortunas, e augmentos, como merecem as singulares virtudes, que resplandecem na Real Pessoa de Vossa Magestade, sendo mais feliz principio, o que já logra o Imperio Romano. Rogo a Vossa Magestade muy encarecidamente conheça, que eu, e estes meus Reynos contribuiremos com tudo o que for possivel, para que se sigaõ no presente Congresso as comodidades, e seguranças da causa commua, pois eu a tenho ajudado com incansavel trabalho, à custa de tanto sangue de meus Vassallos, e de tantas incomodidades deste Reyno, como espero conheça Vossa Magestade, para se interessar na sua conservação; e peço a Vossa Magestade me dê occasioens de o comprar, porque o terey por grande fortuna, não me faltando com os empregos de seu agrado, como lhe merece a minha boa vontade. Deos guarde a Real Pessoa de Vossa Magestade como desejo. Lisboa 26 de Abril de 1712.

Bom Irmaõ, e Primo de Vossa Magestade

JOAÕ.

Num. 104  
An. 1712.

*Carta, porque se publicou a Paz de Portugal com França.*

**D**Om Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber a todos os naturaes, e Vassallos destes meus Reynos, e Senhorios, que entre mim, e ElRey Christianissimo, meu bom Irmaõ, e Primo, em virtude dos plenos poderes, que levarão Joaõ Gomes da Sylva, Conde de Tarouca, do meu Conselho de Guerra, e Mestre de Campo General dos meus Exercitos, e D. Luiz da Cunha, do meu Conselho, e meu Desembargador

Num. 105  
An. 1713.

dor do Paço, ambos meus Embaixadores Extraordinarios, e Plenipotenciarios, ao Congresso da Paz Geral, que se trata na Villa de Utrecht, e dos plenos poderes, que outro sim tinhão os Embaixadores Extraordinarios, e Plenipotenciarios, nomeados pelo dito Serenissimo Rey Christianissimo, aos onze de Abril deste anno se tratou, capitulou, e assentou firme Paz, perpetua amizade, e livre commercio, de que se fizeraõ Capitulações por elles assinadas, as quaes eu approvey, ratifiquey, e confirmey por humã Carta patente, por mim assinada, e sellada com o Sello grande de minhas Armas, cuja Paz, e perpetua amizade mando publicar por Rey de Armas Portugal, e fazer notoria por esta Carta, para que venha à noticia de todos, e se guarde, e cumpra inteiramente, e a copia desta dita Carta assinada pelo mesmo Rey de Armas, se publicará por todas as Cidades, Villas, e Lugares do Reyno, de que se enviarão Certidoens. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte e oito de Junho. Jorge Monteiro Bravo a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1713. Diogo de Mendoga Corte-Real o sobrefcrevi.

ELREY.

*Breve do Papa Clemente XI. a ElRey D. Joaõ o V. em que lhe pede soccorro contra os Turcos. Está na Secretaria de Estado.*

### CLEMENS PAPA XI.

Num. 106 **C**harissime in Christo Fili noster salutem, & Apostolicam benedictionem. Quàm ingenti armorum terrâ, marique apparatu immanissimus Turcarum Tyrannus in Christianas Ditiones irrumpere nunc maximè moliatur: Quantoque exercitu, indicto nuper inclytæ Venetorum Reipublicæ nefario bello, Peloponesi cervicibus jam immineat, satis, superque notum, atque exploratum esse Majestati Tuæ non ambigimus. Etsi autem de animi tui tum magnitudine, tum pietate adeò præclare sentimus, ut persuasum faciliè habeamus Te in tanto rei Christianæ discrimine digna magno, Catholicoque Rege suscepturum esse consilia, nec passurum quidquam à Te desiderari, quod ad communem causam tuendam pro amplitudine tuâ conferre possis; ejus tamen momenti est negotium, quod agitur, illud Pastoralis Officii nostri debitum, ut prætermittere nullo modo possimus, quin Majestatem tuam vehementissimo cordis affectu hortemur, ac obsecremus, quemadmodum in Domino hortamur, & obsecramus, ut ad publicam salutem adversus infensissimum hostem asserendam pro viribus accurras, oblatamque tibi egregiam de re Christiana, deque Catholicâ Religione benemerendi opportunitatem alacriter amplectaris; in primis autem prædictam Venetam Rempublicam, in quam primus Barbarorum impetus dirigitur, præsentì, ac Majestate Tua digno subsidio juvare vellis. Qua in re non aliundè Tibi, quam à clare



rae memoriae genitore tuo petendum exemplum est, qui nuper Germanico cum iisdem hostibus bello, felicitis recordationis Innocentio Undecimo, Praedeceffore nostro flagitante, liberale subsidium clarae memoriae Leopoldo in Romanorum Imperatorem electo contulit, conspicuumque propterea locum inter Assertores, ac Vindices publicae incollumitatis immortalis cum sui nominis gloriae sibi merito comparavit. Par itaque decus, caeteris eximiis laudibus tuis adiectum cupimus, ac omnino speramus, charissime in Christo Fili noster, qui tamen longè praestantius in Coelis praemium à liberali bonorum operum Retributore Domino recipiendum proponere Tibi debes. Et Apostolicam benedictionem, intimae nostrae benevolentiae testem, Majestati Tuae amantissimè impertimur. Datum Romae apud Sanctam Mariam Maiorem sub Annulo Piscatoris, die XVII. Januarii MDCCXV. Pontificatus nostri anno decimo quinto.

J. C. Battellus.

*Carta, que o Papa Clemente XI. escreveo de propria mão a El-Rey D. João o V. pedindolhe soccorro contra os Turcos, que ameaçavaõ Italia: anda no Tomo da Collecção, que se imprimio em Roma no anno de 1729, com o titulo: Clementis Undecimi Pontificis Maximi Epistolae, & Brevia Selectiora, pag. 2192.*

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliae, & Algarbiorum Regi Illustri.

## CLEMENS PAPA XI.

Charissime in Christo Fili noster, salutem, &c. Non meno accertati, che uniformi sono li riscontri, che da molte parti riceviamo della formidabile Armata Navale, che dalli Turchi si prepara per la futura Campagna, ad effetto non solo di tentar di nuovo l'espugnazione della Piazza di Corfù, che non riuscì loro nella passata Campagna, mà anco di compensare con altri progressi per quella parte le perdite, che hanno fatte, e vanno facendo per l'altra dell'Ungaria, crescendo pero sempre più li pericoli dell'Italia, e dello Stato Ecclesiastico, cresce altri sì il bisogno, che abbiamo di pronto, e valido ajuto. Tale tuttavia, e quale appunto lo bramiamo, più che da qualunque altra parte, giustamente lo speriamo dalla Majestà Vostra, e con Noi similmente lo spera la Christianità tutta sì per il generoso impegno, che Ella ne prese con tanta sua gloria nell'anno scorso, come per il noto fervorosissimo zelo, con cui la Maestà Vostra è solita d'inflammarli, qual ora si tratta della Causa di Dio, e della Cattolica Religione. Animate per tanto da questa fiducia sono le preghiere, che con ogni maggior vivezza ci avanziamo à porgerle, affin che Ella si compiaccia di rinuovarci anche in quest'anno l'assistenza

Num. 107

tenza de suoi soccorsi ; quali certamente , quanto più saranno sollecitati , tanto più saranno opportuni , giacchè si senti , che li Turchi anticiparanno di molto la loro uscita ; onde per giungere in tempo da poter far argine alle loro forze , sarà necessario , secondo che ci asseriscono li nostri Ufficiali di Mare , che tutte le Navi , e Galere ausiliarie dell' Armata Christiana si trovino al meno verso la metà del prossimo mese di Aprile nelle Acque di Corfù. Quindi la Maestà Vostra ben vede , che con la celerità di quelli ajuti , che giudicherà di porterci dare , ci raddoppierà le obbligazioni , che glie ne professeremo , quali ora in tanto preventivamente le protestiamo superiori ad ogni nostra espressione. E con tutta la pienezza del nostro Paterno affetto diamo alla Maestà Vostra l' Apostolica Benedizione. Datum Romæ , &c. die 14 Decembris 1716 , &c.

*Outra Carta , que o mesmo Papa Clemente XI. escreveo a ElRey D. João o V. pedindolhe soccorro: anda na Collecção, que se imprimio em Roma no anno de 1729, com o titulo: Clementis Undecimi Pontificis Maximi Epistolæ, & Brevia Selectiora, pag. 2124.*

## ARGUMENTUM.

*Gravissimum periculum Ecclesiæ , Religioni , ac ipsimet Urbi impendens à Turcarum Armis ob oculos iterum ponit Regi Portugalliæ , Eumque quam enixe rogat , ut opem tum validam , tum celerem afflictis rebus asferre velit ; In primis autem à Majestate sua flagitat , ut majorem , quem poterit , Navium bellicarum numerum mittat quam primum , ac efficiat , ut initio , vel saltem circa quintum decimum diem Aprilis , apud Melitensem Insulam cum reliqua Christianorum Classe auxiliaria conjungi possint.*

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Illustri.

## CLEMENS PAPA XI.

Dit.n. 107 **C**harissime in Christo Fili noster , salutem , &c. Dall' Arcivescovo di Laodicea nostro Nunzio udirà la M. V. le nostre angustie , e li nostri pericoli ò per dir meglio , udirà le angustie , e li pericoli della Chiesa , e della Religione. Degne-si la M. V. di ascoltare li clamori , e li gemiti dell' una , e dell' altra ; nè ricusi l' opportunità , che se li porge di farsi difensore , e liberatore di ambedue ; Ha la Divina Provvidenza , como ben chiaramente vediamo , in tempo appunto , nel quale la Maestà Vostra li trova con forze assai valide , e del tutto libera da qualunque impegno di altra guerra , unicamente  
rifer-

An. 1716.



riservata à Lei questa gloria, che renderà per sempre memorabile il suo nome negl' Annali della Chiesa, ne quali à perpetua lode della pietà, e del valore della Maestà Vostra sarà registrato, che per difesa dell' istessa Chiesa in tempo, che la medesima si trovava orribilmente minacciata da' Nemici del nome Christiano nella Sede istessa del suo capo visibile: *Fuit homo missus à Deo, cui nomen erat Joannes.* Accorra dunque la Maestà Vostra, come Dio manifestamente a chiama, e come Noi con tutta l' efficacia maggiore del nostro spirito la preghiamo, al riparo de' nostri gravissimi, e estremi bisogni. Mandi in accrescimento dell' Armata Christiana tutto quel numero maggiore de' Vascelli, che Ella potrà; non dubitando, che à far scegliere li ben capaci di far valida opposizione all' altra formidabile Armata, che si prepara da' Barbari à nostri danni; sopra tutto però, giacchè secondo le più accertate notizie, che abbiamo, l' Armata Ottomana tiene ordine de' uscire in Mare sollecitamente per prevenire li Christiani, e toglier loro la difesa, compiaciasi la Maestà Vostra di rompere a' nostri Nemici tali misure, con ordine senza minima perdita di tempo, che li medesimi suoi Vascelli si trovino al principio, ò al meno prima della metà di Aprile, nelle Acque di Malta, per ivi congiungersi colla nostra Squadra, e con gl' altri Legni Ausiliarij, e di là portarsi con la nostra benedizione, e con quella, che incessantemente gl' imploreremo dal Signore degl' Eserciti, a unirsi similmente all' Armata Veneta, e ad incontrare con essa generosamente i Nemici: *Ne forte dicant in gentibus: ubi est Deus eorum? Et imotescant in nationibus coram oculis nostris.* Queste sono, o Carissimo Figliuol nostro le preghiere, che doppo le altre portate solennemente in quest' istesso giorno, e per il medesimo effeto, al Sepolcro de' SS. Apostoli nella Basilica di S. Pietro, si portano da Noi alla M. V. con la spedizione di un' Espresso, accompagnate dalle lagrime, e da' sospiri non solo dell' Italia, dello Stato Ecclesiastico, e di Roma istessa, mà come con intiera verità possiam dire, di tutte le Provincie Cristiane, quali insieme con Noi, e con le nostri Successori, dovranno professare, in perpetuo alla M. V. tutta quella maggior gratitudine, che possa corrispondere alla grandezza del beneficio, che da Lei aspettiamo, e per il quale in oltre, fin che avremo spirito, non lasceremo di pregar Dio à voler ne essere alla M. V. e à tutta la sua Real discendenza, larghissimo remuneratore. Con questi sentimenti diamo alla Maestà Vostra con tutta la pienezza del nostro paterno affetto l' Apostolica benedizione. Datum Romæ, &c. die 18 Januarii 1716, Pontificatus nostri anno XVI.

*Breve do Papa Clemente XI. para ElRey D. Joaõ o V. pedindo-lhe soccorro contra os Turcos. Anda na dita Collecção, pag. 2115.*

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliae, & Algarbiorum Regi Illustri.

## CLEMENS PAPA XI.

Dit.n.107 **C**harissime in Christo Fili noster, salutem, &c. Maximo commoti discrimine, quod non amplius Venetæ tantum Ditioni, sed aliis etiam Christianis Provinciis, Italiæ præsertim, & huic ipsi veræ Religionis Arci instare conspiciamus ex Turcarum inexplibili cupiditate, ac superbia, qui prosperis superioris anni eventibus inflati, proximo vere, nihil jam eorum armis in pervium fore confidunt, Maiestatis Tuæ præsidium iterum implorare, ac urgere compellimur; cum enim gravissimos, ac pene incredibiles sumptus subire cogamur, ut non modo temporalis Ditionis nostræ, sed verius universæ Christianæ Reipublicæ, Ecclesiæ, ac Fidei causam tueamur, tantoque oneri ferendo Pontificii Ærarii, ac subditorum nostrorum vires præteritis calamitatibus attritæ impares omnino sint: à Charissimis in Christo Filiis nostris Regibus, aliisque Principibus Orthodoxis, à Venerabilibus Fratribus Nostri Sacræ Romanæ Ecclesiæ Cardinalibus, ac Archiepiscopis, & Episcopis omnibus gratiam, & communionem Apostolicæ Sedis habentibus, imò, & ab universis propemodum Christi fidelibus opportunam angustias nostris, ac celerem opem exposcere constituimus. A' Te propterea, Charissime in Christo Fili noster, quem singulari in Ecclesiam studio, eximiaque in eandem Sedem devotione, nemini secundum esse optime novimus, impense flagitamus, ut impendentibus malis occurrere, & ad communem salutem contra nefaria Barbarorum molimina propugnandam non tam alacriter, quam cito exurgere velis. Oblatam igitur Tibi præclaram de re Christiana, de Orthodoxa Religione, de hac Sancta Sede benemerendi opportunitatem, Religiosissimorum tuorum Maiorum exemplo, libenter amplectere, magnam apud homines laudem, sed longe maiorem apud Deum, cujus negotium agitur, mercedem Tibi quæsiturus; dum Nos tam necessario tempore prompta, & animi tui pietate, ac magnitudine digna, tuarum præsertim bellicarum navium subsidia, in solatium acerbissimæ, qua angimur, solitudinis præstolantes, Maiestati Tuæ Apostolicam benedictionem amantissime impertimur. Datum Romæ, &c. die 6 Januarii 1716, Pontificatus nostri anno XVI.



*Breve do Papa para a Rainha D. Maria Anna de Austria, em que lhe roga interceda com ElRey seu esposo, para que socorra a Igreja, e toda Italia, contra o poder dos Turcos. Anda na dita Collecção, pag. 2116.*

Charissimæ in Christo Filia nostræ, Mariannæ Portugalliæ, & Algarbiorum Regina Illustris.

## CLEMENS PAPA XI.

Charissima in Christo Filia nostra, salutem, &c. Quantam Nobis sollicitudinem ingerat, ac ingerere plane debeat maximus, si unquam alias, armorum terra, marique apparatus, quo infensissimus Turcarum Tyrannus, proximo vere, non in Venetas tantum, sed in alias quoque Christianas Provincias, ac in ipsam Pontificiam Ditionem irrumpere meditatur, Maiestati Tuæ pluribus explicare superse-  
demus; id enim colligere abunde poteris ex gravissimo periculo, quod rei Christianæ, ac Orthodoxæ Religioni imminere nemo non cernit. Quare tot, tantisque malis, quantum in Nobis situm est, occurrere satagentes, Charissimi in Christo Filii nostri Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris, conjugis tui, opem iterum quam enixe imploramus, nec profecto ambigimus, quin ipse tam necessario tempore luculenta eximæ pietatis suæ, præcipuique zeli publicæ salutis, quæ maximum sane in discrimen adducitur, testimonia daturus sit. Quia tamen probe intelligimus, quanti apud eundem Regem ponderis futura sint officia, cohortationes, & monita Maiestatis Tuæ, proinde vehementer à Te petimus, ut piam hanc, & iustissimam causam omni conatu, ac studio apud ipsum agas, atque promoveas; rem certe in eo factura Nobis apprime gratam, Christianæ Reipublicæ salutarem, Tibi vero, Regique conjugis maxime gloriosam. Et Maiestati Tuæ Apostolicam benedictionem amantissime impertimur. Datum Romæ, &c. die 7 Januarii 1716, &c.

Dit.n. 107  
An. 1716.

*Breve do Papa Clemente XI. em que rende a ElRey D. Joaõ as graças pela Armada, que lhe mandou em soccorro da Igreja. Anda na referida Collecção, pag. 2244.*

A R G U M E N T U M.

*Regi Portugalliæ uberes gratias agit ob missam prævalidam Navium Classẽ in subsidium belli adversus Turcas.*

Charissimo in Christo Filio nostro, Joanni Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Illustri.

CLEMENS PAPA XI.

Num. 108  
An. 1717.

Charissime in Christo Fili noster, salutem, &c. Multis, iisque præclaris documentis antehac perspectum filiale Maiestatis Tuæ erga Nos, & Sanctam hanc Sedem studium, accensumque tuum Christianæ Reipublicæ ab imminentibus periculis defendendæ zelum uberime Nobis confirmarunt tuæ litteræ die 23 nuper elapsi mensis Aprilis datæ, ex quibus singulari cum paterni cordis nostri lætitia audivimus, quam alacri, excelsoque, ac prorsus Regio animo, officiorum nostrorum intuitu, novam, atque prævalidam Navium classẽ in subsidium belli adversus Turcas adornandam curaveris; ut eximiæ pietatis, cujus tot illustria hæctenus argumenta præbuisi, merces magna nimis, etiam in hoc seculo, Tibi retribuatur ab Eo, qui nihil, quod ejus causa fiat, sine remuneratione relicturum esse pollicetur. Ejusdem Redemptoris nostri clementiam assiduis precibus obsecramus, ut eos de immanissimo hoste triumphos, quos Maiestas Tua, in amplam fane meriti, & gloriæ partem ventura, auspicatur, Christianis Armis largiri benigne velit. Et Apostolicam benedictionem cum perpetuæ tuæ felicitatis voto conjunctam Maiestati Tuæ amantissime impertimur. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem sub Annulo Piscatoris die decima septima Junii 1717, Pontificatus nostri anno XVII.



Breve, que o Papa Clemente XI. mandou ao Conde do Rio Grande Lopo Furtado de Mendoça, quando foy General da Armada Portugueza em soccorro da Igreja. Anda na referida Collecção, a pag. 2260. Vi o mesmo Original, que conserva a Condeffa do Rio sua mulher.

## ARGUMENTUM.

*Cum in Ægeo Mari Christiana Classis adversus Turcas prospere pugnavisset, & potior felicitis eventus pars Lusitanorum virtuti tribueretur; Sua Sanctitas Præfectum Lusitanis Navibus, qui eo in prælio egregie se gesserat, dignis ornat laudibus, ac illi dono mittit nobilem Decadem precatoriam Sacris Indulgentiis ditatam, & in proximo suo ad Lusitanas oras reditu felix illi, faustumque iter apprecatur.*

Dilecto Filio, Nobili Viro, Lopo Furtado de Mendoça, Comiti de Rio Grande, Classi Lusitanæ Præfecto, Almirandi Generali nuncupato.

## CLEMENS PAPA XI.

**D**ilecte Fili, Nobilis Vir, salutem, &c. Cum ex plurimorum literis, ac sermone satis, superque Nobis, innotuerit Nobilitatem tuam in primis, tuoque exemplo ceteros omnes Duces, & Milites bellicarum Navium à Charissimo in Christo Filio nostro Joanne Portugalliæ, & Algarbiorum Rege Illustri fidei, prudentiæque tuæ commissarum nuper in Ægeo Mari ea alacritate, ac fortitudine decertasse, ut Barbarorum, qui Christianis Insulis, Terrisque bellum, & perniciem inferre moliebantur, conatus Lusitanæ potissimum, virtutis ope repulsi fuerint: præclarum verum ejusmodi factum ad Nos præsertim pertineat, quorum intuitu memoratus Joannes Rex pro insigni pietate sua Christianam Classem novo hoc, & sane prævalido subsidio roboravit: æquum proinde, ac prorsus justum existimavimus, ut Dilectus Filius Alphonsus de Horanza, quem proxime ad Nos misisti, nequaquam ad Te rediret, absque illustri hoc litterarum nostrarum testimonio, quibus Vos, Teque potissimum debita prosequimur laude, & quam ex eo conflictu quæсивisti, gloriam plane solidam, atque mansuram Vobis effuse gratulamur. Idem porro Alphonsus fuscè Tibi coram explicabit, quam gratam eo nomine, atque propensam geramus in tua ornamenta, & commoda voluntatem. Interim vero, ut aliquod accipias paternæ nostræ erga Te charitatis argumentum, perspectumque simul habeas ea præcipue Nobis cordi esse, quæ æternam animæ tuæ salutem respiciunt, ipsimet Alphonso tradi

Num. 109

An. 1717.

tradi mandavimus Decadem precatoriam ex Heliotropio Jaspide Orientali Sacris Indulgentiarum thesauris ditatam, ut eam una cum folio typis edito, in quo Sacrae ejusmodi Indulgentiae descriptae sunt, nostro nomine ad Te perferat. Ceterum cum tempus jam instet, quo memoratarum Navium agmen patrias ad oras reducendum Tibi est, iter, quod, aggredi debes, felix Tibi faustumque ab Eo, cui mare, & venti obediunt, ex animo apprecamur, cumque in scopum Nobilitati Tuæ, ceterisque Ducibus, ac Militibus omnibus Apostolicam benedictionem peramanter impertimur. Datum Romæ, &c. die 16 Septembris 1717, Pontificatus nostri anno XVI.

*Bulla da Ereccão da insigne Collegiada de S. Thomé, na Capella Real.*

IN NOMINE DOMINI AMEN.

Num. 110  
An. 1709.

Cunctis ubique sit notum quod anno à Nativitate Domini Nostri JESU Christi MDCCX. Indictione III. Die vero XV. Martii, Pontificatus autem Sanctissimi in Christo Patris, & Domini Nostri Domini Clementis Divina Providencia Papæ XI. Anno ejus decimo, Ego Officialis deputatus infra scriptus vidi, & legi quasdam litteras Apostolicas sub Plumbo expeditas tenoris sequentis videlicet. Clemens Episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Officiali Venerabilis fratris nostri Archiepiscopi Ulixbonensis salutem, & Apostolicam benedictionem. Apostolatus ministerio meritis licet imparibus divina dispositione praesidentes inter cætera cordis nostri desiderabilia illud sinceris desideramus affectibus, ut Maestas Altissimi, ubique collaudetur, cultusque sui gloriosissimi nominis augeatur, & ad illius, ac ejus Apostolorum laudem, & gloriam, quæcumque Capellæ præsertim Regiæ dignioribus atollantur honoribus, ac in illis Ministrorum, & Dignitatum, ac Canonicorum, & Beneficiatorum Ecclesiasticorum numerus constituatur, & Personarum, quarumcumque præsertim Pontificali Dignitate pollentium tendentia vota optatum fortiantur effectum opem, & operam quantum Nobis ex alto conceditur efficaces impendimus, ac pias dictarum personarum suas facultates circa ea erogare cupientium ordinationes specialibus favoribus, & gratiis prosequimur, prout in Domino conspiciamus salubriter expedire. Exhibita siquidem Nobis nuper pro parte Venerabilis fratris nostri Nunii da Cunha de Ataide moderni Episcopi Targensis petitio continebat; quod cum in Regis Palatio Civitatis Ulixbonensis totius Portugalliae, & Algarbiorum Regni Metropolis Capella Regia nuncupata Divo Thomæ Apostolo dicata antiquissimæ, & venustissimæ formæ, & quoad totum ædificium, & Altaria in ea sita, eorumque ornamenta satis magnifica perfectione elaborata capacitate, & pulchritudine præclara erecta reperiatur in qua à nonnullis Capellanis ad nutum amovibilibus, & Scholaribus, necnon certo Cantorum numero Divina Officia, aliasque Ecclesiasticas functiones peragentibus



bus Altissimo ea qua decet reverentia debitus præstatur famulatus, cuique, & quibus Summus Capellanus Sacellanus maior nuncupatus semper in Episcopali Dignitate constitutus præest, ac jurisdictionem spirituales, & temporales in & super eorundem Capellanorum Scholarium, & Cantorum singulares personas uti proprius Ordinarius privative quoad locorum Ordinarios originis Capellanorum Scholarium, & Cantorum prædictorum vigore Indulti nuper à Nobis eidem Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato Apostolica auctoritate desuper concessi exercet, causasque Civiles, & Criminales, necnon Beneficiales, & prophanas tam Capellanorum Scholarium, & Cantorum prædictorum, quam pro tempore existentium Portugalliae, & Algarbiorum Regis Illustris, & Reginae familiarium, aliorumque Ministrorum vigore Indulti hujusmodi cognoscit, easque, debito fine terminat, ac matrimonia personarum nobilium in prædicta Capella Regia in præsentia pro tempore existentium Regis, & Reginae prædictorum solemnizat, ipsisque Regi, & Reginae Ecclesiastica Sacramenta ministrat: quare dictus Nunius Episcopus Consiliarius Status prædicti Regis, ac modernus Capellæ Regiæ hujusmodi Summus Capellanus Sacellanus maior, nuncupatus, qui non solum in Catholica Religionis, Divinique Cultus conservatione sinceros animi gerit affectus, verum etiam in prædictæ Religionis, Divinique Cultus incrementum pia sua mentis tendit desideria ob tam speciales, peculiareque dictæ Regiæ Capellæ qualitates, & illius Summi Capellani Sacellani maioris nuncupati pro tempore existentis prerogativas, & præcipientias ad Omnipotentis Dei, Beatæque semper Virginis Mariæ gloriam, & laudem, ac prædicti Divi Thomæ Apostoli honorem, & ut in prædicta Regia Capella maior Ministrorum Ecclesiasticorum numerus augeatur, illoque aucto Divina Officia, aliæque functiones Ecclesiasticæ prædictæ maiori cum reverentia celebrentur plurimum cupit prædictam Regiam Capellam per Nos, & Sedem Apostolicam aliquo specialiori titulo decorari, & si sicut eadem petitio subjungebat dicta Regia Capella in Scholarem, & insignem Collegiatam Ecclesiam sub ejusdem Divi Thomæ Apostoli invocatione cum Capitulo, Choro, Mensa Capitulari, Arca, Sigillo communibus, omnibusque, & singulis Collegiatarum Ecclesiarum insignium signis, & prerogativis, & in ea sex Dignitates, quarum Principalis, & prima Decanatus Cantoratus maior nuncupandus, secunda Archipresbyteratus, tertia Archidiaconatus, quarta Thesaurarius maior etiam nuncupandus, quinta, & Scholastia, denique sexta pro sex Presbyteris futuris in dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam erigenda Decano Cantore maiori nuncupando Archipresbytero, Archidiacono Thesaurario maiori etiam nuncupando, necnon Scholastico, ac oëdecim Canonicatus, totidemque Præbendæ quorum, & quarum sex pro sex etiam Presbyteris alii, & aliæ sex pro sex Diaconis reliqui, & reliquæ sex pro sex Subdiaconis futuris etiam in dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam erigenda Canonicis, & duodecim perpetua simplicia, personalemque residentiam requirentia Beneficia Ecclesiastica pro duodecim Clericis, seu Presbyteris

teris futuris etiam in dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam erigenda perpetuis Beneficiatis, qui omnes simul Capitulum constituent, & apud eandem Regiam Capellam in Collegiatam insignem Ecclesiam erigendam residere, ac Missas, Horasque Canonicas diurnas pariter, & nocturnas, ac alia Divina Officia Collegialiter celebrare teneantur, & prædicto Nunio Episcopo moderno, & pro tempore existenti Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato uti proprio Ordinario ad formam prædicti Indulti immediate subiecti existant erigerentur, & instituerentur, ac ad illos, & illa sic erigendos, & instituendos, ac erigenda, & instituenda Juspatronatus, & nominatio, seu præsentatio personarum idonearum Charissimo in Christo filio nostro Joanni moderno Portugalliae, & Algarbiorum Regi Illustri, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus institutio vero in illis pro tempore exercenti Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato respective in perpetuum reservaretur, & si pariter, ut præmissa debitum suum sortiri possint effectum duæ Parochiales Ecclesiae infra scriptæ perpetuo supprimerentur, & extinguerentur, illarumque bona, jura, fructus, redditus, & proventus eidem Capellæ Regiæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ pro Dignitatibus prædictarum, ac infra scripta bona laicalia, seu infra scripti redditus laicales, & respective Regiæ Capellæ pro Canonicatum, & Præbendarum, & Beneficiorum erigendorum prædictorum competenti dote, illosque, & illa pro tempore obvenientium congrua sustentatione salvis tantum infra dicendis perpetuo applicarentur, & appropriarentur ex hoc profectò venustati, & honorificentiae dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem, ut præfertur erigendæ, ac illius futurorum Dignitatum, & Canonorum, necnon Beneficiorum necessitatibus, Divinique Cultus in ea incremento aliquo modo provisum, & consultum foret: Quare pro parte dicti Nunii Episcopi, & ejus nomine dilecti filii nobilis Viri Andreæ de Mello de Castro, ex Comitibus de Galveas, prædicti Joannis Regis apud Nos Ablegati Extraordinarii nobis fuit humiliter supplicatum quatenus prædictæ Regiæ Capellæ venustati, & decori in præmissis opportune providere de benignitate Apostolica dignaremur. Nos igitur, qui Divini Cultus augmentum summopere exoptamus ipsum Nunium Episcopum in hoc suo laudabili proposito confovere, ac specialem sibi gratiam facere volentes, ipsumque Nunium Episcopum à quibuscvis suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & poenis si quibus quomodolibet innodatus exit ad effectum præsentium tantum consequendum harum serie absolventes, & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati Discriminationi tuæ per Apostolica scripta mandamus quatenus vocatis omnibus, qui fuerint evocandis dictam Regiam Capellam in Scholarem, & insignem Collegiatam Ecclesiam sub invocatione ejusdem Divi Thomæ Apostoli, cum Choro, Capitulo, Mensa Capitulari, Arca, Sigillo communibus, aliisque Collegialibus prærogativis, insignibus, libertatibus, privilegiis, immunitatibus, exemptionibus, præeminentiis, antelationibus, concessionibus, favoribus, & gratiis, aliis Collegiatis insignibus



inſignibus Eccleſiis de jure, uſu, conſuetudine, privilegio, aut alias quomodolibet competentibus, & in ea Decanatum, qui principalis, & prima pro Decano, qui actu in Theologia Magiſter, aut in Decretis Doct̃or, vel Licenciatus in publica, & approbata Univerſitate exiſtat, ſeu infra annum à die ſuæ inſtitutionis gradum Magiſterii in Theologia, aut Doct̃oratus, vel Licenciaturæ in Decretis in publica, & approbata Univerſitate hujusmodi ſuſcipere omnino teneatur, quique Caput dictæ Collegiatæ Eccleſiæ erigendæ, illiusque Capituli exiſtat, & Cantoratum maiorem nuncupandum, qui ſecunda pro Cantore maiori nuncupando, ac Archipreſbyteratum, qui tertia pro Archipreſbytero, & Archidiaconatum, qui quarta pro Archidiacono, & Theſaurariatum maiorem etiam nuncupandum, qui quinta pro Theſaurario maiori etiam nuncupando, necnon Scholaſtriæ, quæ ſexta, & ultima Dignitates reſpective in ea exiſtant pro Scholaſtico reſpective Preſbyteris futuris in dicta Collegiata Eccleſia erigenda Decano Cantori maiori nuncupando Archipreſbytero, Archidiacono, Theſaurario maiori etiam nuncupando, necnon Scholaſtico, quæ Dignitates, ut infra conferri debeant, ac octodecim Canonicatus, totidemque Præbendas quorum, & quarum ſex etiam pro ſex Preſbyteris, alii, & aliæ ſex pro ſex Diaconis reliqui, & reliquæ vero ſex pro ſex Subdiaconis futuris, quoque in dicta Collegiata Eccleſia erigenda Canonicis, ac duodecim perpetua ſimplicia perſonalem tantum reſidentiam requirentia Beneficia Eccleſiaſtica pro duodecim Clericis, ſeu Preſbyteris futuris ſimiliter in dicta Collegiata Eccleſia erigenda perpetuis Beneficiatis, qui, & quæ etiam, ut infra conferri debeant, & inſimul cum Decano, aliisque Dignitatibus, ac Canonicis prædictis Capitulum ipſius Collegiatæ Eccleſiæ erigendæ conſtituant, & apud eam perſonaliter reſidere, & in ea ſingulis diebus, & ſtatuendis temporibus Horas Canonicas diurnas pariter, & nocturnas, ac Miſſas, aliaque Divina Officia, & ſervitia cum debita mentis attentione reverenter, & decenter, ſervataque Eccleſiaſtica diſciplina Collegialiter recitare, præſallere, & celebrare, iisque intereſſe, ac alias dictæ Eccleſiæ Collegiatæ erigendæ in Divinis laudabiliter deſervire reſpective teneantur, & ſine alicujus præjuditio, ac ſi, & poſtquam inſcripti redditus annui ex bonis mere laicalibus provenientes, ut præfertur assignati fuerint, & non alias auctoritate noſtra perpetuo erigas, & inſtituas, necnon facultatem eidem Joanni Regi, ejuſque in dicto Regno ſucceſſoribus Regibus prædictis deputandi ad ejus, & eorum reſpective nutum amovibiles nonnullos Manſionarios, qui eo modo, quo ſupra eidem Collegiatæ Eccleſiæ erigendæ una cum Dignitatibus, & Canonicis, ac Beneficiatis prædictis inſervire teneantur dicta auctoritate noſtra concedas, & impartiaris, ac Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia erigenda hujusmodi in ea pro tempore obvenientes, ac Manſionarios prædictos omnino juridiſctioni, & correſtioni pro tempore exiſtentis prædicti Summi Capellani Sacellani maioris nuncupati uti illorum proprio Ordinario eos & cujuſvis alterius Ordinarii juridiſctione eximendo, & liberando in ſpiritualibus, & temporalibus immediate dicta auctoritate noſtra etiam

perpetuo ad formam tantum prædicti Indulti eidem Summo Capellano Sacellano maiori nuncupato per Nos, ut præfertur concessi subji-  
 cias, ac unam Sanctæ Mariæ cujus etiam una cum insertis octingen-  
 torum & quadraginta, & alteram Parochiales Ecclesias Sancti Salvato-  
 ris de Odemira, Elborensis Diœcesis, cujus etiam una cum insertis  
 sexcentorum & quadraginta Ducatorum auri de Camera respective  
 fructus, redditus, & proventus, secundum communem estimationem  
 valorem annum, ut asseritur non excedunt, & quæ sicut accepimus  
 de Jurepatronatus prædicti Joannis Regis ex fundatione, vel dota-  
 tione, aut privilegio Apostolico cui non est hæcenus in aliquo de-  
 rogatum fore dignoscuntur ad præsens à pluribus annis per obitum  
 illarum ultimorum possessorum extra Romanam Curiam defunctorum  
 vacantes, illarumque titulum collativum statum, essentiam, & deno-  
 minationem de consensu ejusdem Joannis Regis eadem auctoritate  
 nostra etiam perpetuo supprimas, & extinguas, ita quod ille ex  
 nunc, collative esse definant, & uti tales in titulum collativum qua-  
 vis auctoritate conferri, seu de illis disponi quovis modo amplius ne-  
 queat, & si illas deinceps conferri, aut impetrari, vel alias de illis  
 disponi contigerit collationes, provisiones, & quævis aliæ dispositio-  
 nes de illis quovis modo faciendæ nullæ, & invalidæ existant, nulli-  
 que suffragentur, nec cuiquam colloratum titulum possidendi tribuant,  
 necnon dictas Parochiales Ecclesias sic supprimendas, & extinguen-  
 das, illarumque, necnon prædictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam  
 Ecclesiam insignem, ut præfertur erigendæ respective futuros reddi-  
 tus, & proventus, jura, obventiones, bona, proprietates, aliaque  
 emolumenta, quæcumque in quibuslibet rebus consistentia, & unde-  
 quaque provenientia, ac ad Parochiales Ecclesias prædictas, & Re-  
 giam Capellam hujusmodi in Collegiatam Ecclesiam, ut præfertur  
 erigendam spectantia, & pertinentia infra scriptis tamen legibus, &  
 conditionibus appositis Mensæ Capitulari dictæ Collegiatæ Ecclesiæ,  
 ut præfertur erigendæ illis videlicet Parochialium Ecclesiarum prædi-  
 ctarum pro Decanatus, aliarumque quinque Dignitatum erigendarum  
 hujusmodi dote, illasque pro tempore obtinentium congrua substan-  
 tatione, onerumque eis incumbentium supportatione applicandis, ita  
 quod liceat Decano Cantori maiori nuncupando Archipresbytero,  
 Archidiacono, Thesaurario maiori etiam nuncupando, & Scholastico  
 prædictis ejusdem Mensæ Capitularis nomine corporalem, realem, &  
 actualem possessionem bonorum, jurium, & pertinentiarum, ac an-  
 nexorum, quorumcumque ad Parochiales Ecclesias prædictas, ut præ-  
 fertur spectantium, & pertinentium libere apprehendere, & appre-  
 hensam perpetuo retinere, illorumque omnium, & singulorum fru-  
 ctus, redditus, & proventus, jura, obventiones, & emolumenta,  
 quæcumque percipere, exigere, levare, ac in dictæ Mensæ Capitu-  
 laris, ac Decanatum, aliasque quinque Dignitates prædictas pro tem-  
 pore obtinentium communes usus, utilitatem, & necessitatem salvis  
 tantum infra scriptis convertere Diœcesani loci, vel quorumvis aliorum  
 licentia desuper minime requisita dicta auctoritate nostra etiam per-  
 petuo unias, annectes, & incorpores, necnon in unaquaque ex Paro-  
 chialibus



chialibus Ecclesiis supprimendis, & extinguendis, ac ut præfertur uniendis prædictis unam perpetuam Vicariam ad præsentationem dicti Joannis Regis, ejusque in dicto Regno successorum Regum prædictorum conferendam pro duobus Presbyteris futuris Parochialium Ecclesiarum, ut præfertur supprimendarum, & extinguendarum, ac uniendarum hujusmodi Vicariis perpetuis à dicto Joanne Rege, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus prædictis præsentandis, ac per Ordinarium loci examinandis, & approbandis, qui apud Parochiales Ecclesias, ut præfertur supprimendas, & extinguendas, ac uniendas hujusmodi continuo personaliter residere, ac omnia, & singula Officia, munia, & onera Parochialia eisdem Parochialibus Ecclesiis, ut præfertur supprimendis, & extinguendis, ac uniendis, & earum cuilibet quomodolibet incumbencia subire, & adimplere respective debeant, & teneantur etiam perpetuo erigas, & instituas, illisque, ut præfertur erigendis, & instituendis pro illarum congrua, & competentis dote, easque pro tempore obtinentium congrua sustentatione ex Parochialium Ecclesiarum supprimendarum, & extinguendarum, ac uniendarum hujusmodi fructibus, redditibus, & proventibus supradictis Collegiatæ Ecclesiæ, sic ut præfertur erigendæ, illiusque Mensæ Capitulari parte, ut præfertur applicandis, & appropriandis ratam centum & triginta trium Ducatorum auri hujusmodi ducentas & sexaginta sex *Patacchas*, vulgò *Regales de ocho* nuncupatas, monetæ Portugalliæ constituentium singulis Vicariis præfactis quotannis per Capitulum, & Dignitates dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, ut præfertur erigendæ persolvendam, & per Vicarios præfactos præter emolumenta inserta ex funeralibus, & aliis similibus provenientia percipiendam, exigendam, & levandam, ac in cujuslibet eorum respective usus, & utilitatem convertendam etiam perpetuo applies, & appropries ita tantum, quod dictarum Parochialium Ecclesiarum, ut præfertur supprimendarum, & extinguendarum, ac uniendarum fructus, redditus, & proventus, ante præsentis gratiæ concessionem, & usque ad diem executionis earundem præsentium decursi in paramentorum, & ornamentorum Ecclesiasticorum, Sacrarumque Suppellectilium emptionem, seu illorum, & illarum sarcionem, ac pro fabrica, aliisque necessitatibus, & indigentis dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, ut præfertur erigendæ erogari debeant decurrendi vero ex dictarum Parochialium Ecclesiarum, ut præfertur supprimendarum, & extinguendarum, ac respective uniendarum inter Dignitates, ac illi ex infra scriptis laicalibus bonis inter Canonicos, & Beneficiatos, necnon illi ex dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, etiam ut præfertur erigendæ bonis respective provenientes deductis supradicta congrua centum & triginta trium Ducatorum pro qualibet ex supradictis Vicariis similiter, ut præfertur erigendis, illisque pariter, ut præfertur assignanda, aliisque dictæ Capellæ Regiæ in Collegiatam Ecclesiam insignem, ut præfertur erigendæ, ejusque Sacrificiæ oneribus, & expensis necessariis, & opportunis inter Mansionarios prædictos, & siquid ex fructibus bonorum, & reddituum dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam erigendæ deductis

quinqua-

quinquaginta tribus Ducatis auri hujusmodi pro quolibet Mansionario supererit in favorem Dignitates in ea obtinentium Canonorum, & Beneficiatorum prædictorum cedat, itaut Decano ducentorum, & sexaginta sex Ducatorum auri hujusmodi quingentas & triginta tres, aliisque quinque Dignitatibus, & prædictis Canonicis ducentorum Ducatorum auri similium quadringentas Beneficiatis vero centum Ducatorum auri parium ducentas, necnon Mansionariis prædictis quinquaginta trium Ducatorum auri hujusmodi respective summæ centum & sex Patacchas prædictas respective constituentium pro quolibet eorum annuatim obveiant dividatur quarum una pro Præbenda, reliquæ vero duæ ex tribus partibus in quotidianas distributiones inter inservientes distribuendæ erogentur verum quia fructus, redditus, & proventus, supradicti dictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ una cum aliis Parochialium Ecclesiarum supprimendarum, & extinguendarum, ac respective uniendarum hujusmodi pro præmissis omnibus adimplendis, & supportandis impares existunt idem Nunius Episcopus tot redditus annuos ex bonis mere laicalibus tutis, & securis ab omni onere, censu, Canone, hypotheca, caducitate, & fideicommissis prorsus liberis provenientes pro omni, & toto eo quod ad supportanda onera prædicta, & præcipue pro congrua sustentatione Canonorum, & Beneficiatorum prædictorum deesse compertum fuerit à laicali persona dari, & assignari procurabit, ita quod facta assignatione hujusmodi coram Ordinario loci, siquid supererit ex fructibus prædictæ Regiæ Capellæ in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ prædictis Dignitatibus, Canonicatibus, & Beneficiis applicari possit, & tunc, aut in eventu alterius unionis, seu aliarum unionum, si tamen quandoque nobis placuerit aliarum Parochialium Ecclesiarum, aut Beneficiorum Ecclesiasticorum de dicti Joannis Regis Jurepatronatus Regio existentium eidem Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ dicta auctoritate nostra prævia quoque dicti Jurispatronatus coram Nobis verificatione faciendæ, seu faciendarum Dos Canonicatibus, & Beneficiis erigendis prædictis de bonis, seu redditibus laicalibus hujusmodi assignata pro rata fructuum, reddituum, & proventuum Parochialium Ecclesiarum, seu Beneficiorum in futurum, ut præfertur uniendarum, seu uniendorum hujusmodi cesset, & cum fructibus eorundem bonorum mere laicalium reincorporentur, & reincorporata sit, & esse censeatur eo ipso, ac tam ad dictas Vicarias, quam ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia prædicta, ut præfertur erigendas, erigendos, & erigenda tam hac prima vice ab eorum primæva erectione, & institutione, ut præfertur faciendis vacantes, & vacantia, quam quoties ex tunc deinceps illas illos, & illa quibuscumque modis, & ex quorumcumque personis, etiam nostri, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis, etiam Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis, etiam tunc viventis familiarium continuorum Comensalium, seu Sedis prædictæ Notariorum, Prothonotariorum nuncupatorum, & aliorum Romanæ Curie Officialium, & Conclavistarum, Curialiumque, & aliorum quorumcumque specialissimas qualitates



tates habentium per quas ex uno, vel pluribus Capitibus, tam personalibus, quam realibus, aut quomodolibet quacumque reservatio, vel affectio Apostolica inducatur, etiam ex vacatione apud Sedem eandem, etiam in quibuscumque mensibus nobis, ac Romano Pontifici pro tempore existenti, Sedique prædictæ per quascumque Constitutiones Apostolicas, aut Cancellariæ Apostolicæ regulas nunc, & pro tempore reservatis, seu Ordinariis Collatoribus, etiam per Constitutiones, & regulas, easdem, seu litteras alternativarum, aut alia privilegia, & indulta hætenus concessa, vel in posterum concedenda, aut alias de jure quomodolibet competentibus ubicumque, qualitercumque, & quomodocumque vacare contigerit Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas quoad Vicarias prædictas per Ordinarium loci, ut præfertur examinandas, & approbandas, ac in eis instituendas, quo vero ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda hujusmodi in eis per dictum Nunium Episcopum, & pro tempore existentem Summum Capellanum Sacellanum maiorem nuncupatum privative quoad Ordinarium loci etiam instituendas prædicto Joanni Regi, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus prædictis eadem auctoritate nostra similiter perpetuo reserves, concedas, & assignes, ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi prædicto Joanni Regi, ejusque in dicto Regno successoribus Regibus prædictis non ex privilegio Apostolico, sed uti ex vera primæva reali, & actuali, plena, integra, & omnimoda fundatione, & perpetua dotatione laicali ex bonis mere laicalibus factis competere, & ad illas, illos, & illa pertinere, & uti tale sub derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut prescriptione acquisiti nullatenus comprehendere, nec illi ullo unquam tempore, etiam cujusvis litis pendentia vel vacationis prædictorum Dignitatum, ac Canonicatum, & Præbendarum, & Beneficiorum hujusmodi apud Sedem eandem, etiam ex resignationis ex causa permutationis, aut alio quocumque prætextu, & ex quavis alia causa quantumvis urgentissima, & legitima, etiam per Nos, & quoscumque Romanos Pontifices successores nostros pro tempore existentes derogari posse decernas, ac eidem Collegiæ Ecclesiæ, ut præfertur erigendæ, illiusque Decano, Capitulo, & Canonicis, ac Beneficiatis, & Mansionariis prædicti, ut omnibus, & singulis privilegiis, prærogativis, antianitate, immunitatibus, exemptionibus, libertatibus, facultatibus, indulgentiis, gratiis, indulgentiis, etiam plenariis peccatorum remissionibus, tam pro vivis, quam pro defunctis, per quoscumque Romanos Pontifices, Prædecessores nostros, ac nos, & Sedem prædictam, ac illius etiam de Latere Legatos Regiæ Capellæ hujusmodi in Collegiatam Ecclesiam insignem, ut præfertur erigendæ quomodolibet concessis quibus dicta Regia Capella in Collegiatam insignem Ecclesiam, ut præfertur erigendæ, illiusque pro tempore existens Summus Capellanus Sacellanus maior nuncupatus, & Capellani prædicti, necnon Christi fideles illam pro tempore visitantes de præsentanti utuntur, fruuntur, & gaudent, ac uti, frui, & gaudere possunt similiter, & pariformiter, ac sine ulla prorsus differentia non solum ad eorum infar

tar, sed æque principaliter uti, frui, potiri, & gaudere possint, & valeant perinde, ac si illæ à principio Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ hujusmodi, illiusque Decano, Capitulo, Canonicis, Beneficiatis, ac Mansionariis prædictis concessa fuissent, dummodo tamen illa sint in usu, & hæcenus non revocata, nec sub aliqua revocatione comprehensa, ac Sacris Canonibus, & Concilii Tridentini Decretis non repugnent, necnon, ut omnia, & quæcumque statuta, & ordinationes circa regimen, & gubernium Collegiatæ Ecclesiæ erigendæ hujusmodi, illiusque personarum necessaria, & opportuna licita tantum, & honesta, ac Sacris Canonibus, & Concilii Tridentini Decretis prædictis minime adversantia cum consensu dicti Joannis Regis, ejusque in dicto Regno successorum Regum prædictorum condere, & pro rerum, & temporum varietate alterare, & immutare præviis tantum semper dicti Nunii Episcopi, & pro tempore existentis Summi Capellani Sacellani maioris nuncupati examine, & approbationibus libere, & licite possint, & valeant, ac ut tam Decanus, quam aliæ quinque Dignitates, & octodecim Canonici prædicti supra Cottam Mozzettam cum Capuccio coloris nigri à parte foris, & à parte intus coloris rubicundi, Beneficiati vero Mozzettam sine Capuccio intus, & foris coloris nigri; in Adventus autem, & Quadragesimæ temporibus Decanus, & reliquæ quinque Dignitates, ac Canonici prædicti Cappam magnam coloris nigri cum Capuccio ex parte foris coloris nigri, & à parte intus coloris violacei; Beneficiati vero Cappam magnam sine Capuccio tam foris, quam intus coloris nigri tam in Collegiata Ecclesia erigenda hujusmodi, illiusque Capitulo, & Choro, quam extra illam in quibuscumque processibus, etiam Capitularibus, aliisque publicis, & privatis actibus, & functionibus, ac alias, ubique locorum deferre, & gestare; ac illis uti respective libere, & licite possint, & valeant auctoritate nostra prædicta respective concedas, & indulgeas, ac easdem præsentas, & in eis contenta quæcumque, etiam ex eo quod causæ propter quas præmissa omnia, & singula facta fuerint coram Ordinariis locorum tamquam Sedis prædictæ Delegatis, vel alias examinata, verificata, approbata, justificata, ac quicumque in præmissis jus, vel interesse habentes, seu habere prætendentes cujusvis gradus, ordinis, præeminentiæ, vel Dignitatis, etiam Cardinalatus, seu alias specifica, & individua mentione digni existant eisdem præmissis, eorumque singulis non consenserint, nec ad ea vocati, seu auditi fuerint, etiam si consentire, seu vocari, & audiri debuissent, aut ex alia quantumvis juridica, legitima, & privilegiata causa, & quovis alio colore, prætextu, & capite, etiam in corpore juris clauso ullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, seu nullitatis vitio, aut intentionis nostræ, aliove quolibet etiam quantumvis substantiali defectu notari, impugnari, infringi, in controversiam vocari ad terminos juris seduci, aut adversus illas quodcumque juris, facti, vel gratiæ remedium intentari, vel impetrari nullatenus posse, suosque plenarios, integros, & irrevocabiles, perpetuosque effectus fortiri, & obtinere debere, ac ab omnibus ad quos spectat, & quandocumque, & quomodocumque  
pro



pro tempore spectabit inviolabiliter observari, sicque, & non alias, per quoscunque Judices Ordinarios, vel Delegatos quavis auctoritate fungentes, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac predictæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, Sedisque prædictæ Nuncios judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam, quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari irritum, & inane eadem auctoritate nostra decernas, non obstantibus nostris, & Cancellariæ Apostolicæ prædictæ regulis de Jurequæsito non tollendo, ac de gratiis ad instar non concedendis, & de unionibus, aliisque similibus gratiis ad partes committendis vocatis omnibus quorum interest, ac de exprimendo vero annuo valore, necnon Lateranensis Concilii novissime celebrati uniones perpetuas, nisi in casibus à Jure permissis fieri prohibentis, & aliis Apostolicis, etiam in Universalibus, Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis, vel edendis, generalibus, & specialibus Constitutionibus, & Ordinationibus, sub quibuscunque tenoribus, & formis, ac cum quibuscvis derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus efficacissimis, & insolitis clausulis, necnon irritantibus, & aliis Decretis in genere, vel in specie, & alias in contrarium præmissorum quomodolibet concessis, approbatis, & innovatis, etiam si pro illorum sufficienti derogatione de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret illorum tenores pro plene, & sufficienter, ac de verbo ad verbum insertis habentes illis alias in suo robore permansuris ad præmissorum validissimum effectum hac vice dumtaxat specialiter, & expresse harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscunque. Datum Romæ apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominicæ, millesimo septingentesimo nono Kalendas Martii, Pontificatus nostri anno decimo. Loco ✠ Plumbi. Super quibus Ego Notarius publicus infra scriptus presens Transumptum confeci, & subscripsi, ut perinde valeat, ac litteræ Originales, Act. ut supra presentibus D. D. Joanne Noleu, & Gabriele Liber testibus. = Præinsertæ litteræ Apostolicæ cum suo Originali revisæ concordant . . . .

*Bulla Aurea do Papa Clemente XI. da erecção da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa. Está impressa no Bullario Romano do anno de 1727, tom. 8, pag. 172; e no que se imprimio em Roma do Papa Clemente XI. no anno de 1723, a pag. 229, e se imprimio em Roma no anno de 1716, e anda na Collecção, que fez o Marquez de Fontes, então Embaixador na Curia, e na de Francfort impressa em 1729, Constituição 86, pag. 478.*

## CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

Num. III  
An. 1716.

**I**N Supremo Apostolatus Solio, meritis licet imparibus, Divinâ dispositione constituti, pastoralis Officii nostri partes circa ea libenter interponimus, per quæ Orthodoxis Regibus, aliisve de Apostolicâ Sede, & Catholica Religione optimè meritis Principibus, illustria grati animi nostri argumenta exhibere possimus, illosque præ cæteris, qui validis subsidiis communem Christianæ Reipublicæ causam adversus teterrimos illius Hostes adjuvare satagunt, præcipuis, ac verè singularibus Pontificiæ largitatis gratiis prosequamur.

§. I Sane cum immanissimus Turcarum Tyrannus postquam Divinis omnibus, ut notum est, atque humanis legibus infraçtis, dirum, atroxque bellum superiori anno dilectis Filiis Nobilibus Viris Duci, & Dominio Venetorum nequissimè intulerat, felici, ac celeri Peloponnesi expugnatione summoperè elatus, ac nihil jam sibi impervium fore confidens, non Venetas tantum, sed & alias Christianorum Principum Provincias ingenti, & forsan antehac inaudito terrestrium, maritimarumque copiarum apparatu, hoc præsentis anno aggredi, ac cladibus involvere, potissimum verò Insulam, & Civitatem Corcyræ, securitatis Italicæ propugnaculum, oppugnare moliretur. Nos tot, tantisque Ecclesiæ, ac Reipublicæ, imò & temporalis nostræ Ditionis periculis vehementer commoti, primum quidem ad Eum, qui potens est in prælio, toto corde clamavimus, ut secundum multitudinem miserationum suarum redimeret Nos à malis, nec daret hæreditatem suam in opprobrium, deindè verò Catholicos Principes, omni paternæ charitatis contentione hortari non prætermisimus, ut labenti rei Christianæ opem ferrent, ac eademmet, quibus nuper inter se digladiati fuerant, arma in Barbaros converterent.

§. 2 Cum autem inter illos Charissimus in Christo Filius noster Joannes Portugalliæ, & Algarbiorum Rex illustris eximiæ, non minus suæ pietatis stimulis, quàm Officiis nostris adductus, in primis verò clarissimis Majorum suorum Portugalliæ Regum, de Orthodoxæ Fidei tuitione, ac propagatione meritissimorum exemplis excitatus, nullis



nullis incommodis, nullisque expensis, quantumvis gravissimis, parcens, summo zelo, summâque, ac penè incredibili liberalitate, & alacritate, in auxilium Christianæ Classis validissimum quamplurimum bellicarum, munitissimarumque Navium subsidium quàm citissimè transmiserit; Nos probè scientes prædictum Joannem Regem pluribus abhinc annis, pio desiderio motum habendi in suo Palatio Regio Ulyssiponenſi unam Cathedralē Ecclesiā, summoperè exoptasse, ut sæcularis, ac insignis Collegiata Ecclesia in eodem Palatio, sub invocatione Divi Thomæ Apostoli, aliàs à Nobis erecta, & instituta in Cathedralē Ecclesiā hujusmodi, sub invocatione Assumptionis Beatissimæ Mariæ Virginis erigatur; proptereaue Civitas, & Diœcesis Ulyssiponenſis in duas partes dividantur, & in eis duo Archiepiscopatus constituentur, Civitatem verò Ulyssiponenſem prædictam, Lusitaniæ Metropolim, tum ob maritimum Portum, continuam frequentiam omnium Gentium, & Nationum, omnigenam mercaturam, ac divitiarum abundantiam, tum ob ingentem numerum Ecclesiarum, Monasteriorum, & Couventuum tam Virorum, quàm Mulierum, Confraternitatum, Hospitalium, aliorumque Locorum piorum, tum denique ob plurimas nobilissimas familias, multosque Viros in illustribus gradibus constitutos, & tam literis, quàm armis conspicuos, toto Orbe Terrarum celeberrimam esse, proindeque hujusmodi prærogativâ summoperè dignam, ipsasque Civitatem, & Diœcesim Ulyssiponenſem tam ob laicalem Populum, quàm ob Clerum secularem, & Regularem valdè numerosas, necnon fructus, redditus, & provenus, Mensæ Archiepiscopalis Ulyssiponenſis, cujus Ecclesia ad præfens Pastoris solatio destituta, ut accepimus, existit, ad duorum Archiepiscoporum postquam Civitas, & Diœcesis Ulyssiponenſis hujusmodi in duas partes divisæ fuerint, & in prædictis duabus partibus, mediante unius novi Archiepiscopatus erectione, duo Archiepiscopatus constituti fuerint, commodam, congruamque sustentationem sufficientissimos existere.

§. 3 Volentes eidem Joanni Regi aliquod singulare nostri grati animi argumentum præbere, ad maiorem Dei gloriam, & Divini Cultus augmentum, attentâ amplitudine ejusdem Diœcesis Ulyssiponenſis, motu proprio, non ad alicujus Nobis super hoc oblatae petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostri, deque Apostolicæ potestatis plenitudine, Civitatem, & Diœcesim Ulyssiponenſem præfatas in duas partes dividimus, ac unam tam Civitatis, quàm Diœcesis divisarum hujusmodi partem versus Orientem, antiquo Archiepiscopatu Ulyssiponenſi relinquimus, alteram verò partem versus Occidentem, novo Archiepiscopatu per Nos, ut infra erigendo, assignamus; itaut in posterum perpetuis futuris temporibus pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponenſis, qui medietatem Civitatis, necnon medietatem Diœcesis Ulyssiponenſis versus Orientem habuerit, Archiepiscopus Ulyssiponenſis Orientalis; futurus verò, ac pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponenſis, qui medietatem Civitatis, itidemque medietatem Diœcesis Ulyssiponenſis versus Occidentem pariformiter habuerit, Archiepiscopus

copus Ulyssiponenſis Occidentalis reſpectivè nuncupari debeant.

§. 4. Divisionem autem prædictæ Civitatis Ulyſſiponenſis in duas partes, ut infra, faciendam eſſe decernimus, prout vigore præſentium facimus, unamque partem ab alterâ dividimus, & ſeparamus, itaut Civitas Ulyſſiponenſis antiquior, cum ſuo Caſtello, & ſuburbio Orientali, ad pro tempore exiſtente Archiepiſcopum Ulyſſiponenſem Orientalem, ſuburbium verò Occidentale, quod nova Ulyſſipo nuncupatur, ad futurum, & pro tempore exiſtente Archiepiſcopum Ulyſſiponenſem Occidentalem reſpectivè nuncupandos, reſpectivè pertineant, unaque pars ab alterâ diſtinguatur per antiquiores muros Civitatis, nempe per murum Civitatis Portæ Conſolationis, per murum Coſtâ de Caſtello, ac per murum, & Portam Sancti Andreae, & quidquid inde eſt, cum Civitate antiquiori in parte Orientali, una cum Parochialibus, aliisque Eccleſiis, Monaſteriis, Conventibus, & Locis Piis quibuſcumque ad Orientalem, quidquid verò exiſtit in parte Occidentali, ſeu novâ Ulyſſipone, ſimiliter cum Parochialibus, aliisque Eccleſiis, Monaſteriis, Conventibus, pariterque Locis Piis quibuſcumque ad Occidentalem reſpectivè nuncupandum Archiepiſcopum pro tempore exiſtente ſpectare, & pertinere debeat; Dioceſim verò Ulyſſiponenſem pariformiter in duas partes dividimus, ac partem Dioceſis Ulyſſiponenſis, verſus Orientem pro tempore exiſtenti Archiepiſcopo Ulyſſiponenſi Orientali, partem verò ejuſdem Dioceſis Ulyſſiponenſis, verſus Occidentem futuro, ac pro tempore exiſtenti Archiepiſcopo Ulyſſiponenſi Occidentali reſpectivè nuncupandis, ſimiliter reſpectivè ſubjicimus, & aſſignamus.

§. 5. Linea autem diviſoria dictæ Dioceſis Ulyſſiponenſis incipiet à Locis de Arroios, Campo grande, Povia Sancti Adriani, & Arruda, cum toto Territorio de Alenquer, qua parte terminat cum Territorio Villarum de Ribatejo, & exinde Moinho novo, Otta, Cercal, Sancheira, cum Coutos de Alcobaça, uſque ad confinia Episcopatus Leyrienſis, includendo omnia prædicta Loca, Oppida, & Villas, cum ſuis Territoriis Dependentiis, Terris, Populationibus, omniaque alia, quæ intra hanc lineam, & littora Maris Oceani reperiuntur ad pro tempore exiſtente Archiepiſcopum Ulyſſiponenſem Occidentalem nuncupandum, ſpectare, & pertinere debeant; Cætera verò Loca, Oppida, & Villas, quæ ex hac lineâ excluſivè reperiuntur, uſque ad Ripas Tagi, & Confinia Jurisdictionis de Thomar, cum omnibus ſuis Territoriis, Diſtrictibus, & Dependentiis ad pro tempore exiſtente Archiepiſcopum Ulyſſiponenſem Orientalem pariter nuncupandum, ſpectare, & pertinere debeant; ex alterâ autem parte Tagi, Territorium de Setuval, qua ſe extendit intra Flumina Sado, & Canha, uſque ad confinia Archiepiſcopatus Elboreniſis cum omnibus Locis, Oppidis, & Villis, eorumque Territoriis, & Dependentiis, ad pro tempore exiſtente Archiepiſcopum Ulyſſiponenſem Occidentalem; Territorium verò de Sanctarem ultra Tagum intra Flumina Divor, & Caſtellum de Almourol, uſque ad confinia Episcopatus Portalegrenſis, etiam cum Locis, Oppidis, & Territoriis ad pro tempore exiſtente Archiepiſcopum Ulyſſiponenſem Orientalem reſpectivè



respectivè nuncupandos, similiter respectivè spectare, & pertinere debeant; In prædictis autem parte Civitatis, ac parte Diœcesis Ulyssiponenſis verſus Occidentem pro futuro Archiepiſcopo Ulyſſiponenſi Occidentali nuncupando ſic, ut præfertur, conſtitutis, & aſſignatis novum Archiepiſcopatum Ulyſſiponenſem Occidentalem nuncupandum pro uno vero, & futuro Archiepiſcopo Ulyſſiponenſi Occidentali nuncupando ad nominationem prædicti Joannis Regis, ejuſque in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis ſucceſſorum Regum pro tempore exiſtentium, ut infra, eidem Archiepiſcopatui Ulyſſiponenſi Occidentali nuncupando Apoſtolicâ auctoritate præficiendo, qui novus Archiepiſcopus Ulyſſiponenſis Occidentalis nuncupandus in nullo penitus alteri Archiepiſcopo Ulyſſiponenſi Orientali nuncupando, aliifque quibuſcumque Archiepiſcopis, Prælatiſ, & ſuperioribus quocumque nomine nuncupatiſ ſubjectus ſit; ſed ab eis, eorumque Jurisdictione, & ſuperioritate penitus, & omninò exemptus, ac duntaxat Sedi Apoſtolicæ immediatè ſubjectus exiſtat, erigimus, & inſtituimus; dictamque ſecularem, & inſignem Collegiatam Eccleſiam ſub invocatione Divi Thomæ Apoſtoli in prædicto Palatio Regio, ut præfertur, exiſtentem, præviâ ſuppreſſione denominationiſ, & tituli inſignis Collegiatæ Eccleſiæ ejuſdem Divi Thomæ Apoſtoli, in veram Archiepiſcopalem Sedem, & Eccleſiam Metropolitanam Ulyſſiponenſem Occidentalem nuncupandam ſub invocatione Aſſumptioniſ Beatiſſimæ Virginis Mariæ pariformiter erigimus, & inſtituimus, ac nomine Archiepiſcopali, & Metropolitano Ulyſſiponenſi Occidentali inſignimus, & decoramus, ac volumus, quòd ipſa Collegiata Eccleſia, quæ ex ſex Dignitatibus, octodecim Canonicatibus, totidemque Præbendis, quas, & quos obtinentes illius Capitulum conſtituebant, necnon ex duodecim perpetuiſ Beneficiis Eccleſiaſticis conſtituebatur, in Cathedralẽ erecta eodem numero Dignitatum Canonicatum, & Præbendarum, quas & quos etiam obtinentes illius Capitulum ſimiliter conſtituant, necnon eodem numero Beneficiorum conſtituatur, quorum tamen Canonicatum tres in Pœnitentiarium, Theologalem, & Doctorem reſpectivè Canonicatus per ipſum Joannem Regem designandi erunt, ſervatiſ tamen in præſentatione, collatione, & inſtitutione Canonicatum Pœnitentiarii, Theologaliſ, & Doctoraliſ hujusmodi, tam circa ætatem, quàm circa idoneitatem, aliasque qualitates Concilii Tridentini Decretiſ.

§. 6 Cumque dicta Cathedraliſ Eccleſia Ulyſſiponenſiſ Occidentaliſ nuncupanda, olim, ut præfertur, Collegiata Eccleſia, nunc ad hujusmodi ſublimitatem, honorificamque excellentiam ſublimata exiſtat, dictuſque Joannes Rex, ut accepimus, in ea Dignitates, & Canonicos habere, qui certas, & peculiareſ qualitateſ habeant, ad hoc ut ad altioreſ Dignitateſ, & Cathedralium Eccleſiarum regimina promoveri, ſeu præſentari poſſint ſummopere deſideret, eidem Joanni Regi, ut nonnullos ex Dignitateſ, & Canonicatus, & Præbendaſ hujusmodi, ac Beneficia præſata nunc obtinentibus pro hac vice tantum ab eis removeſ, alioſque in eorum locum ſubrogare, dummodo tamen priuſ indemnitateſ eorum, qui ſic remoti fuerint, ſaltem æquiva-

æquivalenter, consultum fuerit, liberè, & licitè possit, & valeat, & sic remoti à Dignitatibus, aut Canonicatibus, & Præbendis, seu Beneficiis hujusmodi quâvis ratione, & sub quovis prætextu, etiam triennalis possessionis juvari non possint, nec remoti hujusmodi contradicere, & se opponere valeant, ac pro remotis Apostolicâ auctoritate haberi volumus, & mandamus, tenore præsentium, motu pari concedimus, & indulgemus. Ad hoc autem, ut tam Archiepiscopus Ulyssiponensis Orientalis, quàm Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis pro tempore existentes ultra propriam, & distinctam Dioecesim, ac proprium, & distinctum Territorium, cum propriâ, verâ, & particulari auctoritate, jurisdictione, & potestate in cujusque eorum subditos, & Dioecesanos habere valeant, Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali pro tempore existenti, ut auctoritatem, jurisdictionem, & superioritatem in Clerum, & Populum, in Castra, Oppida, Villas, Territoria, Districtus, Ecclesias, & Personas tam sæculares, quàm Ecclesiasticas existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Dioecesis Ulyssiponensis versus Orientem ei, ut præfertur, assignatis, habere debeat, & eas liberè, & licitè exercere valeat, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus jurisdictioni, subjectioni visitationi, & correctioni semper, & perpetuò subjecta remaneant, citra tamen præjudicium Personarum, seu Locorum, forsan habentium privilegia exemptionis ab hujusmodi visitatione, quæ firma, & illæsa remanere, & ut antea ab hujusmodi visitatione exempta respectivè esse debeant.

§. 7 Necnon eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali ultra jurisdictionem, & auctoritatem in Personas, & Loca in medietate Civitatis, & medietate Dioecesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Orientem sic, ut præfertur, ei assignatis, collationes provisiones, & omnimodas alias dispositiones Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, Personatum, Administrationum, Officiorum, cæterorumque omnium, & singulorum Beneficiorum Ecclesiasticorum cum curâ, & sine curâ, ac Præsentationes, Electiones ad illa, confirmationes, & institutiones in eisdem antea in tota Civitate, & tota Dioecesi Ulyssiponensi prædefunctis Archiepiscopis Ulyssiponensibus competentes, salvis tamen, & illæsis semper remanentibus, reservationibus, & affectionibus Apostolicis, & absque præjudicio præsentationis Beneficiorum Jurispatronatus Regii, & Laicalis in posterum pro medietate tantum Civitatis Ulyssiponensis, & medietate Dioecesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Orientem sic, ut præfertur, sibi assignatis, relinquimus, & assignamus, eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali Egitanienfi, Portalegrenfi, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congenfi Episcopales Ecclesias modernosque, & pro tempore existentes illarum respectivè Præsules, seu Administratores pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Ulyssiponensis Orientalis suffraganeis, qui tanquam membra capiti pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponensi Orientali jure metropolitico subsint, designamus, & deputamus; ita quod idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis



nenfis Orientalis in eisdem Egitanienfis, Portalegrenfis, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congenfis Civitatibus, & Diœcesis jus metropoliticum sibi vindicet, & Egitanienfis, Portalegrenfis, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congenfis pro tempore existentes Episcopi eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponenfi Orientali ad omnia, & singula teneantur, & sint adstricti, ad quæ suffraganei quicumque suis Metropolitanis Ecclesiis, & Metropolitanas juxta canonicas sanctiones tenentur, & obligati existunt, ac eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponenfi Orientali prædictos suos suffraganeos consecrandi, Provinciales Synodos evocandi, ac cum eisdem suffraganeis Ecclesiastica negocia agendi, & definiendi, causas quarumcumque appellationum, sive querelas juxta Sacrorum Canonum, & Concilii Tridentini Decreta cognoscendi, omniaque alia, & singula quæcumque, quæ de jure, usu, consuetudine, aut aliàs quoquomodo ad Archiepiscopos, & Archiepiscopale munus spectare, & pertinere solent, & præcisè ad antiquum Archiepiscopum Ulyssiponensem antea spectabant, & pertinebant in medietate tantum Civitatis Ulyssiponenfis versus Orientem, & medietate tantum Diœcesis Ulyssiponenfis hujusmodi etiam versus Orientem sic ei pro suis Archiepiscopatu, & Territorio, à Nobis per præsentis relictis, & assignatis, gerendi, & exercendi plenam, liberam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem relinquimus pariter, & assignamus.

§. 8 Pro tempore verò existenti Archiepiscopo Ulyssiponenfi Occidentali, qui semper esse debeat Sacellanus maior dictæ Regiæ Capellæ, ut ultra gratias, privilegia, prærogativas, & indulta, quibus frui debebit uti Sacellanus maior Regiæ Capellæ, & præcisè ultra jurisdictionem spiritualem, & temporalem, quæ ei competere debet super Familiaribus Regiis, aliisque Personis juxta formam, & tenorem privilegiorum eidem Sacellano maiori aliàs concessorum, ubicumque domicilium habentibus, seu habituris, etiam ipse jurisdictionem, & auctoritatem in Clerum, Populum, Castra, Oppida, Villas, Territeria, Districtus, Ecclesias, & Personas tam sæculares, quàm Ecclesiasticas, & Regulares existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponenfis hujusmodi versus Occidentem ei sic, ut præfertur assignatis, habere debeat, ac eas liberè, & licitè exercere valeat, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus subjectioni, visitationi, & correctioni semper, & perpetuò subiecta remaneant, citra tamen præjudicium Personarum, seu Locorum forsitan habentium privilegia exemptionis ab hujusmodi visitatione, quæ firma pariter, & illæsa remanere, & ut antea ab hujusmodi visitatione exempta respectivè esse debeant; necnon eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulyssiponenfi Occidentali ultra jurisdictionem, & auctoritatem in Personas, & Loca in medietate Civitatis, & medietate Diœcesis Ulyssiponenfis hujusmodi versus Occidentem sic, ut præfertur, ei assignatis, collationes, provisiones, & omnimodas aliàs dispositiones Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, Personatum, Administrationum, Officiorum, cæterorumque omnium, &

& singulorum Beneficiorum Ecclesiasticorum cum curâ, & sine curâ, ac præsentationes, electiones ad illa, confirmationes, & institutiones in eisdem antea in totâ Civitate, & totâ Diocesi Ulyssiponenſi prædefunctis Archiepiscopis Ulyssiponenſibus competentes ſalvis tamen, & ſemper illaſis pariter remanentibus reſervationibus, & affectionibus Apoſtolicis, & abſque præjudicio præſentationis Beneficiorum Jurispatronatus Regii, & Laicalis, in poſterum pro medietate tantum Civitatis Ulyssiponenſis, ac medietate tantum Diocesis Ulyssiponenſis verſus Occidentem, ſic, ut præfertur, pro tempore exiſtenti Archiepſcopo Ulyssiponenſi Occidentali assignatis, ſimiliter concedimus, & reſpectivè indulgemus, eidemque pro tempore exiſtenti Archiepſcopo Ulyssiponenſi Occidentali Leyrienſi, Lamacenſi, Funchalenſi, & Angrenſi, Episcopales Eccleſias, modernosque, & pro tempore exiſtentes illarum reſpectivè Præſules, ſeu Adminiſtratores pro ſuis, & pro tempore exiſtentis Archiepſcopi Ulyssiponenſis Occidentalis ſuffraganeis, qui tanquam membra Capiti, eidem pro tempore exiſtenti Archiepſcopo Ulyssiponenſi Occidentali jure Metropolitico ſubjaceant, eique obedientiam, & reverentiam, tanquam proprio Metropolitano, præſtare debeant, ſimiliter designamus, & deputamus; ita quòd idem pro tempore exiſtens Archiepſcopus Ulyssiponenſis Occidentalis in eisdem Leyrienſi, Lamacenſi, Funchalenſi, & Angrenſi, Civitatibus, & Diocesiſus jus Metropoliticum habeat, & habere debeat, & Leyrienſes, Lamacenſes, Funchalenſes, & Angrenſes Episcopos eidem pro tempore exiſtenti Archiepſcopo Ulyssiponenſi Occidentali ad omnia, & ſingula teneantur, & ſint adſtricti, ad quæ ſuffraganei quicumque de jure, uſu, aut conſuetudine tenentur, & obligati exiſtunt, ipſique pro tempore exiſtenti Archiepſcopo Ulyssiponenſi Occidentali præſatos ſuos ſuffraganeos conſecrandi, Provinciales Synodos evocandi, ac cum eis etiam Eccleſiaſtica negotia agendi, & terminandi, cauſas quarumcumque appellationum, ſive querelas juxta Sacrorum Canonum Statuta, & Concilii Tridentini Decreta cognoscendi, omniaque alia, & ſingula, quæ ſimiliter de jure, uſu, conſuetudine, aut aliàs quomodolibet ad Archiepiscopos, & Archiepiscopale munus ſpectare, & pertinere ſolent, & præciſe ad antiquum Archiepiscopum Ulyssiponenſem antea in tota Civitate, & Diocesi Ulyssiponenſi ſpectabant, & pertinebant, in poſterum in medietate tantum Civitatis, & medietate tantum Diocesis Ulyssiponenſis hujusmodi verſus Occidentem ſic ei pariter pro ſuis Archiepiscopatu, & Territorio, à Nobis per præſentes assignatis, gerendi, & exercendi, plenam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem concedimus, & impartimur.

§. 9 Ut autem tam Archiepſcopus Ulyssiponenſis Orientalis, quàm Archiepſcopus Ulyssiponenſis Occidentalis pro tempore exiſtentes in actu expeditionis literarum Apoſtolicarum ſuper eorum promotione ad dictos Ulyssiponenſem Orientalem, & Ulyssiponenſem Occidentalem Archiepiscopatus ad nominationem dicti Joannis Regis, ejuſque ſucceſſorum Regum præſatorum, ut infra, faciendam, taxam, fixam, & invariabilem in libris Cameræ Apoſtolicæ, ac certos,



tos, & distinctos fructus habere valeant, cum taxâ antiqui Archiepiscopatus Ulyssiponenſis in libris Camerae Apostolicae ad bis mille florenos auri descripta reperiatur, & æquum sit, quod sicuti dividuntur Civitas, & Dioecesis, ita etiam dividantur fructus, & onera, volumus, & ordinamus, quod in posterum fructus Archiepiscopatus Ulyssiponenſis Orientalis ad mille florenos auri, & similiter fructus Archiepiscopatus Ulyssiponenſis Occidentalis ad alios mille florenos similes respectivè in libris Camerae Apostolicae taxati respectivè existant.

§. 10 Unicuique autem ex prædictis duobus Archiepiscopis Ulyssiponenſibus Orientali, & Occidentali pro tempore existentibus illi fructus ex decimis, & aliis quibuscumque redditibus, proventibus, bonis stabilibus, censibus, & aliis huiusmodi provenientes obveniant, qui provenire poterunt ex illa medietate Civitatis, & medietate Dioecesis Ulyssiponenſis ei sic, ut præfertur, assignatis; & ne antiquum Capitulum Ulyssiponenſem ex hac divisione, & dismembratione, ac novi Archiepiscopatus Ulyssiponenſis Occidentalis erectione quoad infraſcriptos fructus, & alia emolumenta ei, ut infra, spectantia, aliquod detrimentum patiatur, tam fructus, quàm decimæ, & alia emolumenta, quæ antea eidem antiquo Capitulo spectabant, & pertinebant, etiam post divisionem Civitatis, & Dioecesis Ulyssiponenſis, ac novæ Metropolitanæ Ecclesiæ huiusmodi erectionem, ut antea, spectare, & pertinere debeant, absque eo quod Capitulum, & Canonici novæ Metropolitanæ Ecclesiæ præfatæ ex prædictis decimis, fructibus, & emolumentis ad antiquum Capitulum Ulyssiponenſem, ut præfertur, spectantibus quidquam exigere, seu prætereendere valeant, etiamſi fructus, decimæ, & emolumenta huiusmodi ex quibuscumque bonis, rebus, & Personis in medietate Civitatis, & medietate Dioecesis Ulyssiponenſis versus Occidentem existentibus quomodolibet proveniant.

§. 11 Ad effectum verò, ut ex divisione Civitatis, & Dioecesis Ulyssiponenſis præfatarum, & existentia duorum Archiepiscopatum intra limites ejusdem antiquæ Civitatis, ejusdemque Dioecesis, discordiæ, & dissensiones non oriantur, cupientes pacem, & tranquillitatem inter Personas Ecclesiasticas, summoperè consentaneam, conservare, omnia, & singula infraſcripta, quæ jurisdictionem, superioritatem, aliaque pro quiete, & concordia amborum Archiepiscopatum respicere possunt, perpetuis futuris temporibus tam ab Archiepiscopo Ulyssiponenſi Orientali, quàm ab Archiepiscopo Ulyssiponenſi Occidentali, eorumque respectivè Vicariis, Officialibus, & Ministris quocumque nomine nuncupandis, ac quâvis auctoritate, superioritate, jurisdictione, & facultate pollentibus, necnon subditis, & Dioecesanis tam sæcularibus, quàm Ecclesiasticis, firmiter, & inviolabiliter observari debere mandamus. Primò videlicet, quod Confessarii, & Concionatores, si à proprio ex duobus prædictis Archiepiscopis pro tempore existentibus approbati, & idonei reperti fuerint ad Confessiones audiendas, & verbi Dei prædicationes faciendas in unâ parte Civitatis, & Dioecesis Ulyssiponenſis, in quâ existit dictus

proprius Archiepiscopus, tunc, & eo casu, exhibendo coram altero Archiepiscopo approbationem proprii Archiepiscopi, possint in alterâ parte Civitatis Ulyssiponenfis, ejusque districtu confessiones audire, & Verbum Dei prædicare absque alio examine, aliâque approbatione, sed habitâ tantum licentiâ ab Archiepiscopo loci, in quo Confessiones hujusmodi audire, & Verbum Dei prædicare voluerint.

§. 12. Secundò, quòd omnes, & quicumque casus, qui in uno ex prædictis duobus Archiepiscopatibus erunt reservati, vel in posterum reservabuntur, pariformiter sint, & esse debeant etiam reservati in alio ex prædictis duobus Archiepiscopatibus, ne subditi unius ex præfatis duobus Archiepiscopatibus hujusmodi committentes excessus, qui in suo Archiepiscopatu sunt reservati, facile absolvi possint in alio ex præfatis duobus Archiepiscopatibus, in quo similes casus reservati non fuerint.

§. 13. Tertiò in eventum sepeliendi aliquem defunctum unius partis Civitatis, vel Dioecesis in alterâ parte ejusdem Civitatis, vel Dioecesis, vel quia in hac alterâ parte sibi elegerit sepulchrum, vel quia in hac alterâ parte sepulchrum suorum Maiorum, & Consanguineorum existat, tunc Parochus Defuncti associare debeat cadaver usque ad limites illius Archiepiscopatus, in quo decessit, illudque exinde associabitur à Parocho, intra cujus limites sita est Parochia, sive Ecclesia, in qua cadaver prædictum erit sepeliendum, dividendo tamen inter utrumque Parochum emolumenta debita ratione funeris.

§. 14. Quartò Religiones, & Laicorum Confraternitates totius Civitatis, quæ ad præsens in eâdem Civitate reperiuntur, in posterum associanda Cadavera, & in aliis quibuscumque functionibus, tam eundo, quàm redeundo incedere possint per totam Civitatem processionaliter eisdem modo, & formâ, quibus ad præsens incedunt. Illæ verò Religiones, & Laicorum Confraternitates, quæ in futurum de novo fundatæ, & institutæ fuerint, ad hoc ut in prædictis functionibus incedere possint per totam Civitatem processionaliter, ab utroque Archiepiscopo licentiam petere debeant, & facultatem.

§. 15. Quintò quotiescumque opus fuerit facere denunciationses super matrimoniis contrahendis in dicta Civitate Ulyssiponensi commorantibus, denunciationses hujusmodi quamvis matrimonium contrahere, & ad Ordines hujusmodi promoveri volentes unius partis dictæ Civitatis, ut præfertur, divisæ habitatores existant, non solum in eorum Parochiali Ecclesiâ, verum etiam in unâ ex Parochialibus Ecclesiis alterius partis ejusdem Civitatis, ut præfertur, divisæ, ad hoc ut fraudibus obviari possit, fieri debeant, nec ullo unquam tempore matrimonia contrahi, ac Ordines tam minores, quàm sacri conferri possint absque fide Notariorum vulgò *Folha corrida* nuncupata utriusque Archiepiscopatus, in qua expresse caveatur, quòd tam illi, qui matrimonia contrahere voluerint, quàm illi, qui ad Ordines præfatos erunt promovendi, nullo canonico impedimento irretiti existant, nullave criminis infamiâ quoad Ordines hujusmodi laborent.

§. 16. Sextò, quòd publicæ Processiones, tam in die solemnitatis Corporis Christi ab utraque Cathedrali faciendæ, quàm quæ ex consuetudine,



suetudine, vel voto aliis diebus fiunt, vel de cætero fieri potuerint, nequaquam fieri valeant extra limites proprios unius Archiepiscopatus absque expressâ licentiâ, & facultate alterius Archiepiscopi.

§. 17 Septimò Ministri, & Officiales unius Archiepiscopatus non possint, nec debeant in aliâ parte, & in alio Dominio, & Territorio alterius Archiepiscopi deferre insignia denotantia jurisdictionem, & justitiam, nec facere per se ipsos executiones, aut aliquem quamvis sibi subditum, in carceribus conjicere, sed adhibendæ erunt Literæ hortatoriæ juxta stylum Regni Portugalliæ; excepto tamen casu, quo Rei reperti fuerint, vel in actu fugæ, vel in fragranti crimine, in quibus casibus Rei consignandi erunt Officiali illius Archiepiscopi, in cujus ditione capti fuerint, ad hoc, ut iste, vel eos puniat, si de jure ei competat facultas illos puniendi, vel eos remittat ad Judicem suum, qui de jure debet procedere ad cognitionem criminis à Reis hujusmodi commissi.

§. 18 Octavò omnes, & quæcumque Literæ Apostolicæ tam sub Plumbo, quàm sub Annulo Piscatoris in posterum expediendæ, & tam gratiam, quàm justitiam simul, vel separatim concernentes, quæ pro illarum exequutione commitendæ erunt Archiepiscopo, seu Officiali Ulyssiponensi, quotiescumque ex eisdem Literis non constabit, an illarum exequutio Archiepiscopo, seu Officiali Ulyssiponensi Orientali, aut Archiepiscopo, seu Officiali Ulyssiponensi Occidentali commissa fuerit, tunc, & eo casu hujusmodi exequutio commissa esse intelligatur illi Archiepiscopo, qui jurisdictionem habuerit, vel supra personam, si materia sit personalis, vel supra rem, si realis.

§. 19 Nonò omnes, & quæcumque causæ, & litium controversiæ, quæ ad præsens introductæ, & indecisæ reperiuntur, continuari, & terminari debeant usque ad sententiam definitivam coram eisdem Officialibus, seu Judicibus, coram quibus introductæ fuerunt; exequutiones verò faciendæ erunt ab Officiali illius Archiepiscopi, cui juxta prædictam divisionem spectabunt, mediantibus tamen solitis Literis hortatoriis juxta stylum Regni Portugalliæ; illæ vero lites, & controversiæ, quæ de novo movendæ, & introducendæ erunt, judicari, & definiri debebunt ab Officiali illius Archiepiscopi Ulyssiponensis, aut Orientalis, seu Occidentalis, qui debet de jure cognoscere, & super eis judicare, vel ratione personæ ei subjectæ, vel ratione rei in suo Archiepiscopatu, & in sua Diocesi esistenti.

§. 20 Decimò novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis poterit creare, & eligere omnes, & singulos Officiales, qui ibidem creari solent, aut confirmare, & approbare jam creatos, & electos cum eisdem jurisdictione, & potestate aliis Officialibus in parte Civitatis, & Diocesis sibi assignata competentibus, nec per hoc Officiales antiqui Archiepiscopatus Ulyssiponensis aliquam relevationem prætereendere possint, præterquam in casu, quo Officia ab eis empta fuissent, quia tunc novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis decernere debet, quòd Officiales ab eo noviter electi resciant damna, quæ Officiales antiqui Archiepiscopatus Ulyssiponensis ex hac novâ erectione, & electione Officialium pati possent, & infrascripti Ju-



dices Exequutores summarie, & solâ facti veritate inspectâ pretium eisdem antiquis Officialibus debitum persolvere faciant.

§. 21 Undecimò, quia in utrâque parte Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis tam Orientalis, quàm Occidentalis reperiuntur Dignitates, Canonicatus, & Beneficia; quæ personalem residentiam requirunt, ne ob prædictam Civitatis, & Diœcesis Ulyssiponensis divisionem Dignitates, Canonicatus, & Beneficia hujusmodi pro tempore obtinentes in aliquo præjudicentur, volumus, quòd si Possessores Dignitatum, Canonicatum, & Beneficiorum hujusmodi in unâ parte Civitatis, seu Diœcesis hujusmodi habitaverint, nihilominus habeantur, & reputari debeant præsentés in loco Dignitatum, Canonicatum, & Beneficiorum hujusmodi; ipsi verò, non tamem eorum Familiæ, & Familiares subditi illius Archiepiscopi existant, in cujus Civitate, seu Diœcesi Dignitates, aut Canonicatus, seu Beneficia hujusmodi extiterint.

§. 22 Duodecimò, quòd omnes, & singulæ controversiæ, quæ in posterum occasione hujusmodi divisionis, ac novi Archiepiscopatus erectionis oriri poterunt, summarie absque strepitu, & figurâ judicii, ac solâ facti veritate inspectâ ab eisdem infra scriptis Judicibus Exequutoribus definiri, & judicari debeant. Insuper, quòd ex omnibus supradictis nullum præjudicium inferatur, nec ullo unquam tempore in futurum inferri possit jurisdictioni jam competenti novo Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali, uti Sacellano Maiori Capellæ Regiæ Ulyssiponensis, quæ jurisdictio semper, & omni tempore immunis, & illæsa remaneat in suo primævo statu, exercenda tamen à dicto novo Archiepiscopo Ulyssiponensi Occidentali, uti Præsule dictæ Capellæ super Familia Regiâ, eademque Capella, & ejus Officialibus, ac Familiaribus ipsius Joannis Regis, ad formam Indultorum, & Privilegiorum Apostolicorum, usque nunc concessorum ad favorem Sacellani Maioris pro tempore existentis, quibus nullo modo derogatum, seu præjudicatum intelligatur, sed novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis, uti Capellanus Maior dictæ Regiæ Capellæ ad formam Indultorum, & Privilegiorum Apostolicorum hujusmodi privativè quoad omnes alios Judices, seu superiores, quâvis auctoritate, & dignitate fungentes, suam jurisdictionem Sacellani Maioris absque ullâ diminutione, & controversiâ exercere valeat.

§. 23 Denique considerantes prædictam Metropolitanam Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem, sic, ut præfertur, à Nobis per præsentés erectam, & institutam in Regio Palatio Ulyssiponensi constitutam existere, inibique ipsas Personas Regias functionibus Ecclesiasticis sæpissimè adesse posse, valde congruum existimamus, ut eadem Metropolitana Ecclesia Ulyssiponensis Occidentalis, ejusque pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis, uberioribus Indultis, privilegiis, & prærogativis ex speciali nostrâ & Sedis Apostolicæ Indulgentiâ condecorentur: hinc prædictum Joannem Regem amplioribus favoribus, & gratiis prosequi volentes, firmis tamen, & illæsis remanentibus supradictis omnibus, & singulis indultis, & privilegiis eidem Capellæ Regiæ, ejusque Sacellano Maiori, sic ut præfertur,



fertur, à Nobis, & Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris concessis, necnon citra ullum præjudicium, seu diminutionem auctoritatis, jurisdictionis, præeminentiarum, ac jurium quorumcumque, etiam honorificorum, & merè cæremonialium nunc, & pro tempore existenti nostro, & Apostolicæ Sedis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis Nuncio, seu alteri ejusdem Sedis in eisdem Regnis pro tempore similiter existenti Legato competentium, quæ Nuncius, & Legatus supradicti, quoad dictum novum Archiepiscopum Ulyssiponensem Occidentalem pariformiter, & absque ullâ prorsus differentiâ, ac quoad alios Archiepiscopos, & Episcopos dictorum Regnorum exercere possint, ac debeant, motu, scientiâ, & potestate similibus eandem secularem, & insignem Collegiatam Ecclesiam, sic à Nobis in Archiepiscopalem Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem erectam, & institutam nomine, titulo, & prærogativa Patriarchalis Ecclesiæ, ejusque Archiepiscopum Ulyssiponensem Occidentalem pro tempore existentem similiter nomine, titulo, & prærogativâ Patriarchæ Ulyssiponensis Occidentalis, ad instar Venerabilis Fratris nostri moderni Patriarchæ Venetiarum, quoad Provinciam tamen Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis tantum insignimus, & decoramus, cum facultate utendi insigniis, & stemmate propriæ Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulyssiponensis Occidentalis, aliisque ornamentis, quibus idem Patriarcha Venetiarum de jure, usu, & consuetudine utitur, necnon in eisdem Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis deferendi Crucem, & Rocchettum apertum, Populum benedicendi, Thronum, & Baldachinum habendi, Pontificalia exercendi, infra scriptas indulgentias concedendi, & supra Bracharenf. Ulyssiponens. Orientalem, ac Elborenf. Archiepiscopos; Necnon Portugallens. Colimbriens. Visenf. Mirandens. Lamacens. Egitanens. Leiriens. Funchalens. Angrenf. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, Congens. Algarbiens. Portalegrenf. & Elvens. Episcopos, aliosque omnes, & singulos Regnorum hujusmodi Prælatos, in omnibus actibus, & functionibus, etiam in eorum Ecclesiis præcedentiam habendi, quorum nullus etiam in eorum Ecclesiis, eo præsentem, aliquem jurisdictionis, honoris, vel facultatis actum gerere possit, quem coram Legato prædictæ Sedis Apostolicæ gerere non valeret; quo verò ad alias jurisdictiones, & facultates aliis Patriarchis, seu prædictæ Sedis Legatis competentes, nullas idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis Patriarcha nuncupatus habere, seu exercere possit, exceptis supradictis, nisi alia jurisdictio, seu facultas hujusmodi, prius per Nos, aut successores nostros, Sedemque præfatam declarata, & respectivè ei concessa fuerit, necnon utendi Palio non solum in diebus, festivitibus, & functionibus in Pontificali Romano descriptis, & designatis, sed etiam in Conceptionis Beatæ Mariæ Virginis, in Inventionis, & Exaltationis Sanctæ Crucis, Sancti Josephi, Sanctæ Annæ, Sancti Michaelis Archangeli, Sancti Vincentii Civitatis Ulyssiponensis Protectoris, Sanctæ Elisabethæ Regina Portugalliæ, Sancti Antonii Ulyssiponensis, Sancti Angeli Custodis, & Sancti Georgii Regni Portugalliæ Defensorum Festivitibus, quæ omnes in ipsa

Colle-

Collegiatâ Ecclesiâ in Cathedralẽ, & Metropolitanam Ecclesiã Ulyssiponensem Occidentalem erectã, & in toto Regno Portugalliæ solemniter celebrantur, necnon in qualibet aliâ die, siquæ fuerit solemnior in Ecclesiâ, in qua per totum Regnum prædictus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis Patriarcha nuncupatus Pontificali-  
bus usus fuerit, ac in Benedictionibus nuptiarum, & in solemnibus Baptismate filiorum, & descendentium Regionum, ac in aliis similibus, & solemnibus Regiis functionibus, quæ intra, vel immediatè post Missarum solennia, celebrabuntur, quodque prædictus pro tempore existens Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis Patriarcha nuncupatus, sic à Nobis per præsentem creatus, & institutus, ac nomine, & prærogativa Patriarchæ decoratus habitu purpureo ad instar Venerabilis etiam Fratris nostri moderni Archiepiscopi Salisburgensis, indui possit, easque indulgentias concedere valeat, quas nostri, & prædictæ Sedis Apostolicæ Nuncii in prædictis Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis ejusdem Sedis auctoritate concedere solent; videlicet, centum, aut plures alios dies, non tamen ultra annum, necnon in uno Festo dumtaxat, à primis usque ad secundas Vesperas, & occasum Solis diei Festi hujusmodi, quinque annos, & quinque quadragenas, aut infra, ita tamen, ut semel tantum pro unâ Ecclesiâ, vel Capellâ fiat, etiam concedimus, & indulgemus.

§. 24. Capitulo verò dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Cathedralẽ, & Metropolitanam Ecclesiã erectæ, ac titulo, denominatione, & prærogativâ Patriarchalis Ecclesiæ decoratæ, ejusque Dignitatibus, & Canonicis, ut ipsi in posterum habitum Prælatitium violacei coloris sericei, aut lanei supra Rocchettum, ubique terrarum extra tamen Romanam Curiam, & ubi non fuerit, Romanus Pontifex, adinstar Canonice Ecclesiarum Patriarchalium de Urbe, quodque ipsi, qui jam vigore Indulti Apostolici habent usum Cappæ magnæ violacei coloris, in posterum hyemali Cappam etiam magnam rubeam, æstivo verò temporibus Mozzettam supra Rocchettum similiter rubeam adinstar Canonice Ecclesiæ Pisane respectivè in singulis Horis Canonicis, Missis, & aliis Divinis Officiis, necnon Processionibus tam intra, quàm extra eorum Ecclesiam peragendis, necnon actibus Capitularibus publicis, & privatis gestare, & deferre possint, quodque Capitulum, & Canonici dictæ Ecclesiæ Ulyssiponensis Occidentalis tam habitu Prælatitio, quàm Canonicali induti; & capitulariter existentes, seu incedentes omnia Capitula, etiam in eorum Ecclesiis, omnesque Canonicos quarumcumque Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum totius Regni Portugalliæ; similiter, si unus, vel plures dictæ Ecclesiæ Ulyssiponensis Occidentalis cum alio, vel aliis, Dignitate, seu Canonico, aut Dignitatibus, seu Canonicis alterius cujusque Ecclesiæ Regni Portugalliæ incedent, seu in aliqua functione Ecclesiasticâ aderunt, etiam in eorum Ecclesiis præcedere debeant; necnon, ut ipsi, eorumque in Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Prabendis hujusmodi successores perpetuis futuris temporibus, ac tam in parte Civitatis, & Diocesis Ulyssiponensis Occidentalis, quàm in toto Regno, & Dominiis præsentis Rege, eoque ab-

sente



sente de licentiâ Ordinarii, in Missis, ac Horis Canonicis, solemniter decantandis, & persolvendis, ac etiam in Processionibus, benedictionibus Candelarum, Cinerum, Palmarum, & Fontis Baptismalis, ac in reliquis Ecclesiasticis functionibus, in quibus Sacra adhibentur paramenta, præsente, vel absente Archiepiscopo, Mitrà, aliisque indumentis, vel paramentis, adinstar Abbatum usum Mitræ habentium, uti, necnon in eorum Armis, & Insigniis gentilitiis Mitram apponi facere, adinstar Dignitatum, & Canoniorum Archiepiscopaliū Ecclesiarum Beneventanæ, & Mediolanensis, quodque ipsius Ecclesiæ Ulyssiponenſis Occidentalis Dignitates, & Canonici præfati, eorumque successores indumenta, & paramenta, aliasque res Ecclesiasticas, in quibus Sacri Olei, vel Chrismatis unctio non requiritur, non tamen Calices, neque Patenas benedicere, adinstar Canoniorum Ecclesiæ Neapolitanæ, eisdemque prædictæ Ecclesiæ Ulyssiponenſis Occidentalis Canoniciſ causæ quæcumque, & super quibuscumque Litibus, & controversiis motæ, vel movendæ, committi, respectivè, liberè, & licitè possint, & valeant, etiam concedimus, & indulgemus.

§. 25 Ulteriùs, firmo remanente Jurepatronatus Regio, & præsentandi, ut antea, ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Metropolitanam Ecclesiam Ulyssiponenſem Occidentalem, erectæ, ad Archiepiscopatum Ulyssiponenſem Occidentalem, tam hac primâ vice à primævâ illius erectione hujusmodi vacantem, quàm in posterum in quibuscumque aliis vacationibus, quandocumque, & quomodocumque, etiam apud Sedem Apostolicam occurrentibus, Juspatronatus Regium, & nominandi, & præsentandi Personam idoneam Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, ac per Nos, & eundem Romanum Pontificem pro tempore existentem dicto Archiepiscopatui Ulyssiponenſi Occidentali Apostolicâ auctoritate, & mediantibus Literis Apostolicis præficiendam, prædicto Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus similiter perpetuò reservamus, concedimus, & assignamus, ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi, prædicto Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus præfatis, non ex privilegio Apostolico, sed uti ex verâ primævâ, reali, & actuali, plenâ, integrâ, & omnimodâ fundatione, & perpetuâ dotatione laicali, ex bonis merè laicalibus factis, competere, & pertinere, & uti tale sub derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti, nullatenus comprehendendi, aut illi nullo unquam tempore, etiam ex causâ vacationis apud Sedem præfatam: aut quocumque alio prætextu, aut ex quacumque aliâ causâ, quantumvis legitimâ, etiam per Nos, & prædictos Romanos Pontifices successores nostros pro tempore existentes, motu, scientiâ, & potestatis plenitudine, similibus decernimus.

§. 26 Denique ut in eventum, in quem prædictus Joannes, aut pro tempore existens Portugalliæ, & Algarbiorum Rex, ejusque successores alibi Curiam, eorumque Regias Personas, vel perpetuò, vel per aliquod temporis spatium respectivè transtulerint, nihilomi-

nus firmâ, & illæsa remanere debeant, tam Cathedralitas dictæ Collegiatae Ecclesiæ, sic à Nobis in Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam Ulyssiponensem Occidentalem erectæ, quàm omnia, & singula privilegia, & indulta eidem Cathedrali Ecclesiæ Ulyssiponensi Occidentali, sic, ut præfertur, concessa, etiam motu, scientia, & potestatis plenitudine paribus decernimus, & declaramus.

§. 27 Ad hoc autem, ut omnia, & singula supradicta à Nobis concessa, & ordinata, ac in præsentibus contenta, & expressa debita exequutioni demandentur, ac perpetuis futuris temporibus ab omnibus, & singulis firmiter, & inviolabiliter observentur, motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, Venerabilibus Fratribus nostris Elvensibus, Algarbiensibus, & Mirandensibus, eisque deficientibus, seu impeditis, Angolensibus, & Lamacensibus, Episcopis tenore præsentium mandamus, quatenus ipsi, vel unus eorum per se, vel alium, seu alios, etiam quatenus difficultate occurrente, & à Nobis non prævisâ, quæ effectum earundem præsentium minimè retardare valeat, easdem præsentis literas, nullâ interpositâ morâ, debita exequutioni demandent, seu demandari faciant, ac unam partem tam Civitatis, quàm Diocesis Ulyssiponensis præfatæ versus Orientem pro propriâ Diocesi, ac proprio Territorio Archiepiscopatus Ulyssiponensis Orientalis, alteram verò partem Civitatis, & Diocesis Ulyssiponensis hujusmodi versus Occidentem, similiter pro propriâ Diocesi, & proprio Territorio Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis constituent, & assignent, ac plantam cum confinibus, & mensuratione per Peritos faciendam, juxta formam à Nobis desuper præscriptam, tam partis Civitatis, & Diocesis Ulyssiponensis Orientalis, quàm partis Civitatis, & Diocesis Ulyssiponensis Occidentalis, hujusmodi, tam in Cancellariis eorum Episcopatum, quàm in Cancellariis Archiepiscopatus Ulyssiponensis Orientalis, ac Archiepiscopatus Ulyssiponensis Occidentalis ad perpetuam rei memoriam, reponere, & asservare debeant, quodque ultra divisionem præfatam sic, ut præfertur, factam, omnia, & singula supradicta ab omnibus, & singulis perpetuis futuris temporibus per censuras, & pœnas Ecclesiasticas, ac alia opportuna juris remedia, & quacumque appellatione remotâ, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis, adimpleri, & inviolabiliter observari faciant.

§. 28 Decernentes propterea easdem præsentis semper, & perpetuo validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel quâlibet causâ, quantumvis legitimâ, & juridicâ, etiam ex eo quod Sedes Archiepiscopalis Ulyssiponensis ad præsens vacet, & proprio Pastore, & Defensore destituta existat, ipsiusque Capitulum, & Canonici, seu quicumque alii cujuscumque Dignitatis, gradus, conditionis, & præeminentiæ sint in præmissis, & circa ea quomodolibet, & ex quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut habere prætendentes, illis non consenserint, aut ad id vocati, & auditi, & causæ propter quas eandem præsentis emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ  
non



non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, seu intentionis nostræ, aut jus, vel interesse habentium, consensus, aut quolibet alio, quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuum mentionem, ac expressionem requirente, defectu, sive etiam ex eo, quod in præmissis, eorumque aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliqua resultante, seu etiam enormis, & enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione, vel causâ, etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliâve causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimendâ foret, aut quòd de voluntate nostrâ, & aliis superiùs expressis nullibi appareret, seu alias probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversùs illas restitutionis in integrum, aperiitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodo-libet, etiam motu simili concessio, aut impetrato, vel emanato, uti, seu se juvare in judicio, vel extra, posse, neque ipsas præsentis sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum, revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam, etiam motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, etiam consistorialiter ex quibuslibet causis, & sub quibusvis verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiam si in eis de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ, specialis mentio fiat, pro tempore factis, & concessis, ac faciendis, & concedendis, comprehendendi, sed tanquam ad maius bonum tendentes, semper, & omninò ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, in quo antea quomodolibet erant statu, restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ, quodcumque eligenda, concessas esse, & fore; sicque, & non alias in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, ac alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, prærogativâ, & privilegio fungentes, ac honore, & præminentiam fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & inquâcumque instantiâ, judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus.

§. 29 Non obstantibus quatenus opus sit, nostrâ, & Cancellariæ Apostolicæ regulâ de jure quæsito non tollendo, aliisque in contra-

rium præmissorum quomodolibet editis, vel edendis, etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis, specialibus, vel generalibus, ac quatenus opus sit, etiam illâ Pauli Papæ Secundi similiter Prædecessoris nostri de rebus Ecclesiæ non alienandis, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, ac antiquæ Cathedralis Ecclesiæ Ulyssiponensis aliarumque Ecclesiarum, & aliorum locorum piorum antiquæ Diocesis Ulyssiponensis etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis Statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, styli, usibus, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus; privilegiis quoque, Indultis, & Literis Apostolicis illis, eorumque superioribus, & Personis, ac locis quibuscumque etiam specificâ, & expressâ, ac individuâ mentione dignis sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie, etiam motu pari, ac consistorialiter, aut alias quomodolibet, etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiam si in eis caveatur expressè, quòd illis per quascumque literas Apostolicas, etiam motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriis derogatorias in se continentes, derogari non possit, neque censeatur eis derogatum, quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut quæcumque alia exquisita forma ad hoc servanda foret, illorum omnium, & singulorum tenores, formas, & causas, etiam quantumvis prægnantes, pias, & privilegiatas, præsentibus pro plenè, & sufficienter, ac de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, insertis, expressis, & specificatis, habentes, illis aliàs in suo robore permanentibus, ad præmissorum omnium validissimum effectum, hac vice dumtaxat, latissimè, & plenissimè, ac sufficienter, necnon specialiter, & expressè motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque.

§. 36 Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri Motus proprii, ac Divisionis, Assignmentis, Erectionis, Institutionis, Concessionis, Indulti, Reservationis, Declarationis, Mandati, Voluntatis, Decreti, & Derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, & B. Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem Anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo sexto decimo, septimo Idus Novembris Pontificatus nostri anno sexto decimo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

P. de Comitibus.

*Decreto*



*Decreto, porque ElRey D. Joaõ o V. concedeo ao Patriarca de Lisboa todas as honras, que nos seus Reynos permite aos Cardeaes.*

**H**Avendo Sua Santidade creado nestes Reynos a Dignidade de Patriarca de Lisboa Occidental, com precedencia a todos os Prelados delles, concedendolhe o Habito purpureo, com as mais especiaes graças, e privilegios, que constaõ da Bulla Aurea, passada em Roma no mez de Outubro proximo passado, assim a respeito do mesmo Patriarca, como da Sé Patriarcal, à qual Bulla dey o meu consentimento, para que se dèsse à execuçaõ; e desejando da minha parte corresponder a taõ singulares graças. Hey por bem fazer à Igreja, ao dito Patriarca, e a todos os seus successores, pura, perpetua, e irrevogavel Doaçãõ, de que na minha presença, Corte, e todos os meus Reynos, e Dominios, se lhe dem, e façãõ as honras, e preeminencias, de que nelle gozaõ os Cardeaes da Santa Igreja Romana, a qual Doaçãõ faço de meu motu proprio, certa sciencia, Real, e absoluto poder, e quero, que valha para sempre, sem embargo de quaesquer Leys, Regimentos, Decretos, ou qualquer costume em contrario, e não obstando as Ordenaçõs, que dispoem se não entenda Ley alguma revogada, sem da substancia della se fazer expressa mençaõ. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e lhe fará passar Carta de Doaçãõ, na fôrma acima declarada. Lisboa Occidental 12 de Fevereiro de 1717.

Num. 112

Rubrica de Sua Magestade.

*Carta de Doaçãõ delRey D. Joaõ o V. ao Patriarca de Lisboa, de duzentos e vinte marcos de ouro para elle, e seus successores.*

**D**Om Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista Navegaçaõ, Commercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de Doaçãõ virem, que havendo o Santo Padre Clemente Undecimo, hora por Divina Providencia Presidente na Universal Igreja de Deos, tido por conveniente ao serviço do mesmo Senhor, e ao mayor augmento do Culto Divino, erigir de seu motu proprio, e certa sciencia, a minha Capella Real desta Corte, que era Collegiada insigne com titulo de S. Thomé, em Sé Patriarcal, com as exuberantes preeminencias, prerogativas, e privilegios concedidos, assim à dita Sé, como ao Prelado della, elevando-o à Dignidade de Patriarca, com as circunstancias, que constaõ das Bullas Aureas, que o mesmo Santo Padre expedio para este effeito, de que tudo recebi grande prazer, e contentamento; e tendo consideraçaõ a que na parte, que se dividio

Num. 113  
An. 1719.

para o Territorio do Patriarcado não ficaraõ rendas bastantes para o dito Patriarca poder commoda, e decentemente sustentar o seu estado, e Dignidade, pelo que he razão, que do meu Patrimonio Real, eu suppra o que falta, como costumaraõ fazer os Senhores Revs meus predecessores, que com louvavel liberalidade, e magnificencia dotaraõ tantas Igrejas; e havendo Deos Nosso Senhor augmentado as minhas rendas com o ouro, que se tira das Minas Geraes, e sendo justo, que do rendimento dos Quintos se tire alguma porção para se applicar à Igreja em reconhecimento daquelle beneficio: Hey por bem de meu motu proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto, fazer pura, firme, e irrevogavel Doação para sempre à Igreja, e ao mesmo Patriarca, e seus successores no Patriarcado, de duzentos e vinte marcos de ouro em cada hum anno, conformes no peso, ao Padraõ, que hoje se conserva nos Senados destas Cidades; o qual ouro será da ley de vinte e dous quilates; e os ditos duzentos e vinte marcos lhe seraõ pagos em quatro pagamentos, cada hum em seu quartel, pelo Thesoureiro do Conselho Ultramarino, em especie, ou em dinheiro equivalente aos ditos duzentos e vinte marcos, por seu justo valor. E quando por algum accidente se retardem, ou falem de todo os ditos Quintos, pagará a mesma importância sem diminuição alguma de quaesquer outras rendas, que houver no Conselho, e pertencerem à sua repartição presentemente, ou pelo discurso do tempo ao diante lhe pertencerem, entrando nellas as das dizimas das Alfandegas das mesmas Conquistas, que com as mais rendas seraõ todas obrigadas à satisfação desta minha Doação, para que não possa ter falencia este pagamento; e com declaração, que os ordenados, consignações, soldos, juros, e tenças, que até o presente houver nas referidas rendas preferirão a esta consignação, que desde hoje principiará a sua antiguidade com preferencia a todas as despezas, que depois desta se ordenarem de qualquer natureza, que sejaõ, e ainda aos ordenados. E declaro, que os sobreditos duzentos e vinte marcos de ouro, de que em cada hum anno faço Doação ao Patriarca, e perpetuamente a seus successores, que sempre devem ser pelos proprios merecimentos, e por todas as qualidades, as primeiras, e principaes pessoas de meus Reynos, e ainda poderãõ ser os Infantes delles, quero se applicuem principalmente à sustentação da sua pessoa, casa, e estado, para mayor augmento do esplendor, e magnificencia della; e tendo consideração a que por este modo lhe ficarãõ aos Patriarcas mais livres as outras rendas, que de presente tem, e de futuro por qualquer modo lhe podem acrescercer para as poderem distribuir em esmolos, e mais obras de piedade a que saõ obrigados: Declaro tambem, que nas rendas desta Doação não poderá já mais em tempo algum haver reserva de pensão a favor de qualquer outra pessoa ainda da quarta parte, ou outro qualquer encargo perpetuo, ou temporal, porque com esta condição a faço, e assim quero se conserve; esperando na infinita bondade de Deos será tanto de seu Divino agrado esta offerta, que não só se augmentará o rendimento dos Quintos, mas o das mais rendas, que subsidiariamente vão  
con figna-



consignadas ; e quero , que esta minha Doação com todas as clausulas nella infertas valha , tenha força , e vigor para sempre , e não possa ser revogada em tempo algum , nem por algum titulo se possa pôr duvida ao seu cumprimento , ainda que as rendas do Patriarcado se augmentem acrescendolhes outras rendas Ecclesiasticas , ou seculares , ainda por Doações Reaes , sem embargo de quaesquer Leys , Ordenações , ou Decretos em contrario , porque tudo hey por derogado , e de nenhum vigor para este effeito , e da Ordenação do livro segundo , titulo quarenta e quatro , que dispoem , que se não entenda derogada Ordenação alguma , sem que da substancia della se faça expressa menção , ou de qualquer Alvará , ou Decreto , que o mesmo declare. Faço saber assim ao Presidente , e Conselheiros do Conselho Ultramarino , para que o fação executar muito pontual , e inteiramente , como nesta minha Carta se declara ; e por firmeza de tudo o que dito he , mandey passar esta Carta por mim assinada , passada pela Chancellaria , e sellada com o Sello pendente de minhas Armas , e não pagará direito algum , porque assim o hey por bem. Dada nesta Cidade de Lisboa Occidental , ao primeiro dia do mez de Abril , Mathias Ribeiro da Costa a fez , anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo , de mil setecentos e dezanove. = Diogo de Mendoça Corte-Real a sobcrevi. =

ELREY.

*Carta de Doação ao mesmo Patriarca , e seus successores , da Liziria da Foz de Almonda.*

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal , e dos Algar-Num. 114  
ves , daquem , e dalem , mar em Africa , Senhor de Guiné , e da Conquista , Navegação , Commercio da Ethyopia , Arabia , Persia , e da India , &c. Faço saber , aos que esta minha Carta de Doação virem , que pelas mesmas causas , que me moverão a fazer merce ao Patriarca D. Thomás de Almeida , de duzentos e vinte marcos de ouro , para elle e todos os seus successores no Patriarcado , por Doação feita em Carta minha da data desta , passada pela Secretaria de Estado : Hey por bem fazer pura , firme , e irrevogavel Doação para sempre ao mesmo Patriarca , e a todos os seus successores no Patriarcado , da Liziria da Foz de Almonda , que vagou para a Coroa , por falecimento da Condessa de Vianna , sem embargo do Decreto de vinte e tres de Outubro de 1715 , que hey por revogado , pelo qual a havia mandado incorporar na consignaçoão Real , para se applicar o seu rendimento às minhas Cavalheriças , como o mando declarar ao Conselho da Fazenda , e Junta da Casa de Bragança ; porque quero , que esta minha Doação com as mesmas condições , clausulas , e derogações expressadas , na que fica acima referida , tenha força , e vigor para sempre ; e por firmeza de tudo o que dito he mandey dar esta Carta por mim assinada , passada pela Chancellaria ,  
e sel-

e sellada com o Sello pendente de minhas Armas, e não pagará direito algum, porque assim o hey por bem. Dada nesta Cidade de Lisboa Occidental, ao primeiro dia do mez de Abril, Mathias Ribeiro da Costa a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1719. Diogo de Mendouça Corte-Real a sobrefcrevi.

ELREY.

*Alvará, porque ElRey D. João o V. dividio Lisboa em Occidental, e Oriental.*

Num. 115

**E**U ElRey faço saber, aos que este Alvará virem, que havendo respeito à singular graça, que o Santo Padre Clemente Papa XI. hora na Igreja de Deos Presidente, liberalmente fez a estes meus Reynos, e Senhorios, e muito particularmente a esta minha muito nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, erigindo nella, e na mesma Real Capella hum Basílica Patriarcal, com Prelado do mesmo Titulo, além de outras honras, graças, e poderes, de que o dotou, e semelhantemente ao Cabido da mesma Igreja, fazendo-o singular entre todos os do Mundo Christão; e por esta causa dividio o mesmo Santo Padre o antigo Arcebispado de Lisboa em duas distinctas Diocesis, e a mesma antiga Cidade em duas Cidades distinctas, chamandolhe a hum Lisboa Oriental, que ha de ser regida no espiritual pelo Prelado da Sé antiga, e a outra Lisboa Occidental, que hora começa a reger do mesmo modo o novo Prelado da dita Basílica, a qual divizaõ, e denominação das ditas duas Cidades assim feitas pelo Santo Padre, eu as approvo, e de meu amplo, e supremo poder as divido, e denomino, do mesmo modo para sempre, e quero, que divididas sejam perpetuamente, posto que das palavras, porque o Santo Padre se explica na separação, que dellas faz, se não podesse, ou não devesse entender feita a dita divizaõ, ou carecesse da minha approvaçã, porque supprindo a tudo interponho meu Real poder, e as declaro formalmente divididas hum da outra, e mando, que se distingão pelos titulos de Occidental, e Oriental, que o Santo Padre lhe dá para sua separação, conservando cada hum das todas as honras, e privilegios, e mais graças, que gozava a antiga Cidade antes de ser dividida; e pelos mesmos respeito, e outras muitas, e muito justas causas, que a isso me movem, para mayor firmeza desta divizaõ, e perpetua separação de Territorios, de hum, e outra Cidade. Fuy servido ordenar a todos os meus Tribunaes, Juizes, e mais Justiças, e Officiaes do meu serviço, que nos papeis, que expedirem, ou fizerem expedir, assim em particular, como em commum, façã sempre pôr as datas com a distincão de Lisboa Occidental, ou de Lisboa Oriental, conforme a residencia, que tiverem, ou lugar de donde fizerem as ditas expedições nas duas Cidades de Lisboa, que se achã divididas com os ditos dous titulos, com as demarcações, que já lhe foraõ feitas. E porque achando-se assim separadas para sempre



sempre as duas Cidades, convem muito à sua regencia temporal, e politica, que cada huma tenha seu distincto Senado da Camera por bem do governo, e por bem do governo economico de cada huma dellas, e mais effeitos das Vereações das Cidades, e representações de seus Póvos. Hey por bem, e me praz dividir o mesmo antigo Senado da Camera, que consta de hum Presidente, seis Vereadores, hum Escrivão da Camera, dous Procuradores da Cidade, e quatro Procuradores dos Meesteres della, os quaes todos constituiaõ hum só Corpo, e agora sou servido, que constituaõ dous distinctos, e formaes Senados da Camera, cada hum com seu distincto Presidente, que lhe nomearem Fidalgo, e com as mais partes dos que até aqui o eraõ, e com o numero de tres Vereadores, hum Procurador da Cidade, dous Procuradores dos Meesteres, e hum Escrivão da Camera, para o que tambem crearão de novo outro lugar, que ha de ter as partes, e gozar de todas as honras, prerogativas, e privilegios, que sempre gozaraõ, e tiveraõ os antigos Escrivaens da mesma Camera; e cada hum dos ditos dous Senados, pelo modo sobredito, fará representação em cada huma das ditas Cidades divididas governando nellas, e isto pela ordem, e fórma seguinte: a saber, o Presidente, que eu primeiro nomear, e os tres Vereadores, que hora são mais antigos, e hum dos sobreditos Escrivaens da Camera qual delles eu eleger, e o mais antigo Procurador da Cidade com os dous mais antigos Procuradores dos Meesteres na ordem de sua nomeação, todos juntos representem o Corpo da Camera desta Cidade de Lisboa Occidental; e o Presidente, que eu tambem logo crear, e nomear, e outros Vereadores mais modernos, que hoje são, e o Escrivão da Camera, que eu eleger, e os dous sobreditos, e o Procurador, que hoje he da Cidade, e os dous mais modernos Procuradores dos Meesteres della representem o Corpo da Camera da Cidade de Lisboa Oriental, e deste modo huns, e outros daqui em diante assim se chamem, intitulem, e distingão, e cada hum dos ditos dous Senados, e seus Presidentes, e Ministros, gozem sem diminuição todas as honras, e jurisdicções, que até aqui o antigo Senado da Camera, e todos elles juntos provejaõ como de antes, e na fórma dos antigos Regimentos, e Decretos, nas duas Cidades divididas, em tudo o que cumprir a meu serviço, e bem common dos Póvos, e faraõ nova Casa da Vereação no lugar mais accommodado nesta Cidade de Lisboa Occidental, aonde despacharão em tres dias de cada semana todos os sobreditos juntos, e os outros tres dias de cada semana despacharão, como sohiaõ na Casa antiga de sua Vereação da Cidade de Lisboa Oriental, fechando por este modo com seis dias de despacho em cada semana, na fórma em que o fazem os outros Tribunaes, e no mesmo dia, em que se juntarem na Casa da Vereação desta Cidade de Lisboa Occidental, despacharão tambem negocios da Cidade de Lisboa Oriental, e no em que se juntarem na Casa da Vereação de Lisboa Oriental despacharão tambem negocios desta Cidade de Lisboa Occidental, e faraõ executar tudo em ambas as duas Cidades na fórma de seus Regimentos, Decretos, e posturas,

com

com tanto, que os autos, e as datas de todas suas expedições as fação em nome da Cidade em cuja Casa da Vereação forem feitos os ditos despachos, e em cada huma das ditas Casas de Vereação exercitará cada hum dos ditos Presidentes a sua jurisdicção presidindo o Presidente da Camera de Lisboa Occidental, nos actos, que se fizerem na Casa de sua Vereação, e o Presidente da Camera da Cidade de Lisboa Oriental na Casa de sua Vereação tambem Oriental, achando-se sempre ambos juntos em cada huma das ditas Casas, e quanto à preferencia de lugares entre os ditos Presidentes, tanto em huma Casa de Vereação, como na outra se observará o que se pratica com os Védores de minha Fazenda, e cada hum dos ditos Escrivaens da Camera por hora exercitará do mesmo modo o seu Officio, e quanto às distribuições dos papeis, e mais negocios, entre os ditos dous Escrivaens da Camera, os Senados proverão o que entenderem, e me consultarão para eu determinar o que for servido; e nas funções, em que houver de ser presente, ou de qualquer modo chamado, e requerido o dito Senado em qualquer das duas Cidades divididas faça sómente representação com o Presidente, tres Vereadores, Escrivão, Procurador da Cidade, dous Procuradores dos Mesteres, que todos tiverem o titulo, e denominação da tal Cidade a onde se fizer a função, chamamento, notificação, acompanhamento, ou outra cousa semelhante, e serão associados em Corpo de Camera com ametade dos Officiaes, e mais pessoas, que sempre a costumaraõ acompanhar o dito Tribunal nos taes actos em quanto foy hum só, e isto em quanto eu não mandar tomar nova fórma neste modo de acompanhar em todo, ou em parte, e em quanto durarem nesta administração das duas Cidades divididas os ditos dous Presidentes, e os seus Vereadores pelo modo sobredito, haveraõ em cada hum anno além dos ordenados, que agora levaõ, cada Presidente, mais duzentos mil reis, e cada hum dos Vereadores mais cem mil reis, havendo respeito ao trabalho, que lhes cresce em despacharem todos os dias, e tambem a utilidade, que recebem estes Póvos na mayor frequencia dos ditos seus despachos; e este tal accrescentamento lhe será pago a cada hum na mesma folha, e pelo mesmo modo, que lhe foraõ até aqui pagos os antigos ordenados, accrescentandolhe esta verba de duzentos mil reis a cada Presidente, e de cem mil reis a cada Vereador, por ser assim minha merce, e por esta fórma os ditos dous divididos Senados, regerão as ditas duas Cidades divididas como até aqui o fizeram estes mesmos Vereadores, antes de o separar, e o farão assim em quanto eu não mandar o contrario, e não fizer total divizaõ de governo, e rendas das ditas duas Cidades, as quaes rendas me praz, que fiquem por hora commuas entre os dous Senados; e se para melhor expediente for necessario multiplicar os mais Officiaes, e pessoas, que servem a cada huma das ditas Casas da Vereação, os ditos dous Presidentes, e os ditos meus dous Senados me consultarão com seus pareceres para eu resolver o que for mais conveniente a meu serviço; e os ditos Presidentes, Vereadores, e mais Officiaes, servirão seus cargos comprindo inteiramente com as obrigações, que por minhas



nhas ordens, Regimentos, Decretos, e outras Provisões estão ordenados. E hey por bem, que este meu Alvará valha, e tenha força, e vigor, como se fosse Carta feita em meu nome, e passada pela minha Chancellaria, sem embargo da Ordenação, livro segundo, titulo 34, e 40, que o contrario dispoem, e este passará pela minha Chancellaria. = Mathias Ribeiro da Costa o fez em Lisboa Occidental, aos 15 dias do mez de Janeiro de 1717 annos. = Bartholomeu de Sousa Mexia o fiz escrever, e o sobreescrevi. =

REY.

*Decreto sobre declarar o modo de todos os papeis, que foraõ obrados em Lisboa Occidental, e Oriental.*

**P**OR se achar dividida esta Cidade, e erecta huma parte della em Arcebispado Patriarcal, com o titulo de Lisboa Occidental, e outra com o titulo de Lisboa Oriental, e ser conveniente, que se pratique a mesma divizaõ, tanto a respeito das jurisdicções seculares, como dos negocios civeis, e politicos, para que conste dos territorios, em que forem obrados. Hey por bem, que do primeiro de Fevereiro deste anno em diante se declare em todos os papeis, e escrituras publicas, e particulares, que foraõ feitos em Lisboa Occidental, ou Oriental, e que em outra fórma não venhaõ à minha presença, nem se admittaõ em juizo. A Mesa da Consciencia, e Ordens o tenha assim entendido, e nesta conformidade, pela parte, que lhe toca, o faça executar. Lisboa Occidental, nove de Janeiro de 1717. Com a Rubrica de Sua Magestade. Dit.n. 115

*Declaração, que fez o Papa no Consistorio Secreto: anda na Collecção, que se imprimio em Francfort no anno 1729, a pag. 138.*

## LXXIII.

### IN CONSISTORIO SECRETO,

Habito die 7 Decembris 1716.

#### ARGUMENTUM.

*Ad Ecclesiam Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem noviter erectam transfert R. P. D. Thomam de Almeida Episcopum Portugallensem.*

#### VENERABILES FRATRES.

**I**Nitio labentis anni, cum immanissimus Turcarum Tyrannus pro-  
ximâ, ac felici Peloponessi expugnatione summopere elatus, nihilque jam sibi impervium fore confidens, ingenti terrestrium, mari-  
Tom. V. Bb timarumque Num. 116

timarumque copiarum apparatu, non Venetas tantum, sed & alias Christianas Provincias ferociter aggredi, cladibusque involvere moliretur: potissimum verò Insulam, & Arcem Corcyrae, securitatis Italicae propugnaculum, oppugnare intendere: Nos, ut bene nostis, tot, tantisque Ecclesiae, ac Reipublicae, imò & temporalis nostrae ditionis periculis vehementer commoti, primum quidem ad illum, qui potens est in praelio, toto corde clamavimus, ut secundum multitudinem miserationum suarum eriperet Nos à malis, nec traderet bestiis animas confitentes sibi: deinde verò Catholicos Principes omni paternae charitatis contentione hortari non praetermisimus, ut periclitanti publicae incolumitati opem ferrent, ac eademmet, quibus nuper inter se digladiati fuerant, arma, in Barbaros converterent. Hos inter charissimus in Christo Filius Noster Joannes Portugalliae, & Algarbiorum Rex Illustris, nulla sanè ditiones suas amplificandi cupiditate illectus, nulla itidem ingruentis sibi à Turcarum armis periculi propinquitate adductus, sed suae dumtaxat eximiae pietatis, filialisque in Nos, & hanc Sanctam Sedem devotionis stimulis incitatus, in auxilium Christianae Classis quamplurium bellicarum, munitissimarumque Navium subsidium, nullis incommodis, nullisque expensis, tametsi gravissimis parcens, maiori, qua potuit celeritate transmisit, validius etiam verè proximo communi causae, ut confidimus, adfuturus. Hinc Nos ad tam praeclara, omnisque humanae laudis praconium longè supergressa ejusdem Joannis Regis promerita Paternae dirigentes considerationis intuitum, eique gratum nostrum animum luculento aliquo, ac singulari Pontificiae largitatis argumento exhibere cupientes, cum probè sciremus ipsum Regem nihil impensius, vehementiusque nihil à pluribus annis exoptasse, quam ut Civitatem Ulixbonensem, sui Regni Metropolim, illiusque Dioecesium, ingenti ambas populorum numero refertas in duas partes, Orientalem scilicet, & Occidentalem, aequaliter divideremus: earumque alterà versus Orientem antiquo Archiepiscopatu Ulixbonensi jam dudum vacanti relicta, alià verò versus Occidentem novo Archiepiscopatu cum Patriarchali denominatione erigendo assignatà, insignem Collegiatam in eadem parte Occidentali, videlicet in Capella Regii Palatii dictae Civitatis existentem, quae sex Dignitatibus, & octodecim Canonicis constat, in ejusmodi Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam erigeremus: audita sententià peculiæ Congregationis super hoc negotio à Nobis specialiter deputatæ, piis, enixis, ac pluries repetitis memorati Regis votis annuimus; unde expeditis desuper Apostolicis literis Civitatem, & Dioecesium praedictas in duas partes, Orientalem, scilicet, & Occidentalem, aequaliter divisimus, facta tam antiquae taxae, quam fructuum aequali itidem divisione; relictaque antiquo Archiepiscopatu Orientali parte, in alia Occidentali, certis expressis finibus, novum Archiepiscopatum cum titulo, ac denominatione Patriarchali, adinstar Patriarchalis Ecclesiae Venetiarum, addita reservatione antiqui Regii Patronatus ereximus, & instituímus, ac eandem insignem Collegiatam in Capella Regii Palatii sub invocatione Divi Thomae, sicut praemisimus, existentem praviâ

suppres-



suppressione prioris tituli, nomine, ac titulo Metropolitanae, & Patriarchalis Ecclesiae sub invocatione Assumptionis Beatissimae Virginis Mariae insignivimus, & tam ei praeficiendum Patriarcham, quam illius Capitulum, & Canonicos variis praerogativis ad illorum honorificentiam pertinentibus decoravimus; adjectis demum pro felici, ac quieto utriusque Ecclesiae regimine, nonnullis Decretis ad evitandas jurisdictionales controversias, quae ex hujusmodi divisione, ac respectivè erectione inter illarum Antistites oriri possent.

Hac itaque Metropolitana, & Patriarchalis Ecclesia in parte Occidentali Civitatis Ulixbonensis sic erecta quinquaginta mille Domos, & tercentum mille circiter continet habitatores, qui praefato Regi in temporalibus parent.

Quatuor Episcopos, nempe Leyriensem, Lamacensem, Funchalensem, & Angrensem praefatae Ecclesiae suffragari iussimus; sex insuper Dignitates, quarum prima est Decanatus, ac octodecim Canonicos antiquae Collegiatae, ex quibus tamen trium Praebendas, in Poenitentiarium, Theologalem, & Doctorem erigi mandavimus, necnon duodecim Beneficiatos Praebendatos nuncupatos, aliosque Ecclesiasticos Ministros eidem inservire decrevimus.

Cura animarum, ut prius, exercebitur per Presbyterum amovibilem in praefata Ecclesia, in quo adest Fons Baptismatis, ac Sacramentum Sacrae Suppellectili etiam ad exercenda Pontificalia ditissime instructum.

Praeter hanc extant in eadem parte Occidentali Civitatis aliae viginti Parochiales Ecclesiae, viginti quatuor virorum, & quindecim Monialium Coenobia, quamplures Confraternitates, & Hospitale; Caret, autem Domo Patriarchae habitationi specialiter assignata, necnon Seminario, ac Monte Pietatis.

Fructus, ut praemisimus, divisi taxantur in mille florenis, ascendunt verò ad quadraginta millia cruciatorum illius monetae nonnullis antiquis pensionibus onerati.

Ad Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam praedictam in sui primariae erectione nunc vacantem transferre intendimus Venerabilem Fratrem Thomam de Almeida Episcopum Portugallensem, cujus qualitates ab hac Sancta Sede approbatae fuerunt, cum Ecclesiae Lamacensi in Episcopum praefectus, & deinde ad Portugallensem Ecclesiam, cui a septennio laudabiliter praest, translatus fuit.

Quid Vobis videtur?

Auctoritate Omnipotentis Dei, Sanctorum Apostolorum Petri, & Pauli, ac nostrae absolvimus praenominatum Thomam à vinculo, quo tenetur, Ecclesiae Portugallensis, & transferimus ad Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem, praeficientes eum in Patriarcham, & Pastorem, cum retentione compatibilium, & Decreto, quod Fidei professionem emitte, & ad Urbem infra praefixum tempus transmittere, ac Juramentum fidelitatis praestare omnino teneatur, quodque in dicta Civitate Ulixbonensi Occidentali, Domus Patriarchalis (constructioni pro viribus incumbat, Seminarium instituat, Montemque pietatis) erigi curet, ejus conscientiam super his onerantes.

In nomine Patris ✠, & Filii ✠, & Spiritus ✠ Sancti. Amen.

*Alvará das prerogativas concedidas ao Deão, e Conegos da Igreja Patriarcal de Lisboa.*

Num. 117  
An. 1716.

**E**U ElRey faço saber, aos que este Alvará virem, que tendo respeito a haver Sua Santidade dividido esta Cidade, e seu Arcebispado em 'dous, erigindo em Cathedral Metropolitana Patriarcal, a insigne Collegiada da minha Real Capella, concedendo às Dignidades, e Conegos da nova Cathedral, os privilegios, graças, e preeminencias, que se declaraõ no motu proprio, que expedio o mesmo Santo Padre; e deseяando eu conceder ao referido Cabido as honras, e merces, de que o julgo digno, hey por bem, e me praz, que daqui em diante as Dignidades, e Conegos, em quanto o forem da dita Sé, assim os que de presente sãõ, como os que a diante forem, gozem de todas as honras, preeminencias, prerogativas, authoridades, privilegios, graças, liberdades, merces, e franquezas, que haõ, e tem, e de que usaõ, e sempre usaraõ os Bispos destes meus Reynos, assim como por direito, uso, e costume delles lhes pertence, dos quaes em tudo, e por tudo, quero, e mando, que elles usem, e possaõ usar, e lhes guardados sejaõ em todos os actos, e tempos, em que por direito, uso, ou costume, devaõ dellas usar, sem minguento, ou duvida alguma, que a isso lhes seja posta, porque assim he minha vontade, e merce, e de todas as honras, privilegios, e preeminencias referidas, gozaráõ logo, que entrarem na posse das suas Dignidades, e Conezias, sem que lhes seja necessario mais despacho, ou acto algum, com declaraçaõ, que as Dignidades, e Conegos se prefiraõ entre si em todos os actos, e lugares onde concorrerem, pela mesma ordem, e fórma, que se preferirem na dita Sé; e ordeno, que sempre, que assistirem no Paço, Tribunaes, e Cortes do Reyno, ou outros quaesquer actos civis, e seculares, se sigaõ immediatamente aos Bispos, constituindo com elles hum mesmo Corpo, como estes o fórmaõ com os Arcebispos, preferindo porém as referidas Dignidades, e Conegos, o Bispo mais moderno, como nos sobreditos actos se pratica com os Arcebispos, a respeito dos Bispos, e por firmeza de tudo o que dito he, lhes mandey dar este Alvará, que quero, e hey por bem, que valha, tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome, e passada por minha Chancellaria, posto que por ella não passe, e que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações do livro segundo, titulo 39, e 40, que o contrario dispõem, que para este effeito hey por dispensado. = Cactano de Sousa e Andrade a fez em Lisboa, aos 24 de Dezembro de 1716. Diogo de Mendoça Corte-Real, o sobescrevi.

REY.

*Decreto*



*Decreto da precedencia dos Conegos a todos os Ministros nos Tribunaes.*

**P**Or Alvará de 24 do mez passado, fuy servido conceder ao Deaõ, **Num. 118**  
 Dignidades, e Conegos do Cabido Patriarcal, os privilegios, e **An. 1717.**  
 prerogativas, de que lograõ os Bispos nos meus Reynos, e Senho-  
 rios, na fórma do dito Alvará; e porque Paulo de Carvalho e Atai-  
 de, como Arcipreste, e Lazaro Leitaõ Aranha, como Conego, de-  
 vem usár dos mesmos privilegios da Mesa da Consciencia, e Ordens,  
 em que são Deputados, no caso, que nella se não pratique o que  
 nos mais Tribunaes, a respeito de precederem os Ministros, que por  
 serem do meu Conselho, ou terem outras prerogativas, devem pre-  
 ceder: sou servido, que com os sobreditos, e as mais pessoas, que  
 por especial circumstancia devem ter a precedencia, se pratique o que  
 he estylo nos ditos Tribunaes; a mesma Mesa da Consciencia, e Or-  
 dens o terá assim entendido. Lisboa Occidental, a 12 de Janeiro  
 de 1717.

*Bulla Aurea do Papa Clemente XI. de confirmação, e execução  
 da Santa Igreja Patriarcal. Anda impressa em Roma no anno  
 de 1717.*

## C L E M E N S E P I S C O P U S

## S E R V U S S E R V O R U M D E I.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**G**Regis dominici cura à Salvatore, & Domino nostro, qui Cha- **Num. 119**  
 ritas est, & Deus pacis, humilitati nostræ nullo licet merito- **An. 1717.**  
 rum nostrorum suffragio commissa postulat, ut inter gravissimas, mul-  
 tiplicesque Apostolicæ servitutis curas, quibus his præsertim luctuo-  
 sis temporibus undique præminur, in eam peculiari sollicitudine in-  
 cumbamus, qua dubiis, & controversiis, quæ inter Christi fideles  
 quoslibet, præsertim verò Ecclesiasticas personas ob novarum Eccle-  
 siarum erectiones in futurum oriri posse formidantur, obviam ire stu-  
 deamus, ut Personæ ipsæ Ecclesiasticæ, quæ in sortem Domini sunt  
 vocatæ divinis ejus obsequiis commodius deserviant in sanctitate, &  
 justitiâ coram ipso, eique remotis controversiarum impedimentis tran-  
 quilliori spiritu reddant abundanter fructus suos, proindeque ut du-  
 bietates, & controversiæ hujusmodi penitus, & omninò evellantur,  
 nullaque occasio dubitandi in posterum præbeatur, ea quæ pro exe-  
 quutione literarum Apostolicarum super erectione novarum Ecclesia-  
 rum hujusmodi, præsertim verò Patriarchalium à Judicibus exequuto-  
 ribus

ribus earundem literarum facta fuisse dignoscuntur, perpetuâ roboris firmitate roborare, eisque Apostolici Præsidiî firmitatem adjicere, efficacemque operam circa eorum conservationem, & subsistentiam libenter adhibere, necnon aliqua; quæ dubietatem involvunt, aut controversias movere possunt, declarare, extendere, seu ampliare consuevimus, ut Orthodoxi Reges, quorum intuitu erectiones præfatæ factæ fuerunt, & hujusmodi literæ emanarunt, eorumque Fideles subditi concessionibus, privilegiis, & indultis eis concessis, securius in Domino gaudentes, in Pacis, & tranquillitatis dulcedine conquiescant, & in eorum aflueta erga Sedem Apostolicam devotione ferventiùs perseverent; Aliàs siquidem Nos probè scientes charissimum in Christo Filium nostrum JOANNEM Portugalliæ, & Algarbiorum Regem illustrem à pluribus Annis pio desiderio ductum habendi in ejus Palatio Regio Ulixbonensi unam Cathedralem Ecclesiam summo perè exoptasse, ut secularis, & insignis Collegiata Ecclesia in eodem Palatio aliàs à Nobis erecta, & instituta in Cathedralem Ecclesiam erigeretur, ac proinde Civitas, & Diœcesis Ulixbonensis in duas partes dividerentur, & in eis duo Archiepiscopatus constituerentur, ut Nosmetipsos gratos, & beneficios exhiberemus erga prædictum JOANNEM Regem, qui nuper pari pietate, & liberalitate, filiali affectu, ac zelo defensionis Fidei ductus, exemplo suorum Prædecessorum Regum gloriosissimi Nominis in defendendâ, promovendâque Catholicâ Fide, nec incommodis, nec expensis quantumvis maximis parcendo, validissimum auxilium quamplurimum bellicarum, munitissimarumque Navium contra Turcas, qui Insulam Corcyræ oppugnare moliebantur, quàm citissimè transmiserat: Motu proprio nostro non ad alicujus Nobis super hoc oblata petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ Potestatis plenitudine Civitatem, & Diœcesim Ulixbonen. præfatam in duas partes divisimus, ac unam tam Civitatis, quàm Diœcesis divisarum hujusmodi partem versus Orientem antiquo Archiepiscopatui Ulixbonensi reliquimus, alteram verò partem versus Occidentem novo Archiepiscopatui tunc per Nos erigendo assignavimus, itaut in posterum perpetuis futuris temporibus pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonensis, qui medietatem Civitatis, necnon medietatem Diœcesis Ulixbonen. versus Orientem habuisset, Archiepiscopus Ulixbon. Orientalis; futurus verò, ac pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. qui medietatem Civitatis, & medietatem Diœcesis Ulixbonen. versus Occidentem pariformitèr habuisset, Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis respectivè nuncupari deberet, assignatis unicuique parti Civitatis, & Diœcesis Ulixbonensis divisarum hujusmodi Terminis, & Confinibus; in parte verò Civitatis, & parte Diœcesis Ulixbonen. versus Occidentem novum Archiepiscopatum Ulixbonen. Occidentalem pro uno, vero, & futuro Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali ad nominationem dicti JOANNIS Regis, ejusque in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis successorum Regum pro tempore existentium eidem Archiepiscopatui Ulixbonen. Occidentali Apostolicâ auctoritate præficiendo, qui in nullo penitus alteri



alteri Archiepiscopo Ulixbonen. Orientali, aliisque quibuscumque Archiepiscopis, Prælatiis, & superioribus quocumque nomine nuncupatis subiectus existeret, sed ab eis, eorumque jurisdictione, & superioritate penitus, & omnino exemptus, ac dumtaxat Sedi Apostolicæ immediate subiectus remaneret, ereximus, & instituimus, dictamque secularem, & insignem Collegiatam Ecclesiam aliàs sub invocatione Divi Thomæ Apostoli in prædicto Palatio Regio existentem in veram Archiepiscopalem, & Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem sub invocatione Assumptionis Beatissimæ Virginis Mariæ, pariformiter ereximus, & instituimus, ac nomine Archiepiscopali, & Metropolitana Ulixbonen. Occidentali insignivimus, & decoravimus: ac volumus, quod ipsa Collegiata Ecclesia, quæ ex sex Dignitatibus, octodecim Canonicatibus, totidemque Præbendis, quas, & quos obtinentes illius Capitulum constituebant, necnon ex duodecim perpetuis Beneficiis Ecclesiasticis constituebatur, in Cathedralis erecta eodem numero Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, quas, & quos etiam obtinentes illius Capitulum similiter constituerent, necnon eodem numero Beneficiorum constitueretur; quorum tamen Canonicatum Tres in Pœnitentiarium, Theologalem, & Doctoralem respectivè Canonicatus per ipsum JOANNEM Regem designari deberent, servatis tamen in præsentatione, collatione, & institutione Canonicatum Pœnitentiarum, Theologalis, & Doctoralis hujusmodi tam circa ætatem, quam circa idoneitatem, aliasque qualitates Concilii Tridentini Decretis: Cumque dicta Cathedralis Ecclesia Ulixbonen. Occidentalis olim Collegiata ad hujusmodi sublimitatem, honorificamque excellentiam sublimata existeret, dictusque JOANNES Rex in eâ Dignitates, & Canonicos habere, qui certis, & peculiaribus qualitatibus pollerent, ad hoc ut ad altiores Dignitates, & Cathedralium Ecclesiarum regimina promoveri, seu præsentari possent, summopere desideraret, eidem JOANNI Regi, ut nonnullos ex dignitates, & Canonicatus, & Præbendas hujusmodi, ac Beneficia prædicta tunc obtinentibus pro eâ vice tantum ab eis remove, aliosque in eorum locum subrogare, dummodò tamen prius indemnitati eorum, qui sic remoti fuissent saltem æquivalenter consultum fuisset, liberè, & licitè posset, & valeret, & sic remoti à Dignitatibus, aut Canonicatibus, & Præbendis, seu Beneficiis hujusmodi quavis ratione, & sub quovis prætextu, etiam triennalis possessionis juvari non possent, nec remotioni hujusmodi contradicere, & se opponere valerent, ac pro remotis Apostolicâ auctoritate habere volumus, & mandavimus, Motu pari concessimus, & indulgimus. Archiepiscopo autem Ulixbonen. Orientali pro tempore existenti, ut auctoritatem, jurisdictionem, & superioritatem in Clerum, & Populum, in Castra, Oppida, Villas, Territoria, Districtus, Ecclesias, & Personas tam seculares, quam Ecclesiasticas existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Diocesis Ulixbonen. versus Orientem habere deberet, & eas liberè, & licitè exercere valeret, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus jurisdictioni, subiectioni, visitationi, & correctioni semper subiecta remanere, citrà tamen præjudicium

judicium Personarum, seu Locorum forsan habentium privilegia exemptionis ab hujusmodi visitatione, quæ firma, & illesa remanere, & ut antea ab hujusmodi visitatione exempta respectivè esse deberent, ac eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Orientali ultra jurisdictionem, & auctoritatem in Personas, & Loca, in medietate Civitatis, & medietate Diocesis Ulixbonen. hujusmodi versus Orientem, sic ut præfertur, ei assignatis, collationes, provisiones, & omnimodas alias dispositiones Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, Personatum, Administrationum, & Officiorum, cæterorumque omnium Beneficiorum Ecclesiasticorum cum curâ, & sine curâ, ac præsentationes, electiones ad illa, confirmationes, & institutiones in eisdem, antea in totâ Civitate, & totâ Diocesi Ulixbonen. prædefunctis Archiepiscopis Ulixbonen. competentes, salvis tamen, & illeis semper remanentibus reservationibus, & affectionibus Apostolicis, & absque præjudicio præsentationis Beneficiorum Jurispatronatus Regii, & Laicalis in posterum pro medietate tantum Civitatis Ulixbonen. & medietate Diocesis Ulixbonen. hujusmodi versus Orientem, sic ut præfertur, ei assignatis, reliquimus, & assignavimus; eidemque pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Orientali Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, S. Thomæ, & Congi Episcopales Ecclesias, illarumque pro tempore existentes respectivè Præsules, seu Administratores, pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Ulixbonen. Orientalis suffraganeis, qui tanquam membra Capiti pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Orientali jure Metropolitico subessent, designavimus, & deputavimus, itaque idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. Orientalis in eisdem Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congi Civitatibus, & Diocesibus jus Metropoliticum sibi vindicaret, & Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, & Congi pro tempore existentes Episcopi, eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Orientali ad omnia, & singula tenerentur, & essent adstricti, ad quæ suffraganei quicumque suis Metropolitici Ecclesiis, & Metropolitanis juxta canonicas sanctiones tenentur, & obligati existunt, ac eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Orientali prædictos suos suffraganeos consecrandi, ad Provinciales Synodos evocandi, ac cum eisdem suffraganeis Ecclesiastica negocia agendi, & definiendi, causas quarumcumque appellationum, sive quærellas juxta Sacrorum Canonum, & Concilii Tridentini Decreta cognoscendi, omniaque alia, & singula quæcumque, quæ de jure, usu, consuetudine, aut aliâ quoquomodo ad Archiepiscopos, & Archiepiscopale munus spectare, & pertinere solent, & præcisè ad antiquum Archiepiscopum Ulixbonen. antea spectabant, & pertinebant in medietate tantum Civitatis Ulixbonen. versus Orientem, & medietate tantum Diocesis Ulixbonen. etiam versus Orientem, sic ei pro suis Archiepiscopatu, & Territorio à Nobis relictis, & assignatis gerendi, & exercendi, plenam, liberam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem, reliquimus, pariter, & assignavimus: Archiepiscopo verò Ulixbonen. Occidentali pro tempo-



re existenti, qui semper esse deberet Sacellanus maior dictæ Regiæ Capellæ primò in Collegiatam, & deindè in Archiepiscopalem Ecclesiam erectæ, ut ultra gratias, privilegia, prærogativas, & Indulta, quibus frui deberit, uti præfatus Sacellanus maior, & præcisè ultra Jurisdictionem spirituales, & temporales, quæ ei competere deberit super Familiaribus Regiis, aliisque Personis juxtâ formam, & tenorem Privilegiorum eidem Sacellano maiori aliàs concessorum ubicumque Domicilia habentibus, seu habituris, etiam ipse jurisdictionem, & auctoritatem in Clerum, Populum, Castra, Oppida, Villas, Territoria, Districtus, Ecclesias, & Personas tam seculares, quàm Ecclesiasticas, & Regulares existentes, & existentia in medietate Civitatis, & medietate Diocesis Ulixbonen. hujusmodi versus Occidentem ei, ut præfertur, assignatis habere deberet, ac eas libere, & licitè exercere valeret, ac Loca, & Personæ hujusmodi ejus subjectioni, visitationi, & correctioni semper, & perpetuò subiecta remanerent, citrà tamen præjudicium Personarum, seu Locorum, forsàn habentium Privilegia exemptionis ab hujusmodi visitatione, quæ firma pariter, & illesâ remanere, & ut antea ab hujusmodi visitatione exempta esse deberent, necnon eidem Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali pro tempore existenti ultra jurisdictionem, & auctoritatem in Personas, & Loca in medietate Civitatis, & medietate Diocesis Ulixbonen. hujusmodi versus Occidentem, sic ut præfertur, ei assignatis, collationes, provisiones, & omnimodas alias dispositiones Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, Personatum, Administrationum, Officiorum, cæterorumque omnium, & singulorum Beneficiorum Ecclesiasticorum cum curâ, & sine curâ, ac præsentationes, electiones ad illa, confirmationes, & institutiones in eisdem, antea in totâ Civitate, & totâ Diocesi Ulixbonen. prædefunctis Archiepiscopis Ulixbonen. competentes, salvis tamen semper, & illesis paritèr remanentibus reservationibus, & affectionibus Apostolicis, & absque præjudicio præsentationis Beneficiorum Jurispatronatus Regii, & Laicalis, in posterum pro medietate tantum Civitatis Ulixbonen. & medietate tantum Diocesis Ulixbonen. versus Occidentem, sic ut præfertur pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali assignatis, similiter concessimus, & respectivè indulgimus; eidemque pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. Episcopales Ecclesias, modernosque, & pro tempore existentes illarum respectivè Præsules, seu Administratores pro suis, & pro tempore existentis Archiepiscopi Ulixbonen. Occidentalis suffraganeis, qui tanquam membra Capiti eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali jure Metropolitico subjacerent, eique obedientiam, & reverentiam tanquam proprio Metropolitano præstare deberent, similiter designavimus, & deputavimus, ita quòd idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis in eisdem Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. Civitatibus, & Diocesibus jus Metropoliticum haberet, & habere deberet, & Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. Episcopi eidem pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen.

Occidentali ad omnia, & singula tenerentur, & adstricti essent, ad quæ suffraganei quicumque de jure, usu, aut consuetudine tenentur, & obligati existunt, ipsique pro tempore existenti Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali prædictos suos suffraganeos consecrandi, ad Provinciales Synodos evocandi, ac cum eis etiam Ecclesiastica negotia agendi, & terminandi, causas quarumcumque appellationum, si-  
 vè quærelas juxta Sacrorum Canonum Statuta, & Concilii Tridentini Decreta cognoscendi, omniaque alia, & singula, quæ similiter de jure, usu, consuetudine, aut aliàs quomodolibet ad Archiepiscopos, & Archiepiscopale munus spectare, & pertinere solent, & præcisè ad antiquum Archiepiscopum Ulixbonen. antea in totâ Civitate, & Diocesi Ulixbonen. spectabant, & pertinebant, in posterum in medietate tantum Civitatis, & medietate tantum Diocesis Ulixbonen. hujusmodi versus Occidentem, sic ei pro suis Archiepiscopatu, & Territorio à Nobis pariter assignatis, gerendi, & exercendi plenam, & omnimodam facultatem, & auctoritatem concessimus, & impartiti fuimus: Ad effectum verò, ut tam Archiepiscopus Ulixbonen. Orientalis, quàm Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis pro tempore existentes in actu expeditionis literarum Apostolicarum super eorum promotione ad dictos Ulixbonen. Orientalem, & Ulixbonen. Occidentalem Archiepiscopatus ad nominationem dicti JOANNIS Regis, ejusque successorum Regum prædictorum faciendam taxam fixam, & inviolabilem in libris Camera Apostolicæ, ac certos, & distinctos fructus habere valerent, cum taxa antiqui Archiepiscopatus Ulixbonen. in libris Camera Apostolicæ ad bis mille florenos auri descripta reperiretur, & æquum esset, quòd sicuti dividebantur Civitas, & Diocesis, ita etiam dividerentur fructus, & onera, idcirco volumus, & ordinavimus quòd in posterum fructus Archiepiscopatus Ulixbonen. Orientalis ad mille florenos auri, & similiter fructus Archiepiscopatus Ulixbonen. Occidentalis ad alios mille florenos similes respectivè in libris Camera Apostolicæ taxati respectivè existerent: Unicuique autem ex prædictis duobus Archiepiscopis Ulixbonen. Orientali, & Occidentali pro tempore existentibus, illi fructus ex Decimis, & aliis quibuscumque redditibus, proventibus, bonis stabilibus, censibus, & aliis hujusmodi provenientes obvenirent, qui provenire poterant ex illâ medietate Civitatis, & medietate Diocesis Ulixbonen. ei sic, ut præfertur, assignatis; & ne antiquum Capitulum Ulixbonen. ex hac divisione, & dismembratione, ac novi Archiepiscopatus Ulixbonen. Occidentalis erectione quoad infra scriptos fructus, & alia emolumenta ei, ut infra spectantia, aliquod detrimentum pateretur, tam fructus, quàm decimæ, & alia emolumenta, quæ antea eisdem antiquo Capitulo spectabant, & pertinebant, etiam post divisionem Civitatis, & Diocesis Ulixbonen. ac novæ Metropolitanæ Ecclesiæ hujusmodi erectionem, ut antea, spectare, & pertinere deberent, absque eo quòd Capitulum, & Canonici novæ Metropolitanæ Ecclesiæ præfactæ ex Decimis, fructibus, & emolumentis præfatis, ad antiquum Capitulum Ulixbonen. ut præfertur, spectantibus, quidquam exigere, seu prætereendere valerent, etiamsi fructus Decimæ, &  
 emolu-



emolumenta hujusmodi ex quibuscumque bonis, rebus, & Personis in medietate Civitatis, & medietate Dioecesis versus Occidentem existentibus quomodolibet provenirent: Nè autem ex divisione Civitatis, & Dioecesis Ulixbonen. præfatarum, & existentia duorum Archiepiscopatumum intra limites ejusdem antiquæ Civitatis, ejusdemque Dioecesis discordiæ, & dissensiones orirentur, quamplura, quæ jurisdictionem, superioritatem, & alia, quæ pacem, & concordiam amborum Archiepiscopatumum respicere possent, in duodecim Capitibus comprehensa decrevimus. Considerantes postea prædictam Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem, sic ut præfertur, à Nobis erectam, & institutam in Regio Palatio Ulixbonen. constitutam existere, inibique ipsas Personas Regias Ecclesiasticis functionibus sapissime adesse posse, valde congruum existimavimus, ut eadem Metropolitana Ecclesia Ulixbonen. Occidentalis, ejusque pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis uberioribus indultis, privilegiis, & prærogativis ex speciali nostrâ, & Sedis Apostolicæ indulgentiâ condecoraretur: Quapropter. Firmis tamen, & illeis remanentibus omnibus, & singulis indultis, gratiis, & privilegiis eidem Capellæ Regiæ, ejusque Sacellano maiori, sic ut præfertur, à Nobis, & Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris concessis, & citra ullum præjudicium, seu diminutionem auctoritatis, jurisdictionis præeminentiarum, ac jurium quorumcumque, etiam honorificorum, & merè cærimonialium nunc, & pro tempore existenti nostro, & Apostolicæ Sedis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis Nuncio, seu alteri ejusdem Sedis in eisdem Regnis pro tempore similiter existenti Legato competentium, quæ Nuncius, & Legatus supradicti quoad dictum novum Archiepiscopum Ulixbonen. Occidentalem pariformiter, & absque ullâ prorsus differentiâ, ac quoad alios Archiepiscopos, & Episcopos dictorum Regnorum exercere possent, & deberent, eandem secularem, & insignem Collegiatam Ecclesiam, sic à Nobis in Archiepiscopalem Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem erectam, & institutam, nomine, titulo, & prærogativâ Patriarchalis Ecclesiæ, ejusque Archiepiscopum Ulixbonen. Occidentalem pro tempore existentem similiter nomine, titulo, & prærogativâ Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis, adinstar Venerabilis Fratris nostri moderni Patriarchæ Venetiarum, quoad Provinciam tamen Archiepiscopatus Ulixbonen. Occidentalis tantum, insignivimus, & decoravimus, cum facultate utendi insigniis, & stegmate propriæ Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulixbonen. Occidentalis, aliisque ornamentis, quibus idem Patriarcha Venetiarum de jure, usu, & consuetudine utitur, necnon in eisdem Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis deferendi Crucem, & Rocchettum apertum, Populum benedicendi, Thronum, & Baldachinum habendi, Pontificalia exercendi, & suprà Bracharen. Ulixbonen. Orientalem, ac Elboren. Archiepiscopos, necnon Portalegren. Colimbrien. Visen. Miranden. Lamacen. Egitanien. Leirien. Funchalen. Angren. Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, Congi, Algarbien. Portugallen. ac Elven. Episcopos, aliosque omnes, & singulos Regnorum hujusmodi Prælatos in omnibus actibus, & functionibus,

etiam in eorum Ecclesiis præcedentiam habendi, quorum nullus etiam in eorum Ecclesiis, eo præsentem, aliquem jurisdictionis, honoris, vel facultatis actum gerere posset, quem coram Legato Sedis Apostolicæ præfatæ gerere non valeret: Quò verò ad alias jurisdictiones, & facultates aliis Patriarchis, seu prædictæ Sedis Legatis competentes nullas idem pro tempore existens Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis Patriarcha nuncupatus habere, seu exercere posset, exceptis supradictis, nisi alia jurisdictio, seu facultas hujusmodi prius per Nos, aut successores nostros, Sedemque præfatam, declarata, & respectivè ei concessa fuisset. Necnon utendi Pallio non solum in diebus, Festivitatibus, & Functionibus in Pontificali Romano descriptis, & designatis, sed etiam in Conceptionis Beatæ Mariæ Virginis, in Inventionis, & Exaltationis S. Crucis, S. Joseph, S. Annæ, S. Michaelis Archangeli, S. Vincentii Civitatis Ulixbonen. Protectoris, S. Elisabethæ Reginæ Portugalliæ, S. Antonii Ulixbonen. S. Angeli Custodis, & S. Georgii Regni Portugalliæ Defensorum, Festivitatibus, quæ omnes in ipsâ Collegiatâ Ecclesiâ in Cathedrali, & Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem erectâ, & in toto Regno Portugalliæ solemniter celebrantur, necnon in qualibet aliâ die, siquæ fuisset solemnior in Ecclesiâ in qua per totum Regnum prædictus Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis Patriarcha nuncupatus Pontificalibus usus fuisset, ac in benedictionibus Nuptiarum, & in solemnibus Baptismate Filiorum, & Descendentium Reginarum, ac in aliis similibus, & solemnibus Regiis Functionibus, quæ intrâ, vel immediatè post Missarum solemnias celebrarentur, quòdque idem Archiepiscopus Ulixbonen. Occidentalis nomine, & prærogativâ Patriarchæ, sic à Nobis decoratus, habitum purpureum adinstar Venerabilis Fratris nostri moderni Archiepiscopi Salisburgen. induere posset, easque Indulgentias concedere valeret, quas nostri, & prædictæ Sedis Nuncii in eisdem Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis ejusdem Sedis auctoritate concedere solent, videlicet, centum, aut plures alios dies, non tamen ultrâ Annum, necnon in uno Festo dumtaxat à Primis usque ad secundas Vesperas, & Occasum Solis dici Festi hujusmodi quinque Annos, & quinque Quadragenas, aut infrâ, ita tamen, ut semel tantum pro unâ Ecclesiâ, vel Capella fieret, etiam concessimus, & indulgimus: Capitulo verò dictæ Collegiatæ Ecclesiæ sic à Nobis in Cathedrali, & Metropolitanam Ecclesiam erectæ, ac titulo, denominatione, & prærogativâ Patriarchalis Ecclesiæ decoratæ, ejusque Dignitatibus, & Canonicis, ut ipsi in posterum habitum prælatitium violacei coloris serici, aut lanei supra Rocchettum ubique Terrarum, extrâ tamen Romanam Curiam, & ubi non fuerit Romanus Pontifex, adinstar Canonicorum Ecclesiarum Patriarchalium de Urbe, quòdque ipsi, qui jam vigore indulti Apostolici habebant usum Cappæ magnæ violacei coloris, in posterum Hyemali, Cappam etiam magnam rubeam, Estivo verò temporibus, Mozzettam supra Rocchettum similiter rubeam adinstar Canonicorum Ecclesiæ Pisani; respectivè in singulis Horis Canonicis, Missis, & aliis Divinis Officiis, necnon Processionibus, tam intrâ, quàm extrâ eorum



rum Ecclesiam peragendis, ac Actibus Capitularibus publicis, & privatis, gestare, & deferre possent, quodque Capitulum, & Canonici dictæ Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis tam habitu Prælatitio, quam Canonicali induti, & capitularitèr existentes, seu incedentes omnia Capitula, etiam in eorum Ecclesiis, omnesque Canonicos quorumcumque Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum totius Regni Portugalliæ, similiter si unus, vel plures Dignitates, seu Canonici dictæ Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis cum alio, vel aliis Dignitate, seu Canonico, aut Dignitatibus, seu Canonicis, cujuscumque alterius Ecclesiæ Regni Portugalliæ hujusmodi incederent, seu in aliquâ functione Ecclesiasticâ adessent, etiam in eorum Ecclesiis præcedere deberent; necnon ut ipsi, eorumque in Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis hujusmodi successores perpetuis futuris temporibus, ac tam in parte Civitatis, & Diocesis Ulixbonen. Occidentalis, quam in toto Regno Portugalliæ, ejusque Dominiis præsentente Rege, eoque absente, de licentiâ Ordinarii, in Missis, ac Horis Canonicis solemniter decantandis, ac etiam in Processionibus, Benedictionibus Candelarum Cinerum, Palmarum, & Fontis Baptismalis, ac in reliquis Ecclesiasticis Functionibus, in quibus Sacra adhibentur paramenta, præsentente, vel absente Archiepiscopo Ulixbonen. Occidentali, nomine, & prærogativâ Patriarchæ, ut præfertur, decorato, Mitrà, aliisque indumentis, vel paramentis adinstar Abbatum usum Mitræ habentium, uti, necnon in eorum Armis, & Insigniis gentilitiis Mitram apponi facere, adinstar Dignitatum, & Canonicorum Archiepiscopalium Ecclesiarum Beneventanæ, & Mediolanen. quodque ipsius Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis Dignitates, & Canonici præfati, eorumque successores indumenta, & paramenta, aliasque res Ecclesiasticas, in quibus Sacri Olei, vel Chrismatis unctio non adhibetur, non tamen Calices, neque Patenas, benedicere, adinstar Canonicorum Ecclesiæ Neapolitanæ, eisdemque prædictæ Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis Canonicis causæ quæcumque, & super quibuscumque Litibus, & Controversiis motæ, vel movendæ committi respectivè liberè, & licitè possent, & valerent, etiam concessimus, & indulgimus. Ulterius firmo remanente Jurepatronatus Regio, & præsentandi, ut antea, ad Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia dictæ Collegiætæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Metropolitanam Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem erectæ, ad Archiepiscopatum Ulixbonen. Occidentalem nomine, & prærogativâ Patriarchatus, decoratum, tam à primavâ illius erectione, quam in posterum, quandocumque, vacantem, & in quibuscumque illius vacationibus, etiam apud Sedem Apostolicam præfatam quandocumque occurrentibus, Juspatronatus Regium, & præsentandi Personam idoneam Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, ac per Nos, & eundem Romanum Pontificem pro tempore existentem dicto Archiepiscopatui Ulixbonen. Occidentali nomine, & prærogativâ Patriarchatus decorato, Apostolicâ auctoritate, & mediantibus literis Apostolicis præficiendam, eidem JOANNI Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus perpetuò reservavimus, concessimus, & assigna-

assignavimus: Denique ut in eventum in quem prædictus JOANNES Rex, ejusque successores Reges alibi Curiam Civitatis Ulixbonen. eorumque Regias Personas, vel perpetuò, vel per aliquod temporis spatium respectivè transferrent, nihilominus firma, & illesa remanere deberent tam Cathedralitas dictæ Collegiatæ Ecclesiæ, sic à Nobis in Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem erectæ, quàm omnia, & singula Privilegia eidem Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentali, sic ut præfertur, concessa, decrevimus, & declaravimus, prout in nostris in formâ nostri Motus proprii sub datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo sextodecimo, septimo Idus Novembris, Pontificatus nostri, anno sextodecimo expeditis literis plenius continetur; quas quidem literas Venerabilibus Fratribus nostris Elven. Algarbien. & Miranden. Episcopis direximus, ad hoc, ut ipsi, vel unus eorum per se, vel alium, seu alios ad illarum exequutionem procederent; cumque sicut accepimus, literæ præfatæ Venerabili Fratri nostro moderno Episcopo Algarbien. uni ex Judicibus Exequutoribus præfatis pro obtinendâ illarum exequutione præsentatæ fuissent, idem Episcopus Algarbien. literas præfatas exequutioni demandaverit, mediante infra scriptâ sententiâ tenoris sequentis videlicet Christi nomine invocato. Visis his Actis, & Motu proprio Sanctissimi Domini Nostri PP. Clementis XI. nunc temporis Regentis Ecclesiam Dei, quo, ex justis causis in ipso Motu proprio contentis, & expressis, in duos præcipit dividi totum hunc Archiepiscopatum Ulyssiponensem, attentâ etiam facultate Nobis concessâ pro ipsâ divisione faciendâ, necnon consensu ad illam præstito à Serenissimo Rege nostro, quem Deus servet incolumen, eodemque Motu proprio ab ipso Nobis per suum Primicerium remisso, aliis denique peractis diligentis ad istiusmodi divisionem pernecessariis, palàm fit, juberi à Sanctissimo Patre, quòd hic antiquus, & hæcenus continuatus, & indivisus Archiepiscopatus Ulyssiponensis in duas bipartiatum Ecclesias Metropolitanas cum distinctis, separatisque Territoriis, & Diocæsi-bus, in quibus earum Prælatorum singuli totam illam in Clerum, & Populum exerceant Episcopalem jurisdictionem, quæ aliàs à jure exercere solet, & competit Metropolitanis in suis Cathedralibus, & Provinciis, ipseque Archiepiscopus, qui hucusque toti huic Metropoli præerat soli illi deinceps præsit parti Ulyssipon. antiquæ, in eâque tantum jurisdictionem suam exercent, quæ à novitè erectâ, seu Ulyssiponâ nova denominatâ dividitur, ac sejungitur per Arcum Consolationis dictum Costam de Castello, ac per murum, & Portam S. Andreæ unâ cum omnibus ejus suburbiis, quæ versus Orientem dilatantur, ac extenduntur, qua ex causâ, Prælatus istiusmodi Diocæsis Archiepiscopalis Ulyssiponensis Orientalis denominabitur, ipsaque ejusdem Diocæsis hac Tagi parte continuabitur à prædicto suburbio Orientali per Villas, & Loca de Ribatejo cum suis Terminis, Territoriis, & dependentiis, usque ad confinia jurisdictionis de Thomar nullius Diocæsis; ex alterâ verò parte ejusdem Tagi principium ducet ipsa Diocæsis à Flumine Canha usque ad ultima confinia utriusque



que Episcopatus Egitanien. & Portalegren. quæ ab ipsâ Tagi parte respiciuntur, & in eis duntaxat omnimodam, liberam, & prorsus independentem habeat jurisdictionem; Residuum autem, quod segregatur, & extrahitur ab Archiepiscopatu antiquo, inveniturque intrâ eandem dictam Civitatem à prædictis limitibus Arcus Consolationis, Costæ de Castello, Portæ S. Andreæ, cum suburbiis partis Orientalis, extrâ verò Civitatem, quod sumit principium à Loco Arroios nuncupato, & continuatur per Campo Grande, Povia S. Adriani, Arruda, Alemquer, Moinho Novo, Otta, Cercal, Sancheira, Campos d' Alcobaça, cum omnibus Locis, Territoriis, & dependentiis dictarum Villarum, quæ omnia ex hac parte Tagi sita sunt, usque ad extrema confinia Episcopatus Leirien. ex alterâ verò trans Tagum ipsum integrum Territorium Setubalense, qua parte mediat inter Flumina Sado, & Canha usque ad Confinia Archiepiscopatus Elboren. cum omnibus suis Locis, Territoriis, Villis, ac dependentiis, quæ Occidentem respiciunt, fiat, & firmiter, ac stabiliter erigatur in unam novam Ecclesiam Metropolitanam, cujus deinceps Præsul Archiepiscopus Ulyssiponenſis Occidentalis nuncupabitur, hanc autem denominationem, & munus novæ, & istius Metropolis Cathedralis Ecclesiæ sibi vindicabit Collegiata insignis Capellæ Regiæ, cujus titulo, & naturâ suppressis, qui à mera Collegiata erat, in veram Sedem Archiepiscopalem, & Metropolitanam Ecclesiam transferetur, & exaltabitur, & quæ sub antiquâ invocatione, & titulo S. Thomæ Apostoli erecta fuit, invocatione, & titulo Beatæ Virginis Mariæ Assumptæ, adinstar omnium aliarum in hoc Regno gloriabitur: Porro in prædictis Villis, Locis, Districtibus, & Territoriis poterit dictus Archiepiscopus Ulyssiponenſis Occidentalis independentem, & absolutam jurisdictionem exercere, conferre, quæ ad illum attinent, Beneficia aequè simplicia, ac residentiam postulantia, salvis tamen semper reservationibus Apostolicis, Decimas, fructus, & quæcumque alia emolumenta ad illum in relatis districtibus spectantia exigere, eodem aequè jure, quo à cæteris Archiepiscopis in toto dicto Territorio, & Diocesi hætenus exigebatur, eâ tamen exceptione, & declaratione, quòd in Locis illis, in quibus dictæ Decimæ, & fructus ad Capitulum, & Canonicos antiquæ Sedis spectabant, ad illos etiam deinceps omninò indemnes pertineant, cum nolit Summus Pontifex, quòd prædicti Canonici, & illorum Capitulum in relatis fructibus, & emolumentis detrimentum aliquod patiantur: Quoad Dignitates verò, uti, & quoad reliquos Canonicatus, Præbendas, & Beneficia, ex quibus hætenus consurgebat Capitulum Collegiatae insignis, nunc ea jam in Ecclesiam Metropolitanam erecta omnia eodem modo, & numero, ac antea conservabuntur, omniumque insuper præsentatio ad Serenissimum Regem, ipsiusque in posterum successores attinebit illorum, vel etiam Canonicatum, quibus Theologi, Doctoris, & Pœnitentiarii munera annexa sunt, dummodò tamen in horum præsentatione, collatione, & institutione serventur, quæ circa ætatem, idoneitatem, cæteraque à Concilio Tridentino præscripta, servantur: item quòd hac vice tantum possit idem Serenissimus Rex nonnullos in præsen-

præsentiarum obtinentes Præbendas, & Beneficia ab iisdem remove-  
re, aliosque pro suo libito sufficere, illorum tamen saltem equivalentèr  
consulendo indemnitati: Item quòd prædicti Dignitates, & Canoni-  
ci dictæ Patriarchalis Ecclesiæ ubique Terrarum, extra tamen Roma-  
nam Curiam, uti poterunt Rocchetto, & habitu prælatitio serico,  
aut laneo coloris violacei, adinstar Canonice Ecclesiarum Patriar-  
chaliæ in eadem Romanâ Curia, & quòd iidem, aut dicto habitu  
prælatitio, aut Canonicali induti omnibus aliis Canonicis, & Capi-  
tulis istius Regni, etiam in illorum propriis Cathedralibus, tum in  
communi, tum in particulari præcedere debeant; necnon quòd tam  
in Missis, & Horis Canonicis solemniter cantatis, quàm in Processio-  
nibus, Benedictionibus Candelarum, Cinerum, Palmarum, Fontis  
Baptismalis, aliisque functionibus Ecclesiasticis solemniter peragendis  
uti possint Mitrà, & aliis indumentis Sacris, eo modo, quo iis utun-  
tur Abbates, simili privilegio fulgentes, dictis insuper paramentis  
utentur ubique præsentem Rege, in ipsius verò absentia solum de li-  
centiâ Ordinarii loci, in quo Ecclesiastica functio celebrabitur: Ita-  
dem prædictam Mitram poterunt adungere suis Armis, seu Insigni-  
bus gentilitiis, adinstar Canonice Archiepiscopaliæ Ecclesiarum  
Beneventanæ, & Mediolanen. omnia etiam indumenta, & Vasa Divi-  
no Cultui inservientia, iis exceptis, in quibus Sacri Olei, vel Chris-  
matis unctio requiritur, poterunt benedicere adinstar Canonice  
Ecclesiæ Neapolitanæ: Quoad prædictum Archiepiscopum Ulyssiponis  
Occidentalis illi, ut suffraganei subiacebunt Episcopi Leirien. Lama-  
cen. Funchalen. & Angren. uti, & Archiepiscopo Ulyssiponis Ori-  
entalis Episcopi Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, S. Tho-  
mæ, & Congensis, itaut utrarumque Ecclesiarum Præsules, & An-  
tistites prædictos Archiepiscopos ut suos Metropolitanos agnoscent,  
eisdemque obedientiam præstabunt in iis, ad quæ de jure Metropoli-  
tico tenentur: Idem præterea Archiepiscopus dictæ Metropolis Occi-  
dentalis Patriarchæ insimul honore, & titulo decorabitur in toto suæ  
Provinciæ, & Diocesis districtu; utque talis omnibus, & singulis  
Regni Episcopis, & Archiepiscopis etiam Ecclesiæ Bracharen. supe-  
rior existet, eisque præcedet in cunctis Functionibus, in quibus il-  
lorum concursus acciderit, idque, vel in propriis eorumdem Eccle-  
siis, & taliter ut in ipsius Patriarchæ interventu, & præsentia nul-  
lum unquam jurisdictionis, aut Honoris actum exercere valeant, quem  
coram Legato Sedis Apostolicæ gerere non liceret; poterit deindè uti  
habitu purpureo, adinstar Archiepiscopi Salisburgen. easdemque In-  
dulgentias impartiri, quas in hoc Regno concedere solent Nuncii  
Apostolici, quòdque à primis usque ad secundas Vesperas, cujuscum-  
que Festivitatibus, vel usque ad Occasum Solis ejusdem diei Festi quin-  
que remissionis Annos, & totidem Quadragenas, semel tamen in singu-  
lis Ecclesiis, vel Capellis, in quibus Festa diei celebrabitur, pote-  
rit concedere: Eidemque ulterius per totum Portugalliæ, & Algar-  
biorum Regnum licebit Crucem deferre, Rocchetto uti aperto, Po-  
pulum benedicere, & Pontificalia exercere, uti deindè Pallio non  
modo in diebus à Pontificali Romano designatis, verum etiam in Fes-  
tivitibus



tivitatribus Immaculatæ Virginis Conceptionis, Inventionis, & Exaltationis S. Crucis, S. Josephi, S. Annæ, S. Michaelis Archangeli, S. Vincentii hujus Civitatis Protectoris, S. Elisabethæ Portugalliæ Reginae, S. Antonii, S. Angeli Custodis, S. Georgii, & in quacunque aliâ solemnitate, quam intra Regni ambitum idem Patriarcha Pontificaliter celebrabit, necnon in Benedictionibus Nuptiarum, in solemnî Baptismo cujuscunque Personæ Regiæ, & in quibuscunque aliis Regiis Functionibus, & solemnitatibus, dummodò tamen illæsa semper maneant, privilegia, prærogativæ, indulta, & jurisdictiones, quibus hætenus usi sunt in hoc Regno Sedis Apostolicæ Nuncii, eisdemque namque utentur deinceps etiam in ipsâ Ecclesiâ Metropolitanâ Occidentali, æque, ac in aliis istius Regni fungi mos est; similiter conservabuntur illæsa privilegia illarum Ecclesiarum, quibus hucusque eadem potiebantur respectivè ad antiquos istius Metropolis Archiepiscopos, eandem quippè immunitatem retinebunt, absque ullâ subordinatione ad Archiepiscopum Patriarcham, iis solum exclusis, quibus illi à jure subesse debent; prædicta verò privilegia, & facultates dicto Patriarchæ Occidentali concessa nullatenus censeantur extensa ad alia, quæ à jure, usu, & consuetudine aliis Patriarchis concessa sunt, nisi aliqua ex illis decursu temporis à S. Sede Apostolicâ expresse indulta fuerint: Porro eidem Dignitati prefatæ Archiepiscopi Patriarchæ hujusmodi novæ Metropolis annexus perpetuò erit munus, & titulus Sacellanus maioris, cujus proinde jurisdictio privativè erit quoad alios Prælatos, & eodem modo ab illo exercebitur, ac ab aliis suis Prædecessoribus, itaut una ab alterâ jurisdictio, & Archiepiscopi Patriarchæ, & Sacellani maioris distincta sint, & separata, quin hac in parte aliquid innovetur; quoad præsentationem verò, & nominationem dictorum hæc erit Jurispatronatus Regii, itaut ad solos pro tempore existentes Portugalliæ, & Algarbiorum Reges spectet in futurum Sedi Apostolicæ præsentare eos, qui sibi ad hanc dignitatem idonei visi fuerint: Denique ostenduntur à Sanctissimo provisæ remedia ad evitanda jurgia, & controversias, quæ inter utramque Ecclesiam Orientalem, & Occidentalem oriri poterunt, dum sequentia statuit inviolabiliter observanda. Primò quòd qui in alterâ Civitatis parte approbati fuerint à proprio Archiepiscopo, vel ad predicandum Dei Evangelium, vel ad confessiones audiendas, in alterâ pariter idonei censeantur, quin ad utrumque munus obeundum novâ approbatione, aut examine indigeant, sed solâ licentiâ illius Ordinarii, cui approbationem jam adeptam præsentabunt. Secundò quòd peccata illa, quæ in unâ ex dictis Diocesisibus reservata sunt de præsentî, & in posterum reservabuntur, erunt, & in alterâ parte reservata, ne aliter facilius delinquendi arripiatur Ansa. Tertiò quòd in sepeliendis Defunctis, quando ex unâ Diocesi Cadaver in alteram deportandum erit, ut ibi sepulturæ mandetur à proprio Parocho illius Diocesis, à qua discedit, conducetur usque ad illius tantum limites, indeque à Parocho alterius Diocesis in quam tendit, & in cujus Ecclesiâ propriâ, vel in cujus districtu sepeliendum erit, comitabitur, utque utriusque labori satisfiat, inter utrumque emolumentum

tum funeris dividetur. Quartò quòd Religioforum Communitates, & Confraternitates Laicorum, quæ in hac Civitate erectæ jam, & confirmatæ inveniuntur, tam in conducendis Defunctis, quàm in Processionibus, & cæteris quibuscvis aliis Functionibus, in quibus processionalitèr, & elatâ Cruce incedere solent, pariformitèr, & eodem modo in unam, & alteram Divisionis partem mutuò se gerere poterunt, quin necessaria sit licentia alterius cujuscunque Archiepiscopi, vel illius confirmatione, quæ autem ex iis denuò erigentur, nonnisi præviâ licentiâ, & approbatione Archiepiscopi loci, sic incedere audebunt. Quintò quòd denunciationes, quæ ad contrahenda Matrimonia, vel ad Sacros Ordines suscipiendos à jure præmittuntur, non solum in Parochiali Ecclesiâ illius Diocesis, ubi contrahentes, aut Ordinandi Domicilium habent, sed in unâ aliâ alterius Diocesis debeant fieri, ne aliquis dolus, aut fraus subrepat. Sextò quòd Processiones publicæ, quæ fieri solent, aut in posterum fient, haud possint limites excedere proprii Archiepiscopatus, & alterius ingredi Territorium, absque expressâ licentiâ illius Ordinarii. Septimò quòd Ministri judiciales, & Officiales unius Archiepiscopatus non possint intrâ alterius ambitum, aut Territorium deferre insignia, quæ aliquam jurisdictionem denotent, nec per se ipsos facere exequutiones, aut aliquem in Carcerem mittere, quàmvis aliàs sibi subiectum, sed juxta stylum, & praxim Regni literis præcatoriis utendum est, casus tamen excipitur, vel fugæ, vel fragrantis delicti, in quo utriusque partis Ministri poterunt capere delinquentem, quem deferent ad Ministrum illius Diocesis, in qua fuerit captus, ut hic vel in illum animadvertat, si jure ipsi spectat, vel ad competentem Judicem remittat puniendum. Octavò quòd Literæ Apostolicæ, sive justitiam, sive gratiam continentes directæ pro illarum exequutione ad Archiepiscopos, seu Officiales hujusce Civitatis Ulyssiponensis, si Orientalem, aut Occidentalem non exprimant, remissæ, ac directæ censeantur ad Ordinarium illius Personæ, si materia personalis sit, aut rei, si realis, cujus negotium agitur. Nonò quòd omnes causæ, & lites, quæ nunc temporis controvertuntur, & adhuc sub Judice sunt in eodem judicio, & apud eosdem Ministros terminentur, apud quos sumpserant principium, quamvis aliàs ad Tribunal novitèr erigendum spectare deberent aliquo ex Capite; pro exequutione tamen harum sententiarum remittendæ erunt literæ præcatoriæ ad Ministros, in quorum Territorio commorabuntur personæ, vel erunt sitæ res, in quibus exequutio erit facienda. Decimo quòd novus Archiepiscopus Ulyssiponensis Occidentalis poterit de novo eligere, & creare pro suo arbitrio omnes, & singulos Officiales, & Ministros, quos in dictâ Civitate hucusque creati mos erat, vel etiam poterit confirmare pro suo libito quos creatos invenerit, casu tamen, quo antiqui Officiales deponantur, seu munere suo priventur, non propterea judicialitèr contradicent, nec satisfactionem aliquam exigent, nisi fortè ablata Officia empta fuissent, tunc enim ad Archiepiscopum spectabit cogere Officiales, quos denuò elegerit, ut antiquis caveant, & ad nos facti exequutio spectabit. Undecimò quòd si contigerit aliquos re-

periri



periri Canonicatus, Dignitates, & Beneficia in alterâ ex dictis partibus Civitatis, seu Dioecesis divisis, quæ residentiam personalem requirant intrâ illius ambitum, & districtum, quantumvis isti Canonicatum, Dignitatum, & Beneficiorum Possessores commorentur, ac domicilium habeant in aliâ ex dictis partibus segregatis nihilominus residere censentur, ac si ubi residentia ipsa exigitur commorarentur, & habitarent: Familiares verò eorundem Canonikorum, Dignitatum, & Beneficiatorum ratione proprii Domicilii in omnibus subijciuntur Ordinario illius. Duodecimò quòd omnia, & quæcumque dubia, lites, & controversiæ, quæ inter prædictas duas Dioeceses ex illarum divisione, & erectione novi Archiepiscopatus in futurum oriri poterunt, ad Nos, vel dignitate nostrâ, & usu fungentes, tanquam ad Judices Apostolicos spectabit decisio, & determinatio, ut Nobis justum visum fuerit, idque absque ullo judicii strepitu, & solâ rei veritate inspectâ. Quibus omnibus inspectis, aliisque in toto hoc processu notis, facultate Apostolicâ nobis concessa declaramus, definimus, & creamus veram Ecclesiam Metropolitanam Patriarchalem, quæ hætenus insignis erat Collegiata sub invocatione S. Thomæ Apostoli, & suppresso hoc eodem titulo, deinceps nominabitur sub invocatione Beatæ Virginis ab Assumptione, ut in omnibus istius Regni Cathedralibus generalis mos est; illius deindè Præful, & Antistes erit verus, & legitimus Archiepiscopus Patriarcha Ulyssiponen-sis Occidentalis nuncupatus, poterit etiam uti habitu purpureo, & in toto suo Districtu, & Territorio omnibus illis prærogativis, gratiis, facultatibus, & jurisdictionibus ei frui licebit, quæ aliis ejusdem Dignitatis Archiepiscopalis à jure concessa sunt, quia sic declaramus, quapropter ab omnibus æstimabitur, & in honore habebitur tanquam verus Patriarcha, qui suam jurisdictionem exercebit intrâ totum suæ Dioecesis ambitum, & extrâ illum, juxta quæ in prædicto motu proprio, & tenore hujus sententiæ declarantur. Eidem insuper Archiepiscopatui Occidentali Patriarchali annexa erit dignitas Saccellani majoris cum districtu, & separatâ jurisdictione, ut eâ hic hætenus fungebatur, quam proindè idem Archiepiscopus Patriarcha exercebit ergà Personas illas, & in eis omnibus, quæ à jure, usu, & consuetudine ad ipsum attinet; similiter definimus, & declaramus pro Capitulo Ecclesiæ Cathedralis Metropolitanæ Patriarchalis Capitulum insignis Collegiatæ, cum omnibus gratiis, prærogativis, præeminentiis, & facultatibus, quæ in hac sententiâ, & in Corpore dicti Motus proprii continentur, & exprimuntur: Ulteriùs eidem Archiepiscopo Patriarchæ Occidentali tanquam suffraganei subjacebunt Episcopi Leirien. Lamacen. Funchalen. & Angren. ergà quos eam omnimodam, & plenam jurisdictionem poterit exercere, quæ à jure, & consuetudine Metropolitanis convenit; Archiepiscopi verò Ulyssiponen-sis Orientalis suffraganei erunt Episcopi Egitanien. Portalegren. Promontorii Viridis, S. Thomæ Apostoli, & Congensis, ut circa illos eamdem protrahat jurisdictionem, qua hætenus fungebatur; eâdem proindè auctoritate Apostolicâ separamus, & dividimus in duas partes totam hanc dictam Civitatem, & illius Archiepiscopatum, duas ex-

indè constituimus diversas Dióceses, & distinctos Archiepiscopatus, alterum nuncupatum Ulyssiponis Orientalis, alterum verò Ulyssiponis Occidentalis, utramque cum diverso, & separado Territorio, juxtâ formam præscriptam in dicto Motu proprio: Undè præcipimus quòd præsenitio, seu dimensio tam in parte istius Civitatis, quàm in reliquo Corpore, & Territorio totius Archiepiscopatus fiat per metas, & limites à Sanctissimo expressos in suo Motu proprio, & à nobis suprà etiam declaratos; ad effectum verò dictæ dimensionis designabimus Personas, quæ nobis idoneæ visæ fuerint, & quibus facultatem nostram ad eundem effectum commitemus, nobis semper reservatâ jurisdictione primævâ, ut in hac materiâ, & in aliis ad hanc causam attinentibus procedere possimus secundum justitiam, jus, & Suæ Sanctitatis præceptum ad hoc Nobis impositum. Ut autem hæc nostra sententia omnibus nota fiat, & nemo ignorantèr excusationem prætendat, horum Actorum Notario præcipimus, ut eandem sententiam transcriptam vulvis utriusque Cathedralis affigat, aliisque locis publicis istius Civitatis, ut omnibus, & singulis innotescat. Datum Ulyssipone sub nostro signo tantum decimo Kalendas Januarii anno MDCCXVI. Josephus Episcopus Algarbien. Pro dimensione verò, & assignatione limitum, & confinium utriusque partis Civitatis, & Diócesis Ulixbonen. idem Episcopus Algarbien. deputaverit dilectos filios Franciscum Nunes Cardeal, ac Antonium dos Sanctos de Oliveira, necnon Joannem Baptistam Armao in utroque vel altero iurium Doctores, qui adhibitis Peritis, ac factis debitis diligentis, actus, & resolutiones ediderunt pro definiendâ re sibi commissâ, dictusque Josephus Episcopus Algarbien. actus, & resolutiones Francisci, ac Antonii, necnon Joannis Baptistæ præfatorum, mediantibus diversis sententiis, approbaverit scilicet, actus, & resolutiones à Francisco factas per unam tenoris sequentis, videlicet. Cùm hujusmodi assignatio Terminorum, seu Confinium sit conformis dispositioni Sanctitatis Suæ in Motu proprio in his actis inserto, toto Territorio de Setuval cum omnibus Terris, Populationibus, & Parochiis intrâ Flumina Sado, & Canha sitis, divisio, & separado ab antiquo Archiepiscopatu Ulyssiponensi, & ad Territorium Archiepiscopatus Patriarchalis novitèr erecti attinente, judicamus prædictam assignationem terminorum, seu confinium bonam, firmam, & validam, & talitèr jubemus exequi, & observari, ad quod, Decretum nostrum judiciale, auctoritatemque Apostolicam Nobis concessam interponimus, declaramusque in prædictâ assignatione terminorum, seu confinium comprehendi Villas de Almada, Sezimbra cum omnibus locis, Populationibus, & Parochiis, quæ à prædicto Territorio de Setubal per Tagi Ripas, usque ad Portum, & Litora Maris Oceani se extendunt, cùm Sanctitas Sua declaret, quòd trans Tagum tantummodo pertineat ad antiquum Archiepiscopatum Territorium de Sanctarem cum contentis intra Flumina Divor, & Castellum de Almeirol, usque ad confinia Episcopatus Portalegren. & ita necessariò pertinebunt jurisdictioni Mitræ Patriarchalis omnia Leca, Villæ, Populationes, & Parochiæ, quæ ab hac lineâ divisióriâ exclusæ versùs Occidentem



dentem reperiuntur , & cùm in præfato ambitu , & districtu sint prædictæ Villæ de Almada , Sezimbra , reliquæque alia Loca , & Parochiæ , sine dubio omnia cum suis terminis , & dependentiis pertinebunt jurisdictioni Mitræ Patriarchalis , & ita judicamus , prout etiam judicamus prædictam assignationem terminorum , seu confinium factam juxta mentem Sanctitatis Suæ , & dispositionem sententiæ , quam publicavimus divisionis generalis hujus prædicti Archiepiscopatus , relinquendo in eademmet parte trans Tagum pro Territorio Mitræ Ulyssiponenſis Orientalis reliquas omnes Parochias sitas extrâ hanc Lineam , ut in eis prædictâ Mitrâ exercent plenariam , & omnimodam jurisdictionem , ita , & eodem modo , quo antè divisionem exercebat. Ulyssipone Occidentali quintâ Junii MDCCXVII. Josephus Episcopus Algarbien. Alios verò actus , & resolutiones factas ab Antonio idem Episcopus Algarbien. similiter approbaverit per aliam , videlicet. Cùm hujusmodi assignatio terminorum , seu confinium sit facta juxta formam Motus proprii Sanctitatis Suæ in eâ parte , quæ respicit Civitatem Ulyssiponenſem , nam mensurata , & divisa invenitur per Arcum Consolationis , Costam Castelli , Murum , & Portam S. Andreæ , usque ad Locum de Arroios , ad Mitram Patriarchalem sic pertinente parte illâ , quæ respicit Occidentem : Ad Mitram verò Ulyssiponenſem Orientalem parte illâ , quæ respicit Orientem , eodemque modo cùm inveniatur mensurata , & divisa Diœcesis à prædicto Loco de Arroios , usque ad Povoam Sancti Adriani inclusivè per limites , & confinia juxta formam , & dispositionem prædicti Motus proprii , ut ex eodem , & ex hujusmodi mensurationis Actis apparet , ideò eam bonam , firmam , & validam judicamus , exceptâ portione illâ , quæ respicit Parochias Virginis ab Assumptione de Ameixocira , & Sancti Bartholomæi de Charneca , nam etſi Doctori Antonio dos Sanctos de Oliveira in dubio nobis suprâ has duas Parochias proposito responsum dedimus , eos pertinere ad jurisdictionem Mitræ Ulyssiponenſis Orientalis , ex rationibus in eodem responso congestis attamen attenta allegatione Procuratoris Mitræ Patriarchalis Nobis exhibitâ , quæ in assignationis terminorum , seu confinium Actis invenitur inserta , & attentis aliis inquisitionibus , & diligentibus , quas in casu proposito fieri jussimus , ex quibus constat has duas Parochias non multis abhinc annis fuisse dismembratas à Matrîci suâ S. Joannis Baptistæ de Lumiar , cujus Prior jurisdictionem suam exercebat in toto ambitu , & circumferentiâ , quæ hodiè has tres Parochias includit in eodemmet districtu , & Territorio sitas , talitèr quòd , si hæ duæ Parochiæ filiales temporis lapsu depopularentur , itaut paucis Diœcesanis non esset deputandus specialis Curatus , ipse Prior de Lumiar teneretur in eis curam exercere , quod consentaneum juri non foret , existentibus his filialibus Ecclesiis intrâ limites Mitræ Ulyssiponenſis Orientalis , Matrîci verò intrâ limites Mitræ Patriarchalis , ut sine dubio juxta lineam divisoriam Motus proprii existit , & ultrâ considerantes has tres Parochias unum tantum corpus constituere , cujus Caput Matrix , membra verò illius sunt prædictæ duæ filiales , quarum Decimas Prior dictæ

dictæ Matricis percipit, & in Ecclesia de Charneca nominat Curatum, & hucusque in eâ nonnullos jurisdictionis Actus exercet, nimirum Sacrum in titulari Ecclesiæ festivitate celebrando, & licet in Ecclesia Virginis ab Assumptione de Ameixoeira Curatum non nominet, attamen hæc ei quotannis solvit mille & sexcenta regalia monetæ Lusitanæ in recognitionis signum, & oblatorum, aliorumque jurium subrogationem, ut per documenta à nobis visa, & informationes in negotio captas, nobis liquidò constitit, in quo clarè demonstratur subordinatio, & dependentia, quam una, & altera Parochia, seu filialis Matrìci Ecclesiæ adhuc præstat, quibus in terminis eam sequi tenentur, & sub eâdem jurisdictione, & Territorio permanere, ut expressè Sanctitas Sua in Motu proprio jubet, decernendo, dependentias, & accessoria Capiti, seu Principali aggregari: Ideò revocando resolutionem, & responsum nostrum judicamus prædictas duas Parochias de Ameixoeira, & Charneca prædictæ Mitræ Patriarchalis jurisdictioni, jubemusque ità terminos signari, ut intrà limites ipsius Territorii comprehendantur, & cum hac declaratione, in reliquis hujusmodi assignationem terminorum, seu confinium, bonam, firmam, & validam judicamus, & ità exequi jubemus, cum Sanctitatis Suæ menti, & sententiæ, quam, suprà hujus antiqui Archiepiscopatus generalem divisionem, promulgavimus, dispositioni sit conformis, & declaramus reliquam partem Civitatis cum suburbiis versus Orientem, omnesque Terras, Loca, Populationes, & Parochias in hac eâdem Provinciâ de Extremadura à Loco de Arroios, usque ad Povoam Sancti Adriani, extrà lineam divisoriam versus Orientem sitas, pertinere ad jurisdictionem Mitræ Orientalis, ut in eis plenam, & omnimodam jurisdictionem exercent, ità, & eodemmodo, quo hucusque antè divisionem exercebat. Ulyssipone Occidentali quintâ Junii anno MDCCXVII. Josephus Episcopus Algarbien. Reliquos verò actus, & resolutiones factas à Joanne Baptista præfatis idem Episcopus Algarbien. etiam approbaverit per reliquam sententiam, tenoris prout sequitur. Attentâ hujusmodi assignatione terminorum, seu confinium factâ à Povoâ Sancti Adriani, usque ad confinia Episcopatus Leirien. & attento Motu proprio Sanctitatis Suæ in his Actis inserto, judicamus prædictam assignationem terminorum, seu confinium bonam, firmam, & validam, auctoritateque Apostolicâ Nobis concessâ mandamus ità exequi, & observari, cum limitationibus tamen, & declarationibus sequentibus, scilicet, quòd à prædicto Loco, & Parochiâ Sancti Adriani sumenda est, ut Sanctitas Sua jubet: Via publica versus Arrudam, quæ post Parochiam de Loures directò tendit Buccelas, relicto Loco, & Parochia Sancti Juliani de Tojal, & Parochia Sancti Antonii de Tojal, ad dextram versus Orientem, nec descendit ad Locum, & Parochiam de Villalonga, quæ à prædictis Locis de Tojal, & Sancti Antonii per unius leucæ spatium versus Orientem distat, ut Nobis constitit, qua de causâ contrà Sanctitatis Suæ mentem, & dispositionem esset, quòd prædicta Parochia de Villalonga, & præfatæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii de Tojal pertinerent ad Territorium Mitræ Patriarchalis, cum sint versus



sus Orientem extrâ lineam divisoriam in prædicto Motu proprio declaratam, eodemque modo esset contrâ Sanctitatis Suæ mentem, quòd Parochia Sancti Saturnini dos Fanhoas pertineret ad jurisdictionem Mitræ Patriarchalis, nam etsi prædicta Parochia sumptâ viâ publicâ à Povoa Sancti Adriani, versus Arrudam sit sita versus Occidentem, & sic ad Mitram Patriarchalem pertinere deberet, juxtâ dispositionem Motus proprii, attamen cum in eodem Sanctitas Sua jubet membra sequi Caput, & accessoria sequi suum Principale, & prædicta Parochia Sancti Saturnini sit filialis, & contigua Ecclesiæ Sancti Antonii de Tojal, cui decimas solvit, & non multis abhinc annis ab eâ fuit dismembrata, talitèr ut etiam in præsentì in Matricis suæ recognitionem, & subordinationis debitæ protestationem in tutelari Festivitate, & Corporis Christi ejusdem Matricis Ecclesiæ die Crucem portat propriam, eaque intervenit Processionibus, quæ in Matrici prædictis diebus fiunt, omnibusque in festivitatibus, & Officiis tenetur Curatus convocare Vicarium, atque Beneficiatos Sancti Antonii de Tojal unâ cum ipsis prædicta Officia celebraturus, quorum proindè emolumenta inter omnes dividuntur, & etiam non multis abhinc annis ejusdem filialis Ecclesiæ unus uniuscujusque Donus Parochianus Paschatis Resurrectionis die in dictâ Ecclesiâ Sancti Antonii tenebatur confiteri, & communicari in primævæ jurisdictionis spiritualis, quam in eos habebat ejusdem Ecclesiæ Parochus, recognitionem, quæ omnia Nobis constiterè ex Personis fidedignis, & aliis informationibus, & documentis, quæ optimè dictam filiationem justificant, & insuper ex sententiâ, quæ in Archivio dictæ Parochiæ de Fanhoas servatur, omnia relata constant; ideo judicamus prædictas Parochias Sancti Saturnini, Sancti Antonii, Sancti Juliani de Tojal ad Mitram Orientalis jurisdictionem pertinere, & jubemus ità terminos signari, ut intrâ Territorii illius limites includantur: Quòd Parochias verò de Figueiros, Laudal, & Francos cum suis Locis, & Populationibus, cum prima sit sita in Territorio Villæ de Cadaval, & dictæ posteriores in Territorio Villæ de Obidos, & prædictæ utræque Villæ sint sitæ intrâ lineam divisoriam versus Occidentem, & sic ad Mitram Patriarchalis jurisdictionem pertinentes, ità similiter eadem tres Parochiæ ad eandem Mitram Patriarchalis jurisdictionem pertinere debent, cum suo ambitu, & Territorio, tamquam dependentiæ, & Territorium prædictarum Villarum, nam Sanctitas Sua in prædicto Motu proprio jubet, Villas, Loca, & Populationes in eodem Motu proprio descriptas, cæteraque omnia sita intrâ unamquamque lineam, ut patet ibi. Omniaque alia, quæ intrâ hanc lineam, &c. & ibi: Cætera verò loca, quæ ex hac lineâ exclusivè reperiuntur cum suis Terminis, Territoriis, & Dependentiis jurisdictioni uniuscujusque Prælati utriusque Territorii divisi pertinere; & cum prædictæ Villæ de Cadaval, & Obidos licèt expresse in prædicto Motu proprio non sint nominatæ, attamen ex divisione ejusdem lineæ Territorio Mitræ Patriarchalis pertineant, necessariò earum Territoria, quorum in ambitu sint sitæ ad eandemmet jurisdictionem pertinere debent, nam si Sanctitas Sua jubet Villas in dicto Motu proprio nominatas si proximiores

miores prædictæ lineæ sint, sua secum Territoria trahere, quomodò utique nolet eademmet Territoria sequi illas Populationes, quæ magis intrà centrum, & cor prædictarum linearum sitæ sunt, ideò præfata Mitræ Patriarchali has tres Parochias adjudicamus, & jubemus ità terminos signari, ut intrà prædictæ Mitræ jurisdictionem, & limites remaneant, sicque, atque his cum declarationibus bonam, & legitimam judicamus prædictam assignationem Terminorum, seu confinium, & juxtâ Sanctitatis Suæ mentem, & sententiæ dispositionem, quam suprà divisionem generalem hujus Archiepiscopatus promulgavimus: Declaramus quoque cætera Loca, Populationes, Parochias, quæ extrà hanc lineam in hac eâdem Provincia de Extremadura usque ad confinia jurisdictionis de Thomar sitæ sunt, pertinere ad Mitram Ulyssiponensem Orientalem, ut in eis amplam, & omnimodam jurisdictionem exerceat, sic, & eodem modo, quo hucusque antè divisionem exercebat. Ulyssipone Occidentali quintâ Junii MDCCXVII. Josephus Episcopus Algarbiensis. Nos inviolabili literarum nostrarum, & sententiarum hujusmodi subsistentiæ quantum in Domino possumus consulere volentes (firmo tamen remanente Decreto conficiendi Planctam cum confinibus, & mensuratione in primò dictis nostris literis præscriptam, eamque reponendi, & asservandi ad perpetuam rei memoriam, tam in Cancellariis prædictorum Episcopatuum Elvensis, Algarbiensis, & Mirandensis, quàm in Cancellariis Patriarchatus Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopatus Ulixbonensis Orientalis) Motu simili sententias præfatas ab eodem Josepho Episcopo Algarbiense sic, ut præfertur, latas, cum omnibus, & singulis in eis contentis clausulis, & Decretis auctoritate Apostolicâ tenore præsentium confirmamus, & approbamus, illasque ratas, gratas, firmas, & validas habemus, ac de mandato auctoritate, & voluntate nostris emanasse declaramus, illisque perpetuæ inviolabilis, & irrefragabilis Apostolicæ firmitatis robur, & efficaciam adjicimus, omnesque, & singulos tam juris, quàm facti, & solemnitatum quarumcumque tam ex juris communis, & Constitutionum Apostolicarum præscripto, quàm quomodocumque, & qualitercumque etiam de necessitate in similibus observandarum, aliòvè quoslibet quantumvis magnos, & formales, ac substantiales, individuâque mentione dignos defectus, siqui forsan in prædictis sententiis, aut earum aliquâ quomodolibet intervenerint, aut intervenisse dici, vel censi possent, plenissimè supplemus, & sanamus, ac penitus, & omninò abolemus: Inhibentes propterea Primatibus, Archiepiscopis, Episcopis, aut aliis Ecclesiarum Prælatibus, necnon Judicibus quibuscumque, cæterisque omnibus, & singulis Personis, tam Ecclesiasticis, quàm sæcularibus, cujuscumque Dignitatis, status, gradus, conditionis, & præeminentiæ existentibus, ac quavis auctoritate, & potestate fungentibus, nè contrà prædictas nostras literas, ac sententias hujusmodi, illarum vigore emanatas, earumvè aliquod venire, intentare, appellare, decernere, aut innovare directè, vel indirectè quovis quæsito colore, vel ingenio, ac modernum, & pro tempore existentem dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Patriarcham, ejusdemque pro

tempo-



tempore existentes Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitates, Capitulum, & Canonicos quovis modo molestare, aut perturbare audeant, seu præsumant: Nos enim omnes recursus, molestias appellationes, & Decreta, quæ tam contra nostras literas super erectione dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, indultis, gratiis, & concessionibus, in eisdem literis contentis, & expressis emanatas, quàm contra sententias præfatas in futurum fieri, seu attentari poterunt, ex nunc pro tunc cassamus, rejicimus, annullamus, abolemus, ac nullius roboris, & momenti esse debere declaramus, illasque, & illa pro non factis haberi volumus, & mandamus, ac perpetuum silentium super præmissis omnibus, & singulis imponimus: Verùm quia in dictis nostris literis, in prædictâ formâ nostri Motus proprii, ut præfertur, expeditis, nonnulla expressa fuerunt, quæ dubietatem aliquam involvere possent, nè ex hujusmodi expressione, & dubietate controversiæ, & dissensiones inter pro tempore existentes Patriarcham Ulixbonensem Occidentalem, & Archiepiscopum Ulixbonensem Orientalem; necnon Capitulum, & Canonicos Patriarchalis, & Archiepiscopalis respectivè Ecclesiarum Ulixbonen. Occidentalis, & Orientalis oriri valeant, infra scripta decernimus, & nostræ mentis, & intentionis esse declaramus. Primò videlicet, quòd quamvis in prædictis nostris literis jurisdictioni pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis Parochialis Ecclesiæ Sancti Saturnini vulgò de Fanhoas, filialis infra scriptæ Parochialis Ecclesiæ Sancti Antonii de Tojal, aliæ verò Parochiales Ecclesiæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii etiam de Tojal, attentâ lineâ divisiâ, in prædictis nostris literis demandatâ; jurisdictioni pro tempore existentis Archiepiscopi Ulixbonen. Orientalis subjunctæ respectivè remanserint, attamen quia, ut accepimus, prædictæ Parochiales Ecclesiæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii similiter de Tojal adeò tangunt Diocesim Ulixbonensem Occidentalem, ut pro tempore existenti Patriarchæ Ulixbonensi Occidentali difficilis ad Oves suas ex hac parte visitandas pateat accessus, nisi consultato Territorio ultimò dictarum duarum Ecclesiarum, idcirco ad evitanda incommoda ejusdem pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis, quæ ex transitu super Territoriis ultimò dictarum duarum Ecclesiarum subire deberet, statuimus, & declaramus, quòd Parochiales Ecclesiæ Sancti Juliani de Tojal, & Sancti Antonii etiam de Tojal præfate cum filiali Ecclesiâ Sancti Saturnini, vulgò de Fanhoas jurisdictioni, & superioritati, pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonen. Occidentalis subjunctæ, & mensæ Patriarchali Ulixbonen. Occidentali annexæ, & incorporatæ sint, & esse debeant eisdem modo, & formâ, quibus antè divisionem Civitatis, & Diocesis Ulixbonen. antiquæ mensæ Archiepiscopali Ulixbonen. annexæ, & incorporatæ, ejusque jurisdictioni, & superioritati subjunctæ respectivè existebant. Secundò, quòd inter bona, fructus, redditus, & proventus assignata, & assignatos pro tempore existenti Patriarchæ Ulixbonen. Occidentali, & existentia, ac existentes in medietate Civitatis, & medietate Diocesis Ulixbonensis versus Occidentem ei pro suo Territorio

rio assignatis, comprehendantur etiam bona, fructus, redditus, & proventus, quæ in medietate Civitatis, & medietate Dioecesis Ulixbonensis Occidentalis reperiuntur, etiam si prius antiquæ mensuræ Archiepiscopali Ulixbonensi per quascumque literas Apostolicas, aut vigore Legatorum, Donationum, Contractuum, ultimarum voluntatum, aut aliàs quovis modo, & quavis de causa unita, annexa, seu assignata extitissent. Tertiò quòd exactiones reddituum eisdem Capitulo, & Canonicis præfatæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis spectantium, & in medietate Civitatis, & medietate Dioecesis Ulixbonensis Occidentalis existentium, inibique exigendorum fieri debeant hoc modo videlicet, quod Capitulum, & Canonici Archiepiscopalis Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis deprecari debeant modernum, & pro tempore existentem Patriarcham Ulixbonensem Occidentalem, ad hoc ut iste à suis Ministris, & Officialibus exactiones huiusmodi adimplere faciat, & omne id, quod ab eis vigore Mandati Patriarchæ Ulixbonensis Occidentalis pro tempore existentis exactum fuerit Capitulo, & Canonicis Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis huiusmodi, sive eorum legitimo Procuratori, & non alteri consignare teneantur, idem tamen servari debeat respectu reddituum Capitulo, & Canonicis Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis spectantium, & in medietate Civitatis, & Dioecesis Ulixbonensis Orientalis existentium, inibique similiter exigendorum. Quartò, quòd Capitulum, & Canonici Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulixbonensis Orientalis, qui ex Indulto Apostolico, ut asseritur, felicitis recordationis Clementis Papæ VI. Prædecessoris nostri, aut consuetudine, quamvis immemorabili, cessantibus tamen reservationibus, & affectionibus Apostolicis, præsentare, seu nominare consueverant nonnullos Presbyteros, vel in perpetuum, vel ad tempus pro Regimine, & Curâ nonnullarum Ecclesiarum Parochialium, quæ ad præsens existunt in parte Civitatis, seu Dioecesis Ulixbonensis Occidentalis, occurrente dictarum Parochialium Ecclesiarum vacatione, Presbyteros prædictos pro illarum Regimine, & Curæ exercitio, cessantibus tamen reservationibus, & affectionibus prædictis, pro tempore existenti Patriarchæ Ulixbonensi Occidentali etiam in perpetuum, vel ad tempus præsentare, seu nominare, & illi, qui sic præsentati, seu nominati fuerint ab eodem pro tempore existente Patriarcha Ulixbonensi Occidentali ad formam Juriscollationem, seu institutionem reportare respectivè debeant, & teneant. Quintò, quod Indultum concessum in prædictis nostris literis pro tempore obtinentibus Dignitates, ac Canonicatus, & Beneficia in unâ parte Civitatis, vel Dioecesis si habitaverint in aliâ parte Civitatis, vel Dioecesis, ut, scilicet, reputari debeant præsentés in loco Dignitatum, Canonicatum, & Beneficiorum obtentorum, durare debeat ad Vitam tantum Dignitates, Canonicatus, & Beneficia huiusmodi pro tempore obtinentium, aded ut si isti habitaverint in parte Civitatis, vel Dioecesis Ulixbonensis Occidentalis, inibique diem clauserint extremum, Capitulum, & Canonici Archiepiscopalis Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, aut quicumque alii non possint in parte Civitatis, vel Dioecesis Ulixbonensis Occidentalis huiusmodi In-



ventaria conficere, hæreditates adire, aut aliquem alium Actum Jurisdictionis exercere, sed hujusmodi Actus de Mandato pro tempore existentis Patriarchæ Ulixbonensis Occidentalis, & per Ministros, & Officiales Curia Patriarchalis ad hoc Deputatos omninò confici debeant juxtâ styllum Regni Portugallia, idemque servari debeat respectu Actorum faciendorum in parte Civitatis, vel Diocesis Ulixbonensis Orientalis. Sextò, quòd Indultum Præcedentiæ concessum Capitulo, & Canonicis Ecclesiæ Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis super omnia Capitula, omnesque Dignitates, & Canonicos quarumcumque Ecclesiarum totius Regni Portugallia sit, esse intelligatur super quascumque Personas, etiam quavis Abbatiali, Priorali, Archiepresbyterali, aut alio quocumque nomine nuncupatas Ecclesiasticâ Dignitate præditas prædictarum Ecclesiarum Regni Portugallia, necnon, quòd Dignitates, & Canonici Ecclesiæ Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, non solum Capitularitèr uniti, & congregati, sed etiam separatim, & ut singuli præcedere debeant omnia quæcumque alia Capitula quarumcumque Ecclesiarum Regni Portugallia, earumque Dignitates, & Canonicos non solum ut singulos, sed etiam capitularitèr unitos, & congregatos, etiam in eorum Ecclesiis, ac insuper omnes, & quoscumque Abbates, seu Priores Regulares triennales, qui in prædicto Portugallia Regno vocantur Abbates, seu Priores Generales, necnon, Priores etiam trium Ordinum Militarium, scilicet, Domini nostri Jesu Christi, Sancti Jacobi, & Sancti Benedicti de Avis, vulgò Priores Mores, ac similiter Procuratores Episcoporum absentium, ac Capitula Primatialium, Archiepiscopali, & Episcopali Ecclesiarum vacantium tam in Synodis Provincialibus, quàm in quibuscumque aliis Actibus, & Functionibus in eo Regno peragendis, ac denique quascumque alio quovis nomine nuncupatas Ecclesiasticâ Dignitate præditas Personas ejusdem Regni, exceptis tamen Primatiali, seu Archiepiscopali, vel Episcopali Dignitate fulgentibus. Septimò, quòd Privilegium à Nobis jam concessum prædictis Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ut, scilicet, Mitrâ, aliisque indumentis, & Paramentis Sacris uti possint in Missis, ac Horis Canonicis, solemniter decantandis, ac etiam in Processionibus, Benedictionibus Candelarum, Cinerum, Palmarum, & Fontis Baptismalis, ac in reliquis Ecclesiasticis Functionibus, in quibus adhibentur Paramenta Sacra pro dictis reliquis Ecclesiasticis Functionibus, intelligatur habere locum tam in diebus, & Functionibus solemnibus, quàm etiam in diebus, & Functionibus Ferialibus, præsertim celebrationis Exequiarum pro Defunctis, necnon in Baptismis, & Matrimonis, in quibus præsentè Parocho Baptizandorum, aut illorum, qui Matrimonium contrahere voluerint, accedente tamen licentiâ Patriarchæ, vel Parochi, de cujus interesse agitur, cum prædictis Paramentis adesse possint, in Missis verò privatis Mitrâ, aliisque Indumentis, & Paramentis prædictis uti non valeant, eas tamen more Episcoporum privatim celebrantium celebrare valeant. Denique in præfatis nostris literis decrevimus, & ordinavimus, quod pro tempore existens Pa-

triarcha Ulixbonensis Occidentalis super Bracharensem Primatem nuncupatum Ulixbonensem Orientalem, ac Elborensem Archiepiscopos; necnon Portugallensem, Colimbriensem, Vifensem, Mirandensem, Lamacensem, Egitanensem, Leiriensem, Funchalensem, Angrensem, Promontorii Viridis, Sancti Thomæ, Congi, Algarbientem, Portalegrensem, & Elvensem Episcopos, aliosque omnes, & singulos Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum Prælatos, exceptis tamen Legatis Sedis Apostolicæ, in omnibus Actibus, & Functionibus præcedentiam habere deberet, & nemo illorum, etiam in eorum Ecclesiis, eo præsentem, aliquem Jurisdictionis honoris, vel facultatis Actum gerere posset, quem coram Legato dictæ Sedis Apostolicæ gerere non valeret, statuimus, & declaramus, quod non solum Bracharen. Primas nuncupatus aliique Archiepiscopi, & Episcopi prædicti, eorumque Capitula, & reliquæ Communitates Ecclesiasticæ tam Clericorum sæcularium, quam Regularium in quibuscumque eorum locis, & Ecclesiis Regni Portugalliæ prædictum pro tempore existentem Patriarcham Ulixbonen. Occidentalem eisdem honorificentia, & decore recipiant, & tractent, quibus reciperent, & tractarent alios similes Patriarchas, seu prædictæ Sedis Legatos, quodque etiam nullus prædictorum Bracharensis Primatis nuncupati, aliorumque Archiepiscoporum, Episcoporum, & Prælatorum hujusmodi, non solum præsentem prædicto pro tempore existente Patriarchâ Ulixbonensi Occidentali, aliquem Jurisdictionis, vel facultatis Actum gerere possit, quem coram Legato dictæ Sedis Apostolicæ gerere non valeret, ut præfertur, sed etiam Jurisdictionis, vel facultatis Actum hujusmodi gerere non valeat in Districtu Ditionis Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, etiam si prædictus pro tempore existens Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis ex quavis causâ præsens non esset. Decernentes propterea omnia, & singula præmissa, primò dictumque nostrum Mōtum Proprium, prædictasque dicti Josephi moderni Episcopi Algarbientis sententias super eo emanatas, ac easdem præsentem, & in eis contenta quæcumque, etiam si de Capituli, & Canonicorum prædictæ Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulixbonensis Orientalis, ac cujuscumque Primatis, Archiepiscopi, vel Episcopi Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum, aut aliorum quorumvis etiam speciali notâ dignorum, & quantumvis privilegiatorum, & qualificatorum, etiam necessario exprimendorum, damno, interesse, ac præjudicio, ac etiam quantumvis enormi, & enormissimâ læsione ageretur, & ad illa, aut eorum aliqua prædicti quicumque interesse habentes, seu habere prætendentes auditi, citati, vel vocati non fuissent, minusque causæ, propter quas prædictæ, & eadem præsentem literæ emanaverint, sufficienter adductæ, verificatæ, vel aliàs justificatæ fuerint, nullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, nullitatis, aut invaliditatis vitio, seu intentionis nostræ, vel alio quovis defectu, etiam quantumvis magno, maximo, & inexcogitato, seu etiam ex eo quod in eisdem præmissis, seu eorum aliquo, solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quovis alio etiam à jure, vel facto, aut statuto, stylo, vel consuetudine



ne aliqua resultante, seu etiam enormis, enormissimæ, ac totalis læsionis, sive alio capite, etiam in corpore juris clauso, aut occasione, vel causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quòd de voluntate nostra hujusmodi nihil ullibi appareret, seu aliter probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, apositionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut quodcumque juris facti, vel gratiæ remedium impetrari, seu etiam motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus concedi, vel impetrari, aut sic concessio, vel impetrato quempiam uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque ipsas præsentis, & in eis contenta præfata sub quibuscumque generalibus, vel specialibus, etiam per viam legis, aut alias etiam motu simili, ac etiam consistorialiter, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes ex quacumque causâ quantumlibet favorabili, & juridicâ editis, & edendis regulis, Constitutionibus, revocationibus, suspensionibus, limitationibus, & modificationibus, aliisque quibuslibet contrariis dispositionibus comprehendendi, sed illas, & illa semper, & perpetuò valere, ac firmitatem, & robur obtinere, suosque plenarios, & integros effectus sortiri debere volumus: Nos etiam prædictos, & alios quoscumque etiam quantumvis substantiales, atque formales, & de necessitate exprimendos defectus, siqui in illis, aut eorum aliquo, vel circa illa quomodolibet intervenissent, motu, scientiâ, & potestatis plenitudinæ similibus supplemus, eisdemque defectus sanamus, tollimus, & abrogamus, sicque nostræ mentis, intentionis, & incommutabilis voluntatis fuisse, & esse declaramus, & ita in omnibus, & singulis præmissis ab omnibus censi, ac per quoscumque Judices Ordinarios, vel delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac S. R. E. Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, necnon in dictis Regnis pro tempore existentes nostros, & Sedis Apostolicæ præfatæ Nuncios, ac Prælates, Archiepiscopos, Episcopos, aliosque quoscumque Judices, sublatâ eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate, observari, judicari, & definiri debere statuimus, & mandamus, & si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus. Quocirca eisdem modernis, & pro tempore existentibus Elvensis, Algarbiensis, & Mirandensis, eisque deficientibus, seu impeditis Angolensis, & Lamacensis Episcopis, tenore præsentium committimus, & mandamus, quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios eisdem præsentis, & in eis contenta quæcumque, ubi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte pro tempore existentium Patriarchæ, Dignitatum, Capituli, & Canonorum Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis præfatæ conjunctim, vel separatim fuerint requisiti, solemniter publicantes, illisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes, faciant, auctoritate nostra sententias, & declara-

declarationes nostras præfatas, & easdem præsentēs, aliasque nostras literas super divisione, erectione, concessionibus, & indultis prædictis expeditas, ac sententias hujusmodi super eis, sic, ut præfertur, emanatas ab omnibus, & singulis, ad quos spectat, & in futurum quomodolibet spectabit firmiter, & inviolabiliter observari, & adimpleri, non permittentes modernos, & pro tempore existentes Patriarcham, Dignitates, ac Capitulum, & Canonicos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à quoquam quomodolibet molestari, perturbari, ac inquietari, Contradictores quoslibet, & Rebelles per sententias, censuras, & poenas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postpositâ, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii sæcularis: Nos enim Judicibus præfatis, & eorum cuilibet quoscumque Molestatores, Perturbatores, & Contradictores, etiam per Edictum publicum, constituo summarie de non tuto accessu, citandi, eisque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per simile Edictum quoad Primates, Archiepiscopos, & Episcopos, sub Interdicti ingressus Ecclesiæ; quo verò ad alios inferiores, sub censuris Ecclesiasticis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & Officiorum Ecclesiasticorum, eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis, poenis inhibendi, & eos, quos censuras, & poenas prædictas incurrisse constiterit, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac censuras, & poenas ipsas, etiam iteratis vicibus, aggravandi, reaggravandi, & interdicendi, plenam, & liberam, motu, scientiâ, auctoritate, & tenore præmissis concedimus facultatem; non obstantibus quibuscumque, etiam in universalibus, Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis generalibus, vel specialibus Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, necnon Ecclesiæ Archiepiscopalis Ulixbonensis Orientalis, ac Civitatis, & Diocesis tam Ulixbonensis Orientalis, quàm Ulixbonensis Occidentalis, & Oppidorum, Locorum, Terrarum, Ecclesiarum, Monasteriorum, Collegiorum, Conventuum, Ordinum, Congregationum, Societatum, Institutorum, aliorumque Locorum Piorum, totius Provinciæ Ulixbonensis, ac Regnorum Portugalliæ, & Algarbiorum statutis usibus, stylis, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus, privilegiis quoque Indultis, & literis Apostolicis, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibuscumque etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie, ac aliàs in contrarium præmissorum, quomodolibet concessis, confirmatis, approbatis, etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quavis firmitate alia roboratis, quibus omnibus, & singulis, etiam si pro illorum sufficienti derogatione, de illis, eorumque totis tenoribus, specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma, ad hoc servanda foret, tenoris hujusmodi præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, latissimè, & plenissi-



plenissimè, ac specialitèr, & expresse ad præmissorum omnium validissimum effectum, Motu simili harum serie specialitèr, & expresse derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergò omnino hominum liceat hanc paginam nostræ confirmationis, approbationis, roboris adjectionis, defectuum suppletionis, sanationis, abolitionis, inhibitionis, silentii impositionis, declarationis, abrogationis, intentionis, Statuti, Mandati, Decreti, & voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire; siquis autem hoc attentare præsumpserit indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ, millesimo septingentesimo decimo septimo tertio Nonas Januarii, Pontificatus nostri anno decimo octavo.

Loco ✠ Bullæ Auræ.

*Bulla de ampliação das graças a favor do Cabido da Santa Igreja Patriarcal, impressa no anno de 1727, no tom. oitavo do Bullario Romano, pag. 183; e no impresso em Roma anno de 1723, a pag. 242, e impressa em Roma em 1717, e na dita Collecção. E no impresso em Francfort em 1729, a pag. 508, Constituição 89.*

C L E M E N S E P I S C O P U S

S E R V U S S E R V O R U M D E I.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**I** Neffabili Divinæ Majestatis providentia in supremo Apostolicæ Dignitatis culmine constituti, tanquam de excelsò monte ad irriguum Militantis Ecclesiæ agrum nostræ considerationis aciem, more vigilis, & operosi Pastoris jugiter convertimus, & circa ea, per quæ Ecclesiæ præsertim Patriarchali Dignitate insignitæ, & in conspicuis Civitatibus erectæ, sublimioribus privilegiis, ac maioribus prærogativis decorari valeant, peculiari sollicitudine intendimus, prout, earundem Civitatum qualitatibus, rerumque, & temporum circumstantiis debitè pensatis, ad Divini cultus incrementum, ipsarumque Ecclesiarum honorificentiam, & Ministrorum Ecclesiasticorum decorem conspiciamus in Domino salubriter expedire. Cùm itaque Nos nuper ex justis, & rationalibus causis adducti, & quemadmodum charissimi in Christo Filii nostri Joannis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis illustris constantis Fidei, & sinceræ devotionis affectus jure promerebatur, ejusque pia, & laudabilia vota efflagitabant, Civitatem, & Diocesim Ulyxbonen. in duas partes diviserimus, ac unam tam Civitatis, quàm Diocesis hujusmodi partem versus Orientem antiquo Archiepiscopatu Ulyxbonen. Orientali nuncupando relinquerimus, in altera

Num. 120

An. 1717.

verò

verò parte versus Occidentem, Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonen. Occidentalem nuncupandam, erexerimus, ipsiusque Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonen. Occidentalis Patriarchæ, ac Dignitatibus, & Canonicis pro tempore existentibus pro maiori ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ majestatem, dictorumque Dignitatum, & Canonicorum honorificentiam plura hucusque privilegia, & indulta tam quoad habitum, quam quoad præcedentiam, aliasque prærogativas concesserimus, prout in nostris literis in formâ nostri Motus proprii desuper expeditis, plenius continetur. Cumque sicut accepimus, Patriarchalis Ecclesia prædicta sic à Nobis, ut præfertur, erecta, & singulari ipsius Joannis Regis dilectione, & Regiâ planè munificentiam pluribus, ac pretiosis Supellectilibus Sacris pro Ecclesiasticis functionibus decenter obeundis, opulenter ornata, & undique ad singularem excellentiam sublimata existat, ipseque Joannes Rex præcipuis, ac indefessis studiis Patriarchalem Ecclesiam præfatam præclari amoris, ac religiosæ pietatis significationibus prosequi in dies non prætermittat, & ad elegantiorum structuræ majestatem exornare, piaque opera propediem inibi augere, Sacrarumque cæremoniarum usum, & Divinarum laudum cantum ad perfectiorem sublimitatem elevare intendat: Nos æternæ Divinæ bonitatis Majestati, quòd tam piâ, tamque præclara operosæ Religionis studia ad Christianæ pietatis augmentum, & maiorem Divini Nominis gloriam à sollicità dicti Joannis Regis pietate Ecclesiasticis functionibus jugiter intenti, promanaverint, eaque quàm magnificenter, & sumptuosè adaucta fuerint, gratias agentes, ac volentes, quantum in Domino possumus, majori dictæ Patriarchalis Ecclesiæ decoris incremento consulere, necnon Dignitates, & Canonicos, ac Beneficiatos, & Capellanos ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ amplioris gratiæ favore, & excellentioris honoris titulo sublimare, eosque à quibuscumque excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis à jure, vel ab homine quâvis occasione, vel causâ latis, si quibus quomolibet innodati existunt, ad effectum præsentium tantum consequendum, harum serie absolventes, & absolutos fore censentes, firmis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis privilegiis, indultis, gratiis, & prærogativis, alias à Nobis eidem Patriarchali Ecclesiæ, illiusque Dignitatibus, & Canonicis prædictis jam, ut præfertur, concessis, Motu proprio, non ad alicujus Nobis super hoc oblata petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine sex Dignitatibus, & octodecim Canonicis prædictæ Patriarchalis Ecclesiæ, nunc, & pro tempore existentibus, quibus nuper, ut ipsi hyemali Cappam magnam rubeam cum pellibus arnellinis, æstivo verò temporibus Mozzettam similiter rubeam gestare, & deferre valerent, concessimus, & indulgimus, ut ipsi in posterum perpetuis futuris temporibus, etiam Subtanam, seu Vestem talarem rubeam: Duodecim verò ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Beneficiatis, similiter nunc, & pro tempore existentibus quibus alias, antequam Ecclesia prædicta in Patriarchalem Ecclesiam sic à Nobis erecta fuisset, ut etiam ipsi hyemali Cappam magnam



magnam violaceam cum pellibus cinericiis; æstivo autem temporibus loco pellium cum fodere serico violacei coloris, etiam gestare, & deferre possent, similiter concessimus, & indulgimus, ut ipsi quoque etiam perpetuis futuris temporibus hyeme eandem Cappam magnam violaceam cum pellibus tamen armellinis, æstate verò, vel eandem Cappam magnam, vel Mozzettam, etiam violaceam cum fodere serico rubei coloris; Capellanis autem amovibilibus, qui ad præsens numerum triginta duorum non excedunt, etiam si numerus hujusmodi in servitio dictæ Patriarchalis Ecclesiæ, arbitrio pro tempore existentis Patriarchæ Ulyxbonen. creverit, vel decreverit, ut etiam ipsi Capellani amovibiles Cappam magnam violaceam cum pellibus armellinis hyemali, æstivo verò temporibus vel eandem Cappam magnam, vel Mozzettam, etiam violaceam cum simili fodere serico ejusdem coloris rubei, tam in Choro, quàm extra illum, ac etiam in Processionibus, omnibusque aliis actibus Capitularibus, tam publicis, quàm privatis, ac etiam in præsentia quorumcumque Archiepiscoporum, & Episcoporum, ac pro tempore existentis Patriarchæ Ulyxbonen. ac Nostrorum, & Sedis Apostolicæ Nunciorum, necnon Venerabilium Fratrum Nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium, etiam de Latere Legatorum, & aliorum quorumcumque quâvis auctoritate, & potestate fungentium, ac honore, & præminentia fulgentium, respectivè gestare, & deferre, illisque uti liberè, & licitè possint, & valeant, tenore præsentium perpetuò concedimus, & indulgemus; ac Dignitates, & Canonicos, necnon Beneficiatos, & Capellanos ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, nunc, & pro tempore existentes super gestatione, & delatione Vestium, Capparum, & Mozzettarum hujusmodi per quæcumque Capitula quarumcumque aliarum Ecclesiarum Episcopali, Archiepiscopali, vel Primatiali, & quavis Personas, quâvis auctoritate, dignitate, & præminentia præditas, quovis prætextu, colore, vel ingenio publicè, vel occultè, directè, vel indirectè impediri, molestari, inquietari, vel perturbare nullatenus posse, neque debere; præsentibus quoque semper, & perpetuo validas, & efficaces esse, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere, ac ab omnibus, & singulis, ad quos quomodolibet nunc spectat, & spectabit in futurum, firmiter, & inviolabiliter observari debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel quâlibet causâ, quantumvis legitimâ, & juridicâ, etiam ex eo, quod Capitula Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum quarumlibet, earumque Dignitates, & Canonici, vel quilibet alii cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & præminentie sint, in præmissis, & circa ea quomodolibet, & ex quavis causâ, ratione, actione, vel occasione, jus vel interesse habentes, aut habere prætendentes, illis non consenserint, nec ad ea vocati, citati, & auditi fuerint, & causæ, propter quas eadem præsentibus emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis, vel intentionis nostræ, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, inexcogitabili, ac specificam, & individuum mentionem, & expressionem

requirente defectum, sive etiam ex eo, quod in præmissis, eorumque aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliquâ resultante, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione, vel causâ etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliave causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessario exprimenda foret; aut, quod de voluntate nostrâ, & aliis superius expressis nullibi appareret, seu alias probari posset, notari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, apositionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juri, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet, etiam Motu simili concessio, aut impetrato, vel emanato, uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque ipsas præsentis sub quibuscumque similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam, etiam Motu pari, & consistorialiter ex quibuslibet causis, & sub quibusvis verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiam si de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fiat, pro tempore factis, & faciendis, ac concessis, & concedendis, minimè comprehendi, sed tanquam ad maius Divini cultus augmentum semper, & omninò ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, in quo antea quomodolibet erant, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ per nunc, & pro tempore existentes Dignitates, Canonicos, Beneficiatos, & Capellanos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ quodcumque eligenda concessas esse, & fore, sicque, & non alias per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac prædictæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, aliosque quoscumque quavis auctoritate, potestate, prærogativâ, & privilegio fungentes, ac honore, & præminetia fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quacumque instantiâ judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus. Quocirca Venerabilibus Fratribus nostris modernis, & pro tempore existentibus Elven. Algarbien. & Miranden. eisque deficientibus, seu impeditis, Angolen. & Lamacen. Episcopis per easdem præsentis committimus, & mandamus, quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios easdem præsentis literas, & in eis contenta quacumque, ubi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte Dignitatum, Canonicorum, Beneficiatorum, & Capella-



Capellanorum prædictorum, aut alicujus eorum fuerint requisiti, solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes faciant auctoritate nostrâ easdem præsentés, & in eis contenta hujusmodi ab omnibus, ad quos nunc spectat, & pro tempore spectabit quomodolibet in futurum, inviolabiliter observari, necnon eosdem modernos, ac pro tempore existentes Dignitates, Canonicos, Beneficiatos, & Capellanos prædictos, illis pacificè frui, & gaudere, non permitentes eos, aut eorum aliquem desuper quomodolibet indebitè molestari, Contradictores quoslibet, & Rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postpositâ, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, brachii sæcularis auxilio: Nos enim modernis, & pro tempore existentibus Elven. Algarbien. & Miranden. eisque deficientibus, seu impeditis, Angolen. & Lamacen. Episcopis prædictis, & eorum cuilibet, quoscumque Molestatores, Perturbatores, Contradictores, & Rebelles, etiam per Edictum publicum, constituto summarie, de non tuto accessu, citandi, eisque, & quoties inhibendum fuerit, etiam per simile Edictum quoad Primates, Archiepiscopos, & Episcopos sub Interdicti ingressus Ecclesiæ, quo verò ad alios inferiores, etiam sub censuris Ecclesiasticis, & etiam pecuniariis, eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis, inhibendi, necnon eos, quos censuras, & pœnas prædictas incurrisse constiterit, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini, declarandi, ac legitimis super literis habendis servatis processibus, censuras, & pœnas ipsas, etiam iteratis vicibus, aggravandi, reaggravandi, & interdicendi, plenam, & liberam, motu, scientiâ, auctoritate, & tenore præmissis concedimus facultatem, non obstantibus, quatenus opus sit, quibuscumque legibus, statutis, styliis, consuetudinibus, & prohibitionibus, siquæ forsan adsint de gratiis adinstar non concedendis, ac de vestibus rubeis non deferendis, ac etiam in Synodalibus, Provincialibus, universalibusque Conciliis editis, vel edendis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, ac dictæ Patriarchalis, aliarumque Ecclesiarum, etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, Privilegiis quoque, Indultis, & literis Apostolicis, illis, eorumque Superioribus, & Personis, ac locis quibuscumque, etiam speciali, specificâ, expressâ, & individuâ mentione dignis, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibuscumque etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis, in genere, vel in specie, etiam motu pari, ac consistorialiter, aut aliâ quomodolibet, etiam iteratis vicibus in contrarium eorumdem præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiam si in eis caveatur expressè, quòd illis per quascumque literas Apostolicas, etiam motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriis derogatorias in se continentes, derogari non possit, neque censeatur eis derogatum, quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque totis tenori-

bus specialis, specifica, & expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, etiamsi in eis caveatur expressè, quòd illis nullatenus, aut nonnisi sub certis modo, & formâ derogari possit, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, & formâ in illis traditâ observatâ inserti forent, præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis alias in suo robore permanfuris, latissimè, & plenissimè hac vice duntaxat specialiter, & expressè, earundem tenore præsentium, motu simili derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri motus proprii, ac absolutionis, concessionis, indulti decreti, commissionis, mandati, & derogationis, infringere, vel ei ausu temerario contraire; siquis autem hoc attentare præsumperit indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus, se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Domini- cæ, millesimo septingentesimo decimo septimo, quarto Idus Martii, Pontificatus nostri anno XVII.

Loco ✠ Bullæ Auræ.

Thomas Sportellus.

*Bulla do Papa Innocencio XIII. das quartas partes das rendas dos Arcebispos, e Bispos, dos Reynos de Portugal, e Algarves, e outras rendas Ecclesiasticas, applicadas à Santa Igreja Patriarcal.*

## INNOCENTIUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

Num. 121  
An. 1721.

**R**ationi congruit, & convenit honestati, ut ea, quæ de Romani Pontificis gratiâ processerunt, licet ejus superveniente obitu Literæ Apostolicæ desuper confectæ non fuerint, suum sortiantur effectum. Proinde Nos ad Beati Petri Sedem, meritis licet imparibus, Divina dispositione vocati ad ea propensis studiis intendimus, per quæ universæ Orbis Ecclesiæ præsertim Patriarchali titulo decoratæ, ac Personæ in illis Divinis obsequiis jugiter insistentes congruis facultatibus pro earum honorificâ, & decenti manutentione, onerumque eis incumbentium sublevamine communiri valeant, ac in his Pastoralis officii nostri partes etiam per Pensionum perpetuarum reservationes, ac fructuum Ecclesiasticorum applicationes, maximè dum id Orthodoxi Reges exposcunt, favorabiliter interponimus, hocque concilio



cilio accepto nuper Charissimum in Christo Filium nostrum Joannem Portugalliae, & Algarbiorum Regem Patriarchalis Ecclesiae Ulixbonensis Occidentalis perpetuam firmitatem, illiusque Dignitatum, Canonorum, & Beneficiatorum congruam, & honorificentem, ac assiduis laboribus consentaneam manutentionem decernere piis affectibus exoptare: Nos providam praefati Regis intentionem plurimum in Domino commendantes, simulque propensionem grati animi nostri erga ipsum Joannem Regem ob plura peculiaria obsequia Nobis, & huic Sanctae Sedi semper impensa, propter quae, & cognovimus, & vidimus, quam dignum suorum Praedecessorum Regum non minus virtutis, & Christianae pietatis, quam temporalium statuum, & Regnorum haereditatem sciverit se praebere, hoc novo testimonio patefacere, ejusdemque Patriarchalis Ecclesiae Dignitatum, Canonorum, & Beneficiatorum utilitatem, & commoda, quantum in Domino possumus, libenti animo promovere volentes, ad hoc etiam, ut in eadem Patriarchali Ecclesia Divina Officia, & Ecclesiasticae functiones juxta piissimum dicti Joannis Regis desiderium solemniori pompâ, cultu, & celebritate peragantur, ipsaque Patriarchalis Ecclesia sufficientibus redditibus non destituta semper duratura remaneat, iis omnibus, quae ad id plurimum conferre possunt non minus Pontificiae benignitatis, quam gratitudinis memores liberales manus extendimus, proindeque ea, quae per felicitis recordationis Clementem Papam XI. Praedecessorem Nostrum ad dictae Patriarchalis Ecclesiae utilitates, & commoda providè concessa fuerunt, debitae exequutioni demandari volumus, prout praefati Joannis Regis merita exposcunt, Nosque in Divini cultus incrementum, & dictae Patriarchalis Ecclesiae firmiorem stabilitatem conspiciamus in Domino salubriter expedire. Dudum siquidem praefatus Clemens Praedecessor providè animadvertens, quòd Patriarchalis Ecclesia praefata ab ipso erecta, & instituta ad tam sublime dignitatis, & honorificentiae fastigium elevata existeret, ut merito toto Orbe Terrarum celeberrima reputaretur, hocque ob multiplices, & singulares gratias ipsi Patriarchali Ecclesiae, ejusque Dignitatibus, ac Canonicis concessas tam ab ipso Clemente Praedecessore, quam à praefato Joanne Rege, qui, ut acceperat, in praesentatione Personarum ad Dignitates, & Canonicatus, & Praebendas dictae Patriarchalis Ecclesiae pro tempore vacantes ab ipso Joanne Rege, ejusque successoribus Portugalliae, & Algarbiorum Regibus in futurum faciendâ semper digniores sanguine, pietate, & doctrinâ praefereandos esse decreverat, eosque, & eorum in Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Praebendis hujusmodi respectivè successores pro tempore existentes in perpetuum inter praedicti Regni Magnates adscripserat, ipsisque usum Baldachini in propria uniuscujusque eorum domo, necnon facultatem cooperiendi caput coram praefato Joanne Rege, ac pro tempore existentibus Portugalliae, & Algarbiorum Regibus, ceteraque civilia, ac saecularia privilegia, necnon honores praerogativas, facultates, praereminentias, ac libertates, quibus ex usu, consuetudine, vel privilegio Episcopi Regnorum hujusmodi utuntur, & gaudent; itaut in omnibus functionibus civilibus tam in Aulâ Regiâ dictorum Regnorum, quam

quàm extra eam, etiam in Comitibus generalibus, unum Corpus Civile, uti vocant, seu Ordinem Magnatum cum ipsis Episcopis efficerent, eisque immediatè in præcedentiâ succederent, suo Regio Diplomate concesserat, & indulserat: Dignum proinde, ac congruum existimavit, ut ultra gratias, prærogativas, & privilegia hujusmodi, quibus eadem Patriarchalis Ecclesia tam ab ipso Clemente Prædecessore, quàm à præfato Joanne Rege tam luculenter decorata fuerat, redditibus quoque, & proventibus Ecclesiasticis locupletaretur, quibus mediantibus Dignitates, Canonici, & Beneficiati, cæterique dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ministri se decenter manutenere valerent, nec aliàs splendor ille, qui in dictâ Patriarchali Ecclesia, ejusque Dignitatibus, Canonicis, Beneficiatis, ac Ministris præfatis ob gratias, & privilegia hujusmodi elucescebat, ob deficientiam, aut tenuitatem præfatorum reddituum aliquâ in parte obumbraretur. Providè igitur animadvertens ab immemorabili tempore in promotionibus Personarum ad regimina Cathedralium Ecclesiarum in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis hujusmodi consistentium ipsum Clementem Prædecessorem, & Prædecessores nostros, tunc suos, quartam partem fructuum, reddituum, & proventuum cujuslibet ex Cathedralibus Ecclesiis præfatis in pluribus, & diversis Pensionibus annuis, insimul tamen quartam partem fructuum, & proventuum hujusmodi non excedentibus, reservare, & ad Pensiones hujusmodi diversas Personas Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus pro tempore existentibus gratas nominare consuevisse, quæ tamen Ecclesiis forsan nullatenus inferviebant, sed aliquando etiam Pensionibus hujusmodi in statu conjugali, vel etiam militari fruebantur; quodque si quarta pars fructuum Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi ab eisdem Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis dismembraretur, & separaretur, ac infra scriptæ quatuor Ecclesiæ, seu Capellæ, aut infra scripta quatuor perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica supprimerentur, & extinguerentur, earumque, seu eorum fructus, redditus, & proventus, ac infra scriptæ quotæ partes fructuum, reddituum, & proventuum à quibusdam Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis infra scriptarum sæcularium, & forsan insignium Collegiatarum Ecclesiarum, ut infra dismembrandæ, & separandæ Dignitatibus, Canonicatibus, & Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, eorumque Præbendis respectivè unirentur, applicarentur, & incorporarentur, ex hoc profectò honorificæ, decenti, & commodæ sustentationi Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, ac Beneficia dictæ Patriarchalis Ecclesiæ pro tempore obtinentium sufficienter provisum, & consultum foret; idem Clemens Prædecessor, qui utilitates, & commoda Ministrorum Ecclesiasticorum augere, & promovere sinceris desiderabat affectibus; firmis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis privilegiis, gratiis, prærogativis, & indultis, aliàs tam ab ipso Clemente Prædecessore, & Prædecessoribus nostris tunc suis eidem Patriarchali Ecclesiæ, etiam de tempore, quo ipsa erat simplex Capella Regia, aut insignis Collegiata Ecclesia, quàm à prædicto Joanne Rege, ejusque Prædecessoribus Portugalliæ, & Algarbiorum



biorum Regibus concessis; firmisque pariter, & illæsis remanentibus fructibus, redditibus, & proventibus, ac distributionibus quotidianis aliàs Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ ex bonis merè laicalibus, & regiis assignatis, qui ob unionem, & applicationes infra scriptas nullatenus minui, seu cessare deberent, quacumque contrariâ dispositione in Literis Apostolicis Erektionis Capellæ Regiæ in Collegiatam Ecclesiam contentâ non obstante, attento consensu dicti Joannis Regis, ad hunc effectum, ut idem Clemens Prædecessor acceperat, jam præstito, Motu ejus proprio, non ad alicujus super hoc oblatae petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, & maturâ deliberatione suis, deque Apostolicæ potestatis plenitudine sub Datum videlicet Quinto Kalendas Octobris, Pontificatus sui anno vigesimo à præfatis Patriarchali Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis hujusmodi, ut præfertur, consistentibus, earumque fructibus, redditibus, bonis, proprietatibus, juribus, censibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, aliisque obventionibus, necnon jurisdictionis etiam temporalis, Cancellariæ, aut luctuosarum proventibus, cæterisque emolumentis quibuscumque ad Patriarchalem, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias præfatas quocumque titulo etiam unionis, donationis, contractus cujuslibet etiam onerosi, aut legati etiam personalis, uti vocant, vel aliâ quavis causâ, seu jure tunc, & pro tempore etiam de novo spectantibus, qui omnes, ut etiam acceperat, ad centum triginta duos mille quingentos sexaginta sex ducatos auri de Camera secundum communem æstimationem insimul tunc ascendebant, quartam eorundem fructuum, reddituum, & proventuum naturalium, industrialium, & civilium partem, triginta tres mille centum triginta septem ducatos auri similes in totum tunc constituentium, dismembravit, & separavit; ac ab infra scriptis novem Dignitatibus, & infra scriptis viginti octo Canonicatibus, & Præbendis, earumque, & eorum omnibus, & singulis respectivè fructibus, redditibus, proventibus, & distributionibus quotidianis, bonis proprietatibus, necnon juribus, censibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, cæterisque proventibus, obventionibus, & emolumentis quibuscumque certis, & incertis in pecuniâ, vel fructibus, aut quibuslibet rebus consistentibus, & ad prædictas infra scriptas novem Dignitates, & prædictos infra scriptos viginti octo Canonicatus, & Præbendas, illosque, & illas pro tempore obtinentes quocumque titulo etiam unionum, donationum, oblationum, contractus etiam onerosi, aut legatorum, seu aliâ quavis causâ, vel in re, tunc, seu etiam de novo in futurum spectantibus, & insimul ad sex mille noningentos sexaginta quatuor Ducatos auri hujusmodi annuatim, ut similiter acceperat, ascendentibus ducatos bis mille sexcentos septem: videlicet ex Cantoratus, qui ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Thesaurariæ maioris nuncupatæ, qui etiam ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Scholasticæ respectivè Dignitatum, qui simili-

ter ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ac ex quindecim Canonicatum, & Præbendarum secularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Alcaçova Oppidi de Sanctarem Ulixbonensis Orientalis Dioecesis, quæ, & qui, sicut etiam acceperat, de Jurepatronatus præfati Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu Privilegio Apostolico, cui non erat eatenus in aliquo derogatum, existebant, & qui, videlicet cujuslibet eorum, ad centum quinquaginta quatuor, & insimul bis mille trecentos decem, tertiam partem uniuscujusque eorum, videlicet, quinquaginta unum, pro quolibet, & insimul septingentos sexaginta quinque; ac ex Prioratus, qui ad trecentos octoginta, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum sexaginta novem; & ex Archipresbyteratus, qui ad centum quadraginta duos, quartam partem eorum, videlicet triginta quinque; & ex Thesaurariæ etiam respectivè Dignitatum, qui ad quadringentos, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum septuaginta octo; ac ex trium Canonicatum, & Præbendarum etiam secularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Oppidi de Barcellos Bracharensis Dioecesis, qui videlicet cujuslibet eorum ad centum triginta septem, & insimul quadringentos undecim, quartam partem eorum, videlicet, triginta quinque pro quolibet, & insimul centum quinque; necnon ex Prioratus, qui ad quingentos viginti duos, quatuor nonas partes eorum, videlicet ducentos triginta duos; ex Cantoratus, qui ad trecentos quadraginta septem, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum quinquaginta quatuor; ex Thesaurariæ etiam respectivè Dignitatum, qui ad ducentos sexaginta quatuor nonas partes eorum, videlicet, centum sexdecim; ac ex decem Canonicatum, & Præbendarum partes secularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Ourém Leirienensis Dioecesis, qui, & quæ, sicut etiam acceperat, de Jurepatronatus Bragantiæ Domus ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui pariter non erat eatenus in aliquo derogatum, existere dignoscebantur, respectivè fructibus, redditibus, & proventibus, qui, videlicet cujuslibet eorum ad centum septuaginta tres ducatos auri hujusmodi, ut pariter acceperat, annuatim respectivè ascendebant, & insimul mille septingentos triginta ducatos auri similes constituiebant, duas quintas partes, videlicet septuaginta pro quolibet, & insimul septingentos ducatos auri hujusmodi etiam respectivè dismembravit, & separavit; ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Obidos Ulixbonensis Occidentalis Dioecesis, cujus quadringentorum quinquaginta octo, super quibus Pensio annua antiqua nonaginta unius ducatorum auri hujusmodi cum dimidio alterius ducatis paris dictæ Patriarchali Ecclesiæ de tempore, quo ipsa erat simplex Capella Regia, Apostolicâ auctoritate, ut etiam acceperat, reservata extiterat, & tunc reperiebatur, quam per hujusmodi gratiam extinctam, & cum fructibus infra applicandis consolidatam remanere voluit, ac Sancti Mametis Loci de Lindoso, cujus biscentum triginta quatuor, ac Sancti Jacobi Loci de Anha, cujus quadringentorum octodecim, ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Chaves Bracharensis Dioecesis, forsan habitua-



lem tantum, nullatenus verò actualement curam animarum habentes Ecclesias, seu Capellas, aut respectivè in eis, vel aliis Oppidorum, & respectivè Locorum Ulixbonensis Occidentalis, & Bracharensis Diocesis hujusmodi respectivè Ecclesiis totidem perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica, Prioratus, seu Abbantias etiam respectivè nuncupatas, seu nuncupata, ad, vel sub Sanctæ Mariæ, ac Sancti Mameitis, & Sancti Jacobi, necnon Sanctæ Mariæ hujusmodi respectivè Altaria, seu respectivè invocationibus, cujus quingentorum quinquaginta trium ducatorum auri similium respectivè fructus, redditus, & proventus secundum æstimationem prædictam valorem annum, ut similiter acceperat, non excedebant, & quarum, seu quorum primò, & secundò dictæ, seu primò, & secundò dicta etiam de Jurepatronatus dicti Joannis Regis, reliquæ, seu reliqua verò duæ Ecclesiæ, seu Capellæ, aut Beneficia hujusmodi etiam de Jurepatronatus dilecti Filii Josephi Brasiliæ Principis, & Bragantiæ Ducis prædicti Joannis Regis filii legitimi, & naturalis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui similiter non erat eatenus in aliquo derogatum, respectivè existere dignoscebantur, stante consensu tam dicti Joannis Regis, quàm præfati Josephi Principis, per ejus Curatorem respectivè, ut etiam acceperat, jam præstito, non solum quoad quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi suppressionem, verum etiam quoad Dignitatum, ac Canonicatum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum præfatarum fructuum dismembrationem, & applicationem, pro cujus Josephi Principis, ejusque Bragantiæ Domus Jurispatronatus hujusmodi indemnitate præfatus Joannes Rex, qui etiam Ordinum Militarium præfati Portugallicæ Regni Gubernator, ac perpetuus Administrator existerat, æquivalenter consuluerat, assignando, ac concedendo eidem Josepho Principi, ac pro tempore existentibus Bragantiæ Ducibus jus conferendi, seu pro se ipsis retinendi Commendam nuncupatam Sancti Michaelis de Tres Minas Militiæ Domini nostri Jesu Christi, & Juspatronatus infra-scriptarum Parochialium Ecclesiarum Jurispatronatus Regii, videlicet nostræ Dominæ da Torre de Moncorvo, cujus quadraginta, sex, & Sancti Salvatoris da Infesta, cujus quadraginta, ac Sanctæ Mariæ de Monção, cujus etiam quadraginta, ac Sancti Martini de Bornes, cujus quinquaginta septem, ac Sanctæ Mariæ de Alijó, Rectoriarum respectivè nuncupatarum Bracharensis Diocesis, cujus etiam quinquaginta septem, ac Sancti Petri de Farinha Podre, cujus triginta unius, ac de Villanova de Cea, cujus quadraginta sex, & Sanctæ Mariæ Magnæ nuncupatæ de Loriga, cujus triginta novem, ac Sancti Andreæ do Ervedal Vicariarum respectivè nuncupatarum, cujus sexaginta novem, ac Sanctæ Mariæ de Vinhò, cujus octoginta, necnon de Mangoalde, cujus septuaginta septem, ac Sancti Vincentii de Villafranca, Prioratum respectivè nuncupatarum, Colimbriensis Diocesis, cujus septuaginta quatuor ducatorum auri similium respectivè fructus, redditus, & proventus valorem annum, ut pariter, acceperat, non excedebant, quamquidem assignationem, & concessionem firmam, & validam esse voluit, ac Apostolicâ auctorita-



te roboravit, & adhunc effectum tantum præfatum Joannem Regem à juramento aliàs per eum præstito de non alienando bona, & juramentum ad Regiam Coronam, quàm ad Militares Ordines hujusmodi spectantia, & à quocumque alio simili juramento, quatenus opus esset, absolvit, & liberavit, ac primò dictam, seu primò dictum, videlicet quæ, seu quod per liberam dimissionem dilecti filii Joannis Petri de Lemos Clerici, seu Presbyteri de illa, seu illo, quam, seu quod tunc nuper obtinebat, in manibus Ordinarii Loci sponte factam, & per eundem Ordinarium ordinariâ ejus auctoritate extra Romanam Curiam admissam, ut pariter acceperat, vacabat, sive præmisso, sive alio quovismodo, aut ex alterius cujuscumque Personâ, seu per prædictam, vel aliam liberam dicti Joannis Petri, vel cujuscumque alterius dimissionem de alia, seu illo, necnon secundò, tertio, & quartò dicta, seu secundò, tertio, & quartò dictas Ecclesias, seu Capellas, aut Beneficia hujusmodi ex tunc prout ex ea die, & è contra, cum primùm illas, seu illa per cessum, etiam ex causâ permutationis, vel decessum, aut privationem, vel quamvis aliam dimissionem, vel amissionem illas, seu illa tunc obtinentium, aut aliàs quovis modo vacare contigisset, etiamsi actu tunc, ut præferebatur, aut ex quarumcumque Personis, seu per liberas resignationes illas, seu illa tunc obtinentium, vel quorumvis aliorum de illis in dictâ Curiâ, vel extra eam, etiam coram Notario publico, & testibus sponte factas, aut assequutionem alterius Beneficii Ecclesiastici ordinariâ auctoritate collati, & quoad primò dictam, seu primò dictum Ecclesiam, seu Capellam, aut Beneficium hujusmodi, non tamen per obitum, respectivè vacarent, etiamsi tanto tempore vacavissent, quòd earum, seu eorum collatio juxta Lateranensis Statuta Concilii ad Sedem Apostolicam legitimè devoluta, dictæque Ecclesiæ, seu Capellæ, aut Beneficia hujusmodi dispositioni Apostolicæ specialiter reservatæ, seu reservata existerent, & super eis in aliquos lis, cujus statum idem Clemens Prædecessor haberi voluit pro expresso, penderet indecisa, illarumque, seu illorum titulum collativum, ita quòd illæ, seu illa collativæ, seu collativa esse desinerent, & uti tales, seu talia in titulum collativum quâvis auctoritate conferri, seu de illis disponi quovismodo amplius nequiret, & si illas, seu illa deinceps conferri, seu de illis disponi contigisset, collationes, provisiones, & quævis aliæ dispositiones de illis quovismodo faciendæ nullæ, & invalidæ existerent, nullique suffragarentur, nec cuiquam coloratum titulum possidendi tribuerent, suppressit, & extinxit, ac quartam partem omnium, & quorumcumque fructuum, reddituum, & proventuum tam naturalium, quàm industrialium, & civilium Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi ab eis sic dismembratam, & separatam Dignitatibus, & Canonicatibus dictæ Patriarchalis Ecclesiæ pro earum, & eorum respectivè Præbendarum augmento applicavit, & assignavit, eandemque quartam partem fructuum hujusmodi Dignitatibus, & Canonicis tunc, & pro tempore existentibus ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ non aliàs, quàm in eisdem fructibus, redditibus, & proventibus naturalibus, industrialibus, & civili-



civilibus persolvi debere voluit, & mandavit, stante declaratione à Venerabilibus Fratribus nostris tunc suis modernis Patriarchâ, Archiepiscopis, & Episcopis jam factâ, qui declaraverant Ecclesiis, ac successoribus suis longè utilius fore persolvere dictam quartam partem in fructibus naturalibus, industrialibus, & civilibus, quàm in pecuniâ numeratâ, uti prius, eam persolvere debebant; ita tamen quòd quolibet anno quarta pars dictorum fructuum naturalium, industrialium, & civilium à Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis hujusmodi, ut præferebatur, dismembrata, & separata, ac etiam, ut præferebatur, applicata, & assignata, & respectivè persolvenda Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore existentibus præfatis divideretur in viginti quatuor partes, & tam post Pontificalem maiori, quàm cuicumque ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ una ex prædictis viginti quatuor partibus, videlicet mille tercentorum octoginta Ducatorum respectivè assignaretur, & persolveretur; adeo ut semper, & omni tempore, tam dicta post Pontificalem maior, quàm reliquæ quinque Dignitates, & octodecim Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore existentes à Patriarchâ, Archiepiscopis, & Episcopis præfatis nihil aliud nisi quartam partem fructuum naturalium, industrialium, & civilium eorum Ecclesiarum hujusmodi, & non aliter prætere tendere possent, etiamsi prædicti fructus naturales, industriales, & civiles essent quandoque longè minoris, vel è contra pro parte Cathedralium Ecclesiarum etiam maioris valoris summæ, quæ antea à Patriarchâ, Archiepiscopis, & Episcopis prædictis in pecuniâ numerata persolvebatur, eisdemque sex Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ duas tertias partes fructuum, reddituum, & proventuum ex prædictis novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum præfatarum, sic, ut præfertur, dismembratorum, & separatorum, quæ insimul mille septingentos triginta octo ducatos similes constituebant, pariformiter applicavit, & assignavit, videlicet, post Pontificalem maiori, & cuilibet ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis prædictis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ septuaginta quinque ducatos similes, necnon quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut quatuor Beneficiorum hujusmodi, ut præfertur suppressarum, & extinctarum, seu suppressorum, & extinctorum, fructus, redditus, & proventus præfatos, qui insimul, deductis tamen ex eis unâ viginti novem super tertio dictæ, seu tertio dicti, & alterâ Pensionibus annuis quinquaginta septem ducatorum auri similium super quarto dictæ, seu quarto dicti Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi respectivè fructibus, redditibus, & proventibus aliàs Capellæ Ducali Oppidi de Villa-Viçosa, Elvensis Diocesis Apostolicâ auctoritate reservatis, quæ salvæ, & illæ remanerent, & ut antea solvi deberent, mille quingentorum septuaginta septem ducatorum auri hujusmodi valorem annum non excedebant, necnon reliquam tertiam partem fructuum,



reddituum, & proventuum à prædictis novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis dictarum Collegiatarum Ecclesiarum, ut præferebatur dismembratorum, quæ ad octingentos sexaginta novem ducatos similes ascendebat, Apostolicâ auctoritate respectivè duodecim Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, supportatis tamen omnibus, & singulis quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum; aut quatuor Beneficiorum hujusmodi oneribus, univit, annexit, ac respectivè applicavit, & assignavit; qui quidem fructus, redditus, & proventus tam ex reliquâ tertiâ parte præfatâ, quàm ex quatuor Ecclesiis, seu Capellis, aut quatuor Beneficiis, ut præferebatur, suppressis, & extinctis, ac ut præferebatur, unitis hujusmodi provenientes dividerentur in duodecim partes æquales, & unicuique ex prædictis duodecim Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ una ex duodecim partibus hujusmodi, videlicet bis centum quatuor ducati similes pro quolibet, assignaretur, ultra antiquam dotem; eâ tamen lege, ut in eventum, in quem tam super sex Dignitatibus, quàm octodecim Canonicatibus, & Præbendis, & duodecim Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Literas Apostolicas expediri debere contingeret, fructus certi Dignitatis post Pontificalem maioris, qui antea exprimebantur, in ducatis nonaginta octo, & distributiones bis centum viginti quatuor, in posterum exprimi deberent, mille quingentorum quinquaginta trium, & distributiones bis centum viginti quatuor; fructus certi cujuslibet ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis, qui prius exprimebantur septuaginta sex, & distributiones centum octoginta, in posterum exprimi deberent mille quingentorum viginti octo, & distributiones centum octoginta; fructus verò certi duodecim Beneficiorum, qui prius exprimebantur triginta octo, & distributiones octoginta novem, in posterum exprimerentur bis centum quadraginta duorum, & distributiones octoginta novem Ducatorum auri similium respectivè valorem annum non excedere; conditione tamen adjecta, quòd Venerabilis Frater noster tunc suus modernus Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis cum consilio, & consensu dicti Joannis Regis super fructibus, redditibus, & proventibus Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, ac Beneficiorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tam præsentibus, quàm futuris, & tam ex Ecclesiis Cathedralibus, quàm Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis simplicibus applicatis, seu applicandis, qui tunc proveniebant, & in futurum provenire possent, statuere ac decerne posset aliquam quotam partem fructuum, reddituum, & proventuum dicto Patriarchæ, ac prædicto Joanni Regi bene visam persolvendam quolibet anno in perpetuum à quocumque ex Dignitatibus, Canonicis, & Beneficiatis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore existentibus, & in utilitatem, & indigentias ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, ac cæterorum Ministrorum ei tunc, & pro tempore inservientium sustentationem, cum consilio pariter, & consensu ejusdem Joannis Regis applicandam, & convertendam; dummodo tamen quota pars fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi sic, ut præfertur, statuenda, ac decernenda non excederet



excederet quartam partem fructuum, qui pro tempore essent Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, ac Beneficiorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ. Pro maiori autem subsistentiâ, & securiori exactione quartæ partis fructuum, naturalium, industrialium, & civilium cujuslibet ex præfatis Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis, ac quotarum partium fructuum, ex novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi, sic, ut præfertur, dismembratarum, & separatarum, ac respectivè applicatarum, & assignatarum voluit idem Clemens Prædecessor, quod moderni, & pro tempore existentes dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Dignitates, & Canonici eorum nomine corporalem, & actualem, seu civilem possessionem omnium, & singulorum fructuum, reddituum, & proventuum, quorum genera, & species supra memoratas idem Clemens Prædecessor pro expressis haberi voluit, liberè apprehendere, & apprehensam perpetuò retinere, necnon earundem Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum sic suppressarum, & extinctarum, seu suppressorum, & extinctorum omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus prædictos à die illorum vacationis, pro ratâ temporis, quoad Ecclesias Cathedrales, necnon novem Dignitates, & viginti octo Canonicatus, & Præbendas actu vacantes à dicto die Quinto Kalendas Octobris, Pontificatus dicti Clementis Prædecessoris anno vigesimo; quò verò ad easdem Ecclesias ac novem Dignitates, & viginti octo Canonicatus, & Præbendas actu non vacantes, à die illarum, & illorum vacationis computandos, ipsosque fructus, redditus, & proventus Dignitates, & Canonici ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ modo, & forma, ac conditionibus præmissis, per se, vel alium, seu alios percipere, administrare, exigere, & levare, ac tam ex horreis communibus, quam ex aliis quibuscumque locis, ubicumque existerent, extrahere, conducto-ribus liberè locare, & in electione Exactorum dictorum fructuum, vulgò *Priostes*, aliorumque similium Officialium vocem per ipsos Conductores, seu Dignitatum, aut Canonorum Patriarchalis Ecclesiæ prædictæ Procuratores, vel Æconomos habere, necnon ab Æconomis, seu Administratoribus reddituum Cathedralium Ecclesiarum, reliquisque Officialibus quibuscumque, ac Exactoribus illarum, vel etiam ab ipsis Episcopis, quatenus opus esset, juramentum super verâ quantitate quorumcumque reddituum prædictorum exquirere, ac eos ad prædictum juramentum præstandum compellere, ceterosque dictæ administrationis actus exercere liberè, & licitè valerent, Diocessani Loci, vel cujusvis licentiâ desuper minimè requisitâ; salvis tamen, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis Pensionibus annuis, seu oneribus expressè super præfatâ quartâ parte fructuum, reddituum, & proventuum Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum hujusmodi Apostolicâ auctoritate ad instantiam Portugalliæ, & Algarbiorum Regis, & pro Personis, & Locis eidem Regi gratis, & acceptis jam reservatis, &, seu impositis, ad quarum, & seu quorum omnium solutionem, donec illæ, &, seu illa duraverint, faciendam Capitulum, & Canonicos dictæ Patriarchalis



lis Ecclesiæ teneri, & obligatos existere voluit, & decrevit, ac ut quartas partes fructuum ex Patriarchali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis prædictis, necnon quotas partes fructuum, reddituum, & proventuum ex novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum prædictarum dismembratas, & separatas Capitulum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ illas, sicut præfertur, dismembratas, & respectivé applicatas, liberas, immunes, & exemptas ab omni decimâ, quartâ, mediâ, & quavis aliâ fructuum parte, subsidio etiam charitativo, & excusato, & quocumque alio tam ordinario, quàm extraordinario onere, cogitabili, vel inexcogitabili, etiam reali, perpetuo, vel ad tempus, quomodolibet nuncupato, etiam pro fabricâ dictarum Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum, & quâvis etiam Apostolicâ, Regia, vel ordinariâ, auctoritate, & ex quâcumque etiam urgente, urgentissima, & de necessitate exprimendâ causâ, etiam pro Seminario Puerorum Ecclesiastico, manutentione classis Triremium, reparatione, & fabricâ Basilicæ Principis Apostolorum de Urbe, Cruciatâ Sanctâ, & expeditione contra Turcas, ac alios Orthodoxæ Fidei hostes, etiam ad Imperatoris, Regum, Reginarum, etiam Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum prædictorum, necnon Ducum, Rerum publicarum, & aliorum quorumcumque Principum instantiam, intuitum, & contemplationem, ac pro eorum, & Sedis Apostolicæ necessitatibus, aut aliâs Canonicè, vel de facto impositis, vel pro tempore imponendis, vel illis quomodolibet inhaerentibus, ac etiam Pensionis perpetuæ vigore Literarum Apostolicarum, vel in favorem Tribunalis Sancti Officii contra hæreticam pravitatem, vel alterius cujuslibet pii Loci, vel respectivé Capellæ Ducalis Oppidi de Villa-Viçosa, vel aliâs quomodolibet reservatæ, quæ omnia ipsi pro tempore existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi, ac novem Dignitates, & viginti octo Canonicatus, & Præbendas Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi pro tempore obtinentes, solvere tenerentur, etiam si in impositionibus hujusmodi caveretur expressè, quod Pensionarii, seu Reservatarii partis fructuum prædictarum Cathedralium, ac novem Dignitatum, & viginti octo Canonicatum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi pro ratâ Pensionum, reservationum, & applicationum suarum quantumvis exemptarum contribuere tenerentur, ac aliâs in omnibus, & per omnia liberas, immunes, & exemptas, ut præferabatur, Capitulum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ per se, vel per Procuratores Actores, & Exactores, vel Æconomos suos exigere, vel levare, & ut hujusmodi fructus, redditus, & proventus ex dictis quotis Cathedralium, & novem Dignitatum, & viginti octo Canonicatum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi partibus, necnon ex quatuor Ecclesiis, seu Capellis, aut quatuor Beneficiis, ut præferebatur, suppressis, provenientes Capitulum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ in communes usus, & utilitatem Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ, ejusdemque, & cæterorum Ministrorum ei inservientium indigentias, ac sumptus respectivé modo, & formâ supradictis convertere etiam liberè,



liberè, & licitè valerent, eâdem Apostolicâ auctoritate decrevit, statuit, & indulgit; ita tamen ut inter fructus, redditus, & proventus tam antiquos, quàm de novo superadditos, ac tam Dignitatibus, & Canonicis, quam Beneficiatis præfatis respectivè applicatos, & assignatos ea semper in futurum servaretur divisio, & separatio, ut nec Patriarchalis, Archiepiscopali, & Episcopali Ecclesiarum hujusmodi quartæ partes fructuum, reddituum, & proventuum, necnon duæ tertiæ partes prædictæ fructuum, reddituum, & proventuum ex novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi sic, ut præfertur, separatæ, & respectivè dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Dignitatibus, & Canonicis præfatis unâ cum antiquâ dote applicatæ in Beneficiatorum congruas, nec è contra fructus, redditus, & proventus ex quatuor Ecclesiis, seu Capellis, aut quatuor Beneficiis suppressis provenientes, & cum reliquâ ex dictis novem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi, similiter deductâ tertiâ parte fructuum, reddituum, & proventuum, duodecim Beneficiatis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ, ut etiam præferebatur, applicati, & assignati, unâ cum antiquâ dote in Dignitatum, & Canonicorum dotis augmentum, ullo unquam tempore, aut quacumque de causâ, etiam ratione juris accrescendi erogari possent, sed unaquæque ex dictis portionibus fructuum, reddituum, & proventuum Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, & Beneficiis præfatis, ut præferebatur, applicata, & assignata absque ulla permixtione administraretur, ac ab alterâ semper divisa, & separata respectivè, & taxativè, applicata esset, & esse censeretur. Casu verò quo aliqua ex dictis sex Dignitatibus, aut aliquis ex octodecim Canonicatibus, & Præbendis, seu aliquod ex duodecim Beneficiis præfatis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ pro tempore vacavisset, illius fructus, redditus, seu proventus certi tam antiqui, quàm de novo superadditi pro ratâ temporis, illius vacationis, & non ultra, in favorem Fabricæ, & Sacristiæ Patriarchalis Ecclesiæ cederent: Distributiones verò quotidianæ reliquis Dignitatibus, & Canonicis juxta ordinem desuper à præfato Clemente Prædecessore, ut infra factam, si Præbenda vacam foret Dignitatibus, vel Canonicis, si verò foret Beneficium, reliquis Beneficiatis dumtaxat respectivè accrescerent, contrariis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ consuetudinibus minimè obstantibus. Ulterius, ut omnia, & singula suprascripta ab eodem Clemente Prædecessore concessa, elargita, & ordinata, ac decus, honorificentiam, & utilitatem dictæ Patriarchalis Ecclesiæ concernentia debitæ exequutioni demandarentur, ac perpetuis futuris temporibus ab omnibus, & singulis, ad quos tunc spectabat, & in futurum quomodolibet spectare, ac quovismodo, & quâcumque de causâ spectare, & pertinere posset, firmiter, & inviolabiliter observarentur, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, dilectis etiam filiis modernis, & pro tempore existentibus nostro, tunc suo, & Sedis Apostolicæ in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis Nuncio, & Inquisitori Generali, aut Auditori, seu Judici Ecclesiastico Patronatus Regii commisit, & mandavit, quate-



quatenus ipsi, vel duo eorum per se, vel alios etiam, quâvis difficultate occurrente, & à præfato Clemente Prædecessore non prævisâ, quæ effectum Literarum Apostolicarum tunc desuper conficiendarum minimè retardare valeret, easdem Literas Apostolicas tunc desuper conficiendas, tam quoad dismembrationem, & applicationem quar-  
 tarum partium præfatorum fructuum naturalium, industrialium, & ci-  
 vilium Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum  
 hujusmodi, quàm quoad dismembrationem, & respectivè applicatio-  
 nem quotarum partium fructuum, reddituum, & proventuum ex no-  
 vem Dignitatibus, & viginti octo Canonicatibus, & Præbendis Ec-  
 clesiarum Collegiatarum hujusmodi, ac quoad reliqua omnia à dicto  
 Clemente Prædecessore, ut præferebatur, concessa, & expressa debi-  
 tæ exequutioni demandari facerent, ac ubi, & quando opus foret,  
 ac quoties ad instantiam pro tempore existentium Capituli, Dignita-  
 tum, & Canonorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Oc-  
 cidentalis conjunctim, vel divisim forent requisiti, solemniter publi-  
 cantes, illisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes  
 facerent Apostolicâ auctoritate omnia, & singula præmissa suum de-  
 bitum sortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuscumque Personis fir-  
 miter, & inviolabiliter observari, & adimpleri, non permittentes  
 modernos, & pro tempore existentes Capitulum, Dignitates, & Ca-  
 nonicos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à quo-  
 quam super omnibus, & singulis eis à præfato Clemente Prædecesso-  
 re, ut præferebatur, concessis quomodolibet molestari, perturbari,  
 aut inquietari, contradictores quoslibet, & rebelles per sententias,  
 censuras, & poenas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti  
 remedia, appellatione postpositâ compescendo, invocato etiam ad  
 hoc, si opus foret, auxilio brachii sæcularis, & insuper ipse Cle-  
 mens Prædecessor Judicibus præfatis, & eorum cuilibet, quocumque  
 omnium, & singulorum prædictorum ab ipso Clemente Prædecessore,  
 ut præferebatur, concessorum effectum impediētes, seu pro tempo-  
 re existentes, Capitulum, Dignitates, & Canonicos præfatos super  
 eisdem præmissis molestantes, perturbantes, eisque quovimodo con-  
 tradicentes, etiam, per Edictum publicum, constituto summarie de  
 non tuto accessu, citandi, illisque, ac quibus, & quoties inhiben-  
 dum foret, etiam per simile Edictum quoad Patriarcham, Archiepis-  
 copos, & Episcopos sub Interdicti ingressus Ecclesiæ, quò verò ad  
 alios inferiores sub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon  
 privationis Beneficiorum, & Officiorum sæcularium, & Ecclesiastico-  
 rum eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis poenis  
 inhibendi, ac eos, quos censuras, & poenas prædictas incurrisse  
 constaret, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini, declaran-  
 di, ac censuras, & poenas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi,  
 reaggravandi, & interdicendi plenam, & liberam Motu pari, dictâ  
 auctoritate concessit facultatem. Denique pro faciliiori earundem Li-  
 terarum tunc desuper conficiendarum exequutione, & effectû Motû si-  
 mili decrevit, & declaravit, quòd in eventum, in quem pro tempo-  
 re existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi; necnon Colle-  
 giatarum



giatarum Ecclesiarum hujusmodi novem Dignitates, & viginti octo Canonici præfati, aut quicumque alii Dignitatum, Canonorum, & Beneficiatorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ratione applicationum hujusmodi Debitores, si solutionem ab eis debito tempore faciendam quâcumque de causâ, etiam legitimâ, protrahere, seu in dubium revocare vellent, id nullatenus facere possent, nec super hoc in Judicio, vel extra audiri valerent, nisi prius facto deposito juxta stylum Regni Portugalliæ illius quantitatis, quæ ab eis controversi vellet; quodque in exactiõibus faciendis ab hujusmodi Debitoribus procedi deberet viâ executivâ, ut in debitis regalibus, ac summariè, & sine strepitu, & figurâ judicii, ac solâ facti veritate inspecta. Ulterius idem Clemens Prædecessor voluit, & eâdem auctoritate decrevit, quod Exequutores præfati pro tempore existentes simul, vel separatim in causis concernentibus liquidationem, exactiõem, & solutionem præfatarum quotarum partium Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi, & ab eis dependentibus semper essent Judices privativi, & jurisdictione suâ uti valerent contra quascumque Personas, & quâvis tam Archiepiscopali, & Episcopali, quàm aliâ quâcumque dignitate præditas, etiam si Personæ hujusmodi gauderent privilegiis, aut indultis, aut in earum causis conveniri nequirent, nisi in eorum foro, ac coram certo eorum Judice, quæ privilegia quoad causas liquidationis, exactiõis, & solutionis hujusmodi locum habere non debere declaravit; imò ea ad hunc effectum revocavit, & quatenus opus esset, privilegiis, & indultis hujusmodi quâvis etiam Apostolicâ auctoritate eis forsân concessis specialiter, & expressè derogavit; itaut super causis prædictis in nullo alio Tribunali, præterquam coram Judicibus præfatis pro tempore existentibus, litigari posset. Decernens propterea easdem Literas tunc desuper conficiendas semper, & perpetuò validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus fortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel ex quâlibet causâ quantumvis legitimâ, & juridicâ, piâ, privilegiatâ, ac speciali notâ dignâ, etiam ex eo, quod Dignitates, Canonici, ac Beneficiati dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ac pro tempore existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum, ac dictarum Collegiatarum Ecclesiarum novem Dignitates, & viginti octo Canonici præfati, seu quicumque alii cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & præminentix essent, in præmissis, & circa ea quomodolibet, & quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut habere prætendentes illis non consensissent, aut ad illa vocati, & auditi non fuissent, & causæ, propter quas eadem Literæ Apostolicæ tunc desuper conficiendæ emanavissent, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuissent, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis dicti Clementis Prædecessoris, aut jus, vel interesse habentium consensu, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuum mentionem,



nem, ac expressionem requirente defectu, sive etiam ex eo quod in præmissis, eorumque aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda servata, & adimpleta non fuissent, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliquâ resultantem, seu etiam enormis, enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione etiam in corpore Juris clausâ, occasione, aliave causâ, etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda fuisset; aut quod de voluntate dicti Clementis Prædecessoris, & aliis superius expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illos restitutionis in integrum, aperiitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu simili concessio, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque Literas Apostolicas præfatas tunc desuper conficiendas sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus etiam per dictum Clementem Prædecessorem, & successores nostros, tunc suos, Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, & Consistorialiter, & quibusvis de causis, ac sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiam si de Literis Apostolicis præfatis tunc desuper conficiendis, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fieret, & pro tempore faciendis, & concedendis comprehendi, sed tamquam ad maius bonum tendentes semper ab illis excipi, & quoties illæ emanarent, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, in quo antea quomodolibet essent, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo, & sub quacumque posteriori datâ quodcumque eligendâ concessas esse, & fore, sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, aut Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Apostolicæ Nuncios, & alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, præeminentia, & honore fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quacumque instantiâ judicari, & definiri deberet; & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decrevit. Non obstantibus, quatenus opus esset, suis, & Cancellariæ Apostolicæ de præstando consensu, de jure quæsito non tollendo, de exprimendo valore, ac de unionibus, aliisque in contrarium præmissorum quomodolibet editis, & edendis regulis, & Lateranensis Concilii novissimè celebrati uniones, seu applicationes perpetuis nisi in certis casibus fieri



ri prohibentis, ac dismembrationes perpetuas super mensarum Patriarchalium, Archiepiscopalium, vel Episcopalium fructibus, redditibus, & proventibus, nisi ex cessionis, aut aliâ rationabili causâ, quæ in Consistorio iusta, & honesta habita fuisset, ac certis aliis modo, & formâ in dicto Concilio expressis reservari similiter prohibentis, aliisque quibuscumque in contrarium præmissorum etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis editis, vel edendis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, ac Patriarchalis, Archiepiscopalium, Episcopalium, & Collegiatarum Ecclesiarum hujusmodi etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, styli, usibus, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus, dispositionibus, & ultimis voluntatibus in contrarium quibuscumque, privilegiis etiam ex foundatione competentibus, vel à dicto Clemente Prædecessore, aut Prædecessoribus nostris tunc suis aliâs prædictæ Patriarchali Ecclesiæ, dum esset Capella Regia, vel insignis Collegiata concessis, quatenus iis, quæ in Literis Apostolicis præfatis tunc desuper conficiendis expressa essent, adversarentur, quorum derogationi quoad prædictum effectum dictus Joannes Rex, ut acceperat, consensum præstiterat, necnon indultis, & Literis Apostolicis illis, eorumque Superioribus, & Personis, ac Locis quibuscumque, etiam speciali, specificâ, expressâ, & individuâ mentione dignis, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibuscumque etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis etiam in genere, vel in specie Motu pari, ac etiam Consistorialiter, aut aliâs quomodolibet etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiam si in eis caveretur expressè, quòd illis per quascumque Literas Apostolicas etiam Motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriis derogatorias in se continentes, illis derogari non posset, neque censeretur eis derogatum: Quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut quæcumque alia exquisita forma ad id servanda fuisset, illorum tenores, & causas etiam quantumvis prægnantes, pias, & privilegiatas pro plenè, & sufficienter, ac de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, insertis, expressis, & specificatis habens, illis aliâs in suo robore permanfuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum eâ vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, ac sufficienter, necnon specialiter, & expressè Motu simili derogavit, cæterisque contrariis quibuscumque. Voluit autem idem Clemens Prædecessor, quod pro tempore promovendi ad Patriarchalem, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias præfatas in expeditione Literarum Apostolicarum super promotione de eorum Personis ad easdem Patriarchalem, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias Apostolicâ auctoritate faciendâ reductionem Taxæ, seu communis, propter dismembrationem quartæ partis

earum fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi per eundem Clementem Prædecessorem, ut præferebatur, factam, nullo modo prætereunda valeant. Voluit etiam, quod gratiæ in præsentatibus elargitæ in Præbendarum, ac Beneficiorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ dotis augmentum nullatenus locum habere valerent, nisi prius aliæ etiam tunc confectæ Literæ super servitio dictæ Patriarchalis Ecclesiæ ab ipsis Dignitatibus, Canonicis, & Beneficiatis executioni demandarentur. Ne autem de dismembratione, separatione, suppressione, extinctione, unione, annexione, applicatione, mandato, concessione, Decreto, derogatione, & voluntate præfatis, pro eo, quod super illis dicti Clementis Prædecessoris, ejus superveniente obitu, Literæ Apostolicæ confectæ non fuerint, valeat, quomodolibet hæsitari, ac pro tempore existentes Dignitates, Canonici, & Beneficiarii dictæ Patriarchalis Ecclesiæ illarum frustentur effectu, Volumus, & similiter Apostolicâ auctoritate decernimus, quod dismembratio, separatio, suppressio, extinctio, unio, annexio, applicatio, mandatum, concessio, Decretum, derogatio, & voluntas Clementis Prædecessoris hujusmodi, perinde à dictâ die Quinto Kalendas Octobris suum sortiantur effectum, ac si super illis ipsius Clementis Prædecessoris Literæ sub ejusdem diei datâ confectæ fuissent, prout superius enarratur; quodque præsentis Literæ ad probandum plenè separationem, suppressionem, applicationem, mandatum, concessionem, statutum, Decretum, derogationem, & voluntatem Clementis Prædecessoris hujusmodi, ubique sufficiant, nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur: Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ voluntatis, & Decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumperit indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo primo: Quinto decimo Kalendas Junii, Pontificatus nostri anno primo.

*Bulla do Papa Clemente XII. em que confirmou a de seu antecessor Innocencio XIII. reduzindo as quartas partes a terças, dos mesmos Arcebispos, e Bispos, &c.*

C L E M E N S E P I S C O P U S

S E R V U S S E R V O R U M D E I.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**Num. 122** **R**eligiosa Christianorum Principum erga Divini servitii decorem  
**An. 1737.** vota Paterno prosequimur affectu, eaque ad debitum, prout  
 Pastoralis nostri muneris sollicitudo, & laudabilis eorundem Principum exigit devotio, perducimus implementum. Quapropter dum Nos providam



providam nostræ considerationis aciem dirigimus ad inclitam, & verè regiam charitatem Charissimi in Christo Filii nostri Joannis hoc nomine Quinti Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris, qui in Regnis suis non solum temporalium, verùm etiam, & præcipuè spiritualium rerum sublime nomen ad Divini servitii gloriam, erigendamque ad beatam Sion Populorum suorum devotionem personare, & in ejus Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali Cœlestis Beatorum Civium Aulæ imaginem exhibente in terris Personas Divinis obsequiis jugiter insistentes pro earum debitâ manutentione, &, prout Patriarchalis Ecclesiæ prædictæ postulat dignitas, novis facultatibus, annuisque redditibus communiri, eisque sic communitis, Cœlestis Aulæ, ac Beatorum Civium prædictorum in Patriarchali Ecclesiâ hujusmodi, sibi, Populisque suis elucescere majestatem piissimis, ac verè Fidelissimo Rege dignis exoptat affectibus; ad desideria sua hujusmodi Apostolicæ liberalitatis nostræ partes favorabiliter interponimus, prout, pensatis desideriorum prædictorum erga Divini servitii decorem meritis, in Domino conspiciamus salubriter expedire. Aliàs siquidem felicitis recordationis Clemens Papa XI. Prædecessor noster, postquam ipse Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem ab eo erectam, & institutam, ob suorum insignia meritorum, copioso privilegiorum, & indultorum, ac aliarum gratiarum Apostolicâ auctoritate concessorum thesauro ditaverat, ut in eâ Divinarum rerum cultus suo quoque par esset decori, ejusdemque Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis fructibus, redditibus, & proventibus Ecclesiasticis, per quos Dignitates, Canonici, & Beneficiati, cæterique dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Ministri se decenter sustentare valerent, suis quoque fulgor elucesceret, & majestas; Motu ejus proprio à prædictâ Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis consistentibus Ecclesiis quartam partem earundem fructuum, reddituum, & proventuum naturalium, industrialium, & civilium summam triginta trium millium centum triginta septem ducatorum auri de Camerâ constituentem dismembravit, & separavit; & ex Cantoratûs, qui ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Thesaurariæ majoris nuncupatæ, qui etiam ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum; ex Scholastiæ respectivè Dignitatum, qui similiter ad centum quinquaginta quatuor, tertiam partem eorum, videlicet quinquaginta unum, ac ex quindecim Canonicatum, & Præbendarum sæcularis, & forsan insignis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Alcaçova Oppidi de Sanctarem Ulixbonensis Orientalis Diœcesis, qui, videlicet quorumlibet eorum, ad centum quinquaginta quatuor, & infimul ad bis mille trecentos decem, tertiam partem uniuscujusque eorum, videlicet quinquaginta unum pro quolibet, & infimul septingentos sexaginta quinque; ac ex Prioratûs, qui ad trecentos octoginta quatuor, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum sexaginta novem; & ex Archipresbyteratûs, qui ad centum quadraginta duos, quartam partem



partem eorum, videlicet tringinta quinque; & ex Thesaurariæ etiam respectivè Dignitatum, qui ad quadringentos, quatuor nonas partes eorum, videlicet centum septuaginta octo; ac ex trium Canonice-  
 tum, & Præbendarum etiam sæcularis, & forsan insignis Collegia-  
 tæ Ecclesiæ Oppidi de Barcellos Bracharensis Diœcesis respectivè fru-  
 ctibus, redditibus, & proventibus, qui, videlicet cujuslibet eorum,  
 ad centum tringinta septem, & insimul quadringentos undecim, quar-  
 tam partem eorum, videlicet tringinta quinque pro quolibet, & insi-  
 mul centum quinque; necnon ex Prioratûs, qui ad quingentos vi-  
 ginti duos, quatuor nonas partes eorum, videlicet ducentos tringinta  
 duos; ex Cantoratûs, qui ad trecentos quadraginta septem, quatuor  
 nonas partes eorum, videlicet centum quinquaginta quatuor; ex Thê-  
 saurariæ, etiam respectivè Dignitatum, qui ad ducentos sexaginta,  
 quatuor nonas partes eorum, videlicet centum sexdecim; ac ex de-  
 cem Canonicatum, & Præbendarum pariter sæcularis, & forsan in-  
 signis Collegiatæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ de Ourem Leiriensis Dioece-  
 sis respectivè fructibus, redditibus, & proventibus, qui, videlicet  
 cujuslibet eorum, ad centum septuaginta tres ducatos auri de Came-  
 ra hujusmodi annuatim respectivè ascendebant, & insimul mille sep-  
 tingentos tringinta ducatos auri similes constituiebant, duas quintas par-  
 tes eorum, videlicet septuaginta pro quolibet, & insimul septingen-  
 tos ducatos auri pares respectivè constituentes, respectivè dismem-  
 bravit, & separavit; ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Obidos Ulixbo-  
 nensis Occidentalis Diœcesis, cujus quadringentorum quinquaginta  
 octo, & Sancti Mametis Loci de Lindoso, cujus ducentorum trigin-  
 ta quatuor, ac Sancti Jacobi Loci de Anha, cujus quadringentorum  
 octodecim, ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Chaves Bracharensis respec-  
 tivè Diœcesis, forsan habitualement tantum, nullatenus verò actualement  
 curam animarum habentes Ecclesias, seu Capellas, aut respectivè in  
 eis, vel, aliis respectivè Locorum Ulixbonensis Occidentalis, & Bra-  
 charensis respectivè Diœcesum hujusmodi etiam respectivè Ecclesiis  
 totidem perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica, Prioratus, seu Ab-  
 batias etiam respectivè nuncupatas, seu nuncupata; ad, vel sub San-  
 ctæ Mariæ, ac Sancti Mametis, & Sancti Jacobi, necnon Sanctæ  
 Mariæ hujusmodi respectivè Altaria, seu respectivè invocationibus,  
 cujus quingentorum quinquaginta trium ducatorum auri similium res-  
 pectivè fructus, redditus, & proventus valorem annum non excede-  
 bant, certo tunc expresso modo vacantes, seu vacantia sub certis mo-  
 do, & formâ tunc expressis suppressit, & extinxit; ac quartam par-  
 tem omnium, & quorumcumque fructuum, reddituum, & proven-  
 tuum tam naturalium, quàm industrialium, & civilium Patriarchalis  
 Ulixbonensis Occidentalis, Archiepiscopali, & Episcopali Ec-  
 clesiarum hujusmodi; necnon alios fructus, redditus, & proventus  
 ex Dignitatum, ac Canonicatum, & Præbendarum Collegiatarum  
 hujusmodi fructibus, ut præfertur, dismembratam, & separatam, ac  
 dismembratos, & separatos; necnon Ecclesiarum, seu Capellarum,  
 aut Beneficiorum, ut præfertur, suppressarum, & extinctarum, seu  
 suppressorum, & extinctorum hujusmodi fructus, redditus, & pro-  
 ventus



ventus Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon duodecim Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis sub certis modo, & formâ similiter tunc expressis Apostolicâ auctoritate præfatâ Motu ejus proprio, & de Apostolicæ potestatis plenitudine applicavit, & assignavit, ac respectivè annexuit, & incorporavit, ac aliàs, prout in ejusdem Clementis Prædecessoris Literis ab ejusdem recordationis Innocentio PP. XIII. similiter Prædecessore nostro, pro eo quòd prædictus Clemens Prædecessor, antequam ipsæ desuper conficerentur, sicut Domino placuit, ab humanis decesserat, in formâ Rationi congruit desuper expeditis, sub datum videlicet apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo primo quintodecimo Kal. Junii Pontificatus sui anno primo, plenius continetur. Cum autem, sicut accepimus, prædicti fructus, ut præfertur, applicati congruenti, ac honorificæ pro tempore existentium Dignitatum, ac Canonicorum, aliorumque Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali inservientium sustentationi, & decori, onerumque eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali incumbentium supportationi impares esse dignoscantur; earundemque Literarum Apostolicarum executio suspensâ extiterit, & adhuc existat de præsentî: Nos igitur, qui Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem præfatam pari, Paternoque prosequamur affectu, probè scientes pia prædicti Joannis Regis erga Divini cultus in prædictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali augmentum, ejusque decorem desideria; & ne diutius ipsa convenientibus suæ dignitati, onerumque ab ipsâ sustinendorum supportationi, ac congruis ei famulantium manutentioni, & honorificentix orbata remaneat subsidiis: Dilectos filios modernos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitates, & Canonicos, ac eorum quemlibet à quibusvis suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & poenis à jure, vel ab homine, quâvis occasione, vel causâ latis, siquibus quomodolibet innodati existant, ad effectum præsentium tantum consequendum harum serie absolventes, & absolutos fore censentes; necnon prædicti Clementis Prædecessoris Literas ab Innocentio Prædecessore prædicto in dictâ formâ expeditas, earumque totum, & integrum tenorem præsentibus pro expressis, ac de verbo ad verbum pro insertis habentes, easque, ac omnia, & singula in eis contenta, nisi quatenus præsentibus adversentur, approbantes, confirmantes, & innovantes, & siqui desuper defectus quomodolibet intervenerint, revalidantes; Motu, simili, non ad alicujus Nobis super hoc oblata petitionis instantiam, sed ex certâ scientiâ, & matura deliberatione nostræ, deque pari Apostolicæ potestatis plenitudine, attento consensu dicti Joannis Regis ad hunc effectum, ut accepimus, jam præstito, à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis existentibus prædictis, ac quarum insimul fructus, redditus, & proventus ad centum triginta duos mille quingentos sexaginta sex ducatos annui præses, ut etiam accepimus, annuatim ascendunt, ex omnibus,

&



& singulis earum respectivè fructibus, redditibus, & proventibus naturalibus, industrialibus, & civilibus, ex censibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, aliisque obventionibus, necnon ex jurisdictione etiam temporali, & ex Cancellariæ, ac luctuosarum proventibus provenientes, cæterisque emolumentis quibuscumque ad Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias prædictas quocumque titulo etiam unionis, donationis, contractus, cujuslibet etiam onerosi, aut legati etiam personalis nuncupati, vel aliâ quâvis causâ, seu jure, nunc, & pro tempore etiam de novo in futurum respectivè spectantibus, loco quartæ partæ earum cujuslibet respectivè fructuum, reddituum, & proventuum à prædicto Clemente Prædecessore ab eis respectivè dismembratæ, ejusdemque Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis applicatæ insimul ad triginta tres mille centum triginta septem ducatos auri de Camera hujusmodi, ut prefertur, ascendentes, tertiam eorundem respectivè fructuum, reddituum, & proventuum naturalium, industrialium, & civilium, ex censibus, laudemiis, contributionibus prædialibus, vulgò *Pitanças*, aliisque obventionibus, necnon ex jurisdictione etiam temporali, & ex Cancellariæ, ac luctuosarum proventibus provenientes, cæterorumque emolumentorum quorumcumque ad Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias prædictas quocumque titulo etiam unionis, donationis, contractus cujuslibet etiam onerosi, aut legati etiam personalis nuncupati, vel aliâ quâvis causâ, seu jure, nunc, & pro tempore, etiam de novo in futurum respectivè spectantium partem insimul ad quadraginta quatuor mille centum octoginta octo ducatos auri hujusmodi annuatim nunc, ut etiam accepimus, ascendentes, & quoad Ecclesias prædictas, quæ Pastoris solatio ad præsens destitutæ existunt, à die datæ earundem præsentium quoad illas verò, quæ suo respectivè Pastore viduatæ non reperiuntur, ex nunc pro tunc, & cum primùm illas, & earum quamlibet eodem Pastoris solatio destitui contigerit; necnon ex Decanatu post Pontificalem maiore, cujus mille ducentorum nonaginta novem; necnon ex Cantoratu, cujus quingentorum nonaginta quatuor; & ex uno de Braga, cujus septingentorum quinquaginta sex; ac ex altero Archidiaconatibus de Vermoim respectivè nuncupatis, cujus ducentorum triginta septem; ac ex Thesaurariatu maiori nuncupato, cujus aliorum septingentorum quadraginta septem; ac ex Scholastiâ respectivè Dignitatibus, cujus octingentorum septuaginta sex, & julii unius; necnon ex uno, & unâ, quem, & quam Antonius Magalhaens, ac quorum quadringentorum quinquaginta novem; necnon ex alio, & aliâ, quem, & quam Simon Barboza, ac quorum quadringentorum nonaginta octo; ac ex alio, & aliâ, quem, & quam Ignatius de Araujo, ac quorum quadringentorum quadraginta septem; ac ex alio, & aliâ, quem, & quam Emmanuel Pereira de Araujo, ac quorum octingentorum triginta unius; ac ex alio, & aliâ, quem, & quam Antonius Ribeiro de Macedo, ac quorum quingentorum quadraginta



trium; ac ex reliquo Canonicatibus, & reliquâ Præbendis Ecclesiæ Bracharensis, quem, & quam Gonzalus Antonius de Sousa, aut aliâs forsan respectivè nominati, &, seu cognominati Clerici, seu Presbyteri dilecti etiam filii, vel eorum, aut alicujus eorum forsan Successores, seu Successor, ad præsens respectivè obtinent, ac quorum quadringentorum octoginta; necnon ex Decanatu etiam post Pontificalem maiore, cujus mille sexcentorum; ac ex Scholastrîâ similiter respectivè Dignitatibus, cujus octingentorum quinquaginta octo; necnon ex undecim Canonicatibus, &, non tamen Doctorali, & Magistrali respectivè nuncupatis, Præbendis Ecclesiæ Elborensis, quorum, & quarum insimul novem mille quadringentorum triginta octo; ac ex quinque Canonicatibus, cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis ejusdem Ecclesiæ Elborensis, etiam ex illo, & illâ, cujus alterâ dimidia fructuum pars Tribunali Sacræ Inquisitionis perpetuò applicata reperitur, ac quorum, & quarum insimul bis mille centum quadraginta quinque; necnon ex Decanatu similiter post Pontificalem maiore, cujus sexcentorum octoginta septem: necnon ex Thesaurariatu maiori nuncupato Ecclesiæ Colimbriensis, cujus octingentorum quinquaginta octo; necnon ex Decanatu, post Pontificalem maiore, cujus noningentorum triginta; ac ex Cantoratu, cujus quingentorum nonaginta quatuor; ac ex uno de Baculo, seu de Valdigem, cujus septingentorum sexaginta quinque; ac ex altero Archidiaconatibus de Coa, respectivè nuncupatis Ecclesiæ Lamacensis, cujus quadringentorum triginta quinque; necnon ex Decanatu etiam post Pontificalem maiore, cujus mille trecentorum triginta duorum; necnon ex Cantoratu, cujus sexcentorum septuaginta duorum; necnon ex Scholastrîâ, cujus sexcentorum septuaginta duorum; necnon ex Archidiaconatu etiam de Baculo, seu de Meinedo nuncupato, cujus octingentorum septuaginta; necnon ex Archipresbyteratu, Ecclesiæ Portugallensis, cujus sexcentorum sexaginta trium; necnon ex Thesaurariatu maiori nuncupato, cujus quingentorum nonaginta unius, & juliorum novem cum dimidio; necnon ex uno da Guarda, cujus ducentorum triginta unius; necnon ex alio de Selorico, cujus ducentorum quinquaginta octo; necnon ex reliquo Archidiaconatibus de Covilhâa respectivè nuncupatis Ecclesiæ Ægitanienensis, nullam, vel modicam tantum residentiam, requirentibus, cujus aliorum ducentorum triginta unius; necnon ex Cantoratu, cujus septingentorum quatuordecim, & juliorum quinque monetæ Romanæ; ac ex Scholastrîâ, cujus quadringentorum viginti novem; necnon ex Archidiaconatu etiam de Baculo nuncupato Ecclesiæ Vifensis Dignitatibus, inibi respectivè, non tamen post Pontificalem maioribus, existentibus, ac quorum, & quarum aliquibus ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, ac Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis prædictis nonnullæ Parochiales Ecclesiæ, &, seu illarum fructus perpetuò unitæ, annexæ, & incorporatæ, &, seu uniti, annexi, & incorporati, respectivè reperiuntur, ac cujus, & prædictorum, & forsan aliorum illis respectivè annexorum ducentorum triginta unius ducatorum auri.



de Camera hujusmodi respectivè fructus, redditus, & proventus secundum communem æstimationem valorem annum, ut similiter accepimus, non excedunt; quique omnes insimul annuam summam triginta trium millium quadringentorum sex ducatorum auri similium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis, ut pariter accepimus, constituunt, totidem singulas Dignitatum, ac Canonicatum, & Præbendarum, necnon Canonicatum cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiorum Canonicatum, & dimidiarum Præbendarum, ac eorum, & earum cujuslibet respectivè fructuum, reddituum, & proventuum præfatorum, etiam ex distributionibus quotidianis, decimis, & aliis quibuscumque proventibus, etiam ratione eis, & eorum cuilibet præfatorum, & aliorum forsan respectivè annexorum, necnon bonis, proprietatibus, juribus, censibus, laudemis, contributionibus, prædialibus, vulgò *Pitanças*, cæterisque proventibus, obventionibus, & emolumentis quibuscumque certis, & incertis in pecuniâ, vel fructibus, aut quibuslibet aliis rebus quomodolibet consistentibus provenientium, & ad Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, illosque, & illas pro tempore obtinentes quocumque titulo etiam unionum, donationum, oblationum, luctuosarum, contractus cujuslibet etiam onerosi, aut legatorum etiam personalium nuncupatorum, seu aliâ quâvis causâ, vel jure, nunc, & pro tempore, &, seu etiam de novo, aut in futurum spectantium, respectivè tertias partes, quæ insimul annuam summam undecim millium centum triginta sex ducatorum auri similium, & juliorum undecim constituunt; necnon ex uno de Oliveira, cujus mille nonaginta quatuor, illorum medietatem, videlicet quingentos quadraginta septem, ac ex altero Archidiaconatibus de Regoa respectivè nuncupatis præfatæ Ecclesiæ Portugallensis inibi respectivè Dignitatibus, non tamen post Pontificalem maioribus, existentibus, quibus pariter, ut etiam accepimus, nonnullæ Parochiales Ecclesiæ, &, seu illarum fructus perpetuò respectivè unitæ, annexæ, & incorporatæ, & seu uniti, annexi, & incorporati reperiuntur, ac cujus bis mille centum nonaginta duorum ducatorum auri partium respectivè fructus, redditus, & proventus secundum æstimationem præfatam valorem annum, ut pariter accepimus, non excedunt, tres ex quatuor eorundem fructuum, reddituum, & proventuum ex eis etiam, ut præfertur, provenientium, & ad eos similiter quocumque titulo, aut quâlibet ex causâ nunc, & in futurum, ut præfertur, spectantium, &, seu unitorum, annexorum, & incorporatorum præfatorum partes, videlicet mille sexcentos quadraginta quatuor ducatos auri pares; ac insuper unius de Barroso, cujus quingentorum duorum; ac alterius Sanctæ Christinæ, cujus mille ducentorum quadraginta sex, & juliorum septem monetæ cum dimidio alterius julii similis; necnon alterius de Fonte-Arcada, cujus mille centum sexaginta quinque, & juliorum duodecim monetæ præfatæ, cum dimidio alterius julii similis; necnon alterius de Labruge, cujus quingentorum quatuordecim, & juliorum quinque monetæ præfatæ; necnon alterius de Neiva, cujus quadringentorum;



gentorum; necnon alterius de Villanova de Cerveira, cujus trecentorum triginta unius, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis in præfatâ Bracharenfi; necnon alterius etiam de Baculo, cujus quadringentorum viginti octo, & juliorum decem monetæ præfatæ; ac alterius da Sexta, in prædictâ Elborensi, cujus quadringentorum quinquaginta septem, & juliorum septem monetæ prædictæ cum dimidio alterius julii paris; ac reliqui Archidiaconatum Sancti Petri de France respectivè nuncupatorum, cujus quingentorum septuaginta unius, & juliorum septem monetæ prædictæ cum dimidio alterius julii similis in prædictâ Vifensi; ac Thesaurarius maioris nuncupati in eâdem Lamacensi respectivè Ecclesiis respectivè Dignitatum, non tamen post Pontificalem maiorem, nullamque, vel modicam tantum residentiam requirentium, quarum aliquibus etiam nonnullæ Parochiales Ecclesiæ, &, seu illarum fructus similiter unitæ, annexæ, & incorporatæ, &, seu uniti, annexi, & incorporati respectivè existunt, ac cujus quingentorum quatuordecim ducatorum auri parium, & juliorum octo monetæ prædictæ respectivè fructus, redditus, & proventus secundum æstimationem prædictam valorem annuum, ut similiter accepimus, non excedunt, omnes, & singulos eorum, ac cujuslibet eorum fructus, redditus, & proventus prædictos, etiam, ut præfertur, ex decimis, & aliis quibuscumque proventibus, etiam ratione prædictorum, & forsan aliorum eis, & eorum cuilibet respectivè annexorum, necnon bonis, proprietatibus, juribus, censibus, laudemis, contributionibus, prædialibus, vulgò *Pitanças*, cæterisque proventibus, obventionibus, & emolumentis quibuscumque certis, & incertis provenientes, ac in pecuniâ, vel fructibus, aut quibuslibet aliis rebus quomodolibet consistentes, & ad ultimò dictas decem Dignitates, ac illas pro tempore obtinentes quocumque titulo, etiam unionum, donationum, oblationum, lucuosarum, contractus cujuslibet etiam onerosi, aut legatorum etiam personalium nuncupatorum, seu aliâ quâvis causâ, vel jure, nunc, & pro tempore, &, seu etiam de novo, aut in futurum spectantes, qui omnes, & singuli, ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè fructus, redditus, & proventus annuam summam sex millium centum triginta unius ducatorum auri similium, & juliorum tredecim monetæ prædictæ, ut pariter accepimus, constituunt, ex nunc, quoad Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas hujusmodi, quæ, & qui actu nunc vacant, quo verò ad illas, & illos, quæ, & qui minimè vacant de præfenti, ex nunc, prout ex tunc, & è contra, ac cum primùm omnes, & singulas Dignitates, ac omnes, & singulos Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas hujusmodi, ac illarum quamlibet, & illorum quemlibet per cessum, etiam ex causâ permutationis etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus, vel decessum, seu privationem, aut dimissionem, vel amissionem quorumcumque illas, & illos, aut illarum, & illorum quamlibet, & quemlibet quo-



modolibet obtinentium, & obtinentis, aut aliàs quovismodo etiam apud Sedem Apostolicam ex quocumque Decreto vacationis, seu cefationis cujuscumque juris Apostolicâ auctoritate in provisionibus de aliis Beneficiis illas, & illos quomodolibet obtinentibus eâdem Apostolicâ auctoritate factis quomodolibet apponendo, seu tunc appposito, etiam in aliquo ex mensibus Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, Sedique Apostolicæ prædictæ per Constitutiones Apostolicas, seu Cancellariæ Apostolicæ regulas editas, vel edendas, vel, aliàs quomodolibet reservatis, seu Ordinariis Collatoribus per eandem Apostolicas Constitutiones, aut Cancellariæ prædictæ regulas, seu literas alternatarum, aut alia privilegia, & indulta concessa, seu jure ordinario, vel aliàs competentia vacare contigerit; etiam si actu nunc, ut præfertur, aut aliàs quovismodo, quem, etiam si ex illo quævis generalis reservatio etiam in corpore juris clausa resultet, præsentibus haberi volumus pro expresso, etiam si, illos, & illas, & illarum quamlibet, ac illorum quemlibet nunc obtinentes, & obtinens Nostri, aut Romani Pontificis pro tempore existents, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis etiam tunc viventis familiares, seu familiaris, continui Commensales, seu continuus Commensalis, aut Romanæ Curiae Officiales, seu Officialis, aut aliàs quamcumque reservationem, seu affectionem, quomodolibet inducentes, seu inducens extiterint, seu extiterit, seu per illas, & illos, aut illarum quamlibet, & illorum quemlibet obtinentium, seu obtinentis, vel quorumvis aliorum de illis, & illarum quâlibet, & illorum quolibet in Romanâ Curia prædictâ, vel extra eam coram Notario publico, & testibus respectivè factas liberas resignationes, aut assequutionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate collati respectivè vacent, seu vacet, etiam si tanto tempore vacaverint, seu vacaverit, quod eorum, seu ejus collatio, juxta Lateranensis Statuta Concilii, ad Sedem Apostolicam prædictam legitime devoluta existat, ipsæque Dignitates, necnon Canonicatus, & Præbendæ, ac Canonicatus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidii Canonicatus, & dimidiæ Præbendæ præfati, ac illarum quælibet, & illorum quilibet dispositioni Apostolicæ specialiter, vel aliàs generaliter reservatæ, & reservati, ac reservata, & reservatus existant, & existat, & super eis, seu earum aliquâ, vel eorum aliquo inter aliquos lis, cujus statum etiam præsentibus haberi volumus pro expresso, pendeat indecisa; dummodo tamen Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis prædictis, illasque, & illos pro tempore respectivè obtinentibus nulla nisi ea, quæ per Vicarios perpetuos exerceri solet, cura immineat animarum, Apostolicâ auctoritate prædictâ perpetuò separamus, dismembramus, & sejungimus: Ac omnes, & singulas omnium, & singulorum respectivè fructuum, reddituum, & proveniuntum à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis prædictis, necnon ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, tertiam,



& dimidiam, ac tres ex quatuor respectivè partes prædictas, necnon omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus ab ultimò dictis decem Dignitatibus, ut præfertur, dismembratas, separatas, & sejunctas, ac respectivè separatos, dismembratos, & sejunctos in viginti quatuor portiones æquales dividi, easque sic divisas in earum respectivè naturalibus, industrialibus, & civilibus fructibus, redditibus, & proventibus præfatis persolvi debere volumus, & statuimus: Eisque sic divisas, & persolvi debitis unam quamque ex portionibus hujusmodi unicuique ex Dignitatibus, ac unicuique ex Canonicis Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis præfatæ; cum hoc tamen quòd Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis pro tempore existens cum consilio, & consensu præfati Joannis Regis super tertiâ parte fructuum, reddituum, & proventuum à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis præfatis à Nobis sic, ut præfertur, dismembratâ, præfatâ unam, super tertiâ verò, ac dimidiâ, ac tribus ex quatuor respectivè partibus à Dignitatum, & Canonicatum, & Præbendarum, necnon Canonicatum cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiorum Canonicatum, & dimidiarum Præbendarum, necnon ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè fructibus, redditibus, & proventibus præfatis à Nobis per præsentem, ut præfertur, dismembratis, præfatis, ac Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à Nobis ut infra applicandis, alteram eorundem respectivè fructuum, reddituum, & proventuum quotas Joanni Regi, ac Patriarchæ præfatis benevissas, dummodo tamen primò dicta, videlicet à Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis præfatis quartam, secundò dicta verò quotæ hujusmodi, ut infra statuendæ, tres quartas, à Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, præfatis à Nobis per præsentem, ut præfertur, dismembratorum, separatorum, & sejunctorum respectivè fructuum, reddituum, & proventuum præfatorum respectivè partes respectivè non excedant, in ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis fabricæ utilitatem, & indigentias, necnon Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali nunc, & pro tempore inservientium sustentationem convertendas, & à singulis Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis singulis annis perpetuò persolvendas, infra tempus Joanni Regi, ac Patriarchæ præfatis benevissum, statuere possit, & valeat; ita quòd liceat nunc, & pro tempore existentibus ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitatibus, & Canonicis, & eorum cuilibet per se, vel Procuratores, Actores, Exactores, vel Æconomos suos eorum respectivè nomine corporalem, actualem, & civilem omnia, & singulorum fructuum, reddituum, & proventuum à nobis per præsentem, ut præfertur, dismembratorum, separatorum, & sejunctorum, quoad Ecclesiarum, videlicet Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, ac Canonicatum cum dimidiâ Præbendâ,  
seu

seu dimidiorum Canonicatum, & dimidiarum Præbendarum, quæ, & qui nunc vacant, videlicet à die datæ præsentium; quò verò ad illarum, & illorum, quæ, & qui minimè vacant de præfenti, respectivè fructus, redditus, & proventus, ut præfertur, dismembratos, sejunctos, & separatos, & ut infra applicandos prædictos à die illarum, & illorum respectivè eventuræ vacationis respectivè apprehendendam possessionem propria auctoritate liberè apprehendere, & apprehensam perpetuò retinere, ipsosque fructus, redditus, & proventus per se, vel alium, seu alios in propriâ specie, & non alias, & si species inseparabilis, & individua sit, in quotâ parte iusti valoris percipere, administrare, exigere, & levare, ac tam ex horreis communibus, quàm ex aliis quibuscumque locis, ubicumque servati existant, extrahere, eosque liberè locare, & in electione Exactorum dictorum fructuum, reddituum, & proventuum, *Priores* nuncupatorum, aliorumque similium Officialium vocem per ipsos Conductores, seu eorundem Dignitatum, & Canonicorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Procuratores, vel Æconomos habere, necnon ab eisdem Æconomis, seu Administratoribus reddituum Cathedralium Ecclesiarum, & Dignitatum, ac Canonicatum, & Præbendarum, necnon Canonicatum cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiorum Canonicatum, & dimidiarum Præbendarum præfactorum, reliquisque Officialibus quibuscumque, ac Exactoribus illarum, seu illorum, vel etiam ab ipsis Episcopis, Dignitatibus, & Canonicis, quatenus opus sit, juramentum super verâ quantitate quorumcumque respectivè reddituum præfactorum exquirere, ac eos ad præfatum juramentum præstandum compellere, ceterosque dictæ administrationis actus exercere, dictosque omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus ex Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, & Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis, necnon Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis, ac Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidis Præbendis, præfatis à Nobis per præfentes, ut præfertur, dismembratos, separatos, & sejunctos, ac ut infra applicandos ab omni decimâ, quartâ, mediâ, & quâvis aliâ fructuum parte, subsidio etiam charitativo, & excusato, & quocumque alio tam ordinario, quàm extraordinario onere, cogitabili, vel inexcogitabili, etiam reali, perpetuo, vel ad tempus, quomodolibet nuncupato, etiam pro Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum præfatarum, vel illis, aut unicuique ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, annexarum cum curâ, & sine curâ Ecclesiarum, Capellarum, sive Altarium respectivè Fabricâ, & quâvis etiam dictâ Apostolicâ, vel Ordinariâ respectivè auctoritate, & Regiâ potestate, ac ex quâcumque etiam urgente, urgentissimâ, & de necessitate exprimendâ causâ, etiam pro Seminario puerorum Ecclesiastico, classis Triremium reparatione, & Fabricâ Basilicæ Principis Apostolorum, de Urbe, Cruciatâ Sanctâ, & expeditione contra Turcas, ac alios Orthodoxæ Fidei hostes, etiam ad Imperatoris, Regum,



gum, Reginarum, etiam Portugalliæ, & Algarbiorum Regnorum præfatorum, necnon Ducum, Rerum publicarum, & aliorum quorumcumque Principum instantiam, intuitum, & contemplationem, ac pro eorum, & Sedis Apostolicæ præfatæ necessitatibus, aut aliàs Canonica, vel de facto impositis, vel pro tempore quomodolibet imponendis, vel eisdem Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis, aut Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbenda, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, præfatis, ex fundatione, institutione, vel statuto, sive consuetudine, etiam ratione mulctarum, vel cujuslibet alterius poenæ, diminutionis, amissionis, seu oneris, sive quocumque alio nomine, aut alio quolibet modo, & causâ nunc, & pro tempore respectivè inhærentibus, aut quæ, seu qui ex dictis, vel aliis hîc non expressis, aut futuris, & non prævisis causis in diminutionem fructuum, reddituum, & proventuum redundare possint, ac etiam quâcumque pensione super eisdem fructibus, redditibus, & proventibus Apostolicâ auctoritate præfatâ etiam perpetuò, etiam in favorem Tribunalis Sacræ Inquisitionis contra hæreticam pravitatem, vel cujuslibet alterius pii Loci, vel aliàs quomodolibet in futurum reservanda, quæ omnia Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis, Archiepiscopi, & Episcopi, necnon Dignitates, & Canonici præfati nunc, & pro tempore existentesolvere teneantur; etiamsi in impositionibus hujusmodi caveatur expresse, quod Pensionarii, seu Reservatarii partis fructuum Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum præfatarum, ac Dignitatum, & Canonicatum, & Præbendarum, necnon Canonicatum cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiorum Canonicatum, & dimidiarum Præbendarum præfatorum pro ratâ pensionum, reservationum, & applicationum suarum quantumvis exemptarum, contribuere teneantur, ac aliàs in omnibus, & per omnia, & omnino quoad omnia liberos, immunes, & exemptos prout per easdem præsentis eximimus, & liberamus, ac exemptos, & liberatos esse volumus, sub conditionibus infra positis, exigere, levare, & in communes usus, & utilitatem præfatæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ut præfertur, ejusque Dignitatum, ac Canonicorum, cæterorumque Ministrorum ei in Divinis inservientium indigentias, ac sumptus respectivè, modo, & formâ præfatis convertere, Diocesani Loci, vel cujusvis alterius licentiâ desuper minimè requisitâ. Cum hoc tamen, quod sex Dignitates, & octodecim Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Patriarchalis, Occidentalis, eveniente singulâ ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè pro tempore vacatione, singulis singulas ultimò dictas decem Dignitates hujusmodi pro tempore respectivè obtinentibus, vel earum respectivè Mensæ Capitulari centum septuaginta unum ducatos auri pares, & julios septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis, summam trecentorum millium regalium monetæ Portugalliæ constituentes, singulis annis persolvere debeant, & teneantur; quòdque omnia, & quæcumque onera, obligationes, expensæ, & amioffines,

amissiones, quæ ultimò dictis decem Dignitatibus, easque, & earum singulas nunc respectivè obtinentibus respectivè incumbunt, illa videlicet, & illæ, quæ personalia, & personales, ab iis, qui easdem ultimò dictas decem Dignitates pro tempore obtinebunt, alia verò, & aliæ, quæ realia, & reales esse dignoscuntur, ab ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Capitulo, ac Dignitatibus, & Canonicis præfatis, ex nunc, quoad illas ex præfatis decem Dignitatibus ultimò dictis, quæ ad præsens vacant; quò verò ad illas, quæ minimè vacant de præsentì, ex tunc, & cum primùm illas, & illarum quamlibet quomodolibet, ut præfertur, vacare contigerit, respectivè supportentur, & supportari debeant, Apostolicâ auctoritate, Motuque pari, etiam perpetuò applicamus, & appropriamus: Porro attendentes, quòd super nonnullarum ex Dignitatibus, & nonnullorum ex Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis respectivè fructibus, redditibus, & proventibus præfatis, quarum, & quorum eorundem respectivè fructuum, reddituum, & proventuum respectivè tertiâ, dimidiâ, ac tres ex quatuor respectivè partes per præsentès à Nobis, ut præfertur, dismembratæ, & applicatæ existunt, nonnullæ pensiones annuæ, & forsan earum aliqua perpetuò Apostolicâ auctoritate præfatâ reservatæ reperiuntur: Nos, ut earum oneri consulamus, per easdem præsentès decernimus, & statuimus, quòd si pensionis hujusmodi perpetuò reservatæ reperiantur, earum integra solutio, ejusdemque solutionis onus ad Dignitates, & Canonicatus, & Præbendas, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, hujusmodi, super quorum fructibus, redditibus, & proventibus reservatæ reperiuntur, pro tempore obtinentes, omnino spectet, & pertineat; Pensionum verò, quæ dumtaxat ad alicujus vitam reservatæ reperiuntur, solutio etiam ex tertiâ, ac dimidiâ, ac tribus ex quatuor fructuum, reddituum, & proventuum, ut præfertur, applicatorum prædictorum respectivè partibus præfatis, & pro ratâ respectivè partium hujusmodi, donec pensiones ad alicujus vitam reservatæ hujusmodi duraverint, faciendâ sit. Ne autem ob dismembrationem, & separationem, ac applicationem, & appropriationem à Nobis per præsentès, ut præfertur, factas hujusmodi ulla dubitationis oriatur occasio super expensis in expeditione Literarum Apostolicarum ab eis, qui pro tempore ad Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias prædictas pro tempore promovendi erunt, necnon ab eis, qui de Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, prædictis, ex quarum, & quorum respectivè fructibus, præfatis tertia fructuum, ut præfertur, applicatorum pars à Nobis per præsentès, ut præfertur, dismembrata, & Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, etiam ut præfertur, applicata extitit, pro tempore providendi erunt, respectivè faciendis, quòd ad Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales,



pales; & Episcopales Ecclesias prædictas pro tempore promoti, seu ad illas nominati, vel electi, necnon de Dignitatibus, ac Canonici-  
catibus, & Præbendis, necnon Canonicatibus cum dimidiâ Præben-  
da, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, ex quorum  
fructibus, redditibus, & proventibus, tertia fructuum, reddituum,  
& proventuum, ut præfertur, applicatorum hujusmodi pars à Nobis  
per præsentem, ut præfertur, dismembrata, & Dignitatibus, ac Ca-  
nonicatus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis  
Occidentalis, etiam ut præfertur, applicata extitit, per obitum, aut  
resignationem, vel liberam dimissionem, sive renuntiationem, aut  
per viam deputationis in Coadjutorem perpetuum super illarum, & il-  
lorum respectivè regimine, & administratione cum futurâ in illis res-  
pectivè successione, aut aliâs quomodolibet provisi, omnes, & quas-  
cumque expensas necessarias, & opportunas in expeditione Literarum  
Apostolicarum desuper expediendarum integraliter, ut prius, & pro-  
ut ante dismembrationem, separationem, sejunctionem, necnon ap-  
plicationem, & appropriationem à Nobis per præsentem, ut præfer-  
tur, factas hujusmodi, facere debuissent, absque ullâ diminutione,  
& absque eo quòd ob dismembrationem, separationem, sejunctionem,  
necnon applicationem, & appropriationem à Nobis per præsentem,  
ut præfertur, respectivè factas hujusmodi, aliquid unquam à Patri-  
archali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali, ejusque Dignitatibus, & Ca-  
nonicis prætendere possint, & valeant facere, aliaque omnia, & sin-  
gula jura Dataria, & Cancellaria, & Camaræ nostræ Apostolicis de-  
bita, quò verò ad unum, & alterum Archidiaconatus ejusdem Eccle-  
siæ Portugallensis, ex quorum fructibus, redditibus, & proventibus  
dimidia, ac tres ex quatuor eorundem fructuum respectivè partes hu-  
jusmodi, necnon quoad ultimò dictas decem Dignitates, quorum om-  
nes, & singulos fructus, redditus, & proventus præfati à Nobis per  
præsentem, ut præfertur, dismembratæ, sejunctæ, & separatæ, ac dis-  
membrati, sejuncti, & separati, necnon Dignitatibus, ac Canonica-  
tibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occi-  
dentalis etiam, ut præfertur, applicatæ, & appropriatæ, ac respecti-  
vè applicati, & appropriati, extiterunt, quòd de uno, & altero  
præfata Ecclesiæ Portugallensis Archidiaconatibus hujusmodi, necnon  
de ultimò dictis decem Dignitatibus, etiam ut præfertur, pro tem-  
pore providendi in expeditione Literarum Apostolicarum desuper  
conficiendarum Dataria, & Cancellaria, & Cameræ præfatarum jura,  
& expensas hujusmodi, non nisi ad rationem partis fructuum, reddi-  
tuum, & proventuum uni, & alteri præfata Ecclesiæ Portugallensis  
Archidiaconatibus hujusmodi remanentis, & ad rationem portionis  
ultimò dictis decem Dignitatibus, & earum singulis à Capitulo, nec-  
non Dignitatibus, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonen-  
sis Occidentalis, ut præfertur, persolvendæ, & non aliâs persolvere  
respectivè debeant, & teneantur; quòdque omnes, & quicumque fru-  
ctus, redditus, & proventus præfati à Nobis per præsentem, ut præ-  
fertur; dismembrati, sejuncti, & separati, & Dignitatibus, ac Cano-  
nicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occi-

cidentalis applicati, & appropriati pro æquali ratâ inter fructus certos, five grossos ad unamquamque, & unumquemque ex dictis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis spectantes annumerentur, ita quod sic annumerati, si super dictis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, illarumque, & illorum provisionibus Literas Apostolicas expediri contingat, ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, Dignitatis post Pontificalem maioris, videlicet fructus, redditus; & proventus certi, qui aliàs juxta Taxam in præfatis ejusdem Clementis Prædecessoris ab Innocentio etiam Prædecessore nostro præfato desuper in formâ præfatâ expeditis Literis constitutam summam mille quingentorum quinquaginta trium, computatis verò distributionibus quotidiannis mille septingentorum septuaginta septem non excedebant, deinceps bis mille septingentorum quinquaginta trium, computatis verò distributionibus præfatis bis mille noningentorum septuaginta octo; cujuslibet verò ex aliis quinque Dignitatibus, & octodecim Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, respectivè fructus certi, qui juxta eandem taxam etiam summam mille quingentorum viginti octo, computatis verò distributionibus quotidiannis mille septingentorum octo ducatorum auri parium similiter non excedebant, deinceps bis mille septingentorum viginti octo, computatis verò distributionibus præfatis bis mille noningentorum octo ducatorum auri similium eorum respectivè valorem annum non excedere respectivè exprimantur, & exprimi debeant eadem auctoritate decernimus, & statuimus: Quò verò ad fructuum, reddituum, & proventuum prædictorum dispositionem, & usum, tam in divisione reddituum, quàm in vacatione Dignitatum, ac Canonicatum, & Præbendarum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis faciendam, five faciendum, idem servetur ordo, qui à dicto Clemente Prædecessore in prædictis Literis in dictâ formâ expeditis præscriptus fuit. Ac denum Patriarchæ Ulixbonensi Occidentali pro tempore existenti præfato ad augendum in dictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali Divini servitii cultum, ut ipse cum paribus consilio, & consensu ejusdem Joannis Regis novum aliquod Beneficium Ecclesiasticum, seu aliqua nova Beneficia Ecclesiastica, seu novum Canonicatum, & novam Præbendam, seu **novos** Canonicatus, & novas Præbendas pro Clerico, seu Clericis, aut Presbytero, seu Presbyteris idoneo, seu idoneis, novo futuro Beneficiato, seu novis futuris in dictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali Beneficiatis, seu novo futuro Canonico, aut novis futuris dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Canonicis à prædicto Joanne Rege, ut infra respectivè præsentando, seu præsentandis, qui omnibus, & singulis privilegiis, indultis, gratiis, exemptionibus, libertatibus, immunitatibus, & facultatibus, quibus alii dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Canonici, & Beneficiati respectivè utuntur, fruuntur, potentiuntur, & gaudent, respectivè etiam uti, frui, potiri, & gaudere possint, & valeant,



ex redditibus ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis utilitatem, illiusque Ministrorum sustentationem tam à prædicto Clemente Prædecessore per supra relatas Literas in dictâ formâ expeditas, quàm per præsentis à Nobis, ut præfertur, assignatis, & applicatis, ex illis videlicet, quos congruis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis fabricæ præfatæ manutentioni, & Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali interservientium sustentationi præfatis superesse contigerit, perpetuò erigere, & instituere, eisque sic erectis, & institutis pro illorum respectivè dote, ac illa, & illos pro tempore respectivè obtinentium congruâ sustentatione, redditus in usum fabricæ, aliarumque dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis indigentiarum, ac Ministrorum eidem Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali interservientium sustentationem, ut præfertur, applicatos, & appropriatos præfatos, illos videlicet, qui, ut præfertur, superfuerint, perpetuò applicare, & appropriare, necnon Beneficio, seu Beneficiis, aut Canonicatui, & Præbendæ, seu Canonicatibus, & Præbendis ab eo, ut præfertur, erigendo, seu erigendis, in actu ejus, seu eorum erectionis hujusmodi, onera servitii in dictâ Patriarchali Ecclesia Ulixbonensi Occidentali, vel extra illam ab eo, seu ab eis præstandi præscribere, & imponere, necnon privilegia, indulta, gratias, exemptiones, libertates, immunitates, facultatesque præfata, ac præfatas etiam illa, vel illas, quæ de jure Canonicatibus, & Præbendis, necnon Beneficiis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis competere, & inesse dignoscuntur, ei, vel eis similiter in actu erectionis præfatæ limitare liberè, & licitè possit, & valeat, eadem Apostolicâ auctoritate similiter perpetuò concedimus, & indulgemus. Insuper eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Juspatronatus, & præsentandi, ac nominandi ad Beneficium, seu Beneficia, aut ad Canonicatum, & Præbendam, seu Canonicatus, & Præbendas sic, ut præfertur, ab eodem Patriarchâ Ulixbonensi Occidentali pro tempore existente præfato erigendum, seu erigenda, vel erigendos, & erigendas hujusmodi personam idoneam, seu personas idoneas tam eâ primâ vice à primavâ ejus, aut eorum respectivè erectione, & institutione præfatis vacans, seu vacantia, aut vacantes, quàm etiam de cætero, dum illud, seu illa, aut illos quibuscumque modis, & ex quorumcumque personis etiam nostris, aut Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis etiam tunc viventibus Familiaribus, continuis Commensalibus, seu Romanæ Curie Officialibus, aut alias quomodolibet reservationem, & affectuionem quamcumque Apostolicam inducentibus, seu per liberas etiam ex causâ permutationis resignationem, seu resignationes de illo, vel illis in Romanâ Curia prædictâ etiam in manibus nostris, seu Romani Pontificis pro tempore existentis, vel extra eam quomodolibet factam, seu factas, aut admissam, vel admissas, aut affectuionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate collati, seu illud, vel illa, aut illos, & illas pro tempore obtinentium decessum, vel quamvis aliam dimissionem,

amissionem, privationem, Religionis ingressum, matrimonii contractum, aut alias quomodocumque, & qualitercumque, simul, vel successivè, etiam apud Sedem Apostolicam vacare contigerit, in illo, seu illis per Ordinarium Loci ad præsentationem dicti Joannis, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis instituendam, seu instituendas, Motu simili pariter perpetuò reservamus, concedimus, & assignamus: Necnon Juspatronatus, & præsentandi, ac nominandi hujusmodi verè Regium existere, eidemque Joanni, ac Portugalliæ, & Algarbiorum Regi pro tempore existenti præfato non ex privilegio, sed ex verâ primævâ, reali, actuali, plenâ, integrâ, & omnimoda fundatione, & perpetuâ dotatione competere, & ad Joannem, & pro tempore existentem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem prædictum pertinere, illudque vim, effectum, naturam, substantiam, essentiam, qualitatem, validitatem, & roboris firmitatem Jurispatronatus Regii hujusmodi obtinere, ac uti tale sub quacumque derogatione etiam cum quibusvis prægnantissimis, & efficacissimis clausulis, & Decretis, etiam cum clausula, *quorum tenores*, &c. in quâcumque dispositione, etiam per viam Constitutionis, legis, regulæ Cancellariæ nostræ, aut alias quomodocumque factâ, nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, sub quocumque prætextu, & ex quacumque causâ quantumvis urgenti, urgentissimâ, & legitimâ per Nos, seu quoscumque alios Romanos Pontifices successores nostros pro tempore existentes, vel Sedem eandem, aut illius Legatos etiam de Latere, etiam Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus, seu cujusvis intuitu, & contemplatione per quasumque Literas Apostolicas etiam in formâ Brevis, quasvis etiam derogatorias derogatorias, ac fortiores, & insolitas clausulas, necnon irritantia, & alia Decreta quæcumque in se continentes, derogari, aut derogatum censerî posse, neque debere, & in contrarium factas derogationes, necnon quasumque collationes, provisiones, institutiones, vel alias dispositiones de Beneficio, seu Beneficiis, aut Canonicatu, & Præbendâ, seu Canonicatibus, & Præbendis à Patriarchâ Ulixbonensi Occidentali pro tempore existente præfato sic, ut præfertur, erigendo, seu erigendis, & tunc erecto, seu erectis pro tempore quoquomodo respectivè vacaturo, seu vacaturis, absque præfati Joannis, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis consensu, seu præsentatione, aut nominatione respectivè factas, processusque desuper habendos, & inde, tunc secuta, & sequenda quæcumque nulla, & invalida, nulliusque roboris, vel momenti fore, & esse, ac pro nullis, & infectis habenda, nec jus, vel coloratum titulum possidendi cuiquam per illa tribui, vel à quocumque acquiri posse, decernimus. Et attento, quòd præfatus Clemens Prædecessor in dictis ab Innocentio Prædecessore nostro præfato desuper in dictâ formâ expeditis Literis inter alia voluit, quòd applicatio, & appropriatio, aliæque per easdem dicti Clementis Prædecessoris in præfatâ formâ expeditas Literas in dictæ Ulixbonensis Occidentalis Patriarchalis Ecclesiæ Præbendarum, & Beneficiorum respectivè dotis augmentum concessa, & elargita locum minimè habere valerent,



valerent, nisi prius aliæ ejusdem Clementis Prædecessoris Literæ super servitio à Dignitatibus, ac Canonicis, & Beneficiatis dictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali præstando tunc emanatæ earum debitæ executioni demandarentur: Secundò dictæ verò ejusdem Clementis Prædecessoris Literæ ex certis rationabilibus, & nobis notis causis earum executioni hujusmodi demandari hucusque nequiverint: Nos ad evellendam omnem dubietatis, & controversiæ occasionem primò dictarum Clementis Prædecessoris præfati Literarum debitæ intimationis, illarumque tempore habili executionis, & quemlibet alium defectum sanantes, easque ad quoscumque effectus extrinsecos, quatenus opus sit, reintegrantes, & plenariè, ac plenissimè revalidantes, Dignitatibus, necnon Capitulo, & Canonicis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, ut ipsi primò dictarum Literarum effectû, omnibusque, & singulis gratiis, & indultis eis in primò dictis ejusdem Clementis Prædecessoris in præfatâ formâ expeditis Literis concessis, & elargitis gaudeant, utantur, & fruantur, perinde ac si præfata dicti Clementis Prædecessoris voluntas in primò dictis Literis nullatenus apposita fuisset; utque Dignitates, Capitulum, & Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis ex Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis, ac Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum respectivè Ecclesiarum, necnon Prioratibus, seu Abbatiiis in primò dictis præfati Clementis Prædecessoris nostri in præfatâ formâ expeditis Literis designatis, quæ, & qui vacantes reperiantur, quantum legitimè oporteat ad complementum summæ ex primò dictarum dicti Clementis Prædecessoris Literarum tenore in Dignitatum, Canonicorum, & Beneficiatorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis utilitatem applicatæ, & appropriatæ à die datæ primò dictarum dicti Clementis Prædecessoris Literarum videlicet Quinto Kalendas Octobris anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo, quoad illas, & illos, quæ, & qui deinde vacaverunt, vel deinceps vacaturi, vel vacaturæ fuerint, ab illorum, seu illarum respectivè vacationis respectivè die respectivè computandæ; cum hoc tamen quòd omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus prædictos per dictum Clementem Prædecessorem, & per Nos per præsentis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Dignitatibus, & Canonicis prædictis, ut præfertur, applicatos, & appropriatos, Dignitates, ac Capitulum, & Canonici dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis loco depositi, donec nova servitii in eadem Ecclesiâ Patriarchali Ulixbonensi Occidentali ab eis præstandi forma cum opportunis insuper ordinationibus à Nobis, aut Romanis Pontificibus successoribus Nostriis prescribatur, illaque debitæ executioni demandetur, & hujusmodi depositi distribuendi ratio insimul statuatur, integros, & intactos, deductis dumtaxat necessariis dispensis asservare debeant, & asservari faciant, percipere, exigere, & levare, & ad effectum perceptionis, & exactionis hujusmodi plenissime assequendum omnibus, & singulis privilegiis, indultis, facultatibus, immunitatibus, exemptionibus, aliisque gratiis,

tam

tam in primò dictis ejusdem Clementis Prædecessoris Literis, quàm in eisdem præsentibus quomodolibet respectivè concessis, & impartitis, perinde ac si insimul, non autem separatim, concessa, & impartita fuissent, eaque tam in primò dictis Clementis Prædecessoris hujusmodi, quàm in eisdem præsentibus respectivè Literis totaliter inserta, ac specialiter expressa fuissent, æque, ac pariformiter uti, frui, & gaudere liberè, & licitè possint, & valeant, dictâ Apostolicâ auctoritate, Motuque pari, earundem tenore præsentium concedimus, & indulgemus. Ut autem tam præsentis Nostræ, quàm primò dictæ ejusdem Clementis Prædecessoris in formâ prædictâ expeditæ respectivè Literæ, omniaque, & singula in eis respectivè contenta, quæ unum, eundemque dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis decorem, illiusque Capituli, ac Dignitatum, & Canonicorum favorem respiciunt, debitæ, paratæque executioni, omnimodaque demandentur observantiæ, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus dilectis etiam Filiis nostro, & Sedis Apostolicæ Nuncio in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis nunc, & pro tempore commoranti, necnon duobus dignioribus, & antiquioribus Ministris, non tamen Regularibus, Tribunalis Inquisitionis Regnorum prædictorum nunc & pro tempore existentibus in locum dilectorum pariter Filiorum Inquisitoris Generalis, ac Auditoris, seu Judicis Ecclesiastici Patronatus Regii, quibus unâ cum Nuncio prædicto à dicto Clemente Prædecessore primò dictarum Literarum in prædictâ formâ expeditarum executio demandata, & commissâ fuit, per præsentis committimus, & mandamus: Quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios, etiam quâvis difficultate occurrente, & à prædicto Clemente Prædecessore, ac à Nobis non prævisâ, quæ effectum tam primò dictarum ejusdem Clementis Prædecessoris in dictâ formâ expeditarum, quàm nostrarum præsentium respectivè Literarum minimè retardare valeat, easdem primò dictas præfati Clementis Prædecessoris, ac præsentis nostras respectivè Literas, tum quoad quartarum partium prædictorum fructuum, reddituum, & proventuum naturalium, industrialium, & civilium Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium, necnon quotarum partium fructuum, reddituum, & proventuum ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum respectivè Ecclesiarum præfatarum, quàm quoad tertiarum partium prædictorum fructuum, reddituum, & proventuum naturalium industrialium, & civilium earundem Patriarchalis, Archiepiscopalium, & Episcopalium Ecclesiarum, necnon quotarum partium fructuum, reddituum, & proventuum à Dignitatibus, necnon Canonicatibus, & Præbendis, ac Canonicatibus cum dimidiâ Præbendâ, seu dimidiis Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, necnon omnium, & singulorum fructuum, reddituum, & proventuum ultimò dictarum decem Dignitatum, respectivè dismembrationes, & applicationes, aliaque omnia, & singula à prædicto Clemente Prædecessore per primò dictas in formâ præfâtâ expeditas Literas, & à Nobis per præsentis respectivè concessa, & expressa debitæ executioni demandari faciant, ac ubi, & quando opus fuerit, ac quoties pro parte,



parte, & ad instantiam pro tempore existentium Capituli, Dignitatum, & Canonorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis conjunctim, vel divisim fuerint requisiti solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis præsidio assistentes, faciant Apostolicâ auctoritate omnia, & singula præmissa, necnon in primò dictis Clementis Prædecessoris prædicti in dictâ formâ expeditis Literis contenta, & expressa quæcumque, quatenus eisdem præsentibus non adversentur, suum debitum sortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuscumque Personis firmiter, & inviolabiliter observari, & adimpleri; non permittentes modernos, & pro tempore existentes Capitulum, Dignitates, & Canonicos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis à quoquam super omnibus, & singulis eis à prædicto Clemente Prædecessore per primò dictas Literas in dictâ formâ expeditas, & à Nobis per præsentibus respectivè concessis quomodolibet molestari, perturbari, aut inquietari: Contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postposita compescendo, invocato, etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii sæcularis; & insuper Judicibus prædictis, & eorum cuilibet, quoscumque omnium, & singulorum præmissorum, necnon à Clemente Prædecessore prædicto per primò dictas in formâ præfatâ expeditas Literas concessorum effectum impediētes, seu pro tempore existentes Capitulum, Dignitates, & Canonicos prædictos super eisdem præmissis, necnon ab eodem Clemente Prædecessore, ut præfertur, concessis molestantes, perturbantes, eisque quovis modo contradicentes etiam per edictum publicum, confito summarie de non tuto accessu, citandi, illisque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per edictum quoad Patriarcham, Archiepiscopos, & Episcopos sub interdicti ingressus Ecclesiæ, quò verò ad alios inferiores sub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & officiorum sæcularium, & Ecclesiasticorum eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis inhibendi, ac eos, quos censuras, & pœnas prædictas incurrisse constituerit, eas incurrisse servatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac censuras, & pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi, reaggravandi, & interdicendi plenam, & liberam Motu pari dictâ auctoritate concedimus facultatem. Denique pro faciliiori tam earundem dicti Clementis Prædecessoris in prædictâ formâ expeditarum, quam nostrarum præsentium respectivè Literarum executione, & effectū, Motu, scientiâ, & potestate plenitudine paribus decernimus, & declaramus, quod in eventum, in quem pro tempore existentes Patriarcha, Archiepiscopi, & Episcopi, necnon Dignitates, & Canonici, aut quicumque alii Dignitatum, Canonorum, & Beneficiorum dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis ratione applicationum præfatarum Debitores, si solutionem ab eis debito tempore faciendam quæcumque de causâ etiam legitimâ protrahere, seu indubium revocare vellent, id nullatenus facere possint, nec super hoc in judicio, vel extra audiri valeant, nisi prius facto deposito juxta sty-



lum Regni Portugalliae illius quantitatis, quae ab eis controverti vellet, quoddamque in exactionibus faciendis ab hujusmodi Debitoribus procedi debeat via executiva, ut in debitis Regalibus, ac summarie, & sine strepitu, & figurae judicii, ac sola facti veritate inspecta. Volumus ulterius, & eadem auctoritate decernimus, quod Executores praefati pro tempore existentes simul, vel separatim in causis concernentibus liquidationem, exactionem, & solutionem quarum, & tertiarum aliarumque quarum partium dismembratarum, & respectively applicatarum praefatarum semper sint Judices privati, & jurisdictione sua uti valeant contra quascumque personas, & tam Archiepiscopali, & Episcopali, quam alia quacumque dignitate praeditas, etiam si personae hujusmodi gaudeant privilegiis, aut indultis, ut in earum causis conveniri nequeant, nisi in eorum foro, & coram certo eorum Judice, quae privilegia, quoad causas liquidationis, exactionis, & solutionis hujusmodi locum habere non debere declaramus; imò ea ad hunc effectum revocamus, & quatenus opus sit, privilegiis, & indultis hujusmodi quavis etiam Apostolica auctoritate eis forsitan concessis specialiter, & expresse derogamus; ita ut super causis praefatis in nullo alio Tribunali, praeterquam coram Judicibus praedictis pro tempore existentibus litigari possit. Praesentes quoque semper, & perpetuo validas, & efficaces esse, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore, ex quocumque capite, vel ex qualibet causa quantumvis legitimam, & juridicam, pia privilegiatam, ac speciali nota dignam, etiam ex eo quod Dignitates, Canonici, ac Beneficiati dictae Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac pro tempore existentes Patriarcha Ulixbonensis Occidentalis, Archiepiscopi, & Episcopi Portugalliae, & Algarbiorum Regnorum, necnon Dignitates, ac Canonicatus, & Praebendas, necnon Canonicatus cum dimidia Praebenda, seu dimidios Canonicatus, & dimidias Praebendas, praefatos nunc, & pro tempore obtinentes, seu quicumque alii, cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & praerogativae sint, in praemissis, & circa ea quomodolibet, & ex quavis causa, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut quomodolibet habere praetendentes illis non consenserint, aut ad illa vocati, & auditi non fuerint, & causae propter quas eadem emanaverint, adductae, verificatae, & justificatae non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis nostrae, aut jus, vel interesse habentium consensus, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuum mentionem, ac expressionem requirente defectu, sive etiam ex eo quod in praemissis, eorumque aliquo solemnitates, & quaevis alia servanda, & adimplenda servata, & adimpleta non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliqua resultante, seu etiam enormis, enormissimae, totalisque lésionis, aut quocumque alio colore, praetextu, ratione, etiam in corpore juris clausa, occasione, aliave causa, etiam quantumvis justa, rationabili, legitimam, juridicam, piam, privilegiatam, etiam tali, quae ad effectum



effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quòd de voluntate nostra hujusmodi, & aliis superius expressis nullibi appareret, seu alias probari posset, notari, impugnari, invalidari; retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperiitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu, & potestatis plenitudine similibus concessio, aut impetrato, vel emanato, uti, seu se juvare in judicio, vel extra, posse, neque easdem præsentibus sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam, etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, etiam Consistorialiter, & quibusvis de causis, ac sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiam si de eisdem præsentibus, eorumque toto tenore, ac data specialis mentio fieret, pro tempore faciendis, & concedendis, comprehendi, sed semper ab illis excipi, &, quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, ac eum, in quo antea quomodolibet erant, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quâcumque posteriori datâ quodcumque eligendâ concessas esse, & fore, sicque, & non alias in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, & alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, præeminentia, & honore fulgentes, sublata eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque Judicio, & in quâcumque instanciâ judicari, & definiri debere; & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate, scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus. Non obstantibus nostris, & Cancellariæ Apostolicæ de præstando consensu, de jure quasito non tollendo, de exprimendo vero annuo valore, ac de unionibus, aliisque in contrarium præmissorum quomodolibet editis, vel edendis regulis, ac Lateranensis Concilii novissimè celebrati uniones, seu applicationes perpetuas, nonnisi in certis casibus, fieri prohibentis, ac dismembrationes perpetuas super Patriarchalium, Archiepiscopalium, & Episcopalium mensarum fructibus, redditibus, & proventibus, nonnisi excessionis, aut aliâ rationabili causâ, quæ in Consistorio nostro justa, & honesta habita fuerit, ac certis aliis modo, & formâ in dicto Concilio expressis, reservari similiter prohibentis; necnon quoad præfatam Executorum deputacionem recolendæ memoriæ Bonifacii PP. VIII. similiter Prædecessoris nostri, aliisque quibusvis in contrarium præmissorum, etiam in Synodalibus, Universalibus, & Provincialibus Conciliis editis, vel edendis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus.

Apostolicis, ac Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopatum, & Episcopatum Ecclesiarum præfatarum etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate alia respectivè roboratis Statutis, eorundemque Statutorum reformationibus, & novis editionibus, stylis, usibus, & consuetudinibus etiam immorabilibus, dispositionibus, & ultimis voluntatibus in contrarium eorundem præmissorum quibuscumque, privilegiis etiam ex fundatione competentibus à Nobis, seu à quibuscumque Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris respectivè concessis, necnon indultis, & Literis Apostolicis, illis, earumque superioribus, & Personis, ac Locis quibuscumque etiam speciali, specifica, expressa, & individua mentione dignis, sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibuscumque etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie, etiam Motu pari, ac etiam Consistorialiter, aut aliâ quomodolibet, etiam iteratis vicibus, in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis; etiam si in eis caveatur expressè, quòd illis per quascumque Literas Apostolicas etiam Motu simili, deque pari Apostolicæ potestatis plenitudine pro tempore concessas, quascumque etiam derogatoriis derogatorias clausulas in se continentes, illis derogari non possit, neque censeatur eis derogatum; quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua mentio facienda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, eorum tenores eisdem præsentibus, perinde, ac si de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, hîc inserti forent, pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliâ in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium, & singulorum validissimum effectum hac vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, ac sufficienter, necnon specialiter, & expressè Motu simili derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Volumus autem, quòd pro tempore, promovendi ad Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias prædictas in expeditione Literarum Apostolicarum super promotione de eorum Personis ad easdem Patriarchalem Ulixbonensem Occidentalem, ac Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias Apostolicâ auctoritate prædictâ faciendâ reductionem taxæ, seu communis propter dismembrationem tertiæ partis earum fructuum, reddituum, & proventuum prædictorum, per Nos, ut præfertur, factam nullo modo prætereundum valeant; perinde ac si dismembratio, separatio, ac seunctio, necnon applicatio, & appropriatio hujusmodi factæ non fuissent. Volumus præterea, quòd omnium, & singulorum fructuum, reddituum, & proventuum desuper expressorum prædictorum tertia, dimidia, ac tres ex quatuor respectivè partes, à Nobis per præsentibus, ut præfertur, dismembratæ, & applicatæ prædictæ in eorundem fructuum specie, eorumque eventuali quantitate, etiam si quantitas hujusmodi maior, vel minor fuerit quantitate illâ, quæ præsentibus expressa reperitur, persolvi debeant: Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis, approbationis, confirma-



confirmationis, innovationis, separationis, dismembrationis, sejunctionis, exemptionis, liberationis, applicationis, appropriationis, concessionis, indulgi, reservationis, assignationis, sanationis, reintegrationis, revalidationis, commissionis, mandati, declarationis, statuti, decreti, derogationis, & voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire: Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigésimo septimo, sexto Idus Februarii Pontificatus nostri anno octavo.

Loco ✠ Bullæ Auræ.

*Bulla do Papa Clemente XII. em que declara, e revalida as de seus predecessores, os Papas Clemente XI. e Innocencio XIII.*

C L E M E N S E P I S C O P U S

S E R V U S S E R V O R U M D E I.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**R**omanum decet Pontificem vigilantia, & auctoritatis suæ partes libenter interponere, ut ea, quæ ad Divini servitii decorem, illiusque incrementum à Prædecessoribus suis præsertim ad religiosa Christianorum Principum erga decorem ipsum vota complendum, laudabili amore concessa fuerunt, semotis quibuslibet dubiis per providam mentis suæ declarationem suum ad Divini Nominis debitum, plenariumque sortiantur effectum. Cum itaque, sicut accepimus, alias felicitis recordationis Clemens. Papa XI. Prædecessor noster sub Datum videlicet Quinto Kalendas Octobris Pontificatus sui anno vigésimo certis, rationabilibus, sibi que notis causis tunc adductus, ac laudabilibus Charissimi in Christo Filii nostri tunc sui Joannis hoc nomine Quinti Portugallia, & Algarbiorum Regis Illustris, qui assiduo Divini decoris in suis Regnis promovendi angitur zelo, votis benignè annuens ad congruæ, debitaque Dignitatum, à Canonico-rum Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, & in eâ Beneficiatorum, aliorumque Ministrorum inibi inservientium, quos Clemens Prædecessor, & Joannes Rex prædicti erga ipsius Patriarchalis Ecclesiæ decorem Apostolicæ liberalitatis, Regiæque largitatis charismata inter se æmulantes meliora sacris, regiisque decoraverant insigniis, privilegiis, & indultis, consulendum sustentationi, mantentioni, aliorumque onerum supportationi à prædictâ Patriarchali Ulixbonensi Occidentali, ac Archiepiscopalibus, & Episcopalibus Ecclesiis in Portugallia, & Algarbiorum Regnis prædictis existentibus, e rumque respectivè fructibus, redditibus, proventibus, bonis, rebus, & proprietatibus ad eas, & earum quamlibet quocumque titu-

Dit. n. 122

An. 1737.

lo, jure, & actione quomodolibet spectantibus, & undecumque provenientius eorundem respectivè, fructuum, reddituum, & proventuum respectivè quartam partem insimul summam triginta trium milium centum triginta septem ducatorum auri de Camera constituentem: Ex omnibus verò, & singulis de Barcellos Bracharensis, ac ex omnibus, & singulis Sanctæ Mariæ de Ourem Leiriensis, quæ, & qui de dilectissimi Filii nostri Josephi Principis Brasiliæ, & Bragantiæ Ducis; atque ex omnibus, & singulis quæ, & qui de prædicti Joannis Regis respectivè Jurepatronatus ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hætenus in aliquo derogatum, respectivè existunt, respectivè Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis sæcularium, & insignium Collegiatarum Ecclesiarum Sanctæ Mariæ de Alcaçova de Sanctarem respectivè Oppidorum Ulixbonensis Orientalis respectivè Diocesis omnium, & singulorum earum, & eorum cujuslibet respectivè fructuum, reddituum, & proventuum undecumque, & quomodocumque provenientius, & in quâcumque re consistentium, ad illas, & illos, & illarum quamlibet, & illorum quoslibet respectivè pro tempore quomodolibet, ac quocumque titulo, jure, & actione spectantium certas respectivè partes insimul summam bis mille sexcentorum septem ducatorum auri de Camera hujusmodi, constituentes, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, maturâque deliberatione suis Apostolicâ ejus auctoritate dismembraverit, & separaverit: Necnon Sanctæ Mariæ Oppidi de Obidos Ulixbonensis Occidentalis Diocesis, super cujus fructibus, redditibus, & proventibus pensio annua antiqua nonaginta unius ducatorum auri similium cum dimidio alterius ducati paris dictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali dictâ Apostolicâ auctoritate tunc reservata reperiatur, & quam dictus Clemens Prædecessor tunc extinctam, & cum fructibus, redditibus, & proventibus, prout infra, applicatis consolidatam remanere voluit; ac Sancti Mametis Loci de Lindoso, ac Sancti Jacobi Loci de Anha, ac Sanctæ Mariæ Oppidi de Chaves Bracharensis respectivè Diocesis forsitan habitualementantum, non tamen actualement curam animarum habentes Ecclesias, seu Capellas, aut respectivè in eis, vel aliis Oppidorum, & respectivè Locorum hujusmodi Ecclesiis totidem perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica Prioratus, seu Abbatias respectivè nuncupatas, seu nuncupata, ad, vel sub Sanctæ Mariæ, ac Sancti Mametis, & Sancti Jacobi, necnon Sanctæ Mariæ hujusmodi respectivè Altaria, seu respectivè invocationibus, quarum, seu quorum primò, & secundò dictæ, seu primò, & secundò dicta, de simili dicti Joannis Regis, reliquæ verò duæ, seu reliqua duo Ecclesiæ, seu Capellæ, aut Beneficia hujusmodi de præfati Josephi Brasiliæ Principis, & Bragantiæ Ducis respectivè Jurepatronatus ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hætenus in aliquo derogatum, respectivè existere dignoscuntur, & primò dictam, seu primò dictum certo tunc expresso modo vacantem, seu vacans, necnon secundò, tertio, & quarto dictas Ecclesias, seu Capellas, aut Beneficia hujusmodi ex tunc, & cum primum illas, seu illa quomodolibet ex illas, seu illa respe-



respectivè obtinentium respectivè Personis vacare contigisset, illarumque, seu illorum titulos collativos Apostolicâ auctoritate præfata perpetuò suppresserit, & extinxerit; ac quartam partem omnium, & quorumcumque fructuum, reddituum, & proventuum Patriarchalis Ulixbonensis Occidentalis, ac Archiepiscopatum, & Episcopatum Ecclesiarum hujusmodi sic dismembratam, & separatam Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis ab eas, & eos tunc, & pro tempore obtinentibus sub certis modo, & formâ tunc expressis percipiendam exigendam, & inter eos dividendam, pro earum, & eorum respectivè Præbendarum augmento, necnon duas tertias partes fructuum, reddituum, & proventuum ex Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum præfatarum sic, ut præfertur, dismembratorum, & separatorum sub certis pariter modo, & formâ tunc expressis inter Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas dictæ Patriarchalis Ecclesiæ tunc, & pro tempore obtinentes similiter dividendas; necnon quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut quatuor Beneficiorum, ut præfertur, suppressarum, & extinctarum, seu suppressorum, & extinctorum, fructus, redditus, & proventus, deductis tamen ex eis unâ viginti novem super tertiò dictæ, seu tertiò dicti, & alterâ pensionibus annuis quinquaginta septem ducatorum auri similium super quartò dictæ, seu quartò dicti, Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi respectivè fructibus, redditibus, & proventibus aliàs Capellæ Ducali Oppidi de Villa-Viçosa Elvensis Diocesis Apostolicâ auctoritate præfatâ reservatis, quas salvas, & illasas idem Clemens Prædecessor remanere, & ut antea solvi debere voluit, necnon reliquam tertiam partem fructuum, reddituum, & proventuum ex Dignitatibus, & Canonicatibus, & Præbendis Collegiatarum Ecclesiarum prædictarum, ut præfertur, dismembratorum, & separatorum duodecim Beneficiis ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, supportatis, tamen per eos omnibus, & singulis quatuor Ecclesiarum, seu Capellarum, aut quatuor Beneficiorum hujusmodi respectivè oneribus, Motu, scientiâ, & deliberatione suis similibus Apostolicâ auctoritate præfata respectivè applicaverit, & appropriaverit: Ac pro eo quòd dictus Joannes Rex, ut non solum quoad tertiò, & quartò dictarum Ecclesiarum, seu Capellarum, aut tertiò, & quartò dictorum Beneficiorum suppressionem, & extinctionem, verum etiam quoad Dignitatum, ac Canonicatum, & Præbendarum Collegiatarum Ecclesiarum dictorum de Barcellos, & de Ourem Oppidorum, de dicti Josephi Principis, & Ducis Jurepatronatus præfato existentium dismembrationem, ejusdem Josephi Principis, & Ducis, ejusque Bragantinae Domus Jurispatronatus hujusmodi indemnitati æquivalenter consulere, eidem Josepho Principi, & Duci Juspatronatus, & præsentandi ad unam Nostræ Dominæ da Torre de Moncorvo, & ad aliam Sancti Salvatoris da Infesta, ac ad aliam Sanctæ Mariæ de Monção, ac ad aliam Sancti Martini de Bernes, ac ad aliam Sanctæ Mariæ de Alijó Rectorias respectivè nuncupatas Bracharensis, ac ad aliam Sancti Petri de Fari-

nha

nha Podrê, ac de Villa-Nova de Cea, ac ad aliam Sanctæ Mariæ Magnæ nuncupatæ de Loriga, ac ad aliam Sancti Andreæ do Ervedal Vicarias respectivè nuncupatas, ac ad aliam Sanctæ Mariæ de Vinhò, & de Mangoalde, necnon ad reliquas Parochiales Ecclesias Prioratus respectivè nuncupatas Sancti Vincentii de Villafranca Colimbriensis respectivè Diœcesis, quæ de simili Jurepatronatus dicti Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, aut ex privilegio Apostolico, cui non erat catenus in aliquo derogatum, existere dignoscebantur, necnon jus conferendi, seu pro se retinendi Commendam Sancti Michaelis de Tres Minas Militiæ Domini nostri Jesu Christi, cujus Militiæ dictus Joannes Rex Governator, & perpetuus Administrator existit, dictæque Commendæ bona concesserat, & assignaverat, concessionem, & assignationem hujusmodi idem Clemens Prædecessor, dictâ ejus auctoritate confirmaverit, & approbaverit, dictumque Joannem Regem dictæ Militiæ Governatorem, & Administratorem à juramento per eum præstito de non alienando bona dictæ Militiæ dictâ ejus Apostolicâ auctoritate ad præmissorum dumtaxat effectum absolverit, & liberaverit, aliaque circa dismembrationem, applicationem prædictas, earumque debitum effectum sortiendum providè disposuerit, concesserit, & indulserit, prout in Literis ab ejusdem recordationis Innocentio PP. XIII. similiter Prædecessore nostro in formâ *Rationi congruit*, sub Datum videlicet apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo vigesimo primo, quinto decimo Kalendas Junii Pontificatus sui anno primo desuper expeditis plenius continetur. Cumque, sicut etiam accepimus, prædicta Villa-Viçosa non Elvensis, prout in Literis prædictis per errorem expressum fuit, sed Elborensis Diœcesis existat; nonnullisque Beneficiis in Collegiatis Ecclesiis præfatis respectivè existentibus actualis, vel ea, quæ per Vicarios perpetuos exerceri solet curâ, nullâ de curâ hujusmodi in eisdem Literis factâ mentione, immineat animarum; dictusque Joannes Rex non jus aliis conferendi præfatam Commendam, sed illam, illiusque bona pro se dumtaxat retinendi dicto Josepho Principi, & Duci, Domusque Bragantinæ præfatæ successoribus perpetuò concesserit, & assignaverit: Nos propterea, nè de dicti Clementis Prædecessoris intentionis defectu Literas præfatas in dictâ formâ expeditas notari aliquando contingat, & ea, quæ à prædicto Clemente Prædecessore ad maiorem Divini Nominis gloriam, maioremque Divini servitii decorem vigili, providoque studio facta dignoscuntur, eorum debitum effectum sortiri cupientes, ac dilectos Filios modernos Dignitates, ac Capitulum, & Canonicos, necnon Beneficiatos dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis, & eorum quemlibet, à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti, aliisque Ecclesiasticis sententiis, censuris, & pœnis à jure, vel ab homine quâvis occasione, vel causâ latis, siquibus quomodolibet innodati existant, ad effectum præsentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes, & absolutos fore censentes; necnon Literarum ejusdem Clementis Prædecessoris desuper in dictâ formâ expeditarum totum, & integrum tenorem, ac si de verbo ad verbum



bum nihil penitus omisso præsentibus nostris Literis insertus foret, pro expresso habentes, Motu simili, deque Apostolicæ potestatis plenitudine nostris, præfati Clementis Prædecessoris in dictâ formâ, ut præfertur, expeditas Literas præfatas cum omnibus, & singulis omnium, & singulorum respectivè fructuum, reddituum, & proventuum præfatorum respectivè dismembrationibus, separationibus, illorumque respectivè quantitatum applicationibus, appropriationibus, divisionibus, ac solutionibus Dignitates, ac Canonatus, & Præbendas in dictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali respectivè obtinentibus, ut præfertur, faciendis; necnon dictarum Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi suppressione, & extinctione, necnon unione, annexione, & incorporatione ejusdem Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Beneficiis in eorum dotis augmentum, earundem Ecclesiarum, seu Capellarum, aut Beneficiorum hujusmodi respectivè fructuum, reddituum, & proventuum applicatione, illorumque divisione, ac solutione Clericis, seu Presbyteris Beneficia in dictâ Patriarchali Ecclesiâ Ulixbonensi Occidentali pro tempore obtinentibus, aliisque dictæ Patriarchalis Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis usibus applicatione, & appropriatione; necnon dictæ Commendæ, aliorumque bonorum ad dicti Joannis Regis Coronam spectantium concessione à præfato Joanne Rege ad consulendum ejusdem Josephi Principis, & Ducis, præfataque Domus Bragantinæ indemnitati pro cessione Jurispatronatus, quod eidem Josepho Principi, & Duci, dictæque Domui Bragantinæ, ut præfertur, quomodolibet competebat, ad dismembrationis, separationis, suppressionis, unionis, applicationis, & appropriationis præfatarum effectum, ut præfertur, factâ semper validas, & efficaces existere, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere, perinde ac si in eisdem Clementis Prædecessoris in formâ præfatâ expeditis Literis, quòd Villa-Viçosa præfata non Elvénsis, sed Elborensis Diocesis existit, quòdque nonnullis ex Beneficiis in Collegiatis Ecclesiis præfatis existentibus actualis, vel ea, quæ per Vicarios perpetuos exerceri solet, cura imminet animarum, expressum, & quoad præfata Commendam Sancti Michaelis non jus illam conferendi, sed illam, illiusque bona pro se duntaxat retinendi præfato Josepho Principi, & Duci, Domusque Bragantinæ præfatae successoribus ad ejus indemnitati consulendum concessum, & assignatum à dicto Clemente Prædecessore, ut præfertur, approbatum, & confirmatum fuisset, Apostolicâ auctoritate tenore præsentium declaramus, decernimus, & statuimus. Ac insuper eidem Josepho Principi, & Duci, ac pro tempore existenti Bragantinæ Domus præfatae Possessori, seu Administratori, ut ipse ejusdemque Bragantinæ Domus Possessor, seu Administrator pro tempore existens, præfatus, etiamsi minor, aut foemina, præfataque, aut alteri Militiæ ejusdem, vel alterius cujuscunque Ordinis addictus non existat, nec præfata, aut alterius Militiæ habitum, insigniaque gerat, neque servitia Militaria in Africano bello, adversus infideles, juxta ejusdem Militiæ Domini nostri Jesu Christi statuta, & stabilimenta, ad ejusdem Militiæ Domini nostri

Jesu

Jesu Christi Commendas assequendas requisita præstiterit, aut alio quocumque impedimento detineatur, Commendam Sancti Michaelis hujusmodi, illiusque bona, res, proprietates, & jura quæcumque retinere liberè, & licitè possit, & valeat, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine præfatis dictâ Apostolicâ auctoritate perpetuò concedimus, & indulgemus, dictumque Joannem Regem à juramento præfato, voto, seu obligatione quâcumque de non alienandis primò dictæ Militiæ, ejusdemque Coronæ bonis, quatenus opus sit, ad præmissorum dumtaxat effectum de novo absolvimus, & liberamus. Præsentibus quoque nostras Literas semper, & perpetuò validas, & efficaces existere, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, nec eas ullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis nostræ, vel alio quovis defectu ex quâvis causâ, & quocumque prætextu, quæsito colore, vel ingenio notari, impugnari, invalidari, retractari, retardari, & ad terminos juris reduci, seu in jus, vel controversiam revocari, aut adversus illas quodcumque juris, vel facti, aut gratiæ remedium impetrari posse, sicque nostræ mentis, intentionis, & voluntatis fore, & esse, & ita per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos quâvis auctoritate fungentes, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, definiendi, & interpretandi facultate, & auctoritate in præmissis omnibus, & singulis judicari, definiri, & interpretari debere, & si secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus, & statuimus. Non obstantibus nostrâ de jure quæsito non tollendo, aliisque Cancellariæ nostræ Apostolicæ regulis, & quibuscumque Apostolicis etiam in Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, necnon primò dictæ Militiæ etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, & consuetudinibus, privilegiis quoque, indultis, & Literis Apostolicis quibuscumque Personis sub quibuscumque tenoribus, & formis, etiam Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine paribus, etiam Consistorialiter quomodolibet concessis, approbatis, & innovatis; quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis specifica, expressa, & individua mentio facienda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, eorum tenores eisdem præsentibus, perinde ac si de verbo ad verbum nihil penitus omissio hic inserti forent, pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliâs in suo robore permanfuris, ad effectum earundem præsentium, omniumque, & singulorum præfatorum validitatis, hac vice dumtaxat Motu, scientiâ, & auctoritate, ac potestatis plenitudine præfatis harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis, declarationis, concessionis, indulti, liberationis, decreti, statuti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attempta-



re præsumperit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigesimo septimo, Nonis Februarii Pontificatus nostri anno octavo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

*Bulla porque o Papa Eugenio IV. concedeo a ElRey D. Affonso V. que na sua Real Capella se observasse o rito da Igreja Romana.*

## BULLA EUGENII IV.

*Quod in Capella Regia Horæ Canonice, Missæ, & alia Divina Officia juxta morem Romanæ Ecclesiæ celebrentur.*

**E**ugenius Episcopus servus servorum Dei charissimo in Christo filio Alphonso Portugalliæ, & Algarbii Regi illustri salutem, & Apostolicam benedictionem. Meruit tuæ nobilitatis, atque devotionis sinceritas, ut te paterno confoventes affectu, precibus tuis, quantum cum Deo possumus, annuamus. Cum itaque, sicut tua nobis nuper exhibita petitio continebat, in dicendis Horis Canonicis morem Romanæ Ecclesiæ in Capella tua observari speciali devotione desideres, nos tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut per Capellanos, & Cantores tuos pro tempore existentes, Horas Canonicas, necnon Missas, & alia Divina Officia, juxta ritum supradictum in dicta Capella celebrari facere possis, ipsique Capellani, & Cantores, ut præmititur, pro tempore existentes, Horas, necnon Missas, & Officia hujusmodi juxta morem hujusmodi dicere valeant, nec teneantur, si voluerint ad morem, vel ordinem alium super his observandum: devotioni tuæ, necnon Capellanis, & Cantoribus eisdem auctoritate Apostolica tenore præsentium de speciali gratia indulgemus. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ concessionis infringere; siquis autem hoc attentare præsumperit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus, se noverit incursum. Datum Florentiæ anno Incarnationis Dominicæ millesimo quadringentesimo trigesimo nono: undecimo Kalendas Octobris Pontificatus nostri anno nono.

Num. 123

*Bulla do Papa Clemente XI. em que unio ao Real Padroado, o provimento de todas as Dignidades, Conezias, e todos os mais Beneficios da Cathedral de Lisboa Oriental.*

# CLEMENS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

Num. 124  
An. 1737.

Circumspecta Sedis Apostolicæ sollicitudo Christianorum Principum, quos ad exhibenda Catholicæ Ecclesiæ, eidemque Sedi eximia servitia promptos, alacresque dignovit, pietatem liberalitatis, & gratitudinis suæ testimoniis fovere nunquam distitit. Sane cum charissimus in Christo Filius Noster Joannes hoc nomine Quintus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex Illustris præclaris maiorum suorum vestigiis inhærens copioso piorum operariorum cætui ad amplificandam in longinquis regionibus agri Dominici messem, verbumque Dei seminandum indefessa vigilantia, & Regia liberalitate temporalia vitæ subsidia quotannis subministrare consueverit, Divinique cultus assiduum Propagatorem se agere semper studuerit, necnon ejusdem Apostolicæ Sedis opportunitatibus, ut primum notas habuit paratissimo obsequio, & auxilio, ut Fidelissimum decet Principem, non sine gravi suo, suorumque subditorum incommodo præsto esse sategerit; Nos tantis ejusdem Joannis Regis meritis Paternæ nostræ considerationis lance pensatis, ut servitiorum præfatorum, Apostolicæque liberalitatis vicissim præstata munera mutui inter se monumentum, & stimulus amoris existant, eidemque Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus uberiores, qua piis, & benemerentibus Ecclesiasticis personis gratificari queant, facultatem subministrare cupientes, Motu proprio, & ex certa scientia, meraque liberalitate nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine, eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi Juspatronatus, & præsentandi, ac nominandi ad omnes, & singulas infra scriptas Dignitates, omnesque, & singulos infra scriptos Canonicatus, & Præbendas, necnon Capellaniam infra scriptam, ac dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, necnon Quartanarias Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis; ad Decanatum videlicet, qui post Pontificalem maior, ac cujus mille, & quinque Ducatorum auri de Camera, & juliorum undecim monetæ Romanæ; & quadraginta sex ducatorum auri similium, & juliorum trium monetæ præfatæ; ad Archidiaconatum de Lisboa nuncupatum, qui tertia, ac cujus octingentorum, & sexaginta quinque ducatorum auri similium, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; & ad Thesaurariatum maiorem, qui quarta, ac cujus aliorum sexcentorum, & quadraginta quinque ducatorum auri de Camera hujusmodi, & juliorum duode-



cim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; & ad Archidiaconatum de Sanctarem respectivè nuncupatum, qui quinta, ac cujus quingentorum, & septuaginta unius ducatorum auri de Camera hujusmodi, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; & ad Scholastriam, quæ sexta, ac cujus quadringentorum, & viginti duorum ducatorum auri de Camera hujusmodi, & juliorum quinque monetæ præfatæ; & ad Archidiaconatum della Terza Sedia nuncupatum, qui septima, ac cujus sexcentorum, & quinquaginta octo ducatorum auri similium, & juliorum quinque monetæ præfatæ; & ad Archipresbyteratum, qui octava inibi respectivè Dignitates existunt, ac cujus quingentorum, & septuaginta novem ducatorum auri similium, & juliorum septem monetæ præfatæ, cum dimidio alterius julii similis; necnon ad unum, & unam tertii à Decani, quorum sexcentorum, & decem, & octo ducatorum auri similium, & juliorum quinque monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam quarti ab ejusdem Decani, quorum quingentorum, & septuaginta novem ducatorum auri similium, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad alium, & aliam quarti à Cantoris, quorum quingentorum, & octoginta unius ducatorum auri similium, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad alium, & aliam quinti à Decani præfati, quorum septingentorum, & viginti quinque ducatorum auri similium, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad alium, & aliam sexti à Decani præfati, quorum quingentorum, & nonaginta quinque ducatorum auri hujusmodi, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad alium, & aliam sexti ab ejusdem Cantoris, quorum sexcentorum, viginti duorum ducatorum auri similium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam Magistralem nuncupatam septimi à Cantoris præfati, qui dum illi pro tempore vacant Clerico, seu Presbytero in Theologia Magistro, vel forsan Licentiatto ab Universitate studii generalis Colimbriensis in concursu desuper habendo approbando, & nominando, & ab eodem Joanne, & pro tempore existente Portugalliæ, & Algarbiorum Rege præsentando ordinaria auctoritate conferri consueverunt, & debent, & de quibus pro tempore provisi novani eorum provisionem à Sede Apostolica impetrare, & jura Cameræ Apostolicæ, & aliis propterea debita persolvere tenentur, ac quorum sexcentorum viginti octo ducatorum auri similium, & juliorum decem monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam octavi à præfati Decani, quorum sexcentorum octo ducatorum auri similium; ac ad alium, & aliam octavi à dicti Cantoris, quorum sexcentorum quadraginta sex ducatorum auri similium, & juliorum quinque monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam Doctoralem nuncupatam noni ab ejusdem Decani, qui pro tempore quoque vacantes Clerico, seu Presbytero in Jure Canonico, seu forsan Civili Doctori, aut forsan Licentiatto ab Universitate præfata similiter approbando, & nominando, & ab eodem Joanne, & pro tempore existente Portugalliæ, & Algarbiorum Rege præfato etiam præsentando ordinaria auctoritate

præfata similiter conferri consueverunt, & debent, & de quibus pro tempore provisi pariter novam illorum provisionem à dicta Sede impetrare, ac jura eidem Cameræ Apostolicæ, & aliis, ut præfertur debita persolvere tenentur, ac quorum sexcentorum octo ducatorum auri similia; ac ad alium, & aliam duodecimi ab ejusdem Cantoris, quorum septingentorum quatuor ducatorum auri similia, & juliorum decem monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam tertii decimi à Decani præfati, quorum sexcentorum undecim ducatorum auri similia, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad alium, & aliam quarti decimi ab ejusdem Decani, quorum quingentorum, & nonaginta quatuor ducatorum auri similia, & juliorum quindecim monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam quinti decimi pariter à Decani præfati, quorum sexcentorum viginti duorum ducatorum auri similia, & juliorum quindecim monetæ præfatæ; ac ad alium, & aliam quinti decimi à dicti Cantoris quorum septingentorum viginti trium ducatorum auri similia, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis, quorum medietatem, seu cujus dimidiam Præbendam exigendi, & percipiendi Tribunali Inquisitionis contra hæreticam pravitatem, ut pariter accepimus jus competit; ac ad alium, & aliam sexti decimi ab ejusdem Decani, quorum sexcentorum trium ducatorum auri similia, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; & ad alium, & aliam decimi septimi pariter ab ejusdem Decani, quorum sexcentorum quatuor ducatorum auri similia; ac ad alium, & aliam decimi octavi etiam ab ejusdem Decani, quorum sexcentorum septem ducatorum auri similia, & juliorum septem monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; ac ad reliquum, & reliquam ejusdem Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis Canonicatus, & Præbendas decimi noni respectivè stalli ab ejusdem Decani respectivè latere, quorum sexcentorum sexdecim ducatorum auri similia; necnon ad Capellaniam maiorem de Mafra nuncupatam Sancti Sebastiani in eadem Ecclesia Ulixbonensi Orientali per bonæ memoriæ Joannem Martins de Soalhaens dum viveret Episcopum Ulixbon. fundatam, cui Canonicatus, & Præbenda etiam de Mafra nuncupati quinti stalli à præfati Cantoris latere Apostolica auctoritate perpetuò uniti, & annexi reperiuntur, ac quæ, & qui sicut accepimus de Jurapatronatus Laicorum Nobilium videlicet pro tempore existentis Domus de Vasconcellos de Soalhaens Possessoris, & Administratoris ex fundatione præfata, vel dotatione, & seu ex privilegio Apostolico cui non est hætenus in aliquo derogatum existunt, & in cujus Capellanix fundatione præfata caveri dicitur expressè quod ad illam pro tempore vacantem Clericus de genere ejusdem Joannis Episcopi præfatæ Capellanix fundatoris descendens si idoneus reperiatur, sin autem alius Clericus, seu Presbyter idoneus præsentetur, & præsentari possit, ac quorum mille ducentorum, & viginti ducatorum auri parium; necnon ad quatuor dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas ad duos videlicet, & duas super nono à præfati Cantoris; quorum insimul quingentorum septuaginta octo ducatorum auri similia,



lium, & juliorum quindecim monetæ præfatæ, ac ad alios duos, & duas super decimo sexto ab ejusdem Cantoris, quorum insimul quingentorum octoginta unius ducatorum auri similia, & juliorum duodecim monetæ præfatæ cum dimidio alterius julii similis; necnon ad duodecim Quartanarias, ad quatuor videlicet super undecimo à præfati Decani, quarum insimul quingentorum septuaginta octo ducatorum auri similia, & juliorum quindecim monetæ præfatæ, ac ad alias quatuor super undecimo à præfati Cantoris, quarum insimul quingentorum octoginta ducatorum auri similia, & juliorum decem monetæ præfatæ, ac ad reliquas quatuor Quartanarias hujusmodi super tertio decimo respectivè stallo ab ejusdem Cantoris respectivè latere respectivè fundatas, quarum insimul, necnon Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis, necnon Capellanix, dimidiisque Canonicatibus, & dimidiis Præbendis, ac Quartanariis præfatis forsan respectivè annexorum, etiam computatis respectivè distributionibus quotidianis, & aliis incertis quingentorum octoginta ducatorum auri de Camera hujusmodi respectivè fructus, redditus, & proventus secundum communem æstimationem valorem annuum, ut similiter accepimus non excedunt; ac quorum, & quarum, non tamen quoad dictum Decanatum qui in præfata Ecclesia Ulixbonensi Orientali dignitas post Pontificalem maior, ut præfertur existit, necnon quoad septimò, & decimò dictos Canonicatus, & Præbendas, ac Capellaniam hujusmodi, eique annexos Canonicatum, & Præbendam præfatos, dum illi, & illæ pro tempore vacant collatio, provisio, ac institutio, & omnimoda alia dispositio ad pro tempore existentem Archiepiscopum, ac Dilectos similiter Filios Capitulum, & Canonicos præfatæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis simultaneè, tempore verò Sedis Archiepiscopalis Ulixbonensis Orientalis vacationis ad Capitulum, & Canonicos præfatos, cessantibus reservationibus, & affectionibus Apostolicis spectat, & pertinet; quod quidem Juspatronatus, & præsentandi quod ad præfatæ Domus de Vasconcellos de Soalhaens Possessorem, & Administratorem pro tempore existentem præfatum Dilecto Filio Nobili Viro Thoma de Lima & Vasconcellos, Vicecomite de Villanova de Cerveira moderno præfatæ Domus Possessore, & Administratore, modernoque unico præfatæ Capellanix, illique annexorum Canonicatus, & Præbendæ præfatorum Patrono, ut accepimus annuente, & attenta infra scripta, ut infra facienda, & decernenda compensatione, ac approbandi, nominandique quod ad Universitatem præfatam, & exigendi dimidiam Præbendam, seu dimidios fructus, redditus, & proventus præfatos quod ad dictum Inquisitionis Tribunal, necnon conferendi, & providendi respectivè jus quod ad modernos, & respectivè pro tempore existentes Archiepiscopum, Capitulum, & Canonicos præfatos ex quacumque causa etiam publicæ utilitatis, aut alias quomodolibet respectivè spectat, & pertinet, & de consensu ejusdem Joannis Regis quoad ea in quibus, & ad quæ jus aliquod eidem Joanni Regi competere potest, & quatenus opus sit, Apostolica auctoritate per præsentis perpetuò extinguimus, & abrogamus; cum primùm Dignitates, necnon Canonicatus,

catus, & Præbendas, ac Capellaniam hujusmodi, dimidiosque Canonicatus, & dimidias Præbendas, ac Quartanarias præfatas quibuscumque modis, & ex quorumcumque etiam nostrorum, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis familiarium, & continuorum commensalium, seu Romanæ Curiae nostræ Officialium, aut alias quomodolibet reservationem inducentibus personis, seu per liberas etiam ex causa permutationis resignationes, jurium cessiones, de illis in dicta Curia, vel extra eam etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus quomodolibet factas, vel admissas, aut assecutionem alterius Beneficii Ecclesiastici quavis auctoritate collati, seu illas, & illos pro tempore obtinentium decessum etiam apud Sedem Apostolicam præfatam decedentium, vel quamvis aliam dimissionem, amissionem, privationem Religionis ingressum, & Matrimonii contractum ad Cathedralium Ecclesiarum, vel Monasteriorum etiam Consistorialium, seu quamcunque aliam promotionem, aut quomodolibet, & qualitercumque etiam apud Sedem præfatam pro tempore vacare contigerit, etiam si tempore datæ præsentium vacent, personas idoneas, ut præfertur (non tamen quoad Capellaniam, eique annexos Canonicatum, & Præbendam præfatos juxta dicti Joannis Episcopi foundationem præfatam debite qualificatas) à pro tempore existente Archiepiscopo Ulixbonensi Orientali præfato approbandas, ita quod personarum hujusmodi in eis institutio ad eundem Archiepiscopum pro tempore existentem privativè, extincto jure simultaneo quod cum eodem Archiepiscopo Capitulum dictæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, ut præfertur exercebat, in posterum spectet, & pertineat; cum hoc tamen quod dictus Joannes Rex, ne Vicecomes præfatus pro Jurepatronatus, & præsentandi hujusmodi ad præfatam Capellaniam cum ei annexis Canonicatu, & Præbenda de Mafra nuncupatis præfatis, redditibusque, & juribus ad eosdem pertinentibus à nobis per præsentem, ut præfertur abrogato, & extincto aliquod detrimentum patiatur, prout ex æqua suæ Regiæ liberalitatis ratione teneri vult, Thomæ Vicecomiti præfato uti dictæ Domus Possessori, & Administratori pro ejus à Nobis, ut præfertur abrogato, & extincto jure, ad illud ei compensandum, aliud Juspatronatus, & præsentandi ad alios Canonicatos, & Præbendas aliarum Cathedralium, & Collegiatarum Ecclesiarum, seu alia Beneficia Ecclesiastica, quod ad Joannem, & pro tempore existentem Regem præfatum, vel etiam ad aliquam, seu aliquas ex Commendis Ordinum Militarium in Portugalliæ Regnis existentium, & quorum Joannes, & pro tempore existens Rex præfatus Governator, perpetuusque Administrator existit, vel ipsas Commendas, seu alios Ecclesiasticos, aut sæculares annuos redditus, bona, jura, vel honores, qui, vel quæ ad Joannis, & pro tempore existentis Regis præfati Juspatronatus, seu ad illius Regiæ Coronæ liberam dispositionem spectant, & pertinent, & quibus Thomas Vicecomes præfatus, ejusque successores, ad quos dictum Juspatronatus pro tempore spectare debuisset, perfrui, & gaudere, vel respectivè eos, & ea in proprios usus convertere libere, & licitè valeant, juxta



juxta rationabilem, & congruam inter dictum Joannem Regem, ac Thomam Vicecomitem præfatum statuendam compensationem, non retardatâ tamen in reliquis earundem præsentium executione, quæ illico nullo desuper habito processu debitæ, promptæque executioni demandari debeant, prout Nos ex nunc pro demandatis haberi volumus, non obstantibus ad effectum præmissorum quibuscumque contrariis dictorum Ordinum etiam juramento, aut confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, statutis, privilegiis, indultis, & Constitutionibus etiam Apostolicis ad eosdem Ordines spectantibus, cedat, assignet, seu conferat, & pro eo quod dictus Joannes Rex Ordinum præfatorum Gubernator, & perpetuus Administrator, ut præfertur existit, ad hoc ut ipse aliquam ex dictorum Ordinum Commendis, seu aliqua bona eidem Thomæ Vicecomiti, ut præfertur cedere, assignare, seu conferre valeat, eundem Joannem Regem, & Gubernatorem, perpetuumque Administratorem à quocumque de non alienandis tam ejusdem Regiæ Coronæ, quam Ordinum præfatorum respectivè bonis, aut aliàs quomodolibet ab eo respectivè prestito, juramento, voto, seu obligatione quacumque ad præmissorum effectum Apostolica auctoritate præfata absolvimus, & liberamus, ac ex nunc absolutum, & liberatum esse volumus, & declaramus; & quoad approbandi, nominandique ad Canonicatum, & Magistralem, ac Canonicatum, & Doctorem respectivè nuncupatas Præbendas, quod Universitati præfata, necnon percipiendi, & exigendi dimidiam Præbendam, seu dimidios fructus, redditus, & proventus præfatos respectivè jus, quod Tribunali præfato ante ejusdem juris abrogationem, & extinctionem à Nobis per præsentem, ut præfertur factas respectivè competeat, eorum respectivè juris hujusmodi compensatio, prout æquum, rationique consonum fuerit, providaque ratio postulaverit, in posterum statuatur, Apostolica auctoritate earundem tenore præsentium perpetuò reservamus, concedimus, & assignamus. Necnon Juspatronatus, & præsentandi, ac nominandi hujusmodi verè Regium existere, ac eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi præfato non ex privilegio Apostolico, sed ex vera primæva, reali, actuali, plena, integra, & omnimoda fundatione, ac perpetua dotatione competere, & ad Joannem, & pro tempore existentem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem præfatum pertinere, illudque vim, effectum, naturam, qualitatem, & validitatem Jurispatronatus Regii hujusmodi obtinere, ac uti tale sub quacumque derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti, etiam cum quibuscumque prægnantissimis, & efficacissimis verbis, clausulis, ac etiam irritantibus, & aliis fortioribus Decretis, etiam cum clausula *quorum tenores*, &c. in quacumque dispositione, etiam per viam Constitutionis, Legis, nostræque, & Cancellariæ Apostolicæ Regulæ, etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices etiam Motu, scientia, & potestatis plenitudine similibus, etiam Consistorialiter pro tempore quomodocumque facta, concessa, emanata, nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, etiam ratione cujuscumque

litis pendentiae, vel vacationis apud Sedem praefatam, etiam ex causa permutationis, vel devolutionis, seu alio quocumque praetextu, ac ex quacumque causa quantumvis urgenti, & legitima per Nos, seu Romanos Pontifices successores nostros pro tempore existentes, vel Sedem praefatam, aut illius etiam de Latere Legatos etiam Motu, sciencia, & potestatis plenitudine similibus, seu cujusvis intuitu, & contemplatione per quascumque Literas Apostolicas, & quascumque etiam derogatorias derogatorias, ac fortiores, & insolitas clausulas, necnon irritantia, & alia Decreta quacumque in se continentes derogari posse, neque debere, aut derogatum censer, necnon omnes, & quascumque collationes, provisiones, Commendas, alias dispositiones de omnibus, & singulis Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Praebendis necnon Capellania praefata, ac dimidiis Canonicatibus, dimidiisque Praebendis, ac Quartanariis praefatae Ecclesiae Ulixbonensis Orientalis contra earumdem praesentium tenorem, & alias quam ad praesentationem Joannis, & pro tempore existentis Portugalliae, & Algarbiorum Regis praefati, seu de illius consensu, & in eis institutiones ad praesentationem hujusmodi alias quam per pro tempore existentem Archiepiscopum Ulixbonensem Orientalem, ad quem ut praefertur jus instituendi privative pertinere, & spectare debeat, etiam apud Sedem praefatam pro tempore vacantibus quibusvis personis sub quibusvis verborum expressionibus pro tempore factas, seu faciendas, processusque desuper habitos, seu habendos, ac inde pro tempore sequenda quacumque nulla, & invalida, nulliusque roboris, vel momenti fore, & esse, ac pro nullis, & infectis haberi, & censer, nec jus, aut coloratum titulum possidendi cuiquam tribuere, nec per illa acquiri posse; necnon veteris juris respectivè conferendi, instituendi, approbandi, nominandi, ac praesentandi, & percipiendi, ac exigendi abrogationem, & extinctionem à Nobis, ut praefertur factas validas, & efficaces fore, & esse, suosque plenarios, & integros effectus fortiri, nec eas sub quibuscumque contrariis, aut similibus, vel dissimilibus specialibus, aut generalibus reservationibus cum quibusvis restrictivis, ac etiam earumdem derogatorias derogatoriis clausulis irritantibus etiam vim contractus inducentibus, aut fortioribus, & arctioribus Decretis, aut alias quomodolibet pro tempore concedendis etiam cum praefata clausula *quorum tenores, &c.* editis, vel edendis nullatenus comprehensas esse, & fore, minusque comprehendi posse, aut debere, sed semper ab illis exceptas, & exclusas esse, & censer, ac plenum semper validissimumque sui effectum fortiri debere; necnon omnia, & singula praemissa, ac easdem nostras praesentes nullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, seu intentionis nostrae, vel alio quovis defectu, etiam ex eo quod causae propter quas eadem praemissa facta fuerunt coram Ordinario loci, etiam tanquam Sedis Apostolicae delegato examinatae, verificatae, & ab eo approbatae, necnon Archiepiscopus, ac Capitulum, & Canonici, praefatae Ecclesiae Ulixbonensis Orientalis, dictasque Dignitates, ac Canonicatus, & Praebendas, necnon Capellaniam praefatam, dimidiisque Canonicatus, & dimidias Praebendas, ac Quartanarias nunc respe-



respectivè obtinentes, necnon alii quicumque in præmissis quodcumque jus, vel interesse habentes, vel habere prætendentes ad id vocati, & auditi non fuerint, nec eorum desuper expressum respectivè consensum præstiterint, seu ex quavis alia causa, & quocumque alio prætextu quæsito colore, vel ingenio notari, impugnari, invalidari, retractari ad viam, & terminos juris reduci, seu in jus, vel controversiam revocari, aut adversus illa, & illas quodcumque juris, vel facti, aut gratiæ remedium impetrari posse, nec sub quibuscumque similibus, vel dissimilibus gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, derogationibus, aut aliis contrariis dispositionibus per Nos, & quoscumque Romanos Pontifices successores nostros, ac etiam Sedem præfatam pro tempore faciendis comprehendendi posse, vel debere, sed semper ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & cum in quo antea quomodolibet erant statum restituta reposita, & plenariè reintegrata, ac restitutas repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori data per dictum Joannem, & pro tempore existentem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem quodcumque eligenda, concessa valida, & efficacia, ac concessas validas, & efficaces fore, & esse, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere; sicque nostræ mentis, & intentionis fuisse, & esse, & ita in omnibus, & singulis præmissis ab omnibus censi, & ita per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos quavis auctoritate fungentes, etiam causarum Palatii nostri Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæ Sedis Nuntios, sublata eis, & eorum cuilibet quavis aliter judicandi, definiendi, & interpretandi debere, & quidquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari irritum, & inane decernimus, statuimus, & mandamus. Quo circa Dilectis Filiis nostro, & dictæ Sedis Nuntio in præfatis Regnis, nunc, & pro tempore commoranti, necnon duobus, dignioribus, & antiquioribus ministris, non tamen Regularibus, Tribunalis Inquisitionis Regnorum hujusmodi nunc, & pro tempore existentibus Motu simili per Apostolica scripta committimus, & mandamus quatenus ipsi, vel duo, aut unus eorum per se, vel alium, seu alios præsentis nostras Literas, & in eis contenta quæcumque, ubi, & quando opus fuerit, & quoties pro parte dicti Joannis, & pro tempore existentis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis, seu illius ministrorum fuerint requisiti, solemniter publicantes, eisque in præmissis efficacis defensionis auxilio assistentes faciant auctoritate nostra easdem præsentis, & in eis contenta hujusmodi ab omnibus, ad quos spectat, & pro tempore spectabit firmiter observari, contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliæque, opportuna juris, & facti remedia appellatione postposita compescendo, ac legitimis super hoc habendis servatis processibus sententias, censuras, & pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravando, invocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii sæcularis: Non obstantibus nostris, & Cancellariæ Apostolicæ Regulis de jure quæsito non tollendo, ac quatenus opus sit

de exprimendo vero annuo valore, & de non concedendis gratiis ad instar, necnon præfata dictæ Capellaniæ, aliisque omnium, & singulorum Dignitatum, Canoniatuum, & Præbendarum, dimidiorumque Canoniatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartaniarum hujusmodi respectivè foundationibus, & quoad præfatam Judicum executorum deputationem felicitis recordationis Bonifacii Papæ Octavi similiter Prædecessoris nostri de una, & in Concilio generali edita de duabus Dictis, dummodo ultra duas Dictas quis vigore præsentium, ad Judicium non trahatur, aliisque Apostolicis etiam in generalibus Provincialibus, & Synodalibus Conciliis editis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, dictæque Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, & Ordinum Militarium præfatorum etiam juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, statutis, aut consuetudinibus etiam in memorabilibus, privilegiis, quoque indultis, & Literis Apostolicis Archiepiscopo, necnon Capitulo, & Canonicis dictæ Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis, aut Ordinibus præfatis, aut eorum, vel aliis superioribus, ac quibuscumque aliis personis sub quibuscumque tenoribus, & formis etiam Motu pariter, & Consistorialiter etiam in Dignitatum, ac Canoniatuum, & Præbendarum, necnon præfata ejusdem Capellaniæ, ac dimidiorum Canoniatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartaniarum hujusmodi foundationibus, necnon Universitati, Vicecomiti, & Tribunali præfatis respectivè quomodolibet concessis, approbatis, & innovatis; quibus omnibus, & singulis, aliisque quæ eisdem præsentibus quomodolibet obesse possent, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, tenores hujusmodi etiam veriores, totosque, & integros etiam præsentibus pro expressis insertis, ac de verbo ad verbum registratis habentes, illis aliàs in suo robore permanfuris, ad effectum earumdem præsentium, omniumque, & singulorum præfatorum validitatis hac vice dumtaxat Motu, scientia, & potestatis plenitudine paribus specialiter, & expresse harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ extinctionis, abrogationis, absolutionis, liberationis, declarationis, reservationis, concessionis, assignationis, Decreti, statuti, commissionis, mandati, derogationis, & voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Domini cæ millesimo septingentesimo trigésimo septimo, octavo Idus Martii, Pontificatus nostri anno octavo.

Loco ✠ Bullæ Auræ.



*Bulla do Papa Benedicto XIV. em que unio a Igreja Metropolitana de Lisboa Oriental ao Patriarcado, e lhe dá o titulo de Patriarchal Basilica de Santa Maria, e concede o titulo de Principaes às Dignidades, e Conegos da Santa Igreja de Lisboa.*

## BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**S**alvatoris nostri Mater Beatissima Virgo Maria, ubi primum intra festivos suæ in Cœlum Assumptionis dies supremum Catholicæ Ecclesiæ Culmen non minùs repente, quàm immerentes, Spiritus Sancti afflante virtute, conscendimus, probè Nobis intelligendum monstravit, illuc humilitatem nostram suâ apud Altissimum intercessionem elatam fuisse, ut exinde in omnem terram dirigeremus nostræ considerationis intuitum, quid Ecclesiarum omnium Unigeniti Filii sui sanguine fundatarum statui, ac rationibus maximè conveniret, diligenter inspecturi; sub tantis auspiciis universas Orbis Ecclesias alacri animo perlustrantes ingenti gaudio perfusi fuimus, ubi Patriarchalem Ecclesiam Ulixbonensem Occidentalem sub invocatione Assumptionis ejusdem Beatissimæ Virginis Mariæ quamplurimis verè præcipuis, specialibusque honoribus, & prærogativis insignitam conspeximus: Ubi verò Ecclesiam Ulixbonensem Orientalem jam diu suo Præsule viduatam intuiti fuimus; illico ad ea ministerii nostri vigilantiam convertendam esse censuimus, per quæ Ecclesiæ hujusmodi statui opportuniùs provideri possit.

§. 1. Aliàs siquidem felicitis recordationis Clemens Papa XI. Prædecessor noster Civitatem Ulixbonensem Portugalliæ Metropolim, illiusque Diœcesim, ac Provinciam in duas partes, Occidentalem scilicet, & Orientalem divisit, earumque altera versus Orientem antiquo Archiepiscopatu Ulixbonensi tunc, prout etiam nunc, ut præfertur, vacanti relicta, aliam versus Occidentem novo Archiepiscopatu, quem Patriarchali quoque titulo, & dignitate decoravit, seculari, & insigni Collegiatâ Ecclesiâ in eadem parte Occidentali, videlicet in Regio Palatio sub invocatione Divi Thomæ existente, quæ sex Dignitatibus, ac octodecim Canonicis, duodecimque Beneficiatis constabat, in Metropolitanam, & Patriarchalem Ecclesiam, præviâ suppressione prioris tituli, sub invocatione Assumptionis Beatæ Mariæ Virginis erectâ, assignavit, & tam ei præficiendum pro tempore Patriarcham, quàm illius Capitulum, & Canonicos variis prærogativis ad illorum honorificentiam extulit, adjectis etiam pro felici, ac tranquillo utriusque Ecclesiæ regimine nonnullis Decretis ad evitandas jurisdictionales controversias, quæ ex hujusmodi divisione, ac respectivè erectione oriri possent, prout in ejusdem Clementis Præ-

Num. 125

An. 1740.

decessoris sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo sexto decimo septimo Idus Novembris Pontificatus sui anno sexto decimo sub Bullâ Aurêa desuper expeditis literis plenius, & fusiùs continetur.

§. 2 Et subinde piæ memoriæ Clemens PP. XII. similiter Prædecessor noster providè considerans prædictæ Ecclesiæ Ulixbonensis Occidentalis Patriarcham pro tempore existentem iis insigniis, ac prærogativis ab Apostolicâ Sede elargitis potiri, ut inter Ecclesiasticos Præfules, & Antistites plurimùm excelleret, unde meritò in S. R. E. Cardinalium Ordinem esset adscribendus, id circo de nonnullorum ejusdem S. R. E. Cardinalium consilio, Charissimo in Christo Filio Nostro Joanne hoc nomine Quinto Portugalliæ, & Algarbiorum Rege Illustri id ipsum desiderante, Motu proprio suâ perpetuò valitura Constitutione, concessit, indulgit, statuit, atque decrevit, ut ubi in Consistorio prædictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali pro tempore vacanti de ejus Patriarchâ Apostolica auctoritate provisum fuerit; electus Patriarcha hujusmodi in amplissimum prædictæ S. R. E. Cardinalium Senatû in altero immediatè sequenti Consistorio per laudabilem illam Sedis Apostolicæ erga Orthodoxas Nationes in assumendis ipsius S. R. E. Cardinalibus providentiam, & indulgentiam sub certis modo, & forma, ac lege, & conditionibus habendam cooptetur, prout in Literis Apostolicis secundo dicti Clementis Prædecessoris sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigésimo septimo sexto decimo Kalendas Januarii Pontificatus sui anno octavo, sub simili Bullâ Aurêa desuper expeditis etiam plenius, & diffusius continetur.

§. 3 Cum verò quatuor supra viginti annorum experienciâ sensim innotuerit quamplura incommoda, quæ ex divisione prædictâ quotidie oriuntur, non obstantibus prædictarum primo dicti Clementis Prædecessoris Literarum dispositionibus, & Decretis, satis vitari non posse, eo præsertim quod Reos, & Dyscolos coercere ipsa diversi Territorii vicinitas frequenter impediat, cum ex unâ ad aliam Civitatis partem facili migratione judicii severitati se subtrahant; hujusmodi perturbationum salutare remedium visum fuit, quod, & ipsum Joannem Regem pariter sentire comperimus, ut Archiepiscopalis Ecclesiæ Ulixbonensis Orientalis prædicta Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali prædictæ, quarum utraque de Jurepatronatus ejusdem Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu Privilegio Apostolico, cui non est hætenus in aliquo derogatum, existunt, cum omnimodâ subjectione perpetuò uniatur, & incorporetur.

§. 4 Nos igitur in præmissis ex injuncti Nobis Apostolici muneris debito prospicere volentes, ad Omnipotentis Dei laudem, & in ejusdem Gloriosissimæ Dei Genetricis Mariæ honorem, firmis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis privilegiis, indultis, gratiis, prærogativis, ac præeminentiis super omnes etiam Primatiales, Archiepiscopales, & Episcopales Ecclesias, omniaque Capitula Regni Portugalliæ alias à Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus prædictæ



dictæ Patriarchali Ecclesiæ Ulixbonensi Occidentali, illiusque Patriarchæ, Capitulo, Dignitatibus, Canonicis, cæterisque Ministris pluries, & successivè concessis, quæ per infra scriptam unionem in Capitulum, & Canonicos infra dicendæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ pro tempore existentes nullo unquam tempore transfusa sint, vel esse censeantur, communicatione quâcumque semper, & omnino exclusâ, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine Ulixbonensi tam Occidentali, quàm Orientali denominatione, Archiepiscopalique dignitate abrogatâ, & extinctâ, ac Civitatum, Dioecesum, & Provinciarum Ulixbonensium partibus divisim prædictis ut prius in unum reunitis, & consolidatis; itaut ex utraque Ecclesiâ hujusmodi Patriarchalis Ecclesia, quam deinceps Lisbonensem appellari volumus, constituta remaneat, & in solâ Patriarchali hætenus Ulixbonensi Occidentali nuncupatâ Ecclesiâ, qui pro tempore fuerint ejusdem Ecclesiæ Patriarchæ Sedem fixam habere, & possessionem capere debeant, ac ex utriusque Ecclesiæ hujusmodi Mensis, earumque fructibus, redditibus, & proventibus, una tantum Patriarchalis Mensa coalescat, ac iisdem fructibus, redditibus, proventibus, & pertinentiis quibuscumque (excepto Archiepiscopali Palatio, ipsiusque adjacentiis, quod, & quas in usum, & commoda unius Seminarii puerorum Patriarchalis per alias nostras Literas erigendi, & instituendi ex nunc destinamus, sequegramus, & reservamus) Venerabilis Frater Noster Thomas Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Presbyter Cardinalis Patriarcha Lisbonensis, ejusque successores uti, frui, potiri, & gaudere liberè, & licitè possit, & possint, & in utriusque Ecclesiæ hujusmodi Clerum, & populum plenam, & omnimodam jurisdictionem, & superioritatem exercere, ac in hujusmodi exercitio unum, & eundem Officiale Patriarchæ Lisbonensis nuncupandum, pro tempore constituere, & deputare, unumque itidem, idemque Tribunal, ac unam, eandemque Cancellariam Patriarchæ Lisbonensis nuncupandum, & nuncupandam desuper efformare, ac super omnes, & singulas utrique Ecclesiæ prædictæ olim respectivè assignatas suffraganeas Ecclesias jus Metropoliticum sibi vindicare, & exercere, omnibusque, & singulis concessionibus, indultis, & privilegiis à Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus, tam Patriarchæ Ulixbonensi Occidentali, quàm Archiepiscopo Ulixbonensi Orientali antea respectivè elargitis itidem gaudere, aliaque etiam per unum, & eundem Officiale prædictum exequi, quæ sibi de jure, usu, vel consuetudine ratione unionis spectare, & pertinere poterunt, plenè, & liberè valeat, & debeat, ac valeant, & debeant; Patriarchali Ecclesiæ Lisbonensi prædictæ Orientalem antehac nuncupatam Ecclesiam prædictam, cujus fructus, redditus, & proventus, ut accepimus, ad mille florenos auri in Libris Cameræ Apostolicæ taxati reperiuntur, de prædicti Joannis Regis consensu perpetuo unimus, & incorporamus; ac eandem hucusque Orientalem nuncupatam Ecclesiam omni, & quocumque Cathedralitatis, ac Metropolis jure, ac prærogativâ ab eâdem Ecclesiâ abdicato, & abdicata, ejusque Capitulo, & Canonicis quâlibet quoscumque actus jurisdictionales

ditionales exercendi facultate, & auctoritate, tam Sede Patriarchali plenâ, quàm vacante, penitus interdictâ, & ablatâ, Sanctæ Mariæ invocatione insignitam, & Patriarchali quoque, sed honorario tantum nomine decoratam manere volumus, & respectivè concedimus.

§. 5 Necnon omnia, & singula munia, & officia olim Curiae Ecclesiasticae Archiepiscopalis Ecclesiae Ulixbonensis Orientalis nuncupata, gratiosa videlicet supprimendi, de aliis verò titulo oneroso, seu praestiti servitii intuitu acquisitis, & respectivè concessis, prout ratio, & æquitas suadebunt, opportunè disponendi, & providendi dicto Thomæ Cardinali Patriarchæ, vel ejus successoribus facultatem concedimus, & respectivè curam imponimus.

§. 6 Unionem præterea prædictam, ac omnia superius ordinata illico, & absque ullâ possessionis adipiscendæ solemnitate suos integros, & plenarios effectus fortiri, & obtinere debere, itaut vigore praesentium, earumque notificationis à prædicto Thoma Cardinale Patriarcha, vel ejus successore Capitulo, & Canonicis Archiepiscopalis olim Ecclesiae Ulixbonensis Orientalis, faciendæ ipse Thomas Cardinalis Patriarcha, vel ejus successor in possessionem tam jurisdictionis, quàm omnium, prædictorum ejusdem Ecclesiae fructuum, reddituum, & proventuum, ac jurium, & pertinentiarum Apostolicâ auctoritate immissus esse censeatur eo ipso, & exinde pro legitimo possessore se gerere valeat, & debeat, intentionis, & voluntatis nostræ fore, & esse decernimus, & declaramus.

§. 7 De cætero circa Dignitatum, & Canonicatum, ac Præbendarum, necnon dimidiorum Canonicatum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartanariarum dictæ Ecclesiae Sanctæ Mariæ futurum statum, ac in ipsâ Ecclesiâ novam Ministrorum erectionem, & institutionem, Chorique servitium, ac alia ad regimen ipsius Ecclesiae pertinentia, quod opportunum visum fuerit, per aliam nostram Constitutionem postmodum ordinare, & decernere nobis proponimus.

§. 8 Ut autem ordo Hierarchicus in Patriarchalis Ecclesiae Lisbonensis maiestate amplius elucescat, attendentes quod præfatas ipsius Patriarchalis Ecclesiae sex Dignitates, & præfatos octodecim Canonicatus, & Præbendas pro tempore obtinentes, ac Capitulum ejusdem Patriarchalis Ecclesiae constituentes tam præstantibus privilegiis, indultis, & prærogativis à Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus decorari, reperiuntur, præterquam quod inter Magnates prædicti Portugalliae Regni connumerentur, ut eos aliquo speciali nomine, & titulo ab aliis in eadem Patriarchali Ecclesiâ inservientibus discerni rationi apprimè congruum videatur; volumus, & mandamus, ut viginti quatuor hujusmodi, salvis, & illæsis remanentibus omnibus, & singulis eis, vel ad eos sub nomine Dignitatum, & Canonicorum Patriarchalis Ecclesiae Ulixbonensis Occidentalis, aut secularis, & insignis Collegiatae Ecclesiae præfatae, etiam de tempore quo fuit simplex Capella Regia, ab hac Sancta Sede, vel à prædicto Joanne Rege, seu ab ejus Prædecessoribus Regibus concessis indultis, præemi-nentiis, & gratiis, aut pertinentibus juribus, & exemptionibus quibuscumque; simili Dignitatum, & Canonicorum nomine relicto, Pa-  
triarchalis



triarchalis Ecclesiæ Lisbonensis Principales deinceps nuncupentur, eorumque successores sub non alio quàm Principalatus hujusmodi titulo collativo, & denominatione in eadem Patriarchali Ecclesiâ perpetuis futuris temporibus instituantur.

§. 9 Decernentes præsentēs semper, & perpetuò validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel quâlibet causâ, quantumvis legitima, & juridicâ, etiam ex eo, quod quicumque cujuscumque Dignitatis, gradus, conditionis, & præminentia sint in præmissis, & circa ea quomodolibet ex quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione, jus, vel interesse habentes, aut habere prætendentes, illis non consenserint, aut ad id vocati, & auditi, & causæ propter quas eadem præsentēs hujusmodi emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, seu intentionis nostræ, aut jus, vel interesse habentium consensus, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuum mentionem, ac expressionem requirente defectu, sive etiam ex eo quod in præmissis, eorumve aliquo solemnitates, & quævis alia servanda, & adimplenda, servata, & adimpleta, non fuerint, aut ex quocumque alio capite, à jure, vel facto, aut statuto vel consuetudine aliquâ resultante, aut quocumque alio colore, pretexto, ratione, vel causâ etiam in corpore juris clausâ etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quod de voluntate nostrâ, & aliis superiùs expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperiitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, aut aliud quodcumque juris, facti, gratiæ, vel justitiæ remedium, impetrari, seu quomodolibet etiam Motu simili concessio, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in judicio, vel extra posse, neque ipsas præsentēs, sub quibusvis similibus, vel dissimilibus gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus etiam per Nos, & successores nostros Romanos Pontifices pro tempore existentes, & Sedem Apostolicam præfatam etiam motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus etiam consistorialiter, ex quibuslibet causis, & sub quibusvis verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, etiamsi in eis de eisdem præsentibus, eorumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fiat, pro tempore factis, & concessis, ac faciendis, & concedendis comprehendi, sed tanquam ad maius bonum, & Divini cultus augmentum tendentes, semper, & omnino ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & validissimum, ac eum, in quo antea quomodolibet erant, statum restitutas, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ quodcumque eligendâ concessas esse, & fore.

Sicque.

§. 10 Sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictæque Sedis Nuncios, ac alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, prærogativâ, & privilegio fungentes, ac honore, & præeminentiâ fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate, in quocumque judicio, & quacumque instantiâ judicari, & definiri debere, irritum, quoque, & inane, si secûs super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari.

§. 11 Non obstantibus primo dicti Clementis Prædecessoris Literis præfatis quoad divisionem præfatam, ac jurisdictionis distinctionem, & Decreta, ac providentias, aliaque præmissis adversantia tantum, aut ratione divisionis prædictæ concessa, & ordinata, quæ omnia abrogata, & abolita esse volumus, salvis in reliquis remanentibus cæteris dispositionibus, gratiis, privilegiis, & indultis inibi expressis, & respectivè elargitis, & quatenus opus sit nostra, & Cancellariæ Apostolicæ regulâ, per quam dudum inter alia decrevimus, & declaravimus nostræ intentionis fore, quod deinceps per quamcumque signaturam, seu concessionem, aut gratiam, vel Literas Apostolicas pro commissionibus, seu mandatis, aut declarationibus in quibuscumque causis, etiam si Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac etiam ante motam litem à Nobis emanaverint, vel de mandato nostro faciendas nulli jus sibi quæsitum quomodolibet tollatur; necnon Lateranensis, & aliorum etiam Generalium, & ultimò celebratorum Conciliorum uniones perpetuas, nisi in casibus à jure præmissis fieri prohibentium, & quibuscumque aliis Apostolicis etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis in contrarium præmissorum editis, vel edendis specialibus, vel Generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, ac Patriarchalis Lisbonensis, & Ulixbonensis Orientalis quondam nuncupatæ Ecclesiarum præfatarum, etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, styli, usibus, & consuetudinibus etiam immemorabilibus, privilegiis quoque, indultis, & Literis Apostolicis, illis, eorumque Superioribus, & Personis quibuscumque etiam speciali, specificâ, expressâ, & individuâ mentione dignis sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibuscumque etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie etiam Motu pari, ac consistorialiter, aut aliàs quomodolibet etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis, etiam si in eis caveatur expresse, quod illis per quascumque Literas Apostolicas, etiam Motu simili pro tempore concessas, quascumque etiam derogatorias derogatorias in se continentes derogari non possit, neque censeatur eis derogatum.

§. 12 Quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque  
totis



totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua exquisita forma ad hoc servanda foret, etiamsi in eis caveatur expressè, quod illis nullahaftenus, aut nonnisi sub certis modo, & formâ derogari possit, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, & formâ in illis traditâ observatâ inserti forent, præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum, hac vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, ac sufficienter, necnon specialiter, & expressè Motu, scientiâ, & Potestatis plenitudine similibus harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque.

§. 13 Volumus autem, quod ex unione hujusmodi in posterum fructus Patriarchalis Lisbonensis Ecclesiæ in Libris Cameræ nostræ Apostolicæ prædictæ ad taxam bis mille florenorum auri reducantur, & ad bis mille florenos auri hujusmodi taxati existant.

§. 14 Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri Motus proprii, Unionis, Incorporationis, Voluntatis, Concessionis, Indulti, Declarationis, Mandati, Decreti, & Derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire, siquis autem hoc attentare præsumperit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum.

Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo Idibus Decembris Pontificatus nostri anno primo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

*Alvará del Rey D. João o V. porque mandou, que havendo cessado os motivos da divisaõ de Lisboa Occidental, e Oriental, se não chame mais, que Lisboa.*

**E**U El Rey faço saber aos que este Alvará virem, que por haver respeito a ter o Santo Padre Benedicto XIV. ora na Igreja de Deos Presidente, por justas razoes, que lhe foraõ presentes, unido, com meu Real consentimento, por sua Bulla de Motu proprio de 13 de Dezembro do anno proximo passado, as duas Cidades, e territorios de Lisboa Occidental, e Oriental, extinguindo, e abollindo, quanto ao governo Ecclesiastico, estas denominações, com as mais circumstancias, que na dita Bulla se contém; e por me parecer conveniente, que cessando, a respeito do Ecclesiastico, as sobreditas distincções, e denominações, cesse tambem no secular a divisaõ, que fuy servido ordenar nesta minha muito nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, repartindo-a em Occidental, e Oriental, e determinando, que em cada huma dellas houvesse distincto Senado da Camera,

Num. 126  
An. 1741.

com outras circumstancias expressadas no Alvará de 15 de Janeiro de 1717, em cuja conformidade ordeney já a todos os Tribunaes, Juizes, e mais Officiaes do meu serviço, que nos papeis, que expedirem, ou fizerem expedir, assim em particular, como em commum, se não faça mais a dita distincção das Cidades: Hey por bem, que para o diante fiquem incorporadas em huma só as duas Cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, com hum só Senado, que se chamará de Lisboa, sem outro distinctivo, o qual Senado se ajuntará, e fará o seu despacho na Casa da Vereação, sita no Rocio desta Cidade, em seis dias da semana, com hum só Presidente, e seis Vereadores, hum Escrivão, dous Procuradores da Cidade, e quatro Procuradores dos Mesteres della, os quaes constituirão daqui em diante hum só Corpo: Hey outro sim por bem, que o augmento dos ordenados, que no dito Alvará fuy servido conceder aos Presidentes, e Vereadores dos dous Senados de Lisboa Occidental, e Oriental, continue a diante a favor do Presidente, e Vereadores do Senado de Lisboa, levando na folha, o Presidente 200U reis, e cada hum dos Vereadores 100U reis de accrescentamento, como se contém no dito Alvará, por ser assim minha merce; e pelo que toca à outra Casa, em que tambem se fazia Vereação, e suas adjacencias, determinarey o que for servido. E este meu Alvará quero, que valha, e tenha força, e vigor, como se fosse Carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, sem embargo da Ordenação do livro segundo, titulo 39, e 40, que o contrario dispoem: e este passará por minha Chancellaria. Lisboa 31 de Agosto de 1741.

REY.

Pedro da Mota e Sylva. = Joseph Gonçalves Paz o fez.

*Decreto, que se mandou à Mesa do Desembargo do Paço, sobre que tinha cessado a distincção em Lisboa, de Occidental, e Oriental.*

Dit.n. 126  
An. 1741.

**T**Endo-se unido com meu Real consentimento, pelo que pertence ao governo Ecclesiastico, esta Cidade de Lisboa, cessando as distincções de Occidental, e Oriental, que até agora existião; e sendo conveniente, que a mesma união tenha lugar, tanto a respeito das jurisdicções seculares, como dos negocios civis, e politicos. Hey por bem ordenar, que do primeiro de Setembro deste anno em diante, nos papeis, e Escrituras publicas, e particulares, assim em Juizo, como fóra d'elle, se não use mais das referidas distincções. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e o faça executar pela parte, que lhe toca. Lisboa 31 de Agosto de 1741.

*Nesta mesma fórma baixaraõ Decretos aos mais Tribunaes.*

*Bulla*



*Bulla porque o Papa Benedicto XIV. supprimio o antigo Cabido, Dignidades, Canonicatos, Quartanarias da Igreja de Santa Maria, dando faculdade ao Cardeal Patriarca para erigir, com conselho, e consentimento del Rey, vinte e oito Canonicatos, e vinte Beneficiados do Padroado Real, &c.*

## BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**E**A, quæ providentiæ nostræ reservavimus omnibus numeris absolute, & ad perfectum perducere finem satagimus, tunc verò libentius, cum opportuna Divini Cultus augendi, Ministrosque ei ad dictos multiplicandi sese hinc offert occasio.

Num. 127

An. 1741.

§. 1. Sanè cum Nos nuper Patriarchali Ecclesiæ olim Ulixbonensi Occidentali nuncupatæ Archiepiscopalem Ecclesiam, quæ usque tunc Ulixbonensis Orientalis nuncupabatur, quarum utraque de Jurepatronatus charissimi in Christo Filii nostri Joannis hoc nomine Quinti Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non erat eatenus in aliquo derogatum existere dignoscebantur, de ipsius Joannis Regis consensu univerimus, & incorporaverimus, dictamque Patriarchalem Ecclesiam Archiepiscopali dignitate, ac Ulixbonensi tam Occidentali, quàm Orientali denominatione extinctâ, Lisbonensem deinceps appellari, alteram verò Patriarchali, sed honorario tantum nomine decoratam, & sub Sanctæ Mariæ invocatione in posterum nuncupandam, ejusque Capitulum, & Canonicos, cæterosque Ministros, Clerumque, & populum cum omnimoda subjectione Venerabili Fratri Nostro Thomæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Presbytero Cardinali Patriarchæ Lisbonensi, ejusque successoribus, eidemque Patriarchali Ecclesiæ Lisbonensi, qualibet quoscumque actus jurisdictionales exercendi facultate, & auctoritate Capitulo, & Canonicis prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ penitus interdictâ, & ablatâ, subjacere voluerimus, jusserimus, & statuerimus; de cætero Nobis proponentes circa Dignitatum, & Canonicatum, ac Præbendarum, necnon dimidiorum Canonicatum, ac dimidiarum Præbendarum, & Quartanariarum dictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ futurum statum, ac in ipsâ Ecclesiâ novam Ministrorum fundationem, & institutionem, Chorique servitium, ac alia ad regimen ejusdem Ecclesiæ pertinentia, quod opportunum videretur, postmodum decernere, & ordinare, prout in nostris Literis sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo Idibus Decembris Pontificatus Nostri anno primo sub Bulla Aurea desuper expeditis plenius, & fusiùs continetur.

§. 2 Nunc ad Decreta, & ordinationes, huiusmodi providentiæ nostræ curam juxta prædicti Joannis Regis pias Nobis notas intentiones, & desideria adhibere prosequimur.

§. 3 Quoniam igitur in prædictâ Ecclesiâ Sanctæ Mariæ octo Dignitates, quarum duæ, Decanatus scilicet, & Cantoratus, ultra propriam in Mafsâ Capitulari uniuscujusque Præbendam, quosdam alios redditus ab ipsis pro tempore Decano, & Cantore privativè administrari solitos, & forsan à Parochialibus Ecclesiis eisdem Decanatu, & Cantoratu unitis provenientes annexos habent; tres verò aliæ de Lisboa scilicet, ac de Sanctarem respectivè nuncupati Archidiaconatus, ac Scholastia omnes suos fructus, redditus, & proventus alibi quàm in Mafsâ Capitulari constitutos, & forsan etiam à Parochialibus Ecclesiis ipsis annexis provenientes, habent, quos ipsi pro tempore Archidiaconi, ac Scholaster liberè, & independenter administrant, reliquæ verò tres, Thesaurariatus scilicet maior, & Archidiaconatus della terza Sedia respectivè nuncupati, ac Archipresbyteratus, eosque pro tempore obtinentes unam pro quolibet Præbendam ex Mafsâ Capitulari percipiunt; itemque viginti Canonicatus, quorum unusquisque suam Præbendam habet in Mafsâ Capitulari, & unus ex Canonicatibus, & Præbendis huiusmodi de Mafra nuncupatus, & nuncupata Capellaniæ maiori nuncupatæ Capellæ Sancti Sebastiani in eadem Sanctæ Mariæ Ecclesiâ sitæ, Apostolicâ auctoritate perpetuò unitus, & unita reperiuntur; & insuper quatuor dimidii Canonicatus, & dimidiæ Præbendæ super duabus, & duodecim Quartanariæ super tribus ejusdem Capitularis Massæ Præbendis fundati, & fundatæ, quæ, & qui omnes Dignitates, Canonicatus, ac Præbendæ, dimidii Canonicatus, ac dimidiæ Præbendæ, & Quartanariæ, necnon huiusmodi Capellania maior nuncupata de Jurepatronatus dicti Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hætenus in aliquo derogatum, esse dignoscuntur; & ulterius quarundam aliarum Massæ Capitularis Præbendarum fructus, pro Fabricâ, & Sacristiâ, ac inferiorum Ministrorum sustentatione, & in alios ejusdem Archiepiscopalis Ecclesiæ usus, & indigentias, jam dudum applicati, ac demum aliquibus ex dictis Præbendis aliqui fructus, redditus, proventus, & proprietates peculiariter annexi, & annexæ, certæque domus, ad quas jure optionis prædictas Dignitates, ac prædictos Canonicatus, & Præbendas pro tempore obtinentes perveniunt, sicut accepimus, existunt.

§. 4 Nos, ut in prædictâ Ecclesiâ Sanctæ Mariæ Altissimi servitium in Divinis laudibus persolvendis multiplicato Ministrorum numero, perfectiorique introductâ normâ adaugeatur, aliaque pia, & rationabilia proposita ad optatum valeant finem perducì, accedente ad omnia infrascripta ejusdem Joannis Regis consensu, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac maturâ deliberatione nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Decanatum, qui prima, & Cantoratum, qui secunda, ac Archidiaconatum de Lisboa, qui tertia, & Thesaurariatum maiorem, qui quarta, ac Archidiaconatum de Sanctarem, qui quinta, ac Scholastriam, quæ  
sexta,



sexta, & Archidiaconatum della terza Sedia respectivè nuncupatos, qui septima, ac Archipresbyteratum, qui octava, inibi Dignitates existunt, necnon quatuor prædictos dimidios Canonicatus, ac dimidias Præbendas, ac prædictas duodecim Quartanarias, necnon prædictam Capellaniam maiorem nuncupatam Capellæ Sancti Sebastiani, præviâ ipsius Capellanix à Canonicatu, & Præbendâ de Mafra nuncupatis, disjunctura, & separatione, illarumque, & illorum respectivè titulum collativum, essentiam, & denominatione, ex nunc, quoad prædictas Dignitates, & prædictos dimidios Canonicatus, ac dimidias Præbendas, & Quartanarias, ac Capellaniam maiorem actu vacantes, quo verò ad illas, & illos actu nunc minimè vacantes, ex nunc pro tunc, & postquam à prædicto Joanne Rege, ut infra, illas, & illos obtinentium indemnitati consultum fuerit, perpetuò supprimimus, & extinguimus.

§. 5 Ac in eadem Ecclesiâ Sanctæ Mariæ octo alios Canonicatus, totidemque Præbendas pro octo Canonicis, ac viginti Beneficia, pro viginti Beneficiatis, & reliqua octodecim perpetua simplicia Beneficia Ecclesiastica, Clericatus respectivè nuncupanda pro octodecim Clericis Beneficiatis respectivè nuncupandis, qui apud dictam Ecclesiam personaliter residere, debitaque, & ipsis ut infra injungenda servitia, & obsequia præstare, ac unâ cum aliis viginti Canonicis, ut infra subrogandis juxta modum, & formam desuper Capitulo, & Canonicis, cæterisque Ministris ejusdem Ecclesiæ Sanctæ Mariæ à prædicto Thomæ Cardinali Patriarcha, ejusque successoribus cum consilio, & consensu ejusdem Joannis Regis de novo præscribendum, & præscribendam, (quo circa dictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ usus, consuetudines, & statuta quacumque etiam juramento, vel quâvis etiam Apostolicâ auctoritate roborata abrogamus, omnesque, & singulas facultates à felicis recordationis Clemente Papa Duodecimo Prædecessore Nostro ipsi Thomæ Cardinali Patriarchæ pro novâ Patriarchalis Ecclesiæ prædictæ servitii formâ constituendâ per suas Literas sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo trigesimo octavo, octavo Idus Decembris, Pontificatus sui anno nono, sub Bullâ Aureâ desuper expeditas aliàs concessas, & impertitas Nos eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus erga prædictam Sanctæ Mariæ Ecclesiam, ipsiusque Capitulum, & Canonicos, ac Beneficiatos, & Clericos Beneficiatos, cæterosque Ministros illi pro tempore inservientes per præsentem extendimus) Horas Canonicas nocturnas, ac diurnas psallere, aliaque Divina Officia celebrare, quo verò ad Indulta, gratias, prærogativas, jura, stylos, & usus, quibus Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Capitulum, & Canonici, alique Ministri antehac fruebantur, illis tantum prædicto Patriarchæ cum consilio, & consensu ejusdem Joannis Regis quocumque tempore bene visis gaudere, habitum verò Choralem in aliqua ex Cathedralibus dicti Regni deferri solitum, ac arbitrio ejusdem Patriarchæ eligendum gestare debeant, perpetuò erigimus, & instituimus.

§. 6 Pro congruâ verò sustentatione, ac dote perpetuâ prædictorum

ctorum viginti octo Canonorum, viginti Beneficiatorum, ac octodecim Clericorum Beneficiatorum, Massam Capitularem prædictam, ac ex illâ quinque, Decanatus videlicet, Cantoratus, Thesaurariatus Maioris, & Archidiaconatus della terza Sedia respectivè nuncupatorum, ac Archipresbyteratus, ut præfertur, suppressarum, ac extinctarum Dignitatum prædictarum, ac viginti existentium Canoniciatum prædictorum, (sub conditione compensationis illos nunc obtinentibus, ut infra præstandæ, & faciendæ) necnon duarum super quibus quatuor dimidii Canonicatus, & trium super quibus duodecim Quartanariæ, ut præfertur, suppressi, & extincti, ac suppressæ, & extinctæ, fundati, & fundatæ fuerunt, respectivè Præbendarum omnes, & singulos fructus, redditus, & proventus cum prædictis fructibus, & proprietatibus aliquibus ex dictis Præbendis peculiariter annexis, ac cum præfatis adoptionem domibus in unum Corpus reddituum, (quod à personis pro tempore existenti Patriarchæ Lisbonensi bene visis, & ad nutum amovibilibus juxta regulas ab eodem præscribendas regi, & administrari debeat) redactos, ac insimul octodecim mille septingentos quadraginta sex ducatos auri de Camera secundum communem æstimationem annuatim, ut accepimus, constituentes, quod ad quadringentorum, & quadraginta quatuor pro quolibet Canonico, ducentorum, & viginti duorum pro quolibet Beneficiato, ac centum, & undecim ducatorum auri similium pro quolibet Clerico Beneficiato, ac pro eorum respectivè Præbendis, Beneficiis, & Clericatus annuam respectivè summam sub legibus residentiae, & servitii à Patriarcha prædicto, ut præfertur, imponendis distribuendam, ac prædicta proportionem juxta verum ejus valorem dividendam, circiter ascendit, perpetuò assignamus, applicamus, & appropriamus.

§. 7 Reliquos verò tam Decanatu, ac Cantoratu, ut præfertur, extinctis, & suppressis, quàm Canonicatu, & Præbendæ de Mafra nuncupatis ratione Capellaniæ maioris nuncupatæ prædictæ extra Massam Capitularem antehac annexos fructus, redditus, & proventus quoscumque præviâ ipsorum respectivâ, ac perpetuâ dismembratione, & separatione, necnon omnes, & singulos de Lisboa, & de Sanctarem respectivè nuncupatorum Archidiaconatum, ac Scholastriæ pariter, ut præfertur, suppressorum, & extinctorum, ac suppressæ, & extinctæ fructus, redditus, & proventus, insimul, annuam summam bis mille noningentorum, & sexaginta unius ducatorum auri similium, ut accepimus, constituentes pro unius Seminarii puerorum Patriarchalis per alias nostras Literas instituendi dote, & indigentis, (supportatis tamen per ipsum Seminarium omnibus, & singulis oneribus realibus aliis ejusdem Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Decano, & Cantori, ac de Lisboa, & de Sanctarem respectivè nuncupatis Archidiaconis, ac Scholastico ratione fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi, necnon ejusdem Ecclesiæ Canonico de Mafra nuncupato ratione prædictæ Capellaniæ incumbentibus) perpetuò reservamus, & destinamus, ac ex nunc pro tunc applicamus, & appropriamus.

§. 8 Illos autem nonnullarum dictæ Ecclesiæ Præbendarum fructus in ejusdem Ecclesiæ Fabricæ, & Sacristiæ, aliosque usus, ut præfertur,



tur, applicatos, eandem prorsus applicationem fortiri, & à præfatis ad regimen supradicti reddituum Corporis, & Massæ Capitularis à Patriarchâ pro tempore eligendis personis in eosdemmet usus erogari, & impendi perpetuis futuris temporibus volumus, & mandamus.

§. 9 Ad prædictos verò octo Canonicatus, totidemque Præbendas, ac ad prædicta viginti Beneficia, & ad prædictos octodecim Clericatus respectivè nuncupata, & nuncupatos, ac, ut præfertur, erectos, & institutos, ac erectas, & institutas, & erecta atque instituta, tam hac primâ vice ab eorum, & earum primavâ erectione, & institutione hujusmodi vacantes, & vacantia, quàm quoties ex tunc deinceps quovismodo, & ex quorumcumque etiam nostrorum, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis familiarium, & continuorum commensalium, seu Sedis Apostolicæ, & Romanæ Curiae Officialium, seu Conclavistarum, vel Curialium, aut aliorum reservationem quomodolibet indigentibus personis, seu per liberas, etiam ex causa permutationis, resignationes, jurium cessiones de illis in dicta Curia, vel extra eam, etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus quomodolibet factas, vel admissas, aut affectuionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate collati, seu illos, & illas, ac illa pro tempore obtinentium decessum, etiam apud Sedem prædictam, vel quamvis aliam dimissionem, amissionem, privationem, Religionis ingressum, Matrimonii contractum, & Cathedralium Ecclesiarum, vel Monasteriorum etiam Consistorialium, seu quaecumque aliam promotionem, aut quomodolibet, & qualitercumque vacare contigerit, Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas à pro tempore existente Patriarchâ Lisbonensi prædicto approbandas, & instituendas prædicto Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus, Regibus perpetuò reservamus, concedimus, & assignamus.

§. 10 Ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi verè Regium existere, ac eidem Joanni, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi non ex privilegio, sed ex verâ, primavâ, reali, actuali, plenâ, integra, & omnimodâ fundatione, ac perpetuâ dotatione, competere, & pertinere, ac uti tale sub quacumque derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti, etiam cum quibusvis prægnantissimis, & efficacissimis verbis, clausulis, ac etiam irritantibus, aliisque fortioribus Decretis, in quacumque dispositione etiam per viam Constitutionis, Legis, nostræque, & Cancellariæ Apostolicæ regulæ, etiam per Nos, & successores Nostros Romanos Pontifices, etiam Motu proprio, seu consistorialiter pro tempore quomodocumque factâ, concessâ, & emanatâ nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, aut ex aliquâ causâ, prætextu, ratione, aut occasione derogari posse, neque debere, aut derogatum censi; necnon omnes, & quascumque collationes, provisiones, aliasque dispositiones de omnibus, & singulis Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis, & Clericatibus prædictis contra earundem præsentium tenorem, & aliàs quàm ad præsentationem prædicti Joannis Regis, seu eorum pro tempore successorum  
Regum,

Regum, aut de illius, seu eorum consensu, quibuscumque personis, & sub quibuscumque verborum expressionibus pro tempore factas, seu faciendas, processusque desuper habendos, ac inde pro tempore sequenda, quaecumque nulla, & invalida, nulliusque roboris, vel momenti fore, & esse, ac pro nullis, & infectis haberi, & censeri, nec jus, aut coloratum titulum possidendi cuiquam tribuere, nec per illa acquiri posse decernimus, & mandamus.

§. 11 Cum autem ex præmissis non leve modernorum prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Canonicorum præsentis statui detrimentum inferri satis appareat, ex adverso verumtamen ratio suadeat, propter privatorum commoda publicam Ecclesiæ utilitatem non esse impediendam, propterea, & ne adversus præmissa ab eisdem ullo unquam tempore dissidia, aut controversiæ excitari queant, Joanni Regi prædicto Motu, & potestate similibus permittimus, & concedimus, ut ipse omnes, & singulos modernos prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Canonicos è suis Canonicatibus, & Præbendis (dummodo prius eorum indemnitati, ut infra consulatur) remove, aliosque in eorum quidem locum, non autem in eorum jura, aut privilegia, nisi modo, & formâ, supradictis subrogare possit, itaut à præfatis Canonicatibus, & Præbendis sic remoti, quâvis ratione, seu sub quovis prætextu etiam triennalis possessionis se juvare, aut remotioni hujusmodi opponere, & contradicere nequeant, sed pro remotis Apostolicâ auctoritate habeantur.

§. 12 Ad hoc autem, ut tam illorum, qui Dignitates, ac dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, ac Quartanarias, ut præfertur, suppressas, & extinctas, ac suppressos, & extinctos hætenus obtinent, quàm eorum, quos à Canonicatibus, & Præbendis prædictis removeri, ut etiam præfertur, permittimus, ac respectivè jubemus, indemnitati, prout juris æquitas postulat, consulatur, Nos eundem Joannem Regem à quocumque de non alienandis tam Regiæ Coronæ, quàm Ordinum Militarium, quorum ipse in suis Regnis Gubernator, & perpetuus Administrator existit, respectivè bonis, aut aliàs quomodolibet ab eo præstito juramento, voto, seu obligatione quacumque ad infracriptorum effectum harum serie absolventes, & liberantes, ut ipse prædictas Dignitates, ac Canonicatus, & Præbendas, ac dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, necnon Quartanarias hujusmodi ad præsens obtinentibus, vel ad illorum desiderium propinquis eorundem, seu aliis personis de Regio Ærario, vel in bonis prædictis, seu in honoribus, aut in Ecclesiasticis Beneficiis, seu alio quovismodo saltem equivalenter, juxta arbitrium à prædicto Thoma Cardinale Patriarcha, summarie, & sine figurâ judicii, nulloque ad jus accrescendi propter fallentias, aut vacationes habito respectu, desuper interponendum, quod vim legis, & sententiæ habere volumus, satisfieri, & compensari curet, (cujus compensationis quoad illas Dignitates, & illos Canonicatus, & Præbendas, necnon dimidios Canonicatus, & dimidias Præbendas, ac Quartanarias prædictas, & prædictos, in quibus Coadjutores, futurique successores Apostolicâ auctoritate constituti forsân reperiuntur, hujusmodi Coadjuto-



Coadjutores, futurique successores pro ratâ congruâ portionis eis in Literis Apostolicis pro labore Coadjutoria assignatâ participes erunt, donec per obitum Coadjutoris, vel Coadjuti integra ad superstitem transeat) Apostolicâ auctoritate Motu pari permittimus, concedimus, & respectivè injungimus.

§. 13 Præcipientes ulteriùs, ut nemo prædictorum, postquam indemnitati suæ, ut præfertur, consultum fuerit, in posterum respectivis Dignitatum, Canonicatum, & Præbendarum, ac dimidiorum Canonicatum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartanariarum, quibus antea gaudebant, nominibus, & titulis se inscribere, seu nuncupari facere, aut earum, & eorum solita insignia, seu habitus proprios, & speciales, aut Chorales uspiam gestare, vel deferre quâvis ratione, seu sub quovis prætextu valeat, minusque audeat, vel præsumat.

§. 14 Omnes verò, & singulas collationes, provisiones, & omnimodas alias dispositiones, quorumcumque cum curâ, & sine curâ Beneficiorum, & Ecclesiarum, etiam earum, in quibus animarum cura Capitulo Sanctæ Mariæ Ecclesiæ prædictæ forsan incumbit, necnon perpetuarum, seu ad nutum amovibilium Vicariarum, ac præsentationes, & electiones ad illa, & ad illas, ac forsan confirmationes, & institutiones in eisdem, ac alia quacumque jura de nonnullis muneribus, & officiis Ecclesiasticis, vel Laicalibus providendi, ejusdem Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Capitulo, & Dignitatibus, ac Canonicis in communi, aut uti singulis, ac ratione prædictæ Capellaniæ maioris nuncupatæ Canonico de Mafra nuncupato prædictis alias respectivè competentes, & competentia à Capitulo, Dignitatibus, & Canonicis, ac Canonico hujusmodi abdicantes, & auferentes ad Thomam Cardinalem Patriarcham, ejusque successores prædictos cum plenâ, liberâ, & omnimoda quoad munera, & officia hujusmodi ad sui libitum ea vel conservandi, vel abolendi facultate, & auctoritate præsentibus transferimus; illasque, & illa facultate, & auctoritate hujusmodi ei, & eis Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus etiam perpetuò concedimus.

§. 15 Ac eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus præfatis, quatenus Ecclesiæ, & Dignitatis suæ rationibus expedire censeat, & inter ipsum, ac prædictum Joannem Regem mutuò conveniat, unum, vel plura, seu unam, vel plures ad ipsius Thomæ Cardinalis Patriarchæ, ejusque successorum dispositionem, ut præfertur translata Beneficia, & translatas Ecclesias prædictas, ac prædictas, atque ad id, vel ad ea, ac ad eam, vel ad eas Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas, cum alio, vel aliis similis, vel dissimilis naturæ Ecclesiastico Beneficio, seu Ecclesiasticis Beneficiis de Jurepatronatus dicti Joannis Regis commutandi plenam, & liberam Motu pari tenore præsentium facultatem concedimus, & elargimur; ac hujusmodi commutationem, seu commutationes suos plenarios, & integros effectus fortiri, ac ex nunc pro tunc ratam, & ratas esse volumus, & mandamus.

§. 16 Injungentes eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque

successoribus, ut ipse, & ipsi privative per se, vel alium, seu alios prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ, ejusque Fabricæ, & Sacristiæ Economico, & interiori regimini providam curam impendere, ut tam Divinæ, quàm temporales res in eadem Ecclesiâ eâ, qua decet dignitate, ac opportunâ sollicitudine, & vigilantia administrantur, satagat, & satagant.

§. 17 Quoniam verò ablatâ, ut præfertur, prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Capitulo, & Canonicis quosvis jurisdictionales actus exercendi facultate, ac Beneficiorum, & officiorum quorumcumque collatione, & provisione, reddituum verò Capitularis Massæ, ipsiusque Ecclesiæ, ac ejus Fabricæ, & Sacristiæ Economico, & interiori regimine pro tempore existenti Patriarchæ, personisque ab ipso eligendis, ut etiam præfertur, mandato, nulla amplius sessiones Capitulares habendi superest occasio, justâ Nos desuper providentiâ ducente, Aulam Capituli prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ cum circumjacentibus etiam Archivii Cameris in usus, & commoda Seminarii prædicti destinare constituimus, & reservatas esse jubemus, ac eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ alium opportunum locum pro ipsius Ecclesiæ Tabulario collocando seligendi, & destinandi curam imponimus.

§. 18 Ut autem præsentibus, omniaque, & singula in eis contenta debitæ, paratæque executioni, omnimodæque demandentur observantiæ, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine, similibus eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus prædictis per præsentibus committimus, & mandamus, quatenus ipse, & ipsi per se, vel alium, seu alios, etiam quâvis difficultate occurrente, & à Nobis non prævisâ, quæ effectum præsentium minimè retardare valeat, easdem præsentibus, & in eis contenta quæcumque debitæ executioni demandari faciat, & faciant, ac ubi, & quando opus fuerit solemniter publicans, & publicantes, & in præmissis efficacis defensionis præsidio assistens, & assistentes faciat, & faciant Apostolicâ auctoritate omnia, & singula præmissa suum debitum sortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuscumque personis firmiter, & inviolabiliter observari, & adimpleri, Contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia appellatione postpositâ, compellendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii sæcularis.

§. 19 Et insuper eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus prædictis quoscumque omnium, & singulorum præmissorum effectum impediens, & in eisdem præmissis molestans, perturbans, & quovismodo contradicentes etiam per edictum publicum, constituto summarie de non tuto accessu, citandi, illisque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per edictum sub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & Officiorum Ecclesiasticorum, & sæcularium ejus, & eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis inhibendi, ac eos quos censuras, & pœnas hujusmodi incurrisse constiterit, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac censuras, &

pœnas



pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi, & reaggravandi plenam, & liberam Motu, & auctoritate similibus facultatem concedimus.

§. 20 Decernentes easdem præsentis semper, & perpetuò validas, & efficaces esse, & fore, suorumque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, & ex quâlibet causâ quantumvis legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, ac speciali notâ dignâ, etiam ex eo quod Dignitatum, Canoniatuum, & Præbendarum, ac dimidiorum Canoniatuum, & dimidiarum Præbendarum, ac Quartanariarum prædictarum, & prædictorum Possessores, seu quicumque cujuslibet dignitatis, gradus, conditionis, & præminentiae in præmissis, & circa ea quomodolibet jus, vel interesse habentes, seu habere prætendentes illis non consenserint, & ad illa vocati, & auditi non fuerint, & causæ, propter quas eadem præsentis emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis nostræ, aut quolibet alio quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuum mentionem, & expressionem requirente defectu; sive etiam ex eo quod in præmissis, eorumve aliquo solemnitates, & quævis alia adimplenda, & servanda, adimpleta, & servata non fuerint, aut ex quocumque alio capite à jure, vel factò, aut statuto, seu consuetudine aliquâ resultante, vel etiam enormis, enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliave causâ etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessariò exprimenda foret, aut quod de voluntate nostrâ hujusmodi, & aliis superius expressis nullibi appareret, seu alias probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum aperiitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, & aliud quodcumque juris facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu pari concessio, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in Judicio, vel extra posse, neque easdem præsentis sub quibusvis similium, vel dissimilium gratiarum revocationibus, suspensionibus, limitationibus, modificationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, seu Cancellariæ prædictæ regulis, aut Constitutionibus Apostolicis etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, etiam Consistorialiter, & quibusvis de causis, & sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis pro tempore quomodolibet factis, & emanatis, etiam si in eis de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fieret, comprehendi, sed tanquam ad maius bonum, & Divini cultus augmentum tendentes semper ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & eum, in quo antea erant, statum restitutas, reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori data quodcumque eligenda concessas esse, & fore.

§. 21 Sicque, & non aliter in præmissis omnibus, & singulis per

quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, diæque Sedis Nuncios, & alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, præeminentiâ, & honore fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quacumque instantiâ judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus.

§. 22 Non obstantibus nostris, & Cancellariæ Apostolicæ Regulis de jure quæsito non tollendo, & de exprimendo vero annuo valore, necnon omnium, & singularum, ac singulorum Dignitatum, Canoniatuum, & Præbendarum, dimidiorum Canoniatuum, & dimidiarum Præbendarum, Quartanariarum, ac Capellanæ maioris nuncupatæ prædictarum, ac prædictorum respectivè foundationibus, aliisque Apostolicis, ac etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis in contrarium præmissorum editis, vel edendis, specialibus, vel generalibus Constitutionibus, Ordinationibus, & Decretis quibuscumque, diæque Ecclesiæ olim Ulixbonensis Orientalis nuncupatæ etiam juramento, confirmatione Apostolicâ, vel quâvis firmitate alia roboratis statutis, eorumque reformationibus, & additionibus, styli, usibus, & consuetudinibus etiam immemorabilibus, dispositionibus, & ultimis voluntatibus in contrarium eorundem præmissorum, necnon quibusvis privilegiis etiam ex fundatione competentibus à quibuscumque Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris concessis, ac Indultis, & Literis Apostolicis sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibusvis etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis claris, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie etiam Motu pari, etiam Consistorialiter, aut aliâ quomodolibet in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis.

§. 23 Quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, etiam si in eis caveatur expresse, quod illis nullatenus, aut nonnisi sub certis modo, & formâ derogari possit, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, & formâ in illis traditâ observatâ inserti forent, præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliâ in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum, hac vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, & sufficienter, necnon specialiter, & expresse Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque.

§. 24 Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ suppressionis, extinctionis, erectionis, institutionis, assignationis, applicationis, destinationis, appropriationis, voluntatis, mandati, re-

servationis,



servationis, concessionis, Decreti, permissionis, absolutionis, injunctionis, præcepti, translationis, commissionis, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum.

Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo primo pridie Idus Julii Pontificatus nostri anno primo.

Loco ✠ Bullæ Aureæ.

*Bulla do Seminario Patriarcal, erigido na Cidade de Lisboa.*

## BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**D**ivini Præceptoris ad Apostolos verba *Sinite parvulos venire ad me*, nos expressè admonent non minimam Apostolici muneris partem in Christianorum puerorum institutione curandâ, & dirigendâ consistere, quò morum, & doctrinæ puritate imbuti ante Divinum conspectum præsentari digni efficiantur.

Num. 128

An. 1741.

§. 1 Hujus memores præcepti, cum nuper Archiepiscopalem quondam Ecclesiam Ulixbonensem Orientalem nuncupatam Patriarchali Ecclesiæ Lisbonensi unire decreverimus volentes, ut Ecclesia unita hujusmodi sub invocatione Sanctæ Mariæ deinceps nuncuparetur, Venerabilisque Frater Noster Thomas Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Presbyter Cardinalis Patriarcha Lisbonensis, ejusque successoribus omnibus, & singulis dictæ Ecclesiæ unitæ fructibus, redditibus, proventibus, & pertinentiis uti, frui, potiri, & gaudere liberè, & licitè possent, Palatium tamen olim Archiepiscopale, ipsiusque adjacentias de consensu Charissimi in Christo Filii Nostri Joannis hoc nomine Quinti Portugalliæ, & Algarbiorum Regis Illustris in usum, & commoda unius Seminarii puerorum Patriarchalis à Nobis instituendi jam inde excepimus, destinavimus, & segregavimus, prout in nostris Literis sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo Idibus Decembris Pontificatus Nostri anno primo, sub Bullâ Aureâ desuper expeditis plenius continetur.

§. 2 Postmodum verò cum octo in prædictâ Ecclesiâ Sanctæ Mariæ existentes Dignitates, & Capellaniam Maiorem nuncupatam Capellæ Sancti Sebastiani in eadem Ecclesiâ sitæ, cui ejusdem Ecclesiæ Canonicatus, & Præbendæ de Mafra nuncupati Apostolicâ auctoritate perpetuò uniti reperiiebantur, prævia ipsius Capellanix à Canonatu, & Præbendâ hujusmodi perpetuâ dismembratione, & separatione

ne

ne supprefferimus, & extinxerimus, omnes, & singulos primis duabus ex dictis Dignitatibus, Decanatu scilicet, & Cantoratu extra Massam Capitularem annexos fructus, redditus, & proventus, ac omnes, & singulos trium aliarum ex dictis Dignitatibus de Lisboa videlicet, ac de Sanctarem respectivè nuncupatorum Archidiaconatum, & Scholastiæ, necnon prædictæ Capellaniæ maioris nuncupatæ fructus, redditus, & proventus, insimul annuam summam bis mille noningentorum, & sexaginta unius ducatorum auri de Camera, sicut accepimus, constituentes in ejusdem Seminarii dotem perpetuò dismembravimus, & destinavimus; ac insuper ejusdem Ecclesiæ aulas Capituli, & Archivii cum circumjacentibus Cameris in usus, & commoda ejusdem Seminarii pariter reservavimus, prout in aliis nostris Literis sub Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadragesimo primo pridie Idus Julii Pontificatus nostri anno primo sub Bullâ Auræa desuper expeditis plenius continetur.

§. 3 Nunc autem ad prædicti Seminarii foundationem, & institutionem, quam Fidelissimum Principem, & Ecclesiasticæ disciplinæ sedulumInspectorem præfatum Joannem Regem summopere exoptare comperimus, devenientes, ut ingenui adolescentes in Seminario hujusmodi Grammatices, cantus, aliarumque artium, & scientiarum, Ecclesiasticorumque rituum disciplinâ, ac morum præcipuè integritate liberaliter instructi, non per se solum boni doctique evadant, sed aliis quoque prodesse, & Christianæ Reipublicæ utiliter inservire possint, accedente ad omnia infrascripta præfati Joannis Regis consensu, Motu proprio, & ex certâ scientiâ, maturâque deliberatione Nostris, deque Apostolicæ potestatis plenitudine in Palatio præfato quondam Archiepiscopali, ejusque adjacentiis, comprehensis carceribus Ecclesiasticis, necnon aulis Capituli, & Archivii cum circumjacentibus in prædictâ Ecclesiâ Sanctæ Mariæ Cameris præfatis, unum Seminarium puerorum Ecclesiasticum Patriarchale nuncupandum pro illius Alumnorum, Ministrorum, ac Præceptorum perpetuis usu; commodis, & habitatione, ad hoc ut adolescentium ætas ibi rectè instituatur, sanisque moribus, & doctrinis imbuatur, ac à teneris annis ad pietatem, religionemque informetur, perpetuò erigimus, & instituimus.

§. 4 Alterum verò de pauperatu, & in districtu olim Orientali Civitatis Lisbonensis existens Seminarium unâ cum omnibus, & singulis illi concessis favoribus, & gratiis tam spiritualibus, quàm temporalibus, necnon juribus, actionibus, proprietatibus, fructibus, aliisque rebus, & bonis, ac pertinentiis universis, portionibusque à Canonicis, aliisque Ministris prædictæ Ecclesiæ Sanctæ Mariæ, ac à Parochialibus Ecclesiis, & Communitatibus Religiosis, locisque piis, & aliis personis Civitatis, & Diœcesis Lisbonensis secundo dicto Seminario ante hac persolvi solitis aut debitis (quæ in posterum ab ipsius Ecclesiæ Sanctæ Mariæ Canonicis, aliisque Ministris, & ab iisdem Parochialibus Ecclesiis, ac Religiosis Communitatibus, & Locis piis, aliisque personis Civitatis, & Diœcesis hujusmodi, primo dicto



dicto Seminario integraliter, quacumque interruptione, vel desuetudine non obstante, persolvi debeant) aliàs secundo dicto Seminario concessis, & seu ad ejus usum, & commodum acquisitis, unitis, applicatis, & appropriatis ad Seminarium primo dictum transferentes, & in eodem unicuique ex alumnis secundo dicti Seminarii ædes in usum primo dicto Seminario, magis proficuum Patriarchæ Lisbonensi pro tempore beneficium cedant, & convertantur, eidem primo dicto Seminario perpetuò unimus, & incorporamus.

§. 5 Deinde pro hujusmodi Seminario dote perpetuâ, ac illius Alumnorum, Præceptorum, aliorumque Ministrorum, necessariâ, & Congruâ sustentatione annuam summam ex prædictis suppressis, & extinctis Decanatu, & Cantoratu omnibus, & singulis extra massam Capitularem præfatam annexis fructibus, redditibus, & proventibus, ac ex omnibus, & singulis prædictorum, & prædictarum, ac pariter extinctorum, & suppressorum, ac extinctarum, & suppressarum de Lisboa, & Sanctarem respectivè nuncupatorum Archidiaconatum, ac Scholastiæ, & Capellaniæ Maioris nuncupatæ fructibus, redditibus, & proventibus procedentem (supportatis tamen, per idem Seminarium omnibus, & singulis oneribus realibus aliàs præfatas quinque Dignitates obtinentibus ratione fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi, ac Capellano Maiori nuncupato dictæ Capellæ Sancti Sebastiani, Canonico videlicet de Mafra nuncupato ratione fructuum, reddituum, & proventuum ejusdem Capellaniæ incumbentibus) ut præfertur, reservatam, & separatam, ac respectivè dismembratam, & bis mille noningentos sexaginta unum ducatos auri præfatos constituentem eidem primo dicto Seminario etiam perpetuò applicamus, & appropriamus.

§. 6 Ac insuper unam Sanctæ Mariæ de Sambade Bracharen. cujus quingentorum octoginta, una verò cum incertis quingentorum nonaginta septem, ac aliam Sancti Pelagii de Bemposta Colimbrien. cujus quadringentorum viginti duorum, una verò cum incertis quadringentorum sexaginta quinque, ac aliam Sancti Michaelis de Rebor-doza, cujus trecentorum sexaginta octo, una verò cum incertis quadringentorum, & duorum, ac reliquas Parochiales Ecclesias, Abbantias, seu Prioratus respectivè nuncupatas Sancti Petri de Abregam Locorum Portugallen. respectivè Diocesum, quæ de Jurepatronatus ipsius Joannis Regis ex fundatione, vel dotatione, seu privilegio Apostolico, cui non est hætenus in aliquo derogatum, existunt, ac cujus, & illis forsan respectivè annexorum, respectivè fructus, redditus, & proventus (deductâ congruâ pro infra-scriptis Vicariis) aliorum trecentorum sexaginta octo, una verò cum incertis quadringentorum, & duorum ducatorum auri similium secundum communem æstimationem valorem annuum, ut accepimus, non excedunt, ex nunc quoad Ecclesias prædictas actu vacantes, quo verò ad illas actu minimè vacantes ex nunc pro tunc, & è contra cum primùm illas per decessum, etiam ex causâ permutationis, etiam in manibus nostris, & alterius Romani Pontificis successoris Nostri, vel decessum, seu privationem, aut aliam dimissionem, vel amissionem, aut Religionis ingressum

gressum illas nunc obtinentium, seu alias quovismodo etiam apud Sedem Apostolicam, aut ex aliorum quorumcumque personis, seu per liberas illas nunc obtinentium, vel quorumvis aliorum resignationes de illis extra Romanam Curiam, etiam coram Notario publico, & Testibus spontè factas, aut constitutionem felicitis recordationis Joannis Papæ Vigésimi Secundi etiam Prædecessoris Nostri, quæ incipit *Execrabilis*, vel assequutionem alterius Beneficii Ecclesiastici Ordinariâ auctoritate collati vacare contigerit, aut aliàs quovismodo vacent, etiamsi tanto tempore vacaverint, quòd earum collatio juxta Lateranensis Statuta Concilii ad Sedem præfatam legitimè devoluta, dictæque Parochiales Ecclesiæ dispositioni Apostolicæ specialiter reservatæ existant, & super eis inter aliquos lis, cujus statum præsentibus haberi volumus pro expresso, pendeat indecisa, cum annexis hujusmodi, ac omnibus juribus, & pertinentiis suis, præviâ illarum; & cujuslibet earum tituli collativi perpetuâ suppressione, & extinctione, primo dicto Seminario, ita quod liceat illius reddituum Administratoribus pro tempore existentibus Parochialium Ecclesiarum præfatarum, ac annexorum eorundem, juriumque, & pertinentiarum præfatorum cujuscumque qualitatibus, quantitatis, ac etiam annui valoris existentium corporalem, realem, & actualem possessionem per se, vel per alium, vel alios primo dicti Seminarii nomine propriâ auctoritate liberè apprehendere, & apprehensam perpetuò retinere, fructus quoque, redditus, & proventus, jura, obventiones, & emolumenta universa inde provenientia percipere, exigere, levare, arrendare, locare, dislocare, ac in primi dicti Seminarii usum, & utilitatem convertere Diocesani loci, vel cujusvis alterius licentiâ desuper minime requisitâ, etiam perpetuò unimus, annectimus, & incorporamus.

§. 7 Ac in primo dictâ unam, & in secundo dictâ aliam, & in tertio dictâ aliam, ac in quarto dictâ Parochialibus Ecclesiis unitis hujusmodi reliquâ perpetuas Vicarias pro quatuor Presbyteris futuris Parochialium Ecclesiarum unitarum hujusmodi Vicariis perpetuis in eis ad præsentationem infra dicendam per Ordinarium loci institutendis, & per eundem prius examinandis, qui apud Parochiales Ecclesias unitas hujusmodi continuò personaliter residere, ac omnia, & singula munia, & onera Parochialia eisdem Parochialibus Ecclesiis unitis hujusmodi, & earum cuilibet quomodolibet incumbentia subire, & adimplere respectivè debeant, & teneantur, etiam perpetuò erigimus, & instituimus.

§. 8 Illisque sic erectis, & institutis pro illarum congruâ, & competenti dote, easque pro tempore obtinentium congruâ sustentatione ex Parochialium Ecclesiarum unitarum hujusmodi fructibus, redditibus, & proventibus præfatis singulis Vicariis præfatis congruam portionem sexaginta videlicet ducatorum auri similium pro quolibet quotannis per Seminarium præfatum respectivè persolvendam, & per Vicarias hujusmodi pro tempore obtinentes annuatim respectivè percipiendam, & exigendam, ac in cujuslibet eorum respectivè usum, & utilitatem convertendam, etiam perpetuò applicamus, & appropriamus.

Ad



§. 9 Ad primò dictum verò Seminarium, sicut præfertur, erectum, & institutum, necnon ad quatuor Vicarias erectas, & institutas hujusmodi tam hac primâ vice ab earum primavâ erectione, & institutione hujusmodi vacantes, quàm quoties ex tunc deinceps quovismodo, & ex quorumcumque personis etiam nostrorum, & Romani Pontificis pro tempore existentis, seu cujusvis Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalis, etiam tunc viventis familiarium, & continuorum commensalium, seu Sedis Apostolicæ Notariorum, Protonotariorum nuncupatorum, & aliorum Romanæ Curiae Officialium, seu Conclavistarum, vel Curialium, aut aliorum quorumcumque specialissimas qualitates habentium, per quas ex uno, vel pluribus capitibus tam personalibus, quàm realibus quæcumque reservatio, vel affectio Apostolica inducatur, etiam ex vacatione apud Sedem præfatam, & in quibusvis mensibus Nobis, & Romano Pontifici pro tempore existenti, Sedique præfatæ per quascumque Constitutiones Apostolicas, aut Cancellariæ Apostolicæ regulas nunc, & pro tempore reservatis, seu Ordinariis Collatoribus etiam per Constitutiones, & regulas easdem, seu literas alternatarum, aut alia privilegia, & indulta hætenus concessa, & in posterum concedenda, aut aliàs de jure quomodolibet competentia, seu per liberas etiam ex causâ permutationis resignationes, jurium cessiones de illis in dictâ Curia, vel extra eam etiam in nostris, & Romani Pontificis pro tempore existentis manibus quomodolibet factas, vel admittas, aut affectuionem alterius Beneficii Ecclesiastici quâvis auctoritate Collati, seu illas pro tempore obtinentium etiam apud Sedem præfatam decessum, vel quamvis aliam dimissionem, omissionem, privationem, Religionis ingressum, Matrimonii contractum, & ad Cathedralium Ecclesiarum, vel Monasteriorum etiam Consistorialium, seu quamcumque aliam promotionem, aut alias quomodolibet, & qualitercumque etiam apud Sedem prædictam vacare contigerit, Juspatronatus, & præsentandi personas idoneas per Ordinarium Loci instituendas præfato Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus perpetuò similiter reservamus, concedimus, & assignamus.

§. 10 Ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi præfato Joanni Regi, ejusque in dictis Regnis successoribus Regibus præfatis, non ex privilegio Apostolico, sed ex verâ, primavâ, reali, actuali, plenâ, & omnimoda fundatione, & perpetuâ dotatione ex bonis merè Laicalibus factis competere, & uti tale sub derogatione Jurispatronatus ex privilegio Apostolico, vel consuetudine, aut præscriptione acquisiti nullatenus comprehendi, nec illi ullo unquam tempore, etiam cujusvis litis pendentia, vel vacationis apud Sedem præfatam, aut alio quocumque prætextu, & ex quâvis aliâ causâ quantumvis urgentissimâ, & legitimâ, & cum quibusvis etiam prægnantissimis, & efficacissimis clausulis, & Decretis, etiam cum clausulâ quorum tenores, &c. in quacumque provisione, aut quavis alia de illis dispositione, etiam per viam constitutionis, legis, seu Apostolicæ Cancellariæ Regulæ, aut aliàs quomodocumque factas etiam per Nos, & Romanos Pontifices successores nostros, vel Sedem eandem, aut illius

etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, ejusdemque Sedis Nuncios, etiam Motu proprio, & ex certâ scientiâ, deque Apostolicæ potestatis plenitudine, seu cujusvis intuitu, & contemplatione per quascunque Literas Apostolicas, etiam in formâ Brevis, & quasvis etiam derogatorias derogatorias, ac fortiores, & insolitas clausulas, necnon irritantia, & alia Decreta quæcumque in se continentes derogari posse, nec debere, nisi in illis de toto tenore, ac datâ præsentium, necnon Portugalliæ, & Algarbiorum Regis pro tempore existentis ad hoc expresse accedentis consensus mentio facta fuerit, & aliter factas derogationes, necnon quascunque collationes, provisiones, institutiones, vel alias dispositiones de præfatis Vicariis, ut præfertur, erectis, & institutis aliâs, quàm ad præsentationem præfati Joannis Regis, ejusque in dictis Regnis successorum Regum, seu de ejus, & de eorum expresse consensu, etiam cum speciali, & expressa derogatione Jurispatronatus hujusmodi pro tempore factas, processusque desuper habitos, ac inde pro tempore sequuta quæcumque nulla, & invalida, nulliusque roboris, vel momenti fore, & esse, ac pro nullis, & infectis haberi, & censeri, nec jus, aut Coloratum titulum possidendi cuiquam tribuere, vel per illa acquiri posse, sed præsentationes per præfatum Joannem Regem, ejusque in præfatis Regnis successores Reges pro tempore factas, & subsecutas institutiones semper validas, & efficaces fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri debere decernimus, & declaramus.

§. 11 Necnon eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus præfatis, ut ipse, & ipsi primo dictum Seminarium, conciliari dispositione circa assistentiam duorum de Capitulo, & duorum de Clero in Seminariorum regimine non obstante, privativè gubernare, ejusque Ministros, & Præceptores privativè eligere, ac eidem Seminario statuta, & ordinationes Sacris Canonibus, & Constitutionibus Apostolicis, ac Tridentini Concilii Decretis minimè contraria, & minimè contrarias concedere, ac regulas, & obligationes opportunas præscribere, & pro reddituum administratione personas idoneas ad nutum amovibiles nominare, ejusdemque administrationis formam, & regulas determinare, & ad loca pro tempore vacantia Alumnos eligere, ac Portionistas, seu Convictos cum congrua persolutione ibidem alendos admittere, eorundemque Alumnorum, & Convictorum, necnon Præceptorum, cæterorumque Ministrorum numerum, qualitates, ac præelectiones præfinire, & respectivè expendere, omnesque, & singulos fructus, redditus, & proventus pro ejusdem Seminarii dote, ut præfertur, assignatos, & appropriatos, ac ei unitos, annexos, & incorporatos tam decursos, quàm decurrendos ad reductionem prædicti Palatii, eique, ut præfertur, adjacentium locorum in commodum ejusdem Seminarii usum, usque ad complementum operis, necnon ad suppellectilia, & utensilia, aliaque necessaria, & opportuna præhabenda, & comparanda applicare licitè possit, & valeat, ac possint, & valeant, Motu pari Apostolica auctoritate concedimus, & indulgemus.

§. 12 Ut autem præsentibus, nostræ, omniaque, & singula in eis contenta



contenta debitæ, paratæque executioni, omnimodæque demandentur observantiæ, Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque pro tempore successoribus committimus, & mandamus, quatenus ipse, & ipsi per se, vel alium, seu alios, etiam quâvis difficultate occurrente, à Nobis non prævisâ, quæ effectum earundem præsentium, minimè retardare valeat, easdem præsentibus, & in eis contenta quæcumque debitæ executioni demandari faciat, & faciant, ac ubi, & quando opus fuerit solemniter publicans, & publicantes, & in præmissis efficacis defensionis præsidio assistens, & assistentes, faciat, & faciant, Apostolicâ auctoritate omnia, & singula præmissa suum debitum fortiri effectum, ac ab omnibus, & quibuscumque personis firmiter, & inviolabiliter observari, & adimpleri, Contradictores quoslibet, & rebelles per sententias, censuras, & pœnas Ecclesiasticas, aliaque opportuna juris, & facti remedia, appellatione postpositâ, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii sæcularis.

§. 13 Et insuper eidem Thomæ Cardinali Patriarchæ, ejusque successoribus præfatis quoscumque omnium, & singulorum præmissorum effectum impediens, & in eisdem præmissis molestans, perturbans, & quovismodo contradicentes etiam per edictum publicum, constituto summarie de non tuto accessu, citandi, illiusque, ac quibus, & quoties inhibendum fuerit, etiam per edictum sub excommunicationis, ac etiam pecuniariis, necnon privationis Beneficiorum, & Officiorum sæcularium, & Ecclesiasticorum ejus, & eorum arbitrio imponendis, moderandis, & applicandis pœnis inhibendi, ac eos quos censuras, & pœnas præfatas incurrisse constiterit, eas incurrisse, servatâ formâ Concilii Tridentini declarandi, ac censuras, & pœnas ipsas etiam iteratis vicibus aggravandi, & reaggravandi plenam, & liberam facultatem Motu pari Apostolicâ auctoritate præfatâ concedimus.

§. 14 Præsentibus quoque semper, & perpetuò validas, & efficaces esse, & fore, suorumque plenarios, & integros effectus fortiri, & obtinere debere, ac nullo unquam tempore ex quocumque capite, vel ex qualibet causâ quantumvis legitimâ, & juridicâ, piâ privilegiatâ, ac speciali notâ dignâ, etiam ex eo quod Rectores Parochialium præfatarum, & Rector, seu Administratores secundo dicti Seminarii, seu quicumque alii, cujuscumque dignitatis, gradus, conditionis, & præminentia sint in præmissis, & circa ea quomodolibet, & ex quâvis causâ, ratione, actione, vel occasione jus, vel interesse habentes, aut quomodolibet habere prætendentes illis non concenserint, aut ad illa vocati, citati, vel auditi non fuerint, & causæ, propter quas eadem præsentibus emanaverint, adductæ, verificatæ, & justificatæ non fuerint, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis, seu invaliditatis vitio, vel intentionis nostræ, aut jus, vel interesse habentium consensus, aut quolibet alio, quantumvis magno, substantiali, inexcogitato, & inexcogitabili, ac specificam, & individuum mentionem, & expressionem requirente defectu; sive etiam ex eo quod in præmissis, eorumve aliquo solemnitates, & quævis alia

servanda, & adimplenda servata, & adimpleta, non fuerint; aut ex quocumque alio capite à jure, vel facto, aut statuto, vel consuetudine aliqua resultante, seu etiam enormis, enormissimæ, totalisque læsionis, aut quocumque alio colore, prætextu, ratione etiam in corpore juris clausâ, occasione, aliave causâ etiam quantumvis justâ, rationabili, legitimâ, juridicâ, piâ, privilegiatâ, etiam tali, quæ ad effectum validitatis præmissorum necessario exprimenda foret, aut quod de voluntate nostra hujusmodi, & aliis superius expressis nullibi appareret, seu aliàs probari posset, notari, impugnari, invalidari, retractari, in jus, vel controversiam revocari, aut ad terminos juris reduci, vel adversus illas restitutionis in integrum, aperitionis oris, reductionis ad viam, & terminos juris, & aliud quodcumque juris facti, gratiæ, vel justitiæ remedium impetrari, seu quomodolibet etiam Motu, & potestatis plenitudine similibus concessio, aut impetrato, vel emanato uti, seu se juvare in Judicio, vel extra posse, neque easdem præsentibus sub quibusvis similibus, vel dissimilibus gratiarum revocationibus, derogationibus, aliisque contrariis dispositionibus, seu Cancellariæ præfatæ regulis, aut Constitutionibus Apostolicis, etiam unionum effectum non sortitarum revocatoriis, etiam per Nos, & Prædecessores nostros, & quoscumque Romanos Pontifices successores nostros, etiam in crastinum assumptionis cujuslibet illorum ad Summi Apostolatus apicem, etiam Motu pari, ac ex certâ scientiâ, etiam Consistorialiter, & quibusvis de causis, ac sub quibuscumque verborum tenoribus, & formis, ac cum quibusvis clausulis, & Decretis, pro tempore quomodolibet factis, & emanatis, ac faciendis, & emanandis, etiam si in eis de eisdem præsentibus, earumque toto tenore, ac datâ specialis mentio fieret, comprehendi, sed semper, & perpetuò ab illis excipi, & quoties illæ emanabunt, toties in pristinum, & eum, in quo antea quomodolibet erant, statum restitutionis, repositas, & plenariè reintegratas, ac de novo etiam sub quacumque posteriori datâ quandocumque concessas esse, & fore.

§. 15 Sicque, & non aliàs in præmissis omnibus, & singulis per quoscumque Judices Ordinarios, vel Delegatos, etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, Vice-Legatos, dictaque Sedis Nuncios, & alios quoscumque quâvis auctoritate, potestate, officio, & dignitate fungentes, ac prærogativâ, privilegio, præerogantiâ, & honore fulgentes, sublatâ eis, & eorum cuilibet quâvis aliter judicandi, & interpretandi facultate, & auctoritate in quocumque judicio, & in quâcumque instantiâ judicari, & definiri debere, & si secus super his à quoquam quâvis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, irritum, & inane decernimus.

§. 16 Non obstantibus unâ per quam dudum inter alia volumus, & ordinavimus quod petentes Beneficia Ecclesiastica aliis uniri teneantur, exprimere verum annum valorem se undum communem estimationem tam beneficii uniendi, quàm illius, cui uniri petitur, alioquin unio non valeat, & semper in uniobus commissio fiat ad partes vocatis quorum interest, & idem volumus observari in quibusvis suppressio-



suppressionibus perpetuis, concessionibus, dismembrationibus, & applicationibus de quibuscumque fructibus, & bonis Ecclesiasticis, ac alia per quam decrevimus, & declaravimus nostræ intentionis fore, quod deinceps per quamcumque signaturam, seu concessionem, aut gratiam, vel Literas Apostolicas pro commissionibus, seu mandatis, aut declarationibus in quibuscumque causis, etiam Motu proprio, & ex certâ scientiâ, ac etiam ante motam litem à Nobis emanaverint, vel de mandato nostro faciendas nulli jus sibi quæsitum quomodolibet tollatur, ac aliis nostris, & Cancellariæ præfatae in contrarium præmissorum quomodolibet editis, vel edendis regulis, necnon felicitis recordationis Bonifacii Papæ VIII. Prædecessoris nostri, ac Lateranensis, & aliorum etiam generalium, & ultimò celebratorum Conciliorum uniones, seu applicationes perpetuas, nisi in casibus à jure permissis, fieri prohibentium, ac quibuscumque aliis Apostolicis etiam in Synodalibus, Provincialibus, Universalibusque Conciliis editis, vel edendis specialibus, vel generalibus Constitutionibus, & Ordinationibus, dictæque Ecclesiæ Sanctæ Mariæ, ac secundo dicti Seminarii etiam juramento, confirmatione, Apostolicâ, vel quâvis firmitate aliâ respectivè roboratis statutis, eorumque reformationibus, & novis additionibus, styli, usibus, & consuetudinibus, etiam immemorabilibus, dispositionibus, vel ultimis voluntatibus in contrarium eorumdem præmissorum, quibuscumque privilegiis, etiam ex fundatione competentibus à quibuscumque Romanis Pontificibus Prædecessoribus nostris concessis, necnon Indultis, & Literis Apostolicis illis, eorumque superioribus, & personis quibuscumque, etiam speciali, specificâ, expressâ, & individuâ mentione dignis sub quibuscumque tenoribus, & formis, ac cum quibuscumque etiam derogatoriis derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis, & insolitis clausulis, irritantibusque, & aliis Decretis in genere, vel in specie, etiam Motu pari, ac, Consistorialiter, aut aliâ quomodolibet etiam iteratis vicibus in contrarium præmissorum concessis, approbatis, confirmatis, & innovatis.

§. 17 Quibus omnibus, & singulis, etiam si de illis, eorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, etiam si in eis caveatur expressè, quod illis nullatenus, aut nonnisi sub certis modo, & formâ derogari possit, tenores hujusmodi, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, & formâ in illis traditâ observatâ inserti forent, præsentibus pro plenè, & sufficienter expressis, & insertis habentes, illis aliâs in suo robore permansuris, ad præmissorum omnium validissimum effectum, hac vice dumtaxat latissimè, & plenissimè, & sufficienter, necnon specialiter, & expressè Motu, scientiâ, & potestatis plenitudine similibus harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque.

§. 18 Volumus autem quod Seminarium Patriarchale prædictum ratione prædictæ applicationis bis mille noningentorum sexaginta unius ducatorum auri de Camera hujusmodi, necnon ratione unionis prædictarum Parochialium Ecclesiarum, illarumque fructuum, reddituum,

tuum, & proventuum applicationis eidem Seminario Patriarchali, ut præfertur, respectivè factarum ad ullam ex nunc annatæ, & subinde perpetuis futuris temporibus quindeniorum quibuscvis officialibus de annatâ, & quindenniis hujusmodi participantibus faciendam solutionem nullo unquam tempore, nulloque modo teneatur, eximentes propterea, & liberantes ex nunc, & in posterum perpetuis futuris temporibus in omnibus, & per omnia Seminarium Patriarchale prædictum ab annatæ, & quindeniorum hujusmodi etiam minimâ respectivè solutione, itaut super præsentibus quidquam ratione applicationis, & unionis prædictarum peti, vel petendi minimè possit ex gratiâ speciali, quæ nullo unquam tempore allegari possit in exemplum.

§. 19 Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostri Motus proprii, suppressionis, extinctionis, erectionis, institutionis, applicationis, appropriationis, translationis, incorporationis, assignationis, concessionis, Decreti, indulti, commissionis, mandati, ac derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum.

Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo quadregesimo primo, duodecimo Kalendas Augusti Pontificatus nostri anno primo.

Loco ✠ Bullæ Auræ.

*Copia das Cartas, em que ElRey D. João o V. encomenda aos Prelados do Reyno, que a Festa da Purissima Conceição se faça com toda a solemnidade.*

Num. 129  
An. 1717.

**R** Emetto a Vossa Senhoria a Carta, firmada da Real maõ, em que Sua Magestade, que Deos guarde recomenda a Vossa Senhoria a Festa da Purissima Conceição da Virgem Senhora nossa, e ordena o mesmo Senhor, que da sua parte diga a Vossa Senhoria, fia da sua grande devoção a mesma Senhora, porá todo o cuidado em fazer celebrar todos os annos aquella Festa, em que a sua Real piedade he muy empenhada; e he o mesmo Senhor servido, que Vossa Senhoria mande registrar a referida Carta nos livros da Camera Ecclesiastica, e do Cabido, para que por falta de noticia se não deixe de fazer a mesma Festa: tendo Vossa Senhoria entendido, que tudo o que obrar nesta materia, será muito do agrado de Sua Magestade, e tambem mandará Vossa Senhoria registrar nos mesmos livros as ordens, que passar, para que a celebridade continue sempre na fórma dellas. Deos guarde a Vossa Senhoria, Lisboa Occidental, a 13 de Novembro de 1717. = Diogo de Mendoça Corte-Real. =

Senhor Dom Prior da insigne Collegiada de Guimaraens.

*Copia*



*Copia da outra Carta, de que faz menção a acima.*

**D**Om Prior da insigne Collegiada de Guimaraens, Eu ElRey vos An. 1717.  
 envio muito saudar. Por Carta de 6 de Dezembro de 1644 se vos avisou haver resoluta, e ordenado meu avô, o Senhor Rey D. João o IV. que Deos haja, que todas as Cidades, Villas, e Lugares de meus Reynos, tomassem por Padroeira a Virgem Nossa Senhora da Conceição; e juntos os Tres Estados do Reyno, a jurou em 25 de Março de 1646, e porque a devoção geral, que todos devemos ter à sua Purissima Conceição, como Padroeira, pede que o culto da sua Festa se faça com mayor augmento, fazendo-se, e celebrando-se com a solemnidade, que a Igreja ordena, ao que se falta em algumas, me pareceo mandarvos dizer, que vos hey por muy recomendado, que em observancia daquella resolução procureis, com o zelo, que a materia pede, conformarvos com o que a Igreja dispoem com a solemnidade de semelhantes Festas; e assim mando recomendar a todos os Prelados, para que cada hum faça o mesmo nas suas Igrejas, espero que neste particular obrareis de maneira, que tenha muito, que agradecervos, fazendome presente teres mandado executar o que nesta vos recomendo; escrita em Lisboa Occidental, a 12 de Novembro de 1717.

REY.

Para o Dom Prior de Guimaraens.

*Bulla da Erecção da Igreja do Graõ Pará em Bispo.*

**C**Lemens Episcopus servus servorum Dei ad perpetuam rei memoriam. Copiosus in misericordia, & in cunctis operibus gloriosus Dominus à quo omnia bona defluunt ad hoc onerosam universi Agri sui curam Nobis licet immeritis committere, & nostræ debilitati apostolicæ servitutis jugum imponere voluit, ut tanquam de summo vertice Montis ad hujus mundi infima nostrum reflectentes intuitum quid pro hujusmodi Agri, Divinique in eo cultus ad debitam fecunditatem, & ejusdem Domini gloriam augmento procurando conferat, quidvè eo procurato spiritali Fidelium conveniat ubertati attentius indies prospiciamus, quapropter siqua Loca copiosæ rerum æternarum messi effloritura, & ob illorum vastitatem, ac periculosam itinerum ad ea asperitatem ad promovendam, & enutriendam messem hujusmodi vigil unius Præsulis studium impar existere conspiciamus, tunc nostræ sollicitudinis affectu excitati novas Episcopales Sedes, velut novos Fontes extruere, & novos Præsules constituere dignum quin debitum reputamus, ut per Extructionem, & constitutionem hujusmodi crescentis gaudium messis, & popularis devotio Nobis augeatur, ipsi verò crescenti messi, ac Locorum ipsorum naturæ per Divinæ gratiæ operam, nostræque curæ diligentiam, qua

Num. 130

An. 1719.

tene-

tenemur, ut omnia prava, & aspera sint in directa, & vias planas opportunum providentiæ nostræ accedat auxilium, necnon sitientes populi dum illuc accedunt ex Fontibus sic noviter extructis salutare beatæ perennitatis hauriant aquas, & præsertim cum id laudabilis Christianorum Principum exposcit Religio sanè attendentes Nos, quod in amplissima Maragnani Provincia, quæ in Regione Brasiliæ per loca asperitate itinerum invia, & flumina transitu periculosa longissimè, latissimèque protenditur unica Cathedralis Ecclesia Sancti Ludovici de Maragnano nuncupata reperitur, ac quod Lusitanorum æque in illas partes assiduè confluentium, atque Incolarum numerus, qui Catholicam Religionem amplectuntur ita indies augeatur, ut unius Episcopi cura ob locorum distantiam, necnon difficilimum de uno ad alia accessum Pastoralis Officii debito exequendo, & tam latæ Diocesis administrationi impar omninò sit, itaut illius Provinciæ populi, sique præsertim qui Præfecturam de Gran Pará nuncupatam incolunt, ac præfata Cathedrali Ecclesia longè distantem proprii Episcopi visitatione, Sacramenti Confirmationis administratione, aliisque Episcopalibus auxiliis penitus destituantur, ideo aliis quoque accedentibus causis, in Congregatione Venerabilium Fratrum nostrorum Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium rebus Consistorialibus præposita perpenis ad pias, & enixas Charissimi in Christo filii nostri Joannis Portugalliæ, & Algarbiorum Regis illustris præces, necnon accedente consensu Venerabilis Fratris moderni Episcopi Sancti Ludovici de Maragnano præfati de Venerabilium Fratrum nostrorum ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalium consilio oppidum Beatæ Mariæ de Belem nuncupatum cum eidem annexis locis, atque adjacentibus Insulis, necnon omnibus suis Castris, Villis, Territoriis, & Districtibus, Ecclesiis, & personis tam sæcularibus, quam Ecclesiasticis ab Ordinaria jurisdictione Episcopi Sancti Ludovici de Maragnano perpetuò dividimus, separamus, & dismembramus, illaque omnia, ac Clerum, & populum quoad legem Diocesanam ab Episcopi Sancti Ludovici de Maragnano præfati superioritate, jurisdictione, potestate, subjectione, visitatione, & correctione prorsus etiam perpetuò eximimus, & liberamus, ac Oppidum Beatæ Mariæ de Belem de Pará præfatum Civitatis, illiusque Incolas Civium nomine, titulo, & honore pariter perpetuò decoramus, illudque in Civitatem, quæ Beatæ Mariæ de Belem de Pará denominetur, & in eo Ecclesiam Beatæ Mariæ Gratiarum pro uno Episcopo Beatæ Mariæ de Belem de Pará nuncupando qui illi præsit, ac Ecclesiam ipsam ad formam Cathedralis Ecclesiæ redigi faciat, necnon in ea, & dicta Civitate, ac ejusdem Ecclesiæ Diocesi tot Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, aliaque Beneficia Ecclesiastica cum curâ, & sine curâ quot inibi Divino cultui, & dictæ Ecclesiæ servitio, ac Ecclesiastici Cleri decori sibi videbuntur convenire de præfati Joannis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum Consilio, & assensu, & prævia eorum congruâ dotatione ab ipsis Joanne, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus pro tempore faciendâ quam primum fieri poterit, erigat, & instituat, necnon

Episco-



Episcopalem jurisdictionem, auctoritatem, & potestatem exercere, omniaque, & singula, quæ Ordinis quæque jurisdictionis, & cujuslibet alterius muneris Episcopalis sunt, & quæ alii in Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & Dominiis constituti Episcopi in suis Ecclesiis, Civitatibus, & Dioccesibus facere possunt, & debent, facere liberè, & licitè possit, & debeat, ac in eadem sic ærecta Ecclesia Episcopalem Dignitatem cum Sede, præ eminentiis, honoribus, privilegiis, & facultatibus quibus aliæ Cathedralis Ecclesiæ hujusmodi de jure, vel consuetudine, aut aliàs utuntur, fruuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, frui, potiri, & gaudere possunt, & poterunt quomodolibet in futurum necnon Episcopali, & Capitulari Mensis, aliisque Cathedralibus insigniis ad Omnipotentis Dei laudem, & gloriosissimæ Genitricis ejus Virginis Mariæ, totiusque Triumphantis Ecclesiæ gloriam, & Fidei Catholicæ exaltationem de simili consilio Apostolica auctoritate similiter perpetuò erigimus, & instituimus, ac eidem sic ærectæ Ecclesiæ Oppidum Beatæ Mariæ de Belem de Parâ præfatum sic in Civitatem ærectam pro Civitate, & alia Oppida, Castra, Villas, Territoria, atque adjacentes Insulas, & Districtus Præfecturæ de Parâ præfatæ à reliqua parte Diocesis Sancti Ludovici de Maragnano à qua hodie præfecturam præfatam, ut præfertur, divisimus, usque ad oram maritimam, & vastissimam Americæ Regionem exclusivè pro Diocesi, necnon Ecclesiasticas pro Clero, & sæculares personas in Civitate, & Diocesi hujusmodi pro tempore degentes pro populo de pari eorumdem Fratrum Consilio auctoritate præfata, etiam perpetuò concedimus, & assignamus, Civitatemque, Diocesim, Clerum, & populum hujusmodi Episcopo Beatæ Mariæ de Belem de Parâ quoad Episcopalem Ordinariam, quo verò ad Metropolitanam jurisdictionem, & superioritatem Archiepiscopo Ulixbonensi Orientali de dictorum Fratrum Consilio pariter perpetuò subijcimus, necnon Mensæ Episcopali Beatæ Mariæ de Belem de Parâ hujusmodi pro ejus dotte, redditus annuos valoris scutorum mille monetæ Romanæ per ipsum Joannem Regem assignandorum, quam quidem summam idem Joannes Rex de suis propriis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum redditibus, & specialiter de iis, quæ ex ea Regione percipiuntur, gratiosè, & irrevocabiliter donavit, & obtulit, ac solvere quotannis promisit, seu promittit, similiter perpetuò applicamus, & appropriamus, & insuper Joanni Regi, ejusque successoribus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus Juspatronatus, & præsentandi infra annum personam idoneam ad dictam Ecclesiam Beatæ Mariæ de Belem de Parâ Nobis, & pro tempore existenti Romano Pontifici in ejusdem Ecclesiæ Beatæ Mariæ de Belem de Parâ Episcopum, & Pastorem ad præsentationem hujusmodi, & non aliàs præficiendum, ad maiorem verò post Pontificalem, & Principales, & alias Dignitates, Canonicatus, & Præbendas, necnon Beneficia erigenda, & per dictum Joannem, & pro tempore existentes Portugalliæ, & Algarbiorum Reges hujusmodi congruè dotanda tam ab eorum primævâ ærectione, postquam ærecta, & dotata fuerint, quam ex tunc deinceps quoties illa quibuscvis modis, &

ex quorumcumque personis, etiam apud Sedem Apostolicam vacare contingerit Episcopo Beatæ Mariæ de Belem de Parâ pro tempore existenti præfato similiter per eum ad præsentationem præfati Joannis, & pro tempore existentium Portugalliæ, & Algarbiorum Regum factam infra terminum à jure præfixum in ipsis Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficiis instituendis eadem auctoritate etiam perpetuò reservamus, & concedimus; ac Juspatronatus, & præsentandi hujusmodi præfato Joanni, & pro tempore existentibus Portugalliæ, & Algarbiorum Regibus ex merè foundationibus, & dotationibus competere, illique etiam per Sedem eandem, etiam Consistorialiter, quacumque ratione derogari non posse, nec derogatum censerì, nisi ipsius Joannis, & pro tempore existentium Regum præfatorum ad id expressus accedat assensus, & si aliter quovismodo derogetur, derogationes hujusmodi cum inde sequutis nullius roboris efficaciæ, & momenti fore, sicque, & non aliter per quoscumque Judices Ordinarios, & Delegatos, etiam Causarum Palatii Apostolici Auditores, ac ejusdem Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales, etiam de Latere Legatos, & Sedis Apostolicæ præfatæ Nuncios, aliosvè quoslibet quavis auctoritate fungentes sublata eis, & eorum cuilibet aliter judicandi, definiendi, & interpretandi forma, facultate, & auctoritate judicari, & definiri debere, & quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari irritum, & inane decernimus, non obstantibus Lateranensis Concilii novissimè celebrati ab Ecclesiis membra distingui, & dividi prohibentis, ac nostra, & Cancellariæ Apostolicæ Regula de non tollendo jure quæsito, aliisque Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis quibus omnibus, & singulis illis aliàs in suo robore permanentibus hac vice dumtaxat specialiter, & expressè harum serie derogamus, cæterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo omninò hominum liceat hanc paginam nostræ divisionis, separationis, dismembrationis, exemptionis, liberationis, decorationis, erectionis, institutionis, concessionis, assignationis, subjectionis, applicationis, appropriationis, reservationis, concessionis, Decreti, & derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire, siquis autem hoc attentare præsumpserit, indignationem Omnipotentis Dei, ac Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Maiorem, anno Incarnationis Dominicæ millesimo septingentesimo decimo nono, quarto Nonas Martii, Pontificatus nostri anno vigesimo. Loco ✠ Plumbi. A. Giorgettus.

*Auto da entrega do corpo do Principe D. Pedro.*

Num. 131  
An. 1714.

**A** Os trinta dias do mez de Outubro do anno de mil setecentos e quatorze, nesta Cidade de Lisboa, no Real Convento de S. Vicente de Fóra, estando presentes D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Duque do Cadaval, do Conselho de Estado, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, Mordomo mór da Rainha nossa Senhora, e Mestre



Mestre de Campo General, junto à Real Pessoa de Sua Magestade, a cujo cargo está o governo das armas da Corte, e Provincia da Estremadura; D. Luiz Alvares de Castro, Marquez de Cascaes, do Conselho de Estado; D. Fernando Mascarenhas, Marquez de Fronteira, do Conselho de Estado, e Vêdor da Fazenda; D. Antonio de Almeida, Conde de Avintes, do Conselho de Estado; João da Sylva Tello, Conde de Aveiras, do Conselho de Estado; D. João de Almeida, Conde de Assumar, do Conselho de Estado, e Vêdor da Casa Real, e os mais Officiaes da dita Casa, que alli se acharão, e o Padre D. Gaspar da Encarnação, Prior do dito Convento: logo pelo dito D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Duque do Cadaval, foy entregue por deposito por ora hum caixaõ forrado de téla carmezim, com ramos de ouro, guarnecido de passamanes do mesmo, e por dentro forrado de seda branca, com quatro fechaduras douradas, em que disse o dito Duque, e jurou aos Santos Euangelhos, em que poz as mãos, estava o corpo do Muito Alto, e Serenissimo Principe D. Pedro, filho dos Muito Altos, e Poderosos Principes, os Senhores Rey D. João o V. e a Rainha D. Marianna, que em segunda feira, que se contaraõ vinte e nove deste presente mez, das duas para as tres horas da tarde, faleceo da vida presente nos Paços da Ribeira desta Cidade; e elle Duque o vio, e reconheceo ao fechar do dito caixaõ, trazendo as chaves delle consigo, e vindo-o acompanhando com as mais pessoas acima nomeadas; e o dito Prior disse, que se dava por entregue, na fórma referida, do corpo do dito Serenissimo Principe, e das chaves do caixaõ, que o dito Duque lhe entregou logo, e se obrigava por si, e por seus successores a dar conta do dito corpo, ou ossos delle, de que eu Diogo de Mendoça Corte-Real, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado, fiz dous termos deste theor, hum para se enviar à Torre do Tombo, e outro para ficar na Secretaria de Estado, os quaes assina- raõ todas as pessoas acima referidas no dito Convento, no mesmo dia, mez, e anno, *ut supra*. = Duque = Marquez de Cascaes = Marquez de Fronteira = Conde de Avintes = Conde de Assumar = Conde de Aveiras = D. Gaspar da Encarnação. =

*Oração, que D. Joseph Firrao, Nuncio Extraordinario do Papa Clemente XI. disse quando entregou as faxas ao Serenissimo Senhor Principe do Brasil D. Joseph.*

*Oratio habita ad Serenissimum Brasiliæ Principem.*

**T**Anta optatissimi tui Natalis fama, Serenissime Princeps, lætitia perfudit animos, ut nunquam pene dixerim diem illuxisse jucundio- rem; in communi vero totius Orbis exultantis plausu, ita Pontificii animi supra cæteros, extollitur gaudium, sicut, & gaudendi ratio omnes excedit. Verum enim vero nè tam singulare è Cœlo datum benefi- cium

Num. 132

cium sterili tantummodo verborum sono præteriri videatur, hoc Publicum, qua te Sanctissimus Dominus Noster intima charitate completitur, ab eo pignus excipies. Mirum profecto extimari potest, dextram tuam Sceptris, Armisque natam, exigua hac fascia donari: Omnem tamen admirationis causam expellat quisque, necesse est, cum latentem ipsius valorem attentè consideraverit. Talem etenim Apostolica Benedictione munita, ab eo, per quem Reges regnant in bellis hæc armatura virtutem est assecuta, ut ea solum fretus, Princeps Serenissime, tot per te patriæ, avitæque gloriæ triumphos, arbitror, esse accessuros, ut nullum hucusque Regiam hanc Aulam sperare fas sit, Principem sortitum esse feliciorum. Hæc tibi toto sui cordis affectu Sanctissimus Dominus Noster amantissime auspicatur. Hæc tibi Catholicæ Ecclesiæ communia vota præcantur, utque publicis respondeat effectus desideriis, Pontificiam Benedictionem Regiæ tuæ celsitudini in auspiciis perpetuæ felicitatis venerabundus impertior, meque tanto auctum honore, fortunatissimum dico.

*Tratado do casamento do Principe D. Joseph, com a Princeza D. Marianna Victoria de Borbon, copiado do Original, que está na Secretaria de Estado.*

Num. 133  
An. 1727.

**D**On Phelipe por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y Tierra firme del mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Bravante, y Milan, Conde de Abspurg, de Flandes, Tirol, y Barcelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto haviendo-se ajustado, combenido, y firmado en Madrid el dia tres del presente mez de Septiembre por los Plenipotenciarios nombrados por mi, y por el Serenissimo, y muy poderoso Rey de Portugal el Tratado Matrimonial para el casamiento, que deve efectuarse entre el Serenissimo Principe del Brasil Don Joseph, hijo primogenito del referido Serenissimo Rey de Portugal, y la Serenissima Infanta Doña Maria Anna Victoria, mi muy chara, y muy amada hija, del tenor siguiente.

Tratado Matrimonial acordado entre el Comissario del Rey de España Don Juan Baptista de Orendayn, Marques de la Paz, de su Consejo, y primer Secretario de Estado, y del Despacho, y el Embaxador Extraordinario del Rey de Portugal Don Rodrigo Annes de Sá, Almeyda y Menezes, su muy amado, y charo sobrino, de su Consejo, Gentilhombre de su Camera, Marques de Abrantes, para el casamiento, que deve efectuarse entre el muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe D. Juan Quinto por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente,



lente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna Victoria, Infanta de España, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto por la misma gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Isavel Farnese, assi mismo por la gracia de Dios Reyna de España, segun los plenos poderes, que han recebido los dichos Ministros de la Magestad del Rey Catholico, y de la Magestad del Rey de Portugal, cuyas copias se insertarán al pie del presente Tratado.

En nombre de la Santissima Trinidad, Padre, Hijo, y Espiritu Santo un solo Dios verdadero, a su honor, y gloria, y por el bien reciproco de los Pueblos, subditos, y Vassallos de uno, y otro Reyno. Sea notorio a todos aquellos, que las presentes letras de acuerdo de matrimonio vieren, que habiendo-se firmado en el Real sitio de San Ildefonso a los siete dias del mes de Octubre del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesu Christo de mil setecientos y veinte y cinco, por el Marques de Grimaldo, Ministro, y Plenipotenciario de la Magestad del Rey Catholico, y por Joseph de Acuña Brochado, y Antonio Guedes Pereyra, Ministros, y Plenipotenciarios de la Magestad del Rey de Portugal, los Articulos Preliminares para el matrimonio, que se deve efectuar del muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna Victoria, Infanta de España, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto, por la misma gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Isavel Farnese, assi mismo por la gracia de Dios Reyna de España; cuyos Articulos fueron ratificados en el mismo Real sitio de San Ildefonso a catorce de Octubre del mismo año de mil setecientos y veinte y cinco por la Magestad del Rey Catholico, y por la Magestad del Rey de Portugal en la Corte de Lisboa Occidental a los trece del mismo mes de Octubre del dicho año de mil setecientos y veinte y cinco.

Y por quanto nós, como Ministros, y Plenipotenciarios, ahora especialmente deputados, debemos reducir los dichos Articulos a un Tratado formal, en virtud de los plenos poderes respectivos, que por Sus Magestades nos fueron concedidos, solo para este fin, en la forma, que despues de este Tratado seran copiados: Haviendolos visto, y examinado, y hallandolos en buena, y debida forma combenimos lo siguiente.

## ARTICULO I.

Se ha ajustado, que con la gracia, y bendicion de Dios, alcanzada primero dispensacion de nuestro muy Santo Padre el Papa, en razon de la proximidad, y consanguinidad entre el muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, y la muy alta, y muy poderosa Infanta Doña Maria Anna Victoria, haran celebrar sus desposorios, y matrimonio por palabras de presente, segun la fórmula prescripta por los Sagrados Canones, y Constituciones de la Iglesia Catholica Apostolica Romana, asì que la dicha Serenissima Señora Infanta aya llegado a la edad de doce años cumplidos; y despues que se aya ajustado, y fixado el tiempo entre la Magestad del Rey Catholico, y la Magestad del Rey de Portugal, se haran los desposorios, y casamiento en la Corte de S. M. Catholica. Y por quanto la dicha Serenissima Señora Infanta tiene yà cumplida la edad de siete años, y el Serenissimo Principe la de onze, se ajustò reciprocamente, que obtenida la referida dispensacion de nuestro muy Santo Padre el Papa, se haran luego en la Corte de S. M. Catholica los esponsales de futuro matrimonio, para lo que se daran los poderes, y authoridad necessaria, asì por el Serenissimo Principe del Brasil, como por el Serenissimo Rey de Portugal su padre, al Ministro, ò persona, que fuere mas de su agrado.

## ARTICULO II.

El Serenissimo Rey Catholico promete, y se obliga a dar, y darà a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria en dote, y a favor del matrimonio con el Serenissimo Principe Don Joseph, y pagará a la Magestad del Rey de Portugal, ò a quien tuviere su poder, y comission la summa de quinientos mil excudos de oro del Sol, ò su justo valor en la Ciudad de Lisboa, y se entregará la dicha summa al tiempo de efectuarfe el matrimonio.

## ARTICULO III.

La Magestad del Rey de Portugal se obliga a asegurar, y asegurará el dote de la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria, en buenas rentas, y asignaciones seguras, à satisfacion de S. M. Catholica, ò de las personas, que para este efecto nombrare al tiempo de el pagamento, y remitirá luego a S. M. Catholica los documentos de la dicha asignacion; y en el caso de dissolverfe el matrimonio, y que por el derecho tenga lugar la restituicion del dote, será este restituído a la Serenissima Señora Infanta, ò sus herederos, y subcesores, que lograrán los reditos, que importaren los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol, a razon de cinco por ciento, que se pagaran en virtud de las dichas asignaciones.



## ARTICULO IV.

Por medio del pagamento efectivo , que se hará a la Magestad del Rey de Portugal de los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol , ò su justo valor en el termino , que queda dicho , se dará por satisfecha la Serenissima Señora Infanta , y se satisfará del dicho dote , sin que en adelante pueda alegar otro algun derecho , ni intentar otra alguna accion , ò pertension pretendiendo , que la pertenezcan , ò puedan pertenecer otros mayores bienes , razones , derechos ò acciones por causa de herencias , y mayores subcesiones de Sus Magestades Catholicas su padre , y madre , ni de qualquiera otra manera , y por qualquiera causa , y titulo , que fuere , ò sea , que lo sepa , ò lo ignore ; bien entendido , que de qualquiera calidad , y condicion , que fueren las cosas arriba dichas , debe quedar excluida de ellas , y antes de efectuarse los desposorios hara renuncia en buena , y debida fôrma , y con todas las seguridades , fôrmas , y solemnidades , que fueren requeridas , y necesarias , la qual renuncia hará la Serenissima Señora Infanta antes de estar casada por palabras de presente , y la confirmará luego despues de celebrar el matrimonio , y aprobará , y ratificará juntamente con el Serenissimo Principe del Brasil con las mismas fôrmas , y solemnidades , que la Serenissima Señora Infanta huviere hecho la sobredicha primera renuncia , y a demas con las clausulas , que se juzgaren mas combenientes , y necesarias , y el Serenissimo Principe , y la Serenissima Señora Infanta quedaran , y quedan , assi de presente , como para entonces obligados al cumplimiento , y efecto de la dicha renuncia , y ratificacion , en la conformidad de los presentes Articulos ; y las sobredichas renunciaciones , y ratificaciones seran havidas , y juzgadas assi presentemente , como entonces por bien hechas , y verdaderamente pasadas , y otorgadas , y las dichas renunciaciones , y ratificaciones se haran en la fôrma mas autentica , y eficaz , que pudiere ser , para que sean buenas , y validas , juntamente con todas las clausulas derogatorias de qualquiera Ley , jurisdiccion , costumbres , derechos , y constituciones a esto contrarias , a que impidiesen en todo , ò en parte las dichas renunciaciones , y ratificaciones ; y para el efecto , y validacion de lo que arriba queda dicho , la Magestad del Rey Catholico , y S. M. Portuguesa derogarán , y derogan desde el presente sin alguna reserva , y entenderán , y entienden assi de presente , como para entonces tener derogadas todas las excepciones en contrario.

## ARTICULO V.

La Magestad del Rey de Portugal dará a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria en su llegada al Reyno de Portugal , para sus anillos , y joyas , el valor de ochenta mil pesos , los quales le pertenecieran sin dificultad despues de celebrado el matrimonio , de la misma fuerte , que todas las otras joyas , que llevare consigo ,

figo, y seran propias de la dicha Serenissima Señora Infanta, y de sus herederos, y subcesores, ò de aquellos, que tuvieren su derecho.

#### A R T I C U L O VI.

La Magestad del Rey de Portugal asignará, y constituirá a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria para sus arras veinte mil excudos de oro del Sol al año, que seran asignados sobre rentas, y tierras, de las cuales tendra jurisdiccion, y el lugar principal el Título de Ducado, de fuerte, que las dichas rentas, y tierras lleguen hasta la dicha summa de veinte mil excudos de oro del Sol cada año; de los quales lugares, y tierras assignadas, y assignadas gozará la Serenissima Señora Infanta por sus manos, y por su autoridad, y de las de sus Commissarios, y Oficiales, y en las dichas tierras proveerá las Justicias, y a demas de esto le pertenecerá la provision de los Oficios, como es costumbre, entendiendose, que los dichos Oficios no podran ser dados sino a Portugueses de nacimiento, como tambien la administracion, y arrendamiento de las dichas tierras, conforme a las Leys, y costumbres del Reyno de Portugal; y de la sobredicha asignacion entrará a gozar, y poseer la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria, luego que tuvieren lugar las arras, para gozar de ella toda su vida, sea que quede en Portugal, ò se retire a otra parte.

#### A R T I C U L O VII.

La Magestad del Rey de Portugal dará, y asignará a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria para el gasto de su Camera, y para mantener su estado, y su Casa, una summa conveniente, tal qual pertenece a muger de un tan gran Principe, y a hija de tan poderoso Rey, asignandola en la forma, y manera, con que se acostumbra hazer en Portugal para semejantes manutenciones, y gasto.

#### A R T I C U L O VIII.

Su Magestad Catholica hará conducir en el tiempo, que se ajustare a su costa, y gasto a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria su hija, a la Frontera, y raya de Portugal con la dignidad, y cortejo, que requiere una tan grande Princesa, y será recibida de la misma fuerte de parte de la Magestad del Rey de Portugal, y tratada, y servida con toda la magnificencia, que conbiene.

#### A R T I C U L O IX.

En el caso, que se disuelva el matrimonio entre el Serenissimo Principe del Brasil, y la Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria, y que esta sobreviva al dicho Serenissimo Principe, en este caso será libre a la dicha Serenissima Señora Infanta quedar en Portugal



Portugal en el lugar, que quisiere, ò volver a España, ò a qualquiera otro lugar combeniente, aun que sea fuera del Reyno de Portugal, todas, y quantas vezes bien le pareciere, con todos sus bienes, dote, y arras, joyas, vestidos, y vajilla de plata, y qualesquiera otros muebles con sus Oficiales, y criados de su Casa, sin que por qualquiera razon, ò consideracion, que sea, se le pueda poner algun impedimento, ni embarazo a su partida directa, ò inderectamente, ni impedirle el uso, y recuperacion de sus dichos dote, arras, y joyas, ni otras asignaciones, que se le huviesen hecho, ò devido hazer; y para este efecto dará la Magestad del Rey de Portugal a S. M. Catholica para la sobredicha Serenissima Señora Infanta Doña Maria Anna Victoria su hija, aquellas Cartas, y seguridades, que fueren necessarias, firmadas de su propia mano, y selladas con su Sello, y desde ahora para entonces lo asegurará, y prometerá la Magestad del Rey de Portugal por si, y por los Reyes sus sucesores con fé, y palabra Real.

## A R T I C U L O X.

Sus Magestades Catholica, y Portuguesa, suplicarán a nuestro muy Santo Padre el Papa con el Tratado, que se hará en virtud de estos Articulos, se sirva aprobarle, y darle su Bendicion Apostolica; y allí mismo aprobar las Capitulaciones, y las ratificaciones, que huvieren hecho las referidas Magestades, y que hará la referida Serenissima Señora Infanta, como tambien los actos, y juramentos, que se hicieren para su cumplimiento, insertandolos en sus letras de aprobacion, y de bendicion.

## A R T I C U L O XI.

Y en nombre del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto Rey de España, y como su Ministro, Commisario, Actor, y Mandatario de la una parte, y en nombre del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto Rey de Portugal, y del muy alto, y muy poderoso Principe del Brasil Don Joseph, y como su Embaxador Extraordinario Plenipotenciario, y Procurador de la otra; nos obligamos los mencionados Ministros de Sus Magestades, en virtud de nuestros respectivos plenos poderes, y prometemos en fé, y palabra de Sus Magestades, que los presentes Articulos seran enteramente observados de una, y de otra parte, cumplidos, y executados sin falta, ò disminuicion alguna, y que será el presente Tratado por Sus Magestades ratificado, y dentro de quince dias, ò mas presto si fuere posible, seran trocadas las ratificaciones en buena, y debida forma.

En fé de lo qual los dichos Ministros Plenipotenciarios, firmamos de nuestra propia mano dos Exemplares de este Tratado, y les

Tom. V. Ss hizimos

hizimos poner los Sellos de nuestras Armas. Fecho en Madrid a tres de Septiembre de mil setecientos y veinte y siete = El Marques de la Paz = El Marques de Abrantes.

(L. S.)

(L. S.)

*Plenipotencia de la Magestad del Rey Catholico.*

Don Phelipe por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y Tierra firme del Mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Bravante, y Milan, Conde de Absburg, de Flandes, Tirol, y Barzelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto siendo tan combeniente al servicio de Dios, exaltacion de la Fé, y bien de la Christiandad, permanezca entre el muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, Nos, y nuestros successores, la hermandad, y buena correspondencia, que tanto importa a los dos Reynos; y considerando por el mas oportuno medio para asegurar esta importancia, el de estrechar mas, y mas los vinculos de sangre, y parentesco, se ha combenido, y ajustado por Articulos Preliminares, que se han firmado por los Commissarios nombrados a este fin por Mi, y por el muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, el casamiento del Serenissimo Principe del Brasil Don Joseph, hijo del mencionado muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal con la Serenissima Infanta Doña Maria Anna Victoria, mia muy chara, y muy amada hija para que con la Bendicion de Dios, y de nuestro muy Santo Padre Benedicto Dezimotercio, que actualmente preside en su Santa Iglesia, se desposen, y casen segun, y como lo dispone la Santa Iglesia Romana; y respecto de haverse de hazer, y de firmar en mi Corte de Madrid con el Marques de Abrantes Embaxador Extraordinario nombrado a este efecto por el muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, el contrato del referido matrimonio, con las solemnidades, y lucimiento, que se practica en semejantes casos, con los pactos, y condiciones ya acordadas; por estas razones, y por la particular confianza, y satisfacion, que tengo de vòs Don Juan Baptista de Orendayn, Marques de la Paz, de mi Consejo, y primer Secretario de Estado, y del Despacho: Hè resuelto nombraros por mi Ministro Commissario, para que podais hazer, y firmar en mi Corte de Madrid, como queda dicho, con el referido Marques de Abrantes Embaxador Extraordinario de S. Magestad Portuguesa el contrato del referido matrimonio del expresado Serenissimo Principe del Brasil con la mencionada Serenissima Infanta mi hija, con las solemnidades acostumbradas, y con los pactos, y condiciones ya acordadas.



dadas. Por tanto por lá presente os doy poder, y facultad, tan cumplido, y bastante como se requiere, de certa ciencia, y deliberada voluntad, para que por mi, y en mi nombre, representando mi Persona, (como yo propio lo podria hazer siendo presente) capituleis, combengais, asenteis, y firmeis lo tocante al referido contrato, y capitulos matrimoniales hasta concluirlos enteramente, para que os doy poder, y facultad amplia, y absoluta, sin limitacion alguna, assi para todo lo que a este intento combenga, y fuere necesario executar, estipular, asegurar, y obligar por mi parte, como para admitir, y aceptar todas las condiciones, pactos, obligaciones, escrituras, y instrumentos, que fueren necesarios hazer por la del muy alto, y muy poderoso Principe Don Juan Rey de Portugal, tanto en razon de la dote, arras, legados, y mandas, como en los demas puntos concernientes al dicho cazamiento; obligandome, como me obligo, al cumplimiento de lo que en cada una de estas cosas, y todas juntas, concertareis, capitulareis, y admitiereis, ò executareis, que para este efecto os hago, crio, y constituyo mi Actor, Mandatario, y Commisario, con libre, general, y plenissimo poder, y facultad, para que hagais, y podais hazer en razon de esto, todo lo que yo mismo podria hazer, aun que sean tales las cosas, que requieran especial, y expresa mencion de ellas; y prometo en mi palabra Real, que tendré por grato, firme, y valedero, y aprobaré, y ratificaré, si fuere necesario, y tendré por bueno lo que hiciereis, tratareis, y prometiereis, concluyereis, y firmareis, y que nõ iré, ni vendré, ni consentiré ir, ni venir contra alguna cosa, ni parte de ello, sino antes bien lo loaré, aprobaré, y ratificaré de nuevo si necesario fuere. En fé de lo qual mandé despachar la presente firmada de mi mano, sellada con el Sello secreto, y refrendada de mi infracripto Secretario de Estado, y del Despacho. Dada en Madrid a diez y ocho de Julio de mil setecientos y veinte y siete.

YO EL REY.

Don Joseph Rodrigo.

(L. S.)

*Poder de la Magestad del Rey de Portugal.*

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de poder geral, e especial virem, que por quanto convem ajustar-se, e effectuar-se o casamento, que se trata entre o Principe meu sobre todos muito amado, e prezado filho, com a Serenissima Infante D. Maria Anna Victoria, filha do muito alto, e muito poderoso Principe D. Philippe Quinto Rey Catholico de Hespanha, meu bom irmão, e primo. Pela confiança, que faço, e satisfação, que tenho da prudencia, zelo,

e fidelidade do Marquez de Abrantes, e de Fontes, Conde de Penaguiaõ, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, meu muito amado, e prezado sobrinho, do meu Conselheiro, Gentil-homem de minha Camera, Alcaide môr, Capitão môr, e Governador das Armas da Cidade do Porto, e seu Destricto, e das Fortalezas de S. João da Foz do Douro, e Nossa Senhora das Neves em Leça de Matosinhos, Senhor das Villas de Abrantes, e do Sardoal, e dos Concelhos de Sever, Penaguiaõ, e Godim, da Honra do Sobrado, de Villa-Nova da Gaya de Matosinhos, e Bouças, de Gondomar, e de Aguiar de Sousa, Commendador das Commendas de Santiago de Cassem, e S. Pedro de Faro, na Ordem de Santiago, e de Santa Maria de Mascarenhas, S. Pedro de Macedo, e S. João de Abrantes na Ordem de Christo, e meu Embaixador Extraordinario, e Plenipotenciario, lhe concedo, e otorgo meu inteiro, e comprido poder, livre, e bastante, segundo melhor, e mais compridamente lhe devo conceder, e otorgar, e em tal caso se requer, e o constituo, e faço meu Procurador geral, e especial, para que por mim, e em meu nome, e do Principe meu filho, representando a minha propria Pessoa, e a do Principe, como Eu, e elle o podiamos fazer, se presentes fôssemos, possa tratar, e ajustar o Tratado Matrimonial do dito Principe, com a sobredita Serenissima Infante, na fórma dos Preliminares, que se achão ajustados pelos meus Plenipotenciarios, e por mim ratificados em treze de Outubro do anno mil setecentos vinte e cinco, com quaesquer Procuradores, ou Commissarios nomeados pelo muy alto, e muito poderoso Principe D. Filippe Quinto Rey Catholico, que mostrarem seus poderes, e procuração em fórma bastantes, para o sobredito effeito, Eu, e o mesmo Principe guardaremos, e compraremos, tudo o que pelo sobredito Marquez, meu Plenipotenciario, for capitulado, e assentado, com as condições, pactos, obrigações, e firmezas, que por elle forem acordadas, e ajustadas; porque para tudo Eu, e o Principe lhe concedemos, e otorgamos todo o comprido poder, mandado geral, e especial, com livre, e geral administração, e por esta presente prometto em fé, e palavra de Rey, de guardar, e com effeito cumprir tudo o que pelo dito meu Embaixador Extraordinario, e Plenipotenciario, e Procurador, sobre o dito casamento for tratado, capitulado, otorgado, assentado, e firmado de qualquer natureza, qualidade, e importancia, que seja, e tudo haverey por firme, e valioso em todo o tempo, na fórma da obrigação destes poderes: E por firmeza de tudo mandey fazer esta presente Carta, e poder geral, e especial por mim assinada, e sellada com o Sello grande de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa Occidental aos seis dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil setecentos vinte e sete.

ELREY.

Diogo de Mendoga Corte-Real.

(L. S.)

Pc.



Por tanto, haviendo visto, y examinado el referido Tratado Matrimonial aqui inserto, hê resuelto aprobarle, y ratificarle, (como en virtud de la presente le apruebo, y ratifico) en la mejor, y mas cumplida fôrma, que puedo, y doy por bueno, firme, y valadero, todo lo que en el se contiene, y prometo en fé, y palabra de Rey cumplirle, y observarle inviolablemente segun su fôrma, y tenor, y hazerle observar, y cumplir de la misma manera como si Yo le huviera hecho por mi propia Persona. En fé de lo qual mandê despachar la presente, firmada de mi mano, sellada con el Sello secreto, y refrendada de mi infracripto primer Secretario de Estado, y del Despacho Universal. Dada en San Ildefonso a catorce de Septiembre de mil setecientos y veinte y siete.

YO EL REY.

(L. S.)

Juan Baptista de Orendayn.

*Tratado do casamento do Principe das Asturias D. Fernando, com a Princeza D. Maria Barbara, copiado do Original, que está na Secretaria de Estado.*

Don Phelipe por la gracia de Dios, Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y tierra firme del Mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgofña, de Brabante, y Milan, Conde de Abspurg, de Flandes, Tirol, y Barcelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto haviendo-se ajustado, combenido, y firmado en la Corte de Lixboa, el dia primero del prezente mes de Octubre, por los Plenipotenciarios nombrados por Mi, y por el Serenissimo, y muy poderoso Rey de Portugal Don Juan, el Tratado Matrimonial para el casamiento, que deve efectuarse, entre el Serenissimo Principe de Asturias, Don Fernando, mi muy charo, y muy amado hijo, y la Serenissima Infanta de Portugal, Doña Maria, hija del referido Serenissimo Rey de Portugal del tenor seguinte.

Num. 134  
An. 1727.

Tratado Matrimonial acordado entre el Embaxador Extraordinario del Rey de España Don Carlos Ambrosio Spinola de la Cerda, Marques de los Balbafes, Gentilhombre de Camera de S. M. y Don Domingo Capecelatro Marques de Capecelatro, Embaxador Ordinario de la misma Magestad, y sus Plenipotenciarios, y el Commisario del Rey de Portugal Don Diego de Mendoza y Cortereal, de su Consejo, y Secretario de Estado, de las Mercedes, Expediente, y

Asignatura,

Asignatura, para el casamiento, que deve efectuarse entre el muy alto, y muy poderoso Principe de Asturias Don Fernando, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto, por la gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Luisa Gabriela de Saboya, ya defunta, su primera esposa, y compañera; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria Infanta de Portugal, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto, por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal; segun los plenos poderes, que han recibido los dichos Ministros de la Magestad del Rey Catholico, y de la Magestad del Rey de Portugal, cuyas copias se insertaràn al pie de este presente Tratado.

En nombre de la Santissima Trinidad, Padre, Hijo, y Spirito Santo, un solo Dios verdadero: a su honor, y gloria, y por el bien reciproco de los pueblos subditos, y Vasallos, de uno, y otro Reyno. Sea notorio a todos aquellos, que las presentes letras de acuerdo de matrimonio vieren, que habiendo-se firmado en el Real sitio de San Ildefonso, a los siete dias del mes de Octubre del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesu Christo de mil setecientos y veinte y cinco, por el Marques de Grimaldo, Ministro, y Plenipotenciario de la Magestad del Rey Catholico, y por Joseph de Acuña Brochado, y Antonio Guedes Pereyra, Ministros, y Plenipotenciarios de la Magestad del Rey de Portugal, los Articulos Preliminares para el matrimonio, que se deve efectuar, del muy alto, y muy poderoso Principe de Asturias Don Fernando, hijo primogenito del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto, por la gracia de Dios Rey de España, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Luisa Gabriela de Saboya, ya defunta, su primera esposa, y compañera; y la muy alta, y muy poderosa Princesa Doña Maria, Infanta de Portugal, hija del muy alto, muy excelente, y muy poderoso Principe Don Juan Quinto, por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de la muy alta, muy excelente, y muy poderosa Princesa Doña Maria Anna de Austria, tambien por la gracia de Dios Reyna de Portugal, cuyos Articulos fueron ratificados en el mismo Real sitio de San Ildefonso, a catorce de Octubre del mismo año de mil setecientos y veinte y cinco, por la Magestad del Rey de España, y por la Magestad del Rey de Portugal en la Corte de Lixboa Occidental, a los trece del mismo mes de Octubre del dicho año de mil setecientos y veinte y cinco.

Y por quanto nós, como Ministros, y Plenipotenciarios, ahora especialmente deputados, debemos reducir los dichos Articulos a un Tratado formal, en virtud de los plenos poderes respectivos, que por Sus Magestades nos fueron concedidos, solo para este fin, habiendolos visto, y examinado, y hallandolos en buena, y debida fôrma combenimos lo siguiente.



## ARTICULO I.

Se ha ajustado , que visto hallarse , que los parentescos entre el muy alto , y muy poderoso Principe de Asturias , y la muy alta , y muy poderosa Infanta Doña Maria , son en grados , que no necesitan dispensaciones de nuestro muy Santo Padre el Papa , como ha constado despues de ajustado el primer Artículo de los Preliminares de este Tratado , en siete de Octubre de mil setecientos y veinte y cinco , y haver el muy alto , y muy poderoso Principe de Asturias Don Fernando , y la muy alta , y muy poderosa Infanta Doña Maria , llegado al presente a las edades competentes para poder celebrar los desposorios , y matrimonio , se haran los dichos desposorios , y matrimonio en la Corte de la Magestad del Rey de Portugal , despues que se tubieren ajustado , y fixado el tiempo entre la Magestad del Rey Catholico , y la Magestad del Rey de Portugal , y para uno , y otro acto se daran los poderes , y autoridad necesaria , assi por el Serenissimo Principe de Asturias , como por el Serenissimo Rey Catholico su padre , al Ministro ò persona , que sea mas de su agrado.

## ARTICULO II.

El Serenissimo Rey de Portugal , promete , y se obliga a dar , y dará a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria , en dote , y a favor del matrimonio con el Serenissimo Principe de Asturias Don Fernando , y pagará a la Magestad del Rey Catholico , ò a quien tubiere su poder , y commision , la summa de quinientos mil excudos de oro del Sol , ò su justo valor , en la Corte , y Villa de Madrid , y se entregará la dicha summa al tiempo de efectuarse el matrimonio.

## ARTICULO III.

La Magestad del Rey Catholico se obliga a asegurar , y asegurará el dote de la Serenissima Señora Infanta Doña Maria , en buenas rentas , y asignaciones seguras , à satisfacion de la Magestad del Rey de Portugal , ò de las personas , que para este efecto nombrare al tiempo del pagamento , y remitirá luego a la Magestad del Rey de Portugal los documentos de la dicha asignacion ; y en el caso de disolverse el matrimonio , y que por el derecho tenga lugar la restitucion del dote , será este restituido a la Serenissima Señora Infanta , ò a sus herederos , y subcesores , que lograrán los reditos , que importaren los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol , a razon de cinco por ciento , que se pagarán en virtud de las dichas asignaciones.

## ARTICULO IV.

Por medio del pagamento efectivo , que se hará a la Magestad del Rey Catholico de los dichos quinientos mil excudos de oro del Sol ,

Sol, ò su justo valor, en el termino, que queda dicho, se darà por satisfecha la Serenissima Señora Infanta, y se satisfarà del dicho dote, sin que en adelante pueda alegar otro algun derecho, ni intentar otra alguna accion, ò pertension, solicitando, que le pertenezcan, ò puedan pertenecer, otros mayores bienes, razones, derechos, ò acciones, por causa de herencias, ò mayores subcesiones de las Magestades del Rey, y Reyna de Portugal su padre, y madre, ni de qualquiera otra manera, y por qualquiera causa ò titulo, que sea, ò fuere, que lo sepa ò lo ignore: bien entendido, que de qualquiera calidad, y condicion, que fueren las cosas arriba dichas, deve quedar excluida de ellas; y antes de efectuarse los desposorios harà renuncia en buena, y debida fôrma, y con todas las seguridades, fôrmas, y solemnidades, que fueren necesarias; la qual renuncia harà la Serenissima Señora Infanta, antes de estar casada por palabras de presente, y la confirmarà luego despues de celebrar el matrimonio, y la aprobarà, y ratificarà juntamente con el Serenissimo Principe de Asturias, con las mismas fôrmas, y solemnidades, que la Serenissima Señora Infanta hubiere hecho la sobredicha primera renuncia, y a demas con las clausulas, que se juzgaren mas combenientes, y necesarias; y el Serenissimo Señor Principe, y la Serenissima Señora Infanta quedaràn, y quedan, assi de presente, como para entonces, obligados al cumplimiento, y efecto de la dicha renuncia, y ratificacion, en conformidad de los presentes Articulos, y las sobredichas renunciaciones, y ratificaciones seran avidas, y juzgadas, assi presentemente, como para entonces por bien hechas, y verdaderamente pasadas, y otorgadas, y las dichas renunciaciones, y ratificaciones se haran en la fôrma mas authentica, y eficaz, que pudieren ser, para que sean buenas, y validas, juntamente con todas las clausulas derogatorias de qualquiera ley, jurisdiccion, costumbres, derechos, y constituciones a esto contrarias, ò que impidieren en todo, ò en parte las dichas renunciaciones, y ratificaciones; y para efecto, y validacion de lo que arriba queda dicho, la Magestad del Rey Catholico, y la Magestad del Rey de Portugal derogaràn, y derogan, desde el presente, sin alguna referba, y entenderàn, y entienden, assi de presente, como para entonces, tener derogadas todas las excepciones en contrario.

## A R T I C U L O V.

La Magestad del Rey Catholico darà a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria, a su llegada al Reyno de España, para sus anillos, y joyas, el valor de ochenta mil pesos, los quales le perteneceràn sin dificultad, despues de celebrado el matrimonio, de la misma fuerte, que todas las otras joyas, que llevare consigo, y seran propias de la Serenissima Señora Infanta, y de sus herederos, y subcesores, y de aquellos, que tubieren su derecho.



## ARTICULO VI.

La Magestad del Rey Catholico asignará, y constituirá a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria, para sus arras, veinte mil excudos de oro del Sol al año, que seran asignados sobre rentas, y tierras, de las quales tendrá la jurisdiccion, y el lugar principal el Titulo de Ducado, de fuerte, que las dichas rentas, y tierra lleguen hasta la dicha summa de veinte mil excudos de oro del Sol cada año; de los quales lugares, y tierra allí dadas, y asignadas, gozará la Serenissima Señora Infanta por sus manos, y por su authoridad, y de las de sus Commissarios, y Oficiales, y en las dichas tierras proveerá las Justicias, y a demás de esto, le pertenecerá la provision de los Oficios, como es costumbre, entendiendose, que los dichos Oficios no podran ser dados sino a Españoles de nacimiento, como también la administracion, y arrendamiento de las dichas tierras, conforme a las Leys, y costumbres de España. Y de la sobredicha asignacion entrará a gozar, y poseer la Serenissima Señora Infanta Doña Maria, luego que tuvieren lugar las arras, para gozar de ella, toda su vida, sea que quede en España, ò se retire a otra parte.

## ARTICULO VII.

La Magestad del Rey Catholico dará, y asignará a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria para el gasto de su Camera, y para mantener su estado, y Casa, una summa conbeniente, tal, qual pertenece a muger de un tan gran Principe, y a hija de tan poderoso Rey, asignandola en la forma, y manera, que se acostumbra hazer en España para semejantes manutenciones, y gasto.

## ARTICULO VIII.

La Magestad del Rey de Portugal hará conducir en el tiempo, que se ajustare a su costa, y gasto a la Serenissima Señora Infanta Doña Maria su hija, a la Frontera, y raya de España, con la dignidad, y cortejo, que requiere una tan grande Princesa, y será recibida de la misma suerte de parte de la Magestad del Rey Catholico, y tratada, y servida con toda la magnificencia, que conbiene.

## ARTICULO IX.

En el caso, que se disuelva el matrimonio entre el Serenissimo Principe de Asturias, y la Serenissima Señora Infanta Doña Maria, y que esta sobreviva al referido Serenissimo Principe, en este caso será libre a la dicha Serenissima Señora Infanta quedar en España, en el lugar, que quisiere, ò bolver a Portugal, ò a qualquiera otro lugar conbeniente, aun que sea fuera del Reyno de España, todas, y quantas veces bien le pareciere, con todos sus bienes, dote, y ar-

ras , joyas , bestidos , y vaguilla de plata , y qualesquiera otros muebles , con sus Oficiales , y criados de su Casa , sin que por qualquiera razon , o consideracion , que sea , se le pueda poner impedimento , ni embarazo alguno a su partida , directa , ò indirectamente , ni impedirle el uso , y recuperacion de sus referidos dote , arras , y joyas , ni otras asignaciones , que se le hubiesen hecho , ò devido hacer ; y para este efecto dará la Magestad de El Rey Catholico , a la Magestad del Rey de Portugal , para la sobre dicha Serenissima Señora Infanta Doña Maria su hija , aquellas Cartas , y seguridades , que fueren necesarias , firmadas de su propia mano , y selladas con su Sello , y desde ahora para entonces lo asegurará , y prometerá la Magestad del Rey Catholico , por si , y por los Reys sus subcesores , con fé , y palabra Real.

### A R T I C U L O X.

La Magestad del Rey Catholico , y la Magestad del Rey de Portugal , suplicarán a nuestro muy Santo Padre el Papa , con el presente Tratado , se sirva aprobarle , y darle su Bendicion Apostolica ; y assi mismo aprobar las Capitulaciones , y ratificaciones , que hubieren hecho las referidas Magestades , y que hará la Serenissima Señora Infanta , como tambien los actos , y juramentos , que se hicieren para su cumplimiento , insertandolos en sus letras de aprobacion , y de bendicion.

### A R T I C U L O XI.

Y en nombre del muy alto , muy excelente , y muy poderoso Principe Don Phelipe Quinto Rey de España , y del muy alto , y poderoso Principe de Asturias Don Fernando , y como sus Embaxadores Plenipotenciarios , y Procuradores de la una parte ; y en nombre del muy alto , muy excelente , y muy poderoso Principe Don Juan Quinto Rey de Portugal , como su Ministro Commisario , Actor , y Mandatario , de la otra ; nos obligamos los mencionados Ministros de Sus Magestades , en virtud de nuestros respectivos plenos poderes , y prometemos , en fé , y palabra de Sus Magestades , que los presentes Articulos seran enteramente observados , de una , y otra parte , cumplidos , y executados , sin falta ò disminucion alguna ; y que será el presente Tratado por Sus Magestades ratificado , y dentro de quince dias , ò mas presto si fuere posible , seran trocadas las ratificaciones en buena , y debida forma.

En fé de lo qual , los dichos Ministros Plenipotenciarios , firmamos de nuestra propia mano dos Exemplares deste Tratado , y les hizimos poner los Sellos de nuestras Armas. Fecho en Lixboa Occidental a primero de Octubre de mil setecientos y veinte y siete.

El Marques de los Balbases. Don Diego de Mendoza Cortereal.

(L.S.)

(L.S.)

El Marques de Capecelatro.

(L.S.)

Ple-



*Plenipotencia de la Magestad del Rey Catholico.*

**D**On Phelipe por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Aragon, de las dos Sicilias, de Hierusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Algarves, de Algecira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas, y Tierra firme del mar Oceano, Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Bravante, y Milan, Conde de Abspurg, de Flandes, Tirol, y Barcelona, Señor de Vizcaya, y de Molina, &c. Por quanto haviendo-se considerado combeniente, que con nuebas, y mas fuertes prendas de amor, y de amistad, se estreche, y confirme la que ay entre Nòs, y nuestro muy caro, y muy amado hermano, el Serenissimo Rey de Portugal Don Juan, a fin de asegurar mas permanente, y firme, entre Su Magestad Portuguesa, Nòs, y nuestros subcesores, la hermandad, y buena correspondencia, que tanto importa ambos Reynos, se ha combenido, y ajustado por Articulos Preliminares, que se han firmado por los Commisarios Plenipotenciarios, nombrados a este fin, por my, y por el Serenissimo Rey de Portugal mi hermano, el casamiento del Serenissimo Principe de Asturias Don Fernando, mi muy caro, y muy amado hijo, con la Serenissima Infanta de Portugal Doña Maria, hija del Serenissimo Rey de Portugal, y respecto de haverse de hazer, y de firmar en la Corte de Lixboa, con el Commisario, ò Commisarios, que el Serenissimo Rey de Portugal nombrare, el correspondiente Tratado Matrimonial; por estas razones, y por la confianza, que tengo de vòs Don Carlos Ambrosio Spinola de la Cerda, Marques de los Balbases Primo, Duque de Sexto, Roca, Piperozi, y Peutime, Baron de Ginosa, Feudatario de Casalnozeto, Pontecuron, Montemar, sin Montevelo, y Paderno, Gran Protonotario, del Supremo Consejo de Italia, Gentilhombre de mi Camara, y mi Embaxador Extraordinario, y de vòs el Marques de Capecelatro, mi Embaxador Ordinario; hê resuelto nombraros por mis Ministros Commisarios, para que podais hazer, y firmar en la Corte de Lixboa, como queda dicho, el referido contrato matrimonial, del mencionado Principe mi hijo, con la expresada Serenissima Infanta, con los pactos yà acordados en los Articulos Preliminares, de que se os ha entregado Copia. Por tanto, por la presente os doy, y concedo todas mis veces, poder, y facultad tan cumplida, y bastante, como se requiere, de cierta ciencia, y dileyerada voluntad, para que por mi, y en mi nombre, representando mi propria Persona, y la del Principe mi hijo, como yo mismo, y el, lo podiamos hazer siendo presentes, capituleis, combengais, asenteis, y firmeis con el Commisario, ò Commisarios, que con poderes suficientes a este efecto nombrare Su Magestad Portuguesa, lo tocante al referido contrato matrimonial, hasta concluirle enteramente, para que os doy poder, y facultad amplia, y absoluta, sin limitacion al-

guna, y assi mismo para todo lo que a este intento combenga, y fuere necesario executar, estipular, asegurar, y obligar por mi parte, y tambien para admitir, y aceptar todas las condiciones, pactos, y obligaciones, scripturas, y instrumentos, que fuere necesario hazer por la del Serenissimo Rey de Portugal, y de la Serenissima Infanta, assi en razon de la dote, arras, legados, y mandas, como para los demas puntos concernientes al dicho casamiento, obligandome como me obligo, y se obliga el Principe, al cumplimiento de lo que en cada una de estas cosas, y todas juntas concertareis, capitulareis, y admitiereis, ò executareis, que para este efecto os hago, crio, y constituo, mis Actores, Mandatarios, y Commisarios, con libre, general, y plenissimo poder, y facultad, para que hagais, y podais hazer, en razon de esto, todo lo que Yo mismo, y el Principe mi hijo podiamos hazer, aun que sean tales las cosas, que requieran especial, y expresa mencion de ellas, siendo mi voluntad, que en caso de ausencia de alguno de los dos aqui mencionados por enfermedad, ò por qualquiera otro embarazo legitimo, tenga el uno solo el mismo poder, que los dos juntos; y prometo en fé, y palabra Real, que tendré por grato, firme, y valedero, y aprobaré, y ratificaré, y tendré por bueno lo que los dos juntos, ò el uno solo en ausencia del otro, hiziereis, tratareis, y firmareis: y que nõ iré, ni vendré, ni consentiré ir, ni venir contra alguna cosa, ni parte de ello, sino antes bien lo loaré, aprobaré, y ratificaré de nuevo, si necesario fuere: en fé de lo qual, mandé despachar la presente, firmada de mi mano, sellada con el Sello secreto, y refrendada del infraescrito mi primer Secretario de Estado, y del Despacho. Dada en Madrid a doce de Agosto de mil setecientos y veinte y siete.

YO EL REY.

Don Juan Baptista de Orendayn.

*Poder de la Magestad del Rey de Portugal.*

**D**On Juan por la gracia de Dios Rey de Portugal, y de los Algarbes, daquien, y dalen, Mar en Africa, Señor de Guiné, y de la Conquista navegacion, Comercio de Ethyopia, Arabia, Persia, y de la India, &c. Hago saver a los que esta mi Carta de poder general, y expecial vieren, que por quanto es combeniente al servicio de Dios, exaltacion de la Fé, y bien de la Christiandad, que permanezca entre el muy alto, y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España, Nós, y nuestros subcesores, la hermandad, y buena correspondencia, que tanto importa a los dos Reynos: y considerando por el mas oportuno medio para asegurar esta importancia, el de estrechar mas, y mas, los vinculos de sangre, parentesco, y amistad, se combino, y ajustò por los Articulos Preliminares, que se firmaron por los Commisarios nombrados para este fin, por mi, y por el muy alto, y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España,



España , el casamiento del Serenissimo Principe de Asturias Don Fernando , hijo del mencionado muy alto , y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España , con la Serenissima Infanta Doña Maria , mi muy amada , y preciada hija , para que con la bendicion de Dios , y de nuestro muy Santo Padre Benedicto decimo tercio , que actualmente preside en su Santa Iglesia , se desposen , y casen , segun , y como dispone la Santa Iglesia Romana ; y respecto de haverse de hazer , y firmar en mi Corte de Lixboa Occidental , con el Marques de los Balbases , Embaxador Extraordinario de S. M. Catholica , con el Marques de Capecelatro Embaxador Ordinario de la misma Magestad Catholica , ambos nombrados para este efecto , por el muy alto , y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España , el contrato del referido matrimonio , con las solemnidades , y lucimiento , que se practica en semejantes casos , con los pactos , y condiciones ya ajustados ; por estas razones , y por la particular confianza , y satisfacion , que tengo de vòs Diego de Mendoza Cortereal , de mi Consejo , Secretario de Estado , de las Mercedes , Expediente , y Asignatura , Commendador de las Commiendas de Santa Lucia de Trancofo , y de Santa Maria de las Vidigueiras , de Monfaràs , de la Orden de Christo : Tengo resuelto nombraros por mi Ministro Commisario , para que podais hazer , y firmar , en esta mi dicha Corte , como queda dicho , con los referidos Marques de los Balbases , y de Capecelatro , el contrato del sobre dicho matrimonio , del expresado Serenissimo Principe de Asturias , con la mencionada Serenissima Infanta mi hija , con las solemnidades acostumbradas , y con los pactos , y condiciones ya ajustadas. Por tanto , por la presente os doy poder , y facultad , tan cumplida , y bastante , como se requiere , de mi cierta ciencia , y deliberada voluntad , para que por mi , y en mi nombre , representando mi propria Persona , como yo mismo lo podria hazer siendo presente , capituleis , combengais , acepteis , y firmeis lo tocante al referido contrato , y capitulos matrimoniales hasta concluirlos enteramente , para que os doy poder , y facultad amplia , y absoluta , sin limitacion alguna , assi para todo lo que a este intento combenga , y fuere necesario executar , estipular , asegurar , y obligar por mi parte , como para admitir , y aceptar todas las condiciones , pactos , obligaciones , escrituras , y instrumentos , que fueren necesarios hazer por la del muy alto , y muy poderoso Principe Don Phelipe Rey de España , tanto en razon de la dote , arras , legados , y mandas , como en los demas puntos concernientes al dicho casamiento ; obligandome , como me obligo , al cumplimiento de lo que en cada una de estas cosas , y todas juntas , concertares , capitulares , y admitieres , ò executares , porque para este efecto os hago , crio , y constituyo mi Actor , Mandatario , y Commisario , con libre , general , y plenissimo poder , y facultad , para que hagais , y podais hazer en razon de esto , todo lo que yo mismo podria hazer , aun que sean tales cosas , que requieran especial , y expresa mencion de ellas ; y prometo de mi palabra Real , que tendré por grato , firme , y valdero , y aprobaré , y ratificaré , si fuere necesario , y tendré por bien

lo que hizieres, tratares, prometieres, concluyeres, y firmares, y que nõ irê, ni vendrê, ni consentirê ir, ni venir contra alguna cosa, ni en parte de ella, antes bien lo loarê, aprobarê, y ratificarê de nuebo si fuere necesario. En fé de lo qual mandê dar la presente firmada de mi mano, y sellada con el Sello secreto, y refrendada por mi infracripto Secretario de Estado, Mercedes, Expediente, y Asignatura. Dada en esta Ciudad de Lixboa Occidental a los veinte y nueve dias del mes de Agosto del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesu Christo de mil setecientos y veinte y siete.

EL REY.

Diego de Mendoza Cortereal.

Por tanto, haviendo visto, y examinado el referido Tratado Matrimonial aqui inserto, hê resuelto aprobarle, y ratificarle, (como en virtud de la presente le apruebo, y ratifico) en la mejor, y mas cumplida fôrma, que puedo, y doy por bueno, firme, y valadero, todo lo que en el se contiene, y prometo en fé, y palabra de Rey cumplirle, y observarle inviolablemente, segun su fôrma, y tenor, y hazer observar, y cumplir de la misma manera como si Yo le huviesse hecho por mi propia Persona. En fé de lo qual mandê despachar la presente, firmada de mi mano, sellada con el Sello secreto, y refrendada de mi infracripto primer Secretario de Estado, y del Despacho Universal. Dada en San Ildefonso a doce de Oçtubre de mil setecientos y veinte y siete.

YO EL REY.

Juan Baptista de Orendayn.

*Derogação, e dispensa de hum artigo das Cortes de Lamego, pelas Cortes do anno de 1679, a favor da Infante D. Isabel, como successora do Reyno, para casar com Victorio Amadeo II. Duque de Saboya. Achey-a no liv. 3. das Memorias do Duque de Cadaval D. Nuno, a pag. 128, donde a copiey.*

**Num. 135** **O**S Tres Estados do Reyno, juntos neste Congresso de Cortes, legitimamente convocadas, por mandado do muy alto, e muito poderoso Principe D. Pedro, nosso Senhor, Governador, e perpetuo Administrador do Reyno, como unico irmao, successor, e curador do muito alto, e muito poderoso Rey D. Affonso VI. nosso Senhor, por autoridade nossa deposito do governo, por seu perpetuo impedimento: considerando, que da multiplicação de successores, e extensão da Familia Real depende a conservação, paz publica, e commun-socego dos Reynos, e que da falta della resultaõ sempre universaes calamida-

An. 1679.



calamidades, de que os successos passados depois da morte dos Senhores Reys D. Fernando, sem filhos varoens legitimos, e D. Sebastião sem descendentes, nos deixaraõ lastimosos exemplos: sendonos mandado propor pelo muito alto, e muito poderoso Principe D. Pedro nosso Senhor, que por se achar com huma unica filha, a Serenissima Senhora Infante D. Isabel, e desejar estabelecer, e perpetuar a successão da Casa Real, em beneficio do bem publico destes Reynos, tinha ajustado, e firmado o seu casamento com o muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo Segundo, Duque de Saboya, Principe de Piamonte, e Rey de Chypre: e que supposto, que a prohibição da ley fundamental de Lamego, de casarem as filhas herdeiras, e successoras fóra do Reyno, e a disposição de haverem de casar com nacionaes pareça não milite, nem comprehenda o caso presente, com tudo, para mayor segurança, e firmeza de negocio tão importante, em que não convem falte a mais exuberante cautela, queria, que os Tres Estados do Reyno, que representaõ o Corpo Universal delle, junto em Cortes, para este fim convocadas, declarassem, e estabelecessem o sentido, e vigor da ley, e sendo necessario a dispensassem, e derogassem.

Pelo que ponderada, e examinada com toda a attenção, que requeria a qualidade de tão importante materia, assentamos, declaramos, e de novo estabelecemos, que as leys fundamentaes de Lamego, comprehendidas especialmente se opponhaõ à utilidade deste matrimonio, por ser certo em Direito, que a disposição restricta em certa familia, Cidade, Provincia, ou Reyno, pela juridica necessidade de se entender em termos habeis, leva de sua natureza huma tacita, e subintellecta condição, se houver na familia, Cidade, Provincia, ou Reyno, pessoa digna, e capaz do tal matrimonio; porque seria contra a liberdade, que elles requerem, e a mesma razão obriga, o casar com pessoa inc paz, e menos digna, reputada esta condição por impossivel na censura de Direito: e por tal se regeita, para que sem temor de pena, possa o gravado livre, e legitimamente, casar fóra da familia, Cidade, Provincia, ou Reyno apontado; com superior razão se deve entender esta doutrina nas filhas successoras do Reyno, e que a obrigação de casar dentro no Reyno liga, havendo pessoa capaz, e digna daquella jerarchia de Vassallos, com que costumaõ os Principes casar dentro nos seus Reynos, principalmente quando para a estabelidade da dominação, se deve reparar, e buscar todos aquelles requisitos, que firmaõ o respeito, e obediencia, base fundamental, em que se estriba a soberania, que entre os iguaes, e muito mais nos inferiores se faz desputavel, e por consequencia perigosa. Por onde sendo notorio não haver de presente no Reyno pessoa digna, e capaz com quem possa casar a Serenissima Senhora Infante, fica preciso haverse de tratar fóra do Reyno com Principe, com quem digna, e decorosamente se possa contrahir este matrimonio. E sendo a conservação do Reyno a ley suprema, que vence, e prefere a todas as mais, não sendo praticavel, nem moralmente possivel casar dentro no Reyno, para segurar a successão, de  
que

que totalmente depende o Reyno, se não póde conseguir o fim sem casar com Principe de fóra. Não he menos poderoso fundamento, de que cessa no caso presente a razão, mente, e fim da ley, não só negativamente, mas milita, e procede contraria razão, e opposta ao fim nella pretendido; e assim como na disposição de Direito, o caso omisso da ley se comprehende quando o comprehende a sua razão; assim tambem o caso opposto à mente, e razão da ley, e de que se segue fim contrario ao intentado nella, faz cessar a sua obrigação, sem ser necessario recorrer a superior: porque se o previra o Legislador, he certo o exceptuara; e sendo o fim da ley fundamental perpetuar a Monarchia, e Coroa destes Reynos, nos successores daquelle excellente Principe D. Affonso Henriques, primeiro do nome, e Fundador della, não havendo no Reyno em quem, praticando-se o matrimonio, se podesse verificar, e conseguir a continuação dos successores nacionaes, como fica mostrado, não casando fóra do Reyno, na fórma da ley, viria a observancia della a impedir a mesma successão, extinguir a memoria, e arriscar a duração da Monarchia, que se intentava estabelecer, e eternizar; e seria meyo da sua ruina, o que se constituiu para sua firmeza, e presidio. E sendo juntamente o intento causa impulsiva, e final da ley, conservar esta Coroa separada, de que não fosse a Principe, que a podesse fogeitar a outro dominio, se verifica nos termos presentes este intento da ley, no casamento da Senhora Infante, com o Senhor Duque de Saboya, transferindo-se a estes Reynos, e naturalizando-se nelles pela habilitação, e animo de assistir, e permanecer, com que se reputa para o effeito intentado por nacional: logrando-se o fim, e conveniencias, que respeitou a ley, com que não só cessa o damno, que quiz evitar de alheyo dominio, e fogueição, mas conservando-se no proprio lustre, e dominação a dilata, unindo nòvos Estados, e nova Coroa.

Por estes juridicos fundamentos, e legal interpretação da ley fundamental de Lamego, assentamos, e declaramos, e sendo necessario, estabelecemos, como dito he, cessar no caso presente a sua disposição, vigor, e contraria interpretação; porém para mayor cautela se necessario he, e como se o fora, em virtude do presente assento, que haverá força de ley perpetua, e irrevogavel, dispensamos, revogamos, derogamos, e annullamos para o effeito, e em favor deste matrimonio, e neste caso sómente a dita ley de Lamego, em quanto dispoem, que a filha herdeira, e successora case com pessoa natural do mesmo Reyno, e prohibe contrahir matrimonio com Principe fóra de Portugal, impondolhe a pena de perder a successão: e geralmente em tudo o mais, que se contém em todo o contexto da ley, e em especial os §§. 7, e 8, como tambem, pelo que nos póde tocar, qualquer outra ley, costume, disposições, e tudo o mais, que podesse, no caso da morte do Serenissimo Rey D. Affonso VI. e do Serenissimo Principe D. Pedro, sem filhos varoens, nascidos de legitimo matrimonio, oppor-se de alguma maneira, cuidada, ou não cuidada, à successão da dita Serenissima Infante, e seus descendentes, ao Reyno de Portugal, Estados, e direitos da Coroa, ou impedir directa,



directa, ou indirectamente o inteiro, e cumprido effeito de tudo o pertencente a este matrimonio : ficando a dita ley de Lamego em toda a sua observancia, e firmeza para o diante, sem que se possa fazer argumento desta dispensação, ou derogação para os casos futuros, em quanto não intrevier o nosso consentimento. E para mayor segurança pedimos ao Serenissimo Principe D. Pedro nosso Senhor, interponha sua approvação, e authoridade Real, para que em todo fique firme, e valiosa esta declaração, dispensação, revogação, derogação, e annullação, que queremos tenha seu cumprido effeito, e inteira observancia; e nesta fórma o promettemos guardar por nós, e nossos successores, perpetua, e inviolavelmente; e para este effeito fizemos os Tres Estados o presente assento por todos firmado, para constar, e ser manifesto a todo o tempo. Lisboa neste Congresso da Nobreza, em a Casa Professa de S. Roque, em os 11 dias do mez de Dezembro do anno de 1679. E eu D. João Mascarenhas, Marquez de Fronteira, a subscrevi, e assiney como Secretario deste Congresso da Nobreza. = D. João Mascarenhas, Marquez de Fronteira. =

Duque.

D. Diogo de Lima.

Conde de S. Lourenço.

O Conde de Figueiró.

D. Diogo de Faro e Sousa.

O Conde Meirinho môr.

Diogo de Mendocça Furtado.

O Conde da Castanheira.

O Prior do Crato.

O Conde de Val de Reys.

O Conde de Atalaya.

O Conde de Aveiras.

O Conde de Pontevel.

D. Miguel da Sylveira.

O Conde da Ericeira.

O Conde D. Luiz de Menezes.

D. Antonio Alvares da Cunha.

Manoel de Mello.

João Pinheiro, Procurador de Cortes de Lisboa.

Francisco Barreto.

Vilconde, General da Armada.

O Conde de Vimioso.

O Barão Conde.

Alexandre de Sousa.

O Conde Lourenço de Mendocça.

Miguel Carlos de Tavora.

Manoel Telles da Sylva.

Tom. V.

D. Francisco de Sousa.

Marquez Mordomo môr, Procurador da Corte de Lisboa.

Francisco de Albuquerque Castro, Procurador de Cortes de Coimbra.

Fr. Antonio Rodrigues Marques, Procurador de Cortes do Porto.

Luiz de Mello Lobo, Procurador de Béja.

Luiz da Sylva de Ataide, Procurador de Leiria.

Manoel Vaz Nunes, Procurador de Faro.

Antonio Correa de Andrade, Procurador de Cortes de Lagos.

Thomé da Costa de Sousa, Procurador de Lagos.

João Rebello Quaresma, Procurador de Santarem.

D. Alvaro Casco de Mello, Procurador de Cortes de Evora.

João Ferraz Velho, Procurador de Cortes de Coimbra.

Luiz Camello Falcão, Procurador de Cortes do Porto.

D. João de Lancastre, Procurador de Cortes de Santarem.

Uu

Dou-

- Doutor Domingos da Cunha Barreto, Procurador de Cortes de Goa.
- Antonio Cardoso Pegado, Procurador de Cortes de Elvas.
- Luiz Bandeira Galvão, Procurador de Cortes de Viseu.
- Mathias Correa, Procurador de Cortes de Tavira.
- Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Procurador de Lamego.
- Manoel de Sequeira Peixoto, Procurador de Estremoz.
- Joaõ Lobo da Gama, Procurador de Lisboa.
- Joaõ Freire de Andrade, Procurador de Montemor o Novo.
- Manoel de Faria, Procurador de Thomar.
- Antonio Vaz Margulhão, Procurador de Portalegre.
- André de Azevedo de Vasconcellos, Procurador de Elvas.
- Cosme de Castro de Caminha, Procurador de Viseu.
- Antonio de Mello Pereira, Procurador de Tavira.
- Joaõ Pinheiro de Aragaõ, Procurador de Lamego.
- Sebastião Monteiro de Queirós, Procurador de Leiria.
- Joaõ Machado da Sylva, Procurador de Cortes de Guimaraens.
- Antonio de Valadares Limpo, Procurador de Montemor o Novo.
- Joaõ da Sylva de Sousa, Procurador de Thomar.
- Joaõ Furtado de Mendoga, Procurador da Covilhã.
- Manoel Proites, Procurador de Setuval.
- Antonio Pinto Varejaõ, Procurador de Miranda.
- Mathias Velho da Fonseca.
- Francisco Pitta Malheiro, Procurador de Cortes de Ponte de Lima.
- Joaõ de Brito de Mello, Procurador de Setuval.
- Pedro Martins Sarmiento, Procurador de Miranda.
- Procuradores de Cortes de Vianna de Fós de Lima.
- Manoel Alvares Gondim, Procurador de Vianna de Lima.
- D. Joaõ Manoel de Menezes, Procurador de Ponte de Lima.
- Duarte Teixeira Chaves, Procurador de Chaves.
- Filippe da Fonseca Coutinho, Procurador de Montemor o Velho.
- D. Diogo Sottomayor, Procurador de Obidos.
- Joseph Salgado Bezerra, Procurador de Alcacere.
- Jorge de Carvalho Pereira, Procurador de Almada.
- Lourenço Diniz de Moraes, Procurador de Niza.
- O Conde de Villarmayor, Procurador de Torres Vedras.
- Manoel Soares Alvergaria, Procurador de Aveiro.
- Francisco Manfos da Fonseca, Procurador de Castello Branco.
- Joaõ Homem do Amaral, Procurador de Alenquer.
- Jeronymo Nobre Morato, Procurador de Cintra.
- Martim Teixeira de Carvalho, Procurador de Chaves.
- Antonio Correa da Fonseca e Andrade, Procurador de Montemor o Velho.
- Braz de Araujo, Procurador de Alenquer.
- Constantino Mendes de Gouvea, Procurador de Torres-Novas.
- Simaõ de Abreu de Avelas, Procurador de Torres-Novas.
- O Procurador de Niza, Pedro da Fonseca Ribeiro.
- O Conde de Avintes, Procurador de Torres Vedras.



- Nicolao Ribeiro Picado, Procurador de Aveiro.  
Diogo da Fonseca, Procurador de Castello Branco.  
Francisco da Guarda Fragofo, Procurador de Mouraõ.  
Francisco de Mello, Procurador de Serpa.  
O Doutor Antonio Carneiro Barbosa, Procurador de Villa de Conde.  
D. Luiz de Sousa, Procurador de Trancofo.  
Christovaõ Raposo de Lemos, Procurador de Aviz.  
Francisco de Brito Chaves, Procurador de Cintra.  
Joseph Pacheco Cabral, Procurador de Obidos.  
Manoel da Rosa de Sande, Procurador de Alcacere.  
Nuno de Ataide Mascarenhas, Procurador de Cortes de Loulé.  
Ignacio do Rego de Andrade, Procurador de Alter do Chaõ.  
João Ramires de Carvalho, Procurador de Freixo de Espada Cinta.  
Manoel de Mendoga Arraes, Procurador de Mouraõ.  
Luiz de Mello, Procurador de Serpa.  
Balthasar Lopes Tavares, Procurador de Trancofo.  
Manoel da Gama Farelans, Procurador de Aviz.  
Bernardino de Sequeira, Procurador  
Estevaõ Machado Soares, Procurador de Freixo de Espada Cinta.  
Manoel Palha Leitaõ, Procurador de Valença do Minho.  
Christevaõ da Costa Freire, Procurador de Alegrete.  
Lourenco Pereira Tavares, Procurador de Castello Rodrigo.  
Sebastiaõ de Elvas Leitaõ, Procurador de Penamacor.  
Francisco Galvaõ, Procurador de Arronches.  
Antonio Verissimo de Figueiredo, Procurador de Pinhel.  
Affonso da Costa Pimentel, Procurador de Loulé.  
Fernaõ Barbosa de Lima, Procurador de Monçaõ.  
Francisco Lopes Tavares, Procurador de Castello Rodrigo.  
O Doutor Manoel Alvares Sereño, Procurador de Castello de Vide.  
Martim Vaz Botelho, Procurador de Penamacor.  
Affonso David de Fortes, Procurador da Certãa.  
Martim Figueira Pereira, Procurador de Veiros.  
O Abbade Domingos do Valle, Procurador de Caminha.  
Sebastiaõ da Costa, Procurador de Caminha.  
Jeronymo Pereira de Sá, Procurador de Moncorvo.  
Pedro Alvares Cabral de Lacerda, Procurador de Alegrete.  
João Pereira de Caldas, Procurador de Monçaõ.  
Antonio Forte Bustamante, Procurador de Ourem.  
Manoel Fragofo de Ardilla, Procurador de Ourique.  
Braz Felix de Abreu, Procurador do Crato.  
O Conde da Torre, Procurador de Fronteira.  
Roque Monteiro Paim, Procurador de Monforte.  
Bento da Cunha Malheiro, Procurador de Campomayor.  
Francisco Vaz Galvaõ, Procurador de Campomayor.  
Francisco de Moraes Mesquita Castro, Procurador de Moncorvo.

Belchior de Alvelos de Brito,  
Procurador de Castromarim.  
Joseph Correa Sottomayor, Pro-  
curador de Palmella.  
Francisco Lopes Varonica, Pro-  
curador de Cabeço de Vide.  
Luiz de Mesquita e Castro, Pro-  
curador da Villa de Panoyas.  
Fernaõ Vaz Cepa, Procurador de  
Borba.  
Bernardo de Avelar Delgado, Pro-  
curador de Atouguia.  
D. Manoel Daffa, Procurador de  
Monfarás.  
Manoel Galvaõ, Procurador de  
Villa-Viçosa.  
Gaspar Cardoso do Amaral, Pro-  
curador de Borba.  
João de Pina Godinho, Procura-  
dor de Portel.  
Pedro Cavalleiro Coelho, Procu-  
rador de Portel.  
Manoel Freire de Mattos, Pro-  
curador da Atouguia.  
Fernando de Brito Pereira, Pro-  
curador de Monfarás.  
Gonçalo Estevens de Gusmaõ,  
Procurador de Castromarim.  
Manoel Pereira Pores, Procura-  
dor de Palmella.  
Diogo Monteiro, Procurador de  
Garvaõ.  
Luiz de Foyos de Sousa, Procu-

rador de Panoya.  
Luiz Teixeira de Brito Pimentel,  
Procurador de Ourique.  
Ambrosio Pereira de Barredo,  
Procurador de Villa-Viçosa.  
Francisco de Brito Homem, Pro-  
curador de Santiago de Cassem.  
Gaspar de Brito Varella, Procu-  
rador de Santiago de Cassem.  
Diogo Coutinho Moniz, Procu-  
rador de Vianna de Alentejo.  
Antonio Velloso dos Santos, Pro-  
curador de Penella.  
Pedro Jorge Coutinho, Procura-  
dor de Vianna de Alentejo.  
Balthasar da Rocha de Ayala,  
Procurador de Villa-Nova de  
Cerveira.  
Manoel de Oliveira da Sylva, Pro-  
curador de Porto de Mós.  
Diogo de Sousa de Vasconcellos,  
Procurador do Pombal.  
Antonio Vaz Gago e Pereira,  
Procurador de Alvito.  
João Correa Godinho, Procura-  
dor da Villa de Mertola.  
Sebastião de Castro Caldas, Pro-  
curador de Villa-Nova de Cer-  
veira.  
Francisco Oforio, Procurador de  
Alvito.  
Francisco Borges Coelho, Procu-  
rador de Mertola.

Vendo-se no Congresso dos Póvos o Decreto de S. A. de 23 do presente, em que dá conta do feliz desposorio da Serenissima Senhora Infanta, com o Serenissimo Senhor Duque de Saboya, para cujo effeito he necessario, que se derogue a desposição da ley de Lamego, a favor deste matrimonio, sómente propondo-se o dito Decreto, se assentou uniformemente, que a dita ley se havia de derogar para este matrimonio por esta vez, de que se faz Consulta a S. A. e como este negocio seja o mais importante pelos interesses da Monarchia, antes de se assinar a dita Consulta, para que os acertos sejam communs, assim como he a utilidade deste feliz desposorio, se quiz participar ao Estado da Nobreza, para que com esta direcção se figa o mayor acerto. S. Francisco 27 de Novembro de 1679. Francisco Galvaõ. Ao Estado da Nobreza pareceo o mesmo junto em S. Ro- que, a 29 de Novembro de 1679, para o que houve pareceres de Letrados.



*Poder bastante do Duque de Saboya ao seu Embaixador , para em seu nome celebrar os esponsaes com a Princeza D. Isabel Luiza Josefã. Está na Livraria m. s. do Duque de Cadaval , no livro , que tem por titulo : Usos da Casa da Rainha nossa Senhora , pag. 56 vers.*

**V**ictorio Amadeo. Sendo por nós vistos, lidos, e com madura applicação examinados os artigos assinados em Lisboa a 14 de Mayo de 1679, em nome de Madama Real minha Senhora, e mãy, pelo Prior D. Diogo Spinelli, no tocante ao meu matrimonio com a Serenissima Infanta D. Isabel Luiza Josefã de Portugal, nos haõ em tudo agradado, e os havemos approvado: e querendo satisfazer plenariamente, pela nossa parte, a quanto dispoem em comprimento do segundo dos artigos, havemos eleito ao Marquez de Ornano D. Carlos de Este, nosso sobrinho, por nosso Embaixador Extraordinario, ao Serenissimo Principe D. Pedro de Portugal, para fazer em nosso nome as fianças, ou promessas de matrimonio, com a dita Serenissima Infanta, ou com quem para isso tiver poder opportuno, pelo que em virtude das presentes, conferimos toda authoridade necessaria ao sobredito Marquez de Ornano D. Carlos de Este, para todos os annexos, connexos, e dependentes, e ainda para rateficar especialmente, em nome nosso, os artigos sobreditos, sempre, que assim seja necessario, ou lhe seja requerido, promettendo em fé, e palavra de Principe, o haver por firme, e valioso, tudo o que em ordem ao acima dito for por elle obrado, em fé do que havemos firmado de mão propria a presente, a qual será sobscrita do Marquez de Santo Thomás, nosso primeiro Secretario de Estado, e sellada com o nosso costumado Sello. Dada em Turim.

Num. 136

An. 1681.

*Poder da Infanta D. Isabel Luiza Josefã, para o Duque de Cadaval em seu nome celebrar os esponsaes com o Duque de Saboya. Está no dito livro referido.*

**A** Infanta D. Isabel Luiza Josefã, por graça de Deos Princeza de Portugal, &c. Havendo o muito alto, e muito poderoso Principe D. Pedro, meu Senhor, e pay, celebrado, ajustado, e rateficado, o tratado do meu casamento, com o muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo Segundo, meu primo, Duque de Saboya, Principe de Piamonte, Rey de Chypre, &c. e desejando eu em tudo satisfazer ao dito tratado em virtude do artigo segundo nelle contheudo, dou poder a D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Duque de Cadaval, meu muito prezado sobrinho, para que na conformidade das Capitulações estipuladas, e da Carta novamente escrita pelo Serenissimo Duque de Saboya meu primo, ao Principe meu Sen-

Num. 137

An. 1681.

nhor, e pay, possa por mim, e em meu nome celebrar os esponsaes, ou promessas, de futuro matrimonio, com o dito muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo, meu primo, segundo Duque de Saboya, e juntamente aceitar a sua promessa para este effeito, por meyo da pessoa do Marquez de Ornano D. Carlos de Este, seu Embaixador Extraordinario, e Procurador bastante, e especial para este effeito; e tudo o aceitado, e promettido em meu nome, pelo dito Duque meu Procurador, haverey por firme, e valioso, e lhe concedo para este effeito todos os poderes em direito necessarios, e me obrigo em fé, e palavra Real de assim o cumprir, de que lhe mandey passar a presente por mim assinada, e sellada com o Sinete das Armas Reaes. Dada em Lisboa aos 23 dias do mez de Março. Luiz Teixeira de Carvalho a fez anno de 1681, e eu o Bispo D. Fr. Manoel Pereira, do Conselho de Sua Alteza, e seu Secretario de Estado a fiz escrever.

## INFANTA.

*Doação, que ElRey D. Pedro fez à Infanta D. Isabel sua filha, do Estado, e Casa de Bragança.*

Num. 138  
An. 1682.

**D**Om Pedro por graça de Deos Principe de Portugal, e dos Algarves, daquem, dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, e Commercio de Ethyopia, Arabia, Persia, da India, &c. successor, Regente, e Governador destes Reynos, e Senhorios: faço saber aos que esta minha Carta de doação virem, que entre os Capitulos do tratado, que celebrey com o Serenissimo Duque de Saboya, meu bom irmao, para haver de casar com a Serenissima Infanta minha sobre todas muito amada, e prezada filha, foy hum delles, que lhe daria humas das Casas dos Estados de Bragança, ou do Infantado, qual S. A. quizesse, e por ter entendido, que elegerá a de Bragança, considerando, que a dita Casa pertence directamente aos Principes successores do Reyno, como resolveo em sua vida a petição de Cortes ElRey meu Senhor, e pay, que tanta gloria haja, e por esta razão a tiveraõ por semelhante doação os Principes D. Theodosio, e D. Affonso, meus irmãos; e por eu ter a administração, e Regencia do Reyno, e estar jurada por successora d'elle a dita Infanta minha sobre todas muito amada, e prezada filha, e assim ficar tendo o mesmo direito, que os sobreditos Principes tiveraõ, e ser justo, e conveniente, que taõ alto Principe tenha neste Reyno Estado, pois tanto em augmento, e utilidade d'elle deixa a assistencia dos seus proprios, para vir morar neste Reyno, em que a dita Infanta, no caso de me naõ dar Deos Nosso Senhor filho varao legitimo, ha de vir a succeder; por estes, e outros justos respeitos lhe faço pura doação da dita Casa do Estado de Bragança, para a ter, e lograr do dia de S. Joao deste presente anno, e juntamente com o Serenissimo Duque de Saboya, meu bom irmao, seu futuro



turo marido, com todas as terras, datas, jurisdicções, Padroados, e mais preeminencias, que eu a tinha, e a tiverão os ditos Príncipes meus irmãos, em quanto successor da Coroa. E outro si de todas as rendas da mesma Casa, na forma, que declarey por meus Decretos, que se expedirão para o Conselho da Fazenda, e Junta dos Tres Estados, e para a do Estado de Bragança, com tal declaração, que sendo Deos servido de me dar filho varão legitimo, como dito he, ficará cessando esta doação, e se guardará neste caso o que no dito tratado se capitulou: como tambem se guardará no caso de se apartar o dito matrimonio sem descendencia, o que Deos não permitta; e encomendo muito à Infanta, e ao Serenissimo Duque, seu futuro marido, a conservação dos Ministros, Officiaes, e Criados da dita Casa, e observancia das prerogativas, usos, e costumes della, e de todas as merces, que por mim, e pelos Senhores Reys, Príncipes, e Duques meus predecessores, até aqui feitas, porque com esta clausula lhe faço esta doação: pelo que mando a todos os Tribunaes, Ministros, e Officiaes de Justiça deste Reyno, e aos da Junta, e terras do dito Estado, e a todas as mais pessoas a que toca, tenham a dita Infanta minha sobre todas amada, e prezada filha, do dito dia em diante, e ao Duque de Saboya, meu bom irmão, logo que neste Reyno recebidos forem, na forma do Sagrado Concilio Tridentino, por Duques de Bragança, e Senhores daquelle Estado, e como taes os reconheçam, assim, e da maneira, que reconhecidos foram todos, e quaesquer dos Senhores delle, porque tal he minha merce, a qual lhe faço de meu motu proprio, poder Real, e absoluto, como Príncipe Regente, e Governador destes Reynos; e mando que se cumpra sem embargo de quaesquer Ordenações, Leys, Capitulos de Cortes, ou outras disposições, ainda que seja daquellas, de que se devia fazer especial derogação, porque todas hey a este fim por derogadas, como se expressas, e declaradas fossem: como tambem revogo, e hey por revogadas, em virtude desta mesma doação, todas as que tenho feito à dita Infanta antecedentes a esta, especialmente a do rendimento do direito novo da Chancellaria, por ter cessado a causa della no registo, da qual mando pôr as verbas necessarias. Dada na Cidade de Lisboa aos 20 dias do mez de Junho. Ayres Monteiro a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1682. O Bispo Fr. Manoel Pereira a fez escrever.

PRINCIPE.

*Procuração da Infanta D. Isabel ao Duque de Cadaval. Original está em hum livro, que tem por titulo: Memorias da Senhora Infanta, do Archivo do dito Duque, pag. 210.*

**A** Infanta D. Isabel Luiza Josefa, por graça de Deos Príncipe de Portugal, &c. filha dos muito altos, e muito poderosos Príncipes D. Pedro, e D. Maria meus Senhores. Por esta minha  
 Num. 139  
 An. 1682.  
 Procura-

Procuração dou poder a D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, meu muito prezado sobrinho, para que por mim, e em meu nome, como se presente fora, possã receber por meu legitimo marido, na fôrma, que o manda a Santa Igreja de Roma, ao muito alto, e muito poderoso Principe Victorio Amadeo Segundo, meu primo, Duque de Saboya, Principe de Piamonte, Rey de Chypre, &c. E sendo assim feito, e outorgado o dito casamento, me outorgo por sua legitima mulher, e o recebo por meu legitimo marido, e tudo o promettido sem meu nome pelo dito Duque meu Procurador haverey por firme, e valioso, e me obrigo em fé, e palavra Real, de assim o cumprir, de que mandey passar a presente por mim assinada, e selada com o Sinete Real. Dada em a Cidade de Lisboa a 29 dias do mez de Mayo de 1682. O Bispo Fr. Manoel Pereira, Secretario de Estado, a fiz escrever.

## A INFANTA.

*Testamento da Infanta D. Isabel Luiza Josefa. Original está no Archivo Real da Torre do Tombo, na Casa da Coroa, na gaveta 16 dos Testamentos dos Reys, donde o copiey.*

Num. 140  
An. 1690.

**E**M nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, e Espirito Santo, Tres Pelloas, e hum só Deos verdadeiro, em quem creyo, em cuja Fé espero salvarme, como verdadeira filha, que sou da Igreja Catholica, nascida, e creada no gremio della, e que creyo bem, e verdadeiramente, tudo o que ella crê, e ensina. Eu D. Isabel Luiza Josefa, Infanta de Portugal, estando enferma, com o juizo, e entendimento, que Deos foy servido dar-me, ordeney fazer meu testamento para dispor de minhas cousas, e ultima vontade, quanto mais convenha ao serviço de Deos, e minha salvação.

Primeiramente, encomendo minha alma a Deos todo poderoso, que a creou, e remio com seu preciosissimo Sangue, em cujos infinitos merecimentos espero, e confio me perdoe meus peccados, para poder gozar da Bemaventurança, e para este effeito tômo por minha advogada, e intercessora a gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora, e o mysterio de sua Purissima, e Immaculada Conceição, para que como Padroeira deste Reyno, o seja tambem da minha alma, diante de sua Divina Magestade, juntamente com o Anjo da minha guarda, e com todos os Santos de minha devoção.

Tanto que Deos for servido levar-me para si, ordeno, que meu corpo seja composto em o Habito de S. Francisco, de que sou Terceira professa, e quero, que meu corpo seja sepultado no Convento do Crucifixo, sendo por ora depositado no Coro das Religiosas, na fôrma, que o Duque dirá; e tanto que a Igreja se acabar, se farão duas sepulturas na Capella môr, huma da parte do Euangelho, para a Serenissima Rainha minha Senhora, e mãy, que Deos perdoe, e outra da banda da Epistola, para jazigo de meu corpo. Declaro, que



que tive até agora a dita de viver debaixo do patrio poder delRey meu Senhor, e pay; e porque conforme as Leys deste Reyno, não podem os filhos familias testar, pedi à grande piedade de Sua Magestade, me fizesse merce dar licença para o poder fazer até cincoenta mil cruzados, e Sua Magestade foy servido concederme esta faculdade, como mais claramente consta do Alvará, porque foy servido concederme.

Peço muito encarecidamente a ElRey meu Senhor pelo grande amor, que sempre lhe tive, como também pelo que eu em Sua Magestade experimentey, me faça merce, e honra, de querer ser meu Testamenteiro, e espero da grande Christandade de Sua Magestade, hum breve, e infallivel cumprimento, de tudo o que me toca, menos a quantia de cincoenta mil cruzados, que he servido concederme para eu testar.

Declaro, que não sey se tenho algumas dividas, o Duque o poderá saber. Ordeno, e mando, que pontualmente se satisfça tudo o que constar por papeis correntes, ou o dito Duque declarar.

Não me pareceo necessario dispor neste testamento sobre suffragios de corpo presente, nem também ordenar a fórma do funeral, porque a primeira parte deixo à grande piedade de Sua Magestade, e a segunda, pertence ao antigo uso, e costume deste Reyno.

Mando, que por minha alma se digão dez mil Missas, com a mayor brevidade, que for possivel, por esmola de tostaõ, e se reparitirão por Clerigos, e Comunidades, de quem se faça confiança, que não faltarão.

Ordeno, que aos presos das cadeas desta Cidade, e Corte, se repartaõ quatrocentos mil reis, por ordem do Padre Pomerõ, meu Confessor, o qual procurará, que sejaõ os mais necessitados, e que com a esmola, que se lhe fizer possaõ pagar o que devem, e sahir da prizaõ.

Entregarfheão dous mil cruzados ao Provedor, e Escrivaõ da Mesa da Santa Misericordia desta Cidade, para que elles sómente, sem mais Irmãos da Mesa, os distribuaõ por pessoas, assim homens como mulheres, de boa vida, principalmente daquellas, que mais se envergonhaõ de pedir esmola, e que por isso padecem mais necessidade.

Mando, que se dem oitocentos mil reis ao Hospital Real desta Cidade, para se empregarem em roupa para as camas dos enfermos.

A' Mesa dos Engeitados deixo quatrocentos mil reis para se dispenderem com a creação delles.

Deixo hum conto de reis para se comprarem cincoenta mil reis de juro, que se daraõ a hum Clerigo, que diga Missa quotidiana por minha alma no dito Convento do Crucifixo, em que me mando sepultar, e este Clerigo será escolhido pela Mesa da Misericordia desta Cidade, de boa vida, e costumes, e o modo, e fórma, em que se lhe ha de fazer pagamento, e constar de como não falta à obrigação das ditas Missas, ordenará ElRey meu Senhor, e pay; e ao

Convento por dar o guizamento, e permittir, que se use das vestimentas da Sacristia para esta Missa, lhe deixo o que para isso for necessário, para que ElRey meu Senhor mandará concordar com as Religiosas delle.

A' Rainha, que Deos guarde tive sempre, e ainda tenho em lugar de mãy, e reciprocamente experimentey em Sua Magestade igual amor; com estes motivos certamente espero da sua muita piedade, que me encomende a Deos, tendo particular lembranca de minha alma, assim como eu a terey, se pela misericordia Divina me vir na presenca de Deos, para lhe pedir os augmentos de Sua Magestade, e do Principe meu irmão, e de todo este Reyno; e peço muito a Sua Magestade se sirva de perdoarme qualquer acto, em que de mim se desagradasse, que não seria nunca senão muito contra vontade, que sempre tive de obedecer, e amar, e para que esta lembrança sempre fique na memoria de Sua Magestade, lhe offerecerá o Duque, em meu nome, huma joya, a qual eu lhe declarey, para o que será ElRey meu Senhor, e pay servido concederme licença, sem embargo de exceder os cincoenta mil cruzados, para que me tem dado licença pelo seu Alvará.

O Conde de Val de Reys, meu Mordomo môr, me servio sempre com grande agrado meu, fazendo em meu serviço muito continua assistencia, sem reparar nos seus muitos annos, e assim me acho obrigada a lembrar a Sua Magestade a pessoa, e Casa do Conde, para que nella fique alguma memoria do bem, que me servio. O Conde de Pontevel, meu Estribeiro môr, Christovão de Almada, D. Lourenço de Lencastre, e D. Diogo de Faro, Védores de minha Casa, tambem me tem servido, e assistido com muito zelo, e cuidado, espero muito confiadamente delRey meu Senhor, e pay, se lembre destes Fidalgos, porque além de sua muita capacidade, que os faz dignos de sua Real attenção, he razão, que Sua Magestade mostre, que se agradou do bem, que me assistirão.

Igualmente me acho obrigada a significar a Sua Magestade a consolação, que terey, que tome debaixo de seu amparo os mais Criados, que me servirão, de tal sorte, que a minha falta não seja causa de experimentarem necessidades, e bem creyo, que tal não consentirá Sua Magestade, pois o d to Senhor foy o mesmo, que os escolheo para meu serviço, e depois de darem delle boa conta, não será decoroso, que padeçam.

O Padre Pedro Pomerò, meu Confessor, ha annos, que me assiste, do qual tenho muita satisfação, por sua muita virtude, e exemplo, e assim lhe peço, que tenha muito cuidado de encomendar minha alma a Deos, em seus Sacrificios, e Orações, e mando, que para suas religiosas necessidades se lhe dem mil cruzados por huma vez sómente.

A Marqueza de Soure foy minha Aya, e depois minha Camareira môr, e em ambas estas occupaões me servio sempre com tanto amor, e cuidado, como pediao as obrigações de sua pessoa, pelas quaes lhe tive sempre grande amor. Peço muito a ElRey meu

Senhor,



Senhor, e pay, lhe agradeça o que a Marqueza me merece, pois eu não pude por me faltar a vida.

Dona Leonor Josefa me tem servido com tanto amor, e satisfação, que parece me não era necessario fazer lembrança de sua pessoa a ElRey meu Senhor, e pay, pois a Sua Magestade he presente, melhor, que a ninguem, do muito amor, e incansavel disvelo, com que sempre me assiste. Peço a Sua Magestade com todo o encarecimento, que lhe faça merce para tomar estado, com particular attenção, do que eu aqui lho peço; e em final do muito, que a estimo, lhe deixo humja joya, que o Duque escolherá entre as minhas, de valor de dous mil cruzados, além da que se costuma dar às Damas; e humja, e outra se lhe dará logo depois do meu falecimento; e tenho por muito certo, que ella não faltará em me encomendar a Deos, tendo sempre de minha alma particular lembrança.

D. Leonor de Vilhena servio a Rainha minha Senhora, e mãy, muitos annos; e porque Sua Magestade, que Deos tem a recomendou em seu testamento, torno eu agora a lembrar a ElRey meu Senhor, e pay, o seu grande merecimento.

Tambem recomendo muito ao dito Senhor todas as Donas de Honor, e Damas, que me servem, e mando, que a cada humja destas se dem logo os dous mil cruzados, que se lhe haviaõ de dar, como he costume, quando tomassem estado. E a todas as outras Criadas em geral encomendo muito a Sua Magestade, e lhe rogo, que as não desampare, antes lhe mande correr com seus salarios, até que tomem vida, mas não he minha tenção, que estes salarios entrem na conta dos cincoenta mil cruzados, porque sómente peço isto a Sua Magestade, como por recommendação, por sua grandeza.

Mando, que se entreguem ao Duque quarenta e cinco mil reis, para fazer delles o que lhe tenho encomendado, dos quaes não ha de dar conta.

Ordeno, e mando, que se dem mil cruzados a D. Luiza Dernhy, por humja vez sómente.

Ordeno, que se dem mil cruzados a Daverge, por humja vez sómenre.

Ordeno, e mando, que se dem a Guirimberg mil cruzados, por humja vez sómente.

Ordeno, e mando se dem mil cruzados a Angelica, por humja vez sómente.

Ordeno, e mando, que se dem seiscentos mil reis a D. Agueda, que foy minha Ama.

Ordeno, e mando, que se dem duzentos mil reis a D. Francisca de Vasconcellos.

Ordeno, e mando, que às quatro Moças da Camera, que me servem, se dem logo duzentos mil reis a cada humja, e outro sim cem mil reis a cada humja das Donas da Camera.

Ordeno, e mando, que às Moças do Retrete, e Lavor, se dem sessenta mil reis a cada humja. E a Antonia do Espírito Santo se lhe daraõ quarenta mil reis.

Ordeno , e mando , que a Joaõ Carneiro , meu Porteiro da Camera , se dem duzentos mil reis.

Ordeno , e mando , que dem a Balthasar de Andrade cem mil reis.

Ordeno , e mando , que se ajuste a Cartelem a sua conta , e que além do que ella montar se lhe dem cincoenta mil reis.

Declaro , que deixo forras todas as minhas Escravas.

E por quanto todos estes legados , assim pios como profanos , não alcançaõ a quantia dos cincoenta mil cruzados , de que ElRey meu Senhor , e pay , me fez merce para testar , mando , que todo o resto , que faltar até a dita quantia , se dispenda em obras pias , convem a saber : em esmolas de Criados pobres , resgate de cativos , casamento de orfãos , esmolas de Conventos pobres , entre os quaes quero , que entre o de S. Roque desta Cidade , o Oratorio de S. Philippe Neri , a Madre de Deos , e as Flamengas de Alcantara ; e a distribuição destas esmolas , e escolha de pessoas , deixo ao arbitrio delRey meu Senhor , e pay. Com que hey este meu testamento por acabado , e porque me poderá lembrar mais alguma disposição , que deva fazer , ou legado , que deixar , quero , que se mandar fazer algum papel de fóra assinado por mim , ou pelo Duque , se eu o não puder fazer , valha como parte deste meu testamento , como se nelle fora escrito ; e huma , e outra cousa quero , que tenha força , e vigor , ou como testamento , ou como codicillo , ou pela melhor fórma , que em Direito seja necessario ; e torno a rogar a ElRey meu Senhor , e pay , que lhe faça dar cumprimento com toda brevidade , e eu Luiz Teixeira de Carvalho , do Conselho de Sua Magestade , e seu Secretario , o escrevi , por mandado de Sua Alteza em Lisboa a 11 de Outubro de 1690.

#### A INFANTE.

##### *Approvaçaõ.*

Aos treze dias do mez de Outubro de 1690 , nesta Cidade de Lisboa , nos Paços da Ribeira della : eu Mendo de Foyos Pereira , do Conselho de Sua Magestade , e seu Secretario de Estado , por mandado especial , que Sua Magestade me deu para fazer a approvaçaõ do testamento da Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Luiza Josefa , fuy à Camera aonde Sua Alteza estava asentada em huma cadeira , e por suas mãos me foy dado o testamento ferrado , ordenandome , que lho approvasse , e perguntandolhe se era este o seu testamento , e quem lho escrevera , e se queria , que se cumprisse , me foy respondido por Sua Alteza , que este era o proprio testamento , que por seu mandado escrevera Luiz Teixeira de Carvalho , do Conselho de Sua Magestade , e seu Secretario , e que depois de escrito se lhe lera , e Sua Alteza o assinara , por estar conforme ao que tinha ordenado , e assim o approvava , e só o dito testamento queria , que valesse , e assim o rogava a ElRey nosso Senhor , e o requeria a todas as suas

Justiças ;



Justiças; e a este auto foraõ presentes, e para elle chamados: vendo, e ouvindo o que Sua Alteza me respondeo, o Conde de Val de Reys, do Conselho de Estado, e Presidente do Conselho Ultramarino, Mordomo mór da Casa de Sua Alteza, o Conde da Castanheira, Védor da Fazenda, e da Casa da Rainha nossa Senhora, e Christovão de Almada, e D. Lourenço de Alençastre, Veadores da Casa da Senhora Infanta, e D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, do Conselho de Estado, Presidente da Junta do Tabaco, Tenente da Pessoa de Sua Magestade, e Mordomo mór da Rainha nossa Senhora, os quaes depois de Sua Alteza affinar, affinaraõ tambem este auto, que eu outro sim affiney; e foraõ tambem presentes, e affinaraõ, o Cardeal de Lençastro, do Conselho de Estado, Inquisidor Geral, e D. Diogo de Faro e Sousa, Védor da Casa de Sua Alteza.

A INFANTE.

O Cardeal de Lençastro = Mendo de Foyos Pereira = O Duque =  
O Conde de Val de Reys = O Conde da Castanheira = Christovão de Almada = D. Lourenço de Lençastro = D. Diogo de Faro e Sousa. =

*Abertura.*

Aos vinte e dous dias do mez de Outubro de 1690 annos, depois de falecida a Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Luiza Josefa, nesta Cidade de Lisboa, me entregou a mim Mendo de Foyos Pereira, Secretario de Estado, o seu testamento o Duque, o qual por mandado de Sua Magestade se abriu, na presença dos Conselheiros de Estado, havendo-se primeiro examinado na fôrma das Leys deste Reyno, de que fiz este termo em Lisboa, no dito dia, mez, e anno, sendo testemunhas os mesmos Conselheiros de Estado, que affinaraõ comigo. O Cardeal de Lençastro = O Duque = Mendo de Foyos Pereira = O Conde Governador = O Conde de Val de Reys = O Conde D. Fernando de Menezes = O Conde Regedor = O Arcebispo de Lisboa Capellaõ mór. =

*Rol, que Sua Alteza, a Senhora Infanta, me ordenou fizesse, e faz Sua Alteza menção delle no seu testamento.*

Que se dem a Antonia Thomasia duzentos mil reis, e que a recomenda a Sua Magestade por se haver creado com ella.

Que se dem a Francisco Maciel duzentos mil reis, e que tambem o recomenda a Sua Magestade, porque teve a honra de ensinar a Sua Alteza a escrever.

Que se lembre Sua Magestade de despachar D. Marianna, filha de D. Isabel Barboza.

Que folgará Sua Alteza, que das esmolas, que Sua Magestade repartir, dê a Maria de Jesus alguma para ser Freira.

Que dos dotes, que se derem, se dê hum a sua Moça de Retrete.

Orde-

Ordena Sua Alteza, que além dos ditos mil cruzados, se dem mais duzentos mil reis a Doreni, porque quer deixarlhe feiscientos mil reis.

E a Duverge se dem dous mil cruzados, entrando nesta quantia a que Sua Alteza lhe deixa no testamento.

Recomenda a Sua Magestade, Manoel de Carvalho, por ter servido a Sua Alteza de Guarda joyas, com verdade, e sem ordenado, sendo obrigado a dar conta de tudo o que tem carregado em receita.

Que ponha o Duque em arrecadação para se entregar a Sua Magestade, tudo o que tocar a Sua Alteza.

Recomenda a D. Ignez, mulher de Ayres de Saldanha.

Que se dem a Domingos de Aguiar cem mil reis.

Que além das dez mil Missas se entregue ao Duque o valor mais de duas mil, de que não ha de dar conta, para o que Sua Alteza lhe deixa dito.

Que se tomem as Bullas de Composição, que Sua Magestade ordenar.

Que o Duque dirá o que se ha de fazer dos vestidos ricos de Sua Alteza.

Que a D. Isabel Barbosa deixa a roupa de seu uso.

Que recomenda a Sua Magestade, Bento da Cunha, pela haver servido de seu Thesoureiro, e Sua Alteza experimentar sempre muita pontualidade em toda a despeza de sua Caia.

Que recomenda Manoel Galvão a Sua Magestade, por ser casado com D. Luiza Doreni.

Affiney este rol como Sua Alteza me mandou, porque o não pode Sua Alteza fazer, na fôrma, que do seu testamento consta. Lisboa 23 de Outubro de 1690. = Duque. =

*Alvará para testar cincoenta mil cruzados, a Senhora Infanta D. Isabel.*

Eu ElRey faço saber aos que este Alvará virem, que a Infanta D. Isabel Luiza Josefa, minha sobre todas muito amada, e prezada filha, me pedio, que por se achar com achaque perigoso, e desejar fazer testamento até a quantia de cincoenta mil cruzados, lhe desse licença para o poder fazer; e por quanto em todo o tempo he justo conformarme com a vontade da dita Infanta, pelo muito grande amor, que lhe tenho, mas muito mais no presente, e para tão justa causa. Hey por bem, e me praz, que ella possa fazer seu testamento, e dispor nelle como lhe parecer, até a dita quantia de cincoenta mil cruzados, e isto sem embargo da Ley do Reyno, e direito commum, que prohibe aos filhos familias (como a Infanta he) fazer testamento, a qual Ley para este caso hey por derogada, e bem assim todas as mais, que puderem obstar à facção do dito testamento, e dentro da dita quantia, cedo, renuncio o direito, que como pay, e herdeiro da Infanta, me poderia pertencer, porque sem embargo della se dará inteiro cumprimento, e se dispenderá a referida



da quantia nas disposições da Infanta; e este Alvará se cumprirá, ainda que não passe pela Chancellaria, sem embargo da Ordenação em contrario. João Ribeiro Cabral o fez em Lisboa a 11 de Outubro de 1690 annos. Mendo Foyos Pereira o sobescrevi. REY.

Alvará porque Vossa Magestade ha por bem pelos respeitos nelle declarados, conceder licença à Infanta D. Isabel Luiza Josefa, que ao presente se acha com achaque perigoso, para que possa testar da quantia de cincoenta mil cruzados, sem embargo da Ordenação em contrario. Para Vossa Magestade ver.

*Memoria dos legados, que deixou a Senhora Infanta.*

Doze mil Missas de esmola de tostaõ,	600U
Para hum juro de cincoenta mil reis de hum Missa quotidiana,	1000U
Dez mil reis de juro, que haõ de comprar para fabrica desta Missa,	200U
Ao Hospital de todos os Santos para roupas,	300U
Para os prezos a entregar ao Padre Pomerõ,	400U
Para o Provedor, e Escrivaõ da Misericordia repartir em es- molas,	800U
A' Mesa dos Engeitados,	400U
Ao Padre Pomerõ para suas necessidades,	400U
Ao Duque para certa despeza,	45U
A Dorenhy,	600U
A Verge,	800U
A Quirinhir,	400U
A Angelica,	400U
A D. Agueda,	600U
A D. Francisca,	200U
A cada hum das Moças da Camera, que saõ quatro, du- zentos mil reis,	800U
A Antonia do Espirito Santo,	40U
A João Carneiro,	200U
A cada hum das Donas da Camera, que saõ tres, a cem mil reis,	300U
A cada hum das Moças do Retrete, Lavor, e Conserveiras, sessenta mil reis, que saõ dez,	560U
A Balthasar de Andrade,	100U
A Cartelem,	50U
A Antonia Thomasia,	200U
A D. Francisca Maciel,	200U
A Domingos de Aguiar,	100U
A cada hum das Damas hum joya de dous mil cruzados, que saõ quatro,	3200U
A D. Leonor hum joya de dous mil cruzados,	800U
	<hr/>
	14195U
	De

## 352 *Provas do Liv. VII. da Historia Genealogica*

De vinte contos, que são cincoenta mil cruzados, de que Sua Alteza podia testar, abatidos quatorze contos cento e noventa e cinco mil reis, ficam cinco contos e oitocentos e cinco mil reis, que he o remanecente dos legados, que Sua Magestade, como Testamenteiro, pôde repartir, na fórma das verbas do testamento, que a diante vão tresladas, em que Sua Alteza declarou a sua ultima vontade.

### *Ultima verba do testamento.*

E por quanto todos estes legados, assim pios como profanos, não alcançam a quantia dos cincoenta mil cruzados, de que ElRey meu Senhor, e pay, me fez merce para testar, mando, que todo o resto, que faltar até a dita quantia, se dispenda em obras pias. Convem a saber; em esmolas de Criados pobres; resgate de cativos casamentos de orfãos; e esmolas de Conventos pobres, entre os quaes quero, que entrem o de S. Roque desta Cidade, o Oratorio de S. Philippe Neri, a Madre de Deos, e as Flamengas de Alcantara, e a distribuição destas esmolas, e escolha das pessoas, deixo no arbitrio delRey meu Senhor, e pay.

*Declarações, que fez Sua Alteza, depois do testamento, a respeito dos legados, que se haviaão de repartir.*

Que folgaria Sua Alteza, que das esmolas, que Sua Magestade repartir, dê a Maria de Jesus alguma para ser Freira.

Que dos dotes, que se derem se dê hum à Moça de Retrete.

Mendo de Foyos Pereira.

*Termo da entrega do corpo da Senhora Infanta D. Isabel Luiza, Josefa. Está no Copiador sétimo do Duque de Cadaval D. Nuno, pag. 20 vers. donde o copiey.*

Dit.n. 140  
An. 1690.

A Os vinte e tres dias do mez de Outubro de 1690; nesta Cidade de Lisboa, no Coro do Convento do Santo Crucifixo, de Religiosas Francezas, extra muros desta Cidade, estando presente Nuno de Mendoga, Conde de Val de Reys, do Conselho de Estado, Presidente do Ultramarino, Mordomo mór da Senhora Infante, que Deos tem, o Duque D. Nuno Alvares Pereira, Mestre de Campo, e General da Provincia da Estremadura, junto à Pessoa de Sua Magestade; e General da Cavallaria da Corte, e Mordomo mór da Rainha nossa Senhora, e Conselheiro de Estado, o Duque de Cadaval D. Luiz, seu filho, o Marquez de Tavora, o Marquez das Minas, do Conselho de Guerra, o Marquez Henrique de Sousa Tavares, do Conselho de Estado, Governador da Relação, e Armas, da Cidade do Porto, o Marquez de Marialva, Gentil-homem da Came-



ra de Sua Magestade, o Marquez de Arronches, e o Marquez de Fontes; e outro fim o Conde de Pontével, do Conselho de Guerra, Presidente da Junta do Comercio, Escribeiro mór da Senhora Infanta, que Deos tem, D. Diego de Faro, Christevão de Almada, e D. Lourenço de Lencastro, Vídores de sua Casa, e os mais Officiaes da Casa Real, que alli se acharão, e a Abbadessa do dito Convento Sor Cecilia de S. Francisco, logo pelo dito Conde de Val de Reys foy entregue à dita Abbadessa hum caixaão forrado de téla branca, com huma Cruz de téla encarnada, com ramos de ouro, guarnecido de passamanes do mesmo, e por dentro forrado tambem de téla branca, com quatro fechaduras douradas, em que disse o dito Conde de Val de Reys, e jurou aos Santos Euangélhos, em que poz as mãos, estava o corpo da Serenissima Infanta D. Isabel Luiza Josefa, filha do muito alto, e muito poderoso Principe, ElRey nosso Senhor D. Pedro II. e da muito alta, e muito poderosa Princeza, a Rainha nossa Senhora, que está em gloria, D. Maria Francisca Isabel de Saboya, que em Sabbado, que se contavaõ vinte e hum do presente mez, às nove horas da noite, faleceo da vida presente, nos Paços da Ribeira desta Cidade; e elle dito Conde, como Mordomo mór da dita Senhora Infanta, a vio, e reconheceo ao fechar do dito caixaão, trazendo consigo as chaves delle, vindo-o acompanhando com as mais pessoas acima nomeadas. E a dita Abbadessa disse, que se dava por entregue do corpo da dita Serenissima Infanta, e das chaves do caixaão, que o dito Conde lhe entregou logo, e se obrigava por si, e suas successoras, a dar conta do dito corpo, ou ossos delle. De que eu Mendo de Foyos Pereira, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado, fiz dous termos deste theor, hum para se enviar à Torre do Tombo, e outro para ficar na Secretaria de Estado, os quaes assinarão todas as pessoas acima referidas no dito Convento, no mesmo dia, mez, e anno, *ut supra*.

Soror Cecilia de S. Francisco, Abbadessa.

Mendo de Foyos Pereira.

Duque.

O Duque D. Luiz.

Marquez de Fontes.

O Conde de Val de Reys.

Marquez das Minas.

D. Francisco Mascarenhas.

*Alvará delRey D. Pedro II. em que faz merce , como Governador , e perpetuo Administrador da Ordem de Christo , ao Infante D. Francisco , da Commenda mayor da Ega , da de Dornes , e Castello-Branco , da dita Ordem. Está na Secretaria do mesmo Mestrado.*

Num. 141  
An. 1693.

**E**U ElRey como Governador , e perpetuo Administrador , que sou do Mestrado , Cavallaria , e Ordem , de Nosso Senhor Jesu Christo. Faço saber , que eu hey por bem fazer merce ao Infante D. Francisco , meu muito amado , e prezado filho , da Commenda mayor da Ega , e das de Dornes , e Castello-Branco , que estão vagas , e são da mesma Ordem , e mando , que dellas se lhe passem os despachos necessarios , de que lhe mandey passar o presente Alvará , que lhe farey cumprir , e guardar , e valerá como Carta , posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno , sem embargo de qualquer Provisão , ou Regimento em contrario , e se cumprirá sendo passado pela Chancellaria da Ordem. Antonio de Oliveira o fez em Lisboa aos 2 de Março de 1693. Antonio de Sousa de Carvalho o fez escrever.

REY.

*Carta delRey D. Pedro , em que faz merce ao Infante D. Francisco , de trinta mil cruzados , vinte na Alfandega de Lisboa , e dez na do Porto. Está no liv. 51 da Chancellaria do dito Rey , pag. 253 vers.*

Num. 142  
An. 1695.

**D**Om Pedro , &c. Faço saber aos que esta minha Carta de padraão virem , que tendo consideração à impossibilidade , com que se acha o Reyno , para dar estado ao Infante D. Francisco , meu muito amado , e prezado filho , a que sou obrigado por direito natural , e pedir a boa razaõ , que esta se comesse a formar , com anticipada providencia , para que quando chegar o tempo tenha , sem grande oppressão do Reyno , e meus Vassallos , competente Casa de sua grandeza , e estado. Hey por bem , e me praz , que se assentem trinta mil cruzados ao dito Infante D. Francisco , meu muito amado , e prezado filho , a saber : vinte na Alfandega desta Cidade , e dez na do Porto , que começará a vencer a sua antiguidade , de 23 de Junho deste anno de mil seiscentos noventa e cinco em diante , que lhe fiz esta merce , pelo que mando aos Védores de minha fazenda lhes fação assentar nos livros della , os ditos trinta mil cruzados , a levar em cada hum anno , nas folhas do assentamento da Alfandega desta Cidade , e da do Porto , para nellas lhe serem pagos , com antiguidade dos ditos 23 de Junho deste anno presente , como dito he ; e não pagou novos direitos , por eu assim mandar , como constou por certidão



certidão dos Officiaes dos novos direitos , que foy rota ao affinar desta minha Carta de padraõ , que por firmeza de tudo lhe mandey dar por mim affinada , e sellada com o Sello pendente , e no registo do Decreto , por virtude do qual se passou este padraõ , se porá a verba do contheudo nella. Joaõ de Almeida a fez em Lisboa a vinte e dous de Agosto de mil seiscentos noventa e cinco. Tambem não ha de pagar direitos velhos desta merce , por eu assim o ordenar , por Decreto de vinte e tres de Junho deste anno. Martim Teixeira de Carvalho a fez escrever.

## ELREY.

O Marquez de Alegrete = Joaõ de Roxas e Azevedo. =

Pagou nada , e aos Officiaes quinhentos e quatorze reis. Lisboa tres de Setembro de mil seiscentos noventa e cinco. D. Francisco Maldonado.

*Doação delRey D. Pedro II. ao Infante D. Francisco , das Villas de Vimioso , e Aguiar da Beira , da Casa de Bobadella , e as que forão da Casa de Linhares , com suas Villas , Padroados , rendas , e jurisdicções , &c. Está no liv. 61 da Chancellaria do dito Rey , pag. 103.*

**D**Om Pedro , &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem , **Num. 143**  
que tendo respeito a que como Rey , e como pay sou obrigado **An. 1698.**  
a dar sustentação , e Casa aos filhos , que Deos por sua misericordia me concedeo , e a que o sou tambem a accrescentar meus descendentes para conservação , e defensão da Coroa , procurando , que vivaõ em o Reyno , e tenhaõ nelle Casas , e estado competente à sua grandeza , e muitos successores , em que mais se perpetue , e dilate o sangue Real , em que tanto consiste o esplendor do Reyno , e a união com os estranhos ; e attendendo a que o Infante D. Francisco , meu muito amado , e prezado filho , me saberá servir , e merecer a mim , e ao Principe , meu sobre todos muito amado , e prezado filho , e a meus successores na Coroa deste Reyno , toda a merce , e honra , que lhe fizer. Hey por bem de lhe fazer doação , como por esta faço , das Villas do Vimioso , e Aguiar da Beira , que por sentença havida contra o Conde do Vimioso , forão julgadas por vagas para a Coroa ; e assim mais da Casa de Bobadella , e dos bens , que forão da Casa de Linhares , com suas Villas , rendas , jurisdicções , Alcaidarias méres , Padroados , e datas de Officios , assim como os tiverão os Donatarios , por quem vagaraõ , como tambem dos Reguengos de Villa-Nova de Portimão , Rendide , e o da Tojosa , e das Lefirias , chamadas o Torraõ do diabo , e terras do Esteiro grande , que andavaõ com outras do mesmo Torraõ , e vagaraõ por morte do Conde

de Figueiró, e dos fôros, que pagão as terras do Reguengo da Torrugem, e Casal de Almeirim, que foraõ de Manoel de Saldanha, e os fôros, que pertencem à Coroa, e esta doação, lhe faço de todos estes bens, de juro, e herdade, para sempre, e com a mesma natureza, condições, jurisdicções, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, me fez doação da Casa do Infantado, por Carta de padraõ feita a onze do mez de Agosto do anno de mil seiscentos cincoenta e quatro, as quaes hey aqui por expressas, e declaradas, como parte integrante, e effencial desta doação, e com declaração, que os encargos, que se acharem impostos nos ditos bens até os dezaseis dias do mez de Dezembro do anno passado de mil seiscentos noventa e sete, se pagarão pelos seus rendimentos em quanto não vagarem, ou forem por outra via satisfeitos, e do mesmo modo se pagarão pelos ditos rendimentos os ordenados, tenças, e rações da familia, que servio a Infanta D.<sup>a</sup> Isabel, minha filha, que está em gloria, que até agora se satisfaziaõ pelos rendimentos dos novos direitos, os quaes por Decreto meu de vinte e oito de Novembro do anno passado, mandey, que ficassem livres das consignações, que tinhaõ, para do primeiro de Janeiro deste presente anno, cederem a favor dos effeitos applicados à defenſa do Reyno, e da mesma forte lhe faço merce dos rendimentos vencidos destes bens, que não estiverem dispendidos; e por firmeza de tudo o que dito he, lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, e passada pela Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas, e não pagou novos direitos, nem velhos, por assim o haver por bem. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte e hum do mez de Abril. Antonio Rodrigues da Costa a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos noventa e oito. Mendo de Foyos Pereira a sobescrevi.

ELREY.

Francisco Mosinho de Albuquerque.

Pagou nada à fazenda delRey nosso Senhor, por ter para isso privilegio o Senhor Infante, pelo Regimento da Chancellaria, e aos Officiaes della, conforme ao mesmo Regimento, cento e vinte e nove mil e trezentos reis, com o cordão; e ao Secretario de Estado cincoenta e cinco mil e quinhentos e cincoenta e seis reis. Lisboa vinte e hum de Junho de mil e seiscentos e noventa e oito.

D. Francisco Maldonado.



*Doação delRey D. Pedro ao Infante D. Francisco, das Lefirias de Montalvão, Morraceira, e dos quintos das Villas de Póvos, e Castanheira, e Senhorios das ditas Villas; da de Cheleiros, e seus Padroados, e Mouchoão do Esplendiaão. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do dito Rey, no livro, que principia em 1703, pag. 150 vers.*

**D**Ona Catharina por graça de Deos Rainha de Inglaterra, Escocia, França, e Irlanda, &c. Infanta de Portugal, como Regente destes Reynos, e Senhorios, por impedimento de meu irmão, o Senhor Rey D. Pedro, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que por parte do Infante D. Francisco, meu muito amado, e muito prezado sobrinho, me foy apresentado hum Decreto do dito Senhor Rey meu irmão, cujo theor he o seguinte. Tendo consideração a que como Rey, e pay, sou obrigado a dar sustentação, e Casa, aos filhes, que Deos por sua misericordia me concedeo, e accrescentar meus descendentes, para conservação, e defensão da Coroa, procurando, que vivaão no Reyno, e tenhaão nelle Casas, e estado competente à sua grandeza, e muitos successores, em que mais se perpetue, e dilate o sangue Real, em que tanto consiste o esplendor do Reyno, e a uniaão com os estranhos; e attendendo a que o Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado filho, me saberá servir, e merecer, a mim, e ao Principe, meu sobre todos muito amado, e prezado filho, e a meus successores na Coroa deste Reyno, toda a merce, e honra, que lhe fizer; hey por bem de lhe fazer doação, como por este Decreto lhe faço, das Lefirias de Montalvão, Morraceira, e dos quintos das Villas de Póvos, e Castanheira, e Senhorios das ditas Villas, e da de Cheleiros, e dos Padroados, de todas as Igrejas, de que tinha doação, e estava de posse a Condessa da Castanheira D. Anna de Ataíde, por cujo falecimento estes, e outros bens vagaraão para a Coroa, e todos, como se de cada hum delles fizera especial menção, sou servido, que se comprehendão nesta doação, e do mesmo modo lhe faço merce, e doação de Mouchoão, chamado do Esplendiaão, com o que lhe tiver accrescido, e novamente lhes accrescer, o qual vagou para a Coroa, por falecimento de Martha Maria Dessa; e esta doação lhe faço dos ditos bens, e rendimentos, que dellas estiverem vencidos, de juro, e herdade, para sempre, e com a mesma natureza, condições, jurisdicções, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, me fez doação da Casa do Infantado, por Carta de padraão feita em onze de Agosto de mil e seiscentos cincoenta e quatro, as quaes hey aqui por expressas, e declaradas, como parte integrante, e essencial desta doação, de que se não pagarão novos direitos, nem velhos, na Chancellaria, pelo ter assim resolvido, e haver por bem; e mando, que pelas partes a que tocaão, se lhe passem os despachos necessarios. Lisboa seis de Junho de mil e setecentos e cin-

Num. 144

An. 1705.

e cinco, com rubrica de Sua Magestade. Pedindome o dito Infante meu sobrinho, como Regente, que sou deste Reyno, lhe mandasse passar Carta de padraõ desta doação, na fórma do estylo, para que ella tenha toda a legalidade, e firmeza necessaria; e estimando eu muito particularmente a resolução delRey meu irmão, accrescentar a Casa, e estado do Infante, como pede o grande amor, e affeição, que lhe tenho, lhe mandey passar esta Carta de doação, de todos os ditos bens contheudos no Decreto acima incorporado, com todos os Padroados, jurisdicções, prerogativas, e privilegios nelle declarados, a qual vay assinada por mim, e será passada pela Chancellaria, e sellada com o Sello pendente das Armas Reaes deste Reyno; e não pagou novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos não dever, como se dispoem no Decreto acima inserto. Dado na Cidade de Lisboa aos vinte e oito do mez de Julho. Antonio Rodrigues da Costa a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e setecentos e cinco. D. Thomás de Almeida o sobescreveo.

## A RAINHA.

*Doação delRey D. João o V. ao Infante D. Francisco, do Palacio da Bemposta, com suas quintas, &c. e das casas, que foram do Monteiro môr. Está na dita Chancellaria, pag. 60.*

Num. 145  
An 1707.

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que desejando eu accrescentar, e augmentar a Casa do Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmão, pelo muito amor, que lhe tenho, e estimação, que faço de sua pessoa, como he razão, e pede hum tão estreito vinculo de sangue, e tendo por certo, que correspondendo elle a quem he, e às suas grandes obrigações, me fará merecer todo o accrescentamento, que lhe fizer, me praz, e hey por bem de lhe fazer doação, como por esta minha Carta desde logo faço, do Palacio, que tenho nesta Cidade de Lisboa, no sitio da Bemposta, e da quinta, que está mystica com o mesmo Palacio, e pertenças do mesmo Palacio, e quintal; outro fim lhe faço tambem doação das casas, que foram do Monteiro môr do Reyno Garcia de Mello, que ElRey meu Senhor, e pay, que está em gloria lhe comprou, as quaes estão nesta Cidade, na Rua da Fundição, junto à Corte-Real, tudo com a mesma natureza, e clausulas, e condições, com que ElRey meu Senhor, e pay, instituiu a Casa do Infantado, na pessoa do dito Infante, e seus descendentes, e os mais, que tem vocação na dita instituição contheudo no testamento do dito Senhor Rey, as quaes hey aqui por expressadas, e declaradas, como se dellas fizesse especifica menção; e esta doação lhe faço de juro, e herdade, para sempre, para elle, e seus descendentes, e outro fim lhe largo o Palacio, e a quinta de Queluz, para que possua huma, e outra cousa, na mesma fórma,  
em



em que eu a possuo, e a possuhia em sua vida ElRey meu Senhor, e pay; e por firmeza de tudo o que dito he, lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas. Dada na Cidade de Lisboa aos quatorze dias do mez de Julho. Manoel da Fonseca a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e setecentos e sete. Diogo de Mendoça Corte-Real o sobrescrevi.

ELREY.

Joaõ de Andrade Leitaõ.

Pagou nada por privilegio, e aos Officiaes nada, por quitarem. Lisboa vinte e tres de Julho de mil e setecentos e sete.

Jeronymo da Nobrega de Azevedo.

*Carta de padraõ de 1740U reis de juro, na Alfandega de Lisboa, para pagamento dos Capellaens da Capella da Bemposta.*

*Está na Chancellaria delRey D. Pedro II. do anno 1706, pag. 18 vers.*

**D**Om Pedro por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, Comercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta de padraõ virem, que eu mandey passar tres Decretos, hum a vinte de Janeiro de mil e setecentos e quatro, e os dous, hum delles em vinte e cinco de Janeiro, e o outro em dez de Junho do anno passado de mil e setecentos e cinco, dos quaes Decretos os treslados são os seguintes. Por justas considerações de meu serviço, e da publica utilidade deste Reyno, sou servido ordenar, que para as despezas necessarias à sua defesa, se vendaõ quarenta mil cruzados de juro, nos rendimentos da Alfandega desta Cidade, cujo principal importa oitocentos mil cruzados, a rezaõ de cinco por cento, que he a respeito de vinte por milhaõ, e para, que as partes tenhaõ infallivel segurança no pagamento dos juros, que comprarem, quando por algum accidente succeda, que os rendimentos da dita Alfandega diminuaõ, ou não cheguem para satisfazer os ditos juros, hey por bem, que neste caso fiquem subsidiariamente na mesma obrigação os rendimentos da Casa de Bragança, o que por elles com certidaõ, de que não tiveraõ cabimento em parte, ou em todo os ditos juros na Alfandega, se pague às partes, e para este effeito, assim as rendas da dita Casa, como os rendimentos dos novos direitos da Chancellaria môr, sou servido fiquem obrigados por especial hypotheca, à segurança do principal, e reditos da venda destes juros, e assim o mando declarar por Decretos da data deste,

Dit. n. 145  
An. 1706.

deste, às Juntas dos Tres Estados, e Casa de Bragança, dispensando como Rey na Ley, que prohibe a hypotheca, ou alheação dos bens da Coroa; e o dinheiro procedido da venda destes juros, se ha de entregar a Alexandre da Costa Pinheiro, Thesoureiro das despesas extraordinarias do Exercito, e com conhecimento em fôrma de sua receita, affinado por elle, se passaráo padroens às partes, conforme as entregas, que lhe tiverem feito; e para que venha à noticia de todos esta minha resolução, se publicará por Editaes nesta Cidade, e Comarcas do Reyno, expedindo-se para este effeito as ordens necessarias para os Provedores della: o Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e nesta conformidade o faça executar. Lisboa oito de Janeiro de mil e setecentos e quatro.

#### REY.

Sou servido ordenar, que se continue a venda dos quarenta mil cruzados de juro, que por Decreto de oito de Janeiro do anno passado de mil e setecentos e quatro, mandey tomar sobre os rendimentos da Alfandega desta Cidade, com hypotheca, e obrigação subsidiaria, dos bens da Casa de Bragança, e dos novos direitos da Chancellaria, na fôrma, que no mesmo Decreto se contém, sem embargo de outro, que se passou no mesmo dia, e de quaesquer outros, que se hajaão passado em contrario, com duas declarações, que de mais mando fazer. A primeira, que estes taes juros dos quaes mando continuar a venda, e se comprarem da data deste Decreto em diante, não poderão ser reduzidos em tempo algum, sem embargo tambem de qualquer outro Decreto, que se tenha passado para a redução dos juros; a segunda, que todo o dinheiro procedido destes juros, que ao todo importaão de principal oitocentos mil cruzados, se haão de entregar ao Thesoureiro môr da Junta dos Tres Estados, para as despesas da guerra, e não a Alexandre da Costa Pinheiro, como se tinha ordenado pelo dito Decreto de oito de Janeiro de mil e setecentos e quatro, e com conhecimentos em fôrma, tirados do livro da receita do dito Thesoureiro môr dos Tres Estados, se passaráo padroens às partes, das quantias dos juros, que comprarem: o Conselho da Fazenda o tenha entendido, para nesta conformidade mandar passar logo as ordens necessarias. Lisboa vinte e cinco de Janeiro de mil setecentos e cinco.

#### RAINHA.

Por Decreto de vinte e cinco de Janeiro deste anno fuy servida ordenar se continuasse a venda dos quarenta mil cruzados de juro, que por outro Decreto de oito de Janeiro de mil e setecentos e quatro, havia mandado tomar sobre o rendimento da Alfandega desta Cidade, com as hypothecas nella contheudas, e com duas declarações, humas das quaes foy, que os ditos juros se não poderiaão reduzir em tempo algum, e porque a experiencia tem mostrado, que esta

clausula



clausula não produzio o effeito, que se esperava, e que podendo servir de tirar alguma apprehensão das pessoas, que quizerem comprar os ditos juro, sempre quando se queira distratar, fica à vontade das partes quererem antes a sua reducção, que o distrato: hey por bem de levantar esta clausula, e se não ponha nos padroens, que se passarem daqui em diante, e que fóra della se observe tudo o mais, que se contém no dito Decreto de vinte e cinco de Janeiro deste anno: o Conselho da Fazenda o tenha entendido, e nesta conformidade o faraõ dar à execuçaõ. Lisboa dez de Junho de mil e setecentos e cinco.

## RAINHA.

Bartholomeu de Sousa Mexia, do meu Conselho, e meu Secretario da Assinatura, ordene a Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da Rainha da Grãa Bretanha, minha muito amada irmãa, que está em gloria, que todo o dinheiro, que restar de seu recebimento, depois de satisfeitos os legados, e mais encargos do testamento, se entregue a Miguel Diogo da Gama, Thesoureiro mór dos Tres Estados, para compra de juro, dos que mandey vender para as despezas da guerra, e o que resultar desta compra hey por bem se applique para a conservação da Capella dos Paços da Bemposta, de que se tirará padraõ nesta conformidade. Alcantara vinte e cinco de Fevereiro de mil e setecentos e seis.

## ELREY.

E em virtude dos ditos Decretos acima encorporados, mandou logo entregar o Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, do meu Conselho, e meu Secretario da Assinatura, como Procurador da Casa do Infantado, e Administrador dos Paços da Bemposta, por Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da Serenissima Senhora Rainha de Grãa Bretanha, minha muito amada irmãa, que está em gloria, trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, para compra de hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro cada anno, nos rendimentos da Alfandega desta Cidade, para a conservação da Capella Real dos Paços da Bemposta, de que se passaraõ dous conhecimentos em fóma, para dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, se passar padraõ em nome do Thesoureiro da dita Casa do Infantado, para se dispenderem nos ordenados, e mais despezas da dita Capella Real, dos quaes dous conhecimentos em fóma, os treslados he o seguinte. A folhas duzentas trinta e huma verso, do livro segundo da receita geral, que serve com o Thesoureiro mór dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, lhe ficaõ carregados vinte contos de reis, que recebeo de Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da Serenissima Rainha de Grãa Bretanha, que está em gloria, por ordem, que deu ao dito Francisco Ferreira Nobre, Bartholomeu de Sousa Mexia, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario

cretario da Affinatura, em cumprimento de hum Decreto de vinte e cinco de Fevereiro, proximo passado, por conta da venda dos quarenta mil cruzados de juro, que a mesma Serenissima Rainha da Grãa Bretanha mandou tomar, sobre o rendimento da Alfandega desta Cidade, na fôrma de hum seu Decreto de vinte e cinco de Janeiro, do anno passado, de mil setecentos e cinco, por donde se ordenou o sobredito ao Conselho da Fazenda, como se declara em outro de vinte e oito do mesmo mez, e anno, que se remetteo à Junta dos Tres Estados, e o juro, que importar a dita quantia se ha de applicar para a conservação da Capella dos Paços da Bemposta, como se declara no dito Decreto de vinte e cinco de Fevereiro, pelo qual he Sua Magestade servido, que todo o dinheiro, que restar a recebimento do dito Francisco Ferreira Nobre, depois de satisfeitos os legados, e mais encargos do testamento, se entregue ao dito Thesoureiro môr dos Tres Estados, para compra do dito juro, e da dita receita se passou este conhecimento em fôrma, para em virtude delle se passar padrao da dita quantia, e ir lançada na folha da mesma Alfandega, conforme a antiguidade das pessoas de quem se recebe o dinheiro, que se contará do dia em que se fizer a entrega delle, feito por mim, e assinado por ambos. Lisboa o primeiro de Março de mil setecentos e seis. Affonso da Sylva Pedrozo = Miguel Diogo da Gama. = A folhas cento e sessenta e duas verso, do livro de mil e setecentos, do registo geral de guerra, fica registado este conhecimento em fôrma. Lisboa o primeiro de Março de mil e setecentos e seis. = Gomes. = A folhas duzentas e trinta e tres do livro segundo da receita geral, que serve com o Thesoureiro môr dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, lhe ficaõ carregados em receita, quatorze contos e oitocentos mil reis, que recebeo de Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficarão da Serenissima Rainha de Grãa Bretanha, que está em gloria, por ordem, que deu ao dito Francisco Ferreira Nobre, Bartholomeu de Sousa Mexia, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario da Affinatura, em cumprimento de hum Decreto de vinte e cinco de Fevereiro, proximo passado, deste anno presente, por Carta da venda dos quarenta mil cruzados de juro, que a mesma Serenissima Rainha da Grãa Bretanha mandou tomar, sobre o rendimento da Alfandega desta Cidade, na fôrma de hum seu Decreto, de vinte e cinco de Janeiro do anno passado, de mil setecentos e cinco, se ordenou o sobredito ao Conselho da Fazenda, como se declara em outro de vinte e oito do mesmo mez, e anno, que se remetteo à Junta dos Tres Estados, e o juro, que importar a dita quantia se ha de applicar para a conservação da Capella dos Paços da Bemposta, como se declara no dito Decreto, de vinte e cinco de Fevereiro, pelo qual he Sua Magestade servido, que todo o dinheiro, que restar do recebimento do dito Francisco Ferreira Nobre, depois de satisfeitos os legados, e mais encargos do testamento, se entregue ao dito Thesoureiro môr dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, para compra do dito juro, e da dita receita, se passou este conhecimento em fôrma, feito por



por mim Contador da Contadoria Geral de Guerra, e Reyno, e afinado por ambos, para em virtude della se passar padraõ da dita quantia, e ir lançada na folha da mesma Alfandega, conforme a antiguidade das pessoas de quem se recebe o dito dinheiro, que se contará do dia em que se fizer a entrega delle. Lisboa vinte e seis de Abril de mil setecentos e seis. Fernando de Abreu Ravaesco = Miguel Diogo da Gama. = A folhas cento e sessenta e quatro verso do livro de mil setecentos e tres, do registo geral de guerra, fica registado este conhecimento em fórma. Lisboa vinte e sete de Abril de mil setecentos e seis. Pedindome o dito Bartholomeu de Sousa Mexia, Procurador da Casa do Infantado, a quem fuy servido encarregar a administração dos Paços da Bemposta, que por elle tinha mandado entregar ao Thesoureiro mór da Junta dos Tres Estados Miguel Diogo da Gama, trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, por Francisco Ferreira Nobre, Thesoureiro do Inventario dos bens, que ficaraõ da dita Rainha da Grãa Bretanha, minha muito amada irmã, que está em gloria, que logo lhe foraõ entregues, como constava dos dous conhecimentos em fórma, acima tresladados, lhe mandasse passar hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, que na dita quantia montaõ a razão de vinte o milhar, em nome do Thesoureiro da dita Casa do Infantado, para se dispenderem nos ordenados, e mais despezas da Capella dos ditos Paços, e conservação della, e lhe serem assentados nos rendimentos da Alfandega desta Cidade, com as declarações referidas nos ditos Decretos acima incorporados: o que tudo visto por mim lhe mandey passar esta Carta de padraõ, pela qual, no melhor modo, que possã ser, e de direito mais valer, vendendo, e hey por vendido, e faço venda livre ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, Procurador da Casa do Infantado, como Administrador dos ditos Paços da Bemposta, dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de tença cada anno, de juro, e herdade, para sempre, fóra da Ley mental, e condiçaõ de retro, a preço de vinte o milhar, pela dita quantia de trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, nas rendas, e rendimentos dellas, de meus Reynos, e Senhorios de Portugal, e o direito de os haver, e receber em cada hum anno, de mim, e dos Reys meus successores, sem se descontar cousa alguma do preço, que nelles monta, como bens, e patrimonio seu livre, e isento, sem se poder dizer, que são bens da Coroa, ou que haõ de ter alguma natureza della, e o dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, como Administrador dos ditos Paços da Bemposta, começará a vencer os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, a saber: hum conto de reis do primeiro de Março deste anno presente de mil e setecentos e seis, e setecentos e quarenta mil reis de vinte e seis de Abril do mesmo anno em diante, que foraõ os dias em que se fez a entrega dos ditos trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, e os haverá, e os mais Administradores, que pelo tempo a diante forem, os tenhaõ, e hajaõ, com a condiçaõ, e pacto de retro, para que a todo o tempo eu, ou os Reys meus successores, os quizermos tirar, o possamos fazer,

zer, tornandolhe outra vez os ditos trinta e quatro contos e oitocentos mil reis, que no dito juro montou, sem delles se descontar cousa alguma do preço, porque lhes assim vendo; e elle dito Administrador, e os que pelo tempo em diante forem da dita administração, serão obrigados a nolo tornar, tornandolhes juntamente o que nelle em parte, ou em todo remio, montar no dito preço de vinte o milhar, na fôrma, que fica dito, e eu em meu nome, e dos Reys meus successores, hey por bem, que nunca se possa allegar em juizo, nem fôra delle, que na venda deste juro, que houve lezaõ de mais de metade do justo preço, sem embargo da Ordenação do livro quarto, titulo treze, parrafo nono, em caso, que por alguma maneira agora, ou pelo tempo em diante se ache, ou determine, que val mais em pouca, ou em muita quantidade, e que nesta venda houve diminuição da quarta parte do justo preço, em tal caso eu dagora para sempre, em meu nome, e dos Reys meus successores, faço pura, livre, e irrevogavel merce, e doação, entre vivos valedoura, ao dito Administrador dos Paços da Bemposta, da dita melhoria, e mais valia; e se em algum tempo se achar, ou determinar de feito, ou de direito, que esta venda he usuraria, e que se não podia fazer em parte, ou em todo, por qualquer modo, que seja: hey por bem, e me praz, por alguns justos respeitois, de minha livre vontade faço mera doação, como com effeito faço, por esta Carta, ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia, Administrador dos Paços da Bemposta, e os mais, que pelo tempo em diante forem da dita administração dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis, daquella parte, em que a tal duvida se mover, ficando porém firme, e em seu vigor o dito pacto de retro; e acontecendo, que em algum tempo se faça Ley, Regimento, ou Capitulos de Cortes, ou por qualquer outra via se introduza uso, ou costume, que possa prejudicar às cousas contheudas nesta Carta, quero, que nella não hajaõ lugar, e que se cumpra inteiramente, sem embargo das ditas cousas, e de quaesquer Leys, ou mandados, que em geral, ou em particular, eu, ou os Reys meus successores mandarmos fazer: o que tudo assim hey por bem, de meu proprio moto, certa sciencia, poder Real, e absoluto, e para este effeito derogo, e hey por derogada a Ley mental, e todos os parrafos della, e Capitulos, e Ordenação do livro quarto, titulo sessenta e sete, que trataõ das usuras, como são defezas, e do que vende alguma cousa com condiçaõ, e dos parrafos dellas, e de quaesquer Leys, e mandatos, Ordenações, glosas, e opinioens de Doutores, que em parte, ou em todo forem contra o que nesta Carta se contém, posto que tenhaõ clausulas, de que fosse necessario fazerse aqui expressa mençaõ, e derogaçaõ de *verbo ad verbum*, as quacs todas, e cada huma dellas em quanto forem contra o contheudo, de meu poder Real, e absoluto, hey por derogadas, e a Ordenação do livro segundo, titulo quarenta e quatro, em que diz se não entenda ser derogada Ordenação alguma, se della se não fizer expressa mençaõ: hey por bem, que hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro, lhe sejaõ assentados nos rendimen-



tos da Alfandega desta Cidade , para nella lhe serem pagos com antiguidade , a saber : hum conto de reis do primeiro de Março deste anno presente de mil e setecentos e seis ; e setecentos e quarenta mil reis de vinte e seis de Abril do mesmo anno em diante , em que entregarão os ditos trinta e quatro contos e oitocentos mil reis , com declaração , que quando por algum incidente succeda , que os rendimentos da dita Alfandega diminuaõ , ou não cheguem para satisfazer estes hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro , hey por bem , que neste caso fiquem subsidiariamente na mesma obrigação os rendimentos da Casa de Bragança , e que por elles , com certidão , de que não teve recebimento em parte , ou em todo o dito juro , na Alfandega se lhe paguem ; e para este effeito assim as rendas da dita Casa , como os rendimentos dos novos direitos da Chancellaria môr , sou servido , que fiquem obrigados por especial hypotheca , e segurança do principal , e reditos , da venda deste juro , dispensando como Rey na Ley , que prohibe a hypotheca , ou alheação dos bens da Coroa ; e poderá este juro ser reduzido na fórma dos mais , que não tem clausulado se não poderem reduzir na fórma declarada no ultimo Decreto neste incorporado ; e em caso , que os ditos Administradores quizerem mudar este juro para qualquer outra parte , Casa , ou Almoxarifado , ou rendas minhas , o poderão fazer , e hey por bem , que se lhe mudem as vezes , que quizerem , não sendo em prejuizo dos que nella primeiro estiverem assentados , e nesta fórma hey a dita venda por feita , e acabada ; e assim a aceitou o dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia , Administrador dos Paços da Bemposta , e foy de tudo contente , com todas as clausulas , condições acima referidas , e para mayor firmeza desta venda suppro , em quanto he necessario , todos os defeitos , de feito , ou de direito , que nisto possaõ intrevir , e rogo , e encomendo a todos os Reys meus successores , que depois de mim vierem , cumpraõ , e fação cumprir esta Carta , e cada huma das cousas nella contheudas , inteiramente sem duvida , nem contradicção alguma , pelo que mando ao Thesoureiro , que hora he , e ao diante for da dita Alfandega , que do dito tempo a cima referido em diante , em cada hum anno , dê , e pague ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia , como Administrador dos ditos Paços da Bemposta , os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro , aos quartéis , do anno por inteiro , e sem quebra alguma , posto que ahi haja por esta só Carta geral , sem mais ser necessario outra Provisão minha , nem mandados dos Védores de minha fazenda , sem dos ditos rendimentos fazer outra despeza alguma , por especial , que seja , até o dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia , como Administrador dos ditos Paços da Bemposta , ser pago dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro ; e ainda que eu mande fazer outros pagamentos assim meus , como de partes , que o dito Thesoureiro tenha na folha do assentamento , ou por alguma Provisão , o qual pagamento lhe assim fará sem esperar pela dita folha , posto que os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis não vão lançados nella , sem embargo do Regimen-

to

to em contrario , e com conhecimento em fórma do Thesoureiro da Casa do Infantado , que ha de cobrar os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro para os dispender nos ordenados , e mais despezas da Capella Real dos ditos Paços da Bemposta , na fórma acima referida , mando aos Contadores de minha Casa , levem em conta ao dito Thesoureiro o que lhes assim pagar cada anno , e não o cumprindo elle inteiramente como acima he declarado , hey por bem , que incorra em pena de cincoenta cruzados , ametade para cativos , e a outra ametade para quem o accusar ; e mando ao Ouvidor da dita Alfandega desta Cidade , ou a qualquer Corregedor do Civel della , que sendolhe requerido por parte do dito Administrador , que hora he , e ao diante for , que com muita brevidade fação execução no dito Thesoureiro , pela dita pena , cada vez , que nella incorrer , e lhe fação fazer com effeito o dito pagamento , e os Védores de minha fazenda , que lhes fação assentar nos livros della os ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro , do dito tempo acima referido , e em diante levar em cada hum anno na folha do assentamento da dita Alfandega , para nella lhe serem pagos , na fórma referida , constandolhe primeiro por certidão nas costas deste , de como no livro da receita , que serve com o Thesoureiro Miguel Diogo da Gama à margem , de que manaraõ os ditos conhecimentos em fórma , neste tresladados , ficaõ postas verbas de como se passou esta Carta de padraõ dos ditos hum conto setecentos e quarenta mil reis de juro a retro , de vinte o milhar , a qual Carta de padraõ se registará no livro dos registos da dita minha fazenda , e os ditos conhecimentos em fórma foraõ rotos ao assinar deste padraõ , que por firmeza de tudo mandey dar ao dito Desembargador Bartholomeu de Sousa Mexia , Administrador dos Paços da Bemposta , por mim assinado , e sellado com o meu Sello de chumbo pendente. Joaõ de Almeida o fez em Lisboa a vinte de Julho de mil e setecentos e feis. Martim Teixeira de Carvalho o fez escrever.

ELREY.

*Doação delRey ao Infante D. Francisco , das quintas da Murteira , do Alfeite , e terras das Marnotas , e outras , &c. Está no dito livro , pag. 70.*

Num. 146 **D**Om Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal , &c. Faço saber An. 1707. aos que esta minha Carta virem , que desejando eu accrescentar , e augmentar a Casa do Infante D. Francisco , meu muito amado , e prezado irmão , pelo muito amor , que lhe tenho , e estimação , que faço de sua pessoa , como he razaõ , e pede hum tão estreito vinculo de fangue , e tendo por certo , que correspondendo elle a quem he , e às suas grandes obrigações , me saberá merecer em todo o accrescentamento , que lhe fizer , me praz , e hey por bem de lhe fazer

zer



zer doação , além de outras , como por esta minha Carta desde logo lhe faço , da quinta da Murteira , que ElRey meu Senhor , e pay , que está em gloria , comprou ao Conde de Soure D. João da Costa de Sousa , e sua mulher D. Luiza Francisca de Tavora , e da quinta da praya de Alfeite , que chamaõ da Penha , que o mesmo Senhor comprou a Giraldo Huguer Marcem , por tres contos e setecentos mil reis , e remio o foro da mesma quinta , e das terras das Marnotas , com sua Cavallariça grande , e casas do Feitor , que o mesmo Senhor comprou a Manoel da Sylva , e a sua mulher Ignez Maria Barbosa , por preço de dous contos e quatrocentos mil reis , e do Casal , que está no mesmo sitio das Marnotas , que o mesmo Senhor comprou a D. Diniana de Barros e Sampayo , por hum conto de reis , e de hum pedaço de terra no mesmo sitio das Marnotas , que se comprou a Anna Maria por vinte mil reis , tudo com a mesma natureza , e clausulas , e condições , que ElRey meu Senhor , e pay , instituiu a Casa do Infantado , na pessoa do dito Infante , e seus descendentes , e os mais , que tem vocação na dita instituição contheuda no testamento do dito Senhor Rey , as quaes hey aqui por expressas , e declaradas ; como se dellas fizesse especifica menção , e esta doação lhe faço de juro , e herdade , para sempre , para elle , e seus descendentes , e os mais chamados na dita instituição ; e outro fim declaro , que ao mesmo Infante D. Francisco , meu irmão , pertencem , em virtude da instituição testamentaria delRey meu Senhor , e pay , as fazendas abaixo declaradas , das quaes humas forão compradas pelo dito Senhor Rey para a Casa do Infantado , e outras expressamente para o Infante D. Francisco , e se he necessario , lhe faço novamente doação dellas , com a mesma natureza , com que lhe forão deixadas por ElRey meu Senhor , e pay , para elle , e seus descendentes , e todos os mais , que são chamados na dita instituição , na mesma fórma , em que lhe faço doação das mesmas fazendas acima declaradas , e as ditas fazendas são as seguintes : A quinta da praya de Alfeite , nos limites da Romeira a velha , no Termo da Villa de Almada , que se comprou por intervenção do Desembargador Bento Teixeira de Saldanha , Procurador da Casa do Infantado , para os Administradores della , e se incorporou na mesma Casa , por cento e setenta mil reis de juro , ao Conde de Tarouca João Gomes da Sylva , e a sua mulher a Condesa D. Joanna Rosa de Menezes. E a quinta na mesma praya de Alfeite , que se comprou ao Desembargador Antonio da Maya Aranha , para a mesma Casa do Infantado , por quinhentos mil reis ; humas terras chamadas as Pareiras , sitas nas Cortes , limite de Salvaterra de Magos , que se compraraõ para o mesmo Infante D. Francisco , que está de posse dellas , ao Conde de Soure D. João Joseph da Costa e Sousa , e a sua mulher D. Luiza Francisca de Tavora , por preço de oito mil cruzados ; e humas terras em Campolide , Buenos-Ayres , que constaõ de dous Prazos , que se compraraõ para o mesmo Infante , e para seus herdeiros , e successores , a Luiz de Miranda Henriques , por hum conto de reis ; e por firmeza de tudo o que dito he , lhe mandey dar esta Carta por mim  
assinada ,

assinada, e passada por minha Chancellaria, e sellada com o meu Sello pendente de minhas Armas, e não pagou novos direitos, e nem pagará direitos velhos, por não dever huns, nem outros. Dada na Cidade de Lisboa ao primeiro de Agosto. Lourenço Gomes de Araujo o fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, de mil e setecentos e sete. Diogo de Mendoça Corte-Real o sobescrevi.

ELREY.

*Doação da Casa da Feira ao Infante D. Francisco. Está no dito livro, pag. 110.*

Num. 147  
An. 1708.

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que deseяando eu accrescentar, e augmentar a Casa do Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmao, pelo muito amor, que lhe tenho, e estimaçao, que faço de sua pessoa, como he razao, e pede hum tao estreito vinculo de sangue, e tendo por certo, que correspondendo elle a quem he, e as suas grandes obrigações, me saberá merecer todo o accrescentamento, que lhe fizer, me praz, e hey por bem de lhe fazer merce, e doação, além de outras, como por esta minha Carta desde logo lhe faço, de lhe conceder todo o direito, que a Coroa tem na Casa da Feira, que vagou pelo ultimo possuidor della, o Conde D. Fernando Frojaz Pereira, pela sentença, que ultimamente se proferio a seu favor, a qual cessao, e doação, lhe faço com a mesma natureza, e clausulas, e condições, com que ElRey meu Senhor, e pay, instituiu a Casa do Infantado, na pessoa do dito Infante, e seus descendentes, e os mais, que tem vocação na instituição contheuda no testamento do dito Senhor Rey, as quaes hey aqui por expressas, e declaradas, como se dellas fizera especifica menção, e esta doação, e cessao de direito, lhe faço de juro, e herdade, para sempre, para elle, e seus descendentes, e mais chamados na dita instituição, sem embargo da dita Casa estar em litigio, por haverlha deixado em seu testamento ElRey meu Senhor, e pay, por considerar ser vaga para a Coroa; e sendo necessaria hey por derogada de meu poder Real, moto proprio, e certa sciencia, a Ordenação do livro quarto, titulo dez, que prohibe a cessao das cousas litigiosas, para que sem embargo della tenha seu devido effeito esta doação, e cessao de direito; e por firmeza de tudo o que dito he, lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, passada pela Chancellaria, e sellada com o Sello pendente de minhas Armas; e não pagou novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos não dever. Dada nesta Cidade de Lisboa aos 10 dias do mez de Fevereiro. Jorge Monteiro Bravo a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1708. Diogo de Mendoça Corte-Real a fiz escrever.

ELREY.

*Doação*



*Doação de huma tença de 90U reis, ao Infante D. Francisco, de juro, e herdade, no Almojarifado de Cintra. Está na Chancellaria, no livro, que principia anno 1706, pag. 37.*

**P**Or quanto D. Anna de Ataide e Castro, Condeffa, que foy da Castanheira, contheuda na ultima apostilla deste padraõ, he falecida, e por seu falecimento vagou para a Coroa fua Casa, e Condado, ao que andaõ annexos os noventa mil res de juro, que tinha pelo dito padraõ, e postilla, dos quaes fez merce, e doação ElRey D. Pedro o II. meu pay, e Senhor, que santa gloria haja, ao Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmão, como tambe de todos os mais bens da dita Casa, o que constou de huma Carta de doação, passada aos vinte e oito de Julho de mil e setecentos e cinco, e assinada pela Serenissima Rainha da Grãa Bretanha, minha tia, e Senhora, que santa gloria haja, como Regente destes Reynos, a qual Carta o Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, offereceo no Conselho de minha fazenda, e levou por ser para mais, pedindome lhe mandasse passar postilla do dito juro, de que tudo houve vista o Procurador de minha fazenda. Hey por bem, e me praz, que o dito D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmão, tenha, e haja de minha fazenda, de seis de Junho de mil e setecentos e cinco em diante, estes noventa mil reis de juro de tença cada anno, de juro, e herdade para sempre, para elle e seus herdeiros, e isto com todas as mais clausulas, penas, e obrigações contheudas, e declaradas no dito padraõ, e postilla; e porque de todas, e cada huma dellas, quero, e me praz, que elle use, e goze, e se lhe cumpraõ, e guardem, sem contradicção alguma, natureza, condições, jurisdicções, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, lhe fez delles doação, como he declarado na dita Carta; e os ditos noventa mil reis de juro lhe seraõ assentados no Almojarifado da Villa de Cintra, onde tem fua situação, e pagos ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, pelo rendimento das fizas dos quartos da Villa de Collares, com antiguidade dos referidos seis de Junho de mil e setecentos e cinco, que he o dia da dita merce, como se determinou no Conselho de minha fazenda, por despacho de quatro de Março do anno presente, assim, e da maneira, que se pagavaõ no mesmo Almojarifado à dita Condeffa da Castanheira, pelo dito padraõ, e postilla, e conforme a elles, pelo que mando ao Executor, que hora he, e ao diante for do Almojarifado da Villa de Cintra, que do tempo acima referido em diante, em cada hum anno, dê, e pague ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, os ditos noventa mil reis de juro, aos quartéis, do anno por inteiro, e sem quebra alguma, posto que ahi haja, por esta só Carta geral, sem mais ser necessario outra Provisão minha, nem mandado dos Védores de minha fazenda, com conhecimento do dito Procurador da Fazenda do Estado do Infantado,

Tom. V.

Aaa

mando

Dit.n. 147  
An. 1707.

mando aos Contadores de minha Casa levem em conta ao dito Executor, o que lhe assim pagar cada anno, e aos Védore de minha fazenda lhe fação assentar nos livros della estes noventa mil reis de juro, e despachar cada anno na folha do meu assentamento do mesmo Almojarifado de Cintra, para nelle lhe serem pagos, como dito he, por quanto o assento, que dos ditos noventa mil reis de juro estava no livro de minha fazenda em nome da dita D. Anna de Ataíde e Castro, que foy Condessa da Castanheira, e assim o registo da ultima postilla do padrao delles dos livros da Chancellaria, que já estava na Torre do Tombo, se riscaraõ, e pozeraõ nelle verbas do contheudo nesta, como se vio por certidoens dos Officiaes a que pertenciaõ as taes verbas, as quaes certidoens se romperaõ ao assinar desta postilla, que hey por bem valha como Carta feita em meu nome, sem embargo da Ordenação em contrario, e naõ pague novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos naõ dever, como se dispõe no Decreto inserto, na Carta de doação referida. Miguel de Abreu e Freitas, o fez em Lisboa a quatro de Abril de mil e setecentos e sete. Jeronymo da Nobrega de Azevedo.

*A folhas trinta e oito do dito livro, se acha registada a postilla do theor seguinte: Por doação delRey D. João o V. ao dito Infante seu irmão.*

Dit.n. 147  
An. 1707.

**P**Or quanto D. Anna de Ataíde e Castro, Condessa, que foy da Castanheira, contheuda na ultima postilla deste padrao, he falecida, e por seu falecimento vagou para a Coroa a sua Casa, e Condado, ao qual andaõ annexos os cento e quatorze mil e oitocentos reis do juro, que tinha pelo dito padrao, e postilla, dos quaes fez merce, e doação, ElRey D. Pedro II. meu pay, e Senhor, que santa gloria haja, ao Infante D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmão, e como tambem de todos os mais bens da dita Casa, o que constou de hum Carta de doação passada aos vinte e oito de Julho de mil e setecentos e cinco, e assinada pela Serenissima Senhora Rainha da Grãa Bretanha, minha Senhora, que santa gloria haja, como Regente destes Reynos, a qual Carta o Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, offereceo no Conselho de minha fazenda, e levou por ser para mais, pedindome lhe mandasse passar postilla do dito juro, de que de tudo houve vista o Procurador de minha fazenda; hey por bem, e me praz, que o dito D. Francisco, meu muito amado, e prezado irmão, tenha, e haja de minha fazenda, de seis de Junho de mil e setecentos e cinco em diante, estes cento e quatorze mil e oitocentos reis de tença cada anno, de juro, e herdade, para sempre, para elle, e seus successores, e isto com todas as mais clausulas, penas, e obrigações contheudas, e declaradas no dito padrao, e postilla, porque de todos, e cada hum das dellas quero, e me praz, que elle use, e goze, e se lhe cumpraõ, e guardem,



dem, sem contradição alguma, e com a mesma natureza, condições, jurisdições, e prerogativas, com que ElRey meu Senhor, e pay, que santa gloria haja, lhe fez delles doação, como he declarado na dita Carta dos ditos cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro, lhe serão assentados no Almojarifado da Villa de Cintra, onde tem sua situação, e pagos ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, pelo rendimento das lizas dos quartos da Villa de Collares, com antiguidade dos referidos seis de Junho de mil e setecentos e cinco em diante, que he o dia da dita merce, como se determinou no Conselho de minha fazenda, por despacho de quatro de Março do anno presente, assim, e da maneira, que se pagavaõ no mesmo Almojarifado à dita Condessa da Castanheira, pelo dito padraõ, e postilla, e conforme a elles; pelo que mando ao Executor, que hora he, e ao diante for do Almojarifado da Villa de Cintra, que do tempo acima referido em diante, em cada hum anno, dê, e pague ao Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, os ditos cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro, aos quartéis, do anno por inteiro, sem quebra alguma, posto que ahi a haja, por esta só Carta geral, sem mais ser necessario outra Provisão minha, nem mandado dos Védores de minha fazenda; e por esta postilla será registada nos livros do registo de minha fazenda, com conhecimentos do dito Procurador da Fazenda do Estado do Infantado, mando aos Contadores de minha Casa, levem em conta ao dito Executor o que lhe assim pagar cada anno, e os Védores de minha fazenda lhe fação assentar nos livros della estes cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro, e despachar cada anno na folha do meu assentamento do mesmo Almojarifado de Cintra, para nelle lhe serem pagos, como dito he; por quanto o assento, que dos ditos cento e quatorze mil e oitocentos reis de juro estava no livro de minha fazenda em nome da dita D. Anna de Ataíde e Castro, que foy Condessa da Castanheira, e assim o registo da ultima postilla do padraõ delles dos livros da Chancellaria, que já estavaõ na Torre do Tombo, se riscaraõ, e pozeraõ nelles verbas do contheudo nesta, como se vio por certidoens dos Officiaes a que pertencia pôr as taes verbas, as quaes certidoens se romperaõ ao assinar desta postilla, que hey por bem valha, como Carta feita em meu nome, sem embargo da Ordenação em contrario; e não pagou novos direitos, nem pagará direitos velhos, pelos não dever, como se dispoem no Decreto inserto, na Carta de doação referida. Miguel de Abreu de Freitas o fez em Lisboa a quatro de Abril de mil e setecentos e sete. Sebastião da Gama Lobo o fiz escrever.

ELREY.

O Conde da Castanheira = João de Andrade Leitaõ. =

Pagou nada por ser do Senhor Infante D. Francisco, e aos Officiaes mil e cento e vinte reis. Lisboa doze de Mayo de mil e setecentos e sete. Jeronymo da Nobrega de Azevedo.

Tom. V.

Aaa ii

*Alvará*

*Alvará delRey D. Pedro II. em que faz merce à Casa do Infantado de 458U750 reis de tença , na Alfandega do Porto.*

*Está na Torre do Tombo , no livro dos Officios , e merces do dito Rey , que principia em 1684 , pag. 142.*

Dit.n. 147  
An. 1685.

**E**U EIRey faço saber aos que este Alvará virem , que eu fiz merce à Infanta minha sobre todas muito amada , e muito prezada filha , de seis contos cento e cincoenta mil reis em cada hum anno , e assignados na Alfandega da Cidade do Porto , de que se lhe passou padraõ em dezafeis de Mayo de seiscentos e oitenta , e por haver effeito a cinco de Mayo de seiscentos e oitenta e hum , lhe fiz tambem merce dos dez mil cruzados , que na dita Alfandega mandey applicar para a despeza dos Embaixadores , e de tres contos de reis no rendimento do tabaco , que está à ordem do Conselho de minha fazenda , e depois por Alvará de sete de Janeiro de seiscentos oitenta e tres , fiz merce à Infanta de cem mil cruzados de renda cada anno , consignados no rendimento da Casa do Estado de Bragança , de que lhe fiz doação ; e porque as rendas da dita Casa , pelos encargos , que tem , não bastavaõ para prefazer o dito computo de cem mil cruzados , ficaraõ tambem pertencendo à Infanta os dez mil cruzados , que pelo padraõ referido de cinco de Mayo de seiscentos oitenta e hum tem na Alfandega do Porto , ficando extinctos os tres contos de reis , que por elle , e outro sim tinha no rendimento do tabaco , da addição , e padraõ de seis contos cento e cincoenta mil reis , lhe ficava pertencendo dous contos novecentos oitenta e dous mil seiscentos oitenta e cinco reis , e os tres contos cento sessenta e sete mil duzentos e vinte e oito reis , que restaõ , mandey se entregassem ao Thesoureiro do novo direito da Chancellaria , para os cobrar cada anno , em quanto durasse o encargo de se pagar à Infanta , pelo tal direito novo , as quantias , que faltassem para se prefazerem cada anno os ditos cem mil cruzados , e por quanto ultimamente fiz merce à Infanta das Commendas mayor da Ega , a de Dornes , e a de Castellobranco , que lograva a Casa do Infantado , na quantia de quatro contos e cincoenta e oito mil setecentos e cincoenta reis . com declaração , que esta mesma quantia se diminuísse das tenças referidas para a cobrar a Casa do Infantado , em satisfação , do que rendiaõ as ditas Commendas , assim , e da maneira , que a tinha , e vencia a Infanta , com a mesma antiguidade , e clausula , de se haver pelo rendimento dos direitos novos da Chancellaria , por todo o tempo , que não tiver cabimento na dita Alfandega , como mandey declarar ao Conselho da minha fazenda , por Decreto de vinte de Junho de seiscentos oitenta e quatro , e se contém em outro escrito de treze do mesmo mez , e anno , que mandey à Junta , e Casa do Infantado , e se apresentou no dito Conselho , que tudo houve vista o Procurador de minha fazenda , hey por bem , e me praz , que a Casa do Infantado tenha em cada hum anno quatrocentos cincoenta e oito mil setecentos



tecentos e cincoenta reis , que he o que rendiaõ as ditas Comendas , de que fiz merce à Infanta , os quaes lhe feraõ pagos no rendimento da Alfandega da Cidade do Porto , diminuindo-se das tenças , que nella tem a Infanta , para que se cobre com a mesma antiguidade , e clausula de se haver pelo rendimento dos direitos novos da Chancellaria , por todo o tempo , que naõ tiver cabimento na dita Alfandega , pelo que mando aos Védores de minha fazenda lhe fação assentar nos livros della os ditos quatrocentos e cincoenta e oito mil setecentos e cincoenta reis , e levar cada anno na folha do assentamento da Alfandega do Porto , para serem pagos à Casa do Infantado , como dito he , e constandolhe primeiro por certidoens nas costas deste , de como nos assentos das ditas tenças , e nos proprios padroens da Infanta , em seus registos , nos livros de minha Chancellaria , e fazenda , se pozeraõ verbas do contheudo neste Alvará , e outra tal verba se porá no registo do dito Decreto de vinte de Junho de seiscentos oitenta e quatro , com que se cumprirá inteiramente , e valerá como Carta , posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno , sem embargo da Ordenação em contrario. Francisco Pereira a fez em Lisboa a vinte e oito de Julho de seiscentos oitenta e cinco annos. Martim Teixeira de Carvalho o fez esrever.

REY.

Manoel Telles da Sylva. João de Roxas de Azevedo.

Pagou nada por privilegio. Lisboa quinze de Dezembro de seiscentos oitenta e cinco , aos Officiaes quinhentos e quatro reis. D. Sebastião Maldonado.

*Compra à Coroa do Reguengo de Vallada , por cem mil cruzados , para a Casa do Infantado. Está no livro dos registos dos Alvarás da Junta da Casa do Infantado , que principia no anno 1673.*

**D**Om Pedro por graça de Deos Rey de Portugal , &c. Faço saber aos que esta minha Carta de padraõ de hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil e seiscentos reis de juro , em cada hum anno , com pacto , e condiçaõ de retro aberto , sem lemitaçãõ de tempo , a respeito de cinco e quatro e meyo por cento virem , que resolvendo eu por justas considerações de meu serviço , que para ajuda das necessidades presentes se vendesse o Reguengo de Vallada , que estava incorporado na Corca ; e naõ se achando lanço conveniente mandey , que se tomasse em preço de cem mil cruzados para a Casa do Infantado , e para que elle possa contribuir com a dita quantia era necessario vender juros desta importancia , e achando-se , que mais facilmente haveria compradores assentando-selhes o dito juro na Casa de

Dit.n. 147  
An. 1689.

de Bragança , fuy servido mandar , que na dita Casa se vendessem tantos juro , quantos bastassem para se fazerem os ditos cem mil cruzados , ficando assim o dito Reguengo , como todas as mais rendas , da Casa do Infantado , hypothecadas , e obrigadas à Casa de Bragança na dita quantia ; e havendo algumas pessoas , que de presente os quizessem comprar na Casa do Infantado , antes que na de Bragança , lhe concedia para isto licença , e neste caso ficaria a dita Casa do Infantado obrigada à de Bragança , na quantia sómente , que tomasse para a compra do dito juro , e a lhe pagar todos os annos o com que elle ha de satisfazer as pessoas , que o comprarem , para o que mandey passar hum Alvará pelo meu Tribunal do Desembargo do Paço , cujo theor he o seguinte. Eu ElRey faço saber aos que este Alvará virem , que por justas considerações do meu serviço , e por se não achar lanço conveniente para o Reguengo de Vallada , que para ajuda das necessidades presentes tenho mandado vender , resolvi tomallo em preço de cem mil cruzados , para a Casa do Infantado ; e por quanto para se achar este dinheiro he necessario venderse juro desta importancia , cujos compradores mais facilmente se acharão , assentando-felhes o dito juro na Casa de Bragança. Hey por bem , e me praz , que nas rendas do dito Estado de Bragança , sem embargo de serem da Coroã , se vendaõ tantos juros , quantos bastem para se prefazerem os ditos cem mil cruzados , ficando assim o dito Reguengo , como todas as mais rendas da dita Casa do dito Infantado obrigadas , e hypothecadas à dita Casa de Bragança , na dita quantia , para lhe pagar todos os annos o juro , com que ella ha de satisfazer as pessoas , que o comprarem ; e outro fim poderá a Casa do Infantado , todas as vezes , que tiver cabedal , dar à Casa de Bragança o que bastar para o distrato do dito juro em todo , a cada humia das pessoas , que o comprarem , com declaração , que havendo algumas , que agora de presente queiraõ comprar na dita Casa do Infantado , antes , que na de Bragança , lhe concedo para isso licença , em tal caso ficará a dita Casa do Infantado obrigada a de Bragança , no porte , que tomar para a compra do dito juro sómente ; e para mayor segurança do juro , que compra Sylverio da Sylva , se declarará na Escritura , que sendo caso , que por algum acontecimento deixe de se pagar o dito juro na Casa de Bragança , por este mesmo facto poderá cobrallo nas rendas da Casa do Infantado , especialmente no rendimento do dito Reguengo , que se lhe hypotheca , e as mais rendas da dita Casa , e mando às Justiças , a que o conhecimento pertencer , que assim o cumprão , e fação inteiramente cumprir , e guardar , como nelle se contém , que valerá , posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno , sem embargo da Ordenação do livro segundo , titulo quarenta , em contrario. Manoel da Sylva Collaço a fez em Lisboa a vinte e cinco de Junho de mil e seiscentos e oitenta. Francisco Galvão o fez escrever.

REY.

Em



Em virtude do qual, e do Decreto, que sobre este particular mandey à Casa de Bragança, cuja copia he a seguinte. Pelo Decreto cuja copia será com este, verá a Junta da Casa de Bragança o que tenho ordenado sobre a compra do Reguengo de Vallada, e venda dos juro, que para se haverem os cem mil cruzados, que custa, se haão de tomar; e porque o Thesoureiro Bento da Cunha Malheiro, ha de buscar, e contratar com as pessoas, que comprarem o dito juro, lhe mandará passar a Junta o despacho necessario, e ao Procurador da Fazenda Alvará para celebrar as Escrituras, com declaração, que o dito juro será ao menos de cinco por cento, à condição de retro, na fórma ordinaria, e as clausulas costumadas; e havendo algumas pessoas, que o queiraão a quatro e meyo por cento, teraão a prerogativa de serem as ultimas a que se disfrate. A Junta o tenha assim entendido, e o mande dar à execução na parte, que lhe toca. Em Lisboa a quatorze de Junho de mil e seiscentos oitenta e oito. A rubrica de Sua Magestade. E por quanto o Thesoureiro da dita Casa de Bragança, Bento da Cunha Malheiro, no dito Decreto nomeado, buscou, e contratou com as pessoas seguintes, para a cada huma dellas vender sobre as dizimas do Pescado desta Cidade, pertencente à Casa de Bragança, a quantia do juro, que a cada huma dellas abaixo vay declarado, a saber: A Sylverio da Sylva da Fonseca, hum conto de reis, a quatro e meyo por cento, cujo principal importou vinte e dous contos duzentos e vinte e dous mil duzentos e vinte reis; a Joseph Francisco, vinte mil reis, a quatro e meyo por cento, que importou quatrocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cincoenta reis; ao Padre Antonio da Galla, quinze mil reis, a cinco por cento, que importou em trezentos mil reis; a D. Cecilia Maria de Menezes e Sylva, duzentos quarenta e tres mil reis, a quatro e meyo por cento, que importa cinco contos e quatrocentos mil reis; ao Padre Manoel da Sylva, quinze mil reis, a cinco por cento, que importou trezentos mil reis; ao Padre Antonio de Ataide, doze mil e quinhentos reis, a cinco por cento, que importou duzentos e cincoenta mil reis; ao Padre Bartholomeu de Quental, quinze mil reis, a cinco por cento, que importou trezentos mil reis; a Antonio Lobo da Cunha, oitenta mil reis, a quatro e meyo por cento, que importou hum conto setecentos setenta e sete mil e oitocentos reis; a D. Luiz Balthasar da Sylveira, quarenta e quatro mil e cem reis, a quatro e meyo por cento, que importou novecentos e oitenta mil reis, em que se ajusta a quantia de trinta e dous contos duzentos setenta e quatro mil quatrocentos e setenta reis, que importa o principal destes juro, pelos cinco e quatro e meyo por cento, em cada huma destas addições declarado; e para se celebrarem, e outorgarem as Escrituras do dito juro, para com o seu principal ir o dito Thesoureiro Bento da Cunha, satisfazendo os cem mil cruzados, preço da venda do dito Reguengo de Vallada, mandey passar Alvará de poder pela Junta da Casa do Infantado, ao Desembargador Bento Teixeira de Saldanha, Procurador da Fazenda delle, para outorga nas ditas Escrituras, e se obrigar pela fazenda da mesma Casa

fa

fa do Infantado, aos que se venderem na Casa de Bragança, até a quantia dos ditos cem mil cruzados, como se declarava no dito Alvará, cujo theor he o seguinte. Eu ElRey como Senhor da Casa, e Estado do Infantado, faço saber aos que este Alvará virem, que eu fuy fêrvido resolver, que se tomasse para o dito Estado o Reguengo de Vallada, que estava incorporado na Coroa, e mandey vender com pacto de retro aberto, e sem limitação de tempo, para as necessidades presentes do Reyno, em preço de cem mil cruzados, os quaes se haõ de tomar a juro na dita Casa do Infantado, ou na de Bragança, conforme mais convier a cada huma das partes, com declaração, que vendendo se na Casa de Bragança todo, ou parte delle, lhe ficará a Casa do Infantado obrigada em toda a sua fazenda, especialmente a do Reguengo, até pagar os interesses, e juros, com que a de Bragança ha de contribuir às partes, e outro fim a distratar a sua custa o dito juro, todas as vezes, que para isso houver cabedal; e por quanto Sylverio da Sylva da Fonseca, tem já entregue vinte e dous contos duzentos e vinte e dous mil duzentos e vinte reis, que he o principal de hum conto de reis, a quatro e meyo por cento, que tem contratado comprar na dizima do Pescado desta Cidade de Lisboa, pertencentes à Casa de Bragança, com a clausula, de que naõ sómente as rendas della, mas tambem as da do Infantado, e as do mesmo Reguengo, lhes fiquem obrigadas. Hey por bem dar poder ao Desembargador Bento Teixeira de Saldanha, Procurador da Fazenda da dita Casa do Infantado, naõ sómente para outorgar nas Escrituras da venda dos juros, que os que as partes nella quizerem comprar, mas tambem para se obrigar nos que se venderem até a dita quantia de cem mil cruzados, na dita Casa de Bragança, pelos bens da do Infantado, na fôrma referida, e outro fim para outorgar na do dito Sylverio da Sylva, como acima se declara terem tratado, e com clausula, que por comprar a quatro e meyo por cento, naõ seja obrigado a distratar senaõ em ultimo lugar, nos que se distratarem na dita quantia de cem mil cruzados, que agora se tomaõ, e a mesma clausula se irá pondo aos que no mesmo preço os quizerem aceitar conforme o tempo, porque as partes forem comprando, e o que pelo dito Desembargador nesta materia for feito, hey desde logo por firme, e valioso, e mando, que se cumpra inteiramente para o qual lhe dou todos os poderes, que em direito forem necessarios para mayor firmeza, e segurança do dito contrato, e este naõ passará pela Chancellaria. Francisco Rebello a fez em Lisboa aos vinte e tres de Junho de mil e seiscentos oitenta e oito. Manoel Palha Leitaõ a fez escrever.

REY.

E em virtude deste Alvará outorgou, e assinou o dito Desembargador Bento Teixeira de Saldanha, todas as Escrituras das pessoas atraz declaradas, e por elles requereraõ seus padroens, que se lhes passaraõ, e foraõ por mim assinados, e se lhes assentaraõ os juros nelles declarados nos Almoxarifados das dizimas do Pescado desta Cidade,



Cidade, pertencentes à dita Casa de Bragança, a qual está obrigada a pagar todos os annos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil e seiscentos reis de juro, que tanto importa o que as pessoas referidas tem pelos ditos padroens, às quaes rendas, e outorgas das Escrituras, que para este effeito se celebraraõ assistio o Procurador da Fazenda da dita Casa de Bragança, e para seu cumprimento obrigou a fazenda da dita Casa, e especialmente o rendimento do Almoxarifado das ditas dizimas do Pescado desta Cidade, em virtude de hum Alvará, que para este effeito lhe mandey passar cujo theor he o seguinte. Eu ElRey como Administrador da pessoa, e bens da Infanta minha sobre todas muito amada, e prezada filha, Duqueza de Bragança, faço saber aos que este Alvará virem, que por quanto fuy servido mandar comprar o Reguengo de Vallada, para se annexar à fazenda do Estado da Casa do Infantado, para cujo effeito he necessario vender seu juro, que baste, e prefaça de principal a quantia de cem mil cruzados, hey por bem, e me praz de dar poder a André Lopes de Oliveira, Procurador da Fazenda do Estado da Casa de Bragança, para que possa outorgar a Escritura, ou Escrituras da venda do dito juro, com a pessoa, ou pessoas, que comprallo quizerem, imposto no Almoxarifado, ou Almoxarifados da dita Casa de Bragança, que às partes convierem, na fórma, em que o Thesoureiro Bento da Cunha Malheiro, que ha de buscar, e contratar com as pessoas, que comprarem o dito juro, os quaes cem mil cruzados se haõ de entregar ao dito Thesoureiro, e da carrega se passará conhecimento em fórma, assinado por elle, e pelo Escrivão de seu cargo, porque conste lhe fica carregado em receita a quantia, que cada pessoa receber, que se incorporará na Escritura, com declaração, que o tal juro será ao menos de cinco por cento, e condiçaõ de retro, na fórma ordinaria, e com as clausulas costumadas, e todas as mais, que lhe parecerem convenientes, e necessarias para segurança das partes; e havendo pessoas, que o queiraõ aceitar a quatro e meyo por cento, teraõ a prerogativa de serem as ultimas a que se distratem quando se tratar do desempenho desta quantia, que agora se vende, conforme a ordem, com que as partes o forem dando, obrigando à satisfação delle todas as rendas da dita Casa, e de Bragança, e em especial hypotheca o rendimento do Almoxarifado, em que o dito juro foy contratado, e ao Estado de Bragança ficará obrigada toda a fazenda da Casa do Infantado, e em especial o dito Reguengo, assim para lhe contribuir todos os annos com os redditos, que se pagarem às partes, como para fazer à sua custa os distratos desta importancia, e o que pelo dito André Lopes de Oliveira neste caso for feito na fórma deste Alvará, haverey por bem, firme, e valioso, porque para isso lhe dou inteiro, e cumprido poder, mandado geral, e especial. Antonio Coelho de Carvalho o fez em Lisboa aos vinte e cinco de Junho de mil e seiscentos oitenta e oito. Manoel de Saldanha Tavares o fez escrever.

REY.

Tom. V.

Bbb

E por

E por me representar o dito Procurador da Fazenda do Estado de Bragança, por sua petição, que por estarem feitas as ditas vendas, e os padroens passados dos juroz nelles declarados, assentados nos Almoxarifados das ditas dizimas, que para segurança da fazenda da mesma Casa, na forma de minhas ordens se devia cobrar outra tanta quantia cada anno do Thesoureiro da Casa do Infantado, por onde se cobra o rendimento do Reguengo de Vallada, o qual se comprou com o principal destes juroz, para com elle ficar satisfeita a mesma Casa de Bragança, da obrigação delles, a que a do Infantado está primeiro obrigada, para o que era necessario passasse padrao da dita quantia à Casa de Bragança, sobre os bens da do Infantado, e que o seu Thesoureiro a entregue cada anno ao da Casa de Bragança, ou Almoxarife das ditas dizimas, e se pagarem os ditos juroz, que haõ de ir na folha daquelle Almoxarifado, aos quaes ficarão sempre obrigadas todas as rendas da Casa do Infantado, e o rendimento do mesmo Reguengo, para com o dito padrao se fazer assentamento em as folhas de huma, e outra Casa, as declarações necessarias, me pedia lhe fizesse merce mandar passar padrao da dita quantia de hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil seiscentos reis de juro, à dita Casa de Bragança, para haver delles pagamento pela fazenda da Casa do Infantado, e em especial pelo rendimento do dito Reguengo de Vallada, que a isso está hypothecado, por ser outra tanta quantia como a Casa de Bragança está obrigada a pagar às pessoas, que compraraõ este juro nas ditas dizimas, com cujo principal se pagou o dito Reguengo, e visto por mim seu requerimento, Alvaras, neste incorporados, reposta do dito Thesoureiro Bento da Cunha Malheiro, porque consta ter recebido todos os ditos trinta e dous contos duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e setenta reis, conta feita pelo Contador Rodrigo de Almeida, e mais documentos, de que se faz menção, que tudo com esta me foy apresentado, e reposta do Procurador da Fazenda, da Casa, e Estado do Infantado, a quem foy dado vista. Hey por bem, e me praz de lhe mandar passar a presente Carta de padrao, pela qual pertencem à dita Casa de Bragança, os ditos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil seiscentos reis de juro, em cada hum anno, com pacto, e condição de retro aberto, sem lemitação de tempo, a respeito de cinco e quatro e meyo por cento, que feroã assentados sobre as rendas da Casa do Infantado, por ser obrigado a dallos todos os annos, e entregallos à de Bragança, para satisfação dos juroz, que mandey vender no Almoxarifado das dizimas do Pescado desta Cidade, pertencentes à mesma Casa, para com o principal se pagar o preço do Reguengo de Vallada, que mandey comprar para a Casa do Infantado, visto por ella se cobrar o rendimento do dito Reguengo, e estar a dita Casa de Bragança obrigada a pagar os ditos juroz, em quanto pela Casa do Infantado se lhe não entregar o dinheiro para elles se distratarem, porque distratando-se cessará entao a obrigação do juro contheudo neste padrao, pelo que mando aos Desembargadores da Junta da Fazenda da dita Casa, e Estado do Infantado, lhe façaõ assen-



assentar os ditos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil seiscentos reis de juro , no livro do assentamento , e despachar cada anno do primeiro de Janeiro , que vem de mil e seiscentos e noventa , nas folhas , que se passarem para o Thesoureiro da dita Casa do Infantado , por onde a Casa de Bragança ha de haver pagamento delles aos quartéis do anno , assim como se forem vencendo , com certidão do Escrivão da Fazenda , de como se não distratarão parte , ou todo , dos juros declarados neste padraão , pela Casa do Infantado , porque sendo-o em todo , ou em parte , cessará a obrigação de por elle se pagar o dito juro , e aquelle , que se for distratando se irá diminuindo na quantia deste padraão , e se irão pondo as postillas nelle , e verbas no assento delle , e em seu registo , para que conste as quantias , que se distratarem , e a mesma declaração se fará nas folhas , em que o dito juro for lançado , até de todo estar finda , e distratada a quantia dos ditos hum conto quatrocentos cincoenta e nove mil seiscentos reis , contheuda , e declarada nesta Carta de padraão , a qual por firmeza de tudo lhe mandey passar por mim assinada , e sellada com o Sello de minhas Armas. Dada nesta Corte , e Cidade de Lisboa aos vinte e seis de Outubro. Francisco Rabello a fez , anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1689. Manoel Palha Leitaão o fez escrever.

ELREY.

*Alvará porque ElRey D. João o V. supprio ao Infante D. Francisco a falta de idade.*

**E**U ElRey faço saber aos que este Alvará virem , que tendo consideração a que o Infante D. Francisco , meu muito amado , e prezado irmão , supposto , que não tem a idade , que conforme as Leys , e direito , se requiere para administrar sua Casa , e todos seus bens , com tudo , he dotado de tão alto entendimento , que Nosso Senhor foy servido darlhe , que póde muito bem ter a dita administração. Hey por bem de lhe supprir , e haver por supprida a falta de idade , e que para todos os negocios , e actos de qualquer qualidade , que sejaão , se haja por mayor de vinte e cinco annos , e como tal possa usar de todos os seus bens , para o que revogo , e hey por revogadas todas as Leys assim do Reyno , como de outros quaequer direitos ; e este Alvará se cumprirá , guardará , e terá sua força , e vigor , posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno , e de não ser passado pela Chancellaria , sem embargo das Ordenações do livro segundo titulo trinta e nove e quarenta , que o contrario dispõem. Lourenço Gomes de Araujo o fez em Lisboa a 12 de Janeiro de 1707. D. Thomás de Almeida o sobrefcrevi.

Num. 148

An. 1707.

REY.

*Decreto por onde se lançaraõ na Torre do Tombo diversos papeis tocantes a Senhora D. Luiza , filha delRey D. Pedro II. donde copiey os seguintes , que estaõ no dito Archivo , no liv.*

*2. do Registo, pag. 150 vers. até 159.*

**Num. 149** **O** Guarda môr da Torre do Tombo mandará lançar nos livros do **An. 1695.** Registo della, a declaração, que fiz de minha letra, e final, em o primeiro de Março de 1679, para que em todo o tempo constasse, que D. Luiza, que mandava crear em Casa de Francisco Correa de Lacerda, era minha muito amada, e prezada filha, como tambem a certidão do Duque, meu muito amado, e prezado sobrinho, e de Francisco Correa de Lacerda, meu Secretario de Estado, que a escreveo, e a do Prior da Igreja Parochial de S. Nicolao Domingos do Valle, que a bautizou, ambas reconhecidas pelo Tabellião Domingos de Barros, e a Escritura de dote, que se fez no casamento da mesma minha muito amada, e prezada filha D. Luiza, com o Duque D. Luiz Ambrosio de Mello, meu muito amado, e prezado sobrinho, para que em todo o tempo conste como sempre a conheci, e estimey por minha filha, desde o seu nascimento, e que como tal a mandey crear; e fique este irrefragavel, e perpetuo testemunho da verdade no Archivo do Reyno, para memoria dos seculos futuros. Lisboa 31 de Agosto de 1695. Rubrica de Sua Magestade.

*Declaração da letra, e final de Sua Magestade.*

*A declaração Original está no Archivo do Duque, em hum livro, que tem o que pertence à filiação da Senhora D. Luiza, donde a vi.*

Declaro, que houve huma filha de mulher donzella, e limpa de sangue, à qual ordeney chamassem D. Luiza, e a mandey crear em casa de Francisco Correa de Lacerda, quero, que em todo o tempo conste, que a referida he minha filha, e a esse fim fiz esta declaração, que entreguey a Francisco Correa, para que a guardasse em quanto lhe não mandava o contrario. Lisboa o primeiro de Março de 1679.

PRINCIPE.

*Certidão do Duque, e de Francisco Correa de Lacerda.*

Juramos aos Santos Euangelhos, que he verdade ouvimos dizer ao Serenissimo Principe D. Pedro nosso Senhor, que elle houvera a Senhora D. Luiza, sua filha, em huma mulher donzella, limpa de sangue, a qual tinha hum irmão legitimo Familiar do Santo Officio; e para que a todo o tempo conste desta verdade, nos mandou Sua Alteza fazer a presente, por sabermos o contheudo nella, antes, e depois de nascer a Senhora D. Luiza, a qual fomos bautizar em huma casa junto da Corte-Real, aonde a dita Senhora tinha nascido, e por estar *in periculo mortis*, eu Francisco Correa de Lacerda a bautizey, de mandado de Sua Alteza, sendo seu Padrinho o Duque do Cadaval,



Cadaval, estando ahi presente o Cirurgiaõ da Camera de Sua Alteza, Antonio de Prado; e outro fim, que he verdade, que o Prior de S. Nicolao Domingos do Valle, poz os Santos Oleos na sua Igreja à Senhora D. Luiza, como consta de hum certidaõ sua, fazendo assento no seu livro, que a dita Senhora era filha de pays incognitos, como a mesma certidaõ refere, mas della se vê ser feito o dito assento por dissimulaçaõ, e Sua Alteza o ordenar assim, a respeito do segredo, que quiz houvesse neste negocio, e nos mandou assistir a este acto, e que passassemos a presente, que assinámos em Lisboa a 7 de Março de 1679. = Duque = Francisco Correa de Lacerda.

*Certidaõ do Prior de S. Nicolao Domingos do Valle.*

Domingos do Valle, Prior da Parochial Igreja de S. Nicolao desta Cidade de Lisboa, e Thesoureiro da Capella de Sua Alteza, seu Guarda Joyas, e Guarda Reposte. Certifico, que prevendo o livro dos Bautizados da dita Igreja da era de 1667, e no dito livro a pag. 215 vers. está hum assento feito da minha letra, cujo theor he o seguinte. Em os 2 dias de Março de 1679 puz os Santos Oleos a Luiza, por ser baptizada em casa, a que assistio o Duque do Cadaval, filha de pays incognitos. O Prior Domingos do Valle. E al não disse o dito assento, que por verdade o tresladey de *verbo ad verbum*: e depois de feito o dito assento, me disse Sua Alteza, o Serenissimo Principe D. Pedro nosso Senhor, que era sua filha, e que ordenara ao Duque a levasse a pôr os Santos Oleos, debaixo do nome de engeitada; e para que a todo o tempo conste, que a dita Senhora D. Luiza, que no dito livro, e assento está, he filha de Sua Alteza, me ordenou o dito Senhor passasse a presente certidaõ com a declaraçãõ acima referida, e por passar na verdade o juro *in verbo Sacerdotis*, por saber o referido, e ser Criado de Sua Alteza, e elle mo dizer. Lisboa 28 de Março de 1679. O Prior de S. Nicolao Domingos do Valle.

Por hum certidaõ de Joseph Cardoso, Secretario do Conselho Geral, passada por ordem do Conselho Geral, a 10 de Setembro de 1695, consta, que Miguel de Carvalho Mascarenhas era Familiar do Santo Officio, natural do Lugar da Charneca, Termo da Cidade de Lisboa, era filho legitimo de Antonio Gonçalves, natural do mesmo Lugar, e de Maria Carvalha, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Purificaçaõ, do Lugar de Outeiro, em Monte-Lavar, Termo da Villa de Cintra, e neto, pela parte paterna, de Manoel Gonçalves, natural de Villa-Nova de Famelicaõ, Bispado do Porto, e de Dionysia Dias, natural do dito Lugar da Charneca, onde foraõ moradores: e neto, pela parte materna, de Jorge Joaõ Mascarenhas, natural do dito Lugar de Outeiro, e de Marqueza Braz, natural do dito Monte-Lavar, e ambos moradores no de Outeiro.

E por hum justificaçaõ feita perante o Doutor Gaspar Ferreira da Sylva, Desembargador da Casa da Supplicação, consta ser D. Maria da Cruz, irmã inteira do sobre dito Miguel Carvalho, &c. a qual

qual está na Torre do Tombo, com os sobreditos papeis, &c. e foy passada em Lisboa a 13 de Outubro de 1695.

O dito Miguel Carvalho Mascarenhas, foy Freire professo da Ordem de Santiago, onde sendo lidas, e approvadas as suas Inquirições, está no fim da Inquirição de genere esta verba seguinte: Foraõ lidas em Capitulo, não houve duvida, e as acharaõ correntes. Convento 31 de Outubro de 1692.

*Decreto delRey D. Pedro, porque fez merce à Senhora D. Luiza, sua filha, das Commendas, que nelle se contém.*

**Num. 150** **H**ey por bem fazer merce a D. Luiza, minha filha, das Commendas de Santa Maria de Moreiras, do Arcebispado de Braga, e de Monfarás, do Arcebispado de Evora, da apresentação da Casa de Bragança, que estão vagas, e que em quanto se não encartar possa comer por administração os frutos dellas, pela parte a que toca, se passe o despacho necessario. Lisboa 19 de Setembro de 1692.



PROVAS  
DO LIVRO VIII.  
DA  
HISTORIA  
GENEALOGICA  
DA  
CASA REAL  
PORTUGUEZA.

*Doação del Rey D. Filippe II. ao Senhor D. Duarte, das Villas de Frechilla, e Villa Ramiel, e titulo de Marquez, tudo de juro, e herdade. Está no Cartorio da Casa de Bragança.*

**E**N el nombre de la Sanctissima Trinidad y de la eterna Unidad Padre, hijo y spiritu sancto, que son tres personas y un solo Dios verdadero que vive y Reina por siempre sin fin y de la bien aventurada Virgen gloriosa nuestra señora sancta Maria madre de nuestro señor Jesu Christo verdadero Dios y verdadero hombre a quien yo tengo por señora y por avogada en todos mis fechos y a honra y servicio suyo y del bien aventurado Apostol señor sanctiago luz y espejo de las Españas Patron y guiador de los Reyes de Castilla y de leon y de todos los otros Sanctos y sanctas de la Corte celestial. Porque razonable y covenible cosa es a los Reyes, y principes hazer gracias y mercedes a sus subditos y naturales especialmente a aquellos que bien y lealmente los sirven y aman su servicio. E los Reyes que las tales mercedes hazen han de mirar y considerar en ello tres cosas. La primera que merced es aquella, que le demandan. La segunda quien es el que se le la demanda, o como se la merece o puede merecer si se la hiziere. La tercera que es el pro ò el daño que por ello le puede venir. Por ende yo mirando y considerando todo lo suso dicho quiero que sepan por esta mi Carta de privilegio o por su traslado signado de escrivano publico sin ser sobre escrito ni librado en ningun año de mis Contadores mayores ni de otra persona alguna todos los que agora son y se-

Num. 1.

An. 1592.

y feren de aqui adelante. Yo Don phelipe por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Leon, de Aragon de las dos Sicilias de Hyerusalem, de Portugal, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorcas, de Sevilla, de Cerdeña, de Cordova, de Corcega, de Murcia, de Jaen, de los Alguarves, de Algezira, de Gibraltar, de las Islas de Canaria, de las Indias Orientales, y Occidentales, Islas y tierra firme del mar Oceano, Archeduque de Austria, Duque de Borgoña y de Bravante y de Milan, Conde de Aspurg, de Flandes y de Tirol y Barcelona, Señor de Vizcaya y de Molina, &c. Vi un mi Alvala firmado de mi mano y sellado con mi sello del tenor siguiente. Nos Don Phelipe por la gracia de Dios Rey de las Españas de las dos Sicilias de Hyerusalem, &c. hago saber a vos los mis contadores mayores que acatando los muchos y grandes servicios que don Juan Duque de Bragança ya difunto mi muy charo y muy amado primo me hizo durante su vida, y especialmente al tiempo que por fallecimiento del serenissimo Rey de Portugal, don Henrrique mi tio que esta en gloria subcedi en los mis Reynos de aquella Corona y fuy personalmente a ellos, y el mucho deudo que conmigo tiene Doña Catalina duquesa de Bergança su muger mi muy chara y muy amada prima. Y en alguna muestra de la voluntad que tengo de honrrar y hazer merced a sus hijos y decendientes, y entendiendo que todos ellos procederan de la misma manera, y reconoceran siempre las que de mi recibieren tuve por bien de hazer merced a Don Duarte mi sobrino hijo segundo de los dichos Duque y Duquesa de Bergança de un lugar de mil vasallos poco mas o menos en estos mis Reinos de Castilla con quatro mil cruzados de renta en cada un año y titulo de Marques todo de juro de heredad. Y queriendo cumplir como es justo la promessa que desto le hize y no hallandosse lugar a proposito que tenga los dichos mil vasallos le he hecho merced de las Villas de Frechilla y Villa Ramiel que son de Behetria en el destrito del adelantamiento de Castilla en el partido de campos; y porque de las dichas Villas y titulo de marques de la de frechilla le he mandado dar los despachos necessarios el dia de la data deste. Os mando que en virtud deste Albala deis y libreis al dicho Don Duarte mi Carta de previlegio de los dichos quatro mil cruzados de a dies reales cada uno que montan un quento y trezientos y sessenta maravedis de juro y renta perpetua para que los tenga de mi en cada un año perpetuamente para siempre ja mas por juro de heredad para el y para sus herederos y successores, situados en las mis rentas de las alcavalas y tercias de las dichas Villas de frechilla y Villa Ramiel lo que en ellas cupicre, y lo restante en otras qualesquier rentas destos mis Reinos las mas cercanas a las dichas Villas que ser pueda, donde le sean ciertos y bien pagados para que juntamente con las dichas Villas los tenga y posea por bienes vinculados y de mayoradgo sujetos a restitucion y suceda en ellos despues de sus dias su hijo mayor legitimo y sus decendientes varones legitimos de mayor, en mayor, y a falta de varon hembra conforme a la disposicion de las leyes destos Reynos que hablan en la succession de los



los mayoradgos , y a falta de sus hijos y decendientes , succeda en lo suso dicho su pariente mas propinquo por la dicha via y titulo de mayoradgo , y para que los mis arrendadores e Recaudadores mayores , thesoreros y Receptores de las dichas Rentas , y de las otras donde se los situaredes acudan con el dicho un quento y trezientos y sessenta mil maravedis de Juro perpetuo al dicho don Duarte , y a los dichos ius successores desde el dia de la fecha deste Albala en a delante en cada un año perpetuamente , para siempre ja mas , solamente por virtud de la dicha Carta de privilegio que dello le dieredes y libaredes o de su treslado signado de escriviano publico sin ser sobreescrito ny librado en ningun año de vos otros ny de otra persona alguna , la qual dicha Carta de privilegio y las otras Cartas y sobre Cartas que en la dicha razon le dieredes y libaredes mando a Vos otros y al mayordomo y chanceller y notarios mayores y a los otros oficiales , que estan a la tabla de mis sellos , que las den y libren , y passen y sellen luego sin poner en ello embargo ny contradicion alguna y no le desconteis el diesmo que pertenece a la Chancelleria que yo avia de aver desta merced conforme a la Ordenança , porque tambien se la hago , de lo que en ello se monta. Lo qual an- sy hazed y cumplid en virtud deste mi Albala sin pedir otro recaudo alguno , sin embargo de qualesquier leyes y ordenanças pregmaticas y lances deslos Reynos y todo uso y estilo de Contadoria que en contrario desto sea o ser pueda con todo lo qual dispenso y lo abrogo y derogo y doy por ninguno y de ningun valor y efecto en quanto a esto toca y tañe quedando en su fuerça y vigor para en lo demas a delante y os relievio de qualquier cargo o culpa que por ello os pueda ser imputado , y ansy mismo mando que tome la razon deste dicho Albala. Pedro de Contreras mi criado fecho en Valladolid a seis de Jullio de mil quinientos y noventa y dos años.

## YO ELREY.

Yo Juan Vasques de Salazar Secretario del Rey nuestro Señor la fize escrevir por su mandado , el Licenciado Rodrigo Vasques de Arce , el Licenciado Joan Gomes , el Doctor a mesquita tomo la razon Pedro de Contreras. Registrada Bartolome de Porteguera. Por chanceller Bartolome de Porteguera.

Y agora por quanto por parte de vos el dicho don Duarte mi sobrino marques de frechilla me fue suplicado que confirmando y aprovando el dicho mi Albala que suso vá incorporado y todo lo en el contenido os mandasse dar mi Carta y privilegio de los dichos un quento y trezientos y sessenta mil maravedis que por virtud del aveis de ayer para que los tengais de mi en cada un año por juro de heredad para vos y para vuestros herederos , y successores por via de mayoradgo , conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso vá incorporado con los llamamientos y segun que en el se contiene para siempre ja mas situados en las rentas de las Alcavalas , de ci-

ertas Villas y Lugares que son en las merindades de Castro Xeris y Cerrato, y Monçon, y Carrion y del Partido de la Villa de Carrion y su Alfoz y en ciertas rentas de las Alcavalas de la Villa de Saagun donde los quereis tomar y situar en esta manera en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Castro Xeris duzientos y treinta mil maravedis, en esta manera, en las Alcavalas de Vobadilla ciento y treinta mil maravedis, y en las Alcavalas de Vobadilla del camino cien mil maravedis que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Cerrato, duzientos y quarenta mil maravedis en esta manera, en las Alcavalas de Torquemada ciento y quarenta mil maravedis, en las Alcavalas de Tertoles cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Viudas cinquenta mil maravedis, que son los dichos duzientos y quarenta mil maravedis, y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Monçon duzientos y cinquenta mil maravedis, en esta manera, en las Alcavalas de Tamara cien mil maravedis, en las Alcavalas Despinosa de Villa Gonçalo cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Serracino treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Marcilla treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Herreros quarenta mil maravedis, que son los dichos duzientos y cinquenta mil maravedis, y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de la dicha merindad de Carreon duzientos y dies mil maravedis en esta manera, en las Alcavalas de Cisneros cien mil maravedis, en las Alcavalas de Vobadilla de Rio Seco cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Cerbatos de la Cueva sessenta mil maravedis que son los dichos duzientos y dies mil maravedis, y en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares del partido de la dicha Villa de Carrion y su Alfoz duzientos y treinta mil maravedis, en esta manera: en las Alcavalas de Carrion treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Baillo treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Rebenga treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Guardo treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Muera y Villolvido como anda en renta treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Calcada treinta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Nueva de los Nabos dies mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Nueva del Rio veinte mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Moronta dies mil maravedis, en las Alcavalas de San Mames dies mil maravedis que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis, y en ciertas rentas de las Alcavalas de la dicha Villa de Saagun duzientos mil maravedis en esta manera: en el Alcavala de la Carne cinquenta mil maravedis, en el Alcavala del Vino cinquenta mil maravedis, en el Alcavala de las Heredades cinquenta mil maravedis, en el Alcavala del Pescado cinquenta mil maravedis que son los dichos duzientos mil maravedis. Y cumplidos los dichos un quento y trezientos y sessenta mil maravedis, para que los arrendadores y fieles y cogedores de las dichas rentas, y las otras personas que las cobran os los paguen el año venidero de mil quinientos y noventa y tres desde primero de Henero del por los tercios del y dende en adelante



delante por los tercios de cada un año para siempre ja mas o hasta que se quite el dicho juro como dicho es, y si algunos años no cupieren los dichos un quento y trezientos y sessenta mil maravedis en las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas que mis arrendadores y Recaudadores mayores tesoreros y Receptores que fueren de las rentas de las Alcavalas de las dichas merindades de Castro Xeris y Cerrato, y Monfon, y Carrion y de las dichas Villas de Carrion Saagun y sus tierras y partidos y alfoz os paguen de su cargo por mayor lo que no cupiere en las dichas rentas los años que no cupiere cada uno lo que entra en su partido; y porque por mis libros de mercedes de Juro de Heredad parece que esta en ellos asentado el dicho mi Albala que suso vá incorporado y que el Original queda en poder de mis contadores de mercedes, y que por lo en el contenido no se os desconto el diesmo que pertenece a la chancilleria que yo avia de aver conforme a la Ordenança yo el sobre dicho Rey don Phelipe tubelo por bien y confirmo y apruebo el dicho mi Albala que suso vá incorporado y todo lo en el contenido y tengo por bien y es mi merced que Vos el dicho Don Duarte mi sobrino marques de frechilla tengais de mi en cada un año los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis que por virtud del aveis de aver por juro de heredad para vos y para vuestros herederos y successores por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso incorporado vá con los llamamientos segun que en el se contiene para siempre ja mas situados en las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declarados y con los vinculos y gravamenes llamamientos y condiciones segun y de la manera que en el dicho mi Albala suso incorporado y en esta mi Carta de privilegio se contiene por la qual o por su traslado signado sin ser sobre escripto ni librado como dicho es. Mando a los dichos arrendadores y fieles y cogedores y a otras qualesquier personas que cobraren en renta o en fieldad o en otra qualquier manera las Alcavalas de las dichas Villas, y Lugares y rentas suso declaradas que de los maravedis y otras cosas que valieren el dicho año de quinientos y noventa y tres y dende en adelante en cada un año para siempre ja mas, paguen los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, a vos el dicho marques don Duarte y despues de vos a los dichos vuestros herederos y successores, por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Alvala, que suso vá incorporado, o al que losuviere de cobrar por vos o por ellos de las Alcavalas de cada una de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas la quantia de maravedis suso dicha en esta manera: de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares que son en la dicha merindad de Castro Xeris los dichos duzientos y treinta mil maravedis, en esta manera: de las dichas Alcavalas de Lantadilla los dichos ciento y treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Vobadilla del Camino los dichos cien mil maravedis, que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis, de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares de la dicha merindad de Cerrato los dichos duzientos y quarenta mil

maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Torquemada los dichos ciento y quarenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Tortoles los dichos cinquenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Viudas los dichos cinquenta mil maravedis, que son los dichos duzientos y quarenta mil maravedis, y de las dichas Alcavalas de las dichas Villas y Lugares de la dicha merindad de Monfon los dichos duzientos y cinquenta mil maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Tamara los dichos cien mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Espinosa de Villa-gonzalo los dichos cinquenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Serracino los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Marcilla los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Herberos los dichos quarenta mil maravedis que son los dichos duzientos y cinquenta mil maravedis, y de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares de la dicha merindad de Carrion los dichos duzientos y dies mil maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Cisneros los dichos cien mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Vobadilla de Rio Seco los dichos cinquenta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Cerbatos de la Cueva los dichos sessenta mil maravedis que son los dichos duzientos y dies mil maravedis; y de las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares del partido de la dicha Villa de Carrion, y su alfoz los dichos duzientos y treinta mil maravedis en esta manera: de las dichas Alcavalas de Carrion los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Vaillo los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Rebenga los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Guardo los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Muera y Volvido, como anda en renta, los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de la Calcada los dichos treinta mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Nueva de los Navos los dichos dies mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Nueva del Rio los dichos veinte mil maravedis, de las dichas Alcavalas de Villa Moronta los dichos dies mil maravedis, de las dichas Alcavalas de San Maines los dichos dies mil maravedis que son los dichos duzientos y treinta mil maravedis y de las dichas rentas de las Alcavalas de la dicha Villa de Saagun los dichos duzientos mil maravedis en esta manera: de la dicha Alcavala de la Carne los dichos cinquenta mil maravedis, de la dicha Alcavala del Vino los dichos cinquenta mil maravedis, de la dicha Alcavala de las Heredades los dichos cinquenta mil maravedis, de la dicha Alcavala de Pescado los dichos cinquenta mil maravedis que son los dichos duzientos mil maravedis, y cumplidos los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, los quales os paguen el dicho año de quinientos noventa y tres desde primero dia de Henero del por los tercios del, y dende en adelante por los tercios de cada un año para siempre ja mas; y si algunos años no cupieren los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, en las Alcavalas de las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas que mis arrendadores y Recaudadores mayores, tesoreros y Re-



y Receptores que fueren de las rentas de las Alcavalas de las dichas merindades de Castro Xeris y Cerrato y Monzon y Carrion y de las dichas Villas de Carrion y Saagun y sus tierras y partidos de Alfoz os paguen de su cargo por mayor lo que no cupiere en las dichas rentas los años que no cupiere, cada uno lo que entra en su partido y que tomen vuestras cartas de pago y despues de vos de los dichos vuestros herederos y succedores, y por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso vá incorporado, o del que los uviere de cobrar por vos o por ellos con los quales y con el trespado desta mi Carta de privilegio signado sin ser sobreescrito ni librado como dicho es mando a los dichos mis arrendadores y Recaudadores mayores, tesoreros y Receptores, que son o fueren de las dichas rentas de las Alcavalas de las dichas merindades de Castro Xeris, Cerrato y Monzon y Carrion, y de las dichas Villas de Carrion y Saagun y sus tierras, y partidos y alfoz donde las dichas Villas y Lugares y rentas suso declaradas andan en renta, que reciban y passen en quenta a los dichos arrendadores, y fieles y cogedores de las Alcavalas dellas los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis cada uno lo que entra en su partido el dicho año de quinientos y noventa y tres y dende en adelante en cada un año para siempre ja mas. Y otro si mando a mis Contadores mayores de quantas y tenientes que agora son y seran de aqui adelante que con los dichos recaudos los reciban y passen en quenta a los dichos mis arrendadores y Recaudadores mayores Tesoreros y Receptores de las dichas rentas, cada uno dellos lo que entra en su partido el dicho año de quinientos y noventa y tres y dende en adelante en cada un año para siempre ja mas; y si los dichos arrendadores y fieles y cogedores de las dichas suso declaradas, y las otras personas que las cobraren no pagaren los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis, a vos el dicho marques Don Duarte y despues de vos a los dichos vuestros herederos, y succedores por via de mayoradgo conforme a lo contenido en el dicho mi Albala que suso vá incorporado o al que uviere de cobrar por vos o por ellos el dicho año de quinientos y noventa y tres, y dende en adelante en cada un año para siempre ja mas a los dichos plazos y segun de suso se contiene por esta mi Carta de privilegio o por su trespado signado sin ser sobreescrito ni librado como dicho es, mando y doy poder cumplido a todos y qualesquier Justicias, ansi de mi casa y corte y chancillerias como de todas las Ciudades Villas y Lugares de mis Reinos y Señorios y a cada uno dellos en su Juridicion que sobre ello fueren requeridos que hagan y manden hazer en ellos y en los fiadores que en las dichas rentas uvieren dado o dieren y en sus bienes muebles y raizes donde quiera que los fallaren todas las execuciones prisiones ventas y remates de bienes y todas las otras cosas y cada una dellas que convengan y menester sean de se hazer ansi como por maravedis de mi aver hasta que vos el dicho marques don Duarte y despues de vos los dichos vuestros herederos y succedores por via de mayoradgo como dicho es o el que los uviere de cobrar por vos, o por ellos, feays

seays y sean contentos y pagados de los dichos un quento trezientos y sessenta mil maravedis o de la parte que dellos os quedare por cobrar el dicho año de quinientos y noventa y tres, y dende en adelante, en cada un año para siempre ja mas, con mas las costas que a su culpa hizieredes en los cobrar que yo por esta mi Carta de privilegio o por su traslado signado sin ser sobreescrito ni librado como dicho es haga sanos y de paz los bienes que por esta razon fueren vendidos y rematados a quien los comprare para agora y para siempre ja mas, y los unos ni los otros no fagan ende al por alguna manera so pena de la mi merced y de dies mil maravedis para mi Camara a cada uno que lo contrario hiziere y de mas mando al home que les esta mi Carta de privilegio o el dicho su traslado signado sin ser sobreescrito ny librado como dicho es mostrare que les emplaze que parezcan ante mi en la mi Corte do quiera que yo sea del dia que les emplazaren hasta quinze dias primeros siguientes so la dicha pena so la qual mando a qualquier escrivano publico que para esto fuere llamado que dê al que se la mostrare testimonio signado con su signo porque yo sepa como se cumple mi mandado y desto os mande dar esta mi Carta de privilegio escripta en pergamino y sellada con mi sello de plomo pendiente en filos de seda de colores librada de mis Contadores mayores y de otros oficiales de mi cassa dada en la Villa de Madrid a treze dias del mes de Otubre año del nascimiento de nuestro Salvador Jesu Christo de mil quinientos y noventa y dos años vá escripto sobre raido las dichas Alcavalas, en renta quiere el lecenceado saavedra el Doctor Villa Gomes Notario mayor, Diego Herrera chanciller, yo Gabriel de Cuella contador del Rey nuestro señor y su notario mayor del Reyno de Castilla le fize escrevir por su mandado, chanciller martin Ruiz Demitar-te, Relaciones Antonio de Caravajal, Relaciones, mercedes Don Duarte marques de frechilla quanto de Juro perpetuo situados en las Alcavalas de ciertas Villas y Lugares de ciertos partidos destos Reynos para desde primero de Henero del año venidero de en adelante por Albala deve derechos.

An. 1604.

Don phelippe por la gracia de Dios Rey de Castilla de Leon de Aragon de las dos Sicilias de Jerusalem, de Portugal, de navarra de Granada de toledo de Valencia de galicia de mallorcas de Sevilla, de Cerdeña de Cordova de Corcega de murcia, de Jaen, &c. a vos francisco de Cisneros mi tesorero de los encavezamientos alcavalas, y otras rentas de las Villas y lugares que son y entran en la merindad de Cerrato el año pasado de mil seiscientos y tres o a otra qualquier persona que lo fuere este presente año de mil seiscientos y quatro y los de mas en adelante venideros saved que los señores Reys Catholicos don fernando y doña Isabel de gloriosa memoria hizieron y juraron una escriptura de capitulacion y concierto en quatro dias del mes de Deziembre del año de mil quatrocientos sessenta y nueve con don fernando de sandoval Conde de Castro sexto abuelo de don francisco de sandoval y Rojas duque que al presente es de lerma, marques de Denia y mi sumilier de Corps y mi cavallerizo mayor



mayor sobre cierta recompensa, que se huvo de hazer y haviendosse tratado pleito sobre ello ante los de mi consejo de Justicia por dos sentencias de vista y revista declararon pertenecer al dicho Duque de Ilerma, las alcavalas y tercios pedidos y monedas y los de mas tributos Reales de ciertos lugares que le pertenecieron conforme a la dicha escriptura de capitulacion y concierto por la dicha recompensa sin cargo de pagar los Juros que uviessse situados en ellos, despues del dicho dia quatro de Deziembre del año de mil y quatrocientos y sessenta y nueve por lo qual por una mi Cedula firmada de mi mano y refrendada de Xpoval de Ypenarrieta mi secretario fecha en Valladolid a veinte dias del mes de março del año de mil y seiscientos y dos entre otras cosas en ella contenidas mande al presidente y los del mi Consejo de hacienda y contadoria mayor della, que a las personas que tuviessen Juros situados en los dichos lugares, despues del dicho dia de la escriptura de concierto o que dejassen de caber por menor o mayor por la dicha razon se le diessse entera y cumplida satisfacion mudandolos a los crecimientos de las rentas del suliman y açogue puertos secos de Castilla y dies por ciento de las lanas, y otras qualesquier rentas y alcavalas del Reyno con la antelacion del dicho dia veinte y dos de março de seiscientos y dos y porque esta forma de satisfacion podria ser no estar bien a las partes mande asi mismo que si quisiessen se desempeñassen Juros de por vida y de al quitar los que mas daño causassen a mi Real hacienda y se hiziesse asy y en su lugar se situassen los que estuviessen situados en los dichos lugares o dejassen de caver por esta causa como mas particularmente en la dicha mi cedula que de suso se haze mencion en virtud de la qual los dichos mis Presidentes y los del mi Consejo de hacienda y contadoria mayor della, mandaron que se desempeñassen los Juros de a quatorze mil el millar que uviessse mas antiguos en los partidos donde entran los dichos lugares que se adjudicaron al dicho Duque de Ilerma, hasta en la cantidad que montassen sus alcavalas, y tercios, para que quedassen como antes estavan con las mismas antelaciones y lugares que tenian en virtud del qual dicho mandato se desempeñaron trezientos y sessenta y un mil quatrocientos quarenta y ocho maravedis en la merindad de Cerrato de los que montavan los lugares que en ella tocavan a la dicha recompensa por quanto la resta la havia de finca en ella para los dias seguites en esta manera: treinta y siete mil y quinientos maravedis para desde veinte y dos de Julio de mil y seiscientos y tres y dies mil maravedis para desde veinte y quatro del dicho, y otros dies mil maravedis para desde primero de Agosto del dicho año y cinquenta y dos mil y quinientos maravedis para desde siete del dicho y ciento y cinquenta mil maravedis para desde quatro de Septiembre y dies y siete mil quatrocientos y quarenta y ocho maravedis para desde nueve de hebrero deste presente año de mil y seiscientos y quatro y los ochenta y quatro mil maravedis restantes para desde quatorze del dicho Hebrero. Y agora por parte de don Duarte marques de frechilla me ha sido hecha relacion que tiene por una mi Carta de privilegio de treze de octubre

bre del año passado de mil quinientos y noventa y dos un quento trezientos y sessenta mil maravedis de Juro perpetuo los duzientos y treinta mil maravedis en la merindad de Castro Xeris y duzientos y cinquenta mil maravedis en las de Monson, duzientos y dies mil maravedis en la de Carrion, duzientos y treinta mil maravedis en las del partido de la dicha Villa de Carrion y su Alfoz, y duzientos mil maravedis en el partido de Saagun, y los duzientos y quarenta mil maravedis restantes en esta merindad de Cerrato por mayor y por menor en esta manera: en las Alcavalas de Torquemada ciento y quarenta mil maravedis, en las Alcavalas de Tortoles cinquenta mil maravedis, en las Alcavalas de Villa Viudas los cinquenta mil maravedis restantes, a cumplimiento de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis los quales dexavan de caber en la dicha merindad por averse adjudicado al dicho Duque conforme a la dicha recompensa los lugares que a delante yran declarados con todas sus rentas en esta manera: Hermedes Royvela, torre, Sandino tortoles, tordeheles, tordepadre, atento a lo qual ya que sean desempeñado y consumido en mis libros los dichos trezientos y sessenta y un mil quatrocientos y quarenta y ocho maravedis de juros de a quatorze mil el millar de los mas antiguos situados en la dicha merindad para que los de mas situados quedassen en los lugares, y antelaciones, que tienen me suplico fuesse servido de mandarle dar mi Carta para que de aqui a delante se les pagassen los corridos y corriesen de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis del dicho vuestro cargo como antes se hazia no embargante que los cinquenta mil maravedis esten situados en la Villa de Tortoles que toca a la dicha recompensa o como la mi merced fuesse lo qual visto por el presidente y los del dicho mi Consejo de hazienda y contadoria mayor della, y que por mis libros de Relaciones parece lo suso dicho y que por la cuenta que hizieron mis Contadores de Relaciones parece que conforme a los dichos dias que se desempeñaron los dichos Juros de a quatorze viene a ser dia fixo desde quando an de quedar situados todos los Juros desta dicha merindad como antes estavan desde nueve del mes de Otubre del año passado de mil y seiscientos y tres inclusible fue acordado se diese esta mi Carta, y yo tubelo por bien y os mando a vos el dicho francisco de Cisneros liorri que luego que con ella seays requerido deis y pagueis al dicho Don Duarte marques de frechilla o a quien su poder huviere cinquenta y cinco mil y duzientos y treinta y dos maravedis que monta la rata desde el dicho dia nueve del mes de Otubre de mil y seiscientos y tres hasta fin de deziembre del de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis que ansy mismo mando a otra qualquier persona que fuere mi Thezorero receptor de esta dicha merindad deste presente año de mil y seiscientos y quatro en a delante paguen al dicho don Duarte marques de frechilla o a quien su poder oviere lo que corriere de los dichos duzientos y quarenta mil maravedis a los plazos contenidos y declarados en la dicha mi Carta de privilegio guardandole en la paga la antelacion del dicho dia treze de otubre de mil y quinientos y noventa y dos no embargante



gante que se ayan sacado de la dicha merindad los dichos lugares que tocaron a la dicha recompensa, y que esen en quenta mil maravedis dellos situados en la Villa de Tortoles por quanto caven enteramente como dicho queda que con Cartas de pago del dicho Don Duarte o de quien el dicho su poder huviere y los de mas recaudos necesarios y esta mi Carta haviendo tomado la razon della Pedro Luis de Torregrossa Contador del libro de Caxa de mi hazienda y los de mercedes o su traslado signado de scrivano se os recebiran y passaran en quenta en las que dieredes de vuestros cargos los maravedis que como dicho es pagaredes dada en Valladolid a dies y ocho dias del mes de março de mil seiscientos y quatro años va testado que conforme a los dichos dias, y dos. Mayordomo Don Juan de Acuña, Juan Pascual, Cristoval de Ipenarrieta, Gaspar de Sousa, en veinte y quatro dias del mes de mayo de mil y seiscientos y quatro años tome la razon pedro luis de torregrossa tomaron razon los Contadores de mercedes de su magestad en Valladolid a seis de Abril de mil y seiscientos y quatro años Juan Ruiz de Contreras Antonio de Caravajal Ber.<sup>mo</sup> de Sardata Donn.<sup>o</sup> deypen.<sup>ta</sup>

*Contrato do Casamento da Condeffa de Oropesa D. Brites de Toledo, com o Senhor D. Duarte.*

EN el nombre de la Sanctissima Trinidad y a gloria y honra de la Num. 2.  
virgen sancta Maria señora nuestra. Notorio sea a todos los que An. 1595.  
la presente Escritura de capitulacion matrimonial vieren, y oyeren y entendieren como ante mi el presente Ecrivano y testigos de yuso escriptos parecieron los Señores Don Gomes de Avila marques de Velada Ayo e mayordomo mayor del Principe nuestro Señor, y de la señora ynfanta, y de la otra don Rodrigo de Alencastre mayordomo de Sus Altezas, y dixeron que por quanto se ha tratado, y platicado que el Señor don Duarte marques de frechilla hijo legitimo del Duque de Vergança, y de la señora doña Catalina casé con la señora doña Beatriz de Toledo hija legitima primogenita de los Señores conde y condesa de Oropesa en razon de lo qual, y para tratar y assentar y capitular las cosas concernientes al dicho matrimonio que mediante la voluntad de Dios se a de effectuar entre los dichos señores don Duarte y doña Beatriz de Toledo, el señor don Juan garcialvarez de Toledo monroy, y Ayala conde de Oropesa dio su poder al dicho señor marquez de Velada el qual se otorgo ante Pedro lopez Bernal escrivano de la dicha Villa de Oropesa y Deleytoia su fecha en veinte y cinco dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años por el qual le concede libre legitimo, y poder bastante con libre y general administracion, para que capitule trate y concierte el dicho matrimonio como mas en particular consta del dicho poder el qual Originalmente fue exhibido ante mi el presente escrivano para que lo infiera, y incorpore en esta dicha escriptura y capitulaciones el qual letra a letra es como se sigue.

Sepan quantos esta carta de poder vieren y entendieren como yo don Juan garcialvarez de Toledo monroy y Ayala conde de Oropesa y de deleitosa, &c. Digo que por quanto yo deseo, siendo Dios servido, casar y poner estado a doña beatriz alvarez de Toledo monroy y Ayala mi hija, y de doña luísa Pimentel, y porque las partes y respectos que siempre he conocido en el señor don Gomez de Avila marques de Velada Ayo y mayordomo mayor del Principe nuestro señor, y del consejo de estado de su Magestad, y el amor y voluntad con que siempre me a hecho merced en todas mis cosas es tal que con razon devo prometerme encaminara esto mucho mejor que yo mismo al acertamiento que tanto importa al bien de mi casa y de mi hija, y satisfacion de mis obligaciones: Otorgo y conosco por esta presente carta que doy todo mi poder cumplido, libre y lleno de la sustancia que de derecho se requiere, y es necesario al dicho señor marques de Velada que esta ausente, como si fuera presente, especial y señaladamente para que por mi y en mi nombre, y representando mi propria persona, y como yo mismo pueda tratar assentar y capitular de casar a la dicha doña Beatriz mi hija con el señor don Duarte marques de frechilla hijo legitimo del Duque de Vergança don Juan, y de la señora doña Cathalina atento a que me consta averse promulgado en el Reyno de Portugal una ley su data en la Villa de Madrid a cinco dias de el mes de Junio deste presente año de mil y quinientos y noventa y cinco por la qual se prohibe, que ni en el dicho Reyno ni fuera de el no se pueda juntar una casa con otra, teniendo qualquiera de ellas quatro mil cruzados de renta, y de alli arriba con lo qual se asegura que aun que succediesse (lo que Dios no quiera) faltar el duque su hermano sin dexar hijos por lo qual el dicho señor don Duarte huviera de succeder en aquellos estados, que no se puedan unir ni juntar los mios con ellos, ni ninguno dellos, sino que conforme a la dicha ley, se an de dividir en aviendo hijo segundo del dicho señor don Duarte con cuyo suppuesto se ha movido esta pratica la qual de otra manera cessara, y para que con la dicha ocasion se effectue, doy el dicho poder al dicho señor Marques de Velada para que pueda hazer assentar concertar, y capitular todas, y qualesquier condiciones Scripturas capitulaciones y clausulas que fueren necesarias para el dicho contrato matrimonial con el dicho señor don Duarte, y con otra qualquier persona o personas que para lo suso dicho tuvieren su poder, y para que pueda obligar a la dicha doña Beatriz mi hija, y a mi en su nombre a que se despollará y cassará por palabras de presente que hagan verdadero, y legitimo matrimonio segun lo manda la sancta Madre yglesia catholica Romana con el dicho señor don Duarte dentro del termino que su señoria pusiere y assentare y señalare, no aviendo impedimento canonico ni causa legitima que lo impida prometiendo y señalándole de mi parte la dote que le pareciere, y por bien tuviere a un que se exceda de la cantidad dispuesta por leyes de estos Reynos, y para que en mi nombre, y de la dicha Doña Beatriz mi hija pueda acetar, y acete qualquier obligacion, ò obligaciones que



el dicho señor don Duarte, y la persona que en su nombre, y con su poder tratare y concertare el dicho cassamiento hizieren assentaren, y prometieren assi de restituir la dote que le fuere señalada, en caso que se deva restituir, como de otra qualquier obligacion, o obligaciones, promessas, pactos, y convenciones que con el se trataren de dar, hazer, y cumplir, y para que me obligue, a que yo ni la dicha doña Beatriz mi hija no nos apartaremos ni desistiremos antes estaremos y passaremos por el concierto contrato o capitulaciones y condiciones que el dicho señor marques de Velada hiziere assentare, y capitulare, en nuestro nombre sin exceder ni faltar en todo ni en parte alguna por ninguna causa razon recurso ni remedio que tengamos para yr ni venir contra ello so las penas a que me obligare y assi mismo para que en la dicha razon pueda obligarme a todas y qualesquier condiciones capitulaciones y posturas que por bien tuviere y fueren necessarias con todas las firmezas poderios, y sumisiones a las Justicias y pleito, o pleitos menajes que parecieren convenir, y por bien tuviere poner, las quales y cada una dellas siendo por el dicho señor marques puestas y otorgadas yo desde luego las otorgo y ratifico, y hare que la dicha mi hija las otorgue y ratifique y apruebe en caso que sea necessario y quiero que tengan tanta fuerza y vigor como si yo proprio las hiziesse, y capitulasse, y a todas ellas presente fuesse y las firmasse de mi mano y nombre, aun que para las tales escrituras capitulaciones y condiciones se requiriesse especial o particular mencion, y expressa obligacion de ellas que desde agora las doy y otorgo en todos los casos que se requiere, y fuere necesario segun y como por el dicho señor marques fueren fechas y otorgadas que para todo lo suso dicho y para cada cosa y parte dello, y lo a ello anexo, y dependiente le doy y otorgo todo mi poder cumplido quan bastante yo le he y tengo con libre y general administracion, y el que me pertenece por razon de la Patria potestad como tal padre y legitimo administrador de la dicha doña Beatriz mi hija y para que guardare, y cumplir, y avre por firme, y hare que la dicha mi hija lo guarde y cumpla y aya por firme todo lo que dicho es, y lo que el dicho señor Marques en mi nombre y de la dicha mi hija capitulare concertare y hiziere obligo mis bienes juros y rentas derechos, y acciones avidos y por aver, y doy todo mi poder cumplido a todos y qualesquier Juezes y Justicias destos Reynos de su magestad de qualquier parte, y jurisdiccion que sean ante quien esta carta fuere presentada, y pedido cumplimiento della, para que me compelan a la cumplir, como si fuera sentencia definitiva passada en cosa juzgada, y dada a entregar, sobre lo qual renuncio todas, y qualesquier leyes fueros plazos derechos, y hordenamientos de que en este caso me pueda ayudar, y aprovechar que no me valan, y la ley y derecho que dize que general renunciacion fecha de leyes no vala que no me valan, en testimonio de lo qual otorgué la presente carta de poder en la manera que dicho es ante el presente escrivano, y testigos que fue fecha y otorgada en la Villa de Oropesa, veinte y cinco dias del mes de Septiembre año del Señor de

mil y quinientos y noventa y cinco años. Testigos que fueron presentes a lo que dicho es, Juan Pacheco mayordomo de la casa, y Gabriel de Monroy, y Pedro de montalvo contadores de su señoria, y vezinos desta Viila y su señoria del dicho Conde otorgante que yo el escrivano doy fee que conosco lo firmo de su mano, el Conde de Oropesa y de deleytosa. Passò ante mi pedro lopes bernal scrivano publico, y yo Pedro lopes bernal scrivano publico en esta Villa de Oropesa, y su tierra por su señoria del Conde de Oropesa y de Deleytosa, &c. y aprobado por los señores del Consejo real del Rey nuestro señor presente fui en uno con los testigos y su señoria otorgante y en fee de lo qual lo screvi, y fize mi signo, y doy fee no lleve deste poder ni de su Registro derechos ningunos en testimonio de verdad. Pedro lopes bernal scrivano.

Y assi mismo el dicho señor don Duarte marques de frechilla otorgo otro tal poder tan firme y bastante al dicho señor don Rodrigo de Alencastre para que trate capitule y concierte, y le obligue assi que se effectuar el dicho matrimonio como a las de mas cosas que en razon del dicho matrimonio se assentaren, y capitularen, el qual dicho poder se otorgo ante Francisco cordero escrivano de Villa viciosa en dies dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años como mas en particular consta del dicho poder el qual letra a letra, y como originalmente fue exhibido ante mi el presente escrivano es como se sigue.

En la Villa de Madrid a seys dias del mes de Octubre de mil y quinientos y noventa y cinco años ante el señor doctor Ortis teniente de corregidor en esta dicha Villa y su tierra por su magestad Roque dias procurador del numero della en nombre del señor don Rodrigo de alencastre mayordomo del Principe nuestro señor hizo presentacion de una escriptura de poder dada a el dicho su parte por el señor don Duarte marques de frechilla señor de Villarramiel, hijo legitimo del Duque de Vergança don Juan que dios tiene, y de la señora Princesa doña Catalina su muger sus padres para que por el, y en su nombre, y en virtud del dicho su poder escripto en lengua Portuguesa el dicho señor don Rodrigo su parte, otorgasse sus capitulaciones sobre el casamiento que se ha de hazer con la señora doña Beatriz de Toledo hija y heredera de los señores don Juan garcialvares de Toledo, y doña Luisa Pimentel conde y condesa de Oropesa y deleytosa las quales al dicho su parte en el dicho nombre, y en virtud del dicho poder otorgo, y para que el dicho poder vaya inserto en las dichas escripturas de capitulaciones pidio al dicho señor teniente le mande traduzir, y darle del los traslados necessarios para el dicho efecto, y pidio justicia.

Y visto por el dicho señor teniente el dicho poder, y que esta fano no roto ni cancelado ni en parte alguna sospechoso, mando que el dicho poder se entregue a Thomas gracion dantisco que por mandado del Rey nuestro señor traduze las escripturas de sus consejos, y tribunales para que le traduzga presente y jure, y fecho se traiga ante su merced para los veer y proveer Justicia, assi lo mando ante mi Rodrigo de Vera.

En



En cumplimiento de lo qual yo el dicho Thomas gracian dantifico fize traduzir y traduxe el dicho poder de Portugues en Castellano que es del thenor siguiente.

Sepan quantos este publico instrumento de poder vieren que el año del Nacimiento de nuestro Señor Jesu Christo de mil y quinientos y noventa y cinco años a dies dias del mes de Septiembre del dicho año en Villaviciosa en los Palacios del Duque de bragança y de barcelos, Marques de Villaviciosa conde de Ourem, Conde de arrayolos, Conde de Peñafiel, señor de Monforte y de Montalegre, Condestable de estos Reynos y señorios de Portugal, &c. nuestro señor estando alli presente el Illustrissimo, y muy excellente señor don duarte su hermano hijo del Duque don Juan que Dios tiene, y de la muy alta y serenissima Princesa la señora doña Cathalina nuestra señora, Marques de frechilla señor de Villarramiel, &c. Luego por el dicho señor fue dicho perante mi el scrivano y testigos a delante nombrados, que por quanto el estava concertado por orden y con licencia del Rey nuestro señor para aver de casar con la Illustrissima y muy excellente señora doña Beatriz de Toledo hija y heredera de los Illustrissimos, y muy excellentes señores don Juan garcialvares de Toledo y doña luísa Pimentel conde y condesa de Oropesa, y deleitosa, &c. y agora se a de hazer escriptura publica del contrato del dicho casamiento y capitulaciones del, por este publico instrumento ordenava como de hecho ordenò por su legitimo, y bastante Procurador en el mejor modo, y forma, y manera que en derecho se requiere, y puede hazer al señor don Rodrigo de alencafre su tio mayordomo del principe nuestro señor y le dava como de hecho dio su entero y cumplido poder y mandado general, y especial con libre y general administracion para que por el dicho señor don Duarte, pueda otorgar y otorgue la escriptura, ò scripturas que sobre el contrato del dicho casamiento se uviera de hazer con qualesquiera clausulas y fuerças que buenas, y necessarias fueren y parecieren para firmeza y seguridad del dicho contrato y de las capitulaciones, y condiciones del, y sobre la restituicion de la dote en el caso en que la uviera de aver, y sobre las arras que el dicho señor don Duarte ade prometer a la dicha señora doña Beatriz de Toledo, y para otorgar y consentir todas las de mas cosas que se han tratado y assentado en razon deste Casamiento, y quiere y es contento que el dicho señor don Rodrigo pueda hazer y haga sobre todas y cada una de las cosas pertenecientes al dicho contrato qualesquiera obligaciones general y especialmente sin que las generales deroguen a las especiales, ni por el contrario, y por solenes estipulaciones, o sin ellas, obligando a todo sus rentas y bienes muebles y raizes avidos, y por aver assi los libres y patrimoniales como los de su estado, y mayorazgo y para que de todo lo que assi capitulare, y consintiere pueda pedir, y pida al Rey nuestro señor, la confirmacion, ò confirmaciones que fueren necessarias y le bien parecieren assi de la dicha escriptura como de todas, y cada una de las cosas que en ella fueren declaradas, capituladas y consentidas renunciando para ello todas y quales-

qualesquier leyes, pramaticas capitulos de cortes, determinaciones y mas cosas que en contrario aya, o pueda aver con todas las firmezas renunciaciones y penas que quisiere y le pareciere assi y tan cumplidamente como el dicho señor don Duarte por su propria persona pudiera hazer y firmar si a todo fuera presente y para le obligar a hazer qualesquiera pleitos homenajes, y todas las de mas cosas que le pareciere aun que sean tales que por derecho, y leyes deste Reyno, y de los de castilla se requiera para ellas mas especial mandado, y con algunas clausulas que aqui no sean declaradas, porque todas dixo que las avia aqui por expresas en la mejor forma que puede ser diziendo mas que todo lo que por el dicho señor don Rodrigo en razon de lo que dicho es fuere dicho firmado, otorgado, tratado, obligado, y consentido en nombre del dicho señor don Duarte, y de sus herederos el lo ha y promete aver por bueno firme grato rato y estable y valido para siempre ja mas con obligacion de todos los dichos sus bienes que para ello obliga, y que aun que no sea necesario, otra ratificacion de la escriptura que el dicho señor don Rodrigo en virtud deste su poder a de consentir, y firmar, y hazer y consentir en su nombre, con todo para mayor abundancia el dicho señor Don Duarte la ratificara y approbara, con declaracion que aun que no la ratifica quedara y quiere que quede en su entera fuerza y vigor, y en testimonio de verdad assi lo otorgo, y dello mandado hazer esta escriptura de poder que yo el scrivano publico estipule y acete en nombre de los ausentes a quien tocar puede siendo presentes por testigos alonso de lucena hidalgo de la cassa del dicho señor alcaide mayor de su Villa de Evoramonte y Domingos alvares leyte, y Arcadio de Andrada todos sus desembargadores, y de su consejo francisco Cordeyro scrivano publico de notas en esta Villaviciosa, y su termino por el dicho señor que lo escrivi yo el dicho scrivano le fize trasladar corregi subscrivi y signe en publico por verdad. = Lugar del Signo. = Francisco Cordeyro.

Certifico yo Manuel Vispo scrivano publico de lo Judicial en esta Villaviciosa por el Duque de Bragança, &c. nuestro señor que es verdad que la letra a tras de la subscripcion al pie del poder y signo publico al pie della es de francisco cordeyro scrivano de Notas en esta Villa, y a su letra y signo se da entera fee y credito y por assi passar en la verdad di esta oy a dies dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años y lo signe de mi signo publico que tal es. Lugar del signo.

Certifico yo Antonio cordeyro scrivano de lo publico, y de lo Judicial en esta Villaviciosa, y su termino por el Duque nuestro señor hago saber que la letra y signo publico de la subscripcion del instrumento a tras es de francisco Cordero scrivano de Notas en esta Villa, y la letra y signo publico de la justificacion arriba es de manuel vispo, scrivano de lo Judicial en esta Villa los quales oy en dia firven sus officios, y a su letra y signos se da entera fee. Y por verdad de la presente oy dies dias del mes de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años, y signe de mi signo publico. Antonio Cordeiro scrivano publico. Lugar del signo. Ef-



Esta bien y fielmente traducido de Portugues en Castellano por mi Thomas Gracian Dantisco que por mandado del Rey nuestro señor tradusgo sus escripturas, y de sus consejos, y Tribunales en Madrid a feys de Oétubre de mil y quinientos y noventa y cinco años. Thomas gracian dantisco apostolico y real notario y scrivano.

En la Villa de Madrid a feys dias del mes de Oétubre de mil y quinientos y noventa y cinco años vista esta traduccion por el dicho señor Doétor Ortis teniente de corregidor, mando a mi el presente scrivano della dê al dicho Roque dias en el dicho nombre los traslados de que tuviere neccssidad, escritos en limpio y signados en manera que hagan fee a los quales dixo que interponia su auctoridad, y decreto judicial quanto a lugar de derecho, y assi lo proveyo, mando, y firmo siendo testigos francisco de Cuellas, y Luis de Galves scrivanos publicos, el Doétor Ortis ante mi Rodrigo de Vera.

En virtud de los quales dichos poderes ambas las dichas partes dixerón que para que el dicho matrimonio aya efeto, son convenidos, y concertados en la forma siguiente, y debaxo de las condiciones formas, y modos que abaxo se diran y no sin ellos.

1 Primeramente que el dicho señor don Duarte aya de casar segun orden de la Sancta Madre Yglesia, con la dicha señora doña Beatriz recibiendo las bendiciones Nupciales dentro del tiempo que fuere señalado declarado y ordenado por el dicho señor conde de Oropesa, el qual luego como se haga saber al dicho señor don Duarte el dicho tiempo en que quiere se effectue el dicho Matrimonio, el dicho señor don Duarte queda obligado, y desde luego yo el dicho don Rodrigo de Alencastre le obligo en virtud del dicho poder a que dentro de dos meses que le fuere avisado vendra al lugar de su estado que le fuere señalado por el dicho señor conde para que se effectue el dicho Matrimonio, para firmeza de lo qual el dicho señor don Duarte desde luego queda obligado, y para mayor saneamientos quando ratifique esta dicha Capitulacion hara las escripturas pleitos menajes que fueren neccsarios, y convengan, y se pidieren y demandaren por parte del dicho señor Conde para que tenga cumplido fin, y effecto, lo que en quanto a este capitulo ordenare y dispusiere el dicho señor Conde de Oropesa.

2 Iten que el dicho señor Marques de Velada en virtud del dicho poder, y como mas pueda y deva valer obliga al dicho señor Conde de Oropesa en que dara en cada un año de los largos dias del dicho señor Conde de alimentos a la dicha señora doña Beatris de toledo su hija tres mil ducados pagados por los tres tercios del año, y un tercio adelantado como se ussa en materia de alimentos con los quales ade quedar y queda congruamente alimentada la dicha señora doña beatriz, sin que en ningun tiempo por ninguna causa que sea ni ser pueda la dicha señora doña Beatris ni el dicho señor don Duarte, no an de pedir ni demandar que los dichos alimentos les sean crecidos, ni aumentados, no obstante que tengan uno, o mas hijos, o hijas del dicho matrimonio, porque desde luego la dicha señora doña Beatris, y el dicho señor don duarte, y en su nombre el  
dicho

dicho señor don Rodrigo de alencastre an de quedar y quedan satisfechos con la dicha summa de alimentos para que agora ni en ningún tiempo puedan pedir mas cantidad sino solamente aquello que fuere contenido y expreßado en esta escriptura que son los dichos tres mil ducados, y si por ventura lo que no se puede creer, ni pensar, por los dichos señores don Duarte y doña Beatris constante el dicho matrimonio, ò disuelto fueren pedidos mas alimentos, y como de hecho lo pidieren assi de hecho an de fer repellidos y no oydos en Juizio ni fuera del.

3 Yten se declara assienta y concierta que si por tener el dicho señor conde de Oropesa algun hijo varon legitimo que oviere de suceder en su casa estado, y mayoralgo la dicha senora doña Beatris quedare durante la causa del dicho varon suspenfa, o exclusiva de la sucesion del dicho estado y mayoralgo, para en este caso y desde agora para quando subceda, el dicho señor Marques obliga al dicho señor conde a que dará en dicho caso a la dicha senora doña Beatriz, por dote y a titulo de dote cien mil ducados impueßtos y cargados con facultad real sobre los estados del señor conde, porque en tal caso ade cessar la dicha obligacion de los dichos tres mil ducados de alimentos, con declaracion que si el dicho señor conde los pagare en dineros de contado, ò en juro de buena situacion a razon de a veinte, qu'ental caso escogiendo la dicha forma de paga, el dicho señor conde quede libre de la dicha obligacion de los dichos cien mil ducados, assi su señoria por su obligacion personal como el dicho su estado, el qual en caso que quede obligado a los dichos cien mil ducados, aya de pagar reditos a razon de a veinte en el ynterin que no se redimiere, y extinguiere la fuerte principal de los dichos cien mil ducados como dicho es en la dicha forma de paga de dineros, ò en juro con declaracion que la dicha fuerte principal de los dichos cien mil ducados, todo el tiempo que estuviere cargada y situada sobre el dicho estado, no se ha de poder obligar en manera alguna, y solo el derecho, y accion ade fer a la cobrança de los reditos, y no mas, con pacto y expreßa prohibicion de no enagenar en manera alguna la dicha fuerte principal lo qual se ha de declarar, que se entienda tan solamente durante el matrimonio con lo qual el dicho señor conde cumple con todo aquello que de presente está tratado, y la dicha señora doña Beatris queda congruamente alimentada, y dotada en los casos referidos.

4 Y el dicho señor don Rodrigo de Alencastre cumpliendo de su parte, y en nombre del dicho señor don duarte se obliga obligando al dicho su principal, a que el dicho señor don Duarte residira y bivira continuamente en el lugar donde estuviere biviere y residiere, el dicho señor conde y condesa de Oropesa sus padres y suegros que an de fer, sin que por ninguna causa que sea, ò fer pueda pensada, ò no pensada el dicho señor don Duarte, no ade poder haver ausencia por si solo ni juntamente con la dicha señora doña Beatris del lugar y residencia donde estuvieren y quisieren estar ni por derecho marital, ni por otra causa qualquiera que sea o fer pueda, a de poder quitar



quitar ni apartar a la dicha señora doña Beatris de con los dichos señores condes sus padres y lo mismo que se dize, capitula y asienta en quanto a los dichos señores doña Beatriz y don Duarte lo mismo se asienta respecto de los hijos que Dios les diere del dicho matrimonio porque ni los unos ni los otros por ninguna via se an de poder separar de los dichos señores condes de Oropesa sino fuere prestando consentimiento a ello los dichos señores Condes por las causas que a sus señorias parecieren justas, y para firmeza y seguridad deste dicho capitulo por quanto es una de las causas principales de effectuarse el dicho matrimonio, y que en realidad de verdad se effectua, por ser esta dicha condicion de la dicha residencia la causa final porque se effectua el dicho matrimonio el dicho señor don Rodrigo de Alencastre obliga al dicho señor don Duarte a que hara la dicha residencia continua en el dicho lugar que residieren los dichos señores condes, y que no alegara que por falta de salud, ni por discordia, ni por otra ninguna causa, no puede ni le conviene residir en los dichos lugares, sino que ciertamente, y con effecto, estara y residira con su persona muger y hijos con los dichos señores condes, y porque en ningun tiempo se pueda poner duda en la firmeza, y observancia del verdadero cumplimiento deste capitulo se declara que en el cumplimiento del dicho señor conde es interesado por si, y por su casa, y Vasallos, y por la distribucion de sus rentas entre los dichos Vasallos, y por otros justos y legitimos respectos, y para mayor firmeza deste dicho capitulo de residencia, el dicho señor don Rodrigo en virtud del dicho poder obliga al dicho señor don Duarte a que hara pleito o menaje a fuero de Castilla segun y como lo hazen y se obligan los cavalleros hijosdalgo, y grandes señores della. Para que passara cumplira y guardara lo contenido en este dicho capitulo, con las penas y prohibiciones que por el quebrantamiento de semejantes pleitos menajes se incurren.

5 Yten el dicho señor don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor Don Duarte se obliga, y le obliga a que dara y desde luego promete en arras y donacion *propter Nupcias* como mas, y mejor de derecho lugar aya, dies mil ducados los quales declara caber en la decima parte de sus bienes libres y en caso que herede, el dicho señor don Duarte la casa de su hermano el señor Duque de Vergança las dichas arras an de ser y son quinze mil ducados, de todos los quales desde agora para quando el dicho matrimonio se disuelva por qualquiera de las causas de derecho permitidas el dicho señor don Duarte se obliga a la paga y restitucion de las dichas arras; y porque no se pueda dudar de la paga dellas, diziendo que no cupieron en la decima parte de los dichos bienes libres desde luego se obliga el dicho señor Don Duarte, y en su nombre el dicho señor don Rodrigo a que sacara facultad del Rey nuestro señor para que de qualesquier bienes que el dicho señor don Duarte tenga, o tuviere vinculados, o de mayorazgo dellos se paguen las dichas arras como de bienes libres haziendolos en caso necessario libres, asi para que se puedan prometer como para que se puedan pagar y desde luego, y pa-

ra el dicho caso que succeda heredar y suceder el dicho señor don Duarte en la casa del dicho señor Duque su hermano, desde luego, y para el aumento de los dichos cinco mil ducados de arras se ade facar la dicha facultad a pedimiento del dicho señor don Duarte con las clausulas vinculos y firmezas que fueren necessarias, y con todas las de mas que para firmeza deste dicho capitulo, y promessa de arras fueren pedidas y ordenadas por los letrados del dicho señor conde de Oropesa.

6 Yten el dicho señor don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor don Duarte se obliga, y le obliga a que en cassio que los dichos cien mil ducados de la dicha dote se le paguen a los dichos señores doña Beatris y don Duarte que ade ser teniendo hijo varon legitimo el dicho señor conde si los dichos cien mil ducados se le pagaren en dineros ò en juros a razon de a veinte en este caso el dicho señor don Duarte ade quedar obligado, y se ade obligar a la paga y restitucion de la dicha dote, y cien mil ducados a pagarlos en dinero de contado, ò en la especie y genero de paga que oviere sido la que se entrego, y hizo al dicho señor don Duarte por manera que si fueren dineros los restituyra en dineros, y si juros en juros. Y para mayor seguridad de la dicha señora doña Beatriz, y de la paga y restitucion de la dicha dote el dicho señor don Duarte queda obligado a facar facultad real assi para qualesquiera bienes que al presente tuviere de mayorasgo como para en caso que el dicho señor don Duarte tuviere otros qualesquiera bienes de mas de los que al presente tiene porque todos ellos, y los que a delante tuviere por qualquier via y forma que sea todos ellos an de quedar obligados a la dicha paga y restitucion de la dicha dote para que dellos se pueda cobrar bien assi como si fuesen bienes libres, y no de mayorasgo sobre lo qual se an de despachar y facar las dichas facultades a satisfacion del dicho señor conde de Oropesa y como por su señoria, y sus letrados fuere pedido, y ordenado declarandose como se declara que en caso que los dichos cien mil ducados del dicho dote queden situados, y impuestos sobre el dicho mayorasgo a razon de a veinte, en este caso el dicho señor don Duarte por quanto no ade recibir ni recibe la fuerte principal de la dicha dote, no queda obligado a la paga della, sino en caso que la reciba en juros, ò en dineros como dicho es, y en tal caso ade dar por libre al mayorasgo de la dicha obligacion.

7 Yten se declara assienta y concierta que en caso que el dicho señor conde de Oropesa no oviere hijo varon, y oviere una, ò muchas hijas por lo qual la dicha señora doña Beatriz como la primogenita, y mayor avra de succeder en la casa, estado, y mayorasgo del dicho señor conde, y conforme a derecho esta obligada a dotar a las dichas sus hermanas que fueren para en este caso se declara y concierta, que a la mayor de las hijas que tuviere el dicho señor conde se le ade dar y señalar de dote sesenta mil ducados, y a cada una de las de mas que tuviere quarenta mil ducados, impuestos con facultad real sobre el mayorasgo del dicho señor conde, la qual dicha



cha facultad desde luego se ade facar de consentimiento de todas las partes para que el dicho mayoralgo quede obligado a la dicha paga, y el dicho señor conde desde luego aceta la dicha facultad, y la obligacion que por este capitulo haze el dicho señor Don Duarte y en su nombre el dicho señor don Rodrigo para que como padre y legitimo administrador que sera de las dichas sus hijas les quede adquirido derecho irrevocable, con tal declaracion que los dichos señores don Duarte y doña Beatriz y los que por tiempo fueren sucesores, y poseedores del dicho mayoralgo queden y an de quedar obligados a redimir y extinguir la suerte principal de las dichas dotes señalándose rentas particulares del dicho estado, en cantidad, y suma de ocho mil ducados de renta al año de que se paguen las dichas dotes para que quede libre del dicho mayoralgo segun y como mas en particular fuere pedido y ordenado por el dicho señor conde comenzando a correr la paga de los dichos ocho mil ducados desde que el dicho Conde falleciere y no antes.

8 Yten se declara capitula y assienta, y concierta que si el dicho señor conde de Oropesa muriere antes que la dicha señora condesa su muger fin dexar hijo varon, o en caso que muriese el dicho señor conde dexando el dicho hijo varon, y el tal hijo muriese, y faltasse despues de los dichos dias y vida del dicho señor conde, y en qualquiera de los dichos dos casos sobreviviessse y quedasse viva la dicha señora Condesa en el dicho caso a la dicha señora Condesa fuera de su dote arras y multiplicado, y de todo lo de mas que en qualquier manera le puede pertenecer los dichos señores don Duarte y doña Beatris se an de obligar, y quedan obligados, y desde luego el dicho señor Don Rodrigo, obliga al dicho señor Don Duarte a que dara y pagara en cada un año de los que viviesse la dicha señora condesa dos mil ducados de renta, y mil y quinientas fanegas de trigo, y quinientas de cevada pagado todo por los tercios del año, y en caso que la dicha señora condesa se quiera retirar a algun lugar, y no residir con los dichos señores sus hijos desde luego se le señala a las villas de belvis, o Xarandilla con su juridicion qual dellas escogiere su señoria, para que la que assi escogiere, y señalare la tenga por los dichos dias de la dicha su vida con las casas y xardines, y lo de mas que oviere en el dicho lugar, y para que la dicha señora condesa con mayor seguridad pueda cobrar los dichos dos mil ducados, y mil y quinientas fanegas de trigo y quinientas de cevada desde luego el dicho señor conde ade señalar las rentas que por bien tuviere para que dellas aya las dichas sumas y cantidades de trigo y cevada la dicha señora condesa y desde luego los dichos señores doña Beatris y don Duarte an de otorgar en favor de la dicha señora Condesa los poderes en causa propria, y de mas escripturas que se ordenaren con las clausulas y firmezas que fueren necessarias para que la dicha señora Condesa aya para si las dichas rentas, y en caso que para firmeza y seguridad de lo conthenido en este dicho capitulo assi para lo tocante a la dicha juridicion como para la paga de la dicha renta fuere necessario facarse facultad real se

ade facar de consentimiento , y pedimiento de las partes de tal manera que no solo los dichos señores don Duarte y Doña Beatris an de quedar obligados a este dicho capitulo por los dias de su vida fino tambien los successores y hijos que Dios les diere , porque si por ventura faltando los dichos señores , don Duarte y doña Beatris sobreviviesse , y toda via fuesse viva la dicha señora Condesa , los dichos señores sus nietos hijos de los dichos señores don Duarte y doña Beatris an de quedar en virtud de la dicha facultad real obligados a la dicha paga bien assi como lo estan , y an de quedar obligados los dichos señores don Duarte y doña beatriz.

9 Yten se declara assienta capitula y concierta que muriendo el dicho señor Conde , y heredando sus estados casa y mayoralgo la dicha señora doña Beatriz , el dicho señor don duarte de los frutos y rentas del dicho mayoralgo ade dar en cada un año quatro mil ducados a la dicha señora doña Beatris , y despues de fallecida la dicha señora condesa como sea despues de la muerte del dicho señor Conde le ade dar otros dos mil ducados mas , por manera que muertos los dichos señores condes sus padres ade aver seis mil ducados de los quales ade gozar libremente y disponer dellos a su libre voluntad , y esto sin carga ni obligacion alguna por quanto fuera de los dichos feys mil ducados el dicho señor don Duarte , ade dar a la dicha señora doña Beatriz todo lo que oviere menester para gastos de su camara , criados , y todo lo de mas necessario para lo qual el dicho señor don Duarte desde luego se obliga a otorgar las escripturas , y poderes que fueren necesarios , y en caso que el dicho señor Conde quiera que desde luego se señalen rentas especiales para el dicho efecto desde luego , y para mayor seguridad de la dicha señora doña Beatris el dicho señor don Duarte cederá las dichas rentas en favor de la dicha señora doña Beatris para que le sera cierta y segura la dicha paga , y se obliga y el dicho señor don Rodrigo de Alencastre le obliga a que no revocara el dicho poder ni escripturas que sobre esto otorgare fino que agora y en todo tiempo sera lo contenido en este capitulo firme cierto y seguro.

10 Yten se declara assienta , y capitula , y concierta que en caso que el dicho señor don Duarte muriere en vida de la dicha señora doña Beatris dexando hijo , ò hijos del dicho matrimonio el dicho señor don Duarte se obliga , y el dicho señor don Rodrigo de Alencastre en el dicho nombre , a que dexará el dicho señor don Duarte a la dicha señora doña Beatris por tutora , y curadora de los hijos que Dios les diere , ò a la dicha señora Condesa sin darles ningun otro acompañado fuera del que de su voluntad la una , ò la otra quisiere tomar ; y desde luego para en caso que durante el dicho matrimonio , y dexando los dichos hijos fallezca , aparta de si qualquiera derecho que como a padre de los dichos sus hijos por razon de la Patria potestad , ò en otra qualquier manera le pueda pertenecer y pertenesca , y si assi no lo dexare dispuesto por su testamento , ò otra ultima , ò postrimera voluntad quiere el dicho señor don Duarte , y el dicho señor Don Rodrigo en su nombre que desde luego para quando el dicho



cho caso succeda esta dicha capitulacion tenga fuerza, y efecto de codicilio, ò testamento para que por el y en virtud del, y como mas de derecho lugar aya desde luego para entonces la dicha señora doña Beatris sea auida y tenida y quede nombrada, y señalada por tal tutora y curadora de los dichos hijos que Dios les diere, uno, ò muchos de tal manera que ella sea *in solidum* tutora y curadora de los dichos sus hijos, ò la dicha señora Condesa de los dichos sus nietos, y para que este dicho capitulo aya mas consumado y efecto, el dicho señor don Duarte se ha de obligar y obliga a que guardara este dicho capitulo como en el se contiene, y en caso que quede hecho, y contra el tenor del haga otro nombramiento en favor de otra qualquier persona junta, ò acompañadamente con la dicha señora doña Beatris desde luego lo revoca, y declara por ninguno, para que sea juzgado por de ningun valor, y efecto, y declara no ser de su voluntad, ni quiere que valga, y protesta que assi se declare, y tenga por ninguno por quanto tiene apartado de si qualquiera derecho que para lo hazer le pudiesse pertenecer, y todo ello renuncia y a renunciado.

II Yten, assi mismo se declara assienta y capitula que no dexando el dicho señor don Duarte declarado por su testamento qual de sus hijos ade ser mejorado en el tercio y quinto de sus bienes, ni menos dispuesto de los bienes que pertenecieren a sus hijos en caso que mueran en la pupilar edad, desde luego para quando el dicho caso succeda el dicho señor don Duarte, ade dar y da facultad, y poder legitimo, y el dicho señor don Rodrigo assi lo promete en el dicho nombre, que el dicho señor don Duarte dexará y desde luego dexa, y que señalara y desde luego señala y nombra a la dicha señora doña Beatriz por su testamentaria comissaria, o como mejor de derecho lugar aya para que representando la persona del dicho señor don duarte y como el pudiera, pueda al hijo, o hijos que quisiere hazer, en el tercio, y quinto de los bienes que pertenecieren al dicho señor don Duarte, y la mejora hiziere en el tal hijo o hijos sea auida, como si el mismo señor Don Duarte la hiziera y como si el mismo lo declarara, y señalara, y el mismo poder y facultad sea y se entienda para que pueda sostituir pupilar, o exemplarmente a los hijos que fueren capaces de la dicha sostitucion para que en virtud della el tal sostituto derechamente aya para si, y succeda y lleve los bienes del tal hijo a quien se le hiziere la tal sostitucion, porque quan cumplido poder puede, y podria tener el dicho señor don Duarte para hazer todo lo suso dicho como tal padre y legitimo administrador en virtud de la patria potestad, ò en otra qualquier manera, todo ello desde luego para entonces, y para quando succeda el dicho caso, lo da, cede, renuncia, y traspassa en la dicha señora doña Beatriz con todas las clausulas vinculos y firmezas de derecho necessarias, y si fuere menester para firmeza deste dicho capitulo hazer otra escriptura ò escripturas el dicho señor don duarte las hara en favor de la dicha señora doña Beatriz, como le fueren pedidas y ordenadas para que todo lo suso dicho aya y tenga entero, y consumado efecto.

Yten

12 Yten que siendo Nuestro Señor servido de dar a los dichos señores don Duarte y doña Beatriz hijos deste dicho Matrimonio, desde luego para quando tengan los dichos hijos, el dicho señor don Duarte trae al dicho matrimonio todos los bienes que en qualquier manera le pueden pertenecer por qualquier titulo, y causa, y en nombre de bienes libres, y propios, y en especial las Villas de frechilla, y Villaramiel, y el situado de que su magestad le hizo merced, y se obliga el dicho señor don Rodrigo de alencastre en nombre del dicho señor don Duarte a que el dicho señor Don Duarte vinculara, yncorporara y unira, y desde luego vincula une, y incorpora en la casa y mayoralgo de Oropesa las dichas Villas con su termino jurisdiccion y vassallaje, y con todo lo a ello anexo, y perteneciente, y el dicho situado segun y como le pertenece al dicho señor don Duarte por los titulos que dello tiene de su magestad, o tuviere, y en otra qualquier manera sin reservar cosa alguna, y lo de mas de que su magestad le a hecho y hiziere merced, para que lo suso dicho que assi se ade vincular, y queda vinculado, y aviendo los dichos hijos ande junto unido, y yncorporado en el dicho mayoralgo y casa de Oropesa, y so succeda en todo ello con las mismas condiciones, vinculos, y firmezas, gravamenes, y sostituciones, porque se succeden, y estan puestas a la casa de Oropesa para que todo ello sea un mayoralgo y una misma dispusicion de bienes vinculados, bien assi, como si al principio de la fundacion del dicho mayoralgo de la dicha casa de Oropesa todos los dichos bienes fueran comprehendidos como unos mismos debaxo de una misma dispusicion porque todos ellos an de andar asi yncorporados en el dicho mayoralgo como dicho es, y para mayor firmeza del dicho vinculo mayoralgo, y union el dicho señor don Duarte se obliga a dar memorial de las dichas Villas, y situado, o de lo que en lugar de ello y de lo que de mas su magestad le hiziere merced, y firmado de su nombre le presentará ante el Rey nuestro señor, y señores de su consejo de camara para que le den facultad real en execucion deste dicho capitulo, y capitulacion matrimonial, para que los dichos bienes desde agora para siempre ja mas en caso que aya la dicha succession queden vinculados unidos, y yncorporados al dicho mayoralgo y condado de Oropessa la qual dicha facultad se ade sacar con las clausulas y firmezas necesarias, y con todas las de mas que se pidieren, y ordenaren por el dicho señor conde y sus letrados, lo qual se entiende aviendo hijos deste matrimonio, y no de otra manera, porque no los aviendo, y faltando despues o sus descendientes an de quedar y quedan bienes libres del dicho señor Don Duarte.

13 Yten se assienta capitula y concierto que no obstante que la dicha señora doña Beatris como hija unica de los dichos señores condes tenga derecho a todos los bienes de sus señorias como a su legitima paterna, y materna y los dichos señores Condes, conforme a las leyes de estos Reynos no pueden disponer sino de lo que cupiere en la quinta parte de sus bienes despues de pagadas sus deudas, toda via en beneficio de los dichos señores condes desde luego se capitula,



capitula, y queda concertado que assi el dicho señor conde, como la dicha señora condesa al tiempo de su fin y muerte por su testamento y por acto entre vivos que tenga fuerza de ultima voluntad, an de poder disponer cada uno de cinquenta mil ducados por manera que ambos ados puedan disponer de cien mil ducados, y esto aun que no quepa en la quinta parte de sus bienes, porque desde luego se les da la dicha authoridad y legitimo poder, y para firmeza deste capitulo el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que luego como sea desposado legitimamente con la dicha señora doña Beatriz ambos ados juntamente prestaran el dicho consentimiento, y en razon del y para mayor firmeza y seguridad de los dichos señores condes de Oropesa otorgaran escriptura publica con las clausulas vinculos y firmezas que fueren necessarias. Y por tratarse de prestar consentimiento para cierta parte, o cierta cosa de herencia devida a la dicha señora doña Beatriz haran el juramento y juramentos que fueren necessarios para firmeza y validacion del acto, y del dicho consentimiento, y si fuere necessario hazer donacion de la demasia que excediere del dicho quinto a los dichos cinquenta mil ducados desde luego, y quando se otorgue la dicha escriptura la hazen y quedan obligados a la hazer con las clausulas vinculos y condiciones necessarias, y porque podria ser morir la dicha señora doña beatriz en vida de los dichos señores sus padres dexando hijos, y descendientes, y se pertenderia que este dicho capitulo, y el dicho consentimiento no pudo perjudicar a los dichos descendientes por no aver sobrevivido a los dichos señores Condes la dicha señora doña Beatriz, para remedio de este caso, y escusar toda duda, y para que tenga cumplido, y consumado effecto este dicho capitulo, y por ningun suceso pueda cesar el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que dentro de quatro menses como se otorgare esta dicha capitulacion, y fuere por el ratificada sacara facultad de su magestad, y de los señores de su consejo de Camara en aprobacion deste dicho capitulo, y con derogacion de las leyes que puedan ympeidir su effecto como fue reordenado por los dichos señores condes o por las personas y letrados a quien sus señorias lo cometieren.

14. Yten se declara assienta capitula, y concierta que por quanto muriendo el dicho señor conde sin hijo varon legitimo la dicha señora doña Beatriz ade succeder como su hija primogenita mayor en su casa estado y mayoralgo la qual dicha casa tiene las Armas de los linajes de Toledo Monroy y Ayala, y tiene por apellido los dichos nombres todo lo qual los señores que por tiempo an fido de la dicha casa de Oropesa, ansi lo an conservado, y guardado, el dicho señor don Duarte se obliga a que trayra las dichas Armas, y usara y se nombrara de los titulos, y apellidos de las casas y mayoralgos del dicho señor conde trayendo el dicho nombre y armas, y usando de todo ello, y poniendolo siempre en el mas prehemimente y mejor lugar, como lo hiziera si fuera hijo varon del dicho señor Conde de tal manera que en el dicho señor don Duarte se conserve el dicho nombre y armas segun y como lo a estado en todos los poseedores del dicho mayoral-

mayorazgo por quanto este dicho matrimonio se effectua debaxo desta dicha condicion, teniendola por causa final del dicho matrimonio, y para mayor seguridad de este dicho capitulo el dicho señor don Duarte se obliga a hazer, y que hara pleito omenaje de assi lo tener guardar y cumplir, y aver por firme fin que en ningun tiempo por ninguna ocasion contravendra tacita ni expresamente a lo suso dicho antes ade quedar obligado en tal manera al cumplimiento dello que qualquiera deudo, o pariente o Vassallo de la dicha casa de Oropesa le ade poder compeler al cumplimiento de todo ello, y desde luego a qualquiera de las dichas personas por esta dicha capitulacion se les da poder legitimo bastante para que assi lo pueda pedir, y demandar contra el dicho señor don Duarte, y contra el que fuere poseedor de la dicha casa para que sean compelidos a la observancia, y guarda del dicho nombre y armas, y a la persona que assi lo pidiere y demandare desde luego de consentimiento de las partes, se le da no solo el dicho poder para lo dicho sino tambien por su propria authoridad pueda cobrar de los bienes del dicho mayorazgo tanta parte quanta bastare para seguir, y proseguir el dicho pleito, con que la tal persona sea creyda por su simples juramento, ò palabra de lo que dixere que assi a menester para el dicho efecto, y seguir el dicho pleito, y de mas de lo suso dicho si a caso lo que no se puede creer ni pensar el dicho señor don Duarte, ò otro qualquier sucesor en el dicho mayorazgo, y estado contraviniere a lo suso dicho desde luego ade quedar, y queda privado y excluso de los frutos del dicho mayorazgo, y de otro qualquier aprovechamiento de la dicha casa, y en tal caso ade permanecer para mayor aumento de la dicha casa, ò se avra de convertir en los efectos, y cosas que fuere señalado declarado, y ordenado por el dicho señor Conde y sobre todo para mayor firmeza, y seguridad deste dicho capitulo y para que todo lo en el dispuesto se guarde inviolablemente y no se pueda contravenir en manera alguna se ade facar facultad de su magestad en que apruebe confirme y ratifique, y en caso necessario revalide este dicho capitulo, para que así como aora esta conservado el appellido, y armas de la dicha casa de oropesa assi se guarde y conserve en los tiempos venideros.

15 Yten se assienta capitula y concierta que por quanto el Rey nuestro señor a promulgado ley, y pragmatica especial en el Reyno de portugal por la qual especialmente se a prohibido que ninguna casa del dicho Reyno de portugal se pueda juntar con otra aun que sea deste Reyno de la cantidad referida en la dicha ley como mas en particular della consta cuyo tenor letra a letra segun y como se ordeno promulgò y publico es este que se sigue.

En la Villa de Madrid a seis dias del mes de octubre de mil y quinientos y noventa y cinco años ante el señor Doctor Ortiz teniente de Corregidor en esta dicha Villa y su tierra por su Magestad parecio presente Roque dias procurador del Numero desta Villa en nombre del señor don Rodrigo de Alencastre mayordomo del principe nuestro señor, y dixo que en ciertas escripturas que el dicho su parte



parte otorgo en nombre del señor don Duarte marques de frechilla señor de Villaramiel que fueron sus capitulaciones con el señor don Gomez de avila Marques de Velada ayo y mayordomo mayor del Principe nuestro señor en nombre y en virtud del poder que tuvo del señor don Juan garcialvares de Toledo conde de Oropeña y deleytosa, y doña luís pimentel su muger en nombre de la dicha señora doña Beatris de Toledo su hija legitima las quales se otorgaron, y en las dichas capitulaciones van ynfertas entre otras cosas esta ley escripta en Portugues de que assi mismo haze presentacion. Por tanto para el dicho effecto pidio al dicho señor teniente la mande traduzir, y darle della los traslados necessarios, y pidio justicia.

Y vista por el dicho señor teniente la dicha ley, y que esta sana, no rota ni cancelada ni en parte sospechosa, y escrita en la dicha lengua Portuguesa, mando que para el dicho effecto se entregue a Thomas gracion Dantisco scrivano y traductor en esta corte que traduze en ellas las escripturas del Rey nuestro señor, y de sus consejos, y tribunales para que la traduzga, y fecho se traiga a su merced para la veer y proveer justicia. Ante mi Rodrigo de Vera.

En cumplimiento de lo qual yo el dicho Thomas Gracion dantisco escrivano, y traductor fuso dicho fize traduzir, y traduxe la dicha ley de Portugues en castellano que es del tenor siguiente.

### S E Ñ O R.

Dize Fernando de Matos canonigo en la iglesia mayor de esta ciudad, y agente del Duque de Bragança en esta corte que a el le es necessario para un negocio de mucha importancia el traslado en modo que haga fee de la ley que agora su magestad mando hazer y publicar sobre se no ayuntar las casas de los mayorasgos por casamientos pide a Vuestra Magestad le mande dar el dicho traslado autentico, y recibirá merced.

Desele traslado del Registro el chanciller mayor.

Gaspar Maldonado hidalgo de la Casa del Rey nuestro señor y scrivano de la chancilleria mayor de sus Reynos, y señorios hago saber que en uno de los libros del Registro de leyes, y ordenanças que andan en la dicha Chancilleria esta escrita, y registrada una ley de la qual el traslado es el siguiente.

Don Philippe por la gracia de Dios Rey de Portugal y de los Algarves de aquende, y allende mar en Africa señor de Guinea, y de la conquista navegacion, y comercio de Ethiopia Arabia persia, y de la yndia, &c. hago saber a los que esta ley vieren que considerando yo como la yntencion de los grandes y hidalgos, y personas nobles de estos Reynos, y señorios que ynstituyen mayorasgos de sus bienes, y los vinculan para andar en sus hijos, y decendientes conforme a las clausulas de las instituciones que hazen y ordenan es para conservacion y memoria de su nombre, y acrecentamiento de sus estados casas y nobleza, y para que en todo tiempo se sepa el antiguo linaje donde proceden los buenos servicios que hizieron a los Reyes mis predecesores por los quales merecieron dellos ser honrados, y

Tom. V. Iff acrecent-

acrecentados del qual resulta provecho a estos Reynos para que en ellos aya muchas casas, y mayorasgos para mejor defenſa, y conſervacion de los dichos Reynos, y me poder los poſſeedores dellos con mas facilidad ſervir, y a los Reyes que por el tiempo en a delante me ſucedieren en la Corona de eſtos Reynos, y que por tanto ayuntandose por via de caſamiento dos caſas, y mayorasgos de diferentes inſtituidores, y generaciones en una ſola perſona para en ellos ſucce-  
der, como ya algunas en eſte Reyno por caſamiento ſe unieron, ſe-  
ra cauſa de ſe extinguir la memoria de los que los fundaron y ynſti-  
tuyeron, y de no tener los hermanos parientes, y criados a quien ſe acosten, ò acudan, y ſe diſminuir las caſas y mayorasgos de los grandes hidalgos, y nobles lo qual ſerá en grande daño y perjuizio del Reyno, y mucho deſervicio mio; y viendo yo los dichos yncon-  
vinientes, y otros que deſunir, y ayuntar las dichas caſas y mayoras-  
gos pueden recrecer queriendo en ello proveer como Rey, y ſeñor a quien pertenece mirar por la conſervacion de los eſtados, y no-  
bleza de mis Vaſſallos deſſeando que en mis tiempos, las caſas, y mayorasgos de eſtos Reynos, y ſeñorios ſe conſerven, y augmenten, y que eſte ſiempre viva la memoria y nombre de los inſtituidores, y fundadores dellos, y no ſe confundan ni meſclen unos con otros con el parecer de los de mi conſejo, y deſembargo. Ordeno y mando que todas las vezes que ſe ayuntaren de aqui en a delante por caſ-  
tamiento dos caſas y mayorasgos de los quales uno rente cada año quatro mil cruzados, ò de ay arriba, el hijo mayor que del naciere el qual conforme a las inſtituciones de los dichos mayorasgos uviera de ſucce-  
der en ambos ſucceda ſolamente en uno dellos qual el quiſie-  
re, y eſcogiere, y el hijo ſegundo ſuccederá en el otro, y eſto ſin embargo de qualeſquiera clauſulas, y condiciones por las quales el hijo mayor ſea llamado por los inſtituidores, y fundadores, a en-  
trambos los mayorasgos, y ſin embargo, otro ſi de qualeſquiera leyes, y coſtumbres que oviere por las quales el hijo mayor deva ſucce-  
der en los dichos dos mayorasgos, porque todas ellas y qualquiera de mi proprio motu, cierta ciencia poder real y abſoluto, y ſupremo por eſta ley revoco, y hê por revocadas, quanto para el eſſecto del di-  
cho hijo mayor no aver de ſucce-der en ambos los dichos mayorasgos quedando en todo lo de mas las dichas leyes coſtumbres clauſulas y condiciones pueſtas en las inſtituciones dellos en ſu fuerça y vigor lo qual avra lugar ſiendo el hijo ſegundo capas de la ſucceſion del tal mayorasgo conforme a la ynſtitucion del porque ſiendo por algun caſo incapas ſuccedera otro hermano ſi lo ovieré, ſiendo otro ſi ca-  
pas para poder en el ſucce-der, y no aviendo hermano capas, ò avi-  
endo un ſolo hijo podra el hijo primogenito poſſeer en ſu vida en-  
trambos los mayorasgos haſta del por ſu muerte quedar hijos, ò ta-  
les decendientes en los quales pueda aver eſſecto la diviſion y ſepara-  
cion que de las dichas dos caſas y mayorasgos conforme a eſta ley mando ſe haga, y no quedando del dicho matrimonio hijo algun va-  
ron, y quedando una ò mas hijas tales que conforme a la calidad de los bienes, y clauſulas de las inſtituciones pueden ſucce-der en los di-  
chos



chos mayorazgos lo que dicho es en el modo en que en ellos los hijos deven succeder, avra lugar en las hijas, y si oviere un solo hijo varon que aya de escocer uno de los dichos mayorazgos en el otro succederá la hija que oviere no siendo excluida por las clausulas de la institucion; y siendo llamada por ella en caso que no aya hijo varon podra succeder en el otro mayorazgo, por quanto un solo hijo que uvo conforme a esta ley no puede en el succeder por aver escogido el mayorazgo mayor y mas principal; y en caso que la dicha hija sea excluida por las clausulas de la institucion, el dicho hijo solo que oviere succedera en ambos los mayorazgos, y los possiera como arriba dicho es en el caso en que ay un solo hijo, y por quanto en este Reyno ay algunas personas de los grandes, y hidalgos del que tienen bienes de la Corona por donaciones que de mi, y de los Reys antepassados huvieron en los quales conforme a ley mental y ordenança del segundo libro titulo dies y siete no puede succeder sino el hijo mayor varon, de los quales se fundaron algunas casas, y mayorazgos conforme a las donaciones que para ello tienen, y puede venir en duda si el hijo segundo succedera en el tal mayorazgo por ser de bienes de la corona, hê por bien y mando que el otro hijo pueda en el succeder siendo tal en quien concurren las calidades que conforme a la dicha ley mental y ordenacion uviera de tener para succeder en los dichos bienes y mayorazgo si su hermano por mayor no le precediera, por quanto la succession del mayorazgo de estos bienes de la Corona no se diffirio al hijo mayor en quanto no escogio qual de los dichos mayorazgos queria y assi no es visto el otro hijo succeder a su hermano en ellos mas inmediatamente a su padre conforme a la donacion que de los dichos bienes de la Corona tuviere y esto mismo hê por bien se guarde en aquellas hijas a que por mi, o por los Reyes mis antecessores o por los que despues de mi vinieren fuere hecha merced que pueda succeder en los bienes de la Corona sin embargo de la ley mental, y no pudiendo las dichas hijas succeder en los tales bienes de la Corona por no aver derogacion de la ley mental aviendo hijo varon el dicho succedera en entrambos mayorazgos, y los possiera en su vida hasta del por su muerte quedar hijos, o tales decendientes en los quales pueda aver lugar la division y separacion arriba dicha, y esta ley quiero y mando se entienda no solamente casando las personas de estos Reynos, y señorios de Portugal con otros naturales dellos, mas que tambien aya lugar en las personas que casaren fuera de los dichos Reynos con personas estrangeras y no naturales por manera que en ningun tiempo se puedan ayuntar ni ayunten las cassas y mayorazgos de este Reyno con los otros de otro Reyno, de fuera deste, sino en la forma desta ley, la qual otro si mando se entienda no solamente en los hijos y nietos mas tambien en todos los otros decendientes en qualquiera grado que sea, y en todas las otras personas que por bien de las instituciones de los tales mayorazgos, y donaciones de los bienes de la corona en ellos, y en los dichos mayorazgos pueden succeder, y mando al Regidor de la casa de la Suplicacion, y al governador de la Relacion do porto, y

a los Defembargadores de las dichas casas, y a todos los de mas corregidores, Oidores, Juezes, y oficiales de la Justicia guarden, y cumplan esta ley como en ella se contiene, y al Doctor Simon Gonzales preto, chanciller mayor de mis Reynos, y señorios que la haga publicar en la chancillaria, y embie los traslados della por el firmados a los corregidores de las comarcas, y corregimientos de mis Reynos para que todos sepan lo que por esta ley ordeno y mando, la qual se registrara en los libros del desembargo del Palacio, y de las dichas relaciones a donde semejantes leyes se acostumbra registrar dada en Madrid, a cinco dias del mes de Junio. Tome de Andrade la hizo año del nacimiento de Nuestro señor Jesu Christo de mil y quinientos y noventa y cinco, Estevan de Gama la fize escribir, fue publicada en la chancilleria la ley del Rey nuestro señor a tras escrita por mi Gaspar Maldonado escrivano della, por ante los oficiales de la dicha chancilleria, y otra mucha gente que venia a requerir su despacho, en lisboa a cinco de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años de la qual ley arriba trasladada por parte de fernando de Matos canonigo en la iglesia mayor desta ciudad Agente del Duque de Vergança me fue pedido le diessse el traslado por le ser necessario para un negocio de mucha importancia, yo se le di, y en esta mi certificacion assi y de la manera que esta escrita, y registrada en el dicho libro con el qual fue por mi corregida y esto por virtud del despacho del chanciller mayor junto, Pedro lopes la hizo en lisboa a siete de Septiembre de mil y quinientos y noventa y cinco años. Pago cien res, dize lo rapado, y scrivano de la chancilleria, y lo enmendado algunas succeda. = Gaspar Maldonado. =

Esta bien y fielmente traduzido de portugues en castellano por mi thomas gracion dantisco que por mandado del Rey nuestro señor tradusgo sus escripturas y de sus consejos, y tribunales en Madrid a feys de octubre de mil y quinientos y noventa y cinco años, Thomas gracion dantisco apostolico, y real notario y scrivano.

Y assi presentada la dicha traduzion, y vista por el dicho señor Doctor Ortis teniente de Corregidor en la dicha Villa y su tierra en el dicho dia mes y año mando dar della un traslado, dos, o mas signados y en publica forma y en manera hagan fee, a los quales y a cada uno dellos interpuso su authoridad, y Judicial decreto, y lo firmo de su nombre el Doctor Ortis ante mi Rodrigo de Vera.

Y con ocasion de averse promulgado la dicha ley se a tratado el dicho matrimonio entre los dichos señores doña Beatriz de Toledo, y don Duarte siendo para el dicho señor Conde de Oropessa y para todas las dichas partes presupuesto firme y indubitable que por ningun caso se an de poder juntar ni unir las casas de Vergança y Oropessa fino que aviendo successores en quien se puedan separar y apartar se ha de hazer la dicha division para que con ella se configa el fin, y intento principal que se tiene ya tenido entre las partes que el que por ningun caso pensado, o no pensado sea, o ser pueda que las dichas casas anden juntas aviendo los dichos successores en quien se dividan, y si la dicha ley no se uviera publicado, y su obser-



observancia fuellè revocable por ninguna via , no solo no se effectuara el dicho matrimonio , antes no se tratara por quanto la causa potissima y final de averse tratado , y de effectuarse mediante la voluntad de Dios , es presupuesta la dicha division y separacion por muchas razones justas y convenientes para la conservacion de la dicha casa de Oropesa , y del aumento y splendor de ella , porque tanto es justo se mire por los efectos importantes que para el servicio de Dios , y bien del Reyno , y de la causa publica , y del mismo estado se pueden seguir que por notorios no se expresan toda via para mayor conservacion de lo suso dicho , y mayor firmeza , añadiendo fuerza a fuerza y contrato a contrato , el dicho señor don Rodrigo de Alencastre se obliga en nombre del dicho señor Don Duarte a que dentro de dos meses que se otorgaren estas dichas capitulaciones sacará facultad de su magestad en que especialmente ratifique y apruebe , y de nuevo confirme la dicha ley y este dicho capitulo , y division de casas dandole fuerza de contrato entre partes por causa onerosa , como si fuese ley promulgada en cortes , como en realidad de verdad lo es en quanto al efecto , y firmeza de este dicho capitulo por quanto el dicho matrimonio de ninguna manera se tratara ni effectuara sino fuera presupuesta la firmeza de la dicha ley , y cumplimiento deste contrato , y alli mismo que su magestad ade dar su fee y palabra real por si y en nombre de sus successores en su dignidad real prometiendo que la dicha ley no la revocará ni la revocaran por ninguna causa que se offresca , y que siempre , y en todo tiempo la dicha ley y este capitulo se guarde y cumpla , y si de hecho , por alguna razon , ò causa la dicha ley se revocase , o moderase en todo , ò en parte desde agora para entonces se declara que en quanto toca a las dichas casas de Oropesa y Vergança se ade guardar lo dispuesto en la dicha ley , y en este capitulo como cosa hecha y ordenada por contrato honeroso , y entre partes queriendo que aun que se haga mencion especial o general de todas o qualesquier leyes , o de la dicha ley no sea visto quedar derogada en quanto a este caso , por quanto ade valer y tener fuerza este dicho capitulo , y ley entre las dichas partes , y la Corona Real , como contrato honeroso irrevocable bien assi como si todas las personas que son interessadas en la dicha division cada una de por si , o todas juntas interviniesen al efecto deste contrato , y obligacion del , y de la otra parte la corona y dignidad real interviniese como especial contrayente por contrato especial con authoridad real fortificado con palabra y promesa real porque para firmeza de lo suso dicho , todo ello se ade prometer por su magestad mandando especialmente que de hecho sean repelidas todas , y qualesquier personas que de hecho , ò con color , o causa de derecho quisieren yr , o venir contra el tenor , y forma deste dicho capitulo , y si parecieren en Juizio este dicho capitulo , y la dicha facultad , y contrato entre partes fundado en la dicha ley ade tener fuerza de excepcion dilatoria con efecto peremptorio para que no pueda ser la tal parte oyda sino repelida , y condenada en costas , y en pena de veinte mil ducados , y en destierro de la corte del Rey , y de sus con-

sejos ,

sejos, por quanto defacatamente pertende ò pertendera, venir, o impugnar contra todo lo fuso dicho mandando que este dicho capitulo, y contrato real tenga fuerza de cosa juzgada, y que desde luego su Magestad lo pronuncia por sentencia real mandando que agora, y en todo tiempo se guarde y cumpla lo en el conthenido haziendo el dicho Juizio, y sentencia entre las dichas partes, y promulgandose desde luego entre los dichos señores don Duarte, y Doña Beatriz, para que en nombre de sus sucesores guarden y cumplan todo lo en este capitulo contenido, y contra el no puedan ser oydos, porque en execucion de la dicha ley, y del dicho contrato, y concierto su magestad aconsejado de los de su consejo de Camara assi lo pronuncia y manda que se guarde inviolablemente, mandando que por ningun remedio de recurso supplicacion y restitution y reclamacion, ò por via de gracia ninguna persona pueda ser oyda ni admitida en Juizio ni fuera del contra el thenor y forma, en todo, ò en parte directe ò indirecte deste dicho assiento concierto contrato honeroso ley, y facultad, y sentencia real mandando especialmente a todas y qualesquier Justicias Juezes juzgados consejos, y otros qualesquier tribunales de qualesquier nombres que sean, o ser puedan que contra el thenor, y forma deste capitulo de hecho ni por otra ninguna via, no admitan ninguna demanda por quanto su magestad desde luego los inibe del conocimiento de semejante causa y les quita toda y qualquier jurisdiccion, que para el conocimiento della puedan tener con derogacion de todas y qualesquier leyes especiales, o generales cédulas hordenanças y provisiones que contra lo fuso dicho sean porque todas ellas quedan derogadas, para en este caso, como si de cada una de ellas letra a letra y palabra a palabra se hiziera especial mencion porque para quanto a este caso los dichos Juezes consejos y tribunales an de quedar sin ninguna jurisdiccion, y conocimiento de causa, quedandoles entera y plena jurisdiccion como si cada uno de los dichos Juezes fuesse especialmente constituido para la guarda y observacion deste dicho capitulo en quanto à Repellez a la persona que quisiere contravenir del principio del Juizio, y condenarle en la dicha pena, y destierro por quanto este dicho capitulo y la dicha division de los dichos mayorasgos ade tener para siempre y en todo tiempo perpetua firmeza observancia y seguridad, con declaracion que si para mayor cumplimiento de lo contenido en este dicho capitulo el dicho señor conde de oropesa con parecer de sus letrados, o sin ellos, hallare que son necessarias otras mas clausulas, y firmezas en la dicha facultad con todas ellas le ade sacar el dicho señor don Duarte bien assi como si en este dicho capitulo todas ellas fueran insertas despachandose la dicha facultad supplicadamente por el Rey nuestro señor assi como Rey de Castilla por su consejo de camara en la forma acostumbrada, y como Rey de Portugal por su consejo en la forma acostumbrada para que la dicha division y ley, y este dicho capitulo en sustancia forma firmeza y solemnidad tenga fin y efecto deseado, y pretendido por las partes, y debaxo del qual se ha tratado deste dicho cassamiento que mediante la voluntad de



Dios se ha de effectuar presupuesto el cumplimiento de lo dicho.

16 Yten se assienta capitula y concierta que en caso que el dicho señor don Duarte herede la casa y estado de Vergança, y esta fuesse ocasion de no residir de ordinario en los estados de Oropesa, y Deleytosa con lo qual se pueden seguir en la administracion de la justicia y gobierno de Vassallos amparo de criados, socorro de pobres, y de monasterios conservacion de las cassas, y de todo lo que de recreacion ay dentro y fuera dellas, y el beneficio y acrecentamiento de la misma hazienda muchos inconvenientes para remedio de lo qual el dicho señor don Rodrigo se obliga en nombre del dicho señor don Duarte, primeramente a que pondra tres letrados Juristas de ciencia y conciencia que residan de assento en Oropesa, a los quales les dara todo el poder y facultad que sea necessario para todo lo que fuere administracion de justicia y buen gobierno de los Vassallos, sin que ellos padescan en ir a pedir lo que les convenga fuera de los estados del dicho señor conde a los quales dichos tres letrados a los dos dellos se les an de dar a cada uno quatrocientos ducados de salario, y al otro seiscientos porque ade ser superior, y ade hazer cabeza entre ellos procurando que el dicho tercer letrado que assi ade ser superior, y los de mas sean de las partes que para esto convinieren. Yten el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don duarte a que gastara en cada un año mil ducados en reparos de las cassas y Jardines, y todo aquello que fuere necessario assi para que esté mejorado conservado y augmentado en el estado que es justo, como para que con ocasion del descuydo que en esto pudiera aver la dicha casa por ser bienes a ella anexos no reciba daño ni diminuicion y en caso que las dichas Cassas, y Jardines no tenga necesidad de los dichos reparos toda via para mayor augmento de los dichos bienes, y porque siempre esten mejorados se an de gastar los dichos mil ducados en cada un año para acrecentamiento de los dichos bienes. Yten assi mismo le obliga a que repartira en cada un año dos mil ducados para el socorro de los pobres, y monasterios de los estados del dicho señor conde. Yten assi mismo le obliga a que conservará los criados del dicho señor Conde en los mismos officios que aora tienen y les dará los mismos salarios, y raciones, y quitaciones, que levan del dicho señor Conde, o a delante les fueren señalados sirviendose dellos en los dichos estados de oropesa y deleytosa, y en caso que los faque fuera de los dichos estados los mejorará respecto del augmento de costa, y descomodidad que desto se les puede seguir, y en caso que ellos no gusten de salirse les acudira en sus cassas con la mitad de lo que tuvieren en la del dicho señor Conde, lo qual sea y se entienda con todos los dichos criados que tuvieren dies años de servicio al tiempo de la muerte del dicho señor Conde, y con los de mas que el dexare declarados aun que no lleguen a los dichos dies años. Yten assi mismo obliga el dicho señor Don Rodrigo al dicho señor don Duarte a que de mas de lo suso dicho, empleara en cada un año dies mil ducados de las rentas de la casa de Oropesa para acrecentamiento della y esto en juros a razon de a ve-

inte,

inte, ò otra renta si la oviere de mayor beneficio para el dicho mayoralgo la qual ade quedar unida, y incorporada al dicho mayoralgo con los mismos vinculos, y condiciones del dicho mayoralgo y para en caso que en los dichos empleos, ò en alguna parte dellos, ò de las demas cosas en todo, ò en parte contenidas en este capitulo ovie-  
 re descuido para firmeza y seguridad deste dicho capitulo, y de los dichos empleos en los dichos casos que heredando el dicho señor don Duarte la casa de Vergança, y no residiendo en la casa de Oropessa como esta dicho y para que en todo tiempo sean ciertos, y seguros, y se guarden y cumplan con efecto los dichos empleos en los dichos casos se assienta y capitula, y el dicho señor don Rodrigo de Alencastre obliga al dicho señor don Duarte, a que de los bienes del dicho mayoralgo cassa y estado de Oropessa para quando vengan los dichos casos de heredar la casa de Vergança, y no residir en la de Oropessa pueda señalar el dicho señor Conde desde luego para entonces la parte de renta que fuere necesaria de los estados de oropessa para los dichos empleos, la qual dicha renta desde luego como fuere señalada por el dicho señor Conde ade quedar, y queda confinada, y desde agora para entonces de consentimiento de las partes se configna, para que se convierta en los dichos empleos y cosas con que la tal consignacion, y señalamiento de rentas no exceda de la parte que fuere necesaria para hazer la dicha suma de los dichos empleos, y cosa y para que la dicha renta en los dichos casos de heredar la casa de Vergança y no residir en la de Oropessa se puede convertir en los dichos efectos el dicho señor conde ade tener facultad, y para este capitulo le queda reservado poder legitimo para poder señalar la persona, ò depositario que quisiere el qual administre beneficie y arriende las dichas rentas, y por razon deste trabaxo solicitud y cuidado lleve y se le den en cada un año cien ducados de salario hasta tanto que se cumpla en todo lo contenido en este dicho capitulo, de tal manera que las dichas rentas por ninguna via pensada ò no pensada directa ni indirectamente venidos los dichos casos no an de poder entrar en poder del dicho señor don Duarte, sino solamente en poder del tal administrador, o depositario, para que el tal depositario cumpla los empleos conthenidos en este dicho capitulo, y si necesario es desde luego para quando el tal caso succeda el dicho señor don Duarte, y el dicho señor don Rodrigo en su nombre expropria y aparta de si las dichas rentas, y qualquier señorío usufructo y aprovechamiento, que respecto dellas le pueda pertenecer por razon del dicho matrimonio con la dicha señora doña Beatriz, y para mayor firmeza de este dicho capitulo el dicho señor don Duarte por si solo o juntamente con la dicha señora doña Beatris hara y haran todas, y qualesquier escripturas que por parte del dicho señor conde fueren pedidas y ordenadas para que todo lo suso dicho tenga cumplido efecto, quedando desde luego declarado que la paga del dicho salario del dicho depositario sea por cuenta del dicho señor don Duarte, y en razon desto y de lo contenido en este capitulo se pidiran y obtendran las facultades reales con los vinculos, y firmezas necesarias pa-  
 ra



ra que todo lo fuso dicho en los dichos casos tenga cumplido efecto como dicho es, y por quanto las dichas obligaciones y los dichos empleos dependen de los dichos dos casos, y solamente son para quando succeda heredar el dicho señor don Duarte la casa de Vergança que es el primero y el segundo de no residir en los dichos estados de Oropesa, y deleytosa se declara; y yo el dicho Marques de Velada en nombre del dicho señor conde assi lo declaro, que lo contenido en este capitulo ade quedar sin efecto, y el dicho señor don Duarte libre de la dicha obligacion por el año que residiere en los dichos estados de Oropesa y deleytosa siendo todo el año, o la mitad del, porque en este caso el dicho señor conde de Oropesa todo lo fuso dicho lo remite a voluntad del dicho señor don Duarte, y doña Beatriz su hija fiando de sus señorias que teniendo presentes las necesidades de los dichos estados seran ellos mucho mas beneficiados que con quanto para amparo dellos se les pudiera pedir, excetuando desta dicha residencia la obligacion hecha en favor de los dichos criados, y el derecho que por este dicho capitulo les queda adquirido para que se les pague los dichos salarios como de fuso se refiere los quales residiendo, o no residiendo los dichos señores don Duarte, y doña beatriz siempre, y en todo tiempo durante los dias de su vida lo an de aver y llevar con tal condicion, y modo, y no sin ella que si las haziendas de los dichos estados presentes, o ausentes los dichos señores don Duarte y doña Beatriz recibieren menoscabo, ò daño en todo, ò en parte, por aquella que padecieren el dicho menoscabo, o daño, ade quedar el dicho señor don Duarte, y sus bienes especialmente obligados de tal manera que en todo tiempo se conserve y aumente el dicho estado, y no venga en diminucion por las razones dichas.

17 Yten se assienta capitula y concierta entre las dichas partes que en el caso de fuso referido tan solamente conviene a saber heredando el dicho señor don Duarte la casa de Vergança en quanto toca a la forma como ade traer y usar y llamarse del nombre armas titulos, y apellidos de la dicha casa de Vergança, y titulos de la casa de Oropesa que en este caso el dicho señor don duarte, y los successores que dios les diere en el dicho matrimonio mientras en ellos fuere forzoso por falta de otros successores el conservarse la union de ambas ados casas de Vergança y oropesa en tal caso se ade guardar la forma siguiente. Que en lo que toca a el Reyno de Portugal, y para con el consejo del dicho Reyno tan solamente, aun que el dicho señor don Duarte esté en este Reyno de Castilla aya de usar, y pueda usar de los titulos armas y appellidos tocantes a la casa de Vergança como bien visto le fuere, y para todo lo que toca al trato de negocios y correspondencia en estos reynos de Castilla aun que resida en el dicho Reyno de Portugal, ò en otra qualquier parte o Reyno ade usar de los titulos apellidos y armas de la Casa de Oropesa sin mesclarlas con otras ningunas, y lo mismo que esta referido respecto del dicho señor don Duarte en este dicho capitulo se entienda que se ade guardar teniendo el dicho señor don Duarte del dicho matrimonio

un hijo tan solamente, porque siendo en tal caso necessaria y forçosa la union de las dichas cassas en un poseedor lo mismo que se dize respecto del dicho señor don Duarte se entienda repetir, y guardarse en el tal unico successor, ò en los de mas successores en quien se continuare la dicha union porque siempre que viniere el caso de ser una persona sola poseedor de las dichas casas, se ade guardar en quanto tocara al dicho nombre, y armas la forma y orden referida, y en los de mas casos que fuera destos dichos Reynos el dicho señor don duarte ò el tal successor que viniere a ser unico se tratara, y comunicare escribiendo en Portugues, y tratandose conforme al dicho uso del dicho Reyno de Portugal podra usar de los nombres y appellidos, y armas de la casa de Vergança, y escribiendo en Castellano, y tratandose como Castellano, se ade tratar con los titulos nombres apellidos, y armas de la dicha Casa de Oropesa, y si para el cumplimiento deste dicho capitulo oviere en el mayoralgo, y cassa de Vergança algunas clausulas que lo impidan desde agora el dicho señor don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor don Duarte queda obligado, y obliga al dicho señor don Duarte a que facara facultad real en la forma mas necessaria y conveniente para que con insercion deste dicho capitulo se apruebe y ratifique todo lo en el conthenido, y se dispense y abroge qualquiera clausula que aya, o pueda aver que impida el efecto de lo suso dicho.

18 Yten se assienta capitula y concierta que en caso que despues de heredada la dicha casa de Vergança por el dicho señor don Duarte tuviere un solo hijo, o hija el qual por ser unico ade succeder en las dichas cassas por falta de persona con quien las divida, y por este caso aya de ser tal successor, y assi mismo succediendo el tal hijo en las dichas casas, y no residiendo en el estado de Oropesa se dispone y queda concertado que el empleo de diez mil ducados que ade hazer en cada un año el dicho señor don Duarte, no residiendo de las propias rentas de Oropesa y deleytosa en este caso aya de llegar a quinze mil ducados los quales se ayan de emplear en cada un año segun y por la forma que esta dicho dispuesto, y ordenado en quanto al dicho señor don Duarte quedando unido, y incorporado el dicho mayoralgo con los vinculos, y condiciones del como esta dispuesto respecto de los dichos diez mil ducados continuandose tambien la limosna, salarios de letrados, y criados, y applicado a la fabrica de las casas jardines, y de mas edificios del dicho mayoralgo porque todo lo dispuesto en el dicho capitulo en la misma cantidad, y forma que alli se refiere se a por expressado en este con la misma declaracion que si el tal hijo, o hija unico residiere todo el año, o a lo menos la mitad del por el tal año que assi residiere en la forma suso dicha quede libre de la dicha obligacion exceptando della lo que toca a los dichos salarios de criados porque como esta dicho en el capitulo precedente, estos residiendo, o no residiendo se an de pagar a los dichos criados segun y como y en la forma que de suso se refiere la qual se ha de estender y entender, y averse por repetida en caso que la junta de las dichas dos casas llegue a Nieto, ò Nieta, ò a otro



otro descendiente porque en este tal se ade continuar la misma obligacion de empleos, y lo de mas referido en este capitulo sin que se entienda ser personal la disposicion del ni averse restringido a ciertos grados sino que se ha de tener y juzgar por real y perpetua todo el dicho tiempo que durare la dicha union y no se hiziere la dicha division por falta de successores, y para mayor seguridad, y saneamiento y entero cumplimiento deste capitulo el dicho señor don Duarte se obliga por si, y en nombre de sus successores que no pedira ni alcançara facultad de su magestad en que dispense con este dicho capitulo, y si se le concediere de officio no usara della, y aun que se le mande que use della hara todas las replicas y supplicas convenientes para que este dicho capitulo tenga consumado effecto, y si toda via de hecho fuere concedida la dicha facultad para en este caso, y para mayor saneamiento y corroboracion deste dicho capitulo la dicha obligacion de los dichos empleos se ade traspassar, y desde luego, yo el dicho marques de Velada en nombre del dicho señor conde de Oropessa, y yo el dicho don Rodrigo de Alencastre en nombre del dicho señor don Duarte cedemos, y traspassamos todo el cumplimiento deste dicho capitulo, y la utilidad del y las dichas cantidades segun y como van expresasadas en este dicho capitulo, y desde luego para quando el dicho caso succeda hazemos gracia y donacion, pura perfecta irrevocable, que el derecho llama entre vivos en favor de la cassa, y convento de nuestra Señora de Guadalupe para que la aya y tenga por propios bienes suyos, y sea visto llegar se el plazo desta dicha donacion, y poder usar del dicho derecho, y cobrança luego como conste que sea despachado la dicha facultad, y desde entonces traiga esta escriptura y capitulo della sin otra diligencia averiguacion ni liquidacion aparejada execucion para que desde luego se pueda executar y cobrar firmemente con tal carga obligacion y condicion, y no sin ella que el dicho prior y convento por si, ni con orden del general de la dicha orden, ni de otro superior que sea no puedan tomar medio ni compusicion ninguna tacita ni expresa en todo ni en parte por razon de utilidad ni de concierto, ni de escusar gastos de pleitos ni con otra ocaßion ninguna que sea ò ser pueda, porque en tanto an de poder usar desta dicha donacion, cesion, o traspasso en quanto se cumpliera esta dicha condicion de que por todo rigor de derecho lleven y cobren y tengan para si enteramente la dicha cantidad en el caso referido, y si assi no lo hizieren, y dentro de un año no movieren el dicho pleito, y lo prosiguieren con buena fee para que se haga la dicha cobrança por el mismo caso, y desde agora para entonces en nombre de las dichas nuestras partes las excluimos de la dicha donacion y derecho el qual traspassamos con flos vinculos y firmezas, y en la forma referida al monasterio de Señor San Lorenzo el Real del Escorial, y en defecto de no acetar lo ò no cumplir lo mismo hera obligado a cumplir el dicho convento de Nuestra Señora de Guadalupe en este caso para el mismo derecho y accion en la forma referida a la compaña del nombre de Jesus, y a su general al qual, ò a la persona que el substituyere hazemos otra tal

donacion, y damos poder en caussa propria para que lo pida aya y cobre para el collegio que de la dicha compaña ay en la Villa de Oropefa, y no para otro algun collegio, ni cassa de la dicha Compaña lo qual sea para augmento, y dotacion del dicho collegio, a todos los quales, y a cada una de las personas interessadas en esta dicha donacion, y capitulo, encargamos la conciencia en nombre de las partes para el cumplimiento de todo lo en el contenido con la buena fee que de semejantes personas se confia sin que aora ni en ningun tiempo se pueda dezir que todo lo suso dicho se puso por pena *ad terrorem*, porque declaramos que la voluntad de las partes es, que todo lo suso dicho, y cada cosa y parte dello se guarde cumpla y execute a la letra como en este capitulo se contiene sin darle otro ningun sentido que el que resulta de las palabras llanas; y porque este dicho capitulo no se pueda defraudar en todo ni en parte antes para que mas enteramente se cumpla, el dicho señor Conde de Oropefa ade quedar con libre poder, y legitima authoridad, para que en su testamento, o fuera del, o por otro qualquier acto que bien visto le fuere pueda ampliar y mudar las dichas sostituciones y forma de personas que lo ayan de pedir para que se figa mejor cumplimiento deste dicho capitulo añadiendo, o augmentando lo suso dicho con la forma condiciones y limitaciones que quisiere y bien visto le fuere y para ello no obste la clausula infra escripta en que se limita se hagan las escripturas dentro de un año porque en quanto a esta parte ade quedar al dicho señor Conde esta libertad por todo el tiempo de su vida.

19 Yten se assienta capitula y concierta que si la dicha Casa de Oropefa viniere a suceder en hija y no en varon el dicho Don Rodrigo de Alencafre en nombre del dicho señor don duarte le obliga, y queda desde luego obligado a que siendo la dicha hija de hedad de dies y seis años dentro dellos la casara con persona qual convenga, y acudira a la tal hija con los dies mil ducados arriba dichos con tal cargo, y obligacion que la tal hija, y el dicho su marido ayan de hazer, y hagan residencia hordinaria en los dichos estados de Oropefa como dicho es, y porque podrian offrecerse algunas causas justas que agora de presente no pueden ser antevistas ni prevenidas por donde no conviniesse effectuar el dicho matrimonio, y fuesse mas justo suspenderle, en este caso, el dicho señor Marques de Velada en nombre del dicho señor Conde capitula assienta y dize que aun que el dicho señor conde pudiera remitir a otras personas el examen y approbacion de semejantes causas, toda via fiando de las partes del dicho señor don duarte, y de la dicha señora doña Beatriz como de sus hijos les encarga, y an de quedar obligados, y desde luego el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que sin otros respectos propios sino solo considerando el beneficio del caso, y lo que mas convenga a la dicha casa de Oropefa se hordenara, y dispondra, y hara lo que fuere mas endereçado al servicio de Nuestro Señor y a la conservacion, y intento del dicho señor Conde, y de su casa y Vassallos en todo lo qual encarga la conciencia a los dichos



chos señores don Duarte y doña Beatriz, que sin causas justas, y tales que pesen mas las conveniencias de suspender el dicho casamiento que de executarle al tiempo suso dicho de ninguna otra manera lo puedan differir ni diffieran bolviendo a encargar a los dichos señores don duarte y doña Beatriz la residencia en el dicho estado con lo qual cessara lo dispuesto en este capitulo.

20 Yten se assienta capitula, y concierta, que por quanto como consta de los capitulos a tras referidos, y del efecto fuerza y promulgacion de la dicha ley de Portugal que habla sobre la division de las dichas casas, la dicha casa de Oropesa assi por la dicha ley como por esta dicha capitulacion ade ser, y es, y ade quedar, y queda incompatible con la dicha casa de Vergança en un poseedor, y para que no la pueda tener gozar ni poseer ni retener en teniendo con quien hazer la dicha division conforme a lo qual y en execucion, y cumplimiento de la dicha division, y para que en ningun tiempo en razon de lo suso dicho pueda aver ocasion de pleito se declara desde agora para quando el caso succedere, y assi lo prometen y assientan los dichos señores marques y don Rodrigo de Alencastre y que para mayor firmeza, y corroboracion de lo contenido en la dicha ley, y en estos dichos capitulos se facara facultad Real de Su Magestad por ambas a dos coronas de Castilla y Portugal, y por los consejos dellas a cuyo cargo esta el despacho de semejantes causas para que la dicha ley, y division se guarde cumpla y execute dando eleccion al hijo primogenito mayor para que conforme a la dicha ley, elija de las dichas dos cassas la que mas quisiere, y la otra quede para el segundo hijo el qual sea avido como primogenito verdadero della, sin que despues de hecha la tal eleccion se pueda revocar, ni por causa de menorhedad, ni alegando fuerza miedo lesion inorme, o inornifima, ni otro ningun remedio, ni accion ni excepcion porque todo ello queda derogado, para que mas prompta y executivamente se consiga la dicha division las quales dichas facultades se an de pedir y facar como fuere ordenado por el dicho señor Conde sin que se exceda de lo conthenido en este dicho capitulo.

21 Yten se assienta capitula y concierta que en caso que el dicho señor don Duarte antes de hazerse la dicha division oviere heredado, succedere en la casa de Vergança y gosare de la casa de Oropesa en este dicho caso el dicho señor don Rodrigo de alencastre obliga al dicho señor don Duarte en virtud del dicho poder a que pondra dара y pagara para beneficio, y augmento del dicho mayorasgo de la dicha casa de Oropessa quinientos ducados de renta en cada un año a razon de a veinte mil el millar empleados en juros, rentas ò censos deste valor por manera que haga en el año dies mil ducados de empleo para el augmento de la propiedad del dicho mayorasgo quedando el dicho empleo unido, y incorporado en el dicho mayorasgo con los vinculos gravámenes y condiciones que estan los de mas bienes del dicho mayorasgo como si desde el principio de su fundacion fuesen inclusos en el qual dicho empleo de los dichos quinientos ducados de renta hagan valor de los dichos dies mil ducados se ha de

ir continuando durando la dicha posſeſion de las dſchas dos caſas haſta tanto que ſe hagan dies mil ducados de renta y de principal, y propiedad duzientos mil ducados los quales an de andar, y eſtar unidos y incorporados como dicho es en el dicho mayoraſgo con las dſchas condiciones, con tal declaracion que ſi el dicho ſeñor don Duarte poſſeyere las dſchas caſas mas años ultra de los neceſſarios para hazer eſte dicho empleo, y renta, en tal caſſo no ade paſſar a delante el dicho empleo, porque ſolo ade durar por veinte años, y ade ſer en ſolo la dicha cantidad de los dichos duzientos mil ducados, y lo de mas del dicho tiempo que el dicho ſeñor don Duarte gozare de la renta de la dicha caſa ade ſer ſin el dicho gravamen del dicho empleo de los dichos quinientos ducados al año con tal declaracion que no continuandose la union de las dſchas caſas en un ſolo poſſeedor por los dichos veinte años en tal caſo el dicho empleo ſe ade continuar ſolamente haſta el tiempo que durare porque haziendose la dicha diviſion por aver perſona con quien ſe haga el dicho gravamen ade parar, y no ſe ade continuar; y no aviendo la dicha perſona con quien ſe haga la dicha diviſion y continuandose la dicha union en tal caſo procede el empleo contenido en eſte dicho capitulo con tal declaracion que los dichos dies mil ducados de renta y ducientos mil de propiedad que ſe an de emplear en los dichos caſos, y debaxo de las condiciones referidas an de ſer de mas y alien delos, otros dies mil ducados que ade emplear el dicho ſeñor don Duarte en caſo que no reſida, y lo miſmo ſe entiende reſpecto de lo de mas contenido en eſta eſcriptura de capitulacion porque eſte dicho empleo que ſe ha de hazer en eſte dicho caſo no ha de impedir ni ſuſpender lo diſpuerto en los de mas capitulos en otros caſos particulares.

22 Yten ſe aſſienta capitula y concierta, y el dicho ſeñor don Rodrigo de Alencaſtre obliga al dicho ſeñor don duarte a que en las fortalezas de los eſtados del dicho ſeñor Conde de Oropesa pondra ſiempre alcaides naturales deſte Reyno de Caſtilla preſiriendo a eſtos los naturales de los dichos eſtados, y a los unos, y a los otros los que fueren y ovieren ſido criados ò lo fueren del dicho ſeñor conde, y de ſus hijos.

23 Yten ſe aſſienta capitula y concierta que por quanto eſte dicho matrimonio mediante la voluntad de Dios ſe ha de effectuar y effectua para mayor augmento y conſervacion de la dicha caſa de Oropesa para que eſte fin ſe conſiga, y por el contrario porque de acenſuarſe, y empeñarſe las caſas con facultad real, ò ſin ella ſe figuen muchos daños contra las haziendas y Vaſſallos, y otros muchos inconvenientes notorios en todos los quales ſe cayria ſi el dicho ſeñor don Duarte acenſuaſſe la dicha caſa para remedio de lo qual deſde luego promete y ſe obliga por ſi, y por el ſucceſſor que fuere de las dſchas dos caſas a que no pedira, ni obtendra facultad de ſu mageſtad para vender ni empeñar, ni acenſuar en poca ni en mucha cantidad la dicha caſa, ni por dezir que es para mayor utilidad della ni por otro ningun fin fuera de los caſos expreſſados en eſtos capitulos, y ſi.



y si se le concidiere la dicha facultad no usara della , y lo mismo sea y se entienda en quanto a los bienes aumentados , y incorporados por el dicho señor don Duarte en la dicha casa de Oropesa porque todo ello se ade conservar en mayor aumento , y no en disminuicion , y para mayor firmeza deste dicho capitulo el dicho señor don Duarte antes que se effectue el dicho matrimonio ade hazer juramento pleito omenaje como cavallero hijodalgo a fuero de Castilla en la firmeza y solenidad necessaria de que guardara este dicho capitulo , y no venderá acensuara ni empeñara perpetuamente , ni a tiempo cierto de por vida ni en otra qualquier manera la dicha casa ni parte della , ni ninguna de las dichas rentas y si se le concediere facultad de officio , o de proprio motu real , no usara della por si , ni por tercera persona como cosa contraria a este dicho capitulo , y a este pleito o menaje so pena de incurrir en los casos de menos valer en que se incurre por el quebrantamiento de semejantes pleitos homenajes y para mayor firmeza por quanto la dicha señora doña Beatriz como tal primogenita no teniendo el dicho señor conde hijo varon ade ser la proprietaria del dicho estado desde luego se capitula por ambos los dichos señores Marques y Don Rodrigo en nombre de sus partes a que antes que se effectue el dicho matrimonio la dicha señora doña Beatriz jurará en forma solenne , y bastante el cumplimiento deste dicho capitulo , y despues de desposada antes de velarse lo bolvera a ratificar con decreto que la enagenacion , o consentimiento que de otra manera se hiziere contra el tenor y forma de lo suso dicho sea en si ninguno , y de ningun valor y effecto , y desde luego se declara por tal , y que del dicho juramento no pedira ni sacará absolucion ni relaxacion aun que sea *ad effectum agendi* no usará della , aun que se le conceda de proprio motu en otra qualquier manera , y en razon de lo suso dicho la dicha señora doña Beatriz otorgara la escriptura , y escripturas que fueren ordenadas por el dicho señor Conde a todas las quales el dicho señor don Duarte prestara los consentimientos , y licencias necesarias para firmeza de la dicha escriptura , ò escripturas , y de todo lo conthenido en este dicho capitulo.

24 Yten se assienta capitula y concierta , y el dicho señor don Rodrigo obliga al dicho señor don Duarte a que antes de desposarse con la dicha señora doña Beatriz , y a que luego que se despose por palabras de presente que hagan verdadero matrimonio con la dicha señora el dicho señor don Duarte por si , y como marido y conjunta persona de la dicha señora doña Beatriz , y la dicha señora doña Beatriz , por si y con licencia , y expreso consentimiento del dicho señor don Duarte ratificara y aprobara toda esta dicha capitulacion , y todos los capitulos en ella contenidos que por qualquiera via , y en qualquier forma , y para qualquier effecto que sea ò ser pueda pensado ò no pensado sea necessario su consentimiento ratificacion y obligacion el qual dicho consentimiento prestara , y hara por escriptura publica con el juramento , y juramentos , y con todas las clausulas , y firmezas , vinculos , y condiciones , y obligaciones referidas en esta dicha capitulacion , y las de mas firmezas que para seguridad de todo lo

lo conthenido en esta capitulacion que toque, y en qualquier manera pertenesca, o pueda pertenecer a la dicha señora doña beatriz como fueren ordenadas las dichas escripturas por el dicho señor conde, o por sus letrados en aquella forma y sin quitar ni añadir ni mudar sustancia, ni tenor de palabras, otorgara ratificara y aprobara y jurara las dichas escripturas en la forma que fuere ordenado por los letrados del dicho señor Conde.

25 Yten se assienta capitula y concierta que por quanto los capitulos matrimoniales quales son estos de ordinario suelen hazerse con algun tropel y priessa, y por esta causa no pueden quedar con la claridad firmeza y prebencion que se requiere para los casos futuros, y especialmente en este presente caso por disponerse en estos dichos capitulos materias tan graves y de tanta importancia para la casa del dicho señor conde y de su conservacion, y perpetuidad, para remedio de lo qual, y porque el intento de las partes no quede defraudado, ni la falta de tiempo ni de consejo no impida el efecto de la intencion, se assienta de comun consentimiento, que si dentro de un año contado desde el dia de la fecha desta dicha capitulacion qualquiera de las dos partes pidiere a la otra conviene a saber el dicho señor conde al dicho señor don Duarte, o el dicho señor don Duarte al dicho señor Conde que haga otra nueva escriptura en razon de lo conthenido en estos dichos capitulos, o sobre alguno dellos, o sobre alguna clausula, o parte de ellos se aya de otorgar la dicha escriptura con tanto que no se aya de alterar en ella cantidad ni sustancia del sujeto sobre que cae el tal capitulo, o la dicha clausula del, y solamente ade ser la dicha escriptura para declarar y disponer el fin y intento de las partes con los medios mas convinientes, y necessarios a lo que se a tratado de tal manera que lo que se ade conseguir por la dicha escriptura ade ser declaracion distincion y firmeza de lo que se contuviere, y fuere expresado en los dichos capitulos.

26 Yten se assienta capitula y concierta que no obstante las clausulas vinculos, y firmezas de estos dichos capitulos, y de cada uno dellos, toda via si la voluntad del dicho señor conde fuere por los respectos, y causas que su señoria juzgare justos, o quisiere alterar y quitar, o moderar en beneficio del dicho señor don Duarte, y sus successores, o de la dicha señora doña Beatriz, en todo, o en parte qualquiera de los gravamenes condiciones y obligaciones pleitos omenajes juramentos facultades, y lo de mas referido capitulado, y assentado para firmeza de lo suso dicho, todo ello queda reduzido a la voluntad del dicho señor Conde para que sin embargo de todo ello queriendo lo pueda alterar y mudar o quitar sin que ninguna persona presente o ausente, nacida, o por nacer pueda dezir ni alegar que por estos dichos capitulos se adquirio derecho irrevocable, o cierto, o en esperança porque toda esta dicha capitulacion es individua y uniforme de tal manera que toda ella depende, y ade depender en lo futuro y venidero en quanto a la adquisicion del dicho derecho de la voluntad del dicho señor conde para que en tanto la persona inte-

resada



resada por estos dichos capitulos pueda pretender derecho, y dezir que le tiene en quanto mostrare por si la voluntad del dicho señor conde porque si su señoria lo mudare, alterar, o quitare en todo ò en parte se ade juzgar por tan quitado alterado, y mudado como si nunca ni en ningun tiempo se oviera tratado ni se oviera adquirido semejante derecho porque todo ello ade depender de la perseverancia de la voluntad del dicho señor Conde de tal manera que la revocacion ò voluntad se aya en qualquiera de los dichos casos los ade revocar *in totum* como si nunca oviera sido, y como si nunca se ovieran hecho sin que se pueda dezir que el dicho contrato fue obligatorio, y reciproco y que assi no se pudo revocar, ni menos que la sustancia del contrato no se puede conferir en voluntad libre del contrayente ò que por la dicha voluntad no fue justa ni de buen arbitrio porque todas estas dichas razones, y otras qualesquier que sean ò ser puedan por este dicho capitulo, y contrato quedan derogadas deprovadas y revocadas, y todo el ser de las dichas obligaciones referidas en los dichos capitulos de consentimiento de partes, y en forma valida queda reservado, y remitido a la voluntad del dicho señor Conde, y lo que su señoria declarar, ordenare y quisiere cerca de la dicha moderacion, o derogacion ade ser firme y valido, bien assi como si desde el principio ello solo fuera dicho, y expresado en esta dicha capitulacion, porque desde agora para quando el dicho señor conde haga la tal moderacion, o derogacion se ade tener por expresa repetida, y incorporada en estos dichos capitulos porque de consentimiento de partes desde luego para entonces se aceta para que ella valga, y se cumpla guarde y execute, y debaxo desta condicion, y presupuesto, y forma y modo y no sin ellos sea visto otorgarse esta dicha escriptura de capitulacion, y todas las de mas que en execucion y con ocasion della se otorgaren, y hizieren, y la misma condicion sea visto por via y forma de regla universal averse por inserta y incorporada en todas y qualesquier facultades que en execucion de las dichas escripturas se pidieren, y sacaren, y en virtud dellas se hizieren otras escripturas, y lo mismo en todos los juramentos pleitos omenajes que se hizieren porque la fuerza y obligacion de todo lo suso dicho ade quedar sujeto y reducido a la moderacion y derogacion que el dicho señor Conde hiziere y ordenare.

27 Yten se assienta capitula y concierta, y el dicho señor don Rodrigo de alencastre se obliga en nombre del dicho señor don Duarte a que sacara facultad real de su magestad por la qual inxiriendo todo el tenor de estos dichos capitulos en forma especial y letra a letra y de palabra a palabra como en ellos, y en cada uno dellos se contiene por la dicha facultad todos los dichos capitulos se confirmen ratifiquen, y apprueben, mandando que se cumplan guarden, y executen segun y como en ellos, y en cada uno dellos se contiene y especifica y dispone lo qual se hará con las clausulas vinculos y firmezas necessarias, y que en semejantes casos se acostumbran poner, y las de mas que fueren pedidas, y demandadas y se ordenaren por el dicho señor Conde lo qual sea y se entienda sin que por esta dicha

facultad general de aprobacion, y confirmacion de los dichos capitulos el dicho señor don Duarte quede relevado de las de mas facultades especiales y particulares que en los de mas capitulos de suso referidos se contienen porque esta dicha facultad solo ade ser para mayor confirmacion aprobacion y ratificacion de todo lo conthenido en esta dicha capitulacion en general y particular, y para que todo lo en ella dispuesto se cumpla guarde y execute como dicho es.

Y para que todo lo contenido en los dichos capitulos mejor sea guardado, y cumplido los dichos señores Marques de Velada y don Rodrigo de Alencastre obligaron a los dichos sus partes cada uno dellos a la fuya que en todo tiempo, y en todo acontecimiento guardaran cumplan, pagaran y avran por firme todo lo que queda dicho y declarado cada una de las dichas partes lo que le toca, y contra ello ni contra cosa alguna ni parte dello no iran ni vendran en ningun tiempo, por ningun caso mayor, ò menor que les compete, ò competer pueda, y si contra ello, o contra qualquier parte dello fueren o vinieren, o reclamaren de ello no sean oydos, ni admitidos en Juizio ni fuera del antes siempre compelidos a observar guardar y cumplir todo lo que queda dicho para cuyo cumplimiento obligaron a los dichos sus partes a todos sus bienes jueros, y rentas derechos y acciones quantos al presente tienen, y de aqui a delante tuvieren para la execucion y cumplimiento de todo lo que dicho es, en los dichos nombres dieron poder y facultad a todas las justicias y Juezes del Rey nuestro señor de qualesquier partes Reynos, y señorios que sean ante quien esta escriptura de capitulacion matrimonial pareciere y de lo en ella conthenido, y qualquier cosa y parte dello fuere pedido cumplimiento de justicia a cuyo fuero, y juridicion los metieron, y por especial sumission, y expresse los sometieron con todos sus bienes y rentas a los señores del consejo real de justicia del Rey nuestro señor, y a los señores presidente y oydores de sus reales audiencias, y chancillerias de Valladolid, y granada, y alcaldes del crimen della, y alcaldes de la casa y corte de su Magestad, y al corregidor y su lugarteniente que es o fuere de la Villa de Madrid y a cada uno, y qualquiera dellos *in solidum* por quien consintieron que los dichos sus partes sean convenidos, y juzgados por lo contenido en los dichos capitulos matrimoniales y qualquier parte dellos, aun que al tiempo de serlo no sean hallados en su distrito fuero y juridicion bien como si en el biviessen y morassen renunciando como renunciaron el proprio fuero juridicion y domicilio de los dichos sus partes, y la ley *si convenerit de jurisdictione omnium Judicum*, y las pragmatikas que hablan cerca de las sumisiones, y renunciaciones de fuero, y consintieron que los dichos sus partes sean compelidos por todo rigor de derecho y via executiva a guardar y cumplir lo que a cada uno dellos toca de todo lo que queda dicho, y declarado bien assi como si assi fuera juzgado, y sentenciado por sentencia diffinitiva, dada por Jues competente pasada en authoridad de cosa juzgada de que no oviesse lugar apelacion, ni supplicacion, ni otro recurso ni remedio alguno sobre lo qual renunciaron todas las leyes fueros y derechos



rechos pragmaticas faneiones privilegios usos , y costumbres que aya auido , o aya en contrario para que sin embargo de todo ello aya cumplido efecto lo que queda dicho , y en especial renunciaron la ley , o derecho que dize que general renunciacion de leyes fecha non vala en testimonio de lo qual otorgaron la presente escriptura de capitulacion matrimonial en la manera que dicha es , y en la mas bastante , y cumplida forma que de derecho se requiere en el monasterio de san lorenzo el Real estando en el el Rey don Philippe nuestro señor , a dos dias del mes de Oétubre de mil y quinientos y noventa y cinco años siendo presentes por testigos el señor don xpóval de mora comendador mayor de Alcantara , y del consejo de estado de su magestad sumiller mayor de corpus del Principe nuestro señor y el señor don fernando de Toledo , y el señor don Juan de ydiaque comendador mayor de leon y del consejo de estado de su magestad , estantes al presente en el dicho san lorenzo el Real , y los dichos señores otorgantes que yo el presente escrivano doy fee que conosco lo firmaron de sus nombres , el marques de Velada don Rodrigo de alencaestre passo ante mi Rodrigo de Vera.

*Breve , que escreveo a Santidade de Urbano VIII. ao Excellen-  
tissimo Senhor D. Duarte. Conserva-se entre os m. f. do Prin-  
cipal Almeida Mascarenhas.*

## URBANUS PP. OCTAVUS.

**D**ilecte fili , nobilis vir salutem , & Apostolicam Benedictionem Augusti generis claritudinem apud omnes nationes testantur non minus illustria stemata , & triumphales imagines , quam virtutes regali pectore dignæ. Quare orbis parens Roma , quæ gentilitiæ Bragantiorum Principum gloriæ jam pridem favet nunc nobilitatem eximiis laudibus exornat , quæ Regii sanguinis splendorem propriis meritis merifice augere dicitur luculentum hujusmodi laudum tuarum testem in Urbe habes dilectum filium nostrum Cardinalem Barberinum : Is enim asserit te in Hispania cæteris proceribus habuisse ejus pietatis exemplum , qua in Apostolico Legato Pontificia autoritas colidebit. Ingens solatium , quod humanitatis tuæ officia nobis pepererunt , his Litteris declarare volumus , & memori pectore semper servabimus. Nostræ autem caritatis magnitudinem beneficiis potius , quam verbis cupimus significare nobilitati tuæ , cui cœlestium gratiarum ubertatem precamur , & Apostolicam Benedictionem peramanter impertimur. Datum Romæ apud Sanctum Petrum sub annulo Piscatoris die 3. Januarii 1627. Pontificatus nostri anno quarto.

Num. 3.

An. 1627.

Joannes Ciampolus.

*Testamento do Senhor D. Duarte, Marquez de Frechilha. Copia authentica.*

Num. 4.  
An. 1627.

**E**N nombre de Jesus y en gloria y onra de la santissima Trinidad Padre hijo y espiritu santo y de la Virgen nuestra señora de la concepcion y de san Andres santo Antonio san Blas santa Catalina y de todos los otros santos que en esta vida tuve por mis particulares abogados y para bien de mi alma y buena disposicion de mis cosas yo Don Duarte Marques de flechilla de los consejos de estado y guerra de su Magestad ordeno este mi testamento en la forma y manera siguiente.

Primeramente ordeno y es mi voluntad que mi cuerpo sea enterrado en Villa-Viciosa en la Capilla y entierro de los Duques de bragança a los pies de la sepultura que para si elixiere el Duque Don teodosio mi señor y hermano y porque esto no podra ser de presente mando que entre tanto se deposite mi cuerpo en la yglesia de santo Domingo el Real desta Villa en la parte que a mis testamentarios pareciere mas decente y acomodada.

La forma y el aparato con que mi entierro se deve hacer de jo a elecion y disposicion de mis testamentarios.

Declaro por mis herederos al conde de oropessa Don Duarte mi nieto y a Doña Mariana de Toledo y portugal mi nieta que heredaran mi hacienda escepto la tercia parte de que yo puedo disponer porque esta reservo para dar satisfacion a obligaciones de mi alma y otras con que me siento conforme aqui declarare.

Mando que mis testamentarios aberiguen y ajusten las quantas que mi hacienda tubiere con todas las personas que yo fuere deudor para que se les pueda dar satisfacion sacando las dudas y lo que fuere menester para satisfacion dellas de la suma de hacienda que por mi muerte se allare haver sido mia porque esta se deve reputar por cosa consumida en mi vida.

De la tercia parte que reservo para disponer mando se digan por mi alma diez mil missas reçadas donde pareciere a mis testamentarios, encargandoles que esto executen con toda la puntualidad, y brebedad, que bieren que conviene.

A las mandas forçossas ordinarias mando a cada una un real si bienieren por el.

Nombro por testamentarios albaceas y executores deste mi testamento a Antonio de la mota mi mayordomo a Don Pedro del castillo mi camarero al licenciado Juan mendes de fonseca y al licenciado Antonio paes Viegas mis contadores, y les doy poder libre y general y sin limitacion ninguna de tiempo para executar lo contenido en el y poder aplicar mis bienes a lo que yo aqui de jo y dejare mandado poder benderlos en publica almoneda o en otra forma qual les pareciere mas util hasta dar entera satisfacion a todo; y en las dudas que sobre este dicho testamento se movieren quiero que ellos sean los ynter-



ynterpretes y por su declaracion se estara como si en la forma que ellos lo declararen fuera espresamente mandado por mi.

Y porque en caso que en la casa de oropeña falten mis nietos o sus descendientes yo puedo disponer de los bienes que por mi muerte le pertenecen. Digo que en tal caso nombro por subcesor en las mis Villas de frechilla y Villa Ramiel al duque que entonces fuere de Bragança y a los señores que subcedieren en aquella casa y mayoralgo.

Al Duque de Bragança mi señor y hermano, y la señora Doña Mencia mi hija y nuera y al señor Marques de Villena mi sobriño suplico den todo su favor y ayuda a los dichos mis testamentarios para que puedan executar lo que les dejo encargado por este testamento.

Y porque Antonio de la mota mi mayordomo a sido mi thesorero y a tenido a su cargo mi recamara y otras muchas cosas de mi hacienda de que se hallaran firmas tuyas cédulas, y otro qualquier genero de obligaciones quiero y es mi voluntad, que en virtud dellas no se le pueda pedir quenta de nada de lo dicho porque de todo estoy enteramente satisfecho, lo mismo digo de los vienes del almoneda de la Marquessa de Jarandilla mi muger porque de todo me satisfico y le doy por quite y libre de todo como le tengo dado, y dicho por palabra a mucho tiempo.

A el mismo Antonio de la mota prometi quando se casò de darle quatro mil ducados o para mejor decir los prometi en dote a doña Juana de basconcelos su muger mando que se le pagen. Y porque yo le yba dando por los reditos dellos dos mil y quinientos reales cada año de que le tengo pago algunos años mando se le pague lo que pareciere deverle de los dichos reditos y todo el principal.

Entre mis papeles se allaran algunas cédulas del licenciado Antonio paes de dinero que recibio para cosas que yo le mandava gastar declaro que tiene satisfecho enteramente y yo guardava las cédulas por respetos particulares mando se le buelban.

Si se hallaren algunas cédulas del licenciado Juan mendes mando se le buelban tambien porque lo mismo passa en ella.

Al señor Conde Duque suplico favoresca mis testamentarios en todo lo que suplicaren a su excellencia, como yo se lo merezco por sangre y por desseos de servirle. Y tambien suplico a su excellencia mande despachar al licenciado Juan mendes y a el licenciado Antonio paes en las pensiones de ducientos cruzados en los obispados de portugal de que su magestad me hizo merced, y yo los nombre en ellos.

Tambien suplico a el señor Duque de beraguas se sirva de amparar y favorecer los dichos mis testamentarios.

Mis deudas como dicho tengo se an de pagar del monte mayor de mi hacienda y la tercia de que dispongo se entiende ques la tercia de la hacienda pagadas las deudas.

Al Duque mi señor y hermano suplico ampare mis criados y les aga merced pues yo no se la puedo hacer como desseo y a el Conde de oropeña mi nieto encargo lo mismo.

A su

A su magestad suplico me haga merced en consideracion de mis servicios y de los que siempre desee hacerle de amparar mis nietos y particularmente le suplico se sirva de hacer merced de mi encomienda a el conde mi nieto que espero en dios le aga tal que se la sepa merecer despues de la superbivencia que yo tengo haciendome merced della para pagar mis deudas.

Despues de cumplido todo mi testamento y dado satisfacion a todo lo que en el dispongo ansi lo que queda ya dicho como lo que se sigue alguna hacienda mejoro en ella a Doña Mariana mi nieta y al mismo conde y a ella encargo tomen proteccion de mi testamento y cirados y en particular a Antonio de la mota y su muger y hija.

A Doña francisca de mota hija de antonio de la mota tengo hecha merced de mil ducados para ayuda a su dote mando que se le paguen.

Antonio de la mota y su muger me an servido con grandes bentajas y grande amor ; suplico a su Magestad le aga merced de algun oficio equibalente a su persona porque de todo dara muy buena quenta y al Duque mi señor suplico se sirva del o le aga alguna merced equibalente y al Conde de oropella y a la señora Doña Mencia y a mi nieta Doña Mariana pido le agan la merced que fio dellos.

A Don Pedro del Castillo suplico al Duque mi señor le aga merced y le ampare y se sirva del.

A Juan de melo Carrillo mi secretario que me a servido muchos años suplico al Duque mi señor le aga merced de darle un oficio o beneficio con que pueda passar.

Ansi mismo suplico al Duque mi señor se sirva de Diego Botello de matos y de Bernardo de Caraballo y de Pedro mendes mis criados, dandoles algunos oficios o acomodandoles en otra forma.

A el licenciado Juan mendes de fonseca y a el licenciado Antonio paes Viegas deyo tambien al duque mi señor para que se sirva dellos o les aga merced de algunos beneficios con que pasen y desde aora les nombro en las capellanias que yo instituyere en la cassa del Duque mi señor de que su excellencia ade ser patron que an de ser de cinquenta mil reis cada una de renta.

Yten mando den a antonio de mota en su vida quinientos ducados de renta cada año y otros quinientos a su muger Doña Juana de basconcelos que se le daran o se le compraran con mi hacienda.

A Gonzalo de fossa oydor de Portugal tengo en mi poder un baul de que tiene el las llaves declaro ques fuyo con lo que tiene dentro , y un escritorio de las Yndias ques fuyo que me deyo en guarda quando fue a aranjuez y declaro que tiene dentro segun me a dicho quando me le entrego dinero y pieças de plata y otras ; el qual baul mando se le entregue todo y el escritorio sin abrille nadie.

Y porque tengo tantos y tan buenos servicios recibidos de Antonio de la mota mi mayordomo que pienso estarle en obligacion ynfinita buelbo a pedir a todos los señores nombrados en esta mi cedula que le favorezcan y ayuden y en nada le sean contrarios ; y aconteciendo lo que yo no espero que alguna persona le encuentre o contradiga



tradiga lo que yo digo en este testamento por el mismo caso lo e por privado de alguna cosa si se la dejo y lo aplico al mismo Antonio de la mota de que el dara de su mano la mitad a la misericordia de Villa-Viciosa.

Y porque instituyo unas capellanias de que nombro por capellanes a el licenciado Juan mendes y al licenciado Antonio paes : digo que estas capellanias se an de fundar de mi hacienda y encargo a mis testamentarios lo executen assi.

A Don Pedro de Castillo mando se le den en su vida docientos ducados de renta.

A Juan de melo mando lo mismo.

Dejo tambien por mi testamentario a el dicho Dotor Gonzalo de fossa con los mismos poderes que los de mas porque save de mi casa por ser muy aficionado a ella y con el aver tratado algunas cosas.

Y porque esta es mi ultima boluntad quiero questa solo balga y tenga su fuerza y vigor como mejor pudiere ser conforme a derecho y si no baliere como testamento que balga como cobdicio y como qualquiera ultima boluntad que en derecho se pueda considerar y para balidacion de lo suso dicho.

Y porque no se podra luego satisfacer a mis criados quiero y mando que en quanto no se diere cumplimiento a las mandas que de-jo que mis testamentarios les hagan dar todas sus raciones , y salarios como si yo vivo fuesse con declaracion que para llevar esto no usen de dilaciones lo que quedara en adbitrio de los dichos mis testamentarios y si aconteciere que de los dichos testamentarios falte alguno por muerte fio del que nombrara otro en su lugar para cumplimiento deste mi testamento y lo mismo sera si fuere ausente y a el que el nombrare se dara tanta fe y credito como al que le nombro y si yo despues deste testamento hiciere algun cobdicio memoria o cedula qualquiera quiero y mando se le de tanto credito y tanto cumplimiento como a este mi testamento y e por repetidas en las dichas cedulas las mismas clausulas deste testamento.

Y porque yo tengo prometido mil ducados a el licenciado Antonio paes de ciertas libranças que se avian de cobrar mando se le paguen : y hago merced al licenciado Juan mendes de que no se le pidan docientos ducados que le mande pagar de una manda que le mando la Marquessa de Malagon mi muger de nuevo le ago merced desta cantidad , y quiero que no ympida cobrar la manda de los tre-cientos ducados de la dicha Marquesa en que yo le nombre porque en los docientos dichos entrara por merced mia hecha de mi hacienda.

A mis pajes que de presente me firven mando a cada uno mil reales por una vez y que a costa de mi hacienda se pongan en sus casas ; y a Manuel da mota le mando mil y quinientos reales y que le pongan en casa de sus padres.

Y declaro que a mis criados que yo de-jo nombrados por testamentarios se les acuda en quanto esta ocupacion durare con sus raciones

ciones y salarios y de mas desto se les satisfagan sus trabajos y no es mi yntencion questa clausula derogue en nada a la que arriva trata de dejar raciones y salarios a mis criados.

A Diego Botello de matos y a bernardo de Caraballo y a Pedro mendes mis criados dejo cien ducados de renta cada año en su vida a cada uno.

Yten mando mas al licenciado Juan mendes y a el licenciado Antonio paes Viegas a cada uno otros cien ducados de renta en cada un año de mas de las capellanias dichas: y al licenciado francisco Rodrigues freyre dejo otros cien ducados de renta en sus vidas.

Y porque tengo algunos papeles de secreto en poder del licenciado Antonio paes mando que no se pidan y toda mi hacienda y vienes de qualquiera calidad que sea mando que se entregue luego a mis testamentarios suso dichos para que conforme a lo que les pareciere dispongan della para efeto del cumplimiento desta mi manda; y así se le entregaran todos y qualesquiera papeles que se hallaren en mis escritorios o en qualquiera parte porque fio dellos mucho y así lo he fiado siempre conociendolos por experiencia.

Su Magestad me ha hecho merced por carta suya o consulta que se allara en las secretarias de portugal de una capitania en el brasil, y de una tierra ques un salado en el limite de sancta eyria termino de lisboa: substituyo a el señor Don Duarte mi sobrino en estos derechos y suplico a Su Magestad le mande continuar la merced que me avia comenzado a hacer; y tambien lo suplico así a el señor Conde Duque, y confirmo una donacion que hecho dada por mi a el licenciado Juan mendes de una parte de aquella tierra del salado y le doy todas las firmeças necessarias y porque como tengo dicho y buelvo a decir esta es mi ultima voluntad, quiero que como tal balsa en qualquiera manera que pueda ser y fueron testigos que bieron leer este mi testamento en mi presencia y oyendolo yo y siendo contento de todo y abiendo alguna dubda en la ynterpretacion deste mi testamento la declarara el oydor Gonzalo de fossa y así mando que se este por lo que el dijere como si yo lo declarara porque con el comunique este mi testamento y todas mis cosas en salud y aora.

Ba escrito este testamento en cinco medios pliegos y en parte deste: y declaro que quiero que lo que de suso ba relatado en favor del licenciado Antonio paes y de su hermano Juan mendes se cumpla como lo de mas porque todo se lo mande hazer a el dicho licenciado y quiero que todo se cumpla: y esta declaracion mande hacer Antonio de fossa de su letra para que no aya dubda, y rescripto el dicho testamento por la del dicho licenciado.

Mando mas a Juan de a Costa mi Repostero de plata cinquenta ducados por una vez, y reboco y anulo todos y qualesquiera testamentos mandas y cobdicilios que antes deste aya fecho que solo este quiero que balsa por mi testamento y cobdicilio y por mi ultima voluntad.

Otro si mando otros cinquenta ducados por una vez a Domingo fernandes mi cochero mayor: en testimonio de lo qual otorgue este



este mi testamento en esta Villa de Madrid estando en mi juycio memoria y entendimiento natural a veynte y siete del mes de Mayo de mil y seiscientos y veynte y siete años siendo presentes por testigos Antonio de folla Juan de acuña gregorio suares pantaleon de almeida Paulo de araujo estevan çagalo Juan Rivero portugueſſes eſtantes en esta Villa de Madrid que todos fueron presentes y oyeron leer este dicho testamento del ſeñor otorgante a quien yo dicho eſcrivano doy ſe conoſco lo firmo de ſu nombre en el Registro deſta Carta.

DON DUARTE.

Ante mi Lucas pico de Cabrerros.

*Contrato do caſamento do Senhor D. Diniz, filho do Duque de Bragança D. Fernando II. com a filha do Conde de Lemos.*

*Eſtã no Cartorio da Casa de Bragança donde o copiey,  
na fôrma, que ſe ſegue.*

*Este he hum treslado bem e fielmente ſacado de huma eſcritura de acento e Capitulaçã feita e outorgada pela Rainha noſſa Senhora ſobre o caſamento de D. Diniz de Portugal com D. Beatris de Caſtro filha legitima de D. Rodrigo Enriques Ozorio Conde de Lemos eſcrita em papel e firmada de ſeu Real nome, e ſelada com o ſeu ſello, e firmada de Gaſpar de Grizio Secretario de ſua Alteza ſegundo por ela pareſia da qual ſeu theor de verbo a verbo he o que ſe ſegue.*

A RAYNHA.

**O** Aſento que ſe tomou por meu mandado com D. Rodrigo Enriques Ozorio Conde de Lemos, ſobre o caſamento de D. Diniz de Portugal meu ſobrinho com D. Beatris de Caſtro, filha do Conde de Lemos he o ſeguinte.

Num. 5.

An. 1501.

Primeiramente que o dito D. Diniz caze e confirma matrimonio com a dita D. Beatriz de Caſtro ſegundo manda a madre ſanta Igreja e que ſe de em caſamento ao dito D. Diniz, com a dita D. Beatriz as Villas de Sarria, e Caſtro, e Outeiro de ElRey, com ſuas terras Vaſſallos e Fortalezas, e jurdiçaõ civil e criminal rendas, e preitos, e direitos, e outras couzas que lhe pertençaõ os quaes feito o dito caſamento, e conſumado matrimonio entre elles, ſe lhe de e entregue logo ao dito Conde para que as tenha e leve as rendas preitos, e direitos, deſte prezente anno, por librança e dende em diante, em cada hum anno, para toda ſua vida, ſem ſacar para ello livramento algum, e que feito o dito eſponſouro, entre os ditos D. Diniz, e D. Beatriz, a dita Fortaleza de Sarria ſe entregue logo ao Comendador Pedro Nunes de Guſmaõ, para que a tenha em tercearia, e feito o caſamento e conſumado o matrimonio entre ellos,

a entregue ao dito Conde, para o assim fazer e cumprir, para preito, e omenagem.

Item que se eu ou meus herdeiros quizermos darlhe aqui membraça, para as ditas terras e Fortalezas, rendas preitos e direitos, e jurdição, e Vassallos, em o Reyno de Galiza, que quada e quando o dermos, as ditas Villas terras e Fortalezas, Vassallos e jurdição e preitos, e direitos, se torne a mi, e a meus herdeiros.

Dispois dos dias do dito Conde, as ditas Villas de Sarria, e Castro, e Outeiro de ElRey, com suas terras, e Fortalezas, e Vassallos e jurdição e rendas, e preitos, e direitos, e outras couzas, que lhe pertencem, e pertencem a sizaõ, fiquem com o dito D. Diniz e com seus herdeiros legitimos, de legitimo matrimonio nacidos, e descendentes d'elle, e da dita D. Beatriz, com equivalencia, que por ello lhe foi dado.

E que para mais seguridade do suso dito o Conde entregue e ponha logo em poder do dito Pedro Nunes de Gusmaaõ a sua Fortaleza de Molle, e Fortaleza de Castro, e Outeiro de Rey se entregue ao dito D. Diniz, ao tempo que a Fortaleza de Sarria se entregar ao dito Conde, e o dito Pedro Nunes tenha a Fortaleza de Molle, para que naõ se comprindo, o que aqui vai capitulado, e asentado, ou qualquer couza dello, por parte do dito Conde, e o dito Pedro Nunes, se entregue logo a dita Fortaleza de Molle, ao dito D. Diniz, ou a seus herdeiros ou a mi, ou a meus herdeiros, sem ficar dello outra couza em contrario a outros descendentes legitimos segundo dito he. E avendo entregado o dito Pedro Nunes a dita Fortaleza como dito he, toda via o dito Conde fique obrigado a teer guardar e cumprir todo o aqui contheudo, ou pague a tença da Fortaleza de Molle.

E que se o dito Conde over fruto varaõ legitimo, de legitimo matrimonio nacido, que haja de herdar sua Caza o dito Conde entregue logo ao dito D. Diniz a dita Fortaleza de Sarria, e a elle se lhe entregue a dita Fortaleza de Molle.

E que se o dito matrimonio disolver entre os ditos D. Diniz e D. Beatriz, por morte do dito D. Diniz, sem ficar delles filho ou filha, o outros descendentes legitimos, de legitimo matrimonio nacidos, o dito Conde dê, e entregue a mi, e a meus herdeiros a dita Fortaleza de Sarria, e a elle se lhe entregue a dita Fortaleza de Molle, e gozem para seus dias das ditas Villas de Sarria, e Castro, e Outeiro de ElRey, com suas terras Vassallos e rendas, e jurdição.

E que por quanto o dito diz teer direito as ditas Villas de Sarria e Castro, e Outeiro delRey, que feito o dito casamento se comprometa por minha parte no dito Conde, em mãos e poder de duas boas pessoas de consciencia, para que dentro de hum anno, despois que as ditas pessoas forem nomeadas, detriminem entre nos a justiça, e se triminarem em meu favor, todo o capitulado e contheudo fica em sua força e vigor; e se detriminarem em favor do dito Conde, goze dello segundo o theor e forma da sentença, que sobre isto derem por as quaes pessoas, eu aja de mandar, que aceptem o poder  
para



para detriminarem , e que todo o aqui capitulado se entenda , ficando salvo o direito do dito Conde.

E que feito o dito casamento e consumado o dito matrimonio, entre os ditos D. Diniz, e D. Beatriz, eu faço merce ao dito D. Diniz de hum conto de maravedis de renda, perpetua cada anno, para sempre ja mais, no Reyno de Galiza, e nas suas comarcas, sobre Vassallos, ou em juro o qual eu aja de cumprir, dentro de outo annos primeiros seguintes, des o dia que o dito casamento se fizer, para seguridade do qual, ele pedir logo o privilegio do dito hum conto de renda de juro, e o poeer em poder do dito Pedro Nunes de Gusmao, para que o tenha em si dentro dos ditos annos, athe se cumprir o dito hum conto de maravedis de renda, segundo dito he, que o dito Pedro Nunes entregue o dito privilegio ao dito D. Diniz, para que dende em diante goze do dito privilegio.

E que se o dito matrimonio se dissolver entre os ditos D. Diniz e D. Beatriz, por morte de qualquer delles, ou em outra maneira, sem ficar delles filho ou filha, ou outros decendentes legitimos, e de legitimo matrimonio nascidos, em tal cazo as ditas Villas de Sarria, e Castro, e Outeiro de Rey, com suas terras e Vassallos e jurdição, preitos e direitos, e com todos os que lhes pertence, ou a equivalencia para ellas tiver dado, o dito hum conto de maravedis de renda, ou a parte delle, que se over comprido, se torne a mi, ou a meus herdeiros, gozando o dito Conde por sua vida das ditas Villas jurdição e rendas, e Vassallos como dito he.

E que se o dito D. Diniz herdar a Caza do Duque seu Irmao, que eu nao seja obrigada a cumprir o dito hum conto de maravedis de renda, nem couza alguma delle, salvo que fique a minha vontade de lhe fazer a merce, que quizer, e se alguma couza do dito hum conto se over comprido, se torne a mi, ou a meus herdeiros.

E que se o dito D. Diniz herdar a Caza do Duque seu Irmao, e a dita D. Beatriz a Caza de Lemos, o filho segundo delles ditos D. Diniz, e D. Beatriz, herde a Caza de Lemos, e senao ouverem filho varao legitimo segundo, herde a dita Caza sua primeira filha, ou filho varao, e se o nao over dos ditos D. Diniz e D. Beatriz, herde a dita Caza sua filha segunda, e que para ello eu aja de conceder a faculdade que for mister, para que assim se faça por esta vez, ficando para em diante maiorasgo da dita Caza de Lemos, e vinculos delle, em sua forca e vigor, o qual filho ou filha dos ditos D. Diniz, e D. Beatriz, que herdarem a dita Caza de Lemos, herdem asi mesmo todas, e quaesquer termos em qualquer maneira over feito o dito D. Diniz, em meus Reynos e Senhorios, e tome as armas, e apellido da dita Caza de Lemos, e que lhe dando a dita D. Beatriz a dita Caza de Lemos, o dito D. Diniz traga as armas da dita Caza a maõ esquerda das suas.

E que se o dito Conde over filho varao da Condessa D. Tareja sua mulher que aja de herdar sua Caza, em tal cazo o dito Conde aja de dar em dote, e casamento a dita D. Beatriz sua filha seis contos de maravedis, os quaes seja obrigado a pagar em outo annos pri-

meiros seguintes, des o dia que o tal filho nacer, e se a dita Condeffa sua mulher morrer em vida do dito Conde, e o dito Conde se cazar aja de dar em dote e em casamento ao dito D. Diniz, com a dita D. Beatriz sua filha dez contos de maravedis, pagados em os ditos outo annos, e para pago delles, ao tempo que o dito casamento se fizer, obrigue, e hipoteque as suas Villas de Meliza, e Ofontes de Garcia Rodrigues, e Molheenda e terras, com todo o a elles pertencente, e outros bens bastantes, e que os ditos D. Diniz, e D. Beatriz, gozem para si das rendas preitos, direitos dellos, e senão valerem cada anno duzentos mil maravedis, que o dito Conde seja obrigado a lhos comprar, e se mais valerem, sejaõ para o dito D. Diniz, e D. Beatriz, e que se o filho que o dito Conde ouver, e que ha de erdar sua Caza segundo dito he, morrer em vida do dito Conde, o dito dote ou que della se over pagado da dita hipoteca, se torne ao dito Conde e fique para o dito D. Diniz, e D. Beatriz, o que athe ali ouverem levado, e se deverem das ditas rendas da dita hipoteca, así mesmo se torne a entregar a dita Fortaleza de Sarria.

E que o dito Conde não seja obrigado em dar em sua vida aos ditos D. Diniz, e D. Beatriz, alem do suso dito couza alguã de seus bens e fazenda.

E que o dito D. Diniz dara a dita D. Beatriz as arras que se declarar, ao tempo do dito casamento, e para lhes pagar lhe dê a seguridade que for mester.

E que se ao dito Conde não ficar filho varaõ de legitimo matrimonio nacido, e ficar delle outra filha ou filhas legitimas os ditos D. Diniz e D. Beatriz, sejaõ obrigados a dar a cada huã dellas ditas filhas hum conto de maravedis para seu casamento.

E outro si que se o dito Conde morrer antes que a dita Condeffa sua mulher, e os ditos D. Diniz, e D. Beatriz herdarem sua Caza, sejaõ obrigados a dar a dita Condeffa cada anno por sua vida, para seu mantimento, não se cazando, trezentos e cincoenta mil maravedis, no melhor parado do Condado de Lemos.

E que se o dito Conde cazar, e over preito ou concordia, e em outra qualquer maneira, outros alguns bens, alem dos que agora tem, quando quer, e assim over, e ficarem em sua vida aos ditos D. Diniz e D. Beatriz, ametade da renda dello; e se over dous senhorios, e jurdiçoens de Villas lhe dem hum delles, qual o dito Conde quizer, com o senhorio, e Vassallos e jurdição e rendas, e outras couzas que lhe pertençaõ, e se em aquello se montar ametade da renda, do que así ouver facado, seja obrigado o dito Conde a lhes comprar ametade em dinheiro, cada hum anno, e lhe finaliar donde os aja, contraendo a donde lhos finaliar, não tenha jurdição, nem senhorio, e senão ouver senão hum lugar em tal cazo seja obrigado o dito Conde de lhe dar ametade da renda, e não mais, e que esto no se entenda das ditas Villas de Sarria, Castro, e Outeiro de Rey com suas terras; e o que assim lhes der seja para elles, e seus descendentes legitimos, e de legitimo matrimonio nacidos, e se a di-



ta D. Brites falecer sem deixar filho ou filha, ou outros descendentes legitimos, e de legitimo matrimonio nacidos, que os taes bens se tornem a dita Casa de Lemos depois dos dias de D. Diniz, o qual aja de gozar por sua vida dos ditos lugares e fortalezas, que do dito Conde ouver herdado da dita ametade, e das rendas e preitos e direitos de Vassallos, e jurdição delles.

E que o dito Conde jure em forma de direito, e faça preito omenagem de ter guardar, e cumprir todo ho em esta capitulação contheudo, cada couza, e parte dela.

E que outorgando o dito Conde esta capitulação como nela se contem ante Notairo, e firmando-a, e selando-a com o seu sello, em maneira que faça fe, se lhe otorguem todas as provizoens, e para comprimento do suso dito ou mandar ver o poder do dito D. Diniz para se despozar com a dita D. Beatriz, feito o dito despozorio dende a hum anno, primeiro seguinte, se cazarem e consumarem matrimonio como manda a Madre santa Igreja.

Do qual todo o que dito he outorguei a presente capitulação ante Gaspar de Grizio meu Secretario e a firmei de meu nome, e a mandei sellar de meu sello, que foy otorgada na Cidade de Granada, a trinta dias do mes de Setembro de mil e quinhentos e hum annos.

#### EU A RAYNHA.

Otorgamento e por mandado da Raynha. Gaspar de Grizio. Sellada.

Em a Villa de Monforte estando ahi presente D. Rodrigo Henriques Ozorio Conde de Lemos a cinco dias do mes de Março anno do nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo mil e quinhentos e dous annos, em presença de mi Alvaro Pires Daberno Notairo e seu Secretario e testigos de suso escritas, o dito Conde disse que sem prejuizo de quaesquer provizoens que elRey, e a Rainha nossos Senhores o qualquer de suas Altezas mandaria dar, e derem despois do outorgamento deste dia, acento e capitulação, em seu favor para o efeito do suso dito, das quaes mandarem dar, e derem daqui a diante, mais ante aquellas, ficando em sua força e vigor, que otorgava e outorgou esta dita capitulação e acento feito e outorgado da Raynha nossa Senhora, que de suso vai encorporada, e disse que prometia e prometeo de a guardar e cumprir, e de não hir, nem passar contra ello, nem em parte dello, nem em nenhum tempo, nem por alguma maneira, o qual disse que jurava, e jurou a Deos e a Santa Maria, e aos santos avangelhos e hum final da Cruz, que com sua mão direita tocou, do qual para maior abondamento, fez preito e omenagem como Conde e Cavaleiro Filhodalgo, segundo foro e Despanha, em mãos de Lopo Ozorio Cavaleiro Fidalgo, que delle recebeu e por maior firmeza, firmou aqui de seu nome, e o mandou sellar com o sello de suas armas, e outro si mandou a mi o dito Notairo o assinalar com o meu final que foi e passou dia mes e anno suso dito. Testigos que foraõ presentes chamados especialmente para ello, Nuno Alvers

Alvers Degustia Provisor, e Mestre Eschola de Ourense, e o dito Lopo Ozorio, e Pedro Passigna, e Heronimo Devaldaura, e Joaõ de Grey Regedor da Cidade de Lugo mordomo do dito Conde, e eu o dito Alvaro Pires de Lugo, Escrivão e Notairo publico sobre dito, e Secretario do dito Conde de Lemos, e a todo o que fuso dito he, e a cada huã couza, e parte dello, eu com os ditos testigos presente fui ao outorgamento do dito asento, e capitulaçom da Raynha nossa Senhora que de fuso vai encorporada original, o qual fica em poder do dito Conde, e o dito juramento e preito e omenagem que de fuso faz menção, e o dito treslado concertei com o dito Original proprio e segundo todo ante mi passou, de mandamento e outorgamento do dito Conde que aqui firmou seu nome, e mandou selar com o seu sello, bem e fielmente o fiz, hum por outro, a estas duas folhas e meia de papel, de meio prego, com esta em que vai meu final, e fiz a qui o nome acostumado, em testemunho de verdade Alvaro Pires Notairo.

*Testamento do Senhor D. Diniz de Portugal. Está no Archivo da Serenissima Casa de Bragança, donde o copiey.*

## J H S.

Num. 6.  
An. 1516.

**J**esu Christi Domini mei Crucifixi nomen dulce in primis invoco, & Beatissimam semper Virginem Mariam ejusque matrem quæ sola post filium unica spes mea, & necnon Sanctum Michaellem Archangelum paradisi Prapositum quem Ducem Custodem, & animæ meæ Defensorem accipio, & speciali precipuaque prerrogativa Beatum Joannem Baptistam Domini Precursorem, cum Beatis Apostolis Petro etheris clavigero Paulo vase electionis, Joanne Avangelista Domini Cubiculario, & Jacobo Zebedeo Hispaniarum Patrono, atque Beatum Franciscum crucifixi signum ferentem, & Beatum Antonium de Padua martirem desiderium summis suis meritis advocatos mihi cum ceteris omnibus Sanctis humiliter imploro in mei exitus Ora & nunc ut ad onorem Dei & salutem animæ meæ . . . . Amen.

Saibaõ quantos esta Carta de Testamento, manda, e postrimeira vontade virem como eu Dom Diniz de Portugal achandome com minha libertade de meu alvidrio, e sam entendimento por o qual dou a Jesu Christo meu Senhor infinitas graças considerando quam breve caduca, e transitoria seja a vida dos mortaes, e quam presto desaparecemos como sombra deste figlo vaõ, e caydeyro, e que naõ temos coufa mais certa que a morte, e coufa mais incerta, que o dia, e a ora della em isto avemos de velar, e trabalhar com todas nossas forças segundo por o sacro Avangelho somos amoestados, em a qual morte, dia, e ora della, e por naõ vellarem, nem olharem muitos ham sido salteados, e partidos deste figlo com forte periguo de salvaçam; porem eu dando muitas graças a Jesu Christo meu Senhor por



por ter por bem de me avisar para que vele, e este apercebido, e considere em o dia, e ora de minha morte damdome alguma paixão porque podia quando não pemsasse despedirse minha vida para dar conta a Deos de minha alma como de sua cousa propria por elle caramente comprada, e redemida, e ao mundo, e a minha mulher, e filhos dos bens temporaes para descamso delles, e para que depois de minha morte com mor cuidado, e deligencia procurem, e tenhaõ em memoria de rogarem a Deos por minha alma deliberei de fazer este meu testamento, e prostrimeira vontade, e manda em a forma seguinte.

Em Nome de Deos Padre, e Filho, e Espirito Santo que são tres pessoas distintas em huõ soo Deos verdadeiro, e todo poderoso ho qual confesso, e creyo firmemente em meu coraçam com todo o que cre, e manda a Santa Madre Igreja, e creio firmemente todos os artigos da fee asy como deve crer todo Catholico Christaõ em este credito protesto de viver, e morrer, e qualquer pensamento contrario, e sinistro opiniaõ que com arrebatamento, e desatino, ou de qualquer forte vir me possa des agora me desdigo, e o dou por nium, e de nium valor, e effeito, e primeiramente mando minha alma muy peccadora a JESU Christo meu Senhor a qual elle muy caramente comprou, e resgatou em a arbore Santa da Vera Cruz ✠ por seo precioso, e estimabye de sua santissima, e preciosa Sangre, e suplicolhe humilmente em quanto devo, e minhas fracas forças podem, a queira receber benina, e piadosamente não segundo meus merecimentos mas segundo a muytydumbre de sua misericordia, e piadade, e quera porla, e collocarla em sua santa gloria amem. Asy mesmo peço por merce a gloriosa Virgem Santa Maria sua Madre, e minha Senhora com todo acatamento, e humildade queira rogar por mim, e ser minha intercessora diamte o acatamento de seu glorioso filho em a qual comfio, e tenho esperanza, que por sua gloriosa intercessaõ minha alma peccadora seja livrada do poder do inimiguo mas quando de minhas carnes peccadoras sair, e peço ao Bemaventurado Senhor S. Miguel Alcangelo queira esforçar, guardar, guiar, e defender a minha peccadora, e temerosa alma em aquella forte batalha em que estara quando de minhas peccadoras carnes se ouver de apartar dos inimiguos maos que a queira comfomdir, e oprimir, e trabalharaõ de a apartar da congregaõ, e companhia dos Santos Anjos, e da Visam de JESU Christo meu Senhor pois que he elegido por Caudilho, e Capitam entre todo o Coro dos Arcanjos contra todos os Demonios inimigos das almas por JESU Christo redemidos, e asy mesmo roguo aos Bemaventurados Precursor de JESU Christo meu Senhor S. Joaõ Bautista, e Apostolo S. Pedro, e S. Paulo, e S. Tiago o Zebedeo, e S. Joaõ Avangelista cujo devoto, e servidor sou ainda que indigno, e peccador juntamente com os gloriosos Confessores S. Francisco, e Samtatonio de Padua, com toda a cavalaria, e exercito celystyal que queiraõ fer meus intercessores diamte JESU Christo meu Senhor, e asy mesmo me queira socorrer, e esforçar em o exitu, e transito de minha peccadora alma  
porque

porque confio , e tenho esperanza que com o muito merecimento seu supraõ minhas fraquezas , faltas , e defeitos , e me ganharaõ de meus erros perdaõ geral , e das muitas offensas que a Deos meu Senhor Criador , e Redemtor tenho feitas por naõ guardar sua Ley , e mandamentos como devia , nem me apartar do que era em seu desserviço , e desobediencia da Madre Santa Igreja.

Mando , e quero que minha alma peccadora seja apartada , e faya de minhas vys carnes em o abyto do Senhor S. Francisco as quaes carnes mando a terra de que foram criados , e em que se am de bolver , e mando que sejaõ sepultados em o Mosteiro de Santantonio de Momforte dentro da Capella mor , finandome em lugar que ao dito Mosteiro se possa levar por longe que seja , e roguo , e peço por merce ao Comde , e Comdessa meus Senhores se em aquelle tempo vivos forem me queiraõ honrar , e averse comigo em minha sepultura , e ossequios segundo , e na maneira ha rezam o demanda , e requeiro conformandose com minha vontade , que fugir a vanna gloria deste mundo , e desejar em todo que seja serviço de Deos , e salvação de minha alma.

Mando ao dito Mosteiro de Santantonio de Momforte toda a prata de minha Capella que agora tenho que he hum portapaz , e dous Caliz com suas patennas , e duas galhetas , e huã Cruz.

Mais lhe mando o Ornamento da dita Capella . . . . . que he hum Casula com suas Almatiguas , e Alvas , e hum frontal com hum Capa com seu dorfel.

Mais outro Ornamento de Raso amarello , e morado que he hum Casulla com seu adereço , e hum frontal , e hum dorfel.

Mando que o dia que a Deos aprouver de me levar , e minhas carnes derem a terra façaõ chamar , juntar meus compridores , todos os frayres , e cleriguos para que naquelle dia todos digaõ missa , e roguem a Deos por minha alma , e asy mesmo digaõ toda aquella forma todos os ditos frayres , e cleriguos cada dia missa as quaes missas sejaõ cantadas , e rezadas segundo parecerem a meus Compridores e diguo que se trabalhe de buscar todos os frayres , e cleriguos que se poderem aver , e achar.

Mando a meus Compridores que comprem toda a cera que lhes parecer que pertence para minha sepultura , e honras , e asy proveja em o dia de meu enterramento e terço , e em fim do anno , e asy em todo o de mais que necessario for para todas as missas que por minha alma mandarem dizer.

Mando que em todo hum anno des o dia que eu fallecer diguam por minha alma em o dito Mosteiro de Santantonio de Momforte huã Missa cantada de Requiem , e tres rezadas. S. da Conceição , Natividade , Annunciação de Nossa Senhora com commemoração de Santantonio , e de S. João Avangelista e asy mesmo mando que me dem e façaõ fim do anno segundo que a meus Compridores bem visto for.

Mando a meus Compridores que comprem renda de paõ ou vinho , ou dinheiro se eu a naõ deixar comprada que virem que bastara para



para sempre ja mais em o dito Mosteiro de Santantonio de Monforte todas as segundas feiras de todo anno diguam por minha alma, e de quem for obrigado huã missa cantada de Requiem a qual dita renda mando aos meus Compridores a comprem o mais presto que poderem do dinheiro de minha renda se devido se achar, e senão, mando que vendaõ todo o que bastar de minha prata para comprar a dita renda, ou se ser poder se empregue a dita prata, e se tenha maneira que meu filho mayor a torne recobrar a qual renda asy do pão, vinho, e dinheiro que asy comprarem mando que a dem, e entreguem ao Mayordomo que for dos frayres do dito Mosteiro para que o Guardiaõ, e frayres tenhaõ cuidado de dizerem a dita missa, e asy mando que na dita segunda feira que se disser a missa cantada arriba contheuda para sempre se digaõ outras tres rezadas da maneira que arriba estaõ apontadas, e as missas de Nossa Senhora, e que se compre renda para todas as ditas quatro missas.

Mando que o dia de minha sepultura vistaõ vinte e tres pobres asy homens, como molheres, e se ser poderem sejaõ pessoas fidalguas verguomçosas, e ortãs; o pano seja o que parecer a meus Compridores, e asy mesmo daraõ de comer todo aquelle anno cada dia a treze proves.

Mando a meus Compridores que o mais presto que poderem trabalhem dentro do anno que Deos for servido de me levar de me fazer dizer por minha alma dentro em Roma em a Igreja de Santa Maria de Populo, e de S. Pedro, e de S. Pablo, e S. Joham de Latram, e de S. Lourenço, oitenta e huma missas que seraõ tantas a respeito de nove festas de Nossa Senhora que ha no anno, e haõ-se de dizer nove missas em reverencia de cada huã daquellas festas, e faraõ commemoração em ellas do Santo que estiver na Igreja donde se differem, e de Santantonio, S. Miguel, e S. Johão Baptista, e asy mesmo me faraõ dizer outras tantas missas, e da maneira sobre dita em S. Tiago de Galiza, e outras tantas da mesma maneira em Santantonio de Padua as quaes mando que paguem a respeito de como virem que he o trabalho.

Mando que me diguaõ treze trintarios ferrados donde virem que mais devotamente se poderam dizer.

Mando que se dem em cada hum anno para obra do Mosteiro de Santantonio de Monforte em quanto não for feita a Igreja castralta, e baixa, refeitorio, e dormitorio vinte mil reis.

Mando que me diguam tres trintarios a Nossa Senhora de Guadalupe, e outros tres na Capella do Santo Crucifixo em Ourense e nove missas na Capella de Santa Eufemea da dita Igreja, e outras nove na Igreja de Santa Marinha de Tangas Santos.

Mando que se de casamento para nove Orfans filhas de criados do Duque meu Senhor que aja santa gloria, e do Comde meu Senhor dos que virem que tem mais necessidade, e dem a cada hum oitenta mil reis.

Mando se a Deos aprouver levarme a mim primeiro que a minha molher D. Briatiz Oforio de Castro que a dita minha molher D.

Briatiz guoze os dias de sua vida em quanto se não cazar, ou não erdar a Caza, e o Comdado de Lemos trezentos mil reis de meu juro em donde ella os quizer escolher com o mais a Caza de Ourense ainda que melhor lhe sera estar com seu Pay.

Dos outros setecentos mil reis que ficão de meu juro mando que se dem a Joaõ Mendes cem mil reis em toda sua vida o qual tem por minha conta em os dias de sua vida, e quero, e mando que se o dito Joaõ Mendez viver mais que eu que os outros seiscentos mil reis que ficão sacados os trezentos mil reis da dita D. Briatiz minha molher, e os cem mil do dito Joaõ Mendez se depozitem em cada hum anno em mãos, e poder do dito Joaõ Mendez para o cazaamento de minhas filhas que Deos me ha dado, e des daqui a diante; e asy mesmo mando que os vinte mil reis que arriba mando dem de esmola ao Mosteiro de Samtantonio de Momforte por o tempo arriba contheudo se saquem em cada hum anno dos ditos seiscentos mil reis, e não dos trezentos da dita D. Briatiz minha molher, nem dos cem mil do dito Joaõ Mendez.

Melhore a D. Fernando meu filho em terça, e remanecente da quinta de todos meus bens, ou ao que ficar por erdeiro da Caza de Lemos se a Deos prouver de levar ao dito D. Fernando, ou ao filho mayor que ficar, e quero que esta melhoria que agora faço fique por mayoralguo na Caza de Lemos aos que de mym descenderem, e que não possa ser vendido, nem enagenado em pessoa alguma, e se o for que não valga, e se torne toda via ao dito mayoralguo, e quero que seja o dito terço, e remanecente do dito quinto em o que couber no dito comto de reis de juro que asy tenho para sempre ja mais no Reyno de Galiza, e que seja todo emcorporado em o dito mayoralguo da dita Caza de Lemos, e suplico a ElRey nosso Senhor que se necessario for o vincule, e emcorpore no dito mayoralguo.

Diguo que se a Deos prouver não ficar de mym filho barão que eu melhore em terça, e em quinta em os ditos bens a minha filha mayor, e asy mesmo quero, e diguo que esta melhoria não a faço senão aos filhos, ou filhas que ficarem de mym, e de minha molher D. Briatiz Oforio de Castro.

Mando que todos os vestidos que de mym ficarem, e camizas, e roupa branca se venda, e o preço de todo ello se de a pobres de bem, e vergonhosos.

Mando que casandose D. Briatiz minha molher lhe paguem pouco a pouco em cada hum anno suas arras, e dote athe se pagar todo, e não lhe descontem para em pagua dello nenhuma cousa dos trezentos mil reis que asy ouver gozado de todos os annos passados porrem descomtelhe para em pagua das ditas arras, e dote todas as joyas de ouro, e prata que eu lhe tenho dado, ou der daqui a diante.

Mando que se por ventura se morrer algum de meus filhos, ou filhas sem erdeiro toda a parte de sua erança que asy lhe pertencer no dito comto de juro se torne, e bolva, e junte por via de mayoralguo com a Casa de Lemos com tanto que o que erdar a Casa de Lemos seja meu filho, ou desta molher.



Se a caso algum dos ditos meus filhos, ou filhas quizerem vender a dita parte que aly lhes vier por erança no dito comto de juro diguo que ho não possa vender a outro algum, ou em outra parte salvo ao erdeiro da Casa de Lemos, a qual dita parte como o dito erdeiro da Casa de Lemos ha comprar se junte loguo com todo o de mais que o dito erdeiro da dita Casa de Lemos tera no dito comto de juro ao mayoraçguo da dita Casa de Lemos, e isto se emtenda da maneira do Capitulo antes deste que he que ha de ser o mayoraçguo da Casa de Lemos meu filho, ou descendente por se emcorporar, e juntar a dita erança, e vendida ao dito mayoraçguo.

Mando que se avalie a Casa de Ourenle e toda a parte que couber a cada hum de meus filhos, ou filhas lha pague D. Fernando, ou o filho que erdar a Casa de Lemos, e se fique com toda a dita Casa.

Mando a meus Compridores que todas as pessoas que directamente mostrarem serlhes em alguma obrigação, ou carreguo lhes satisfacão, e descarreguem minha consciencia sobre o qual lhe encarreguo as suas, e mando que se venda de meus bens movees todos os que meus Compridores virem que são necessarios para comprirem minhas mandas, e obras pias.

Comsiderando o serviço que me haõ feito meus Criados, e sobre ello querendo descarregar minha consciencia, ou satisfazerlo dello mando primeiramente a meu Ayo Joaõ Mendez.

Nomeyo por Tytores de meus filhos, e filhas a D. Briatiz de Castro minha mulher, e juntamente com ella Joaõ Mendez meu Ayo com tanto que se a dita D. Briatiz de Castro se cazar que a dita Tytoria fique emteiramente ao dito Joaõ Mendez, e lhe emcarreguo que tenha muito carreguo de suas pessoas, e bens.

*Continuos.*

Mando a Joaõ Gomes Cabreira o qual ha dezafete annos que me serve, cem ducados.

Mando a Francisco de la Rana que ha onze annos que me serve, 40 ducados.

Mando a Gonçallo Pires que ha nove annos que me serve, 40 ducados.

A Nuno de Valladares que ha seis annos que me serve, 40 ducados.

Fernaõ Lopes que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.

A Brenaldo de Valladares que ha cinco annos que me serve, 40 ducados.

Pedro de Valladares por certo tempo que me servio, 40 ducados.

O Bacharel Souza que ha tres annos que me serve, 40 ducados.

Febus Rodrigues que ha que me serve tres annos, 40 ducados.

Alvaro Gil, 40 ducados.

Ho Doutor Medico, 40 ducados.

Rodrigo de Scobar, 40 ducados.

Tom. V.

Kkk ii

Azeve-

Azevedo , 40 ducados.  
Anuzeda , 40 ducados.

*Pajes.*

Francisco de Scobar que ha honze annos que me serve, 100 ducados.  
Ao Sotello que ha nove annos que me serve, 100 ducados, e hum vestido o melhor que tiver.  
A Diego de Lemos que ha que me serve seis annos, 100 ducados.  
A Pedro Annes que ha que me serve seis annos, 40 ducados.  
A Feyjoo, 40 ducados.  
A Loufadiſſa que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.  
A Arido, 40 ducados.  
A Sancho Lopez que ha tres annos que me serve, 40 ducados.  
A Ayres Conde que ha que me serve tres annos, 40 ducados.  
A Duarte Vaz, 40 ducados.  
A Sancho Vale que ha que me serve quatro annos, 40 ducados.  
A Febus de Novoa, 40 ducados.  
A Angerino Guita que ha que me serve quatro annos, 40 ducados.  
A Valcararista que ha que me serve, 40 ducados.  
A Guſmao, 40 ducados.  
Alexandre de Moura que ha que me serve tres annos, 40 ducados.  
A Feyjoo que entrou agora, 40 ducados.  
A Martim Alvers que ha que me serve seis annos, vinte e ſinco mil reis por o tempo que me ſervio.  
A Ornadilho que ha que me serve dous annos, 40 ducados.

*Moços deſpora.*

A Joao Vaz que ha que me serve homze annos, 40 ducados.  
Affonſo Lourenço que ha que me serve oito annos, 40 ducados.  
A Alvaro Martins que ha que me serve dez annos, 40 ducados.  
A Pedro de Ulhoa que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.  
Antonio que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.  
A Biscainho que ha que me serve cinco annos, 40 ducados.  
A Joao Belinho, 40 ducados.  
A Pedro Vasques que ha que me serve quatro annos, 40 ducados.  
A Vasco Rodrigues que ha que me serve dous annos, 40 ducados.  
A Diogo Affonſo, 40 ducados.  
A Vaz, 40 ducados.  
A Loufada, 40 ducados.  
A Pedro Rodrigues, 40 ducados.  
Fernam Paz moço da azemola, 40 ducados.

*Molheres minhas Criadas.*

A Briatiz Pirez dez mil reis com o de ſua filha.  
A Elena de Magalhaens cincoenta mil reis por ſeu caſamento como lhe foi prometido.



A Loufada trinta mil reis.  
A D. Maria quarenta.  
A D. Elvira cincoenta mil reis fenaõ forem pagados que lhe foram prometidos.  
A D. Violante quarenta.  
Annica quarenta.  
A Felipa de Souza quimze mil reis de seu casamento.  
A queixada quinze mil reis.  
A Violante Nunes seis mil reis.

*A meus Amos, e Amas.*

Mando ao Ammo, e Amma de D. Fernando dez mil reis.  
Ao Ammo, e Amma de D. Alomfo dez mil reis.  
Ao Ammo, e Amma de D. Pedro dez mil reis, e vestidos como se soe a dar aos outros.  
Ao Ammo, e Amma de D. Izabel dez mil reis.  
Ao Ammo, e Amma de D. Lianor dez mil reis.  
A Amma de D. Tereyja dez mil reis.  
Ao Ammo, e Amma de D. Mecia dez mil reis.  
Ao Ammo, e Amma de D. Constança dez mil reis.  
Ao Ammo, e Amma de D. Antonia dez mil reis, e seus vestidos como se derom aos outros.

Item diguo por quanto foy sempre minha vontade, e agora o he que meu filho segundo que he D. Afonso fosse Cleriguo, e asy mesmo o terceiro que he D. Pedro fosse servir ao Senhor S. Joham de Rodes que roguo, e pydo aos sobreditos Tytores tenhaõ forma, e maneira de por em caminho aos sobreditos meus filhos para que venhaõ em effeito disto que asy he minha vontade, e serviço de Deos, e para isto tomem para juda dello ha parte que lhes couber do dito meu comto de juro, e procurem que o dito D. Pedro va servir segundo que dito he o mais presto que puder.

Item roguo por serviço de Deos, e de minha parte peço por merce a ElRey de Portugal meu Senhor, e a Raynha D. Lianor, e a Duqueza minhas Senhoras; e asy mesmo ao Conde, e Condeffa meus Senhores, e a todos em geral, e a qualquer delles em particular que ao tempo de meu fallecimento vivos forem queiraõ tomar cuidado, e carguo de meus filhos para olhar por elles, e ajudarlos em todo o que poderem segundo a rezaõ para ello os obrigua.

Item deixo por Compridor deste meu Testamento a Joaõ Memdes de Vascomcellos para que tenha cargo, e cuidado de fazer cumprir todo o contheudo neste meu Testamento asy em o de minhas osequias, e obras pias como em todo o que tocar a descargo de minha alma, e consciencia por mym, e neste meu Testamento mandado para o qual lhe dou todo meu poder cumprido segundo lhe posso dar, e outorguar de direito, e sobre ello descarreguo minha comciencia, e emcarreguo a sua.

Item pello ao Illustrissimo Rey de Portugal meu Senhor que  
acatam-

acatando o devido que eu com S. Alteza tenho aja por bem de fazer merce a D. Fernando meu filho mayor da merce que me fez em minha vida, e sy por caso a nosso Senhor prouver de dispor d'elle que a mesma merce faça ao que soceder em grado em o mayoralguo da Casa de Lemos para se criar e que S. Alteza aja consideração ao suso dito, e ao desejo que sempre tive de o servir.

Item leixo, e instituyo por meus huniversales erdeiros em todos os outros meus bens movees, e raizees, e dinheiros a meus filhos D. Fernando, e D. Affonso, e D. Pedro, e D. Lianor, e D. Izabel, e D. Costança, e D. Micia, e D. Antonia, e ao filho, ou filha de que a dita D. Briatiz minha molher esta prenhada, e diguo que se for filho, que se chame D. Fadrique de Castro, e se filha D. Tereja, e esta dou, e outorgo por minha manda, e testamento ultima, e postrimeira vontade, e quero, e he minha vontade que esta valha como minha manda, e como minha ultima, e postrimeira vontade, e senão valer como manda que valha como Codicillo, ou como milhor ouver lugar de direito, e revoco outros quaesquer testamentos que aja feito antes de agora, e quero, e he minha vontade que valha este em a melhor via, e forma que ouver lugar de direito, e por major firmeza roguei a Frei João de Mures, Guardiaõ de S. Francisco que o firmasse de dentro, e de fora. Outro si mandando que porque eu nomeei em este meu testamento todos meus Criados, e Criadas, e alguns delles mandei o que me pareceo por o serviço que me am feito, e para ajuda de seus cazamentos, e a outros não vai senhalado o que lhes mando salvo em branco, quero, e he minha vontade, que meus Compridores de carreguem minha conciençia com os que não ey mandado nada, e lhes dem o que justamente merecerem por o serviço, que me am feito avida consideração o tempo que me servem, e a callidade das suas pessoas.

Suprico ao Illustrissimo Rey D. Carlos meu Senhor que veja ha cedula da merce, que tenho doutro conto de reis de juro do Senhor Rey D. Felipe seu Pay, que santa gloria aja, e tenha por bem de mandar livrar a meus filhes, e filhas sua Carta de privilejo para que lhe seja acudido com o dito conto de reis de juro, e lhe seja senhalado domde o ajaõ, e que mande S. A. pagar aos ditos meus filhos erdeiros o dito juro dos annos passados des o tempo que foi feita a dita merce com que se alimentem, e cazem.

Item mando, que meus Compridores paguem todas minhas dividas o mais presto que poderem, e mando que isto valha por a via suso dita com a dita disposição que de suso vaj especificada. Fr. Joannes de Mures, Guardianus.

Em a Cidade de Ourense a vinte e cinco dias do mes de Abril anno do nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil e quinhentos e dezasseis annos peramte mjm o Notairo publico, e em presença das testemunhas de suso escriptas este dia, que foi dia de S. Marco demtro dos Paços, e Casas de morada do Muy Illustre Senhor Dom Diniz de Portugal, estando ahi o dito Senhor Dom Diniz lançado em huma cama vendo-o, e conhecendo-o eu o dito escrivão, e as di-



tas testemunhas, e estando cara a cara, e sem que ouvesse Cortina, paramento, nem outra couza que o estorvasse, nem empedisse loguo o dito Senhor D. Diniz estando em todo seu fizo, e entendimento natural, segundo que craramente constou, e pareceo tomou em suas mãos esta escriptura, e testamento em que ha quatro folhas e meia escritas de papel emteiro, e disse que este era seu testamento, ultima, e derradeira vontade, e que queria, e era sua vontade, que vallesse por sua manda, e testamento, e derradeira vontade, e que o outorgava, e queria que vallesse como testamento seu, e como sua derradeira vontade, ou como melhor lugar ouvesse de direito, e que senão vallesse como testamento, vallesse como Codicillo, ou como melhor podese valer, e que revocava, e revocou outros quaesquer mandas, e testamentos, que antes de agora ouvesse feito, e queria que vallesse este, e não outro nenhum, e disse que era bem certo, e certificado das cousas nelle contheudas, e dos erdeiros, e legatarios, e executores, e testamentarios em elle contheudos, e porque estava emfermo, e mal de parelesia, em a mão direita, e não podia firmar, que rogava, e rogou ao Reverendo Padre Fr. João de Mures, Guardião de São Francisco desta Cidade de Ourense, que estava presente que firmasse por Sua Senhoria em seu nome, e como testemunha, e rogou a D. Pedro de Soutomayor, e a João Lopes Pardo, e Alvaro Doca, e Sueyro Feyjoo, e a Rodrigo de Scobar, e a Goterre de Sandoval, e a Pedro Vaz de Pugua, e Ayres Correa Conigo de Ourense, que estavam presentes, que fossem testiguos de como outorgava, e outorgou este testamento, e o firmassem aqui de seus nomes por roguo do Senhor D. Diniz. Frater Joannes de Mures, Guardianus como testigo. D. Pedro de Soutomayor. João Lopes; Frei João de Mures Guardião; Rodrigo de Scobar; Sueyro Feyjoo; Alvaro Doca; Ayres Correa Conigo; Goterre de Sandoval; Pero Vaz de Pugua.

Eu João Gonçalves de Servela, escrivão, e Notario publico em a Igreja, Cidade, e Obispado de Ourense, hum dos oito Notarios publicos do numero da dita Cidade de Ourense, e audiencia, e contratos della por o Senhor Obispo, e Igreja deste lugar, eu com os ditos testiguos, que foram chamados, e rogados por o dito Senhor Dom Diniz ao outorgamento do dito testamento presente fui, e o outorgou ante mim o dito Senhor D. Diniz, e segundo que neste dito auto se contem, e dou fee que fica em meu registro firmado dos ditos testiguos, assinado de meu sino outro tanto como aqui vai escripto, e emcorporado, e de roguo, e pedimento do dito Senhor D. Diniz o assinei de meu sino assy mesmo dou fee, que passou entre mim a dita abertura, e publicação do dito testamento segundo de suso se contem, e fica firmado dos ditos testiguos em o registro desta escriptura, e que reconheço ao dito Senhor D. Diniz, e aos ditos testiguos, e o fiz todo escrever em estas homze folhas de papel de prego emteiro com esta em que vai meu nome, e sino escripto, e puse ali meu nome, e sino acullumado em testemunho de verdade, que tal he.

*Segue-*

*Segue-se ho Coudecilho.*

Em a Cidade de Ourense a hoyto dias do mes de Mayo anno do Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e dezasseis annos este dia, que foi dia de S. Miguel ho Illustre, e manifico Senhor ho Senhor D. Deniz de Portugal nom revocando de seu testamento antes corregendoho, e emmendandoho por via de Coudecilho, e disse, que nomeava, e nomeou por seu Compridor, e executor do dito seu testamento ao Reverendo Senhor Afonso Guaguo Comendador de Paços . . . . ao qual deu poder para comprir, e executar ho dito seu testamento, e isto mandou por sua ultima vomtade, e rogou, e mandou ao Padre Fr. Joaõ de Mures Guoardiam de S. Francisco desta Cidade de Ourense ho firmasse por elle de seu nome de que foraõ testemunhas ho manifico Senhor Dioguo Furtado de Mendoça Guovernador deste Regno de Gualiza, e Pero Vaaz de Puga, e o Lecenceado Sancto Dominguo, e ho Bacharel Sousa, e Tapya, e Escobar, e Soutello Criados de Sua Senhoria Frater Joannes de Mures Gardianus. E eu Joham Guomçalves della cervella escrivaaõ, e notayro publico em a Igreja, e Cidade, e Bispado de Ourense hum dos oito notayros do numero da dita Cidade pello Senhor Bispo por a Igreja deste luguar em huõ, e com os ditos testiguos fui prezente ao outorguamento deste dito Coudecilho, e ao qual quedoo por ho dito Senhor Dom Deniz do qual dou fee que conheço, e por vista de Sua Senhoria fiz, e o firmou ho dito Padre Frey Joham de Mures Guoardiaõ, e fiz escrever por isso puz aqui este meu nome, e final acostumados, e em testemunho de verdade, que tal he.

Joham Guonçalves.

*Segu-se ho termo da titoria da Senhora D. Bristiz dada por Titor de seus filhos e filhas do S.nhor D. Diniz que sancta gloria haja.*

Em a Cidade de Ourense a quatorze dias do mes de Mayo anno do nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil e quinhentos e dezasseis annos em presença de mjm escrivaaõ, e testemunhas de suso escritas estando em as cazas do apozentamento da muy Illustre Senhora D. Briatiz de Castro, molher, que foi, e ficou do muy Illustre Senhor D. Deniz de Portugal, que sancta gloria aja, e sendo hi presente ho Senhor Bacharel Aparicio de Muñoz Juiz hordinairo em a dita Cidade, pareceo hy a dita Senhora D. Briatiz de Castro, e disse, que por quanto a sua noticia era vindo, que ho dito Senhor D. Diniz em seu testamento, e final dispozicam a leixara por Tutriz de seus filhos, e do dito Senhor D. Deniz que houveram durante ho matrimonio antre elles seguundo que constava por hua clausolla do dito testamento ho theor da qual abaixo sera posta, que passou ante mjm ho dito escrivaaõ porque Sua Senhoria dezejava,



va, e queria comprir em todo a vontade do dito Senhor D. Deniz, que ella avia aceptado, e aceptava ha dita tutela como Madre dos ditos seus filhos pera fazer nella ho que de direito devesse, e fosse hobligada, porem que pedia, e pediu ao dito Senhor Juiz que lhe fizesse fazer as solenidades que de direito se requeriam, e que ella estava prestes, e aparelhada de as fazer, e loguo ho dito Senhor Juiz disse que ouvia, e que estava prestes, e aparelhado de fazer ho que do direito devesse, e disse ha a dita Senhora Donna Briatiz de Castro que renunciasse ho Valeriano, e as secundas nuncias, e fizesse ho que o direito em tal cazo despunha, e logo a dita Senhora Donna Briatiz disse, que era contente, e que lhe aprazia, e que prometia, e prometeo, e se obrigava, e obrigou de nom se cazar a segunda vez, seni que primeiramente pedisse Tutor, ou Curador pera os ditos seus filhos segundo a callidade de suas pessoas, e assi mesmo disse que hobligava, e obrigou com sua pessoa, e bees moveis, e de raiz avidos, e por aver de dar boa comta com pagua aos ditos seus filhos da dita administração, e tutela vindo ho tempo de o prover, e para este effeito sendo certa, e certificada por injm ho dito escrivaaõ do fauor, e ajuda que as leys dos Emperadores Valyano, e Justiliano, e a costyuiçam nova dada as molheres pera que nom se possam hobliguar por outros, e pera que os contrauctos, e auctos que ella fizer sejam valiozos, e firmes, e disse que las renunciava, e renunciou por a forma que em ellas se continha, e loguo em presença de mim ho dito escrivaaõ jurou a Deos em forma de verdade, e de direito sobre hum sygnal de Cruz em que pos sua maaõ, que bem, e fielmente huzaria da dita tutela, e faria inventario bom, e verdadeiro, e faria todas aquellas couzas, que boa Tutriz deve, e he obriguada a fazer, ho qual visto pello dito Senhor Juiz disse que fazendo a dita Senhora D. Briatiz ho dito Inventayro dava, e deu poder a Sua Senhoria pera huzar da dita tutela, e pera fazer todas aquellas couzas, que de direito pode, e deve de fazer conforme a vontade do dito Senhor Dom Deniz, que sancta gloria aja, naõ emadendo, nem tirando em ella cousa alguma, e dava, e deu poder pera a fazer, e constituyr Procuradores, e Douctores assi pera os negocios, como pera os preitos, e pera isso interpunha, e interpos sua auctoridade, e decreto judicial tanto quanto podia, e com direito devia, e a dita Senhora D. Briatiz firmou todo ho sobredito no registo, e o dito Senhor Juiz o mesmo pera validação de todo esto; testemunhas que foram presentes chamadas, e roguadas ho Venerable Jacome de Rey, e Febus Rodrigues Coneguo de Ourense, e o Licenciado Sancto Dominguo, e Antonio moço desporas de Sua Senhoria, = D. Briatriz de Castro, = ho Bacharel Muños. E eu Joaõ Gonçalves da Cervella escrivaaõ, e notayro publico em a Cidade, e Bispaõ de Ourense huõ dos oito notairos publicos do numero da dita Cidade de Ourense audiencias, e contrauctos della por ho Senhor Bispo, e por a Igreja deste lugar em huõ com as ditas testemunhas fui presente a todo o que dito he, e que esta escriptura, e Carta de tutela, se contem dou fee que conheço os ditos Senhores

Dona Briatiz de Castro, e o Bacharel Muños Juiz, que a firmarom de seus nomes em ho registo desta escritura, e carta de que outro tanto fica affinado em ho registo deste, e de mim ho dito notayro, e a fiz aqui escrepver bem, e fielmente, e por isso pôs aqui este meu nome, e synal acostumados em testemunho de verdade, que tal he.

*Carta delRey D. Filippe II. em que confirma a D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira. Outra delRey D. Affonso V. em que fez merce a D. Affonso, filho do Duque de Bragança, da Alcaldaria, Cadea, e rendas da Villa de Estremoz, e seu Termo, e das terras de Riba de Vouga, a saber: Julgado Deixo, Oees, Paos, e Vilarinho, com todos os outros Lugares, e Reguengos, como trazia o Conde de Guimaraens, com todos seus direitos, e jurisdicção. Está na Torre do Tombo, na Chancellaria do dito Rey, do anno 1596, pag. 128.*

Num. 7.  
An. 1465.

**D**Om Phellippe, &c. a quantos esta minha Carta de confirmação virem faço saber que por parte de D. Sancho de noronha conde dodemira, filho do Conde dom Afonso de noronha que Deos perdoe me foi apresentado huã Carta delRey D. Afonso quinto que santa gloria aja, que se tirou da torre do tombo por minha provização da qual o treslado he o seguinte. Dom Afonso, &c. a quantos esta Carta virem fazemos saber que por dom Afonso meu muito amado sobrinho nos foi mostrada huã doação do Duque de Bragança seu padre, e afinada de cinco finais e asellada com cinco sellos da qual o theor tal he. Dom fernando, neto delRey D. João cuja alma Deos aja Duque de Bragança marques de Villa-Viçosa, Conde de Barcelos, de ourem, e de Arrayolos, e Conde de neyva, Senhor de monforte, e de Penafiel, juntamente com a Duqueza donna Joanna de Castro minha muito prezada e amada mulher, e dom fernando Conde de guimarains meu muito amado filho primogenito, e herdeiro sendo elle solteiro sem filho, e filha; e dom João meu muito amado filho; faço pura, e irrevoguavel doação antre vivos valedoura deste dia para todo sempre a D. Afonso meu muito amado filho a esto presente e aceitante, e a todos seus descendentes lidimos e leigos, da Alcaldaria e cadea, e rendas que eu tenho da Villa de estremos, e em seu termo asy como me foraõ dadas pelo Condestable meu avo, e as eu possui, e com todos os privilegios e liberdades que as eu tenho, e com poder de porem ahy alcaide piqueno Almo-xarife, ou escriptaõ os quaes uzem dos officios e jurdição como sempre uzaraõ em tempo do Condestable meu avo, e no meu, e as appellações e agravos dante o dito Almo-xarife venhaõ por ante o dito D. Afonso, ou por ante aquelle que seu luguar tiver, e di por ante os Dezembargadores do Senhor . . . . como sempre foi costume, e isso mesmo das minhas terras de riba de Vouga, s. dos Julgados



gados Deixo e Oees, e Paos, e Villarinho com todos os outros lugares, e Reguemguos, que hy tenho, aly como as hora de mim tras o Conde de Guimarães com todos seus termos, e rendas, e direitos, foros, e tributos, jurdição civil, e crime, mero, mixto imperio, e padroados de Igrejas que eu nas ditas terras hey, e de direito aver, e com poder de poer tabaliães, das quaes terras, e rendas elle possa tomar posse corporal real, e actual e as pelloir e continuar sem outra authoridade minha nem de justiça, e isto lhe faço por elle ser em idade, e disposição para ello, e por bem, e grandemente e como homem de seu estado, e daquelles donde descende poder, e servir elRey meu Senhor, e o principe seu filho, e a seus successores; a qual doação lhe faço, com condição que as ditas couzas que lhe aly dou nunca possam ser partidas nem emlheadas em outra parte nem se apenhem sem descontar, e isso mesmo que falecendo o dito D. Afonso sem filhos ou filhas, ou descendentes lidimos, e leigos, que entao se tornem as ditas couzas aquelle que for Duque de Bragança e com esta declaração, que falecendo o dito dom Afonso sem filhos ou filhas, ou descendentes lidimos, e leigos como dito he em minha vida, o que Deos nom mande que as terras de Riba de Vouguia se tornem ao dito dom fernando Conde de Guimarães meu muito amado filho, e as aya aly, e pela maneira que as outras couzas de que lhe agora faço doação, e a alcaidaria e rendas de estremos se tornem a mim; e tambem que dipois por tempo falecendo todos os que do dito D. Afonso descenderem que estas couzas haõ de herdar que todo inteiramente se torne aquelle que for Duque de Bragança, e isso mesmo que aqueecendo o que Deos não mande, que o que a dita successão tiver a perca por algum cazo, que ella otorfy torne logo ao outro seguinte em grao que as ditas couzas herdaria, se o possuidor naturalmente falecesse, e esta doação lhe faço sem embargo de quaesquer leys e direitos civeis, e canonicos, grossas e opinioes de Doctores, e ordenações do Reyno, que em contrario seyaõ, e peço por merce a elRey meu Senhor que aly o queira confirmar, e por certidaõ dello mandei dar esta minha Carta ao dito D. Afonso de doação asinada por mim, e pela dita Duqueza minha mulher, e pelos ditos meus filhos e asellada dos nossos sellos, e tambem asinada pela dita D. Izabel, mulher do dito D. João meu filho, e asellada do seu sello; dante em Villa-Viçosa dous dias do mez de Janeiro, o Bacharel a fez anno de nosso Senhor Jezu Christo de mil e quatrocentos e sesenta e cinco annos. Ainda que esta declaração não fosse necessaria, porem por tirar duvidas que poderiaõ sobrevir as rendas de estremos, se entendem reguemguos de paõ, e vinho, azeite, e asenhas, e reguemguos de ortas, e foros, e tributos dos Judeus, e mouros, e tabaliaes, e portagem, e geralmente todallas outras rendas que hi hey. Pedindonos o dito Dom Afonso que lha confirmassemos nom somente por ella ser tal que excede a cantidade do direito, e deve ser insinuada, mas ainda por ser de couzas da Coroa do Reyno, que sem nosso expresso consentimento, e confirmação se não podia fazer que por direito vallesse, e nos

vendo seu requerimento conhecendo seus muitos e estremados serviços que d'elle recebemos e esperamos ao diante e grandemente receber, e esguardando isso mesmo o devido tam cheguado que comnosco tem a nos praz, e por tirarmos duvidas que se recrecer poderiaõ destas palavras em esta doação postas. S. e pera todos seus descendentes lidimos, e leiguos, conformandonos com a vontade do dito Duque, em este modo, que o filho major Baraõ lidimo e leiguo, a sua morte succeda toda esta herança *in solido*, e asy dehy em diante todos seus descendentes, e quando hy naõ ouver Baraõ dos descendentes do dito D. Afonso, que venha por Baroẽs, succeda o Baraõ mais velho que venha de femea a mais velha, e sessando todollos Baroẽs, como dito he antaõ venha à femea mais velha, e leigua que descenda de Baraõ se ahy o ouver, e naõ o avendo hy que descenda de Baraõ, venha a mais velha que descenda de femea asy que quando ahy naõ ouver Baroẽs nem femeas descendentes do dito D. Afonso, entaõ se torne esta successaõ a dita Caza de Bragança, e porem de nossa certa sciencia, e poder absoluto com esta declaração confirmamos, e aprovamos, e louvamos, e retecificamos a dita doação como em ella he contheudo, e nossa authoridade Real em ella entrepoemos, e queremos, e mandamos que valha, e seja firme para sempre, suprimdo em ella todo o defeito de solemnidade que o direito requiere para valer, e mais firme fer, nom embarguante o direito Canonico, e Civil, grossas, e opinioẽs dos doctores, façanhas, e leys de Espanha e Ordenaçoẽs do Reyno que em contrario sejaõ nom embarguante a ley mental, que diz, que terras da Coroa do Reyno nõ venhaõ a femeas, a qual em este cazo nos praz expressamente deroguar, os quaes direitos todos aqui avemos por expressamente nomeados, e nomeando-os expressamente revoguados, e cassados, irritados, annullados, e aniquilados, posto que taes sejaõ que em sy tenhaõ clauzulas derogatorias aos futuros rescriptos, ou taes sejaõ de que se deveria de *verbo ad verbum* fazer expressa menção porque nossa merce, e vontade he, de os aver aqui todos por expressos, e as clauzulas delles, e os aniquilar, annullar, cassar, irritar, e deroguar, em quanto a essa doação, e nossa confirmação embarguaõ, a naõ valer, ou a menos valer, em parte, ou em todo, porque asy he nossa merce e vontade e porem mandamos dar ao dito D. Afonso nosso bem amado sobrinho esta nossa Carta de doação e confirmação, afinada por nos, e asellada de nosso sello; dada em Estremos a sete dias do mes de Janeiro. Dioguo Lopes a fez anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos sesenta e sinco annos. Pedindome o dito Conde de Odemira D. Sancho de noronha por merce, que por quanto elle era o filho Baraõ unico que ficara por falecimento do Conde D. Afonso seu pai que Deos perdoe que herdara, e succedera sua caza, e titulo, e lhe pertenciaõ os lugares, Deixo, Requeixo, Paos, e Oeẽs contheudos na Carta delRey D. Afonso quinto nesta tresladada por bem da sentença que se deu na demanda que o Conde D. Sancho seu avo trouxe com Alvaro de Souza, e com o procurador de minha Coroa, sobre os ditos lugares, porque foi julgado pertencerem ao dito



to Conde seu avo, e a seus descendentes os lugares Deixo, e Requeixo, Paos, e Oeës despois das mortes do dito Alvaro de Souza, e Diogo Lopes de Souza seu filho como mais largamente constava da dita sentença que me prezentou, ouvesse por bem de lhe mandar em nome d'elle Conde passar Carta dos ditos lugares por quanto a não tiverão os ditos Condes D. Sancho, e D. Afonso seu pai, e avo, por falecerem primeiro que o dito Diogo Lopes de Souza, por cuja morte ouveraõ de succeder os ditos lugares conforme a dita sentença, por bem da qual estava elle Conde ja em posse delles, conforme a huã provizaõ do Senhor Rey D. Henrrique meu tio que santa gloria aja, porque ouve por bem que a Condeça donna Villante de Castro, sua māj podesse tomar posse dos ditos lugares como tutora e administradora que hera d'elle Conde seu filho menor, tanto que vagualle por morte do dito Diogo Lopes de Souza, e visto seu requerimento, e a carta nesta tresladada papeis e a dita sentença que com ella me prezentou porque se mostra pertencerem os ditos lugares Deixo, e Requeixo, Paos, e Oeës a elle Conde D. Sancho de noronha, e aver de succeder nelles por morte do dito Diogo Lopes de Souza por bem da dita sentença conforme a qual e a dita provizaõ do Senhor Rey D. Henrrique, esta ja em posse delles, tenho por bem, e lhe confirmo a dita Carta nesta tresladada, e hey por confirmada e mando que se cumpra e guarde a elle Conde, e a seus descendentes, asy, e da maneira que nella e na dita sentença se conthem; e por firmeza de todo lhe mandei dar esta minha Carta por mim afinada, e sellada com meu sello de chumbo pendente, dada na Cidade de Lisboa aos oito dias do mez de março, Duarte Caldeira a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e noventa e seis annos.

*Contrato do casamento de D. Affonso, filho do Duque de Bragança, com D. Maria sua mulher. Está no Archivo Real da Torre do Tombo, liv. 3. dos Mysticos, pag. 35, donde o copy.*

**D**Om Affonso, &c. a quantos esta carta de confirmação virem fazemos saber que por D. Affonso meu muito amado sobrinho nos foi mostrado hum estormento de contrauto de casamento dantre o Conde de Odemira noso muito amado primo e ele de qual o theor tal he. Em nome de Deos amen saibaõ quantos este estormento de dote arras e casamento virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos sesenta e cinco, des dias do mes de Junho em a Villa de Odemira nos Paços do muito honrado D. Sancho de Noronha Conde da dita Villa de Odemira Senhor de Aveyro, e a honrrada Senhora Condeffa D. Mecia de Souza sua mulher e D. Maria sua filha e estando hi outro si de presente o muito honrado Senhor D. Affonso filho do muito honrrado Senhor D. Fernando

Num. 8.  
An. 1465.

nando neto de ElRey D. Joaó cuja alma Deos haja Duque de Barga-  
 ça Marques de Villa-Viçosa Conde de Barcellos e Ourem, e Dara-  
 yolos, Conde de Neiva, Senhor de Monforte e de Penhafiel, e da  
 muito honrada Senhora Duqueza D. Joanna de Castro e em prezen-  
 ça de mi Tabaliom e testemunhas ao diante escritas pera esto especi-  
 almente chamadas e rogadas, o dito Conde e Condeffa differom que  
 assi era verdade que per authoridade e consentimento delRey seu Se-  
 nhor eles tinhaõ contrautado firmado e acertado cazamento antre sua  
 filha D. Maria que presente estava com o dito Senhor D. Affonso  
 que outro si presente estava com certas clauzulas e condiçoens, em  
 que eraõ acordados sobre o dote e arras, as quaes eraõ estas que ao  
 diante seguem. Primeiramente ele dito Conde da em dote em nome  
 de dote a dita sua filha com o dito D. Affonso estas couzas que ao  
 diante seguem. Primeiramente a dita Villa de Odemira e a Villa de  
 Aveyro e a Villa do Vimeiro, e o Castello delvas com o reguengo,  
 e o Castello de Extremos, e todalas outras couzas que ele da Croa  
 do Regno tem, assi e taõ compridamente como as ele tem e tras del-  
 Rey e em suas Cartas que elo do dito Senhor tem he contheudo, re-  
 zalizando ele dito Conde o uzo-fruito das ditas terras, e da jurdição  
 para si em toda sua vida. Item differam mais o dito Conde e Con-  
 deffa que davaõ em dote e cazamento e em nome de dote a dita sua  
 filha D. Maria com o dito D. Affonso a sua terra de mortaagua, que  
 ele ove em cazamento com a dita Condeffa com este entendimento e  
 condiçom, que elles ajaõ em toda sua vida o uzo-fruito da dita terra,  
 e da jurdiçom, e acontecendo que ele dito Conde faleça desta vida  
 primeiro que a dita Condeffa a dita Condeffa avera o uzo-fruito da  
 dita terra jurdiçom em toda sua vida e per seu falecimento fique des-  
 pachadamente a dita D. Maria sua filha. Item mais dise o dito Con-  
 de que dava em dote e em nome de dote a dita sua filha com o di-  
 to D. Affonso noventa e sete mil cento e quarenta e dous reis que  
 ele ha de asentamento de elRey meu Senhor os quaes lhe apras, que  
 a dita D. Maria sua filha logo aja deste primeiro dia de Janeiro que  
 de vir ha em diante segundo os o dito Conde per suas Cartas avia e  
 ja a dita sua filha per sua Carta tem outorgada, e pede a ElRey por  
 merce que os tire logo dele e os ponha no dito D. Affonso e sua fi-  
 lha pera soportamento dos carregos do cazamento. E por quanto  
 ele dito Conde tem consentimento do Senhor Rey, de poder dar es-  
 tas couzas a dita sua filha, pede ao dito Senhor que assi as queira con-  
 firmar como aqui he contheudo rezervando sempre para si o uzo-frui-  
 to de todas estas couzas como em cima se contem. Dizendo logo o  
 dito D. Affonso que acceptava as ditas couzas em dote e em nome de  
 dote como dito he e prometia de dar, e dava a dita D. Maria que  
 presente estava des mil dobras douro Castelhanas ou seu intrinseco  
 commum e direito balor, como ao tempo das pagas valerem, e nom  
 correntes nem pagadas pela valia e ordenação que sobre elo despoem  
 e fala a qual ordenaçom lhe praz que em tal cazo nom aja lugar nem  
 outra qualquer, que contra esto faça, mas toda via lhe praz, que se  
 paguem no preço que comunmente valerem, e se por elas poderia  
 achar



achar ao tempo das pagas, e esto com esta condiçom que falecendo ela primeiro que ele postumeiro, ficando filhos de antre ambos e nom aja arras alguas, e falecendo ele primeiro que ela, sem dela aver filho ou filha ela aja inteiramente as ditas dez mil dobras, e acontecendose que aja filhos de antre ambos e ao tempo do finamento dele os hi no aja, ou despois de sua morte faleçom primeiro que a dita sua madre, estando ela em sua honrra e nom cazando em quanto asi crear e mantiver, e governar os ditos seus filhos ou filhas que falecendo eles primeiro que ela, aja toda via as ditas dez mil dobras darras pelo modo suso dito, e cazando ela, em vivendo os ditos seus filhos e filhas, posto que depois faleçom ante de sua morte dela, ela perca as ditas arras, e nom as possa mais aver, e as ditas terras bens fiquem izentamente aos que de direito pertencerem, pelas quaes dez mil dobras ele exprefamente, e especialmente hipotica, e apenha as rendas Destremos e terras Deixo Requeixo Paaos, e Oeës, e todalas outras terras que ele do Senhor dito seu padre ouve, e asi os bens que ouve do Senhor D. Joaõ seu Irmão, em a dita Villa Destremos e fora dela as quaes couzas jurdiçom e rendas dellas ele quer e outorga, que a dita D. Maria tenha e aja athe ser entregue paga e satisfeita das ditas des mil dobras, ou de seu intrinfeco e justo valor como dito he, e esto descontando as rendas das ditas couzas da copia e justa valia das ditas des mil dobras, pedindo ao Senhor Rey por merce que assim o queira confirmar e outorgar, que as ditas terras e rendas sejaõ apenhadas pelas ditas dez mil dobras, e porque de todo esto lhes asi prazia, mandaraõ os ditos Senhores fer feitos cenhos estromentos ambos de hum theor e este he do dito Senhor D. Affonso e eu Luis Gonçaves pruvico Tabaliam de ElRey meu Senhor na sua Cidade de Silves, que por sua authoridade e mandado especial a mi por ora elo outrogado para esta escriptura poder fazer em a dita Villa de Odemira segundo em seu afinado mais compridamente he contheudo cujo o theor he este que se segue. Nos ElRey por este alvara damos licença a Luis Gonçaves Tabaliam por nos em a Cidade de Silves que ele possa vir fazer a Villa de Odemira huã escriptura que pertence ser feita antre D. Affonso nosso muito amado sobrinho e o Conde de Odemira nosso muito amado Primo a qual escriptura alentara em seu livro das notas, e fera valioza como se feita fosse por qualquer outro Tabaliam, a que pertensefe aver de fazer e esto sem embargo de quaesquer nossas defezas ordenaçoens feita em contrario desto, e porem mandamos a todos nossos Corregedores Juizes e Justiças, a que o conhecimento desto pertencer, que sobre elo nom ponhaõ nem consentaõ, sobre ello poer alguã duvida ou embargo, feito em Portalegre vinte dias de Mayo Affonso Garces o fez anno de mil e quatrocentos e sessenta e cinco. Isto escrevio, testemunhas Affonso de Miranda do Conselho de ElRey, e Nuno de Barbuda Escrivaõ dos maravedis do dito Senhor, e Affonso da Costa Alcayde de Lagos, e Vicente Simoens Contador de Beja, e Alvaro Mendes Ouvidor em o Regno do Algarve, e Fernaõ de Lemos Escudeiro do dito Senhor D. Affonso e outros. E eu sobredito

bredito Luis Gonçalves Tabaliaõ, que per poder da dita authoridade este estromento eſcrevi e aqui meu ſinal fiz que tal he. Pedindonos por merce o dito D. Affonſo da parte do dito Conde e ſua, que confirmafemos e aprovaſemos o dito contrauto antepoendo em ele noſſa authoridade Real e viſto por nos o dito eſtromento de contrauto e cazamento, e entendido todo, e cada huã particula em elo conteudo, e vendo o que nos aſi envia pedir o dito Conde, e pedia o dito D. Affonſo avendoo por ſerviço de Deos e noſſo, o dito cazamento ſer acertado e feito querendolhes fazer graça e merce de noſſa certa ſciencia e poder abſoluto, aprovamos louvamos, ratificamos, e confirmamos o dito contrauto e noſſa authoridade Real, em ele antrepoemos, que valha e ſeja firme, aſim e taõ compridamente como em ele he conteudo aſim queremos e mandamos, que valha e ſe cumpra em todo, e por todo ſem nehũ falecimento ſuprindo em ele todo o defeito, e mingoa que em ele aja, aſim de feito como de direito porque noſſa merce e vontade he inteiramente ſer cumprido e guardado, como ſe nele contem, ſem embargo de quaefquer Leys, e Ordenaçoens, que em contrairo ſejaõ, em todo o em parte, as quaes de noſſo poder abſoluto, quanto he a este contrauto e clauſulas delle, revogamos, derogamos, caſſamos, e anhilamos, e tolhemos em todo e queremos e mandamos, que nom valhaõ contra ele, nem ajaõ nenhum eſeito, antes queremos que ſeja firme e valiozo, ſem mingoa e deſfalecimento algum, e vindo cazo que o dito apenhamento aja lugar, nom queremos que peſſoa alguã ſeja recibida a dizer que eſtes bens, ou alguns delles, aſim apinhados ſaõ da Croa do Regno, vindo a nos, ou algum outro por noſſo otorgamento, para aſi nom poderem ficar obrigados, por quanto nos de noſſa certa ſciencia, e poder abſoluto queremos, que valha e ſeja firme o dito apinhamento, no modo e maneira que neſte contrauto a nos aqui apreſentado, he contheudo, e encomendamos a todos noſſos herdeiros e ſucceſſores, que aſi cumpraõ e façom guardar todo como em o dito contrauto ſe contem, e per nos he confirmado, e aprovado, e aqueles que o cõprimem ajaõ a bençaõ de Deos, e noſſa, e Deos dee graça aos ſeus ſucceſſores, que cumpraõ o que eles ordenarem, e por firmidoẽ dello mandamos dar eſta noſſa carta de confirmaçom ao dito D. Affonſo dada em a noſſa Villa de Portalegre a quinze dias de Junho Alvaro Lopes a fez anno do nacimiento de Noſſo Senhor Jeſu Chriſto de mil quatrocentos e ſeſenta e cinco annos.

*A D. Affonſo. Carta, porque foy feito Conde da Villa de Faraõ, com doaçã da dita Villa, e do Caſtello, e menagem della, com todas ſuas rendas, e direitos. Eſtã no liv. 2. dos Myſticos, pag. 40.*

Num. 9. **D**Om Affonſo, &c. A quantos eſta noſſa Carta virem fazemos ſaber que nos vendo e concirando os muitos e grandes ſerviços que nos e noſſos Regnos havemos recebidos de Dom Affonſo meu muito

An. 1469.



muito amado sobrinho e aos que ao diante esperamos delle receber e querendolhes galardear como a nos cabe por seus grandes merccimentos e por o grande amor e divido que com elle temos de nosso moto proprio certa sciencia poder absoluto querendolhe fazer graça e merce com prazer e requerimento do Principe nosso sobre todos muito prezado e amado filho. Temos por bem e fazemollo Conde da nossa Villa de Faram e lhe fazemos pura e inrevogavel doaçam antre os vivos valledoiras em todollos dias de sua vida da dita nossa Villa de Faram e do Castello e da menagem della com todas suas rendas direitos foros censos emprazamentos tributos Padroados de Igrejas que a nos e aos Reys que ante nos foraõ em a dita Villa pertençaõ ou pertencer podem e com todallas pençoes frutos novos portagens passagens açougagens e outras quaesquer rendas bens e couzas que na dita Villa havemos posto que aqui nomeadas não sejaõ e se para nos recadaõ e a nos e a nossa Coroa Real pertencem de qualquer maneira e callidade que seja e de direito devemos daver todo damos ao dito Dom Affonso com todas suas entradas e sahidas e pertenças valles montes fontes marinhas que a nos pertencem campos termos lemites matos soutos rotos e por romper recios passigos montados ribeiros rios e pescarias delles e com todallas outras rendas direitos corporaes temporaes reaes reguengos Taballiaos pençoes delles e com toda a jurdição da dita Villa Cível e Crime mero mixto Imperio resalvando pera nos Correição e alçada e que elle possa tirar e poer todollos officiaes da dita Villa e termo assi os que pertencem a justiça como os outros que pertencem as rendas e direitos Reaes da dita Villa. Outro sy queremos que o dito Dom Affonso possa poer Taballiaes na dita Villa assy publicos como judiciaes quaesquer que se vagem ou os possa de novo poer ou remover quando quer que lhe bem parecer os quaes Taballiaes queremos que se chamem por elle e em seu nome fação todas as escrituras que a seus officios pertencerem não embargando a ordenação e queremos que o dito Dom Affonso se possa chamar Conde da dita Villa e por esta nossa Carta lhe damos poder e lugar que elle possa tomar por sy ou per outrem a posse atual corporal Cível e assy posse da dita Villa e seu termo e da jurdição e senhoria della e mandamos ao Alcayde do Castello da dita Villa que receba ao dito Dom Affonso no dito Castello e lhe faça logo a menagem por elle como a nos tem feito e tambem mandamos a todollos Cavalleiros fidalgos Regedores officiaes, amenistradores da dita Villa e aos escudeiros e povo della e seu termo recebaõ o dito Dom Affonso por Senhor em todollos dias de sua vida e lhe fação seu e o recebaõ por Senhor e Conde della sem outra contradicção alguma por quanto assy he nossa merce nam embargante os direitos Canonicos Cives ordenações do Regno façanhas grossas opinioens de Doutores que em contrairo desto fallem e que embarguem a esta doação nam valler ou a menos valler que nossa merce e vontade he ser firme valledoura em vida do dito Dom Affonso como em sima dito he assy em nosso tempo como de nossos soccessores que despoz nos vierem aos quaes rogamos e emcomendamos que o cumprão e guardem

dem como nella he contheudo e não vão contra ella em maneira alguma que seja e mandamos ao Contador do nosso Regno do Algarve e ao nosso Almoxarife da dita Villa e ao escriptão do dito officio e aos que depoz elles vierem per nossos Contadores Almoxarifes escriptaes que leixem ao dito Dom Affonso haver e pera sy recadar todas as ditas rendas e direitos foros tributos da dita Villa e termo que nos em ella havemos e nos de direito pertençaõ porque nossa merce e vontade he em toda sua vida lhe fazemos merce da dita Villa e Castello e menagem della e todallas couzas e rendas que a nos e a nossa Coroa Real pertencem como em cima faz mençaõ com todollos privilegios costumes e liberdades que nos sempre pessuimos e de direito devemos pessuir resalvando somente pera nos as fizas geraes panos e vinhos e dizinia nova do pescado e das couzas que per mar vierem aa dita Villa de fora de nossos Regnos e rezalvando outro sy algumas das sobreditas rendas que ja tinhamos dadas a algumas pessoas per nossas Cartas ante da dada desta nossa Carta porque lhas não entendemos de tirar as quaes pessoas queremos que não fação das ditas rendas escambo nem venda nem trato algum senaõ com o dito Dom Affonso e vagando as ditas rendas em vida do dito Dom Affonso por qualquer modo e maneira que seja entaõ nos pras que elle as haja per o modo e maneira suso dita e quando as assy houver lhe mandaremos descontar outro tanto em cada hum anno de seu assentamento quanto renderem as ditas rendas que assy dadas temos e em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada per nos e per o dito Principe meu filho assellada do nosso sello de chumbo per a qual mandamos ao dito nosso Almoxarife escriptão que a fação registar em seu livro para se saber como esta outorgado ao dito Dom Affonso e elle tenha esta para sua guarda. Dada em a nossa sempre leal Cidade de Lisboa vinte dous dias de Mayo Pedro Lourenço escriptão da fazenda do dito Senhor a fez anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos sessenta e nove.

*Carta do assentamento do Conde de Faram. Está no Cartorio da Casa de Bragança, donde a tirey.*

**Num. 10.** **D**Om Afonso por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves Senhor de Cepta e dalcacere em Africa. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que avendo nos respeito aos muitos servios que temos recebido de Dom Afonso Conde de Faram meu muito amado sobrinho e querendolhos gualardoar em alguma parte como a nos cabe temos por bem e queremos que elle tenha e aja de nos desde Janeiro que ora passou, de quatrocentos sessenta e nove em diante em cada hum anno de seu assentamento quatrocentos mil reis brancos duzentos e quarenta e dous mil e oitocentos cinquenta e oito reis, que dantes avia e cento cinquenta e sete mil cento quarenta e dous reis, que lhe ora des o dito em diante acrecentamos os quaes quatrocentos mil reis lhe seraõ asentados em os livros de nossa fazenda



da donde lhe em cada hum anno seja dado carta delles para lugar onde lhe sejam bem pagos e em testemunho dello lhe damos esta nossa Carta por nos a finada e selada do nosso sello pendente dada em a mui nobre e sempre leal Cidade de Lisboa a dezouto dias de Junho Gonçalo Rodrigues a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1469.

*Outra.*

**N**Os ElRey fazemos saber a quantos este nosso Alvara virem que a nos praz, que ao Conde de Faram meu muito amado sobrinho sejaõ assentados em Lixboa sempre em cada hum anno quatrocentos mil reis de seu assentamento naquelles lugares onde os elle atee ora ouve; e porem mandamos aos Veadores de nossa fazenda que asy o cumprão, e goardem sem outro embargo que a ello ponhaõ, porque asy he nossa merce feita em Evora a doze dias do mes dabril Rodrigo aões o fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e setenta e cinco.

*Bulla do Papa Paulo II. porque relaxou o juramento a ElRey D. Affonso V. para haver de dar Faro ao Senhor D. Affonso, filho do Duque de Bragança D. Fernando I. Original está no Archivo da dita Casa, donde a copiey.*

**P**aulus Episcopus Servus Servorum Dei. Carissimo in Christo filio nostro Alfonso Regi Portugalliae Illustri; salutem, & apostolicam benedictionem. Petisti à nobis per litteras tuas alias, & nunc etiam instantius Regia tua Majestas petit, ut absolutionem juramenti cujusdam, quod Opidanis de Faron in privilegio insertum feceras tibi concedemus, in quo sub hac verborum forma, videlicet juramus, & promittimus sub nostra Regia fide illis pollicebaris, sola tua mera liberalitate inductus, vel temporis conditione suadente ne unquam dominium illius Opidi alicui dares, quod cum nunc dilecto filio Alfonso Nepoti tuo Comiti ejusdem loci, filio Ducis Bargantiae, propter magnas, ut ais, & legitimas causas dederis, conscientiae scrupulo movebaris; Nos itaque cum ex tuis litteris sepe numero intellexerimus strictissimum sanguinis vinculum, quo tibi dictus Alfonso Comes de Faron conjunctus est, sciamusque Majestatem tuam pro Magistratu de Avis, magna in Regno tuo dignitate in ejus favorem sepe, & multum nobis supplicasse, & te hoc illi Opidum, & insignia Comitatus in recompensam quandam non adepti illius Magistratus, ut asseris ejus vita durante, donavisse, cujus etiam possessionem tuis jussis consequutus est, quam firmam esse, & nunquam retrocedere bono exemplo omnium subditorum tuorum, & quieti, ac compositae tranquillitati tuorum Regnorum convenit, inducti ad hoc precibus tuae Majestatis, & Principis heredis filij tui, nec minus ejus presentia,

**Num. II.**

**An. 1471.**

& meritis maximis, tam suis, quam patris sui, & suorum omnium, quæ tu etiam singularia semper fuisse, & esse tam erga statum tuæ celsitudinis, quam erga fidem catholicam asseveras, ut dicto Alfonso Comiti de Faron in sua dignitate, & honore liberales reddamur, & scrupulo animæ tuæ condigna medicina succurramus, harum tenore te ab omni promissionis, & juramenti vinculo quod per privilegium, ipsis Opidanis de Faron datum, aut per supradictum modum jurandi incurrere potuisti libere, serie presentium absolvimus, & à quocunque alio onere conscientiæ tuæ, quod à tali promissione, juramento, vel privilegio oriri posset relevamus, quod tamen alias jam per nostra duo brevicia fecisse meminimus, tamen quia forsitan propter locorum distantiam illa ad te quoquomodo possent non pervenisse hoc denuo ad Majestatem tuam amplius, & uberius mittimus, ut te ab omnibus supradictis conscientiæ scrupulis noveris liberatum, commendandum etiam celsitudini tuæ maxime dictum Alfonso Comitem de Faron, & omnem ejus statum, atque honorem non secus, quam Majestas tua nobis commendatum esse suis litteris voluit. Datum Romæ apud Sanctum Petrum; Anno Incarnationis Dominicæ millesimo quadringentesimo septuagesimo pridie Idus Junii Pontificatus nostri Anno sexto.

Smolfus.

Loco Sigilli.

*Alvará para o Conde de Faram poder apresentar de tres em tres annos, o Officio de Coudel da Villa de Estremoz, às pessoas, que lhe parecerem aptas. Livro 4. dos Mysticos, pag. 2, vers.*

Num. 12. **D**Om Affonso, &c. a vos Fernam da Silveira do meu Conselho e An. 1478. meu Coudel moor dos meus Regnos, e a outros quaesquer a que esto perteemcer saude, sabede que querendo fazer graça e merce ao Conde de Faram dodemira Senhor de Aveyro meu muito amado sobrinho Adiantado por mim damte Tejo e hodianana e Regno do Algarve me paraz que acabado Fernam de Lemos Cavalleiro de sua Casa e feu Alcayde do Castello delvas de servir a coudellaria da minha Villa destremos o tempo dos tres annos porque lhe foy dada ou querendoa elle renunciar e leixar de servir que de hy em diante nehua pessoa nom aja nem tenha nem sirva a dita Coudellaria senam as pessoas que a ella apresentar de tres em tres annos o dito Conde, e esto sem embargo de quaaesquer lex e hordenaçoes que hi aja em contrario desto nem dee Cartas nem Alvaaraes que ja tenha passados nem ao diante passar a cerca dello. E porem mando que tanto que vos esta Carta for dada a façaes registrar em vossos livros de Coudellaria pera daqui em diante serdes avisado de nam dardes a dita Coudellaria senam aquellas pessoas que assy apresentar sejam pera ello autas e perteemcentes aos quaes mandarés fazer suas cartas e regimentos



tos do dito Officio e a outra algua pessoa nam, por quanto assy he minha merce, e em caso que heu per inadvertencia ou per qualquer outra maneira faça merce da dita Coudellaria a alguua pessoa per Carta ou Alvaraa quero e mando que tal Carta ou Alvaraa nom valha, e per esto mando ao dito Conde que o nam comsenta a aquel a que eu o dito Officio per ella der que use delle em alguá maneira. Dada em a Villa de Monte moor o novo a vinte e dous dias do mes de Mayo. Pedralvares a fez anno de 1478.

*Carta de confirmação delRey D. Affonso V. ao Senhor D. Affonso, Conde de Faraão, de perfilhação, e doação, a elle feita, por João Gallego, morador em Villa-Viçosa. Está no liv. 2. dos Mysticos, pag. 39, vers.*

**D**Om Affonso, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que perante nos foi apresentado hum publico estromento de perfilhação que parecia ser feito e assinado por Ruy Dias dado por nosso Alvara por Escrivão a Ruy Varella Taballiaõ das notas em a nossa Villa de Estremoz aos tres dias do mez de Novembro da presente Era de setenta e oito em o qual se continha antre as outras couzas que João Gallego morador em Villa-Viçosa dissera que vendo elle e confirando como nam tinha padre nem madre nem filho nem filha nem netos nem netas nem ascendentes nem descendentes que os seus bens per direito devessem herdar salvo quem elle quizesse de seu prazer e livre vontade e sem nenhuma prema que lhe sobre ello feita fosse dissera que elle tomava e recebia e perfilhava por seu filho adoutivo Dom Affonso Conde de Faram meu bem amado sobrinho que de presente estava em todos seus bens como se fosse nado de seus lombos e como se fosse de legitimo matrimonio de sua molher recebida porque lhe aprazia de o elle assy perfilhar por seu filho doutivo como dito he por assy nam ter padre nem madre nem filho nem filha nem neto nem neta como dito he que seus bens per direito devessem de herdar e prometera e jurara poendo a mão sobre os Evangelhos de o em algum tempo nam contradizer nem outra perfilhação fazer e que assy como elle perfilhara e perfilhava por seu filho herdeiro em seus bens assy nos pedia por merce que lhe confirmassemos o dito perfilhamento rezervando elle dito João Gallego seu pay a terça parte dos ditos bens para se despenderem por sua alma depois de sua morte com condição que elle Conde seu filho pague em dinheiro quanto montar em a terça dos ditos bens a quem elle leixar que a despenda por sua alma por se nam fazer partilha em os ditos bens e porem lhe outorgava o dito estormento de perfilhamento segundo que todo esto e outras muitas couzas melhor e mais compridamente eraõ contheudas e apresentado assy o dito estormento de perfilhamento como dito he o dito Conde nos pedio por merce que lho confirmassemos e aprovassemos per nossa Carta assy e pella guiza que nelle se conti-

Num. 13.  
An. 1478.

continha e lho ouvesemos por bom e firme e vallozo e nos vendo o que nos elle dito Conde assy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merce sem embargo de se sobre o dito perfilhamento nam fazer outra deligencia segundo estillo e nossa ordenação. Temos por bem e confirmamoslha e ratheficamoslhe e aprovamoslhe o dito perfilhamento em todo assy e pella guiza que feito he e no dito estormento de perfilhamento he contheudo e porem mandamos a todollos Corregedores Juizes justicas officiaes e pessoas de nossos Regnos e a quaesquer outros a que desto o conhecimento pertencer por qualquer guiza que seja a que esta Carta for mostrada que lha cumpraõ e guardem e façam cumprir e guardar em todo assy e pella guiza que em ella he contheudo com entendimento que esto nom faça perjuizo a alguns herdeiros se os hy haja e a outras alguas pessoas que algum direito hajam em os ditos bens e em testimonho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta. Dada em a nossa Villa de Estremoz treze dias do mez de Novembro. ElRey o mandou per Diogo da Fonseca Joaõ de Villa Real a fez Anno de mil quatrocentos setenta e oito

*Ao Conde de Faro, e de Odemira. Carta porque ElRey houve por revogadas, e aniquilladas, e de nenhum vigor, quaesquer Cartas, e Alvaras, que tiver passado, em prejuizo de seus privilegios, merces, e liberdades. Está no liv. 4. dos Mysticos, pag. 6, donde a copiey.*

Num. 14. **D**Om Affonso, &c. A quantos esta Carta virem faço saber que An. 1479. o Conde de Faraõ dodemira Senhor da aveiro meu muito amado sobrinho, e Adiantado por mim em esta comarqua dantre Tejo e Odiana e Regno do Algarve me disse como lhe era certificado que estando heu em os meus Regnos de Castella per importunydade e requirimentos dalgumas pessoas eu passara alguas Cartas e Alvaraaes que erom e sam muito em prejuizo de mercees privilegios e liberdades que a elle dito em o dito seu Officio dadiantado, e em outras cousas que a elle tocam lhe tenho outorgadas no que diz recebeo grande agravo. E pedindome por merce que os ouvese por nehuus, e visto per mim seu requerimento ser justo e porque minha temçom nom foy nem he em esto nem em alguma outra cousa ao dito Conde fazer agravo ante toda a merce e favor como elle muy bem merece, prazme dello e per esta minha presente Carta ey por revogadas anichelladas e de nehum vigor quaaesquer Cartas e Alvaraaes que em contrario tenho passado em prejuizo dos privilegios mercees e liberdades que assi tenho outorgadas e dadas ao dito Conde. E mando ao Regedor das minhas Casas da Soplicação do Civel e aos Dezembargadores dellas e a todollos outros meus Corregedores Juizes Justicas Officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertemcer esta minha Carta for mostrada que assy a cumpram e guardem e façom cumprir e guardar sem poerem nem consentirem poer sobre ello al-  
guã



guá duvida nem outro embargo por quanto assy he minha merce. Dada em Avis vinte e oito dias dabrill Afonso Garces a fez anno de mil e quatrocentos e setenta e nove.

*Carta dos moradores do Algarve à Camera de Lisboa, em que lhe pedem os ajudem para não se dar o Senhorio de Faro a pessoa alguma.*

**M**uito honrados Senhores amigos Juizes, e Regedores da muy nobre, e sempre leal Cidade de Lisboa, os fidalgos, Cavalleiros, Escudeiros, e povo do Reino do Algarve, vos enviamos o bem, que para nós queriamos, bem creemos, que sabeis, que os tempos passados pellos Senhores deste Reino andarem em divizaõ, a Rainha, e Ifante, Dom Pedro, que Deos aja deraõ, o Officio de Adiantado, e alçada de justiça deste Reino do Algarve ao Conde Dom Sancho, e por nos não parecer justo, nem serviço de Deos, nem delRey nosso Senhor, nem bem de nós outros, e ser Officio novo, que nunca neste Reino ouve, nos trabalhamos com armas a irmos em pessoa a contrariar o dito Conde não tomar posse do tal Officio aa Villa de Loulê, onde chegou para pubricar sua Carta, como de feito contrariamos, e escrevemos logo sobre ello aos ditos Senhores, os quaes por sua merce não quizerão fazer o semelhante agravo, pondolhes nós ante elles os empedimentos de nos males, e mortes, que do tal officio se poderia recrecer em todo este Reino do Algarve, e agora por aficados, e novos requerimentos, que o dito Conde fes a ElRey nosso Senhor em a Cidade de Cepta lhe tornou a dar, e confirmar o dito officio de Adiantado, e regimento da justiça, não pondo ante si os muitos, e grandes serviços, com muitas façanhas dinas de memoria, que nossos Padres, e Avôs, e aquelles de quem procedemos fizeraõ aos Reis passados, que Deos aja, e nós não menos o servimos, e temos vontade de o servir quando nos requerido for, e os males, e empedimentos, que disto ao prezente, e ao diante se pode seguir, querendo elle tirar a justiça de sua mão, e a dar a seu Vassallo, e fazer ora novamente Rey em este Reino do Algarve, que he abaixamento de sua Coroa Real, e convemlhe, e he necessario, que o segundo nome, que tem de se chamar Rey do Algarve, que o tire, pois outro Rey quer fazer, metendo-nos em fogueira de cautividade, a qual nos ficará sempre a filhos, e a Netos de nós descendentes, fazendo-nos isto sem ter nenhuma necessidade de nos em tal cativoiro pôr, e por comprazer ao dito Conde, quer perder a nós, por nos meter em confuzaõ, e por ser to mayor necessidade, o Rey viturioso de grandes virtudes ElRey Dom João seu Avô, de fazer Adiantamento, e tirar a justiça de si, que não ElRey nosso Senhor, porque tinha seis filhos, e nenhum delles quiz meter em este Reino do Algarve, conhecendo elle tanto da dita terra, que não avia mister outro pumareiro, senão elle, e nós outros, que o prantamos, e criamos, e lá por esse Reino os andou agazalhando, sem

Num. 15.

An. 1454.

sem em nós querer fazer tal nojo , que dor mortal a nós , não querendo conhecer nossa lealdade , e os grandes serviços , que temos feito , que em seu Reino não tinha , nem tem gente , que mais prestes seja a seu serviço tantos por tantos , nem que lhe maes rendaão , que nós , e porque sabemos , que nos conheceis por taes , bem cremos , que nos tempos das guerras , onde necessidade muy grande avia no Reino a môr parte dellas por Castella , fomos sempre comvosco por a vos ser Coroa de lealdade , posto que ElRey com toda a Caza de Castella nos enviava prometer por suas Cartas liberdades , e franquezas , affaz jurando , e prometendo , que sempre fôssemos da Coroa do Reino , que de nós outro tributo nem renda não queria , senaão as portagens , segundo bem cremos , que sois disto em perfeito conhecimento , e que por elle lhe dessemos Tavila , e por ser em nós emxertada a dita lealdade , e natureza a nós cometida , o não quizemos fazer , nem nunca Deos tal mandasse , e ainda não consentio como por este novo Officio , que novamente deu , abre estrada aos outros Senhores lhe empedirem outras correçoens destes Reinos , e fazer delles Adiantamentos , o que pouco cumpria a este pobre Portugal , e assim o dito Senhor abre caminho de ficar sem justiça , e lhe ser tirada , e por aqui serâ cauza , e azo em algum tempo se fazer Castella , porque os conselhos , e os povos della não feraão em seu ser , e porque honrados Senhores , e amigos nós não somos de tal nação , não podemos consentir outro Senhor , senaão ElRey nosso Senhor , e desto se podem seguir mortes , e outros muitos grandes males se tal Adiantamento da dita justiça , o dito Senhor a este Reino nos envia , o qual antes queriamos pestenensa antre nos , que não elle por ser ja nosso imigo , como de feito he pello que de suso declarado temos , e ainda ser novo Officio , e o dito Senhor nos querer tirar da liberdade , e da sua Coroa Real , e nos meter em sua sujeição de cativoiro , vos rogamos , e pedimos como Irmaons , que de sempre fomos em amor , que ajaes de nós doo , e tende connosco compaixão como Irmaons , que ora novamente entraão em cativoiro , e nos ajudeis a bradar , e cramar de tanto mal , e sem rezaão quanto nos ElRey nosso Senhor quer fazer sem cauza tomando connosco dô , e tristeza e aficado a pezar , e envieis por contemplação nossa duas boas pessoas do dito Senhor Rey com Carta vossa , e lhe recontai o grande mal , e destruição , que nos quer fazer sobre lealdade , e muito serviço seu , segundo lhe melhor vos sabereis mandar dizer , o que seja recomendado as vossas boas , e virtuozas discriçoens em breve as enviái â Cidade Devora , onde acharaão des fidalgos , e grandes pessoas das melhores deste Reino , que ao dito Senhor enviamos bradar , e cramar da sem razaão que nos faz , e se isto correger não quizer fede Irmaons , que em todas nossas vidas , e de nossos filhos traremos doo pello cativoiro em que nos ElRey mete , e nós nos socorremos a vós por serdes Cabeça , e madre dos povos deste Reino , e Irmaons vossos pello qual nos ajudareis a requerer nossa liberdade , e aquillo , que he serviço do dito Senhor , e de ho assim fazerdes vos seremos muito obrigados , o Senhor Deos por sua merce acrecente vossas



vossas vidas, e estados a seu santo serviço: escrita em a Villa Dalbofeira, onde os ditos Conselhos foraõ juntos por seus Procuradores a 29. de Janeiro de 1454. assellada com o sello de Silves, Tavira, Albofeira, Faro.

*Alvará do foro de Fidalgo Cavalleiro, de D. Francisco de Faro.  
Original, que se conserva no Cartorio da Casa de Vimieiro,  
donde o copiey.*

**E**U ElRey faço saber a Vòs Dom Alvaro da Silva Conde de Portugallegre, Mordomo moor de minha Caza, que Dom Francisco de Faro, meu muito amado sobrinho, do meu Conselho, Veedor de minha fazenda me enviou dizer, que elle fora tomado por moço fidalguo com mil reis de moradia cada mez, e hum alqueire e meyo de cevada por dia por Alvarâ feito a x6. Doutubro, do anno de quinhentos trinta e hum, e que fora acrecentado a Escudeiro com cinco mil e quinhentos reis de moradia cada mez, e hum alqueire e meyo de cevada por dia, a nove Daguosio do anno de quinhentos trinta e oito, pedindo-me ora por merce, que o acrecentasse a Cavalleiro, por quanto o fora feito no Cerquo de Cafem, e visto seu requerimento, e por lhe fazer merce, ey por bem, e me praz de o acrecentar de Escudeiro a Cavalleiro, com mil setecentos e cinquenta reis maes em sua moradia cada mez, allem dos cinco mil e quinhentos reis, e alqueire e meyo de cevada, que ategora teve de Escudeiro, pera que daqui em diante tenha, e aja sete mil duzentos e cinquenta reis de moradia cada mez de Cavalleiro, e hum alqueire e meyo de cevada por dia paga segundo Ordenança. Mandovos, que façaes assentar o dito Dom Francisco de Faro no livro da Matricula dos moradores de minha Caza no titolo dos Fidalgos Cavalleiros com a dita moradia, e cevada, riscando-se primeiro o assento Descudeiro, que no dito livro tem, e poendo-se em ambos os ditos assentos as verbas declaradas no Regimento, que sobre isso he feito, e o Escrivaõ da Matricula passará sua Certidaõ nas costas deste Alvarâ, em que declare a quantas laudas do dito livro fica o dito assento, e este lhe serâ tornado para o elle ter pera sua guarda, Fernaõ Velho o fez em Lixboa aos xx. de Setembro de mil e quinhentos e sessenta e outo.

Num. 16.

An. 1568.

O CARDEAL INFANTE.





PROVAS  
DO LIVRO IX.  
DA  
HISTORIA  
GENEALOGICA  
DA  
CASA REAL  
PORTUGUEZA.

*Doação, que fez o Duque de Bragança D. Fernando I. e a Duqueza D. Joanna de Castro, sua mulher, ao Senhor D. Alvaro seu filho, dos direitos Reaes de Bêja, e outras rendas.  
Authentica está no Cartorio da Serenissima Casa de Bragança, donde a tirey.*

**S**Aibaõ quantos este publico estromento de treslado dado por **Num. 1.**  
mandado, e autoridade de justiça em publica forma virem, **An. 1470.**  
que no anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de  
mil e quinhentos noventa e cinco annos, aos vinte e dous  
dias do mes de Junho do dito anno nesta Villa-Viçosa na Ca-  
sinha do despacho do Duque nosso Senhor, estando presente o Licen-  
ciado Archadio Dandrade Desembargador da Casa do dito Senhor,  
e Ouvidor dos feitos de sua fazenda; e logo ahi pareceo Afonso Al-  
vres solicitador dos feitos de Sua Excellencia, e apresentou a elle  
Ouvidor huã Carta de doação delRey D. Manoel, que Deos tem,  
escrita em hum livro das doações do dito Senhor, as folhas dozen-  
tas e trinta e quatro, pedindo a elle Ouvidor lhe mandasse della dar  
o treslado em publica forma por lhe ser necessario, a qual doação  
vista por elle Ouvidor por a achar limpa, sam, sem herro, nem  
berradura nem cousa que duvida fasa, lhe mandou della dar o tresla-  
do em modo que fizesse fe, o qual he o seguinte. Dom Manoel por  
graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem  
mar em Africa Senhor de Guine, e da Conquista navegação Comer-  
cio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa

Carta virem fazemos saber que por parte de Dom James Duque de Bragança, e de Guimaraes, &c. meu muito amado, e prezado sobrinho nos foi apresentada huã nossa Carta de doação feita, e affirmada ao Conde de Tentugal, de que o theor della de *verbo ad verbum* he o seguinte. Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dallem mar em Africa Senhor de Guine, e da Conquista navegação Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber, que por parte de Dom Rodriguo de Mello meu muito amado sobrinho me foi apresentada huã Carta de doação, por nos affinada, e assellada do nosso sello de chumbo, de que o theor tal he. D. Manoel por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa Senhor de Guine, e da Conquista navegação Comercio da Ethiopia Arabia, Persia, e da India, a quantos esta nossa Carta virem fazemos saber, que por parte de D. Alvaro meu muito amado, e prezado Primo me foi apresentada huã nossa Carta por nos affinada, e sellada do nosso sello de chumbo, da qual ho theor tal he. Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber, que por parte de D. Alvaro meu muito amado primo nos foi apresentada huã Carta del-Rey D. Affonso meu Tio, que Deos aja affinada por elle, e assellada do seu sello de chumbo da qual o theor de *verbo ad verbum* he o que se ao diante segue. Dom Affonso por graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, Senhor de Ceita, e dalcacer em Africa a quantos esta Carta virem fazemos saber que por Dom Alvaro meu muito amado sobrinho nos foi mostrada huã doação do Duque de Bragança seu Padre affinada de seus sinaes, e assellada dos seus sellos da qual o theor de *verbo ad verbum* tal he. D. Fernando Neto del-Rey D. João cuja alma Deos aja Duque de Bragança, Marques de Villa-Viçosa, Conde de Barcellos, Dourem, e de Arrayolos, Conde de Viana, Senhor de Monforte, e de Penafiel juntamente com a Duqueza D. Joana de Castro minha prezada, e amada mulher, e D. Fernando Conde de Guimaraes meu muito amado filho, meu primogenito herdeiro, e solteiro sem filho nem filha, e D. João, e Dom Affonso, meus muito amados filhos, faço pura, e inrevogavel doação amtre vivos valedoura para todo sempre a D. Alvaro meu muito amado filho presente, e acceptante, e a todos seus descendentes lidosmos, e leigos de todas as minhas rendas, que eu tenho na Villa de Beja, e seu termo assy como me foraõ dadas por o Condestabre meu avô, e as eu possuo com todos os privilegios, e liberdades, que as tenho, e com poder de por hy Almoxarife, e Escrivão os quaes usen dos Officios, e jurdição como sempre uzaraõ em tempo do Condestabre meu avô, e as appellações, e aggravos damte o dito Almoxarife venhaõ perante o dito D. Alvaro, ou peramte aquelle, que seu lugar tiver; e dy perante os desembargadores do dito Senhor Rey, como sempre foi de costume, das quaes rendas elle possa tomar posse corporal, real, e atual; e as possuir, e continuar, sem outra auto-



ridade nenhuá , nem de justiça , e isto faço por elle ser em idade , e despozição , e por bem , e grandemente , e como a homem de seu estado , e daquelles donde descende poder servir ElRey meu Senhor , ou o Principe seu filho , e a seus socessores. A qual doação lhe faço com comdição , que as ditas rendas , que lhe assy dou nunca não possam ser partidas , nem enlheadas em outra parte , nem se apenhem sem descontar , e isto mesmo , que fallecendo o dito Dom Alvaro sem filhos , ou filhas , ou descendentes lidimos , e leigos , que então se tornem as ditas cousas aquelle que for Duque de Bragança , e se fallecer em minha vida , o que Deos não mande se tornem a mim , e tambem , que despois por tempo fallecendo todos os que do dito D. Alvaro descenderem que estas rendas não derdar , que todo juntamente se torne a aquelle , que for Duque de Bragança , e isto mesmo , que aquecendo o que Deos não mande que o que a dita socessão tiver a perqua por algum caso , que ella se torne logo ao outro seguinte em grao , que as ditas rendas herdaria se o dito possuidor naturalmente fallecesse , e outro sy , que fahendose o dito D. Alvaro clérigo , e avendo denidade , Arcebisado , ou Bisado , que as ditas rendas se tornem logo a aquelle , que for Duque de Bragança , e esta doação lhe faço sem embargo de quaesquer leis , e direitos canonicos , e civeis , grossas , e openioes de Doutores , e ordenações do Reyno , &c. em contrario sejaõ , e peço por merce a ElRey meu Senhor , que assy o queira confirmar , e por certidão dello mandei dar esta Carta ao dito Dom Alvaro assinada por mim , e por a dita Duquesa minha mulher , e por o dito meu filho , e por D. Isabel mulher do dito meu filho , que a ello deu consentimento , e assellada dos nossos sellos , dante em Villa-Viçosa , vinte e hum dias de Janeiro , o Bacharel a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos sesenta e cinco annos. Pedindo o dito D. Alvaro , que lhe confirmassemos não somente por ella ser tal , que excede a quantidade do direito deve ser insinuada , mas ainda por ser da Coroa do Reyno , que sem nosso expresso consentimento , e confirmação se não podia fazer , que por direito valesse ; nos vendo seu requerimento , e esguardando isso mesmo o devido tão chegado , que conosco tem a nos pras , que por tirarmos duvidas , que recrecer se poderiaõ destas palavras em esta doação postas , i. para todos seus descendentes lidimos , e leigos , conformandonos com a vontade do dito Duque em este modo , que o filho mayor barão lidimo leigo a sua morte soceda esta herança em solido , e assy di em diante todos seus descendentes , e quando hy não ouver barão dos descendentes do dito D. Alvaro , que venha por baroens soceda o barão maes velho , que venha de fema mais velha , e sendo todos baroens como dito he então venha a fema maes velha , e leiga , que descendda de barão se ahy ouver , e nom avendo hy quem descendda do barão venha à mais velha , que descendda da fema , assy que quando hy não ouver baroens , nem femeas descendentes do dito D. Alvaro , então se torne esta socessão à dita Casa de Bragança , e porem de nossa certa ciencia , poder absoluto com esta declaração confirmamos , e aprovamos,

mos, e louvamos, e retificamos a dita doação como nella he comteudo, e nossa autoridade Real em elle amtreponos, e queremos, e mandamos, que seja firme, e valha para sempre suprimindo em ella todo defeito, e de solenidade, que o direito requiere para valer, e mais firme ser, não embargante direito canonico, e civil, grossas, e opinioes, e ditos de Doutores façanhas, e ley despanha, ordenações do Reyno, que em contrario desto sejaõ, e não embargante a lei mental, que dis, que terras da Coroa do Reyno não venhaõ a fêmeas a qual em este caso nos praz expressamente derogar, os quaes direitos todos aqui avemos por expressamente revogados, e casados, heritados, annullados, e anichilados posto que taes sejaõ, que em sy tenhaõ clausulas derogatorias aos futuros respeitos, ou a taes sejaõ de que se deva de verbo a verbo fazer expressa menção porque nossa merce, e vontade he de os avermos aqui todos por expressos, e as clausulas delles aniquiladas, e annullar, casar, heritar, derogar, em quanto esta nossa doação, e confirmação, embargo a não valler, ou a menos valer em parte, ou em todo porque assy he nossa merce, e vontade. E porem mandamos dar ao dito D. Alvaro meu muito amado sobrinho esta nossa Carta de doação, e confirmação, assinada por nos, e assellada do nosso sello de chumbo, e al não façades. Dada em a nossa Cidade devora a quatro dias do mes de Janeiro Joaõ Carreiro. a fes anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos setenta annos. Pedindonos o dito D. Alvaro meu Primo por merce, que lha confirmassemos, e ouvessemos por confirmada a dita Carta assy como nella hera comteudo, e visto por nos seu requerimento, e querendolhe fazer graça, e merce temos por bem, e lha confirmamos, e avemos por confirmada assy, e na maneira, que se nella contem, e se mester fas, e visto o devido que conosco tem o dito D. Alvaro meu Primo, e aos muitos serviços, que elle, e os donde elle desende à Coroa de nossos Reynos fiserão, e assy aos que delle ao diante esperamos receber com outros bons respeitos, que nos a ello movem, e querendolhe fazer graça, e merce de nosso motto proprio, certa sciencia, livre vontade, poder Real, e absoluto lhe damos, doamos, e fazemos pura, e irrevogavel doação, e merce deste dia para todo sempre para elle, e todos seus herdeiros, e successores, e descendentes de todo o em a dita Carta comteudo pela guisa, e maneira que em ella fas menção, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda, e ao nosso Corregedor da Comarca, Juizes, justiças, Contadores, Almoxarifes, que tenhaõ, e fação cumprir, e guardar esta Carta de confirmação, doação, e merce, assy como por nos he mandado, dado, e confirmado sem embargo de quaesquer direitos civeis, canonicos, e de quaesquer leis, grossas, e Ordenações, foros, costumes, façanhas, opinioes de Doutores, e Capitulos de Cortes, Cartas, sem tenças geraes, ou expeciaes, detreminações, que contra isto sejaõ as quaes aqui havemos todas por expressas, e decraradas, expecialmente renunciadas posto que em si ajaõ alguã clausula, ou clausulas derogatorias, porque em quanto contra isto forem as avemos por revogadas, e annulladas, e de nenhum vigor,



vigor, e queremos, que esta nossa Carta valha, e tenha effeito, assy como nella he conteudo, metendo logo de posse ao dito D. Alvaro meu Primo de todo o que dito he como por nos he mandado, e por esta damos lugar, e autoridade ao dito D. Alvaro, que elle por sy, e seus officiaes tome, e possa mandar tomar a posse das ditas couças conteudas na dita Carta, e cada huá dellas, a qual queremos, e mandamos, que valha, e tenha, e aja vigor, e effeito assy como se por autoridade de nossa justiça fosse feito por quanto assy he nossa merce, e havemos por bem, e o sentimos por nosso serviço, e por firmeza dello, e sua guarda lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nos, e asellada com o nosso sello de chumbo dada em Villa-Franca de Xira a treze dias dagosto Vicente Carneiro a fes anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo, de mil e quatrocentos noventa e seis annos. E bem assy nos mostrou outra Carta, que de nos tinha da judaria dalcacer do sal em sua vida, e porque nos sentindo assy por serviço de Deos, e nosso, e bem de nossos Reynos, ordenamos, e mandamos que em elles não ouvessem Judeus, nem mourros, a nos prove de dar, e satisfazer por nossa Carta as pessoas, que de nos tenhaõ as judarias, e mourarias outro tanto quanto ellas rendiaõ, e por quanto o dito D. Alvaro meu muito amado, e prezado Primo nos pedio, que lhe dessemos satisfassão das judarias, e mourarias, que de nos tinha, temos por bem, e queremos que des o primeiro dia de Janeiro do anno que vem de mil e quinhentos em diante elle tenha, e aja de nos para elle, e para todos seus herdeiros, e socessores em satisfassão das ditas judarias, e mourarias beja, e campo Dourique que elle tenha de juro os quaes se achou que rendiaõ, s. a judaria de Beja setenta mil reis, e as judarias do Campo Dourique sesemta mil reis, e a pensão de dez taballiaes da dita judaria de Beja dous mil e cento e sesemta reis, e a mouraria de Beja doze mil reis, que são todos cento e quarenta e quatro mil e cento e sesemta reis. A dizima nova do pescado meudo de setuval como se recadar em ramo por sy, em dezanove mil e seiscentos e noventa e dous reis; e a dizima nova de Cascaes em trinta e hum mil e novecentos e nove reis; e a dizima nova do Porto em cinquenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e tres reis, e ametade da dizima nova dazurara que está posta toda em sesemta mil reis, e mais tres mil e novecentos e noventa e quatro reis que houvera para comprimento dos ditos cento e quarenta e quatro mil e cento e sesemta reis na outra metade da dita dizima nova dazurara, a qual metade da dita dizima dazurara averá em sua vida, em satisfassão da dita judaria dalcacer que elle tinha em vida, e vallia dezafete mil e quinhentos reis, e dezoito mil e quinhentos e dezaseis reis, que ha daver em parte de pago da judaria dolivença que foi avaliada em cinquenta mil reis em sua vida, e de sua mulher porque o maes ouve por Carta geral, e has sisas dolivença com que se enche a copia da dita dizima, e per seu falecimento ficará a nos a dita metade da dita dizima dazurara, pella qual metade elle, e seus herdeiros averão os ditos tres mil e novecentos e noventa e quatro reis de juro, e herdade  
como

como em cima dito he, pagos aos quarteis por encheo, sem quebrar e mais averá na dita metade da dita dizima, D. Felipa sua mulhe, em sua vida os ditos oito mil e seiscentos e seis reis que se lhe dão em parte da satisfassão da judaria dolivença, que elles ambos tem em sua vida pagos aos quarteis emcheo, e sem quebra, das quaes dizimas lhe fazemos pura, e inrevogavel doação amtre vivos valedoura, f. das ditas dizimas novas, pescado meudo de fetuval, e das dizimas novas de Cascaes, e do Porto, e da metade da dizima nova dazurara, com tres mil e novecentos e novemta e quatro reis que ha daver na outra metade, para elle, e para todos seus herdeiros, e sobcessores em satisfassam das ditas judarias, e mouraria de Beja, e Campo Dourique, e da outra metade da dizima nova dazurara em sua vida, e por seu falecimento os ditos oito mil e quinhentos e seis reis em vida da dita D. Felipa sua molher pelo modo, e maneira, e faculdades, que elle tinha, e avia as ditas judarias, e mouraria a qual doação das ditas dizimas lhe assy fazemos com todas as rendas, foros, tributos com que se ellas atéqui para nos tiraraõ, e arrecadaraõ, e com todo o que a nos, e à Coroa de nossos Reynos pertemce com todas liberdades, franquesas, itenções, e faculdades com que as nos possuimos, e aviamos, e queremos, e mandamos, que elle por sy, e por seus officiaes mande arrecadar, e receber, e arrendar, e aver como lhe prouver, o qual todo assy queremos, e mandamos, que se cumpra, sem embargo de quaesquer leis, crdenações, grossas, façanhas, openioes de Doutores, Cartas sentenças, Capitulles de Cortes que contra esto sejaõ, porque em quanto contra esto forem os havemos por revogados, e annullados, e de nenhum vigor, e isso mesmo sem embargo da ordenação, que hora novamente fizemos, que podemos tomar as dizimas dos pescados a quaesquer pessoas a que as dessemos damdolhe outros dereitos Reaes; porque queremos, e nos praz, que a dita ordenação se não entenda no dito D. Alvaro meu Primo, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda, e a todollos outros nossos officiaes, juizes, e justiças a que esta nossa Carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que a façam cumprir, e guardar como nella he conteudo, e metaõ em posse ao dito D. Alvaro meu Primo das ditas dizimas como nesta doação he conteudo, e nos por a presente o avemos por metido em posse dellas; e por firmeza dello lhe mandamos dar esta nossa Carta por nos assina-da, e assellada do nosso sello de chumbo dada em a Villa dalcacer a quinze dias de Setembro Vicente Carvalho a fes anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e noventa e nove, e eu Joaõ da Fonseca escrevaõ da fazenda do dito Senhor a fis escrever, e aqui sobescrevi. E quanto he a dizima nova do pescado meudo, avellaha assy, e pela maneira, que se ate ora para nos arrecadou sem ahy poder entrar outro pescado salvo o meudo como sempre andou em ramo, e dizem dome o dito D. Rodrigo que por quanto hora por fallecimento do dito Dom Alvaro seu padre cuja alma Deos aja as ditas dizimas ficaraõ a elle por socessão direita, e bem da dita doação nos pedia, que nos lhe confirmassemos a dita renda como



como nella he comteudo, e visto por nos seu diser, e pedir, e querendolhe fazer graça, e merce temos por bem, e lhe confirmamos, e avemos por confirmada a dita Carta assy, e taõ compridamente como se nella contem, e queremos por esta, e mandamos, que ho dito Dom Rodrigo aja, e possua, e mande arrecadar para sy as ditas dizimas na forma, e maneira, que as avia o dito D. Alvaro seu Padre, e melhor se com derecho as melhor poder aver pela dita renda. Outro sy nos praz queremos, e mandamos, que a dita D. Felipa sua madre aja por esta mesma Carta os ditos oito mil e seiscentos e seis reis, em parte da satisfassam da judaria dolivença pella outra metade da dita dizima dazurara em sua vida como a cima he comteudo, e por ella os aja, e mande arrecadar como fazia atequi por a dita Carta do dito Dom Alvaro seu marido, e quanto ao que da dita metade da dita dizima dazurara sobeja, tirados della os ditos oito mil e seiscentos e seis reis da dita Dona Felipa, e assy os tres mil e novecentos e noventa e quatro reis que por ella o dito Dom Rodrigo ha daver de juro como foi dado ao dito seu padre, e a cima dito he, que hora por seu falecimento fica a nos por ser somente em sua vida, avendo nos respeito ao devido que com o dito Dom Rodrigo temos, e aos muitos serviços que o dito Dom Alvaro, e aquelles de que descemde tem feito aos Reys passados, e a nos, e a estes Reynos, e aos que do dito Dom Rodrigo ao diante esperamos receber, querendolhe por ello fazer graça, e merce, temos por bem, e nos praz que elle tenha, e aja de nos todo o que assy remanece da dita metade da dita dizima tirados os ditos oito mil e seiscentos e seis reis de sua Madre, e os tres mil e novecentos e noventa e quatro reis seus, e esto em sua vida na forma que hos de nos tinha, e avia o dito Dom Alvaro seu Pay, e por falecimento do dito Dom Rodrigo ficará a nos, e a nossos herdeiros na maneira, que hora ficou por falecimento do dito Dom Alvaro, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda, Contadores, e Almojarifes, juizes, e justiças, e pessoas outras a que esta nossa Carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que a fação assy inteiramente cumprir, e guardar, em todo, e por todo com todas aquellas clausullas, e comdições, que nella mandamos, e acima he comteudo, e metaõ logo o dito Dom Rodrigo em posse das ditas dizimas como estava o dito Dom Alvaro seu Padre, e o leixem todo aver, e possuir, e mandar arrecadar como dito he, porque assy he nossa merce, e por firmeza dello lhe mandamos dar esta nossa Carta por nos assinada, e asellada do nosso sello de chumbo. Dada em a nossa Cidade de Lixboa aos dez dias do mes de Março, Lopo Fernandes a fes anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e quatro. E apresentada assy a dita doação o dito Duque meu sobrinho nos enviou mostrar hum publico estromento feito, e assinado por Diego Gonçalves publico Tabaliaõ por nos nesta nossa Cidade devora aos onze dias de Março deste anno presente de quinhentos e vinte, em ho qual entre outras cousas se continha, que o Conde de Tentugal com a Condessa sua molher, e o Licenciado

Joam Lopes Ouvidor do dito Conde como tutor, e Curador dado por nos a Dom Alvaro filho primogenito, herdeiro do dito Conde para este caso renunciavaõ de seu proprio moto, e livre vontade em nossas maõs as ditas dizimas novas dos pescados de Cascaes, e do Porto, e a dizima nova do pescado meudo de setuval, e a metade da dizima nova dos pescados dazurara com mais tres mil novecentos noventa e quatro reis, que na outra metade de nos tem por a doçaõ acima escrita em todo de juro, e herdade, e dos vinte e seis mil e seis reis, que na dita dizima maes sobejaõ, nos praz fazer doçaõ, e merce ao dito Conde em sua vida, e do dito seu filho, e avendo respeito a seus serviços, e merecimentos para juntamente com as outras dizimas acima escritas, se darem, e trespassarem no dito Duque, e em seu filho mayor herdeiro de sua Casa, com que tinha contratado de as dar, e trocar pellas suas Villas de Villa-Alva, e Villa Ruiva com suas jurdiçoẽs, rendas, e dereitos, padroado da Igreja de Villa Ruiva, e vigairia da Igreja de Villa-Alva, a qual renunciacaõ faziaõ per virtude de hum nosso alvara de licença que a hum, e a outro para isso deramos, pedindonos o dito Duque por merce que por ja amtre elles estar assentado, e feito o dito contrato, e termos ja passado doçaõ das ditas Villas ao dito Conde quisessemos trespassar nelle as ditas dizimas, e lhe mandassemos dellas fazer Carta em forma, e visto por nos seu requerimento, e nosso consentimento, e autoridade, e renunciacaõ do dito Conde, e Condesa, e de seu filho por o dito Lecenceado como seu Tutor, no qual nos de nosso poder Real soprimos todo, e qualquer defeito de menoridade que com elle ha, e o habellitamos para o dito caso, e assy visto o contrato entre elles celebrado, e a doçaõ a tras escrita por nos feita ao dito Conde, das ditas dizimas, temos por bem, e nos praz, de trespassarmos como de feito trespassamos as ditas dizimas novas de Cascaes, e do Porto, e do pescado meudo de setuval, e a metade da dizima nova dazurara, com os ditos tres mil e novecentos e noventa e quatro reis no dito Duque, e lhe fazemos dellas pura, e inrevogavel doçaõ de juro, e derdade para elle, e para todos seus herdeiros, e soccessores, e o que mais sobeja da metade da dita dizima nova dazurara tirados os tres mil novecentos e noventa e quatro reis acima ditos lhe damos, e doamos em sua vida, e de seu filho mayor herdeiro de sua Casa por cujo falecimento ficará a nos, ou a nossos herdeiros, e soccessores. A qual doçaõ das ditas dizimas lhe assy fazemos pella guisa, e maneira que as o dito Conde de nós, e da Coroa de nosso Reyno tinha, e possuya, com todas as clausulas, e comdiçoẽs, decaraçoẽs, franquias, liberdades, isençoẽs, e poderes nas ditas doçoẽs a tras escritas comteudas, e queremos, e mandamos, que elle dito Duque, e seus soccessores por sy, e por seus officiaes as mandem receber, e arrecadar, e arrendar, e julgar como na dita doçaõ he comteudo des o primeiro dia de Janeiro deste anno de quinhentes e vinte em diante, como se no dito contrato comtem, e porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda Contadores, e Almoxarifes, e a todos os outros nossos officiaes, juizes, e justicias,



ças, a que esta nossa Carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer, que lha fação comprir, e guardar como nella he comteudo, e metaõ em posse ao dito Duque, ou a seu certo recado das ditas dizimas como nesta nossa doação he comteudo, e fação assentar esta nossa Carta no livro dos proprios para em todo tempo se saber como as de nos tem, e por firmeza dello lhe mandamos dar esta Carta por nos assinada, e asellada do nosso sello pendente, dada em a nossa Cidade Devora, a sete dias do mes doutubro Jorge Fernandes a fes Anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e vinte. E assy apresetou mais o dito sollicitador hum quaderno assinado por Duarte Dias de Menezes que foi escriptaõ das confirmaçoens, em que declara as doações, que lhe foraõ entregues por parte do Duque para se haverem de confirmar por ElRey Dom Sebastiaõ, que Deos tem, o qual caderno he feito a 6iij de Julho do anno de mil e quinhentos e setenta e quatro, e na folha primeira delle na volta, mostrou huã addição, que dis assy. A Doação das dizimas do pescado do Porto, e Zurara, Cascaes, e setuval, e a dita addição não diz mais que está amtre outras no dito caderno. A qual doação aqui tresladada nestas onze meas folhas com esta, que assiney, o dito Ouvidor mandou que vallesse, e fizesse fé em juizo, e fora delle, para o que interpos seu decreto, e autoridade judicial, e ordinaria. E eu Simaõ Pinheiro Notario publico da Casa do Duque nosso Senhor por autoridade de Sua Magestade a tresladei do dito livro, bem, e fielmente, e este treslado comfertei com o official abaixo assinado, e aqui asiney de meu publico final. Lugar do final publico. Concertado comigo tabaliaõ Ayres Gomes.

*Carta do Officio de Chanceller môr do Reyno, ao Senhor D. Alvaro. Está na Torre do Tombo, no liv. Dextras, pag. 150, vers. donde a copiey.*

**D**Om Affonso Rey de Castella, &c. fazemos saber que confiando nos da discripção e bondade de D. Alvaro nosso muito amado sobrinho e havendo respeito aos muitos e extremados serviffos que nos delle temos recebido, e ao diante esperamos receber nos praz de lhe darmos como de feito por esta damos a Chancellaria mor dos ditos nossos Regnos de Portugal e dos Algarves, &c. e o fazemos nosso Chanceller mor assim pela guiza que o era o Arcebispo de Braga D. Fernando nosso Primo que Deos perdoe e os outros que ante ele foraõ, e com todas as prerogativas e preeminencias, com que o dito Arcebispo e os outros dante ele este Officio tinhaõ, e com todas as rendas proveitos e proes a ele pertencentes, o qual Officio hora vagou por morte do Doutor Ruy Gomes de Alvarenga, e havemos por muito certo, que o dito D. Alvaro se aja em todo o que ao dito Officio e fielidade dele pertence assim bem e virtuoosamente, que o nosso servifflo seja compridamente guardado, e ao povo seu

**Num. 2.**  
**An. 1475.**

direito, e porem encomendamos e mandamos ao Principe meu sobre todos muito amado e prezado Filho, que o aja daqui em diante por intitulado em o dito Officio, e lhe leixe fazer livremente delle, e em elle todo aquelo que lhe pertence, e deve fazer, e mandamos a todas as Justiças dos ditos nossos Regnos de Portugal e dos Algarves, &c. que assim cumpraõ e guardem seus mandados, como os nossos proprios sem mingoamento algum, por certidom desto e sua segurança, mandamos passar esta nossa Carta, per nos assignada e asellada do nosso sello dada em a nossa Cidade de Touro a onze dias de Agosto Affonso Garces a fez de mil quatrocentos setenta e cinco.

*Doação, que o Duque de Bragança fez a seu irmão a Senhor D. Alvaro, das terras do Cadaval, Peral, &c. Está na Torre do Tombo, no liv. 5. dos Mysticos, pag. 192, vers. donde a tirey.*

Num. 3.  
An. 1478.

**D**Om Manoel, &c. A quantos esta nossa Carta virem. Fazemos saber que por parte do Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho nos foi apresentada huma nossa Carta de que o theor tal he. Dom Manoel, &c. A quantos esta nossa Carta virem. Fazemos saber que por parte de Dom Alvaro meu muito amado primo nos foi apresentada huma Carta do Duque de Bragança Dom Fernando que Deos haja affinada por elle e pella Duqueza sua molher minha muito amada e prezada Irmã e asellada do seu sello da qual o theor tal he. Dom Fernando Duque de Bragança Marques de Villa-Viçosa Conde de Barcellos Dourem e de Arayollos de Viana Senhor de Montalegre e de Monforte e Penafiel. A quantos esta minha Carta de doação e perduravel firmidaõ antre vivos valledoura deste dia para todo sempre virem que havendo eu concideraçam ao grande amor e afeição que tenho a Dom Alvaro meu Irmão pello muito singullar amor que sey que me tem e querendolhe satisfazer como he rezaõ natural e dereito do sangue e divido tam chegado me obriga comprazer e expreço consentimento da Duqueza Dona Izabel minha muito amada e prezada molher e bem assy com outorga e requerimento da Duqueza minha Senhora madre que me a esto para o dito Dom Alvaro requereo e em todo consentir por ser couza que a ella pertencia e por bem de sua herança me praz e quero e outorgo realmente e com effeito de minha propria e livre vontade certa sabedoria sem prema emduzimento nem constringimento de pessoa alguma salvo como dito he fazer como de feito faço pura e inrevogavel antre vivos valledoira graça e merce ao dito Dom Alvaro meu Irmão a esto presente estipulante e aceitante para sy e todos seus herdeiros e successores que depois delle vierem para sempre das terras do Cadaval e Peral com todas suas jurdições Civies e Crimes altas e baixas mero mixto Imperio e com todas suas rendas e pertenças foros e tributos dereitos e dereituras que hora tem e pessue em sua vida o Senhor  
Marques



Marques de Montemor meu Irmao per dada do Duque meu Senhor e padre que Deos haja e consentimento meu e confirmação delRey meu Senhor assy e tam compridamente como o hora tem e para sy arecada o dito Marques e segundo por morte delle dito Marques a my pertencer poderiaõ e des agora para entaõ e para em todo o tempo excedo para ello todallas auçoës utiles e dereitos Reaes e pefsoaes e todos os outros remedios de demandar arecadar possuir e reter e mando a todollos mordomos Almoxarifes Ouvidores feitores e arecadadores cazeiros foreiros infatiotas tributairos e fugeitos por qualquer guiza e modo que seja e ser possa e tanto que elle dito Marques fallecer como dito he reconheçam Senhorio a elle dito Dom Alvaro ou a seus herdeiros em todos os ditos lugares e lhe acudam e paguem com todollos frutos e rendas foros tributos e censos e todo outro qualquer dereito que pagam e aludem ao dito Senhor Marques e pagar deveriam a min depois de sua morte e elle dito Dom Alvaro possa ententar effeitoalmente os ditos remedios de o demandar e per sua authoridade sem outra alguma de justiça a posse e assy posse das sobreditas couzas tomar continuar e reter e os sobreditos officiaes e subditos e obrigados constranger que paguem todo como dito he e esta doação haja effeito fallecendo elle dito Marques sem filhos legitimos sem lidimamente nados quer falleça o dito Marques em minha vida quer depois de minha morte porque em todo cazo quero e me praz que logo as ditas terras e rendas e couzas fiquem por sua morte livres e desembargadas a elle dito Dom Alvaro meu Irmao para elle e todos seus herdeiros successores quer elle dito Dom Alvaro primeiro falleça que o dito Marquez quer depois e assy para sempre como dito he e esto com tal entendimento e declaraçam que fallecendo o dito Dom Alvaro meu Irmao da vida presente ou seus descendentes sem herdeiros lidimos delle e de seus descendentes que em tal cazo as ditas terras e couzas contheudas nesta doaçam tornem directamente a mim e a meus herdeiros e successores desta minha Caza de Bargaça e por quanto o dito Senhor Marques desto todo praz para que he compridoiro seu expreço consentimento elle sobscreverá e assinará esta minha Carta e bem assy as ditas Senhoras Duquezas minha Senhora madre e mulher e pefso por merce a ElRey meu Senhor que todo confirme e aprove e rathefique e para mayor corroboraçam firmidam e comvallidaçam desta couza para que seja bem guardada sem mingoamento algum encomendo e mando a meu filho successor que esta minha Caza herdar e suceder e assy aos que pello tempo forem sob penna de minha maldiçam e porque hajam a minha benção e de seus avoz e de Deos que em maneira alguma nam vam contra esta Carta de doaçam antes a guardem e façam guardar e cumprir inteiramente e em cazo que nam espero que ao dito Dom Alvaro ou a seus herdeiros for movida conthenda de feito ou de dereito sobre estas couzas ou cada huma dellas des agora para em todo tempo por meus filhos e successores com consentimento expreço da Duqueza minha mulher prometo dar e pagar por meus bens patrimoniaes ao dito Dom Alvaro e seus herdeiros e successores sete mil cruzados

zados deuro da ley e pezo que hora sam dos quaes des agora para o dito cazo e tempo lhe faço doaçam como dito he em paga compençam e satisfacão das ditas terras e couzas com todas perdas e custas e damnos e menoscabos que o dito Dom Alvaro e seus herdeiros vindouros por ello fizerem e receberem sob obrigaçam de todos meus bens patrimoniaes e moves e de rais presentes e vindouros que para ello obrigo especialmente ipoteco e para a dita satisfacão aparto e assigno des agora e especialmente obrigo o genezim de Lisboa e bem assy o porque esta empenhado e a quinta minha de Covilhã e os bens que eu tenho na minha Villa de Chaves que foraõ da Condeça Dona Guiomar e per a dita satisfacão e comprimento de boa paga do dito Dom Alvaro ou de seus herdeiros a que tal condeçam for movida ou esta dita doaçam contradiser para o que e tambem em seu caso lhe dou e excedo as auçoës remedios sobre ditos assy e tam compridamente como a elle dito Dom Alvaro ou seus herdeiros for compridouro e eu hey aqui por supridas e expreças e declaradas quaelquer clauzullas e cautellas e bem assy todo fallecimento de solemnidade que de feito ou de derecho necessario seja para esta doaçam firme fer e mais valler e renuncio expreçamente todallas leys opinioens foros façanhas Capitulos ordenaçõs e outras quaelquer determinaçõs que em contrairo sejam as quaes hey aqui por expreças e nomeadas e inviolavelmente renunciadas e todo o que dito he prometemos eu e a dita Duqueza minha mulher por nos e por nossos herdeiros e suceßores bens moveis e de rais e sob a dita obrigaçam de ter e comprir e fazer comprir em todo o tempo sem mingoamento algum o que todo o dito presente aceitou como dito he finalmente por mor corroboraçam e firmeza das couzas sobre ditas e de cada huma dellas peço por merce a ElRey meu Senhor que dê a todo esto seu consentimento placito e authoridade e confirmaçam em forma para o tal cazo e auto principal compridoira e aprovando e ratheficando as couzas sobre ditas e cada huma dellas e em testemunho de verdade mandey fer feita esta Carta por mim assinada e asellada do meu sello e bem assy fobscrita e assinada pellas ditas Senhoras Duquezas e asellada dos seus sellos para o dito Dom Alvaro e seus suceßores. Feita em a Cidade de Lisboa vinte dias do mez de Novembro Diogo Pires escriptaõ da Camara do dito Senhor a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos setenta e oito annos. Pedindonos o dito Dom Alvaro meu primo por merce que lhe confirmasemos e houvessemos por confirmada a dita Carta assy como nella hera contheudo e visto por nos seu requerimento e querendolhe fazer graça e merce. Temos por bem e lha confirmamos e havemos por confirmada assy e na maneira que se nella conthem e se mester faz visto o divido que o dito Dom Alvaro meu primo conosco ha e os muitos serviços que elle e os donde elle descende a Coroa dos nossos Regnos fizeraõ e assy aos que ao deante delle esperamos receber com outros bons respeitoes que nos a ello movem e querendolhe fazer graça e merce de nosso proprio moto certa sciencia livre vontade poder Real e absoluto lhe damos doamos e fazemos pu-



ra e irrevogavel doaçam e merce deste dia para todo sempre para elle e todos seus herdeiros successores e descendentes de todo o em a dita Carta contheudo pella guiza e maneira que em ella faz menção. Porem mandamos aos Vedores da nossa fazenda e ao nosso Corregedor da Comarca Juizes Justicas Contadores e Almojarifes que tenham e façam cumprir esta nossa Carta de confirmação doação e merce assy como por nos he mandado doado e confirmado sem embargo de direitos Civeis e Canonicos de quaesquer leys glozas ordenações forros costumes e façanhas e opinioens de Doutores e Capitulos de Cortes Cartas sentenças geraes ou especiaes determinações que contra isto sejam as quaes todas aqui havemos por expresas e declaradas e especialmente renunciadas posto que em sy haja alguma clauzulla ou clauzullas derogatorias porque em quanto contra esto forem as havemos por revogadas e annulladas e de nenhum vigor e queremos que esta nossa Carta valha e tenha assy como nella he contheudo metendo logo de posse ao dito Dom Alvaro meu primo de todo o que dito he como per nos he mandado e por esta damos lugar e authoridade ao dito Dom Alvaro que elle per sy e seus officiaes tome e possa mandar tomar a posse das ditas couzas conthecudas na dita Carta e cada huma dellas a qual queremos e mandamos que valha e haja e tenha vigor e effeito assy como se per authoridade de nossa justiça fosse feita porque assy he nossa merce e o havemos por bem e o sentimos por nosso serviço e por firmeza dello e sua segurança lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nos e asellada do nosso sello de chumbo. Dada em a Villa de Torres Vedras a vinte tres dias de Agosto. Pero Lopes a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos noventa e seis. A qual confirmação doaçam e merce que lhe assy fazemos na maneira sobre dita pellas razões em cima declaradas e disse porque Dom James Duque de Bragança e de Guimaraes meu muito prezado e amado sobrinho nos escreveo sobrello huma Carta assinada por elle e por Dom Deniz seu Irmão outro sy meu muito amado sobrinho da qual o theor tal he. Muito alto e muy poderoso Senhor por esta certhefico a Vossa Alteza que eu som contente e me praz que Vossa Alteza confirme a Dom Alvaro meu tio huma doaçam que tem do Duque meu Senhor e padre que santa gloria haja assinada per elle e pella Duqueza minha Senhora das terras do Cadaval e Peral e porque a mim praz que elle as haja assy e pella maneira como na dita doação se conthem e per ella lhe foi outorgada beijarey as mãos de Vossa Alteza por lho assy outorgar e mandar confirmar e por ser disto certo assiney esto na Atouguia da Ballea a vinte dous dias de Agosto de mil quatrocentos noventa e seis. Pedindonos o dito Conde por merce que por quanto elle hera o filho baram mais velho do dito Dom Alvaro lhe quizesemos confirmar a dita Carta assy como nella he contheudo e visto por nos seu dizer e pedir ser justo e querendolhe fazer graça e merce lhe confirmamos assy a dita Carta para elle e todos seus herdeiros e successores assy e na maneira que se nella conthem. Porem mandamos aos Vedores de nossa fazenda Corregedores Juizes e Justicas a  
que

quê esta for mostrada que leixem o dito Conde per sy e seus officiaes haver e continuar a posse das ditas terras e rendas e direitos e uzar de toda jurdiçam assy como athequi se uzou com todollos privilegios e liberdades com que se para nos recadariam porque assy he nossa merce. Dada em a nossa Villa de Almeirim a tres dias do mez de Março. Antonio Paes a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil quinhentos e dezaes.

*Contrato do casamento do Senhor D. Alvaro, com D. Filippa de Mello, filha de D. Rodrigo, primeiro Conde de Olivença. Está na Torre do Tombo, no liv. 2. dos Mysticos, pag. 157, vers.*

Num. 4.  
An. 1479.

**D**Om Affonso, &c. A quantos esta nossa carta mandado, e authoridade, confirmação, aprovação, e ratheficação virem. Fazemos saber que por parte de Dom Rodrigo de Mello Conde de Olivença e Capitão por nós da nossa Cidade de Tanger em Africa, e da Condeça sua mulher, e de Dom Alvaro meu muito amado e prezado Sobrinho nos foi apresentado hua escritura de dotte e casamento em a qual são conteudos certos Capitulos acordados, e afirmados entre o ditto Dom Alvaro por seu procurador e o ditto Conde e Condeça de Olivença sobre o contrauto de casamento de Dona Felipa sua filha em a qual escritura antre outras couzas o ditto Conde e Condeça a nos cometerão, e nos pedirão por merce que por a dita capitulação em o ditto contrauto contheuda haver firme effeito, e ser cautellada e assentada em forma de direito como a elles comprira e ao ditto Dom Alvaro, e aa dita sua filha cometessemos a ordenança, e assento do dito contrauto que assy lhes cumpria ser feito a dous Letrados que o bem fizessem; e nos por lhe fazermos graça e merce acceptamos o ditto carrego, e confiando da bondade e diligencia e leteradura do Doutor João Teixeira, e do Doutor João Delvas e concirando que o fariam bem e como ao cazo pertencia lho cometemos da qual escritura e poder a nós dado he o que se ao diante segue. Saybaõ quantos este publico estromento de se firmidioem e certeza virem que no anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos setenta e nove annos dezouto dias do mes de Setembro na Cidade de Tanger dentro no Castello nos Paços honde pouza o muy nobre Senhor Dom Rodrigo de Mello Conde de Olivença Capitão e Governador da ditto Cidade estando hy o ditto Senhor de presente, e a mui virtuoza Senhora Condeça Dona Izabel de Menezes sua mulher tendo hy consigo os dittos Senhores a Senhora Dona Felipa sua filha e estando isso mesmo de presente o honrado Fernão de Lemos Cavaleiro do Senhor Conde de Faro Procurador do Illustrado Senhor Dom Alvaro filho do Duque de Bragança que Deos haja segundo logo mostrou por humo sufficiente procuração do ditto Senhor Dom Alvaro constituinte a elle Fernão de Lemos feita e outorgada,



gada, da qual o theor de verbo a verbo he este que se a diante segue. Saybaõ os que esta presente procuraçaõ virem que aos outo dias do mez de Janeiro do anno de mil quatrocentos setenta e nove em a Cidade de Evora dentro em os Paços honde hora pouza o Senhor Dom Alvaro filho do Duque, &c. em prezença de mim notario geral, e das testemunhas ao diante escritas, estando hy o ditto Senhor logo por elle foi ditto que por quanto elle tinha ordenado com a graça de Deos cazar com a Senhora Dona Felipa filha do Senhor Conde de Olivença e da Senhora Condeça Dona Izabel sua molher, e por quanto era compridouro e necessario a elles fazerem primeiro seu contrato de cazamento dote e arras, e bem assy em seu nome a ditto Senhora fer recebida segundo que a tal auto, e a taes e taõ grandes pessoas convem, e por elles assy serem auzentes e alongados e nom poderem per sy antre presentes fazer o que elle ditto Senhor Dom Alvaro tinha determinado de enviar à nossa Cidade de Tanger o honrado Fernaõ de Lemos Cavaleiro para as dittas couzas trautar praticar concrodir e finalmente acabar, e por tanto logo por o ditto Senhor D. Alvaro foi ditto que elle confiando de entender bondade e discriçaõ do dito Fernaõ de Lemos, ello ditto Senhor para ello fazia constituhia e ordenava por seu procurador lidimo abondoço sufficiente, e abastante no melhor modo e forma que o direito em tal cazo otorga para por elle, e em seu nome com os dittos Conde e Condeça e bem assy com a ditto Senhora sua filha trautar, assentar, fazer, e celebrar o ditto contrauto de cazamento dote e arras na melhor forma modo e maneira que ao ditto Procurador parecer ao dito auto convinhavel, e da parte dos dittos Senhores requerido for e com elles acordar e bem assy para o depois do ditto contrauto feito e acabado a ditto Senhora Dona Felipa em nome do ditto Senhor Dom Alvaro receber em forma da Santa Igreja por sua molher e espoza per as palavras e forma da Santa Igreja. Mais ahinda lhe dá poder que elle em seu nome possa especialmente sobstabelecer outro procurador ou procuradores para a dita Senhora em seu nome fer recebida em forma da Santa Igreja e palavras costumadas, como o dito Fernaõ de Lemos seu Procurador fez e elle per sy se em pessoa presente fosse, e desde agora para em todo o tempo ha por firme e valiozo todo o que por o dito seu procurador for feito e acabado capitulado contratado, e prometeo de nunca em algum tempo contra ello hir em parte nem em todo em juizo nem fora delle sob obrigaçaõ de todos seus bens moveis e de rais que para ello obrigou e especialmente para ello ipoteceu, e em testemunho de verdade mandou fer feito ao ditto seu procurador este instrumento de procuraçaõ e mandado testemunhas que presentes foraõ Martim Ayres e Diogo Correa escudeiros do ditto Senhor Dom Alvaro, e outros, e eu Diogo Rodrigues notario geral por ElRey nosso Senhor em todos seus Reynos e Senhorios que este instrumento de Procuraçom escrevy, e aqui meu final fis que tal he e lida e mostrada assy a ditto Procuraçom em prezença de mim Alvaro Carvalho escudeiro delRey nosso Senhor publico notario geral por sua Real authoridade em todo este

Reyno do Algarve em Africa, e testemunhas abaixo nomeadas logo per o ditto Senhor Conde foi ditto que por mandado de ElRey e do Principe seos Senhores antre o ditto Senhor Dom Alvaro hera trautado e concordado cazamento com a ditta Dona Felipa sua filha por certos capitulos e condiçoẽs que se abaixo diraõ afinados por elle ditto Senhor Conde dos quaes o ditto Senhor Dom Alvaro fora e hera contente segundo por suas Cartas lhe escrevera e segundo por o ditto seu procurador enviara dizer, e que por quanto dos dittos Capitulos convinha ser feita escritura de contrauto dotte e arras do ditto cazamento para o qual era necessario conselho de Letrados que nesta terra nom havia que elle e a ditta Senhora Condeça pediaõ por merce a ElRey nosso Senhor que visto este estromento dos dittos Capitulos mandase a dous Letrados de seu Regno fazer a ditta escritura de dotte e arras na forma e maneira que o direito quer que as couzas e condiçoẽs contheudas nos dittos Capitulos sejaõ firmes valiozas, e estaves para sempre, e os Capitulos saõ os que se seguem. Primeiramente disse o ditto Senhor Conde que elle dava logo aa ditta sua filha com o ditto Dom Alvaro des mil dobras das delRey e mais lhe daria cem mil reis de tença em cada hum anno nos livros do ditto Senhor Rey trespassados logo no ditto Dom Alvaro, e mais lhe daria quatrocentos mil reis contantes dentro no anno que tomar sua caza e dos quaes lhe dará a mayor parte quando lha entregar em dinheiros e corregimentos de que elle seja contente. Item disse mais elle ditto Senhor Conde que havendo elle filho Baram da ditta Condeça sua molher que a elle pras a allem do fuso ditto dar aa ditta sua filha com o ditto Senhor Dom Alvaro vinte mil dobras obrigatorias das de cento e vinte para as quaes obriga toda sua fazenda e terras da Coroa do Regno e morgados, nas quaes o ditto Dom Alvaro seja logo metido de posse despois do falecimento do dito Conde e as therá e pessuhirá sem descontar athe elle ser pago da ditta quantia segundo costume pagandolhe o terço, que o dito Dom Alvaro deixe o terço da dita fazenda que lhe for dada em penhor. Item disse mais o ditto Senhor Conde que naõ havendo filho Baraõ da ditta Condeça sua molher queria e mandava que a ditta Dona Felipa sua filha herde e haja toda a sua fazenda por sua morte assim Morgados como terras da Coroa do Regno e couzas que delRey tenha de merce tirando o que he obrigado aa dita Condeça sua molher e que a ditta Senhora terá em sua vida segundo o tem de ElRey por merce depoes de seu falecimento e assy pessuhirá a ditta Senhora heranças que elle comprou de seu cazamento della que delRey e de sua mãy recebera. Item disse mais o ditto Senhor Conde que vindo cazo que elle haja filho Baron lidimo doutra molher que assy lhe apras que a ditta Senhora sua filha haja com o ditto Senhor Dom Alvaro as dittas vinte mil dobras obrigatorias por toda a sua fazenda assy patrimonial como da Coroa do Regno, e as couzas que tenha de merce tirando a Villa Castello e rendas Dolivença e o Campo de tones e que das outras couzas que o Conde tem o ditto Dom Alvaro escolha as que lhe aprouver nos preços e valias que directamente valerem sendo as dittas couzas



zas apreçadas por pessoa sem suspeita de prazer das partes a que pertencer. Item disse mais o ditto Senhor Conde que acontecendo de elle haver filha ou filhas da ditta Condeça sua mulher sem filho barom que a elle praz e quer que a ditta sua filha herde e haja todo o que elle tem assy de Morgado, como da Coroa do Regno, e couzas de merces, e o movel patrimonial o ditto Dom Alvaro parta com a filha ou filhas que da ditta Condeça ouver tornando aa colação o que assy houver recebido. Item disse mais o ditto Senhor Conde que acontecendo de elle haver filha ou filhas de outra qualquer mulher lidimas que a elle praz que o ditto Dom Alvaro nem a dita sua filha nom sejaõ obrigados a trazer a colaçom nada do que tem recebido com a ditta sua filha nem lhe seja imputado na lidima della nem seja obrigado de o conferir com a ditta sua Irmaã ou Irmaãs nem com isto lhe suprir suas lidimas, mas que de toda a outra fazenda que se achasse partisse irrammente que para partir fosse, e esto mesmo queria que se guardase em qualquer cazo que se acesse da dita Dona Felipa sua filha non herdar e haver todos seos morgados e terras, e couzas da Coroa do Regno de maneira que nom herdando ella as dittas couzas que o ditto Dom Alvaro e ella hajaõ izentamente para sy todo o dotte que lhe logo agora daõ, e mais as dittas vinte mil dobras obrigatorias sem as conferir com nenhum de seos Irmaõs nem lhe com isso soprir suas lidimas nem as trazer aa colação nem lhe serem emputadas em sua lidima porque com esta condição se aceitara e fizera o ditto cazamento e doutra guiza nom. Item mais disse o ditto Conde que allem do suso dito lhe prazia de lhe dar logo à ditta sua filha com o ditto Senhor Dom Alvaro o seu morgado da Arega e Castello de Vilarmayor com todas suas rendas e Senhorios assy como os elle tinha e pessuhia os quaes lugares lhe prazia que o dito Dom Alvaro houvesse no preço das ditas vinte mil dobras obrigatorias derradeiras em qualquer maneira que elle houvesse filho lidimo. Item mais disse o ditto Senhor Conde que elle dava todo o sobredito ao dito Senhor Dom Alvaro com sua filha com condição que elle dê e obrigue aa ditta sua filha doze mil dobras darras das que acostuma ElRey a dar e mais que o ditto Dom Alvaro obrigue aas dittas arras e dotte no cazo que as elle haja daver toda sua fazenda assy a que tem de ElRey, como de seu patrimonio e mais que o ditto D. Alvaro dê aa ditta sua filha hum milhaõ de reis por suas joyas e couzas de caza que mais a praz da dita sua filha sejaõ e esto falecendo primeiro que ella o ditto Dom Alvaro sem haver filhos dantre ambos em tal cazo hy nom haja arras nem joyas porem a ditta sua filha despoera de sua terça o que lhe prouver e do al se fará o que for direito e havendo entaõ filhos dantre ambos se faça isso mesmo segundo a dispozição de direito, e diffieraõ mais os dittos Senhores Conde e Condeça que por quanto de todo esto fuzo escrito lhes assy aprazia e que com estas condiçoẽs se tratara, e acabara o ditto cazamento queriaõ que de todo se fizesse escriptura, e escripturas quaes fossem necessarias as quaes como ditto he se aqui nom podiaõ fazer por ser para ello necessario concelho de

Letrados que aqui nom havia que elles ambos supricavaõ a ElRey seu Senhor que mandase a dous Letrados de seu Regno fazer destes Capitulos tal escriptura de contrato porque fosse valiozo e firme todo o contheudo em os sobreditos Capitulos, de maneira que o dito Senhor Dom Alvaro seja seguro de todo o nellas contheudo e conten-te e de modo que dandolhes Deus filhos lidimos a ambos os dittos Senhores Conde e Condeça, ou a elle filho lidimo doutra molher elle fosse certo e seguro de herdar e haver todo o seu sendo pagado o ditto Dom Alvaro, e havendo o que lhe pertence per maneira que nos dittos Capitulos se conthem e que prometiaõ e juravaõ de estar por a dita escriptura, e a manterem e guardarem haverem por taõ firme e valioza como se por elles fosse feita e de assinar se necessario fosse e todo cumprir e guardar como em sima se conthem e de nun-ca em algum tempo por cazo que sobrevir possa hir contra a ditto escriptura, e que lhes prazia e queriaõ delles nem seus herdeiros serem ouvidos em juizo nem fora delle em couza que contra a ditto escri-tura sejaõ por qualquer modo e maneira que seja sob obrigação de todos seus bens moveis e de raiz que para ello obrigou assy havidos como por haver especialmente hipotecaraõ o ditto Senhor Conde de sua fé hua duas e tres vezes segundo foro e costume de Espanha de cumprir e guardar todo o em sima contheudo e houve aqui por so-pridas e especialmente declaradas e individuadas todas clauzulas e poderes que para tal auto compridouras sejaõ, e renunciaram toda-las leys direitos Cives ou Canonicos grossas e opinioes de Doutores foros façanhas e ordenamentos de Cortes que contra esto sejaõ renun-ciando todos privilegios liberdades que se alegar possaõ para esto nom valer ou firme nom ser e por os dittos Senhores foi mais ditto que pediaõ por merce a ElRey e ao Principe seus Senhores que feita a ditto escriptura de contrauto por seus Letrados tal qual o direito ou-torga para o em sima contheudo ser firme e valiozo na maneira que sobredito he que de seu moto proprio livre poder certa sciencia po-der absoluto a confirmem e aproveem dando a ello sua Real authori-dade em forma especial para durar para sempre e ditto todo esto e outorgado em presença de mim notairo e testemunhas escritas o dit-to Fernão de Lemos recebeo logo a ditto Senhora Dona Felipa em nome e como procurador especial do dito Senhor D. Alvaro por ver-tude da procuração sobredita e mandado especial dizendo a ditto Se-nhora: Eu Dona Felipa recebo o Senhor D. Alvaro auzente como se fosse presente por meu bom e lidimo marido como manda a Madre Santa Igreja de Roma o que assy faço e afirmo com Fernão de Le-mos seu Procurador para ello abastante que por sua direita mão te-nho; e o ditto Fernão de Lemos disse logo que em nome e como Procurador especial para este auto do ditto Senhor D. Alvaro rece-bia a ditto Senhora Dona Felipa por molher do ditto Senhor Dom Alvaro e em seu nome por boa e lidima assy como manda a Santa Igreja de Roma. Feito esto os ditos Senhores e o ditto Fernão de Lemos requererom a mim notario publico que a todo este presente fuy com as ditas partes e testemunhas que dessem a cada huma das

par-



partes hum efformento publico e muitos se cumprissẽ testemunhas que presentes foraõ Lopo Pires Cavaleiro e Contador por ElRey na dita Cidade e Vasco da Gama , e Afonso da Gama Cavaleiros e Gonçallo Serraõ Cavaleiro ; Fernaõ de Azevedo Cavaleiro Almoxarife delRey na dita Cidade e Gonçalo Fernandes Dayl e Afonso Mendes Cavaleiros , e outros e eu sobredito Alvaro Carvalho publico notario geral que esto escrevy e meu publico final fiz que tal he. Os quaes ditos Doutores por nossõ mandado fizeraõ humã escriptura de firmidõem da substancia dos ditos Capitulos na forma e modo que se abaixo conthem , da qual o theor he este que se ao diante segue. Em nome de Deos todo poderozo saibaõ quantos este efformento e Carta de dotte e arras virem que no anno do Nascimento de Nossõ Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos outenta annos dez dias do mes de Março em a Villa de Vianna dapar Dalvito nas pouzadas onde hora pouza o Doutor Joaõ Teixeira do Conselho delRey nossõ Senhor e sendo hy presentes o ditto Doutor e o Doutor Joaõ Delvas de humã parte e da outra o Senhor Dom Alvaro filho do Duque , &c. em prezença de mim Notario geral e testemunhas ao diante escriptas logo por elles foy dito que elles heraõ hy vindos por mandado delRey nossõ Senhor para fazer e acabar carta e escriptura de firmidaõ de contrato de cazamento dotte e arras na melhor forma e maneira que o direito outorga feita e reduzida de sustancia de huns Capitulos conteudos em humã escriptura que foi feita em Tanger antre o Conde e Condeça de Olivença e a Senhora D. Felipa sua filha de humã parte e Fernaõ de Lemos procurador do ditto Senhor Dom Alvaro como seu procurador da outra a cerca de hum cazamento dotte e arras que era feito e acordado antre o ditto Senhor D. Alvaro e a ditta Senhora Dona Phelipa segundo que todo esto na dita escriptura e Capitulos mais largamente he contheudo e por tanto differaõ elles ditos Doutores que por bem e virtude do poder que o dito Conde , e Condeça pela dita escriptura tinhaõ dado ao ditto Senhor , e a elles ditos Doutores por Sua Alteza cometido e delegado que elles em nome do dito Conde e Condeça prometiaõ por firme e solemne estipulaçom com a ditta Senhora Dona Felipa ao dito Senhor Dom Alvaro a todo presente e acceptante que tanto que os Senhores tomarem sua caza com o cazamento que ella ditta Senhora D. Felipa ha de haver delRey nossõ Senhor o qual he seu proprio della , e a ella pertence lhes daraõ logo ao dito tempo refaraõ com o ditto cazamento por todo dez mil coroas todas de cento e vinte e alem desto prometeraõ mais es ditos Doutores em nome dos dittos Conde e Condeça pelo modo sobredito ao dito Senhor Dom Alvaro cem mil reis de tença nos livros de ElRey trespassados em elle dito Dom Alvaro com prazer e consentimento do ditto Senhor Rey o qual cazamento delRey e os dittos cem mil reis se ellẽs obrigaraõ fazer haver ao ditto Dom Alvaro ao tempo que dito he e mais lhe prometerom de dar e pagar e realmente entregar ao dito Dom Alvaro e a D. Felipa quatrocentos mil reis em dinheiro contante dentro no anno em que tomarem sua caza dos quaes ao tempo da ditta tomada o di-

to Conde e Condeça lhe daraõ logo a mor parte e o resto dentro no ditto anno ; outro sy diffieraõ mais os dittos Doutores em nome do ditto Senhor Conde e Condeça com prazer e expreso consentimento do dito Senhor Rey que elles faziaõ pura e irrevogavel doação antre vivos valedoura, davaõ, e doavaõ ao ditto Senhor Dom Alvaro por cauza deste casamento o Castello e Alcaldaria e rendas Dolivença assy, e pela guiza que o elle dito Conde tem, e bem assy o Reguen-go do Campo de Tooës que he em termo de Santarem e tambem a terra de Ferreira com suas rendas e jurdição Civel e Crime e Carapi com outros bens que tem na Ribeira, e o Castello e Alcaldaria de Villa mayor com suas rendas e pertenças e outro sy a judaria dalca-cer com sua renda que elle hy tem e Aregoa, e as Abitureyras, o que todo em o ditto Dom Alvaro trespassa assy e como e taõ cum-pridamente como a elle dito Conde pertence e pertencer pode e em suas cartas escrituras e doações he contheudo, e esto com todas suas jurisdicoes cives e crimes mero mixto Imperio e Padroados de Igrejas e com todas suas rendas foros tributos censos e direitos direituras per-tenças e comodidades que elle ditto Conde e Condeça em todo o que ditto he ambos tem e lhes pertencem e melhor se elle ditto D. Alvaro e feos sucessores melhor poderem e lhe cede e trespassa com elle todas suas acções hutes e direitos e todo bom remedio de de-mandar ter e recadar assy como o elle dito Conde tem e lhe pertenc-e e pertencer pode por qualquer guiza, ou maneira que seja com tal entendimento e declaração que elle ditto Conde em toda sua vi-da logre e pessua o huzofruto o qual somente para sy rezerva em to-da sua vida das dittas terras e rendas e Castellos e Senhorios jurdi-ções e couzas sobreditas, os quaes Doutores em nome do ditto Con-de e Condeça des hora se constituhiaõ ter lograr e possuir em nome e por o dito Dom Alvaro todas as terras, bens, direitos, e couzas sobreditas e assy diffieraõ que à dita Condeça ficasse salvo, e seguro, e reservado todas as couzas que ella tem e lhe pertence haver por bem de suas escrituras que em ellas he contheudo tirando-a fora e apartando das dittas rezervações somente o Castello de Villa mayor e Aregua as quaes duas couzas fiquem des logo livres e desembarga-das em propriedade com huzofruto consolidado a elle ditto Senhor D. Alvaro com suas jurdições civil e crime mero misto Imperio direytos e rendas sem mingoamento algum os quaes bens e terras e couzas so-breditas diffieraõ logo os dittos Doutores em nome dos dittos Senho-res Conde e Condeça que elles prometiaõ e davaõ ao ditto Senhor Dom Alvaro com os pautos declarações clauzulas e condições a suzo escritas convem a saber que se acontecer de elle ditto Conde haver filho barom da ditto Condeça Dona Izabel o qual ficar vivo sobre a terra ao tempo de seu falecimento que em tal cazo elle ditto Dom Alvaro posto que as ditas terras e couzas suas sejaõ elle porem pro-mete e se obriga e segura deixar e restituir as dittas terras e couzas ao dito filho Baraõ nascido dantre ambos Conde e Condeça dandolhe elle filho Baraõ ante que as ditas couzas e terras receba e lhe sejaõ entregues vinte mil coroas ao ditto Dom Alvaro ou a seu herdeiro a que



que as dittas terras pertencerem directamente as quaes elle ditto filho barom nom sera theudo pagar todas justamente senão quizer senão aos terços convem a saber pagando ao dito D. Alvaro ou a seu herdeiro hum terço das dittas vinte mil coroas que elle seja logo theudo e obrigado lhe deixar o terço das dittas terras e mais nom e bem asy dos outros dous terços das dittas terras as quaes o ditto Dom Alvaro e asy seu herdeiro sera obrigado lhe deixar cada e quando lhe o ditto filho barom pagar , e entregar os outros dous terços das dittas vinte mil coroas justamente ou em duas pagas asy que o ditto Dom Alvaro nom seja mais obrigado senom deixar as dittas terras ao ditto filho barom todas juntamente pagandolhe elle todo juntamente o preço das dittas vinte mil coroas ou aos terços pagandolhe as vinte mil coroas aos terços ; e como pagar aos terços asy levará e pero que em tal cazo hy haja filho barom dantre o ditto Conde e Condeça e elle ditto Dom Alvaro lhe seja theudo deixar as dittas pelo modo sobredito e esto se entenda em todas as outras terras a fora Villa mayor e Arega aas quaes se aprouver ao ditto D. Alvaro nom as deixar e as reter para sy naquelle preço que directamente valerem sendo apreçadas por pessoas fieis escolhidas de prazer das partes e tanto quanto forem apreçadas se desconte das ditas vinte mil coroas para se em a cauza guardar igualeza que o possa livremente fazer sem outro encargo nem obrigação alguma e por quanto se dizia que a ditto Aregua he de Morgado , e que o ditto filho Barão pode por direito tirar e tire em tal cazo o ditto filho Barão seja theudo em o cazo sobredito de a fazer livre e desembargada perpetuamente sem encargo algum na posse e propriedade e rendas como couza propria izenta do ditto Dom Alvaro para elle e todos seus herdeiros e successores sendo o ditto filho Barão allem desto obrigado haver de dar e encorporar ao ditto Morgado outra couza equivalente pela ditto Arega que tanto valha e mais com tal condição e declaraçom que em quanto o filho Barom nom fizer asy a ditto Aregua de paz e salvo livre e izenta forra e desembargada ao ditto Dom Alvaro que elle nom seja theudo lhe deixar as dittas terras da Coroa do Regno sobredittas em maneira alguma , convieraõ concordaraõ e assentaraõ as dittas partes contraentes por certidaõ e clareza das couzas que acontecer poder que se por ventura acontecer cazo que a ditto Condeça D. Izabel faleça primeiro da vida deste mundo que elle ditto Conde e sobrevenha cazo que elle ditto Conde com outra molher caze da qual haja filho barão lidimo e lidimamente nado entaõ se terá esta maneira convem a saber que o ditto D. Alvaro será obrigado de lhe deixar as dittas terras pelo preço das dittas vinte mil coroas segundo que em cima he declarado , e empero se elle ditto Dom Alvaro ante quizer que lhe fiquem em preço das dittas vinte mil dobras a algumas das dittas terras morgados e couzas ou qualquer parte dellas que o possa fazer e escolher reter e haver as dittas terras couzas para sy perpetuamente aquellas que lhe mais aprouvesse em aquelle preço e verdadeira valia em que verdadeiramente apreçadas forem por pessoas fieis escolhidas a prazer de partes tirando da tal escolha o Castello e rendas Dolivença e Campo

po de Toes, porque estas deixava em todo cazo por aquello que fallecer da copia das dittas vinte mil dobras alem do que elle escolher assy em preço dellas ao ditto filho mayor baraõ lidimamente nado da ditto segunda molher e quanto algumas das dittas couzas se diz fer de morgado, acontecendo cazo que seja achado que saõ de morgado e que o ditto filho as pode e quer por direito tirar em tal cazo o ditto filho mayor da ditto segunda molher fera theudo e obrigado de as fazer livres e desembargadas ao dito D. Alvaro e a feos herdeiros atribuindo outra couza ao morgado que valha tanto e mais, e em quanto o nom fizer assy, que o ditto Dom Alvaro e feos herdeiros nom sejaõ obrigados deixar as dittas terras em maneira alguma assy e pela guiza modo e forma que dito e declarado he em o cazo de quando hy houver filho baraõ dantre o ditto Conde e Condeça D. Izabel que hora vive e por mayor declaração porque pode sobrevir differaõ e declararaõ os ditos Doutores em nome dos dittos Senhores e concordarom e assentaraõ que em cazo que elle dito Conde nom haja filho macho da ditto Condeça e haja filha ou filhas, a allem da ditto Senhora Dona Felipa que em tal cazo o ditto Senhor Dom Alvaro haja e retenha para sy e para feos herdeiros por virtude da doação sobredita todalas ditas terras e couzas da Coroa do Reyno assy e pella guiza conio as elle ditto Conde tem e bem assy os morgados que o ditto Conde tem e a elle pertencem, e a outra fazenda partivel e patrimonial partiraõ irmanmente por morte do ditto Conde e Condeça tornando pero elle ditto Senhor Dom Alvaro a colação deste cazo somente todo que tiver recebido que para partir seja segundo dispozição de direito e acontecendo cazo que a ditto Condeça Dona Izabel faleça sem filho ou sem filha, e elle dito Conde caze com outra molher da qual nom haja filho barom e haja filha ou filhas em tal cazo elle ditto Senhor D. Alvaro retenha, e haja para sy e para feos herdeiros todalas couzas terras, e rendas e jurdições e morgados sobreditos e bem assy elle ditto Dom Alvaro não será obrigado a trazer aa colação couza alguma do que tiver recebido do ditto Conde e Condeça por bem deste contrato nem será theudo de conferir com as ditas filha ou filhas nem a lhe suprir suas lidimas por cauza alguma das sobreditas, nem lhe serem emputadas em sua lidima della ditto Senhora Dona Felipa, antes todo haverá o dito Senhor Dom Alvaro izentamente o que se mais achar ao tempo da morte pagado o ditto Dom Alvaro das couzas sobredittas que para partir sejaõ se partirá entre elles em tal guiza que o ditto Dom Alvaro nom seja defraudado de todalas couzas aqui prometidas, nem parte dellas, e allem dello haja e possa haver lidima inteira com as outras herdeiras do restante patrimonio e por mayor segurança do ditto Dom Alvaro nos sobredittos dous cazos em que elle ditto Conde haja filho barom da ditto Condeça ou doutra molher lidimamente nado o ditto Dom Alvaro nom será obrigado trazer a colação couza alguma do que hora receber em dotte e casamento ou receber por falecimento dos dittos Senhores nem o conferir com os dittos Irmaõs nem fera theudo lhe suprir suas lidimas, nem sera a elle ditto D. Alvaro



varo imputado na lidima da ditta Dona Felipa sua molher antes todo haveria izentamente e o mais que se achar patrimonial somente partirão irrammente e por mayor corroboração firmeza convalidação e segurança do ditto Dom Alvaro disserão os ditos Doutores em nome dos ditos Senhores Conde e Condeça que em todo o tempo e qualquer cazo dos sobreditos em este contrauto contheudos que se achar ou dizer possa que elle ditto D. Alvaro e a ditta sua molher haõ e levaõ mais do que em sua lidima monta e lhe pode justamente pertencer se este contrauto nom fora que elles des agora para então e dentaõ para agora e para todo tempo fazem pura, e irrevogavel doação entre vivos ao ditto Senhor D. Alvaro somente e para elle e naõ para outrem hy haver parte nem quinhaõ de todo o mais em este contrauto conteudo e declarado que exceder a verdadeira lidima que à ditta Dona Felipa pertencer pode a qual doação disserão assy os dittos Doutores em nome dos ditos Senhores que elles faziaõ assy ao ditto Senhor Dom Alvaro por honra de seu sangue e linhagem e para que com esta condição e expressa declaração se tratou primeiramente, fez e acabou o ditto matrimonio o qual se em outra maneira alguma nom fizera, e por maior abastança desto os ditos Doutores em nome do ditto Conde e Condeça obrigaram suas terças e se por ellas esta cumprir e manter sem mingoamento, algum e bem assim obrigaraõ às dittas terças todas as dittas terras da Coroa do Regno e morgado e couzas sobreditas em os cazos que em fima he ditto e declarado que com o ditto Dom Alvaro nom haõ nem devem de ficar a qual obrigação hipoteca fazem os dittos Doutores em nome dos dittos Senhores Conde e Condeça expressamente para boa conservação e inteira guarda de todos em este ditto contrauto contheudo e finalmente declararaõ assentaraõ e outorgaraõ os dittos contrautos que em cazo que o ditto Senhor Dom Alvaro faleça da vida deste mundo sem filho baram nem filha femea dantre ella ditta Senhora Dona Felipa ficando ella ditta Senhora veuva que então as dittas terras e couzas da Coroa do Reyno e Morgado lhe fique a ella livre e desembargadamente por lhe pertencerem, e as dever assy daver sem embargo da ley mental e pello ditto Senhor Dom Alvaro foy ditto que elle acceptava de emism comigo notario publico todas as couzas sobreditas, e outro sy logo prometeo deo constituhio aa ditta Senhora Dona Felipa a mim notario publico prezente estipulante e acceptante para a ditta Senhora Dona Felipa em seu nome doze mil coroas darras de cento e vinte por onor de sua pessoa; e mais que ella dita Senhora que em o cazo que as dittas arras ha de haver ella haja as joyas couzas de caza que mais a seu prazer escolha a contentamento forem com tanto que naõ passem de hum milhaõ de reis em valia, as quaes joyas e couzas de valia do ditto milhaõ a ditta Senhora Dona Felipa haverá em composição e desconto dos dittos quatrocentos mil reis de que no comesso deste contrato faz menção que haõ de ser pagos em dinheiro contante dentro no tempo em que tomarem sua caza aos quaes o ditto Dom Alvaro nem seus herdeiros nom seraõ mais theudos nem obrigados pagado o ditto milhaõ em as joyas, e

couzas sobredittas que feraõ em fatisfação dos dittos quatrocentos mil reis as quaes sobredittas arras e joyas e couzas haverá a ditto Senhora Dona Felipa falecendo o ditto D. Alvaro depois do matrimonio consumado antre ambos primeiro que ella ficando veuva sobre a terra quer ao tempo hy haja filhos dantre ambos quer nom, e falecendo ella ditto Senhora Dona Felipa primeiro que elle ditto D. Alvaro em tal cazo nom haverá hy joyas nem arras nem couzas para escolher para o ditto milhaõ porem ella podera despoer de sua terça o que lhe prouver e do al se fara o que for direito, e falecendo ella ditto Dona Felipa havendo filhos dantre ambos podera dispoer daquello que lhe pertencer somente segundo despozição de direito as quaes joyas e couzas em o cazo que a ditto Dona Felipa as ha de haver lhas segura o Senhor Dom Alvaro, e para todo especialmente, e geralmente obriga todos seus bens moveis e de rais havidos e por haver e fazenda ally do patrimonio como os que tem do ditto Senhor Rey e do ditto Senhor Princepe seu filho o que todo juntamente e cada huma couza por sy obriga e especialmente hipoteca para boa e segura paga das dittas arras joyas e couzas sobredittas para a ditto Senhora Dona Felipa ser justamente satisfeita de todo sem mingamento algum primeiro, e mais principalmente que outra alguma divida nem obrigação que hy possa haver como couza mais favoravel e bem ally para obrigação ipoteca inteira restituicom do ditto dote em o comesso deste contrauto expressamente he decrarado todos os outros bens e couzas que cada hum dos dittos Senhores contrahentes depois de consumado o matrimonio houver e aquerir por qualquer titullo que seja se guardara o direito comum, e o que o ditto direito em tais cazos e couzas outorga, finalmente declaraõ as dittas partes que sem embargo do trespassamento hora feito em o ditto Dom Alvaro das dittas terras e couzas por o modo sobreditto que falecendo elle o que Deos arrede sem herdeiros, ou com elles os quaes faleçaõ ante do ditto Conde, e da ditto Dona Felipa que elle ditto Conde e seus herdeiros em tal cazo fiquem com todo o que lhe pertencer, e antes deste contrauto pertencia por bem de suas escrituras ally como se tal trespassamento em elle ditto Dom Alvaro nunca fora feito, e todas estas couzas e cada huma dellas os dittos Doutores em nome dos dittos Senhores auzentes, e o ditto Senhor Dom Alvaro prezente louvarom consentirom outorgaraõ prometeraõ *ad invicem* por firme estipulação cumprir todo o que dito he acceptante cada hum pelo que lhe pertencia, e houveraõ aqui por postas, e sopridas todas seguridades, obrigaçoẽs, renunciadoẽs clauzulas condiçoẽs em tais prometimentos e matrimonios acostumados posto que aqui declarados nom sejaõ e todo que necessario seja para em favor e proveito do ditto Senhor Dom Alvaro, e da ditto Senhora Dona Felipa sua molher renunciando para ello os dittos contratantes todas as leys direitos civeis e canonicos glozas e opinioẽs de Doutores forros façanhas, e ordenamentos ou Capitulos de Cortes que em contrario sejaõ, e renunciando expressamente a ley *si unquam*, e de *revocandis donationibus* o beneficio da colação imputa com o suprimen-



to e querella de inofficioza doação e dotte e todo outro adjutorio leys e direitos que em contrario sejaõ e para que este contrauto pautos e condiçoẽs, e couzas em ella contheudas assy acordado convindo e outorgado haja mayor força corroboração firmidaõ convalidação e venha a effeito dezejado os dittos contrahentes pedem por merce e supricaõ ao ditto Senhor Rey que dê a elle seu consentimento placito e authoridade com Real confirmaçom em forma especial para durar perpetuamente e requereo a mim Notario sobredito que a todo esto presente fuy com as dittas partes e testemunhas aqui sobscritas que desse a cada huma das partes hum publico estromento e muitos testemunhas que a esto presentes foraõ o Doutor Luis Teixeira e Joaõ da Guarda escudeiro do dito Doutor Joaõ Teixeira, e Affonso Valente seu criado, e outros e eu Diogo Rodrigues Notario geral por ElRey nosso Senhor em todos seus Regnos e Senhorios que a todo esto presente fuy este instrumeto escrevy e aqui meu final fiz que tal he o qual contrato feito e afirmado pelo modo sobredito, e couzas em elle contheudas visto leudo e examinado por nos o havemos por bom e aproveitamento dos dittos contrahentes, e por vertude do poder a nos dado pelo ditto Conde e Condeça o aprovamos em seus nomes e consentimos e outorgamos todo o em elle contheudo assim como se por elles presentes feito fora, e allem desto por nossa authoridade Real tudo bem visto como ditto he confirmamolo e aprovamolo corroboramos e ratheficamos de nosso moto proprio certa sciencia livre vontade poder Real absoluto em todo e em cada huma sua parte com tal entendimento e declaração que todo confirmamos convem a saber as couzas da Coroa do Regno sobreditas que o ditto Conde tem em sua vida, e para filho ou filha e mais naõ assy as haja o ditto Dom Alvaro e sua molher em suas vidas como lhe saõ outorgadas por bem e virtude deste contrato e mais naõ e as outras couzas que o ditto Conde tem de juro que assy por essa mesma maneira as hajaõ o ditto D. Alvaro e a ditto D. Felipa sua molher para todos os seus herdeiros e successores e quanto he ao casamento nosso e aos cem mil reis de tença nos por hora nom as obrigamos mais do que estamos e somos obrigados quando nos o ditto Conde requerer faremos em elle o que a nos bem visto for, e com o ditto entendimento e declaração confirmamos aprovamos rateficamos todo o sobredito e suprimos todo o falimento de solemnidade de feito e de direito necessario seja, para firme ser e mais valer sem embargo de quaesquer leys direitos glosas, e opinioẽs de Doutores que em contrario sejaõ e sem embargo da ley mental com todas as renunciacoẽs obrigaçoẽs sobreditas e queremos e mandamos que valha e se guarde sem mingoamento algum em todo tempo e como couza por nos comessada e ordenada e acabada vista e examinada authorizada aprovada e ratheficada e em testemunho de verdade mandamos dar aos dittos contrahentes suas Cartas per nos assinadas, e asselladas do nosso sello, e esta he a do ditto Dom Alvaro. Dada em a Villa de Vianna dapar dalvito aos dezoito do mes de Abril Joaõ da Fonseca a fez anno de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quatrocentos e outenta.

*Carta, que o Senhor D. Alvaro escreveu a ElRey D. João II. no tempo, que estava em Castella, para onde passou por causa da morte do Duque D. Fernando II. na qual trata dos agravos, que delRey tinha recebido. Achey-a no Cartorio da Casa de Bragança.*

Num. 5. **E**U folgara bem de escusar de escrever nada a V. S. assi porque não queria dizer quanto devia pera dar conta ao mundo de quanto e em quantas cousas V. S. tem errado contra mim, como porque não posso dizer tão pouco quam pouco he mister de dizer a V. S. ante quem a verdade, e a boa rezaõ tão pouco prestaõ: majormente que elle sabe melhor que ninguem quam grandemente contra mim tem errado, e quanto lhe eu tenho mais merecido de merce que de agravos, inda que o contrario queira ora mostrar que cuida segundo as obras que contra mim faz. Emperoo Senhor porque hora me disseraõ que V. S. mandara la por editos contra mim, inda que para ante V. S. refertar meu direito sera bem escusado; pareceome emperoo rezaõ de fazer esta, por não parecer que em me calar confinto, e tambem por protestar aquillo que devo por conservação de meu direito, e inda que a rezaõ de mim guarde pera dar ante quem devo emperoo darei em esta aquillo que não posso escusar.

Eu não sei mais sennaõ que como disse me disseraõ que em Portugal se puferaõ editos contra mim sem saber em que forma nem sobre que, porque V. S. por fazer vossos feitos de pagam a candeia como costumais, e ninguem vos não pode refertar nada, mandastes assi guardar os portos, e defender que se não escrevesem de Portugal a nenhum, juntando isto com quam pouco homei folga de ouvir as novas que sabe dese Reyno, eu o não soube doutra maneira nem mais cedo, emperoo cuido que tudo sera fundado ou nas culpas que V. S. mandou mostrar ao Conde dolivença em Abrantes que dizeis que contra mim achaveis, ou nas que depois me enviou o dito Conde per vosso mandado a Castra per letra do Doutor João Teixeira. E certo Senhor se estas são as cousas de que me mandais acusar, mais rezaõ me parecera dar V. S. a mim rezaõ porque me tinha tomada minha fazenda, do que era mandardesme citar por taes cousas pois V. S. sabe tambem quam grandes mentiras são, e que não são ellas, as porque me foi tomada minha fazenda o que esta claro por muitas rezoës.

Primeiramente porque V. S. não me pode culpar nos casos em que quistes culpar meus Irmaõs porque pois V. S. tem confessado, e assi o disse ao Bispo de Liaõ, e a Guaspar Fabra que dos casos passados de meus Irmaõs me achaveis sem culpa, e assi o mandastes dizer a mim per o Conde Dolivença que de vossa parte me enviou dizer quando cheguei a Castra, e assi he verdade que V. S. nunca achou nem achara contra mim cousa em que me possa culpar, porque todas as inquiriçoës que sobre os ditos casos mandastes tirar, como



vos prouve no que a mim tocava, mandastes mostrar ao Conde dolivença, e eu tenho o treslado disso, e sem embargo de ellas serem feitas como sabe, emperoo em ellas não se achou cousa porque me possais dar culpa.

E que queira V. S. dizer que me tomou a si minha fazenda me vim aqui a Corte delRey, e da Rainha nossos Senhores tendo vos mandado dizer que me fuisse fora de todos os Reynos, e Senhorios de Suas Altezas. Esta escuza não pode V. S. dar porque antes de eu isto fazer, e antes de partir de Portugal vos dixestes ao Conde dolivença quando o mandastes chamar em Abrantes, que porque vos não fiaveis, e pelas sospeitas que de mim tinheis me querieis tomar minha fazenda, e fomite ma deixar ter em quanto fosse vossa merce não tendo V. S. outra cousa, nem prova senão as sospeitas que de mim querieis tomar que o que tinheis, como dixe, loguo lho mandastes mostrar, e eu tenho o treslado, e não diz nenhuá cousa de que se me deva dar culpa, e que alguá cousa diffiera pouco devia de bastar o testemunho só Da . . . . . Vaz pera eu ser condenado, e tambem antes de eu pera aqui vir indo meu caminho, e sendo ja em Barcellona me enviou dizer V. S. como determinaveis de tomar minha fazenda, e fomite me dar hum conto e duzentos mil reis cada anno pera me manter esse tempo que me mandaveis dizer que andasse fora destes Reynos. Pois não estava em rezaõ que ainda que eu sempre muy bem cumprisse vossos mandados, e ainda entãõ os quisesse cumprir que o ouvesse asi de fazer em conhecer que me avia por culpado no que não tinha culpa, e contentarme de receber pena sem a merecer, e com justa causa me parece que tinha rezaõ de volver a buscar quem me remediasse como fis.

Nem tambem se pode escusar V. S. em dizer que ma tomastes pelo testemunho que me enviastes mostrar escrito per mão de João Teixeira do que dizeis do que disse D. Vasco, e o Tinoco, porque como digo ja dantes que elles aquillo testemunhassem ma tinheis tomada, e mais o que elles disserão esta claro que he mentira, e não faz nada contra mim, ca o que o Tinoco diz não he nada, e o que dis D. Vasco que lho disse D. Guterre, e he certo que eu em este tempo nunca vi D. Vasco, nem D. Guterre, nem lhe falei, nem creio que al digaõ, pois se D. Guterre diz que o ouvio a alguem que lho disesse, que mo ouvira, certo he que tal testemunho contra mim não me fas nada porque eu deva de receber pena, quanto mais sendo taõ grande mentira como he, porque hi não avera nenhum Cavaleiro que diga que me tal ouvio, que lhe eu não defenda, ou faça conhecer como devo, que mente muy falsa mentira, quanto mais que as cousas que elle dixe são tais que qualquer entendido que as vir conheceria logo claramente que quando eu em tal caso ouvese de entender não avia de ser com tais civildades nem per tal maneira como elle dizia, mormente que à vossa mão foraõ ter todas as cartas que eu escrevi a Portugal por tres, ou quatro vezes indo caminho de Barcelona, e asi outras que de la escrevi a Rainha nossa Senhora e se eu em tais cousas tivera o pensamento, de rezaõ parte dellas se ouveraõ de achar nas ditas cartas.

Eu

Eu não digo isto senão por responder aquellas cousas em que por ventura me quer V. S. dar culpa, porque na verdade depois que eu sahi de Portugal, e vos dixestes, que me querieis tomar minha fazenda sem porque, alem de outros infinitos agravos, e injustiças muy grandes que de vos tinha recebido, não me parece que pudera fazer cousa inda que fora de voso serviço em que errara, porque obrigado era a buscar remedio de tais cousas por todas as maneiras que eu pudeste, e por isto se eu alguma cousa fis, ou fizesse em este tempo não me avia de desculpar della salvo esta, ou outra semelhante por não ser verdadeira como esta não he.

Affli que bem claro esta que V. S. não me tem a minha fazenda por culpa que contra mim achasse nos casos, em que quiseistes culpar meus Irmaos, porque na verdade não a achastes, e vos não podeis dizer o contrario porque assi o confessou V. S. aos Embaixadores, e enviaestes a mim, como acima dito he, nem isso mesmo, ma tomaes pelos testemunhos das outras inquirições nem por me não ir fora destes Reynos como vos ordenaveis, porque ja dantes ma tinheis tomada, tomastela por folgar de aver o meu, como ouvestes a dos outros, e quereis buscar achaques como buscastes a elles.

E que affli fora que com rezaõ, e justiça me podesseis tomar o meu, que rezaõ pode V. S. dar para tomar a minha mulher o seu, ca vos lhe não podeis dar culpa, nem a tem, e se a estes Reynos veo, veo por vossa licença, segundo tem por vosso afinado, sem exceder mandado que mandastes ca hum vosso Contador veo com ella ate o extremo que todo vio por ser de todo testemunha o qual veo por vosso mandado.

E que affli fosse, e a minha mulher tomasseis o nosso que rezaõ tem V. S. de tomar a minhas filhas o de sua mãy que por direito, nem lei do Reyno não podeis tomar, nem isso mesmo lhe podeis tomar as rendas de Beja, que eu tenho bom privilegio de ainda que aquelles que as tiver as perca por qualquer caso, que toda via passem ao herdeiro, que as avia de succeder.

E certo Senhor não pode V. S. tanto encubrir o fundamento que faz estas couzas, que no modo que em ellas tem não dê bem a entender ao mundo o porque as faz, e ao menos não podera V. S. negar como vos sempre servi fazendome V. S. em ves de me agalar-doar com merce tantos agravos que seriaõ largos de contar, emperoo por mostrar mais claramente a rezaõ que tenho he forçado que diga alguns delles, porque todos sera muito V. S. sabe bem como vos comeei a servir de pequeno, e sempre me cheguei mais a vosso serviço, e a vos que a nenhum outro fazendovos muitos serviços affinados alem dos que a voso pay fiz, os quaes escuso de dizer porque disto quero deixar o cargo aos outros que o sabem, e V. S. que mos tambem lembrou o dia que prendestes o Duque meu Irmao, e como quer que de pequeno me sempre dixestes que todo me conhecieis, e me avieis de satisfazer muy bem, mostrandome muitas vezes que me tinheis mais afeição que a nenhum outro rogando a Deos que vos trouxesse a tempo para assi mo mostrar por obra; tanto que fostes ho-  
mem,



mem, e em tempo de mo pagar logo começastes de vos aver comigo todo ao revés do que até então tinheis mostrado, e parecendo-vos que devíeis de aver vergonha de me não pagar a obrigação que me tinheis, me dixestes em Coimbra que me querieis dar duas Villas vossas que tinheis entre douro, e minho e depois de mas terdes prometidas tornastes-vos a escusar de cumprir comigo dizendo que a vosso pay não aprazia isso sendo certo que o dito vosso pay me fez mores merces que aquella em que se mostra que não foi por sua culpa, mas pela vossa.

O porque depois me comecei da chegar a ElRey vosso pay, e servilo, ElRey por se achar de mim por bem servido me começou de mostrar boa vontade, vos tomastes disto tão grande nojo que o não podíeis sofrer, e tendome ElRey prometido a Villa de Portalegre quando vos fostes, onde vós vos mais servistes de mim do que ainda dantes vos tinheis servido: sobre tudo não quísestes consentir que vosso pay me desse a dita Villa mostrandolhe que o fazíeis por estar no extremo, e não fiardes de mim e concertasdes com vosso pay que a Villa de Castel Rodrigo que má também tinha dada má tirasse, e a desse a João Dilhoa.

E como quer que então porque se partio V. S. para Portugal, e por aquillo que me estorvastes vos foi necessário dizer a vosso pay que otorgaríeis qualquer outra couza, dizendovos logo vosso pay, que me queria dar torres novas, e Alvejazere como de feito deu, e vos porem como foubestes que vosso pay má tinha dadas a requerimento de quem me queria mal determinastes logo de o não consentir, e ainda a alguãs pessoas dixestes que o não avíeis de consentir, porque era torres novas grande fortaleza, e estava junto com outras do Duque, e vós timíeis de nós, e depois que eu vim a V. S. me cometestes que deixasse toda via a dita Villa mostrandome que vos má satisfaríeis, e como quer que eu muito o sentisse porque sabia como o fazíeis, e a forma que avíeis de ter em me satisfazerdes outorguei de fazer o que me mandastes; e porque estávamos de caminho para a Corte delRey vosso pay ficamos para lá nos concertarmos, e que entre tanto estivesse tudo quedo, e ainda que então V. S. mostrasse que estimava em grande serviço polo eu assy em vossas mãos logo como eu parti antes de má terdes satisfeito, fostes dar hum privilegio a Villa perque a seguraveis de não se dar a mim.

E depois de V. S. ter isto assy feito parecendo-vos que me tinheis já lançado da Villa começastes de me por duvidas na satisfação, e sem embargo de os que vos mandastes que entendessem nisso comigo acordaraõ o que se me avia de dar vos não quísestes estar por isso, e tantas perrarias me fizestes nisso, que de todo me tinheis já despedido de má dar nada; salvo que ElRey vosso pay se meteo nisso, e com tudo não pode comvosco fazer senão que de certos lugares que vos mesmo má daveis em satisfação daquillo vos má deixastes hum delles a que chamaõ Mira, e com tudo eu aceitei como V. S. quis por acabar, e depois de serem feitas as doações assinadas, e asselladas tornastes-me a tomar outro lugar que chamaõ Pereira, dizen-

do que mo querieis tomar por quanto o Conde de abrantès que tinha o Castello de torres novas mo deixara por outra merce, que lhe voffo pay por ifo fez, e V. S. por colorar o que niffo querieis fazer, difeftes que não querieis consentir na merce que fizeraõ ao Conde por o Conde requerer que lhe tornaffem o Castello, e vos tomardes a dita Villa de Pereira, e temendo vos que por ventura o Conde toda via quiereria eftar pelo partido que tinha feito, e não requereria que lhe tornaffem o dito Castello, dixeftes a D. Francisco feu filho que lhe dixeffe que em nenhum caso fizeffe partido comigo fobre o dito Castello.

E tendo eu falado com V. S. que queria casar com a filha do Conde dolivença, e vos tendome dito que vos prazia diffo muito, e tendome dada carta pera o dito Conde de como vos prazia, e tornaffes logo por outra parte a enviar dizer ao dito Conde que de nenhuma maneira fizeffe o dito casamento, e fizeftes com o Bispo feu irmão do Conde que enviaffe dizer ao Conde por Francisco da Gama, que em nenhum modo o fizeffe cometendolhe outros casamentos com o Conde de Marialva ou filho do Conde de Villa Real.

E quando vio V. S. que com aquillo não tornaveis o dito casamento, e enviaffes ao Conde Augustinho Caldeira com crença voffa a dizerlhe que em nenhum caso fizeffe o dito casamento, e o Conde respondendovos que lhe defeis hum voffo alvara affinado que lhe defendieis que o não fizeffe, e que o desfaria porque ja tinheis dada tal palavra que fe não podia efcurar com al, e vos entaõ por fe a coufa não defcubrir calaftesvos, e fe fez o casamento com voffo prazer, e ifto foubes eu depois que fui casado pola Condeça que mo dixe, e por minha molher.

E depois de affi fer feito o dito casamento onde dantes V. S. costumava mostrar boa vontade ao Conde, e dahy a diante por respeito de mim começaffes de lhe fazer mil agravos os quaes eu sentia mais que meus proprios, e tirafteslhe o officio de guarda mor, e tiroulhe V. S. os privilegios do bairro Devora, e tomafteslhe a renda das facas Dolivença que tinha, e favoreceftes tanto hum rapaz de hum efcuideiro dolivença contra o dito Conde que teve coração pera lhe fafer mil foberbas, e injurias fem o Conde oufar pelo favor que o outro tinha voffo tornar a iffo, e dividas que lhe V. S. devia que lhe voffo pay tinha mandado pagar todas lhas embaraçaffes; e na Capitania de Tangere que tinha lhe fizeftes cem mil agravos que feria longo de contar.

E como V. S. foubes que a Condeça dolivença era falecida logo procuraftes buscar casamentos para o dito Conde fem o mefmo Conde o faber, pera ver fe o poderieis por ali embaraçar a herança do dito Conde que a não herdaffe eu avendo o dito Conde filhos: tanto que a Condeça de Penella fem o Conde diffo faber parte, requereftes casamento pera casar com o dito Conde, e aa derradeira vos mefmo per vos o cometeftes ao dito Conde, e dixeftes a alguãs peffoas que tudo fazieis por me desherdar. E porque o dito Conde tinha a Villa dolivença, e vos parecia que eu devia de esperar por fua morte,



morte, destes hum privilegio a dita Villa em que lhe prometeste que a não deseis mais a ninguem.

E estando eu para a morte, e vindovos recado que era morto vos mostrastes claramente que vos prazia de minha morte.

E tanto que ElRey vosso pay faleceo tendo eu o officio de Chancarel mor V. S. me tirou logo de posse delle, emperoo que muitas vezes requeresse, e vos alegasse, como vos mesmo me tinheis outorgado asy como vosso pay V. S. sem embargo de todo me trouxe cinco, ou seis meses sem mo querer dar, e isto tudo porque o tinheis dado ao Doutor João Teixeira, e depois que vistes que vos não podieis escusar de mo dar cometesteme que vo lo vendese para o dar ao dito Doutor, e porque vos pedi que pelo que pertencia a minha honra que mo quiseis toda via dar, e depois eu faria o que vos mandasseis, me constrangestes a servir o dito officio per mim onde eu soya a ter hum Doutor que por mim o servia, e faziam V. S. ver todas as cartas, e ter o sacco a porta. E fazendo todo por me abater, e me dar oppreões porque me fosse necessario deixalo e como quer que eu despois vos quizesse fazer partido delle, porque via que tinheis vontade, nunca V. S. me quis dar senão tão pouco que antes eu o queria deixar debalde, e vos não querieis, que fosse senão por onde vos querieis, mandandome dizer claramente por Gonçallo Vaz Regedor da justiça de Lixboa que se eu asy o não fazia que vos me farieis nisso tantos agravos ate que mo fizeseis deixar contra minha vontade.

E tendo eu huã demanda com o Arcebispo de Braga que era meu inimigo, e queixandome disso a V. S. e requerendovos direito, e justiça vos nunca quiseistes fazer.

E como quer huã vez deseis determinação no dito caso, e o mandasse dizer V. S. por Fernão de Figueiredo ao Arcebispo, porque o Arcebispo disso não foi contente a tornastes a revogar. E como quer que depois muitas vezes vos eu requeresse justiça queixandome de vos porque ma denegaveis dizendome vos claramente que não querieis anotar o Arcebispo pelo meu: da qual cousa eu huã vez tomei por testemunha o Barão Dalvito, e o Doutor João Teixeira, e o Doutor Nuno Gonçalves em torres novas queixandome a elles como V. S. me denegava justiça por fazer favor a hum meu inimigo.

E por quanto eu emprestei certos dinheiros ao Bispo do Algarve pera expedir as letras do Arcebispado de Braga, e ficou tambem por fiador hum genoes que chamaão João Salvajo porque o dito Bispo morreo, e o dito genoes, e eu ouvemos breve do Papa para serem pagos do dito Arcebispado, e V. S. como o soube que aquillo me relevava tanto por me lançar em perda, e por favorecerdes ao dito Arcebispo de Braga meu inimigo contra n im sem embargo do Breve do Papa, e sem embargo de huã carta delRey vosso pay que Deos aja perque prometia ao dito Bispo de fazer pagar as ditas dividas, e sem embargo de V. S. ter prometido ao dito Bispo de as fazer pagar, vos favorecestes tanto ao dito Bispo, que nunca foraõ pagas te que o dito João de Salvajo pela parte que a elle tocava se con-

veo com o Arcebispo; e fez com elle outro caimbo á sua vontade; emperoo eu nunca ouve nada do meu.

E no officio do regimento de justiça me fez V. S. mil agravos tirandome os poderes que tinha, mostrandome claramente que não fiaveis de mim servindoo eu tão fielmente que todo o Reyno disso era contente.

E huã Capella de Tentuguel que eu tinha per Carta de vosso pay, vagou, e V. S. deu a hum escudeiro de vossa Tia D. Fellip-pa; e como quer que vos eu mande alegar o direito que nisso tinha, e me V. S. mandasse dizer pelo Barão que não faria nisso nada ate me não ouvir, e ter a direito, tornastes logo a mandar meter o outro de posse, sem me nunca mais quererdes ouvir, nem ter a direito.

E me mandastes prender certos rendeiros de Beja porque penhoraraõ hum alfayate vosso per mandado da justiça por certa divida que lhes devia, emperoo que eu disso me cueixasse a V. S. nunca os quistes mandar soltar ate que tornaraõ a pagar ao alfayate o que per direito lhe tinhaõ julgado a elles dizendovos sobre isso muy mas palavras a mim, e dizendome no rosto que porque a mim me consentiaõ que tivesse a jurdição de minhas rendas se seguiaõ taes erros, o que eu muito senti, e devia de sentir.

E alem destes agravos, e outros muitos desfavores, e desprezos que homem sente muito mais do que pode dizer que eu de V. S. tenho recebidos, em particular recebi tambem os que a todos fizestes em geral, dos quaes deixando todos os outros quero somente dizer alguns dos que a mim muito tocaraõ que V. S. logo em começando de reynar determinastes.

E determinastes de enviar vossos Corregedores entrar em nossas terras, e posto que vos eu mostrasse privilegio selado com selo de chumbo o qual me vos tinheis confirmado, e jurado per vossa fee Real, pela Carta do escaimbo que com V. S. fiz de torres novas sem embargo de não ser contrato a não quistes guardar, antes em quebrantamento della, e das outras que os outros tinhaõ, e dos usos, e costumes que sempre tivemos, sem necessidade que para ello tivesseis somente por nos fazer mal as quebrastes, sem sobre isso nos querer mais ouvir, nem boas rezoões inda que nos para ello dessemos, mostrando nos claramente como nos em muitas das nossas terras se fazia melhor justiça que nas que entravaõ vossos Corregedores, dandovos muitas vezes forma, e meyo como em todas se podesse melhor ministrar justiça guardando vosso serviço sem quebramento de vossos privilegios, em que se bem mostrou que V. S. o fazia mais por fazer mal que com outro zello nenhum bom; e por melhor executardes o que querieis logo determinastes de não confirmar as doações, e privilegios, e liberdades dos Senhores, e fidalgos, sem os verdes todos pello meudo o que era cousa para se nunca acabar, nem se fazer em nenhum tempo pelos Reys dante vos, somente confirmavaõ todo por huã só Carta, e per clausula geral. E posto que sobre isso fossem feitos a V. S. asas de requerimentos, e pedido que o quiseis emendar  
nunqua



nunqua o quiseſte fazer , antes os mandaveis todos tirar de poder dos Senhores , e por em mãos de hum voſſo eſcrivaõ que para iſſo fizeſtes , ficando elles deſapossados de todos os privilegios que tinhaõ , e ſe tornavaõ todos pera ſuas caſas porque V. S. não deſpachava nenhum , e aſſi recolhieis tudo a voſſa mão para os deſpachar , ou quebrar quando quiſeſeis , e a quem quiſeſſeis.

E logo publicou que todos os privilegios dos Reys paſſados não valeſem nada , e que todos ſe acabavaõ per morte do Rey , e que tudo eſtava em voſſa mão de o dar , e tirar como quiſeſeis , e aſſi o começaſtes logo a moſtrar per obra , porque alguns que deſpachaveis em huns tiraveis a jurdição , em outros a renda , em outros os privilegios , e aſſi tiraveis , e metieis clauſulas de novo como vos aprazia , e outros rompieis de todo ſem mais os verem as partes de guiſa que de ventura ſe achara eſcritura civil que V. S. não groſalle em pouco , ou em muito e iſto meſmo fizeſtes nas que vos meſmo tinheis feitas , e confirmadas ſendo vos Principe dizendo que ja não valiaõ nada , porque ereis ja outro homem que entaõ ereis Principe , e agora ereis Rey.

E determinafteſ que não podeſſem dar cartas de ſegurança em mortes de homens tendo nos diſſo privilegios , e ſentenças. E determinafteſ que nenhum Senhor pudeffe ter Ouvidor em nenhum ſeu lugar mais de quinze dias , e que paſſados os quinze dias logo ſe partiſſe dali , ou não uſaſe mais do officio , e aſſi que não conheceſſem de auçoẽs novas , nem dos agravos que ſahiſſem dante os Juizes por onde de ponto em branco tirava V. S. aos Senhores toda a jurdição de ſuas terras , eſpecialmente aos Duques , e a ſeus Irmãos que ſobre eſtes caſos tinhaõ mais fortes privilegios.

*Parece , que não eſtá acabada.*

*Alvará de licença para D. Filippa de Mello , mulher do Senhor D. Alvaro , poder ir para ſeu marido. Original eſtá no Cartorio da Caſa de Bragança , donde o copiey.*

**N**Os ElRey por eſte alvara damos licença e lugar a Dona Felipa mulher de D. Alvaro meu Primo , que ella ſe va para o dito ſeu marido , onde quer que elle eſtever fora deſtes Regnos , e que quando ſe aſim for poſſa levar por mar ou por terra , todo o que tiver , aſim ouro e prata amoedados e lavrados , e joyas com quaefquer outras couzas , ſem embargo de quaefquer ordenaçõens e defezas , que aja em contrario ; e porem mandamos a todos os noſſos Correge-dores , Juizes , e Juſtiças Officiaes e peſſoas a que o conhecimento deſto pertencer , que lhe leixem aſim levar para fora deſtes Regnos quando ſe for , todas as ditas couzas ſuas , quer por mar quer por terra , ſem lhe poeerem ſobre ello pejo , nem contradicção alguá , e ſem embargo das ditas noſſas Ordenaçõens , e defezas em contrairo dello feitas , e lhe goardem e cumpraõ eſte noſſo alvara como em elle he

**Num. 6.**

An. 1484.

contheudo, se for passado pella Chancellaria de nossa Camera porque assim he nossa merce. Feito em Santarem a vinte e seis de Junho Joaõ Gonçalves o fez anno de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e outenta e quatro.

REY.

*Certidão do livro da Visita dos Conegos da Congregação de S. Joaõ Evangelista, do anno de 1656, da obrigação, que o seu Mosteiro de Evora, do Padroado do Duque de Cadaval, tem, de o nomearem na Collecção.*

Num. 7. **C**ertifico eu Manoel de Sam Joseph, Pregador, e Secretario da Congregação de Sam Joaõ Evangelista, que na vezita, que este anno de 656. fez o Reverendo Padre Manoel da Concepção, Visitador da nossa Caza de Sam Joaõ Evangelista de Enxobregas, loco tenente do Reverendissimo Padre Joaõ do Spirito Sancto, Reitor Geral desta Congregação, fica hum mandado as fol. 41. cujo treslado he o seguinte. Por nos ser feito queixa, por parte do Duque do Cadaval, e da Senhora Marqueza de Ferreira, sua Mãy, nossos Padroeiros, que são deste Convento de Sam Joaõ de Evora, de que os Relligiozos d'elle, faltavaõ na Commemoração, que se faz destes Senhores na missa da Terça em a Colleta, a qual queixa chegou tambem ao nosso Reverendissimo Padre Geral, que com os seus Deputados assentou se não devia alterar huma posse taõ antiqua, em que estes Senhores estavaõ de os nomearem na Colleta da missa da Terça. Allem de que o Reverendissimo Padre Geral mandou ao Doutor Francisco da Madre de Deos, Bispo elleito da China, fizesse hum parecer, em que mostrasse as rezoens, que estes Senhores tem para nos obrigar, e as que nos temos para os servir; o qual parecer fica no Cartorio deste Convento para em todo o tempo saberem os Relligiozos, o que devem guardar; e por tudo nos ser prezente, e estarem tirados os escrúpulos, que nesta materia os Relligiozos podiaõ ter (conforme o Decreto de Sua Sanctidade.) Mandamos a todos os nossos subditos, em virtude da sancta obediencia, não faltem a esta obrigação, quando a cada hum delles lhe couber satisfazer a ella. E com a mesma obediencia mandamos ao Padre Reitor, ou a quem suas vezes tiver, os obrigue, e faça guardar, para que lhe não seja dado em culpa, quando o contrario subceder. O qual mandado eu tresladei bem, e fielmente do livro das Visitacoes, ao qual me reporto, e por me ser pedida por parte do Duque do Cadaval esta Certidão para sua guarda, lha passei de mandado do Reverendo Padre Visitador, aos 4. dias do mes de Março do sobredito anno de 656. E eu Manoel de Sam Joseph, Secretario da Congregação a escrevi.

Manoel de Sam Joseph  
Secretario da Congregação.



*Contrato do Casamento de D. Maria de Menezes, com o II. Conde de Portalegre D. João da Sylva. Está na Torre do Tombo, no liv. 5. dos Mysticos, pag. 51, vers. donde o tirey.*

**D**om Manuel, &c. A quantos esta nossa Carta de aprovaçam e confirmaçam virem. Fazemos saber que por parte de Dom Joam da Sylva de Menezes Conde de Portallegre Senhor de Celorico Gouvea e Sam Romaõ Vallazim e Villa Cova, &c. e de Dona Fellippa de Mello molher de Dom Alvaro nosso muito amado e prezado primo que Deos haja e de Dona Maria de Menezes sua filha nos foi apresentado hum contrato de cazamento dote e arras antre os sobreditos feito e concertado e per elles firmado e assinado do qual o theor tal he como se ao deante segue. Em nome de Deos amen. Saybam quantos este estormento de contrato de cazamento dote arras virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil quinhentos e sinco onze dias do mez de Julho na Cidade de Lisboa nas cazas da Senhora Dona Felippa de Mello molher do Senhor Dom Alvaro que santa gloria haja estando ahy presente a dita Senhora Dona Felippa e outro sy estando hy o Senhor Dom João da Sylva e de Menezes Conde de Portalegre, &c. Logo por ella Senhora foi dito que em prezença de mim Bras Affonso Taballiam publico e das Testimunhas a deante escritas que aprazendo a nosso Senhor Deos ellas tinham tratado cazamento com authoridade prazer e consentimento delRey nosso Senhor delle dito Senhor Conde haver de cazar com a Senhora Dona Maria de Menezes filha do dito Senhor Dom Alvaro que Deos tem e da dita Senhora Dona Felippa a qual outro sy a esto presente estava e por quanto o dito contrato se fez com certas clauzulas pautos e convenças foi ordenado porque ao depois nom venha em duvida se poer todo em escrito como foi concertado para em todo tempo se haver dello comprida noticia e emformaçam. Primeiramente foi acordado antre as ditas partes que os ditos Senhores Conde e Dona Maria hajam de cazar e cazem per pallavras de presente segundo forma e ordenança da Santa Madre Igreja. Item disse a dita Senhora Dona Felippa e declarou que a dita Senhora Dona Maria sua filha tem para seu dotte sincoenta mil dobras de vallia de cento e vinte reaes dobra segundo ordenança em que montam seis contos de reis dos quaes tem quatro contos e duzentos e oitenta mil reis de sua legitima e rendas e tem seis contos e vinte mil reis para comprimento de todo o que montaõ em seis mil dobras de que lhe El-Rey nosso Senhor faz merce para ajuda de seu cazamento e assy sam os ditos seis contos de reis os quaes a dita Senhora Dona Felippa se obrigou de pagar ao dito Senhor Conde per esta guiza convem a saber lhe dara dous contos de reis nesta maneira convem a saber dous terços delles em ouro e prata e joyas e outro terço em tapeçarias e emxoval e escravos e escravas e corregimentos de caza e vestidos da pefsoa

Num. 8.  
An. 1505.

foa da dita Senhora os quaes dous contos lhe assy pagara ao tempo que os ditos Senhores tomarem sua caza que fera Deos prazendo pello mez de Janeiro do anno de quinhentos e sete e lhe dara o hum conto de reaes que tem delRey de Castella em dinheiro ao dito tempo da tomada de sua caza se ella Senhora Dona Fellippa athe entam o tiver arecadado e nam o tendo the eutaõ arecadado lhe dara hum privilegio que tem em vida da dita Senhora Dona Maria sua filha da conthia de cento e vinte e cinco mil maravedis em cada hum anno situados pello dito privilegio nas Villas de therena e de Gradalcanal o qual privilegio a Raynha de Castella que santa gloria haja leixou a dita Senhora Dona Maria em satisfacção do dito hum conto e dandolhe o dito privilegio ficara ella dita Senhora Dona Fellippa dezobrigada do dito conto. Item lhe dara hum conto e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta reis em bens de rais e renda em esta Cidade de Lisboa e em Evora e Santarem e em seus termos nos preços em que estam avalliaados nas partilhas feitas antre a dita Senhora Dona Maria e seus Irmãos os quaes bens lhe assinara e entregara ao tempo da tomada de sua caza com condiçam que se do dia que a dita Senhora Dona Maria tomar sua caza athe tres annos primeiros seguintes o Senhor Conde de Tentugal seu Irmão lhe quizer pagar os ditos hum conto e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta reis em dinheiro em tal cazo todos ditos bens e rendas desta estimacção fiquem livremente ao dito Senhor Conde de Tentugal e passados os ditos tres annos, e nam tendo pago o dito Senhor Conde de Tentugal ao dito Senhor Conde de Portalegre os ditos hum conto e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta reis em tal cazo ficara a escolha na dita Senhora Dona Maria querer tomar e haver os ditos bens e rendas na dita avalliação dos ditos hum conto sessenta e seis mil quinhentos e sessenta reis ou haver antes o dito dinheiro e leixar os ditos bens e esta escolha declara a dita Senhora Dona Maria dentro de hum anno depois que os ditos tres annos forem passados e querendo ella antes o dito dinheiro em tal cazo o dito Senhor Conde de Tentugal Dom Rodrigo de Mello que a esto presente estava se obrigou de lhe pagar logo inteiramente e mais se obrigou o dito Senhor Conde de Tentugal de pagar ao dito Senhor Conde de Portalegre hum conto de reis que deve a dita Senhora Dona Maria sua Irmãa de refeição da dita sua legitima do dia que tomarem sua caza a hum anno primeiro seguinte sob penna do dobro e para todo esto elle dito Senhor Conde de Tentugal obrigou logo todos seus bens havidos e por haver moveis e de rais. Item lhe dara a dita Senhora Dona Felippa as ditas seis mil dobras que a dita sua filha tem delRey as quaes lhe dara em desembargos do dito Senhor quando os de Sua Alteza houver e assy falleceo para comprimento dos ditos seis contos do dito dote duzentos e treze mil quatrocentos e quarenta reis os quaes a dita Senhora Dona Felippa pagara em dinheiro do dia que tomarem sua caza a hum anno e disse a dita Senhora Dona Fellippa que por quanto o inventario da herança do dito Senhor Dom Alvaro nom he ahinda acabado e poderia se haver alguma quebra na dita legitima da dita Senhora



nhora Dona Maria sua filha que ella Senhora Dona Felippa se nom obriga a dita quebra athe quantia de quinhentos mil reis mais aos cinco contos e meo que fiquam se obrigava de os comprir e pagar pello modo atras declarado obrigando para ello todos seus bens havidos e por haver moveis e de rais ao dito Senhor Conde de Portalegre disse que por honra da pessoa da dita Senhora Dona Maria sua futura molher lhe aprazia lhe dar como deffeito dava em arras dous contos de reis que vallem hum terço dos ditos seis contos do dote e crescendo mais o dito dote assy cresceram as ditas arras ao dito respeito da terça parte e assy deminuindo o dito dote deminuira as ditas arras ao dito respeito as quaes arras ella vencera e haverá se for cazo que o dito Senhor Conde seu marido falleça da vida deste mundo primeiro que ella quer lhe delle fiquem filhos quer nom e isso mesmo as haverá em qualquer cazo que Deos nom mande que o dito matrimonio seja separado ou apartado em vida delles ambos sem culpa della Senhora Dona Maria. Item foi mais acordado antre as ditas partes que em cazo que o dito Senhor Conde de Portalegre falleça primeiro que a dita Senhora Dona Maria hora hy haja filhos ou nom e em cazo que em vida dambos o dito matrimonio seja separado sem culpa della que nestes dous cazos e em cada hum delles ella Senhora Dona Maria haverá todo o dito seu dote e arras e mais haverá ametade de todo o acquerido e multiplicado de todos seus bens patrimonias que se acquerirem por qualquer titullo e modo que seja depois que o matrimonio antre elles for consumado tirando somente o que cada hum delles ditos Senhores Conde e Dona Maria succederem e herdarem e houverem das Senhoras suas mãys porque cada hum haverá para sy em solido todo o que assy de sua mãy herdar e houver e todo o al que for acquerido partiram pello meyo e fallecendo ella Senhora Dona Maria primeiro que o dito Senhor Conde seu marido que em tal cazo os herdeiros della Senhora Dona Maria haverão o dito dote e ametade do dito acquerido e multiplicado e nam haveram arras e ajuntaram e se assentaram que em cazo que o dito Senhor Conde falleça da vida deste mundo primeiro que a dita Senhora sua molher ou sendo o dito matrimonio separado e apartado em vida dambos pello modo atras declarado em taes cazos e cada hum delles a dita Senhora Dona Maria haverá por camara cassada cinco mil dobras da dita vallia as quaes haverá nas couzas moveis que ella quizer e mais haverá todollos vestidos de sua pessoa que houver depois do matrimonio ser consumado. Item em cazo que o dito dote e arras e cinco mil dobras por camara cassada e vestidos hajam de vir a ella Senhora Dona Maria ou a seus herdeiros ou a quem quer que os per direito haja daver per vigor deste contrato em tal cazo o dito Senhor Conde ou seus herdeiros pagaram todo o que montar no dito dote e arras e cinco mil dobras dentro de hum anno primeiro seguinte contando des o dia que o dito matrimonio antre elles for separado em vida ou por morte em deante sob penna doutro tanto de penna e interesse e a dita penna sera para quem houver o dito dote e arras e vestidos e cinco mil dobras e por mais segurança do dito dote

tê e arras e das ditas cinco mil dobras e pennas disse o dito Senhor Conde de Portalegre que obrigava como de feito obrigou e embuticou para ello o seu reguengo da Vallada e todos outros seus bens patrimoniaes e de rais havidos e por haver a restituçam e paga de todo o fuso dito e lhe apraz e outorga que em qualquer cazo que ella ou seus herdeiros hajam daver o dito dote e arras e cinco mil dobras sem outra authoridade de justiça nem figura de juizo possam logo tomar e tomem posse real actual do dito reguengo, e bens patrimoniaes e não possam ella nem seus herdeiros ser desapoderados nem tirados da dita posse athe inteiramente com effeito ser pagos e satisfeitos do dito dote e arras e cinco mil dobras e pennas se em ellas encorrido tiverem e as rendas que receberem do dito reguengo e bens serem descontados do principal ou pennas como for derecho nom tolhendo per aqui de fazer execuçam pella dita divida em quaesquer outras couzas que hy houver do dito Senhor Conde per honde se possam fazer ahinda que sejam couzas da Coroa do Reyno as quaes elle Senhor Conde para esto obriga e ypoteca fazendosse primeiro execuçam assy do principal como das pennas nos bens patrimoniaes moveis e de rais e o que se per os ditos bens patrimoniaes nom poder haver se houvera pellas rendas das terras e bens da Coroa e assentamento e nom se vendera renda alguma nem se arendara dante maõ nem se vendera alguma jurdição e as sobreditas couzas e cada humia dellas como ditas e apontadas e declaradas sam os ditos Senhores Dona Felippa Conde de Portalegre e cada hum por sua parte aprovaram e louvaram e ratheficaram por firmes ratas e aprovadas e prometeram de as ter e manter e cumprir e nom vir contra ellas em parte nem em todo sob penna que a parte que contra esto for em parte ou em todo pagaram em nome de penna interese dous mil cruzados douro a parte tente e aguardante a qual penna pagada ou não toda via este contrato seja firme em seu vigor e para segurança de todas as ditas couzas ou cada humia dellas obrigaram alem do que ja assimta esta obrigado expreçamente todos seus bens moveis e de rais atras declarados da Coroa do Regno e rendas della havidas e por haver e por mayor firmeza deste contrato logo o dito Senhor Conde de Portalegre amostrou hum Alvara de ElRey nosso Senhor sob assinado por Sua Alteza de que o theor he este que se segue. Nos ElRey fazemos saber a quantos este nosso Alvara virem que a nos praz dar poder e authoridade como de feito por esta presente damos ao Conde de Portalegre &c. para poder fazer contrato com Dona Felippa do casamento de sua filha Dona Maria posto que seja menor de hidade posto que nom seja mancipada porque para o dito cazo a havemos por mayor e mancipada e lhe damos poder e authoridade para poder fazer o dito contracto com todas as clauzullas e condições e obrigações que elle quizer e possa obrigar seus bens a dote e arras da dita Dona Maria e a todo o mais que lhe der e prometer e isso mesmo lhe damos poder e authoridade para poder jurar o dito contracto sem embargo de nossa ordenaçam em contrario e damos licença ao Taballiam que for escolhido para fazer o dito contrauto que o faça



faça com o dito juramento e para firmeza do que dito he mandamos passar este por nos asinado. Feito em Lisboa a onze dias de Julho Affonso Mexia o fez Anno de mil quinhentos e finco. = REY. = E por virtude do qual Alvara elle Senhor Conde fez hora e affirmou e houve por feito e affirmado este dito contrato e se obrigou de o manter e cumprir com todo e por todo como nelle he contheudo sob a dita obrigaçam e penna e ahinda por mais abastança jurou logo aos Santos Evangelhos corporalmente tangidos perante mim dito Taballiam e Testimunhas abaixo nomeadas de cumprir e manter o dito contracto inteiramente como se nelle conthem e de nunca hir contra elle em modo algum e por mayor firmeza do dito dote e arras e finco mil dobras a Senhora Condeça de Portalegre madre do dito Senhor Conde obrigou sua terça e todos outros seus bens moveis e de rais havidos e por haver segundo ao pé deste contracto fara sua obrigaçam e em Testimunho desto assy o outorgaram e mandaram ser feitos senhos estormentos e dous para cada parte de lhe comprirem Testimunhas que presentes foraõ o Bacharel Joam Cotrim Corregedor da Corte do dito Senhor e o Lecenciado Alvaro Annes Cidadão da dita Cidade e Joaõ de Revoreda Contador da Caza delRey nosso Senhor e despois desto em doze dias do dito mez de Julho do dito anno de quinhentos e finco na dita Cidade nas cazas da dita Senhora Dona Maria Dayalla Condeça de Portalegre estando hy a dita Condeça perante mim Taballiam lhe foi amostrado e lido este contracto de cazamento atras escrito e por ella foi dito que lhe prazia como de feito aprouve e para mayor segurança do dito dote e arras e das ditas finco mil dobras da Camara cassadas de obrigar como de feito por este estormento obrigam especialmente toda sua terça e todos outros seus bens havidos e por haver moveis e de rais para que se for cazo que ao tempo da separaçã do dito matrimonio assy por morte como em vida a dita Senhora Dona Maria ou seus herdeiros nom acharem bens patrimoniaes e fazenda do dito Senhor Conde por honde hajam todo seu dote e arras no cazo que as hy ha daver e as finco mil dobras de Camara cassadas que em tal cazo hajaõ todo o que della fallecer pellos bens e terça della Senhora Condeça que ella Senhora por todo esto expreçamente para todo obrigou e emboticou como dito he e por mayor cautella ella Senhora Condeça renunciou logo para esto o beneficio da ley do Valeriano perante o honrado Bacharel Joam Cotrim Corregedor da Corte dos feitos Civeis delRey nosso Senhor que hy presente estava o qual pella dita Senhora ser tal pessoa veo a sua caza especialmente para este negocio e declarou a dita Senhora Condeça a dita ley do Valleriano como hera feita em favor das molheres e mandava que qualquer obrigaçam que em alguma molher se obrigace por outrem que nom vallesse salvo se perante o Juis renunciase a dita ley e ella Senhora Condeça sabendo e entendendo o privilegio e liberdade que lhe pella dita ley hera concedido disse que nom queria della gouvir nem uzar em esta parte e que a renunciava como logo de feito renunciou perante o dito Corregedor e quis e lhe aprouve toda via ficar obrigada pello dito Senhor Conde

seu filho pello modo e maneira que atras faz menção sem embargo da dita ley e doutras quaelquer leys e ordenações e direitos Civeis e Canonicos de que contra o contheudo neste contracto se possa ajudar e por Certidão desto mandou escrever esta so obrigação e renunciação ao pé deste contracto para ser emcorporada com elle. Testimunhas que presentes foraõ o dito Corregedor e mestre Felipe mercador e Henrique Fernandes e Barbanel outro sy mercador moradores na dita Cidade e eu Bras Affonso publico Taballiaõ por authoridade de ElRey nosso Senhor na dita Cidade e seu termo que este estormento de minha nota por meu Escrivam fiz tirar e sobscrevi e concertey e vay escrito em seis folhas com esta e fica rescado honde dizia dicta reaes e fica antrelinhado honde diz e mil conto ficaram hajaõ e por verdade o affiney aqui do publico final. Pedindonos os sobreditos Dona Felippa e Conde de Portalegre que lho confirmasemos e houvessemos por confirmado e aprovasemos este contracto de dote e casamento e arras e renunciação e contratamento com todallas clauzullas pautos convenças e condições estipullações e juramentos em o dito contracto contheudas e suprimos ò dito contrato qualquer solemnidade honde fosse de derecho que contra o dito contrato em algum tempo se podesse alegar o qual contracto visto por nos todo lido e examinado e entendido e por quanto o concerto e contracto antre as ditas partes foi feito com nossa authoridade e todallas couzas nelle contheudas se fizeram com nosso prazer e consentimento e para todo primeiro demos licença e nos em pessoa entendemos em todo sentindo affy por serviço de Deos e nosso pellos muitos grandes serviços que delles recebemos e ao deante esperamos receber por esta presente authorizamos o dito contrato com todallas clauzullas pactos convenças e condições e juramentos nelle contheudos de nosso moto proprio e certa sciencia e livre vontade e poder Real e absoluto aprovamos e confirmamos ratheficamos e abonamos com este entendimento que o reguengo de Vallada no contracto declarado sera somente obrigado ao dote da dita Dona Maria pella maneira no contrato declarado e as arras nom porque as havera a dita Dona Maria ou seus herdeiros em cazo que per direito as hajam daver pellos bens patrimoniaes do dito Conde e da dita Condeça sua mãy e as finco mil dobras que lhe deu pella Camara cassada e se pagas as ditas arras e finco mil dobras assima declaradas sobejarem mais bens patrimoniaes do dito Conde e Condeça sua mãy havera a dita Dona Maria per elles seu dote e todo o que ficar por pagar a que os ditos bens patrimoniaes nom abastarem havera pello reguengo da Vallada na maneira atras declarado e assy havemos por firmes todallas clauzullas e condições e convenções e cada huma dellas no dito contrauto contheudas sem embargo da ley mental e de todallas outras leys e direitos Civeis e Canonicos grozas e oppinicens de Doutores ordenações Cartas Sentenças determinações e Capitulos de Cortes geraes e especiaes que em contrario deste contracto e confirmação e aprovaçam delle sejaõ e ao deante forem por quanto todo aqui havemos por expresseo e especialmente renunciado cassado e annullado e de nenhum vigor e força quanto he ao dito



dito contracto e confirmaçam delle não valler ou menos valler em parte ou em todo assy como se todo assentado e nomeado declarado fosse soprindo todo fallecimento de menoridade ou outra qualquer couza de feito ou de dereito que necessario seja para o dito contracto casamento dote e arras renunciação prometimento firme ser mais valler ratheficado confirmado e louvado o dito contrato havendo-o por firme no melhor modo e forma que ser possa e per pallavra declarar se possa assy e pella guiza modo e maneira que se em elle conthem e nos praz de fazer comprir e guardar em todo tempo sem mingoa-mento algum e queremos que o Notario que o fez que nom haja penna alguma contheuda em nossas ordenações por fazer assy o dito contracto confirmado por juramento dos sobreditos por quanto nos demos licença para isso e em testemunho de tudo mandamos fazer esta Carta por nos assinada do nosso sello a qual mandamos que em todo valha e se cumpra e guarde inteiramente como em ella he contheu-do. Dada em a nossa Cidade de Lisboa a doze dias do mez de Ju-lho Affonso Mexia a fez de mil e quinhentos e sinco e honde diz que fallecendo o dito Conde que allem de se arecadar e haver o di-to dote por parte de Dona Maria ou seus herdeiros por seus bens moveis e de rais e pellas novidades do reguengo de Vallada nam tolhe de se fazer execuçam em quaesquer outros bens da Coroa do Regno e assentamento que de nos tem e nam possa vender nem aren-dar dante mão nem nenhuma couza delles e declaramos que isto se entenda fomite no rendimento das ditas rendas athe o tempo que o dito Conde fallecer para no dito rendimento fomite se fazer a execuçam para restituçam do dito dote e dy por deante ficaram to-dallas ditas rendas livres e dezebargadas aos herdeiros do dito Con-de por quanto de todallas rendas que de nos tem da Coroa do Reg-no fomite se obrigaõ ao dito dote e o reguengo de Vallada pella maneira condições em sima declaradas.

*Carta de assentamento de Conde de Tentugal, a D. Rodrigo de Mello. Está no liv. 3. da Chancellaria delRey D. João o III. pag. 160, donde a copiey.*

**D**Om João, &c. a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte do Conde de Tentugal meu muito amado primo me foi apresentada hua Carta delRey meu Senhor e Padre que tanta gloria aja da qual o theor tal he. D. Manoel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Sen-hor de Guine da Conquista navegação Comercio da Ethiopia Ara-bia Persia da India, &c. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que esguardando nos aos muitos serviços que temos recebido de D. Alvaro meu muito amado Primo cuja alma Deos haja e a seus grandes mericimentos e isso mesmo ao muito divido que comnosco tem D. Rodrigo de Mello Conde de Tentugal meu muito amado so-

Num. 9.

An. 1504.

brinho seu filho e aos serviffos que delle ao diante efperamos receber movido ello por taes refpeitos e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e nos praz que elle tenha e haja de nos de afentamento em cada hum anno des o primeiro dia de Janeiro que ora paffou da era prezente de 1504 em diante duzentos e fefenta mil e duzentos e quarenta e hum reis que he outro tanto como o dito D. Alvaro de nos havia, e era outro tanto como elle tinha delRey D. Affonso meu thio que Deos haja por tres padroens per esta guifa convem a saber cento e fetenta mil reis por hum padraõ feito a 28 dias de Fevereiro de fefenta e sete annos, e fetenta e dous mil e outocentos e cincoenta e outo reis que lhe foraõ acrecentados no dito acentamento no anno de fetenta e dous, e os dezafete mil e trezentos e outenta e tres, por outro padraõ feito a 9 de Junho no anno de outenta que tinha dos quarenta mil reis que o Duque seu pay nelle trespaffou de feũ afentamento porque os vinte e dous mil e feifcentos e dezafete reis leixou entaõ em companhia doutros dinheiros, pellas dizimias novas de Buarcos e de Monte Mor o Velho Judarias de Sines e S. Tiago, e Collos que lhe foraõ dadas, e porem mandamos aos Vedores de noffa fazenda, que lhe façaõ afentar os ditos duzentos e fefenta mil duzentos e quarenta e hum reis nos noffos livros della, e dar dos ditos dinheiros em cada hum anno carta para logar onde delles haja mui bom pagamento, e por fua guarda e firmeza dello lhe mandamos dar esta noffa carta por nos afinada e afellada do noffo fello pendente dada em a noffa Cidade de Lisboa a 25 dias do mes de Setembro. Gomes Aranha a fez anno do nacimiento de Noffo Senhor Jefu Chrifto de 1504 annos pedindonos por merce o dito Conde que lhe confirmafemos a dita carta e vifto por nos feũ requirimento querendolhe fazer graça e merce temõs por bem de lha confirmar e havemos por confirmada afi e da maneira que nella fe contem, e afim mandamos que fe cumpra e guarde dada em a noffa Villa de Thomar a 17 dias dagosto Jorge da Fonfeca a fez anno de Noffo Senhor Jefu Chrifto de 1523.

*Carta porque ElRey D. Manoel concedeo ao Conde de Tentugal D. Rodrigo de Mello, obrigar certos bens para fegurança do dote da filha de D. Pedro Porto Carrero. Está na Torre do Tombo, no liv. 6. dos Myfticos, pag. 79, donde a copley.*

**Num. 10.** **D**Om Manoel a quantos esta Carta virem fazemos faber, que ho  
**An. 1510.** Conde de Tentugal noffo muito amado sobrinho, nos enviou a dizer, como estava concertado com noffo confentimento de cazar com Dona Maria, filha de Dom Pedro Porto Carreiro, o qual lhe dava em dote, outo contos e meyo, e que pofto que elle tenha fazenda, que pode obrigar ao dito dote f. as fuas cazas de Lixboa, e Devora, a Quinta Dandalluços, e outra fazenda, affim movel, como raiz, o  
dito



dito Dom Pedro nom era satisfeito della, ainda que por suas doações elle dito Conde pode apenhar a descontar certas rendas de juro, que de nós tem, que procedem da Caza de Bragança, e que por o dito Dom Pedro ser doutro Reyno quera, que esto se fizesse com nossa authoridade, e assi por alguma duvida, que podia sobrevir por cauza ley mental, posto que por outro privilegio, que de nós tem a dita ley se não entenda nas rendas da dita Caza de Bragança, pedindo-me o dito Conde por merce, que lhe dessemos licença para poder obrigar ao dito dote os direitos de Beja, e as dizimas do peccado de Azurara, e do Porto, e de Setuval, que elle de nós tem de juro, na maneira sobredita, e visto por nós seu requerimento, e querendolhe fazer graça e merce. Temos por bem, e lhe damos lugar, e licença, que elle possa obrigar ao dito dote, as ditas rendas com esta declaração s. Que vindo cazo, que a dita Dona Maria, ou seus herdeiros ajam de aver o dito dote, e nam no podendo aver todo, ou parte delle pollos beens, que agora o dito Conde tem, e ao diante ouver, que entam o que fallecer aja pellas ditas rendas acima conteudas a descontar atee a dita Dona Maria ser acabada de pagar do dito dote, nam seja despojada das ditas rendas, e como for pagua se tornaram as ditas rendas a quem per direito pertencerem, e por quanto non ficando do dito Conde herdeiros, que as ditas rendas ajam de herdar, se ham loguo de tornar ao Duque de Bragança, meu muito amado, e prezado sobrinho por bem de suas doações, elle nos disse, que lhe prazia, que vindo tal cazo, perque se lhe as ditas rendas tornem, que a dita Dona Maria aja daver o dito dote, que consigo traz, e se quizer hir destes Reynos pera os de Castella possa levar em ouro, prata, e joyas os ditos outo contos e meyo do dito dote, sem embargo de nossas Ordenações em contrario, e por firmeza, e segurança da dita Dona Maria lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nós, e seellada do nosso sello pendente: Dada em Almeyrim, a 15. de Março, Rodrigo Homem a fez, anno de 1510.

*Contrato do casamento de D. Rodrigo de Mello, Conde de Tentugal, e depois I. Marquez de Ferreira, com D. Leonor de Almeida. Está no Cartorio da Casa de Bragança, autentico, donde o copiey.*

**S**Aibaõ quantos esta Carta de concerto e prometimento de casamento virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e des annos, vinte dias do mes de Novembro do dito anno, no Monte de Dom João Deça, que he em termo de Pavia, estando presente o Duque de Bragança, de Guimaraens, &c. meu Senhor, e o mui Magnifico Senhor Dom Rodrigo, Conde de Tentugal, em seu nome, e o muy Magnifico Senhor, o Senhor Dom João de Almeida, Conde, e Senhor de Abrantes, em nome e como procurador da Senhora Dona Leonor de Almeida, Fi-  
lha

Num. 11.

An. 1510.

Iha do Senhor Dom Francisco de Almeida Vizorey, disseram que antre elles hera concertado de cazar o dito Senhor Dom Rodrigo Conde de Tentugal, com a dita Senhora Dona Leonor de Almeida por pallavras de presente fazerem Matrimonio como manda a Santa Madre Igreja de Roma, e que por quanto se achava que o dito Senhor Conde de Tentugal, hera parente no quarto gráo, com a dita Senhora Dona Leonor e que ao presente não podiam cazar por palavras de presente sem dispençassam do nosso mui Santo Padre, pello qual antre tanto que mandavaõ pela dita dispençassam elles sobreditos Senhores se comtratavam em esta maneira: Dizendo o dito Senhor D. Rodrigo Conde de Tentugal que elle prometia que vindo a dita dispençassam, ou sendo certo que com elles hera dispençado sobre a dita rezam de cazar por pallavras de presente fazerem Matrimonio com a dita Senhora Dona Lianor de Almeida, e o dito Senhor Conde de Abrantes, assim mesmo por virtude de huma procurassam que logo ahi mostrou que parecia ser feita, e assignada em Abrantes por Afonso Dias, escudeiro de ElRey nosso Senhor, publico Tabelliam das notas da dita Villa, cujo treslado de *verbo ad verbo*, he o seguinte. Saibam os que a presente procurassam virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e des annos, aos quatorze dias do mes de Novembro do dito anno na Villa de Abrantes nas pouzadas da Senhora Dona Leonor de Almeida, Filha do Vizorey, que Deos tem, sendo a dita Senhora presente logo por ella foi dito em presença de mim Taballiaõ publico Notario, e das testemunhas ao diante todo nomeado, que por quanto antre ella dita Senhora, e o muy Magnifico Senhor, o Senhor Dom Rodrigo Conde de Tentugal, se trata, e he tratado cazamento, que ella fazia, e sobstabelecia, como de effeito logo fes, e sobstabelleceo ao muy Magnifico Senhor Dom Joáo de Almeida, Conde de Abrantes, seu Tio, por seu procurador suficiente, na melhor fórma, e modo que ella de direito podia, e devia, que por ella, e em seu nome possa contratar com o dito Senhor Conde o dito cazamento por pallavras de presente, ou despozorios por palavras de futuro, com quaisquer clauzullas ou condicoens, prometimentos, stipullaçoens, e concertos que a elle dito Senhor Conde seu Thio, bem visto for, e melhor parecer; e possa no dito seu nome consertar cazarem ambos por carta dametade, como se acostuma em estes Reinos comumente, se o assim ouver por bem, e lhe melhor parecer; e que possa ajustar o dito cazamento, ou despozorios, com quaesquer penas, vincullos, firmezas, e prometimentos, que em tal cazo se requerem, e possa obrigar a todo o sobredito, ou parte dello, todos seus bens della dita Senhora, moves, e de rais havidos, e por haver, e todo fazer assim como ella faria se a todo presente fosse, e melhor, se melhor poder ser, para todo o qual, ou parte dello lhe outrogou todo o seu livre, e cumprido poder, e prometeo, e outrogou, que sempre o haveria por firme, e valliozo, quanto elle dito Senhor Conde seu Thio, em o dito seu nome por ella fizer em esta rezam; e que nunca em nenhum tempo hirá, nem virá contra isto, por ella dita



dita Senhora , nom por outra alguma pessoa , em nenhuma maneira, nem rezam alguma que seja ; e obrigou a todo , todos seos bens moves , e de rais , havidos e por aver , e em testemunho de verdade , lhe mandou , e otrogou ser feita esta polla dita Senhora otrogada ; logo , dia , mes , anno , fuso escrito , testemunhas heram presentes , Fernão Dalves , Clerigo de Missa , e Gil Vaas , escudeiro do dito Senhor Conde , e seu Secretario , e Pedro Nunes , criado da dita Senhora , e outros ; e eu Afonso Dias escudeiro de ElRei nosso Senhor , e publico Taballião de Notas , em a mesma , e seu termo pello dito Senhor Conde que a escrevi , e assignei do meu publico signal que tal he. Disse que elle prometia por parte da mesma em nome da dita Senhora Dona Leonor de Almeida , que vindo a dita dispensassam ou sendo certo que com elles hera dispensado , sobre o dito parentesco , de cazar por pallavras de presente , faz autos matrimoniaes com o dito Senhor D. Rodrigo , Conde de Tentugal , e assim mesmo consertara os sobreditos Senhores Conde de Tentugal , e Conde de Abrantes no dito nome , por vertude da dita procurassam que não cazem por dote , nem por arras , e somente cazem por carta dametade , como se costuma communmente cazarem nestes Reinos de Portugal s. que apartandose o dito Matrimonio , e casamento , quando Deos aprouver , por morte de cada hum delles , ou por outro qualquer modo quer haja filho , ou filha , ou filhos , ou filhas dantre ambos , quer não , que todolos bens partiveis que ambos trouxerem ao tempo que cazarem , ou que dispois de cazados ganharem ou adquirirem , ou herdarem , e ouverem por qualquer modo , e maneira , e titullo , que seja , que o partam ambos pello meyo igualmente , levando hum tanto como outro , elles , ou seos Herdeiros de qualquer delles que seja morto todas as quaes couzas , e cada huma dellas outorgaraõ o dito Senhor Conde de Abrantes em nome da dita Senhora , e o dito Senhor Conde de Tentugal , e prometem de as ter , e manter e guardar e cumprir , e fazer guardar e cumprir verdadeiramente a boa fee , sem mau engano como asima he contheudo e prometiam de não fazerem o contrario nenhuma couza das sobreditas nem hirem , nem virem contra ellas , por si nem por outrem em nenhum tempo , nem maneira , nem modo algum , ante prometeram de trabalhar o possivel que se cumpra como asima dito he que venha a dita dispensassão e a fazerem vir o mais asinha que poderem sob pena de vinte mil foldos de ouro , a qual pagará a parte que não quizer cumprir todo o fuso dito ou parte dello , à parte que quizer estar pello dito contrato , e a dita pena pagada , ou não , que toda via o dito contrato fique firme e valliozo , e valha ; e o dito Senhor Conde de Tentugal disse , que elle queria mandar pella dita dispensassão testemunhas que a todo foram presentes. Dom João Deça fidalgo da casa do Duque meu Senhor , e Fernão Rodrigues seu camareiro , e o Doutor Fernam de Moraes do seu Dezembargo , e João Parali fidalgo da casa do Senhor Conde de Tentugal , e Fernam Lourenço cavalleiro da casa de ElRey nosso Senhor , e Diogo Gil Freire , e Gil Vas , escudeiro da casa do Senhor Conde de Abrantes ,  
e seu

e seu Secretario , e Fernão Jufarte , e outros ; e eu Jorge Lourenço escrevam da camara do dito Duque meu Senhor e Taballiam geral por ElRei noso Senhor em todos seos Reinos nas couzas do Duque meu Senhor , e nas couzas que por mandado de sua Senhoria fizer , que a tudo presente fui , e por mandado do Duque meu Senhor , e por rogo dos sobreditos Senhores , Conde de Tentugal , e Conde de Abrantes esta carta escrevi. = Ho Duque = Dom Rodrigo Conde = O Conde de Abrantes = João Parali = Fernam Martens = Francisco Antunes = O Doutor Fernão de Moraes = Diogo Gil Freire = Gil Vaas = Fernão Lourenço = Fernão Jufarte. =

Saibaõ os que esta presente Procurasam virem , que no Anno do nassimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e des annos aos quatorze dias do mes de Novembro do dito anno na Villa de Abrantes nas pouzadas da Senhora , a Senhora Dona Leonor de Almeida filha do Vizorey que Deos tem sendo a dita Senhora presente , logo por ella foi dito em prezença de mim publico Notario , e das testemunhas ao diante nomeadas , que por quanto antre ella dita Senhora , e o muy Magnifico Senhor , o Senhor Dom Rodrigo Conde de Tentugal , se trata , e he tratado casamento , que ella fazia e sobstabelecia , e com efeito logo fes , e sobstabelleceo ao muito Magnifico Senhor , o Senhor Dom João de Almeida Conde , Senhor de Abrantes seu Tio , por seu procurador suficiente na melhor forma , e modo que ella de direito podia , e devia , que por ella , e em seu nome possa contratar com o dito Senhor Conde , o dito casamento , por palavras de presente , ou despozorios , por palavras de fucturo , com quaesquer clauzullas , e condilloens , e prometimentos , stipullações , e concertos , que a elle dito Senhor Conde seu Tio bem visto for , e melhor parecer , e possa em o dito seu nome concertar que cazem ambos por carta dametade , como se costuma em estes Reinos communmente , se assim ouver por bem , e lhe melhor parecer e que possa jurar o dito casamento ou despozorios , com quaesquer penas , vincullos , e firmezas , e prometimentos , que em tal cazo se requerem , e possa obrigar a todo o sobredito , ou parte dello todos seos bens della dita Senhora moveis e de rais , havidos , e por aver , e todo fazer assim como ella faria se a todo presente fosse , e melhor se melhor puder ser , para todo o qual ou parte delle lhe outrogou todo o seu firme , e cumprido poder e prometeo , e outrogou , que sempre o haverá por firme , e valliozo , quanto elle dito Senhor Conde seu Tio , em o dito seu nome por ella fizer em esta rezam , e que nunca em nenhum tempo hirá , nem virá contra isso , por ella dita Senhora , nem por outra alguma pessoa , em nenhuma maneira nem por rezaõ alguma que seja , e obrigou a tudo todos seos bens moveis , e de rais , havidos e por haver , e em testemunho de verdade lhe mandou dar , e outrogou ser feita esta pella dita Senhora outogada , logo , dia , mes , e anno suso escripto ; testemunhas que heraõ presentes , Fernam Dalvaes Clerigo de Missa , e Gil Vaas , Escudeiro do dito Senhor Conde , e seu Secretario , e Pedro Nunes , criado da dita



dita Senhora, e outros, e eu Affonso Dias escudeiro de ElRey nosso Senhor, e publico Taballiam das notas em a mesma, e seu termo, pello dito Senhor Conde que a escrevi, e assignei de meu publico signal que tal he. Lugar do signal publico. Affonso Dias.

*Bulla do Papa Paulo III. porque concede ao I. Marquez de Ferreira D. Rodrigo de Mello os Prestimonios, ou Beneficios simples, de certas Igrejas mencionadas na dita Bulla, o Padroado para elle, e os successores da sua Casa. Authentica está no Archivo do Duque de Cadaval, donde a copiey.*

*In nomine Sanctissimæ, & Individuæ Trinitatis Patris, & Filij, & Spiritus Sancti Amen.*

**N** Overint universi, & singuli has presentes nostras sive presens **Num. 12.**  
 publicum Transumpti Instrumentum visuri, lecturi & audituri, **An. 1541.**  
 quod Nos HENRICUS, &c. Sanctæ Pudentianæ Presbyter Cardina-  
 lis Caetanus S. R. E. Camerarius ad instantiam Illustrissimi Domini  
 Roderici Marchionis de Ferreira in Regno Portugalliæ principalis  
 omnes, & singulos sua communiter, vel divisim quomodolibet inter-  
 esse putantes ex adverso principales eorumque Procuratores siqui sint  
 in Romana Curia ad videndum sumptum litterarum Apostolicarum  
 felicitis recordationis Pauli Papæ III. dismembrationis, & separationis  
 duarum partium ex tribus partibus omnium & singulorum fructuum  
 reddituum & proventuum Beatæ Mariæ de Tentuguel & Sanctæ Ma-  
 riæ Magdalenæ, ac Sancti Michaelis montis majoris veteris, & ejus-  
 dem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços, necnon Sanctæ Catherinæ  
 Danobra, & Sancti Andreæ de Fereyra, ac Sancti Mathei de Santa-  
 rem, & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruiva Colimbrien. Visen.  
 Ulixbonen. & Elboren. respective dioc. parochialium Ecclesiarum de  
 quibus dictus Illustris, & nobilis D. Rodericus unicus Patronus exis-  
 tit ac erectionis & institutionis in singulis Ecclesijs prædictis singulo-  
 rum seu singularum prestimoniorum seu prestimonialium portionum  
 aut beneficiorum Ecclesiasticorum hujusmodi illisque pro eorum seu  
 earum dotibus duarum partium dismembratarum & separatarum cujus-  
 libet Ecclesiarum hujusmodi reservationis concessionis & assignationis  
 apostolica auctoritate ad perpetuam rei memoriam factæ ac aliorum  
 in eodem sumpto expressorum alias per dictum Illustrrem D. Roderi-  
 cum obtentorum clausum & sigillatum more Romanæ Curiae aperiri  
 & clausulas ceteratas in eodem sumpto contentas juxta ejusdem Ro-  
 manæ Curiae stilum extendi & publicari ac in publicam Transumpti  
 formam redigi mandari auctoritatemque nostram pariter & decretum  
 judiciale desuper interponi vel dicendum & causam siquam haberent  
 rationabilem quare premissa fieri non debeant allegandum per unum  
 ex Sanctissimi Domini nostri Papæ Curforibus & per affixionem ad  
 valuas Cameræ Apostolicæ & in avi campi floris ut moris est, & fieri

consuevit citari fecimus, & mandavimus ad diem & horam infrascriptas quibus advenientibus comparuit in iudicio coram nobis M. Dominus Antonius Gomes Clericus . . . . gratus Elven. dicti Illustr. D. Roderici in hac parte Procurator & eorundem citatorum non comparentium contumacia accusata & in eorum contumaciam dictum sumptum ita clausum & sigillatum facto realiter exhibuit & presentavit illudque aperiri & clausulas ceteratas in ipso appositas extendi & transumptari ac in publicam Transumpti formam redigi mandari nostraque auctoritatem pariter & decretum desuper interponi debita cum instantia postulavit Nos igitur Henricus Cardinalis Camerarius prædictus huiusmodi iustis precibus moti dictis citatis non comparentibus merito id exigente iustitia contumacibus reputatis & in eorum contumaciam dictum sumptum aperiri & clausulas ceteratas in eo appositas juxta stilum Romanæ Curiae extendi & in huiusmodi publicam Transumpti formam redigi mandavimus & fecimus cujus quidem sumpti tenor est qui sequitur videlicet PAULUS Episcopus servus servorum Dei Ad Perpetuam rei Memoriam. Ad Sacram Beati Petri sedem meritis licet imparibus divina dispositione vocati de statu Ecclesiarum quarumlibet salubriter dirigendo attentius cogitamus & ut in illis divinus cultus cum populi devotione & animarum salute augeatur & juxta illarum facultates personæ Domino famulantes provide deputentur operarias manus libenter adhibemus aliisque desuper disponimus prout pia personarum presertim generis claritate fulgentium ac nobis & Sedi apostolicæ devotarum vota exposcunt & id in Domino conspiciamus salubriter expedire sane pro parte Dilecti filij Nobilis Viri Roderici moderni Marchionis de Fereira in Regno Portugalliæ nobis nuper exhibita petitio continebat quod cum ipse Beatæ Mariæ de Tentuguel & Sanctæ Mariæ Magdalenæ ac Sancti Michaelis montis majoris veteris & ejusdem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços necnon Sanctæ Catherinæ danobra, & Sancti Andrea de Fareyra, ac Sancti Mathei de Santarem & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruiva Colimbrien. Vissen. Ulixbonen. & Elboren. respectivé dioc. Parochialium Ecclesiarum unicus Patronus ac in pacifica possessione seu quasi Juris presentandi personas idoneas ad dictas Ecclesias dum pro tempore vacant existat ipsarumque Ecclesiarum fructus redditus & proventus benedicente Domino adeo uberes & abundantes sunt seu ita excreverint ut ex fructibus redditibus & proventibus singularum Ecclesiarum huiusmodi duo Clerici manuteneri & sustentari commode possint dictus Rodericus Marchio cupit duas partes ex tribus partibus omnium, & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum huiusmodi ab illis dismembrari & separari ac ut in singulis Ecclesijs prædictis divinus cultus & Ministrorum ecclesiasticorum numerus augeatur in eisdem singulis Ecclesijs singula seu singulas preestimonias seu preestimoniales portiones aut simplicia beneficia ecclesiastica erigi & institui illisque pro eorum seu earum dote duas dismembrandas & separandas partes huiusmodi applicari & appropriari Quare pro parte ejusdem Roderici Marchionis asserentis fructus redditus & proventus earundem Ecclesiarum insimul octingentorum ducatorum auri de camera secundum



dum communem extimationem ac taxationem tertiarum per dictam Sedem claræ memoriæ Emanueli Regi Portugalliæ concessarum valorem annuum non excedere seque etiam Comitem de Tentuguel in eodem Regno existere nobis fuit humiliter supplicatum ut duas partes fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrare & separare ac in singulis Ecclesijs prædictis singula seu singulas Prestimonia seu Prestimoniales Portiones aut perpetua simplicia beneficia ecclesiastica erigere & instituere ac illis pro eorum seu earum dotibus duas dismembratas & separatas partes hujusmodi perpetuo applicare & appropriare ac aliis in premissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur Nos igitur qui divini cultus augmentum ac beneficiorum ecclesiasticorum propagationem sinceris desideramus affectibus pium desiderium Roderici Marchionis hujusmodi in Domino commendantes Ipsumque Rodericum Marchionem à quibusvis excommunicationis suspensionis & interdicti alijsque ecclesiasticis sententijs censuris & penis à jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existit ad effectum presentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati à singulis Ecclesijs prædictis cum primum illas per decessum vel si dilectorum filiorum modernorum illarum Rectorum ad hoc accesserit assensus etiam per cessum seu quamvis aliam dimissionem earundem Rectorum vel alias quovismodo & ex cujuscunque persona etiam apud Sedem eandem simul vel successive vacaverint etiamsi actu nunc vacent duas partes ex tribus partibus omnium, & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi reliqua illorum tertia parte cum omnibus & singulis oblationibus offertorijs & anniversarijs etiam passalibus nuncupatis ac cura animarum dilectorum filiorum illarum Parochianorum necnon servitio & Episcopali nuncupato seu quocunque alio onere earundem Ecclesiarum illarum Rectoribus pro tempore existentibus remanentibus apostolica auctoritate tenore presentium ex certa nostra scientia perpetuo separamus & dismembramus ac in singulis Ecclesijs prædictis singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut beneficia ecclesiastica hujusmodi auctoritate & tenore prædictis erigimus & instituimus illisque pro eorum seu earum dotibus duas partes dismembratas, & separatas cujuslibet Ecclesiarum hujusmodi Ita quod decedentibus, vel ut prefertur cedentibus dictis Rectoribus seu Ecclesijs ipsis ut premittitur vacantibus liceat prestimonia seu portiones aut beneficia hujusmodi pro tempore obtinentibus per se vel alium seu alios corporalem possessionem seu quasi duarum partium fructuum reddituum & proventuum hujusmodi propria auctoritate libere apprehendere & perpetuo retinere Rectorum prædictorum ac diocesani loci licentia super hoc minime requisita perpetuo respective applicamus & appropriamus Necnon Roderico Marchioni ac illius heredibus & successoribus quibuscunque Juspatronatus singulorum seu singularum Prestimontiorum seu Portionum aut beneficiorum hujusmodi & presentandi personam seu personas seculares etiam in minoribus ordinibus constitutam seu

constitutas aut sufficienti ad id facultate suffultas cujusvis Ordinis Regulares ad singula seu singulas Prestimonia seu Portiones aut beneficia hujusmodi tam hac prima vice quam quotiens deinceps illa seu illas quibuscumque modis & ex quorumcumque personis etiam apud Sedem eandem vacare contigerit auctoritate & tenore ac scientia premissis reservamus concedimus & assignamus Decernentes Juspatronatus & presentandi personas ut prefertur idoneas ad prestimonia seu portiones aut beneficia hujusmodi Roderico Marchioni ac heredibus & successoribus prædictis competere modo & forma quibus eidem Roderico Marchioni ad dictas Ecclesias competit & hactenus competijt Non obstantibus Turonen. Concilij & quibuscumque alijs constitutionibus & ordinationibus apostolicis ceterisque contrarijs quibuscumque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis separationis dismembrationis erectionis institutionis reservationis constitutionis assignationis & decreti infringere vel ei ausu temerario contraire Siquis autem hoc attentare presumpserit indignationem Omnipotentis Dei ac Beatorum Petri & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum Datum Romæ apud Sanctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ Millesimo quingentesimo quadagesimo primo Quarto Nonas Decembris Pontificatus nostri Anno octavo PAULUS Episcopus servus servorum Dei Venerabilibus fratribus Archiepiscopo Ulixbonen. & feltren. ac Lamacen. Episcopis salutem & apostolicam benedictionem Hodie à nobis emanarunt litteræ tenoris subsequæ PAULUS Episcopus servus servorum Dei Ad Perpetuam Rei Memoriam Ad Sacram Beati Petri sedem meritis licet imparibus divina dispositione vocati de statu Ecclesiarum quarumlibet salubriter dirigendo attentius cogitamus & ut in illis divinus cultus cum populi devotione & animarum salute augeatur & juxta illarum facultates personæ Domino famulantes proinde deputentur operarias manus libenter adhibemus aliasque desuper disponimus prout pia personarum presertim generis claritate fulgentium ac nobis & Sedi Apostolicæ devotarum vota exposcunt & id in Domino conspiciamus salubriter expedire sane pro parte dilecti Filij nobilis Viri Roderici moderni Marchionis de Fereira in Regno Portugalliæ nobis nuper exhibita petitio continebat Quod cum ipse Beatæ Mariæ de Tentuguel & Sanctæ Mariæ Magdalænæ ac Sancti Michaelis montis majoris veteris & ejusdem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços necnon Sanctæ Catherinæ Danobra, & Sancti Andreæ de Fareyra ac Sancti Mathei de Santarem & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruiva Colimbrien. Visen. Ulixbonen. & Elboren. respectively dioc. Parochialium Ecclesiarum unicus Patronus ac in pacifica possessione seu quasi Juris presentandi personas idoneas ad dictas Ecclesias dum pro tempore vacant existat ipsarumque Ecclesiarum fructus redditus & proventus benedicente Domino adeo uberes & abundantes sunt seu ita excreverint ut ex fructibus redditibus & proventibus singularum Ecclesiarum hujusmodi duo Clerici manuteneri & sustentari commode possint dictus Rodericus Marchio cupit duas partes ex tribus partibus omnium & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembra-



ri & separari ac ut in singulis Ecclesijs prædictis divinus cultus & Ministrorum Ecclesiasticorum numerus augeatur & in eisdem singulis Ecclesijs singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut simplicia beneficia ecclesiastica erigi & institui illisque pro eorum seu earum dote duas dismembrandas & separandas partes hujusmodi applicari & appropriari. Quare pro parte ejusdem Roderici Marchionis asserentis fructus redditus & proventus earundem Ecclesiarum insimul octingentorum ducatorum auri de camera secundum communem extimationem ac taxationem tertiarum per dictam sedem claræ memoriæ Emanueli Regi Portugalliæ concessarum valorem annuum non excedere seque etiam Comitem de Tentuguel in eodem Regno existere nobis fuit humiliter supplicatum ut duas partes fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrare & separare ac in singulis Ecclesijs prædictis singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut perpetua simplicia beneficia ecclesiastica erigere & instituere ac illis pro eorum seu earum dotibus duas dismembratas & separatas partes hujusmodi perpetuo applicare & appropriare ac aliis in premissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur Nos igitur qui divini cultus augmentum ac beneficiorum Ecclesiasticorum propagationem sinceris desideramus affectibus pium desiderium Roderici Marchionis hujusmodi in Domino commendantes Ipsumque Rodericum Marchionem à quibusvis excommunicationis suspensionis & interdicti aliisque ecclesiasticis sententijs censuris & penis à jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existit ad effectum presentium duntaxat consequendum harum serie absolventes & absolutum fore censentes hujusmodi supplicationibus inclinati à singulis Ecclesijs prædictis cum primum illas per decessum vel si dilectorum filiorum modernorum illarum Rectorum ad hoc accesserit assensus etiam per cessum seu quamvis aliam dimissionem earundem Rectorum vel alias quovis modo & ex cujuscunque persona etiam apud sedem eandem simul vel successive vacaverint etiam si actu nunc vacent Duas partes ex tribus partibus omnium & singulorum fructuum reddituum & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi reliqua illorum tertia parte cum omnibus & singulis oblationibus offertorijs & anniversarijs etiam passalibus nuncupatis ac cura animarum dilectorum filiorum illarum Parochianorum necnon servitio & Episcopali nuncupato seu quocunque alio onere earundem Ecclesiarum illarum Rectoribus pro tempore existentibus remanentibus apostolica auctoritate tenore presentium ex certa nostra scientia perpetuo separamus & dismembramus ac in singulis Ecclesijs prefatis singula seu singulas prestimonia seu prestimoniales portiones aut beneficia ecclesiastica hujusmodi auctoritate & tenore prædictis erigimus & instituimus illisque pro eorum seu earum dotibus duas partes dismembratas, & separatas cujuslibet Ecclesiarum hujusmodi Ita quod decedentibus vel ut prefertur cedentibus dictis Rectoribus seu Ecclesijs ipsis ut premittitur vacantibus liceat Prestimonia seu Portiones aut beneficia hujusmodi pro tempore obtinentibus per se vel alium seu alios corporalem possessionem

fessionem seu quasi duarum partium fructuum reddituum & proven-  
 tum hujusmodi propria auctoritate libere apprehendere & perpetuo  
 retinere Rectorum prædictorum ac diocesani loci licentia super hoc  
 minime requisita perpetuo respective applicamus & appropriamus nec-  
 non Roderico Marchioni ac illius heredibus & successoribus quibus-  
 cunque Juspatronatus singulorum seu singularum prestimoniorum seu  
 portionum aut beneficiorum hujusmodi & presentandi personam seu  
 personas seculares etiam in minoribus ordinibus constitutam seu con-  
 titutas aut sufficienti ad id facultate suffultas cujusvis ordinis Regu-  
 lares ad singula seu singulas prestimonia seu portiones aut beneficia  
 hujusmodi tam hac prima vice quam quotiens deinceps illa seu illas  
 quibusvis modis & ex quorumcunque personis etiam apud sedem ean-  
 dem vacare contigerit auctoritate, & tenore ac scientia premissis re-  
 servamus concedimus & assignamus Decernentes Juspatronatus & pre-  
 sentandi personas ut prefertur idoneas ad prestimonia seu portiones  
 aut beneficia hujusmodi Roderico Marchioni ac heredibus & succes-  
 soribus presentis competere modo & forma quibus eidem Roderico  
 Marchioni ad dictas Ecclesias competit & haftenus competijt Non ob-  
 stantibus Turonen. Concilij & quibusvis alijs constitutionibus & or-  
 dinationibus apostolicis ceterisque contrarijs quibuscunque. Nulli er-  
 go omnino hominum liceat hanc paginam nostræ absolutionis separa-  
 tionis dismembrationis erectionis institutionis applicationis appropria-  
 tionis reservationis concessionis assignationis & decreti infringere, vel  
 ei ausu temerario contraire Siquis autem hoc attentare presumpserit  
 indignationem Omnipotentis Dei ac Beatorum Petri & Pauli Aposto-  
 lorum ejus se noverit incursum Datum Romæ apud Sanctum Pe-  
 trum Anno Incarnationis Dominicæ Millesimo Quingentesimo quadra-  
 gesimo primo Quarto Nonas Decembris Pontificatus nostri Anno octa-  
 vo. Quo circa fraternitati vestræ per Apostolica scripta mandamus  
 quatenus Vos vel duo aut unus vestrum per vos vel alium seu alios  
 litteras prædictas & in eis contenta quecunque ubi & quando opus  
 fuerit ac quotiens pro parte Roderici Marchionis illiusque heredum  
 & successorum prædictorum ac Prestimonia seu Portiones aut Benefi-  
 cia hujusmodi pro tempore obtinentium seu alicujus eorundem desu-  
 per fueritis requisiti solemniter publicantes eisque in premissis effica-  
 cis defensionis presidio assistentes faciatis auctoritate nostra litteras  
 prædictas & in eis contenta quæcunque firmiter observari ac singulos  
 quos illi concernunt illis pacifice gaudere Non permittentes eos de-  
 super per quoscunque quomodolibet indebite molestari contradictores  
 auctoritate nostra prædicta appellatione postposita compescendo ac le-  
 gitimis super his habendis servatis processibus sententias censuras &  
 penas prædictas etiam iteratis vicibus aggravando invocato etiam ad  
 hoc si opus fuerit auxilio brachij secularis Non obstantibus omnibus  
 supradictis seu si aliquibus communiter vel divisim ab eadem sit sede  
 indultum quod interdicti suspendi vel excommunicari non possint per  
 litteras apostolicas non facientes plenam & expressam ac de verbo ad  
 verbum de indulto hujusmodi mentionem Datum Romæ apud San-  
 ctum Petrum Anno Incarnationis Dominicæ Millesimo Quingentesimo  
 quadra-



quadragesimo primo Quarto Nonas Decembris. Pontificatus nostri Anno Octavo. CCXXXXXX sumptum ex Registro bullarum Apostolico collationati per me Jacobum Avila ejusdem Registri Magistrum . . . . . Volentes de mandato Sanctissimi Domini nostri Papæ vivæ vocis oraculo nobis desuper facto & auctoritate nostri Camerariatus officij statuentes & mandantes quod hujusmodi nostro publico Transumpti instrumento in Romana Curia & extra eam ubique locorum in judicio & extra stetutur illique adhibeatur talis & tanta fides qualis & quanta adhiberetur eisdem originalibus litteris data fuit & daretur si in medium exhibitæ & ostensæ forent. Quibus omnibus & singulis premissis tanquam rite recte & legitime gestis nostram dictique nostri Camerariatus officij auctoritatem pariter & decretum Judiciale interponendum fore duximus & interposuimus ac interponimus per presentes IN QUORUM omnium & singulorum fidem & testimonium premissorum has presentes nostras litteras sive hoc presens publicum Transumpti Instrumentum fieri & per infra scriptum nostrum & Cameræ Apostolicæ Notarium publicum subscribi sigillique ejusdem Cameræ quo in talibus utimur jussimus & fecimus appensione muniri Datum Romæ in Camera Apostolica sub Anno à Nativitate Domini Millesimo Quingentesimo nonagesimo nono Indictione duodecima Die vero ij.<sup>a</sup> mensis Aprilis Pontificatus S. D. N. D. Clementis divina providentia Papæ VIII. Anno Presentibus ibidem Magnificis Dominis Nicolao Compagno & Lutio Calderino ejusdem Cameræ notarijs testibus ad premissa vocatis specialiter atque rogatis. ✠ Locutus ✠ sigilli.

*Bulla do Papa Gregorio XV. em que confirmou a Bulla do Papa Paulo III. dos Prestimonios concedidos à Casa de Ferreira.*  
*Original está no Archivo do Duque de Cadaval, donde a copy.*

Gregorius Episcopus servus servorum Dei. Dilecto filio Offi-  
 ciali Elborensi salutem, & apostolicam benedictionem. Roma-  
 ni Pontificis consueta benignitas pia fidelium præsertim generis nobi-  
 litate pollentium vota ex quibus Ministrorum Ecclesiasticorum in qui-  
 busvis Ecclesijs manutentioni cum divini cultûs augmento consulitur,  
 ac eisdem fidelibus honor accedit, ad exauditionis gratiam favorabi-  
 liter admittere, & his quæ per Prædecessores suos Christi fidelibus  
 eis, & Sedi apostolicæ devotis concessa fuisse comperit, ut ea firmitus  
 subsistant nec ab aliquibus impugnari, aut in dubium revocari va-  
 leant, roboris sui partes libenter interponere, eaque favore gratiæ  
 potioris prosequi consuevit prout in Domino conspicit salubriter ex-  
 pedire. Dudum siquidem felicitis recordationis Paulo Papæ tertio Præ-  
 decessori nostro pro parte bonæ memoriæ Roderici dum vixit Mar-  
 chionis de Ferreira exposito quod cum ipse Beatæ Mariæ de Tentugal,  
 & Sanctæ Mariæ Magdalenæ, & Sancti Michaelis Montis mayoris  
 veteris, & ejusdem Beatæ Mariæ Villæ novæ Danços, necnon

Num. 13.  
 An. 1621.

San-

Sanctæ Catharinæ de Nobra, & ejusdem Beatæ Mariæ de Villa Ruyva Elboren. & Colimbrien. respectivè Diœcesis Parochialium Ecclesiarum Unicus Patronus ex donatione jurispatronatus suis Prædecessoribus à Regibus Portugalliæ de eo quod ipsis in dictis Ecclesijs compete-  
 bat facta, ac in pacifica possessione, seu quasi Juris præsentandi personas idoneas ad dictas Ecclesias dum pro tempore vacabant, existeret ipsarumque Ecclesiarum fructus, redditus, & proventus benedicente Domino adeo uberes, & abundantes essent, seu ita excrevis-  
 sent ut ex fructibus, redditibus, & proventibus singularum Ecclesiarum hujusmodi, duo Clerici manuteneri, & sustentari commode pos-  
 sent, dictus Rodericus Marchio cupiebat duas ex tribus partibus om-  
 nium fructuum, reddituum, & proventuum singularum Ecclesiarum hujusmodi ab illis dismembrari, & separari, ac ut in singulis Eccle-  
 sijs prædictis divinus cultus, & Ministrorum Ecclesiasticorum numerus au-  
 geretur in singulis Ecclesijs prædictis singula, & singulas præstimo-  
 nia, seu præstimoniales portiones aut perpetua simplicia beneficia Ec-  
 clesiastica erigi, & institui, illisque pro eorum, seu earum dote duas  
 dismembrandas, & separandas partes hujusmodi applicari, & appro-  
 priari idem Prædecessor supplicationibus sibi pro parte dicti Roderici  
 Marchionis desuper tunc porrectis inclinatus à singulis Ecclesijs præ-  
 dictis si tunc existentium illarum Rectorum ad hoc accederet assensus,  
 aut cum primum ille per decessum, vel cessum, seu quamvis aliam  
 dimissionem dictorum Rectorum, vel alias quovis modo, & ex quo-  
 rumcumque personis, etiam apud sedem eandem simul, vel successi-  
 ve vacavissent etiam si actu tunc forsitan vacarent duas ex tribus partibus  
 omnium fructuum, reddituum, & proventuum singularum Ecclesiarum  
 hujusmodi reliqua illarum tertia parte cum omnibus, & singulis  
 oblationibus, offertorijs, & anniversarijs etiam passalibus nuncupatis,  
 ac cura animarum illarum Parochianorum, necnon servitio etiam Episcopali  
 nuncupato, seu quocumque alio onere, earundem Ecclesiarum illarum  
 Rectoribus pro tempore existentibus remanentibus apostolica auctoritate  
 ex certa sua scientia perpetuo separavit, & dismembravit, ac in singulis  
 Ecclesijs prædictis singula, seu singulas præstimonias, seu præstimoniales  
 portiones, aut Beneficia hujusmodi pro tempore obtinentibus per se,  
 vel alium, seu alios corporalem possessionem, seu quasi duarum partium  
 fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi propria auctoritate  
 apprehendere, & perpetuò retinere Rectorum præfatorum, ac Dioecesani  
 loci licentia super hoc minime requisita perpetuò respectivè applicavit,  
 & appropriavit, necnon Roderico Marchioni, & illius successoribus  
 (inquam) & illius heredibus, & successoribus quibuscumque Jurispatronatus  
 singulorum, seu singularum præstimoniorum, seu portionum, aut Beneficiorum  
 hujusmodi, & præsentandi perso-



personam, seu personas seculares etiam in minoribus constitutam, seu constitutas, aut sufficienti ad id facultate fufultas cujusvis Ordinis Regulares ad singula, seu singulas præstimonias, seu portiones, aut Beneficia hujusmodi tam eâ prima vice, quam quoties deinceps illa, seu illas quibuscumque modis, & ex quorumcumque personis etiam apud sedem eandem vacare contingeret auctoritate, & scientiâ prædictis reservavit, concessit, & assignavit Decernens Juspatronatûs & præsentandi personas idoneas ad præstimonias, seu portiones, aut Beneficia hujusmodi Roderico Marchioni, ac hæredibus, & successoribus præfatis competere modo, & forma quibus eidem Roderico Marchioni ad dictas Ecclesias competeat & eatenus competierat, & alias prout in ipsius Pauli Prædecessoris literis desuper expeditis plenius continetur. Cum autem sicut exhibita Nobis nuper pro parte dilecti filij Nobilis Viri Francisci de Mello Comitis de Tentugal, & moderni Marchionis de Ferreira petitio continebat, literæ præfatæ, & per eas factæ dismembratio, erectio, institutio, & applicatio supradictæ plenarium, & integrum effectum sortitæ fuerint, dictusque Rodericus, & post eum ejus successores Marchiones de Ferreira in possessione præsentandi ad præstimonias, seu portiones, aut Beneficia sic erecta, & erectas extiterint, & occurrentibus illorum, seu illarum vacationibus ad illas, seu illa personas idoneas juxta facultatem eis per dictas literas ad id attributam præsentaverint, & ab eis præsentati in illis ad præsentationem hujusmodi constituti fuerint, & fructus singulis præstimonij, aut portionibus, vel Beneficijs hujusmodi, ut supra applicatos eregerint, illisque gavisi fuerint, & licet dictus Franciscus Comes, & Marchio qui dicto Roderico Marchioni ejus Proavo in Marchionatu de Ferreira, ac etiam in dicto Jurepatronatûs successit, uti talis successor in possessione seu quasi Juris præsentandi personas idoneas ad præstimonias, seu portiones, aut Beneficia hujusmodi quinquaginta circiter annorum spatio à maioribus suis ad eum usque continuata existat, & in hujusmodi possessione ab eo ad præstimonias, seu portiones, vel Beneficia hujusmodi præsentandi, super libera exactione fructuum singulis præstimonij, seu portionibus, aut Beneficijs hujusmodi applicatorum perturbari non debuerint, neque debeant, nihilominus tamen Sanctæ Catharinæ de Nobra, & Sanctæ Mariæ Magdalænæ Montis majoris veteris, necnon Sancti Michaelis, & forsitan aliarum supradictarum Ecclesiarum Rectores, quibus tertia earumdem Ecclesiarum fructuum pars remanens ad congruam eorum sustentationem ultra pedem altaris, & alia Emolumenta inserta, ex curæ animarum exercitio provenientia abunde sufficit certo abhinc tempore validitatem dictarum literarum in dubium revocantes sub prætextu quod Juspatronatus dictarum Ecclesiarum ad dictum Rodericum Marchionem non uti perpetuum, & Gentilitium, sed ex donatione ei, seu ejus Antecessoribus olim à Regibus Portugalliæ facta pertineret, & tunc existentis Portugalliæ Regis in dismembratione, & erectione, ac applicatione præfatis neque requisitus, neque præstitus fuisset consensus, quem necessarium fuisse prætenderunt, & forsitan alijs prætextibus præsentatos ad præstimonias, seu portiones, aut Beneficia hu-

jusmodi in illisque institutos in exactiōe fructuum ut præfertur applicatorum impedisse, eisque dictos fructus denegare cœperunt, & desuper inter eos dictosque præsentatos lites excitatæ fuerunt. Cum autem sicut eadem subjungebat petitio dictus Franciscus Comes, & Marchio ad tollendam omnem dubitandi, & altercandi materiam ad Charissimum in Christo filium nostrum Philippum Portugalliæ, & Algarbiorum Regem Catholicum recursum habuerit, idemque Philippus Rex dismembrationi, erectioni, & applicationi præfatis, alijsque in dictis literis contentis consenserit, nihilominus tamen quia firmiora sunt ea quæ sepius sedis præfatæ patrociniō roborantur. Propterea idem Franciscus Comes, & Marchio, qui, ut asserit, ex Illustri genere procreatus existit Nobis humiliter supplicari fecit, ut in præmissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur præfatum Franciscum Comitem, & Marchionem à quibuscumque excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris, & pœnis à jure, vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quomodolibet innodatus existit, ad effectum præsentium dumtaxat consequendum harum serie absolventes, & absolutum fore censentes, necnon quarumcumque litium super præmissis motarum, & forsan adhuc pendentium, & instructarum status, & merita, nominaque, & cognomina Judicum, & Collitigantium, Juraque & titulos, ac prætensiones partium, ac processus desuper fabricatos, necnon illorum & sententiarum desuper forsan latarum necnon dictarum literarum, etiam totos, & integros tenores præsentibus pro plene, & sufficienter expressis habentes, necnon lites præfatas super defectu consensus Regis præfati tantum quomodocumque motas in perpetuum extinguentes, hujusmodi supplicationibus inclinati. Discretionis tuæ per apostolica scripta mandamus quatenus literas præfatas, ac per eas dismembrationem duarum tertiarum partium fructuum à dictis Parochialibus & in illis earumque singulis præstimoniorum, seu portionum, aut Beneficiorum hujusmodi erectionem dictorumque fructuum dismembrationem applicationem, ac Roderico Marchioni, ac ejus successoribus præfatis Jurispatronatus reservationem hujusmodi factas, ac omnia, & singula in eis contenta attento quod dictus Philippus Rex præmissis, ut dictus Franciscus Comes, & Marchio, etiam asserit, expresse consensit auctoritate nostra sine alicujus præjudicio perpetuo approbes, illisque perpetuæ, & inviolabilis apostolicæ firmitatis robur adjicias ac omnes, & singulos tam Juris, quàm facti, & solemnitatum etiam quantumvis substantialium defectus siqui desuper quomodolibet intervenerit, suppleas, illaque valida, & efficacia esse, ac perpetuo viribus subsistere, ipsumque Franciscum Comitem, & Marchionem, ejusque successores Jurepatronatus præfato uti, & gaudere, & dilectum filium Rodericum etiam de Mello Clericum Elborensis dicti Francisci Comitis, & Marchionis fratrem, ac modernum præstimoniorum, seu portionum, aut Beneficiorum hujusmodi possessorem sive ad illa, vel illas præsentatum, ejusque successores illa, seu illas pro tempore obtinentes duas tertias partes eorundem fructuum illis ut præfertur applicatas exigere, & percipere, & leva-



re, ac in suos usus, & utilitatem convertere posse, & debere, & super libera illarum exactione à quoquam etiam à modernis, & pro tempore existentibus ipsarum Ecclesiarum Rectoribus molestari, perturbari, aut impediri non posse, quinimo ipsis, & eorum cuilibet de dictis duabus tertijs partibus à dictis Rectoribus, alijsque ad quos forsan spectat, & spectabit quomodolibet in futurum integre realiter, & cum effectu debitis temporibus, & omni mora, & dilatione cessantibus à die quo, ut præfertur, præsentatus fuit, responderi, & satisfieri debere, illosque ad id obligatos esse, & fore omnibusque Juris, & facti remedijs cogi, & compelli posse; sicque per quoscumque Judices Ordinarios, & Sacri Palatii Apostolici Auditores, ac Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinales etiam de Latere Legatos, & Sedis præfatae Nuntios in quacumque instantia judicari, & definiri debere, dicta auctoritate decernas. Non obstantibus quacumque litis pendentia, alijsque præmissis, ac Constitutionibus, & Ordinationibus apostolicis cæterisque contrarijs quibuscumque. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicæ Millesimo sexcentesimo vigesimo primo. Nono Kalendas Februarij Pontificatus nostri anno primo. Loco ✠ Plumbi.

*Breve de muitas graças, prerogativas, e isenções, concedidas a D. Rodrigo de Mello, I. Marquez de Ferreira, e seus successores. Transumpto autentico; está no Cartorio da Casa do Duque do Cadaval, num. 3. donde o tirey.*

**A**ntonius, &c. miseratione divina Episcopus Albanensis dilecto **Num. 14.**  
in Christo Illustri Viro Roderico Marchioni de Ferreira, ac **An. 1541.**  
Comiti Oppidi de Tentuguel in Regno Portugalix: salutem in Domino. Sincere devotionis affectus quem ad Romanam Ecclesiam gere-  
re comprobaris promeretur, ut illa tibi à Sede apostolica favorabili-  
ter concedantur perque tuæ, & tibi deditarum, & atinentium per-  
sonarum animarum saluti consuli possit hinc est; quod nos tuis supli-  
cationibus inclinati favore volentes te prosequi gratioso auctoritate  
Domini Papæ cujus penitenciarix curam gerimus, & decius speciali  
mandato super hæc vivæ vocis Oraculo nobis facto tibi, ac singulis  
sexdecim personis per te simul, ve successive pro tempore nominan-  
dis, & illarum singularum loco quotiens ab hac luce migraverint sin-  
gulis alijs personis per te pro tempore surrogandis secularibus, vel  
cujusque militiæ Regularibus, ut dicis, necnon tuæ, & earum uxori-  
bus, parentibus, fratribus, sororibus, utriusque sexus liberis gene-  
ris, & nurbus, nepotibusque, & neptibus tam presentibus, quam  
futuris ut aliquem per virum idoneum secularem, vel cujusvis militiæ,  
aut etiam mendicantium Ordinis regularem licet alias confessor depu-  
tatus non existat qui vita tibi, & illis comitè, & eorum quemlibet  
à quibusvis excommunicationis, suspensionis, & interdicti; alijsque  
ecclesiasticis, sententijs, censuris, & penis à jure, vel ab homine  
Tom. V. Uuu ii quavis

quavis occasione, vel causa latis inflictis, & promulgatis quibus te, & illos, ac eorum quemlibet quacumque etiam apostolica auctoritate pro tempore illaqueari contigerit votorum quorumcunque, & mandatorum Ecclesiæ, ac preceptorum regulæ personarum hujusmodi militiarum, & ordinum transgressionibus perjuratorum, ac simoniæ labe quomodocumque, & qualitercumque in quibusvis rebus ecclesiasticis, vel alias provenientibus homicidiorum casualium, vel mentalium reatibus manuum violentarum in quasvis personas etiam ecclesiasticas, non tamen in Episcopos, aut alios superiores Prelatos injectionibus, seu conciliorum ad id, & favorum prestationibus jejuniorumque, ac horarum canonicarum, & Beatæ Mariæ Virginis, ac orationum, etiam ratione prefatarum militiarum dici debitarum, & divinorum officiorum ac pecuniarum munitarum in toto, vel in parte omissionibus, ac danorum infertorum dum ad venandum seu alias per te, & illos datorum, fructibusque ex preceptorijs, seu alijs beneficijs secularibus, vel regularibus per te, & quemlibet illorum malle perceptis, dum tamen pro illis preceptorijs, seu beneficijs ipsis, seu damnijs hujusmodi arbitrio ejusdem Confessoris satisfaciatis, seu non debite expendiatis necnon ab omni irregularitate tam mentali, quam actuali, & denique ab omnibus alijs, & singulis tuis, & illorum peccatis, criminibus, excessibus, & delictis, quantumcumque gravibus, & enormibus, etiam talibus propter quæ apostolica Sedes merito consulenda foret in casibus videlicet sedi prædictæ quomodocumque reservatis exceptis contentis in Bulla quæ in die Coenæ Domini solita est legi semel in anno pro te, ac personis in hujusmodi literis nominatis, & ut premititur nominandis, & rursus in mortis articulo, ac quotiens de illo dubitari contigerit, etiamsi mors tunc non subsequatur, de alijs vero non reservatis casibus totiens quotiens opus fuerit confessionibus tuis, & illarum diligenter auditis absolvere, ac tecum preterquam quoad promotionem ad sacros ordines, & beneficiorum ecclesiasticorum obtentionem si irregularitas ex bigamia, vel homicidio voluntario proveniat, necnon tibi, & illis pro commissis penitentiam salutarem injungere, vota vero quæcumque ultramarino visitationis liminum Apostolorum Petri, & Pauli de Urbe, ac Jacobi in Compostella Religionis, & Castitatis votis dumtaxat exceptis in alia pietatis opera commutare, & juramenta quæcumque dummodo sine perjudicio tertij relaxare, ac plenariam semel in vita, ac rursus in mortis articulo, & quotiens de illo dubitari contigerit, etiamsi mors tunc ut prefertur non subsequatur omnium, & singulorum tuorum, & cujuslibet ipsarum peccatorum, criminum, excessuum, & delictorum de quibus ore confessi, & de corde contriti fueritis remissiones, & absolutiones apostolica auctoritate impendere valeat in tuum valeas, & earundem nominatarum, & nominandarum quælibet possit eligere confessorem, liceatque tibi, & nominatis, ac nominandis personis hujusmodi tua, ac utriusque sexus filiorum, & familiarum vestrorum matrimonia in tua, vel illarum nominatarum, vel nominandarum personarum hujusmodi domibus publice celebrare, ac inibi liberos tuos, & illarum per proprium, vel quemlibet alium Sacerdotem secularem, vel cujusvis ordinis Regularem



gularem salvis tamen juribus parochialis Ecclesiæ cujus parochiani pro tempore fueritis si ibi ille fuerint baptizari facere, necnon altare portatile cum debitis reverentia, & honore habere in quo in locis ad hæc congruentibus, & honestis etiam non sacris, & quavis etiam apostolica auctoritate non tamen ad fisci Cameræ apostolicæ pro interesse apostolicæ Sedis tantum instantiam interdictis, seu cessationis à divinis tempore dummodo tu, vel illi causam non dederitis hujusmodi interdicta, seu cessationi, nec per vos stet quominus ea propter quæ fuit appositum interdictum, seu cessatio hujusmodi exequutioni debitæ demandentur, etiam antequam elucescat dies circa tamen diurnam lucem, & post meridiem per unam oram dumtaxat tuo, & illarum arbitrio in tuorum, & cujuslibet ipsarum familiarum, parentum, amicorum, & consanguineorum astantium presentia missas, & alia divina officia quæ presbyteri etiam per se ipsos, ac etiam ipsi, & qui presbyteri non fuerint per proprium, vel alium Sacerdotem secularem, vel cujusvis Ordinis Regularem celebrare, seu celebrari facere, ac tu, & nominatæ, ac nominandæ personæ premissæ, ac illi, & illarum familiares, qui missis, & divinis officijs inibi celebrandis, etiam Dominicis, & alijs anni festivitatis, & diebus interfuerint perinde satisfaciant, ac si easdem missas, & divina officia in proprijs in quibus easdem missas, & divina officia tam ex ecclesiastico precepto, quam alias quomodolibet audire teneantur audirent, & illis inibi interessent, nec ad illa alias à quoquam inviti, cogi, aut compelli possis, & possint salvis tamen ipsarum parochialium juribus siquæ sint, & si aliquæ ex nominandis hujusmodi ad presbyteratus ordinem promotæ fuerint, ac pro tempore celebraverint in prima, & secunda missis per eas celebrandis ipse, ac missarum hujusmodi celebrationi interfuerint omnes, & singulos, easque peccatorum suorum remissiones, & indulgentias consequantur quas consequerentur si celebrationi missarum in ecclesijs in quibus illis eisdem diebus stationes in Urbe deputatæ fuerint interessent preterea quod interdicti, seu cessationis hujusmodi tempore tu, ac quælibet ex nominatis, & nominandis hujusmodi missis, & alijs divinis officijs interesse, quodque si interdicti, seu cessationis hujusmodi tempore, te aut illas, & earum quamlibet è vita decedere contigerit tuum, & earum cujuslibet ipsarum cadavera etiam cum moderata funerali pompa, & sine pulsu campanarum ecclesiasticæ tradi possunt sepulturæ, ac tibi, & illis, ac tuis illarumque familiaribus quæ eucharistiæ, & alia sacramenta quocumque anni tempore, etiam in die Paschatis Dominicæ Resurrectionis à quocumque presbytero seculari, vel cujusvis ordinis regulari, ac ubicunque malueris, & maluerint, salvis tamen rectorum parochialium Ecclesiarum in quarum parochijs te, & illas morari contigerit Curibus siquæ fuerint ipsorum Rectorum Ordinariorum locorum, seu eorum officialium, aut aliorum quorumvis licentia minime requisita recipere libere, & licite valeas, & valeant; quodque quadragesimalibus, & alijs anni temporibus, & diebus stationum Ecclesiarum Urbis, & extra eam, quæ à Christi fidelibus pro consequendis indulgentijs visitari solent unam, seu duas Ecclesias seu in altera ipsarum Ecclesiarum  
unum,

unum, vel duo altaria, seu in aliquo Oratorio, vel pro his vestrum, & illarum orationibus, seu divinis inibi audiendis deputata, vel deputanda in loco ubi te, & illas pro tempore residere contigerit visitando quas, vel quæ tu, vel illæ eligendas, vel eligenda duxeris, & duxerint, ac pro infirmis seu alias impeditis, ut premititur in tua, vel illarum domibus coram aliqua imagine ter orationem dominicam, & totiens salutationem angelicam devotè dicendo, & aliquam elemosinam alicui pauperi Christi erogando tot indulgentias, & peccatorum remissiones consequaris, & consequantur, quot consequeris, & consequerentur si singulis diebus eisdem singulas ejusdem Urbis & extra eam existentes Ecclesias protestationibus hujusmodi deputatas personaliter visitares, & visitarent, liceatque illis qui presbyteri fuerint horas canonicas diurnas, pariter, & nocturnas soli, aut cum uno, vel duobus, aut pluribus socijs, seu personis secundum usum Romanæ Ecclesiæ etiam noviter editum, & ordinatum dicere, & cum propter varia, & in seculo ingruentia negotia debitas horas persolvere, neque aut ipsas horas per unum diem naturalem antepone, & postponere dummodo quoad dicendum horas hujusmodi in choro cum alijs se conforment, preterea quadragesimalibus, & alijs anni temporibus, & diebus quibus ejus ovorum, butyri, casei, & aliorum lacticiniorum de jure, consuetudine, aut secundum statuta, & stabilimenta dictæ JESU Christi, aut cujusvis alterius militiæ, & ordinis cujus personæ predictæ nunc, & pro tempore professæ fuerint est prohibitum eisdem omni butyro, caseo, & lacticinijs, necnon diebus mercurij carnibus usitatu, & illi qui tecum quam ipsæ personæ nominatæ, & nominandæ, & qui secum in tua, & illarum mensa discubuerint etiam dictæ militiæ milites carnibus vero tua, ac nominatarum, & nominandarum personarum Uxores quotiens gravidæ fuerint, ac alias tu, & presentibus nominatæ, & nominandæ, ac uxores vestræ dumtaxat quotiens corporis vestri salutis consulendum videbitis de alternis tamen Medici consilio, reliquæ autem personæ per te nominandæ urgente necessitate, & etiam illa cessante tu, & nominatæ, ac nominandæ personæ hujusmodi quæ dictæ JESU Christi, aut alterius militiæ ordinis professæ fueritis singulis diebus veneris teneamini jejunium hujusmodi, & lacticinijs, & ceteris premissis utendo omnino pretermittere dummodo veneris diebus quibus jejunium pretermiseritis unam elemosinam ad libitum vestrum alicui pauperi, seu miserabili personæ erogare teneamini, ac diebus mercurij carnibus vesci etiam nulla ad omnia, & singula premissa diocesani loci, vel cujusvis alterius licentia requisita libere, etiam, & licite possitis, & valeatis, ac tu, & nominatæ, seu nominandæ personæ predictæ quadragesimalibus, & alijs temporibus, & diebus quibus ad jejunandum tam ex ecclesiastico precepto, quam alicui vestrum juxta consuetudines, & stabilimenta dictæ JESU Christi, & cujusvis alterius militiæ, & ordinis teneamini semel in die cibum sumendo, & etiam carnibus, & lacticinijs vescendo, seu etiam his, aut pluries comedendo, aut alias jejunium omnino pretermittendo aliqua tamen causa subsistente, & elemosinam hujusmodi erogando jejunij debito satisfecisse cencearis, & cenceantur, illisque meritum consequaris,



sequaris, & consequantur, ac si à carnibus, & alijs prohibitis abstinueritis, aut cum effectu jejunaveritis, liceatque etiam tibi, & illis quadragesimalibus, & alijs temporibus predictis jejunij ab Ecclesia, seu secundum statuta, & stabilimenta, ac observantias, & consuetudines predictas injuncti cum pane, & fructibus, ac quibuscvis alijs ex succaro confectionibus, & condimentis, seu conditis cibis etiam cum aliqua panis quantitate, absque jejunij interruptione refectiorem temporalem, seu jentaculum etiam ante prandium, & hora prandij, seu in noctibus sumere reliquum cum intellexerimus nonnullos in partibus istis Portugalliae ad ordinem minorum nuncupatorum Sancti Francisci, ac Sancti Dominici, & Sancti Hieronimi, ad ipsosque Sanctos singularem gerere devotionis affectum te, ac nominatos, & alios per te nominandos predictos qui hujusmodi affectum erga ordines, & sanctos prefatos gesserint in omnibus, & singulis suffragijs, precibus, jejunijs, orationibus, disciplinis, ac ceteris alijs bonis quae fiunt, fientque in futurum in totis universalibus eorundem Sanctorum Religionibus participes in perpetuum prout ipsorum ordinum prelati facere consueverunt facimus Confessorique predicto per te, & illas ut praefertur eligendo eandem, & facultatem, & auctoritatem in absolvendo te, & illas à criminibus, & alijs casibus superius nominatis quam dictorum Ordinum Sanctorum Francisci, & Dominici superiorum Generalis, seu ab eo deputatus in absolvendo fratres dictorum Ordinum obtinet totiens, quotiens te, vel illas confiteri contigerit concedimus, & elargimur per presentes preterea prefatis uxoribus, ac singulis mulieribus predictis, & alijs personis nominandis; quae mulieres fuerint ut solae, aut una cum quatuor, vel quinque honestis mulieribus, etiam illarum familiaribus per earum quamlibet ad earum libitum eligendis quaecumque Monasteria Monialium, cujusvis etiam Sanctae Clarae Ordinis de observantia sexcies in anno ingredi, ac cum eisdem Monialibus conversari, & refectiorem corporalem sumere, & in Domini nostri Nativitatis, & Resurrectionis, ac Pentecostes Paschatum festivitatis tantum pernoctare, vobisque, ac etiam duobus in vestro servitio pro tempore residentibus presbyteris, aut Clericis quandiu in eodem servitio permanerint, ut omnes, & singulos quorumque beneficiorum per ipsos etiam pro tempore obtentorum fructus, redditus, & proventus perinde, ac si eisdem beneficijs personaliter residerent absque conscientiae scrupulo percipere, ac in suos usus, & utilitatem convertere, ac Capellanum, seu Capellanos qui pro illis in eisdem beneficijs deservientibus ponere, & amovere, & ordinariorum locorum, vel quorumvis aliorum similiter licentia minime requisita libere, & licite possint, & valeant quique tu, ac personae hujusmodi quae dictae JESU Christi, vel cujusvis alterius militiae, & ordinis erunt loco horarum Beatae Mariae Virginis, seu orationis dominicae, & salutationis angelicae quas seu alteram illarum sexagies singuli singulis diebus, necnon diebus lunae quinquies extatutis, & consuetudinibus dicere tenearis, & teneantur vigesies orationem dominicam, & totiens salutationem angelicam dicendo perinde debito vestro satisfacias, & satisfaciant, ac si easdem horas Beatae Mariae, & totiens oratio-

orationem dominicam, & salutationem angelicam; quotiens Ratione ordinum, & militiarum hujusmodi tenearis, & teneantur integraliter singulis diebus dices, & dicerent; quodque etiam personæ ipsæ militiarum, & ordinum hujusmodi crucem habentes ex auro, seu aureis filis circumdatam, seu ornatam gestare, atque absque parvo habitu bentino vulgariter nuncupato dormire licet secundum eadem statuta, & consuetudines, vel alias crucem non nisi ex pano laneo, ac sericio gestari, & non nisi dicto parvo habitu induti dormire similiter omnes teneantur dummodo omnibus illis dormientibus dictus habitus parvus subtus cervical, seu prope, & ad manum appositus existat, ac insuper loco orationis dominicæ, & salutationis angelicæ ad quas pro anima cujusvis ordinum, & militiarum hujusmodi religiosi quando illum à presenti vita decedere contigit quinquagesis forsan dicendum, seu recitandum obligentur; quinque missas in anno pro earumdem militiarum, & ordinum religiosorum de eo anno defunctorum hujusmodi anima celebraret, seu dicerent absque conscientiæ scrupulo, ac alicujus ad præmissa licentia minime requisita etiam possint, & valeant apostolica auctoritate plenam, & liberam licentiam, & facultatem concedimus, & elargimur, ac tibi, & illis de gratia speciali indulgemus decernentes ex nunc irritum, & inane quicquid super his per quoscumque quomodolibet attentari contigerit, ac presentes literas nullo unquam tempore etiam pro instauratione Basilicæ Sancti Petri, aut contra infideles expeditionem, seu quacumque alia inexcogitabili causa suspendi, revocari, aut limitari posse, & quotiens suspendi, revocari, aut limitari contigerit, totiens reintegratas, & in pristinum statum restitutas, ac suspensionem, revocationem, & limitationem hujusmodi pro te integratione, & restitutione haberi, ac easdem literas semper à quibusvis revocationibus exceptas etiam censeri, non obstantibus præmissis, ac ordinis, & militiæ predictorum statutis, ac superiorum quorumcumque etiam predictorum ordinum, etiam mendicantium, etiam contra Abbatissas, & alias predictorum Monasteriorum personas ab eorum superioribus emanatis, seu emanandis, quæ totiens, quotiens emanaverint, relaxamus, ac easdem Abbatissas, & Moniales per presentes ab eorum mandatis absolvimus stabilimentis, usibus, & naturis, etiam juramento, etiam per te, & illos prestito quod tibi, & illis quoad presentium effectum relaxamus, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, ac apostolicis, necnon in provincialibus, & synodalibus concilijs editis generalibus, vel specialibus, constitutionibus, & ordinationibus, privilegijs, quoque indultis, & literis apostolicis ordinibus, & militijs predictis per quoscumque Romanos Pontifices, & Sedem predictam, etiam per viam generalis legis, & statuti perpetui, ac motu proprio, & ex certa scientia, & de apostolicæ potestatis plenitudine, ac cum quibusvis etiam derogatoriis derogatorijs efficacioribus efficacissimis irritantibusque, & alijs decretis, & etiam pluries concessis approbatis, & innovatis mare magnum, seu Bulla aurea, aut alias nuncupatis etiam si in eis caveatur, quod mulieres seculares, vel alias predicta Sanctæ Claræ, vel alia Monasteria etiam vigore cujusvis indulti apostolici



lici ingredi non possint, quibus omnibus etiam si pro illorum sufficienti derogatione de illis, eorumque totis tenoribus specialis specifica expressa, & individua mentio, si quævis alia expressio habenda, aut exquisita forma servanda foret, & illis caveatur expresse, quod illis nullatenus derogari possit illorum omnium tenores pro plene, & sufficienter, ac de verbo ad verbum insertis, necnon modos, & formas ad id servandos pro individuo servatis habentes hac vice dumtaxat illis, & alias in suo robore permanfuris harum serie specialiter, & expresse derogamus, ceterisque contrariis quibuscumque volumus autem ne quod absit propter huiusmodi concessionem reddatis, & reddantur procliviores ad illicita in posterum comittenda, quod si à sinceritate fidei, & unitate Romanæ Ecclesiæ, ac obedientia, & devotione Domini Papæ, & successorum ejus Romanorum Pontificum Canonice intrantium destiteritis, seu destiterint concessio, & remissio huiusmodi, ac etiam quoad illam sedem presentes literæ tibi, & illis nullatenus suffragentur; quodque idem Confessor per te, & alios nominatos, & nominandos predictos eligendus de quibus fuerit alteri satisfatio impendenda illam tibi, & illis per te, ac se si supervixerint, vel per alium, seu alios si tunc forte ab hac luce transieris, vel transierint faciendam jungat quantum, & illi facere tenearis, & teneantur, necnon quoad concessionem celebrandi ante diem huiusmodi tu, & illi parce utaris, & utantur; quia cum in altaris ministerio imolatur Dominus noster JESUS Christus qui candor est lucis eternæ congrui hoc non in noctis tenebris, sed in luce fieri, & quia difficile foret presentes literas ad singulos pervenire quemlibet ex nominatis, seu nominandis prefatis vigore presentium seorsum per se literas sub huiusmodi forma expedire posse decernimus, & declaramus, ut pro omni majori commoditate transumptis earundem presentium manu alicujus Notarii publici subscriptis, & sigillo alicujus Curiae Ecclesiasticæ, aut Prelati, seu Canonici Cathedralis Ecclesiæ sigilatis eadem prorsus fides in judicio, & extra adhibeatur quæ presentibus adhiberentur si essent exhibitæ, vel ostensæ, proviso tamen quod beneficia in quibus ipsi duo presbyteri, sive Clerici in tuo servitio existentes pro tempore non residerint debitis propterea non fraudentur obsequiis, & animarum cura in eis quibus illa moveant nullatenus negligatur, sed illorum congrue supportentur onera consueta, ac iidem Presbyteri dum ab eisdem beneficiis absentes fuerint quotidianas distributiones nullatenus percipiant. Datum Romæ apud Sanctum Petrum sub sigillo officij penitentiariæ ij. Kalend. Maij. Pontificatus Domini Pauli Papæ III. anno octavo.

O Doutor Diogo Gonçalves do Dezembargo delRey nosso Senhor Provisor, é Vigairo geral no espiritual, e temporal no Arcebispado de Lixboa pelo muito Illustre, e Reverendissimo Senhor o Senhor D. Fernando per merce de Deos, e da Santa Igreja de Roma Metropolitano Arcebispo de Lixboa do Conselho delRey nosso Senhor, e seu Capellaõ Mor, &c. A quantos esta minha Carta testemunhavel dada em publica, e autentica forma com ho trellado de hum confissionairo apostolico virem saude em Jesu Christo nosso Senhor,

nhor, e Salvador. Faço saber que por parte da muito magnifica Senhora a Senhora D. Maria de Menezes Mãe da Senhora Marqueza de Ferreyra, mulher que foi de D. Antam Capitão Moor da dita Cidade, &c. me foi apresentado hum Confessionario do nosso Senhor ho Santo Padre Paulo Papa Terceiro hora na Igreja de Deos Presidente escripto em purgaminho, e passado polla sua sacra penitenciaria sellado com o verdadeiro sello della impresso em cera vermelha dentro em caixa de folha de frandes comprida pendente per cordão de linhas vermelhas: concedido ao muito Illustre, e manifico Senhor o Senhor D. Rodrigo Marques de Ferreyra, Conde da Villa de Tentugal, &c. nom viciado, nem cancellado, nem parte de si sospeito, antes carecente de todo vicio, e sospeição, segundo per elle prima face parecia do qual proprio Confissionario original o trelado de verbo a verbo he o que fica atras, e fendome assy apresentado o dito Confessionario como dito he por parte da dita Senhora D. Maria de Menezes me foi dito que por quanto ella era huã das pessoas contheudas no dito Confissionario pera aver de guosar das graças, liberdades, inzençoens, e indulgencias nelle comteudas me pedia lhe mandasse passar o trelado do dito Confissionario em publica, e autentica forma em hua Carta testemunhavel: o que visto por mim o requerimento feito por parte da dita Senhora, e seu dizer, e pedir ser justo, e como o dito Confissionario era boõ, e verdadeiro, e sem duvida, lhe mandei passar o trelado delle em publica, e autentica forma em esta minha Carta testemunhavel pera o qual intreponho minha autoridade ordinaria com interpozição de decreto quanto com derecho posso, e devo, e mando, que a este trelado lhe seja dado tanta fee, credito, e autoridade em juizo, e fora delle como ao proprio original sem a ello lhe ser posto duvida, nem embargo algum. Dada na Cidade de Lixboa sob meu final, e sello aos nove dias do mes daguosto do anno de mil e quinhentos quarenta e tres annos; testemunhas que a todo o sobredito foraõ presentes tudo viraõ, e ouviraõ os muito honrados Pedrafonso Bacharel, e Dioguo Garcia scrivaõ, e outros.

Didacus Doctor.

E eu Alvaro Queimado Clerigo de Missa, morador na dita Cidade de Lixboa publico per Apostolica autoridade Notairo, que a todo o sobredito presente fui com as ditas testemunhas, e tudo vi, ouvi, e entendi, e este Confissionario em esta Carta testemunhavel bem, e fielmente autentiquei, e continuei com o dito Senhor Provisor, e o corroborei de meu publico, e acostumado final juntamente com o final, e sello do dito Senhor, roguado, e requerido.

Alvaro Queimado, Notairo Apostolico.



*Contrato, e transacção entre o Marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, e sua mulher a Senhora D. Eugenia, com D. Alvaro de Mello, seu sobrinho, sobre a herança da Casa de D. Rodrigo, I. Marquez de Ferreira. Authentico está no Cartorio da Serenissima Casa de Bragança, donde o tirey.*

**E**M Nome de Deos Amen. Saibaõ quantos este estormento de **Num. 15.**  
 concerto, transacção, e amiguavel composição virem, que no **An. 1553.**  
 anno do nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil quinhentos cincoenta e tres, aos dezassete dias do mes de Novembro na Cidade de Lixboa nas cazas do Senhor Pero Dalcaçova Carneiro do Conselho delRey nosso Senhor, e seu Secretario estando hy presente o Senhor D. Francisco de Mello filho do Senhor Marques de Ferreira que sancta gloria aja de huma parte em seu nome, e como Procurador da Senhora D. Eugenia, sua molher cuja procuração bastante pera ho caso de que a diante faz menção offereceo de que o trellado hiraa a diamte; e da outra parte ho Senhor D. Alvaro de Mello filho do Senhor D. Alvaro de Mello filho primogenito que foy do dito Senhor Marques, e a Senhora D. Maria de Vilhena sua Mãe como sua Tutor, e Curador, e assy a Senhora D. Maria Dalcaçova molher do dito Senhor D. Alvaro, logo por elles Senhores foy dito que depois do falecimento do dito Marques de Ferreira Pay, e Avo delles partes teveraõ demanda assy acerca do sequestro dos morgaados, terras, e rendas que ficaraõ por falecimento do dito Marques como acerca da successão, e herança dos ditos morgaados, terras, e rendas de que todo elle D. Alvaro tinha dado libello contra elle D. Francisco, e dizia lhe pertencer toda a successão da Casa do dito Marques, por ser filho do dito D. Alvaro de Mello filho primogenito do dito Marques, e que representava a pessoa do dito seu Pay, e elle dito D. Francisco dizia, que era o filho mais velho que ficara ao tempo do falecimento do dito Marques, e que andando assy as ditas duvidas, e demandas amtre elles, olhando o grande divedo que amtre sy tem, e o muito tempo que as ditas demandas podiaõ durar, e todo fim dellas ser incerto, e duvidoso, e por tirar muitos incomvinientes que se das ditas demandas podiaõ seguir, e por bem de amor, paaz, e comcordia, falaram em se comcertar, e por amtre elles aver deferemça no dito concerto, pediraõ por merce a ElRey nosso Senhor que lhes fizesse merce de mandar emtemder em os comcordar, e determinar o que a S. Alteza bem parecesse, e o dito Senhor por lhes fazer merce emtendeo nisso, e os comcertou por sua determinação per elle assinada, de que o teor de verbo a verbo he o seguinte. Manda ElRey nosso Senhor visto como D. Francisco de Mello, e D. Maria de Vilhena como Mãe, e Tutor de D. Alvaro de Mello sobrinho do dito D. Francisco pediraõ a S. Alteza que lhes fizesse merce de emtemder, e os comcordar, e determinar o que lhe bem parecesse na deferemça em que ora  
 Tom. V. Xxx ii estão

estaõ no concerto que se amtre elles tracta sobre a duvida, e demanda que amtre elles era movida acerca da successão, e eramça dos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ por morte de D. Rodrigo de Mello Marques de Ferreira, Pay do dito Dom Francisco de Mello, e Avo do dito D. Alvaro de Mello, por o dito D. Alvaro seu filho mais velho de D. Alvaro de Mello ja fallecido filho mais velho do dito D. Rodrigo de Mello Marques de Ferreira que ho dito D. Alvaro de Mello Neto do dito Marques de Ferreira aja da eramça, e successão dos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ do dito Marques seu Avo, as couzas seguintes. Das rendas que as taes couzas remderem da publicação desta determinação em diamte fl. a Villa da Rega e a Villa de Codefeiro, e ho Concelho de Carapito, e a alcaidaria mor da Villa de Vilar mayor, e os bens da beira que se chamaõ o minhocal da Ribeira, e o minhocal de cima, e ho carvalhal meao em termo da Villa de Celorico, da quimtaam da gaiteira, e as leziras de tavora, e as abitureiras em termo da Villa de Santarem, e ho reguengo de Toës com todas as mais couzas que o dito D. Francisco tener nas ditas Villas, comcelho, e couzas acima ditas, e na maneira em que as tener, e que ho que estas couzas em cada hum anno menos remderem de oitocentos mil reis dee o dito D. Francisco de Mello ao dito D. Alvaro seu sobrinho em temça de juro pera que da publicação desta determinação em diamte elle D. Alvaro aja os ditos oitocentos mil reis de remda em cada huũ anno assy pello que remderem as ditas terras, e bens como pella temça de juro que lhe mais der, e assy dee mais o dito D. Francisco de Mello ao dito D. Alvaro seu sobrinho juntamente com as sobreditas couzas dez mil cruzados em dinheiro, as quaes couzas, e dinheiro o dito D. Francisco de Mello he comtemte de dar ao dito Dom Alvaro como parece pello seu assignado junto ao auto atras escripto, e visto como pelo muito parentesco, e razão que amtre os ditos D. Francisco, e D. Alvaro seu sobrinho ha he cousa muito justa aver amtre elles neste caso concerto, e assy porver muito bem a ambas as partes pera se excusarem demandas, despesas, e outros incomvinientes que se poderiaõ seguir se a causa se ouvesse de determinar por demanda, e como o dito D. Francisco por estar em posse de toda a herança, e successão que ficou per morte do Marques seu Pay tinha rezaõ de mais arecear a semtemça, que neste caso se ouvesse de dar, e de mais sentir ho em que a tal sentença contra elle fosse, ha S. Alteza por bem, e manda que a alem do que acima he dito, que D. Alvaro de Mello aja daver da dita successão do Marques seu Avo, e lhe D. Francisco de Mello ha de dar dee mais ho dito D. Francisco ao dito D. Alvaro seu sobrinho as cazas, e moyos e toda a outra mais fazenda, que ora o dito D. Francisco de Mello tem no morgado de Sanctarem, que instituiraõ o Marques seu Pay semdo Comde de Temtuguel, e D. Lianor Dalmeyda Comdeffa de Temtuguel, sua molher, Mãy do dito D. Francisco semdo ella viva ao tal tempo, e das couzas acima ditas as que forem da Coroa averaa, e teraa o dito D. Alvaro assy, e da maneira que as ouvera de erdar, e succe-



succeder D. Alvaro de Mello seu Pay se fora vivo ao tempo da morte do dito Marques de Ferreira pollas doações que o dito Marques dellas tinha, e segumdo forma dellas, e das ordenações do Regno, e das cousas acima ditas, as que forem dos morgados patrimoniaes assy dos que ficaraõ do Marques de Ferreira como do morgado de Sanctarem que o dito Marques, e a Comdeffa sua molher instituirão ho dito D. Alvaro as averaa, e teraa em morgaado pera sy, e seus successores conforme aas instituições dos ditos morgaados sem ser obrigado a emcargos algum dos comtheudos nas ditas instituições porque os taes emcargos ficaraõ com o dito D. Francisco de Mello, o qual seraa obrigado a dar pera os ditos morgaados tanta fazemda de raiz que remda em cada huum anno outro tanto como ora remdem os bens dos ditos morgaados que se delles tiraõ, e daõ ao dito D. Alvaro, a qual fazenda que o dito D. Francisco assy ha de dar aos ditos morgaados ficaraa vinculada a elles, com as obrigações, e emcargos que tinhaõ os bens dos ditos morgaados que se ora delles tiraõ, e ficaõ ao dito D. Alvaro, e desta mesma maneira seraa o dito D. Francisco obrigado a dar pera o morgaado de Sanctarem que lhe ficou do Marques seu Pay, e da Comdeffa sua Mãy fazenda de raiz que remda em cada huum anno outro tanto como val de remda a fazenda do dito morgado que se ora delle tira, e se daa ao dito D. Alvaro, a qual fazenda ficaraa vinculada ao dito morgaado, e obrigada aos emcargos delle assy como acima he dito, que fique a fazenda que o dito D. Francisco ha de dar pera os morgaados patrimoniaes, que ficaraõ per morte do dito Marques de Ferreira seu Pay sem a fazenda do dito morgaado de Sanctarem, que o dito, e D. Alvaro ha de aver ficar obrigada a emcargos algum do dito morgaado, e o dito D. Francisco seraa obrigado a dar aos ditos morgaados a satisfação acima dita dentro de dous annos que se começaraõ do dia da publicação desta determinação em diamte, e a extimação, de liquidação que se haade fazer do que em cada huum anno vallem de remda as cousas acima ditas que haõ de ficar ao dito D. Alvaro pera se saber o que lhe D. Francisco mais haade dar em temça de juro para lhe fazer comprimento de oitocentos mil reis de remda se faraa per massa dos quatro annos passados, de quarenta e nove, cincoenta, e cincoenta e hum e cincoenta e dous, e conforme a esta determinação de S. Alteza se faraa amtre o dito D. Francisco de Mello com outorga, e consentimento de D. Eugenia sua molher, e o dito D. Alvaro seu sobrinho, com auctoridade de D. Maria de Vilhena sua Mãy, e Tutor huum contraçto de transacção com supprimento da ydade do dito D. Alvaro, e com todas as clausulas, derogações, e declarações necessarias pera o dito contraçto ser pera sempre firme, e valioso, e se lhe daraõ para o mesmo efeito as provisoens de S. Alteza que forem necessarias, no qual contraçto seraa trelladada esta determinação de S. Alteza, e feito, e acabado assy amtre elles o dito contraçto de transacção o dito D. Francisco de Mello entregaraa logo ao dito Dom Alvaro todas as doações de scripturas que tiver, e forem necessarias ao dito D. Alvaro

ro para lhe aver de ser feitas as doações das cousas da Coroa, que para bem desta determinação ha de aver; e assy lhe entregaraa o trellado em publica forma das instituições dos morgaados, e de quaesquer escripturas que a elles pertencerem, e ao dito D. Alvaro forem necessarias pera segurança da parte da fazenda que elle dos ditos morgaados ha de aver, e se lhe averem de fazer as provisoens que lhe forem necessarias, e assy mesmo lhe entregaraa logo o dito D. Francisco os dez mil cruzados que lhe ha de dar, e dentro de dous mezes se faraa a liquidação da valia das rendas das cousas que haõ de ficar a D. Alvaro pera se saber a comtia da temça de juro que lhe D. Francisco de Mello ha de dar para comprimento dos oitocentos mil reis e tanto que a dita liquidação for feita, daraa o dito D. Francisco ao dito D. Alvaro a temça que se achar que lhe mais deve de dar pera ser feito padraõ della ao dito D. Alvaro, e tendo D. Francisco satisfeito ao acima dito se lhe farão doações em forma per successão das mais cousas da Coroa que ficaraõ do Marques seu Pay assy de juro como em vida segundo per bem de suas doações, e provisoens lhe pertencerem, e lhe seraa alevantado o socresto que lhe he posto nas rendas das cousas que se lhe mandaraõ socrestar, e lhe seraa entregue o dito rendimento como o ouvera daver, se o dito socresto lhe nom fora feito, e em cada huuã das doações, e das cousas da Coroa, e das provisoens que tocarem aos morgaados que se ouverem de fazer assy ao dito D. Francisco como ao dito D. Alvaro hiraa trelladado o dito contracto, e transacção, que se antre elles ha de fazer, e manda S. Alteza que se fação dous alvaras de hum theor com o trellado desta sua determinação, e que se dê hum a D. Francisco de Mello, e outro a Dom Alvaro de Mello, em Lixboa a vinte e quatro de Março de mil e quinhentos e cincoenta e tres. A qual determinação parecia ser escripta por Manoel da Costa escriptvaõ da Camera delRey nosso Senhor, e assignada por S. Alteza. E vista esta determinação de S. Alteza per elles partes, e que S. Alteza mandava que a extimação, e liquidação que se avia de fazer do que valiaõ de renda as cousas acima ditas que aviaõ de ficar ao dito D. Alvaro se fizesse por massa dos quatro annos passados elle D. Alvaro teve duvida sobre a massa ser dos ditos quatro annos somente, e sobre ello apontaraõ peramte S. Alteza de sua justiça, e S. Alteza por tirar a dita duvida, e outras as tirou pella determinação seguinte. Manda ElRey nosso Senhor vista a duvida, e differença que antre D. Alvaro de Mello, e D. Francisco de Mello seu Tio ha sobre os annos de que se avia de fazer massa do rendimento das rendas que per bem da determinação de S. Alteza ficaõ com o dito D. Alvaro aa comta dos oitocentos mil reis de renda que cada anno ha de aver; e vistas as comthias declaradas nos escriptos aqui offerecidos porque as ditas rendas foraõ aremdadas, e o que as partes sobre yssõ alegaraõ, e paara que acerca da liquidação do rendimento das ditas rendas nom aja mais duvida antre as ditas partes que o dito D. Alvaro aja as ditas rendas, e comthia de quinhentos e quarenta mil reis de renda em cada huũ anno,



anno, e os dozentos e sessenta mil reis que falecem pera comprimento dos ditos oitocentos mil reis lhe daraa o dito D. Francisco em temça de juro como S. Alteza pella dita determinação tem mandado em Lixboa a vinte e tres dias de Outubro de mil e quinhentos e cincoenta e tres, a qual determinação outro sy parecia ser escripta pelo dito Manoel da Costa escriptvaõ da Camara delRey nosso Senhor, e assignada per S. Alteza. E vistas as ditas determinações do dito Senhor dixerão elles partes que as acceptavaõ, e aviaõ por boas assy, e da maneira que nellas se conthem, e per via de concerto, e transacção eraõ comtemtes de estar por todo o comtheudo nas ditas determinações dizendo logo elle dito Senhor D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher que doje pera sempre por bem desta transacção, e das ditas determinações era comtemte, e lhe apraz que ho dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho aja da herança, e successão dos ditos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ do dito Marques as cousas seguintes, e as remdas que as taes cousas renderaõ desde vinte e quatro dias de Março passado do presente anno em diamte: ff. a Villa da Rega, e a Villa do Codiceiro, e o Concelho de Carapito, e a alcaydaria moor da Villa de Villarmayor, e os bens da Briza que se chamaõ o minhocal de cima em termo de Celorico, e o Carvalhal meao em termo da Cidade da Guarda, e a quintaã da gateira das leziras de Tavora, e as abitureiras em termo da Villa de Sanctarem, e o Reguengo de Tões com todas as mais couzas que elle Senhor D. Francisco tem nas ditas Villas da Rega, e Codiceiro, e Concelho de Carapito, e cousas acima ditas que dos ditos morgaados tem em Sanctarem, e seu termo tirando o padroado da Igreja de S. Matheus de Sanctarem, e assy as mais cousas outras dos ditos morgaados, que estiverem fora de Sanctarem, Golegaã, Pernes, Cartaxo, Azinhaga, Almeyrim, e seus termos, que estas destes logares soamente ficaõ com o dito Senhor D. Alvaro, e todas as outras com o dito padroado de S. Matheus que forem dos ditos morgaados ficaõ com elle Senhor D. Francisco, e seus erdeiros, e successores, e ha por bem elle Senhor D. Francisco, que o dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho, e seus successores ajaõ as ditas Villas, e Concelho, e cousas sobreditas assy, e na maneira que as elle Senhor D. Francisco tem, e melhor se com direito as poder aver, as quaes cousas todas que saõ as comteudas na dita primeira determinação do dito Senhor, S. Alteza depois da dita determinação quis mandar liquidar ho que remdiaõ as ditas cousas, e vistos os escriptos delles partes mandou para hy fazer liquidação, e extimação do que as ditas cousas podiaõ render fazendo massa dos annos que a S. Alteza bem parecer, e pella dita segunda determinação determinou as ditas cousas renderem quinhentos e quarenta mil reis, e que nelles as tomasse o dito Dom Alvaro, e que pera comprimento dos oitocentos mil reis comteudos na dita primeira determinação lhe desse elle Senhor D. Francisco dozentos e sessenta mil reis de juro dos que S. Alteza vemde a retro, dizendo mais elle Senhor D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia

nia sua molher que elle daa, e paga ao dito Senhor D. Alvaro os ditos oitocentos mil reis conteudos na dita primeira determinação pela maneira seguinte: fl. quinhentos e quarenta mil reis pelas rendas das ditas Villas, e coufas na dita determinação nomeadas, e per dozeentos e sessenta mil reis de juro a retro dos que o dito Senhor vemde, de que lhe daraa hum padrao de S. Alteza, e em quanto lhe não der o dito padrao dos ditos dozeentos e sessenta mil reis que se obriga a lhe dar dentro de hum anno lhos daraa das suas rendas da sua Villa do Cadaval, e assy approuve mais a elle Senhor D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora sua molher de dar ao dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho a alem das sobreditas coufas dez mil cruzados em dinheiro, e as cascas, e moyos, e toda a outra mais fazenda que ora elle Senhor D. Francisco tem em Sanctarem, Golegaam, Pernes, Almeirim, Azinhaga, Cartaxo, e seus termos, do morgaado que instituirão ho dito Senhor Marques seu Pay sendo Comde de Tentuguel, e a Senhora D. Lianor Dalmeida Comdesa sua molher Mãe delle dito Senhor D. Francisco, sendo ella viva ao tal tempo, como se na determinação do dito Senhor comtem, e de todas as coufas acima ditas, na dita determinação, e nomeadas as que forem da Coroa averaa, e teraa o dito Senhor Dom Alvaro, e seus successores assy, e da maneira que as ouvera de herdar, e succeder D. Alvaro de Mello seu Pay que sancta gloria aja, se fora vivo ao tempo da morte do dito Marques de Ferreira, pelas doações que o dito Marques dellas tinha, e segundo forma dellas, e das ordenações do Regao; e das mais coufas acima ditas que lhe mais assy daa conforme aa dita determinação desta transacção as que forem dos morgaados patrimonias que estiverem em Sanctarem, Golegaam, Pernes, Cartaxo, Azinhaga, Almeirim, e seus termos, assy das que ficarao do dito Marques como das coufas do morgaado de Sanctarem, que o dito Marques, e Comdesa sua molher instituirão na maneira acima declarada o dito Senhor D. Alvaro as avera doje pera sempre, e teraa em morgaado pera sy, e seus successores conforme aas instituições dos ditos morgaados sem elle Senhor D. Alvaro nem seus successores serem obrigaados a emcargos algum dos conteudos nas ditas instituições, e de quaesquer outros que per razão dos ditos morgaados se ouvessem de cumprir porque todos os ditos emcargos ficao a elle Senhor D. Francisco em fazenda de raiz que ha de dar, e applicar dentro no tempo conteudo na dita determinação que renda em cada hum anno outro tanto como ora rendem os ditos bens acima nomeados que se tiraao dos ditos morgaados patrimonias, e per bem da dita determinação elle Senhor D. Francisco por esta transacção daa ao dito Senhor D. Alvaro, e ficaraa a fazenda que elle Senhor D. Francisco ha de dar com a mais que lhe fica dos ditos morgaados vinculada aos ditos emcargos, e obrigações que tinhaao os bens dos ditos morgaados, que se ora delles tiraao, e ficaao ao dito Senhor D. Alvaro per bem da dita determinação, e desta transacção; e dixe logo elle Senhor D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora sua molher que doje pera sempre desiste



te das ditas Villas, Concelho, e coufas, e bens dos ditos morgaados patrimoniaes conteudos na determinação do dito Senhor pella maneira nesta transacção conteudo, e renuncia todo direito, aução, posse, propriedade que nelles, e em cada hum delles tem, e pode ter, e todo daa, cede, e trespassa no dito Senhor D. Alvaro seu sobrinho, e seus successores assy, e pela maneira que se comtem nas doações, titolos, e instituiçoens das ditas coufas, e como as o dito Marques tinha, e lhe podia pertencer por qualquer via, e maneira, e logo lhe entregou elle Senhor D. Alvaro as doações, e escripturas que tem das ditas coufas na dita determinação nomeadas pera lhe serem feitas doações das coufas da Coroa, que per bem da dita determinação, e desta transacção ha de aver, e assy lhe entregaraa mais elle Senhor D. Francisco ho trellado em pubrica forma das instituiçoens dos ditos morgaados pera elle Senhor D. Alvaro, e seus successores saberem como se haõ de erdar e succeder, e pera terem pera segurança da parte que nelles tem, e lhe ficaõ por esta transacção, e determinação de S. Alteza. Quanto aos dez mil cruzados acima ditos que lhe avia de dar em dinheiro approuve a elles partes que em quanto elle Senhor D. Francisco lhos nom desse, lhe dar em cada hum anno dozentos e cincoenta mil reis pagos nas remdas do Cadaval, e nom abrangendo as remdas da dita Villa a estes dozentos e cincoenta mil reis, e aos dozentos e sessenta sobreditos ho que faltar averaa elle Senhor D. Alvaro pelas remdas da Villa Dalvayazer com condição que todas as vezes que o dito Senhor D. Alvaro quizer os ditos dez mil cruzados em dinheiro, elle Senhor D. Francisco feraa obrigaado a lhos dar dentro em trinta dias, e nom os dando no dito termo que elle Senhor D. Alvaro, ou seus successores os possaõ tomar a caimbo como amdar na praça, e dandolhos ficaraa desobrigado de dar os ditos dozentos e cincoenta mil reis, e com condição que elle Senhor D. Alvaro possa poer recebedor nos ditos logares em que se ha de fazer o pagamento pera arrecadar os ditos dinheiros de quaesquer pessoas que os ouverem de pagar, e logo pelo dito Senhor D. Alvaro de Mello foy apresentado hum alvaraa do dito Senhor porque a elle, e aa Senhora D. Maria Dalcagova sua mulher supprio a idade, e os ouve por mayores de vinte e cinco annos pera poderem fazer esta transacção com todas as renunciaçoens, e clausulas necessarias de que ho theor tal he. Eu ElRey faço saber aos que este meu alvaraa virem que D. Francisco de Mello, e D. Maria de Vilhena como Mãe, e Tutor de D. Alvaro de Mello sobrinho do dito D. Francisco me pediraõ que lhes fizesse merce de emtemder em os comcordar, e determinar o que me bem parecesse na differença em que estavaõ no concerto que se amtre elles tractava sobre a duvida, e demanda que amtre elles era movida acerca da erança, e successão dos morgaados, terras, e remdas que ficaraõ por morte de D. Rodrigo de Mello Marques de Ferreira, Pay do dito D. Francisco de Mello, e Avo do dito D. Alvaro de Mello, e eu por lhes fazer merce entendi nisso, e determinei o que me pareceo que o dito D. Alvaro avia daver da herança, e successão dos ditos

morgaados, terras, e remdas que ficaraõ do dito Marques feu Avo, e que todo ho mais ficasse ao dito D. Francisco de Mello segundo mais inteiramente se contem em sua determinação por mym assignada que mandey que se trelladasse no contraçto de transacção que se faria amtre o dito D. Francisco de Mello com outorga, e comsentimento de D. Eugenia sua molher, e o dito D. Alvaro seu sobrinho com auctoridade da dita D. Maria de Vilhena, sua Mãy, e Tutor, e com supplimento de idade do dito D. Alvaro, e com todas as clausulas, derogações, e declarações necessarias pera o dito contraçto ser sempre firme, e valioso, e que eu lhe mandaria dar pera o dito effeçto as provisoens que fossem necessarias, a qual determinação foi feita a vinte e quatro dias do mes de Março deste anno presente de quinhentos e cincoenta e tres, e porque o dito D. Francisco de Mello, e D. Maria de Vilhena, e D. Alvaro me inviaraõ dizer que pera o dito contraçto de transacção que se assy amtre elles aade fazer ser firme, e valioso pera sempre era necessario eu supprir a ydade do dito D. Alvaro, e o fazer mayor de vinte e cinco annos, e da licença que jurem todas as partes o dito contraçto, e que contra elle, nem cousa alguma do nelle contheudo nom possaõ nunca hir, nem pedir restitução, nem dizer em que saõ enganados aquem, nem aalem dametade do justo preço, e que possaõ renunciar a ordenação do quarto livro dametade do justo preço, e todas as leis, e direitos, que permitem se restituirem os menores, e mayores que saõ lesos em muita ou pequena quantidade, e todas as outras leis, e ordenações assy da ley mental, como quaesquer outras que forem contra o contraçto da dita transacção que se amtre elles fezer, posio que as taes leys, ou ordenações sejaõ taes de que seja necessario fazer expressa, e de verbo a verbo menção, e derogação eu ey por bem, e me praz que a dita transacção se faça amtre os sobreditos assy, e pela maneira que na dita minha determinação he contheudo, e com as mesmas clausulas que lhes bem parecer e concordarem. E por quanto o dito D. Alvaro he menor de vinte e cinco annos por ser soamente de quinze annos, e nom pode fazer a dita transacção, nem menos a dita D. Maria de Vilhena, sua Mãy, como sua Tutor, e Curador que he pode fazer a dita transacção, eu de meu proprio moto, certa sciencia, poder Real, e absoluto suppro, e ey por supprida a idade que ao dito D. Alvaro de Mello falece, e ho ey por mayor de vinte e cinco annos, e que possa fazer a dita transacção com todas as clausulas, e renuncições necessarias pera ser pera sempre valiosa, como se passara dos ditos vinte e cinco annos, e bem assy me praz que a dita D. Maria de Vilhena sua Mãy possa comsentir no dito contraçto de transacção assy, e pella maneira que acima he declarado, e com todas as mais clausulas que pera firmeza delle forem necessarias, e amtre elles partes forem afemtadas, e possaõ renunciar as leys, e ordenações que em contrairo forem ainda que sejaõ taes que se defemda as poderem renunciar, e que prometaõ os menores, e mayores de se nom restituirem assy per clausula geral, como especial, e ainda que possaõ dizer que saõ enganados em mais dametade do



do justo preço, e sem embargo da ordenação do quarto livro titulo trinta que ha por nenhua a tal renunciação dametade do justo preço, e assy me praz de supprir o defeito do consentimento de D. Rodrigo filho mais velho do dito D. Francisco de Mello que samente he de ydade de dous annos pouco mais, ou menos, e não tem ydade pera consentir; e pera mayor firmeza de tudo isto me praz que os ditos D. Francisco de Mello, e D. Eugenia, e D. Alvaro de Mello, e D. Maria de Vilhena possaõ jurar, e afirmar por juramento o dito contraçto de transacção, e cousas que nelle concertarem, e assentarem; e assy possaõ jurar todos, e cada hum delles per sy que nom pediraõ restituicção do dito contraçto, nem de clausula alguma nelle conteuda per sy, nem por outrem, nem relaxação, nem absolvição do dito juramento ao Sancto Padre, nem a quem seu poder tenha, e ainda que lha dem de seu officio a nom tomem, e dou poder a qualquer Tabaliaõ que possa fazer o dito contraçto de transacção com o dito juramento sem embargo da ordenação do quarto livro titulo terceiro que nenhuum faça contraçto, nem destrato em que ponha juramento, ou boa fee, e das penas delle, e quero de minha certa sciencia poder Real, e absoluto, que as ditas partes, nem alguma dellas, nem seus successores não possaõ contra cousa alguma do nelle conteudo, ser ouvidos em juizo, nem fora delle, porque desde agora pera emtaõ lhes denego as auçoens, porque minha vontade he que o dito contraçto em todo se cumpra inteiramente sem embargo de todas as leys, ordenações, usos, e costumes, e ystilos em contrario ainda que tenhaõ clausulas derogatorias, e se requeira que dellas, e do theor dellas se faça expressa menção, e sem embargo da ley mental, e de todos, e de cada hum dos Capítulos della que em contrario disto sejaõ ainda que tenhaõ clausulas derogatorias de que se aja de fazer expressa menção porque todo ey por quebrado, e derogado pera que este alvaraa, e contraçto de transacção que se amtre elles ha de fazer valha o mais efficaçmente que possa ser, e como nelle for comtiudo posto que das ditas leys, e ordenações, usos, e costumes, estilos, e cousas sobreditas que em contrario deste alvaraa, e do dito contraçto sejaõ, e do theor, e sustancia dellas se ouvesse de fazer expressa menção, e sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo quarenta e nove que diz que se nom emtemda ser derogada ordenação alguuã per mim se da iustancia della nom fizer expressa menção, e pera mais firmeza eu confirmarey o dito contraçto com todas as mais clausulas necessarias, e ainda que o nom confirme seraa valioso assy, e da maneira, e com as clausulas que amtre elles partes forem assentadas, e aqui saõ theudas, e ey por bem que este alvaraa valha, e tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome per mim assignada, e passada per minha Chancellaria sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte que diz que as cousas cujo effecto ouver de durar mais de hum anno passem por Cartas, e passando per alvaras nom valhaõ, e vale-raa outro sy posto que nom seja passada pella Chamcelaria sem embargo da ordenação que manda que os meus alvaras que nom forem

passados pella Chamcellaria se nom guardem ; Jorge da Costa o fez em Lixboa a quatro dias de Julho de mil quinhentos e cincoenta e tres , Manoel da Costa o fez escrever.

REY.

Sobescripção , alvaraa pera V. Alteza ver a postila.

E por quanto depois deste meu alvaraa D. Alvaro cazou , e he cazado com D. Maria Dalcaçova , filha de Pero Dalcaçova do meu comselho , e meu Secretario , e por a dita D. Maria ser de treze annos , e menor de vinte annos , pelo que podia por bem de minha ordenação pedir restituição assy nos comtratos , como nos Juizes , e a tal restituição aproveitaria ao dito D. Alvaro seu marido posto que fosse mayor de vinte e cinco annos , ey por bem , que a dita D. Maria possa outorgar no concerto da transacção que o dito sen marido fez do comteudo neste alvaraa , e ho jurar com todas as clausulas obrigaçoens , e derogaçõens nelle comteudas , e fazer todo o que o dito seu marido por bem deste alvaraa atraz escripto pode fazer sem numqua poder pedir restituição sem embargo da ordenação do terceiro livro titulo oitenta e sete que diz que a molher casada , menor de vinte annos possa pedir restituição , e que aproveite ao marido porque sem embargo da ordenação , e de todas as outras comtheudas , e alegadas neste alvaraa atras , e da ordenação do segundo livro que diz que nom abaste geral derogação , se da sustancia de cada huuã nom fazer expressa menção me praz que a dita D. Maria possa consentir no dito concerto , e ho jurar , e fazer em todo o que o dito seu marido por bem do dito alvaraa fez ; e mando que esta apostilla se cumpra , posto que não seja passada pella Chamcellaria sem embargo da ordenação em contrario , Jorge da Costa a fez em Lixboa a dezasseis de Novembro de mil quinhentos cincoenta e tres , Manoel da Costa ho fez escrever.

REY.

Pello que dixerão o dito Senhor D. Alvaro , e a dita Senhora D. Maria Dalcaçova sua molher que elles avião por boa a determinação do dito Senhor , e acceptavaõ todo o que nella , e neste concerto de transacção lhes o dito Senhor D. Francisco dava , e se avião por entregues , pagos , e satisfeitos pelas ditas Villas , Comcelho , e coufas , e bens dos ditos morgaados acima nomeados , e assy pollas ditas doaçõens , e escripturas , e instituiçoens , e dez mil cruzados , e quer as coufas nomeadas na dita determinação , e nesta transacção que lhes elle Senhor D. Francisco daa renda muito mais , ou menos elle Senhor D. Francisco não seraa obrigado a fazerlhe boa a dita remda fomite o crescimento , e deminuição seraa do dito Senhor D. Alvaro , e a dita Senhora D. Maria sua molher deraõ por quite , e livre ao dito Senhor D. Francisco e a seus successores de todas as mais remdas , morgaados , Villas , terras , e todas coufas outras que ficaraõ do dito



dito Marques assy patrimonias como de vida, e de juro que nom som exprimidas na dita determinação pera elle Senhor D. Francisco, e seus successores as averem, e terem, e possuirem como as tiverão, e possuirão se elle Senhor D. Francisco fora o filho primogenito do dito Marques, seu Pay, e dixerão elles Senhores D. Alvaro, e D. Maria sua molher em seus nomes, e de todos seus successores, e herdeiros que desistiaõ, como defeito desistiraõ de todo direito, e aução que tinhaõ, e podiaõ ter na successão de todos os morgados, terras, rendas, e cousas que ficaraõ do dito Marques, dizendo logo que doje pera sempre renunciavaõ toda lite, direito, auções activas, e passivas, utiles, e directas, e ho officio de Juiz que tinhaõ, e podiaõ ter em todas as outras mais cousas, morgaados, e terras, e rendas assy em vida como de juro, como patrimonias que ficaraõ do dito Marques seu Avo, tirando as sobreditas acima nomeadas que lhe per bem desta transacção ficaõ, e todo cedem, e trespassaõ no dito Senhor D. Francisco seu Tio, e em seus successores assy, e da maneira que ao dito Senhor D. Francisco seu Tio, e a seus successores podiaõ sem nenhuã duvida pertencer senom ouvera o dito Senhor D. Alvaro seu Pay primogenito, e elle Senhor D. Francisco fora o primogenito que o dito Senhor Marques seu Pay tivera pera que o dito Senhor D. Francisco, e seus successores todo tenhaõ, ajaõ, e possuyaõ, e lhe sejaõ feitas as doações necessarias de todas as mais Villas, morgaados, rendas, e cousas que do dito Marques ficaraõ assy da Coroa, como patrimonias assy, e da maneira como se aqui todas fossem expressas, e nomeadas, porque elles Senhores D. Alvaro, e D. Maria sua molher saõ contentes com as ditas cousas nomeadas na dita determinação, e dadas por esta transacção, e todas as mais, e das auções que pera elles tem, e podem ter doje pera sempre, por sy, e seus herdeiros, e successores desistem, e querem, e haõ por bem que as aja ho dito Senhor D. Francisco, e seus successores conforme aas doações, e instituições, que do dito Marques ficaraõ, e melhor se melhor com direito as poder aver; e a dita Senhora D. Maria de Vilhena como Mãe, e Tutor, e Curador que foy do dito Senhor D. Alvaro seu filho dixe, que consentia na dita determinação, e transacção assy, e da maneira que se nella contentem; e por aqui ouveraõ elles partes todos assy o dito Senhor D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora sua molher, e os ditos Senhores D. Alvaro, e sua molher, e a dita Senhora D. Maria de Vilhena, sua Mãe este contraõ de transacção por feito, e acabado, e dixerão todos juntos, e cada hum por sy, que todo o acima contheudo o aviaõ por bem, e por bom firme, e valioso, e assy o outorgavaõ, e affirmavaõ, e approvavaõ, e prometiaõ de todo pera sempre comprirem, e mantherem, e guardarem com todas as clausulas, obrigações, e declarações na dita determinação, e nesta transacção contheudas per sy, e seus herdeiros, e successores, e renunciaraõ elles partes todos, e cada hum per sy todas leys, ordenações, direitos, stilos, costumes, e assy a ordenação da ley mental, e todos os Capitulos della que em contrairo forem, como se todas, e cada huã

huá dellas de *verbo ad verbum* aqui fossem especificadas, e renunciadas per elles partes, e que posto que fosse cada hum delles partes leso, e enganado nesta transacção em muita, ou grande quantidade, posto que fosse aalem dametade do justo preço que nom se possa chamar leso, nem pedir restituicção ordinaria, ou extraordinaria, nem por clausula geral, nem especial, nem per officio de Juiz porque todas as leys, ordenaçoens, e dereitos, estilos, usos, e costumes que o tal permitem, todas desde agora pera sempre, renuncião como se todas aquy fossem especificadas, e renunciadas ainda que tenhaõ clausulas derogatorias, e que se nom possaõ renunciar porque todo renunciavaõ per bem do alvaraa do dito Senhor que lhes pera o assy poderem fazer, e renunciar comcedeo, e queriaõ que pera sempre este concerto de transacção, e clausulas delle inteiramente se comprissem, e stipularaõ, e acceptaraõ todos elles partes todo ho comtheudo neste concerto hum do outro, e outro do outro, e obrigaraõ pera todo ho que dito he, e todo comprir todos seus bens moveis, e de raiz avidos, e por aver, e prometeraõ por sy, e seus erdeiros, e succellores de nunca em juizo, nem fora delle de feito, nem de direito hirem, nem atentar de hir contra ho comtheudo na dita determinacção, e nesta transacção, e atemtando em juizo, ou fora delle de feito, ou de direito contra cousa alguma do comtheudo na dita determinacção, e nesta transacção cada huá das partes pagar vinte mil cruzados douro aa outra parte, e de perder todo direito, e aução que nas cousas que a cada hum por esta transacção fiqua pera ho outro, e que por este mesmo feito as perca pera ho outro tanto que atentar hir contra cousa alguuã do comtheudo nesta transacção, e ainda que em juizo queira cada hum delles partes, ou seus herdeiros per qualquer maneira hir contra ho comtheudo nesta transacção não seja ouvido, e se lhes denegue a audiencia, e aução, e toda via imcorra nas ditas penas aalem de nom poder ser ouvido em juizo, nem fora delle; e levadas as ditas penas, ou nom levadas sempre as ditas determinaçoes, e esta transacção fiquem firmes, e valiofas como se nellas contem; e declararaõ elles partes que todas as rendas do sequestro que se fez per mandado de S. Alteza, assy das cousas acima nomeadas que ficaõ com elle Senhor D. Alvaro como das que ficaõ com elle Senhor D. Francisco que foraõ pello dito Senhor mandadas sequestrar, e entregar a Lucas Giraldes como Depositario todas as taees rendas do dito sequestro assy as que ja estiverem em poder do dito Lucas Giraldes como as que se ainda deverem de todo o tempo do dito sequestro ficaõ com elle Senhor D. Francisco por bem desta transacção, e soamente levará elle Senhor D. Alvaro o que renderem as ditas cousas que lhe nesta transacção daõ desde vinte e quatro dias de Março passado do presente anno em diante, e todo o mais he, e fica a elle Senhor D. Francisco como cousa sua propria, e exempta pera a poderem mandar arrecadar e fazer della como de cousa sua; e approuve a elles partes que o dito Senhor D. Alvaro por sy, e por quem elle quiser possa tomar, e mandar tomar posse das ditas Villas, e couzas acima nomeadas que pela determinacção



ção de S. Alteza, e per esta transacção lhe ficaõ sem mais auctoridade de justiça nem consentimento delle Senhor D. Francisco, porque quanto a todas as outras mais cousas dos ditos morgaados, e terras que ficaraõ do dito Marques tem elle Senhor D. Francisco ja tomada a posse, que tomou tanto que o dito Marques faleceo, as quaes posses elles Senhores D. Alvaro, e sua molher, e Mãy haõ por boas, e valiosas, e lhes apraz que elles, e seus successores as continuem, e se for necessario tomar outras de novo as possa tomar por sy, e por quem quizer, e pera mais abastança, e firmeza deste contracto de transacção, e de todo o nelle comtheudo dixerãõ elles Senhores D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher per bem da dita procuração pera ello abastante, e os ditos Senhores D. Alvaro, e sua molher, e a dita Senhora D. Maria de Villhena sua Mãy que per bem da dita licença que tem do dito Senhor pera fazerem, e jurarem este contracto juravaõ como de feito elles partes logo cada hum per sy perante mim Tabaliaõ, e testemunhas abaixo nomeadas juraraõ aos Sanctos Evangelhos em que poseraõ suas mãos dereitas que haõ este concerto de transacção acima comtheudo por bom, firme, e valioso com todas as clauzulas, renunciadoes, penas, e obrigaçoens nelle contheudas, e assy juraraõ que nunca pediraõ restitução deste concerto, nem de clausula alguma nelle comtheuda per sy, nem per outrem, nem relaxação, ou absolução do dito juramento ao Sancto Padre, nem a outro que seu poder tener, ou pera isso poder tenha, e ainda que lha dem de seu officio a nom tomem elles partes, nem seus successores, e pedem por merce a El-Rey nosso Senhor que de seu proprio moto, certa sciencia, poder Real, e absoluto confirme esta transacção com todas as clausulas, penas, e obrigaçoens nella contheudas, com todas as derogaçãoens das leys, ordenaçãoens, direitos, costumes, e estilos que em comtrairo forem, e da ordenação do segundo livro, titolo vinte que diz que nom abaste geral derogação se da sustancia de cada huã se nom fizer expressa menção, e em quanto nom for confirmada esta transacção feraa pera sempre firme, e valiosa como se nella comthem; e por quanto amtre as doaçãoens que elle Senhor D. Francisco entregou ao dito Senhor D. Alvaro he huã em que se contem Ferreira, Carapito, e Villar mayor declararaõ elles partes que Ferreira fica com o dito Senhor D. Francisco, e lha entregou por hirem nella os outros Lugares, e se faraa pella dita doação a cada hum sua do com que ficaõ apartadamente, e em testemunho de verdade assy o outorgaraõ, e mandaraõ ser feito este estormento, e delle pediraõ cada hum seu, e dous, e tres, e os que lhes comprirem, e prometeraõ a mim Tabaliaõ, como a pessoa publica stipulante, e acceptante em nome de todas as pessoas a que este contracto, e transacção toca, e pertemce, ou possa ao diante tocar, e pertemcer per qualquer modo a esto ausentes de ho assy comprirem, e manterem como dito he; seguesse o trellado da Procuração da dita Senhora D. Eugenia de que acima faz menção. D. Eugenia, &c. faço saber aos que esta minha procuração virem, que eu faço meu Procurador no melhor modo, e

manei-

maneira que possa ser com libera, e geral administração ao Senhor D. Francisco meu Senhor pera que elle em meu nome possa fazer todos, e quaesquer concertos, pactos, e transacções que lhe aprouver, e por bem tiver com D. Alvaro seu sobrinho, e seus Tutores, e Curadores sobre as demandas, e preitos que esperão trazer sobre as terras, e bens, e morgaados de juro que ficaraõ por falecimento do Senhor Marques, seu Pay que Deos tem, Avo delle dito seu sobrinho, e que possa por virtude do dito contrato, e transacção soltar, e pagar do dinheiro do socresto a parte, ou partes que quizer, e por bem tiver, e que no dito contracto, e transacção possa jurar qualquer juramento que necessario for pedido, ou requerido pera firmeza do dito contracto, e que todo o que por elle dito seu Procurador for feito, affirmado, e outorgado, e soltado pera firmeza do dito contracto eu ho ey por firme, e valioso pera sempre assy, e da maneira que ho eu faria, e affirmaria sendo presente, com poder de substabelecer outro Procurador, ou Procuradores sob obrigação de minhas rendas que pera isso obrigo, e por certeza mandey ser feita esta per mim assignada em Villa-Viçosa aos vinte e oito dias de Mayo, Francisco Fernandes a fez de mil quinhentos cincoenta e tres.

D. Eugenia. E sendo trelladada a dita procuração as ditas partes outorgaraõ, e assignaraõ este estormento pello modo, e maneira que nelle he declarado, e as determinaçoens acima trelladadas se treladaraõ de hum auto que ElRey nosso Senhor mandou fazer a Manuel da Costa escriptvaõ da sua Camara onde estavaõ as proprias determinaçoens assignadas por S. Alteza, ho qual auto o dito Manuel da Costa mandou mostrar pera se concertarem os ditos trellados com as proprias, e logo lhe foy tornado depois de serem concertados, e posto que este estormento foy continuado aos dezaßete dias do dito mes de Novembro se outorgou, e assignou aos dezoito dias do dito mes de Novembro pellos ditos Senhores D. Alvaro, e D. Maria Dalcaçova sua molher, e pela dita Senhora D. Maria de Vilhena, sua Mãe, fomite que ao assignar, e outorgar deste estormento foraõ presentes, e por o dito Senhor D. Francisco naõ ser presente ao outorgar, e assignar deste estormento dixerãõ que outorgaraa por hum termo que se faraa a diante, e ho dito alvaraa delRey nosso Senhor e a dita procuração da dita Senhora D. Eugenia ficaraõ em poder de mim Tabaliaõ, e prometerãõ os ditos Senhores D. Alvaro, e D. Maria Dalcaçova sua molher, e a dita Senhora D. Maria de Vilhena sua Mãe a mim Tabaliaõ como a pessoa publica estipulante, e acceptante em nome do dito Senhor D. Francisco, e de outras quaesquer pessoas a que esto toque, ou possa tocar, e pertencer por qualquer modo a esto absentes de ho assim comprirem, e manterem como dito he; testemunhas que presentes foraõ Diogo Lopes, Cavalleiro fidalgo da Caza delRey nosso Senhor, e Manuel Fragozo Escudeiro fidalgo da Caza do dito Senhor, e Andre Amado outro sy Escudeiro fidalgo da Caza do dito Senhor, e Diogo Baracho Cavaleiro fidalgo da Caza do dito Senhor cortesaõs, e eu Amrique Nunes Tabaliaõ que esto escrepvi. E depois desto logo nos ditos dezoito dias do dito

mes



mes de Novembro do dito anno de mil quinhentos cincoenta e tres na dita Cidade de Lixboa, e Cazas do dito Senhor Dom Francisco de Mello estando sua Senhoria hy presennte logo per mim Tabaliaõ lhe foy mostrado, e lido de *verbo ad verbum* este estromento de concerto, e transacção atras escripto, e visto, e ouvido por ello dixe que em seu proprio nome, e da dita Senhora Donna Eugenia sua molher como seu Procurador que he por virtude da dita procuração atras treladada acceptava como de feito acceptou o dito concerto, e transacção, e outorgou, e consentio nelle com todas as clausulas, condicoens, penas obrigaçoens, e renunciçoens assy, e pella maneira que com elle Senhor D. Francisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher hia continuado, e jurou logo hy per virtude do dito alvara perante mim Tabaliaõ, e testemunhas abaixo nomeadas em seu nome proprio, e como Procurador que assy he da dita Senhora D. Eugenia sua molher per virtude da dita procuração aos Sanctos Evangelhos em que pos a sua mão direita em hum livro de rezar que os tinha, e pelo dito juramento prometeo de elle, e a dita Senhora D. Eugenia sua molher comprirem, e mantherem o dito concerto, e transacção, e de nunca em tempo algum hirem, nem virem contra elle em parte, nem em todo por sy, nem por outrem, em juizo, nem fora delle de feito, nem de direito por modo algum que seja, nem pedirem relaxação do dito juramento ao Sancto Padre, nem a quem seu poder tenha, ou tener, nem usarem da dita relaxação posto que comcedida lhes seja sem a elles pedirem, e assy fez o dito juramento de comprirem, e manterem o dito concerto, e transacção com todas as outras mais clausulas, e declaraçoens que nelles comtem, assy, e pella maneira que com elle Senhor Dom Francisco em seu nome, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher hia continuado, e obrigou todos seus bens, e rendas avidas, e por aver, e da dita Senhora D. Eugenia sua molher por virtude da dita procuração a cumprir, e manther o dito concerto, e transacção, e em testemunho de verdade assy o outorgou, e mandou ser feito este termo de outorga, consentimento acceptação, e juramento, e incorporalo ao dito estromento de concerto, e transacção atras escripto, e aos estormentos que da nota delle se passarem, e prometeo a mim Tabaliaõ, como a pessoa publica, stipulante, e acceptante, em nome dos ditos Senhores D. Alvaro, e D. Maria Dalcagova sua molher, e de quaesquer outras pessoas a que esto toque, e pertença, ou possa ao diante tocar, e pertencer por qualquer modo a esto absentes de ho assy comprirem, e mantherem elle Senhor Dom Francisco, e a dita Senhora Donna Eugenia sua molher, e seus herdeiros, e successores, testemunhas que presenntes foraõ o Licenciado Manuel Rodrigues Procurador da Corte, e Caza da suppricação, e Antonio de Moroz Prior da Igreja de Temtuguel, e Capellaõ do dito Senhor D. Francisco, e Francisco Fernandes outro sy seu Capellaõ; e eu Anrique Nunes publico Tabaliaõ por ElRey nosso Senhor na dita Cidade de Lixboa, e seus termos que este estromento em minhas notas tomei, e dellas ho fiz treladar per licença de Sua

Alteza que pera ello tenho , e ho concertey , e sobscripvi , e de meu publico signal ho assigney que tal he = com os riscados deziaõ . . . . e os corregidos que dizem que . . . . . treladadas . . . . treladada em que non aja duvida = e vay este estormento escripto em vinte e quatro folhas com esta que todas vaõ contadas , e numeradas per mim de minha propria letra.

*Contrato de casamento do II. Marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, com a Senhora D. Eugenia, filha do Duque de Bragança. Está no Cartorio da Casa de Bragança, autentico, donde o copiey.*

Dit. n. 15. **E**M nome de Deos Amen Saibaõ quantos este instrumento de An. 1549. contrato de casamento dotte e Arras e Doação *propter nuptias* virem que no anno do Nasimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1549 annos , quatorze dias do mez de Agosto em Villa-Viçosa nas cazas da muy illustre Senhora Dona Joanna Duqueza de Bragança perante mim notario publico e testemunhas ao diante nomeadas estando ahy presente a dita Senhora Duqueza , e assim Lopo Pires Cavalleiro da Caza do Senhor D. Francisco filho do Senhor Marques de Ferreira que santa gloria haja em nome e como Procurador do dito Senhor D. Francisco segundo logo mostrou por hum poder e procuração que delle tinha de que o theor he o seguinte. Saibaõ quantos este instrumento de procuração virem que no anno do Nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1549. aos treze dias do mes de Agosto na Cidade de Lixboa nas cazas em que pouza o Senhor D. Francisco filho do Senhor Marques de Ferreira que santa gloria haja estando elle ahy presente o dito Senhor D. Francisco logo por elle foi ditto perante my Tabeliaõ e testemunhas abaixo nomeadas que elle fazia ordenava e constetuhia por seu suficiente e bastante Procurador a Lopo Pires Cavalleiro de sua Caza amostrador da presente para que por elle Senhor D. Francisco e em seu nome possa fazer contrato de dotte e casamento que com a graça do Senhor Deos se ha de fazer ante elle e a Senhora Dona Eugenia filha do Senhor D. Jayme Duque de Bragança que santa gloria haja e da Senhora Duqueza de Bragança sua molher o qual contrato fará o ditto seu Procurador em seu nome com o Senhor Duque de Bragança Irmaõ da dita Senhora D. Eugenia , ou com a dita Senhora Duqueza D. Joana sua Mãy , ou com ambos ou com cada hum delles se poderá o ditto seu procurador confertar sobre o ditto dotte , e assim poderá prometer em nome delle Senhor constituinte as arras que lhe parecerem que a ditto Senhora deve haver e prometer ametade de todo o que se adquirir depois do matrimonio e tudo o que o ditto seu Procurador fizer , e prometer acerca do ditto dotte e arras , e adquirido prometeo elle Senhor constituinte de haver por feito , e valiozo , e que possa obligar todos seus bens moveis e de raiz havidos e por haver para restituição



tuiação do ditto dote e pagamento das dittas arras no cazo em que for assentado se haverem de vencer, e que para todo ello possa poer todas as clauzulas, e condiçoens e obrigaçoens que lhe parecer, e renunciar todas as leys e ordenaçoens e direitos que para ello for necessario porque para todo o fas seu bastante procurador, e lhe dá todo seu cumprido poder e mandado especial com liberal complemento elle Senhor D. Francisco constituyte de todo o que pelo ditto seu Procurador fosse contratado prometido obrigado acerca do dito dote Arras, e adquirido o haver sempre por firme e valiozo, e o ter cumprir e manter como se por sua propria pessoa fosse tudo contratado, e prometido, e para ello obrigou todas as suas rendas e bens moveis, e de raiz havidos e por haver e em testemunho de verdade assim o outorgou e mandou ser feito este instrumento, e quantos deste theor lhe cumpre testemunhas que presentes foraõ o Lecenceado Matheus Esteves do Dezebargo delRey nosso Senhor, e Antonio de Maris Capellaõ do dito Senhor D. Francisco e Prior da Igreja de S. Matheus de Santarem; e eu Antonio do Amaral Tabelaõ publico de ElRey nosso Senhor nesta Cidade de Lixboa e seos termos que este instrumento escrevy, e o asiney de meu publico final do ditto Tabelaõ. A qual procuração estava affinada do publico final do ditto Tabelaõ. E visto assim o ditto poder de procuração como affima vay tresladado logo pella ditto Senhora Duqueza e pelo dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Francisco foi ditto como com ajuda de nosso Senhor estava consertado de haver de cazar o dito Senhor D. Francisco com a Senhora D. Eugenia filha do Duque Dom Jaymes que santa gloria haja e della ditto Senhora Duqueza o qual casamento estava assentado de se fazer com as clauzulas, e obrigações abaixo declaradas. Item primeiramente disse a dita Senhora Duqueza que havendo effeito o dito casamento ella prometia em dote com a ditto Senhora D. Eugenia sua filha ao dito Senhor D. Francisco dez mil cruzados entrando nelles a legitima que a dita Senhora D. Eugenia herdou por morte do dito Duque seu Pay e o dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Francisco disse que assentava o ditto dote, e disse mais que sendo o dito casamento feito e consumado o matrimonio elle prometia a dita Senhora D. Eugenia futura molher do ditto Senhor D. Francisco de arras a terça parte do dito dote que são tres mil e trezentos e trinta e tres cruzados e hum terço de cruzado e isto quer haja filho, ou filhos quer os não haja, e disse mais o dito Lopo Pires em nome outro sim do dito seu constituinte que havendo respeito a nobreza de sangue da ditto Senhora D. Eugenia, por em seu dote e arras que lhe promete não poder haver abastança para a dita Senhora sustentar sua pessoa como convinha a seu estado, sendo cazo que o dito Senhor D. Francisco se faleça primeiro que a dita Senhora D. Eugenia elle prometia que o dito Senhor Dom Francisco pedisse a ElRey nosso Senhor que das rendas que elle tem de Sua Alteza possa deixar e deixe a ditto Senhora outocentos mil reis cada anno em sua vida quer haja filho ou filhos quer os não haja, e que o Senhor Duque lhe ajudará a requerer isto

sendo necessario e quando se isto não puder acabar com S. Alteza entao o dito Senhor D. Francisco por toda sua fazenda assim movel como rais dará a dita Senhora D. Eugenia quatrocentos mil reis de renda em cada hum anno em quanto ella viver quer haja filho ou filhos quer os não haja ; os quaes quatrocentos mil reis de renda em cada hum anno o ditto Senhor D. Francisco lhe dará para seu dotte della e soportamento de sua vida por quanto segundo a nobreza de seu sangue o dotte que a dita Senhora tras consigo e arras que aqui lhe são prometidas he tão pouco que não poderá com isso sustentar-se conforme a seu estado. E foy mais assentado e acordado que falecendo a dita Senhora D. Eugenia primeiro que o dito Senhor D. Francisco em tal cazo não haverá as dittas arras, nem as haverão seus herdeiros e sendo cazo que a dita Senhora D. Eugenia as haja de vencer elle ditto Procurador para pagamento dellas e assim deste dotte que aqui se lhe promete obriga todas as rendas e bens moveis e de raiz havidos e por haver do dito Senhor Dom Francisco ; as quaes arras a dita Senhora Donna Eugenia haverá ou em dinheiro de contado ou em tanta renda em sua vida a vinte por milhar qual ella mais quizer. Item foy mais concordado e assentado que posto que este contrato seja por dotte e arras e não por carta de ametade que todos aquelles bens que ambos adquirirem e ganharem depois do matrimonio consumado entre elles constante o matrimonio serão comuns e comunicaveis entre elles e partiveis, como se por carta de ametade e communicação de bons cazados fossem, e sendo cazo que a dita Senhora D. Eugenia faleça primeiro que o dito Senhor D. Francisco sem ficar filho ou filhos dante ambos em tal cazo todo o adquirido ficará a elle dito Senhor D. Francisco, tirando se a dita Senhora em seu testamento quizer delle testar porque fazendo seu testamento poderá da sua parte testar como quizer, as quaes couzas todas assim declaradas prometidas e assentadas a dita Senhora Duqueza e o dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Francisco outorgarão e assentarão e se obrigarão de cumprir e manter como se neste contrato contem sob obrigação dos bens e rendas da dita Senhora Duqueza e do dito Senhor D. Francisco que para isto o dito seu Procurador especialmente outorgou ; e por quanto para este contrato haver effeito, se necessario he ser confirmado por ElRey nosso Senhor disserão a dita Duqueza e o dito Procurador do Senhor D. Francisco em nome d'elle constituinte que pediao por merce a S. Alteza haja por bem de o confirmar em todo assim e da maneira que em elle está declarado assentado, e concordado e todo o que ditto he foy pela Senhora Duqueza e pelo dito Procurador do ditto Senhor D. Francisco perante mim notario e testemunhas abaixo nomeadas estipulado e assentado. E eu Gaspar Coelho Notairo publico que são outro fim estipulei e assentei em nome do dito Senhor D. Francisco ausente e da dita Senhora D. Eugenia todo o ditto ; e em testemunho dello a sobredita Senhora Duqueza, e o dito Lopo Pires Procurador do dito Senhor D. Francisco mandarão ser feito este estromento, e que a cada huma das partes seja dado o treslado em publico. Testemunhas que



que presentes foraõ Fernaõ de Castro, e Christovaõ de Britto fidalgos da Caza do ditto Senhor Duque, e Antonio de Gouvea seu Secretario; e eu Gaspar Coelho publico Tabeliaõ notario em a dita Villa e seu termo pelo dito Senhor Duque nosso Senhor que este es-tormento de contrato de cazamento escrevy e em meu livro de Not-tas o tomey aonde as ditas partes e testemunhas assinaraõ e delle o tresladey, e de meu publico final asiney e naõ façom duvida as en-trelinhas que dis huma = he = e outra = haja = que se fes tu-do por verdade. Lugar do final publico.

*Alvará da Duqueza D. Joanna, sobre o dote de sua filha a Senhora D. Eugenia, com o Marquez de Ferreira. Authentico está no Cartorio da Casa de Bragança, donde o copiey.*

**F**Aço saber a quantos este virem que por quanto a Emperatris que **Num. 16.**  
santa gloria haja me deu hum Alvará de dous contos de caza-  
mento para huma de minhas filhas. Hey por bem que seja para D. **An. 1546.**  
Eugenia minha filha cazando com D. Francisco, e assim me pras dar  
mais dous mil cruzados os quaes lhe pagarey quando puder e por fir-  
meza disto fis esta por minha maõ hoje 13 de Janeiro de 1546.

#### HA DUQUEZA.

*Carta de Marquez de Ferreira a D. Francisco de Mello. Está no livro 26 delRey D. Filippe II. pag. 184.*

**D**Om Fellippe, &c. Faço saber aos que esta Carta virem que **Dit. n. 16.**  
havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom  
Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pe-  
reira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay  
que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy  
aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Ten-  
tugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno  
Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos gran-  
des merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de que elle  
descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de  
Altamira e ao dito cazamento se tratar por meu mandado e por fol-  
gar por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe te-  
nho de lhe fazer merce tendo por certo que sempre ma fabera mere-  
cer e servir conforme a sua obrigaçam e imitando seus antecessores  
cuja memoria me he muy presente me praz e hey por bem de lha  
fazer como de feito lha faço por esta presente Carta em sua vida do  
titullo de Marques da sua Villa de Ferreira com todas as insignias  
honras preheminencias prezidencias prerogativas graças izençoensliber-  
dades privilegios e franquezas que ham e tem e de que uzam e sem-  
pre uzaram e devem uzar os Marquezes destes meus Reynos assy co-  
mo

mo de direito uzo e costume antigo lhes pertence sem duvida nem mingoamento algum porque assy he minha merce e por firmeza de tudo lhe mandey dar esta Carta por mim assinada e passada por minha chancellaria e sellada com o meu sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa a vinte dias do mez de Março Luis Falção a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscentos e dez. O Secretario Christovão Soares a fez escrever.

*Carta do titulo de Conde de Tentugal, de juro, e herdade, para sempre. Está no liv. 26 del Rey D. Filippe II. pag. 184, vers.*

Núm. 17.

An. 1610.

**D**Om Fellippe, &c. Faço saber aos que esta Carta virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de que elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito casamento se tratar por meu mandado e por folgar por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe tenho de lhe fazer merce tendo por certo de quem elle he que sempre me fabera merecer e servir toda a que lhe fizer conforme a sua obrigação e considerando tambem ser sua Caza tal que os que nella succederem me poderam sempre a mim servir e aos Reys meus successores tão honradamente como delles espero e o fizeram os de que elle vem cuja memoria me he muy presente me praz e hey por bem de lha fazer como defeito por esta presente Carta lha faço do titulo de Conde da sua Villa de Tentugal de juro e herdade para todo sempre para elle e para todos seus successores e herdeiros por linha direita masculina e lidima segundo forma da ley mental e elle e todos os que pella dita maneira succederem no dito titulo de Conde gozaram de todas as honras preheminiencias prerogativas authoridades privilegios graças liberdades merces e franquezas que ham e tem e de que uzaõ e sempre uzaram os Condes destes meus Reynos assy como de direito uzo e costume antigo lhe pertencem das quaes em todo e por todo quero e mando que elle e os ditos seus herdeiros e successores que o dito titulo tiverem inteiramente uzem e possam uzar e lhe sejam guardados em todos os autos e tempos em que de direito e por uzo e costume dellas elles devam e possão de tudo uzar sem mingoamento nem duvida alguma e mando aos Vedores de minha fazenda que agora são e ao deante forem que ao dito Conde D. Francisco e a seus successores a que o dito titullo de Conde vier segundo forma desta Carta façam fazer padram do assentamento que direitoamente lhes pertencer segundo ordenança e por firmeza de tudo lha man-



mandey dar por mim assinada e passada por minha Chancellaria e sellada com o meu sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte dias do mez de Março Luis Falcão a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscentos e dez. O Secretario Christovão Soares a fez escrever.

*Carta do titulo de Conde de Tentugal, ao filho primogenito do Marquez de Ferreira. Está no liv. 26 delRey D. Philippe II. pag. 184.*

**D**Om Fellippe, &c. Faço saber aos que esta Carta virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de que elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito casamento se tratar por meu mandado e por folgar por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe tenho de lhe fazer merce tendo por certo que sempre ma sabera merecer e servir conforme a sua obrigação e emitando seus antecessores cuja memoria me he muy presente me praz e hey por bem de lha fazer como de feito lha faço por esta presente Carta que em quanto se continuar nelle e em seu filho e neto havidos deste matrimonio o titulo de Marques da sua Villa de Ferreira de que lhe tenho feito merce o filho que houver de succeder nelle durante estas tres vidas se possa chamar e chame Conde da dita Villa de Tentugal em vida do pay Marques e assy e da maneira que o pode fazer o Conde de Alcoutim filho successor do Marques de Villa Real com o qual titulo gozara de todas as honras prehemencias prerogativas authoridades privilegios graças liberdades merces e franquezas e havera outro sy todas as mais couzas que com elle tem o dito Conde de Alcoutim e que directamente lhe pertencerem sem mingoamento algum nem duvida que a isso lhe seja posta e por firmeza de tudo lhe mandey dar esta Carta por mim assinada e passada pella minha Chancellaria e sellada com o meu sello pendente. Dada na Cidade de Lisboa a vinte dias do mez de Março Luis Falcão a fez Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscentos e dez. O Secretario Christovão Soares a fez escrever.

**Num. 18.**

**An. 1610.**

*Carta em que ElRey faz merce ao Marquez de Ferreira de todas as Villas, e mais cousas, que tinha da Coroa, em sua vida, de lhas dar de juro huma vez fora da Ley Mental; e as que tiver de juro tiradas duas vezes da Ley Mental, e outras merces. Está no liv. 26 delRey D. Filippe II. pag. 183.*

**Num. 19.** **D**Om Fellyppe, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem **An. 1610.** que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Reys destes Reynos seus antecessores e assy aos que espero me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Conde Dom Nuno Alvares e ao muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e callidades de sua pessoa e daquelles de quem elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo filha dos Condes de Altamira e ao dito casamento se tratar por meu mandado e por folgar de por todos estes respetos lhe fazer merce tendo por certo que sempre me fabera merecer e servir toda a que lhe fizer conforme a sua obrigação imitando seus antecessores cuja memoria me he muy presente. Hey por bem de lhe fazer merce que as Villas e mais couzas que tem da Coroa em sua vida as haja de juro e herdade para elle e os successores de sua Caza por huma vez fora da ley mental e as couzas que tem de juro lhe faço merce de tirar por duas vezes fora da ley mental e assy lhe faço merce que os seus Ouvidores possaõ devassar em todas suas terras nos lugares em que nam entraõ Corregedores com declaração que os taes Ouvidores seram letrados e theram lido no Dezebargo do Paço e estaram nelle aprovados para meu serviço e seram limpos de raça e tambem lhe faço merce que possa prover os officios de suas terras conforme as doações que tem e assy lhe faço merce que quando os proprietarios dos ditos officios os renunciarem livremente em minhas mãos depois de lhe estarem aceitadas as renuncições os possaõ prover elle Conde e seus successores e assy lhe faço merce que elles e os possuidores e successores de sua Caza possam cobrar suas dividas via executiva como se cobram as que se devem a minha fazenda com declaração que nas escrituras e arrendamentos que se fizerem se declarara que tem este privilegio e que ham de uzar d'elle e mando a todos meus Dezebargadores Corregedores Ouvidores Juizes Justicas officiaes e pessoas a que esta Carta ou o treslado della em publica forma for mostrado e o conhecimento pertencer que pella dita maneira lha cumpraõ e guardem em todo e façam inteiramente cumprir e guardar como nella se conthem e sera registada nos livros das Provedorias em cujas Comarcas as ditas suas terras estiverem e das Camaras dos Lugares dellas de que nas costas se passaraõ certidoens como he costume para se saber que tenho feito merce ao Conde D. Francisco das couzas sobreditas e esta propria se lhe tornara para sua guarda



guarda a qual por firmeza disso lhe mandey dar por mim assinada e afellada do meu sello de chumbo pendente. Alberto de Abreu a fez em Lisboa a vinte seis de Março Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil seiscientos e dez e estas merces faço ao dito Conde Dom Francisco alem das mais que lhe tambem fiz por estes mesinos respeitos. Pedro de Seixas a fez escrever.

*Alvará do titulo de Marquez de Ferreira para o Marquez D. Francisco de Mello, seu filho, e neto. Está no liv. 26 delRey D. Filippe II. pag. 183.*

**E**U ElRey Faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito aos serviços que o Marques de Ferreira Dom Francisco de Mello e o Conde de Tentugal Dom Nuno Alvares Pereira seu filho que Deos perdoe fizeram a ElRey meu Senhor e pay que santa gloria haja e aos Senhores Reys meus antecessores e assy aos que espero que me faça Dom Francisco de Mello Conde de Tentugal meu muito amado sobrinho filho do dito Dom Nuno Alvares e a seu sangue e muito devido que comigo tem e aos grandes merecimentos e calledades de sua pessoa e daquelles de que elle descende e a cazar com Dona Maria de Moscozo fillia dos Condes de Altamira e ao dito cazamento se tratar por meu mandado e por folgar muito por todos estes respeitos e pella muito boa vontade que lhe tenho de lhe fazer merce tendo por certo de quem elle he que sempre ma fabera merecer e servir me pras e hey por bem de lha fazer como de feito por este Alvara lha faço que o titulo de Marques da sua Villa de Ferreira de que hora lhe fiz merce em sua vida venha por seu fallecimento a hum filho e neto deste matrimonio que houverem de succeder em sua Caza assy e da maneira que o elle tem e como o são os mais Marquezes destes meus Reynos e para sua guarda e minha lembrança lhe mandey passar este meu Alvara o qual a seus tempos se cumprira inteiramente como nelle se conthem sem a isso lhe ser posta duvida nem embargo algum e vallerá como Carta comessada em meu nome por mim assinada e passada por minha Chancellaria posto que por ella nam passe e que o effeito delle haja de durar mais de hum anno sem embargo das ordenações que o contrario dispoem e das que ordenam que se faça dellas expreça menção. Luis Falcaõ o fez em Lisboa a trinta de Março de mil seiscientos e dez. Christovão Soares o fez escrever.

Num. 20.

An. 1610.

*Carta para o Duque de Cadaval D. Nuno, em que a Rainha D. Luiza lhe dá conta da morte delRey D. João o IV. Está no Copiador 5. pag. 178, do dito Duque.*

**H**Oje faleceo ElRey nosso Senhor com tantas demonstraçoens de piedade, que podemos ter por certo esta diante de Deos. Mandame a Rainha nossa Senhora avizar a V. Excellencia da sua parte

Num. 21.

An. 1656.

te para que a ajude a sentir tam grande perda , e tam grande desconfortação como a em que se acha , estes respeitos , e o que se deve à memoria de tão grande Rey como perdemos devem obrigar a V. Excellencia a toda a demonstração , que a Rainha nossa Senhora espera muito confiadamente de quem V. Excellencia he. Tera a consolação de V. Excellencia querer tomar o trabalho de ajudar a levar o corpo de S. Magestade do lugar em que se ha de pôr the a liteira , e tiralo della para a entrega que se ha de fazer a Mizericordia no terreiro de S. Vicente , e pollo depois no tumulto em que ha de ficar. O Officio de corpo prezente se ha de amenhaã pela menhaã fazer se V. Excellencia se quizer achar prezente. O enterro ha de fer das nove para as dez da noute. O luto capuz de baeta virada do aveço , carapuça que caya sobre o hombro , manteo sem goma , e isto por dous mezes , no fim dos quaes se ha de abrir o capuz , e uzar de chapéo. Ha de durar este luto hum anno , e passado elle se ha de aliviar , e trazer aliviado por outro. S. Magestade fez Testamento , e dispos do governo dos seus Reynos , na forma , que V. Excellencia entendera dos Capitulos , que tratam desta materia , que a Rainha nossa Senhora mandara remeter a V. Excellencia , para que lhe seja prezente a rezolução , que tomou. Deos guarde a V. Excellencia muitos annos do Paço 6 de Novembro de 1656. Pedro Vieira da Silva.

*Carta para o Marquez das Minas estar à ordem do Duque de Cadaval. O Original está no dito livro , pag. 16 , donde a copiey.*

**Num. 22.** **H**onrado Marquez das Minas Amigo. Eu ElRey vos envio An. 1707. muito faudar como aquelle , que prézo. Tenho nomeado a D. Nuno Alvares Pereira , Duque do Cadaval , meu muito amado , e prezado sobrinho , para Governador do Exercito , que mandey formar na Provincia da Beira , com o posto de Mestre de Campo General , junto a minha pessoa , que na sua reputo por igual ao de Capitão General. E porque póde succeder , que o Exercito , que governais nesse Reyno de Valença , se una com o da Beira , tereis entendido , que o Duque neste caso ha de governar ambos , assim nas terras deste Reyno , como de Castella , ficando vós à sua ordem : e estou certo , que unidos os Exercitos , vos hajais com tão prudente concordia , que na desposição das facções militares , que se offerecerem , se logre com felicidade o effeito dellas , como convem à reputação de minhas armas , e beneficio da causa commum. Escrita em Lisboa a 6 de Mayo de 1707.

REY.



*Carta para o Conde de Gallovay, para estar à ordem do Duque de Cadaval.*

**C**Onde de Gallovay. Eu ElRey vos envio muito saudar. Tenho nomeado a D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, meu muito amado, e prezado sobrinho, para Governador do Exercito, que mandey formar na Provincia da Beira, com o posto de Mestre de Campo General, junto à minha pessoa, que na sua o reputo por igual ao de Capitão General; e porque pôde succeder, que o Exercito, que tenho nesse Reyno de Valença, governado pelo Marquez das Minas, do meu Conselho de Estado, e Guerra, se junte, e una com o da Beira, tereis entendido, que o Duque neste caso ha de governar ambos, ficando o Marquez, e vós à sua ordem, ou seja em terras deste Reyno, ou do de Castella. Escrita a 6 de Mayo de 1707.

Num. 23.

An. 1707.

REY.

*Alvará para o Duque de Cadaval D. Nuno fazer morgado de certos bens. Está na Torre do Tombo, no liv. 42 delRey D. Pedro II. pag. 170, donde o copiey.*

**E**U ElRey faço saber, que o Duque do Cadaval D. Nuno Alvares Pereira, meu muito amado, e prezado sobrinho, e do meu Conselho de Estado, me representou por sua petição, que achando-se com alguns bens livres, e patrimoniaes, de que desejava instituir morgado, na pessoa de seu filho primogenito o Duque D. Luiz, meu muito amado, e prezado sobrinho, para que com a cessão dos ditos bens, e seus rendimentos, pudessem elle, e seus descendentes conservar o estado, e esplendor de sua Casa, se achava impedido para poder vincular mais, que a sua terça, por ter outros filhos, que nos ditos bens haviaão de haver suas legitimas, que vinhaão a ser as duas partes, na fôrma da Ley do Reyno, excepto o que respeitava à legitima do dito Duque D. Luiz seu filho, que estava corrente para consentir, que se incluísse no dito vinculo, e qualquer mayoria que pudesse haver nas legitimas de suas filhas, que tinhaão renunciado, ou renunciassem, o que pudessem herdar de mais, além dos seus dotes, a favor do dito seu irmão; e por quanto pelas razoes de utilidade publica, que resultava do estabelecimento, e conservação das Casas grandes, era costume antiquissimo em todos os Reynos da Europa, em que havia morgados, concederemse faculdades Reaes aos instituidores, que tinhaão mais filhos, para vincularem todos seus bens a favor do primogenito, ficando este obrigado a alimentar seus irmãos decentemente, em quanto elles não tivessem, ou adquirissem rendas bastantes, de que puderem viver, a qual razão militava com mais efficacia na Casa do supplicante, pois não eraão tantos os bens livres, que divididos por tantos filhos, pudessem ficar todos accommodados, e mui-

Num. 24.

An. 1698.

to menos o primogenito, que depois delles deciparem as limitadas porções, que se lhe adjudicassẽ, havia de ficar com o encargo de os alimentar, pedindome lhe fizesse merce conceder faculdade, para que além da terça, legitima do Duque D. Luiz seu filho, e mayoria das legitimas de suas filhas, que licitamente podia vincular, sem lhe ser necessaria mais premissão, que a da Ley, pudesse outro si vincular todos os mais bens, que lhe parecesse, em fôrma regular, para o dito Duque D. Luiz seu filho, e seus descendentes, ficando este obrigado a alimentar os irmãos, cujas legitimas se incluissẽ no dito morgado, em quanto elles não tivessem fazenda bastante para se sustentar; e visto o que allegou, e informação, que se houve pelo Desembargador Luiz Matoso Soares, Corregedor do Civel da Corte, ouvindo a Marqueza de Fontes, e Condesa de S. João, por si, e por seu Curador, que não duvidaraõ da instituição deste vinculo, mas com liberal consentimento, ellas, e seus maridos a approvaraõ, por haverem já nos instrumentos dotaes renunciado suas legitimas, e toda a pertençaõ, que poderiaõ ter a favor do Duque D. Luiz seu irmão, dando-se por satisfeitas com os dotes, que se lhes deraõ, e da mesma sorte não tiveraõ duvida os mais filhos menores, sendo ouvidos por seu Curador, dando-lhes alimentos competentes. Hey por bem fazer merce ao Duque do Cadaval D. Nuno Alvares Pereira, que além da terça, legitima do Duque D. Luiz seu filho, e mayorias das legitimas de suas filhas, que licitamente pôde vincular, sem lhe ser necessaria mais premissão, que a da Ley, possa outro si vincular todos os mais bens, que lhe parecer, em fôrma regular, para o dito Duque D. Luiz seu filho, e seus descendentes, ficando este obrigado a alimentar os irmãos, cujas legitimas se incluirem no dito morgado, em quanto elles não tiverem renda bastante para se sustentar, e este Alvará se cumprirá segundo nelle se contém, o qual se tresladará na instituição do dito morgado, e onde mais necessario for, para a todo o tempo constar, que eu assim o houve por bem, e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do liv. 2. tit. 40 em contrario, e pagou de novos direitos cento e vinte e cinco mil reis, que se carregaraõ ao Thesoureiro delles, a pag. 140 vers. do liv. 5. de sua receita, e deu fiança a outra tanta quantia, no liv. 1. dellas, a pag. 171, como confluou por conhecimento em fôrma, registado no liv. 5. do Registo geral, a pag. 27. André Rodrigues da Sylva o fez em Lisboa a 5 de Novembro de 1698. Joseph Fagundes Bezerra o fez escrever.

REY.

*E à margem do dito Alvará está a verba seguinte.*

Hey por bem, que a merce, que tenho feito por este Alvará ao Duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira, meu muito amado, e prezado sobrinho, e do meu Conselho de Estado, possa valer na pessoa do Duque D. Jayme, e em outro qualquer filho, que haja de

succeder



succeder no morgado, assim como havia de valer no Duque D. Luiz, e esta possilla com o dito Alvará se compriráo como nelle se contém, e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação, liv. 2. tit. 40 em contrario, e pagará o novo direito, que dever, na fórma de minhas ordens. Joseph da Maya e Faria, a fez em Lisboa a 17 de Março de 1706. Manoel de Castro Guimaraens a fez escrever.

REY.

Por resolução de S. Magestade de 15 de Março de 1706, em Consulta do Dezembargo do Paço, Manoel Lopes de Oliveira, Joseph Galvão de la Cerda, D. Thomás de Almeida. Pagou nada por privilegio, aos Officiaes trezentos e quatorze reis. Lisboa 23 de Março de 1706. D. Francisco Maldonado. A pag. 93 do liv. 4. da Receita dos novos direitos, ficao carregados ao Thesoureiro delles, quinhentos e quarenta reis. Lisboa 23 de Março de 1706. Francisco Sarmiento Pitta. Henrique Correa da Sylva.

*Decreto para o Duque de Cadaval ir à Junta dos Tres Estados.*  
*Está no liv. num. 2. dos papeis varios, pag. 34, do Duque de Cadaval.*

**O** Duque Mestre de Campo General, junto à minha pessoa, ha de ir à Junta dos Tres Estados, todas as vezes, que entender, que conveni ao meu serviço, para comunicar as materias, que pertencem à administração da Junta, e me poder aconselhar nellas. A Junta o tenha assim entendido. Lisboa a 3 de Julho de 1693. Com Rubrica de S. Magestade.

Num. 25.  
An. 1693.

*Contrato do casamento do Duque de Cadaval D. Jayme de Mello, com a Princeza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, copiado fielmente do Original Francez, que se guarda no Archivo da dita Casa.*

**P**Erante os Conselheiros delRey, Notarios no Chatelet de Pariz, abaixo assinados, se acharão presentes o muito Alto, Poderoso, e Illustre Principe, o Senhor Carlos de Lorena, Conde de Armagnac, e de Charny, Visconde de Joycute, Par, e Estribeiro Mór de França, Cavalleiro Commendador das Ordens delRey, Tenente General dos seus Exercitos, Governador, e Tenente General de Sua Magestade na Provincia da Picardia, Artois, Bullonois, e Paizes reconquistados, Grande Senechal Hereditario de Borgonha, Governador da Cidade, e Cidadella de Montrevil, sobre o Mar, &c. morador em Pariz no Palacio das Tulherias, Parochia de S. Germao de Auxerre,

Num. 26.  
An. 1739.

re , em nome , e com Procuração do muito Alto , muito Poderoso Principe , o Senhor D. Jayme , Duque de Cadaval , Marquez de Ferreira , Conde de Tentugal , Senhor das Villas de Cadaval , Tentugal , Povia de Santa Christina , Alvayazere , Arega , Rabaçal , Villa-Nova de Anços , Pena-Cova , Mortagoa , Buarcos , Noudar , e Barrancos , Muja , Ferreira de Aves , Villa-Alva , Villa-Ruiva , Agua de Peixes , Albergaria , &c. Alcaide Môr de Olivença , e Alvor , Conselheiro de Estado , e de Guerra , Estribeiro Môr delRey de Portugal , e Mordomo Môr da Casa da Rainha , filho , o dito Senhor Duque de Cadaval , do muito Alto , e muito Poderoso Principe , o Senhor D. Nuno Alvares Pereira , já defunto , Duque de Cadaval , Conde de Tentugal , &c. Conselheiro de Estado , e de Guerra , delRey de Portugal , e do Despacho , e Expediente , das graças , e merces , Capitão General da Cavallaria da Corte , e Provincia da Extremadura , Mordomo Môr da Casa da Princeza de Portugal , &c. e da muito Alta , e muito Poderosa Princeza , a Senhora Margarida de Lorena de Armagnac , já defunta , sua esposa ; a Procuração do dito Senhor D. Jayme , Duque de Cadaval , feita em Lisboa aos 20 de Fevereiro , do presente anno de 1739 , sellada com o Sello das suas Armas , e reconhecida aos 25 do mesmo mez pelo Senhor Duvernay , Consul Geral de França no Reyno de Portugal , a cujo cargo estão os negocios delRey na Corte de Sua Magestade Portugueza , e juntamente hum Traducção em Francez da dita Procuração , que Sua Excellencia , D. Luiz da Cunha , Embaixador , e Plenipotenciario de Sua Magestade Portugueza a ElRey certificou estar conforme ao Original : as quaes duas Procurações tendo sido examinadas em Pariz aos 21 de Abril de 1739 , foram annexas , e insertas à minuta das presentes , depois de haverem sido reconhecidas verdadeiras , e affinadas , e firmadas por Sua Alteza , o Senhor Principe Carlos por hum parte.

E pelo muito Alto , muito Poderoso , e muito Illustre Principe , o Senhor Luiz de Lorena , Conde de Lambesc , de Orgon , de Brionne , Barão de Pontarey , Marquez de Coislin , Barão de la Roche Bernard , e de Ponchateau , Senhor das terras de Bron , de Limolan , de Beaumanoir , &c. Governador por Sua Magestade da Provincia de Anjú , e da Cidade , e Cidadella de Angers , e da Ponte de Cê , e a muito Alta , muito Poderosa , e muito Illustre Princeza , a Senhora Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz , sua esposa , authorizada para effeito das presentes pelo dito Senhor Principe Luiz de Lorena , moradores em Pariz , no seu Palacio , na rua de Bichelieu , Parochia de S. Roque , que aqui estipulaõ , e pela muito Alta , muito Poderosa , e muito Illustre Princeza , a Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena , sua filha , moradora com os ditos Senhores seu pay , e mãy , que a isto está presente , e nisto consente , por si , e em seu nome , da outra parte.

Os quaes do consentimento de Suas Magestades , ElRey , e a Rainha , Monseñhor o Delfim , Princezas de França , Luiza , Isabel , Henriqueta , Anna , e Maria Adelaide , Sua Alteza Real , Francisca Maria de Bourbon , Duqueza viuva de Orleans , Sua Alteza Serenissima ,



fima, Luiz de Orleans, Duque de Orleans, Sua Alteza Serenissima, Luiz Philippe de Orleans, Duque de Chartres, Sua Alteza Serenissima, a Senhora Luiza Francisca de Bourbon, Duqueza mãy, Sua Alteza Serenissima, Luiz Henrique de Bourbon, Duque de Bourbon, Sua Alteza Serenissima, a Senhora Carolina de Haffia Rhinfels, Duqueza de Bourbon, sua esposa, Sua Alteza Serenissima, Luiz de Bourbon Condê, Conde de Clermont, Sua Alteza Serenissima, a Senhora Luiza Isabel de Bourbon Condê, Princeza de Conty, Sua Alteza Serenissima, a Senhora Marianna de Bourbon Condê, Sua Alteza Serenissima, a Senhora Alexandrina de Bourbon Condê, Sua Alteza Serenissima, a Senhora de la Roche-Sur-Yon, Luiza Adelaide de Bourbon Conty, Sua Alteza Serenissima, Luiz de Bourbon, Principe de Conty, Sua Alteza Serenissima, Luiz Augusto de Bourbon, Principe de Dombes, Sua Alteza Serenissima, Luiz Carlos de Bourbon, Conde de Eu, Sua Alteza Serenissima, Maria Victoria Sofia de Novailes, Condeffa de Tolosa, Sua Alteza Serenissima, Luiz Joaõ Maria de Bourbon, Duque de Ponthievre, e de Sua Alteza Serenissima, a Senhora Du Maine Luiza Francisca de Bourbon.

E tambem em presença dos Senhores, e Senhoras, seus parentes, e parentas, e amigos, abaixo nomeados, a saber: D. Luiz da Cunha, Embaixador delRey de Portugal, Sua Eminencia, o Senhor Cardeal de Fleury, o muito Alto, muito Poderoso, e muito Illustre Principe, Joseph, Principe de Lichteinstein, Embaixador do Emperador na Corte de França, e da muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza, a Senhora Marianna, nascida Princeza de Lichteinstein, sua esposa, o muito Alto, muito Poderoso, e Illustre Principe, o Senhor Luiz Carlos de Lorena, Conde de Briene, o muito Alto, muito Poderoso, e muito Illustre Principe, o Senhor Francisco Camillo, Cavalleiro de Lorena, irmão da sobredita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, a muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza, a Senhora Luiza Joanna de Lorena, irmã tambem da dita Senhora, o muito Alto, muito Poderoso, e muito Illustre Principe, o Senhor Luiz Carlos de Lorena, Cavalleiro das Ordens delRey, a muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza, a Senhora Luiza Isabel de Roquelavre, Princeza de Pont, sua esposa, a muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza, a Senhora Luiza Henriqueta Gabriela de Lorena, Conega, chamada Madama de Marçam, a muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza, a Senhora Francisca de Lorena de Pont, Conega de Remiremont, o muito Alto, muito Poderoso, e muito Illustre Principe, o Senhor Camillo Luiz de Lorena, chamado o Principe Camillo.

Os sobreditos Senhores, e Senhoras, Principes, e Princezas, de Pont, Luiza Henriqueta Gabriela de Lorena, Francisca de Lorena, e Camillo Luiz de Lorena, primo, e prima do dito Senhor Duque de Cadaval, e da dita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena.

O muito Alto, e muito Poderoso Senhor Procopio Maria Antonino

tonino Filippe Carlos Nicolao Agostinho de Egmond Pignateli, pela graça de Deos, Duque de Gueldres, e de Juliers, Principe de Gavres, e do Santo Imperio, Conde de Egmond, e a muito Alta, e muito Poderosa Senhora Henriqueta Julia de Durfort, sua esposa, tia materna da sobredita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena.

O muito Alto, e Poderoso Senhor Guido Felix de Egmond, Principe de Gavres, primo com irmão, por parte materna da dita Senhora. A muito Alta, e muy Poderosa Senhora Henriqueta Nicolao de Egmont, Duqueza de Cheveure, prima com irmã por parte materna da dita Senhora. A muito Alta, e muy Poderosa Senhora Luiza Bernardina de Durfort, Duqueza de Lesdigiveres, prima por parte materna da dita Senhora. A muito Alta, e muito Poderosa Senhora Maria Angelica Victoria de Bournonville, Duqueza de Duraz, prima materna da dita Senhora. O muito Alto, e muito Poderoso Senhor Manoel, Duque de Durfort, e muito Alta, e muito Poderosa Senhora Luiza Francisca . . . . Duqueza de Durfort, primos maternos da dita Senhora. O muito Alto, e muito Poderoso Senhor Luiz Maria de Aumont, Duque de Aumont, e a muito Alta, e muito Poderosa Senhora Felicia Victoria de Durfort, de Duraz, sua esposa, prima materna da dita Senhora. A muito Alta, e muito Poderosa Senhora Dianna Adelaide de Mailly de Mont Carmel, prima por parte materna. O muito Alto, muito Poderoso, e muito Illustre Principe Monsignor Amadeo de Saboya, Principe de Carignan, e a muito Alta, muito Poderosa, e muito Illustre Princeza Maria de Saboya, sua esposa. Dom Gonçalo Manoel de la Cerda, Enviado de Portugal, D. Joseph Galvão de la Cerda, filho do sobredito Senhor Enviado. D. Gonçalo Xavier de Alcaçova, sobrinho do sobredito Senhor Enviado. O muito Alto, e muito Poderoso Senhor, Monsenhor Henrique Roberto, Conde de la Mark, e Monsenhor Luiz Philippeaux, Conde de S. Florentino, Ministro, e Secretario de Estado, e Julio Franquini Caviani, Enviado de Florença.

Tem feito, e concluido entre elles o Tratado de casamento, e condições, que se seguem.

A saber, que os ditos Senhor, e Senhora, Principe, e Princeza de Lorena Lambesc prometterão dar a dita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, sua filha, de seu consentimento ao Senhor Principe Carlos para Sua Alteza, o dito Senhor Duque de Cadaval, em nome, e ley de matrimonio, o qual em consequencia de outra Procução mandada para este effeito ao dito Senhor Principe Carlos, se celebrará em França, na face da nossa Santa Madre Igreja Catholica, Apostolica, e Romana, incessantemente, e será ao depois ratificado por Sua Alteza, o dito Senhor Duque de Cadaval, assim que a dita Senhora, futura esposa, tiver chegado a Portugal.

A favor do qual futuro casamento prometterão os ditos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc dar à dita Senhora futura esposa, sua filha, antes do dito casamento, a quantia de cento e cinquenta mil libras Tornezas, mediante a qual a dita Senhora futura esposa,



fa, authorizada pelo Senhor Principe Carlos, conforme necessario for, e no dito nome tem renunciado, e renuncia desde o presente as successoens dos sobreditos Senhores, Principe, e Princeza de Lambesc, seu pay, e mãy, e as successoens dos Senhores seus irmãos a favor dos meismos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc, seu pay, e mãy, e de seus filhos, sem poder pertender alguma parte, porção, ou direito, nem supplemento de legitima, de qualquer forte, e maneira, que for.

E attendendo a que para conclusão do dito casamento he preciso fazer grandes despezas, conveyo-se, em que a dita quantia de cento e cincoenta mil libras, ou a mayor parte dellas, será empregada pelos ditos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc, para satisfazer o que se houver adiantado necessariamente para o dito casamento.

No caso de vir a falecer primeiro o dito Senhor futuro esposo, havendo filhos do futuro matrimonio, a dita Senhora futura esposa terá a administração das suas pessoas, e dos seus bens, até o tempo da sua mayoridade, conforme as Leys, e costumes do Paiz, sem ser obrigada a dar contas algumas.

Além disto o dito Senhor Principe Carlos, no dito nome, em virtude da dita Procuração, tem dado, e dá à dita Senhora futura esposa, pendente a sua vida, no caso, que ella queira ficar em Portugal, ou tenha filhos, ou não tenha, o Senhorio de huma das Villas, terras, e estados do dito Senhor futuro esposo, qual ella quizer escolher, para que goze d'elle em todos os direitos de justiça, nomeação de Officios, e Beneficios; e o Palacio terá todo o movel proporcionado à grandeza do dito futuro esposo, sem porém, que ella possa dispor das rendas da dita Villa, ou Senhorio, mais de dez mil cruzados, que fazem vinte mil libras de França, dos quaes, ou de huma parte delles poderá ser paga cada anno das rendas da dita Villa, ou Senhorio. Declara o dito Senhor Principe Carlos, no sobredito nome, que para assegurar a execução do artigo acima, e juntamente as outras convenções do contrato presente, tem o dito Senhor Duque de Cadaval obtido consentimento expresso del Rey de Portugal, acordado em Lisboa, aos 22 de Fevereiro de 1739, cuja Tradução em lingua Franceza está inserta, e annexa na Minuta das presentes, depois de ter sido reconhecida, aslinada, e firmada pelo Senhor Principe Carlos no dito nome.

E tambem a favor do dito casamento terá a dita Senhora futura esposa, em forma de arrhas, dez mil cruzados, que fazem vinte mil libras de França cada anno, de que gozará toda a sua vida, ou que ella fique com seus filhos, ou que delles se separe; e para o pagamento da dita quantia estão, e ficam obrigados, e hypothecados todos os bens do Senhor futuro esposo. Se a dita Senhora futura esposa depois do falecimento do dito Senhor futuro esposo desejar retirar-se de Portugal, e voltar para França, será alli reconduzida com a honra, e decencia, que pede huma pessoa da sua qualidade, à custa dos herdeiros do dito Senhor futuro esposo, e se lhe pagará adianta-

do em cada anno, e o lugar, que ella escolher para sua residencia a quantia de dez mil cruzados em dous pagamentos iguaes de seis mezes, em seis mezes, os quaes fazem, como se tem dito, vinte mil libras de França, e seraõ livres de cambios, e qualquer outro damno. Restituirseha, e entregarseha à dita Senhora futura esposa, a sobredita quantia de cento e cincoenta mil libras, que tiver sido dada, e empregada, como acima fica dito, pelos Senhores Principe, e Princeza de Lambesc, em dote da dita Senhora sua filha.

Tudo isto foy ajustado, estipulado, e acordado entre os Senhores Principe, e Princeza de Lambesc, e o Senhor Principe Carlos de Lorena, no dito nome, de authoridade, e consentimento de Suas Magestades, com consentimento, e em presença dos Senhores, e Senhoras acima nomeados, fazendo-se, e passando-se as presentes, naõ obstante quaesquer Leys, costumes, e usos em contrario, o que se tem expressamente derogado pelas partes em seus nomes, e calidades.

Prometteraõ tambem as ditas partes em seus nomes executar, cumprir, e satisfazer cada huma respectivamente a tudo o contheudo nestas presentes, sem já mais contravir a isso, obrigando, e hypothecando todos, e cada hum dos seus bens móveis, e immoveis, terras, Senhorios, rendas, e cobranças, assim presentes, como futuras; e renunciaõ pelo presente contrato, conforme acima fica dito, ajustado, e passado, a saber: a respeito de Suas Magestades, do Senhor Delfim, das Princezas, e Madames de França, de Monsenhor Duque de Orleans, de Monsenhor Duque de Chartre, de Madama, a Duqueza mãy, de Madamoiselle de la Roche-Sur-Yon, de Monsenhor, o Principe de Dombes, de Monsenhor, o Conde de Eu, de Madama, a Condeffa de Tolosa, de Monsenhor, o Duque de Pontievre, e de Monsenhor, o Cardeal de Fleury, no Palacio de Versailles aos 13 de Abril; a respeito de Sua Alteza Real, a Senhora Duqueza de Orleans, e dos outros Principes, e Princezas do sangue, em Pariz, nos seus Palacios, aos 21, e 23 do dito mez de Abril; e a respeito dos Senhores, e Senhoras, partes contratantes, que nisto convieraõ, em Pariz, no Palacio do dito Senhor Principe Carlos, aos 15 de Mayo de 1739, e affinaraõ a Minuta das presentes . . . .

*Segue-se o theor dos Documentos annexos.*

Dom Jayme, Duque do Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, Senhor das Villas do Cadaval, Tentugal, Povoa de Santa Christina, Alvayazere, Arega, Rabaçal, Villa-Nova de Aços, Penacova, Mortagoa, Buarcos, Noudar, e Barrancos, Muja, Ferreira de Aves, Villa-Alva, Villa-Ruiva, Agua de Peixes, Albergaria, Alcaide Môr de Olivença, e Alvor, dos Conselhos de Estado, e Guerra, delRey meu Senhor, seu Estribeiro Môr, e Mordomo Môr da Rainha minha Senhora, &c.

Pela presente Procuração dou poder ao Illustrissimo, e Excellen-tissimo Senhor Principe Carlos de Lorena, meu tio, para ajustar, tratar, e concluir, na fôrma, que melhor lhe parecer, o Contrato, e

Elcri-



Escriptura do meu casamento com a Illustrissima, e Excellentissima Senhora Princeza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, filha dos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores, Principe, e Princeza, Luiz de Lorena Lambesc, e Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz, sua esposa, para regular o dote, e todas as mais convenções, como elle julgar mais a proposito, com os ditos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores, Principe, e Princeza, pay, e mãy da dita Senhora Princeza, promettendo ter por bom, firme, e valioso, tudo o que for ajustado, tratado, e concluido pelo dito Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Principe Carlos de Lorena, como se eu mesmo o tivesse feito; para o que lhe dou todos os poderes em direito necessarios, assim especiaes, como geraes, obrigando a minha pessoa, e bens, ao cumprimento de tudo o que por elle for assentado, e determinado. Em virtude, do que acima fica dito, fiz fazer a presente Procuração por mim assinada, e sellada com o Sello das minhas Armas. Feita em Lisboa a 20 de Fevereiro de 1739. Firma.

### DUQUE ESTRIBEIRO MÔR.

E sellada com cera vermelha. Nós Francisco Duvernay, Conselheiro delRey, Consul Geral de França, no Reyno de Portugal, e encarregado dos negocios delRey na Corte de Sua Magestade Portuguesa, certificamos a todos aquelles a quem pertencer, que o final, e Sello, pôstos na Procuração acima, são proprios, e verdadeiros do Excellentissimo Senhor Duque de Cadaval, Estribeiro Môr de Sua Magestade Portuguesa. Em fé do que temos feito expedir a presente, assinada da nossa mão, e sottoscrita pelo Chancellor, e Secretario do nosso Consulado, que lhe poz o Sello Real. Dada em Lisboa na nossa Casa Consular, aos 25 de Fevereiro de 1739. Firma. Duvernay. E mais abaixo. Pelo Senhor Consul Ferrant Chancellor, e com hum Sello.

Reconhecida em Pariz, aos 21 de Abril de 1739. Receberão-se doze soldos. Blondelû.

### *Traducção.*

Dom Jayme, Duque de Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, Senhor das Villas de Cadaval, Tentugal, Povia de Santa Christina, Alvayazere, Arega, Rabagal, Villa-Nova de Anços, Penacova, Mortagoa, Buarcos, Noudar, e Barrancos, Muja, Ferreira de Aves, Villa-Alva, Villa-Ruiva, Agua de Peixes, Albergaria, Alcaide Môr de Olivença, e de Alvor, Conselheiro de Estado, e de Guerra, Estribeiro Môr delRey meu amo, e Mordomo Môr da Casa da Rainha. Pela presente Procuração dou poder ao muito Illustrre, e muito Excelente Senhor Principe Carlos de Lorena, meu tio, para tratar, regular, e concluir, como melhor lhe parecer o contrato do meu casamento, com a muito Illustrre, e muito Excelente Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, filha do muito Illustrre, e muito Excelente Principe, Luiz de Lorena Lambesc, e da Senho-

ra Princeza Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz, sua esposa, para regular o dote, e todas as mais convenções, como melhor lhe parecer, com os ditos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores, Principe, e Princeza, pay, e mãy da dita Senhora Princeza, promettendo de ter por bom, firme, e valioso, tudo o que for ajustado, tratado, e concluido, pelo dito Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Principe, Carlos de Lorena, como se eu mesmo o tivesse feito, para o que lhe dou todos os poderes em direito necessarios, assim especiaes, como geraes, obrigando a minha pessoa, e bens, ao cumprimento de tudo o que por elle for assentado, e determinado. Em virtude, do que acima fica dito fiz fazer a presente Procuração, por mim assinada, e sellada com o Sello de minhas Armas. Feita em Lisboa, aos 20 de Fevereiro de 1739. Firma.

### O DUQUE ESTRIBEIRO MÔR.

Dom Luiz da Cunha, Commendador da Ordem de Christo, do Conselho de Sua Magestade Portugueza, seu Embaixador, e Plenipotenciario na Corte de Sua Magestade Christianissima. Certifico, que a presente Procuração do Senhor Duque de Cadaval, dada ao Senhor Principe Carlos de Lorena, para regular, e concluir o contrato de casamento, com a muito Illustre, e Excelente Senhora, a Princeza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, filha do muito Illustre, e muito Excelente Principe Luiz de Lorena Lambesc, e da Princeza Joanna Margarida Henriqueta de Durfort de Duraz, sua esposa, está em tudo conforme, e por tudo ao Original, de que foy traduzida. Em fé, do que temos assinado a presente, e feito pôr o Sello das minhas Armas. Feita em Pariz aos 11 de Abril de 1739. Firma. Dom Luiz da Cunha.

### *Licença delRey de Portugal.*

Hey por bem, que no contrato dotal, que o Supplicante tem ajustado, com licença minha, possa obrigar à restituição do dote, e ao pagamento das arrhas, (no caso, que as haja) em falta de bens livres, os de morgado, sem o consentimento do successor immediato; e não bastando estes, lhe dou tambem licença para poder obrigar os bens da Coroa, e Ordens, na mesma fôrma, que posso, como tambem para fazer valida a obrigação, de que faz menção, a respeito da promessa de hum das Villas, de que he Donatario, e do logar da jurdição, pendente a vida da dotada sómente, o que lhe acordo inteiramente de proprio motu, certa sciencia, e authoridade Real, não obstante quaesquer Leys em contrario; e ordeno, que tudo se execute, como se fosse hum Decreto, ou Carta, passada pela minha Chancellaria, ainda que effectivamente por ella não passasse, sem embargo da Ordenação do liv. 2. cap. 38, 39, e 40. Em Lisboa Occidental, aos 21 de Fevereiro de 1739. Com a Rubrica Real.

O Duque, Estribeiro Môr de Vossa Magestade, lhe representa, que



que tendolhe Vossa Magestade dado licença de poder casar fóra do Reyno, elle está na resolução de casar com Henriqueta Julia Gabriella, filha do Principe, e Princeza de Lambesc; e que para concluir as Escrituras, e pactos dotaes, necessita da permissão de Vossa Magestade, para segurança do dote, e das arrhas, da dita futura esposa, o que elle só póde segurar sobre os bens, que elle Supplicante possuiue da Coroa, e Ordens, não tendo bens livres, sobre que possa segurar o dito dote, e arrhas: e attendendo a que elle Supplicante faz o seu contrato dotal da mesma maneira, que o fez o Duque seu pay, nos dous casamentos, que contratou em França, sendo hum dos contratos dotaes, que vindo a futura esposa a sobreviver, ella terá, e possuirá, à sua escolha, huma das Villas, que ella julgar mais a proposito, da Casa do Supplicante, com toda a jurisdição, que della depende: e como esta sorte de contratos não póde ter execução, sem permissão de Vossa Magestade.

Pede a Vossa Magestade lhe queira conceder esta graça, e permissão, por seu Real Decreto, para segurança, e validade das convenções da Escritura dotal.

E receberá merce.

Registada a folhas 15 do livro 15 das Patentes.

O Chanceller, e Secretario do Consulado Geral de França, no Reyno de Portugal, certifica ter traduzido bem, e fielmente, de Portuguez em Francez, a Petição, e despacho acima, e da outra parte, sem ter accrescentado, nem diminuido nada da verdadeira substancia do proprio Original, ao qual em tudo está conforme. Em fé, do que tenho passado a presente, em Lisboa, aos 25 de Fevereiro de 1739. Firma. Ferrand. Chanceller.

Nos Francisco Duvernay, Conselheiro delRey, Consul Geral de França, no Reyno de Portugal, a cujo cargo estão os negocios delRey, na Corte de Sua Magestade Portugueza, certificamos a todos aquelles a quem pertencer, que o Senhor Ferrand, que tem feito, e assinado a Tradução, de que se faz menção, he Cancellar, e Secretario do nosso Consulado, a cujos sinaes, e Escrituras se deve dar ampla, e inteira fé, do mesmo modo, que ao Original da dita Tradução, assim em juizo, como fóra delle; em testemunho, do que temos feito expedir a presente, assinada da nossa mão, e sellada com o Sello Real do nosso Consulado. Dada em Lisboa, na nossa Casa Consular, aos 25 de Fevereiro de 1739. Firma. Duvernay.

*E na margem de cada hum dos tres papeis acima copiados está escrito:*

Certidão verdadeira, assinada, e firmada acima, do contrato de casamento, perante os Notarios abaixo assinados, hoje 11 do mez de Mayo de 1739. Firma.

O PRINCIPE CARLOS DE LORENA.

Com Couvois, e Douron Notarios.

Os

## 566 *Provas do Liv. IX. da Historia Genealogica*

Os Originaes dos ditos papeis foraõ annexos à Minuta do dito contrato , que fica nas Notas do dito Douron , Notario.

Douron.

Couvois.

Sellado aos 16 de Mayo de 1739.

Lugar do Sello.

E aos 16 do dito mez de Mayo se achou em Pariz , em presença dos Notarios abaixo affinados , o Senhor Principe Carlos , com Procuração do dito Senhor Duque de Cadaval , o qual no dito nome reconhece , que os sobreditos Senhores Principe , e Princeza de Lambesc , estando presentes o dito Senhor , e Senhora , para isto authorizados , lhe tem pago , e entregue em Luizes de ouro , da moeda corrente , em presença dos Notarios abaixo affinados , a quantia de cento e cincoenta mil libras , que os ditos Senhores , Principe , e Princeza de Lambesc , prometteraõ dar à dita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena , sua filha , esposa ao presente do Senhor Duque de Cadaval , pelo seu contrato de casamento , de que o sobredito Senhor Principe Carlos , os dá por quites , e desobrigados , estando presente a sobredita Senhora Henriqueta Julia Gabriela de Lorena , Duqueza de Cadaval , authorizada para effeito da presente pelo dito Senhor Principe Carlos , no dito nome.

Declarando os ditos Senhores , Principe , e Princeza de Lambesc , que a dita quantia de cento e cincoenta mil libras , paga acima por elles ao sobredito Senhor Principe Carlos , no dito nome , he parte da quantia de duzentas sessenta e oito mil duzentas e cincoenta libras , que Suas Altezas tomaraõ emprestadas pelo Senhor Juliaõ Flever , por obrigação feita perante o Notario Laidigiue , o moço , em Pariz , aos 22 de Fevereiro passado ; em supplemento do qual , e da Carta de retenção , Breves de retenção , dos 25 do mesmo mez , fazem Suas Altezas a presente declaração , em conformidade da promessa , que fizeraõ pela dita obrigação lançada na dita Carta , annexa à Minuta do acto , feito perante o mesmo Notario , no sobredito dia de 25 de Fevereiro passado , em consequencia da dita obrigação. Feito , e passado em Pariz , no Palacio dos ditos Senhores , Principe , e Princeza de Lambesc , no mesmo dia , e anno. E affinaraõ a Minuta das presentes , depois da Minuta do dito contrato de casamento ; e tudo ficou nas Notas do dito Notario Douron.

Douron.

Bovoin.



PROVAS  
DO LIVRO X.  
DA  
HISTORIA  
GENEALOGICA  
DA  
CASA REAL  
PORTUGUEZA.

*Carta del Rey D. Duarte, em que faz merce ao Conde de Ourem,  
de lhe confirmar a doação do Condestavel, dos Reguengos de  
Sacavem, Camarate, Catejal, Unhos, Friellas, e da  
Ribeira do Sal, &c.*

**D**Om Eduarte per graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Ceita. A quantos esta Carta virem fazemos saber, que o Conde de Ourem meu sobrinho nos mostrou huã Carta de D. Nuno Alvares Pereira Condestable seu Avo, da qual o theor he este que se segue. A quantos esta Carta de doação virem o Condestable vos faço saber que por quanto a Deos prouve de me dar tres nettos filhos do Conde D. Affonso, e da Condeffa D. Breatiz Pereira minha filha cuja Alma Deos haja ss. D. Affonso que he o mayor baraõ, e D. Fernando, e D. Isabel aos quaes de direito pertencia a herança de quaesquer bens patrimoniais que eu ouvesse depois de minha morte, e porque todallas terras, rendas, e bens, ou a mayor parte dellas que eu ey, e foraõ da Coroa do Reyno de que me Deos, e meu Senhor ElRey há feita merce pelos serviços que a Deos prouve de lhe eu fazer, e porque ElRey meu Senhor me há feita merce per sua Carta que me sobre ello mandou dar que eu possa fazer doação, e doações de todallas terras, quintas, rendas, e direitos de que me elle há feita merce a quaesquer pessoas que a mim prouver que as haja pela guisa que lhes eu dellas fezer doação, e as eu delle ey segundo mais compridamente na dita Carta hé contheudo, por vertude da qual  
Carta

Num. I.

An. 1422.

Carta eu das ditas terras, quintas, rendas, e direitos posso fazer as ditas doações a quem me aprouver, e muito mais com rezaõ o posso, e devo fazer aos ditos meus nettos. Porem confirmando o grande devido que comigo haõ, e como hajaõ de viver bem, e grandemente como a homẽs de seu estado, e que possaõ bem servir a meu Senhor ElRey, e o Iffante meu Senhor, e os que despois delles vierem como a elles cabe, e saõ theudos de o fazer ordenei de lhe repartir as ditas terras, rendas, e direitos segundo entendi que era igualeza, e per poder da sobredita Carta de meu Senhor ElRey dou, e faço pura, e irrevoguavel doação antre vivos valedoura deste dia pera todo sempre que nunca possa ser revogada ao dito D. Affonso meu netto pera si, e pera todos seus filhos, e nettos que delle descenderem que sejaõ lidimos de todallas terras, quintas, rendas, e direitos, foros, e trebutos, e paços a diante declarados ff. da Judaria da Cidade de Lisboa com suas rendas, direitos, e pertenças, e dos meus paços da dita Cidade com suas casarias, e pertenças, e de todollos Reguengos do termo da Cidade de Lisboa, ff. a Charneca, e Sacavem, e Camarate, e o Cathejal, e Unhos, e Friellas, e a Ribeira do Sal, com suas rendas, e direitos, e do meu Lugar, e Reguengo de Collares com todos seus direitos depois da morte de minha Madre a quem eu delle ey feita doação em sua vida segundo he contheudo em huã doação que lhe delle fiz, e do barco de Sacavem com suas rendas, e direitos depois da morte de Gil Aires meu criado a quem delle ey feita doação em sua vida segundo he contheudo em huã doação que lhe dello fiz, e das rendas, e direitos de Rio mayor depois da morte de Pedrafonso do Casal, e de Ines Pereira sua mulher meus Irmaõs a quem eu das ditas rendas, e direitos tenho feito doação em suas vidas segundo he contheudo na doação que lhes dello fiz, e do Reguengo de Alviella termo de Sanctarem depois da morte do dito Gil Aires a quem delle tambem ey feita doação em sua vida, segundo se contem na dita doação que lhe delle fiz, e do Condado, e Villa de Ourem, e de Porto de moos, com todallas rendas, e direitos que eu em ellas, e em seus termos ey, e de derecho devo daver, das quaes Villas, e Luguares, rendas, e direitos e Reguengos, e paços lhe faço doação com todas suas rendas, e direitos, foros, e tributos, e jurdições, civeis, e crimes, e dos Castellos das menagens dos ditos Luguares onde os ouver, e dos padroados das Igrejas das ditas Villas, e Luguares que haja todo livre, e izentamente de juro derdade mero misto imperio para todo sempre pera elle, e pera todos seus descendentes que depois delle vierem assi, e per a guiza que eu todo ey, e me meu Senhor ElRey dello há feita merce, e doações, e melhor se puder ser. E porem mando aos meus Almojarifes, escriptaens, e aos Juizes dos ditos Luguares, e a outros quaesquer a quem esto pertencer que metaõ logo em posse das ditas Villas, e Luguares, rendas, e direitos, Reguengos, e paços, e padroados de Igrejas o dito D. Affonso meu netto, ou seu certo procurador, e lhe acudaõ, e façaõ acudir com todo bem, e compriamente, e lhes obedeçaõ como a mim mesino obedeciaõ, e lhe lei-



xem todo aver compridamente sem nenhum embargo, e fazer de todo e em todo assi como de sua cousa propia porque eu lhe faço de todo doação, o mais firmemente que lhe fazer posso, a qual doação lhe faço per a guiza que dito he, com condição que elle não bulla em nenhuã guiza com as rendas, e direitos de que eu fiz doação aos fuso ditos senão as suas mortes como nas doações que lhes fiz hé contheudo, e com condição que se o dito D. Affonso fallecer per morte sem filho ou filha lidimos que as ditas Villas, e Luguares, rendas, e direitos, e paços, e padroados de Igrejas fique todo ao dito D. Fernando seu Irmão meu netto, e delle fiquem a seus descendentes, e se o dito D. Fernando fallecer sem filho, ou filha lidimos que fique todo a dita D. Isabel sua Irmã minha netta, e della a seus descendentes, e que a dita herança não passe a outra parte. E em testemunho desto lhe mandei dar esta Carta de doação assinada per minha mão, e sellada do meu sello, dante em Borba quatro dias de Abril, o Condestable o mandou, Gil Aires a fez era de mil e quatrocentos e sessenta annos. E pedionos de merce o dito Conde que lhe confirmassemos todo esto contheudo na dita Carta por quanto fora dado, e outorguado de juro derdade por o muy virtuoso, e de grandes vertudes ElRey meu Senhor, e meu padre da muy gloriosa memoria cuja Alma Deos haja ao dito Condestable seu Avo, e ante que lhe sobre ello dessemos outro livramento fizemos perante nós vir as cartas que o dito Senhor Rey sobre esto dera ao dito Condestable, as quaes examinadas, e vistas per nós, e confirando a rezaõ de seus merecimentos, e divido grande de natureza que comnosco há nos move a lhe firmar, e reformar todas as ditas doações, previllegios, graças, e merces, e liberdades de nossa certa sciencia proprio moto, Real authoridade, e poderio absoluto lhe outorguamos, e confirmamos as Villas, Castellos, terras, julguados, coutos, honras, e jurdições, padroados, rendas direitos, foros, tributos, pela guiza, e com todallas clausullas, e condições contheudas em a dita Carta que lhe foi dada, e outorguada per o dito Condestable seu Avo cujo Alma Deos haja. Porem mandamos a todollos nossos Ouvidores, sobrejuizes, e Corregedores, justiças, Veadores da fazenda, contadores, Almoxarifes, e a quaesquer outros Officiaes presentes, e que ao depois forem a quem esto pertencer que não embarguem, nem consentão embargar ao dito Conde de haver as jurdições, direitos, rendas, foros, trebutos, das Villas, Castellos, terras, julguados, coutos, e honras sobreditos, e usar delles per si, e per seus Officiaes segundo se contem em a dita Carta, mas ante lha guardem, e fação todos bem guardar sem outro embargo que a ello ponhão, e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada per nós, e assellada do nosso sello de chumbo dante em Sanctarem vinte e quatro dias de Novembro, ElRey o mandou, Ruy Galvão a fez era do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos trinta e tres annos.

*Carta del Rey D. Duarte, em que faz merce ao Conde de Ourem,  
da agua de Alviella, de juro, e herdade.*

Num. 2.  
An. 1433.

**D**Om Eduarte per graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Ceita. A quantos esta Carta de doação virem fazemos saber que nós de nosso moto proprio, certa sciencia, livre vontade, e poder absoluto fazemos merce pura, e livre doação que nunca possa ser revogada ao Conde de Ourem meu sobrinho pera elle, e todos seus herdeiros, e successores da aguoia de Alviella, e suas prayas des a Igreja de S. Vicente de Casevel até onde se mete no Tejo, em a quoa augoa agora não são feitas moendas, nem outros arteficios pera em ellas os mandar fazer de qualquer guisa que em ella podem ser feitos, e quando lhe prouver, dos quaes queremos, e outorguamos que a nós, e a nossos successores não fação foro, ou censo algum pera sempre; e que o dito Conde per esta Carta per si, ou por seu Procurador sem outra authoridade possa tomar posse da dita augoa, e prayas della em parte, ou em todo per quaesquer finaes, ou demonstrações que a elle prouverem, e filhada assi a dita posse que da dita augoia, e arteficios que em ella forem feitos, e rendas delles elle dito Conde, ou seus successores possam fazer doação, e venda, e permudação, e todo o que lhes prouver assi como de sua cousa propria per qualquer outro titulo, guança, e per esta nossa Carta tiramos de nós todo o direito, titulo propriedade, auga, e posse que nós em a dita augoa, e prayas della havemos, e os tresmudamos em o dito Conde envestindo em elle o direito, e posse sobredita, e mandamos a quaesquer nossos Veadores da fazenda, e Almojarifes a que esto pertencer que hora são, ou ao diante forem, e a todas nossas justiças que lhe leixem tomar a posse da dita augoa, e prayas, e haver livremente as rendas, e direitos de todo o que dito he sem outro embargo que lhe a ello ponhão, e esta doação queremos, e outorguamos que seja firme, e estavel pera sempre não embargando quaesquer decretos, leis, direitos, foros, costumes, e ordenações que a ello possam contradizer em parte, ou em todo, e se pera mayor firmeza desta doação em ella compriaão serem postas algũas clausullas, ou outras cousas serem declaradas, nós de nosso ja dito poder absoluto as havemos aqui por sufficientemente expressas, dante em Sanctarem a vinte cinco dias de Novembro El-Rey o mandou, Ruy Galvão a fez era do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos trinta e tres annos.



*Carta de confirmação delRey D. Duarte, em que está incorporada  
huma delRey D. João I. de doação das jurisdicções de seus  
Almoxarifes, Ouvidores, e Sacadores, ao Conde de  
Ourem.*

Num. 3.  
An. 1433.

**D**Om Duarte pola graça de Deos, Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Ceita. A quantos esta Carta de confirmação virem fazemos saber que o Conde Dourem meu sobrinho nos mostrou cartas de privilegios, e liberdades que o mui virtuoso, e de grandes virtudes ElRey meu Senhor, e padre da mui gloriosa memoria, cuja alma Deos haja fez ao Condestabre seu Avô com as clausulas, e condições em os ditos privilegios conteudas; as quaes Cartas, e privilegios som estas que se seguem: Primeiramente huã Carta do dito Senhor Rey assinada por elle, e sellada do seu Sello de chumbo porque tem por bem, e manda que os seus Corregedores, e Ouvidores, e sobjuizes nom conheçam das appellações, e aggravos das terras do dito Condestabre sem irem primeiro perante elle, ou perante seus Ouvidores, que foi feita no Porto x6 dias de Fevereiro por Afonso Coudo, era de Cesar de mil iiij xx6. E outra Carta do dito Senhor Rey passada, e assinada por Martim da Maya seu vassallo, e Veedor de sua fazenda por quanto hi nom era Gonfalo Pires seu companheiro, e assellada do seu Sello pendente, porque fez merce ao dito Condestabre que os seus Almoxarifes possão conhecer dos feitos de que conhecem os do dito Senhor Rey, e dem em elles livramento, feita em Evora xiiij de Fevereiro por João Basques era de Cesar de mil iiij xxix. E outra Carta do dito Senhor Rey passada, e assinada per Alvaro Pires, Conigo de Lisboa, Juis dos seus feitos nom sendo hi os Veedores de sua fazenda assellada de seu Sello pendente, porque tem por bem, e manda que nenhum judeu nom seja escusado de pagar no serviço Real salvo alguns ditos por prazimento do dito Condestabre, feita em Santarem xx6 de Agosto per Alvaro Gonfaves, era de Cesar de mil iiij xxx6. E outra Carta do dito Senhor Rey passada, e assinada por João Afonso de Alquerque seu vassallo, e veedor de sua fazenda, e assellada do seu Sello pendente, porque lhe dá poder que os seus sacadores possão penhorar, e constanger, vender, e rematar os bens dos que lhe deveedores forem como por as dividas do dito Senhor Rey, feita em Santarem xx6iiij de Agosto por Bertolameu Gomes era de Cesar de mil iiij xxxvi. E demandounos de merce o dito Conde Dourem meu sobrinho que lhe dessemos a ello nossa confirmação. E por quanto a razom de seus merecimentos, e o devido grande da natureza que conosco há nos movem a lhe firmar, e reformar todos os ditos privilegios, graças, merces, e liberdades, de nossa certa sciencia, proprio motu, Real autoridade, poderio absoluto lhe outorgamos, e confirmamos todas as ditas liberdades, graças, e merces, e com todas as clausulas, e condições conteudas em as ditas Cartas, e privilegios

que foraõ dados, e outorgados ao dito Condestabre seu Avò por o dito Rey meu Senhor, e meu padre cuja alma Deos haja. Porem mandamos a todos os nossos Ouvidores sobjuizes, e Corregedores, justias, Veedores da fazenda, Contadores, Almoxarifes, e quaesquer outros Officiaes presentes, e aos que despois forem a que esto pertencer que nom embarguem nem consintaõ embargar ao dito Conde Dourem daver as ditas graças, e merces, privilegios, e liberdades sobreditos, e usar dellos por si, e por seus Officiaes segundo se contem em as ditas Cartas, e privilegios, mas antes lhas guardem, e fação todos bem guardar sem outro algum embargo que a ello ponhaõ. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta asfinada por nos, e assellada do nosso Sello de chumbo. Dante em Santarem xx6 de Novembro. ElRey o mandou Ruy Galvom a fez era do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil iiij xxxij annos.

*Copia de huma Carta delRey D. Affonso V. porque confirmou ao Conde de Ourem o Alvará nella incorporado, porque ElRey seu pay manda ao Corregedor, e Juizes da Cidade de Lisboa, dessem ao dito Conde, e aos seus, quando viessem à dita Cidade, e seu Termo, a palha, que lhe fosse necessaria. He autentica, e está no Cartorio da Casa de Bragança, donde a tirey.*

Num. 4.  
An. 1449.

**D**Om Afonso per graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve Senhor de Cepta fazemos saber a quantos esta Carta virem que o Conde dourem, meu muito amado primo me inviou mostrar hum estromento pubrico em o qual esta contheude de verbo a verbo, hum Alvara, que lhe ElRey meu Senhor, e Padre, cuja alma Deos aja deu do qual o theor tal he. Nos ElRey mandamos a vos corregedor yuizes, da Cidade de lisboa, que deis ao Conde dourem meu sobrinho e aos seus quando for a dita Cidade, e no termo della, aquela palha que lhe compridoira for e asy he nossa merce e al no façades dado em Santarem xxij dias de fevereiro, ElRey o mandou nicolao Rodrigues o fez era do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos trinta e quatro annos e pedionos o dito Conde meu primo que lhe confirmacemos o dito alvara como em o dito estromento era conteudo, e a nos praz deillo e porem mandamos a vos dito Corregedor, e Juizes e a quaesquer outros a que pertencer que lho guardeis e cumprais e façaes cumprir e guardar como em esta nossa Carta se contem sem outro embargo que a ello ponhais; dada em Almeirim xij dias do mes doutubro ElRey o mandou fernam bieira a fez anno do Senhor de mil iiij 4ix. Concertada com a propia.

Rui dias de Menezes.



*Carta delRey D. Duarte , para que se guarde ao Conde de Ourem o artigo das Cortes de Santarem , como nella se contém. Está no Cartorio da Casa de Bragança , donde a tirey.*

**D**Om Eduarte polla graça de Deos Rey de Portugal , e do Algarve , e Senhor de Cepta. A quantos esta Carta virem fazemos saber que o Conde de Barcellos meu Irmao , e o Conde Dourem , e o Conde d' arrayollos meus sobrinhos nos disserao , que quando ora nos fizemos Cortes em Santarem , mandamos que nenhuns nao podessem privilegiar alguas pessoas em suas terras , salvo a Rainha , e os Iffantes meus Irmaos , e a elles , e que lhes era dito que depois mandamos , que se nao entendesse esto salvo aa dita Senhora Rainha , e aos Iffantes meus Irmaos , e que nos pediao por merce , que sem embargo da Carta do dito mandado se entendesse , asi a elles como nas ditas Cortes foi detreminado ; e nos vendo o que nos asi pediao , e diziao , e querendolhe fazer graça , e merce , avemos por bem , e mandamos , que lhe seja goardado o dito artigo , asi , e pela guisa , que lhes foi otorgado nas Cortes que fizemos em Santarem sem embargo da dita Carta , e mandado , e esto se nao entenda , nos que nos especialmente mandamos fazer , ou que pertencer a nosso servico , ca em esto nao queremos , que outrem aja poder de privilegiar , senao solamente nos , e em testemunho desto lhe mandamos dar a cada hum sua Carta assinada por nos , e assellada do nosso Sello , e esta he para o dito Conde Dourem. Dante em Obidos xij dias de Setembro Affonso Cotrim a fez era do nacimiento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil iiij xxxiiij annos , e se esta Carta nao for sellada mandamos que nao valha.

Num. 5.  
An. 1434.

*Diario da jornada , que fez o Conde de Ourem ao Concilio de Basileá. Está nos manuscritos da Livraria do Serenissimo Senhor Infante D. Antonio , donde o tirey.*

*Como o Conde Dourem foy ao Concilio de Basileá , e o que passou no caminho , e assim ao Papa.*

**A**Os onze dias por andar de Janeiro partio o Conde Dourem de Lixboa pera fora da terra , e foi dormir a Castanheira , que saõ sete legoas , esteve hi hum dia , que foi Dominguo , e ao outro dia foi dormir a Alcoentre , que som quatro legoas , e ao outro dia foi dormir â Corruquel , que saõ cinco legoas , e ao outro dia foi dormir a Leyrea , que saõ cinco legoas , e ao outro dia , que foi dia de Sancta Maria de Fevereiro , e foi o primeiro dia do dito mes , e ao outro dia foi dormir a Pombal , que saõ cinco legoas , e ao outro dia foi dormir a Penela , que som quatro legoas , e esteve hi , ao outro

Num. 6.

tro dia, que foi Domingo com ho Iffante Dom Pedro, e ao outro dia foi dormir a Alousã, que saã tres legoas, e ao outro dia foi a Granol, que sam quatro legoas, e ao outro dia foi a Gouvea, que sam cinco legoas, e ao outro dia foi a Cidade da Guarda, que saam cinco legoas, e esteve hi ao outro dia, que foi Sabado, e ao Domingo, e ha segunda feira foi ao Sabugal, que sam cinco legoas, e esteve hi, ao outro dia foi a Alfayates, que sam tres legoas, e ao outro dia foi a Fonteguinaldo, e que he o primeiro Lugar de Castella, que saã tres legoas, e ao outro dia foi a Ciudad Rodrigo, que som quatro legoas, e ao outro dia foi a Tamames, que sam sete legoas, e esteve hi, o outro dia, que foi Domingo, e ao outro dia foi a Fonte Robrẽ, que saã seis legoas, e ao outro dia, que foi dia den- truido foi a Salvaterra, que sam duas legoas, e ao outro dia foi a Bonilha, que som cinco legoas, e ao outro dia a Villa Touro, que sam duas legoas, e ao outro dia foi a Cidade de Avilla, que som sete legoas esteve hi, ao outro dia, que foi Sabado, e ho Domingo, e a segunda feira foi a ell Varoco, que som cinco legoas, e ao ou- tro dia foi a ell Cadahalso, que sam sete legoas, e ao outro dia foi a Escalona, que sam tres legoas, e neste lugar tem o Condestable de Castella huns muy fermosos Paços, e ao outro dia foi dormir a To- rijos, que som quatro legoas, e ao outro dia foi a Cidade de Tole- do, que sam cinco legoas, esteve hi, ho outro dia, que foi Saba- do, e o Dominguo, esta Cidade he muy grande, e bem rica, e vay o Tejo por veira della, e a segunda feira foi â Epes, que som seis legoas, e ao outro dia, que foi terça feira foi a Ocanha, que som duas legoas, e o Conde esteve hi quarta feira, e di se partio o Con- de pera Caza DelRey de Castella, que estava em Alcala, que som doze legoas, levou certas emcavalgadas comsigo, e a casa ficou ahi aquelle dia, e ao outro dia, que foi quinta feira, e a sexta feira foi dormir a casa de Sancta Cruz, que saã cinco legoas, e ao outro dia foi a outras, que sam cinco legoas, e esteve hi ao outro dia, que foi Domingo, e a segunda feira, que foram omze dias de Mar- ço chegou o Conde a este lugar, honde estava a sua Caza, e esteve hi o dito dia, e a terça feira foi dormir a Vilarejo, que som quatro legoas, e esteve hi ao outro dia, e este lugar he hum Aldea pe- quena, mas he das melhores de Castella, nem de melhores camas, e ao outro dia foi dormir a Castinho de Garcia menhoz, que som cinco legoas, esteve hi ho outro dia, que foi sexta feira, e o Sa- bado, e Dominguo, e a segunda feira foi dormir a Larcom, que som cinco legoas, e este lugar he muito forte, e nom pode nenhum lugar ser maes forte, do que elle he, leva hum Rio, que ho cerca de redor, e ao outro dia foi a Cuesta, que som cinco legoas, e ao outro dia foi jantar dahi quatro legoas e mea a hum lugar, que cha- maõ os Moinhos, e hi nom moram maes de tres fogos, que estam naquelles moinhos, e tem hi pam, e vinho, e carnes, e pescados pera vender pera que foi por aquelle caminho, e o Conde mandou alli ficar os cavallos, e foi dahi dormir quatro legoas e mea a hum lugar, que chamaõ Outiell, e affy andou o Conde neste dia nove le- goas,



goas , e ao outro dia foram os cavallos dormir ao sobredito , onde estava o Conde , e ao outro dia foram todos juntos , ff. o Conde , e Bispo do Porto , e os Doutores , e deram a andar , e antes , que chegassem a hum lugar , que chamaõ Requena , que som duas legoas , aguardaram os dianteiros ataa , que foram todos juntos , que assim era ja ordenado , e meteraõ todalas azemelas do Conde , e do Bispo , e dos Doutores na metade dos de cavallo , e assim passaram pera esta Villa de Requena , e esto foi feito , e ordenado porque este he o derradeiro de Castella , e porque esta no estremo haa mui inãs gentes , qua poucos passam por este lugar , que nom sejam roubados , e a hi tal costume , que todo homem , que per hi passar ha de pagar de quanto levar , o dizimo a ElRey , e assi ali ha muy grande renda , e porque o Conde levava enta de salvo conduto DelRey de Castella , por esso nom pagou nada , mas indo o Conde ja fora da Villa , vierom apos o Conde os que tinham arrendada aquella renda , e disseramlhe , que lhe pediam por merce , que em sua consciencia , e daquelles Senhores , que hiam em sua companhia , que lhes desse hum Estormento , ou hum Alvara assinado per sua maõ de todas aquellas couzas , que por alli passaram pera o amostrarem a seu Senhor ElRey , que lho descontasse na renda quando lha pagassem , e o Conde lho deu , e assi passou o Conde por este lugar , e deu a andar ate chegar ao primeiro lugar Daragaõ , que chamaõ Setagoas , que som donde o Conde partio quatro legoas , e o Conde acordou ali dormir , e hi nom avia maes de seis cazas povoadas , porque foi todo queimado dos Catelaãos , e o Conde ouve conselho com ho Bispo , e disseramlhe , que era bem de irem dormir dahi duas legoas , a hum lugar , que chamãõ Boinho , e assi o fizeram dos cavallos do Conde , ficaron hi , e o Conde , e o Bispo derom a andar seu caminho , e neste dia choveo muy bem , e quando chegaram ao lugar , hera acerca de Sol posto , e os do lugar quando os em hum outeiro derom a acampaar do Castello , e o Castello he taõ forte , que como alçassem huma porta de pao , que he feita per engenho , defenderseca per tempo perlonguado , que ho nom poderam filhar , salvo se o esfaimarem. Outro si ao pee daquelle Castello jaz o arrabalde , que assim he muy forte , que quando ho homem entra a elle , e vam hum muy grande pedaço hum homem atras doutro , e isto he porque ho caminho he taõ estreito , e tam fraguoso , que nom podem ir doutra maneira , e as ruas , que o fuso dito tem , assy saõ estreitas , que bestas carreguadas , nem homens a cavallo nom podem ir , salvo hum ante outro , e as bestas carreguadas nom podem por alli andar , salvo descarreguadas , e na metade do lugar esta hum pequeno de chaõ , em que estam huns Paços , em que ho Conde pousou , e naquelle Castello estam dous Gentishomens. Outro si quando o Conde chegou a porta do Castello estavam a porta do sobredito homens , e muitos mouros armados com adarguas , e lanças nas maons , e perguntaram , que Senhor era aquelle , que alli vinha , elles lhe disseraõ , que era hum Conde , e hum Bispo de Portugal , e que hiam pera honde estava o Papa , e que o Conde lhes enviava pedir , e roguar de lhe darem ally por aquella

aquella noite pousadas por seus dinheiros, e elles differom, que lhes prazia de boa mente, e alli aguardarom o Conde, ate que chegou, e como chegou fizeram suas misuras, e o Conde a elles, e elles differam ao Conde, que estavaõ alli per mandado de seu Senhor, El-Rey, que guardavam aquelle Castello por feiçom de guerra, que aviam com os Catelaons, porem, que elles lhe pediaõ por merce, que lhes segurasse o Castello, e o lugar, e o Conde lhos segurou, e entam mandaram aos Mouros, que se fossem pera suas cazas, e que fizessem boõ gafalhado aquelles Gentishomens, e elles loguo mandaram hum seu homem, que os fosse beẽ apousentar, e loguo ho homem foi com o Apousentador do Conde, e foi-os muy bem apousentar todos, e em este lugar nom podiam achar mantimento, porque estavam despercebidos, e loguo os Gentishomens do Castello mandaram hum presente ao Conde de paõ, e empadas, e vinho, em este luguar viverom ate duzentos Mouros, e o Alcayde, que hi estaa: e o outro dia foi o Conde dormir a hum lugar, que chamaõ Chiba, este luguar tem hum Castello, que esta em hum alto, he cercado sobre si, e tem huõ arrabalde, que he dahi hum tiro de besta, e neste arrabalde, e o Castello moraram ate dozentos mouros, e christaons nenhum, salvantes o Alcayde, que he christaõ, e o Conde pousou em hum estao, que estava fora do Castello, porque naõ avia dentro estao nenhum; ho Alcayde mandou dar as pousadas aos Gentishomens, e a outra gente de pê no arrabalde; o Bispo, porque alli nom cabia, foi dormir dahi tres legoas, e o Conde esteve neste lugar hum dia, que foi Domingo, a segunda feira seguinte depois de jantar foi dormir o Conde, e o Bispo, e os Doutores, que se ajuntarom todos no caminho, se forom dormir a Cidade de Valença, que som cinco legoas, e vierom receber o Conde muitos cavallos, e fidalgos, e Gentishomens da dita Cidade a hum legoa, e vinhaã em cima de muy boõs cavallos, e seriam por todos ata trezentos, ou quatrocentos de cavallo, e tres trombetas com elles, e assi levaram o Conde dentro a Cidade muy honradamente, levando-os pelas melhores ruas da Cidade, e assi forom com elle ataa pousada omde o Conde pousou, que era na praça, e a terça feira seguinte veyo o Barle, e os jurados com os melhores de suso dita, onde pousava o Conde, e cavalgou co Conde, e elles foromlhe mostrar os Paços DelRey, que esta fora da Cidade; estes Paços sam muito fermosos com boas camaras bem repartidas, e tem dentro muy boas ortas, fl. huma Capella DelRey muito fermosa com sua orta, e tem dentro laranjeiras, e murta, que estaõ antremetidas, fl. a murta com as lorangeiras, e humas polas outras, que he huma cousa muito fermosa de ver, e em estes Paços andaõ leoens, e tres cervos, e tres hemas muito grandes. Outro si neste dia mostrarom ao Conde huns Paços, que eram de hum Coniguo muito fermosos, e a quarta feira vierom os sobreditos onde o Conde pousava, e foromlhe mostrar o Orto DelRey, que he dentro na dita Cidade, a que chamaõ Terecena, o qual he muy fermoso, e della he toda ladrilhada, e dentro estaõ duas Capellas, e dous preguatoiros, fl. hum pera ElRey ouvir missa, e outro pera a . pregaçam,



pregaçam , e pera a Rainha , e outras Capellas pera ouvirem misaa outras gentes de comum , e huma Crasta , e outros edificios , como de Seê , e esta era de lorangeiras , e de murta tudo cheo darredor , e de fundo dellas não dava o Sol , posto que o fezesse , e em este logar mandarom aquelles Cavalleiros Gentishomens , e Regedores da dita Cidade vir muitos confeitos , e pomadas , e outras frutas doutras maneiras , e muito boõ vinho grego , e malvasia , e branco , e vermelho , e bebeo o Conde , e todos os Senhores , e depoes , que todos beberom , e vierom estes sobreditos com o Conde a este Virgel folgar , e tomar prazer. Outro si a copa , que ali estava armada tinha vinte e tres copos , e dez picheis , e doze bacios , e outras confeitas , e isto assi acabado , cavalgou o Conde , e os sobreditos com elle , e trouxeraõno a sua pousada muy honradamente , e alli vinha hum cavallo murzello , que era Ciziliano muito fermoso , e muito fazedor , que deziam aquelles Gentishomens do Conde , que de boõ cavallo nom podia melhorar , e em esta Cidade teve o Conde o Domingo de Ramos , em ella esteve o Conde outo dias , e a segunda feira partio pera Barcelona , que sam quarenta e outo legoas , e foi dormir a hum lugar , que chamaõ Monvedro , e ao outro dia foi dormir a Cabanas , e o outro dia foi dormir a Sam Mateu , que foi Vespõra de Endoenças atee depoes daa pregaçaõ estivemos ahi , que fomos idormir a hum lugar , que chamaõ Vilacomia , e ao outro dia fomos dormir a Cidade de Tortosa , que foi Vespõra de Pascoa , e per beira desta Cidade vay hum Rio , que chamaõ Ebro , e tem hum ponte feita de barcas perque passaõ , e per ella passou o Conde , e em este lugar passou , e vimos dez , ou doze mulheres Joves muy bem guarnecidas , ss. seis , ou sete dellas , e traziam vestido senhas cheyas douro muy fermosas , e mais senhas oppas descarlata vermelha empenadas de martas , e de fundo suas cotas de velludo verde , e outras joyas muitas , e as outras seis , ou sete mulheres andavam vestidas doutras vestiduras muito fermosas , e muy ricas , e estas mulheres eram mais de gentis , que de fermosas. Outro si esta Cidade he muy bem assentada em hum valle a pee de huma serra , e em esta Cidade tirou ho Conde o doo , que trazia , e vestio por dia de Pascoa hum sayo azul , muy bem farpado , e humas calças brosladas , que nom parecia dellas fio nenhum , e a segunda feira seguinte partio o Conde , e deu a andar seu caminho , e foi dormir a hum lugar , que chamaõ a Fonte de Pilhõ , e ao outro dia foi dormir a hum lugar , que chamaõ Cambulhe , e ao outro dia foi dormir a Cidade de Taragona , esta Cidade de Taragona he Arcebisnado , e temno hum Cardeal , que estava na dita Cidade , e o Conde , e Bispo com elle foi falar ao Cardeal , que pousava apaar da See , e ho Cardeal tomou o Conde polla maõ , e assentou-o apaar de si , e o Bispo doutra parte , e o Conde estava na metade , e estavam em hum estrado , em hum baanco , que estava cuberto de muy fermosos panos , e acabo de pouco veyo vinho , e fruta , e confeitos , e bebeo o Conde , e o Bispo , e depois os Gentishomens , e outra gente meuda , e esto acabado espedio-se o Conde do Cardeal , e foi ver a See , que estava hi jun-

to, e esta Sec he pequena, que he assy como a de Lixboa, mas he muy fermosa, e esta Cidade esta muy bem assentada, e tem dahy a huá meya legoa o porto do maar.

E ao outro dia foi dormir o Conde a hum luguar, que chamaó . . . . . e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamam Maratuzell, e hi esteve tres dias, e este lugar jaz em hum valle, e jaz muy bem assentado, e per beira delle vay hum muy boó Rio, que o passam por ponte, e tem darredor muy bom caminho, e deste lugar foi ho Conde a Santa Maria de Monfarrado, que som dalli tres legoas, foi dormir, este Mosteiro esta assentado em pequeno de chaó, que de huma parte saó tudo ferras muy altas como as da Rabida, e da outra parte he hum valle muy alto por homde vay hum Rio, que nom podem de fundo vir pera este Mosteiro, senam per a Rafaios, porque esta Costa he muy alta, outro si o caminho per onde o caminho foi pera este Mosteiro he huma couza muy espantosa de ver, e esto porque he muito fragoso, que quem o nom vir, nam o podera crer, como elle he. Outro si este Mosteiro he huma couza muy notavel, e muy fermosa de ver, si ho corpo da Igreja he muy fermoso, e cheo de muitos millagres, que faz em cada hum dia, e tem quatrocentas e dezaseis allampadas de prata, e outra muita prata doutra condicam, que assi em breve nom podiam dar conto, com outras joyas, que estam no dito corpo da Igreja. Outro si tem estrebarias, em que cabem trezentos cavallo, e aly lhe daó cevada, e palha por seus dinheiros: e aos homens de comer, e beber, assi de carne, como de pescado, em seus dias, posto que sejam bem trezentas, ou quatrocentas pessoas, e darvoshaó camas a cada hum em que conta, que for, e se quem quizerdes dormir na Igreja, darvoshaó huma almadra qilha, e huí cabecal, e huma manta, e esto a quantos forem em Romaria, e esto assi acabado por comer, nem por beber, e nam vos demandavam dinheiro nenhum, salvo conciencia hirugeis a dita Igreja, onde estaa huma pia fechada, e alli lançaredes do vosso dinheiro, o que vos aprouver, e se o nom tiverdes, hivos vosso caminho emboora, que vos nom diram nada. Outro si por serdes certificados deste Mosteiro de como he boó, e camanho he, sabeí, que ja nelle pousou ElRey Daragaá, e ElRey de Navarra, e a Rainha, e hi dormirom. Outro si deste ha hum tiro de besta em cima, em huma pena esta hum Castellinho pequeno, e nelle estava hum frade onrado com huns tres frades, e per esta serra estaam doze Irmitas, em que estam Irmitaons, e quando homem vay pera este Castello, vay por antre duas rochas, que tem huns paos, que atravessam de huá parte pera a outra, e cordas perque se apegaá, e pera que sobem a este Castello. Outro si o Conde dormio huma noite neste Mosteiro, que foi huma Vespóra de Domingo, e ao Domingo ouvio sua missa, e foi jantar, e como jantou mandou loguo sellar a sua faca, e outras bestas certas pera irem ver aquelle Castello, e as Irmidas, que estam na dita serra, e logo o Conde cavalgou, e foi darredor da serra per hum caminho, que eram duas legoas, a primeira Irmida, e em esta Irmida estava hum Irmitaó, que era Portugues, e esta foi a primeira



primeira Irmida honde o Conde chegou e ho Irmitaõ cheguava entam no dito Mosteiro, que fora la ouvir missa, e por sua raçam, e o Conde descavalgou, e foi ver a dita Irmida, que estava ao pee de huma muy alta penha, e tinha ahi huma . . . . . e o Conde perguntou ao Irmitam, que annos avia, que alli estava, e elle disse, que avia vinte annos, e mais, disselhe o sobredito, se fora despois a Portugal, elle disse, que si, e que estivera com Frey Mendo em Setuvel dous annos, e isto acabado vio, que aquella delleitaçam nom lhe covynha, e pedio licença, e tornou-se a sobredita Irmida, e que assi queria fazer sua vida ate que prouvesse ao Senhor Deos. Outro si perguntou o Conde quantas Irmidas estavam naquella ferra, e elle disse, que eram muitas, mas que nom eram povoadas, famente doze, e que as outras eram despovoadas, porque, que quando os Irmitaens estavaõ em ellas faziamlhe os emigos muito desprazer, e tratavam-nos muy mal, e tambem estes outros assim dizem, que lhe fazem algumas vezes nojo, e o Conde lhe perguntou se lhe viera ja alguma cousa daquillo, elle disse, que estando elle huma ora naquella Orta, que vio estar em hum cabo da Orta hum cabram, e cuidou, que era algum cabraõ bravo, dos que andaõ naquella montanha, nam aa outra mençaõ senam a cabras, e cabroens, e alguns porcos muy poucos, e foi pera onde elle estava, e o cabram quando vio, que se elle hia pera elle, foi-se pera huma peña, que hi estava, e saltou em baixo, e arrebentou loguo, e lançou muy grande fumo, e fedor por tal guisa, que eu fiquei hum pouco torvado, e dantes, nem depois nunca vio nenhuma cousa, que lhe fizesse nojo, e esto assi acabado amostrou ao Conde outras Irmidas, e o caminho por honde fosse pera ellas, e foi o Conde loguo ver duas Irmidas, que estam acerca della, e huma dellas chamam Santa Caterina, e esta Irmida esta na metade de hum penedo, que foi cavado com picoens, e alli tem dentro huma Orta, que esta em terra possta, e mais tem dentro no penedo hum poço, que foi feito com picoens, e pella peña tem feitos regueiros, que vem pera ho dito poço, porque quando chove vem agoa pera elle, e alli tem agoa de hum inverno pera outro, e assi ho fazem os outros Irmitaons, que nom tem fonte, e esta Irmida com outras algumas da dita montanhaa sam muy notavel cousa de ver; outro si, todas tem Oratorios, e altares, onde os Irmitaens fazem suas oraçoens, e assy andou o Conde vendo estas Irmidas per logares de besta, e lugares de pee, ate que chegou ao Castello, que esta acima do dito Mosteiro, e passou per huma ponte de pao, que atravessa de huma peña pera a outra peña, e neste Castello estaõ os sobreditos, que qua detras fazem mençaõ, e tem dentro sua cozinha, e paar della huma caza, em que tem seu mantimento, e paar della hum dormitorio, em que dormem, e por camas pelicas, e outras, que trazem vestidas, que cobrem, e de huma parte do Castello esta huma Irmida, em que esta hum Irmitaõ, que era hum homem muy comprido, e de boa cara, e diziam, que fora hum grande homem, e que era bom fidalgo. Outro si nesta montanha nos disseram, que jazia hum Irmitaõ, que era Alemam, e jazia

em huma lapa, que era em hum bosco, e que avia bem corenta annos, que alli jazia, que nunca dali sahia fora, salvo algumas vezes certas, que hia por seu mantimento ao dito Mosteiro, e que tinha os cabellos da cabeça, e da barba, que lhe davam pella cinta, e as unhas das maons, e dos pees, que eram muy compridas, e este ermitãa nam vio ninguem da companhia do Conde, e mais diziam, que fora hum grande homem dos grandes de sua terra, e que elle viera de sua terra com suas gentes, e que andara qua por estes nossos Reinos, e que chegara alli aquelle Mosteiro, e que estivera ally hum tempo, e dalli se partio pera sua terra, e acabo de tempo perlonguado chegou ally soo com hum abito vestido, dizendo, que naquellas Irmidas, que estaõ naquella montanha queria fazer sua vida, ate que ho Senhor Deos quisesse, e differom, que como elle fora em sua terra, que loguo se trabalhou de partir suas riquezas com seus criados, e Igrejas, e Mosteiros, e pera outras partes, e como teve esto acabado partio-se per tal guisa, que nom teve ninguem poder de o saber, salvo certas pessoas, que sabiam parte de seu segredo, e assi se partio este Alemaõ, e deixou a vida deste mundo, e a dellectaçam delle por servir a Deos, e despois, que o Conde andou vendendo o dito Castello, tornou-se per onde entrara, e mandou as bestas, que hy estavam, que as tornassem darredor per onde vierom, e elle veo-se per derredor pella estrada a fundo, que dece pera o dito Mosteiro, e como foi no Mosteiro fez huma oraçam, e cavalgou, e veo-se dormir ao dito lugar, honde leixara sua caza, e a segunda feira seguinte partio pera Barcelona, que sam tres legoas, e foi la dormir, e o Bispo, e os Doutores todos juntos, e veos receber o Arcebispo de . . . . . que estava em hum Castello, que chamaõ Sam Booy, e trazia quatorze Escudeiros em cima de bons cavallos, e oito homens de pee, todos armados, ff. os Escudeiros armados em branco, e lanças de correr, e os de pee, ff. os cinco traziam folhas, e lanças de Xerez, e os tres traziam bestas daço, e folhas, e suas espadas na cinta: e o Arcebispo vinha em cima de hum boom trotõ, muito feroso, e trazia vestidas humas folhas por Roxete, e na cabeça hum sombreiro de beveres, e alli veyo fallando hum pedaço com ho Conde, entõces lhe disse o Conde, que se tornasse pera o seu Castello, elle veyo ainda hum pouco com ho Conde, e dali se tornou pera o dito Castello, elle andava alli armado porque tinha tregõas antre elle, e Dom João de Pardos por tres meses, e este Dom João he dos melhores, e mais fidalgos de Catalunha, e Daraguam, e mais aparentado de boõs fidalgos, e o dito Arcebispo o temia muy pouco, e mais por abastança, que se chegavam Gentishomens, e boõs cavalleiros de Barcelona pera elle. Outro si, como se o Arcebispo tornou, deu o Conde andar caminho da Cidade, e vierom-no receber ao dito caminho, ff. o Governador, e o Bailhe, e Cavalleiros, e Gentishomens da dita Cidade.

Aqui torna a fallar como o Conde entrou em Barcellona, ff. entrou o Conde na dita Cidade com os sobreditos, que eram cento e cincoenta de cavallo por todos, e se mais, naõ menos estes eram da Cida-



Cidade , e levarom-no o Conde com muy grande honra ate omde pousava , e como o Conde alli foi , fizeram suas mesuras ao Conde , e o Conde a elles , e aly se foi cada hum pera sua pousada , e nesta Cidade esteve o Conde seis somanas. Esta Cidade he muy rica enfindamente , e muy abaftada de todalas cousas , ff. de panos tambem de coor , como de linho , e doutras muitas mercadorias , e de muito paõ , trigo , e cevada , e de muitos vinhos , e fruitas , as carnes nom som tantas , como as ha noutras Cidades , e assi som muito caras. Outro si os pescados assi som poucos a refeçam , de como he a Cidade , e por ter porto de mar , como o tem outras Cidades , mas vemlhe muitos pescados , e boõs de Portugal , e outras mercadorias muitas , que lhe vem doutros Reinos , e muy boõ caminho , o que tem darredor. Outro si esta Cidade tem muitos , e nobres Paços , e muy nobres casarias , e a gente desta Cidade som muy bem vestidos estreniadamente as molheres , que andam muy bem guarnidas de boõs panos empenados , e dellas som muy molheres de prol , e nesta Cidade estava huma molher , que era de linhagem , e era muito molher de prol , e muito fermosa , que eram della muitos Gentishomens namorados , e mais , que era muy bem rica , e pousava na praçaa de Santa Anna , que era apaa donde pousava o Conde , e avia nome , a Castelhana , estaa Cidade he de muy gram justiça , ff. de laadroens , e dos que matam por coufa , que seja , se o colhem na maõ , nam lhe quitaõ a morte por peita , nem por roguo , que ajam por elle , que loguo nom seja enforcado , e mais se hum homem matar outro , ou molher , e mate-os a treçam , alli a porta do morto ho enforcam , e hi esta hum dia com sua noite , e mais naõ.

Outro si estando o Conde nesta Cidade aos doze dias do mes de Mayo, chegou a Rainha, e sua Irmãa, a molher do Iffante D. Anrique a esta Cidade, e o Conde ha foi receber com ho Bispo do Porto, e com os Doutores, e com todos os feos, e o Conde levava vestido hum sayo de çatim avellutado forrado de martas, e humas calças brosladas de figuras de cardos, que fio nenhum nam parecia dellas, e hum capelo muy bem chapado, e foi em cima de sua faca, que era muy bem fermosa, e levava muy bons guarnimentos, e foi o Conde affi da Cidade huma meya legoa, ate que chegou onde vinha a Rainha, e a Iffante, e quando ho Conde chegou a Rainha, ella vinha toda abafada do rosto, que nem parecia delle nada, e vinha abafada com huma enxeravia, ella quando vio o Conde junto comfiguo, descobrio o rosto, e o Conde fez-lhe huma muy grande mesura, e ella outra ao Conde, e disselhe, que se fosse pera sua Irmãa, que vinha hi detras, elle foi logo para ella, e a Iffante quando o vio junto comfigo o Conde, fizeram suas mesuras, e reverencias, e vierom ambos fallando per espaço, que lhe veyo ella a fallar nas terras, e lugares de Portugal, que lhe parecerom bem, especialmente nas terras do Conde Darrayolos, ate que veyo a fallar nas moças de Borba, e de Villa-Viçosa, que lhe parecerom bem, porque cantavam, e bailavam muy bem, e quando chegaram acerca da porta da Cidade, aguardou a Rainha sua Irmãa, e forom ambas apaar,

e o Conde ante ellas , e traziam xliij Donzellas , e antre ellas nom vinha nenhum de cavallo , salvo os Moços da Estribeira , e ante a Rainha vinham dous Regedores da dita Cidade , que vinham fallando com ella , e outros nenhuns não , e quando alguns Cavalleiros , e Gentishomens cheguavam a ella , e lhe beijavam a mão , loguo os mandava a diante , e Conigos , nem Creligos nom lhe queria dar a mão , nem aos Regedores da dita Cidade nom lhes deu a mão a beijar , porque diziam , que ella lhes mandara fazer algumas cousas , que elles o nam fizeram alli como ella mandara , e por esta razam estava alli anojada delles. Outro si a Rainha trazia vestidos panos pretos , e vinha em cima de huma mula , muy fermosa , e a Irmãa em cima doutra tam fermosa , e alli trouxerom a Rainha simpresmente per esta Cidade ate os seos Paços , e os da Cidade que a foram receber , feriam ate trezentos de cavallo , todos muy bem guarnecidos , e boós cavallos , esses que eram Gentishomens , e Cavalleiros , e como foram a porta do Paço , loguo se deceo o Conde , e foi com a Rainha , e com a Iffante aos Paços , e a cabo de huma mea ora sahio o Conde , e cavalgou , e foi-se pera sua casa , e a cabo de dous dias foi o Conde fallar a Rainha , e a Iffante , e entrou pola porta , e a Rainha estava assentada em hum estrado , e como o ella vio entrar pola camara , levantou-se em pee , e o Conde lhe fez huma muy grande mesura , e ella outra ao Conde , e fello assentar acabo de si em huma almofada muito fermosa , e estiverom assentados per espaço de duas oras fallando , e isto acabado , levantou-se o Conde pera yr fallar a Iffante , e a Rainha se levantou em pee , e o Conde lhe fez sua mesura , e foi o Conde fallar a Iffante em huma camara , que estava apaar da camara da Rainha , e a Iffante vio o Conde entrar , levantou-se em pee , e fizeram suas medidas , e fello assentar acabo de si , e ella se assentou primeiro , que elle , e estiverom fallando per espaço de tres oras , e isto acabado espedio-se o Conde , e veyo-se pera sua pousada , e alli se espedio o Conde da Rainha , e da Iffante.

Outro si a huma quinta feira , que foram xxiiij dias do ditos mes , se meteo o Conde na Guale com o Bispo , e com os Doutores , e o Conde mandou ao Bispo , e aos Doutores , e aos seos Gentishomens , ff. que o Bispo nam levasse mais de cinco pessoas , e aos Doutores nam mais de seño pessoas , que os servissem , e o Conde levou consigo tres Officiaes , e mais nam , e no dito dia , que se o Conde meteo na Gale , jentou primeiro , e como jantou cavalgou , e elle , e o Bispo , e os Doutores , e foram-se a Ribeira , e os bateis estavam ja prestes , e descavalgarom , e meterom-se nos bateis , e foram-se a Guale , e ao outro dia seguinte partio a Guale pera colib.ª pera aver hi de tomar sua mercadoria.

Outro si outros Escudeiros do Conde , e Officiaes , e outra gente , e os cavallos , e outros Escudeiros do Bispo , e dos Doutores , e os cavallos do Bispo leixou o Conde ordenado , que se fossiem todos a nao , que estam em Sam Fileu , que sam de Barcelona quatorze legoas , e logo no dito dia se partirom os sobreditos , ff. os Escudeiros , e Officiaes , e moços destribeira , e varreletes , e cavallos do Conde ,



de, e os do Bispo se partirem depois dous dias, e foram os do Conde dormir quatro legoas da dita Cidade a hum lugar, que chamam a Roca, e ao outro dia foram dormir a hum lugar, que chamaõ Ester-niç. que som cinco legoas, e ao outro dia a Sam Fileu, que sam cinco legoas, e este lugar esta assentado em huma praya, junto com ho mar, que he muy boõ porto, onde jazem naos, e carracas, e darredor nom tem terras de paõ, salvo humas poucas de vinhas, que todo o al sam charnecas, e dahi a meya legoa, e legoa ha aldeas donde lhe veç os mantimentos, e este lugar he muy bem murado de forte muro, e tem darredor do muro, a de fora huma alcaçova muy alta, que nom podem passar, nem entrar ao dito loguar, salvo per pontes de pao, e deziaõ, que em huma ora encheria aquellaa alcaçova dagoa, por tal guisa, que era a villa muy forte pera se defender, e esto fazem porque se temẽ dos Collairos do mar, que nunca sayem daquella Costa, e daquelle porto, e sempre se velam tambem de dia, como de noite, e nesta villaa moraram ata dozentos e setenta fogos, e ally estivemos sete dias, e este lugar nom tem senam hum Mosteiro da Ordem de Sam Bento, no qual ouvem suas missas, e a elle pagam os dizimos, e este Mosteiro deziã, que rendia dous mil florins pera o Abbade, e pera o Convento. Outro si o primeiro dia de Junho partio a dita nao deste lugar pera aver porto Pisano, que som cento e vinte e cinco legoas por mar, e no dito dia pola me-nhãa fomos ouvir huma missa, que disse o Abbade de Faaõ, que era Capitam da dita nao, e disse-a no dito Mosteiro, e a missa acaabada mandou ho dito Capitão aos trombetas, que fossem loguo tanger pola villa pera se averem de recolher as gentes a dita nao, e loguo foram todos juntos na pousada omde pousava o Capitam, ff. os sobre-ditos, que o Conde mandou de Barcellona, e outros, que hi esta-vam, que vieram de Lixboa na nao, e eram por todos cento e vinte e quatro pessoas, ff. per os do Conde, e do Bispo, e dos Doutores, e da dita nao, e destes eram oitenta homens pera armas, e os outros eram gente meuda, e outro si o Capitão como vio, que eram alli todos, mandou as trombetas, e as charamellas, que tangessem pera se yrem todos a nao, e assi foram tangendo com muy grande prazer ate dentro na dita nao, e assi deram suas vellas com ho vento de via-gem, e acabo de quatro oras chegamos a huma carraqua, que diziam, que era a que prendeo ElRey Daragam, sendo ella em poder dos Jenoeses, a quem foi depois tomada pellos Catellaens. Esta carraqua era muy grande, e muy temerosa, e era armada do comum de Bar-cellona pera fazerem guerra aos sobreditos, cuja fora a dita carraqua, e assi andava darmada, e trazia trezentos homens darmas, e vinhaã em ella dous Cavalleiros, e dous Gentishomens do Conselho de Bar-cellona. Outro si quando nos chegamos perto da dita carraqua, ella se vinha a nos dereita, que parecia, que queria daar polla nos-sa nao, e o Mestre disse ao nosso Capitão, e acompanhaa, esta car-raqua, que assi se vem a nos, nom nos quer fazer boa companhia, vejamos se nos podemos sair della abollynas, e a nao era boa dorça, e assi nos saimos della hum bom pedaço, e ella atras nos, e nos yn-do

do assi com pouco vento lançou ella o seu batel foraa , e chegaram a nossa nao , e pojaram dentro , e o nosso Capitaõ os recebeo com muita cortesia , e elles disseraõ ao nosso Capitaõ , que lhe mandava dizer o Capitaõ da sua carraqua , que fosse loguo laa , que lhe queria fallar huma cousa , que era seu proveito , e o nosso ouve loguo conselho com ho Mestre , e com outras pessoas certas , e acordaram , que era bem de mandar em ella tres Escudeiros , e logo se partirom , e como forom dentro da carraqua fallarom ao Capitaõ della , e ouverom suas rezoens per tal guisa , que os nom leixou vir , e o nosso Capitam , e o Mestre vendo , que elles tardavam , e que avia tempo , que laa eram , e nom vinham , ouve conselho com ho Mestre , e com outros , e acordarom , que era bem dir laa o dito Capitaõ , e o Mestre , e outras alguãs certas pessoas , e assi se forom a carraqua , elles forom muy bem recebidos do Capitaõ , e dos Cavalleiros da sobredita , segundo elles depois disserom , e ouverom todos seu conselho , dizendo o Capitaõ , e os outros sobreditos contra o nosso Capitaõ , e contra o Mestre , que era bem de a nossa nao aver conserva , e companhia com a sua carraqua , e todos percalços , que Deos desse a cada huma , que fosse tudo partido irmamente de permeyo , e esto porque naquella Costa andavam fustas darmada , que melhor seriam duas vellas de conservaa , que huma , e o nosso Capitaõ com o Mestre , e com os outros ouverom logo seu conselho , e outorgarom , o que disserom os sobreditos , e assi lho prometerom , e ysto acabado , espidirom-se , e vierom-se pera as naos.

Outro si antes , que o batel da carraqua viesse a nossa nao , requereraõ aquelles Escudeiros , e gente manceba ao nosso Capitaõ , que pois lhe aquella carraqua assi fazia aquella sobrançaria , que nos leixasse ir a ella pera vermos quem tinha dentes pera pelejar ; e que tinhamos ally muitas armas , e bestas com que bem podiamos defender nossos corpos , e nos traziamos trinta arneses do Conde , e vinte e seis bestas daço , e a nao trazia dez , ou doze arneses , e folhas , e bestas , e mais traziamos ainda cotas do Conde , e o Capitam nom quiz , que se armassem , e os que estavam armados , que se desarmassem , e assi o disse , e requereo da parte do Conde , que nom tomassem armas pera aquelle f . . . . que se algum nojo , ou perda viesse a nao , que o Conde a livraria , e elles quando virom aquillo nom curarom de se fazerem prestes , e assi passou esta mingoa pello Capitaõ , e assi andou a nossa nao , e a carraqua todo este dia , e nesta noite seguinte ouvemos muy gram tormenta de vento de levante , que tornamos por detras dezafeis legoas a hum porto , que chamaõ Palmos , que som de Sam Fileu duas legoas , e alli lançaram ancora , e a carraqua tambem , estivemos ataa o outro dia , que foi Domingo , e despois de jentar tornou tempo de viagem , e logo allevantamos nossas ancoras , e demos vellas , e a carraqua tambem , e demos a andar nossa rota todos de conserva , todo este dia , e noite , e a segunda feira seguinte , que eram quatro dias do dito mes , a dita carraqua se partio de nos descontra terra pera tomar porto , que era no cabo de . . . . e nos por lhe mantermos verdade , e companhia fomos em  
pos



pos ella pensado , que quizesse ella tornar ao maar , e depois , que nos vimos , que se ella metia de todo em todo polo porto ouve o nosso Capitaõ conselho com o Mestre , e com a companhia da dita nao , que vista a deligencia , que nos fizemos a dita carraqua , e ella nom quer tornar ao maar , que era bem de seguirmos nossa rota , e assi o fizemos , e tornamos logo nossa viagem com vento amoroso todo dia , e noite , e em outros dias , que eram cinco dias do dito mes , oras de prima , sendo nos atraves do Reino de Proença vimos jazer huma nao sobre ancora apar das Ilhas Deiras , vendo como nos yamos pera ella demandar terra pera onde ella jazia , foi logo muy prestes , e levantou suas ancoras , e deu as suas vellas , e nos quando vimos , que ella foi tam asynha prestes , e nos pensamos , que se vinha prestes a nos , e logo foram muy prestes toda a gente da nao , ff. os que eram pera armas foram logo armados do pee ate a cabeça de boõs arneses , e os outros com cotas , e bestas daço , e de pao , o nosso Capitaõ nom catando com requerir ao officio clerical , e por daar boa conta da gente , e nao a seu Senhor , o Conde tirou logo suas vestiduras acostumadas , e vestio hum arnes , e armou-se muy beẽ , e assi o disse a todos geralmente , e todos foram logo muy prestes com muy gram prazer cuidando , que aviam de pelejar , e a dita nao se foi caminho de Barcellona com muy gram medo , que ouve de nos , e que nom podiamos chegar a ella salvo tornando por detras , nam curamos della , e tornamos a nossa rota , e naquellaa noite seguinte ouvemos muy grã tormenta , e fortuna de vento contrairo de levante , que per força nos fez tornar atras as ylhas Deiras , onde a dita nao , que fogio , jazia , e estivemos ahi em hum porto huma quinta feira , que foi dia de Corpo de Deos , e foram alguns fora a terra , que era onde jazia a nao hum tiro de pedra para catarem agoa doce , e nom acharam agoa nenhuma , senaõ lenha , e arvoredos , e ao outro dia partimos dalli com vento de viagem , e como fomos fora do porto achamos no mar tempo contrairo , e fomos tomar hum porto , que chamaã Portogaay , que he no Reino de Proença , em o qual porto estava huma caza , em que morava hum lavrador , e hi tomamos agoa doce , e feno , que lhe compraram pera os cavallos , que vinhaõ na dita nao , ff. os do Conde eram vinte e nove , e os do Bispo outo , e assi eram por todos trinta e sete cavallos , e em outro dia seguinte partimos desse porto , e nos fora do dito porto achamos no maar muy gram fortuna de levante , e quiseramos tornar ao dito porto , e nom o podemos mais cobrar , e tornamos por detras hun a legoa e meva a hum porto muy bom , e muy largo , onde estava Cidade pequena muy boa , que he do porto mea legoa , a que chamam Friull , que he no dito Reino de Proença , e esta Cidade esta muy bem asentada , e como lançamos ancora saíram huns deus , cu tres fora , e foram a dita Cidade , e os da Cidade se temiam de nos pensando , que eramos Catellaens com quem aviam guerra , e nos assi nos temiamos delles , e nos ouvemos segurança do Baile da dita Cidade , que fomos a Cidade por mantimentos , e per esta guisa fomos a Cidade humas dez , ou doze pessoas , dizendo nos , que eramos Gualegos ,

## 586 *Provas do Liv. X. da Historia Genealogica*

e esta Cidade tem darredor muitas, e boas ortas, e muitas vinhas muy bem corregidas, e as portas da Cidade som muy fortes, e tem darredor do muro muy boa alcaçova, e portas dalçapam, perque entraam a dita Cidade, e a See desta Cidade he pequena, mas he bem obrada, e he dabobada; esta Cidade tem boas ruas, salvo, que nom som bem povoadas, moraram nella ataa trezentos moradores, e os demais sam lavradores, e gente de pouca condição, e mal vestidos, e pois as molheres, que parecem as mais feas do mundo, e o mantimento desta Cidade he muy pouco, salvo o vinho, que he boó, e bom de mercado, e de fora estam muitos esteos, que som em longo huma meya legoa, e som delles deribados, e deziã, que em outro tempo vinha agoa per cima delles aa Cidade per hum cano, e que aquella Cidade fora ja duas vezes destruida dos Romãos, e que entam destroirom aquelles arcos, e agora nom vem agoa a dita Cidade per elles. Outro si acerca desta Cidade esta hum muy forte Castello, e bem cercado, e moravam dentro ate dez fogos, e tem dentro huma Igreja, que chamam Sam Rafaell, e aqui estivemos ate festa feira, que forom dezaseis dias do dito mes, que partimos do dito logo, e demos vellas com vento de viagem, e correo-nos todo este dia, e noite com vento de viagem, ate que no Sabado seguinte chegamos a traves das Ilhas de Corcegua, e ao longuo destas Ilhas, e huma dellas chamam Cabreira, e nesta Ilha esta hum Mosteiro de frades, que parece do maar, que som seis legoas de Liorne porto de Pifa, e no Domingo seguinte polla menhãa chegamos ao sobredito porto de Liorne, que he o primeiro logar de Italia, e neste porto desembarcamos, o qual he muy largo, mas em muitos lugares he baixo, naõ abrigado do vento do maar, e a direito deste porto pello mar, a huma legoa esta huma torre, que he pera guarda das naos quando entraõ ao porto, porque he por ally ho mar baixo onde ella estaa, e era ja destruida dos Genoeses, e diziam, que toda a noite tinha huma lampada aceza quando os navios entrarem, que a vejam pera verem honde he o baixo, e o alto, e em este porto acerca das ancoraçoens esta outra torre, e tem em cimaa huma allenterna acendida de noite para guarda das sobreditas, e esta sempre em ella hum homem, ou dous, que quando entra algum nella de dia allevantam hum cesto na torre per avisamento do dito loguo, e assi o fezerom quando nos entramos: outro si se entra Gualle allevantam hum treu talhado, e logo como a nossa nao foi no porto antes, que nenhuma couza, nem gente saiba, vieram huãs sete, ou oyto pessoas a nossa nao, que estava ja sobre ancora, e disseram donde eramos, e disseram, que era baixo ally donde jaziamos, e nos allevantamos logo ancoras, e fomo-nos ao alto, elles vinham mais por saberem donde era a nao, e por nos darem os mantimentos, e camas mais caras, e logo fairoã com elles dez, ou doze pessoas dos nossos pera fazerem avenças por camas, e estrebarias pera os cavallos fora da nao, e poseram ate segunda feira ora de Vespõra, e com elles certos homens pera pensarem, e os outros todos ficaram na nao, ata que a Galle chegou, em que o Conde vinha, e a sobredita chegou a hum Sabado,



Sabado, que eram vinte dias do dito mes, e como a Galle lançou ancora sayo logoo o Veedor, e os Doutores fora, e vierom-se ao dito loguo, e o Conde ficou aquella noite co Bispo, e co Provincial, e o Lecenciado na dita Guale, e com todos seos Gentishomens de sua caza, e ao Domingo polla manhãa sayo o Conde, e veyo-se ao dito luguar, e deromlhe humas cazas por pousada, que eram de hũ Conigo, que estaõ apaar de huma Igreja, e esteve hi o dito dia, que foi dia de Sanhoane, e este loguar de Lioner, he hum villa pequena, e esta assentada em huũ campo, e tem darredor boas terras de pam, em esta villa moraram ataa cem pessoas, e ha hi muy boas moças, mas sam mal vestidas, e pior as velhas. Outro si aqui vi hum moça bailar mylhor, que nunca moça vy bailar, e quando entram polas portas tem pontes dalçapam, as quaes de noite alçam, e em cada ponte estam quatro, ou cinco hoomens, que as guardaõ, que nom pode ninguem sair fora da villa sem hum alvara da potestade, e tem hum porto junto com ho muro, em que estaõ Guales, e navios, ff. as gales, e navios nam vem ali senam vazios, e isto porque he pequeno, e estaa hi hum torre pequena, e tem de noyte alam-padas acesas, e homens, que vellaõ toda a noute, que nom pode entrar nella, nem sair nenhuma, senam por recado, e outro si tem hum cadea de ferro, que fecha as sobreditas vellas depois, que sam dentro no porto, e dalli nom podem sair, ate que as naõ desfeça, nem outros entrarem, salvo per recado, e isto fazem, porque se temem de muitas fustas, que andam darmada naquella Costa.

*Pisa.*

A segunda feira seguinte partio o Conde pera Pisa, que sem quatro legoas com o Bispo, e com os Doutores, e pousou o Conde em hum estao com todos seos, que chamaõ o estao do capelo, que he muy grande, e bem repartido, e tem oytenta bestas daluguer pera quem as ouver mister. Outro si esta Cidade esta assentada em hum valle muy grande, e este valle jaz antre duas serras muy grandes, e o muro he muy forte, e per meyo desta Cidade vai hum Rio ter ao mar porque vaõ navios, e barcas, e Galles a dita Cidade, e a naõ nom pode hi vir porque he baixo, e estreito, e neste Rio estaõ tres pontes, e cada ponte tem sua cadea de ferro, que como a fusta he dentro, logo a fusta he fechada, que nom pode dali sair, ate que os nom desfechaõ, e assi esta tudo per recado. Outro si as Gualles vem vogando per suas pontes, e nestas pontes estam homens darmas, que haõ soldo da Cidade pera guardarem, e per ellas passam as gentes de hum parte pera a outra. Outro si as portas da Cidade estam dez, ou doze homens a cada porta armados, que a guardam, e assi haõ seu soldo da sobredita, e nesta Cidade estaõ as milhores casarias, que se podem achar em Cidade, que em muitas dellas podiam pousar dozentas pessoas, e agora sam as duas partes da Cidade destroida, porque sam muitas casarias, e Mosteiros, e Igrejas destroidas, porque quando Pisa foi tomada dos Florentins, que a

agora tem, nam faziam senam poer fogo as casas, que se defendiam, e assi destroirom esta Cidade, e a meterom a faco mano per tal guisa, que os Pisanos foram todos roubados, e fora da dita Cidade, delles matarom, e delles firirrom, e os outros lancarom fora pera o termo per tal guisa, que nom ficarom hi senam muy poucos, que os outros, que hi moram todos soõ florentins, que moraram, ata sete, ou oyto mil pessoas, onde deziã, que soyam de morar trinta mil pessoas, e esta Cidade teve Jherusalem por si, sem outra ajuda sete annos a despeito de todolos mouros, e vendo ella, que nom podia mais aturar pedio ajuda a todolos Reinos, elles nom a quiserom ajudar, e entonçes a leixarom. Outro si os Mosteiros, e Igrejas sam muy boõs, salvo, que som despovoados, que nom estavam em cada Mosteiro senam ate dez, ou doze frades, e outras Igrejas muy nobres, assi som despovoadas, e derribadas per tal guisa, que em muy poucas dizem missa, e esto he assi perdido por mingoa de gente. Outro si a Sé desta Cidade he das fermosas, e de boas pinturas, que se podem achar em Cidade do mundo, e mais he toda de pedra marmore, e as mais fermosas portas, que se podem achar em See, porque som darame, e mais, he a Sec ladrilhada de lascas, que som de pedra marmore, e tem o milhor lavrado frontal principal, que podem achar em See, de muy fermosas pinturas, e mais tem huma Crafta muy boa, que assi he ladrilhada como a sobredita, e quando entram per huma porta da dita Crafta, a de dentro esta todo o ou tro mundo figurado, ff. como padecem os maos no Inferno, e os bons no Paraíso, e mais que o campo desta Crafta he santo, que como enterram ahy o finado a tres dias he comesto, e ysto he certo. Outro si nesta See estaõ sessenta e tres Castellos depindorados, e todos seos nomes em cada huñ escrito, porque quando Pisa era em seu poder todos eram fogeitados a ella. Outro si apaar da porta principal da sobredita a de fora esta huma Capella de Saã Joam sobre si, que he toda redonda, e he dabobeda, e de pedra marmore, e jaspe, e tem a mais ferinosa pia de bautizar, que eu vy, que he de seis quadras toda lavrada de pedra jaspe, e o Coro, e pregadoiro tambem assi he muito fermoso, e esta armado sobre lioens. Outro si foi despostoo pelo conselho desta Cidade hum Papa, e elle os maldise, que nunca fossem a diante, e todolos feitos, em que possessem maõ, e des aquella ora foi Pisa as vellas ataa o ponto, que foi destroida dos sobreditos, e esto he certo, e mais he certo, que como o Papa lança maldiçã a alguma cousa nam vay, nem antre multiplica, nem nunca vai mais a diante. Outro si este Papa foi depois tornado a sua onra pelo conselho dos Cardeaes, e Arcebispos, e Bispos, e per conselho doutras comonidades, e estes Pisanos quando isto virom, ouverom effes milhores homens seu conselho, dizendo elles, que aquelle Papa fora fóra da sua honra, e que elle era ja tornado a seu estado, e que elles eram certos, que elle os maldisera, e que tinham aquella maldiçã, e mais, que elle era ja assi posto em sua honra, que entramente fosse vivo, sempre lhes quereria mal, e que tiraria alguns fora de suas honras, que era bem de averem seu conselho de como pode-



poderiam ser seus amigos, e ouverom seu conselho, e acordarom, que era bem de fazerem huma moeda nova, e que lha levassem em hum bacio de prata, e que lhe nom dissessem, ate que elle nom benze. lla assi lhes alçava a pena, que lhes lançou, e per alli seriam seus amigos, e a moeda era douro feita em ducados, e tinha de huma parte figurada Santa Maria com seu filho no collo, que era huma moeda muito fermosa, e assi lha levaram naquelle bacio, e apresentaraõ-lha, e o Papa quando a vio, lançou-lhe a benção, e disse, que benta fosse a terra, que fizera aquella moeda, que assi era fermosa, e perguntou, em que terra fora feita, e disserom-lhe, que fora feita em Pisa, elle ficou muito espantado, e disse, que o enganaram, porque elle fora desposto por ella, e que elle a amaldiçara, e que a tinha em vontade de nunca por elle ser assolta, e que lhe pesava muito polla benção, que lhe lançara, porem que nunca Deos quisesse, que desdisesse, o que avia dito, e per aqui foi Pisa assolta da excomunham, que tinha, esta moeda era boa pera as maleitas, porque era boa, e benta, e alguns disserom, que nom fora valioso, porque fora contra sua vontade. Outro si Pisa foi destroida, porque nom quiz obedecer a Florença, nem a Genova, nem a Veneza, e vendo estas sobreditas cousas, que lhe nom queria obedecer ajuntaram-se contra ella, e tomaram-na, e assy foi Pisa destroida.

E ao Sabado, que foram vinte e tres dias do dito mes fezeraõ huá boa procissam com muitos jogos ordenados, e alli levaram ho Sangue de Sam Clemente, e a Cabeça de Sam Bertolameu, e foram com sua procissam ouvir missa a Sam João, e levaram dous cavallos a destro com sobre vistas de damasquim, e atras elles hiam oito trombetas, e apos esto a potestade, e Regedores, e mercadores, e outra muita gente da sobredita todos com cirios acesos nas maons, e ouvirom suas missas muy solememente, e esto acabado tornaram-se pera suas cazas pera jantar, e quando veyo oras de vespora foram armadas as bandeiras, e hum pano de velludo azul com huma banda douro, e alli foram os sobreditos juntos com suas trombetas, e tomarom o dito pano posto por bandeira em cima de hum boõ cavallo, e andaram assi pola Cidade, e des que ouverom acabado, poserom o pano em hum cabo da rua, e doutro cabo estava a potestade com muitos de cavallo, e de pee, e destes, que estavam a cavallo escolherom seis, e poserom-nos em har, e quem primeiro chegasse ao pano, que esse o levasse, e hia hi hum moço em cima de hum cavallo, e deraõ todos desporas aos cavallos, elle hindo na metade do caminho cahio o cavallo com elle, era ja tam amestrado, que como o moço cayo logo o cavallo deu a correr por tal guisa, que nunca nenhum dos outros lhe poudo tomar a dianteira, e como chegou omde estava o pano nam quis ir mais por diante, e assi venceu o sobredito o pano: este pano foi avalliado em dozentos e outenta ducados. Outro si a porta da justiça estava huma bandeira Daragaõ, e tres da comonidade da dita Cidade, e muitos boõs panos armados omde estavam os sobreditos, e ante a potestade estava hum moço com a espada nas mãos, e tinha na cabeça hum sombreiro de damasquym vermelho todo

do bordado daljofar, e os panos, que tinha eram de scarlata forrada de cendal. Outro si quando veyo ora de meyo dia passarom por hi bem dous mil homens armados em cima de cavallos, e de pee ate quinhentos, e antre elles hum bandeira de Florença, e detras della hum Capitaõ, e esta gente era toda assoldadada de Florença, que hiam sobre hum Villa, que chamam Luca, que era do Duque de Millaõ, e elles hiam pera a descercar, e vendo o Duque como rebellavaõ a elle, e obedecia a Florença, mandou la hum Cavalleiro por Capitaõ, que ha nome Nicolao Pechili com quatro mil homens darmas, e vierom-se lançar sobre ella, e a gente de comum de Florença vinham pera a descercar, que eram bem sete mil homens, e assi como forom assi se tornarom, porque ouverom medo do sobredito, que este he o melhor homẽ darmas, que ha em toda a Italia. Esta festa foi feita por dia de São João, e assi foi acabada, e festa feira seguinte partio o Conde pera Florença, que sam treze legoas, e foi dormir a hum lugar, que chamam Santa Gonda, que som seis legoas, e fomos per huma muy nobre Ribeira, que tem de cada parte muitos Castellos, e no caminho esta hum Castello, homde estava hum molher de hum Cavalleiro, e sayo a rua, e fez decer o Conde, e bebeo com ella, e todos seos, ff. vinho, fruita, e confeitos, e o Cavalleiro era com suas gentes sobre o dito lugar de Luca, e esteve o Conde fallando com ella hum pouco, e entaõ cavalgou, e foi dormir ao sobredito, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ Alaistro, que som sinco legoas, e neste dia veyo o Bispo de Viseu receber o Conde, que estava em Boloña, e neste lugar de Alaistro esteve o Conde sete dias, he hum lugar pequeno muy bem cercado, e esta em elle hum muy boõ Ospital, em que o Conde pousou, e tem muy boas casas, e camaras, e hum sala pequena, e huñ eirado, e a quinta feira, que forom oyto dias do mes de Julho foi o Conde dormir a Florença, que som duas legoas, e o Bispo, e os Doutores todos juntos, e o Conde levava vestido hum sayo de brocado, e hum capello chapado, e levava tres pagens em cima de bons cavallos, e levavam vestido senhos sayos de velludo, e bocado, e hum delles levava hum lança, em que ouvera de hir o Estandarte, e porque o vento era grande, e forçoso nom o estenderom, e mais levavam dous trombetas, e tres charamellas, que forom tangendo polla villa ate honde o Conde pousou, e assi entrou o Conde honradamente em Florença, e foi pousar em huns Paços, que som do Marques de Ferrara, que estaõ apaar do estao, que chamaõ o estao da Coroa, e os fidalgos pousavaõ neste estao, e suas bestas, e loguo os da Cidade se trabalharom, e mandaram hum presente ao Conde, ff. de cevada, e tochas, e brandoens, galinhas, e capoens, e patos, e muitos confeitos, e esta sobredita esta assentada em hum valle, e a sua cerca he muy grande, mas deziam, que mayor era a de Lixboa, e vay per meyo da dita Cidade hum rio. Outro si a Sé desta Cidade he muy fermosa, e muy largua, e comprida, e tem hum Capella sobre si, que he muy alta sobre a dita See, e de lá parece toda a Cidade, e seu termo, e o termo he muy povoado de mui-



muitos Castellos : esta Capella he toda a de fora de pedra marmore, e jaspe, e a Sé he assi feita, e maes tem huma escadaa, que vay a todo cima, que tem 466. degraos, e apaar desta Seê esta huma torre muito alta, e bem fermosa, e nella estaõ os sinos da See, e apaar della huma Capella de São Joaõ, e he dabobada, e a porta principal esta os dous estaos taõ grossos como senhos mastros de naos, e quando homem esta apar delles ve totalas casas, que estam darredor, e a gente, que passa de huma parte pera a outra, assi como espelhos, e as portas, ff. as principaes som darame, e naquella Capella esta huma pia muito fermosa, e he toda de pedra jaspe, e marmore, e em ella bautizaõ os filhos dos mais honrados da Cidade, e outros nenhuns naõ, e estes esteos darame vieram de Jerusalem, que os trouxe Písa quando teve os sobreditos em esta Cidade estaõ dous muy nobres Ospitaes, ff. hum de molheres, e outro de homens, e as molheres, que jazem em elle som doentes, e moças orfaãs, e ally lhe daõ totalas coufas, que ham mester a custa da Cidade, e maes dous Fificos, e dous solirgiaens, que nom fazem em todolos dias do mundo senam pensar dellas, e no sobredito tem sua cozinha em que lhe fazem de comer, e huma Capella, em que lhe dizem cada dia missa, e estas molheres, que alli jazem seram ata cento e cincoenta, e tem doze molheres, que as servem, ff. que lhe fazem as camas, e totalas outras coufas, que ham mester, e as moças orfans, que alli jazem depois, que sã casadeiras casam-nas, e dellas poem ao officio, e depois, que sabem o officio casam-nas, esto todo a custa da sobredita. O outro Ospital dos homens assi tem totalas coufas perfeitamente, e se mais nam menos estes homens som delles feridos, e delles doentes, e dez homens, que os servem, e duas molheres, que lhe lavam suas roupas, e aquelles homens lhes fazem as unhas das maons, e dos pês, e como lhe lavam os pês fazem a Cruz nelles, e beijam-nos. Outro si quando se pessoa fina no suso dito vem os melhores da Cidade com muitas tochas, e cirios, onde jaz o finado, e levam-no com muy grande omrra a cova, e mandam lhe dizer muitas missas cantadas, e rezadas, e enterram-nos em huma Crasta, que esta apar da Capella, que esta dentro no suso dito Ospital, e o adro onde enterram estas pessoas, he santo, que antre de quatro dias som comestos, e darredor desta Crasta he toda chea de ossada daquelles, que alli enterraõ, que ha hi mais de dozentas mil cabeças de homens, e de molheres, e os que se finaõ neste Espital vam assoltos de culpa, e pena, e se se esto nom fezesse em esta Cidade, saber, que Deos a destroiria, porque se faz em ella huma muy maa coufa contra natureza, que he sumytigua, em esta Cidade haveria ate 6i, ou 6ii pessoas, que guarnecem este Espital. Outro si nesta Cidade ha bem gentis molheres, e bem guarnidas; outro si na Capella sobredita estaõ todolos Castellos da comarqua da Cidade dependurados, e as carnerias, que tem som muy grandes, e muy limpas, e talham nellas muitas, e boas carnes.

Aos vinte e dous dias do mes de Julho partio o Senhor Conde desta Cidade pera Bolonhaa, omde estava o Papa, que som dezanove

nove legoas, que foi dormir a hum lugar, que chamam Sam Pedro, e ao outro dia foi dormir a Belonrras, que som tres legoas, e ao outro dia foi dormir a Belonha, que som tres legoas com os Bispos, e com os Doutores, e eram per todas cento e vinte e cinco pessoas de cavallo, e o Conde levava vestido hum sayo de brocado, e hum capello chapado, e maes levava tres pages vestidos de senhos sayos brocados de sete marcos de prata cada sayo, e em cima de bons cavallos, e com bons guarnimentos, e vieram receber o Conde a hum legoa Bispos, e Arcebispos, e outros muitos Prellados, e Gentishomens, que estavam na Corte do Papa, e foram-se com elle ate a sua pousada muy honradamente, e o Conde esteve alli tres dias, que nom foi fallar ao Papa, e aos quatro dias lhe foi fallar, e foi com elle os suso ditos, que hiam por Embaixadores, e mais o Bispo de Viseu, e o Adayaõ de Braga, e outros, e o Conde levava hum oppa brocada empenada de finas martas, que lhe dava pollos pees, e todolos seos muy bem vestidos dos milhores vestidos, que cada hum tinha, e descavalgaram a porta do Paço do Papa, e passaram cimco camaras onde o Papa estava em hum camera, e estava assentado em hum cadeira, e os Cardeaes darredor em bancos cubertos com bons panos, bem fermosos, e os Cardeaes eram estes, que se aqui seguem, ff. ho Cardeal de Ruam, e o Cardeal Camaralengo, e o Cardeal de Santa Cruz, e o Cardeal de Sam Marco, e o de Chipre, e o de Coluna, e outros, que eram per todos dez, e mingoava hi o Cardeal Dingraterre, e o de Taragona, que he hem Cateluña, e outros, e o Conde com os suso ditos fizeram suas mezuras muy grandes, e lhe beijaram a face, e a maõ, ff. primeiramente o Conde, e depois os Bispos, e os Doutores, e mais nam, e esto acabado assentaram-se em juelhos ante o Papa, e alli pos Vasco Fernandes o Doutor toda a embaixada, que o Conde levava do muy nobre, e excellente Rey de Portugal toda em latim per mandado do Conde, e a proposição foi esta, que se a diante segue. O nosso muy omildoso, e begnino filho Rey de Portugal, e do Algarve, e Senhor de Cepta envia beijar vossa face, maons, e pees, e encomendar a vossa Santissima Santidade por quanto foi mandado o vosso muy omildoso filho mandasse a sua embaixada ao conselho geral, e quis vir primeiramente a Vossa Santidade fazer sua umildagam por quanto foi Sam Pedro posto em pessoa de Deos, e o Papa em pessoa de Sam Pedro, e de Sam Paulo, e elle era cabeça, e mandava ate a sua Santissima Santidade, e que ante, que ao conselho geral, que a sua Santissima Santidade mandasse fazer ao seu begnino filho Rey sobredito, e que lhe enviava encomendar seos Irmaons Ecclesiasticos, e Cavalleiros, e povo meudo em sua Santidade, e logo pollo Papa foi dada tua reposta, que nom quis, que a outrem dissesse, senam elle, e disse, que elles fossem bem vindos, que elle os recebia em nome de Sam Pedro, e o seu omildoso Christaõ Rey de Portugal, que elle o tem em sua encomenda, e todolos do seu Reino, e o Senhor, e a embaixada fossem muy bem vindos, e depois a embaixada assi dada, e a reposta tambem foram os gentishomens, e beijaromlhe a maõ, e o pe direito, e como acaba-



acabaram foi a outra gente meuda, e beijaram o pê fomento, e nos absolveo de culpa, e pena, e do Inferno, e purgatorio, e esto acabado veo-se o Conde com os sobreditos pera suas pousadas, e depois foi o Conde com os suso ditos fallar aos Cardeaes a suas pousadas, e a cabo de dias foi o Conde fallar ao Papa alli com os suso ditos, e mais deziã per a Corte do Papa, que dantes, nem despois, que avia gram tempo, que nom fora Rey nenhum, nem Senhor, que lhe tam omildosamente mandasse sua embaixada, nem viera alli tamanho Senhor como elle, nem tam bem corregido, e alli tinha esta nomeada pola Corte. Outro si a propoziçam, que fez o suso dito Vasco Fernandes foi muito nomeada, e mais vierom alguns letrados ao Bispo de Viseu, a lhe mandar a preposiçam pera averem o trellado della. Outro si esta Cidade esta assentada muy bem em terra cham, e muy bem cercada de bom muro, e bem forte, e boas portas, e bem fechadas, e tem boas torres muito fortes, e a cada porta estaõ dez, ou doze pessoas darmas, que as guardam, e nenhum omem nom pode entrar, nem sair, si. o que entra sabeẽ, que homem he, ou donde vem, ou pera onde vai, e for homem de peẽ, e trazer espada, ou lança, trara na ponta da lança hum cambarco, e a espada levava atada a cruz com as cintas per tal guisa, que a nom possa tirar, e se levar besta levalaa desempolgada, empero, que o nom fazem, salvo aos da Cidade, e se o assy nom fizerem averam pena de justiça da Cidade, e esto he porque o Papa hogera a guerra com o Duque de Millaõ, porque os mais da Cidade tem co o Duque mais, que co o Papa, por tanto fez o Papa esta ordenaçam na suso dita. Outro si estaõ nesta Cidade tres torres muy fermosas, e muy altas, e humã dellas chamam a torre da guarda, que a vem a dez legoas, e deziã, que aquella era a mais alta torre, que avia em Italia, e esta Cidade tem muy bom termo de paõ, e de vinhos, e per hum cabo desta Cidade vai hum rio dentro, que vai ter a Veneza, que som trinta legoas, e estaõ em elle muitos moinhos, e mais humas cazas, em que esta humã rodã em que fiam seda, que tem mais de duas mil debadoiras, e mais de dez mil fusos, que huns nom fazẽ senam torcer, e outros a fiar, e outros a dobar, e como quebra algum fio, loguo entendem, e isto todo per arteficio dagoa, esta rodã he daltura, que do peẽ ata cima tem quatro sobrados, e em humã casa doutro caboo esta humã ferra, que ferra os paos por grossos, que sejam, e doutra parte esta outra casa em que moem totalas especias, e a fundo desta casa esta outra, em que moem espadas, e alimpaõ armas, e todo se faz per engenho dagoa, e esto era humã cousa fermosa de ver, e diziaõ, que o Mestre, que isto fezera, que era ja finado, e que entendiã, que em toda Italia nam avia tal Mestre como elle.

Aos dezasseis dias do mes Dagosto, que foi dia de Santa Maria, foi o Papa dizer missa a humã Igreja, que chamam Sam Patronio, e esta Igreja esta na praça junto aos Paços do Papa, a porta da Igreja fera quanto hum homem possa lançar humã pedra, e deste espaço suso dito tudo eram homens darmas, que fizeram humã rua per onde hia o Papa pera a dita Igreja destes homens darmas serem ate cen-

to e trinta, e outras pessoas nenhuma nom leixavam entrar antre si, porque se temiam dalgumas pessoas de fazerem alguma traçam ao Papa, e esto assi ordenado sayo o Papa com Cardeais, e Arcebispos, e outra muita clerezia, e passou por antre aquelles homens darmas, e assi entrou na Igreja, e começou de dizer missa em Pontifical, e deulhe agoa as maons hum Doutor de Castella, que estava hi por Embaixador, e quando veyo a offerta deulha o Doutor Diogo Affonso, que vinha com o Conde, e quando quiz allevantar o Corpo de Deos, deulha hum Embaixador de Veneza, e depois, que consumio deulhe a agoa, e o vinho hum Embaixador do Duque de Millaõ, e assi foi sua missa acabada, e os cantores que tinha eram mui boõs, e concordavaõ todos, e esto acabado veyo-se o Papa pera seos Paços com os suso ditos, e huma Cruz ante elle, e o Papa levava huma Capa douro vestida, e da parte direita levavam-no o Cardeal de Chipre, e da outra parte seu sobrinho, que assi he Cardeal, e Câmara-lenguo, e a fralda lhe levava hum Embaixador de Millaõ, e assiveyo o Papa pera seus Paços per antre os homens armados, e dous homens de cavallo, que faziam praça, e logar per onde o Papa fosse, e assi foi guardado, ate que foi nos suso ditos. Outro si quando o Papa estava na missa em Pontifical poserom-lhe na cabeça hum Mitra, que deziam, que valia sete mil dobras, e a quantos estiverom a missa lançou o Papa a benção, e deulhes quinhentos dias de perdaõ.

E depois disto aos dezasseis dias do mes de Setembro foram feitos per toda a Cidade muy grandes relampados, que alumiamam assi como se fosse dia per tanto, que cuidavam os que esto viam, que era fogo, que caya dos ceos, e sabeí, que tangerom os sinos per toda a Cidade, e toda a gente avia muy gram pavor, mas esto nom durou muito, que logo nom viesse agoa, e per virtude de Deos, e dos sinos, logo cessou aquella tormenta, e foi significaçam de hum final, que foi em outro dia seguinte, o qual final foi, que se a diante segue: Vierom novas ao Papa, e a Cidade, que ho Conde Francisco, que estava da Cidade tres legoas, e que prendera o potestade, e Petri Joam Paulos, que eram Capitaens do Papa, e Gamelada, seu parceiro, que tambem era Capitam, que hiam todos com muita gente darmas buscar o Conde Francisco. pera o prenderem, e trazerem ao Papa preso, e sabeí, que o Papa o mandava prender por lhe tomar humas terras, que lhe elle dera, que diziam, que eram da Igreja, e mais diziam, que o queria mandar matar, porque lhe queria obedecer, e dar as terras, que lhe elle dera de juro, e de erdade, e saber, que o Papa lhe devia bem duzentos mil ducados, e esto era de soldo, que avia daver delle polo defender do Duque de Millaõ com quem avia guerra, e esto fazia o Papa por lhe nam dar o soldo, que lhe devia, e polo tirar da sua honra, e sabeí, que sempre lhe foi obediente, segundo dizia a gente per a Cidade, ainda mais por se mostrar, que lhe era obediente desque prendeo este potestade, e Capitaens, elle mandou dizer ao Papa, que se nom temesse delle nenhuma cousa, que elle obedeceria sempre a elle, e que estava prestes pera lhe obedecer se elle quisesse, e que  
sempre



sempre fora , e era seu amigo , e que em elle prendendo estes suso ditos , que lho nom tivesse a mal , que elle queria segurar sua vida , e que lhe pedia , e roguava , que elle perdesse saude ao potestade , que elle entendia de o mandar cedo com embaixada a Deos Padre , mas que Deos Padre , mas que dos outros , que lhos enviaria se elles pera la quisessem ir , e sabeí , que ao potestade mandou dar bem seis , ou sete trautos de corda , que lhe contasse a verdade da traçam , que lhe quizerá fazer , e do que lhe a potestade disse nom foi decrarado , nem o souberom , e assi estava ao tempo , que o Conde partio desta Cidade , e os outros , foi certo , que lhe disse o Conde Francisco , que se fossem emboora pera onde lhes aprouvesse , e sabeí , que alguns deziã pola Cidade , que disseram elles , que queriam andar com elle , e sabeí , que o Conde quando os tomou , que assentou consigo a sua mesa Petri Joaõ Paulos , e Guatamelada , seu parceiro , e ao potestade derom de comer com outros muito mais fomenos , e outros disserom , que comera com os rapazes por o desonrarem , dizendolhe o suso dito sabes bem tu tredor , que nom as mister outra honra senam esta , que eu te tirei duas vezes da forca , em que tu estavas com o barão no pescoco , que mandava poer Micer Pichiline , Capitaõ do Duque de Millaõ , meu sogro , e por este bem , que teu fiz me trazias tal traçam , e pera me fazeres perder minha vida , mas tu sabe de certo , que o que tu querias fazer a mim , isso quero eu fazer a ti.

Ora deixa o Conde de fallar desto , e torna ao Papa , que ouve gram medo do Conde Francisco , e em como mandou chamar o Conde Dourem , que hi estava na sua Corte com embaixada delRey de Portugal com muy gram pressa.

Diz o conto , que o Papa temendo-se muito do Conde Francisco , que lhe faria algum nojo , e que lhe poderia entrar pola Cidade , e que lha poderia filhar , e esto senam porque entendia , que a gente da Cidade o ajudaria , porque lhe queria gram bem , nom toda a Cidade , mas gram parte della seriam em sua ajuda , se se elle trementes quisesse , e sabeí , que se o Conde Francisco o quizerá fazer , que elle o fizera , mas nam lhe quis fazer nojo nenhum , e elle temendo-se deste suso dito mandou chamar o muy nobre , e discreto Dom Affonso , Conde Dourem , Neto do muy nobre Rey D. Joaõ , Rey , que foi de Portugal , e Neto do muy nobre Conde D. Nuno Alvares Pereira , que ora he santo , segundo achaõ polos grandes milagres , que Deos por elle faz alli onde elle jaz no Mosteiro de Santa Maria do Carmo em Lixboa , sobrinho do muy nobre Rey Dom Eduarte , o qual Senhor Conde Dourem , vendo , que o Papa assi o mandava chamar , logo como filho obediente sem outra detença cavalgou co Bispo do Porto , e co o de Viseu , e os Doutores , e sabendo , do que o Papa co elle fallou , que o nom souberom , salvo algumas pessoas certas , porem , que todos presumirom sobre o que fora , pello que se loguo seguio , e disserom , que o Papa lhe reguara , que por aquella noite , que lhe mandasse daquella sua gente , que tinha ao seu Paço pera ajuda de o defender do Conde Francisco , se

viessê a Cidade, e a entraffe, e porque elle muy bem sabia, que trazia a milhor gente do mundo, nem que pera mais era tanta por tanta, e ainda, que fossem duas tantas, e esto sabia elle muy bem, pollos feitos, que ouvia dizer das gentes, e da terra donde o dito Senhor Conde Dourem era, e nom era sem razam qua sabede, que as gentes daquella terra donde o Senhor Conde era som sem nenhuma duvida os mais leais contra seu Senhor sobre todas as gentes do mundo, e ainda saõ pera muito, e muy saguazes em ordenar suas batalhas, quando lhe amaõ bem, e ainda sabede, que som gentes de muy boa razam, e de muy bõo sifo, e que nom queriam aver guerra com nenhuns christaõs, salvo com os infieis mouros, e esto por exalta-mento de fee Catholica.

Ora leixa o conto de fallar do Conde em como foi ao manda-do do Papa, e torna em como se veyo pera seus Paços, em que pou-fava, e lhe mandou das suas gentes, que elle trazia.

Diz aqui o conto, que o muy nobre Senhor lhe mandou dos seus bem trinta homens muy bem armados com muy boas cotas, e bestas daço, e suas espadas cintas, e sabede, que as cotas eram de toda boca, e o Bispo do Porto, e o Bispo de Viseu lhe mandaram dez homens muy bem corregidos com suas espadas cintas, e senhos arcos de frechas, e assi, que foram por todos quarenta homens muy bem corregidos, e assi dormimos aquella noite nos Paços do Papa, e estiverom por mayor guarda, que era ate a Camara do Papa, e em outra Camara junto conosco estavam huns poucos de Ingrefes muy bem corregidos com suas armas estremadamente com seus arcos, e elles quando nos virom vierom-se pera nos dizendo, que nom que-riam estar senam conosco, porque eramos Portugueses, e que eramos seus Irmaõs, e assi nos chamaõ, e assi estivemos toda aquella noite todos.

Ora leixa o conto de fallar de como ho Senhor Conde man-dou os seus homens guardar o corpo do Senhor Papa, e torna ao auto, que fez o Doutor Diogo Affonso em Bollonha em huma Igre-ja, que chamam Sam Patronio, que he junto com os Paços do Papa.

Sabei, que aos treze dias do mes de Setembro fez o muy no-bre, e discreto Doutor Diogo Affonso, que vinha em companhia do muy nobre Senhor Conde Dourem com embaixada do muy nobre Se-nhor Rey de Portugal hum auto muito solepne de Concrusoens, as quaes foram em Lex, e em Decretaes, e em outras artes liberaes, e sabei, que em aquelle dia a tarde foi posto em huma muy alta, e nobre cadeira, e seu livro ante si, segundo he costume dos escolla-res, e Lentes, e estavam acerca da cadeira muitos bancos cubertos de muy nobres bancaes pera averem de sentar Arcebispos, e Bispos, e outros Prellados, e pessoas a elles iguais, e sabede, que foram ahi muitos, e mui nobres, e bem entendidos escollares, e Doutores aa maravilha, segundo dizia pela Corte do Papa, sabede, que estando elle na cadeira vierom estes Bispos, que se ao diante seguem, que eram os mais letrados, que o Papa trazia, segundo, que se dizia pola Corte do Papa, que per nome eram chamados Ambianeses, e

outro



outro Espelanteses, e acerca destes hum Embaixador de França, e disse o Bispo de Viseu, e outros muitos Doutores, e Prellados ao suso dito, que fallasse hum pouco mais alto, e começaram todos a oulhar, que era o que arguya o sobredito, e o Doutor des que os vio todos estar assentados, começou per seu latim de parlar, que ainda, que fosse hum Anjo Angelical, que dos Ceos as gentes o latim viesse decrarar, nom poderia parecer milhor, e des que o Doutor acabou de prepoer seus argoimentos o Bispo daquelles, que mais cerca delles seya, que era o mais entendido, e de mayor nobreza, e começou de dizer sub reverencia muy nobre Doutor, eu quero desfazer os vossos argumentos, e pollos em pouco valor, e logo começou darguir muy fortemente, que a todos parecia, que debetar o Doutor, e desbaratar, e em cima todas rezoens ouve-se de callar, e o Doutor começou contra o Bispo darguir em tanto, que fez suas rezoens boas, e conclusoens muy verdadeiras, e quando o Bispo esto vio começou de embruscar, e nom lhe soube mais responder, e ficou alli vencido em aquelle lugar, e quando veyo o outro ho outro Bispo, que estava acerca daquelle isto vio começou per seu latim muy alto de arguir, que as gentes se maravilhavam mais daquelle, que do outro, e des que começou seus argumentos a fazer o ouve muy bem descuitar, ate que ouve de acabar suas rezoens, des que acabou o Doutor começou de muy pasamente o seu de fallar, que as rezoens do Bispo ficaram em muy pouco sobre o que forom postas, e sabede, que depois destes Bispos veyo hum Embaixador de ElRey de França, e começou de arguir por seu latim, que parecia, que era Roufinol, que no Mayo bem canta, e este esteve por espaço de huma hora com ho Doutor em argumentos, e isto fazia elle pollo abater, e por cuidar, que nom soubesse elle resumir todo o que elle alli lhe ouvesse de recontar, e sabede, que tanto ouve darguir, ates que ouve de callar, e que cansavam ja, e quando o Doutor vio, que mais nom podia arguir, disse o Doutor muy umildosamente, prazavos Senhores de me averdes descuitar. Sabede, que este muy, e discreto Barom muy mal trouxe seus arguimentos a conclusão, e alli trouxe, e começou darguir, que nom avia homem no mundo, que tomasse prazer do seu bom razoar, e sabede, que aquelle Embaixador alli ficou vencido em aquelle lugar, e sabei, que outros muitos Doutores, e bons Bachareis, que logo começaram darguir, e desputar com o Doutor, e elle a todos responder, e ouve de darem cabo com todos vencidos, e ouveram a ficar as conclusoens do Doutor muito lhes conveyo abonar, e disseram, que bento fosse o dia, em que ao estudo se fora assentar, que tantas boas cousas como elle sabia em a sua cabeça forom assentar, e todos disserom, que nom pensavam, que tal homem tão letrado avia em Portugal, e todos quantos hi estavam, todos lhe este louvor derom, o qual foi de feito segundo o que disserom, e grande louvamento ao Reino de Portugal, e alli foi acabado este acto, que o suso dito fez. Outro si o Senhor Conde esteve nesta Cidade dez somanas, e a praça, que tem he muy boa, e he toda ladrilhada de tijollo, e junto com a porta do Paço do Papa vendem

vendem pã, e fruta, e carnes, e ovos, e marcaria muita infinda, e sabe, que vem alli as mais gallinhas, que podem vir em nenhuma Cidade.

Aos onze dias do mez Doutubro partio o Conde desta Cidade pera Basilea, onde estava o Concilio geral, que som cento e vinte legoas, e foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Modena, que som outo legoas, e em esta Cidade esteve o Conde nove dias: esta Cidade he tamanha como Evora, e he o primeiro lugar do Marquez de Ferrara, e aqui ordenou o Senhor Conde todolos seus como levasssem armas, ff. os fidalgos levam peitos, e brocões, e arnes de pernas, e os guães, e mais nam, e os seus Pages lhes levavam as faldas, e os rebuços, e os barretes, com suas . . . . . e assi os outros Escudeiros do Conde, que tinham vareletas, e os Escudeiros dos fidalgos levavam todo o arnes comprido as faldas, que lhe levavam os vareletes de seus amos, e officiaes levavam cotas, e lanças, e delles levavam bestas daço com seus coldres cheos de virotões tambem moços destribeira como todolos outros, e assi foram todos ordenadamente em alguns lugares, que eram villas chegavam o Senhor Conde, que lhe cerravam as portas da villa, e nam lhe queriam abrir, ate que nom vinha o recado da potestade, e esto era porque se temiam das gentes darmas, que andaõ sempre em guerra, e a quinta feira, que foram dezanove dias do dito mez foi o Conde dormir a huma Cidade, que chamaõ Rejo, que som seis legoas, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Parma, que he o primeiro lugar do Duque de Millaõ, que som seis legoas, e ao outro dia foi dormir a hum Castello, que chamaõ Burgo de Sam Donis, que sam seis legoas, e esteve hi Domingo, e a segunda feira foi dormir a hum lugar, que chamam a Pontemu, que som seis legoas, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ o Casal, que som quatro legoas, e achamos no caminho huma Cidade, que chamam Prazença, e o Conde nom quis ir por ella porque moriam nella, e foi per derredor, e passou hum Rio muy grande quanto hum homem poder lançar huma pedra, e passam per elle carretas carregadas de vinho, e de pão, ff. quando a carreta chegua ao porto vem loguo alli muy prestes huma barca, e he feita per tal guisa, e per engenho, que assi como a carreta vem carreguada assi a metem na barca, e os bois postos, e apeirados a ella assi como vem pollo caminho assi a poem em terra; a este Rio chamaõ o poo, e em esta Cidade jaz Santa Clara, e outros Santos, e muitos, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Lode, que sam seis legoas, e ao outro dia, que foi huma quinta feira, que foram vinte e outo dias do dito mez foi dormir a Cidade de Millaõ, que som sete legoas.

*Millaõ.*

Esta Cidade he muy grande, e muy rica, e abastada de todas coufas como outras Cidades, salvo de pescados, que nom ha como em outras algumas Cidades, mas acharam nella outras muitas couzas,



zas , que nom acharam assi em outros luguares tam perfeitamente , nem tam bom mercado como em ella , e sabei , que a Seê , que tem , que he muy grande , e muy largua , e bem fermosa se for acabada. Outro si a armaria desta Cidade he huma muy fermosa cousta de ver , e muito notavel , e sabede , que nesta Cidade esta hum Mestre , que he Armeiro , e tem dozentos officiaes , que todos lavram pera elle por seus dinheiros , e chamaõ-no Misalha , e assi outros Mestres , mas nom tem tantos officiaes : ora vos torno a contar das aves , que aqui foram juntas por dia de todos Santos , ff. de patos , que vierom a praça foram apodados a tres mil , e se mais nom menos , e muitas gualinhas , e capoens , e outras aves muitas , que lhe nom puderaõ dar conto , e de todo esto bom mercado , e muito pam , e vinho , e bom mercado , e todas estas aves vem a esta Cidade por prema por este dia de todos Santos. Outro si foi o Conde ouvir missa hum Dominguo , que foram trinta dias do dito mes a hum Mosteiro onde jaz Sam Pedro Martel , e amostrarom ao Conde sua Cabeça ella esta em hum feito como pregadoiro , e tem em cima hum curucheo , com que esta cuberta , e he de taboas , e quando a querem amostrar alçaõ aquelle curucheo per engenho , e fica assi descuberta , mas não de todo , porque tem darredor , e de cima assi como ser huma gayolla , e tudo de vidro , e esto he assi feito , porque nenhum nom possa tocar a cabeça , e se alguem quiser tocar algumas Reliquias danas a hum frade , que lhas toquem , e o frade tocas naquelles vidros , que assi som alli tocados como o fossem na Cabeça , e assi tocaram hi alguns do Conde , e estaõ muitas Reliquias , e a Cabeça tem a cutillada , que lhe deram tam fresqua , como em aquelle dia , que lhe foi dada , e bons cabellos , que tinha , e isto assi visto foram-lhe amostrar ho Moymento homde jaaz o Corpo , e este Moymento he assi cuberto como a Cabeça , salvo nom tem assi vidros , mas tem grades darredor , que nom podem bem chegar com a mão a elle , que sam de ferro , e he dos frefmosos moymentos , que se no mundo podem achar , e conio se o Conde dalli partio , loguo foi cerrado , e a Cabeça tambem.

Ora vos torno a contar do Castello do Duque , que he muy forte , e cercado dagoa , e ha guaiva ferra daltura tres lanças darmas , e dancho cinco , e de dentro do Castello tem outra cerca cercada com agoa , e com sua alcaçova muy forte , e de dentro tem mais de quarenta homens , que guardam o Duque , e nunca dahi fayem , salvo per licença , que haõ de seu Capitaõ , e hi comem , e bebem , e hi ham seu soldo , e assi esta guardado o Duque neste Castello , e quando o Duque quer hir correr monte , saise de noite com hum homem , de que se elle fia , e saise per tal guisa , que o nom vee ninguem , nem o sabe , salvo algumas pessoas certas de quem se fia , e mete-se em hum barco , e vai-se por hum rio a hum Castello , que tem , que he da Cidade sete milhas , que som duas legoas , e hum milha , este Rio nom he mais senaõ per quanto vai o barco ao suso dito , e apar deste Castello tem o Duque hum parque cercado , em que corre monte , e caça , e deziam , que avia em elle tres legoas , e  
alli

e alli dentro andaõ porcos , cervos , corços , lobos , e rapozas , e per-dizes , lebres , e outras alimarias muitas , elle tem este parque couta-do , e quando se elle sai , e vai foo , manda as suas gentes , que se vam dantes , ou despois , ou assi como lhe a elle apraz , e assi o fa-zem. Outro si a este Castello foi o Conde fallar ao Duque , e vie-rom-no receber ao caminho quanto podia ser hum legoa muitos Ca-villeiros , e Gentishomens , e outra gente muita , e levaram assi o Conde muito onradamente ate o Castello onde estava o Duque , e quando o Conde chegou a porta do Castello vierom-no receber Ca-villeiros , e Gentishomens , que estavaõ com o Duque , e os que hiam com o Conde , e levarom-no assi onradamente a huma Camara onde estava o Duque , e o Duque sayo da Camara a recebello , e o Conde lhe fez huma muy grande misura , e o Duque outra a elle , e entam o tomou o Duque polla maõ , e o Inigo polla outra , e che-garam-se todos tres a huma janella , e os Cavalleiros , e fidalgos dar-redor estiverom assi fallando por espaço de huma ora e meya , ate que veyo hum effrolico , e disse , que ja nom eram oras pera fallarem mais , entam se espedio o Conde do Duque , e estando o Conde a cavallo veyo o Duque a hum eyrado , e fez huma misura ao Conde , e o Conde outra a elle , e entaõ levaram aquelles Cavalleiros , e Gentishomens o Conde aquelle parque onde o Duque corre monta-ria , que sera hum quarto de legoa , e o Duque tinha ja mandado aos seus moços do monte , que tivessem emprazados dous , ou tres porcos pera o Conde , e elles assi os tinham , e como o Conde foi no monte logo poserom a vozaria per tal guisa , que logo fizerom vir hum porco honde estava o Conde , que estava em hum campo no cabo do monte , e vinha com o porco a mais fermoza vozaria , que se podesse achar , que viriam com elle bem cincoenta sabujos , e co-mo o porco chegou onde estava o Conde fez parada com os caens , e acutilou-os muy bem , e foi logo alli muy prestes hum moço do monte com sua lança nas maons , e aguardou-o a guisa de bom ho-mem , e deulhe huma lançada per antre as espadoas , e entrou huma lança ata huma Cruz , que trazia no alvado , e assi andou hum peda-ço ate , que o derribaram os caens , e assi foi esta montaria acabada , porque era jaa tarde pera se vir o Conde , e por effo nom quiserom mais correr monte , que ainda hi avia mais porcos emprazados , e os moços do monte traziam jornes de cremezim , e juboens de velludo , e calças de quartos brancos , e pretos , e verdes , çapatos de corda , e em suas cabeças carapuças de quatro Castellos , e assi corriam seu monte , e isto feito se veyo o Conde a Cidade. Outro si o Duque he assi do corpo como João Portela , o que mora em Couna , e assi tem o rostro , e o corpo , salvante as pernas , que tem mais del-guadas.

E ao Dominguo polla manhã mandou o Conde o porco ao Duque em presente em huma carreta , e traziam-na quatro trotoens muy fermozos , e mediram este porco na falla do Conde , e acharam , que era de doze palmos. Outro si mandou ho Duque hum prezen-te , ff. de cevada , e gallinhas , e vinho , e malvasia , e em esta Ci-dade



dade esteve o Conde onze dias, e a segunda feira, que foram onze dias do mes de Novembro foi dormir a hum lugar, que chamam Majêta, que sam sete legoas, ao outro dia foi dormir a Cidade de Maguça, que som quatro legoas, e ao outro dia foi dormir a Sam Jermô, que som sete legoas, e ao outro dia foi dormir a Cidade de Broca, que som outo legoas, e nesta Cidade deram ao Conde vinho de onze annos, e delles disserom, que beberom vinho de vinte e hum annos.

Outro si quando o Conde partio de Nugea, que foi dormir a Sam Germô achamos no caminho huma Cidade, que chamam Verselha, que he o primeiro lugar do Duque de Saboya, e antes, que o Conde chegasse a esta Cidade hum pedaço veyo hum Cavalleiro, que era Castellaõ, que estava naquella Cidade pollo Duque, que era a potestade da suso dita, e foi receber o Conde a huma meya legoa da Cidade com outros Gentishomens da suso dita, e vieram com o Conde ate a porta da Cidade, e o Conde nom quizera ir per dentro, elles lhe pediram por merce, que fosse per dentro, e assi passou o Conde per esta Cidade, e nesta Cidade avia nuitos officiaes de muitas maneiras, e assi foram os sobreditos com o Conde ate fora da Cidade quanto podia ser dous tiros de besta, e alli fizeram suas ao Conde, e o Conde a elles, e dalli se tornaram pera a Cidade, e deu o Conde a andar seu caminho.

E desta Cidade de Broca foi dormir a Bar, que som tres legoas, e este luguar nom tem mais de huma rua, e esta assentada antre duas ferras, e per fundo della vay huma Ribeira, que vai muy rija, e sabeí, que quem vier por este luguar quer de pee, quer de besta nam pode por alli passar senam per hum caminho, que nom he mais larguo, senam humia braçada, e dalli nom a passagem senam a lx. legoas, e isto he senom, porque som tudo muy grandes ferras, e achamos por este teraõ de Saboya, e Dalemanha quanto podia ser bem cincoenta legoas, que som homens, e molheres, e moços, mas nom som assi todos, mas estes som os mais poucos, que nom sejam papeiros, que som os papos tamanhos, que lhes nom parecem os peçoços mais a huns, que a outros, e perguntamos, de que se lhe faziam assi aquelles papos, e elles deziã, que se lhe faziam dagoa, que hebiã, e delles diziam, que era a sua natureza, e geração, e as molheres tambem moças, como velhas, que achamos no caminho, que andavaõ guardando seu guado todas andavam em cabello, ellas eram muy feas com os papos, que traziam, e com os cabellos, que lhes davam pollos hombros, e andaõ mal vestidas, e nam as achamos assi andar, senam por espaço de trinta legoas, ou corenta, e as outras andavaõ doutra guisa. Outro si estas suso ditas quando nos viam vir pollo caminho assi armados como hiamos fogiam pera as ferras, e pera suas cazas, porque aviam medo de nos, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamam Osta, que som doze legoas e meya, e esteve hi ao outro dia, que foi Dominguo: esta Cidade jaz em huma Ribeira antre duas ferras, e he pobre Cidade, e pequena, e ao outro dia, que foi segunda feira foi dormir ao pee da monta-

nhã a hum luguar, que chamaõ Burguo de Sam Martim, que sam quatro legoas, e quando o Conde chegou a este Burgo nam jazia neve senam muy pouca, e quando veyo ao outro dia, que foi terça feira nam podiaõ os homens sair das cazas com neve, que nevara aquella noyte, e quando o Conde isto vio, duvidou de poder passar a montanha, e os da terra disseram, que senaõ passasse aquelle dia, e nevasse mais, que era duvida de passar di a hum mes, ou dous, segundo elle hia com tanta gente, entaõ mandou o Conde, que fosse loguo o jantar prestes, que iria logo comer, e assi foi logo prestes, e como jentaram tomarom loguo os que se forom diante homens da terra, que sabiam, e forom-se com elles, até que passaram a montanha, e davalhe a neve pollas cilhas, e a loguares pollas espadoas as bestas, e assi fizeram estes dianteiros o caminho, e quando ho Conde partio do sobredito assi levava homens per guia: esta montanha he tam alta de sobir, que se decerom muitos, salvo o Conde, que nunca se deceo da besta em que hia, em todo o cima desta montanha esta hum Mosteiro, que chamaõ Sam Bernardo, e em elle estaõ quinze frades, e haõ x6 ducados de renda, estes frades nom fazem outra coufa senam ter alli mantimentos, e camas pera quantos forem, e vierem, e isto todo pollo amor de Deos, e tem estufas muy boas, e bem quentes pera todos, e sabede, que muita gente passa por aquella montanha, que senom achassem alli aquelle Mosteiro, e aquellas estufas assi quentes, como estaõ, que morreria muita gente, e de ventura seria o que escapasse quando muito neva, e sabei, que alguns quando chegaõ a este Mosteiro vem ja tam entanguidos de frio nas bestas, que se nom podem decer, e antes os decem, e levam-nos a estufa, e alli aquecem, e taes passaõ por esta montanha, que lhe caem os dedos das maons, e dos pees com frio, e esto he certo, e ja se aqueceo, que acharaõ hi homens mortos, porque quando faz vento, cae a neve das peñas, e vem-se polla Costa abaixo, e faz hum novelo tamanho como huma cuba, e quantos acerta, tantos mata, e ainda, que se queiram guardar nom podem, e isto he porque nunca a vem senam des que he junto com elles, e delles nom se podem guardar, porque nam tem pera onde, porque he a neve taõ alta, que se se metessem em ella nom poderiam sahir della, e o caminho he dancho como dum covado, e nesta serra ha tres legoas, ff. huma legoa e meya per sobida, e outro tanto per decida, e este caminho com este Mosteiro fez Anibal, que ordenou em esta montanha. Outro si o Conde chegou a este Mosteiro, e esteve hi hum pedaço, e os suso ditos davam de comer, e de beber, ff. a cada hum, em que cantidade hera, que elles tem alli aves, e vaca, carneiros, e marrans, e outras carnes, e depois, que alli forom acerca todos juntos naquelle Mosteiro onde estava o Conde, deu logo a andar o Conde seu caminho polla montanha abaixo, e disse aquelles, que hiam junto com elle, e que era bem de se decerem, porque era o caminho muy fraguoso, e delles se deceraõ, e delles naõ, os que se decerom tambem a subida, como a decida delles levavam arneses, e assi andavam por aquella neve, que era huma muy gram pena, e traba-



trabalho, e assi passaram esta montanha, e como forom em todo fundo da montanha cavalgaram, e os que hiam a pee, e tornaram-se as guias, que hiam com o Conde pera suas cazas. Outro si neste caminho desta montanha estaõ Cruzes de pao, porque quando a neve he muita tem tapado todo o caminho, e per aquellas Cruzes sabem per onde vai o caminho, e neste dia foi o Conde dormir a hum luguar, que chamaõ o Burgo de Sam Rumi, que sam sete legoas, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ Martinel, que som tres legoas, e ao outro dia foi dormir a hum luguar, que chamaõ Sanelocim, que som tres legoas, em este luguar jaz Sam Martinho, e ao outro dia foi dormir a hum lugar, que chamaõ Nives, que sam sete legoas, e achamos no caminho hum villa nova, que se começa hum lago, em que ha sete legoas em ancho, e dezafete em longo, e he muy bem povoado de huma parte como da outra de villas, como de castellos, e duas Cidades muy boas, a hũa chamaõ Loufa, e a outra Ginebra, e todos estes luguares som do Duque de Saboya, e ao outro dia foi ho Conde dormir a suso dita Cidade Loufa, que som duas legoas, e os ditos Bispos, e Doutores com elle, e quando chegarom acerca da Cidade começaram as trombetas, e charamellas de tanger, que assi o tinha ja o Conde ordenado, e hiam tamjendo ante-te, e todos aquelles, que levavam lanças levavaõ-as alçadas postas em suas coxas, e vierom ao caminho receber ao Conde os Gentishomens daquella Cidade, e assi entrou nella muy onrradamente.

Nesta Cidade esteve o Conde hum dia, que foi Dominguo, e a segunda feira depois de jantar cavalgou, e foi fallar ao Duque de Saboya, que estava dahi quatro legoas, e foi a cavallo ate o lago, que aqui faz mençam suso dito, que sera da Cidade acerca de hum legoa e meya, e alli esta hum luguar pequeno, que moraram em elle ate dezafeis, ou vinte pessoas, este luguar he porto daquelle lago, que estam em elle barcas, que passam de huma parte pera a outra, e dalli hia quatro legoas por este lago ha outra parte, onde estava o Duque, e o Conde quando chegou a este porto tinha ja hy barcas prestes pera passar, porque tinha la ja dantes mandado hum seu Arauto a caza do Duque com o recado em como elle avia dir fallar ao suso dito, e entam descavalgou, e meteo-se na barqua com todos os seus fidalgos, e Escudeiros da sua caza, e alguns Officiaes certos, e os Gentishomens nam levavam mais, senam cada hum seu homem pera os servir, e a outra gente ficou na suso dita com toda a frasca, e bestas, e assi se meteo o Conde na barca, e mandou tornar as bestas pera a sobredita quando chegou da outra parte onde estava o Duque, que era do porto hum tiro de besta, e antes, que cheguasse aos Paços, vierom-no receber Cavalleiros, e Gentishomens, que hi estavam com o Duque, e forom-se com elle ata dentro, e quando chegamos a primeira porta do Paço, estava nella hum Porteiro, que a guardava, e disse a todos aquelles, que levavaõ espadas, que as pouçassem, porque nom era costume de as levarem dentro, e o Conde assi o mandou, entonces o levaram a huma Camara terrea, que era ladrilhada, estiverom hi hum pouco fallando, e em tanto

vierom Cavalleiros, e Gentishomens para fallarem, e estarem com o Duque, e foram-se pera o Duque, e depois, que o Conde ali esteve fallando, levarom-no pera cima a hum falla aonde estava hum muy gram fogueira, e bancos pera ser, e hi esteve o Conde fallando per espaço de hum quarto dora com esses Cavalleiros, e Gentishomens, e entam sayo o Duque de hum Camara, e outros Cavalleiros com elles vestidos com suas chamarras pardas todos assi como o Duque, e o Conde quando o vio sair, foi pera elle, e fizeram suas mizuras hum ao outro, e deram suas maons, e o Duque deu a mão aquelles fidalgos, que hiam com o Conde, e estiverom fallando hum pouco em pee, e entam fez o Duque assentar o Conde em hum banco acerca da fogueira, e estiverom fallando, ff. fallava o Arauto do Conde antrambos, porque se nom entendiam, porque o Conde nom sabia fallar a sua lingoagem, nem o Duque a do Conde, e por isso fallava este Arauto antrambos, e elles estando assi fallando, chegou-se hum Cavalleiro, que fora com o Conde da Loufa, e disse ao Duque, Senhor o Conde sabe fallar bom latim, e entao começou o Conde de fallar latim com o Duque, e perguntoulhe o Duque por ElRey Dom Joao, e por o Conde Nuno Alvares, quanto avia, que morrerom, e perguntou per ElRey Dom Eduarte, e por seus Irmaons, e que tam velhos eram, e se estavao todos em paaz, e estando elles assi fallando chegaram dous seus filhos, e o mayor delles he Princepe, e he cazado com a filha DelRey de Chipre, e tem hum filho, que era aquelle tempo, que se esto aqui escreveo de dous annos, e he cazado com a filha DelRey de Franca, que assi era de idade de tres annos, e o Princepe a tinha jaa hi com seu filho, e criavam-se ambos. Outro si o Princepe era de idade de vinte e seis annos, e chamava-se Princepe de Piamonte, e seu Irmao seria de idade de dezaseis annos, e he Conde de Jeneva. Outro si estes suso ditos chegaram onde estava fallando seu Padre com o Conde, poserom seus joelhos no chaõ, e fizeram suas mizuras, e o Conde lhe fez tambem muy gram mizura, e elles se afastarom a fora hum pouco, estiverom assi quedos em pee, e o Duque esteve fallando com o Conde per espaço de hum quarto dora, e entam se espedio o Duque do Conde, e disse a seus filhos, que lhe entregava aquelle Senhor, e elles o levaram pera hum Camara, e trouveromlhes logo muy prestesmente vinho, e fruita, e bebeo o Conde com elles, e todos os outros Cavalleiros, e Gentishomens, e esto assi acabado partio-se dalli, e cavalguaram assi todos em cima de bons cavallos, que lhos tinhao prestes a porta do Paço, e foram assi fallando os sobre-ditos com o Conde ate a villa, que era dalli hum quarto de legoa, onde o Principe tinha sua Corte, e levarom o Conde a sua pousada, que era acerca dos Paços do Principe, e descavalguaram todos, e elles levarom o Conde a suso dita, e entam se tornaram pera o seu Paço, e assi ficou alli o Conde em sua pousada. Outro si o Senhor Conde levou este dia vestido hum sayo brocado, que era farpado, e levava tres pajens com sayos farpados, e chapados, e os fidalgos bem vestidos, ff. delles com sayos de panos de lãa, e delles de seda, e ao



outro dia , que era terça feira foi o Conde ouvir missa a huma Igreja , que estava hi acerca , e levava vestido hum sayo gretado forrado de martas , e os fidalgos levavam brocados , e delles chapados , e como ho Conde ouvio missa veyo jentar , e com a igoaria primeira vierom tanjendo as pipas , e outro si vierom da cozinha do Princepe muy boas igoarias , e muitas , e a baixella em que vinham , era muy rica , e ante ellas vinha hum Cavalleiro do Princepe , e como o Conde acabou de comer , vierom Cavalleiros , e grandes homens , e foram-se com elle a caza do Princepe , e entrando polla porta do Paço veyo o Princepe , e seu Irmaõ , e levarom o Conde pera cima pera huma Camara , homde estava a Rainha de Napoles , que he sua Irmaã , e estava hy a mulher do Princepe , e outras muitas Donnas , e Donzellas com ella , e quando o Conde entrou polla porta da Camara onde estavam estas Senhoras levantaraõ-se donde estavaõ em seu estrado , e moverom pera o Conde , e o Conde fezlhies sua misura , ff. primeiramente a Rainha , e despois a mulher do Princepe , e a Rainha tinha vestida huã Oppa preta a maneira de doo , e a molher do Princepe tinha huma Oppa brocada douro , e as Danmas muy bem vestidas , dellas de brocados , e dellas doutras Oppas de seda , e de lãa , e a Rainha , e a molher do Princepe tornaram-se assentar em seu estrado , e o Conde , e o Princepe , e seu Irmaõ assentaram-se em hum banco , e entam mandaram tanger as pipas , e deram huma Donna ao Conde , que era mulher de Marichal , e o Princepe , e seu Irmaõ tomaraõ senhas , e os Cavalleiros entreguaram outras , e elles entreguaram-nas aquelles fidalgos , e Gentishomens , que yam com o Conde , e tanjerom a baixa dança , e o Princepe começou logo , e despois o Conde , e despois ho Irmaõ do Princepe , e apos elles os Gentishomens do Conde , e despois fizeram a baixa alta , e antam mandaram callar aquellas as pipas , e mandaram tanjer as pipas do Conde as quaes davam a vantajem , e fizeram a baixa dança , e a alta dança , e antam se deceram estas , e vierom outras pipas do Princepe , que tanjeram dantes , e fizeram huma dança ao seu modo , e o Conde nom soube dançar aquelle modo , e sayose da dança , e o Princepe , e seu Irmaõ dançavam muy bem , e alguns Gentishomens do Conde com elles , e assi folguarom hum pedaço , e entaõ veyo vinho , e fruita , e beberom todos , e entaõ trouxerom a filha DelRey de França , e seu marido , que he filho do Princepe , e traziam-nos Donnas , e Cavalleiros no colo , e puferom-nos junto com a Rainha , e com a molher do Princepe : elles vinhaõ vestidos de brocado. Outro si o Princepe , e seu Irmaõ traziaõ vestidos brocados forrados de martas , e os Cavalleiros , e Gentishomens de sua Caza eram bem vestidos , e alguns delles andavam na dança , e vestirom sayos brocados huns , e outros chapados , e esto assi acabado espedio-se o Conde da Rainha , e da molher do Princepe , e daquellas Donnas , e o Princepe , e seu Irmaõ foram-se com elle ate a porta do dito Paço , e alli fizeram suas misuras , e foi-se o Conde pera sua pousada , e a noite foram aquelles Cavalleiros folgar com o Conde , e a quarta feira seguinte foi o Conde muy cedo ouvir missa , e veyo logo comer , e  
como

como comeo partio-se logo a pee, e foi-se ao porto, que hi estava acerca pera se meter na barca, que lhe ja hi tinhaõ prestes, e estando pera se meter na barca differamlhe: Senhor, o Principe vem, e elle tornou pera elle muy rijamente, e vinha com elle seu Irmaõ, e Cavalleiros, e Gentishomens com elles, e alli se abraçou o Principe, e seu Irmaõ com o Conde, e fizeram-se suas mizuras, e o Principe deu a maõ a todos aquelles fidalguos do Conde, e o Conde se meteo na barca, e o Principe esteve sempre ally ataa, que se a barca partio, e assi se espedio o Conde. Outro si o Principe tem ordenança em sua caza per esta guisa, ff. traz em sua caza certos Cavalleiros, que som cazados, e trazem hi suas molheres, e estes suso ditos andam hi tempo certo, e acabado o dito tempo vam-se pera suas cazas, e vem-se outros per esta mesma guisa, e assi traz sua caza acompanhada como pode ser Senhor. Outro si em sua caza se fazem tres dias na somana danças, e festas, ff. a terça, e a quinta, e o Sabado. Outro si toda a despeza, que o Conde alli fez foi a custa do Principe ao Conde nom lhe prazia muito, e deziã alguns, que por isso estivera alli o Conde tam pouco.

A quinta feira partio o Conde desta Cidade, e foi dormir a hum lugar, que chamaõ Sam Romor, que sam seis legoas, e quando o Conde partio desta Cidade eram duas oras e meya depois de meyo dia, porque escreveo dalli por hum seu Arauto a ElRey de Portugal: outro si quando o Conde chegou a este lugar de Romor eram ja andadas cinco oras da noite, e este luguar foi ja queimado duas vezes, e a derradeira avya dous annos, que nom ficou casas, nem Igrejas, nem hum Mosteiro de Santa Grara, que tudo nom fosse queimado, ff. ate os que estavam fora do luguar quanto podia ser hum tiro de besta, deziã os homens do suso dito, que viã hir o fogo pollo ar, e hia cayr em cima delles, e queimava-os, e este Mosteiro da villa he hum boõ tiro de besta, e alli foi o foguo saltar, e queimou o Mosteiro, e cinco, ou seis freiras dentro, porque o foguo era muy grande ellas nom poderom fogir com as outras, e alguns perguntarom, que pecado era aquelle daquelle luguar, que assi ja fora queimado duas vezes, e delles disserom, que avia hi algumas maas pessoas, que uzavam de feitiços, e assi foi este lugar queimado, e as freiras do Mosteiro vieram ao caminho pedir por merce ao Conde, que lhe mandasse dar alguma esmolla pollo amor de Deos, porque a sua merce podia bem saber de como aquelle Mosteiro fora queimado, e destruido, e o Conde mandoulhe dar, e ao outro dia foi dormir a hum villa, que chamam Tribur, que som tres legoas; esta villa he muy boa, e muy rica, e he o primeiro luguar Dalemanha, mas nom he toda, que della he do Duque de Saboya, e neste luguar entrou o Conde aos vinte e tres dias do dito mes, e a segunda feira foi dormir a hum luguar, que chamam Berna, que som tres legoas, ao outro dia foi dormir a Igelorom, que som tres legoas, e ao outro dia foi dormir a Valhistar, que som duas legoas, e neste dia nevou muito, e fez muy gram frio, e esteve hi o Conde aquelle dia tambem, e ao outro dia foi dormir Alhistar, que som duas legoas,



goas , e como chegaram , entregaram loguo todas as armas , cada hum como as trazia , e nesta noite foram todas entrouxadas , e postas em carretas per tal guisa , que quando foi manhã eram jaa na Cidade de Basillea nas pousadas do Conde , e alli tirou o Conde a cota , que trouxe pelo caminho , e tambem o paje , que lhe trazia a bareta , e a lança , e ao outro dia , que foi Dominguo , que eram dous dias andados do mez de Dezembro foi o Conde , e o Bispo do Porto , e o Bispo de Viseu , e os Doutores dormir a Basillea , que som duas leguoas.

*Basillea.*

E trazia o Conde vestido hum sayo borcado , e tres pajens de sayos chapados com botas de barbamte , e todos seus vestidos como libre , que elle dera em Bollonha , ff. os fidalgos , e seos Escudeiros , e pajes , e alguns officiaes do Conde , estes levavam jacas , e jornees , e a outra jente levavam sayas , a maneira dapertadas , e assi entraram em Basillea todos juntos os suso ditos , e antes , que cheguassem a Cidade quanto podia ser huma meya legoa , mandou o Conde , que todos aquelles , que traziam sayos apertados , que fossem todos traz elle , ff. dous , e dous a pares , e assi foram huns a traz outros , e hum homem , que os regia , e os Escudeiros hiam ante o Conde , e foram assi per ordenança ata a pousada do dito Senhor. Outro si antes , que o Conde entrasse na dita Cidade vierom-no receber Arcebispos , e Bispos , e Doutores , e todos os Prellados , que hi estavam no dito Concilio , e Cavalleiros , e outra muita gente da dita Cidade , e antes , que cheguassem a porta da Cidade começaram as charamellas do Conde de tanjer , e assi levarom o Conde muy homradamente pela Cidade ate a sua pousada , e aqui esteve o Conde a segunda , e a terça , e a quarta feira foi fallar aos Cardeais , ff. foi primeiro fallar ao Cardeal de Santangelo , que he deleguado pollo Concilio , este Cardeal he de Italia , e dahi foi fallar ao Cardeal de Sam Pedro , e este he de Castella , e estava hi polo Papa , e dahi foi ao outro dia fallar ao Cardeal Darle , este he francez , e como o Conde entrou polla falla do primeiro Cardeal sayo elle da sua camara , e o Conde lhe fez huma muy grande misura , e elle ao Conde , e tomou polla mão , e fello ir diante pera a sua camara , e fezlhe muy grande homra , e assi como o Conde foi deste bem recebido , assi o foi dos outros dous , e o Conde levava vestido huma Oppa brocada , e assi foi recebido destes tres Cardeaes. Outro si o Conde esteve assi cinco , ou seis dias , e acabo delles foi ao Concilio , que se fazia na See da suso dita , e o Bispo do Porto , e o Bispo de Vizeu , e os Doutores todos juntos , e neste dia nom foram encorporados no suso dito , salvo , que fallaram aquelles Cardeais , Patriarcas , e Arcebispos , e Bispos , e Prellados , que estavam no dito Concilio.

E ao outro dia foram laa , e deramlhe a Embaixada , que o Conde trazia do muy nobre Rey de Portugal , e foi desposta por Vasco Fernandes , Doutor , e despois a cabo de tres , ou quatro dias foram la todos juntos , e assentaram todos o Bispo do Porto na cadeira

deira DelRey por fer em pessoa do dito Senhõr Rey, porque assi he ho costume de todolos Reis, e Emperadores, quando mandam seus Embaixadores de serem postos em suas cadeiras, e assi syã todos, e cada Embaixador em sua cadeira, salvo o Embaixador DelRey Dingraterre, que era ja partido do Concilio. Outro si as cadeiras sam dez, ff. huma do Papa, e outra do Emperador, e oyto dos Reys, que estavam ordenadas per esta guisa; quando entram polla porta da See, loguo vem dar da suso dita, estavam ellas per esta guisa, que aqui faz mençam: a cadeira do Papã, e do Emperador estavam na entrada da oufia, e a dos Reys estavaõ das ilharguas a veira das paredes, ff. quatro de huma parte, e quatro da outra, e a parte direita estavam estas, que se seguem, ff. a cadeira DelRey de França em cabeceira da contra a do Emperador, e da outra parte em dereito della estava a cadeira DelRey Dingraterre em cabeceira de contra a do Papa, de paar desta estava a cadeira DelRey de Portugal, e da outra parte a cadeira DelRey de Castella junto com a de França, e junto com esta a cadeira DelRey Daraguam, e da outra parte em dereito della a cadeira DelRey de Napoles, junto com a de Portugal, e junto com ella a DelRey de Navarra, e da outra parte a cadeira DelRey de Chipre, junto com a de Napoles, e assi estavam estas cadeiras ordenadas, e quando vierem os Embaixadores dos outros Reys am destar a so estes junto com estes. Outro si o Embaixador DelRey Dingraterre como se partio do Concilio, loguo o Embaixador DelRey de Castella comprou a cadeira DelRey Dingraterre ao Concilio, e deulhe por ella trinta mil florins, e esto nom fizeram os Castelaons, salvo com enveja, que ouverom da cadeira DelRey Dingraterre, porque estava da outra parte em cabeceira, porque he mayor honra, e por elles percalçarem esta honra, e mais por serem acima da cadeira DelRey de Portugal, que ha tinham abaixo de si, por isso compraram esta cadeira, mas como o Embaixador DelRey Dingraterre tornar ao Concilio, loguo a elle tomara, ainda que lhe pez, porque per dereito he sua, e assi deziã no Concilio, que loguo lhe seria entregue ca o Concilio nam lha vendeo, salvo por se manter, e porque lhe derom muito dinheiro por ella, que se o assi nom fizeram, nom se poderia manter o suso dito. Outro si o Conde daquellas tres vezes, que foi ao Concilio, ff. a primeira vez levou vestido huma Oppa brocada destado, e a segunda vez levou hum sayo franzido chapado, que tinha trinta marcos de prata, e a terceira vez levou hum sayo chapado, que tinha outros trinta marcos de prata, e todolos seos vestidos com mylhores sayos, que cada hum tinha, e a quarta vez levou hum mantou chapado com hum jubaõ brocadoo.

Outro si esta Cidade estaa assentada em terra chaã, he muy boa Cidade muy beem farta de paõ, e de vinho, e de carnes, e pescado, e de todalas outras cousas, e boom mercado, e nesta Cidade vi hum dia sete carretas carreguadas de ovos, e oyto carreguadas de paõ, e per meyo desta Cidade vay hum rio, que chamam Rim, e este rio tem hũa ponte de madeira, que he de longuo duzentas e quinze



quinze passadas, qua tanto he o rio de larguo, e a ponte he de larguo seis passadas, este rio vay muy rijo, e no inverno leva muy pouca agua, porque as montanhas som todas cheas, e cubertas de neve, e assi o saõ os valles todos, e por esto estaõ as aguaas coalhadas, e rios, e ribeiras, e no inverno he este rio todo rejelado, salvo por onde vay a vea dagoa, e andam per cima deste rajelo carretas carreguadas, bem assi como andaõ pollo chaõ, e a loguares he o regelo de groso duas braçadas, e vem as vezes tamanho rajelo pollo rio, que vay daar tamanha pancada na ponte, que parece, que a quer derribar, e como vem o veram loguo toda a neve he derretida, e entam vay este rio cheo, e todos os outros da neve, que se derrete. Outro si em toda a terra Dalemanha he muy fria, e senaõ foram as estufas, que tem morreriaõ com frio, porque a neve he tanta, que a luguares nom podem sayr das casas, nem guados nom podem sair fora das casas dous, ou tres meses, e mantem-se em feno, que lhe colhem no veraõ. Outro si a jente desta terra he muy soberba, e crua pera os estrangeiros, e sam os homens mais comedores, e bebedores, que no mundo podem achar, e todos mal vestidos, salvo alguns jentishomens, que andam comunalmente vestidos, mas as mulheres andam bem vestidas. Outro si nesta Cidade ha tal costume, que nenhum Cavalleiro, nem Gentilhomem nom ha destar nella mais de hum mes, ou dous, que esto acabado loguo se vam pera seos Castellos, que tem pello termo, e na Cidade nam estam homens fidalguos, salvo alguns, que sam Regedores da dita Cidade, ca todos os outros sam homens, que trabalhaõ, e esta Cidade tem darredor muitas vinhas, e terras de pam. Outro si nesta Cidade avia aquelle tempo, que o Condé hi esteve oytocentas putas, e se mais nam menos, a fora outras, que eram caladas, e esto era certo, e eram bem gentis molheres pera o suso dito, e nesta Cidade ha entre Igrejas, e Mosteiros trinta e seis. Outro si dia se faz, que entram nesta Cidade bem trezentas, ou quatrocentas carretas carreguadas, ff. dellas com paõ, e com vinho, e com lenha, palha, feno, e com outras mercadorias.

Aqui trata dos convites, que fizeram ao Conde, item foi convidado do Cardeal de Sam Pedro, e de dous Bispos de Castella, que estavam no Concilio por Embaixadores DelRey de Castella, e hum era Bispo de Cuenqua, e o outro Bispo de Burgos, e todos os fidalgos do Conde la comerom, e mais fezeromlhe muy grande sala de muitas, e boas igoarias.

Aqui conta dos convidados, que o Conde convidou, e das salas igoarias, que foram, ff. estas foram das muitas, e boas igoarias, que se podem fazer em salas.

Primeiramente o Bispo de Castella, que estava no Concilio por Embaixador DelRey de Castella veyo jantar com o Conde, e o Bispo do Porto, e depois desles veyo o Bispo de Castella, que estava hi por Embaixador com o outro suso dito por seu Senhor ElRey, e a este Bispo chamaõ o Bispo de Burguos, e hoo outro Bispo chamaõ, o Bispo de Conqua, e jantou com o Conde elle, e o Bispo

de Viseu , e depois destes veyo jantar com o Conde hum Bispo , e hum Arcebispo , e hum Protonotario , que se chama Ludovico , que he hum dos mores leterados , que ha em toda Italia , estes suso ditos estavam por Embaixadores DelRey Daraguam no Concilio , e depois desto veyo hum Bispo , que estava por Embaixador pello Emperador no suso dito , e depois deste hum Bispo , que estava por Embaixador do Duque de Bregonha , e este Bispo deziam , que tinha trezentos mil frorins , e tem hum seu Irmao , que he Arcebispo , que tem quatrocentos mil frorins , e esto tem elles ambos de renda , e depois desto vierom dezanove molheres das mais honradas da dita Cidade , e estas vierom a cear , e depois , que cearam dançaram ellas com aquelles fidalguos do Conde ate duas oras depois da meya noite , e depois destas vieram dous Cavalleiros , que eram Gregos , que estavam no Concilio por Embaixadores do Emperador de Grecia , e per aqui forom estes convidados acabados. Outro si forom outros Embaixadores , que estavam no suso dito convidados , elles se escusaram por necessidades , que tinham , e por isso ficaram estes sobreditos , que nom vierom aos convites.

Outro si nesta Cidade he tal costume , que de Natal ate dia dentruído todalas festas , e dias Santos nam fazem senam dançar , e fazem muitos jogos pela Cidade , e as molheres della tem estufas , e vãa cear nellas cada huma a sua custa , e como acabaõ de cear , mandam tanjer as pipas , e começam de dançar com suas molheres , e huns com os outros , e assi andam dançando , e tomando muito prazer ate a meya noite. Outro si nestes dias Santos justaõ huns com os outros , e assi tomam muito prazer neste tempo. Outro si os sobreditos quando dançavam na estufa vinham convidar o Conde , e pedir-lhe por merce , que fosse la folguar com elles , e o Conde foi laa tres , ou quatro vezes , e mandavam as suas pipas , que se fossem com elle , e que nom tanjessem senam quando elle mandasse , e quando o Conde hia andavam elles ja dançando , e metiam-se os fidalgos do Conde com elles a dançar delles com molheres , e delles huns com outros , e como acabavam mandava o Conde tanjer as pipas as suas , e dançava o Conde com huma molher daquellas mais honradas , que hi estavam , e os fidalguos , e aquelles Gentishomens , que hi estavam dançavam com as outras molheres , e como acabavam vinha loguo vinho , e fruita , e davam ao Conde , e aquelles fidalguos , e mais nam , porque o vinho era tam pouco , que escassamente podia avondar aquelles sobreditos , e elles sam homens , que sabem muy pouco de cortesia , nem darem honra a cada hum como a merece , mas ham estas bondades , sam muy rijos , e bem vallentes , e cavalgam muy fortes , e dereitos , e trazem boas pernas a cavallo , e justaõ bem a sua guisa. Outro si tem tal ordenaçam na Cidade se algum homem , que for Estrangeiro ferir a algum da Cidade paguar-lheha certa pena , e se o da Cidade o ferir nom paguara nada. Outro si se o Estrangeiro matar algum dos suso ditos loguo pena por elle , e se o da Cidade o matar fogiria pera casa dalgum cavalleiro tres , ou quatro mezes , ate que esqueça , e dalli tornar-sea pera sua casa , e ninguem nom lhe fara



fara nojo nenhum. Outro si se tiverem algum homem preso, que seja Crerigo, ou frade, ou leiguo, e entenderem, que os ham de vir roguar por elle, nom jaz na cadea mais de tres dias, e levam-no de noite a ponte, que esta sobre o rio, que vai por meyo da sobredita, e na ponte esta huma porta dalçapaõ, e atamlhe os pees, e as maons, e lançaõ-nos por alli no rio, e o rio vai tam rijo, que o leva, que nunca mais parece, e esto nom se entende, salvo aquelle, que tem muito mal feito, porque merece aquella pena por nom roguarem por elles, por esso os tem tam pouco na prisaõ. Outro si o Concilio ordenou certos Embaixadores, que forom a Grecia pera trazerem o Emperador ao Concilio, porque elles, e os de sua terra desvairam em algumas cousas da nossa feê, e porque elles assi desvairam, e polos tornarem a nossa verdadeira feê, ordenou o Concilio estes Embaixadores, que fossem laa pera trazerem os sobreditos, dos quaes vai laa por Embaixador o Bispo de Viseu, o qual se partio desta Cidade o derradeiro dia de Fevereiro, e o Conde, e o Bispo do Porto forom com outros do Concilio ate hum pedaço fora da Cidade com elle, e dalli se espedio o Bispo delles. Outro si o primeiro dia Dabril entrou nesta Cidade hum Arcebispo, que vinha por Embaixador do Papa, ao Concilio, e forom-no receber ao caminho, ff. o Senhor Conde, e Bispo do Porto, e todos os Bispos, e Abbades Bentos, e todos os outros Embaixadores, que estavam no Concilio, e forom apodados per todos a 6i de cavallo, e assi o trouxerom muy omradamente ata honde elle pousou, e este Arcebispo foi convidado do Conde, e fezlhe muy grande omra, e a festa feira Dendoenças virom na Seê desta Cidade ser assentados tres Cardeaes, e dous Patriarchas, e muitos Abbades Bentos, e trinta e seis, ff. por Arcebispos, e Bispos, todos assentados com suas Mitras nas cabeças, e outros Prellados muitos, que foi huma muy fermosa cousa de ver. Outro si este Embaixador do Papa a embaixada, que trouxe ao Concilio foi esta o principio della dizendo o Papa, que elle se envia encomendar chamando os filhos obidientes, e Irmaons, roguandolhes, que esguardassem em suas conciencias, que elles legitimassem como se poderia fazer este Concilio sem sua pessoa ser presente, e outro si, que se fizesse o Concilio omde elle podesse ir, por quanto elle era jaa homem velho, e cansado, e mais, que se temia de seos imigos, como elles muy bem sabiam, e mais, que em Italia ha muitos luguares, e Cidades, que som na sua terra per onde elle anda seguro, e esto foi, porque era ja o Concilio devulgado, que se fizesse em Avinhom. Esto foi, porque no Concilio a este tempo estavam hi muitas vozes dos francezes, mais, que outros nenhuns, e mais, que emprestava a Cidade de Vinham ao Concilio sessenta mil ducados pera aquelles Embaixadores, que aviam dir a Grecia polo Emperador, que qua detraz faz mençaõ, e o Papa ouve desto parte, e mandou hum seu Embaixador a Vinhaõ com huma carta de excomunham, dizendo, que punha sentença de excomunham em qualquer pessoa, que desse dinheiro, ou ajuda pera aquelles Embaixadores, que se Deos quisesse, que se aquelles Gregos tornar quisessem pera a nossa fee,

elle lhes mandaria dar dinheiros, que os abastasse, e se o Embaixador do Papa tardara hum dia estes Embaixadores ouveram de receber este ouro, e quando os da Cidade esto ouvirom nom quizeram dar o ouro, salvo 6i ducados, que tinham ja dantees dado a hum Embaixador daquelles sobreditos, e por esto mandou o Papa o outro seu Embaixador ao Concilio.

Outro si do louvor, que derom ao Senhor Conde no Concilio, e foi este, que nam viera ao Concilio nenhum Embaixador, que fosse tam grande Senhor, nem de sangue Real como o Senhor Conde, nem quem trouxesse tantos de cavallo, nem tam bem corregidos, nem tantos cavallos, e tam bons como elle, nem que trouxesse tam boas trombetas, nem Paço de nenhum Embaixador tam boõ como o seu, que parecesse Paço de Senhor Real, nem trouxe nenhum Embaixador hi pipas, nem que dançasse, salvo no Paço do Conde, e esta honra levou o Conde do Concilio, e da Cidade sobredita.

Outro si dos outros Embaixadores todos nom veyo ao Concilio tam bem corregida, e tam bem encavalguado como o Embaixador DelRey Dingraterre, ff. veyo ao Concilio por Embaixador hum Conde, e hum Bispo, que eram per todos 6: de cavallo, e vierom muy bem corregidos, e traziam muy boõs cavallos, e todos com seus arcos de frechas nas maõs, e assi entraram muy honradamente na Cidade sobredita.

Outro si este Conde foi hum dia folgar fora da Cidade a caça, e neste dia ouve Congregação na Seê da sobredita, e forom la todos os Embaixadores, que estavam no Concilio, dos quaes la foi aquelle Bispo Ingres, que estava hi no dito Concilio por Embaixador do Senhor Rey de Ingraterre, e sendo o Bispo Ingres em a cadeira de seu Senhor, e Rey, vieram os Embaixadores DelRey de Castella, ff. eram dous Bispos, e hum Cavalleiro, que chamam Joaõ da Silva, e os Bispos chamam a hum delles o Bispo de Burgos, e ao outro o Bispo de Conca, e sendo o Bispo Ingres na cadeira de seu Senhor, allevantaram-se os Bispos DelRey de Castella com elle em argumentos, dizendo, que aquella cadeira DelRey Dingraterre hera de direito DelRey de Castella, e nam DelRey Dingraterre, e tinham certo ahi mais em sua ajuda os Embaixadores DelRey de França, porque sam todos em huma vos os de Castella, e os de França, e esto he porque ElRey de Castella he imigo DelRey Dingraterre, e ElRey de Ingraterre he inimigo delRey de Castella, e ElRey de Portugal he amigo DelRey Dingraterre, e porque estes sobreditos sam legados huns aos outros, e tem antre si pazes feitas, que sejam imigo de inimigos, e amigo damigos, e porque ElRey de França he imigo dos sobreditos, e amiguo do suso dito, e maes, porque ElRey de Castella ouve aquella guerra com Portugal tem tençam, e porque ElRey Dingraterre se em cabiceira, e o Rey de Portugal junto com elle aviam estes sobreditos despeito, e trataram estes Embaixadores de Castella, e de França, porque som todos em huma vooz em como ouvessem tomada aquella cadeira DelRey 'Dingraterre pera ElRey de Castella, por ser em cabiceira como see ElRey de França, e por ser  
acima



acima DelRey de Portugal , porque sam mayor honra as cabeceiras , vieram estes Bispos sobreditos a arguir polla guisa , que qua detras faaz menção com o Bispo Ingres por tençam , que se levantaram estes Bispos Castelhanos , e foi hum delles , que chamam o Bispo de Conca , e lançou mão pello Bispo Ingres , que estava na cadeira , e derribou-o della em baixo , e assentou-se nella , e o Bispo Ingres quifera com huns cinco , ou seis seos , que hi tinha lançar mão pollo Bispo , que lhe fez aquelo , e forom loguo juntos muitos Castelhanos , e francezes , que hi estavam sobre os Ingrezes , que eram vinte castelhanos , e francezes pera hum Ingres , e neste levantaram-se os Cardeaes , e os Embaixadores estremaram-nos , e levaram por entam os castelhanos a melhor daquelle Bispo Ingres , e quando veyo o Conde Ingres , que era na caça , que soube desto parte ouve muy grande despeito , e foi-se aos Cardeaes sobre aquelo , pedindolhe por merce , que elles o ouvissem com dtró , dizendo , que elles sabiam bem de como elle , e aquelle Bispo estavam por Embaixadores por seu Senhor ElRey no Concilio , e de como aquella cadeira he sua de certo , e ha de ser nella em cabeceira , e como aquelles Embaixadores de Castella forom homde seya o Embaixador na cadeira de seu Senhor ElRey , e o derribarañ della , e fizeram aquella injuria a seu Senhor ElRey , porem , que elles tornassem aquello , ou se faria hi al , e elles tornaram em reposta , que iriañ a Congregação , e que os ouviriam com seu direito , e forom la , e litigaram tanto , que tornaram o Bispo a dita cadeira , e tiveram-na alli todo o tempo , que estiverom no dito Concilio , e como se partiram pera Ingraterra , loguo os Embaixadores de Castella compraram a dita cadeira como qua detraz faz menção. Outro si neste ensejo se partio hum Cardeal deste Concilio pera casa do Papa , e he costume quando algum Cardeal entra , ou sae omde esta o Concilio de o hirem receber ao caminho todolos Cardeaes , e todolos Embaixadores , que estiverem no dito Concilio , e porque se aquelle Cardeal alli partia da Cidade , e o Conde Ingres ouvesse seu conselho com seu Bispo , dizendo em como aquelles castelhanos lhe fizeram aquella injuria , e elles hiam todos fora da Cidade com aquelle Cardeal , que era bem de todos hirem muy bem corregidos com seos ácos , e em cima desses milhores cavallos , que tivessem pera lhes darem la fora huma boa falsada , e acordaram , que era bem , e quando veyo aquelle dia , que se o Cardeal partio corregerom-se todos muy bem , e os Castelañs , e os francezes souberom desto parte , e temerom-se , e forom-no dizer aos Cardeaes de como elles tinham aquello ordenado , que se recreceria alli muy grande arroido , e os Cardeaes mandaram , que nom fosse nenhum tam ousado , que levassem armas , salvo senhos pãos nas maons , e os Ingreses quando desto souberom parte ouverom gram despeito , e disserom , que levassem cada hum seu pao na mão , e la fora da Cidade , que dessem por elles com aquelles cavallos , e com aquelles paos , que ou todos morressem , ou vingassem aquelle despeito , que lhes fizeram , e elles cavalgaram logo , e cavalgou o Conde em cima de hum bom cavallo dos melhores , que tinha , e forom-se omde pousava o dito Cardeal  
pera

pera hirem com elle assi como dito he , e quando chegou o Conde onde pousava o sobredito estavam ja hi os castelaõs , e elle começou de votar o cavallo para elles per tal guisa , que derribou hum , ou dous delles , e foram-no dizer aos Cardeaes , e elles vendo em como aquelle Conde queria allevar arroido , e que per força era se fosse la fora , que jugassem as punhadas com aquelles sobreditos , porque faam homens de tal condição , que ou morreram , ou vingaram o despeito , que lhe fizeram , e elles mandaram , que nom fosse nenhum Embaixador fora , e o Cardeal sobredito cavalgou , e foi-se seu caminho , e por esto nom foram os Embaixadores fora da Cidade com o sobredito , e assi se partio o Cardeal desta Cidade. Outro si neste Concilio , e nesta Cidade se temiam destes Ingrezes , porque som homens pera muito , e a tal nomeada tem qua por estes Reinos a fora os Portugueses , que sam nomeados antre todos sobreditos , e ao tempo , que isto foi nom era ainda o Conde no Concilio.

Aqui conta como hum Bispo Dingraterre ouve arroido em Roma com este Bispo de Conca , ff. avera desta era de 437. annos dez , ou dezañs annos , que estando este Bispo de Ingraterre em Roma vierom a disputar , e a argumentos por tanto , que veyo o Bispo Ingres contra este Bispo Castelhana , e deulhe duas bofetadas muy grandes , que lhe foram mor desomra , que o que elle fez quando elle , e outro Bispo de Burgos , e Joaõ da Silva , e os outros francezes , como ja dito he derribaram o outro Bispo Ingres da cadeira , que estava hi soo. Outro si quando o Bispo Ingres deu as bofetadas ha este sobredito foram hi juntos muitos Castelhanos , e outras jentes muitas , e mais alguns Cardeaes , que hi estavam presentes , e quiseram lançar maõ pelo Bispo Ingres , e elle foi-se saindo dantre elles pera sua pousada , e como foi dentro mandou serrar as portas , e mandou a todos los seos , que fossem loguo todos armados elles , que tinham armas , e os que as nom tinham , que tomassem suas espadas , e arcos , e se alguem viesse pera prenderem , ou pera lhe fazerem alguma desomra , que elles se defendessem ate morrerem , e todos elles foram loguo corregidos muy prestesmente , e as gentes recreciam pera hi pera o prenderem estando elles assi souberaõ alguns Portugueses , que hi estavaõ em Corte desto parte , e ajuntaram se todos , e ouverom seu conselho , e acordaram , que era bem de se hirem pera aquelles Ingrefes pois sam amigos do Reino de Portugal , e quando chegaram a porta onde estavam os Ingrefes bateraõ a sobredita , e os Ingrefes disseram , que quem estava alli , elles responderom , que eram Portugueses , que se queriam ir pera elles , e o Bispo mandou , que lhes abrissem , e disse , que fossem bem vindos , e mandou abrir as portas , e deixar entrar quem quizesse vir pois Portugal , e Ingraterre eram juntos , que eram abastantes pera pellejarem com quantos avia em Roma , e estiverom alli humas tres , ou quatro oras aguardando se entraria alguem dentro , e nenhum foi tam ousado , que entrasse , e elles quando isto viram , que nom queriam entrar dentro disse o Bispo vamonos todos assi como estamos a praça pois pera aqui nom sam homens pera nos cometerem neste lugar , e se forem ho-



mens pera ello alli nos veram cometer , e elles se foram alli a sobredita , e estiverom hi per espaço de duas , ou tres oras aguardando os sobreditos pera verem se eram homens pera vingarem aquello , que lhe fizerom , e nunca nenhum foi tam atrevido , que viesse alli , e affi fez este Bispo Ingres esta injuria , e desonra a este Bispo de Conca castelhano , que foi mayor , que a que elle fez no Concilio ao outro Bispo Ingres , porque eram aquelles sobreditos , que qua detras faz menção.

Aos vinte e oito dias Dabril foram nesta Scê juntos todos os Embaixadores , que estavam no Concilio , porque se ouvera de fazer neste dia o Concilio , e devulgar onde se avia de fazer , porque elles tinhaã ja legitimado o dito Concilio , que se fizesse em Avinham , e o Papa mandou dous Embaixadores , hum Avinhã , e o outro a este Concilio , como nos ja dito he , e os francezes , e os castelhanos , e hum Arcebispo Daragaõ , e outros Embaixadores do Duque de Milhaõ , que estavam neste Concilio por Embaixadores , e hum Bispo , e hum Protonotario , que estavam no dito Concilio , todos tres por Embaixadores por seu Senhor ElRey , este Arcebispo era cabeça da embaixada , elle tinha cos francezes , e com os Castelhanos , cos outros dous tinham com o Papa , e porque este Arcebispo era cabeça da embaixada era a voz de seu Reino , eram estas quatro vozes juntas , ff. espicialmente a voz de frança , porque eram neste Concilio muitos Doutores , e Bachareis , e Prellados , e Abbades Bentos , e alguns Arcebispos , e Bispos , e hum Cardeal , e dous Patriarcas , que todos saam francezes , e por esto som muitas vozes , e mais tem por ajuda a vooz Daragaõ , e de Castella , e estes sobreditos quando virom a embaixada do Papa , pesoulhe muito com ella , porque as suas vontades eram , e sam , que se fizesse o Concilio em Avinham , porque he em frança pera lhe ser todo outorgado o que demandasse , e por darem proveito ao Reino , e mais porque o Papa alli nom entendia de vir , que lhes contradisfesse , o que elles pedissem , e porque o seu desejo he , que desposessem este Papa de sua homra pera fazerem Papa este seu Cardeal pera lhes outorgar todas as cousas , que elles pedissem , e por o terem de sob o pee , e serem Senhores dos Embaixadores de Portugal , e de Ingraterra , que sam seus imigos por esto ordenam , e envolvem este Concilio , que se nom podem ouvir com elles. Outro si estes outros dous Cardeaes , e todos os outros Embaixadores dos outros Reinos obedecerom ao mandado do Papa , e mais tiveram-se a rezam , que diziam aquelles Embaixadores do Emperador de Grecia , que era estar dizendo , que elles nom queriam , nem outorgavam , que se fezesse o dito Concilio em Avinhã , pois que o Papa hi nom entendia de vir , e mais , que elles nam vieram de sua terra pera obedecer ao Concilio , salvo ao mandado do Papa , e poes , que elles nam obedeciam ao mandado do Papa , nem queriam fazer Concilio onde elle podesse vir , elles nom queriam hir a Avinham , e mais , que os Embaixadores , que elles enviavam a Grecia pera trazerem o Emperador seu Senhor , que elles hiam laa de balde , porone o Emperador nunca viera ao Concilio , salvo se for o Papa a elle.

Razam porque os do Concilio nam querem, que o Papa venha a elle, e nam obedecem a seu mandado, e som de contra elle per tal guisa, que andam pera o despoer de Papa, e pois, que elles nam eram dacordo com o Papa vem o Papa com elles, e mais o Concilio, e todos los Christaons se deviam reger per mandado do Papa, pois que he Cabeça da Igreja, e porque Deos deu o poder a Sam Pedro, e a Saã Paulo, que o que elles assolvessem na terra, fosse salvo no Ceo, e o que elles leguassem na terra, fosse legado no Ceo, o Papa tem este poder, que lhe foi outorgado, e por esto nom queriam obedecer, senam ao mandado do Papa. Outro si se per ventura todos los Cardeaes, e Reys, e todos los Prellados da Igreja, perque se os Christaons fossem dacordo com o Concilio, e fossem descomtra o Papa terseyã elles com o Concilio, e nom com o Papa. Mas destes sobreditos nom sam descomtra o Papa, salvo quatro Embaixadores donde parece duas quatorze, ou dezaasseis naçoens, que elles saã, tem as outras todas com o Papa, e por esto nunca vira o Emperador a este Concilio, ata que nom seja dacordo com o Papa, e assi pediram per vezes estormentos dos requerimentos, que faziam, dizendo que lhes nom possessem culpa de se yrem pera sua terra, pois que nom eram, nem queriam ser dacordo co sobredito, e neste estavam ao tempo, que chegou o Embaixador do Papa ao Concilio, como dito he.

Outro si neste suso dito dia, que se ouvera de divulgar este Concilio he seu costume, que o dia, que ouverem Congregaçam, que ha de dizer missa em Pontifical, hum dos Embaixadores, que estam no Concilio, que elles ellegem amtre si, e amha douvir todos aquelles, que sam encorporados no Concilio, e como acabaõ vanse a sua Congregaçaõ, e maes he seu costume, que o que disser aquella missa hamno todos douvir todo aquello, que elle disser, e elle ade detriminar aquello, sobre que he o argumento, que elles fazem, mas este he poucas vezes; este Cardeal de França sobredito ouve conselho com os Embaixadores de seu Reyno, e com os Embaixadores de Castella, e com os de Millaõ, dizendo, que Concilio avia de ser devulgado onde se avia de fazer neste sobredito dia, e que elles entendiam, que os outros dous Cardeaes, e todos los outros Embaixadores som em huma voz, que se fizesse o Concilio em Italia, e mais, que tinhaã este Arcebispo, que estava por Embaixador do Papa neste Concilio, que avia de dizer esta missa, elle avia de ser assentado como dito he, e por elle nom dizer esta missa, nem aver este grao acordarom todos estes sobreditos, que como fosse manhaã, que fossem logo na Seê, onde se avia de dizer esta missa, e que corregessem loguo o estrado, e cadeira, e todos los aparelhos pera esta missa, e que se revestisse loguo este Cardeal per tal guisa, que quando viesse o sobredito pera dizer missa, que o achasse elle ja revestido pera nom poder dizer missa, salvo o que estava ja revestido, e assi diria elle esta missa, e como fosse acabada hiriam a sua Congregaçam, e levava elle este grado, que o outro sobredito avia de levar, e mais, que sam muitas vezes, e em cima de todas las concluzoens elle daria o  
grado,



grado, que se faça o Concilio em Vinham, e elles assi ho outorgavam em huma voz, e os outros fuso ditos quando esto vissem delles outorguarem, e assi sera este Concilio devolguado, que se faça em Avinham, e neste acordo ficaram estes sobreditos. Outro si o Embaixador do Papa, que ha nome Tarantino soube parte em como este Cardeal, e estes Embaixadores tinhaõ esto ordenado, mandou loguo chamar o que tinha o livro, perque se avia de dizer aquella missa, e que lho trouxesse loguo, e o sobredito lho trouxe, e os outros nem o Cardeal nom forom avisados de mandar por este livro, nem avizar aquelle, que o tinha, que o nam dessem a outrem, este Tarantino ordenou por tal guisa, que como foi manhaã foi-se com todos os seos a Seê, e mandou loguo corregger o estrado, e cadeira, e o altar, e revestio-se loguo, e sentou-se na cadeira, e mandou aos seos, que algum daquelles sobreditos, que viessem pera lhe fazerem algum nojo, ou cousa, que nom fosse de sua omra, que elles se possessem todos darredor delle, e por cousa, que fosse, que os nom leixassem chegar a elle, assi o fezerom, e o Cardeal soube desto parte, e mandou laa, que lhe dissessem de sua parte, que se nom corregesse, nem concertasse pera dizer aquella missa, porque elle tinha ja ordenado pera a dizer, e o Tarantino lhe respondeo, que elle obedeceria a todos os seos mandados, mas que aquelle naõ, nem outro, que fosse descontra o Papa, e mais, que elle era pertencente pera dizer, e porque era serviço de Deos, e omra do Concilio por esto a queria dizer, e forom com a reposta ao Cardeal, elle ouve muy gram despeito dello, e foi-se a Seê com os sobreditos, e quando vio ser o Arcebispo na cadeira revestido, disselhe, que se nom trabalhasse pera a dizer, porque elle tinha ordenado pera a dizer, e o sobredito tornou a responder, dizendo, que elle obedecia ao seu mandado, mas aquelle naõ, porque aquelle carguo era seu, e por homra do Santissimo Padre Papa, e mais porque he serviço de Deos, e o Cardeal avia desto muy gram despeito, e andava passeando polla sobredita dizendo-se tantas rezoens antre os bons, que os omes do Cardeal, e os Castelaos quise-raõ lançar maõ pollo Arcebispo pera o tirarem da cadeira, e os do Arcebispo os nam leixaram hi chegar, como ja dito he, estavam ordenados quando isto virom em como lhe nom podiam fazer nojo, forom-se ao Altar pera tomarem o livro, e o corregimento, que estava ordenado pera dizerem aquella missa, e neste chegaram os outros Embaixadores, e os dous Cardeaes, que eram pollo Papa, como dito he, e alevantou-se o Bispo, que sya na cadeira, e estiverom todos em muy grande arroido, por tanto, que se chegou este Cardeal pera este Arcebispo pera jugarem as punhadas, senam fora hum Porteiro, que se meteo amtre ambos com huã Maça, e os sobreditos, que hi estavam, que os estremarom, e neste chegou a justiça da Cidade, e tomou o livro, e pedra dara, e todos os aparelhamentos, que estavam no Altar pera se dizer a missa, e differam a aquelles Cardeaes, e Embaixadores, que hi estavam, que elles eram Regedores dos Christaons, e da Santa Igreja, elles deviam apagar os arroidos, e elles os allevantavam nas Igrejas, e deforavamnas, e por elles er-

rariam, e pois elles arguiam por omde juguassẽ as punhadas, que as fossẽ jugar fora da Igreja, que elles nom lhas consentiriam, que as alli arniassem, nem fezessem arroido, e assi nom differom neste dia miõa nenhum dos sobreditos como era ordenado. Outro si estando assi estes sobreditos chegou Frey Gil, o Licenciado, que estava hi no Concilio por Embaixador com os sobreditos por Senhor ElRey, e chegou-se pera hõde estava o Bispo de Conqua, e perguntoulhe sobre que eram aquellas razoens, em que estavaõ, porque as naõ entendia, sobre que se fundaram, elle lhe respondeo dizendo, que elle o fazia, mas que com todo esto a sua vooz nam valleria nada, nem valleria. Esto se entende, que dezia elle, que a sua vooz, nem as dos outros Embaixadores, que no Concilio estavam por ElRey de Portugal, que nam valliam nada, e estando nisto repremdiamlho aquelles sobreditos, que hi estavam por parte do Papa, e estando nestas rezoens muy mas renegou este Bispo de Deos, e de Samta Maria nesta Seõ, e dizendo muitas mas pallavras, e os Cardeaes, e Embaixadores, que tinhaõ por parte do Papa responderomlhe aquello muy fortemente, e a justiça, que hi estava lhes disse, que se fossẽ fora da Igreja, e foram-se todos a huma caza pera fazerem sua Congregaõ, e estando elles assi juntos pera se disputarem sobre o que dito he, estava hũ Procurador DelRey Dingraterre, que protestou hi pollos seos feitos, dizendo, que elle era Procurador neste Concilio por ElRey Dingraterre, e de França, e os francezes lhe reprenderaõ esta pallavra, porque disse ElRey Dingraterre, e de França, esto he, porque este sobredito se chama em seus dtãdos Rey Dingraterre, e de França, e os sobreditos quando lhe ouvirom esta pallavra, ouverom muy gram despeito dello, e assi estiverõ em arroido, e disputaçam, que nam fizeram Congregaõ, senam depois de comer, que a fizeram em Sam Domingos. Outro si estando os sobreditos na See, quando o Bispo de Conqua ouve as pallavras com Frey Gil, frade da Ordem de Sam Francisco, e hum Monje, que era francez, que era da Ordem de Sam Bento, que elles hi aviam antre si por homem entendido, quando o Cardeal avia as rezoens com o Arcebispo, que seya revestido, disse este Monje descontra o Papa, que nom era dino, nem pertencente pera ser Papa, nem cria, que era Papa, e per esta guisa envolvem estes Castelaõs, e estes francezes este Concilio. Outro si foram os sobreditos neste dia a Sam Domingos, como dito he, e fizeram Congregaçam, si os que tinham por parte do Papa em huma casa, e os que tinham descontra elle outra caza, e acordarom os da parte do Papa, que era bem de se tornarem dez da sua parte, e outros dez da outra parte, e estes litigassẽ sobre este feito, e dessẽ sentença onde se fizesse este Concilio, quer o cometessem a tres, ou a quatro homens desta Cidade, que fossẽ homens entendidos, e de boa vida, e ouvissem as partes com seu derecho, e os outros sobreditos quando lhe cometerom esto nom o consentirom quanto aos Juizes de fora, salvo, que se tomassẽ dez por dez, como dito he, e nesse acordo ficarom, e ao outro dia foram-se a Congregaõ a Seõ, e a Vespora foram a Sam Domingos a despu-



desputação, e ao outro dia foram a Sam Francisco, e acordaram todos, que daquelles dez, que estavam em cada parte, que se tomassem de cada parte seis por seis, e estes fossem Juizes, e desembargassem este feito, como achassem, que era direito dos quaes eram por parte do Papa estes, scilicet hum Embaixador de Portugal, que he o Bispo do Porto, e hum Daragaõ, e outro de Italia, e quando foram ao outro dia disseram os Franceses, que nam queriam estar por aquello, senam, que degratassem em Avinhã, e assi foram estes Juizes desfeitos, e o Cardeal, que hia dellegado fez huma cedula dizendo nella, que lhes cometeram muitas avenças, sobre esto elles concordaram em algumas, e despoes as desfaziam, e desfazem, porem, que elle lhes cometia nesta cedula quatro cousas, elles escolhessem huma dellas, e que detriminassem este feito, pois que por elles nam podia ser detriminado, scilicet que outorgassem de huma parte, e da outra todos seus compridos poderes no Emperador de Grecia, elle detriminasse omde se fezesse este Concilio, e se nam quisessem este, que tomassem certos seos Embaixadores, que estavam no Concilio, e se nam quisessem estes, que tomassem os Embaixadores, que aqui estavam pollo Emperador Dallemanha, e se esto nom quisessem, que tomassem outros quaesquer, que elles quizessem, e nom fossem de huma parte, nem doutra, elles detreminassem esto, e os sobreditos destas quatro cousas, que lhes foram cometidas, nom quizeram outorgar nenhuma dellas, nem outras muitas couzas, que lhes cometerom senam, que degretassem o Concilio em Avinhom. Outro si ficaram em acordo, que fossem o outro dia a Seê pera fazerem Congregaçaõ, e este Cardeal francez ouve seu conselho com os sobreditos, que com elle tem, e acordaram, que se fossem todos muy bem cedo a Seê, e que se revestisse ho Cardeal, e dissesse missa, que quando viessem os outros, que estivesse elle ja na missa por nom terem os outros razaõ de o estorvarem, e como acabassem a missa hiriam fazer Congregaçaõ, elle degrataria o Concilio em Avinhã, pois que o grado era seu, e mais acharam estes sobreditos em hum livro hum degredo, que dizia, que em Tolledo fora ja feito outro Concilio, no qual foram em desacordo como aqui som, e litigarom tanto, que vencerom as mais vozes, e alli fizeram este degredo dizendo, que quando fizessem este Concilio, que vallessem as mais vozes, elles podessem escomungar, e dispoer as mais poucas. Mas este degredo nom se entende per esta guisa, senam quando aquecer em algum tempo algum Concilio onde não venha o Papa, e todos os Cardeaes, salvo Arcebispos, e Bispos, e outros Prelados, este Concilio a tal possa ser feito as mais vozes, ellas possam fazer esto, como dito he, porque este Concilio tal nam se chama jeral, como he este. Outro si as outras partes souberom desto parte, e foram-no dizer ao Dellegado, e elle disse, que se fossem logo a Seê a Congregaçaõ, e se outro Cardeal degratasse em Avinhã, que elle degrataria em Florença, e se ho outro escomungasse, que elle os assolveria, e mandou, que fossem todos recebidos, porque entendia, que averia hi arroido, e mandou pedir ao Conde dez Escudeiros pera hirem com elle ata Seê. Outro si a

justiça da Cidade soube em como estes sobreditos aviam de ter esta disputaçam, e que se escusava, que nom ouvessem arroido ouverom seu acordo, do qual foi este: foi a Seê o Regedor da dita Cidade, e forom com elles ij: homens armados, e quando chegaram a Seê mandou, que se metessem todos em huma caza, salvo vinte, ou trinta, que ficaram com elle, e disselhes, que nom saíssem fora daquelle casa, ata que nam ouvessem seu mandado.

Outro si os sobreditos estando neste desacordo disselhes aquelle Embaixador do Emperador Dallemanha, que lhes pedia pollo amor de Deos, e pollas suas santidades, que viesse algum bom acordo, e veyo per tal guisa, que fossem todos em hum conselho onde se fizesse este Concilio, elles disserom todos dambalas bandas, que lhes prazia, e assi ficaram dacordo pera outro dia, e forom laa, e do accordo, em que ficaram ao outro dia, e de cedolas, que hi trouxerom, nom concordaram, senam que deგრatasse em Avinhoó, e que o deგრatariam ao outro dia, e os Bispos de Castella, que hi estavam, quando esto virom, que nom acordarom, e aviam deग्रatar dambalas partes cada hum em seu lugar derom hi huma cedula em nome de seu Senhor ElRey, dizendo nella muitas razoens, das quaes esta foi a principal dellas, dizendo, que elles protestavam neste Concilio por seu Senhor ElRey, e por todos Ecclesiasticos, pois que elles todos nom concordavam, e queriam deग्रatar dous Concilios, que elles nam consentiam, nem outorgavam, nem eram a nenhum delles, salvo a elles, onde viessem os Gregos, alli queriam elles, e assi o requeriam, e protestavam, e lavavam as maons deste feito, e pedirom assi hum Estormento pubrico, e co esta protestaçaõ, e assi o tem. Outro si neste dia foi hum francez a casa do Legado, que tem o Sello do Conselho, e levou quarenta, e quatro Bullas, que lhas assellassem, e mandou o Legado, que lhas assellassem, e foi-se a hũ seu homem, que tinha o sello, elle tomou-as, e leo-as, e contou-as, e achou aquellas quarenta e quatro, e foi pôr corenta e quatro sellos, elle em quanto foi por elles tirou outras duas Bullas falsas, que trazia escondidas, e meteo-as com as outras em tençaõ, que as assellasse todas nom cuidando elle, que o outro ouvesse de contar os sellos, nem que para se mētes aquello, e o outro como vio os sellos disselhe, que lhe rogava, que lhe assellasse logo aquellas Bullas, e elle veria por ellas a hũ ora, e o outro tornou-se, e elle começou loguo de sellar, e tendo acerca daselado mingoaromlhe huns tres, ou quatro sellos, porque daquelles, que elle trouxe eram delles maos, e foi por outros, e nom os contou, e começou dasellar, e nisto chegou hum frade, que vinha catar huma Bulla se lhe era assellada, tomou huma Bulla, e acertou de ser huma das falsas, e leo per ella, estando ja ávas aseladas, e disse ao outro, que assellava, tal Bulla como esta assellades vos, e o outro oulhrou-a, e ficou muito espantado, e nella dizia, primeiramente o Legado, e o Cardeal de Sam Pedro, e o Cardeal Darles, e os Patriarchas, e Arcebispos, e Bispos, e todos los Embaixadores, que estavam no Concillio ellegiam, degretavam Concilio, que se fosse em Avinhaã, e os Embaixadores, que la estavam,



vaõ , que recebessem loguo o dinheiro , e embarcassẽ loguo , e fõfsem pollo Emperador a Grecia , como ja dantes tinhaõ ordenado , e como elle acabou cortoulhe logo o sello , e contou as Bullas , e achou 46. e disse , que o outro nom lhe dera mais de 44. e começõu de ler por ellas , e topou na outra Bulla falsa , e dizia nella , que os sobreditos ellegiam degravavaõ o Concilio em Avinhaõ , e mandavam , que se tirassem as dizimas per todos os Reinos pera pagarem aquelle ouro , que emprestava a Cidade Davinhaõ ao Concilio pera darem aquelles Embaixadores , que aviam dir pollo sobredito , e elle como acabou cortoulhe logo o sello hi tomou-as ambas , e levou-as ao Dellegado , elle quando as vio ficou muito espantado de tal treizaõ , como aquella , e disse , se tal couza como aquella fora passada , que foram as mais falsas Bullas , e pior couza , que nunca no mundo fora , mas pois , que Deos nom quis , que passassem , que folgava muito com ellas pera ter mayor rezam de se nam fazer alli o Concilio , e mandou-as logo queimar , e se este frade nom fora , ellas passaram , e o sobredito quando veyo embusca das Bullas , fõube desto parte , e nom as quis ir demandar , porque nom ousou la dir , e esto fez este Cardeal francez pera as mandar Avinhaõ pera se comprir o que nellas era conteudo , que quando as partes fõubessẽ , que fõfsem ja provicadas , e quando quizessem dispoer contra ellas , que as nam podessem desfazer , porque as amõstrariam asselladas com seu sello , e per esta razam seria o Concilio em Avinhaõ.

Outro si ao outro dia , que foram sete dias do mes de Mayo foi este Concilio degravado omde se fezesse , e no dito dia as cinco oras depois de meya noite , Frey Gil , e o Provincial , que estavam hi por Embaixadores como dito he , e ouveram todos tres conselho com aquelle Embaixador do Papa , que pousava junto do Bispo , dizendo suas rezoens , e como os francezes aviam degravar com Avinhaõ , e elles em Florença , e mais , que aquelle Cardeal avia de dizer aquella missa despirito santo , segundo he costume , e como acabasse quereria loguo degravar , e mandaria loguo tomar o Coro pera degravar delle , e nom teriamos nos Coro , onde degravassẽmos , e estiverom assi em seu conselho , e acordaram , que mandassẽ dous , ou tres homens a porta da Seê , que andassẽ por hi darredor , e ainda , que os hi achassẽ nam fõsperitariam nada , e como abrissem as portas , entrassẽ loguo , e tomassẽ este Coro , e nom deixassẽ entrar dentro nenhum homem , e viesse logo algum dells dizerlho , e mandariam la mais homens pera o defenderem , se o quizessem tomar , e os sobreditos partirom loguo , e chegaram a porta da sobredita , que estava ainda fechada , e estiverom aguardaram , ate que veyo o que tinha as chaves , e era ja bem manhaõ , porque defendera a justica aos Conigos , que nom fõfsem rezar as matinas , nem mandassẽ abrir as portas senam des que fõsse bem manhaõ , temendo-se desto , que se fez , e destes tres homens , que os sobreditos mandaram , foi laa hum frade daquelle Embaixador do Papa , que era Allemam pera fallar ao sobredito estando co elle fallando , que lhes abrisse huma porta , e lhes encaminhassem como podessem tomar aquelle Coro , elle disse ,  
que

que lhe prazia, e nisto recrecerom hi francezes, que vinham sobre aquello, em que elles estavam, e foi o sobredito abrir a porta, e entraram logo todos de volta, e foi-se logo o frade a porta do Coro, e indo polla escada foram huns dezaseis, ou vinte francezes, e sobirom com elle, elle quizera sarrar a porta, e foi hum francez, e juntou com elle, e abraçou-o, e achoulhe de soo abito hum savastro cinto, e disse aos outros, que trazia hum savastro, elle disse, porque me abraças, cuidas, que sam molher, vai abraçar a puta, que te pario, ou vai abraçar hum perro, se mais pões maõ em mim dartey huma cuytilada, que nunca felas pera homem, e nesto chegou o Cardeal francez, que estava esto aguardando hi em huma caza, e foi logo o Coro cheo de francezes, e o frade dentro com elles em volta, e os dous seus parceiros estavam de fora, que os nom deixavam entrar dentro, e nesto chegou a justiça, e disserom os francezes, que trazia aquelle frade hum savastro, e quizera dar com elle a hum dos seus, elles o tomaram, e os francezes tomaram o frade, e o deitaram fora do Coro, e sarraram a porta, e elle foi-se onde estavam os seus parceiros, e disse, que nam tinham ja alli cobro nenhum, e que o fossem assi dizer ao Bispo, e assi foi este Coro tomado, e foram-no dizer ao sobredito, que estava em casa do Embaixador do Papa, e cavalgarom loguo ambos, e foram-se a caza do Dellegado, e o Dellegado cavalgou loguo, e a Cruz antelle, e foram-se todos tres a Seê, e quando chegaram estava ja la o Cardeal de Sam Pedro, seu parceiro, e muitos Bispos, e dous Patriarcas, e estava revestido o Cardeal sobredito, e começou logo de dizer sua missa, e o Dellegado quando assi vio, que se elle trigaba pera dizer aquella missa, ouverom seu conselho, elle, e o Cardeal de Sam Pedro, que hi sia, e o Bispo do Porto, e o Embaixador do Papa, e dous Pretonotarios, que siam hi todos juntos, e disserom, que como elles começassem degratar, que degretasse logo o Bispo do Porto, e estiverom assi, ate que acabarem a missa, e antes, que acabassem, e dissellem *Yte missa est*, poserom huma cadeira alta junto com a porta principal da sobredita, e foi logo posta nella hum Patriarca francez, e no Coro hum Bispo, que degratou esto acabado disserom, *dita missa est*, entam se deceo o Cardeal do altar, e veyo-se assentar na cadeira, e deromlhe hum livro, e começou de ler por elle, e como acabou disse o Embaixador do Emperador Dallemanha, que lhe pedia pollo amor de Deos, e de Santa Maria, e de toda a corte celestial, e polo Sacramento, e absolvimento daquella missa, que ouvirom do Spiritu Santo, que viessem de huma parte, e da outra alguma boa concordia, e oniõ, que fossem todos em huã ajuntamento, e fezesem senhas cedullas, e visias hum de hũa parte, e outro da outra, e elles as grosasem, e as tirassem em limpo em huma, e mostrasse-nas aos Cardeaes, e aos Patriarcas se outorgavam nellas, e os da parte do Papa disserom, que lhes prazia, e entam disseram os francezes Spiritu Santo, que quer dizer, que lhes prazia, e os da parte do Papa pozerom seu comprido poder no Cardeal de Sam Pedro, e da parte dos francezes era o seu Cardeal, e hum Arcêbispo de Liam, que



que he parente DelRey de França, e hum Bispo, e hum Doutor, e foi-se o Cardeal de Sam Pedro, e este Arcebispo, e hum Doutor a hũa Capella, e estiverom per espaço de huma ora, e entam o Doutor veyo dizer finco, ou seis pallavras ao Cardeal, que sia na cadeira, e como lhas disse, tornou-se logo pera onde estavam os outros, e forom logo ally onde sia o Cardeal tres Bispos dos seus pera saberm o que lhe dissera o Doutor, e como lho disse, tornaram-se assentar em suas cadeiras, e nesto chegou o Cardeal, que estava no Concilio, e o outro allevantouse da cadeira, e forom-se ao altar, que hi estava, e estiverom fallando ambos huma meya ora, e nesto chegou o Arcebispo sobredito, que trazia a dita cedola, e estiverom todos tres hum pedaço sobre ella, e entaõ se forom a Capella os sobreditos, e veyo-se o sobredito assentar na cadeira, e forom loguo alli dous Bispos, e huns sete, ou oyto Clerigos pera saberem aquello, que lhe os outros disserom, e como lho disserom, tornaraõ-se, e todo o que se fazia, sabiaõ-no todos os de sua parte, que o diziam de huõ ao outro, e da parte do Papa naõ, e nesto veyo o Doutor, e trouxe a cedola, e deu-a ao sobredito, que sya na cadeira, e forom loguo alli juntos os outros sobreditos, e virom a cedula, e grosaram hi hum pouco, entaõ a levou ho Doutor aos sobreditos, que estavam na Capella, e acabo de pouco veyo o Cardeal ao outro, que sia na cadeira, e levantou-se, e foi-se ao dito altar, e estiverom fallando hum pouco, e entam se foi o Cardeal a Capella, e o outro veyo-se assentar na cadeira, e a cabo de pouco, a Capella hum daquelles Bispos, e hum Doutor, que estava hi por Embaixador do Emperador Dallemanha, que era por parte do Papa, e estiverom la todos em conselho, e entaõ veyo o Doutor, que trouxe a cedola ao sobredito, e forom loguo alli os sobreditos a ver aquella cedola, e depois, que a virom, mandou-a o Cardeal pelo Doutor ao Patriarca, que sia na cadeira, e forom loguo ally juntos muitos daquelles francezes a ver aquella cedola, e como a vio levou-a ao Bispo, que sia no Coro, e como a leo trouxe ao sobredito com a reposta delles, e entaõ allevantou-se o Arcebispo Daragaõ, que era polla sua parte, e foi-se onde sia o Cardeal, e os Bispos, que estavam apar delle, e virom a cedola, e a reposta dos sobreditos, que era cedola, que o Cardeal lhes mandou, e hia tudo concrufo, o que se tractava dambalas partes enviavalhe dizer, se outorgavam elles aquello, que alli hia conteudo, e elles responderom, que o outorgavam, e o Cardeal, e os sobreditos virom a cedola, e reposta, e grosarom nella, e entaõ a levou o Embaixador do Emperador aos sobreditos, que estavam na Capella, elles virom a reposta do Patriarca, e do Bispo, e como grosaram nella, e veyo o Cardeal ao outro, que sia na cadeira levantou-se, e forom-se ao altar, e estiverom ambos muito tempo fallando, e entam veyo o Arcebispo, e o Embaixador do Emperador, e estiverom fallando, e depois vicrom dous Bispos, e estiverom todos hum pouco, e entam se forom a Capella, e veyo-se o sobredito assentar na cadeira, e estiverom na Capella hum pouco, e entaõ vierom todos, e o Cardeal diante, e foi-se ao outro, que sia na cadeira,

ra, e foram-se ambos ao altar, e estiveram soos muito fallando, então chamaram os sobreditos do conselho, e estiverom todos hum pouco, então se veyo o Cardeal de Sam Pedro assentar onde se elle sia da primeira, e alli disselhe o Legado, que hi sia, e ao Bispo do Porto, e ao Embaixador do Papa, e a outros feos parceiros em segredo, todo o que elle fizera, e o que se passou dambalas partes, e o outro Cardeal ficou fallando com o Embaixador do Emperador hum pouco, então se veyo assentar na cadeira, e fallou hum pouco com o Arcebispo Daragaõ, elle veyo com aquella reposta ao Legado, e aos sobreditos, e elles lhes responderam per elle, então veyo o Embaixador do Emperador com outra embaixada ao Legado, e elle envioulhe per elle a reposta, e veyo ao Legado outra vez, e elle enviou a reposta, e por aqui se acabou a embaixada dambalas partes, entam se assentaram cada hum em seu lugar, salvo o Embaixador do Emperador Dallemanha, que esteve em peê, e fez huma protestaçaõ em nome do Emperador, dizendo, que lhe fossem testemunhas quantos alli estavam, de como elle pedia por testemunhas deste feito Deos, e Santa Maria, e todos os Santos de como elles nom queriam obedecer ao mandado do Papa, nem queriam ser todos em uniom, e faziam cisma na Igreja, que era muy grande perda dos christaons, e assi leixavam este feito nas maons de Deos, e pedio assi hum estormento, então se foi este Embaixador, e leixou-os: isto fez elle, porque aquellas cedolas, e conselho, que elles alli fizeram era, que viessem todas em huma concordia por nom fazerem cisma, e da parte do Papa lhes foi cometido muitos Juizes, e muitas avenças, e nunca poderom com o Cardeal, senam que degratasem em Avinhom, ou em Saboya, e de tralos montes, salvo huma vez, que o tiveram demovido, e foi hum Clerigo seu, e contradisselhe, e dalli nunca o mais poderom converter, e como se o Embaixador do Emperador foi, fez logo hi hum Doctor da Cidade hum requerimento em nome da justiça, dizendo, que elle queria por parte da justiça, que elles tinham salvo conduto da Cidade, e a Cidade lho tivera sempre em seu estado, e nunca se agravou dello nom embargante, que ella recebeo alguns delles nom lhes contradizendo elles, que queriam allevantar arroido na Igreja, e queriam fazer cisma, e quebrar o salvo conduto, mas se elles amavam feos familiares, e queriam delles ver boa fim, nam fosse nenhum taõ ousado, que allevantasse arroido, senam o primeiro, que o allevantasse seria prezo, e posto em lugar onde nunca mais apparecesse, e como este acabou veyo loguo outro Doutor em nome do Bispo da dita Cidade, requerendolhe da parte de Deos, e de Santa Maria, e da Santissima Santidade do Papa, que elles vissem, e fossem todos em hum acordo, e juntamento, e degratasem todos em hum lugar, que nom fizessem dous Concilios, porque era cisma, e mui grande perdiçaõ dos Christaons, e como este acabou, protestou logo o Embaixador do Papa, dizendo, que lhes cometera pollos Cardeaes, e per outros muitos Embaixadores muitas concordias, e avenças, e muitas cedolas, que se fizeram dambalas partes, e os milhores delles outorgaram algumas dellas, e juravam, que as

confir-



confirmavam, e depois, que as anichillaram, os quaes elles bem sabião quem eram, e nam queriam dizer, porem que elle em nome de todas as vozes, que eram pollo Papa anichillavam todas as suas vozes, que elles nom podessem fazer, nem a der, nem degratar, nem fazer Concilio, nem couza nenhuma, que todo dava por nenhum, e por anichillado, porque nom eram todos em huma uniom, e o que se fizesse polla parte do Papa, que o dava por firme, e por estavel, e vallioso o Concilio, que elles elligiam, e assi lhe fossem dello testemunhas do testr.<sup>o</sup> que elle pedia a Deos sobre este feito, dizendo, que lhe fosse Deos, e Santa Maria com toda a corte celestial, e as agoas, e a terra testemunhas deste feito, e pedio assi hum estormento, e per aqui comcordio seu feito, e o sobredito, que sya na cadeira mandou logo, que rezassem as ladainhas, e como as acabaram disse hum Clerigo hum Evangelho, e como o acabou assentaram-se todos, e mandou ao Bispo, que estava no Coro, que degratasse elle estava ja prestes, e o Bispo do Porto, que sia apaar dos Cardeaes, que eram por parte do Papa estava percebido, que como o outro começasse degratar pera degratar elle logo, e ho outro tomou a carta, e elle tambem, e começaram ambos de degratar, e o Bispo do Porto quando acabou a sua carta, nam tinha o outro lido senam ametade da sua, e como o Bispo do Porto acabou todos, que tinham pollo Papa outorgaram o que era nella conteudo, e rezaram sobre esto hum pouco, segundo he costume, e co arroido, que elles faziam, tornou-se o outro Bispo, que nom pode leer, ataa que elles acabaram seu officio, e entam acabou elle de ler sua carta, e leo loguo outra das dizimas, que era tal como a outra falsa, e fizeram seu officio, e o degratado por parte do Papa em dous lugares, ff. em Florença, ou em Oncinam, que he no Senhorio de Veneza, que som cinco legoas de Veneza, e os outros degratarão em tres lugares, ff. em Avinhã, ou em esta Cidade, ou em Saboya de tralos montes, que he em França, e esto acabado, disse o Embaixador do Papa ao Legado, Senhor, que fazeis vamo-nos daqui, elle disse, aguardemos a este Cardeal, pois nos disse missa, porque he costume de levar antre nos onradamente, e elle disse, he bem pois foi nosso Capellaão, e os francezes ouverom isto, que o deziaão em maneira descarnio, e elles ho disserão ao sobredito, e elle ho pos por injuria, e o Embaixador quiserarguir com elle, e o Legado disse, que nom arguisse, entam se alevantou, e o Legado, e o Cardeal de Sam Pedro, e o Bispo do Porto, este Embaixador, e todos os outros, que tinham por parte do Papa, foram-se pera suas pousadas, e os outros ficaram hi, e assi foi este Concilio detreminado; e outro si quando se este Cardeal allevantava da cadeira pera ir ao Concilio ao altar assentava-se loguo nella o Arcebispo Daragam, porque se temiam de lha tomarem. Outro si eram hi trinta e sete Mitras, ff. tres Cardeaes, e dous Patriarcas, e os outros eram Arcebispos, e Bispos, e Abbades Bentos, e mingoavaão, e os dous Bispos de Castella, que nom quiserom laa ir pollo estormento, que tomaram, como dito he. Outro si tinham estes francezes ordenado, se se o Bispo do Porto as-

sentar da outra parte donde elles syam na cadeira DelRey de Portugal, de lhe tomarem a carta quando elle degratasse, porque estivera laa só, mas por degratar mais honradamente mandou o Legado, e o Cardeal de Sam Pedro, que estivessem apaar dello, e quando elle degratava estava hi a justiça da Cidade, que nom ousava hi nenhum de rebullir, e se alguem allevantara arroido, estavam em huma caza trezentos homens armados, que os tinha hi a justiça pera este feito, e ao outro dia foram os que eram pollo Papa, e fizeram Congregação, e os francezes fizeram outra sobre si, e porque elles nom tinhaõ Legado, nom tem poder pera o fazer, e sem elle nom pode fazer Congregação; fizeram o Arcebispo Daragaõ Prezidente por ser entre autoridade de Leguado. Outro si neste dia escreverom os do Papa aos Embaixadores, que estavaõ em Avinhaõ, que por nenhuma Bulla, nem letra, que lhes fosse amostrada, que nom obrassem por ella, nem a cressem, salvo a que lhes fosse mostrada do Papa, ou do Leguado do dito Concilio, recontandolhe de todo como estava o Concilio degratado. Outro si vierom-se os Bispos de Castella, e o Arcebispo Daraguaõ primeiros a ver estes sobreditos pera meterem antre elles alguma avemça por serem todos em concordia, e uniam, nesto estavam o Arcebispo, que o Conde partio, e mais estavaõ sobre o fello, dizendo os da parte Davinham ao Legado, que lhes desse o Concilio, ou fariam elles outro, e o Leguado respondeo, que aquello pertencia ao Papa, que elle lhe espreveria sobre ello, e elles deziã, que nam queriam atender a reposta senam fazer fello por si, e nesto estavaõ ao tempo, que o dito Senhor partio.

Outro si aos doze dias de Mayo, se foi o Conde espedir dos Cardeaes, e do Embaixador do Papa, e o Legado lhe fez muy grande honra, e disse ao Conde, que se elle fosse em algum tempo em tal estado, que elle o acrescentaria, e esto foi confessado pollo Conde, dizendo o Conde, que se lhe elle prometera, que lho manteria em muy grande merce. Outro si esteve o Conde nesta Cidade cinco meses, e onze dias: e aos treze dias do mes de Mayo partio o Conde desta Cidade pera Colonha, sam lxviij. legoas, e fretou seis barcas por ij. florijs, em que foi ata Colonha, fl. em as quatro dellas hiaõ os cavallos, e na outra hia o dito Senhor com os fidalgos, e tres officiaes, e os outros hiaõ nas outras, e neste dia foi dormir a huma Villa, que chamam Ruam, que som dez legoas, esta Villa he muy roim de mas cazas, mas tem huma Igreja muy boa, e ao outro dia foi dormir a Cidade Dastraasbur, que som quatro legoas, e antes, que o Conde chegasse ao estao onde pousou, passou por fundo de dezasseis pontes, e huma dellas tem lxxj. piar, e deziã, que tinha esta Cidade humas vinte e seis pontes, e he toda cercada dagoa, e tem muy bom termo, e muitos Castellos darredor, a legoa, e a duas legoas, e as casas della nam sam boas, nem tem bons frontais a respeito doutras Cidades. Outro si a Cidade mandou hum presente de vinho ao Conde, e o Conde mandou dar florijs a aquelles, que trouxerom o dito vinho, elles o nam quizeram tomar, dizendo, que elles eram ajuramentados polla Cidade, que quando levassẽ al-

guns



guns serviços, que se lhes dessem ouro, que o nam tomassem, salvo cada huñ feis, ou sete, e assi lhos derom per tal guisa, que lâ foram os dous florijs, e como o Conde jantou, cavalgou pella Cidade, e foi ver a Seê, esta sobredita he muy fermoza, e bem comprida, e tem huma torre bem largua, que dizia o Conde, que fora das mais altas, que nunca vira, e tem dez quadras, e cada quadra tem sua escada, e contaram os degraos a duas dellas, e acharam 6jxxx6ij. degraos, esta torre nam era ainda acabada. Outro si tem huns Orgaos, que dizia o Conde de quantos elle vira, que aquelles eraõ os melhores, e veo hum homem, e tangeos, elles soavam muy bem, e som dous huns, que tanjem grosso, e outros delgado, estaõ ordenados por esta guisa; elle tange primeiro os grandes, e os tenores delles tanjem com os pees per engenho, e som sete tenores, ff. dous na metade, e os quatro nos pees, e como acabava de tanjer estes, logo os pequenos sem se mudar dally, e estavam assy ordenados.

Na Cidade Dispir jazem na Seê em huma Capella dez Emperadores, e jazem na terra, e tem sobre si cada hum sua capa em cima.

Outro si estava nesta Cidade em huma Igreja figurado Sam Chriстовam, que foi apodado, que era em longo cinco braçadas, e era de pão, e ao outro dia foi dormir a hum Castello, que chamam Humbur, que sam nove legoas, e nelle moraraõ ate vinte e seis fogos, e ao outro dia foi a huma Cidade, que chamaõ Ispir, que som sete legoas, esta Cidade tem boas casarias, e tem huma See, que tem quatro torres muy fermosas, e he cuberta de chumbo, e he bem comprida, que tem doze esteos, e bem largua, esta Cidade tem bom termo, e neste dia achou o Conde hum Castello, que esta junto com o Rio, que chamam Maner, que he cuberto com chumbo, e ao outro dia foi a huma Cidade, que chamam Humbina, que som sete legoas, que he huma Cidade muito roim, e ao outro dia, que foi Sabbado foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Otagõça, que som outo legoas, esteve hi, o outro dia, que foi Dominguo; esta Cidade he muy boa, e bem povoada, e tem bons termos, e huma Seê muy boa, e tem duas Imagens de Santa Maria muito fermozas, a oufia he muito boa, e na Igreja estam muitas armas de justas, e de torneos, e esta outra Igreja della hum tiro de pedra, que he ordenada como Seê, e tem duas oufias, ff. huma em hum cabo, e outra no outro, e som muy fermozas, e quando vaõ da Seê pera ella vaõ per fundo de hum alpendere, que he todo cheo dalpendres, e tendas, em que vendem muitos panos, e muita marcaria, e outras mercadorias, e a Cidade mandou hum presente de vinho ao Conde. Outro si foram contados de Basilea ata esta Cidade todos los Castellos, e villas, e com as Cidades, que assi estavam juntas com o rio, que que chamam a huma dellas Brisaque, e a outra o Penaher, e a outra Estrasbur, e a outra Ispir Julmon, e aldeas, em que moravam dezasseis, vinte fogos, estes lugares todos pareciam do dito Rio, porque hiam de Basilde ate esta Cidade de lugares cliij. e delles estavam do Rio huma, e duas legoas, que pareciam do dito Rio, porque he de Basille ate esta Cidade a terra toda chaam, e todo cheo

de muy grandes matas, e desta Cidade a Colonha sam vinte e sete legoas, e este Rio vai per antre duas ferras, que sam as milhores, e mais fermosas, que no mundo ha, que som todas cheas de muy boas vinhas, e tem muitos Castellos, e villas, e Cidades como a diante faaz menção.

A segunda feira seguinte partio o Senhor Conde desta Cidade pera Colonha, e foi dormir a huma villa, que chamam Santo Grinel, e alli jaz este dito Santo em huma Igreja, e neste dia achou o Conde duas Cidades, e huma chamam Loquerne, e tem muitas vinhas darredor, e a outra chamam o Carraa, e mais huma villa, que chamaõ Carnil, e tem dous Castellos sobre si, e hum esta na metade do Rio, e outro em huma peña, que som muy fortes, e neste dito dia forom contados os Castellos, e Villas, e estas duas Cidades, e quatro aldeas, e acharam, que eram trinta e oito per todas, que estam todos per veira deste Rio, este dia andou o Conde nove legoas, e ao outro dia foi dormir a hũ Castello, que chamam Angles, que som sete legoas, e neste dia ouvera o Conde dir dormir a huma, que eram 611j. legoas, e fez muy grande vento, e chovia per tal guisa, que nõ poderaõ hir as barcas por diante, e por eslo dormio neste Castello, que moravam nelle ata vinte e seis fogos, e nom acharam hi carnes, nem camas, nem paõ, senaõ de raza, e ovos, que cearam, e neste dia forom contados os Castellos, e Cidades, e acharam tres Cidades, e huma chamam Poupar, e outra Rosta, e a outra Cambulancia, e ha dezanove Castellos, e cinco aldeas, e ao outro dia foi dormir a huma Cidade, que chamaõ Bona, que som nove legoas, e o Conde mandou as quatro barcas cos cavallos, assi como ellas vinham ordenadas, que fossem dormir a Bollonha, que erã dalli quatro legoas, e assi andaram este dia doze legoas, e como chegaram a dita Cidade o Aposentador do dito foi tomar hum estao, em que por aquella noite dormio toda a jente, e os cavallos, e mandou logo, que tirassem os cavallos das barcas, e os trouxessem ao estao, e a frasca toda, e esto feito foi logo buscar outro estao, porque este nom era bom, e foi tomar hum acerca da Seê, que he muy grande, em que coube o Conde com todolos seos, salvo nove, ou dez pessoas, que dormirom fora em outro. Outro si forom contados todolos Castellos, e Cidades, villas, e aldeas, que acharam neste dia, e acharam duas Cidades, chama-se huma Leni, e a outra Bona, onde o dito Senhor dormio, e per villas, e Castellos, e cinco aldeas eraõ vinte e nove, e nestes, que aqui vaõ escritos som delles do Conde de Barbaria, e delles de Condes, e de dous Bispos, e de hum Arcebispo, ff. Bispo de Magonça, Bispo de Treves, e Arcebispo de Colonha, e doutros cavalleiros, e todos som povoados, estaõ nelles gentes darmas, porque am guerra huns cos outres, em alguns delles estaõ gentes, que sayem aos caminhos roubar as gentes, que vaõ por elles, e junto deste Rio estaõ dous Castellos de dous Irmaons, e de hum ao outro ha hum tiro de pedra, e ao tempo, que o Conde por hi passou, avia quatro annos, que hum Irmaõ com o outro aviam pejeja, e hum delles tinha a vantajem ao outro, porque o Castello era  
mais



mais alto, e destroyo com fogo dalcatram per tal guisa, que lhe matava gente, e sabendo-o este Bispo de Treves meteo-se antre elles, e fellos amigos, e fez com elles seos contratos per tal guisa, que ouve os ditos Castellos pera si, e por seus estaõ. Outro si quando o Conde partio de Basille, ordenou huma barca, em que hiaõ os officiaes com suas bestas, e hia co elles o Patraõ, cujas eram as barcas, porque sabia as Cidades, e villas, e Castellos, onde aviam de pagar dereitos, porque he costume, que todalas barcas, que passarem por estes lugares paguem dereitos de quanto levarem, e a lugares pagam seis, sete, e viij. florijs por como eram as costumajeës, e esto foi, porque quando o Conde chegasse, que se nom detivesse, e mais hiam ordenados, que como chegavam ao primeiro luguar, compravam logo pam, e vinho, e carne, ou pescado, e faziam logo de comer, que quando o Conde chegava tinham tudo prestes; em cada barca ya hum homem, que tinha desto carego, que hia tomar paõ, e carne, e antam andavam sua viagem, e assi hiam nas barcas jantando, e saiam a noite todos em terra, e os cavalloos tambem, e dormiam nas Cidades, e lugares, como disse, e pela menhá tornavam-se as barcas, e assi fizeram em quanto andaram por este Rio. Outro si ao outro dia pela menhá partio o Senhor Conde donde dormira, que som quatro legoas desta sobredita quando ahi chegou tinha ja hi as bestas prestes, e como sayo das barcas cavalgou logo, e veyo-se ao dito estaõ. Esta Cidade tem boas cazas, e boas ruas das boas, que o Conde achou em Cidade de Portugal ata esta nias naõ he tamanha como Lixboa, mas he melhor povoada, e o termo, que tem he de paõ; e algumas vinhas muy poucas, e os que hy moram todos sam officiaes, tem huma Seê muito grande, e boa, e se for acabada sera muy fermoza, e nella jazem os tres Reys Magos, e hum berço de Sam Nicollao, e outras Relliquias de Santos, e Santas, e em hum Moesteiro de Saõ Francisco jaz hum Innocente, dos que mandou matar ElRey Erodes, e jaz mirrado. Outro si os tres Reys Magos jazem em huma Capella, que nom he mayor, que quanto hum homem pode caber arredor do moimento, e a Capella he de ferro, e de chumbo, e tem huma per quanto cabe hum homem, e tem huma janella de huma braçada em lomguo per onde os vem elles: jazem todos tres em hum moimento, e jazem ordenados, e cubertos per tal guisa, que nom parece delles senom as Coroas das cabeças, que abrem hum moimento, per quanto ellas parecem, e estam assi abertos todolos dias do mundo em quanto dizem missas, e mais nam, porque vem hi todolos dias do mundo muitos homens, e molheres em Romaria, e nenhum homem, nem molher nom lhe poem a maõ, nem toca nellas, salvo hum Clerigo, que esta hi dentro por guarda, e tem as chaves, e quando algumas pessoas querem tocar algumas Relliquias, dam-nas aquelle sobredito, elle tem hi humas troquesas de prata, e toma aquellas Relliquias, e tocas na cabeça delles, e entaõ daas a cujas saõ, e como as missas sam ditas cerra logo as janellas, e fechas. Outro si nesta Seê esta hum sino novo, que he na roda de trinta e seis palmos, e treze em alto, e tem duzentos e trinta quintaes. Outro

fi nesta Cidade jazem aas onze mil Virgeës, e hum Papa, e hum Rey Despanha, e huma sua filha, e huma Rainha dos ditos Reys, e outros Reys, e Rainhas, e Duques, e Emperadores, e hum Patriarca, e Bispos, e outros Santos, e Santa Apollonia, e Santa Ursula, que era rua destas sobreditas, ff. todos os Corpos destes Santos, e Santas jazem nesta fuso dita em hum Mosteiro, que se chama das Virgeës, estão freiras nelle, e no Mosteiro de Odivellas esta a Cabeça de Santa Ursula, que he no caminho de Lixboa, e as cabeças destas sobreditas estão dellas em Igrejas, e Mosteiros nesta Ribeira de Reina, e per outros Reinos, e outras Reliquias muitas. Outro si aos trinta dias do dito mez foi o Corpo de Deos, e cada Igreja, e Mosteiro faz Corpo de Deos sobre si, e cada hum vai a Seê, e vam ordenados per esta guisa, algumas freguezias levam diante candeas acesas, e depos ellas vam todas as moças, e vão todas rezando com cada huma seu Santo na mão, e levam tres, ou quatro Imagens de Santa Maria em andas, e cada Imagem levam quatro moças Virgeës, e depos ellas vão moços rezando, e delles per livros, e depos elles vay a guayola, e levam-na homens, e he cerrada como moimento, e vai nella debuxado JESU Christo, como quando refurgio, e depos ellas vam os Crerigos.

*Carta de legitimação de D. Francisco de Portugal, I. Conde de Vimioso. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 176, donde a copiey.*

**Num. 7.** **D**Om Manoel por a graça de Deos Rey de Portugal dos Algarves daquem e dalem, mar em Africa Senhor de Guine e da Conquista navegação e comercio da Ethiopia da Arabia Persia e da India. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por Dom Francisco filho de Dom Affonso Bispo da Cidade de Evora meu muito amado Primo nos foy apresentado hum publico instrumento de legitimação polo qual o dito Bispo seu pay o legitimava, e havia por seu legitimo herdeiro, pedindonos nela por merce que houvesemos o dito instrumento por aprovado e o confirmasemos como nelle se continha do qual o theor he este que se segue. Saibaõ os que este instrumento daprovação virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e cinco seis dias do mes de Fevereiro na Cidade Devora dentro nos Paços de Dom Affonso Bispo da dita Cidade estando hi o dito Bispo logo por ele foi dito que por este presente fazia a saber a elRey nosso Senhor como ele tem hum filho por nome chamado Dom Francisco de mulher solteira ao tempo da sua nacença e quando ele dito Senhor Bispo era secular; e por quanto o ele queria legitimar para soceder seus bens o de quaesquer outras pessoas que lhos dar ou leyxar quizessem que pedia por merce a Sua Alteza, que dispensase com ele e o legitimase e habilitase e lhe concedese que possa aver todas as honras privilegios, liberdades,

An. 1505.



dades, e dignidades, asy e taõ compridamente como se de legitimo matrimonio nacido fosse, e com todas clauzulas e condiçoens que Sua Alteza costuma fazer em semelhantes dispensaçoens o qual de Sua Alteza recebera em muita merce em testemunho delo outorgou e mandou ser feito este estromento sendo a esto presente por testemunhas. Mestre Felipe Fizico e Mestre Fernando outro si Fizico seu filho, e Luis Gonçalves Botafogo Escudeiro do dito Senhor moradores na dita Cidade e eu Diogo Devora Escudeiro do dito Senhor, e seu publico Tabaliaõ, que esto estromento escrevi e aqui meu publico final fiz. Pedindonos o dito D. Francisco por merce que lhe confirmassemos o dito estromento e ouvessemos por legitimado, na maneira que o dito Bispo seu Pay no lo pedia e visto por nos seu pedir, nos de nosso poder Real, avemos dagora para sempre o dito Dom Francisco por filho legitimo e universal herdeiro do dito Bispo seu Pay em todos seus bens e fazenda, e asy de quaesquer outras pessoas que lhos leyxar quizerem, e o habilitamos e queremos que elle possa gouvir, e de todas honras preminencias, privilegios liberdades dignidades, e quaesquer outras insignias e graus em que os filhos legitimos das taes pessoas podem e devem entrar e aver, porque nos soprimos de nosso poder ausoluto, e Real, qualquer defeito ou mingua de direito que contra esto se possa dizer e alegar, e annullamos, e derogamos quaesquer Leys Ordenanças e Capitulos de Cortes que encontrairo hy aja e queremos que sem embargo de tudo esta nossa Carta aja efeito e se cumpra para sempre em todo sem contra ella hirem em maneira alguma; e porem o notificamos asy a todos os nossos Corregedores, Juizes, Justiças, e a quaesquer outras pessoas a quem for mostrado, a que mandamos, que asy o cumprão inteiramente e por firmeza disso lhe mandamos dar esta dada em Lisboa a quinze dias de Fevereiro Vicente Camello a fez anno de nosso Senhor Jezu Christo de mil e quinhentos e cinco.

ELREY.

*Outra Carta de legitimação delRey D. João o III. ao Conde de Vimiozo D. Francisco de Portugal.*

**E**U ElRey faço saber a quantos este meu alvara virem que eu vy esta Carta a tras escripta, e de meu proprio motu, e Real poderio, ey por bem que se emtenda para o dito D. Francisco Conde de Vimiozo meu muito amado primo poder aver e ter quaesquer terras e padroados da Coroa de meus Reynos que lhe atequy por my sejaõ ou daquy por diante forem dados ou por qualquer maneira leixados ou avidos, e o ey por legitimo pera isso sem embargo da Ordenação do segundo libro titulo dezafete §. outra duvida, e quaesquer outras leys em contrario as quaes ey por derogadas pera este efeyto como se da sustancia delas fizese expresa menção, e quero que este meu alvara seja firme, e tenha inteiro vigor, e efeito como Carta minha patente passada por minha Chancelaria sem embargo da Ordenação do

Num. 8.  
An. 1534.

livro

livro 2. tit. 20. que diz que as couzas cujo effeito ham de durar mais de hum anno no passem por alvaras porque a ey por derogada nisto e quero que nom valha, e este alvara se cumpra pera sempre porque asy o ey por meu servico, e asy me praz, que este nom pase pola Chancelaria sem embargo da Ordenaçam porque mando que as minhas Cartas e alvaras nom valham nom sendo passadas pela Chancelaria, porque tambem pera este alvara aver effeito a derogo S. Pero Dalçova Carneiro o fez em Evora a ix dias de Mayo de mil quinhentos XXX IIIJ.

REY.

*Alvará para que o Corregedor não entre nas terras, que D. Francisco de Portugal comprou ao Duque de Bragança. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 508, donde o tirey.*

Num. 9. **N**Os ElRey fazemos saber a todos os nossos Corregedores, Juizes, An. 1515. e Justiças, a que esto pertencer, que o Duque de Bargaça, &c. meu muito amado, e prezado sobrinho tem vendidas por nossa licença a Dom Francisco do nosso Conselho as suas terras da Loufada, Penela, Villachaa, e Larim por via de retro vendendo, e ouve dellas nossa doação, e trespassaço, pello qual a nos praz, que os privilegios, e liberdades, e provisoens, que o dito Duque meu sobrinho tem pera nas ditas terras nom entrar Corregedor se cumpraõ e guardem ao dito D. Francisco como nellas for conteudo, e esto em quanto nossa merce for porem vos mandamos que asy o cumpraes, e façaes cumprir, e guardar este nosso Alvara, porque nos o avemos asy por bem; feito em Almeyrim a xiiij dias de Janeiro. Jorge Fernandes o fez anno de 1515.

REY.

*Carta porque ElRey D. Manoel fez a D. Francisco de Portugal, Conde de Vimioso. Está na Torre do Tombo, livro quarto dos Mysticos, pag. 152.*

Num. 10. **D**Om Manoel, &c. Fazemos saber, que esguardando nõs ao muito devido, que comnosco tem Dom Affonso, Bispo Devora, An. 1516. meu muito amado Primo, pello qual heê cousa justa, que em todas suas cousas receba de nõs accrescentamento, e merce assy como heê resaõ, e por seus muitos merecimentos, e esguardando assy mesmo aos muitos servissos, que temos recebido de Dom Francisco, seu filho em todas as cousas, em que dele nos quisermos servir, nas quaes sempre nos servio assy bem, e honradamente como dos taes se espera, e o devem fazer, avendo tambem respeito o elle casar com Donna



Donna Joanna de Villhena, filha de Dom Alvaro, meu Primo, que Deos perdoe, e a ella ser tanto chegada a nosso sangue por onde heê resão, que tenhamos muito cuidado della, e de sua honra, e encaminhamento, e pella muita boa vontade, que lhe temos, e assy a elle Dom Francisco, por todas estas resoens, e pello que esperamos, que elle ao diante nos sirva, e por folgarmos de lhe fazer merce, por esta presente Carta, lhe damos titulo de Conde da Villa do Vimioso, e o fazemos Conde della, com todas as honras, priminencias, prerrogativas, authoridade, graças, liberdades, privilegios, e franquias, que o saõ, e de que gozaõ, e o saõ os Condes de nossos Reinos, e assy como de direito, e uso, e costume antigo lhe pertencem, das quaes em todo, e per todo queremos, e mandamos, que elle use, e inteiramente lhe sejaõ guardadas em todos os autos, e tempos, em que com direito lhas deva usar, sem gouvir nem minguaumento, nem duvida alguma, que a ello seja posto, porque assy heê nossa merce, e por certidaõ dello, e sua segurança, lhe mandamos dar esta Carta, per nòs assinada e assellada de nosso Sello. Dada em a Villa de Almeyrim, a dous de Fevereiro. Ho Secretario a fes anno de Nosso Senhor Jesu Christo de 1516.

*Carta da Rainha Catholica D. Isabel, de promessa de tres contos de maravedis a D. Joanna de Villhena, Dama da sua Casa, filha do Senhor D. Alvaro. Original está no Archivo da Casa de Vimioso, maço 78, n. 497, donde o copiey.*

## LA REYNA.

**P**Or la presente seguro, e prometo a vos Donna Félipa, muger de Don Alvaro de Portugal, Presidente, que fue en el my Consejo, y my Contador mayor defunto, que casando vuestra hija Donna Juana de Villena, Dama de my Casa, en my vida le dare tres quentos de maravidis, los quales mandare dar a quien con ella casare si vos así lo acentardes, y por esta sedula con su poder le mandare librar los dichos tres quentos de maravidis en qualesquier mys rentas destos mys Reinos, de lo qual vos mande dar la presente firmada de my nombre; fecha en Segovia . . . xxvij dias del mes de Noviembre de quinientos, y tres años.

Num. 11.  
An. 1503.

YO LA REYNA.

Por mandado de la Reyna

Lope Conchillos.

*Carta do Officio de Vedor da Fazenda, passada ao Conde de Vimioso, por concerto com o Conde de Villa-Nova. Original, que está no dito Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 531.*

Num. 12.  
An. 1516.

**D**om Manoel, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber, que o Conde de Villa nova, Veedor da nossa fazenda, nos pedio ora por merce, que ouvessemos por bem, e nos prouvesse de lhe dar lugar, e licença, que elle se podesse concertar com Dom Francisco, Conde do Vimioito sobre o dito seu officio, e avendo nós respeito aos merecimentos dambos, e aos muitos servissos, que delles temos recebido, e ao diante esperamos receber, e como o dito Conde de Vimioso he tal pessoa, que no dito officio esperamos, que elle nos servira bem, e lealmente, e que he para seu auto, e pertencente, e que das cousas, que usar aa dita nossa fazenda nos daraa sempre de sy aquella conta, e resaõ, o que a ella, e a nosso servisso, e ao direito das partes compre, como convem a huã tal officio, e querendo a ambos fazer graça, e merce, temos por bem, e nos pras dello; e per esta presente nossa Carta, damos, e fazemos merce ao dito Conde do Vimioso do dito officio de Veedor de nossa fazenda, com todas honras, privilegios, liberdades, preheminencias, mantimento, proeis, e percalços a elle ordenados, assy, e pella maneira, que per nosso Regimento de ordenança os deve aver, e assy como as tinha, e avia o dito Conde de Villa nova; o qual logo em nossas maõs nollo arrenunciou pera o darmos ao dito Conde do Vimioso, e porem mandamos aos Veedores de nossa fazenda do Reino, Contador Moor, Provedores, Contadores, Almoxarifes, Recebedores, Escrivaens, e a todos os outros nossos Officiaes, e pessoas da dita nossa fazenda, e a quaesquer outros, a que esta nossa Carta for mostrada, e o direito della pertencer, que ajaõ, e conheçaõ daqui em diante ao dito Conde do Vimioso por Veedor da dita nossa fazenda, e lhe obedeçaõ em todallas cousas, que ao dito officio pertencerem, segundo a jurdição, e poder, que per nosso Regimento, e ordenança lhe temos outorgada; o qual Conde do Vimioso jurou em nossa Chancellaria aos Sanctos Evangelhos, que bem, e verdadeiramente sirva, e use do dito officio, guardando a nos nosso servisso, e ao povo seu direito. Dada em a nossa Cidade de Lisboa a xxviij. dias do mes de Junho. Jorge Fernandes a fes anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de 1516.



*Carta del Rey D. João o III. de merce da Commenda do Castello, e Alcaidaria môr de Thomar, e das Pias, a D. Affonso de Portugal, Conde de Vimioso. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 522, donde a copiey.*

**D**Om João per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves **Num. 13.**  
 daaquem e daalem maar em aafrica Senhor de guinee e da **An. 1550.**  
 Comquista navegação e comercio de Ethiopia arabya persya e da India. Como governador e perpetuo administrador que são da ordem e cavallaria do mestrado de nosso Senhor Jesu Christo. Faço saber a quantos esta minha Carta virem que D. Francisco Conde do Vymioso que Deos perdoe tinha hum meu alvara perque me prouve avendo respeito a seus muitos serviços e merecimentos de por seu falecimento fazer merce ao seu filho mayor barão lidimo que delle ficasse da comenda do castello e alcaidarya moor da villa de Tomar assi e da maneira que a elle tinha e possuhia per huã provisão delRey meu Senhor e padre que santa gloria aja e por ora o dito Comde ser fallecido D. Affonso de Portugal seu filho mais velho, Comde do vimioso meu muito amado sobrinho, cavaleiro professo da dita ordem me pedio que lhe mandasse dar carta em forma da dita Comenda. E visto seu requerimento, e esguardando eu os muitos serviços que o dito Comde ha dita ordem e a mym tem feito e aos que espero que ao dyante faraa, e por folguar de lhe fazer merce tenho por bem e lhe dou ora daquy em diante a Comenda o dito Castello e alcaidarya moor da dita Villa de Tomar com todas as rendas, dereitos, tributos, foros, pertenças e cousas que aa dita Comenda e alcaidarya moor dereytamente pertencem e possaõ pertemcer, assy e da maneira que todo tinha, avya, recadava e possuhia o dito Comde seu pay per vertude da dita provisão e como lhe per ella todo pertencia da qual o trellado he o seguinte. D. Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daaquem e daalem mar em aafrica Senhor de guinee e da Comquista navegação e comercyo de Ethiopia Arabia Persia e da India. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber. Como Governador e perpetuo administrador que fomos da ordem e cavallaria do mestrado de nosso Senhor Jesu Christo que esguardando nos os muitos serviços que a nos e aa dita ordem tem feito Dom Francisco Comde do Vimioso meu muito amado sobrinho Cavaleiro da dita ordem, e como he cousa justa que aquelles que nos bem servem como elle tem feito e esperamos que sempre a nos e aa dita ordem faça recebaõ de nos merce e pollos ditos respeitos e polla boa vontade, que lhe temos e por folguarmos de nisto lhe fazer merce temos por bem e lhe damos ora daquy em diante em Comenda o Castello e alcaidarya moor da nossa Villa de Tomar, com todas as rendas, dereitos, tributos, foros, e pertenças, e cousas que aa dita Comenda e alcaidarya moor dereitamente pertencem e possaõ pertemcer, assy e na maneira em que todo tinha, avya, recadava, e possu-  
 Tom. V. LIII ii hia

hia D. Dioguo de Soufa que se finou, per cujo falecimento a dita Comenda e alcaidarya moor ficou vaga. E porem o noteficamos ao nosso ouvidor do dito mestrado e ao Juiz, Vereadores e officiaes da dita Villa, fidalguos, Cavalleiros, homens boõs e povo della e lhe mandamos que ajaõ o dito Comde por nosso alcaide moor e ao dito ouvidor e Juiz que lhe dem a posse da dita Comenda e alcaidarya moor e lha leixem ter, e della uzar e aver, recadar e possuyr todas as remdas, dereitos, tributos, foros, e pertemças que com a dita alcaidarya moor tinha recadava e possuhia o dito D. Dioguo e ao nosso Contador do dito mestrado que lhe de a posse de todas as remdas que aalem das ordenadas aa dita Comenda e alcaidaria moor tinha com ella o dito D. Dioguo, e todo lhe leixe aver, recadar, e possuir como elle o fazya e dereitamente lhe pertemcem e melhor se o dito Comde com direito melhor todo poder aver, recadar, e possuir sem duvida nem embargo algum que lhe a ello seja posto porque assy he nossa merce e o dito Comde nos fez preito e menagem pollo dito Castello segundo for o uso e custume de nossos Re.nos que fica asentada no livro das menagens e porem lhe mandamos de todo passar esta Carta per nos asynada e aselada com o sello pendente da dita hordem pera a ter por sua guarda, e nossa lembrança. Dada em a nossa Cidade devora a xxij dias de Novembro. Jorge Rodrigues a fez, anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e vinte. E ao pee da dita provisãõ estava huã apostilla per mym asynada de que o trelado he o seguinte. E por quanto eu fiz villa o lugar das pyas que era termo da dita Villa de Tomar ey por bem que o dito Comde tenha e aja tambem a alcaidarya moor da dita villa das pyas assy e da maneira, que a tem per esta Carta da dita Villa de Tomar, e esta apostilla se compriraa posto que naõ seja passada polla Chamcelarya sem embargo da ordenaçãõ em comtrario. Manoel da Costa a fez em Lisboa a xxj de Janeiro de mil e quinhentos trinta e nove e valeraa como carta aselada sem embargo da ordenaçãõ. E por tanto mando ao Comtador do dito mestrado que meta loguo o dito Comde D. Affonso em posse da dita Comenda e Castello, e alcaidaria moor da dita Villa de Tomar e da Villa das pyas e de todas as remdas dereitos tributos foros pertemças e cousas que a ella dereitamente pertemcem e pertemcer possaõ e assy de todas as outras remdas que o dito Comde D. Francisco seu pay com a dita Comenda tinha aalem das a ella ordenadas assy e da maneira que lhe dereitamente pertemciam polla dita Carta que nesta vay incorporada e segundo forma della e melhor se elle Comde D. Affonso todo com direito melhor poder ter, aver arrecadar e possuir e mando ao ouvidor do dito mestrado na Comarca da dita Villa de Tomar e ao Juiz Vereadores procurador fidalguos Cavalleiros escudeiros homens boõs e povo della que hajaõ o dito Comde daqui por diamte por Alcaide moor das ditas Villas de Tomar e das pyas e lhe deixem ter e possuir a dita Comenda e todo o mais que dito he sem lhe nisso ser posto duvida nem embargo alguõ porque assy he minha merce. E elle me faraa preito e menagem pollo Castello e fortaleza da dita Vil-



la de Tomar, segundo for o uzo e custume de meus Reinos, de que mostra a certidão de Pero dalcagova Carneiro do meu Conselho e meu Secretario que ora serve de meu Escrivão da puridade. E por firmeza dello lhe mandei dar esta carta per my assinada e assellada com o sello da dita hordem Johão de Seixas a fez em Lixboa a quimze dias do mes de Fevereiro anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e simcoenta. Manoel da Costa a fez.

ELREY.

*Carta de privilegio da arrecadação das rendas, concedida ao Conde de Vimioso. Original, que está no seu Cartorio com treslado autentico, no referido maço, donde a copyey.*

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dallem maar em Africa, Senhor de Guinee, e da Conquista navegação Comércio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha Carta virem faço saber, que o Conde do Vimioso, meu muito amado Primo me disse, que elle recebia muita perda, e despesa na arrecadação de suas rendas, e de seus filhos, as quaes tinha antre Douro Minho, e em outras partes de meus Reinos por os Rendeiros dellas, e seus devedores lhe não querer pagar, em demanda, e dellongas, e se passava muito tempo em citaçoens, e dilligencias, e com tudo não podia aver pagamento de suas dividas; pedindome o dito Conde por merce, ouvesse por bem, que as pessoas, que elle nomeasse, e ellegesse por seus assinados pera recadação das ditas dividas, tevessem poder de as recadar, e executar do modo, e maneira, e que os meus Almoxarifes arrecadação, e executação minhas dividas; e visto seu requerimento, por nisso lhe fazer merce, tenho por bem, e me pras, que o dito Conde possa daqui em diante per seus assinados elleger, e nomear pera recadação de suas rendas, e dos ditos seus filhos, em quanto estiver sob seu poder, as pessoas, que lhe aprouver. As quaes pessoas, e cada huma dellas per esta presente Carta dou poder, e authoridade, que possa requerer todos seus Rendeiros, e devedores, que lhe pague aquillo, que se dever ao dito Conde, ou a seus filhos, per arrendamentos. e conhecimentos, obrigações, ou contas antre elles, e o dito Conde, ou seus Feitores, e Provedores feitas, assy dos annos atras passados, como dos que dever da feitura desta em diante, e não querendo elles logo pagar as dividas, e as taes pessoas para isso enlegidas pello dito Conde, poderao mandar requerer, e penhorar os ditos Rendeiros, e seus beês moveis, e de rais, e nos nomes de seus devedores, e assy os fiadores segundo forma de suas fianças, nos quaes fará execução pellas contias, que assy deveer pellas mesinas obrigaçoens, ou contas feitas com os principaes devedores, nem pera isso maes ser citados, nem demandados, as quaes penhoras, e execuçoens as ditas pessoas mandarao fazer por hum Tabaliao, ou Escrivão com hum Meirinho,

Num. 14.

An. 1532.

rinho, ou Porteiro, ou homem do almoxarifado, que seja Official onde os taes devedores forem moradores, ou tiverem suas fazendas, e aos ditos Officiaes, e a cada hum delles mando, que com muita dilligencia fação as ditas penhoras, e execuçoens sendo a ellas presente hum Taballiaõ, ou Escrivaõ da villa, ou lugar onde se fese, como dito hee, em os quaes se terã a forma, e maneira, que se tem nas penhoras, e remataçoens, que falem os meus Almoxarifes pellas dividas de meus Rendeiros, e devedores, ff. o movel arrematado a nove dias, e a rais a tres nove dias, e com todas as maes liberdades, e clausulas declaradas no Regimento de meus Almoxarifes, porque de tudo quero, e me pras, que gose o dito Conde na execuçaõ, e arrecadaçaõ de suas dividas, e de seus filhos em quanto assy estiver sob seu poder, como dito he, as quaes penhoras, e arremataçoens pella dita maneira feitas seraõ firmes, e valliosas; e per esta mando ao Escrivaõ, ou Taballiaõ, que à ellas for presente, que faça cartas de venda em forma dos beës, e fazenda, que se vender aa pessoa, ou pessoas, que os comprar, e as ditas cartas seraõ firmes, e se compriraõ inteiramente, assy como se os taes beës per minhas dividas forem arrematados, e outro sy me pras, que assy os ditos Officiaes, que fese as taes execuçoens com as pessoas sobreditas, que parte do Conde, e per elle ellegidas as manda fazer, ajaõ seu salvo, e percalços, aa custa dos devedores, segundo por mym he ordenado, que levem, e ajaõ os ditos meus Almoxarifes, e Officiaes aa custa de meus devedores quando fazer as execuçoens per minhas dividas, e em todo maes, que às ditas execuçoens tocar, me pras, que o dito Conde tenha, e aja os poderes, e liberdades, que tem os meus Almoxarifes per meu Regimento, e Provisoens, como dito he. As quaes liberdades nesta ey por expressas, e declaradas, e mando a todos os Corregedores, Juizes, e Justiças, Contadores, Almoxarifes, e a quaesquer outros Officiaes, e pessoas de meus Reinos, a quem isto pertencer, que o fação assy comprir, e guardar, dando para isso todo favor, e ajuda, que necessario for; e isto ey assy por bem, sem embargo de quaesquer leey, e ordenaçoens, e determinaçoens de Doutores, que em contrayro aja, posto que dellas, e da substancia dellas aquy ouvesse de fazer de *verbo ad verbum* expressa mençaõ, e sem embargo da Ordenaçaõ do 2. liv. tit. 49. que manda, que se não entenda derogada per mym ordenaçaõ alguma, se da substancia della não fese expressa mençaõ, porque sem embargo de tudo quero, que esta se cumpra, e guarde inteiramente, como se nella conthem, e qualquer dos sobreditos Officiaes, ou justiças, que o assy não comprir, quero, que encorraõ em penna de vinte cruzados, ametade para os cativos, e a outra metade para quem os acusar. E porem primeiro, que se fação as ditas penhoras, e arremataçoens, na maneira, que acima he declarado, seraõ dado juramento pello Juiz da Villa, ou lugar, onde se ouveer de fazer, aa pessoa, ou pessoas, que o Conde pera isso nomear, e enleger, que bem, e verdadeiramente o façaõ. E por firmesa de todo lhe mandei passar esta Carta per mym assinada, a qual mando, que se cumpra, e guarde inteiramente,



mente, como se nella conthem, posto que não vaa passada pélla Chancellaria, sem embargo de minha Ordenação do 2. liv. tit. 20. que diz, que todas minhas cartas, ou Alvarases, que não forem passadas per minha Chancellaria, se não guardem; Bertholameu Bidant a fes em Lixboa, aos dez Dagosto do anno de Nosso Senhor JESU Christo, de mil quinhentos e trinta e dous.

Foi concertado per mim Pantallyam Rebello.

*Carta del Rey D. João o III. em que deroga os privilegios da Villa de Aguiar da Beira, para della fazer doação ao Conde de Vimiozo, Original. Tirey-a do Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 534.*

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. A quantos esta minha Carta testemunhavel virem faude, faço saber, que por parte do Conde do Vimiozo me foi apresentada huma minha revogação dos privilegios da Villa Daguiar da beyra, de que o teor tal he. D. João por graça de Deos, Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. faço saber a quantos esta minha Carta de revogação, e annullação, e declaração virem, que confirmando eu como os privilegios, que por mim, ou pelos Reis meus antecessores foraõ dados, ou confirmados a alguns lugares destes Reinos, para que fossen sempre Realemgus, e nom podessem ser dados pelo Rey tolhem ho livre poder do Principe, e o empedem muitas vezes, que não possa livremente fazer aquellas merces, e gallardoens, e doações, que seus suditos, e vassallos por seus grandes serviços, merecimentos, e lealdades ao Rey, e ao Reyno merecem, e pelo sentir assim por serviço de Deos, e meu, e por outras justas, e necessarias cauzas, que me a isso movem de meu propio moto, e poder ausaluto, e certa sabedoria por esta presente deliberadamente revoguo, e annullo todos, e quaesquer privilegios, que por mim, ou pelos Reis meus antecessores, ou por outra qualquer maneira sejaõ dados, ou confirmados aa Villa Daguiar da Beira, e aos Nobres, povo, e moradores della, porque foi feita Realemgua, ainda que nos privilegios lhe seja concedido, que por nenhuma guysa possa ser dada a algum nem ainda que seja filho de Rey, ou outras quaesquer clauzulas, que pera sempre ser Realemgua nos seus privilegios, largamente seja conteudo os quaes aqui ey por expressos, e ey por bem, e quero, que daqui em diante não valhaõ a dita Villa, nobres, e povo della nem tenham vigor, nem effeito algum em juizo, nem fora delle, e os ey por revogados, e annullados, e por taes os decraro, posto que as cauzas porque foraõ concedidos, ou confirmados fossen

Num. 15.

An. 1534.

fossem por proveito publico, ou por trabalhos periguos, afrontas, em que se viraõ por serviço do Rey, ou do Reino, ou por outros alguns merecimentos, e serviços feitos a elles na guerra, ou na paz, e posto, que sejaõ passados em força de contrato, ou fossem por causas pias, ou onorozas em Cortes, ou por outra qualquer maneira huã, e muitas vezes comcedidos, e confirmados, e que sejaõ de quaesquer teores, e formas, e com quaesquer clauzulas fortes ou desacostumadas, dados, e aprovados, e posto que delles, e de todos os teores delles, e de cada hum delles se ouvesse de fazer menção expressa, e endividua, ou para isso alguma outra forma exquisita se ouvesse de guardar, porque todo ey aqui por expremido como se de verbo a verbo, e sem ficar couza alguã se expremisse, pello que mando a todollos Corregedores, Dezembargadores, Ouvidores, Juizes, e justiças, e pessoas de meus Reinos, e Senhorios de qualquer jurdição, e autoridade, que sejaõ, que em tudo cumpraõ inteiramente esta minha Carta de revogação, annullação, e decraração, e daqui por diante ajaõ em juizo, e fora delle os ditos privilegios da dita Villa por revogados, e annullados como por mim he decrarado, e eu lhes tolho, e tiro ho poder de julguar, detriminar, e intepetrar ou limitado isto em outra maneira, e daguora pera entaõ, e de entaõ pera agora ey por nullo, e de nenhum viguor, e effeito qualquer couza, que por elles, ou cada hum delles em Rellação, ou fora della, em juizo, ou fora delle for julgado, detriminado, emterpetrado ou limitado em contrairo, e sem embargo do sobredito, e de quaesquer leis, e ordenaçoes, detriminaçoes, foros, uzos, custumes da dita Villa, ainda que seja do tempo emmemoreal, graças, liberdades, favores, indultos a ella, ou as pessoas della geralmente, ou especialmente concedidos, grozas, façanhas, e opinioens de Doutores, que em contrario sejaõ ho que todo pera effeito desta presente ey por derogada, e quero, e me praz, que naõ valha couza alguã, poiso que tenha clauzulas derogatorias, e dellas, e das do theor dellas se ouvesse de fazer expressa menção de verbo a verbo, porque ey tudo por inteiramente exprimido como se ho fosse realmente com toda sustancia do cazo sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo corenta e nove, que diz, que se nom entenda derogada nenhuã ordenação por mim se da sustancia della naõ fizer expressa menção, porque a ey assi por expremida, e esta vallera como se fosse passada pela Chancellaria sem embargo de ho nom ser, e da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que manda, que se nom faça obra por carta, ou alvara meu sem passar pela dita Chancellaria. Dada em Evora a 26 dias de Fevereiro. O Secretario Francisco Carneyro a fez anno de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e trinta e quatro. Pedindome ho dito Conde, que por quanto elle ouvera de mim a dita Carta, porque lhe dera a dita Villa daguiar, que com ho treslado della lhe mandasse passar huã Carta testemunhavel para mandar tomar a posse da dita Villa, e eu visto seu dizer lhe mandei passar a presente, a qual mando, que se guarde, e cumpra em todo como a propria Original, e al nom faças. Dada em a minha Cida-



de Devora aos nove dias do mes doutubro. ElRey ho mandou pelo Lecenciado Mem de Saa de seu Dezembargo, e Corregedor dos feitos Civeis com alçada em sua Corte, e Caza da foplicação. Belchior Tavares, por Cosmo Machado a fez anno de mil e quinhentos e trinta e seis. E eu Cosmo Machado a sobrefcrevi.

*Carta porque ElRey D. Joaõ o III. mandou meter ao Conde de Vimioso de posse da dita Villa, porque o repugnavaõ os moradores. Original está no Cartorio da dita Casa, donde a copiey, maço 78, num. 554.*

**E**U ElRey faço saber a vos Doçtor Gaspar Dias do meu desembarguo e desembargador da minha casa do Civel que eu tenho feita doação e merce ao Conde do Vimioso meu muito amado Primo em dias de sua vida da dita Villa do Vimioso e seu termo, que he da Coroa Real com toda sua jurdição civil e crime e com todas as rendas e cousas outras que se contem na carta de doação que de mim tem; a qual doação lhe assy tenho feita sem embargo de quaesquer privilegios que a dita Villa tenha, porque fosse feita Realenga segundo mais inteiramente he contheudo na dita Carta, e em outra de derogação dos ditos privilegios que vos com este seraõ apresentadas se aas quaes cartas e merces que assy por ellas fiz ao dito Conde a dita Villa do Vimioso e moradores e povo della e seu termo vieraõ com embargos com que lhe ate ora impediraõ a posse da dita Villa e jurdição della; e ora por muitos e mui justos respeitos e causas que me a isso movem de meu proprio moto poder Real e absoluto, ey por bem quero e me pras que a dita posse lhe seja logo dada, e que use della, e tenha e possua a dita Villa e jurdição, e todas as mais cousas contheudas na sua doação na forma e maneira que lhe por ela pertencer, sem embargo dos embargos com que a dita Villa e moradores della assy vieram e de quaesquer outros de qualquer callidade que sejam com que ao diante venhaõ, ou possa vir e por tanto vos mando que vades logo aa dita Villa do vimioso e dareis a posse della e de sua jurdiçam, e de todas as mais cousas contheudas na dita doaçam ao dito Conde ou a seu certo procurador assy e da maneira que lhe todo tenho dado e lhe pertence por bem da dita doaçam, e segundo forma della; a qual posse lhe dareis com todallas sollemnidades que de direito se requerem, e posto que a dita Villa e moradores e povo della ou alguns delles vos queiraõ impedir ou impidaõ o dar da dita posse alegando os embargos com que jaa vieram ou quaesquer outros por qualquer maneira e de qualquer callidade que sejam vos lhe noni consintaes dos taes embargos nem os ouvireis acerca dello em cousa alguã; antes sem embargo delles e de quaesquer causas e rezoẽs que vos os sobreditos allegarem dareis ao Conde a dita posse conforme a sua doação sem lhes nisso em cousa alguã receberdes apellação nem agravo, e isto sem embargo de minhas hordenas-

Num. 16.

An. 1539.

ções e de quaesquer leis e direitos que em contrario aja ou possa aver as quaes nesta parte deroguo e anullo e ey por cassadas e annulladas e quero que não tenham força nem vigor alguã em quanto foor contra o contheudo neste Alvara posto que sejam taaes que fosse necessario serem aqui expressas e declaradas e sem embargo da hordenaçam do livro 2. tit. 49. que diz que se não entenda ser por mim derogada hordenaçã alguã sem della e da substancia della não fizer expressa menção, por quanto minha merce e vontade he que sem embargo de tudo se dê a dita posse ao Conde e que a doação e merce que lhe assy fiz, aja effeito e se cumpra inteiramente e vos dou poder e mando que lha deis na maneira que dito he e cumpraes e façaes inteiramente assy comprir todo o sobredito sem mingoa nem desfallecimento alguã porque assy o ey por muito meu serviço, e este alvara se compriraa posto que não seja passado pela chancellaria sem embargo da hordenaçã do segundo livro titulo vinte que diz que se não guardem meus alvaras senão forem passados pela dita chancellaria. Manoel da Costa o fez em Lisboa a vinte de Mayo de mil e quinhentos e trinta e nove.

REY.

*Sentença de precedencia dada por ElRey D. João o III. com o Infante D. Luiz, e o Infante D. Henrique, com os do seu Desembargo do Paço, a favor do Conde de Vimioso, contra o Conde de Penella. Authentica tirada do Archivo da Casa de Vimioso, maço 78, num. 467.*

Num. 17. **E**U ElRei faço saber aos que este Alvara virem, que havendo respeito ao que na petição atras escripta dis D. Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de minha fazenda, hey por bem, e me praz, que sendo os papeis, de que na dita petição faz menção, trasladados dos proprios, e concertados, e affinados per hum Escrivão de minha fazenda, ou da Camara, se dee ao tal traslado tanta fec, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça; e mando a todos meus Dezembargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, e Justicias, a que o conhecimento disto pertencer, que assy o cumprão, e fação inteiramente comprir, posto que o effeito deste Alvara haja de durar maes de hum anno, e que não seja passado pela Chancellaria, sem embargo da Ordenaçã em contrario. Gaspar de Seixas o fes em Evora a 7. de Abril de mil e quinhentos e setenta e cinco. Jorge da Costa o fes escrever.

REY.

Ha V. Alteza por bem, que sendo os papeis, de que o Conde do Vimiozo faz menção na petição atras escripta, trasladados dos proprios, e concertados, e affinados por hum Escrivão da fazenda,

ou



ou da Camara de Vossa Alteza, se lhe dee tanta fee, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça, e que este valha, posto que o effeito delle haja de durar maes de hum anno, e que não seja passado polla Chancellaria. Martim Gonçalves da Camara. Fica assentado no livro primeiro folhas quatrocentas e sessenta e oito. E pagou mil. Sebastião Dias.

Dom João per graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guinee, e da Conquista, navegação, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. A quantos esta minha Carta de Sentença for mostrada, faude, faço-vos saber, que Dom Francisco, Conde do Vimiozo, meu muito amado Primo, me apresentou humas razoes, em que apontou, e allegou por sua parte algumas cauzas para haver de preceder o Conde de Penella, meu muito amado Primo: e eu mandei ao Licenciado Christovão Esteves, meu Dezembargador do Paço, e petições, que fosse ao dito Conde de Penella, e lhe mostrasse as ditas razoes, ao que o dito Licenciado satisfes, e as dava ao dito Conde para as ver, e lhe responder: e por as não querer ver, e dizer, que não havia a ellas de responder, por alguãs cauzas, que o dito Licenciado me disse da sua parte, lhe mandei, que tornasse ao Conde de Penella, e lhe dissesse, que respondesse o que quizesse a bem de feito; e o dito Licenciado perante o Escrivão, que esta Sentença fes, lhe notificou assy como dito he, e houve por requerido pera os autos, e termos, que pera determinação, e despacho deste cazo fossem necessarios, e o Conde de Penella per sua mão deu sua resposta, dizendo nella, antre outras couzas, que o dia, que esta citação, e notificação lhe fora feita, elle estava ja de caminho com o fato entrouxado pera se hir pera sua Caza; e por isso não podia responder a bem de feito, e tambem por serem neste cazo passadas alguãs couzas, em que o Conde do Vimiozo recebera favor em prejuizo de seu direito, e elle o contrario, e por ello não era tempo conveniente de se poer em direito, protestando qualquer couza, que se determinasse em seu prejuizo, e de sua honra, lhe não prejudicar em tempo algum, e quando comprisse requerer sua justiça, lhe ser guardada, segundo em sua resposta apontou. E mandei com tudo vir os autos perante mim, e os despachei finalmente com o Infante D. Luis, e Infante D. Anrique, meus muito amados, e prezados Irmaos, e com o Licenciado Christovão Esteves, e Doutores Pero Nunes, e Antonio de Liaõ, Dezembargadores dos agravos, e o Licenciado Alvaro Martias Juiz de meus feitos, e o Doutor Mem de Sâ, tambem do meu Dezembargo, e nos ditos autos foi posta em escripto huã determinação, e Sentença final affinada por mim, e por os ditos meus Irmaos, e por os ditos Dezembargadores: da qual o traslado assy como jaz em os ditos autos o traslado tal he. Acorda ElRey Nosso Senhor com o Infante D. Luis, e Infante D. Anrique seus Irmaos, e com os do seu Dezembargo abaixo affinados, que vistas as razoes, que o Conde do Vimiozo deu pera haver de preceder o Conde de Penella, e como o Conde de Penella não quis a ellas responder sendo pe-

ra isso requerido por mandado do dito Senhor, e como consta, e he notorio o Conde do Vimiozo descender delRey D. Joaõ o primeiro deste nome, e ser seu tresneto, por onde he no quarto grao com o dito Senhor; e bem assy o dito Conde do Vimiozo ser Bisneto do Duque D. Affonso, que foi Avô da Infante Donna Beatriz Avó de S. Alteza per o que he antre o terceiro, e quarto grao com Sua Alteza. E como o Conde de Penella descende delRei D. Pedro, e he seu quarto Neto; por onde he com o dito Senhor em quinto grão, por o qual assy por o dito Conde do Vimiozo ter dous parentes com o dito Senhor, e cada hum delles em maes propinquo grão, que o Conde de Penella, que não tem senão hum sô parentesco com o dito Senhor, e em maes remoto grao. E vistas as determinações feitas por ElRei D. Affonso nas Cortes de Coimbra da maneira, que se devia ter nas precedencias dos Grandes, e pessoas de Titulo de seus Reinos, com o maes, que deste cazo constou; declara, e determina, que o Conde do Vimiozo deve preceder, e preceda ao Conde de Penella em todos os assentos, e autos, em que as precedencias entre as taes pessoas se devem guardar.

REY.

IFFANTE DOM LUIS. IFFANTE DOM ANRIQUE.

Christophorus L.<sup>tus</sup> = Petrus. = Antonius. = Alvarus. = R.<sup>cus</sup> Dalmada. = Mem de Sâ.

E porem mando, que esta Sentença inteiramente se cumpra, e guarde, assy, e pela maneira, que nella he pronunciada, acordada, determinada, declarada, e mandada. A qual Sentença mandei passar ao dito Conde do Vimiozo sob meu Sello pendente, pera a ter por memoria, guarda, e conservação de seu direito. Dada em a Cidade de Evora a vinte tres dias do mes de Julho. ElRey o mandou por o Licenciado Christovaõ Esteves da Espragoza do seu Conselho, e Dezebargo, e seu Dezebargador do Paço, e petições. Gomes e Anes de Freytas, Escrivaõ da Camara, e Correição de sua Corte a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo, de mil e quinhentos e trinta e tres. = Alvarus. = Christophorus L.<sup>tus</sup> = Pagueu xxx reis. = Pero Gonçalves. =

*Alvará delRey D. Joaõ o III. da precedencia do Conde de Vimiozo, ao Conde de Penella. Authentico tirado do Archivo da Casa de Vimiozo.*

Num. 18. **E**U ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que havendo An. 1533. respeito ao que na petição atras escripta, diz D. Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de  
minha



minha fazenda; ey por bem, e me praz, que sendo os papeis, de que na dita petição faz menção, trasladados dos proprios, concertados, e afinados por hum escriptaõ de minha fazenda, ou da Camara, se dê ao tal traslado tanta fe, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça: e mando a todos meus Dezembargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, e Justiças a que o conhecimento disto pertencer, que assi o cumprão, e fação inteiramente cumprir, posto que o effeito deste Alvara aja de durar maes de hum anno, e que não seja passado polla Chancellaria, sem embargo da Ordenação em contrario. Gaspar de Seixas o fez em Evora, a sete de Abril de mil e quinhentos setenta e cinco. Jorge da Costa o fez escrever.

REY.

Martim Gonçalves da Camara.

Ha V. A. por bem, que sendo os papeis de que o Conde do Vimiozo faz menção na petição atras escrita, trasladados dos proprios, concertados, e afinados por hum escriptaõ da fazenda, ou da Camara de V. A. se lhe de tanta fe, e credito, como se fora feito em publica forma, e por authoridade de justiça, e que este valha, posto que o effeito delle aja de durar maes de hum anno, e que não seja passado polla Chancellaria. E trasladado assi o dito Alvara por Antonio Nunes, criado do dito Senhor D. Luis, me foi mostrado hum livro encadernado em taboa, em coro atamarado, roxas as folhas pollas bordas com hum fecho de lataõ, no qual estaõ trasladados certos Alvaras, e outros papeis, que nelle se trasladaraõ por virtude do Alvara acima inserto, sobscritos por Jorge da Costa Escrivaõ da Camara do diro Senhor Rey D. Sebastiam, cuja letra da sobscripção, e final dou fe, que conheço. Dizendo o dito Antonio Moreyra, que ao dito Senhor D. Luiz de Portugal era necessario o traslado de hum Alvara, que no dito livro estava trasladado, concedido por El-Rey D. Joaõ o III. que estâ em gloria, a D. Francisco de Portugal, Conde do Vimiozo, o qual estava saõ, limpo, e sem couza, que duvida fizesse, e o theor delle de *verbo ad verbum* he o seguinte.

Eu ElRey faço saber a quantos este meu Alvara virem, que o Conde do Vimiozo, meu muito amado Primo, me disse, como em os actos em que se hora deu determinação pera elle preceder ao Conde de Penella meu muito amado Primo, se puzera hum termo de como o Licenciado Christovaõ Esteves, meu Dezembargador do Paço com Gomes e Anes, escriptaõ, foraõ por meu mandado noteficar ao dito Conde de Penella, pera que allegasse de sua justiça; e que respondera, que aquella noteficação lhe fora feita estando elle de caminho, com o fato entrouxado pera se hir pera sua caza; e por isso não podia responder a bem do feito, e tambem por serem neste cazo passadas alguãs couzas, em que elle Conde do Vimiozo recebera favor de mim em prejuizo de seu direito, e elle Conde de Penella o contrario, e que despoes de dada a Sentença, elle Conde de Penella pedira

pedira huma Carta testemunhavel com o theor dos autos, aos Dezembargadores, que a Sentença deraõ, e que elles lha mandaraõ dar, e que parecia, que era pera dar a entender em outros tempos, que fora aggravado per mim na tal Sentença por ser requerido ao tal tempo: o que parecia verisimel pera quem não foubesse, como o cazo passava, porque o cazo passava doutra maneira, e elle Conde de Penella fora o que primeiro me fallara nestes precedimentos, antes muito, que a Rainha minha sobre todas muito amada, e prezada mulher parisse, que era muito tempo antes, que lhe fosse feita a dita notificação; e que entaõ elle Conde do Vimiozo, me pedira, que quizesse logo mandar determinar, segundo estava uzado, e praticado nestes Reinos, que era ouvirem-nos summariamente, e determinallo: Assy que muito tempo antes, que se elle partisse se tratava este cazo, e requeria por ambos ante my, e que eu notificara muitas vezes ao Conde de Penella, que houvesse vista de huás rezoens, que elle Conde do Vimiozo dera, antes oito dias, que a Senhora Rainha parisse, que foi a dezaseis dias de Mayo, e elle se partira a vinte e seis dias de Julho, nos quaes se elle sempre afastara de querer vir a concluzaõ. Pedindome, que quizesse declarar tudo como passara, porque o Escrivaõ, que o fora requerer com o Licenciado não sabia maes, que daquelle requerimento. E vendo eu o que me o dito Conde do Vimiozo requiere, pera sempre se saber como o cazo passou, o quis por este meu Alvara declarar, que he verdade, que o Conde de Penella, foi o que me nisto fallou, muito tempo antes, que a Rainha parisse, e querendo-o eu determinar, o disse ao Conde do Vimiozo, e ouvindo a cada hum por sy alguás vezes neste cazo, quis, que se determinasse por Letrados; e mandei ao Conde do Vimiozo, que desse suas rezoens, sem embargo de elle sempre dizer, que era nullo aggravado, por sempre nestes Reinos se costumar pellos Reis passados se determinarem semelhantes cazos summariamente, e das rezoens, que deu o Conde do Vimiozo, por escrito, eu mandei dizer pello Licenciado Christovaõ Esteves sem maes Escrivaõ, ao Conde de Penella, que houvesse dellas vista, e respondesse por escrito, e elle Licenciado lho disse por duas vezes, e eu tambem lho disse por mim como queria poer esta duvida em juizo de Letrados, que o julgassem, o que foi bem hum mes, ou maes, antes que o Escrivaõ fosse com o Licenciado a lho requerer, e elle nunca quiz dar suas rezoens dizendo sempre, que lhe corregesse primeiro agravos, que dizia lhe tinha feitos em acrescentar ao Conde do Vimiozo no asentamento, e moradia, e não a elle. E por me o Conde do Vimiozo requerer, que pois ja se começara esta duvida, se determinasse, e porque se foubesse como o Conde de Penella não quizera responder, mandei ao Licenciado Christovaõ Esteves, que com hum escriptaõ o fosse requerer pera se fazer disso termo, como pellos autos se verâ, e por não querer responder, se fez disso auto, com a resposta, que elle deu, e entonce o determinei por Sentença, como se por ella verâ, e por todo assy passar na verdade, lhe mandei dar este meu Alvarâ. Pero Dalcagova Carneiro o fez em Evora a vinte e hum



hum dias de Novembro de mil e quinhentos e trinta e tres. E este Alvara quero, e me praz, que se cumpra, e guarde, posto que não seja passado polla Chancellaria, sem embargo de minha Ordenação em contrario.

REY.

Alvara do Conde do Vimiozo para Vossa Alteza ver. Eu Jorge da Costa fiz aqui trasladar, e concertei com o proprio este Alvará; em Lisboa a nove de Fevereiro de 1578. Jorge da Costa.

*Carta de Camereiro môr do Principe D. João, passada ao Conde de Vimioso D. Francisco. Original, que tenho em meu poder.*

**D**Om Joham per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegação, Commercio de Ethiopia Arabia Persia, e da India. A quantos esta minha Carta virem faço saber, que vendo eu o conjunto divido que comigo tem D. Francisco Conde do Vimioso meu muito amado Primo Veador de minha fazenda, e os muitos, e muy continuados serviços dinos de muito merecimento que sempre fez a ElRey men Senhor e Padre que santa gloria aja, e como a mym tem muito servido e muy continuadamente e com muito amor e fieldade diligencia e boõ cuidado e me tem dado de sy muy boa conta e servido a todo meu contentamento. E vendo isto mesmo que ele tem todas as calidades que devem ter as pessoas que nos officios mayores do Principe meu sobre todos muito amado e prezado filho, eu devo poer e mais principalmente naquelles que a ele, e a seu serviço ham dandar mais acheguados e por confiar dele que naquelle em que o pozer me servira e ao dito Principe meu filho, asy bem e honradamente, e com tanto amor fieldade e boõ cuidado como ambos se-jamos dele bem servido, e a todo noso contentamento. Por todos estes respeitos pelos quaes com muita rezam lhe cabe toda merce, e pela muito boa vontade que lhe tenho, e por folguar de nisto lha fazer, lhe dou e faço merce do officio de Camareiro mor do dito Principe meu filho com todalas preminencias superioridade mando jurdiçam graças liberdades franquezas e privilegios que ao dito officio sam ordenados e com que sempre os serviram os Camareiros mores dos Principes destes Reinos e com a tença ordenada das cem dobras de trezentos e satenta reis dobra em cada hum anno e com as proës e percalços e intereses que directamente lhe pertencem e como sempre o ouveram e diso ufaram os Camareiros mores dos Principes e melhor se ele com direito melhor o poder aveer e de todo hufar. E mando por esta Carta aos Veadores de minha fazenda que a dita tença ordenada das ditas cem dobras lhe mandem asentar em os livros de minha fazenda de Janeiro que ora pasou deste anno presente de mil quinhentos e trinta e quatro e dy em diante lha mandem despachar em cada huñ anno em lugar onde seja bem pago. E por esta Carta o ey

Num. 19

An. 1534.

por

por metido em pose do dito officio sem pera ele antevyr nem ser necessario nenhuũ meu official que a dita pose lhe dee porque asy o ey por bem, e me praz. E mando a todos os officiaes do dito Principe meu filho que ora sam e ao diante forem que sejam da jurdição do dito officio de seu Camareiro moor que lho leixem servyr e dele usar e da jurdiçam mando e superioridade dele e em todo cumpra inteiramente seus mandados asy como o devem e sam obrigados a fazer e lhe leixem aveer todas as proes percalços e intereses que ao dito officio sam ordenados e directamente lhe pertencem sem niso lhe poeer duvida, nem embarguõ alguũ porque asy he minha merce. E o dito Conde jurara em minha Chancellaria aos Santos Avangelhos que beẽ verdadeira e fielmente sirva o dito Officio gardando a my e ao Principe meu filho noso serviço e em todo o que ao dito officio toquar e pertencer muy inteiramente o que deve. Dada em a Cidade devora a iiij dias dagosto. Pero dalcacova Carneiro a fez. Anno de noso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos e trinta e quatro.

REY.

*Alvará para o Conde de Vimioso, D. Francisco, não pagar direitos, salvo do que trazer para vender. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 533, donde o copiey.*

Num. 20. **D**Om Joaõ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daaquem, e daalem maar em Africa, Senhor de Guinee, e da An. 1534. Conquista navegação, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. A quantos esta minha Carta virem faço saber, que esguardando eu o devido, que comigo tem D. Francisco Conde do Vimiozo, meu muito amado Primo, e a seus muitos serviços, e merecimentos, e por folgar de lhe fazer merce, ey por bem, quero, e me praz, que elle não pague daqui em diante dizima de todas as mercadorias, e couzas outr s, que elle mandar trazer, ou lhe vierem de quaesquer partes, que sejaõ asy por os portos do maar, como da terra, não sendo as taaes mercadorias pera vender, porque dessas não serã escuzo de pagar a dita dizima; e asy ey por bem, que não pague portagem, passagem, nem costumagem de todas as couzas que lhe vierem, ou mandar por meus Reinos, ou Senhorios de huns lugares pera outros. Outro sy me praz, que não pague Chancellaria de todas as liberdades, graças, e merces, que lhe fizer, nem doutras quaesquer couzas suas de que esteẽ hordenado, que se leve na Chancellaria, porque minha merce, e vontade he, que elle a não pague, e que seja escuzo de todas estas couzas, e cada huã dellas, na maneira, que dito he; noteficoo asy aos Vedores de minha fazenda, e aos Juizes, Almoxarifes, e officiaes de minhas Alfandegas, e a todos os Contadores, Thezoureiros, Almoxarifes, Recebedores, Rendeiros, escriptaẽs, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas de meus Reinos, e Senhorios a que



que esta minha Carta, ou o terlado della em publica forma for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e mando a todos em geeral, e a cada hum em especial, que asy o cumprão, guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar como aqui he contheudo, sem lhe nullo ser posto duvida, nem embargo, nem contradicção alguma, porque asy he minha merce, e por firmeza dello lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e asselada com o meu Sello pendente. Manoel da Costa a fez em Evora a 20. dias do mes Doctubro, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos trinta e quatro. Fernão Dalvaes a fez escrever.

ELREY.

*Doação da Villa do Vimioso, feita ao Conde D. Francisco. Esta no maço referido, donde a copyey.*

**D**Om Johão per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem maar em affrica, Senhor de guine e da Conquista navegação, Comercio de Ethiopia Arabia, Persia e da India. A quantos esta minha Carta de doação virem que olhando eu os muitos e mui grandes serviços que D. Francisco Conde do Vimioso meu muito amado primo tem feito a ElRey meu Senhor e padre que santa gloria aja, e a mim e ao diante espero que me faça per os quaes lhe saõ em muita obrigação e querendolhos em parte agualardoar, e por muitas e muy justas causas e muy obrigatorias que me a isso movem me praz de meu proprio moto poder Real, e absoluto livre vontade certa sabedorya, e por mo elle pedir, e lhe fazer merce e doação pura, livre e irrevogavel, antre vivos valedoura como de feito per esta minha Carta lhe faço da Villa do Vimioso e seu termo que he da Coroa, e patrimonio Real e lha dou e concedo em sua vida, com toda sua jurisdicção civil e crime, mero e mixto Imperio e com todas as rendas foros e dereitos Reaes que eu hy ey e possa aver, com o Castello e alcaidarya, e dereitos dela, e portagem e quaesquer outros que nella tenho reservando pera mym Correição e alçada, e lhe faço yssõ mesmo merce e doação expressamente do padroado que tenho e todas e cada huã das Igrejas da dita Villa, e seu termo e do direito dapresentar e posse, ou quasi posse em que estou de a ellas apresentar, em solido e lho trespassso, e dou asy como o eu tenho que o aja pera sy. E por esta rogo ao Iffante D. Anrique meu muito amado e prezado Irmaõ Arcebispo de Braga, que lhe queira confirmar a doação deste padroado pela sobredita maneira, e o peço por merce ao nosso muy Santo Padre, se a Sua Sanctidade quizer pedir a confirmação e porem isto se naõ entendera naquellas Igrejas que na dita Villa foraõ tomadas pera as Commendas e me praz que se possa chamar Senhor della e possa dar os tabaliados e quaesquer outros officios da dita Villa e seu termo que eu ora dou, e me pertencem de dar, tirando os que pertencem a arrecadação de minhas rendas das si-

Num. 21.

An. 1534.

fas os quaes officios podera dar por suas Cartas afinadas por elle e aselladas com o seu Sello , e as pessoas a que asy os der , não seraõ obrigadas a tirar confirmação minha da dita dada ; ou de meu Chanceler moor , samente seraõ obrigados tirar Regimentos de seus officios da minha Cancellaria , e asy ey por bem que elle ou seu Ouvidor possa fazer as eleições e apuração dellas , e tirar os Juizes e officiaes , e possa confirmar , e confirme os Juizes que fairem per eleição que se fez , segundo forma de minhas Ordenações e asy que os Juizes e taballiaes . . . . . por elle ; e bem assim podera conhecer das appellações e agravos que fairem dante os Juizes da dita Villa , asy os feitos Cives como crimes , e asy conheçera per sy ou seu Ouvidor das appellações e agravos dos dereitos Reaes que a elle pertencem quando elle ou seu Ouvidor estiver na Villa segundo forma da Ordenação. E quanto as rendas que a dita Villa render pera mym lhas dou , com tal declaração que elle haa de deixar das tenças que de mym tem em vida , outras tantas quanto a dita Villa para mym rende , samente as rendas e dereitos que pertencem a alcaidarya porque destas lhe faço livremente doação e merce tirando a portagem se a alcaidarya pertencerem , porque tambem leixara o que ella valer ; e os Veedores de minha fazenda lhe faraõ o dito desconto na maneira que dito hee. Porem mando a todos meus Corregedores Juizes , e justiças officiaes e pessoas a que o conhecimento pertencer , que metão em posse o dito Conde de todo o contheudo nesta dita Carta , em sua vida , como dito he. E lhe deixem de todo asy usar na forma sobredita , sem lhe nisso ser posta duvida nem embargo alguõ. E porem lhe faço a dita doação e merce dos direitos e renda que Jeronimo Teixeira tinha na dita Villa , e por seu falecimento vagaraõ dos quaes não avera desconto. Dada em a Cidade de Evora a xxviiij dias de Março. Pero dalcagova Carneiro a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil 6xxxiiij. E nas rendas de que lhe asy faço merce per esta minha doação não entraraõ as sisas da dita Villa. E nas costas da dita doação estaa hum assento que diz asy pagou desta Carta , descontando seis nil reis que tinha pago por outra que tinha delRey que Deos tem da jurdição da dita Villa e vinte mil duzentos e des reis , nesta conta entra o quarto dos xxiiij da Reytoria da Igreja do dito desconto se fez per mandado delRey nosso Senhor a xxvij de Junho de 16xxx6j que parecia ser feito e afinado per Pedro gomes escrivão da Chancellaria.

*Carta passada ao Conde de Vimioso D. Francisco , da Alcaidaria môr do Vimioso. Treslado authentico , que está no Cartorio desta Casa , no maço 78 , num. 524.*

Num. 22. **D**Om Johaõ per graça de Deos Rev de Portugal , e dos Algarves daquem e dalem maar em Africa , Senhor de guine , e da An. 1530. Conquista navegação Comercio de Ethiopia , Arabia , Persia , e da India.



India. A quantos esta minha carta virem faço saber, que D. Francisco Conde do Vimioso meu muito amado primo Veedor de minha fazenda tem por doação a dita Villa do Vimioso em sua vida, com sua jurdição como nella he contheudo. E por quanto ao tempo em que lhe foi dada a dita Villa, tinha a alcaidarya moor da dita Villa, e Castello della, João do Rego Cavalleiro de minha Casa com o qual por minha licença e autoridade, se o dito Conde concertou, para vir a elle, e me apresentou hum publico estromento de renunciação perque o dito João do Rego renunciava em minhas mãos a dita alcaidarya moor com todos seus direitos como elle a tem para della fazer merce ao dito Conde, feito por Bras Affonso publico taballião das notas desta Cidade de Lixboa, aos xiiij dias do mes de fevereiro deste anno presente de 16xxx pelo qual renunciava a dita alcaidarya moor em minhas mãos com todos seus direitos como elle a tem para fazer della merce ao dito Conde segundo compridamente nella he contheudo testemunhas no dito estromento da renunciação Affonso Simão criado de D. Breatiz de figueiredo e Diogo de Caceres escudeiro do Capitam D. Antão, vista per mym a dita renunciação esguardando os muitos e continuados serviços do dito Conde e seus muitos merecimentos, e pela muito boa vontade que lhe tenho, e por folgar de nisto lhe fazer merce lhe faço merce da dita alcaidarya moor da dita Villa, e Castello della, com todas suas rendas e direitos e asy como a tinha, pessuya, avia, e arrecadava as ditas rendas, e direitos o dito João do Rego e melhor se elle com direito a milhor poder ter, e aver, e arrecadar as rendas, e direitos della, e como dereytamente lhe pertencerem, porem o notefico asy ao Corregedor da dita Comarca, Juizes e officiaes da dita Villa, fidalgos Cavalleiros, escudeiros homes boões, e povo della, e lhe mando que o ajaõ por meu alcaide moor da dita Villa, e Castello della, e lhe leixem aver, e arrecadar as rendas e direitos ordenados aa dita alcaidarya moor, asy como os avia, pessuya, e arrecadava o dito João do Rego e melhor se elle com direito os melhor poder aver, e arrecadar, e mando ao dito Corregedor, e Juizes que lhe dem a posse da dita alcaidarya moor, e rendas e direitos della, e em todo lhe cumpraõ, e guardem, e façãõ cumprir, e guardar esta Carta como nella se conthem sem duvida nem embargo alguum que lhe nisso seja posto porque asy he minha merce o qual Conde me fez preyto e menagem pela dita fortaleza, segundo hufo, e custume de meus Reynos, a qual fica assentada no livro das menagens e assinada por elle com testemunhas. Dada em a Cidade de Lisboa, a xij de Mayo Bertolameu fernandes a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de 16xxx annos. Foi concertado per mim Pamtaliam Rebello.

*Privilegio do Vimioso Couto.*

**D**Om Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves An. 1496.  
daquem e dalem maar em affrica, Senhor de Guinee. A quantos esta minha Carta virem fazemos saber, que por parte de Gonça-

lo Vaaz, Cavalleiro de nossa Casa, e alcaide moor do Vimioso nos foi apresentada huã Carta delRey meu Senhor que tanta gloria aja, da qual o theor de verbo ad verbo hee este que se ao diante segue. D. Joaõ per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem maar em affrica Senhor de guine. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber, que nos avendo ora por nosso serviço e bem e proveito de nossos Reynos fazemos Couto a nossa torre do Vimioso, com esta declaração que atee vinte homiziados, de quaesquer maleficios em que sejaõ culpados possaõ viver em o dito Castello e estem ahy acoutados e não sejaõ presos nem tirados do dito Couto pelos ditos maleficios de tal callidade que acoutandose por elles a Igreja o privilegio, e immundade lhes valeria. E sendo taes que per direito não podessem gouvir da immundade da Igreja, em taes casos queremos que lhes não valha este privilegio de Couto, e mais declaramos que este privilegio valha aos homiziados quanto aos maleficios que per elles foraõ cometidos atee dez leguoas do dito Couto e sendo menos lhe não valha. E asy mandamos que os Juizes do dito Couto mandem fazer hum livro em que se escrevaõ os ditos homiziados quando se vierem a coutar e não firaõ do dito Couto para nenhuã parte salvo per licença dos Juizes do dito lugar, a qual lhes poderaõ dar de dous meses pera poderem ir negociar suas coufas em os lugares de nossos Reynos com tanto que não voltem em os lugares e termos onde cometeraõ os maleficios, e com esta declaração mandamos que se guarde esta nossa Carta, e privilegio, como em ella he contheudo, os quaes homiziados atee o dito Couto não sejaõ colhidos per Gonçalo Vaaz nosso alcaide moor do dito Castello, ou per qualquer outro, que ao diante for. Dada em Lisboa a xxviij dias de fevereiro. Pantaliaõ Dias a fez anno de mil . . . . . Pedindonos o dito Gonçalo Vaaz por merce que lhe confirmasemos, e ouvessemos por confirmada a dita Carta, e visto por nos seu requerimento, e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e lha confirmamos e avemos por confirmada a dita Carta, asy e na maneira que se nella conthem. E porem mandamos a todos os Corregedores Juizes, e justiças officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer e esta nossa Carta for mostrada, que asy lha cumpraõ e guardem, e façaõ muy inteiramente cumprir, e guardar, asy e na maneira que se nella conthem porque asy he nossa merce. Dada em Setuval a ix dias de Mayo. Belchior nogueira a fez anno de mil quatrocentos e noventa e seis. Foy concertado per mim Pantalam Rebello.

*Carta de doação da Villa Daguiar da Beira, cncedida ao Conde de Vimioso D. Francisco. Treslado autentico está no Cartorio da dita Casa, donde a copiey.*

Num. 23. **D**Om Johaõ per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem maar em affrica, Senhor de guinee e da Conquistista navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India.

Faço



Faço saber a quantos esta minha Carta de doação virem que olhando eu os muitos e muy grandes serviços que D. Francisco de Portugal Conde do Vimioso meu muito amado primo tem feito a ElRey meu Senhor e padre que santa gloria aja e a mym e ao diante espero que me faça por os quaes lhe são em muita obrigação, e querendolhos em parte galardoar, e por muitas, e muy justas causas e muy obligatorias que me a isso movem, me praz de meu proprio moto poder Real e absoluto livre vontade certa sabedoria, e sem mo elle pedir de lhe fazer merce e doação pura livre e irrevogavel, antre vivos valledoura, como de feito por esta minha Carta lhe faço da Villa daguiar dabeira e seu termo que hee da Coroa, e patrimonio Real e lha dou, e concedo em sua vida, com toda sua jurdição Civel e crime, mero e mixto imperio e com todas as rendas foros e dereitos Reaes que eu hy ey ou possa aver, e com o Castello alcaidarya, e dereitos della, e portagem e quaesquer outros que nella tenho reservando para mym Correição e alçada, e lhe faço isso mesmo merce e doação expressamente do padroado que tenho em todas e cada huã das Igrejas da dita Villa, e seu termo e do derecho dapresentar, e posse ou quasy posse, em que estou de a ellas apresentar em solido e lho trespassso e dou, asy como o eu tenho que o aja pera sy, e por esta rogo e encomendo ao bispo de Viseu, que lha queira confirmar a doação deste padroado pela sobredita maneira, e o peço por merce ao nosso mui Santo Padre se a Sua Santidade quizer pedir a confirmação, e porem isto se não entenderaa naquellas Igrejas que na dita Villa forem tomadas para as Comendas, e me praz que se possa chamar Senhor della e possa dar os taballados e quaesquer outros officios da dita Villa, e seu termo que eu ora dou e me pertencem de dar, tirando os que pertencem a arrecadação de minhas rendas, os quaes officios podera daar per suas Cartas afinadas per elle, e asselladas com o seu Sello, sem as pessoas a que os asly der serem obrigadas a tirar confirmação minha da dita dada ou do meu thesoureiro moor fomento seraõ obrigados tirar regimentos de seus officios da minha Chancellaria. E asy ey por bem que elle ou seu Ouvidor possa fazer as eleiçoẽs e apuração dellas e tirar os juizes e officiaes, e possa confirmar, e confirme os Juizes que sairem per eleiçãõ que se fez segundo forma de minhas Ordenaçoẽs e asy que os Juizes e taballiaes se chamem por elle. E bem asly poderaa conhecer das appellaçoẽs e agravos que sairem dante os Juizes da dita Villa, asy os feitos Civeis como Crimes, e asy conheceraa per sy, ou seu Ouvidor das appellaçoẽs e agravos dos dereitos Reaes que a elle pertencem quando elle ou seu Ouvidor estiver na Villa, segundo forma da Ordenaçaõ. E quanto aas rendas que a dita Villa render para mym, lhas dou com tal declaraçãõ que elle haa de deixar, das tenças que de mym tem em vida outras tantas quanto a dita Villa, pera mym rende, famente as rendas e dereitos que pertencerem a alcaidarya, porque destas lhe faço livremente doaçãõ, e merce tirando a portagem se a alcaidarya pertencer, porque tambem leixaraa o que della valer, e os Veedores de minha fazenda lhe faraõ o dito desconto na manei-

maneira que dito hee. Porem mando a todos os meus Corregedores Juizes e justiças Officiaes e pessoas, a que o conhecimento pertencer, que metaõ em posse ao dito Conde de todo o contheudo nesta dita Carta em sua vida como dito hee, e lhe leixem de todo assy hufar, na forma sobredita, sem lhe niffo ser posta duvida nem embargo algum porque assy hee minha merce. E mando ao meu Contador da Comarca, que mande treladar esta Carta no livro dos meus proprios pera em todo o tempo se saber como asy tenho feito esta merce ao dito Conde. Dada na minha Cidade devora, a xxviij de Março. O Secretario Francisco Carneiro a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 16xxxiiij. Foy concertado per mim Pantaliã Rebello.

*Carta do Conselho delRey a D. Affonso de Portugal. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 518, donde a tirey.*

Num. 24. **D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Alguar-  
 An. 1544. ves daaquem, e daalem Mar em Africa, Senhor de Guine, e da  
 Conquista navegação, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e  
 da India, &c. Faço saber a quantos esta minha Carta virem, que  
 esguardando eu os serviços, e merecimentos de D. Affonso de Portu-  
 gal meu amado sobrinho pollos quaes, e pelas quallidades de sua pes-  
 soa he rezaõ que receba de mym honra, merce, e acrecentamento,  
 e confiando delle, e de sua bondade, e saber que me saberaa bem  
 aconselhar, e dar conselho verdadeiro, fiel, e tal, como deve, e por  
 folgar de lhe fazer merce, tenho por bem, e o faço do meu Con-  
 selho, e quero, e mando que seja daqui em diante chamado pera meus  
 Conselhos, e estece nelles, e como pessoa de meu Conselho goze, e  
 uze de todas as honras, graças, merces, privilegios, e liberdades,  
 e priminencias, que tem, e de que gozaõ, e uzaõ os do meu Con-  
 selho, e elle juraraa na Chancellaria aos Santos Euangelhos que me  
 aconselhe, e dê conselho verdadeiro, e fiel quando lho pedir; e por  
 firmeza dello lhe mandei dar esta Carta por mym assinada, e assella-  
 da com o meu Sello pendente. João de Seixas a fez em Almeyrim  
 a 11. dias de Feveiro, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu  
 Christo de 1544. Manoel da Costa a fez escrever.

ELREY.

*Carta da Rainha de França de prometimento de dote, para D. Lui-  
 za de Gusmaõ, depois Condeffa de Vimioso. Original está no Car-  
 torio da Casa de Vimioso, maço 78, n. 488, donde a copiey.*

Num. 25. **D**Oña Leonor Reyna de Francia y Infante de España, &c. Por  
 An. 1547. quanto Francisco de Gusman, mi Mayordomo y mayor de la Il-  
 lustrissima Infante D. Maria nuestra hija, y Doña Joana de Blasfelt,  
 fu



fu Camarero mayor de cada dia nos hazen y recibimos muy leales y aceptos servicios, y la dicha Illustrissima Infante nuestra hija, por la presente nuestra Cedula les hazemos merced, para quando casaren a D. Luiza de Gusman su hija, de dos mil ducados para su casamiento, los quales le mandaremos librar para quando la casaren; en testimonio de lo qual mandamos dar esta nuestra Cedula, firmada de nuestra Real mano y referendada por nuestro primer Secretario. Dado en Puñi a xvij de Julio de M. D. XL. VIJ.

YO LA REYNA.

*Instrumento da venda da Capitania, e jurisdicção de Machico, na Ilha da Madeira, por D. Antonio da Sylveira, do Conselho de Sua Magestade, a Francisco de Gusmao, Mordomo mór da Infanta D. Maria. Está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 11, num. 121, donde o copiey.*

**E**M nome de Deos amen. Saibaõ quantos este estromento de Car- **Num. 26.**  
 ta de venda com pacto de retro, e obrigaçao virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil e quinhentos e quarenta e oito annos aos dezafete dias do mes de Setembro em esta Cidade de Lisboa na Rua do Caquo em as cazas da morada do Senhor Antonio da Silveira do Conselho delRey Nosso Senhor, Capitaõ da Capitania, e jurdição de Machico da Ilha da Madeira sendo elle Senhor hi presente, e bem assi sendo presente a Senhora D. Clara dalmada sua molher de huma parte, e da outra o Senhor Francisco de Gusmao Mordomo mor da Caza da Senhora Infanta Donna Maria, e logo por elles foi dito que estavaõ concertados hora para elle Senhor Francisco de Gusmao aver de comprar a Capitania de Machico; e que elle Senhor Antonio da Silveira tem assi, e da maneira que lhe pertence per sua doaçao, ff. todos os direitos, e jurdição da dita Capitania inteiramente sem falta, nem diminuicao alguma como sempre andou, e os Capitaens passados a possuiao, e melhor se melhor com direito a poderem aver; e isto pella maneira seguinte, ff. que elles Senhores Antonio da Silveira, e a Senhora Donna Clara sua molher lhe vendem a dita Capitania de Machico com toda sua jurdição, rendas, e direitos como dito he, e a tem por sua doaçao; e assi com a redizima da levada nova que se hora faz que pertence, e pertencer a dita Capitania a qual lhe compra o dito Senhor Francisco de Gusmao por preço, e contia de trinta e cinco mil cruzados em dinheiro de contado, e assi lhe empresta mais mil cruzados em dinheiro de contado para ajudar a tirar a levada, e estes saõ alem dos ditos trinta e cinco mil cruzados como abaixo irá mais declarado para a qual compra, e venda ouveraõ Alvara delRey Nosso Senhor de que o theor he o seguinte. Eu ElRey faço saber a quantos este meu Alvara virem que eu ey por bem, e me praz de dar

An. 1548.

dar licença a Antonio da Silveira do meu Confelho, e Capitão da Capitania de Machico que possa vender a dita Capitania assi, e da maneira que a de mim tem per sua doação a Francisco de Gusmaão Mor-domo Mor da Caza da Infante Donna Maria minha muito amada, e prezada Irmã para a pessoa que cazar com Donna Luiza de Gusmaão sua filha à qual pessoa por este mandarei Provisão em forma da dita Capitania mostrando a doação que o dito Antonio da Silveira nella tem, e a Carta da venda Manoel da Costa o fez em Lisboa a 2. de Agosto de mil e quinhentos e quarenta e oito; e este não passará pella chancellaria sem embargo da Ordenação em contrario, e he assinado por ElRey Nosso Senhor, e na subscripção diz: Alvara para V. A. ver por bem da qual licença do dito Senhor o dito Francisco de Gusmaão comprou, e os ditos Antonio da Silveira, e D. Clara sua mulher venderão a dita Capitania da maneira que dito he pello preço acima declarado, e com as condiçoens seguintes, ff. por cinco mil cruzados que lhe tem pagos de que lhe fizeraõ escritura publica por mim Taballiaõ aos quatorze dias do mes de Julho deste presente anno, e os trinta mil cruzados que faltaõ para o cumprimento de pago da dita Capitania lhe dará, e pagará em dinheiro de contado moedas douro, e prata do dia que esta Carta de venda for confirmada pello dito Senhor a quinze dias primeiros seguintes todos juntos em hum so pagamento, e assi no mesmo tempo, e termo lhe entregará os mil cruzados que lhe empresta para a dita levada dos quaes trinta mil cruzados que assi lhe haõ de dar, e pagar aos ditos vendedores para cumprimento de pago da dita venda, e preço da dita Capitania, se depositaraõ quinze mil cruzados delles em poder de pessoas abonadas, e seguras que se obriguem em todo tempo os dar, e entregar sem diminuição alguma por quanto este he o preço do dote da dita D. Clara ao qual preço a dita Capitania estava obrigada per autoridade, e licença delRey Nosso Senhor, e por bem do dito depozito haõ por desobrigada a dita Capitania da obrigação em que era a ella dita D. Clara, e ella recebe a dita obrigação nos ditos quinze mil cruzados, e tanto que os ditos depositarios os receberem ella dita D. Clara desobriga, e ha por desobrigada a dita Capitania para que o dito Francisco de Gusmaão, ou a pessoa que com a dita sua filha casar aja, tenha, possua a dita Capitania livremente, e sem encargo, nem obrigação alguma, nem por via do dito dote, nem por outro nenhum modo que seja porque ao dito Antonio da Silveira aprouve, e ouve por bem que os ditos mercadores, e pessoas a que os ditos quinze mil cruzados forem entregues lhe acudaõ semente com os ganhos, e proveitos delles, e o cabedal seja sempre seguro, e inteiro para segurança do dito dote, e os outros quinze mil cruzados se entregaraõ ao dito Antonio da Silveira, ou a quem elle quizer, e tanto que pello dito modo assi forem entregues os ditos trinta mil cruzados, e bem assi os mil cruzados que lhe empresta lhe daraõ quitação de todo o dito preço dos trinta e cinco mil cruzados por bem do qual do primeiro dia do mes de Janeiro que embora virá do anno de mil e quinhentos e quarenta e nove annos de que começa esta venda em diante



te sendo primeiramente pagos da dita contia , e emprestimo elles vendedores dagora para entaõ tiraraõ , e demitiraõ , e renunciarãõ de si toda a posse , dominio , senhorio , e direito , e auçaõ que tinhaõ , e podiaõ ter , e aver na dita Capitania per bem da dita doaçaõ , e todo cederãõ , e trespassaraõ do dito dia de Janeiro em diante em elle Francisco de Gusmaõ ou na pessoa que com a dita D. Luísa casar , para que o ajaõ , logrem , e possuãõ , e façãõ dello , e em ello todo o que lhes aprouver como de cousa sua propria que he por bem desta venda , e se constituirãõ possuidores em nome delle comprador , e da pessoa , que com a dita sua filha casar com seus inquilinos para elles , ou a qualquer delles tomar , e aver a dita posse a qual lhe daõ por virtude desta Carta , sem outra nenhuma autoridade de justiça , figura , e ordem de juizo , e esto com pacto , e condiçaõ de reto per tempo de seis annos contados do dito dia de Janeiro de quinhentos e quarenta e nove em diante , e se acabaraõ per outro tal dia de Janeiro do anno de quinhentos e sincoenta e seis que sãõ os ditos seis annos inteiros compridos , e acabados com as mais condiçoens seguintes , ff. que tornandolhe elles ditos vendedores , ou cada hum delles per si , ou per outrem em qualquer tempo , ou dia dos ditos seis annos os ditos trinta e sinco mil cruzados todos juntos , e per inteiro será obrigado qualquer possuidor da dita Capitania a lhe soltar a dita Capitania livremente assi , e pella maneira que lha hora entrega , e esta venda dahi em diante não terá vigor , nem effeito algum porque com esta condiçaõ , e convença lhe fazem os ditos vendedores a dita venda ao dito Francisco de Gusmaõ para a pessoa que casar com a dita sua filha Donna Luísa de Gusmaõ , e sendo caso que o possuidor da dita Capitania não seja patente neste reyno ao tempo que elles vendedores quizerem tornar o dito dinheiro em tal caso depositará o dito dinheiro em juizo , e tanto que for depositado ficara a dita Capitania com elles vendedores livremente como estava antes desta venda ser feita , e poderaõ pedir a ElRey Nosso Senhor com certidaõ do dito deposito que lhe mande dar sua posse porque dali por diante o possuidor não averá frutos , nem rendimentos da dita Capitania somente soldo a livra averá o possuidor do tempo atras que o possuio até o dinheiro ser depositado o que lhe couber sem nisso aver mais duvida alguma por nen'uma das partes , declararaõ mais os ditos vendedores que durando os ditos seis annos deste reto , e doje por diante até o dito dia de Janeiro de quinhentos e sincoenta e seis annos , possaõ vender a reto , ou arrematada a dita Capitania a quem por ella mais der sem ter mais obrigaçaõ que o fazer saber ao dito possuidor da dita Capitania com declaraçaõ do preço que lhe daõ por ella por hum seu escripto , e asinado , e dandolhe mais o possuidor da dita Capitania a elles vendedores preço do que lhe derem os novos compradores em tal caso a venderá ao dito possuidor , e não a outra pessoa porque não lhe dando mais , ou não lhe respondendo ao dito feito do dia que lhe for dado a sinco dias a poderá vender a quem quizer não lhe respondendo ao dito feito como dito he ; e bem assi declararaõ mais que tirandolhe os ditos vendedores a dita Capitania seraõ obrigados a pagar

ao possuidor della todos os gastos que fizer na chancellaria o que pagará ao tempo que lhe pagar os ditos trinta e cinco mil cruzados, e o dito tempo lhe dara, e pagara mais os mil cruzados que lhe mais empresta alem dos ditos trinta e cinco mil cruzados, e despezas da chancellaria tirandolhe a Capitania como dito he, e pagaraõ aos ditos vendedores os ditos trinta e seis mil cruzados, e despezas da chancellaria dentro nesta Cidade em boas moedas em dinheiro de contado inteiramente sem diminuição alguma, e não avendo a quem se paguem o depositaraõ como acima vai declarado, e não tirando elles vendedores, ou outrem por elles a dita Capitania dentro do dito tempo dos seis annos deste reto fique livre, e desembargada ao possuidor para sempre sem elles vendedores dahi em diante a mais poderem aver para si, nem para outrem, porque lhe fica arrematada pello dito preço dos ditos trinta e cinco mil cruzados, e ficará sem effeito nenhum a dita condição de reto por assi os ditos vendedores não cumprirem com o pagamento dos ditos trinta e cinco mil cruzados dentro do tempo dos seis annos deste reto, e o pagamento dos ditos mil cruzados em tal cazo o averaõ os compradores, e possuidor da dita Capitania pello primeiro rendimento da merce que ElRey Nosso Senhor tem feito a elle Antonio da Silveira da levada que se hora tira para que se emprestaraõ os ditos mil cruzados a qual merce que lhe o dito Senhor assi tem feita por bem da despesa que elle Antonio da Silveira tem feita, e ha de fazer em acabar de tirar a dita levada fica com elle Antonio da Silveira inteiramente por quanto he cousa separada da dita Capitania, e lhe foi feita nova merce despois da dita doação, e disseraõ que sendo caso que a dita merce não aja effeito per qualquer via que seja que entaõ lhe pagaraõ os ditos mil cruzados ao tempo que lhos avia de pagar avendo effeito a dita levada, e merce della, e declararaõ mais os ditos contrahentes que de todo o proveito que redundar para a redizima da dita Capitania por bem da levada nova que he possuidor della averá os dous terços da redizima nova da dita levada, e hum terço ficará ao dito Antonio da Silveira para ajuda da dita despesa durando o tempo dos seis annos porque dahi em diante toda a dita redizima será do possuidor da dita Capitania por lhe pertencer directamente, e declararaõ mais que acontecendo fallecer o dito Antonio da Silveira o que Deos não mande dentro nos ditos seis annos do reto possa tirar D. Clara sua molher a dita Capitania para filho, ou filha do dito Antonio da Silveira se o tiver fazendolhe S. A. merce della para a dita filha o que poderá tambem requerer, e tirar qualquer pessoa que tiver cargo dos ditos seus filho, ou filha, e por esta maneira he feita a dita venda a qual elles vendedores, e comprador prometeraõ de ter, e comprar sob pena de quem este estromento não cumprir pagar a parte tente que por elle estiver sinquo mil cruzados douro de pena, e interesse, e custas, e despezas, e perdas, e dannos que qualquer delles fizer, e receber, e a pena levada, ou não que este estromento se cumpra para o que obrigará a dita Capitania, e preço della, e mais todos seus bens, e rendas moveis, e de raiz avidos, e por aver, e outorgaraõ para cumprimento



primento do que dito he de serem citados, e demandados perante os Corregedores da Corte, e daquem em este estromento for apresentado, e ahi por suas Cartas, ou sem ellas estar a direito, e justiça remunerando para elle os Juizes de seu foro, privilegios, liberdades feitas em pessoas de finsoens de feito, e de direito que por si alegar possaõ porque nada querem que lhes valha salvo cumprir todo como dito he. E disseraõ que pedem por merce a ElRey Nosso Senhor que confirme este contrato com todallas condiçoens, e clauzulas delle suprimindo qualquer defeito que em elle aja assi de direito como de feito, e em testemunho de verdade assi o outorgaraõ, e aceitaraõ, e mandaraõ ser feito este estromento para cada hum o seu, e dous e tres por elles aceitado, e prometeraõ a mim Tabaliaõ como a pessoa publica estepullante, e aceitante em nome dos ausentes a que isto tocar de lho cumprir assi todo como dito he; testemunhas que foraõ presentes o Senhor D. Pedro de Menezes, e o Lecenciado Fellype Diniz Procurador na Corte, e casa da Supplicação, e Gaspar Fernandes moço da Camera do Infante Dom Luis, e foi mais testemunha Domingos Leitaõ, Cavaleiro fidalgo da Caza delRey Nosso Senhor, e Thesoureiro da Rainha D. Lianor de França, e da Infante D. Maria sua filha, e ella D. Clara assinou aqui, e eu Francisco Fernandes Notario publico, e judicial por ElRey Nosso Senhor em sua Corte, e Caza da Supricação que este estromento de minha nota fiz tirar por meu Escrivaõ per licença que para isso tenho do dito Senhor, e o concertei, e foscrevi, e aqui asinei do meu publico final que tal he.

*Traslado authenticico da donção da Capitania de Machico, que teve em dote o Conde D. Affonso de Portugal. Está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 91, num. 847.*

**S**Aibam quantos este estromento, dado em publica forma, com o **Num. 27.**  
 Streslado de huã Carta da Capitania da ilha da madeira na jurdição **An. 1549.**  
 de machico virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e noventa e seis aos quinze dias do mes de Janeiro, na Cidade de Lisboa nos paços dos tabaliaes, pareceo ahi presente, Vicente Moniz criado do Senhor Dom Luis de Portugal, e em nome do dito Senhor apresentou a mim tabaliam ao diante nomcado hum livro dourado, e emcadernado em pergaminho com suas fitas verdes da instettuyção do morgado do Senhor Dom Afonso Bispo que foi de Evora pedindome o dito Vicente Monis, que de meu officio lhe desse o treslado de huã carta que no dito livro estava, da Capitania da ilha da madeira na jurdição do machico que o Senhor D. Afonso de Portugal Conde do Vimioso houve em casamento com a Senhora D. Luiza de Gusmaõ, sua mulher a qual carta estava comcertada da original per provisaõ delRey D. Sebastiaõ que santa gloria aja per Alvaro Fernandes, escrivaõ da Camera, que foi do dito Senhor, por ser necessaria ao dito Senhor D. Luis de Portugal,  
 Tom. V. Oooo ii gal,

gal, pera bem de seu requerimento, e por a dita Carta estaar saã sem vicio nem cousa que duvida faça lho passey, e o treslado della de verbo a verbo he o seguinte. Dom Joam per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem maar em Affrica Senhor de guine, e da Conquista navegação Comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India, &c. A quantos esta minha Carta virem faço saber que eu fiz merce a Antonio da Sylveira do meu Conselho pera elle, e pera todos os que delle descenderem por linha direita masculina da Capitania e jurdição das Villas de Machico, e Santa Cruz, e seus termos que saõ na ilha da madeira com suas rendas e direitos, segundo hee contheudo, e declarado, em huã minha Carta que lhe foi passada por mim assinada, e asellada de meu sello, do qual o treslado he o seguinte. Dom Joam per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem, maar em affrica Senhor de Guine e da Comquista naveguação Comercio de Ethiopia arabia persia e da india. A quantos esta minha Carta de doação virem faço a saber, que avendo eu respeito ao muito grande e notavel serviço que Antonio da Silveira do meu Conselho me fez, na defensão da fortaleza de Dio, huã das mais importantes das do meu estado, e fenhorio, nas partes da India sendo Capitaõ della, onde foi cercado do Solimaõ Baixa Governador do Cairo, hum dos mais principaes Baixas do turco, estando elle com pouca gente, e desapercebido, e descuidado de poder ser cercado dos turcos, vindo Solimaõ baixa com todo o poder do turco que naquellas partes pode mandar, sendo ajudado de toda a gente da terra de que avia dias que estava cercado, onde elle assy defendeo, que naõ somente goardou a fortaleza com parte dos muros derribados, com a artelharia e gente do turco postos nos baluartes, e peleijando de dia, e de noite com elles, mas fez tanto danno aos Inimigos que a Solimaõ comveo de se lhe levantar e acolher a Suéz, donde viera com muita gente morta, desarmada e desbaratada, no qual cerco elle assy se houve como convinha a bom Capitaõ, em caso de tanto perigo e affronta, onde morrendo tantos cavalleiros portuguezes, e sendo tantos feridos fazendo taõ grandes feitos darmas por se defender como fizeraõ ainda parece que por milagre de nosso Senhor se defenderaõ, e houveraõ esta victoria, da qual elle quiz que o Capitam com os cavalleiros que nisso serviraõ fossem os autores, e avendo tambem respeito, que como nisto me servio, me serviria sempre em todalas cousas de meu serviço. E porque as merces devem de responder aos serviços lhe faço merce pera elle e pera todos os que delle descenderem por linha direita masculina da Capitania, e jurdição das Villas de machico, e Santa Cruz, e seus termos que saõ na Ilha da madeira assy como por huã Carta delRey meu Senhor e padre que santa gloria aja em comfirmiação doutras dos Reis passados pertencia, e as tinha Tristam Teixeira, Capitam que foi das ditas villas, e despois seu filho Diogo Teixeira, por cuja morte vaguaraõ, e o theor da Carta per onde o dito Tristam Teixeira e seu filho tinham as ditas Villas de verbo a verbo he o seguinte. Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos



dos Algarves daquem e dalem maar em affrica Senhor de guine, e da Comquista navegação Comercio de ethiopia arabia persia e da india, &c. A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que da parte de Tristam Teixeira nos foi apresentada huá Carta delRey D. Joam meu primo que Deos tem que taal hee. D. Joam per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem maar em affrica Senhor de Guine. A quantos esta nossa Carta virem, fazemos a saber que por parte de Tristam Teixeira Capitam na Ilha da madeira, nos foi apresentada huá Carta delRey meu Senhor e padre que Deos aja de que o theor taal hee. D. Afonso per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves Senhor de Cepta, &c. A quantos esta Carta virem fazemos a saber, que o Iffante D. Henrique meu muito amado e prezado tio, nos mostrou huá nossa Carta de confirmação, perque lhe avia por confirmada outra delRey meu Senhor, e padre que Deos aja, perque em sua vida lhe davamos as Ilhas da madeira, Porto Sancto e a deserta com todos os direitos e rendas que a ellas pertencem, da qual o theor de verbo a verbo he o seguinte. D. Afonso per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves Senhor de Cepta. A quantos esta Carta virem fazemos a saber que da parte do Infante D. Henrique meu muito amado tio, nos foi mostrada huá Carta delRey meu padre que Deos aja assinada por elle, e asellada do seu sello de cera redondo, nas costas da qual o theor taal hee. D. Duarte pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve Senhor de Cepta. A quantos esta Carta virem fazemos a saber que nos querendo fazer graça e merce ao Infante D. Henrique meu Irmao, temos por bem, e damoslhe que aja, e tenha de nos, em todos os dias de sua vida as nossas Villas, convem a saber, a Ilha da madeira, e a do Porto Sancto, e a deserta com todos os direitos e rendas dellas, assy como nos de direito avemos e devemos de aver com sua jurdição civil e crime, salvo em sentença de morte, ou talhamento de membros, mandamos que a alçada fique a nos, e venha a Casa do Civel de Lisboa. E outro si lhe damos poder que elle possa mandar fazer nas ditas Ilhas todos os proveitos, e bemfeitorias aquelles que entender por bem e proveito das ditas Ilhas, e a daar *in perpetuum*, ou a tempos, ou aforar todas as ditas terras a quem lhe aprouver com tanto que seja feito sem fahir da forma per nos dada as ditas Ilhas em parte nem em todo, nem em alheamento do dito foro, e porem mandamos e queremos e damos lugar ao dito Infante D. Henrique, que elle possa quitar parte, ou todo do dito foro aos que vierem as ditas Ilhas morar em sua vida, e porque no dito tempo lhe temos de todo feito merce, com tanto que depois da morte do dito Infante, elle pague o dito foro segundo em elle he contheudo, e mais nos praz por bem povoramento da dita terra, se o dito Infante quittar o dito foro em sua vida a alguã, ou alguãs pessoas dos que forem a dita terra que lhe seja quite com tanto que como a pessoa morrer que seus Herdeiros pagem logo o dito foro segundo nelle hee contheudo, e resalvamos pera nos que o dito Infante não possa mandar fazer moeda, mas prazos, que a nossa se corra em ellas, e por mais firmeza

lhe

lhe mandamos daar esta Carta assinada por nos, e asellada do nosso fello de chumbo. Dada em Sintra a vinte e seis dias de Setembro Afonso Cotrim a fez Anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos e trinta e tres annos. E enviounos pedir o dito Infante de merce que lhe confirmassemos a dita terra, da qual cousa nos praz e porem mandamos a quaesquer nossos officiaes, e pessoas, a que o conhecimento desto pertencer por qualquer guisa que seja que lhe cumpraõ e goardem, e fação comprir, e goardar esta Carta segundo em ella faaz menção, dada em Santarem a onze dias de Março, El-Rey o mandou Ruy Dias a fez Anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos corenta e nove; e disenos o dito Infante meu tio, que esgoardando elle como Tristam, Cavalleiro de sua Casa fora hum dos primeiros que por seu mandado fora povorar as ditas Ilhas, e despois que em ellas estivera atee ora fizera em ellas fazer grande povoração, e muitas bemfeitorias, e cousas porque a nossa terra vinha a grandes proveitos, e disse que por lhe fazer contenuar seu bom preposito de o fazer muito melhor e mais perfeição do que atee ora fez sua vontade fora de lhe daar a elle Tristam, e seus filhos e assy descendentes, e encendentes per linha direita huã parte da dita Ilha, segundo mais compridamente se conthem em huã Carta assinada por elle e asellada do seu fello, da qual o theor de verbo a bo hee este que se segue. Eu Infante D. Henrique Regedor da Ordem de nosso Senhor Jesu Christo, Duque de Viseu, e Senhor de Covilha; faço saber a quantos esta virem, que eu dou cargo a Tristam Cavalleiro de minha Casa na Ilha da madeira, dos alem do Rio Caniço dez passadas como se vaay pelo Rio acima atee ponte de Tristam que elle mantenha por mim justiça, e de direito, morrendo elle, a mim praz que ho seu filho primeiro e o segundo se taal for tenha este carrego per a guisa suso dita, e assy descendentes per linha direita e sendo em taal idade o dito seu filho que o não possa reger, eu, ou meu herdeiro poeremos hy quem o reja, atee que elle seja em idade pera reger. Item me praz que elles tenham em esta sobre-dita terra a jurdição por mim em meu nome do civil, e crime, resalvando morte, ou talhamento de membro que a appellação venha pera mim porem sem embargo da dita jurdição a mim praz que os meus mandados sejam hy compridos, assy como em cousa minha propria, outro si me praz que o dito Tristam aja pera si todos os moinhos que houver em a parte da dita Ilha de que lhe assy deu cargo, e que ninguem não faça hy moinhos senão elle, ou a quem elle aprouver, e isto se não entenda moo de braço que o faça quem quiser não moendo outrem, e não fação atafona. Item me praz que todos os fornos de pão em que ouver seja sejam seus porem não embargue quem quiser fazer fornalha pera seu pão, que a faça, e não pera outro nenhum. Item me praz, que tendo elle saal pera vender, que o não possa vender outrem e dandolhe a resam de cinco reis o alqueire, e mais não, e quando o não tiver que o vendaõ os das Ilhas a sua vontade, atee que o elle tenha. Item outro si me praz, que todo o que eu houver de renda da dita parte da dita Ilha, elle aja de dez



dez fúti, e o que eu hy de aver na dita Ilha he contheudo no fóral que pera ello mandey fazer, e por esta guisa me praz que aja esta renda seu filho, ou o outro seu descendente de linha direita que o dito cargo tiver. Item me praz que elle possa dar por suas Cartas a terra desta parte fora pelo fóral da Ilha, e quem lhe aprouver com condigaõ que aquelle o que elle der a dita terra aproveite atee sinco annos, e naõ aproveitando que a possa daar a outrem, e depois que aproveitada for, e a leixar por aproveitar atee outros sinco annos que isso mesmo a possa daar, e isto naõ embargante a mim, que se houver terra por aproveitar que naõ seja dada, que eu possa daar a quem minha merce for, e assy me praz que as dê o seu filho, ou herdeiro, descendentes, que o dito cargo tiverem. Item isso mesmo me praz que na dita Ribeira do Caniço, que elle faça os moinhos que lhe aprouver. Item mais me praz que os vezinhos possam vender suas herdades aproveitadas a quem lhe aprouver, e se quizerem hir de huã parte pera outra que se vaõ sem lhe poerem algum embargo, e se fizer maleficio algum homem em cada huã parte das ditas Ilhas que mereça ser açoutado, e fugir pera outra que seja entregue, se puder seer preso honde fez o maleficio, se requerido for pera se fazer delle comprimento de direito, e se dever divida, onde quer que estiver se faça dello comprimento de direito. Outro sy me praz, que os gados brávos possam matar os das Ilhas nuã parte como na outra sem aver ahi outra defesa resalvando o gado que andar nas Ilhas, ou em outro lugar cerrado que o lance hi o senhorio. Isso mesmo me praz, que os gados mansos possam assy em huã parte como em outra trazendoos por maõ que naõ façao dano, e se o fizerem que o pague seu dono, e em testemunho desto lhe mandei daar esta Carta assinada por mim, e asellada do meu Sello feita em Santarem aos oito dias de Mayo, Ayres pires a fez Anno de mil e quatrocentos e corenta annos, e pedindonos o dito Infante meu tio que como quer que por ElRey meu Senhor, e padre, e por nos lhe naõ fossem dadas as ditas Ilhas mais que em sua vida, nos prouvesse assy pelas rasois sobreditas como por lhe em ello fazermos merce, lhe avemos por confirmada a dita sua Carta, ao dito Tristam e a seus filhos e descendentes que a houvessem e possuysssem pela guisa que em ella era contheudo, e visto por nos seu requerimento, e querendolhe em ello fazer graça e merce, polo sentirmos por bem confirmamoslhe a dita sua Carta, e queremos que elle dito Tristam e seus filhos, e descendentes por linha direita masculina, ajam, e possuao daqui em diante a dita parte da dita Ilha assy e tam compridamente como em ella faaz menção, e que onde diz na Carta do dito meu tio que a apellação de morte ou talhamento de membro venha perante elle, queremos perante nos segundo hee contheudo na Carta delRey meu Senhor, e padre que Deos aja suso escrita, e porem mandamos a todos os nossos Corregedores Juizes, e justiças Veadores da fazenda Contadores, e Officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, e esta nossa Carta for mostrada, que alli o cumprao e goardem, e fação cumprir e goardar pela guisa que em ella hee contheudo como dito hee.

hec. Por quanto assy he nossa merce sem outro algum embargo que a ello ponhaes, e por firmeza dello, e goarda sua lhe mandamos daar esta Carta assinada por Nos, e asellada do nosso Sello de chumbo, dada em a nossa Cidade de Lisboa, a dezoito dias do mes de Janeiro, Martim Alvares a fez Anno de nosso Senhor de mil e quatrocentos e sincoenta e dous annos. Pedindonos o dito Tristam por merce que lha quizesemos confirmar, e nos visto seu requerimento, e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e confirmamoslha, assy e tam compridamente, como em ella se conthem e porem mandamos aos sobreditos, e a quaesquer pessoas que pertencer, de qualquer estado, e condição, ou preheminaencia, officio, cargo, ou dignidade que seja, a que esta Carta for mostrada que assy o cumpraõ inteiramente e da maneira que em ella era contheudo, sem algum min-goamento, ou duvida, por firmidaõ da qual lhe mandamos dar esta nossa Carta assinada por nos, e asellada do nosso Sello de chumbo dada em Santarem, a seis dias de Mayo, Fernão de Pina a fez, Anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos e trinta e seis, e pedindonos o dito Tristam Teixeira que lhe confirmassemos a dita Carta, e visto por nos, aprouvenos dello, e lha confirmamos na maneira que se nella conthem, e porem mandamos aos sobreditos officiaes que assy lha cumpraõ e goardem e fação mui inteiramente goardar e cumprir, dada em Lisboa a dezoito dias de Março Joam Paes a fez Anno de mil e quinhentos e hum; pelo qual ey por bem, e me praz que o dito Antonio da Silveira tenha e aja pera si, e pera todos seus descendentes que delle descenderem por linha direita masculina, a dita Capitania, e jurdição por mim e rendas e direitos contheudos na dita Carta, assy e pela maneira, e com a clausulla que se em ella conthem, as quaes rendas e direitos, ey por bem que o dito Antonio da Silveira aja desde o primeiro de Janeiro que ora passou deste anno presente de mil e quinhentos e corenta e hum, e porque despois das doações feitas ao dito Capitam Tristaõ Teixeira, e aos outros Capitaens, assy da Ilha da madeira como das outras Ilhas, ElRey meu Senhor, e padre que santa gloria aja fez huã declaração do modo em que os Capitaens das Ilhas cada huã em sua Capitania avia de uzar de jurdição que por suas Cartas lhe hera dada, a qual declaração foi por mim confirmada ao dito Antonio da Silveira, e seus descendentes a que a dita Capitania houver de vir uzaraõ da jurdição no modo e maneira contheuda na dita declaração, e confirmação que foi feita por mim a vinte e dous dias de Março de mil e quinhentos e trinta e seis, a qual esta registada na minha Chancellaria, e tresladada nos livros das Cameras das ditas Ilhas, e mando a todolos Corregedores Juizes e justiças Veadores de minha fazenda Contadores officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, e esta Carta for mostrada, que assy lha cumpraõ, e goardem e fação cumprir e goardar pela guisa que nella se conthem por quanto assy hec minha merce, e por firmeza dello e sua guarda lhe mandey daar esta Carta assinada por mim e asellada de meu Sello de chumbo, dada em a Cidade de Lisboa aos dezanove dias de Mayo Vallerio Lopes



pes a fez anno de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e corenta e hum annos. E por quanto ao tempo que fiz a merce sobredita ao dito Antonio da Silveira, eu houve por bem de segurar pelas rendas da dita Capitania, a D. Mécia sua mulher, o dote e arras que o dito Antonio da Silveira lhe hee obriguado a daar, e dello lhe passei huã Carta de segurança do dito dote e arras feita em Almeirim a dezaseis dias de fevereiro desta presente era, ey por bem que a dita Carta, e clausulas della, acerca da segurança do dito dote e arras se cumpra em todo como se nella contem, assy como se aqui fosse tresladada de verbo a verbo, a qual Capitania, e jurdição das Villas de Machico, e Santa Cruz, e seus termos com suas rendas e direitos que o dito Antonio da Silveira assi de mim tinha pela dita Carta, elle e D. Clara dalnada sua mulher a venderão por minha licença e consentimento a Francisco de Gusmão mordomo moor da Casa da Iffante D. Maria minha muito amada e prezada Irmaã pera a pelloa que casasse com D. Luiza de Gusmão sua filha por preço e contia de trinta e sinco mil cruzados, e com condição e pacto de retro vendendo por tempo de seis annos que se começaraõ o primeiro dia de Janeiro deste anno presente de quinhentos e corenta e nove, de maneira que tornandolhe, e pagandolhe os ditos vendedores, ou cada hum delles per si, ou per outrem em qualquer tempo, ou dia dos ditos seis annos os ditos trinta e sinco mil cruzados todos juntos, e por inteiro seraa obriguado qualquer possuidor da dita Capitania, a lha soltar livremente, segundo mais inteiramente era contheudo, e declarado em hum publico estromento da dita venda que parecia ser feito, e assinado por Francisco Fernandes notario publico geral em minha Corte, e casa da supplicação aos dezasete dias do mez de Setembro do anno passado de mil e quinhentos e corenta e oito com testemunhas nella nomeadas, &c. E por quanto a dita D. Luiza de Gusmão hee ora casada com D. Afonso de Portugal, meu amado sobrinho a quem a dita Capitania pertence por vertude da dita venda lhe mandey daar della esta minha Carta pela qual tenho por bem quero, e me praz que o dito D. Afonso tenha, e aja pera si, e pera todos seus descendentes que delle descenderem per linha direita masculina, a dita Capitania e jurdição por mim e rendas e direitos contheudos na dita Carta, assy e pela maneira, e com as clausulas que se em ella conthem, e como por bem della todo tinha o dito Antonio da Silveira, e lhe de direito pertencia e o dito pacto, e condição de retro se compriraa como acima hee declarado, e mando a todos los Corregedores Juizes e justiças, e Veadores de minha fazenda, Contadores, e officiaes e pelloas a que o conhecimento desto pertencer, e esta Carta for mostrada, que assim lha cumpraõ e goardem, e fação comprir e goardar como nella hee contheudo, porque assy he minha merce, e por firmeza dello lhe mandei daar esta Carta por mim assinada, e asellada de meu Sello de chumbo e a Carta que o dito Antonio da Silveira tinha da dita Capitania que nesta vai tresladada, e se houvera de romper ao afinar della se naõ rompeo por o dito Antonio da Silveira dizer que tinha na dita Capitania de Ma-

Tom. V. Pppp chico,

chico, e que mandara jaa por ella, e se obrigou de a dar e entregar tanto que lhe viesse pera se aver de romper. Dada em Almeirim a dous dias do mes de fevereiro, Joani de Seixas a fez, Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e corenta e nove, Manoel da Costa a fez escrever. E a doação do dito Antonio da Silveira que nesta vaai tresladada, se treladou aqui de hum trelado della que andava em huã minha Carta testemunhavel que dezia ser tirada da propria, a qual carta testemunhavel era passada per minha Chancellaria e eu houve por bem que se fizesse esta pelo dito treslado, pelo dito Antonio da Silveira não ter aqui a propria, e se obrigou de a trazer como acima he dito, e assy foi posta verba no registo da dita doação de Antonio da Silveira no livro da Chancellaria de como a vendeo na maneira sobredita segundo se vio per huã Cettidaõ de Pero Gomes escriptaõ da dita Chancellaria que foi rota ao asinar desta, pela qual mando aos Juizes da dita Capitania de machico e quaesquer outras justicas officiaes e pessoas della a que o conhecimento desta pertencer que o metaõ em posse da dita Capitania, e da jurdição e rendas e direitos della pera todo teer e possuir na maneira sobredita.

## ELRÉY.

Dis nas entrelinhas todos — e correição — não — e pessoas — e no riscado diz prezado — e concertado com o proprio por mim Alvaro Fernandes — Alvaro Fernandes — e tresladada a dita Carta torney ao dito Vicente moniz o dito livro, e de como o recebeo asinou aqui. E eu Joaõ de Goes tabaliam das notas por ElRey nosso Senhor na Cidade de Lisboa que este estromento fis tresladar comfertei sobescrevi asinei de meu pubrico final.

*Alvará de segurança de arrhas da Condeffa de Vimioso D. Luiza de Gusmaõ. Original está no Cartorio da Cosa de Vimioso, maço 78, num. 570.*

Num. 28. **E**U ElRei faço saber a quantos este meu Alvara virem, que a mim An. 1549. Epraz, e ey por bem, que tirando Antonio da Silveira a Capitania de Machiquo a D. Affonso de Portugal meu amado sobrinho que Francisco de Guzmaaõ, Mordomo moor da Infante D. Maria, minha muito amada, e prezada Irmaõ comprou per minha licença ao dicto Antonio da Silveira pera a pessoa, que cazase com sua filha D. Luiza de Gusmaaõ com pacto de retro vendendo, ou tirandolha as pessoas que lha podem tirar contheudas na Carta da venda, que fizer da dicta Capitania, ou não avendo a dicta venda effecto; a qual o dicto Francisco de Gusmaõ daa ora, e trespassa no dicto D. Afonso em paguamento de vinte e cinco mil cruzados, que lhe daa em doote com a dicta sua filha, de segurar per minha fazenda ha dicta D.



D. Luiza a terça parte do dicto dote, e de qualquer couza que lhe maes for dada em dote, que lhe o dicto D. Afonso promete darras quer delles fiquem filhos, quer não fallecendo elle primeiro, e isto não abastando a fazenda, que do dicto D. Affonso ficar por seu fallecimento pera pagar as dictas arras; e por tanto mando aos Veedores de minha fazenda, que vindo cazo em que as ditas arras se vençam, e sendo primeiro certos como do dito D. Afonso não ficou fazenda porque se as ditas arras possão pagar lhas fação, e mandem pagar por minha fazenda, ou aquella parte delas a que a do dito D. Affonso não abranger, e pera isto a dicta D. Luiza dentro de dous mezes do dia do fallecimento do dicto D. Affonso fara saber em minha fazenda, como lhe são dividas as ditas arras pera os dictos Veedores della mandarem saber a fazenda que ficou do dicto D. Affonso, e o que se podesse por ella pagar das ditas arras, e mandarem pela minha pagar o maes que se pela de D. Affonso não poder aver; e quero, que este Alvara, e o nelle contheudo se cumpra como Carta passada em meu nome, e assellada do meu Sello pendente, sem embargo da Ordenação do 2. liv. tit. xx. que diz, que as couzas cujo effeito ouver de durar maes de anno passem por Cartas, e não valhaõ, nem se cumpraõ sendo passadas por Alvaras, antes annulla os taes Alvaras, e o contheudo nelles, e me praz, que se cumpra outro sy posto que este não passe pela Chancellaria sem embargo da Ordenação do dicto 2. liv. tit. xx. que diz, que os Alvaras, que não passarem pela Chancellaria se não cumpraõ, nem guardem, e sejaõ nenhuns, e de nenhum effeito porque sem embargo das ditas Ordenações, e de quaelquer outras que sejaõ em contraíro mando que se cumpra o contheudo neste Alvara, porque as que forem contra isso eu as derrogo, e ey por derogadas em quanto forem contra o contheudo neste meu Alvara que quero que inteiramente se cumpra como se nelle conthem; Antonio Ferraz a fez, em Almeyrim a xxix dias do mes de Dezembro de 1549.

REY.

*Memorial, que deu o Conde de Vimioso à Rainha D. Catharina, sobre o que se passara quando o mandou a Castella com a Infante D. Maria, com hum Certidão, de que assim fora do Secretario Francisco Cano. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, donde o copiey, num. 5, maço 78.*

**D** Iz o Conde do Vimioso que ElRey que Deos teê lhe mandou que fosse em companhia da Senhora Infante D. Maria quando se hia pera Castella atee a Raya, e aly a entregasse, e que estando de todo prestes, e com a despeza que se requeria pera huá jornada desta callidade feita, e muita parte da gente que o avia dacompanhar junta, foi nollo Senhor servido de o levar a sua gloria, onde elle ver-

Tom. V.

Pppp ii

dadeiramente

Num. 29.

An. 1572.

dadeiramente cree que estaa, e que V. A. governando estes Reynos dahy a poucos meses o tornou a mandar com a Iffante a Castella quando se foi ver com as Rainhas de França e Ungria vossas hirmans, de que se elle escusou por estar gastado, e lhe não servir o apercebimento passado, e aver de fazer outro tão diferente, e ser visita de Reis em Reino alheo, e despesa com que elle então não podia, e querendo V. A. juntamente que lhe largasse o officio de Veedor da fazenda lhe mandou dizer pelo Duque daveiro, e Pedro dalcaçova, que lhe faria merce do titulo pera hum filho, e do Vimioso, e aguiar de juro, e da alcaidaria moor de Thomar e de terenna, com a dada dos officios, pera elle, e pera hum filho, indo com a Senhora Iffante, e largandolhe o officio, o que elle não aceitou, apontando o de que se satisfaria, e tratandosse o negocio o fizessem, e porque as Rainhas chegaraõ a badajoz e apressavaõ muito a partida da Senhora Iffante, lhe mandou V. A. dizer por Pedro dalcaçova ha cama onde estava ferido, que lhe agradeceria muito querer hir com a Iffante, porque lhe seria grande trabalho, tratar naquelle tempo doutra pessoa, que Martym Affonso não quizer hir a india sem se lhe fazerem primeiro cousas que se lhe não puderaõ fazer, que se elle tambem não fosse se lhe responderem, que impossibilitaria muito o serviço delRey pelo exemplo, que lhe lembrava, que era filho de seu pay, e o tempo em que ella estava, ao que respondeo a V. A. por mestre Ulmedo, que elle se aconselhara com theologos no que nisto podia e devia fazer, porque estava muy individado, e com muitos filhos, e o que tinha era tudo vincullado, e que o mesmo mestre Ulmedo, e os mais assentaraõ e lhe aconselharaõ que podia fazer o que lhe V. A. mandava; posto que assy estivesse, porque era cousa publica, e importava muito a estes Reynos tornar a Senhora Iffante a elles, e que parecia que seria elle grande parte pera este effeito, pela que tinha em seu serviço e casa, que em quanto V. A. tratara da merce que lhe queria fazer por seus serviços, e officio, lhe nom parecera rezaõ accitar senaõ o que parecia que se lhe devia, que porque V. A. lhe punha diante o serviço delRey, e tempo em que estava, e sua obrigação, e elle tinha emtendido que com sua consciencia o podia fazer, não podia leixar de levar muito contentamento disso, que pedia a V. A. que lhe mandasse declaraar tempo certo em que lhe respondesse ao em que diffiriaõ na materia de seus serviços, e officio, e que avendoo V. A. assi por beem, hiria e faria o que lhe mandava e que V. A. mandou a Pedro dalcaçova que lhe escrevesse da sua parte, que lhe agradecia muito esta sua resolução, e recebia com ella muito contentamento, e que ao que tocava aos serviços e officio, responderia dentro em dous meses despois d'elle ser chegado, e que pelo tempo em que a Senhora Iffante queria partir que era a quinze de Dezembro ser tão breve, que não poderia ser sem muito trabalho, assentara com ella que o leixasse pera a derradeira oitava do natal; e que assy o fazia saber per hum correo a Rainha de França, e que elle podia fazer esta conta e que tambem tomara este tempo pera nelle poder estar em desposição pera caminhar, e que elle assentado isto,

mandara



mandara pedir pelo Duque e Pedro d'alcaçova a V. A. que mandasse ter em segredo que lhe largava o officio ate sua vinda, porque lhe não era possível ajuntar tão grande soma de dinheiro como era necessario pera a jornada em tão poucos dias sem emprestimo de muitas pessoas, e que tal estava o tempo que poderia ser que em algumas pessoas o não achasse se se foubesse que o leixava, que se não queria impossibilitar pera o que lhe V. A. mandava em nome delRey seu neto, pois se entendia por tanto serviço seu sua hida, o que V. A. ouve por beê, e aprovou assy, e lho mandou dizer pelo Duque e Pedro d'alcaçova, pelo que com esta sua licença e aprazimento publicamente per homens a cavallo e rocs, pedio emprestimo a muitas pessoas, sem ajuda das quaes não pudera hir, e que em chegando de Castella e acabando V. A. de fallar a Senhora Iffante com as lagrimas daquelle tempo fazendo muita honrra ao Bispo seu hirmao, e a elle, lhes disse que sempre os tivera em muita conta, mas que lhes confessava que não chegara ha em que os ficava tendo, pelo que vira e foubera que tinhao feito naquella jornada, e não quis que leixasse o officio dizendolhe, que despois da sua partida cuidara no que lhe mandara dizer, e que entendia que não convinha ao serviço delRey seu neto, leixar elle de o servir em sua fazenda pelas rezoês disto, e que dahy a alguns tempos lhe disse V. A. que algumas pessoas o calumniavao de dividas a officiaes, mas que nisto hia pouco, porque se as devia que as pagava, e se não podia esperar de quem era que por nenhum respeito leixasse de fazer inteiramente o que devia, como sempre fizera, pelo que beijou a mão a V. A. e V. A. lhe mandou que lhe desse huá folha do que devia, e a que pessoas. A qual lhe mandou quando se foi da Corte por frei Luis de Montora, e Fr. Pedro de Santo Agostinho Prior que entao era de Nossa Senhora da Graça, declarando nella tudo o que devia, e as pessoas a quem o devia, e o que tinha pago e a que pessoas, jurado aos Santos Evangelhos, a qual folha lhe elles derao e ficou na mão a V. A. e porque nesta devassa se lhe manda daar descargo ao dinheiro que pedio emprestado, e despendeo em serviço delRey, e por mandado de V. A. nesta jornada, e ao que tem vendido de sua casa, pera pagar o que nella gastou, e se nom achou outra cousa que com verdade se dissesse delle, e pera conservação de sua honrra, e justiça, e se saber em todo o tempo como estas cousas passarao, lhe he necessario certidao do Secretario de V. A. em que declare por seu mandado que passarao assy. Pede a V. A. que lha mande daar e recebera a justiça, e Merce.

Eu Francisco Cano Secretario da Raynha nossa Senhora certifico que ly a S. A. esta petição do Conde de Vimioso, e S. A. decrarou que era lembrada, que o dito Conde esteve apercebido por mandado delRey nosso Senhor que Deos tem, pera hir a Castella com a Iffante D. Maria. E que depois de o Nosso Senhor levar, S. A. lhe mandou e encomendou com muita instancia, que se apercebesse, pera hir com a dita Iffante quando foi verse com a Raynha de França sua mãy, e que naquelle tempo se tratava com o dito Conde que largasse

largasse o officio de Veedor da fazenda que tinha, e por elle não acceptar as merces que se lhe faziaõ em fatisfação do dito officio, não ouve effeito a largallo, e ficou pera se lhe responder a tudo depois que tornasse com a Infante. E que elle mandou entãõ pedir a S. A. que se não pubricasse que se tratava de elle largar o officio, porque não acharia quem lhe emprestasse dinheiro pera o gasto da dita jornada, o que pareceo bem alli a S. A. e se teve em segredo por saber que não poderia o dito Conde fazer o custo daquella jornada sem dinheiro emprestado, a qual fez de modo que S. A. teve delle muita fatisfação. E que tambem era lenbrada, que o Conde lhe mandara hum rol das dividas que devia, de que hãgora se não lembra que he feito delle, e que por não faltar a obrigação que tem de dizer o que nisto passou pedindolho o Conde por esta petição, e dizendo que lhe era muito necessario pera conservação de sua honra e justiça, me mandou que disto lhe passasse esta Certidão, a qual fiz em Buxobregas aos 19. de Março de mil e quinhentos e setenta e dous.

Francisco Cano.

*Alvará para que os Ouvidores do Conde de Vimioso D. Affonso, das Villas de Aguiar, e Vimioso, possaõ estar fõra das Villas, não passando de seis legoas. Original, que tirey do dito Cartorio, maço 78, num. 513.*

**Num. 30.** **E**U ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que avendo recebido ao que na petição atras escrita diz D. Affonso de Portugal An. 1567. Conde do Vimiozo meu muito amado sobrinho, ey por bem, e me praz, que elle possa ter Ouvidores das suas Villas do Vimiozo, e Aguiar da Beira fora das ditas Villas não passando de seis legoas de cada huã dellas, onde os ditos Ouvidores uzaraõ da Jurdição, que elle Conde de mym tem, asy como o poderaõ fazer se viveram, e rezidiraõ nas ditas Villas; e isto sem embargo de minha ordenação em contrario noteficoo ally a todos meus Dezebargadores, Corregedores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, e lhes mando que lhe cumprãõ, e façãõ inteiramente cumprir, e guardar este Alvara como se nelle contem, o qual ey por bem, que valha, e tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome por mym assinnada, e passada por minha Chancelaria, e posto que por ella não seja passado sem embargo das ordenações do segundo livro, tit. xx. que o contrario dispoem. Jorge da Costa o fez em Almeirim a xix de Fevereiro de 1567.

O CARDEAL INFANTE.



*Privilegio para o Conde de Vimioso caçar na Coutada de Evora.  
Original está no maço 78, num. 511, da Casa de Vimioso.*

**E**U ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que eu ey por bem, e me praz por fazer merce a D. Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de minha fazenda, que em quanto elle estiver na Cidade Devora possa caçar na Coutada da dita Cidade hum dia cada somana, as lebres com dous galguos, e as perdizes com hum açor, sem por isso elle, nem as pessoas, que forem em sua companhia encorrerem em penna alguma, e isto em quanto eu ouver por bem, e não mandar o contrario, e mandando a todas minhas justiças, e officiaes a que este Alvara for mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que lhe deixem caçar na dita Coutada o dito dia cada somana com os ditos dous galguos, e hum açor, como acima hê dito, e lhe cumpraõ, e guardem este Alvara, como se nelle contem, o qual ey por bem, que valha, e tenha força, e vigor como se fosse Carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e posto que por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do segundo livro, titulo vinte, que o contrario dispoem. Jorge da Costa o fez em Lixboa a 20. dias de Setembro de 1564.

Num. 31.  
An. 1564.

### O CARDEAL INFANTE.

*Alvará para o Conde de Vimioso poder passar por toda a parte, e lhe darem pousadas, &c. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, num. 562, donde o tirey.*

**E**U ElRey faço saber aos que este meu Alvara virem, que eu hei por bem, que por todos os lugares por onde o Conde do Vimiozo meu muito amado sobrinho quizer hir, e passar o recolhaõ com toda sua Caza, e com todo seu fato sem o deterem a bandeira, e lhe dem cazas pera sua pelloa, e pousadas, e camas pera os seus, e estrebarias, bestas, barcos, carros, mantimentos, e tudo o maes que lhe for necessario por seu dinheiro pollo estado da terra, e querendo estar dasemto em qualquer Cidade, Villa, ou Lugar, que lhe bem parecer o poderã fazer, e serã hi recebido com todos os seus, e o seu fato, sem o deterem a bandeira mostrando sua arrecadação do lugar donde partir, e no tal lugar onde quizer estar lhe daraõ Cazas a elle, e aos seus, e tudo o maes, que lhe for necessario polla maneira acima declarado, jurando o seu Veador como não leva pefoa empedida, nem passaraõ por parte empedida; e mando a todos os Corregedores, Ouvidores, Juizes, e justiças a que este Alvara for apresentado, e o conhecimento delle pertencer, que este cumpraõ,

Num. 32.  
An. 1569.

e guar

## 672 *Provas do Liv. X. da Historia Genealogica*

e guardem sob pena de qualquer pessoa que o assim não cumprir pagar cem cruzados ametade pera quem no acuzar, e a outra ametade pera os Cativos, e este se cumprirá posto que não passe polla Chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. Clemente de Castilho o fez em Leyria a 6iij de Setembro de 1569. João de Castilho o fiz escrever.

REY.

*Alvará delRey D. Sebastião, para que o Conde de Vimioso D. Afonso, e a Condeffa sua mulher, possaõ andar em andas quando forem por caminho. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 572. donde o copiey.*

Num. 33. **E**U ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que avendo respeito à mã disposição de Dom Affonso de Portugal, Conde do An. 1570. Vimiozo, meu muito amado sobrinho, Vedor de minha fazenda ey por bem, e me praz, que elle, e a Condeffa sua mulher minha muito prezada sobrinha possaõ andar em andas, quando forem por caminho semente, este Alvara me praz, que valha, posto que o effeito delle haja de durar maes de hum anno, e que não seja passado pella Chancellaria sem embargo das Ordenações em contrario. Jorge da Costa o fez em Sintra a xxvj de Agosto de 1570.

REY.

*Carta delRey D. Henrique a D Francisco da Costa, Embaixador a Marrocos, em que lhe recomenda particularmente ao Conde de Vimioso. Original está no Cartorio da Casa, maço 78, num. 563, donde a copiey.*

Num. 34. **D**Om Francisco da Costa amigo, Eu ElRey vos envio muito saudar. Posto que por vossa instrução vos encomendo muito todos os casos geraes e particulares, sobre os fidalgos cativos, ouve por bem encomendarvos por esta Carta particularmente o que toca ao Conde do Vimioso, pera que tenhaes cuidado de saber delle, e estando inda desconhecido (como sou informado) procedereis no seu livramento e resgate na melhor forma e modo que puder ser conformandovos com vossa instrução, e de D. Francisco de Portugal seu filho (que está em Marrocos) vos informareis do que nisto deveis fazer; porque todo o bom officio que nisto fizerdes me averei por servido e receberei muito contentamento, scripta em Lixboa a 18 de Abril de 1579.

REY.

Pera D. Francisco da Costa.



*Apontamento do Testamento do Conde de Vimioso D. Affonso, he Original. Está no Cartorio da dita Casa, maço 78, donde o copiey.*

**E**LRey Dom Joaõ que Deos tem, disse a Senhora Iffante D. Maria sua hirmaã em Almeirim no anno de quarenta e nove quando casey, que me faria merce em meu casamento, e ella lhe beijou então a mão por isso; elle me chamou, e me mandou que casasse e que me faria merce pela promessa lhe beije a mão e ma deu. Esta merce me não he ategora feita.

Num. 35.

An. 1573.

Fuy a Tunez, e ElRey me mandou por huã Carta que tenho que o fizesse. E se averia por servido de mym.

Servi o Principe D. Joaõ que Deos tem com muita continuacão, trabalho, e despesa, não se me fez merce por este serviço. E todos os que andaraõ com elle receberaõ as merces sabidas, pela muita rezaõ que pera isso avia.

No serviço contino da Corte festas e caminhos servi com tanta continuacão casa e despesa como he notorio, sem ajuda de custo em todo este tempo nem acomodamento, nem merce.

Vay em trinta e hum annos que servi no officio de Veador da fazenda no Conselho do estado, e no despacho com tanta fidelidade e pureza, que creio que nenhũ homẽ a teve mais, sem acrecẽtar em todo este tempo honrra, renda, nem fazenda. E com vender de minha casa quatrocentos e noventa mil reis de juro e todas as coufas douro, e prata e pedraria, que me ficaraõ e ouve em casamento. Allem de tudo o que busquei emprestado pera servir e despendi, que se veraa por hũa folha que tenho, assinada per Fr. Luis de Montoya, e Fr. Pedro de Santo Agostinho que he o treslado de outra que per elles mandei à Rainha quando me fui da Corte.

ElRey que Deos tem me mandou a arraya em companhia da Senhora Iffante D. Maria e estando eu prestes de todo pera partir e com a despesa feita, falleceo, pelo que deixei de ser. E pera esta jornada não recebi delle merce, nem em todo o tempo que o servi. Ouveme somente per benemerito a Comenda de S. Vicente do Vimioso que não chegava naquelle tempo a trezentos mil reis entrando nisto os encarguos. E deu a D. Manoel meu Hirmaõ em casamento os dous terços do rendimento em pensaõ. Pedilhe a Alcaidaria mór de Terena disseme que me responderia. E a Senhora Iffante que lhe falou nisso respondeo com taes palavras que lhe beijou a mão por ellas. E me disse vindo de lhe fallar, e a devia ter por minha. E por fallecer nesta conjunção não ouve effeito.

Governando a Raynha estes Reynos me mandou que fosse a Castella com a Senhora Iffante, e fazendo eu quanto me foi possivel per me escusar per dever naquelle tempo mais de 30. mil cruzados, e per outras rezoẽs, mo não consintio, mandandome dizer per Pero Dalcaçova, que a punha em grande necessidade que me lembrasse que era filho de meu pay. E quaõ poucos meses avia que ElRey era fallecido

lecido e das tenças que trazia por elle, que não se atrevia a governar estes Reynos se hum leixasse de hir pelo exemplo. Tinhamse ofrecido pelo Duque o Vimioso e Aguiar de juro o titolo, e a Alcaidaria mor de Thomar pera hum filho e a de Therená pera mim e pera hum filho com a dada dos officios, queria que lhe leixasse o de Veador da fazenda porque queria que se extinguissem estes Officios e se servisse a fazenda no conselho onde eu ficava. Pedi o titulo de juro, e Therená em lugar de Aguiar. Mandoume dizer que ficassem as cousas assym. E que do dia que chegualle a quinze dias me responderia aos serviços, e materia do officio. Disto tenho huá portaria de Pero d'alcaçova, e hum escrito do Duque que o declara, e outro do Conde do Redondo que Deos perdoe. Fallei com Theologos que me disseram que podia aceitar a jornada com consciencia, posto que devesse tanto porque era de santo serviço do Rey e bem da terra. Mandeí dizer a Raynha por Mestre Ulmedo em sustancia e que vista sua resolução e o pouco em que differiamos e modo de que me mandaria que fosse, que o faria. O que recebo com muitas palavras e agardecimento. Fui, entendendo meus parentes e eu que hia concluido, e que se me guardava a reposta pera a vinda pela forma disto. Servi de maneira que merecera novas e differentes merces. Fui huá muito principal parte da Iffante tornar a estes Reynos. Disse-me a Rainha quando cheguei abraçandome, que sempre me tivera em muita conta, mas que me confessava que nunca cuidara de mim o que vira. Dahi a poucos dias, porque não lembra o que passou, deu Therená a Pero da Cunha sem distratar comigo. E dahi a alguns, me sahio com parte do meu pera meus filhos de porvida. Ouveo por afronta e por pendenza, e não o aceitei. Quando leixou o governo, quis as provisoens protestos per me parecer que tinha obriguação de as tirar como Christão, e a Rainha mo aguardeceo muito.

A meu pay que Deos tem se não fez merce do anno de 30. ate o de 49. em que falleceo. E estaa per satisfazer deste seu derradeiro e tão abalifado quartel da vida como se veraa pelo treslado de hum papel que mandou em Evora a ElRey per mym no anno de 45.

Peço a ElRey meu Senhor que enformandose do grande merecimento de meu pay como successor destes Reynos a cuja conta estaa a remuneração dos serviços aos que os assy ajudaram a reger e sustentar o seu nome de juro pera sua Casa em que estaa tão bem merecido, por serviços, como devido por comparações, daquelles a que se fizeram semelhantes merces. E assy peço a S. A. que avendo respeito a minha qualidade, continuação, despesa, e serviço faça merce a meu filho do lugar da Cuba, que jaa foi dado a seu avô, e se lhe tirou. E lhe queira fazer as tenças que per mym lhe ficam de pervida, de juro, em lugar do que lhe tenho vendido de minha Casa, que he muito mais. E de Aguiar de juro assy como se me offreeco, quando fui a Castella. E pera lho pedir assy me parece que ha muitas rezoens, e me não faltou comedimento e justificação, conforme ao que espero de sua grandeza, e muita virtude, e amor que sempre lhe tive. E isto lhe seraa apresentado, e requerido por meus testa-



testamenteiros em Salvaterra. Dia de todos os Santos o primeiro de Novembro de M. D. LXX. IIJ.

Conde.

E assy lhe peço pera elle o officio de Vedor de sua fazenda que rezaõ he que fique o meu a meus filhos e este officio foi comprado por meu pay e dado a mym em satisfação de serviços e pelo que tenho feito nelle e passado o tenho bem merecido.

Conde.

Certefico eu Sor Costança de Jesu Religiosa profesa no musteiro da Madre de Deos desta Cidade de Lisboa que os dous sinaes arriba escritos saõ ambos do Conde do Vimioso D. Afonso de Portugal meu pay que se perdeu com ElRey D. Sebastião na batalha de alcañeres, e porque conheço bem o seu final me afirmo que estes dous saõ seus e com licença do meu Prelado así o juro pelo abito de minha profissão, e por me pedir o Conde do Vimioso, que hoje he, que do que nisto sabia lhe dei em huã Certidão jurada fis e affinei esta no dito musteiro da Madre de Deos a 26. de Fevereiro de 627.

Sor Costança de Jesu.

Certifico eu Fr. Luis de S. Tiago frade professo em a provincia dos Algarves e ora Confessor nesse Convento da Madre de Deos desta Cidade de Lixboa que o final assim escrito, e a letra da justificam em que a Madre Soror Costança de Jesu afirma os assinados sam do Conde seu pay D. Afonso de Portugal he seu e assim o affirmo o que por ser verdade dei este por mim feito e assinado oje 3. de Março de 627.

Fr. Luis de S. Tiago.

Certifico eu Fr. Domingos do Rosario da Ordem dos Pregadores que os dous sinaes que estaõ na derradeira banda da folha em que começa Sor Costança de Jesu minha hirman a justificação dos ditos sinais saõ ambos do Conde do Vimioso D. Afonso de Portugal meu pay, os quaes conheço, porque vi muitas vezes escrever e fazer o seu final, e recebi em sua vida muitas Cartas que me escrevia, e as derradeiras regras que estaõ apos o primeiro final em que pede o officio de Veador da fazenda pera seu filho successor de sua Casa, saõ da letra do dito Conde D. Afonso o que tudo com licença de meus Prelados juro per *Deum & Ordines* e a instancia do Conde que oje he do Vimioso fiz e affinei esta Certidão em S. Domingos de Lixboa a tres de Março de 627.

Fr. Domingos do Rozario.

Octaviano Manlique da Veiga tabaliam de notas por S. Magestade nesta Cidade de Lixboa. Certefico a letra da primeira Certidão

acima que começa atras e final della he da Madre Sor Costança de Jesus na dita Certidaõ conteuda e a Certidaõ seguinte que a justifica do Padre Fr. Luis de Santiago outro sy nella conteudo, e a letra e final da derradeira certidaõ ao pe da qual comecei esta he do Padre Fr. Domingos do Rozario que foi Conde do Vimioso chamado D. Luis de Portugal as quaes Certidoes saõ a fim de justificar o final do Conde D. Affonso que Deos tem o qual final do dito Conde eu tabaliam dou fe ver o mesmo final justificado por Luis Gonçalves Pegas tabaliam de notas na Cidade de Evora por justificações em outros papeis de finais semelhantes, por verdade asinei esta em publico. Lixboa cinco de Março de mil seiscentos e vinte e sete concertei.

O Doutor Simaõ Soares de Carvalho fidalgo da Casa delRey nosso Senhor do Conselho de sua fazenda e Juis das justificações della, &c. faço saber aos que a presente certidaõ virem que a mim me constou por auto que fica em poder do escriptaõ que a fez os apontamentos atras de que esta certidaõ affirma e as mais atras fazem menção estaõ assinnados pelo Conde do Vimioso D. Afonso de Portugal pelo que ey por certificados os ditos dous finaes de que mandei passar a presente per mim assinnada Lisboa aos 6iij de Março de 16xx6j pagou desta e do auto, &c. e de assinar. Valentim de Saa o escrevi.

Simaõ Soares.

*Certidaõ de D. Luiz de Noronha, sobre o despacho do Conde de Vimioso D. Affonso, que recusou a ElRey D. Sebastiaõ. Original está no Cartorio da dita Casa, maço 78, n. 7.*

Num. 36. **D**On Luis de Noroña del Consejo d'estado de Su Magestad, &c. An. 1628. Certifico haver oido muchas vezes en casa del Duque mi Señor por cosa notable que querendo el Señor Rey Don Sebastian que Dios tiene despachar al Conde de Vimioso Don Alonso de Portugal en la occasion que tratava de hafer la jornada d' Africa y pidiendole para este effeeto sus memoriales el Conde le respondio que pues se resolvia en hafer la jornada si Dios le diesse victoria tiempo le quedava para haferle merced, y si tubiesse mal suceso en la jornada poco importava que se acabasse su Casa lo qual todo juro por el habito de Christo y por me ser pedida la presente la passe por mi hecha y firmada y sellada con el Sello de mis Armas en Madrid a 25 de Setembre de 1628.

D. Luis de Noroña.



*Alvará del Rey D. Sebastião ao Conde D. Affonso, da successão da Casa para seu filho. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 509.*

**E**U El Rey faço saber aos que este meu alvara virem que olhando e considerando eu os grandes e muy continuados serviços que D. Afonso Conde do Vimioso meu muito amado sobrinho fez a El Rey meu Senhor e avô que sancta gloria aja, e a boa conta que sempre de sy lhe deu, e como a mim tem asy mesmo servido e com muito meu contentamento e me them dado de sy muy fiel conta, avendo a tudo respeito e aos muitos merecimentos de sua pessoa e de seus serviços, querendolhe por elles fazer merce como he cousa justa que faça aos que me asy bem servem, como elle them feito e espero que sempre faça e pella muito boa vontade que lhe tenho, por este presente alvara me praz de lhe fazer merce e de feyto lha faço das cousas abaixo declaradas, s. Do titulo de Conde do Vimioso e asy da dita Villa, e asy da villa daguiar da beira e da Alcaidaria mor da Villa de Thomar, e todo o que dito he para seu filho mayor Baram lidimo que fiquar delle ao tempo de seu falecimento e ouver de erdar sua Casa, em vida do dito seu filho somente, e todas as sobreditas cousas e cada huã dellas viraõ ao dito seu filho e as averá em sua vida como dito he e naquella propria forma e maneira como as o dito Conde them per suas doações cartas e proviseões e melhor se com direito melhor as poder aver, e ey por bem que por falecimento do dito Conde o dito seu filho fique Conde e se possa loguo chamar Conde. A qual merce de todas as sobreditas cousas e de cada huã dellas lhe faço de meu motu proprio livre vontade poder Real e absoluto mero mixto imperio e derroguo para isso todas as ordenações e cada huã delas que para aver effeito tudo isto convem que sejam derroguadas, avendoas aqui por expressas e declaradas e todas as clausulas leis e ordenações que convem que se declarem, ou que se derroguem expressa e declaradamente para cada huã destas merces e todos juntamente averem effeito, ainda que diguam que ham de ser nomeados para se derogarem porque todas juntamente e cada huã dellas sem embargo do que nellas se contem as ey por declaradas e derroguadas asy como se aqui fosem expresas e porque de todo me asy praz lhe mandey dar este meu alvara para sua guarda e minha lembrança o qual quero que seja firme e tenha inteiro vigor e effeito como carta minha patente passada pela minha Chancellaria sem embargo da minha ordenação do liv. 2. tit. xx. que diz que as cousas cujo effeito ham de durar mais de hum anno, não passem nem se concedaõ per alvaras porque em este caso ey por derogada a dita ordenação e quero que se não guarde nem tenha effeito nem vigor algũ, antes me praz que este alvara seja sempre valioso e se cumpra e guarde como se em elle contem porque asy o ey por meu serviço. E asy me praz que este não passe pela Chancellaria sem embargo da ordena-

Num. 37.

An. 1572.

(Nota.)

Por este Alvará se passavaõ a D. Luiz de Portugal Carta do titulo de Conde de Vimioso, Aguiar da Beira em o mez de Março de 604. e não se rasgou, porque parece que se ha de fazer mais obra por elle. Não faça duvida o riscado, que risquey por este Alvará não tratar da Capitania de Machico, Lisboa a 20. de Novembro de 1605.

Christovão Soares.

## 678 Provas do Liv. X. da Historia Genealogica

ordenação perque mando que as minhas cartas e alvaras se não cumpram sem passarem pela Chancellaria porque tambem a derroguo e quero que em este caso não aja lugar nem se passe pela Chancellaria. E esta merce fis ao dito Conde no mes de Julho do anno de mil e quinhentos e cincoenta e oito. Pantalião Rebello o fez em Lisboa a xxij dias do mes de Dezembro de mil e quinhentos e sesenta e dous.

RAINHA.

*Traslado authenticico da Portaria da merce da Capitania de Machico, na Ilha da Madeira, ao Conde D. Luiz de Portugal. Está no maço 75. num. 444. do Cartorio da Casa.*

Saibaõ quantos este estromento dado em publica forma com o traslado de huã portaria de Francisco dalmeida de Vasconcelos Secretario de S. Magestade virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscientos e seis annos aos dezanove dias do mes de Abril do dito anno nesta Cidade de Lisboa no paço dos Tabaliais pareceo Francisco do Avellar criado do Senhor Conde do Vimioso e me apresentou huã portaria assinada por o dito Francisco dalmeida de Vasconcelos Secretario do estado de S. Magestade pedindome lhe desse o traslado della e por estar sãa limpa sem borradura nem vicio que duvida faça lhe dei o traslado della o qual de *verbo ad verbum* he o seguinte. ElRey nosso Senhor havendo respeito a ter feito merce (entre outras) a D. Luis de Portugal Conde do Vimioso seu muito amado sobrinho da Capitania de Machico ha por bem de lhe fazer tambem merce da data dos officios da dita Capitania asy e da maneira que a teve o Conde D. Afonso seu pay e asy lhe faz S. Magestade merce dos redditos do que rendeo a dita Capitania o tempo que esteve vaga despois do falecimento de Tristaõ Vaz da Veiga para qua, que não estiverem despendidos por provisões ou ordem expressa de S. Magestade, e tambem ha S. Magestade por bem que o filho mais velho delle Conde tenha as Villas do Vimioso e aguiar da beira em sua vida asy como ha de ter o titulo de Conde de que S. Magestade lhe tem feito merce com obrigação delle Conde desistir de todas as pertençaes que tiver de redditos interesses e danos em Valhedolid a oito de Janeiro de 1605. Francisco dalmeida de Vasconcelos.

*Alvará a D. Luiz de Portugal por ElRey D. Filippe de acrescentamento de Moço Fidalgo a Fidalgo Escudeiro, e a Fidalgo Cavalleiro. Original do Cartorio da Casa de Vimioso, maço 78, num. 494.*

Num. 38. **E**U ElRey faço saber a vos Dom Joaõ da Silva Conde de Portalegre Mordomo mor de minha Casa que por fazer merce a D. Luis de Portugal meu moço fidalgo filho de Dom Afonso de Portugal

An. 1586.

gal



gal que foi Conde do Vimioso que Deos perdoe. Ey por bem e me praz de o acrescentar do dito foro a fidalgo escudeiro com cinco mil e quinhentos reis de moradia por mes e alqueire e meyo de cevada por dia e juntamente o acresceto logo a Cavalleiro por quanto se achou na batalha dalcacere aonde foi cativo com mil setecentos e cincoenta reis mais em sua moradia para que tenha e aya daqui em diante sete mil duzentos e cincoenta reis de moradia por mes de fidalgo Cavaleiro e hum alqueire meo de cevada por dia que he outro tanto como teve o dito seu pay e lhe pertence ordinariamente. Notificovolo assy e mando que o faças assentar no livro da matricula no titulo dos fidalgos escudeiros e Cavalleiros com a dita moradia e cevada, pondosse as verbas necessarias. Joaõ Rodrigues o fez em Lisboa a xij de Dezembro de M. D. lxxx6. Joaõ de Gusmaõ o fez escrever.

REY.

*Quitação do Conde de Vinioso D. Luiz de Portugal, ao Conde de Basto, do dote da Condessa D. Joanna de Mendoça. Original está no Cartorio da Casa, maço 75, num. 440.*

Saibam quantos este estromento de quitação e declaraçam e obrigação virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e noventa e hum aos dezanove dias do mes de fevereiro na Cidade de Lisboa a Santiaguio nos apozentos onde ora poussa o Senhor D. Luis de Portugal estando elle Senhor ahi presente por elle foi dito peramte mim Taballiaõ, e das testemunhas ao diante escritas que ao tempo que elle casou com a Senhora D. Joana de Mendoça sua mulher filha do Senhor D. Fernando de Castro Comde do Basto lhe prometera em dote com a dita Senhora corenta mil cruzados paguos pela maneira seguinte convem a saber doze mil cruzados em dinheiro e dez mil cruzados em joias ouro e prata moveis peças de casta e por oito mil cruzados em bens de raiz e juros e dez mil cruzados em dinheiro entregues em tres annos da feitura do dote em diante como todo melhor he conteudo no comtrato de dote que foi feito aos quatorze dias do mes de fevereiro do anno de noventa por Baltezar damdrade taballiam publico na Cidade devora e por quanto elle Senhor estava entregue dos dez mil cruzados de joias ouro e prata e moveis e dos doze mil cruzados em dinheiro de que tinham dado quitação na Cidade devora aos dezoito dias do mes de Mayo do anno de noventa pelo dito Baltezar damdrade e ora faltavam por entregar os oito mil cruzados que se aviam de empregar em bens de raiz e juros conforme ao dito dote e por elles Senhores D. Luis e a dita Senhora D. Joana terem necessidade dos ditos oito mil cruzados em dinheiro os pediram ao dito Senhor Conde que lhos desse em dinheiro que elles Senhores D. Luis e D. Joana sua mulher se obrigavam aos empregarem em bens de

Num. 39.

An. 1591.

raiz

raiz e juro e compririaõ a comdiçam de seu dote e desobriguariam a elle Senhor Comde da tal obriguacãm o que ao dito Senhor Comde lhe aprouve e lhos deu em dinheiro de comtado pera de sua mãõ elles Senhores outorgantes os empregarem em fazenda de raiz e juro a comta dos quaes oito mil cruzados conheceo e confessou elle Senhor D. Luis de Portugal perante mim taballiam e das testemunhas ao diamte escritas ter ja em si recebidos sete mil cruzados em dinheiro de comtado per moedas douro e prata correntes neste Reyno em que despois de por elle Senhor mandados receber e comtar dite aver os ditos sete mil cruzados sem herro nem falta alguã os quaes sete mil cruzados recebo pela maneira seguinte convem a saber por certas peças de prata e ouro trelado do afinado he ho seguinte. Recebi do Senhor Salvador Rodrigues veador do Senhor Comde do Bafito as peças de prata seguintes convem a saber huã Comfiteira dourada por dentro e por fora redomda com sua cobertura pessa cinco marquos e cinco omças e mea vallem treze mil seiscentos e cincoenta reis huã bacia de prata que pessa tres marquos e seis omças e mea prata e feitio omze mil quatrocentos reis e hum prato ovado com perfins dourados o Jarro com os perfins dourados que tudo pessa nove marquos duas omças que val com feitio ouro trinta e tres mil novecentos e setenta reis hum Saleiro dourado pessa dous marquos huã omça e mea, que val com feitio e ouro sete mil e trezentos reis huã tisoura despivitar pessa quatro omças e sete oitavas que tem com feitio mil oitocentos e oitenta reis e dous cestos de prata pessam sete marquos e tres omças e cinco oitavas vallem dezoito mil quatrocentos e sesenta reis e huã medida que pessa duas omças e tres oitavas e mea val com feitio novecentos e setenta reis e hum bofete de prata lavrado custou com a caixa pera elle oitenta e nove mil duzentos e setenta reis e por verdade que recebi as ditas peças lhe dei este por mim feito e afinado em Evora dezoito de Mayo mil e quinhentos e noventa. Jorge de Reboredo estas peças se entregaram por meu mandado a Jorge de Reboredo as quaes somaõ em dinheiro cento e setenta seis mil oitocentos e setenta reis que tenho recebido a conta do dote de D. Joana em Evora a trinta de Mayo de mil e quinhentos e noventa. D. Luis. Alem dos doze mil cruzados que tenho recebido do Senhor Comde a comta do dote de que tenho dado quitaçam por huã eseretura recebi mais mil cruzados a comta do dito dote em Evora a sete de Junho de noventa. D. Luis. Recebi mais mil cruzados do Senhor Comde a comta do dote de D. Joana em Evora a vinte e seis de Junho de noventa. D. Luis. Recebi do Senhor Comde quinhentos quinze mil e quatrocentos reis a comta do dote de D. Joana em Lisboa a vinte dagnosto de mil e quinhentos e noventa. D. Luis. Recebi do Senhor Comde quatrocentos mil reis a comta do dote de D. Joana em Lisboa a quinze doutubro de noventa. D. Luis. Recebi do Senhor Comde oitocentos e trinta e dous mil quatrocentos e vinte e dous reis a comta do dote de D. Joana em Lisboa a quinze de Dezembro de mil e quinhentos e noventa. D. Luis. Recebi do Senhor Comde setenta e cinco



cinquo mil trezentos e oito reis a conta do dote de D. Joana em Lisboa a vinte e tres de Dezembro de quinhentos e noventa. D. Luis. Nos quaes escritos ouve os ditos sete mil cruzados os quaes escritos todos elle Senhor D. Luis os reconheceo e disse serem seus e de sua letra e hum de Jorge de Reboredo e ter recebido os ditos sete mil cruzados conteudos nele os quaes escritos se romperaõ todos fazendo este estromento e peramte mim taballiam e das ditas testemunhas. E assim mais recebeo elle Senhor D. Luis ao fazer deste estromento e peramte mim taballiam e das ditas testemunhas mil cruzados em dinheiro de contado per moedas de prata correntes neste Reyno da mam do Lecemceado Adriano Pexoto cleriguo de missa e capellam do dito Senhor Comde a quem sua Senhoria os deu pera fazer a dita entregua que despois de por elle Senhor D. Luis mandados receber e contar disse aver os ditos mil cruzados sem herro nem falta alguã que juntos aos sete mil cruzados ja recebidos fazem em soma dos ditos oito mil cruzados dos quaes elle Senhor D. Luis disse que dava e de feito deu plenissima e geral quitaçam ao dito Senhor Comde do Basto e a seus herdeiros doje pera sempre e por estar presente a dita Senhora D. Joana de Memdoça mulher dele Senhor D. Luis pela qual foi dito que em tudo retesiqua e aprova esta quitaçam e a ella da seu comsentimento e outorgua e loguo por elles Senhores outorgantes foi dito que elles haviam por desobrigado ao dito Senhor Comde seu pay e sogro da hobriguaçam que tinha de lhe empregar os ditos oito mil cruzados em bens de raiz e juros e disso o tiraram a paz e a salvo e a seus bens e herdeiros sem sua perca nem dano de pessoa e bens e antes que elle Senhor desembolse cousa alguã e assim mais disseram elles outorgantes que . . . estromento se obriguam a empregarem os oito mil cruzados em bens de raiz ou juro e a tudo comprirem obriguam todos seus bens e rendas e prometem e se obriguam de sempre e em todo tempo comprirem e manterem este estromento como se nelle contem e de o nam revoguarem nem contradizerem em juizo nem fora delle por si nem por outrem em seus nomes e fazendo o comtrario nam valerem nada e paguaram todas as custas despesas perdas e danos que se por isso fizerem ou receberem por seus bens e rendas avidos e por aver que pera todo obriguaram e que indo elles Senhores outorgantes . . . . . elles contra esta escretura em parte ou em todo nam serem ouvidos com nenhuã auçam nem rezam ate primeiro depositarem todos os ditos oito mil cruzados em dinheiro de contado na mam do dito Senhor Comde ou na de seus herdeiros o que receberam sem darem fiança nem fazerem outra nenhuã deligemcia nem hobrigaçam por quanto da-guora pera emtam os ha por fideis e abonados e em quanto naõ fizerem o tal deposito lhe sera deneguido toda audiencia e auçam e remedio de dereito e com nada serem ouvidos nem admitidos em testemunho de verdade assi o outorguaram e mandaram fazer este estromento e desta nota os treslados que comprirem que pediram e aceitaram eu taballiam o aceito em nome do dito Senhor Comde a esto auzente e de a quem mais toquar possa como pessoa publica estepu-

lante e aceitante testemunhas que foram presentes Antonio Mendes Caldeira morador em cassa do Senhor Comde Jorge de Nabais e Mateos Botelho criado do Senhor D. Luis e o Jorge Nabais criado do Senhor D. Dioguo de Castro e a dita Senhora D. Joana de Memdoça assinou por sua mam por saber escrever e eu Belchior de Montalvo taballiam que o escrevi. D. Joana de Memdoça. D. Luis de Portugal. Antonio Mendes Caldeira. Mateos Botelho. Jorge Navais. E eu Belchior de Montalvo tabaliam publico das notas por ElRey nosso Senhor nesta Cidade de Lisboa e seus termos que este estromento em minhas notas tomei e dellas ho fis tresladar concertei e sob-escrevi e assinei de meu publico final que tal he.

*Carta do titulo de Conde de Vimiofo a D. Luiz de Portugal.*

Num. 40. **D**Om Phelipe por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da An. 1604. Conquista navegação, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que tendo eu respeito ao Senhor Rey D. Sebastiam meu Primo, que sancta gloria aja per hum Alvara feito nesta Cidade a vinte e hum de Dezembro do anno de mil e quinhentos e sessenta e dous, assinado pela Rainha Donna Caterina, minha Tia (que Deos tem) fazer merce a D. Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo (que Deos perdoe) de alguás couzas que tinha da Coroa, e particularmente do titulo de Conde da dita Villa pera seu filho maes velho baraõ lidimo, que ficasse por seu falecimento, e a naõ haver effeito esta merce em D. Francisco de Portugal, filho maes velho do dito Conde por fallecer antes de se ter por morto seu Pay, que se perdeu com o dito Senhor Rei D. Sebastião, na batalha de Alcacere com tres filhos seus, e morreo em Africa, e vendo eu ora os pareceres, que por meu mandado, e delRei meu Senhor, e Pai, que santa gloria aja, deraõ letrados sobre D. Luis de Portugal, meu muito amado sobrinho haver de succeder no dito titulo, e nos ditos bens da Coroa, que vagaraõ por falecimento do dito Conde, por ser o seu filho maes velho apos o dito D. Francisco capaz dos ditos bens, e havendo tambem respeito aos grandes serviços, e merecimentos daquelles de que o dito D. Luis descende, e particularmente aos do dito Conde seu Pay, e a seu sangue, e devido que comigo tem, e muitas calidades de sua pessoa, e Caza, e por folgar muito por todos estes respeitos, e pela boa vontade, que lhe tenho de lhe fazer honra, acrescentamento, e merce crendo que sempre me servira conforme a sua obrigação, e a quem elle he; ey por bem de lha fazer, que se cumpra nelle a merce prometida ao dito Conde seu Pay pello dito Alvara, de que acima se faz menção, que aqui ey por expressamente trelladado. E por esta presente Carta me praz de fazer merce ao dito Dom Luis de Portugal do titulo de Conde da Villa do Vimiozo, e o faço Conde



de della em sua vida com todas as honras, preheminencias, perrogativas, autoridades privilegios, graças, liberdades, merces, e franquezas que aõ, e tem, e de que uzaõ, e sempre uzaraõ os Condes destes meus Reinos, assi como de direito uzo, e custume antigo lhe pertence, das quaes em todo, e por todo quero, e mando, que elle inteiramente uze, e possa uzar, e lhe sejaõ guardadas em todos os autos, e tempos em que por derecho, e por uzo, e custume deva dellas uzar sem mingoamento, nem duvida alguma, que a ello lhe seja posta, porque assy he minha merce, com o qual titulo de Conde o dito Dom Luis terá, e haverá o assentamento, que lhe pertencer, de que em minha fazenda se lhe passara a Provizaõ necessaria. E por firmeza do que dito he lhe mandei dar esta Carta por mym assinada passada por minha Chancellaria, e sellada com o meu Sello de chumbo. Dada na Cidade de Lixboa aos seis dias do mes de Março. Luis Falcaõ a fez anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil seiscientos e quatro. Christovaõ Soares a fez escrever.

ELREY.

O Conde de Villanova.

*Alvará delRey Filippe II. de merce do titulo de Conde de Vimioso a D. Affonso de Portugal, filho de D. Luiz, que foy Religioso de S. Domingos. Original está no Cartorio da Casa de Vimioso, maço 75, n. 448, donde o copiey.*

**E**U ElRey faço saber aos que este Alvara virem que havendo respeito aos grandes serviços e merecimentos daquelles de que descende D. Affonso de Portugal filho mais velho de Dom Luis de Portugal que foi Conde do Vimioso, e hora he Religioso da Ordem de São Domingos, e à antiguidade de sua Casa, e por folgar muito de lhe fazer honra, e merce por estes respeitos e pelas qualidades de sua pessoa tendo por certo delle que sempre me servirá conforme a sua obrigação, e respeitando outro sy terem o dito D. Affonso e o dito Conde D. Luis seu Pay desistido de todas as auçoës que tinhaõ, ou pudessem ter contra minha fazenda, como o mandei e me constou polas desistencias que disso fizeraõ que estaõ em poder de Christovaõ Soares do meu Conselho, e meu Secretario de estado, e se registraõ por meu mandado onde convinha para a todo o tempo haver noticia dellas, por ser esta a condiçaõ com que lhe fiz as merces contheudas neste Alvara, e com que lhe dei o dito titulo de Conde do Vimioso em sua vida, e a dita Villa, e a de Aguiar, me pras e hei por bem de lha fazer por todas as consideraçõs referidas que por falecimento do dito D. Affonso fiquem o mesmo titulo de Conde e as ditas Villas do Vimioso, e Aguiar ao seu filho mais velho que lhe ficar de legitimo matrimonio, e para sua guarda, e minha lembrança

Num. 41.

An. 1616.

lhe mandei dar este o qual a seu tempo se lhe cumprira inteiramente como nelle se conthem, e para isso hei por bem que valha, tenha força, e vigor, como se fora Carta por mim assinada, começada em meu nome, e passada por minha Chancelaria posto que por ella não passe, e que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das Ordenações que o contrario dispõem. Pedro Varella o fes em Lisboa a 25 de Junho de 1616. E eu o Secretario Christovão Soares o fiz escrever.

REY.

*Memorial, que imprimio o Conde de Vimioso, sobre os aggravos, que tinha recebido a sua Casa.*

S E Ñ O R.

Num. 42. **E**L Conde y Casa de Vimioso, descendiente por varonia de la Real, por los servicios que siempre hizo a los Señores Reyes: por los agravios, y inmensos trabajos que de quarenta y ocho años a esta parte ha padecido, digna de compassion, merece que V. M. buelva los ojos de su real clemencia a ella atenuada, y casi acabada, para restituirla, y refucitarla a su antigua honra, pues no es menor gloria de Dios, y de los Reyes el refucitar, que el criar. Dexando los grandes meritos de su bisabuelo el Conde Don Francisco de Portugal (tres nieto del Rey Don Juan el Primero) por los que hizo el Conde D. Alonso su abuelo hasta el año de 1562. el Rey D. Sebastian le hizo merced del titulo y bienes de la Corona que tenia, para su hijo mayor legitimo que quedasse al tiempo de su muerte, y heredasse su Casa. Continuando sus servicios a los sesenta años de su edad con tres hijos D. Francisco, D. Luis, y D. Manoel pasó con el Rey a Africa, a cuyos pies murio D. Manoel, y el Conde y sus dos hijos saliendo vivos de la batalla, quedaron cautivos. Rescatose D. Francisco para tratar del rescate de su padre y hermano, y siendo culpado en las alteraciones del Reyno, el Señor Rey D. Felipe Primero mandò secrestar todos los bienes de la Casa de Vimioso, sin embargo de que la culpa era de D. Francisco, que aun que hijo mayor, ni poseía, ni administrava los bienes, sino la Condesa su madre, en ausencia del Conde su marido cautivo. Murio D. Francisco en 26 de Junio 1582. y su hermano D. Luis se opuso al Estado y mayorazgo de su Casa, como hijo mayor que quedava del Conde su padre. Al mayorazgo fue restituído por cedula Real de 7. de Mayo 1588. aviendo cerca de ocho años que estava secrestado, sin que la restitution fuesse cumplida: porque no le restituyeron los frutos, aviendo padecido su madre, hermanas, y hermanos extremas necesidades, por no tener con que alimentarse: ocasion urgente de los grandes debitos que entonces contraxo, y se fueron multiplicando con extraordinarias usuras en los següientes años de sus pretensiones. Instava D. Luis por la restitution del titulo y bienes de la Corona,



rona, que le tocavan como hijo mayor que quedava de su padre en virtud del alvará acusado del Rey D. Sebastian. En averiguar si esta merced avia tenido efecto en D. Francisco hijo mayor, ya muerto, y culpado, se pasaron quinze años, en los quales el dicho Señor Rey sin admitir juicio contencioso, por secretas informaciones, y pareceres de Letrados de Portugal, y Castilla, que por orden suya fueron preguntados, y ultimamente vistos y examinados en el Supremo Consejo de Portugal, que llaman do Paço, despues de muchas consultas de sus Tribunales y ministros, en el año de 603. se resolvió, que Don Luis era inmediato sucesor del Conde D. Alonso su padre, en quien devia tener efecto, y cumplimiento la merced del Rey D. Sebastian, y le fue restituido el titulo y Villas do Vimioso, y Aguiar da Veira, sin que en la cedula desta restitucion se hablase de la Alcaydia mayor de Tomar, contenida en el alvalá acusado, en que el Conde tenia la misma justicia que en el titulo y Villas: porque la poseía D. Juan de Sosa, a quien el Señor Rey D. Felipe Primero la avia dado quando sucedio en el Reino, siendo aun reputado por vivo el Conde D. Alonso que la poseía.

Añadia la cedula de restitucion, que si el Conde D. Luis hiziese desistancia de la pretension de redditos, intereses y daños que se avian seguido del secuestro de sus bienes, le hazia el dicho Señor merced del titulo de Conde para su hijo mayor. Instava el Conde se le quitasse la condicion, y le diesen satisfacion a sus pretensiones: y por Carta de 5. de Febrero de 608. se bolvieron a tratar y discutir estas materias en el Tribunal do Paço, dandose vista al procurador de hacienda de V. M. que alegò de su derecho; y aun que se entendio que el dicho Tribunal hallò justicia en sus pretensiones, sobre que hizo consulta a V. M. en el año de 611. toda via como al tiempo que esta llegò a la Corte, ya era ministro deste Consejo el que avia sido procurador de hacienda, juntandose con otro sospechoso y apasionado bastaron para impedir la resolucion que en virtud de la dicha consulta se huviera de tomar. De manera, que cansado el Conde de tan largos trabajos, que no acaban de tener fin, resolviendose a professar en la Religion de Santo Domingo, y casar su hijo mayor con la hermana del Marques de Castel Rodrigo, que no consentia se efectuasse sin que primero tuviese titulo de su Casa, viendo que no le diera el Consejo a las nuevas y apretadas instancias que hizo, con gravissimas causas que le obligaron a no dilatar y perder el casamiento, que de mas de la persona traia a su Casa cien mil ducados de dote, dissimulando el agravio del Consejo hasta mejor tiempo, por fuerza, no por voluntad, hizo y firmò de su mano la desistancia, y no se contentando los dichos dos ministros con ella, por Carta de 13. de Julio 1616. se ordenò, que la desistancia se hiziese ante escrivano, asistiendo los procuradores de la Corona y hacienda en la forma de un papel embiado con la Carta, con extraordinarias clausulas: una de las quales era, que el Conde (ya entonces professo Religioso) dixesse, que desistia por entender y saber que no tenia justicia en sus pretensiones, y pedia a V. M. assi lo declarasse; y que la Condesa

(tam<sup>a</sup>

(tambien Religiosa professa) y sus hijos (que eran menores) otorgasen la desistancia.

Apretado el Conde D. Luis, que ya se llamava fray Domingo del Rosário desta manera, consultando los mayores Teologos le aconsejaron, que por redimir su vexacion notoria, podia hazer la desistancia, cierto de que constando a V. M. las nulidades, injusticias, y extorsiones della, como tan Catolico y justo Señor escusaria con benignidad, lo que avia hecho por fuerza en las apretadas circunstancias de la necesidad de su Casa, en tan notorio perjuizio, no solamente de sus hijos menores: pero aun de sus acreedores, y remediando con justicia su agravio estrañaria los excessos del zelo de los ministros que le aconsejaron este termino. Son los Reyes protectores de la justicia, y en ella se quieren por su clemencia sugetar a sus mismas leyes con sus Vassallos, y por esso el Conde de Vimioso (a quien por la Religiosa profession de su padre tocan estas acciones, con encargo de sus deudas, que son grandes) postrado a los pies de V. M. humilmente le suplica se sirva mandar ver y examinar la justicia de sus pretensiones, los agravios de su Casa, las nulidades desta desistancia reclamada: porque aun que no es su animo obligar a V. M. de justicia: porque tiene en su grandeza y benignidad mayores mercedes muy ciertas, toda via constando de la justicia tendra la Real clemencia mayores motivos de desagraviar, restituir y honrar su Casa y persona, para que en los años de su felicissimo gobierno, dichosísimos para todos, tengan fin los trabajos desta Casa, que siempre se empleará como sus mayores en el servicio de V. M. cuya Catolica y Real persona Dios guarde largos años para bien de su Iglesia, y desta Monarquia.

*Contrato do casamento de D. Affonso de Portugal, IV. Conde de Vimioso, com a Condesa D. Maria de Mendoça. Original está no Archivo da dita Casa, donde o tirey, maço 93, num. 918.*

Num. 43. **D**Om Philippe per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves dáquem, e dálem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista navegação, Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que o Conde do Vimioso D. Affonso de Portugal, e a Condesa Donna Maria de Mendoça, sua mulher me enviaraõ dizer por sua petição, que no contrato de dote, que entre elles foi celebrado, instituhio ella Condesa morgado de seus bens para andar nos descendentes, que nascessem, e ouvesse dantre ambos com as clauzulas, condiçoens, e forma de succeder conteuda na instituição de morgado, que instituirão os Condes do Vimioso D. Francisco de Portugal, e D. Joanna de Gusmaõ sua mulher, e que em defeito dos ditos descendentes viria o dito morgado ao succellor do morgado, que o Marquez, e Marquiza de Castel Rodrigo, Pai, e Mãe della Condesa instituirão de suas



suas terças, ao qual andaria annexo sem nunca se poder dividir, nem apartar delle, e se succederia na mesma forma contenda na instituição do dito morgado, na qual escriptura de dote eu ouvera por bem, que elle Conde pudesse obrigar à restituição delle, e pagamento das arras os bens da Coroa de sua Casa, e morgado de que elle Conde era possuidor naquillo a que não abrangessem os seus bens livres, e que a mesma obrigação pudessem fazer D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, Irmãos delle Conde, em cazo que cada hum succedesse em sua Casa, e morgado, para o que eu lhes supprira as idades, e que pudessem jurar, como juraraõ o dito contrato, e que ella Condessa ficasse em posse, e Cabeça de Casal dos ditos bens da Coroa, e morgado até inteiramente ser paga de seu dote, e arras, e adquiridos sem embargo da Ordenação do liv. 4. tit. 95. §. 1. que lhe denega a dita posse, e Cabeça de Casal, e do dito contrato, escriptura de dote, e instituição de morgado, e reificação delle os trelados são os seguintes. Em Nome de Deos Amen. Saybaõ quantos este estromento de contrato de dote, e arras, instituição de morgado, e obrigação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e dezaes seis, em dezanove dias do mes de Novembro, na Cidade de Lixboa nos apozenten de Dom Manoel de Moura Corte-Real, Conde de Lumiares, Commendador mór da Ordem de Alcantara, Gentilhomen da Camera do Principe Nosso Senhor, Capitão, e Alcayde mór das Capitánias das Ilhas Terceira, S. Jorge, Fayal, e Pico, estando presente o dito Conde, em nome, e como Procurador de D. Maria de Mendoça, sua Irmã, filha de Dom Christovão de Moura, e D. Margayda Corte-Real, que Deos tem Marquezes de Castel Rodrigo cuja procuração irá incerta nesta escriptura, e trelado della, e bem assy estavaõ presentes D. Affonso de Portugal Conde do Vimioso, e D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal Irmãos do dito Conde do Vimioso. Pello dito Conde de Lumyares foi dito perante mim Tabaliam, e das testemunhas ao diante nomeadas, que como Procurador da dita D. Maria de Mendoça sua Irmã está contratado para aver de cazar com o dito D. Affonso de Portugal, Conde do Vimioso, e havendo o dito casamento seu real effeito, e sendo recebidos em face de Igreja conforme ao sagrado Concilio Tridentino se contrataõ pella maneira seguinte. Que ella dita D. Maria de Mendoça traz em dote corenta e tres contos duzentos cincoenta e tres mil cento e vinte e cinco reis, que valem cento e oito mil cento trinta e dous cruzados e trezentos e vinte e cinco reis, e hum fio de perolas, que o Marques, que Deos tem deixou em seu testamento à dita Donna Maria, e assy as merces que S. Magestade lhe fizer em virtude de hum Alvarã de lembrança, que tem para seu casamento; e assy tudo o mais, que lhe crescer em suas legitimas per qualquer via que seja, a qual contia dos ditos cento e oito mil cento trinta e dous cruzados trezentos vinte e cinco reis, são procedidos assy das legitimas, que a dita Donna Maria de Mendoça couberaõ per falecimento dos ditos Marquezes, que Deos tem, como do legado, que D. Margayda Conti-

nha,

nha, Condeſſa de Portalegre ſua Irmãa lhe deixou, os quaes cento e oito mil cento trinta e dous cruzados trezentos vinte e cinco reis lhe pertencem pellos bens ſeguintes, a ſaber, por ſeiſcentos e cincoenta mil reis de juro, que a dita D. Maria de Mendoça tem aſſentados na dizima do peſcado deſta Cidade do Duque de Bragança, que valem treze contos de reis, que ſão trinta e dous mil e quinhentos cruzados porque foy comprado o dito juro, e por cem mil reis mais de juro em cada hum anno aſſentados nas rendas da Caça do Conde de Villanova na ſua dizima da cortiça deſta Cidade em contia de dous contos hum mil quinhentos e ſetenta reis porque foy comprado o dito juro conforme a eſcriptura da compra, que delle ſe fez, os quaes valem cinco mil e quatro cruzados menos trinta reis, e por humas cazas, que eſtaõ onde chamaõ as fontainhas neſta Cidade junto ao poſtigo, que vay do Terreyro do Corpo Santo para S. Francisco em mil e quinhentos cruzados, que em tantos lhe foraõ dados em ſua Carta de partilhas; e por huã Orta chamada da guança, que eſta no termo da Villa de monte mór o novo, que foy avaliada em quatrocentos cruzados, e em dinheiro de contado nove contos ſeiſcentos noventa e cinco mil quatrocentos e ſetenta reis, que valem vinte e quatro mil duzentos trinta e oito cruzados e meyo e ſetenta reis, e em dividas que couberaõ a ſua parte das que ſe deviaõ ao monte da fazenda do dito Marques, ſeis contos cento ſeſſenta e hum mil ſete-centos cincoenta e cinco reis, que ſão quinze mil quatrocentos e quatro cruzados cento e cincoenta e cinco reis, e onze contos ſeiſcentos trinta e quatro mil trezentos e trinta reis, que valem vinte e nove mil oitenta e cinco cruzados e trezentos e trinta reis, em joyas peças de ouro, e prata, tapeçarias, e outros moveis, que tudo junto faz a dita ſoma dos ditos cento e oito mil cento e trinta e dous cruzados e trezentos e vinte e ſinco reis, os quaes bens acima referidos, que a dita D. Maria de Mendoça tras conſigo ſeraõ dotaes, e teraõ natureza de bens dotaes ſem poderem vender, nem alhear por nenhuã maneira, nem acontecimento; e porem as merces, que S. Mageſtade lhe fizer por reſpeito do dito Alvara de lembrança naõ ſeraõ bens dotaes, e ſó ſe avaliaraõ para effeito do dito Conde do Vimioſo aver de dar de arras à dita D. Maria de Mendoça a terça parte do em que forem eſtimadas como dos mais bens dotaes como abaixo ſe declarará. Item diſſe o dito Conde de Lumyares em nome da dita D. Maria de Mendoça, que todos os bens, que ella traz a eſte dote ficaraõ vinculados em morgado para ſe naõ poderem nunca vender, trocar, nem alhear por qualquer via, que ſeja antes haõ de andar ſempre todos unidos, e vinculados nos deſcendentes deſte matrimonio, no qual morgado ſuccederaõ conforme as clauzulas, condiçoens, e declaraçoens da instituição do morgado, que fizeraõ de ſuas terças D. Francisco de Portugal, e D. Joanna de Vilhena Condes do Vimioſo, Viſavós do dito D. Affonſo de Portugal, Conde do Vimioſo, ao qual morgado andarã ſempre annexo o que ora ſe inſtitue neſte contrato ſem nunca ſe poder apartar em quanto ouver deſcendentes deſte matrimonio com as mais clauzulas conteudas na dita instituição como



mo se neste contrato foraõ expressas , e especialmente declaradas , com as quaes clauzulas , condiçoens , e declaraçoens do morgado dos ditos Condes , e dos a elle annexos succederaõ sempre os descendentes deste matrimonio , que possuirem o dito morgado sem se poderem nunca dividir , nem apartar como dito he ; para o que sendo necessario se pedirã a S. Magestade confirmação. Item disse mais o dito Conde de Lumiares em nome da dita D. Maria de Mendoça . que sendo cazo , que Deos naõ permita , que em algum tempo saltem descendentes dos ditos contrahentes , que em tal cazo o morgado deste dote instituido nesta escriptura venha ao successor do morgado , que de suas terças instituiraõ os ditos Marquez , e Marqueza de Castel Rodrigo , que estaõ em gloria , ao qual andarã unido , e vinculado sem nunca se poder dividir , nem apartar , nem deixar de succeder nelle a pessoa , que for Administrador do dito morgado das terças , para o que sendo necessario se averã tambem confirmação de S. Magestade , e se regularã a successão deste dito morgado pelas mesmas clauzulas , condiçoens , forma de succeder , e obrigaçoens conteudas , e declaradas na constituição do dito morgado dos ditos Marquezes , affy , e da maneira , como se real , e especificadamente foraõ conteudas , e declaradas neste contrato. Item com declaração , que faltando descendentes deste matrimonio , o que Deos naõ permita em vida da dita D. Maria de Mendoça , em forma , que por sua morte lhe naõ fiquem os ditos descendentes , em tal cazo a dita Donna Maria poderã dispor , e dismembrar deste morgado a contia de trinta ate corenta mil cruzados , de que disporã na maneira que lhe parecer , e com esta declaração se entendera ser feita a instituição do morgado conteudo neste contrato , e havendo descendentes deste matrimonio poderã a dita D. Maria testar em qualquer cazo , que seja do rendimento de tres annos deste morgado. Item que em cazo , que a dita D. Maria vença em dias ao dito Conde Dom Affonso ficando filhos deste matrimonio , aos quaes per morte della aja de vir o dito morgado a dita D. Maria , o terã , e admenistrarã em sua vida , e sò per sua morte ficarã ao filho descendente na forma , que fica apontado. Item , que os adquiridos durante o dito matrimonio por qualquer titulo onorozo , ou locrativo , doaçõens , legados , quaesquer outras heranças se communicarã antre ambos ; e pello dito Conde do Vimiozo foi dito , que accita este dote , e morgado com todas as clauzulas , condiçoens , e obrigaçoens conteudas nelle. Item que o dito Conde promete , e dâ de arras à dita D. Maria de Mendoça a terça parte dos ditos cento e oito mil cento e trinta e dous cruzados , e do mais que acrescercer em suas legitimas , e affi a terça parte da contia em que forem avaliadas as merces que S. Magestade lhe fizer por respeito deste matrimonio , e em rezaõ do dito Alvara , as quaes merces entraõ neste dote somente para este effeito do vencimento das arras , as quaes arras a dita D. Maria vencera separando-se o dito matrimonio per morte do dito Conde do Vimiozo , ou por qualquer outro cazo , que seja quer do dito matrimonio fiquem filhos , quer naõ , e sò se naõ venceraõ as ditas arras em cazo , que a dita D. Maria faleça em vida do dito Conde

durante o dito matrimonio. Item que o dito Conde do Vimioso se obriga como mayor que disse ser de vinte e cinco annos a dar, e pagar as ditas arras a dita D. Maria de Mendoça por seus bens livres, que se acharem ao tempo de seu falecimento, e pellos da Coroa, e de seu morgado conforme a Provizaõ, que S. Magestade para isto lhe tem concedida, que se tresladará nesta escriptura, e treslados della. Item que elle Conde do Vimioso se obriga, a que restituirá a contia do dito dote a dita D. Maria, ou a seus herdeiros sem falta, nem diminuição alguã, e para isso obriga outro sy todos seus bens livres, e assy os do seu morgado, e da Coroa conforme a dita Provizaõ, que para isso tem de S. Magestade, dizendo mais o dito Conde do Vimioso, que elle tem hum prazo no termo da Villa de Alanquer, e outras Villas, que chamaõ o prazo de palha cana de que he direito Senhorio o Mosteiro de S. João de Tarouca da Ordem de S. Bernardo, o qual está obrigado ao dote de D. Joanna de Mendoça, Condessa do Vimioso Mãe delle Conde, e nelle está feito penhora, e execução para pagamento do dito dote sobre que corre demanda com huma Guyomar Barradas de que he Escrivão Marcos do Quintal, que toda via elle Conde se obriga, que em cazo, que o dito prazo fique livre de maneira, que elle Conde possa nomear nelle de agora para entã, e de entã para agora nomea o dito prazo na dita D. Maria de Mendoça na vida que lhe couber, e per via de doação, e pella melhor, que em direito ser possa, e aja lugar, e para effeito de ficar irrevogavel trespassa elle dito Conde todo o direito, e aução que nelle tem, e possa ter na dita D. Maria, e desde logo lhe trespassa a posse delle pella clauzula de *constituti*, e se constitue possuir o dito prazo em nome da dita D. Maria, o qual ella averá no pagamento do dote, e arras na contia em que for avaliado, e para isso se pedirá licença ao direito Senhorio para se poder fazer a dita trespassação. Item disserão os ditos D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, Irmãos do dito Conde do Vimioso, que elles se obrigaõ a que sendo cazo, que faleça o dito Conde seu Irmão, o que Deos não permita, e cada hum delles succeda nos bens da Coroa, e morgado, que vagarem per falecimento do dito Conde do Vimioso seu Irmão a pagar a contia do dito dote, e arras contendas neste contrato a dita D. Maria, e seus herdeiros assy pellos seus bens livres, como pellos da Coroa, e morgado da dita Caza do Vimioso, e isto como fiadores, e principaes pagadores, em virtude da Provizaõ que S. Magestade lhe concedeo para poderem fazer esta obrigação, em a qual lhes supprio para isso as idades por serem menores de vinte e cinco annos. Item disserão os ditos Conde do Vimioso, e D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, que sendo cazo, que o dito Conde do Vimioso faleça em vida da dita D. Maria de Mendoça, ella ficará em posse, e Cabeça de Casal até ser inteiramente paga, e satisfeita do dito seu dote, e arras, e não poderá ser desapossada dos bens da Coroa, e morgado, que vagarem per falecimento do dito Conde até não aver de tudo inteiro pagamento, e sendo cazo que seja tirada da dita posse, será della restituída para o dito



dito effeito, sem embargo da Ordenação, que defende não ficarem as mulheres em posse, e cabeça de casal dos bens do morgado, e da Coroa em que não são successoras, e tanto que a dita D. Maria ou-  
ver plenario pagamento do dito dote, e arras, e adqueridos, que ha  
de haver por este contrato, largará logo a posse dos ditos bens de  
morgado, e da Coroa sem duvida, nem embargo algum. Item dif-  
ferão elles ditos Condes de Lumyares, em nome da dita D. Maria  
de Mendoga, e elle Conde do Vimiofo em seu nome, que por quan-  
to dos bens deste dote está instituido morgado, avião por bem, que  
todo o dinheiro delle, que está por empregar, e todos os moveis,  
e joyas, que se ouverem de vender, se depozitem no Mosteiro de S.  
Roque desta Cidade, em hum Cofre, do qual terão as chaves duas  
pessoas, huã das quaes nomeará o dito Conde do Vimiozo, e outra  
o dito Conde de Lumyares, ou quem succeder em sua Caza, aos  
quaes fazem Procuradores irrevogaveis com declaração, que sempre  
a prazimento delles Condes poderaõ nomear outros com os poderes,  
e obrigaçoens abaixo declaradas para que os ditos Procuradores possaõ  
cobrar as ditas dividas, e para isso seraõ notificados todos os deve-  
dores por mandado de hum Julgador, que não paguem a outra pes-  
soa alguã, senão aos ditos Procuradores, e Depozitarios juntamente,  
e que pagando algum devedor a qualquer pessoa ainda que seja aos  
ditos contrahentes qualquer cantidade lhe não será levada em conta,  
e seraõ obrigados os ditos devedores a tornar a pagar as mesmas con-  
tias per inteiro aos ditos Depozitarios, que as receberão juntos, e  
não cada hum per sy como senão tiverão pago couza alguã, os quaes  
depozitarios não deixaraõ tirar dinheiro, nem moveis a pessoa algu-  
ma do dito depozito, ainda que seja com consentimento delles Con-  
des do Vimiofo, e de Lumyares com a mesma cominação, e pena  
de tornarem a pagar por suas fazendas tudo o que deixarem tirar do  
dito depozito, do qual fomento se poderã tirar tudo o que se ou-  
ver de empregar em juros, ou propriedades, que seraõ a contento dos  
ditos Condes do Vimiozo, e Lumyares para cujo effeito se faz o di-  
to depozito, e fazendo-se a dita compra, ou compras, os ditos De-  
pozitarios entregaraõ o dito dinheiro para ellas ao fazer das escriptu-  
ras aos vendedores, ou as pessoas, que para isso tiverem seu poder,  
e em outra maneira não, as quaes propriedades, que assy se compra-  
rem do dinheiro do dito depozito se declarará nas escripturas das com-  
pras, que dellas se fizerem, que ficaraõ logo dotaes, e tendo nature-  
za de bens dotaes, e juntamente vinculados ao dito morgado, que a  
dita D. Maria institue de seus bens neste contrato, e em cazo, que  
nas ditas escripturas se não declare, o haõ aqui por declarado, como  
se real, e expressamente nellas se declarará, e sendo cazo, que do  
juro conteudo neste dote, ou do que ao diante se comprar do di-  
nheiro do dito depozito, ou quaesquer outros bens, que forem com-  
prados a retro se remirem, em tal cazo o dinheiro procedido da di-  
ta remissão se depozitará, e empregará na forma conteuda neste con-  
trato na mão dos ditos Depozitarios, ou em outros, que poderaõ  
nomear como aqui se declara em cazo que falem os nomeados. E

pellos ditos Condes do Vimiozo, e de Lumyares, D. Fernando de Portugal, D. Miguel de Portugal nos nomes que representaõ foi dito, que elles se obrigaõ a comprir este dote escriptura de obrigação assy, e da maneira, que nellas se conthem, e a naõ revogarem, nem contradizerem em parte, nem em todo, e os ditos D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal assy o juraõ aos Sanctos Euan- gelhos em que puzeraõ a maõ conforme a Provizaõ de S. Magestade que dou fe vi, e estâ affinada pello dito Senhor, a qual he ida a as- finar pello dito Senhor com huã apostilla, que se acrescentou na dita Provizaõ, e vindo ella se retificarã este contrato sendo necessario pe- los ditos Dom Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, que se tresladarã na dita escriptura, e treslados della, e prometeraõ de naõ aver relaxaçaõ do dito juramento, e que havendoa desde agora a haõ por nulla, e naõ querem uzar della como se havida naõ fora, rate- ficando sempre de novo o dito juramento, e desta maneira ouveraõ este contrato por acabado, e se obrigaõ elles, e cada hum pela par- te que lhe toca ao ter, comprir, e guardar assy, e da maneira, que nelle se conthem sem falta, nem diminuiçaõ alguma sô expressa obri- gaçaõ, que em seus nomes, e no dito nome fazem de seus bens, e rendas, que ao comprimento de todo obrigaraõ, e outorgaraõ respon- deraõ pello conteudo neste contrato perante os Juizes, e Corregedo- res do Civel desta Cidade, e Corregedores da Corte, e perante qualquer dos sobreditos Juizes onde, e perante quem este estromen- to for apresentado, e se pedir o comprimento delle, para o que re- nunciaõ seus foros, e domicilio, e todos os mais privilegios, e liber- dades posto que incorporados em direito estejaõ, e fereaes geraes, e todas outras exceçoens, defençoens, de feito, ou de direito, que por sy, e em feu favor allegar possaõ, de nada gozaraõ salvo todo comprir, e guardar pello modo, que dito he. E declararaõ elles Condes do Vimioso, e de Lumyares, que para averem confirmaçaõ do dito contrato por S. Magestade se fazem hum ao outro Procura- dor em cauza propia, e cedem, e trespassaõ para o dito effeito todo feu poder comprido, que bastante de direito em tal cazo se requiere, e he necessario com toda a livre, e geral admenistraçaõ, e assy disse mais o dito Conde de Lumyares, que sem embargo da Procuraçaõ da dita D. Maria de Mendoça ella outorgara neste contrato per termo, que se farã ao diante, e andarã incorporado nos treslados, que da nota emanarem, e em testemunho de verdade assy o outorgaraõ, e mandaraõ fazer este estromento, e os que comprirem que pediraõ, e aceitaõ; e eu Tabaliam o aceito em nome das pessoas absentes a que tocar como pessoa publica estipulante, e aceitante; testemunhas que prezente foraõ D. Dyogo de Castro do Conselho de Estado de S. Magestade, e Manoel de Vasconcellos, e D. Nunalvres de Portugal do Conselho de S. Magestade, e elles saõ os proprios, que presen- te estavaõ, e affinaraõ na nota com as testemunhas, Lourenço de Freytas Tabaliaõ o escrevi. E logo no dito dia, mes, e anno atras escripto em hum dos ditos apoientos em que estava presente a dita Donna Maria de Mendoça, por mim Tabaliam perante as testemunhas



ao diante nomeadas lhe foi lido, e declarado o estromento de contrato de dote, e arras, instituição de morgado, que em seu nome, e como seu Procurador fez o dito Conde de Lumyares seu Irmaõ, e despoes de por ella ouvido, e entendidas disse, que o aceita, e outorga, e ratifica, e ha por bem todo o conteudo nelle, para se cumprir, e guardar em todo, e por todo como no dito contrato se declara, e se obriga o naõ contradirá em Juizo, nem fora delle para o que se fomete a todas as clauzulas do dito contrato, e a cada huma dellas, como se de todas fizera aqui expressa, e declarada menção, ao comprimento do que obriga seus bens, e rendas havidos, e por aver, e assy o aceitou, e mandou fazer este termo para andar incorporado ao dito contrato, e treslados delle, que eu Tabaliam aceito por quem tocar absente como pessoa publica estepulante, e aceitante; testemunhas que presentes foraõ, João de Velaco Gallarde, e Luis Ribeiro de Gamboa, criados do dito Conde de Lumyares, e a dita Donna Maria de Mendoça assinou na nota com as testemunhas, Lourenço de Freytas Tabaliaõ o escrevi. Por esta por mim feita, e assinada faço meu Procurador ao Conde de Lumyares meu Irmaõ para que em meu nome possa prometer em dote a Dom Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo toda a fazenda, que me coube de legitima per falecimento dos Marquezes de Castel Rodrigo, que Deos tem, e assy a que me pertence do legado, que me deixou D. Margayda Coutinha, Condessa de Portalegre, minha Irmã, que esteja em gloria, e poderã o dito meu Irmaõ instituir morgado na escriptura do dito dote de todos os bens delle, e em huã, e outra cousa poer todas as clausulas, condiçoens, penas, e obrigaçoens desaforamentos, que forem necessarios, e lhe parecerem, e jurar o dito contrato todo com livre, e geral admenistração, e para isto obrigará os ditos meus bens como eu em pessoa; feita em Lisboa a dezanove de Novembro de seiscentos e dezaseis; Donna Maria de Mendoça. Eu ElRey faço saber aos que este Alvara virem, que havendo respeito ao que me enviou dizer por sua petição D. Affonso de Portugal, e ao Procurador de minha Coroa, a que della se deu vista naõ ter duvida a se lhe conceder o que nella pedia; ey por bem, e me praz de lhe fazer merce, e conceder licença, que elle possa obrigar a segurança do dote, e arras, que promete a D. Maria de Mendoça, filha do Marques de Castel Rodrigo, que Deos perdoe com quem está concertado de cazar, as rendas de sua Caza assy do morgado patrimonial, como da Coroa de modo, que o successor, que nelles ouver de succeder conforme as doaçõens, e instituições fique obrigado a pagar as ditas arras, e dote daquilo a que naõ chegarem os bens, e fazenda livre, que elle D. Affonso de Portugal possuir. E mando às Justiças, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que cumprão, e guardem este Alvarã como se nelle conthem, o qual quero, que valha, tenha força, e vigor, posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação em contrario. Francisco Ferreira o fez em Lisboa a trinta de Setembro de seiscentos e dezaseis. João Pereyra de Castelbranco o fez escrever. Eu ElRey faço

ço saber aos que este Alvara virem, que havendo respeito ao que me enviou dizer por sua petição D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal filhos do Conde do Vimioso D. Luis de Portugal, e visto as couzas, que allegaõ; ey por bem, e me praz de lhes supprir a idade para fazerem o contrato sobre as arras, que D. Affonso de Portugal seu Irmaõ ha de dar a D. Maria de Mendoça, filha de D. Christovão de Moura, Marques de Castel Rodrigo, que Deos perdoe com quem ora estã concertado para cazar, o qual contrato será firme, e valiozo, como se elles foraõ mayores de vinte e cinco annos, e outro sy hey por bem, que o Tabaliam, que fizer a escriptura delle possa poer o juramento das partes sem por isso encorrer em pena alguma, sem embargo da ordenação em contrario, e mando as justicas, officiaes, e pessoas, a que o conhecimento disto pertencer, que cumprãõ, e guardem este alvara como nelle se conthem; Francisco Ferreira o fez em Lisboa a dezaseis de Outubro de mil e seiscentos e dezaseis, Joaõ Pereyra de Castelbranco o fes escrever. Ey por bem, que o Alvara atras escripto se entenda tambem no contrato sobre a segurança do dote, que D. Affonso de Portugal ha de dar a D. Maria de Mendoça com quem estã contratado para cazar, assy como se nelle declara da segurança das arras, que a dita D. Maria ha de aver, e para este effeito suppro as idades a D. Fernando de Portugal, e a D. Miguel de Portugal, Irmaõs do dito D. Affonso de Portugal, e que o Tabaliaõ possa tambem poer o juramento das partes no dito contrato da segurança do dote sem por isso encorrer em pena alguma, como no dito Alvara he declarado, o qual se cumprirá, e assy esta apostila inteiramente como nella se conthem; Francisco Ferreira a fez em Lisboa a catorze de Novembro de mil e seiscentos e dezaseis; Joaõ Pereira de Castelbranco a fez escrever. E tresladados a dita Procuração, e Alvaras de S. Magestade postilla, e o mais nelles escripto concertei tudo com os proprios com o Tabaliaõ abaixo assinado, e a dita procuração, alvarás tornei a Jeronimo de Paiva, criado do dito Conde de Lumyares que os levou, e para que conste assinou aqui. Lourenço de Freytas Tabaliaõ publico de notas por ElRey nosso Senhor nesta Cidade de Lisboa, e seus termos, que este estromento em meu livro de notas tomei, e delle o fiz tresladar concertey, fobescrevi, e assiney de meu final publico. Saibaõ quantos esta escriptura de rateficação, declaração, e obrigação virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e dezaseis, em doze dias do mes de Dezembro na Cidade de Lisboa nos apozenten de D. Manoel de Moura Corte-Real, Conde de Lumiares, Comendador mayor da Ordem, e milicia de Alcantara, Gentilhomem da Camera do Principe nosso Senhor, Capitaõ, e Alcayde môr das Ilhas Terceyra, Saõ Jorge, Fayal, e Pico, estando ahy presentes D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, filhos do Conde do Vimiozo D. Luis de Portugal por elles foi dito em presença de mim Tabaliam, e testemunhas ao diante nomeadas, que na escriptura de dote, que se fez entre D. Maria de Mendoça, filha dos Marquezes de Castel Rodrigo, que Deos tem, e entre D.

Affonso



Affonso de Portugal, Conde do Vimiozo, seu Irmao feita neste mesmo livro, em dezanove dias do mes de Novembro proximo elles D. Fernando, e Dom Miguel se obrigaõ cada hum por si, a que sendo cazo, que per falecimento do dito D. Affonso, Conde do Vimiozo, seu Irmao succedeffem em sua Caza, e estado pagariaõ a dita D. Maria de Mendoça pellos bens da Coroa, e morgado da dita Caza em que succedeffem toda a contia do dote, e arras, que naõ fosse entregue a dita D. Maria, e seus herdeiros, no qual contrato se obrigaõ ao comprimento do sobredito debaixo do juramento que lhes foi dado em virtude de huã provizaõ de S. Magestade que ouve por bem, que se pudesse poer o dito juramento no dito contrato, e lhes supprio as idades a elle D. Fernando, e D. Miguel para poderem fazer o dito contrato, e porem por a provisaõ do dito Senhor ser diminuta em tratar fomento da obrigaçaõ do pagamento das ditas arras se pedio supprimento della a S. Magestade, para que fosse servido, que elles D. Fernando, e D. Miguel se pudessem tambem obrigar a segurança do dito dote, e S. Magestade o ouve assy por bem, e ao tempo que assy se fez a escriptura do dito dote era mandado passar pello dito Senhor a postilla para se poder fazer a dita obrigaçaõ para segurança do dote, que era ida a assinar à Corte pelo dito Senhor, e porque ora veyo assinada a dita apostilla por S. Magestade disseraõ mais os ditos D. Fernando de Portugal, e D. Miguel de Portugal, que em virtude da dita provisaõ se obrigaõ como de feito de novo obrigaraõ a que sendo cazo, que cada hum delles succeda na dita Caza, e morgado do Conde do Vimiozo cada hum por sy *in solidum* se obriga, e de feito obrigou pagar a dita D. Maria de Mendoça, Condessa do Vimiozo, ou a seus herdeiros tudo aquillo, que estiver por pagar, e lhe for devido para comprimento de seu dote, e arras, com todas as clauzulas, penas, obrigaçoens, renunciadoens, desaforamento conteudas, e declaradas na escriptura do dito dote, que todas haõ por expressas nesta escriptura como se realmente nella se incorporaraõ, e conforme a postilla, e alvara de S. Magestade, que atras fica tresladada junto a escriptura do dito contrato de dote. Juraraõ aos Santos Evangelhos sobre hum livro de rezar, que os tinha em que puzeraõ as maõs de cumprir, e guardar todo o sobredito, e naõ averaõ relaxaçaõ deste juramento, e que havendoa desde agora a haõ por de nenhum effeito, e naõ querem uzar della como se havida naõ fora, rateficando sempre de novo o dito juramento, e naõ iraõ contra esta obrigaçaõ em parte, nem em todo em Juizo, nem fora delle de feito, nem de dereito, e responderaõ pello conteudo nella perante os Juizes, e Corregedores do Civel, e da Corte desta Cidade, e perante qualquer dos sobreditos Juizes, onde, e perante quem este estromento for apresentado, e se pedir o comprimento delle, para o que renunciaõ seu foro, e domicilio, e todos os mais privilegios, e liberdades, posto que incorporados em direito estejaõ, e todas outras exceiçoens, defensoens de feito, ou de dereito que por sy, e em seu favor allegar possaõ, de nada gozaraõ salvo todo cumprir, e guardar pelo modo, que dito he, e ao comprimento obrigaõ  
seus

seus bens havidos , e por aver , e em testemunho de verdade assy o outorgaraõ , e mandaraõ fazer este estromento , e os que comprirem que pediraõ , e aceitaraõ , e eu Tabaliam o aceito por quem tocar ab-sente como pessoa publica estipulante , e aceitante ; testemunhas que presentes foraõ Jeronimo de Payva , criado do dito Conde de Lumyares , e Vicente Moniz criado do dito D. Fernando , e os ditos D. Fernando , e D. Miguel de Portugal affinaraõ na nota com as testemunhas , Lourenço de Freytas Tabaliaõ o escrevi. E declaraõ , que esta escriptura se affinou em dezaseis dias do dito mes de Dezembro , e anno presente de seiscientos e dezaseis. E posto que continuado nos aposentos do dito Conde de Lumyares affinou-se nos aposentos de D. Miguel de Castro , Arcebispo desta Cidade , do Conselho de Estado de S. Magestade , e seu Viso-Rey neste Reyno , estando presente os ditos D. Fernando , e D. Miguel de Portugal , e por testemunhas os ditos , dito o escrevi ; Lourenço de Freytas Tabaliam publico de notas por ElRey nosso Senhor nesta Cidade de Lisboa , e seus termos , que este estromento em meu livro de notas tomei , e delle o fis tresladar , concertey , sobescrevy , e affiney de meu publico final. Pagou deste treslado , e do treslado do contrato de dote atras , mil e seiscientos reis. Concertado por mim Tabaliaõ Lourenço de Freytas. Pedindome os ditos Conde , e Condesa do Vimioso Dom Affonso de Portugal , e Donna Maria de Mendoça , que por quanto na dita escriptura de dote se contratarã a que averiaõ confirmação minha assy da escriptura do dito dote , como da instituição de morgado nella declarado , ouvesse por bem de lha confirmar ; e antes de lhes dar despacho , mandey dar vista da dita petição , contrato , e Instituição de morgado , ao meu Procurador da Coroa ; e vista sua resposta , e havendo respeito ao que o dito Conde , e Condesa pella dita petição me enviaraõ pedir para que a Instituição do dito morgado se perpetue na sua geração , e successão de seus descendentes ; e por lhe fazer merce , ey por bem e me praz de confirmar , e approvar como de feito por esta presente Carta confirmo , e approvo , e hey por confirmada , e approvada a dita escriptura de contrato de dote , e instituição de morgado nella incorporada , e quero que se cumpra , e guarde inteiramente com todas as clauzulas condiçoens , declaraçoens , e obrigaçoens , que nellas he contheudo , e declarado , excepto a condição , e declaração de a Condesa ficar em posse , e Cabeça de Casal separando-se o matrimonio dos bens da Coroa , e dos de morgado antigo até ser entregue de seu dote , e arras , por quanto pella dita resposta do dito meu Procurador da Coroa , que vio tudo o que na dita escriptura se conthem , me praz , e hey por bem , que todas as mais condiçoens , e declaraçoens della se cumprã , e guardem como se nella conthem , e sejaõ firmes , e valiosas para sempre , o que assy ey por bem de meu proprio motu , certa sciencia , poder Real , e absoluto , e isto sem embargo da Ordenação do livro quarto , titulo noventa e cinco §. primeiro , e do direito que diz , que se naõ possaõ dar fiadores à restituição do dote , e de quaesquer Leys , Regimentos , e de outras Ordenaçoens , grozas , e opinioens



nioens de Doctores, que em contrario disto aja, ou possa aver, por-  
que todas ey por derogadas, cassadas, e annulladas, e quero que se  
naõ entendaõ, nem cumpraõ, em quanto forem contra o contheudo  
no dito contrato de dote, e instituiçaõ de morgado, sem embargo  
da Ordenaçaõ do livro segundo titulo 44. que dispoem, que se naõ  
entenda nunca ser por mim derogada Ordenaçaõ, se della, ou da  
sustancia della naõ fizer expressa, e declarada mençaõ, e por firmeza  
disso lhe mandey dar esta Carta por mim assinada, e assellada do meu  
Sello de chumbo pendente. Miguel de Azevedo a fez em Lisboa a  
vinte e quatro de Janeyro, anno do Nascimento de Nosso Senhor  
Jesus Christo de mil seiscientos e vinte — diz nas antrelinhas, taba-  
liaõ — a dita, e anno presente — Joaõ da Costa a fez escrever.

ELREY.

*Consulta, que se fez a ElRey D. Filippe IV. sobre as pertençaõs  
do Conde do Vimiozõ. Está no Cartorio da dita Casa, don-  
de a copiey.*

**P**Arecio a la Junta, que aun que Don Francisco de Portugal hijo  
mayor de Don Affonso Conde do Vimiozo, hermano de Don  
Luis, que oy esta profeço en la Orden de Sancto Domingo, Padre  
del Conde do Vimiozo, cometio gravissimo delicto, en seguir a Don  
Antonio Prior do Crato, siendo en Portugal levantado del Pueblo  
por Rey, antes de la cauza de la successiõ estar sentenciada; con  
todo teniendo consideracion a Don Luis Padre del Conde de Vimio-  
zo, nõ fer descendiente, y cazo que lo fuera, los hijos nascidos  
antes del dilicto de leza Magestad devina cometido por su Padre,  
no les prejudica, y descender esta caza, por linea masculina de los  
Reys de Portugal, y convenir que este cazo si fuera possible se su-  
mergiera, y no aver remedio mas yficas que usar V. Magestad de sua  
Real clemencia, teniendo juntamente concideracion a que el Conde  
de Vimiozo, estando actualmente en esta Corte, en requerimento de  
sus pertenciones, siendo Señor de su Caza dexando muger, y hijos,  
prochado a los pies de V. Magestad se ofrecio para la jornada de la  
restauracion de la Baya, y prontamente se fue a embarquar, dando  
con su exemplo motivo, a que tanta nobleza fuese a servir a V. Ma-  
gestad daqui a dos mil leguas, con tanta satisfacion, y gasto, como  
consta de la Carta incluza, que Don Fadrique de Toledo escribe a  
V. Magestad. Que V. Magestad por todas sus acciones, y servisios  
le aga merced del acostamiento del Conde pariente, teniendo conci-  
deracion a ser el Conde de Vimiozo, descendiente por linea masculina  
de los Reys de Portugal, conservandosse esta prerogativa tantos  
años solo en su Caza, y que despues de estar ordenado, que no se  
diessse el acostamiento del Conde pariente a ninguna persona se dio  
al Conde D. Affonso su Aguelo, por averlo tenido su Caza. Y del  
titolo de Conde de Juro, conforme a la ley mental, el qual vaca no

Num. 44.  
An. 1628.

teniendo hijo varon a la hora de su muerte , aun que tenga hija , nietos , ò hermanos , y de promessa de meiora de una encomienda de dos mil cruzados hasta tres , y de un Alvara de lembrança , para cazamiento de una hija , en los bienes de la Corona , y ordenes , que tubiere la persona que con ella cazare. El Padre Confessor añade que V. Magestad le aga merced de promessa de una ayuda de costa de hasta seis mil ducados , que no falga de la azienda Real , con declaracion que hara dessistancia de todas sus acciones , y pertenciones que tiene , y dado cazo que el ho alguno de sus descendentes hable en ellas no pueda ser oydo , sin que primero deposite en mano de los thesoreros Reales , todo lo que tubiere recebido , y para este efecto los aya por abonados. El Duque de Villa hermosa dice , que tiene la persona del Conde do Vimiozo , por merecedora de que V. Magestad le aga toda la honrra , y merced que fuere justo , por el buen modo con que sirvio en la jornada de la Baya ; y para que le sea presente a V. Magestad el estado de sus pertenciones , con distincion clara en cada una dellas en particular. La una es fundada en el Alvara de promessa , que se hizo al Marques de Castel Rodrigo , que este en el Cielo , para cazamiento de una hija , que el aplico , a la que se cazo con el Marques de Gouvea siendo Conde de Portalegre , y porque murio sin dexar hijo en quien se cumpliesen algunas de las mercedes que V. Magestad le avia hecho , en virtud del Alvara de promessa de cazamiento , pedio el Marques que oy vive , que se diese el Alvara para la otra hermana , que cazo con el Conde do Vimiozo , y ElRey D. Phelipe III. que esta en el Cielo se lo confedio , declarando que quando se lo cumpliesse se tendria respecto a la merced con que avia quedado el Conde de Portalegre. Y consultandosse por el Consejo las mercedes que parecia que se avian de hazer al Conde do Vimiozo , por este cazamiento , con esta concideracion se dixo entre otras cozas , conformandosse con el parecer del Conde D. Diego de Silva , que aviendo V. Magestad de afer merced del assentamiento a alguna persona , la hiziera al Conde. V. Magestad fue servido responder que seria bien , que antes de tomar resolucion en esta Consulta , dixesse el Consejo el pro , y contra , que se ofresiesse en dar , y negar estos acostamientos , y qual es el costumbre de Portugal en ellos , y el fundamento della , y aviendolo cumplido el Consejo , le hizo V. Magestad las mas mercedes que se le consultaron , y nego esta por las consecuencias. Ya si le parese que deve V. Magestad ser servido de mandar ver esta Consulta , antes de tomar resolucion en el punto del assentamiento , por ser coza que V. Magestad tiene ya juzgada por essencial para ella siendo la rezolucion ; la otra se funda en el servicio , que hizo en la jornada de la Baya , para este advierte que V. Magestad mando passar una provision general , en que le asia merced a todos los que fuessen en aquella jornada , de los bienes que tubiesse de la Corona , y de las Ordenes para un hijo , y conforme a esto deve gofar de la merced que ya le esta echa , y le parecia que de mas della le podria V. Magestad hazer merced darle otra vida mas en estos bienes ; y de promessa de mejora de encomienda ,



comienda , que valga mil ducados , mas de las que tiene , y de un Alvara de lembrança , para cazamiento de una hija ; y no vota en que se le de el titulo de juro , porque no se ha dado a los de mas titolos que fueron a esta jornada , y entiende que se en Portugal se van dando de juro las Cazas que se tienen en vidas , se vendra a impossibilitar el servicio de V. Magestad en aquel Reyno , y anssy lo entendieron los Reys del , y se ve por la experiencia desta mesma jornada del Brasil , que no fue en ella ninguno de los titolos de juro ; la ultima pretencion fundada en los derechos de su Padre , y pretenciones de las perdidas , y danos de lo que se le nego , es de gran consideracion , el abrir la puerta a ella , y convendra que antes , que se tomasse por fundamento para azer merced por elle se viesse todos los papeles , que ay de los Señores Reys D. Phelippe II. y III. porque sin ellos no podra tener entera noticia de lo que ha passado. V. Magestad resolvera lo que fuere servido , Madrid 11. de Junio de 1628.

El Presidente Cardenal frexo , el Duque de Villa hermosa , el Padre Confessor , D. Joáo de Chaves , D. Antonio Pereira.

*Portaria del Rey D. Filippe III. do titulo de Conde de Vimioso , de juro , e outras merces feitas ao Conde D. Affonso de Portugal , treslado authentico. Está no Cartorio da dita Casa , maço 75 , num. 444.*

**E**L Rey nosso Senhor havendo respeito a qualidade do Conde do Vimioso e ao que lhe representou dos serviços de seus passados e seus , e ao bem que servio na jornada do Brasil na recuperação da Bahia de todos os Sanctos : e folgar por tudo e por seus merecimentos de lhe fazer merce conforme a boa vontade que lhe tem esperando delle que sempre lhe servira correspondendo nisso a quem he : ha por bem de lha fazer do assentamento de Conde parente em sua vida : e do titulo de Conde de juro conforme a ley mental : e que seja melhorado de Comenda em huã de dous ate tres mil cruzados e a conta disso lhe faz S. Magestade merce da Comenda de Sanctiago de Andraes do Arcebispado de Braga da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo que vagou por morte de D. Joáo dalmeida ultimo possuidor que della foy : e da Comenda de São Miguel do Souto da dita Ordem do Bispado do Porto que vagou por falecimento de Manoel Mascarenhas homem , com declaração que não haverá os fructos que della cobrou por alvara de admenistração Rodrigo homem da Silva filho do dito Manoel Mascarenhas a quem estava dada a mesma Comenda e morreo sem ter tomado posse della : e assy lhe faz S. Magestade merce de hum alvara de lembrança , para cazamento de huã filha nos bens que tiver da Coroa , e ordens a pessoa que com ella casar en Madrid a 9 de Dezembro de 1629 , Gabriel dalmeida de Vasconcellos , e não dizia mais a dita portaria e ao pe della estava o seguinte.

ElRey nosso Senhor ha por bem que se fassa obra pela portaria acima sem embargo de ser passado o tempo em que se ouvera de fazer, Lisboa a 31. de Janeiro de 633.

Phellippe da mesquita.

*Carta de Marquez de Aguiar a D. Affonso de Portugal. Original.*

Num. 46. **D**Om João por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, mar em Affrica, Senhor de Guine, e da Conquista, navegação, e Comercio de Ethiopia, Arabia, Perzia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que havendo respeito a pessoa, e Caza do Conde do Vimiozo, Dom Affonso de Portugal, meu muito amado sobrinho, do meu Conselho de Estado, e aos muitos, e muy particulares serviços, que me tem feito na defensão deste Reyno, mostrando sempre a meu serviço, tão inteira lealdade, como deve a quem he, e haquelles de que descende, e tendo outro sy consideração a seus muitos merecimentos, e qualidades, por folgar em tudo de lhe fazer merce, conforme o contentamento, que sempre tive de sua pessoa, e particularmente a seu sangue, e devido que comigo tem, esperando delle, que me sabera merecer, e servir muito a minha satisfação, a merce, e honra que lhe fizer, por todos estes respeitos, e pella boa vontade, que lhe tenho: Hey por bem, e me praz, de lha fazer entre outras (de que lhe mandei passar despachos) do titulo de Marquez de Aguiar, em sua vida, com o assentamento, insignias, honras, preeminencias, prerogativas, graças, e izenções, liberdades, privilegios, e franquezas, que tem, e de que conforme a direito, e costume antigo, uzaão, e sempre uzaraão, e devem uzar os Marquezes de meus Reynos, e Senhorios, dos quaes em todo, e por todo, quero, e mando que elle inteiramente uze, e possa uzar, e lhe sejaõ goardados em todos os actos, e tempos, sem duvida, nem mingoamento algum, que assy he minha vontade, e merce; e por firmeza de tudo o que dito he lhe mandei dar esta Carta por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, e sellada do meu Sello pendente. Dada na Cidade de Evora, aos oito do mes de Setembro. João Pereyra de Souttomayor a fez, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e quarenta e tres. Pedro Vieyra da Silva o fez escrever.

ELREY.



*Carta de Marquez do Conde D. Francisco de Portugal, de que consta a transacção, que fez com a Coroa, sobre a Capitania de Pernambuco, copiada do Original.*

**D**Om João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, **Num. 47.**  
daquem, e dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Con- **An. 1716.**  
quista, navegação, e Comercio da Ethyopia, Arabia, Persia, e da  
India, &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que por parte do Conde do Vimioso, Dom Francisco de Portugal, me foi apresentado hum Alvará do theor seguinte. Eu ElRey faço saber aos que este meu Alvará virem, que tendo respeito a me representar o Conde do Vimioso, Dom Francisco de Portugal, que elle desejava entrar em composição, na causa, que movia ao Procurador de minha Coroa, sobre a Capitania de Pernambuco, de que já tinha alcançado Sentença contra elle, pelo que respeitava aos frutos, fuy servido ordenar ao mesmo Procurador da Coroa, que tendo respeito a haver pedido revista da dita Sentença, e esta não estar ainda liquida conferisse, e praticasse com o Conde algum ajuste, que me fosse conveniente, e ao mesmo Conde, para assim cessar a causa, e sua execução, se eu o approvasse, e houvesse por bom. E sendome hora presente, que o dito Procurador da Coroa, debaixo da referida condição, tinha conferido com o Conde, que desistindo elle da dita causa, e Sentença, que tinha alcançado sobre os frutos, e de todo, e qualquer direito, que tivesse, ou pudesse ter à propriedade da dita Capitania, eu lhe faria merce do titulo de Marquez em duas vidas, para elle, e seu filho, duas na de Conde de Vimioso, para filho, e neto, huma nas Commendas, que ao presente logra, e de oitenta mil cruzados por huma só vez, consignados, e pagos no rendimento da mesma Capitania, em dez annos, a oito mil cruzados cada hum; e considerando eu, que este ajuste será util, e conveniente à Coroa, hey por bem de o approvar, ratificar, e confirmar, assim como fica referido; e para se reduzir a escriptura publica, ou termo judicial, com todas as clausulas, que em direito forem necessarias, por este dou poder a Francisco Mendes Galvão, do meu Conselho, meu Desembargador do Paço, e Procurador da dita Coroa, para que na fórma referida o possa concluir com o dito Conde, e constando, que está feita a dita escriptura publica, ou termo de desistencia, e transacção, e que está julgado por Sentença no Juizo da Coroa, se passarão ao Conde, pelas partes a que tocar, os despachos necessarios. Caetano de Sousa e Andrade o fez em Lisboa, aos dezaseis dias do mez de Janeiro de mil setecentos e dezaseis. Diogo de Mendoça Corte-Real o sottoscrevi. Pedindome o dito Conde, que por quanto tinha dado cumprimento à condição do dito Alvará havendo feito o termo de desistencia, e transacção, e estava julgado por Sentença, que apresentou, lhe mandasse passar Carta do titulo de Marquez da Villa de Valença, havendo eu a isso respeito, e à boa vontade, que lhe tenho, esperando

rando de quem elle he , e dos de que descende , me faberá merecer , e servir , toda a honra , e merce , que lhe fizer , me praz , e hey por bem fazerlha do titulo de Marquez da Villa de Valença , em sua vida , para que seja , e se chame Marquez da dita Villa , e goze de todas as honras , preeminencias , privilegios , prerogativas , authoridades , graças , liberdades , e franquezas , que haõ , e tem , e de que gozaõ , e usaõ , e sempre usaraõ os Marquezes deste Reyno , assim como por direito , e antigo costume delle lhe pertence , das quaes em todo , e por todo quero , e mando , que elle inteiramente goze , use , e possa usar , e que lhe sejaõ guardadas em todos os actos , e tempos , em que por direito , uso , e costume deve dellas usar , sem a isso se lhe pôr duvida , nem impedimento algum , porque assim he minha vontade , e merce , com o qual titulo de Marquez haverá de assentamento em cada hum anno , o que directamente lhe pertence , de que se lhe passará Provizaõ pelo Conselho da Fazenda , e por firmeza de todo , lhe mandey dar a presente por mim assinada , passada pela Chancellaria , e sellada com o Sello pendente della , e constou por Certidaõ dos Officiaes dos novos direitos , naõ os dever desta merce , por assim se determinar , e no Alvará referido , e em seu Registo se poraõ as verbas necessarias ; de como fica extincta a primeira vida no dito titulo de Marquez. Dada nesta Cidade de Lisboa , aos dez dias do mez de Março. Antonio de Oliveira de Carvalho a fez , anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo , de mil setecentos e dezaseis. Diogo de Mendoça Corte-Real a subscrevi.

ELREY.

*Bulla do Papa Clemente VII. em que dá poderes de Legado à Latere , e faz Nuncio a ElRey D. Joaõ III. a D. Martinho de Portugal. Authentica , que tenho em meu poder.*

Num. 48. **I**N Nomine Domini Amen. Saibaõ quantos este presente publico Instrumento de transumpto dado ex officio virem , que no anno do nascimento de N. Senhor JESU Christo de mil e quinhentos e vinte sete ao primeiro dia do mes doutubro em ho Moesteiro de S. George dapar da Cidade de Coimbra estando hy o Illustre , e Muito Reverendo Senhor D. Martinho de Portugal a ElRey N. Senhor pello nosso muy Santo Padre Clemente Septimo , ora na Igreja de Deos Presidente , e pela Santa See Apostolica por Nuncio , e Embaixador com plena potestate legati de latere enviado , &c. Logo hy em presença de mym publico Notairo infra nomeado , e das testemunhas adiante escriptas pelo dicto Senhor D. Martinho me foi apresentada hum Bulla de S. Sanctidade em que se conthem as faculdades que S. Sanctidade lhe concedeo escripta em porgaminho bullada da sua verdadeira Bulla em pedente por cordel de linho de canamo segundo uso , e modo de Corte de Roma saã , e carecente de todo vicio , e suspei-

An. 1527.



suspeição segundo pela prima facie parecia da qual o trelado de verbo ad verbum he o seguinte.

CLEMENS EPISCOPUS Servus Servorum Dei. Dilecto filio Martino à Portugallia ad Carissimum in Christo filium nostrum Johannem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem Illustrem nostro, & apostolicæ Sedis cum plena potestate Legati de latere Nuntio, & Oratori salutem, & apostolicam benedictionem. Cum Nos hodie te ad Carissimum in Christo filium nostrum Johannem Portugalliæ, & Algarbiorum Regem Illustrem, ejusque Regna, Civitates, Terras, & loca sibi mediate, & immediate subjecta pro nonnullis nostris, & Sanctæ Romanæ Ecclesiæ arduis negotijs nostrum, & Apostolicæ Sedis Nuntium, & Oratorem cum plena potestate Legati de latere duxerimus destinandum. Nos cupientes ut erga personas in Civitatibus, terris, locis, & Regnis predictis residentes, ac familiares continuos conmensales tuos quos tecum ducis te possis reddere gratiosum discretioni tuæ de qua in hijs, & alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus tibi Officium Tabellionatus quibuscunque personis idoneis recepto ab eis juramento in forma solita concedendi, illosque Tabelliones creandi, ac de dicto Officio investiendi, necnon legitimandi spurios, naturales, bastardos, manseros, nothos, incestuosos copulative, vel disjunctive ex quorumcumque illicito, & dampnato coitu procreatos viventibus, vel etiam mortuis eorum parentibus, itaut ad paternam, & alias successiones quorumcumque bonorum admitti, & in illis succedere valeant absque tamen prejuditio illorum qui ad predictas successiones si personæ quibus succederent ab instetato de jure admitti deberent, & etiam ad honores, dignitates, gradus, & Officia secularia publica, & privata recipi, & assumi illaque gerere, & exercere possint, ac si de legitimo matrimonio procreati essent, illosque ad jura naturæ, & quoslibet actus legitimos restituendi, & reintegrandi. Ac etiam quorumcumque beneficiorum ecclesiasticorum cum cura, & sine cura secularium, & quorumvis Ordinum Regularium, etiam quæ dictæ Sedi ex quavis causa preterquam ratione Officialium Sedis prædictæ, & Romani Curix actu Officia sua exercentium generaliter reservata fuerint resignationes simpliciter, vel ex causa premutationis, aut Comendatorum, ac etiam litigiosum extra Romanam Curiam cessiones, litis, & juris recipiendi, & admitendi, ac causas desuper pendentes advocandi, & lites hujusmodi penitus extinguendi, dictaque beneficia tam simpliciter, quam ex eadem causa, & alia quecumque, & qualiacumque infra limites dictorum Regnorum, & locorum existentia quomodocumque vacantia, & vacatum etiam si de jure patronatus laicorum, & etiam preterquam, ut supra aut ratione vacationis illorum apud Sedem prædictam, vel familiaritatis continue conmensalitatæ nostræ, seu dictæ Sanctæ Romanæ Ecclesiæ aliquorum Cardinalium viventium reservata, vel affecta fuerint, ac dummodo inter ipsa omnia per obitum vacantia plura quam quinquaginta reservata, vel affecta non sint personis idoneis, etiam quæcumque, quotcumque, & qualiacumque beneficia ecclesiastica cum cura, & sine cura obtinentibus, & expectantibus conferendi regularia  
tantum

tantum ad vitam, vel ad tempus commendandi, illaque, seu secularia beneficia ad vitam, vel ad tempus uniendi, ac super resignatorum, seu alias dimissorum beneficiorum fructibus, redditibus, & proventibus, quascunque pensiones annuas, non tamen tertiam partem fructuum, reddituum, & proventuum hujusmodi excedentes predictis resignantibus, vel cedentibus quoad vixerint per beneficia hujusmodi pro tempore obtinentes annis singulis in terminis, & locis concordandis, seu statuendis, etiam sub privationis, & alijs penis, sententijs, & censuris in talibus apponi solitis persolvendas de consensu illorum, qui dictas pensionesolvere habebunt reservandi, constituendi, & assignandi, necnon statutis, & consuetudinibus ecclesiarum in quibus singula beneficia hujusmodi forsan fuerint, etiam juramento confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis derogandi. Ac cum quibuscunque personis in dictis Regnis, & dominijs constitutis tunc in tertio & quarto simul consanguinitatis, vel affinitatis gradibus impeditis, & inter se matrimonialiter copulatis, ac in contractis per eos matrimonijs, etiam scienter eosdem contrahentes ab hujusmodi excessu, ac censuris, & penis quas propterea incurrerint absolvendi remanere possint prolem susceptam, & suscipiendam exinde legitimam decernendi, necnon cum quibuscunque personis super quibuscunque Naturalium defectibus, & irregularitatibus quas aliqui censuris ecclesiasticis ligati missas, & alia divina officia celebrando, aut alias se illis immiscendo quomodolibet, non tamen in contemptum clavium contraxerint, ut ad ordines etiam sacros, & presbiteratus promoveri, ac in illis, & per eos susceptis, & suscipiendis ordinibus, etiam in Altaris ministerio ministrare, ac quaecumque, quotcumque, & qualiacumque beneficia ecclesiastica cum cura, & sine cura se invicem compatientia, etiam si dignitates, personatus, administrationes, vel Officia in dictis Ecclesijs, & hujusmodi dignitates curatæ, vel electivæ fuerint si eis canonice conferantur, aut eligantur, presententur, vel alias assumantur ad illa, & instituuntur in eis recipere, & quoad vixerint retinere libere, & licite valeant, & insuper cum quibuscunque personis in vigesimo eorum etatis anno constitutis ad obtinendum unum beneficium ecclesiasticum cum cura, etiam si Parrochialis Ecclesia, vel ejus perpetua Vicaria, aut alias, ut prefert, qualificatum fuerit dispensandi, necnon duodecim Comites Palatinos, & totidem Accolitos, & Capellanos creandi, ac etiam duodecim in nostros, & apostolicæ Sedis Notarios auctoritate apostolica recipiendi, ac aliorum nostrorum, & dictæ Sedis Notariorum, & Accolitorum, Capellanorum, & Aulæ nostræ Lateranensis Comitum Palatinorum numero, & consortio respective favorabiliter aggregandi, ita quod omnibus, & singulis privilegijs, prerogativis, honoribus, exemptionibus, gratijs, libertatibus, immunitatibus, & indultis gaudeant, & utantur quibus alij nostri, & dictæ Sedis Notarij, & Accoliti, Capellani, ac Aulæ nostræ Lateranensis Comites Palatini utuntur, potiuntur, & gaudent, ac uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum exhibendique, & exhiberi faciendi eis insignia Notariatus hujusmodi recepto prius tamen ab eis solito juramento, & decem Milites Auratos,



& Poetas lauratos, ac quascumque personas sufficientes, & idoneos volentes, se ad doctoratus, seu licenciaturæ, & Bachalariatus in utroque, vel altero jurium, & ad Magisterij tam in Theologia, quam in Artibus, & Medicina, vel alias graves previo examine rigoroso, & diligenti, ac servatis Constitutione Viennense, & alijs solemnitatibus in talibus adhiberi solitis promovendi, seu promoveri, atque gradus hujusmodi, & insignia solita, & debita conferendi, ac exhibendi, seu exhiberi, & conferri faciendi eisque quod omnibus, & singulis gratijs, privilegijs, & libertatibus, & indultis quibus alij Milites aurati, ac per te Laureati, per nos, & Sedem Apostolicam creati, & instituti, necnon ad hujusmodi gradus in Universitatibus studiorum generalium juxta illorum ritus, & mores, ac servatis servandis promoti utuntur, potiuntur, & gaudent, seu uti, potiri, & gaudere poterunt quomodolibet in futurum uti potiri, & gaudere libere, & licite possint, & debeant indulgendi. Ac cum triginta personis, ut quæcumque duo curata, seu alias invicem incompatibilia beneficia ecclesiastica, etiam si Parrochiales Ecclesiæ, vel earum perpetuæ Vicariæ, aut dignitates, personatus administrationes, vel officia in Cathedralibus etiam Metropolitanis; vel Collegiatis, & dignitates ipsæ in Cathedralibus etiam Metropolitanis; post pontificales maiores seu Collegiatis Ecclesijs hujusmodi principales, seu talia mixtim fuerint, & ad dignitates, personatus, administrationes, vel officia hujusmodi consueverint, qui per electionem assumi, eisque cura immineat animarum, si alias canonice conferantur, aut eligantur presententur, vel alias assumantur ad illa, & instituantur in eis recipere, & insimul quoad vixerint retinere, illaque simul, vel successive, simpliciter, vel ex causa permutationis quotiens eis placuerit dimittere, & loco dimissis, vel dimissorum aliud, vel alia simile, vel dissimile, aut similia, vel dissimilia beneficium, vel beneficia ecclesiasticum, vel ecclesiastica duo dumtaxat curata, seu alias invicem incompatibilia similiter recipere, & insimul etiam quoad vixerint retinere libere, & licite valeant dispensandi, ac statutis, & consuetudinibus, etiam juramento confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, necnon foundationibus, ac jure patronatus Clericorum, & laicorum mixtim, aut laicorum tantum, etsi laicorum tantum, & illis ex fundatione, vel dotatione competat pro medietate alioquin, vel si mixtim in totum derogandi, & Clericos in Africam in perpetuum, vel ad tempus propter excessus, & crimina per eos perpetrata ab Ordinarijs suis relegatos ab exilio, & ad patriam revocandi, & cum condemnatis ad exilium, ut ad illud ire non teneantur dispensandi, & pennam ex hujusmodi in aliam pennam etiam pecuniariam commutandi, ac loco nonnullarum parrochialium ecclesiarum quæ in nonnullis locis insignibus in Preceptorias Militiæ Jesu Christi erectæ fuerant Preceptorijs ipsis in eis suppressis, & extinctis alias similes Preceptorias in alijs parrochialibus Ecclesijs aliorum locorum de ipsius Regis consensu eligendi, & surrogandi, necnon quibusvis Mulieribus honestis, ut quæcumque Monasteria, & domos Monialium quorumcumque etiam observantia claustralis exempta, & non exempta quomodocumque reclusa cum tribus matronis etiam

honestis de consensu earum quæ dictis Monasterijs, & domibus prefuerunt dummodo ibidem non pernoctent devotionis causa quater in anno ingredi valeant, necnon singulis quadragesimalibus, & alijs anni diebus, & temporibus quibus usus carniû, butiri, ovorum, & aliorum lacticiniorum, & jure prohibitis butiro, ovis, caseo, & tempore necessitatis, ac de utriusque Medici consilio carnibus utendi, vecendi, & fruendi, quodque visitando unam, vel duas Ecclesias, seu unum, vel duo, aut tria, seu plura Altaria Civitatum, seu locorum in quibus Stationes petentes moram trahere contigeritque duxerint eligenda eisdem quadragesimalibus, & alijs anni diebus, & temporibus, quibus Stationes in Urbem, & extra muros ejus celebrantur omnes, & singulas indulgentias, & peccatorum remissiones quas visitantes singulas dictæ Urbis, & extra eam existentes Ecclesias pro Stationibus hujusmodi visitari solitas consequuntur consequendi, ac interessentibus duabus missis per te in Ecclesijs coram Rege, seu Regina, aut alijs quibuscumque personis solemniter celebrandis, seu saltem illis qui benedictioni per te super populum post missas hujusmodi elargiendi interfuerint plenariam indulgentiam relaxandi, & consequendi, & predictis facultatibus, & gratijs, concessionibus, & indultis ergo familiares tuos continuos commensales, etiamsi de Regnis, & dominijs predictis non fuerint utendi, ac omnes, & singulos quibus gratiam ex indulto hujusmodi juxta facultatem tibi concessam concesseris, seu erga quos hujusmodi uteris facultatibus à quibuscumque excommunicationis, suspensionis, & interdicti, alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris, & penis à jure, vel ab homine quavis occasione, vel causa latis, quibus, quomodolibet innodati erunt, etsi forsan in illis infra annum infortuerint, aut pro re judicata excommunicati fuerint ad effectum gratiarum per te eis concedendarum dumtaxat absolvendi, & absolutum fore censendi, necnon omnia, & singula beneficia ecclesiastica cum cura, & sine cura quæ singuli predicti etiam ex quibuscumque dispensationibus apostolicis obtinebunt, & expectabunt, ac in quibus, & ad quæ vis eis quomodolibet competet quæcumque quocumque, & qualiacumque fuerint, eorumque fructuum, reddituum, & proventuum veros annuos valores, ac hujusmodi dispensationum tenores similiter ad effectum hujusmodi gratiarum, & literarum tuarum desuper conficiendarum validitate pro expressis habendi irritum quoque, & inane, si secus super hijs à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter attemptari contigerit decernendi premissis, ac quibuscumque literis felicis recordationis Sixti PP. IV. quibus inter alia caveri dicitur expresse, quod Nuntij Sedis prædictæ pro tempore deputati, etiam cum potestate Legati de latere eorum facultate, tam quoad beneficia conferenda, quam dispensationes, & alias gratias per eos concedendas uti non possint eis quævis clausulæ in facultatibus hujusmodi Nuntij appositæ adversus dictas literas unquam nullatenus suffragentur, ac similia nostra, necnon quibuscumque specialibus, vel generalibus reservationibus beneficiorum pro tempore factis, necnon defectibus predictis, ac de unionibus commitendis ad partes, & de surrogandis collitigantibus, & de annali possessore quoad primam partem,



tem, necnon Vieneñ; Pictavieñ; Laterañ; & generalis Conciliorum constitutionibus, & ordinationibus apostolicis, ac Cancellarie regulis, & Ecclesiarum, Monasteriorum, locorum, & Ordinum quorumcumque, etiam juramento confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis Statutis, & consuetudinibus, privilegijs quoque, & indultis, ac literis apostolicis per Sedem predictam, & ejus legatos ordinibus, & Monasterijs predictis concessis latissime derogandi, necnon gratijs expectativis quibuscvis personis, etiam familiaribus, continuis, commensalibus nostris, vel alijs concessis, & concedendis ut concessis sibi facultatibus, & auctoritatibus uti valeas derogandi, illasque suspendendi quoad vacatura beneficia per te vigore presentium conferenda, ceterisque nequaquam obstantibus contrarijs auctoritate apostolica tenore presentium concedimus facultatem, volumus autem quod illi quibus beneficia reservata, & alia quaecumque quorum fructus, redditus, & proventus viginti quatuor ducatorum auri de Camera secundum estimationem predictam exceßerint infra sex menses novam provisionem à Sede Apostolica impetrare, & literas de super expedire, ac omnia jura Camerae apostolicae debita persolvere teneantur alioquin beneficia ipsa eo ipso vacent, & vacare censeantur; Nos enim tibi, ut in literis quas super premissis gratijs per te concedi, & expediri contigerit literas facultatum hujusmodi inseri facere minime tenearis; quodque tua assertio in omnibus, & per omnia sufficiat perinde, ac si literae facultatum praedictarum in literis per te expediendis, & concedendis praedictis de verbo ad verbum insertae forent auctoritate, & tenore praedictis de specialis dono gratiae indulgemus non obstantibus omnibus supradictis. Datum Romae in Arce Sancti Angeli Anno Incarnationis Dominicae Millesimo quingentesimo vigesimo septimo, Quarto Idus Julij, Pontificatus nostri Anno quarto.

E apresentada assi a dita Bulla a mym dito Notairo, pelo dito Senhor D. Martinho como dito he, que me requereo da parte de S. Sanctidade, que do trelado della de verbo ad verbum lhe desse ex officio meo hum publico Instrumento, a qual Bulla eu Notario treladey neste publico Instrumento, o qual trelado vai todo certo, e collarionado, e o publiquei, e em esta publica forma o reduzi; testemunhas que a esto presentes foraõ Joham Machado Conego na See de Viseu, e Pedro Ribeiro chamados, e rogados. E eu Luis Gonçalves Botafogo Clerigo natural da Cidade Devora, publico per apostolica auctoritate Notario, que a todo fui presente, e este trelado de minha propria maõ escrevi . . . e em elle de meu publico, e consuetudo final corroborei rogatus, & requisitus. Ludovicus G. B. N. Ap.

*Erecção da Igreja do Funchal, em Archiepiscopal, e Primacial,  
de que erão suffraganeos os Bispos de Angra, Cabo-Verde, e  
S. Thomé, in Collect. Bullar. Lusit. pag. 99.*

## PAULUS PAPA III.

*Ad perpetuam rei memoriam.*

**Num. 49.** **R** Omani Pontificis circumspectio provida, nonnunquam per ejus  
**An. 1539.** Prædecessores gesta, suadentibus rationabilibus causis, alterat,  
& immutat, ac desuper disponit, prout Catholicorum Regum vota  
exposcunt, & locorum, ac personarum qualitatibus pensatis, conspi-  
cit in Domino salubriter expedire.

§. 1 Dudum siquidem, postquam felicitis recordationis Leo Papa X.  
Prædecessor noster, procurante claræ memoriæ Emmanuele Portugal-  
liæ, & Algarbiorum Rege, qui tunc in humanis agens, multas Ter-  
ras, Provincias, & Insulas à Capitibus de Bojador usque ad Indos  
possidebat, in quibus nullus Episcopus, qui ea, quæ erant jurisdic-  
tionis Episcopalis, exerceret, habebatur excepto Vicario pro tempore  
existente Oppidi de Thomar, nullius diocesis, qui frater Militiæ  
JESU Christi Cisterciensis Ordinis existeret, & jurisdictionem Epif-  
copalem inter alia in dictis Terris, Provincijs, & Insulis ex privile-  
gio Apostolico olim sibi concessio habebat: Vicariam ejusdem Oppidi  
de Thomar de consensu bonæ memoriæ Didaci Pinheyro olim Epif-  
copi Funchalensis, tunc in humanis agentis, ipsius Oppidi Vicarij  
Apostolicâ auctoritate supprefferat, & extinxerat, ac tunc Parochia-  
lem Ecclesiam Sanctæ Mariæ per eundem Emmanuelem Regem in Ci-  
vitate de Funchal in Insula de Madeyra in mari Oceano sitâ consisten-  
te fundatam, in qua unus Vicarius Frater dictæ Militiæ, & nonnulli  
Beneficiati Presbyteri sæculares Beneficia Ecclesiastica Portiones nun-  
cupata, obtinentes existerant, in Cathedrallem Ecclesiam cum Sede  
Episcopali, & Capitulari mensis, alijsque Cathedralibus insignijs, ho-  
noribus, & præminentijs, ac in ea unum Decanatum, qui inibi,  
post Pontificalem major pro uno Decano, qui curam Capituli habe-  
ret, ac unum Archidiaconatum, pro uno Archidiacono, necnon unam  
Cantoriam pro uno Cantore, & unam Thesaurariam pro uno Thesau-  
rario, & unam Scholastriam pro uno Scholastico non majores post  
Pontificalem inibi Dignitates; necnon duodecim Canonicatus, & to-  
tidem Præbendas pro duodecim Canonicis, qui cum Decano, Archi-  
diacono, Cantore, Thesaurario, & Scholastico præfatis, Capitulum  
ipsius Ecclesiæ constitueret, erexerat, & instituerat.

§. 2 Ipsique Ecclesiæ de Funchal omnia, & singula fructus reddi-  
tus, proventus, & emolumenta, quæ Vicarius de Thomar pro tem-  
pore existens ex jurisdictione, & Vicaria suppressa hujusmodi perci-  
piebat; necnon annuos redditus quingentorum Ducatorum auri de Ca-  
mera



mera ex annuis redditibus ad ipsum Emmanuelem Regem in ipsa Insula de Madeyra spectantibus, de ipsius Emmanuelis Regis consensu; necnon pro Dignitatibus, ac Canonicatuum, & Præbendarum prædictorum dote, bona aliâs dictis Beneficijs pro illorum dote assignata, perpetuò applicaverat, & appropriaverat.

§. 3 Ac Civitatem prædictam pro Civitate; necnon illius districtum, seu territorium cum prædicta de Madeyra, ac omnibus alijs Insulis, Terris, Provincijs, & locis quibuscunque dicto Vicario subiectis, & quæ de jure, privilegio, vel indulto Apostolico subjici debebant, ac Castris, & Villis in dictis Insulis, Terris, Provincijs, & locis consistentibus pro diœcesis; necnon omnes, & singulos Clericos, & quorumvis Ordinum Religiosos pro Clero, incolasque, & habitatores ipsarum Civitatis, & diœcesis de Funchal pro populo concesserat, & assignaverat. Ac Jus Patronatus, & præsentandi Romano Pontifici pro tempore existenti personam idoneam ad eandem Ecclesiam Funchalensem, dum illam pro tempore vacare contingeret, præfato Emmanueli, & pro tempore existenti Portugalliæ, & Algarbiorum Regi ad effectum, ut eidem Ecclesiæ de persona per Regem nominanda hujusmodi, & non aliâs per eundem Leonem, & successores suos providere deberet. Ad Dignitates verò, ac Canonicatus, & Præbendas hujusmodi pro tempore existenti Magistro dictæ Militiæ, ad quem Jus Patronatus, seu præsentandi ad dicta Beneficia, dum pro tempore vacabant, pertinebat; institutionem autem eidem Episcopo Funchalensi pro tempore existenti perpetuò reservaverat. Ac eidem Ecclesiæ sic erectæ, ab ejus primæva erectione hujusmodi tunc vacanti de persona præfati Didaci dictâ auctoritate providerat, præficiendo ipsum illi in Episcopum, & Pastorem, Ecclesia Funchalensis prædicta per obitum præfati Didaci Episcopi extra Romanam Curiam vitâ functi Pastoris solatio destituta.

§. 4 Cùm charissimus in Christo Filius noster Joannes modernus Portugalliæ, & Algarbiorum Rex Illustris, præfati Emmanuelis Regis Natus, & successor pio affectu, desideraret in diœcesi Funchalensi hujusmodi, in qua populi multitudo, concedente Domino, relictis eorum prophanis ritibus, & erroribus, ad orthodoxæ Fidei cultum conversa fuisse dignoscebantur, divinum cultum ampliari, & animarum salutem propagari, aliquas Cathedrales, necnon unam Metropolitanam, cui illæ Metropolitanico jure subessent, Ecclesias erigi; piæ memoriæ Clemens Papa VII. etiam Prædecessor noster, habitâ, super his cum Venerabilibus Fratribus nostris S. R. E. Cardinalibus, de quorum numero tunc eramus, deliberatione maturâ, ac de illorum concilio Ecclesiam Funchalensem prædictam per obitum Didaci Episcopi hujusmodi, ut præmititur, vacantem, in Metropolitanam, ac Indiarum, omniumque, & singularum pro diœcesi ipsius Ecclesiæ Funchalensis assignatarum, ac caterarum temporalis ditionis Portugalliæ Insularum, Provinciarum, & Terrarum Novarum catenus repertarum, & in futurum reperiendarum, ac Ecclesiarum, Civitatum, & Diœcesium in eis pro tempore erigendarum Primatiales, cum Archiepiscopali, & Primaciali dignitate, præminencia, jurisdictione, superiori-

tate,

tate, auctoritate, & Crucis delatione, & alijs Metropolitanis, & Primatialibus insignijs, remanentibus in ea Dignitatibus, Canonicatibus, & Præbendis, ac Beneficijs, & Officijs, cæterisque omnibus, & singulis inibi per dictum Leonem Prædecessorem institutis, & ordinatis, Apostolica auctoritate erexit, & instituit, illiusque Præsulem pro tempore existentem Archiepiscopum, necnon Indiarum, Insularum, Provinciarum, & Terrarum prædictarum, ac Ecclesiarum, Civitatum, & Dioecesium in eis pro tempore erigendarum Primatem constituit, & deputavit.

§. 5 Et insuper in Tertia in illius Oppido, Angria nuncupato, Sancti Salvatoris, sub Sancti Salvatoris; necnon in Sancti Jacobi de Cabo-Verde, in ea parte, quæ Ribeira Grande nuncupatur, Sancti Jacobi sub ejusdem Sancti Jacobi de Cabo-Verde; necnon in Sancti Thomæ Beatae Mariæ de Gratia sub Sancti Thomæ, & in de Goa nuncupatis, in dicto mari Oceano consistentibus Insulis, quæ inter alia dictæ Ecclesiæ Funchalensi in illius erectione hujusmodi pro ejus dioecesi assignatæ fuerant Sanctæ Catharinæ sub ejusdem Sanctæ Catharinæ de Goa invocationibus Parochiales in Cathedralis Ecclesias cum Sede, & Episcopali, & Capitulari mensis, ac certis Dignitatibus; necnon Canonicatibus, & Præbendis, alijsque Cathedralibus insignijs tunc expressis, & loca, seu Pagos, in quibus ipsæ Parochiales Ecclesiæ consistebant, in Civitates, quæ Sancti Salvatoris, & Sancti Jacobi de Cabo-Verde, ac Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa respectivé nuncuparentur, similibus consilio, & auctoritate erexit, & instituit.

§. 6 Ac post flumen de Cavagala in Africa prope caput, seu Promontorium Viride, omnes, & singulas reliquas terras, & Provincias, tam in Africa, quàm in Asia, ac prædictas, & alias tunc expressas, illis adjacentes Insulas antea dioecesis Funchalensis, cum omnibus, & singulis illarum Castris, ac Villis, Locis, & Districtibus; necnon Clero, & Populo, personis Ecclesiasticis, Monasterijs, Hospitalibus, & alijs pijs locis, & Beneficijs Ecclesiasticis cum cura, & sine cura sæcularibus, & quorumvis Ordinum Regularibus, ab eadem Ecclesia, seu Archiepiscopali mensa Funchalensi perpetuò dismembravit, & separavit, ipsisque Ecclesijs sic erectis, loca, seu Pagos, sic in Civitates erecta, vel erectos pro earum Civitatibus, ac Insulas, & partes terræ continentis dismembratas hujusmodi pro singularum earundem districtibus, Dioecesibus, & Territorijs, ac omnes, & singulos Clericos, & Religiosos pro Clero, Incolasque, & habitatores illarum Civitatum, & Dioecesium pro populo, respectivè concessit, & assignavit. Necnon eisdem Ecclesijs sic erectis omnia, & singula redditus, & emolumenta Episcopalia, quæ Episcopus Funchalensis ex eisdem Insulis percipiebat, seu percipere poterat, & tam illis, quàm Dignitatibus, ac Canonicatibus, & Præbendis prædictis pro illarum dote alios tunc expressos annuos redditus respectivè perpetuo applicavit, & appropriavit.

§. 7 Ac dioecesis ipsius Ecclesiæ Funchalensis dictis Insulis, Terris, Provincijs, & Locis, ac jurisdictionibus Vicarij hujusmodi à dicta



Etta Ecclesia Funchalensi, ut præmittitur, separatim, ipsius diœcesis per totam de Madeira, & de Porto Sancto, has Desertas, & has Salvagines illis adjacentes Insulas; ac eam partem terræ continentis in Africa, quæ à fine diœcesis Zaphiensis usque ad prædictum flumen de Cavagala prope dictum Caput, seu Promontorium Viridi, ac prout à fine dictæ diœcesis Zaphiensis protendebatur; necnon per universas Terras de Brasil, quæ è regione Africæ protendebantur, & vasto maris Oceani tractu dirimebantur, tam Repertas, quàm Reperiendas, ac per illi adjacentes, quæ aliarum Diœcesium ab eadem Ecclesia Funchalensi separatarum hujusmodi non existebant, similiter Reperitas, & Reperiendas Insulas, cum omnibus, & singulis illarum, & dictæ partis Africæ, necnon Terrarum de Brasil hujusmodi Castris, Oppidis, Villis, Locis, & Districtibus, necnon Clero, Populo, Ecclesijs, Monasterijs, & alijs pijs locis, ac Beneficijs Ecclesiasticis cum cura, & sine cura sæcularibus, & quorumvis Ordinum Regularibus de simili consilio eadem auctoritate terminavit, & limitavit; ac Insulas, & partem terræ in Africa, necnon Terrarum de Brasil hujusmodi pro ipsius Ecclesiæ Funchalensis diœcesi, ac illorum omnes, & singulos Clericos, & quorumvis Ordinum Religiosos pro Clero, Incolasque, & habitatores pro populo.

§. 8 Ac eidem Ecclesiæ Funchalensi Indias, Insulas, Provincias, & Terras Repertas, & Reperiendas, ac Sancti Salvatoris, Sancti Jacobi de Cabo-Verde, Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa erectas, & alias de novo in illis erigendas Civitates, & Diœceses prædictas pro ejus Archiepiscopali Provincia, ac Primatiâ: necnon ipsarum Sancti Salvatoris, & Sancti Jacobi, ac Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa erectarum, & aliarum in eadem Funchalensi Provincia de novo erigendarum Ecclesiarum Prælatos præfatos pro suis suffraganeis Episcopis: Capitula verò Ecclesiarum, ac Clerum, & Populum Civitatum, & Diœcesium hujusmodi pro suis Provincialibus Clero, & Populo concessit, & assignavit, ac eos quoad omnia Metropolitana, Archiepiscopalia, & Primatialia superioritatem, jurisdictionem, & jura pro tempore existenti Archiepiscopo Funchalensi in prædictis erectis, & aliâs pro tempore in Funchalensi, & ipsius Provincia, seu illius suffraganeorum hujusmodi Diœcesibus, ac illarum Insulis, Terris, & Locis, quæ tunc erant, & aliâs fuerant, erigendas Ecclesias, earumque Prælatos, Officiales, Vicarios, Generales, & spirituales, ac personas, non tamen exemptas; necnon Monasterios, & illorum Capitula, Conventus, & Beneficia Ecclesiastica quæcunque, cujuscunque qualitatis existentia, & illa pro tempore obtinentes, universosque Clerum, & Populum, singularumque Civitatum, & Diœcesium erectarum, & aliarum de novo erigendarum Ecclesiarum hujusmodi omni superioritate, auctoritate, præminentia, jurisdictione, & potestate, quibus alij Archiepiscopi, Episcopi, & Prælati infra limites earundem Archiepiscopaliû, & Primatiarum de jure, & consuetudine utebantur, potiebantur, & gaudebant, ac uti, potiri, & gaudere poterant, liberè, & licitè uti, potiri, & gaudere debere statuit, & ordinavit, ac decrevit.

§. 9 Ac eidem Ecclesiæ Funchalensi sic in Metropolitanam , & Primatiale erectæ loco ab ea dismembratorum fructuum , & reddituum hujusmodi antiquam quingentorum Ducatorum illi , ut præmittitur , factam applicationem , necnon pro Decanatûs , præter illi perpetuò annexorum , & reliquarum quatuor dignitatum hujusmodi , ac Canonicatum , & Præbendarum , uberiori dote annua alios tunc expressos redditus annuos ad ipsum Joannem Regem tanquam dictæ Militiæ Administratorem in dicta Insula spectantes , & pertinentes , ipsius Joannis Regis Administratoris ad id expresso accedente consensu , respectivè modo , & forma similiter tunc expressis perpetuò applicavit.

§. 10 Necnon eidem Joanni , & pro tempore existenti Portugaliæ , & Algarbiorum Regi , cui Jus Patronatus , & præsentandi personam idoneam ad dictam Ecclesiam Funchalensem , ut præfertur , per Sedem Apostolicam reservatum erat , Jus Patronatus , & præsentandi infra annum propter loci distantiam eidem Clementi Prædecessori , & pro tempore existenti Romano Pontifici personam idoneam ad dictam Funchalensem Ecclesiam , quoties illius vacatio occurrerit , per dictum Clementem Prædecessorem , & pro tempore existentem Romanum Pontificem in ipsius Funchalensis Archiepiscopum , Primatem , & Pastorem , cum dictis Primatiali dignitate , præminetia , & honore ad præsentationem hujusmodi , & non aliàs præficiendum.

§. 11 Et similiter Jus Patronatus , & præsentandi Archiepiscopo Funchalensi pro tempore existenti , aut illius Vicario in spiritualibus Generali ab eodem Archiepiscopo ad id specialem commissionem habenti , seu uni , vel pluribus personis ad id ab eo pro tempore specialiter deputandis de cætero perpetuis futuris temporibus sæculares duntaxat personas , tam ad majorem , & alias quatuor Dignitates hujusmodi , non majores post Pontificales , quàm ad Canonicatus , & illorum Præbendas prædictos , quoties illos vacare contigerit ; necnon ad omnia alia , & singula ipsius Ecclesiæ , Civitatis , & diocesis Funchalensis Beneficia quæcunque , quocunque , qualiacunque , ad quæ omnia antea dictæ Militiæ Magister , seu Administrator pro tempore existens Regulares personas præsentare consueverat , quoties illa ex tunc de cætero quibuscunque modis , & ex quorumcunque personis , etiam apud Sedem Apostolicam vacare contingeret , per dictum Archiepiscopum , seu ejus Vicarium , aut personas ab eo deputatas , hujusmodi etiam extra diocesim Funchalensem prædictam constitutum , seu constitutas ad præsentationem hujusmodi instituendos perpetuò reservavit , & concessit.

§. 12 Ac voluit , & decrevit , quòd Archiepiscopus , & Primas pro tempore existens Crucem per totam suam Provintiam deferre , ipseque , & ejus Vicarius , seu personæ prædictæ etiam extra diocesim Funchalensem constitutæ præsentationes ipsas admittere , & ad illas instituere possent , perinde ac si in eadem Funchalensi Civitate , & diocesi constituti essent. Quòdque præsentatus , & institutus pro tempore ad Decanatum hujusmodi infra annum à die illius assentionis computandum , novam provisionem à Sede Apostolica impetrare , &



jura Camerae Apostolicae ratione illius vacationis debita persolvere teneretur, alioquin, lapso dicto anno, factae de illis praesentationes nullius essent roboris, vel momenti, ipseque Decanatus ex tunc vacare censeretur eo ipso, inter alia similibus consilio, & auctoritate perpetuo statuit, & ordinavit.

§. 13 Et insuper, ut Metropolitanus, ac ipsius, & illi suffraganeorum, & aliarum per dictam Provinciam Funchalensem erigendarum Ecclesiarum hujusmodi, ac illarum Civitatum, & Dioecesium tanquam Capituli ad membra una, & eadem esset proportio, voluit quod singularum Sancti Salvatoris, Sancti Jacobi de Cabo-Verde, ac Sancti Thomae, & Sanctae Catharinae de Goa, ac aliarum in dicta Provincia erigendarum Ecclesiarum, & illarum Civitatum, & Dioecesium Dignitates obtinentes, Canonici, Beneficiati, Ministri, Officiales, & personae quoad Divinorum celebrationem, ministeria, praecedentias, distributiones, & alia quaecunque Ecclesiae Metropolitanae Funchalensi, ac illius Capitulo, & personis se in omnibus, & per omnia conformare deberent, & ad id tam ipsi, quam illarum Praesules pro tempore existentes per Archiepiscopum Funchalensem pro tempore existentem cogi, & compelli. Necnon pro tempore existenti Archiepiscopo Funchalensi sub Interdicti ingressus Ecclesiae, ac excommunicationis latae sententiae, necnon mille Ducatum auri Camerae Apostolicae applicandorum eo ipso incurrendis poenis districtius praecipiendo mandavit, quatenus eosdem suffraganeos, & illorum Capitula, ac alias personas ad omnia, & singula supradicta in omnibus, & per omnia plenarie observanda compellerent; necnon supradicta, ac omnia, & singula alia, quae dictae Militiae pro tempore existentibus Officialibus, & personis ratione dictae Militiae quoad praemissorum effectum quomodolibet incumbent per se, vel alium, seu alios irremissibiliter adimpleri, & caetera omnia, & singula in erectione Ecclesiae Funchalensis hujusmodi ex Parochiali in Cathedralem Ecclesiam, ut praemititur erectae per praefatum Leonem Praedecessorem concessa, & disposita, ac in ipsius Leonis, desuper confectis literis contenta penitus, & omnino observari voluit. Decernens ex tunc irritum, & inane quicquid secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit attentari, prout in literis ipsius Praedecessoris desuper confectis plenius continetur.

§. 14 Cum autem, sicut praefatus Joannes Rex nobis nuper exponi fecit, intentionis suae non fuerit, ut limites dioecesis Goanensis hujusmodi modo praedicto terminarentur, & ante erectionem ipsius Ecclesiae Funchalensis in Metropolitanam Jus Patronatus, & praesentandi personas idoneas etiam dictae Militiae ad Beneficia praedicta, dum pro tempore vacabant, ad Magistrum ejusdem Militiae pro tempore existentem, ut praefertur, pertineret; & tam Funchalensis, & aliae erectae Cathedrales Ecclesiae, quam Beneficia praedicta ex redditibus ipsius Militiae dotata fuerint, nullaue rationabilis causa subsistat, ut dictarum erectarum, & aliarum in dicta Provincia erigendarum Ecclesiarum, & illarum Civitatum, & Dioecesium Dignitates obtinentes, Canonici, Beneficiati, Ministri, Officiales, & Personae, quoad Divi-

norum celebrationem, ministeria, præcedentias, distributiones, aut quævis alia, Metropolitanæ Ecclesiæ Funchalensi, ac illius Capitulo, & Personis in omnibus se conformare debeant, & illi, ac illarum Præsules pro tempore existentes ad id per ipsum Archiepiscopum pro tempore existentem cogi possint; præfatus Joannes Rex nobis humiliter supplicari fecit, quatenus super his ad hoc, ut erectiones hujusmodi debitum juxta ejus votum sortiantur effectum, opportunè providere de benignitate Apostolica dignaremur.

§. 15 Nos igitur votis ipsius Joannis Regis, Præclaris ejus de Sede Apostolica exigentibus meritis, quantum cum Deo possumus favorabiliter annuere, ac literarum Clementis Prædecessoris hujusmodi tenores, ac si de verbo ad verbum, nihil penitus omisso, inserti forent, præsentibus pro expressis haberi volentes, hujusmodi supplicationibus inclinati, auctoritate Apostolica tenore præsentium perpetuò statuimus, & ordinamus, quòd limites Diocesis Goanensis à Capite de Bona Sperança, usque ad Indiam inclusive, & ab India usque ad Chinam, cum omnibus locis tam in terra firma, quàm in Insulis, & Terris Repertis, & Reperiendis, consistentibus, in quibus dictus Joannes Rex, sicut accepimus Fortalitia, & plura Oppida, Castra, & Loca, ubi plures Christiani ad Fidem Orthodoxam conversi, & etiam multi Portugallenses morantur, & degunt, habere dignoscitur, eodem Joanne Rege id volente, & in hoc consentiente, dummodo per hoc aliqua alia Diocesis non lædatur, incipiant, & terminentur, ac constituti sint, & esse censeantur. Quodque Jus Patronatus, & præsentandi Archiepiscopo pro tempore existenti, ac illius Vicario præfato personam idoneam tam ad majorem, & alias quatuor Dignitates non majores post Pontificalem, quàm ad Canonicatus, & Præbendas prædictos, quoties illorum vacatio occurrerit, necnon ad omnia, & singula alia Funchalensis, & singullarum aliarum erectarum Ecclesiarum prædictarum, illarumque Civitatum, & Diocesium Beneficia Ecclesiastica, quæcunque, quocunque, & qualiacunque ad quæ antea dictæ Militiæ, Magister, seu Administrator pro tempore existens præsentare consueverat, quoties illa ex nunc de cætero quibuscunque modis, & ex quorumcunque personis vacare contigerit, per ipsum Archiepiscopum, seu Vicarium, ut præfertur, instituendas, non ad eundem Joannem, & pro tempore existentem Regem, sed ad Magistrum, seu Administratorem præfatæ Militiæ pro tempore existentem pertineat, & reservatum sit, & esse censeatur, ipseque Magister, seu Administrator pro tempore existens ad majorem, & alias Dignitates, necnon Canonicatus, & Præbendas prædictas, ac omnia, & singula alia Funchalensis, & singullarum, aliarum erectarum prædictarum Ecclesiarum Beneficia personas dictæ Militiæ aliàs idoneas, prout prius faciebat, præsentare liberè, & licitè valeat, & presentationes per eum ad illa, etiam de Clericis dictæ Militiæ, ac institutiones in illis ad præsentationem hujusmodi, aliàs ritè, & rectè factæ, validæ, & efficaces existant, & suos effectus sortiri possint, & debeant.

§. 16 Quòdque Sancti Salvatoris, & Sancti Jacobi de Cabo-Verde, ac Sancti Thomæ, & Sanctæ Catharinæ de Goa, & aliarum in dicta



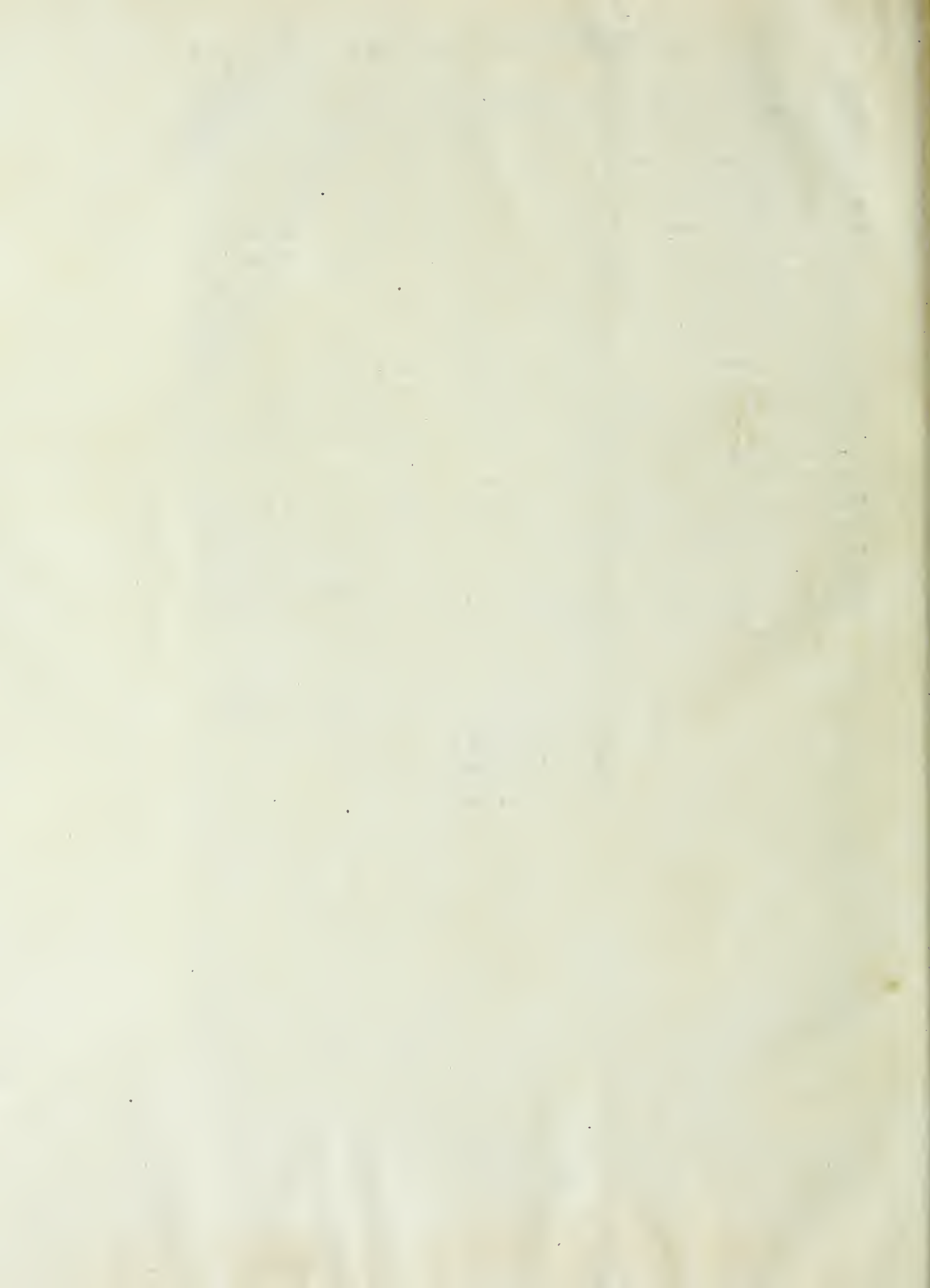
dicta Provincia erigendarum Ecclesiarum Episcopi, sicut cæteri Episcopi suffraganei Regni Portugalliæ suis Metropolitanis astricti existunt, & non aliâs quâm prout de jure, ac illarum Civitatum, & Diœcesium Dignitates obtinentes, Canonici, Beneficiati, Ministri, Officiales, & Personæ pro tempore existentes quoad Divinorum celebrationem ministeria, præcedentias, distributiones, aut alia quæcunque Ecclesiæ Metropolitanæ Funchalensis, & illius Capitulo, & Personis, & aliâs quâm prout de jure se conformare minimè teneantur, nec ad id, aut alia præmissa observanda, seu adimplenda per dictum Archiepiscopum pro tempore existentem cogi, seu compelli, neque propterea suspensionis à Divinis, excommunicationis latæ sententiæ, ac mille Ducatorum prædictis, aut alijs pœnis innodari possint, & debeant.

§. 17 Decernentes sic per quoscunque Judices quavis auctoritate fungentes, sublatâ eis, quavis aliter interpretandi, & judicandi facultate, & auctoritate, judicari, & definiri debere, necnon irritum, & inane quicquid secus super his à quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit atentari.

§. 18 Non obstantibus præmissis, ac Constitutionibus, & Ordinationibus Apostolicis, necnon omnibus illis, quæ præfatus Clemens Prædecessor in dictis suis literis voluit non obstare, & quæ præsentibus pro expressis, & repetitis haberi volumus, cæterisque contrarijs quibuscunque.

Datum Romæ apud S. Marcum, sub annulo Piscatoris die 8. Julij 1539. Pontificatus nostri anno 5.

F I M.











Special 91-B  
13963  
v.5

